

Migrações Sul-Sul



organização

Rosana Baeninger

Lúcia Machado Bógus

Júlia Bertino Moreira

Luís Renato Vedovato

Duval Fernandes

Marta Rovey de Souza

Cláudia Siqueira Baltar

Roberta Guimarães Peres

Tatiana Chang Waldman

Luís Felipe Aires Magalhães





ISBN 978-85-88258-46-4



9 788588 258464

Este livro priorizou aspectos teórico-metodológicos relevantes para a compreensão das Migrações Sul-Sul, com ênfase no contexto brasileiro e latino-americano. Possibilitou ampliar horizontes interdisciplinares, com a participação de especialistas de diferentes áreas do conhecimento e instituições acadêmicas.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Rosana Baeninger
Lúcia Machado Bógus
Júlia Bertino Moreira
Luís Renato Vedovato
Duval Magalhães Fernandes
Marta Roverly de Souza
Cláudia Siqueira Baltar
Roberta Guimarães Peres
Tatiana Chang Waldman
Luís Felipe Aires Magalhães

organização

Universidade Estadual de Campinas
Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) - UNICAMP
Av. Albert Einstein, 1300 – CEP: 13081-970 – Campinas – SP – Brasil Fone: (19) 35215913
www.nepo.unicamp.br

Reitor
Marcelo Knobel
Coordenadora Geral da Universidade
Teresa Dib Zambon Atvars
Coordenadora de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Ana Carolina de Moura Delfim Maciel
Coordenador Núcleo de Estudos de População Elza Berquó
Alberto Augusto Eichman Jakob

Realização
Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Apoio: Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA

Organização e Revisão Geral : Rosana Baeninger e Adriana Fernandes

Comitê de Publicação

Rosana Baeninger
Júlia Bertino Moreira
Luis Renato Vedovato
Marta Roverly Souza
Natália Belmonte Demétrio
Jóice de Oliveira Santos Domeniconi
Adriana Fernandes
Vinícius do Prado Monteiro

Ficha Catalográfica. Elaborada pela bibliotecária Adriana Fernandes

Migrações Sul-Sul / Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Roverly de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (Organizadores.). – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).
976 p.

ISBN 978-85-88258-46-4

1. Migração Internacional. 2. Migração. 3. Políticas migratórias. I. Baeninger, Rosana. II. Bógus, Lúcia Machado. III. Moreira, IV. Júlia Bertino. IV. Vedovato, Luís Renato. V. Fernandes, Duval Magalhães. VI. Souza, Marta Roverly de. VII. Baltar, Cláudia Siqueira. VIII. Peres, Roberta Guimarães. IX. Waldman, Tatiana Chang. X. Magalhães, Luís Felipe Aires. XI. Título.

CRB 6332

Índices para catálogo sistemático: Imigração internacional

304.83

Esta publicação contou também com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). As opiniões expressas nestes trabalhos são de única responsabilidade dos autores e não representam, necessariamente, os pontos de vista do UNFPA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 13

PARTE 1. DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SUL-SUL: GLOBAIS, REGIONAIS E FRONTEIRIÇAS

CONTRIBUIÇÕES DA ACADEMIA PARA O PACTO GLOBAL DA MIGRAÇÃO: O OLHAR DO SUL, 17

Rosana Baeninger

O IMPACTO DA CRISE INTERNACIONAL DO EBOLA (2014-2015) SOBRE A MOBILIDADE HUMANA, 23

Deisy de Freitas Lima Ventura

NUEVA ERA DE LAS MIGRACIONES EN CHILE. DE LA DIFERENCIACIÓN MIGRATORIA A LA DESIGUALDAD SOCIAL, 37

Alejandro I. Canales

RETOS METODOLÓGICOS PARA EL ESTUDIO DE LA MIGRACIÓN INTRARREGIONAL EN AMÉRICA DEL SUR, 54

Julieta Bengochea, Silvia Elena Giorguli Saucedo

HAITIANOS NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DA ETNOGRAFIA MULTISITUADA PARA INVESTIGAÇÃO DE ITINERÁRIOS MIGRATÓRIOS E LABORAIS SUL-SUL, 66

Letícia Helena Mamed

CONTRIBUCIÓN E IMPACTO DE LOS INMIGRANTES SUDAMERICANOS EN EL MERCADO DE TRABAJO DE LA ARGENTINA, 97

Sebastián Bruno, Alicia Maguid

INCORPORACIÓN LEGAL DE LAS PRINCIPALES COLECTIVIDADES DE EXTRANJEROS EN LA ARGENTINA. LA EXPERIENCIA DEL PROGRAMA PATRIA GRANDE, 110

Valeria Yamila Vega

MIRADAS EN LA ESCUELA. REPRESENTACIONES DE ADOLESCENTES RESPECTO A MIGRANTES BOLIVIANOS, PARAGUAYOS, ASIÁTICOS Y AFRICANOS EN BUENOS AIRES, 120

Darío Lanzetta, Gisele Kleidermacher

¿QUIÉNES SON LOS QUE REGRESAN? ESCENARIOS DE LA MIGRACIÓN DE RETORNO A MÉXICO SEGÚN LA ENCUESTA NACIONAL DE EMPLEO Y OCUPACIÓN 2010-2016, **128**

Julio Santiago Hernández, Edilma de Jesus Desidério, Nicéforo Delgadillo Aguilar

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E ESPAÇOS DE FRONTEIRA. O CASO DA FRONTEIRA SUL ENTRE BRASIL E URUGUAI, **143**

Átila Rabelo Tavares da Câmara, Delia Dutra, Leonardo Cavalcanti

DINÂMICAS MIGRATÓRIAS E TRANSFRONTEIRIZAÇÕES NA BACIA DO PRATA: UM OLHAR SOBRE A MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL DE HAITIANOS E SENEGALESES, **160**

Roberto Rodolfo Georg Uebel

EMIGRAÇÃO PARAGUAIA ENTRE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA E O INÍCIO DO SÉCULO XXI: UMA REFLEXÃO, **182**

Caio Valentino, Ana Silvia Volpi Scott

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL QUALIFICADA NO SÉCULO XXI - A CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES DO CONHECIMENTO DESDE UMA PERSPECTIVA SUL-SUL, **200**

Jóice Domeniconi

O RECRUTAMENTO DE MÉDICOS-IMIGRANTES PELO PROGRAMA MAIS MÉDICOS E A PARTICULARIDADE DO CASO CUBANO, **218**

Patricia Villen

A HIERARQUIZAÇÃO DE NACIONALIDADES NO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO: MOVIMENTO MIGRATÓRIO ENTRE SUL-SUL E NORTE-SUL, **231**

Maria Bernadete Fin

INDÍGENAS VENEZUELANOS EM MANAUS: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR SOBRE POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO, **244**

Sidney Antônio da Silva

A MIGRAÇÃO RECENTE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: COMO ANALISAR? **251**

Alberto Augusto Eichman Jakob

UMA ANÁLISE DA PRESENÇA HAITIANA NA AMAZÔNIA – UM ESTUDO DE CASO DE PORTO VELHO, **260**

Geraldo Castro Cotinguiba, Marília Lima Pimentel Cotinguiba

PARTE 2. DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SUL-SUL: NACIONAIS E LOCAIS

**REFLEXÕES GEOGRÁFICAS SOBRE MIGRAÇÕES,
DESENVOLVIMENTO E GÊNERO NO BRASIL, 277**

Aline Lima Santos, Rosa Ester Rossini

**ATIVISMOS E USOS DE TICS POR MULHERES MIGRANTES LATINO-
AMERICANAS: O CASO DO COLETIVO EQUIPE DE BASE WARMIS, 296**

Natália Ledur Alles, Denise Cogo

**REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL. POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E
INTEGRAÇÃO, 309**

Gilberto M. A. Rodrigues, José Blanes Sala, Debora Corrêa de Siqueira

CONDIÇÕES DE VIDA DOS REFUGIADOS SÍRIOS EM SÃO PAULO, 325

Marília Calegari

**A IMIGRAÇÃO E A APROPRIAÇÃO CULTURAL DO LUGAR: HISTÓRIA
ORAL NO DIÁLOGO E NA INTERSEÇÃO DOS ESPAÇOS E DAS
EXPERIÊNCIAS DE VIDA, 339**

Samira Adel Osman

**MIGRAÇÃO DE VENEZUELANOS PARA SÃO PAULO: REFLEXÕES
INICIAIS A PARTIR DE UMA ANÁLISE QUALITATIVA, 356**

Camila Rodrigues da Silva

**MIGRAÇÃO DE DEPENDÊNCIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E
METODOLÓGICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL, 368**

Luís Felipe Aires Magalhães

**ENTRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO: MIGRAÇÕES SUL-SUL NO BRASIL E
AS NOVAS TIPOLOGIAS MIGRATÓRIAS, 383**

Lya Amanda Rossa, Marilda A. Menezes

**MIGRANTES E REFUGIADOS SUL - SUL NA CIDADE DE SÃO PAULO:
TRABALHO E ESPACIALIDADES , 402**

Luís Felipe Aires Magalhães, Lúcia Bógus, Rosana Baeninger

**UM PANORAMA GERAL DOS IMIGRANTES: HAITIANOS,
CONGOLESES, SENEGALESES E GANESES, 420**

Filipe Rezende Silva, Cassio Francisco Lima, Duval Magalhães Fernandes

**O IMIGRANTE HAITIANO EM SÃO PAULO: REFLEXÕES A PARTIR DO
CAMPO ETNOGRÁFICO, 434**

Adriana Capuano de Oliveira, Adriano Alves de Aquino Araújo

O CASO DE IMIGRANTES HAITIANOS, CONGOLESES, SENEGALESES E GANESES E A RELAÇÃO COMO O MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL, **446**

Filipe Rezende Silva, Cassio Francisco Lima, Duval Magalhães Fernandes

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LOCAL DE HAITIANOS EM SANTO ANDRÉ A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS MIGRANTES, **463**

Janine Borba, Julia Bertino Moreira

NOVOS IMIGRANTES EM SANTA CATARINA, **479**

Gláucia de Oliveira Assis, Samira Moratti Frazão, Magali Aloatti, Eduardo Zanatta de Carvalho, Luis Felipe Aires Magalhães, Michelle Maria Stakonski Cechinel, Janaina Santos

MARÍTIMOS FILIPINOS NO LITORAL NORTE PAULISTA: PERFIL DEMOGRÁFICO E PROCESSOS TRANSNACIONAIS DE RECRUTAMENTO, **502**

Guilherme Pereira Botacini

MULHERES NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS FILIPINAS EM SÃO PAULO, **510**

Ester Martins

ASIÁTICOS NO NORDESTE BRASILEIRO, **526**

Wilson Fusco, Silvana Nunes de Queiroz

O CONCEITO DE MIGRAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS SOBRE DIGNIDADE HUMANA E ECONOMIA SOLIDARIA, **537**

Ermani Contipelli, Daniel Francisco Nagao Menezes

OS REFUGIADOS E O DIREITO À SAÚDE NO BRASIL, **548**

Patricia Gorisch, Marianna Chaves

ÓBITOS DE IMIGRANTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2006 A 2015, **558**

Rubens Carvalho Silveira

OS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÃO E SAÚDE NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA, **571**

Luiza Nogueira Losco, Luciana Correia Alves

GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, **584**

Natália Belmonte Demétrio

PARTE 3. MIGRAÇÕES, REFÚGIO E POLÍTICAS

OS VETOS À NOVA LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA. A INTERPRETAÇÃO COMO UM PASSO NECESSÁRIO, **597**

Luis Renato Vedovato, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis

A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS, **609**

Gláucia de Oliveira Assis

A NECESSIDADE DE REESTRUTURAR AS AGENDAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS PARA DAR EFETIVIDADE À NOVA LEI DE MIGRAÇÃO, **624**

Clodoaldo Silva Anunciação

UMA POLÍTICA MIGRATÓRIA REATIVA E INADEQUADA - A MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL E A RESOLUÇÃO N. 126 DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg), **637**

João Carlos Jarochinski Silva

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA: UMA AGENDA “PÓS-MATERIALISTA” PARA O DEBATE POLÍTICO ELEITORAL NO BRASIL? **651**

Cláudia Siqueira Baltar, Ronaldo Baltar

AMPLIAÇÃO DA DEFINIÇÃO DE REFUGIADO NO BRASIL E SUA INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA, **670**

Laura Sartoretto

CONTEXTUALIZANDO O REFÚGIO AMBIENTAL: A LACUNA JURÍDICA DO REFÚGIO NA ERA DO AQUECIMENTO GLOBAL, **688**

Cícero Krupp da Luz, Estela Cristina Vieira de Siqueira

ELEMENTOS PARA (RE)PENSAR A MOBILIDADE HUMANA: GLOBALIZAÇÃO, NOVOS FLUXOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS, **700**

Êmily de Amarante Portela, Simone Andrea Schwinn

ACOLHIMENTO E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA À POPULAÇÃO ORIUNDA DE MIGRAÇÃO DE CRISE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: POR UMA POLÍTICA DO ATRAVESSAMENTO ENTRE VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES, **712**

Ana Cecília Cossi Bizon, Helena R. E. de Camargo

LA CIRCULACIÓN INTERNACIONAL DEL CONSUMIDOR TURISTA: LOS AVANCES EN EL MERCOSUR Y EN LA CONFERENCIA DE LA HAYA DE DERECHO INTERNACIONAL PRIVADO, **727**

Luciane Klein Vieira

PARTE 4. NOTAS DE PESQUISAS PARA UMA AGENDA SUL-SUL

MIGRACIONES Y ORGANIZACIÓN SOCIAL DEL CUIDADO EN ARGENTINA: UN CAMPO DE ESTUDIO EMERGENTE, 741

María José Magliano, Ana Inés Mallimaci Barral, Natacha Borgeaud-Garciandía, Carolina Rosas

ESTRATEGIAS Y TRAYECTORIAS MIGRATORIAS DE LAS MUJERES COLOMBIANAS EN EL GRAN MENDOZA-ARGENTINA, 750

Tatiana Guerrero Montaña, Claudia Pedone

EL PERFIL DE LA INMIGRACIÓN COLOMBIANA EN BRASIL, 758

Diana Alejandra Peña Ruíz

CRÓNICAS DEL SUR: NUEVAS MOVILIDADES, ESPACIOS PÚBLICOS Y ENCUENTROS COMO DESAFÍOS INSTITUYENTES, 762

Javier Romano Silva

MIGRAÇÕES ASIÁTICAS À TRÍPLICE FRONTEIRA (ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI): REFLEXÕES SOBRE UM PROJETO EM ANDAMENTO, 768

Mirian Santos Ribeiro de Oliveira

BUSCANDO OUTROS NORTES NA CONVERGÊNCIA PARA O SUL, 776

José Carlos Alves Pereira

IMAGENS DE GÊNERO: RENEGOCIAÇÕES, TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS MIGRATÓRIAS DE MULHERES IMIGRANTES, 778

Roberta Peres

FLUXO MIGRATORIO DE MULHERES REFUGIADAS: O CASO DAS ANGOLANAS EM SÃO PAULO, 782

Sofia Caselli Furtado

NOVOS MIGRANTES NA ANTIGA HOSPEDARIA DO BRÁS, 784

Tatiana Chang Waldman

O MULTICULTURALISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: EMEF DUQUE DE CAXIAS, 790

José Renato de Campos Araújo

PRECARIEDAD, TUBERCULOSIS Y PROCESOS ASISTENCIALES EN INMIGRANTES BOLIVIANOS DE SÃO PAULO, 798

Alejandro Goldberg, Cássio Silveira, Denise Martin

MULHERES BOLIVIANAS NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO. TERRITORIALIDADE E GÊNERO, 807 *Tatiana Solimeo*

LIES THAT TAKE PLACE, **816**

Derek Pardue

IMIGRAÇÃO PÓS-TERREMOTO DE HAITIANOS PARA O BRASIL:
IMPACTOS PSICOSSOCIAIS E A RECONSTRUÇÃO EM MOVIMENTO

823 *Allyne Fernandes Oliveira Barros, Lucienne Martins Borges*

PRESENÇA DO IMIGRANTE ANGOLA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO, **830**

Allan Rodrigo de Campos Silva

A DIÁSPORA IRANIANA NO BRASIL: IDENTIDADE NACIONAL X
IDENTIDADES RELIGIOSAS, **840**

Ana Maria Raietparvar

IMIGRANTES SENEGALESES EM FLORIANÓPOLIS, SANTA
CATARINA, **849**

Janaina Santos

IMAGENS DA INTEGRAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA SOBRE OS
HAITIANOS NO TELEJORNALISMO PARANAENSE, **855**

Elaine Javorski

REFUGIADOS: TENSÕES EM UM IMAGINÁRIO DE ACOLHIMENTO,
866

Sabrina Sant'Anna Rizental

A CONDIÇÃO DO TRABALHADOR MIGRANTE: INTERFACES ENTRE
GLOBALIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E TRABALHO SOB A PERSPECTIVA
REGIONAL, **875**

Sara Andréia da Silva Castro, Renata Alvares Gaspar

VIDAS EM MOVIMENTO: O MIGRANTE EM SITUAÇÃO DE RUA NA
SAVASSI, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, **891**

Juliana Carvalho Ribeiro

A IMIGRAÇÃO AFRO-ANTILHANA INGLESA PARA O BRASIL,
TRABALHO E MEMÓRIA, **901**

Cledenice Blackman

PODE O SÚDITO DA RAINHA NÃO FALAR? UMA ANÁLISE DA
PRESENÇA BARBADIANA EM PORTO VELHO, **911**

Sonia Maria Gomes Sampaio, Mara Genecy Centeno Nogueira

OS IMIGRANTES BRASILEIROS QUE MORAM NO JAPÃO E A
TELENOVELA BRASILEIRA, **919**

Helen E. Nochi Suzuki

PARTE 5. AÇÕES DA ACADEMIA PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E REFUGIADAS

AÇÕES DA UNICAMP PARA IMIGRANTES REFUGIADOS E REFUGIADAS, 931

Marcelo Knobel

JE PEUX VOUS AIDER? M KA EDEW? POSSO AJUDAR? 934

Marta Rovey de Souza, Giovanna C. C. Rangel, Luciano M. Carvalho, Penélope B. Fagundes, Manuella R. A. Lima

AÇÕES PARA MIGRANTES E REFUGIADOS NA UFABC: CURSO DE EXTENSÃO DINÂMICAS E DESAFIOS DA MIGRAÇÃO AFRICANA NO BRASIL, 939

Acácio Almeida, Diocene de O. Francisco

PROMIGRA: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DIREITOS DOS MIGRANTES NA CIDADE DE SÃO PAULO, 944

Nayara Costa Nogueira, Caio da Silveira Fernandes, Svetlana Ruseishvili, Victor Antonio Del Vecchio

CURSO MIGRAÇÃO, REFÚGIO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS EM SANTA MARIA: DA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS AO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DE INICIATIVAS LOCAIS, 950 *Giuliana Redin, Alex Barcelos Monaiar, Alessandra Junges de Almeida, Adriana Garcia Domingues, Jaqueline Bertoldo, Luís Augusto Bittencourt Minchola*

A MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELLO/UFRR EM RORAIMA, 957

Gustavo da Frota Simões

NÚCLEO DE ENSINO CLÍNICO EM DIREITOS HUMANOS DA FACULDADE DE DIREITO DA PUC-CAMPINAS (NEC-DH), 962

Amanda de Souza Camargo, Thaís Temer e Silvio Beltramelli Neto

RELATO DE ATIVIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E CIDADANIA - SERVIÇO DE REFERÊNCIA AO IMIGRANTE, REFUGIADO E APÁTRIDA, 965

Maria Valéria Scatolini, Natália Francisco

SOBRES AUTORES, 970

INTRODUÇÃO

O cenário das migrações internacionais no século XXI tem sido marcado por movimentos migratórios que incluem percursos, cada vez mais intensos, entre os países do Sul global. As restrições impostas pelos países do Norte para a entrada e permanência de migrantes internacionais¹ consistem em importante elemento na reconfiguração das migrações e seus destinos no mundo hoje.

As migrações Sul-Sul entre e em direção aos países da América Latina, na última década, demonstram a complexidade e heterogeneidade da imigração internacional. Denotam os desafios teórico-metodológicos para explicações e análises das migrações entre os países da região bem como da imigração haitiana, síria, africana, iraquiana, coreana, de imigrações qualificadas, de imigrações refugiadas, dentre outras modalidades migratórias² que constroem o mosaico das tendências de deslocamentos de população na contemporaneidade.

De fato, as migrações Sul-Sul se consolidam no bojo de processo mais amplo das migrações transnacionais³, da divisão internacional do trabalho, da mobilidade do capital⁴. Refletem e (re)configuram condicionantes que ocorrem fora das fronteiras nacionais⁵, com impactos na conformação da imigração no âmbito de cada país⁶. Esta coletânea, portanto, reúne estudos que permitem conhecer as migrações atuais e os processos migratórios Sul-Sul em países da América Latina e, particularmente no Brasil, em suas características e especificidades.

Para tanto, esta Coletânea está dividida em cinco partes. A primeira parte conta com dezoito capítulos, com autores do Argentina, Chile, México e Brasil. Aspectos globais, regionais e fronteiriços são analisados no contexto das dinâmicas migratórias Sul-Sul. As novas migrações para a América Latina e, em especial para o Brasil, são aqui retratadas, considerando o desafio metodológico, a necessidade do conhecimento empírico e do aprofundamento teórico para temas como a crise internacional do ebola, a desigualdade social, o mercado de trabalho, o retorno migratório, os espaços da migração na fronteira, as migrações qualificadas.

¹ De Hass (2010)

² Wenden (2001)

³ Apadurrai (1996); Glick-Schiller (2007)

⁴ Sassen (1998;2010)

⁵ Guarnizo et al (2003)

⁶ Baeninger (2017)

Na segunda parte, os vinte e dois capítulos destacam diferentes especificidades nacionais e locais na dinâmica da migração Sul-Sul no Brasil. A imigração síria, venezuelana, haitiana, congolesa, senegalesa, ganesa, filipina e suas interrelações com temas como gênero, cultura, ativismos, integração, mídia, saúde, espacialização, migração ambiental, imigrantes no rural globalizado são analisados em profundidade, contribuindo para estabelecer os nexos entre aspectos locais/globais e a presença imigrante.

As análises acerca das políticas migratórias, políticas públicas, direito internacional e direitos humanos são apresentadas na terceira parte da Coletânea, com dez capítulos, na qual conceitos como refúgio, refúgio ambiental, consumidor turista são discutidos. A nova Lei de Migração é aqui debatida com seus avanços, vetos e desafios. A política pública local, como o acolhimento e ensino da língua portuguesa, as agendas eleitorais municipais e a política migratória de regularização e proteção jurídica para imigrantes em determinados contextos estão presentes nestes capítulos.

A quarta parte traz um conjunto de vinte e quatro notas de pesquisas para uma agenda Sul-Sul que, com textos curtos, apontam dimensões das modalidades migratórias que precisam ser aprofundadas: gênero, trabalho do cuidado, trabalho doméstico, as novas rotas na migração Sul-Sul, circulação, espaços públicos, segunda geração, territorialidade, multiculturalismo, saúde, habitação, impactos psicossociais, identidade, integração, acolhimento, aspectos históricos, mídia. Tais preocupações constituem campos de estudo da produção científica internacional para o entendimento do fenômeno migratório e as especificidades de cada fluxo na complexidade das explicações frente à um mundo em movimento⁷.

Finalmente, na última parte, são sucintamente apresentadas ações da academia para migrantes e refugiados/refugiadas, indicando o compromisso da universidade em sua interlocução com a sociedade.

A elaboração desta Coletânea reflete, portanto, os esforços analíticos de muitos grupos de pesquisa no Brasil e na América Latina, contribuindo para o avanço do conhecimento acerca dos processos migratórios e para revelar a importância do Sul na arena global das migrações internacionais neste século.

Rosana Baeninger
Observatório das Migrações em São Paulo
IFCH-NEPO/Unicamp

⁷ Bauman (2005)

PARTE 1

**DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SUL-SUL
GLOBAIS, REGIONAIS E FRONTEIRIÇAS**

CONTRIBUIÇÕES DA ACADEMIA PARA O PACTO GLOBAL DA MIGRAÇÃO: O OLHAR DO SUL

Rosana Baeninger

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2016, aprovou a Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados, na qual consta a realização do "Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular", em 2018. Trata-se de acordo internacional intergovernamental para a migração internacional.

Nesse contexto, consideramos de fundamental importância apontar as contribuições da academia para subsidiar as posições brasileira e latino-americana nas negociações do Pacto Global⁸, em especial por ser denominada “migração segura, ordenada e regular”.

Os temas em discussão pelas Nações Unidas são:

- direitos humanos dos imigrantes, inclusão social, coesão e formas de discriminação, incluídos o racismo, a xenofobia e a intolerância;
- a migração irregular e por vias regulares, incluído o trabalho decente, a mobilidade laboral, o reconhecimento das habilidades e qualificações e outras medidas pertinentes;
- a cooperação internacional e a governança da migração em todas as suas dimensões, como as fronteiras, o trânsito, a entrada, o retorno, a readmissão, a integração e a reintegração;
- as contribuições dos migrantes e as diásporas em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, incluídas as remessas e a previdência;
- as respostas aos fatores que impulsionam a migração, incluídos os efeitos adversos das mudanças climáticas, os desastres naturais e as crises criadas pelo ser humano, mediante a proteção e a assistência, o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a prevenção e resolução de conflitos.

⁸ Os aportes da academia e de instituições interlocutoras aqui apresentados resultaram das discussões realizadas no dia 27 de setembro de 2017, na Universidade Estadual de Campinas, no âmbito do Programa de Seminário do Observatório das Migrações. Agradeço aos estudiosos das migrações que colaboraram para esta versão do documento, em especial, Duval Fernandes, Odair da Cruz Paiva, João Carlos Jarochinski Silva, Claudia Baltar, Luís Renato Vedovato, Clodoaldo Anunciação, Gláucia Assis, Adriana Piscitelli, José Rentao de Campos Araújo, Tatiana Waldman, Sidney Silva, Jameson Martins, Gisela Zapata, Denise Cogo, Sênia Bastos, Roberta Peres, Natália Demétrio, Joice Domeniconi, Willian Rosa, Vera Rodrigues, Letícia Carvalho, Marília Pimentel, Alberto Jakob, Thaís Temer, Amanda Camargo, Fábio Custódio.

Nesse sentido, para este texto, as premissas discutidas pela academia brasileira foram organizadas em três eixos: 1) Migrações internacionais e suas modalidades; 2) Direito a migrar; 3) Governança das migrações internacionais.

Migrações Internacionais e suas modalidades

O Pacto Global deve considerar que a migração internacional é um fenômeno heterogêneo, que envolve diferentes contingentes de imigrantes e emigrantes, com necessidades e especificidades que devem ser contempladas para o acesso e exercício pleno de seus direitos humanos e de migrantes. Deve considerar se tratar de migrações por envolver diferentes processos sociais e grupos migrantes.

Mesmo que a Declaração de Nova York apresente como pactos a serem preparados separadamente - o Pacto Global de Refúgio e o Pacto Global da Migração—reforçamos aqui o entendimento da contribuição da academia de que o refúgio compõe o processo global das migrações internacionais no planeta. A Declaração de Cartagena coloca a América Latina em patamar de destaque no cenário global, o que indica que a região tem muito a contribuir com o debate do acolhimento do refúgio no mundo. A complexidade dos processos extrapola a dualidade e dicotomia entre deslocamentos "forçados, econômicos e voluntários", assim como a emergência de novas questões, como os refugiados ambientais. Assim, na diversidade e heterogeneidade de processos migratórios não é possível assumir categorizações tão fechadas e com perspectivas protetivas tão díspares, principalmente quando temos uma série de situações comuns que devem ser protegidas da mesma forma.

O Pacto Global deve considerar que as migrações internacionais no século XXI são compostas por diferentes modalidades de movimentos migratórios, incluindo a modalidade do refúgio, a mobilidade estudantil, a migração qualificada, a migração não-qualificada, a migração de fronteira e outros diversificados deslocamentos internacionais de população entre países.

Assim, o direito a migrar deve se constituir na base da tríade migrações seguras/ordenadas/regulares, garantindo direitos aos sujeitos migrantes, incluindo na condição dos direitos a imigrantes a necessidade de ações e políticas sociais que levem em conta questões geracional, de gênero, de populações LGBTI, de grupos tradicionais (como indígenas), do refúgio.

Os espaços de fronteiras têm que ser transformados em espaços de direitos, espaços de garantia de direitos das mobilidades, tanto das migrações como das circulações transfronteiriças. As fronteiras não desaparecem, mas flutuam em decorrência das trocas e alianças entre os Estados. Desde as fronteiras físicas até as fronteiras simbólicas, o Pacto Global precisa reconhecer a necessidade de que espaços de fronteiras tornam-se prioridades nas ações e políticas na governança das migrações internacionais como a articulação entre os Estados.

O direito a migrar

A tríade migrações seguras-migrações ordenadas-migrações regulares deve ser considerada a partir da perspectiva do sujeito migrante: o que são migrações seguras para diferentes contingentes migrantes; o que são migrações ordenadas para diferentes contingentes migrantes; o que são migrações regulares para diferentes contingentes migrantes. Este olhar permite buscar elementos universais para assegurar/ordenar/regular direitos aos migrantes, ao mesmo tempo que destaca as particularidades presentes nas migrações. É necessário refutar quaisquer interpretações da tríade migrações seguras/ordenadas/regulares que a remeta para o âmbito da securitização. Cabe aos governos e todos os segmentos sociais envolvidos negar esta compreensão dado que ela promove a exclusão, criminalização e a negação dos Direitos Humanos aos que migram.

As novas formas de mobilidade das pessoas no século XXI apresentam intensos movimentos de entradas e saídas de imigrantes, circularidade de pessoas, países de trânsito migratório, retorno. A garantia dos direitos humanos e o direito a migrar deve acompanhar a trajetória desses sujeitos migrantes nos diferentes espaços que recorrem para sua reprodução social. O Estado necessita reconhecer a presença migrante com o acesso dessa população ao conjunto de serviços públicos que substanciam seus direitos, garantindo assim a tríade segura/ordenada/regulada.

A Declaração Universal de Direitos Humanos reconhece a possibilidade da emigração, mas não garante a entrada de pessoas em outros países. Por isso, as contradições devem ser resolvidas dentro de uma lógica de Direitos Humanos mais inclusivos. No caso brasileiro é preciso incorporar dentre os seus documentos de referência a Lei de Migração, o Estatuto dos Refugiados e a Convenção de Proteção dos Trabalhadores Migrantes.

A nova narrativa das migrações baseadas nos Direitos Humanos traz à tona situações que desconstroem a tríade seguras/ordenadas/regulares, como os casos de deportação, tráfico de pessoas, detentos, crime. É preciso que a proteção aos direitos humanos esteja fortemente garantida nesses casos, assegurando a integridade e acesso à justiça como um direito fundamental da pessoa humana.

Considerar que na tríade migrações seguras/ordenadas/regulares – a partir da perspectiva de sujeitos migrantes e direitos humanos - é essencial que as políticas migratórias reconheçam a presença crescente das mulheres e crianças nas migrações internacionais, bem como as relações assimétricas de gênero que permeiam os fluxos internacionais e suas especificidades e necessidades, no acesso a políticas de saúde, incluindo saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, políticas de emprego, de educação.

Reconhecer os direitos de mobilidade de povos tradicionais, os quais devem ser protegidos em termos da manutenção de sua cultura, garantindo sua sobrevivência enquanto grupo ou da possibilidade de se proteger a coletividade migratória.

O Pacto Global deve garantir a reunião familiar, considerando a família em termos de um grupo constituído por laços afetivos, garantindo inclusive as necessidades específicas da segunda geração de imigrantes. Garantir o acesso à escola de crianças, jovens e adultos. É essencial que os Estados estimulem mecanismos de validação de estudos e qualificações adquiridos pelos migrantes ao longo de toda sua formação e que promova a aquisição de competências linguísticas.

O Pacto Global deve reconhecer o “mercado global do trabalho imigrante”, incluindo o “mercado de cuidados” e combater todas as formas de exploração e discriminação, promovendo a formalização do trabalho.

As remessas enviadas por estes trabalhadores e trabalhadoras imigrantes não devem ser vistas unicamente como “remessas produtivas, voltada à empreendimentos”, mas que o aporte financeiro às suas famílias sustenta o desenvolvimento local no sentido que garantem a sobrevivência e a educação. As remessas devem ser vistas não só como envios do Norte para o Sul, mas também em sentido inverso e, em particular, nas migrações Sul-Sul.

Governança das migrações internacionais

A tríade migrações seguras/ordenadas/regulares deve contar com a participação e presença de migrantes internacionais no processo de construção do Pacto Global. Governos e suas representações precisam considerar que a construção de um Pacto Global - consensuado entre partes - impõe o reconhecimento e a existência de outros atores e suas demandas.

A visão regional e latino-americana para as migrações seguras/ordenadas/regulares deve, portanto, estar assentada na governança das migrações internacionais – com a articulação de diferentes atores - e não no princípio da segurança nacional para as migrações internacionais. Desde essa perspectiva, o Pacto deve promover mecanismos de inclusão e permanência, com vistas à estimular uma acolhida com respeito e dignidade, com o reconhecimento da diferença e contra as diversas formas de discriminação, racismo, xenofobia e exclusão. Nesse sentido, a perspectiva da governança das migrações internacionais pauta-se na promoção de mecanismos de diálogo entre diferentes setores de políticas públicas, em diversos níveis de governo e no protagonismo de imigrantes no processo das migrações seguras/ordenadas/regulares.

A contribuição regional da América Latina e Caribe e, especialmente, do Brasil, deve contemplar o reconhecimento ou explicitação de que as especificidades políticas, econômicas, culturais dos Estados e entre os Estados

influenciam a governança internacional, contribuindo para que situações específicas, em diferentes contextos, façam com que os atores internacionais atuantes nas migrações internacionais tenham posicionamentos, pontos de vistas e encaminhamentos diferentes/desiguais para problemas/demandas semelhantes. Ou seja, reconhecer o caráter político da atuação dos diferentes atores na governança internacional e a importância e necessidade de que isso seja explicitado sempre que se configurarem essas situações.

A governança das migrações internacionais implica que o Sul, na arena global das migrações, seja reconhecido como um ator social na construção do Pacto Global. A presença do Sul no processo do Pacto Global implica a não hierarquia na conceitualização das migrações seguras/ordenadas/regulares. O Sul não é só emissor de emigrantes, visão calcada na perspectiva do Norte; é preciso enfatizar que sua posição geopolítica traz novos contornos aos fluxos de migrantes e refugiados nesses países. Nesse contexto, é decisiva a posição dos países da região latino-americana, bem como a posição brasileira no Pacto Global. A promoção do Sul como ator fundamental do Pacto desloca a gramática do debate promovido pelos países do Norte, reforçando um outro olhar para o fenômeno.

No âmbito local, é urgente a construção político-institucional de políticas públicas. A contribuição regional e do Brasil deve contemplar a importância de se considerar o município/espaco local não somente como espaço de residência dos migrantes internacionais, mas também e especialmente, como espaço de circulação desses migrantes, considerando a expansão dos espaços de vidas de imigrantes tanto no âmbito regional e fronteira como transnacional.

Garantir a migrantes acesso pleno aos direitos políticos e sociais, inclusive com a participação em eleições. A participação dos migrantes em processos eleitorais, bem como a promoção de seu direito à reunião e associação, canaliza suas demandas ao corpo político das sociedades de acolhida e dinamiza o debate público em torno das políticas públicas que afetam a todos. Além disso, promove o adensamento do sentimento de pertença e cidadania que condiciona sua integração efetiva ao corpo social que o recebe.

O Pacto Global deve recomendar que os países latino-americanos avancem em suas respectivas leis de migração e que sejam baseadas na perspectiva de imigrantes como sujeitos portadores de direitos. Direitos à educação, à saúde, à moradia, à equidade de gênero, ao trabalho, à reunião familiar, ao acesso à informação, à diversidade cultural, à orientação sexual, ao direito de não migrar, à participação política, direito ao acesso e participação dos imigrantes na produção de informação e comunicação midiática e pública sobre as migrações. Direito a migrar, direito a se estabelecer em um território, uma vez que se reconhece o direito a deixar o território do Estado de origem.

A ampliação do diálogo entre diferentes atores sociais – academia, organismos internacionais, sociedade civil, imigrantes – é que permitirá

formatar a arena político-institucional no campo social dos processos migratórios em nível local, regional e global. Em cada dimensão da governança internacional, garantir e fortalecer a participação da sociedade civil como ator ativo na concertação política e institucional das migrações internacionais. Promover a garantia dos direitos humanos, incluindo o direito à vida de sujeitos migrantes no mundo.

A governança das migrações internacionais se fundamenta também no conhecimento acerca das migrações internacionais deve se constituir em um elemento fundamental do Pacto Global. As evidências empíricas são extremamente importantes na desconstrução de mitos, que corroboram o preconceito e discriminação para com imigrantes. De um lado, a academia tem muito a contribuir com seus estudos e análises. De outro lado, é preciso fortalecer institucionalmente a produção, utilização e disseminação de informações sobre diferentes modalidades migratórias. Registros administrativos, censos demográficos, pesquisas amostrais são essenciais para a implementação de políticas nacionais, regionais, fronteiriças e locais na garantia dos direitos de migrantes e na consecução de políticas públicas que contemplem a presença dos contingentes migrantes.

Nessa questão, a contribuição do Brasil, além de se voltar para a garantia da continuidade e ampliação dessas ações, por um lado, e para que essas informações estejam ao alcance de um público cada vez mais amplo e diverso (as diferentes representações da sociedade civil e indivíduos interessados na temática), por outro, deve contemplar também a participação ativa dos “atores secundários” (Estados e sociedade civil do Sul) na concepção dos instrumentos de produção dessas informações, de forma que nosso acesso e participação não seja somente na análise passiva de informações finais disponibilizadas pelos diferentes entes, mas que possamos avaliar o amplo e complexo processo de produção das próprias informações.

Consideramos que é no diálogo e interlocução da academia, sociedade civil, grupos imigrantes, organismos internacionais e governos que o Pacto Global da Migração poderá avançar na esfera intergovernamental frente aos desafios que serão apresentados pelas migrações internacionais ao longo do século XXI.

Referência

Naciones Unidas. **Resolución aprobada por la Asamblea General el 6 de abril de 2017.** Modalidades para las negociaciones intergubernamentales del pacto mundial para una migración segura, ordenada y regular.

O IMPACTO DA CRISE INTERNACIONAL DO EBOLA (2014-2015) SOBRE A MOBILIDADE HUMANA⁹

Deisy de Freitas Lima Ventura

Em 2014, no auge da epidemia de Ebola na África Ocidental, diversos países, entre eles Austrália e Canadá, restringiram o ingresso em seu território de pessoas provenientes de Guiné, Libéria e Serra Leoa, países mais afetados pela doença (PATTANI, 2015). Como amplamente noticiado pelos meios de comunicação, grandes companhias aéreas, como British Airways e Emirates Airlines, suspenderam total ou parcialmente seus voos em direção à região mais atingida.

Desprovidas de justificativas plausíveis de saúde pública ou científicas, tais medidas ignoraram a determinação categórica da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que não deveria haver restrição de deslocamentos, exceto para portadores da doença e seus contatos diretos, entre outras razões porque eventuais restrições obstaculizariam a chegada de socorro aos países mais atingidos, inclusive pessoal de saúde, medicamentos e alimentos (OMS, 2014a; 2014b; 2014c). Países contíguos ao epicentro da crise fecharam suas fronteiras terrestres. No caso da Costa do Marfim, por exemplo, essa medida impediu o repatriamento de milhares de refugiados marfinenses que se encontravam na Libéria (ADELE, 2015), que só foi retomado pelo ACNUR ao final do ano de 2015 (ACNUR, 2015).

Além da restrição da mobilidade humana, a crise do Ebola causou também o recrudescimento da discriminação de migrantes negros, até mesmo quando oriundos de regiões em que a doença não existia, a exemplo do que ocorreu com os haitianos no Brasil¹⁰. No mesmo sentido, foi denunciada a adoção de medidas discriminatórias em relação aos profissionais de saúde que haviam trabalhado na África Ocidental quando de seu retorno aos respectivos países de origem, como a Espanha, os Estados Unidos e o Reino Unido (VENTURA, 2016a). Nos Estados Unidos, em particular, onde o auge da crise

⁹ A primeira versão do presente trabalho foi publicada em julho de 2016 no Dossiê sobre Migrações e Direitos Humanos que organizei, como editora convidada, para a Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos (VENTURA, 2016b). A nova versão, sintetizada para publicação neste livro, foi apresentada no Painel Migrações e refúgio em perspectiva crítica: normas e narrativas sobre e para a circulação internacional de pessoas, coordenado por Carolina Moulin no 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), intitulado “Perspectivas sobre o poder em um mundo em redefinição”, ocorrido entre 25 e 28 de julho de 2017 na PUC Minas, Belo Horizonte (MG).

¹⁰ Entre os sete principais acontecimentos e temas relacionados à imigração haitiana no Brasil abordados pelas mídias de 2010 a 2014 encontra-se a epidemia de Ebola, tematizada em meados de 2014 por meio da cobertura de situações cotidianas de suspeita e discriminação vivenciadas por haitianos em cidades brasileiras (COGO; SILVA, 2016).

coincidiu com o período de campanha para eleições parlamentares, foi denunciada a exploração eleitoral dos riscos da doença, forjando um contexto em que os profissionais de saúde repatriados da África Ocidental “foram tratados como párias” (SPENCER, 2015, p. 1091). A privacidade de pacientes, inclusive migrantes ou refugiados, foi em muitos casos exposta desnecessariamente, como ocorreu também no Brasil com a divulgação ilegal da fotografia e do nome de um solicitante de refúgio guineense que foi o primeiro caso suspeito de Ebola no país (VENTURA; HOLZHACKER, 2016).

O presente texto busca identificar, de forma geral e sintética, o impacto das crises sanitárias sobre os direitos dos migrantes. Em sua primeira seção, demonstra que a repercussão da crise do Ebola sobre a mobilidade humana não é uma novidade: a associação entre o estrangeiro e a doença acompanha a história das epidemias e faz parte do processo de construção das identidades nacionais no Ocidente, mantendo na atualidade o seu potencial de induzir ou justificar violações de direitos humanos. A segunda seção faz um balanço das restrições às migrações internacionais adotadas durante a crise do Ebola, demonstrando, ainda, que elas são ilícitas à luz do direito internacional da saúde, além de contraproducentes no combate à epidemia. A seguir, a terceira seção pondera que o fortalecimento da abordagem securitária das migrações internacionais e da saúde está construindo uma espécie de utopia totalitária, ao propagar a ilusão de que os sistemas de vigilância são suficientes para evitar a propagação internacional das doenças. Por fim, a conclusão convida o leitor a refletir sobre a interface entre crise sanitária e migrações internacionais sob o prisma dos embates que animam o campo da saúde global.

O estrangeiro e a doença

Em seus estudos sobre a história do medo no Ocidente entre os séculos XIV e XVIII, Delumeau (1978) elabora uma tipologia dos comportamentos coletivos em tempos de peste negra, concluindo que, diante da epidemia, o impulso primeiro e natural, tanto no plano individual como no coletivo, é o de nomear os culpados, como forma de tornar compreensível o que parece inexplicável. Assim:

Os culpados potenciais, contra quem a agressividade coletiva pode se voltar, são em primeiro lugar os estrangeiros, os viajantes, os marginais e todos aqueles que não são bem integrados a uma comunidade, seja porque eles não querem aceitar suas crenças – caso dos Judeus –, seja porque foi preciso jogá-los à periferia do grupo por evidentes razões – como os leprosos –, seja simplesmente porque eles vêm de alhures e a esse título são em alguma medida suspeitos (DELUMEAU, 1978, p. 131)¹¹.

¹¹ O autor oferece numerosos exemplos de responsabilização de estrangeiros pela peste negra: na Lorena, em 1627, a peste foi chamada de “húngara”, e em 1636 de “sueca”; em Toulouse, no ano de 1630, denominou-se “peste de Milão”; em Chipre, os cristãos massacraram escravos muçulmanos; na Rússia, os tártaros eram atacados; em 1665, os ingleses acusavam os holandeses etc (DELUMEAU, 1978).

A desqualificação do estrangeiro, em geral, baseia-se na síntese grosseira de informações incompletas que forja tipos coletivos ingenuamente esquemáticos, capazes de assombrar a imaginação popular (LANGLOIS, 1893). Na Idade Média, um campo particular da xenofobia (aqui simplesmente entendida como aversão ao estrangeiro) fundado em razões culturais e políticas, fez com que a desqualificação de sarracenos ou bizantinos contribuísse para construir a identidade dos ocidentais em oposição aos *orientais*, e mais adiante a desqualificação de ibéricos e italianos contribuísse para a idealização das figuras do homem ocidental e da monarquia francesa (COLLARD, 1999). Tais exemplos históricos de fundamentos identitários da repulsa aos estrangeiros corroboram a ideia de que “não existe estrangeiro em si; só se é estrangeiro diante de uma norma, de uma cultura, uma civilização [...] o estrangeiro só existe na sua relação com o outro” (COTTRET, 1985, p. 55).

Essa brevíssima remissão referenda a ideia contemporânea de que qualquer cálculo racional que se procure fazer a respeito do risco de contrair uma doença deverá fazer frente a um imaginário tecido por representações (MOREAU, 2005), incluindo tanto os fantasmas populares do imigrante como vetor das doenças, como o discurso de especialistas que apontam as consequências epidemiológicas das migrações populacionais (FASSIN, 2001a). Marco da história da saúde global, a epidemia de HIV/aids que irrompeu nos anos 1980 fez renascer os medos arcaicos das grandes epidemias como a peste e a sífilis e, com eles, os meios mais repressivos de proteção, visando em primeiro lugar às populações mais estigmatizadas, como homossexuais, usuários de drogas, prostitutas e estrangeiros (MOREAU, 2005). Em um estudo sobre a resposta ao HIV/aids na China, Micollier (1999) revela que a construção social da doença, em especial nas campanhas de prevenção, articulou-se em torno da noção de *estrangeiro* que traz o risco de contaminação, na qual os chineses incluíam nacionais de outros Estados e chineses que não são da etnia Han. No Ocidente, nasceu o mito acusador de que os haitianos seriam os responsáveis pela origem e pela extensão da epidemia de HIV/aids nos Estados Unidos, alimentado pela teoria dos grupos de risco, conhecidos como *4H* (hemofílicos, haitianos, homossexuais e heroinômanos)¹². Em uma obra fundamental sobre o tema, Farmer (2006) demonstra que esse mito acusador constitui um processo de “responsabilização étnica” pelo qual se “acusa as vítimas”, que só pode ser compreendido tendo em conta as relações de dominação política, social e econômica entre o Haiti e os Estados Unidos¹³. Não obstante, diversos episódios denotam a força desse amálgama. Em 1993, o Senado proibiu a imigração de portadores de HIV/Aids, com o apoio de 71% da população norte-americana, como resposta direta aos 219 refugiados políticos haitianos portadores de

¹² Também referida como dos 5H, acrescentando as prostitutas (*Hookers*).

¹³ Farmer refere igualmente a reversão pontual do discurso acusador, tendo os haitianos por vezes imputado aos Estados Unidos a introdução do HIV/Aids no Haiti (FARMER, 2006).

HIV/Aids que aguardavam na base naval de Guantanamo Bay (Cuba), há cerca de um ano, a autorização para entrar nos Estados Unidos (LE MONDE, 1993a; 1993b).

Passando ao Brasil contemporâneo, um estudo de caso sobre a migração haitiana em Tabatinga (Amazonas) sustenta que a saúde foi sem dúvida o principal cristalizador do medo que os migrantes haitianos inspiraram na população local, alimentado pela representação, promovida principalmente por vereadores e pela mídia local, de que uma migração incontrolada e perigosa traria grandes riscos sanitários (VERAN; NOAL; FAINSTAT, 2014). Todavia, os autores constataram que tamanho alarmismo, que eles chamaram de *medo sanitário*, contrastava com a realidade, pois a equipe da ONG Médicos sem Fronteiras que avaliou o estado geral de saúde dos migrantes considerou que este não diferia do quadro geral da população local (VERAN; NOAL; FAINSTAT, 2014). A repercussão da crise internacional do Ebola no Brasil, embora não havendo caso confirmado da doença, alimentou esse medo. É preciso compreender que a doença não é o evento que suscita a representação estigmatizadora do estrangeiro: ao contrário, ela vem a preencher um espaço de desqualificação pré-existente (FASSIN, 2001b). É o que revela o estudo da cobertura jornalística da crise do Ebola no Brasil, que constatou o reforço da ideia de que a África é um lugar de risco para a saúde e de que os africanos são agentes disseminadores do Ebola (SACRAMENTO; MACHADO, 2015).

Entretanto, a abordagem que as mídias brasileiras fizeram da crise do Ebola não é uma exceção, e sim a regra. Os sete casos de Ebola notificados no Ocidente (quatro nos Estados Unidos e casos individuais na Espanha, na Itália e no Reino Unido), entre os quais apenas um óbito, tiveram repercussão vertiginosamente maior do que os cerca de 28 mil casos confirmados, prováveis ou suspeitos, e os cerca de 11 mil óbitos ocorridos na Guiné, na Libéria e em Serra Leoa, notificados à OMS entre 2014 e 2015 (VENTURA, 2016a). Até que a OMS declarasse uma *Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII*, em agosto de 2014 (OMS, 2014b), os surtos da doença ocorridos na África desde os anos 1970 haviam merecido escassa atenção. Por mais perigoso que possa ser, o vírus que não gera um mercado significativo, como foi o caso do Ebola até 2014, tende a permanecer negligenciado, o que explica a ausência de tratamentos e vacinas quando da eclosão da epidemia. Porém, “o mercado emerge quando o vírus sai de um país onde o Ocidente gostaria muito que ele ficasse” (CANARD, 2014, s/p).

Para muitos, “a saúde significa ter as mesmas doenças que os nossos vizinhos” (CRISP, 1997). Nos Estados Unidos, houve manifestações contra o repatriamento de profissionais de saúde norte americanos que atuaram no combate à epidemia de Ebola durante o auge da crise. Parte da desqualificação prévia desses profissionais correspondia ao fato de *terem estado onde não deveriam estar*. A indiferença em relação à saúde da maioria da população mundial é essencial para que as imensas distorções da atual governança da saúde

global sejam mantidas (OTTERSEN et al., 2014). Assim, em plena campanha para as eleições de *meio-mandato*¹⁴, houve uma clara instrumentalização política da crise sanitária nos Estados Unidos (GONSALVES; STALEY, 2014). Para Hatch (2017), o fantasma de um vírus letal africano propagado por migrantes não poderia ter surgido em momento mais propício para o Partido Republicano que à época se encontrava na oposição: “the outbreak helped legitimize a kind of language previously relegated to the fringes of American politics. Looking back on the campaign, I firmly believe Ebola was one of the key events that made Trump’s candidacy possible” (s/p)¹⁵.

Em síntese, uma doença negligenciada como foi o Ebola, que no epicentro da epidemia mereceu uma resposta internacional unanimemente considerada como deficiente (THE LANCET, 2014), paradoxalmente passou a ser exacerbada fora de seu epicentro por uma narrativa que imbricava as noções de segurança e crise, sustentadas por um espetáculo político e midiático (NUNES, 2016)¹⁶.

Restrições ilícitas à mobilidade humana

Fidler (2015) sustenta que durante a crise do Ebola houve uma outra epidemia: a de descumprimento de normas, em especial do Regulamento Sanitário Internacional – RSI (OMS, 2009). Vigente desde 2007, atualmente em 196 países, entre eles o Brasil, o RSI estipula que a prevenção e a resposta à propagação internacional de doenças será feita de maneira proporcional, evitando interferências desnecessárias na circulação de pessoas e mercadorias (artigo 2º), garantido o “pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas” (art.3º).

Uma vez declarada uma ESPII, a OMS formula recomendações temporárias, com base na opinião dos membros de um Comitê de Emergência, formado por especialistas que embasam igualmente a própria declaração de emergência. Uma complexa engrenagem é então deflagrada. Segundo o artigo 43 do RSI, os Estados podem adotar medidas suplementares às recomendadas no

¹⁴ *Midterm elections* que renovam totalmente a Câmara de Representantes e um texto do Senado dois anos após as eleições presidenciais.

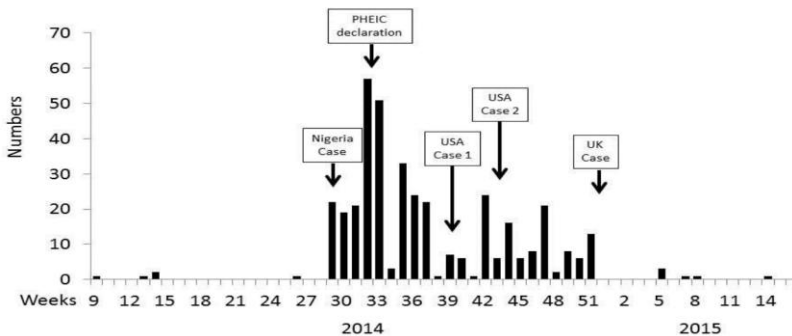
¹⁵ O autor cita cerca de 50 tweets sobre o Ebola postados na página oficial do atual Presidente norte-americano, Donald Trump, entre os quais: “Ebola patient will be brought to the U.S. in a few days - now I know for sure that our leaders are incompetent. KEEP THEM OUT OF HERE!”, postado em 31 jul. 2014; “The U.S. cannot allow EBOLA infected people back. People that go to far away places to help out are great-but must suffer the consequences!”, em 01 ago. 2014; e “A single Ebola carrier infects 2 others at a minimum. STOP THE FLIGHTS! NO VISAS FROM EBOLA STRICKEN COUNTRIES!” em 10 nov. 2014 (HATCH, 2017).

¹⁶ O impacto dessa encenação alcançou o Poder Judiciário. Merece especial atenção a sentença que considerou lícitas as restrições inusitadas, impostas pelo governo do Estado do Maine a uma enfermeira norte-americana repatriada da África Ocidental, entre elas a determinação de guardar distância de um metro em relação a outras pessoas (STATE OF MAINE, 2014). Embora reconheça a ausência de base científica para sua decisão, o juiz a fundamenta no reconhecimento de que as pessoas têm medo e que, seja ele racional ou não, este medo é “presente e real” (STATE OF MAINE, 2014, p. 3).

que se refere ao tráfego internacional, desde que elas não sejam mais restritivas nem mais intrusivas que outras possíveis e que sejam fundadas em princípios científicos; também devem ser adotadas de maneira transparente e não discriminatória (art.42). Ao implementá-las, os Estados deverão respeitar a dignidade, os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos viajantes, e minimizar qualquer incômodo ou angústia associado a tais medidas (art.32). Caso um Estado adote medidas sanitárias suplementares que entrem de forma significativa o tráfego internacional, ele deve informar a OMS, apresentando as razões de saúde pública e as informações científicas pertinentes. A OMS poderá então pedir ao Estado que reconsidere essa medida. Na prática, porém, poucos Estados informam a OMS sobre tais medidas suplementares e justificam ou reexaminam a pertinência dessa aplicação, inclusive quando a OMS os convida a fazê-lo (OMS, 2016).

No caso do Ebola, como já foi dito, a OMS recomendou que nenhuma medida restritiva deveria ser adotada em relação ao comércio e às viagens internacionais. No entanto, numerosos países não atingidos pela epidemia o fizeram: em abril de 2015, a OMS registrou 570 informações (relatórios ou rumores) relativos à aplicação de tais medidas em 69 Estados, havendo um claro aumento dessas ocorrências no momento da declaração da ESPII, em agosto de 2014, como revela a Figura 1.

FIGURA 1 – Acompanhamento pela OMS de medidas relativas a viagens e transportes relacionadas à doença do vírus Ebola (março/2014 a março/2015)



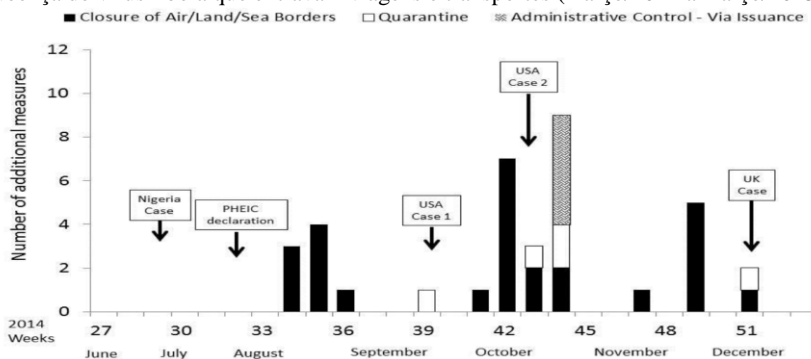
Fonte: OMS (2016, p. 33)

A OMS considerou que 470 dessas informações (que incluíam notícias sobre controle de temperatura em aeroportos e aplicação de questionários) não necessitavam acompanhamento pois não entravam o tráfego. A OMS recomendou aos três países mais atingidos que controlassem o estado de saúde dos que deixavam o território, como medida de saúde adequada para reduzir a propagação da doença. No entanto, muitos Estados adotaram controle de

ingresso em seu território, provavelmente como expressão da vontade política de “mostrar serviço” às suas populações (OMS, 2016, p. 34)¹⁷.

Das 100 informações que foram verificadas pela OMS, apenas 41 foram consideradas aptas a gerar entrave para viagens e transportes, especialmente a quarentena obrigatória de viajantes, a recusa de vistos de entrada, a anulação de voos e o fechamento de fronteiras aéreas, terrestres e marítimas (OMS, 2016). A maior parte desses países seriam, segundo a OMS, da África e da América Central, mas a organização não fornece a lista das medidas notificadas, tampouco identifica seus autores. A maioria das medidas teria sido adotada em outubro de 2014, como revela a Figura 2. Ao final de 2015, a OMS considerava que 34 países ainda continuavam a aplicar medidas desproporcionais (OMS, 2016). Apesar dos apelos da organização, apenas 40% dos Estados que adotaram tais medidas prestaram contas à OMS, indicando que as medidas não seriam vinculadas à saúde, e por isto não estariam sob a égide do RSI. A justificativa é irracional, mas bastante reveladora do efeito dos processos de securitização, que serão abordados no item 3.

FIGURA 2 – Acompanhamento pela OMS de medidas sanitárias suplementares em relação à doença do vírus Ebola que entram viagens e transportes (março/2014 a março/2015)



Fonte: OMS (2016, p. 33).

Um estudo recente revela, porém, informações divergentes das oficiais. Rhymer e Speare (2017) recolheram dados, por meio de ferramentas de pesquisa do Google, relativos a 187 Estados, ou seja, de 95,4% dos Estados Partes do RSI, valendo-se de portais oficiais de 126 Estados (67,4%). Na opinião dos autores, 58 Estados (31%) teriam desrespeitado as recomendações da OMS. A

¹⁷ O grupo especial denominado *Travel and Transport Task Force on Ebola virus disease outbreak in West Africa* formado em agosto de 2014 – composto por OMS, Organização da Aviação Civil Internacional, Organização Mundial do Turismo, *Airports Council International*, Associação Internacional do Transporte Aéreo, *World Travel and Tourism Council*, Organização Marítima Internacional, Câmara Internacional da Marinha Mercante e *Cruise Lines International Association* – manifestou sua preocupação diante de notícias de recusa de atendimento médico a passageiros de navios que haviam feito escala em portos da região afetada pelo Ebola (OMS, 2014a).

entrada de pessoas provenientes da região mais atingida foi proibida em 43 Estados (23%), como demonstra o Quadro 1.

QUADRO 1. Proibição da entrada de viajantes estrangeiros procedentes de países afetados pelo Ebola (março/abril de 2015)

Country	Entry restrictions	Data source	Country	Entry restrictions	Data source
Afghanistan	Exclude if no certificate	Government website	Mauritania	No entry	Travel website
Algeria	Exclude if no certificate	Travel website	Mauritius	No entry	Government website
Antigua and Barbuda	No entry	Government website	Micronesia	No entry	Government website
Australia	No entry	Government website	Mongolia	No entry	Travel website
Bahrain	No entry	Government website	Namibia	No entry	Travel website
Belize	No entry	Government website	Nauru	No entry	Government website
Botswana	No entry	Government website	Nepal	Exclude if no certificate	Email correspondence with embassy
Cabo Verde	No entry	Travel website	Nicaragua	Entry but mandatory quarantine	Travel website
Cameroon	No entry	Travel website	Panama	No entry	Government website
Canada	No entry	Government website	Peru	Exclude if no certificate	Email correspondence with embassy
Central African Republic	No entry	Travel website	Philippines	Entry but mandatory quarantine	Travel website
Chad	No entry	Travel website	Qatar	No entry	News website
Colombia	No entry	Government website	Republic of Korea	Entry but mandatory quarantine	Government website
Democratic People's Republic of Korea	Entry but mandatory quarantine	Travel website	Romania	No entry	Government website
Dominica	No entry	Government website	Rwanda	No entry	Government website
Dominican Republic	No entry	Government website	Saint Kitts and Nevis	No entry	Government website
Equatorial Guinea	No entry	Travel website	Saint Lucia	No entry	Government website
Gabon	No entry	Travel website	Saint Vincent and the Grenadines	No entry	Government website
Gambia	No entry	Travel website	Sao Tome and Principe	No entry	Travel website
Guyana	No entry	News website	Saudi Arabia	No entry	Government website
Haiti	No entry	Government website	Serbia	Entry but mandatory quarantine	Government website
Indonesia	Exclude if no certificate	Email correspondence with embassy	Seychelles	No entry	Government website
Iraq	Exclude if no certificate	Travel website	South Africa	No entry	Government website
Jamaica	No entry	Government website	South Sudan	No entry	Government website
Kazakhstan	Exclude if citizen of Ebola-affected country	Email correspondence with embassy	Suriname	No entry	Travel website
Kenya	No entry	Travel website	Trinidad and Tobago	No entry	Email correspondence with embassy
Kiribati	Entry but mandatory quarantine	Email correspondence with health department	Turkmenistan	Exclude if no certificate	Email correspondence with embassy
Kuwait	No entry	News website	Tuvalu	Exclude if no certificate	Email correspondence with embassy
Maldives	No entry	Government website	Zambia	No entry	Government website

Fonte: Rhymer e Speare (2017, p. 12-13).

Apesar dos limites metodológicos da pesquisa citada, fica evidente a necessidade de investigar de modo independente as condições em que essas medidas foram elaboradas e aplicadas, e o que elas significam.

Na avaliação de Koser (2015a), as restrições de viagens podem ser mais prejudiciais do que os problemas que pretendem resolver, por três razões: a experiência de crises sanitárias precedentes revela que elas raramente resultam em incremento da mobilidade humana e, quando isto ocorre, os deslocamentos tendem a ser internos, para longe do epicentro do surto, e temporários, até que possam ter informações mais precisas sobre a doença; as restrições são ineficazes diante da vertiginosa velocidade do tráfego de pessoas e do comércio internacional, ou seja, supondo que a restrição pudesse ser eficaz, ela seria sempre tardia, pois o anúncio da epidemia já teria sido precedido de deslocamentos; por fim, as restrições de viagens e a imposição de medidas de isolamento quando do retorno, prejudicam o fluxo de pessoal da saúde para as regiões mais atingidas justamente quando ele é mais necessário, afetando ainda o fornecimento de material médico e de assistência humanitária. Há, ainda, prejuízo significativo para a economia da região afetada, interrompendo os fluxos comerciais, reduzindo a capacidade dos governos para gerir a crise.

Cabe acrescentar a esse diagnóstico que a limitação do ingresso regular nos países de destino favorece a migração em situação irregular, esta sim capaz de favorecer a propagação de doenças pela absoluta ausência de controle de sua presença em determinado território. Ademais, o ambiente de rechaço à presença de pessoas de uma dada origem pode levá-las a não buscar tratamento, por temor a medidas que tenham impacto sobre sua situação migratória.

Uma comissão de especialistas independentes sugeriu que, diante da experiência da crise do Ebola, a OMS deveria ser dotada do poder de sancionar os Estados que não cumprissem suas regras, eis que restrições indevidas causam graves prejuízos sociais, econômicos e políticos aos países mais atingidos (OMS, 2015). Em oposição a essa sugestão, porém, argumentou-se que as graves falhas da OMS na resposta ao Ebola teriam encorajado os Estados a ignorar as recomendações da organização (FIDLER, 2015). Por outro lado, a eventual capacidade de impor sanções não resolveria o maior obstáculo ao cumprimento do RSI, que é a incapacidade de numerosos Estados, inclusive os países mais atingidos pela crise, de cumprir as obrigações assumidas por meio do Regulamento, devido às suas limitações econômicas e políticas (VENTURA, 2016a). É preciso reconhecer que a plena aplicação do RSI nos países da África Ocidental, por exigir melhora significativa das políticas e dos serviços de saúde que são indispensáveis a uma vida digna, teria sido muito mais efetiva em matéria de enfrentamento das causas de uma parte significativa das migrações internacionais do que as restrições da circulação de pessoas adotadas durante a crise do Ebola (KOSER, 2015b). De todo modo, o fato de que países como a Austrália e o Canadá tenham adotado restrições impunemente revela que os países desenvolvidos possuem capital político suficiente para não cumprir suas obrigações (PATTANI, 2015).

Uma utopia totalitária em construção

Em setembro de 2014, destituindo a OMS de sua função de coordenadora da ação internacional no campo da saúde, o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) criou a primeira missão sanitária de urgência da história, a *Missão das Nações Unidas para a Ação de Urgência Contra o Ebola* (MINUAUCE)¹⁸, com o beneplácito do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU. A epidemia de Ebola foi então considerada uma ameaça à paz e à segurança mundiais. Desde então, prospera o enfoque de que a resposta internacional às crises sanitárias, a partir das “lições do Ebola”, seja pautada sob a perspectiva da “segurança global da saúde” (HEYMANN et al., 2015).

Sem espaço para resenhar a vasta literatura que se debruçou sobre a crise do Ebola de 2014 até então, limito-me a referir que ela conforma duas grandes vertentes. A primeira delas, que se apresenta como a dos estudos críticos sobre saúde global, pretende centrar-se nas pessoas, ou seja, no impacto dos fenômenos e processos sobre a vida das populações direta ou indiretamente atingidas. Ela agrupa estudos que percebem a saúde global como um projeto pós ou neocolonial; outros que nela identificam o reflexo da ordem capitalista neoliberal; os enfoques inspirados em Foucault, focados em elementos de governabilidade e biopolítica evidenciados pela crise do Ebola; e, enfim, a crítica aos limites do *humanitarismo transnacional* (BIEHL, 2016).

Já a segunda abordagem, que atualmente, constitui o *mainstream* tanto do discurso acadêmico quanto do discurso político, considera a saúde global um tema de segurança, e pode ser resumida pela posição de Horton (2017), para quem:

Global health security is a tool of foreign policy and we should be glad of that. Global health security strengthens public health. It mobilises financial and technical resources. And it saves lives in all countries by preventing epidemic disease. The unfortunate reality is that humanitarian arguments alone often fail to win the support of politicians. Security arguments change the terms of the political debate. If global health advocates want to deliver on their admirable aspirations, they need to “get real”.

Contudo, combater a propagação internacional das epidemias pela via do fortalecimento dos sistemas de vigilância e da defesa de missões pontuais da ONU focadas na contenção e na militarização, parece constituir uma espécie de utopia totalitária. Totalitária, em primeiro lugar, porque justifica regimes jurídicos de exceção (tais como as chamadas leis anti-Ebola adotadas nos países mais atingidos pela epidemia) que erodem a democracia e o Estado de Direito, além de patrocinar violações de direitos humanos que excedem largamente as

¹⁸ Em inglês *United Nations Mission for Ebola Emergency Response* (UNMEER). Ver os principais documentos relativos à MINUAUCE no portal *Global Ebola Response*. Disponível em: <<http://ebolaresponse.un.org/un-mission-ebola-emergency-response-unmeer>>. Acesso em: 08 maio 2016.

limitações do exercício das liberdades que poderiam ser exigíveis para evitar a propagação das doenças (como é o caso do fechamento de fronteiras, reais ou políticas). Ainda mais grave quando as decisões relativas à saúde pública são tomadas por autoridades dos setores de defesa e segurança, e não pelas autoridades sanitárias. Os processos de securitização promovem precisamente esse deslocamento do eixo deliberativo no seio do Estado, corroborado pela sociedade ou por meio do pânico, ou porque diante do fato consumado de um surto epidêmico, ausentes a prevenção e um sistema de saúde apto a uma resposta eficaz, a securitização pode ter se tornado realmente necessária.

É totalitária, ainda, porque ao negligenciar graves problemas de saúde em escala mundial – tais como a malária, a tuberculose, a saúde da mulher e dos indígenas, entre tantos outros – para privilegiar a doutrina da segurança da saúde global e o combate a doenças construídas socialmente como mais perigosas, a resposta internacional que foi dada à crise do Ebola contribui para aprofundar as desigualdades no plano mundial.

Em segundo lugar, trata-se de uma utopia¹⁹. A estratégia de contenção de doenças por isolamento do território está fadada ao fracasso. Por maiores que sejam os investimentos em recursos humanos e financeiros para vigilância, toda a barreira física pode ser potencialmente rompida. Do mesmo modo, a persistente estratégia da “bala mágica” (CUETO, 2013) – qual seja, a busca de tratamentos e vacinas visam à eliminação da doença sem enfrentar os determinantes sociais que, a depender do caso, potencializam tanto sua origem como o alcance de sua propagação – é duplamente impotente. Nesses eventos ditos crônicos-agudizados, é trabalho de Sísifo (por certo lucrativo para algumas empresas, mas desastroso para os Estados) focar na resposta ao agudo sem enfrentar o crônico.

Por outro lado, há constante mutação dos agentes causadores das doenças infectocontagiosas. Uma vasta literatura demonstra que as mudanças de equilíbrio entre o homem e a fauna selvagem, as modificações dos ecossistemas e o aumento das trocas entre zonas rurais e urbanas, assim como as trocas internacionais, são fatores que contribuem à emergência de novas doenças. Logo, é preciso abordar as epidemias sob um prisma ecológico integrado, tendo o homem como elemento indissociável de um sistema complexo e interativo (GUÉGAN; RENAUD, 2005). Assim, ainda que possa ser adotada excepcionalmente de forma legítima pelas autoridades sanitárias (e não por outras), com base científica e procurando reduzir o seu impacto negativo sobre os direitos humanos, a restrição da mobilidade humana está longe de constituir uma resposta eficaz à propagação internacional de doenças.

¹⁹ Sem adentrar o vasto debate sobre o seu conceito, essa expressão é aqui referida simplesmente como “representação fantasmática de uma sociedade necessária e impossível” (DELEAGE, 2008, p. 33).

Conclusão

Não há dúvidas de que os riscos da circulação de pessoas seriam radicalmente reduzidos se os Estados enfrentassem prioritariamente as causas da persistência e/ou da rápida propagação das doenças, tornando-se capazes tanto de prevenir como de oferecer respostas nacionais consistentes aos surtos quando eles são declarados. Para que os Estados cumpram efetivamente o RSI, é necessário o massivo investimento em sistemas nacionais de saúde, de acesso universal e gratuito, capazes de assegurar prevenção e atenção básica à saúde, com infra-estruturas sanitárias adequadas e o recrutamento de profissionais de saúde bem formados, de carreira estável e bem remunerada²⁰.

Falar a sério sobre a segurança da saúde global, e não sobre a segurança específica de alguns Estados desenvolvidos, exige ainda mencionar outros fatores decisivos, como a mudança urgente e profunda da regulação da produção de alimentos e de medicamentos, capaz de submeter estas indústrias aos imperativos de saúde pública; a restrição absoluta da fabricação e da comercialização de armas que viabilizam os conflitos armados em curso, responsáveis por grande parte da desolação de numerosos países, como foi o caso da Libéria e de Serra Leoa; além da ação internacional prioritária em relação aos determinantes sociais da saúde, especialmente saneamento básico, alimentação, moradia e educação.

Logo, a dicotomia que caracteriza a interface entre mobilidade humana e saúde – de um lado, a representação do migrante como uma *ameaça* à saúde, e de outro lado, o reconhecimento da vulnerabilidade da saúde do migrante, amiúde exposto a difíceis condições de trabalho com limitado acesso a direitos e políticas inclusivas (ZIMMERMAN; KISS; HOSSAIN, 2011) – precisa ser superada com urgência. A abordagem internacional da saúde do migrante deve ser pautada pelos embates que estão em jogo na formulação de políticas migratórias, mas igualmente nas grandes disputas que se travam no campo da saúde global (VENTURA, 2015), em especial no que atine às desigualdades que hoje tornam impossível para milhões de pessoas ter uma vida digna no lugar em que nasceram.

Referências

- ACNUR. **Ivorian returns resume from Liberia after Ebola outbreak**. Geneva, 2015. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5674384d6.html>>. Acesso em: 08 maio 2016.
- ADELE, A. A long wait for home: how Ebola kept refugees stuck in Liberia. **IRIN News**, 2015. Disponível em: <<https://www.irinnews.org/analysis/2015/03/18-0>>. Ac08 maio 2016.

²⁰ É preciso acompanhar com cuidado um dos principais temas da atual agenda da saúde global: o debate sobre a *cobertura universal de saúde*, proposta por diversos atores, entre eles a OMS e o Banco Mundial. Duramente criticada por diversos países, entre eles o Brasil, ela parece a princípio atender mais aos interesses do mercado do que efetivamente garantir o direito à saúde das populações (BUSS, 2014; NORONHA, 2013).

- BIEHL, J. Theorizing global health. **Medicine Anthropology Theory**, Amsterdam, v. 3, n. 2, p. 127-142, 2016.
- BUSS, P. et al. Saúde na Agenda de Desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, n. 12, p. 2555-2570, 2014.
- CANARD, B. Ebola: la terreur utile. **Le Monde**, Paris, 2014.
- COGO, D.; SILVA, T. Entre a fuga e a invasão: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Revista Famecos – Mídia, Cultura e Tecnologia**, Porto Alegre, RS, v. 23, n. 21, p. 207-224, 2016.
- COLLARD, F. Une arme venue d'ailleurs. Portrait de l'étranger en empoisonneur. **Actes des Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de L'Enseignement Supérieur Public**, v. 30, n. 1, p. 95-106, 1999.
- COTTRET, B. *Terre d'exil: l'Angleterre et ses réfugiés français et wallons, de la réforme à la révocation de l'édit de Nantes, 1550-1700*. Paris: Aubier, 1985.
- CRISP, Q. **The naked civil servant**. New York: Penguin, 1997.
- CUETO, M. Malaria and global health at the turn of the 21st century: a return to the "Magic Bullet" Approach? In: BIEHL, J.; PETRYNA, A. (Ed.). **When people come first: evidence, actuality, and theory in global health**. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- DELEAGE, J. P. Utopies et dystopies écologiques. **Ecologie & Politique**, Paris, n. 37, p. 33-43, 2008.
- DELUMEAU, J. **La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles): une cité assiégée**. Paris: Fayard, 1978.
- FARMER, P. **AIDS and accusation: Haiti and the geography of blame**. 2.ed. Berkeley: University of California Press, 2006.
- FASSIN, D. L'alterité de l'épidémie. Les politiques du sida à l'épreuve de l'immigration. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, Paris, v. 17, n. 2, p. 139-151, 2001a.
- _____. Une double peine: la condition sociale des immigrés malades du sida. **L'Homme**, Paris, n. 160, p. 137-162, 2001b.
- FIDLER, D. Ebola report misses mark on international health regulations. **Chatam House - Expert Comments**, 2015.
- GONSALVES, G.; STALEY, P. Panic, paranoia and public health: the AIDS epidemic's lessons for Ebola. **New England Journal of Medicine**, Boston, v. 371, p. 2348-2349, 2014.
- GUÉGAN, J. F.; RENAUD, F. Vers une écologie de la santé. In: BARBAULT, R.; CHEVASSUS-AU-LOUIS (Ed.); TEYSSÈDRE, A. (Coord.). **Biodiversité et changements globaux: enjeux de société et défis pour la recherche**. Paris: ADPF, 2005.
- HATCH, S. How the Ebola crisis helped launch Donald Trump's political career. **Mother Jones**, 2017.
- HEYMANN, D. et al. Global health security: the wider lessons from the West African Ebola virus disease epidemic. **The Lancet**, London, v. 385, n. 9980, p. 1884-1901, 2015.
- HORTON, R. Global health security: smart strategy or naive tactics? **The Lancet**, London, v. 389, n. 10072, p. 892, 2017.
- KOSER, K. International migration and global health security: five lessons from the Ebola crisis. **The Lancet**, London, v. 385, n. 9980, p. 1884-1901, 2015a.
- _____. Why travel bans will not stop the spread of Ebola. **World Economic Forum**, Geneva, 2015b.
- LANGLOIS, C. V. *Les Anglais du Moyen Âge d'après les sources françaises*. **Revue Historique**, Paris, t. 52, fasc. 2, p. 298-315, 1893.
- LE MONDE. **Le Sénat Américain interdit l'immigration des étrangers contaminés par le virus du sida**. Paris, 1993a. _____. **Près de trois quarts des américains s'opposent à l'entrée aux États: unis des étrangers séropositifs**. Paris, 1993b.

- MICOLLIER, E. L'Autre: porteur originel et/ou vecteur privilégié du VIH/SIDA (Chine populaire-Taiwan). **Autrepart - Revue de Sciences Sociales au Sud**, Paris, p. 73-86, 1999.
- MOREAU, D. Dispositifs de sécurité et épidémie de sida. **Labyrinthe**, v. 22, n. 3, p. 101-110, 2005.
- NORONHA, J. C. Cobertura universal de saúde: como misturar conceitos, confundir objetivos, abandonar princípios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 29, n. 5, p. 847-849, 2013.
- NUNES, J. Ebola and the production of neglect in global health. **Third World Quarterly**, London, v. 37, n. 3, p. 542-556, 2016.
- OMS. **A69/21 Implementation of the IHR (2005)**: report of the review committee on the role of the IHR (2005) in the Ebola outbreak and response. Genebra, 2016.
- _____. Report of the Ebola interim assessment panel. Genebra, 2015.
- _____. Statement from the travel and transport task force on Ebola virus disease outbreak in West Africa. Genebra, 2014a.
- _____. Statement on the 1st meeting of the IHR emergency committee on the 2014 Ebola outbreak in West Africa. Genebra, 2014b.
- _____. Statement on the 2nd meeting of the IHR emergency committee regarding the 2014 Ebola outbreak in West Africa. Genebra, 2014c.
- _____. Regulamento sanitário internacional. Brasília, DF: ANVISA, 2009. (Versão em português aprovada pelo Congresso Nacional, Decreto Legislativo 395/2009).
- OTTERSEN, O. P. et al. As origens políticas das inequidades em saúde: perspectivas de mudança. Rio de Janeiro, RJ: The Lancet/Fiocruz, 2014. (Relatório da Comissão The Lancet-Universidade de Oslo).
- PATTANI, R. Unsanctioned travel restrictions related to Ebola unravel the global social contract. **Canadian Medical Association Journal**, CA, v. 187, n. 3, p. 166-167, 2015.
- RHYMER, W.; SPEARE, R. Countries' response to WHO's travel recommendations during the 2013-2016 Ebola outbreak. **Bulletin of the WHO**, New York, NY, n. 95, p. 10-17, 2017.
- SACRAMENTO, I.; MACHADO, I. A imigração como risco para a saúde: uma análise das representações do imigrante africano na cobertura da Folha de S. Paulo sobre o ébola. **Comunicação e Sociedade**, Portugal, v. 28, p. 25-47, 2015.
- SPENCER, C. Having and fighting Ebola: public health lessons from a clinician turned patient. **New England Journal of Medicine**, Boston, n. 372, p.1089-1091, 2015.
- STATE OF MAINE. District Court - Fort Kent. **State of maine department of health and human services v. Kaci Hickox**, Docket n. CV-2014-36, 31 out. 2014.
- THE LANCET. Ebola: a failure of international collective action. **The Lancet**, London, v. 384, n. 9944, p. 697, 2014.
- VENTURA, D. F. L. Do Ebola ao Zika: as emergências internacionais e a securitização da saúde global. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 32, n. 4, e00033316, 2016a.
- _____. Impacto das crises sanitárias internacionais sobre os direitos dos migrantes. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, SP, n. 23, p. 61-75, 2016b.
- _____; HOLZHACKER, V. Saúde global e direitos humanos: o primeiro caso suspeito de Ebola no Brasil. Lua Nova, São Paulo, SP, n. 98, p. 107-140, 2016.
- _____. Mobilidade humana e saúde global. *Revista USP*, São Paulo, SP, n. 107, p.55-64, 2015.
- VERAN, J. F.; NOAL, D. S.; FAINSTAT, T. Nem refugiados, nem migrantes: a chegada dos haitianos à cidade de Tabatinga (Amazonas). *Dados*, Rio de Janeiro, RJ, v. 57, n. 4, p. 1007-1041, 2014.
- ZIMMERMAN, C.; KISS, L.; HOSSAIN, M. Migration and health: a framework for 21st century policy-making. *Plos Medicine*, Califórnia, v. 8, n. 5, 2011.

NUEVA ERA DE LAS MIGRACIONES EN CHILE. DE LA DIFERENCIACIÓN MIGRATORIA A LA DESIGUALDAD SOCIAL

Alejandro I. Canales

En años recientes la migración internacional en Chile ha adquirido un renovado interés. Desde esferas académicas, actores políticos y de la sociedad civil surgen diversos discursos y planteamientos en torno a su importancia, impactos, causas y consecuencias. Al respecto, destacamos dos características que están en la base de la creciente preocupación y ocupación por las migraciones internacionales en Chile.

Por un lado, desde fines de la dictadura militar el volumen de inmigrantes residentes en Chile se habría cuadruplicado (ROJAS PEDEMONTE; SILVA, 2016), lo que hace de Chile uno de los principales destinos de la migración internacional en Sudamérica. Por otro lado, el cambio en la composición de los flujos migratorios en Chile, los cuales pasaron de ser predominantemente provenientes de Europa a tener un origen preferentemente sudamericano, y de países fronterizos en particular (MARTÍNEZ, 2005).

Aunque estas dos características han pasado a ser ya un lugar común, el análisis de la inmigración no siempre da cuenta de la complejidad que ellas implican. En muchos casos, se refiere a la inmigración y los migrantes como un todo relativamente homogéneo y abstracto, y se refieren a las cifras, tendencias y magnitudes de la inmigración, sin considerar debidamente las estructuras de diferenciación social que la compone. En otros estudios se hacen análisis muy detallados pero focalizados en algún grupo particular de inmigrantes, usualmente seleccionados por su origen nacional o regional, por su condición de género o pertenencia étnica, o bien por su posición en la estructura ocupacional.

Sólo recientemente han surgido propuestas que analizan la inmigración como una totalidad que involucra una estructura de diferenciación social y económica entre los diferentes grupos que componen eso que llamamos inmigrantes e inmigración en Chile. Nuestro interés va en ese mismo sentido. En particular, queremos transitar desde los análisis demográficos y formales que ilustran los volúmenes y tendencias de la inmigración, a un análisis de cómo las estructuras de diferenciación de la inmigración se corresponden con las estructuras de diferenciación social y de clases que prevalece en la sociedad chilena. Otros autores han avanzado en esta línea de reflexión, aportando valiosos análisis sobre la construcción social y simbólica de estos procesos de diferenciación social (TIJOUX, 2016). Nuestro interés es algo más modesto. Queremos documentar con datos estadísticos y demográficos estas estructuras de diferenciación social entre los distintos componentes de la inmigración contemporánea en Chile. Para ello nos basaremos en estadísticas que registran

los censos de población y las encuestas CASEN, principales fuentes de información a nivel nacional en Chile.

Antecedentes de la inmigración contemporánea en Chile

En cuanto a las causas de la migración, curiosamente no parece haber un gran debate. Más allá de repetir lugares comunes referentes a los eventuales logros del modelo económico chileno, son pocos los estudios que analizan directamente esa relación (SOLIMANO; TOCKMAN, 2006; STEFONI, 2009). Al respecto, los datos parecen ser elocuentes. En los últimos 25 años el PIB per cápita en Chile ha crecido sustancialmente, distanciándose cada vez más del promedio latinoamericano. Asimismo, el nivel de pobreza se ha reducido a niveles incluso por debajo de los prevalecientes en algunos países desarrollados. Ello conforma un contexto de un largo ciclo de crecimiento y desarrollo económico en Chile, que actuaría como un importante factor de atracción migratoria, especialmente frente al estancamiento y crisis que han enfrentado países que como Argentina y Venezuela, fueron históricamente los principales lugares de destino de la migración sudamericana.

En cuanto a las características de la inmigración, hasta hace unos años, el análisis estuvo centrado en el flujo de peruanos a Chile, el cual se inició en la década de los 90s y hoy constituyen el principal país de origen de la inmigración en Chile, superando el papel que históricamente tuvo Argentina, así como el flujo acumulado de inmigrantes de origen europeo (STEFONI, 2011; NAVARRETE, 2007). Asimismo, desde un comienzo se destacó la alta participación de mujeres en el flujo migratorio, lo que se asoció directamente con las opciones laborales que ofrece la economía y sociedad chilena y santiaguina, en particular, a las inmigrantes peruanas, quienes desde un inicio se han concentrado en el servicio doméstico y la industria del cuidado (STEFONI, 2009; ARRIAGADA; TODARO, 2012).

Aunque se trata de empleos con alta precariedad e inestabilidad, un dato relevante es que las inmigrantes peruanas empleadas en estos trabajos suelen tener mayor nivel de escolaridad formal que las trabajadoras chilenas. Por de pronto, como señala Martínez (2003), en el caso de las peruanas en el servicio doméstico más del 75% posee más de 10 años de estudios, cifra que en el caso de las chilenas alcanza a sólo el 33%. Sin embargo, a pesar de este mayor nivel de escolaridad las peruanas, al igual que las chilenas, deben enfrentar las mismas condiciones de precariedad laboral e inestabilidad contractual propios de este tipo de trabajos.

En años recientes, a la inmigración peruana y boliviana, se agregan nuevos países de origen de la inmigración. Entre ellos, primero destacó el flujo de colombianos que desde comienzos de los años 2000 han comenzado a arribar a Chile. A ello, se les agrega recientemente el flujo de dominicanos y especialmente el flujo de inmigrantes haitianos, quienes se han visto favorecidos

por un status especial a partir de las catástrofes ambientales y naturales que azotaron a ese país hace unos años (VALENZUELA et al., 2014).

Lo relevante de estos nuevos flujos, es que junto con ampliar y diversificar los orígenes de la inmigración en Chile, pone sobre la mesa de debate la construcción social del racismo y la discriminación étnica a partir de la condición migratoria y origen nacional de los inmigrantes (TIJOUX, 2016). En el caso de los haitianos, por ejemplo, Rojas Pedemonte; Amode e Vásquez (2015) utilizan las categorías de neoracismo y racismo sutil, para analizar los discursos de los migrantes haitianos y de sus experiencias frente a diversas prácticas de discriminación racial y étnica que enfrentan cotidianamente en Santiago.

Por su parte, en el caso de la migración colombiana, ésta enfrenta un doble proceso de discriminación, étnica y de género (PAVEZ, 2016). Nada ejemplifica mejor esta situación que las tensiones y discursos con los que tanto autoridades, como simples ciudadanos y población en general, suelen referirse a las inmigrantes colombianas en el norte de Chile. En la ciudad de Antofagasta, por ejemplo, la misma alcaldesa ha impulsado una práctica y discurso basado en prejuicios raciales y de género, estigmatizando a las inmigrantes colombianas, a las que se les acusa de todos los males y problemas que afectan a las familias chilenas en esa ciudad (EMOL, 2016).

Esta visión racializada de la inmigración, lleva a la formulación de discursos alarmistas y altamente mediáticos, fomentando y consolidando diversos mitos que distorsionan e ideologizan el debate y sustituyen el necesario análisis objetivo de los hechos a partir de datos empíricos y estadísticas que den cuenta de las causas y consecuencias sociales y económicas involucradas en los procesos migratorios (MARTÍNEZ, 2003). No hay duda que las migraciones son uno de los fenómenos sociales contemporáneos en torno a los cuales los mitos y prejuicios suelen anteponerse al análisis riguroso de los datos y evidencias empíricas (NAVARRETE, 2007). En este sentido, nuestro interés es precisamente, documentar con datos estadísticos la situación actual de las migraciones en Chile, ilustrando con ello, los procesos de diferenciación social que las caracterizan. Por de pronto, nuestra tesis es que detrás del discurso de “la inmigración” se esconden e invisibilizan las estructuras de desigualdad social, étnica y económica que permiten diferenciar e identificar las distintas migraciones que componen el fenómeno en el Chile contemporáneo. Estos patrones de diferenciación social es lo queremos documentar con datos estadísticos y demográficos.

Niveles y tendencias de la migración en Chile

La historia de la inmigración en Chile muestra dos grandes ciclos, mismos que son corroborados por los datos del volumen y la tasa de inmigración que reportan los censos de población desde mediados del siglo XIX a la actualidad.

Por un lado, una primera oleada migratoria que va de 1875 a 1920, y que corresponde al gran flujo de inmigrantes europeos, provenientes de España, Alemania e Italia, principalmente (GUTIÉRREZ, 1989). En este periodo el volumen de inmigrantes más que se cuadruplicó, pasando de 21.9 mil en 1865 a casi 100 mil en 1920. Asimismo, la tasa de inmigración se incrementó de sólo 1.2% a un 2.7% en 1907.

Por otro lado, una segunda oleada migratoria a partir de 1982, en donde crecen tanto los volúmenes de inmigrantes como su proporción respecto a la población chilena. Se estima que en el 2015 ya habrían más de 460 mil inmigrantes, los que representan el 2.7% de la población, cifra que igualaría al máximo histórico registrado hace algo más de 100 años.

TABLA 1 – Chile – Volumen y tasa de inmigración internacional

Año	Inmigrantes*	Tasa de Inmigración (%)	Año	Inmigrantes	Tasa de Inmigración (%)
1865	21.982	1,2	1952	103.968	1,7
1875	25.199	1,2	1960	104.853	1,4
1885	40.520	1,6	1970	90.437	1,0
1895	56.463	2,1	1982	83.838	0,7
1907	88.545	2,7	1992	114.611	0,9
1920	96.861	2,6	2002	197.929	1,3
1930	96.056	2,2	2012	339.751	2,0
1940	107.283	2,1	2015	465.319	2,7

Fuentes: Censos de Población 1865 a 2012; Casen (2015).

* Los datos reportados por los censos a partir de 1875, incluye como inmigrantes a la población boliviana y peruana de Antofagasta y Tarapacá, territorios que fueron anexados por Chile al finalizar la Guerra del Pacífico. Para evitar el sesgo que ello implica, para el periodo 1875-1920 hemos estimado para cada año, el volumen de la población peruana y boliviana residente en esas dos provincias y que ya residía allí desde antes de la Guerra del Pacífico, el cual lo hemos restado del volumen total de inmigrantes que reporta cada Censo. A partir de 1930 la eventual sobreestimación que señalamos no tiene mayores efectos en el volumen de la inmigración internacional.

La actual oleada migratoria no sólo implica un repunte del volumen de inmigrantes, sino por sobre todo, un cambio igualmente importante en su composición según países y regiones de origen. En efecto, la primera oleada migratoria estuvo compuesta esencialmente por inmigrantes provenientes de Europa, quienes alcanzan su punto máximo en 1907 cuando logran representar el 83% del total de inmigrantes en Chile. Por el contrario, en el 2012 sólo representan el 11% proporción que se reduce al 6% en el 2015 de acuerdo a datos de la **Encuesta de caracterización socioeconómica nacional (CASEN, 2015)**.

Por el contrario, la actual oleada migratoria está compuesta principalmente por inmigrantes sudamericanos, quienes pasaron de representar menos del 20% de la inmigración en 1952, al 75% en el 2012 y el 81% en el 2015, según reporta la encuesta CASEN de ese año. En esta segunda oleada destaca el creciente peso que adquieren los países fronterizos, quienes pasan de aportar sólo el 23% de la inmigración en 1960, al 53% en el 2015.

El caso de Perú es sin duda, el más paradigmático y representativo de esta nueva oleada migratoria en Chile. Hasta los años 80s, la migración peruana era prácticamente no significativa, y representaba un volumen inferior a las 8 mil personas. A partir de 1992, sin embargo, inicia su crecimiento, pasando a 39 mil en 2002, y continuar creciendo hasta llegar a los 139 mil en el 2015. Esta tendencia hizo que ya a inicio de los años 2000s Perú se convirtiera en el principal origen de la inmigración a Chile, más que duplicando la inmigración argentina y colombiana.

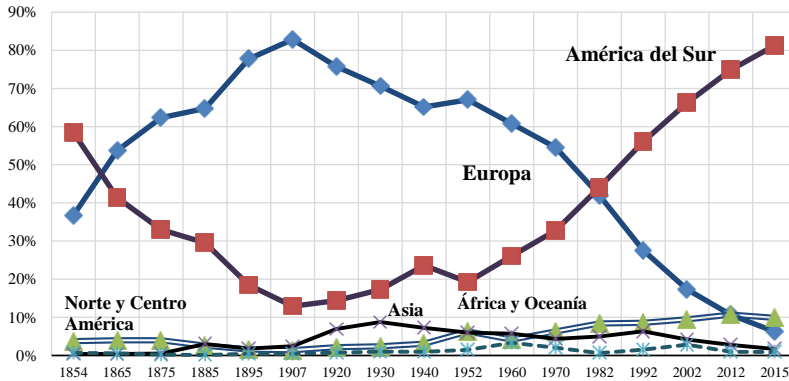
Asimismo, destacan los inmigrantes provenientes de Bolivia y Colombia, quienes inician su crecimiento a partir de la década de los 2000s. Al igual que Perú, se trata de un flujo reciente propio de esta nueva oleada y que casi no existía hasta hace unas décadas. Particular relevancia adquiere Colombia, país que de acuerdo a las estimaciones de la encuesta CASEN de 2015, para este año ya habría desplazado a Argentina del segundo lugar como país de origen de la inmigración en Chile.

Por su parte, los ecuatorianos y más recientemente los venezolanos, son un nuevo componente de la inmigración sudamericana a Chile, que al igual que el caso colombiano, nos indica que la influencia migratoria chilena tiende rápidamente a traspasar el ámbito fronterizo, para convertirse en un destino de importancia a nivel regional y continental. En el caso de Ecuador, el flujo que inicia su crecimiento en los años 2000s, nos indica el papel de Chile como destino alternativo frente al freno de la emigración ecuatoriana a España producto de la crisis económica de ese país a fines de la década pasada. Asimismo, el caso venezolano sin duda está muy vinculado a la crisis política que enfrenta ese país en los años lo que se refleja en que es sólo a partir del 2012 que el flujo adquiere un peso relativamente importante.

A este componente sudamericano, cabe agregar el más reciente flujo de inmigrantes haitianos y dominicanos, que se asientan principalmente en la ciudad de Santiago. Se trata de un flujo que hasta el 2002 era prácticamente inexistente. Es sólo a partir de esta década cuando toma impulso este flujo, de tal modo que ya el censo del 2012 reporta la presencia de 3.3 mil dominicanos y 1.7 mil haitianos, los cuales rápidamente se incrementan a más de 8 mil dominicanos y 15 mil haitianos en el 2015.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

GRÁFICO 1 – Chile – Inmigrantes según región de origen



Fuentes: Censos de Población 1854 a 2012; Casen (2015).

TABLA 2 – Chile, 2015 – Inmigrantes latinoamericanos según principal país de origen

País de Origen	1960	1970	1982	1992	2002	2012	2015
Perú	3.583	3.930	4.308	7.649	39.084	103.624	139.361
Colombia	645	825	1.069	1.666	4.312	27.411	63.481
Argentina	11.876	13.674	19.733	34.415	50.448	57.019	55.185
Bolivia	8.517	7.666	6.298	7.729	11.649	25.151	47.110
Ecuador	946	1.018	1.215	2.267	9.762	16.357	30.127
Venezuela	411	405	942	2.397	4.452	7.897	20.816
Brasil	616	955	2.076	4.610	7.589	9.806	13.291
Uruguay	531	805	989	1.599	2.467	4.400	4.662
Paraguay	206	304	284	683	1.321	2.692	4.211
Haití	47	52	nd	37	50	1.675	15.705
Rep. Dominicana	40	81	nd	126	300	3.255	8.393

Fuentes: Censos de Población, 1960 a 2012; Casen (2015).

Perfil sociodemográfico de los inmigrantes

Los datos nos permiten identificar diferentes perfiles migratorios. En cuanto a la composición por género de las migraciones, los datos muestran que los flujos extrarregionales son esencialmente masculinos, con excepción de los provenientes de Norte y Centro América, en donde se da una proporción más equilibrada entre los volúmenes masculinos y femeninos de la migración. Por el contrario, en los flujos provenientes de Europa, se da una relación de 114 hombres por cada 100 mujeres, proporción que se eleva a 135 hombres por cada 100 mujeres en el caso de los inmigrantes asiáticos.

Por el contrario, en los flujos sudamericanos, la relación se invierte, y podemos afirmar que en general, se trata de flujos altamente feminizados. Los casos más extremos son los de Perú, Bolivia, Colombia y Brasil, en donde se da una relación de sólo 77 hombres por cada 100 mujeres. En el caso de Ecuador y Venezuela, la relación es algo menor, pero igualmente muy favorable a la participación femenina. Sólo en el caso argentino se da una participación más equilibrada con una relación de 98 hombres por cada 100 mujeres.

En cuanto a la edad de los migrantes, se repite el mismo patrón de diferenciación. En los flujos extra-regionales la edad promedio supera los 40 años, con excepción de los centro y norteamericanos, en donde la edad es cercana a los 32 años. Por su parte, en los migrantes sudamericanos identificamos dos patrones. Por un lado, los argentinos, brasileños, venezolanos y peruanos, en donde la edad es superior a los 30 años, pero en todo caso, muy inferior a la de los extra-regionales. Por otro lado, los inmigrantes bolivianos, colombianos y ecuatorianos, en donde la edad promedio es ligeramente inferior a los 29 años.

Por último, en cuanto al nivel de escolaridad, una vez más se reproduce el patrón de diferenciación ya señalado. Por un lado, destaca el caso de los inmigrantes extra-regionales, quienes poseen muy altos niveles de escolaridad. En todos los casos más del 57% de los inmigrantes poseen estudios de educación superior. En similar situación se ubican los inmigrantes brasileños y venezolanos, lo que nos indica que en este caso, se trata de un flujo muy particular, de inmigrantes altamente calificados situación que contrasta con la de los demás inmigrantes de la región.

En efecto, los bolivianos, ecuatorianos y colombianos presentan una situación inversa. En todos ellos se da una alta proporción de inmigrantes con baja escolaridad, que no han culminado sus estudios de educación media, junto a una baja proporción de inmigrantes con estudios superiores.

Lo relevante de estos diferentes perfiles sociodemográficos, es que ellos pueden asociarse con patrones igualmente diferenciados de inserción laboral y de condiciones de vida de los migrantes en Chile. Por de pronto, los mercados de trabajo suelen operar segmentando y diferenciando la fuerza de trabajo, para

lo cual, la diferenciación sociodemográfica (por sexo, edad, escolaridad) ocupa un papel de gran relevancia.

TABLA 3 – Chile, 2015 – Perfil sociodemográfico de inmigrantes según país y región de origen

Regiones/Países		Índice de Masculinidad	Edad Promedio	Escolaridad			
				Media Incompleta	Media Completa	Superior	Total
Extra Regionales	Europa	1,14	40,3	24,4%	16,3%	59,4%	100%
	Asia	1,35	42,0	26,2%	17,2%	56,6%	100%
	Norte y Centro América	1,02	31,8	29,4%	12,3%	58,3%	100%
Sud Americanos	Argentina	0,98	33,1	34,7%	30,8%	34,5%	100%
	Brasil	0,76	30,8	21,0%	22,3%	56,7%	100%
	Venezuela	0,85	32,1	15,9%	12,1%	72,0%	100%
	Perú	0,79	34,0	27,5%	47,1%	25,5%	100%
	Bolivia	0,77	29,7	54,2%	32,4%	13,4%	100%
	Colombia	0,77	29,1	38,4%	36,8%	24,8%	100%
	Ecuador	0,84	26,8	45,5%	27,2%	27,3%	100%
Otros	0,92	30,9	45,3%	29,3%	25,4%	100%	
Total		0,89	32,3	34,3%	33,2%	32,5%	100%

Fuente: Estimaciones propias con base en encuesta (CASEN, 2015).

Considerando lo anterior, identificamos tres grandes perfiles sociodemográficos de la inmigración en Chile, a saber:

.Inmigrantes extra-regionales. Se trata de una inmigración más masculina, de mayor edad y de alta escolaridad.

.Inmigrantes de origen peruano, boliviano, colombiano y ecuatoriano. Entre ellos se da una mayor presencia de mujeres, jóvenes y de muy baja escolaridad en general.

.Inmigrantes argentinos, brasileños y venezolanos, los que se sitúan en posiciones intermedias. Se da una mayor proporción de mujeres, como en los

demás sudamericanos, igualmente jóvenes, pero sin embargo, con altos niveles de escolaridad.

Considerando estos tres perfiles, a continuación presentamos un análisis comparativo de los patrones de inserción laboral así como de condiciones socioeconómicas de cada uno de ellos, lo que nos permitirá apoyar nuestra tesis de que estos perfiles de diferenciación por origen migratorio configuran también un patrón de diferenciación social entre los inmigrantes.

Inserción laboral y diferenciación ocupacional

Los diferentes flujos migratorios identificados, muestran importantes diferencias en cuanto a los patrones de inserción laboral de los inmigrantes según su origen nacional y regional. En primer lugar, tanto los inmigrantes extrarregionales como los de Argentina, Brasil, Venezuela y Uruguay, muestran una mayor concentración en actividades de alta productividad, tanto respecto al promedio nacional, como a los demás inmigrantes. En el primer caso, casi el 17% de los inmigrantes se ocupan en actividades mineras, *utilities*, y servicios financieros e inmobiliarios, proporción que se eleva a casi el 22% en el segundo grupo de inmigrantes, casi duplicando el promedio nacional.

Por el contrario, sólo el 7% de los otros inmigrantes sudamericanos (peruanos, bolivianos, y otros) se emplean en este tipo de actividades de alta productividad. Ello se debe entre otras cosas, a que se trata de trabajadores con menores niveles de calificación y escolaridad formal, lo que no les permite acceder a empleos de mayores niveles de productividad que exigen altos niveles en formación de capital humano. Sin embargo, la consecuencia es también evidente. Están expuestos a empleos con mayores niveles de precariedad e inestabilidad laboral, flexibilidad y desregulación contractual, configurando contextos de alta vulnerabilidad social y económica, situación, que por lo mismo, contrastaría con la que prevalece entre los inmigrantes extrarregionales.

Esto se refleja directamente en la inserción de los inmigrantes según estratos socio-ocupacionales. Mientras el 44.5% de los inmigrantes extrarregionales se insertan en puestos de alto nivel, como directivos, CEOs, o profesionales, sólo el 5.5% de los inmigrantes provenientes de Perú, Bolivia, Ecuador, Colombia, Haití y R. Dominicana se emplea en estos puestos de la parte alta de la jerarquía ocupacional. Por su parte, los otros inmigrantes sudamericanos (argentinos, brasileños, venezolanos y uruguayos), se ubican en una posición intermedia, aunque en todo caso, muy por encima del promedio nacional.

Por el contrario, cuando vemos la parte baja de la pirámide ocupacional, la situación se invierte. Sólo el 15.5% de los inmigrantes extrarregionales se emplea en servicios y trabajos de baja calificación, como servicio doméstico, obreros de la construcción, servicios de limpieza y mantenimiento, entre otros. Situación que contrasta con los inmigrantes provenientes de Perú, Bolivia, y

otros, donde el 54.7% se emplea en estas ocupaciones de muy baja calificación. Nuevamente, los otros inmigrantes sudamericanos, se ubican en una situación intermedia, aunque en todo caso, muy por debajo del promedio nacional.

TABLA 4 – Chile, 2015 – Características de la inserción laboral, según origen migratorio

	Extra Regionales	Argentina, Brasil, Venezuela y Uruguay	Perú, Bolivia, Haití, Colombia, Ecuador y R. Dominicana	Promedio Nacional
Ocupados en sectores de alta productividad¹	16,7%	21,6%	7,0%	12,0%
Estratos Ocupacionales ²	100%	100%	100%	100%
Bajo	15,5%	30,0%	54,7%	41,4%
Medio-Bajo	13,4%	24,2%	32,0%	32,3%
Medio	26,6%	20,4%	7,9%	15,7%
Alto	44,5%	25,3%	5,5%	10,6%
Remuneraciones (dólares al mes)	1.857	1.065	683	706

Fuente: Estimaciones propias con base en Encuesta (CASEN, 2015).

¹ Minería, Electricidad, Gas, Agua, Servicios Financieros e Inmobiliario.

² Estrato Bajo: Servicios personales, jornaleros de la construcción y trabajos no calificados.

Estrato Medio-Bajo: empleados de oficinas, secretarías, y operarios.

Estrato Medio: Profesores de educación Básica y Media, Comerciantes y Técnicos.

Estrato Alto: Gerentes, CEOs, Profesionales.

Estos datos nos indican una peculiar diferenciación en cuanto a la inserción laboral de los inmigrantes. Mientras los provenientes de Perú, Bolivia, Ecuador, Colombia, Haití y Dominicana, tiende a reproducir el mismo patrón de inserción de la fuerza de trabajo chilena (baja participación en puesto altos de la jerarquía, y alta concentración en los puestos inferiores de la pirámide ocupacional) los inmigrantes extrarregionales tienden a posicionarse en los estratos altos de la jerarquía laboral, al igual que los inmigrantes de Argentina, Brasil, Venezuela y Uruguay, quienes también se alejan significativamente de la estructura ocupacional de los trabajadores chilenos.

Nada refleja mejor esta diferenciación en la inserción ocupacional, que el volumen de remuneraciones que reciben en promedio cada grupo de trabajadores inmigrantes. Al respecto, la elocuencia de los datos es total. La remuneración mensual de los inmigrantes extrarregionales es de 1,850 dólares mensuales, muy por encima del promedio nacional, así como del resto de los

inmigrantes sudamericanos. Por su parte, la remuneración de los inmigrantes del primer grupo de sudamericanos (Argentina, Brasil, Venezuela y Uruguay) es 1,000 dólares mensuales, que aunque menor que la anterior, es igualmente muy superior al promedio nacional. Por el contrario, las remuneraciones del segundo grupo de inmigrantes latinoamericanos (peruanos, bolivianos, ecuatorianos, colombianos, haitianos y dominicanos) es de sólo 683 dólares mensuales, ligeramente inferior al promedio nacional, y muy por debajo de la prevaleciente en los demás grupos de inmigrantes.

Condición socioeconómica y desigualdad social. La cara oculta de las migraciones

Los datos anteriores nos indican que no se trata de una mera diferenciación de flujos y patrones migratorios, sino que detrás de ello existe una diferenciación social y económica. Se trata en el fondo, de diferencias en cuanto a la inserción en la estructura de clases de la sociedad chilena. Mientras los inmigrantes extrarregionales y en menor medida, los argentinos, brasileños, venezolanos y uruguayos se vinculan con las clases medias-altas y atas de la sociedad chilena, los inmigrantes peruanos, bolivianos, ecuatorianos, colombianos, haitianos y dominicanos se vinculan con las clases populares y trabajadoras. De esta forma, vemos cómo las estructuras de desigualdad social y de clases de la sociedad chilena, se reproducen en la inmigración, configurando patrones de diferenciación social.

Esta diferenciación social entre los distintos flujos de inmigrantes, se manifiesta y expresa cuando analizamos las diferencias y desigualdades en cuanto a sus condiciones de vida e ingresos. Como se observa en el siguiente cuadro, todos los indicadores de condiciones de vida de los inmigrantes señalan la desigualdad social ya señalada. Las condiciones de vida de los inmigrantes extrarregionales es con mucho muy superior no sólo a la de los inmigrantes peruanos, bolivianos, ecuatorianos, colombianos, haitianos y dominicanos, sino también al promedio de los chilenos. Asimismo, si bien las condiciones de vida de los inmigrantes argentinos, brasileños, venezolanos y uruguayos se ubican por debajo de los inmigrantes extrarregionales, se mantienen sin embargo, muy por encima de los demás inmigrantes sudamericanos, y del promedio nacional.

Esta diferencia en los niveles de ingreso, se manifiesta también en una diferencia en la distribución de los inmigrantes según estratos de ingresos. Mientras el 69% de los inmigrantes extrarregionales pertenece al cuartil de ingresos más rico del país, en esa situación sólo se ubica el 25% de los inmigrantes, peruanos, bolivianos, y otros, misma proporción que el resto de los chilenos. Asimismo, los inmigrantes argentinos y otros, muestran también una alta concentración en el cuartil de mayores ingresos. El 41% de ellos pertenece a ese cuartil, proporción muy superior al promedio nacional y al de los inmigrantes peruanos y otros.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

TABLA 5 – Chile, 2015 – Condiciones de vida y distribución por niveles de ingresos de los inmigrantes

	Extra Regionales (%)	Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguay (%)	Perú, Bolivia, Haití, Colombia, Ecuador y R. Dominicana (%)	Promedio Nacional (%)
En situación de Pobreza	5,9	13,5	30,3	19,1
En condición de Hacinamiento	4,2	14,0	34,1	11
Sin Sistema de Salud Previsional	12,3	17,0	28,7	7
Sin Sistema de Seguridad Social	27,5	33,1	42,5	36
Ingreso Per Cápita (dólares a mes)	1.459	806	543	485
Distribución por Cuartiles de Ingresos (%)	100,00	100,00	100,00	100
Cuartil 1 (más bajo)	8,9	20,1	25,0	25,0
Cuartil 2	7,6	17,4	26,5	25,0
Cuartil 3	14,4	21,4	23,6	25,0
Cuartil 4 (más alto)	69,1	41,0	24,8	25,0

Fuente: Estimaciones propias con base en Casen (2015).

Por el contrario, en la base de la estructura social, según estratos de ingresos, se da la situación inversa. En el primer cuartil de ingresos se ubica menos del 9% de los inmigrantes extrarregionales, y sólo el 20% de los argentinos y otros, cifra claramente inferior a la de los inmigrantes peruanos y otros.

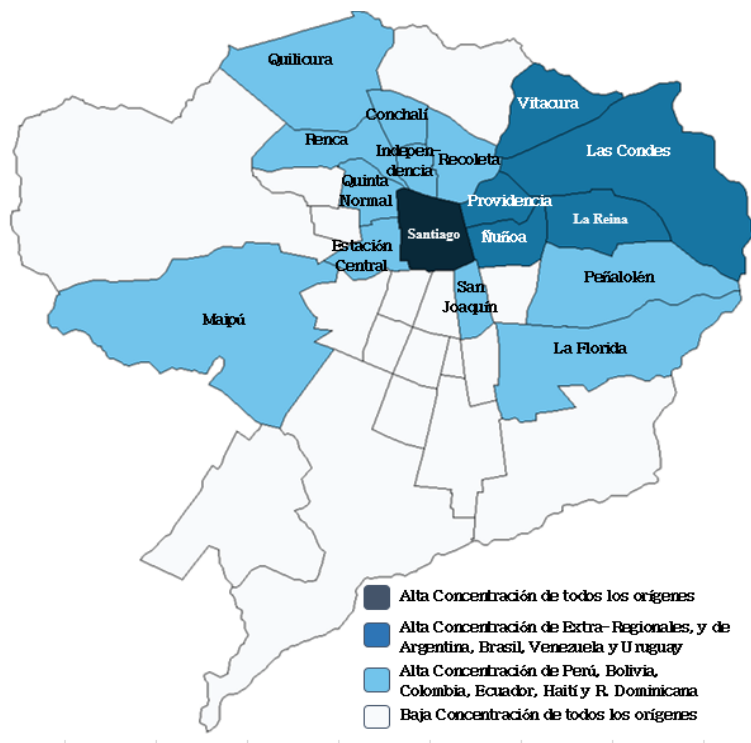
Esta diferenciación en cuanto a las condiciones de vida y niveles de ingresos, se refleja también a nivel territorial. En el siguiente mapa reflejamos las formas de la desigualdad social a través de la diferenciación en los patrones de residencia de los inmigrantes en Santiago. Para ello, hemos identificado las comunas donde reside el 75% de los inmigrantes peruanos y otros, así como el 70% de los inmigrantes extrarregionales y argentinos y otros (hemos agrupado a estos dos flujos, pues en realidad como hemos visto, forman parte de los mismos estratos de ingresos y ocupacionales).

Como puede observarse en el mapa, es evidente la segregación residencial entre los dos grupos de inmigrantes. Mientras los extrarregionales junto a los argentinos y otros, tienden a residir en las comunas del barrio alto de Santiago (Providencia, Las Condes, Vitacura, La Reina y Ñuñoa), los inmigrantes peruanos y otros tienden a residir preferentemente en comunas populares y de estratos socioeconómicos bajos.

En efecto, en las 5 comunas donde reside más del 70% de los inmigrantes extrarregionales junto a los argentinos, brasileños y otros, el ingreso per cápita

es de casi 1,600 dólares al mes (CASEN, 2015). Por el contrario, en las 11 comunas donde reside más del 75% de los inmigrantes peruanos, bolivianos y otros, el ingreso per cápita es sólo 457 dólares mensuales, muy similar al prevaleciente en las comunas sin concentración de inmigrantes, y como ya hemos visto muy similar al promedio nacional.

Figura 1. Área Metropolitana del Gran Santiago
Concentración de inmigrantes por comunas según país y región de origen – 2015



Fuente: Casen (2015).

Destaca el caso de la comuna de Santiago, en donde se da una situación única en donde confluyen inmigrantes de prácticamente todos los orígenes. Se trata de una situación particular, pues la comuna de Santiago es el centro comercial, financiero y político no sólo de la ciudad de Santiago, sino de todo el país.

Este análisis de los patrones residenciales, y su asociación con las formas de desigualdad social y de clases que prevalece entre estos tres flujos migratorios da cuenta de un fenómeno muy peculiar, y que suele pasarse por alto en el debate sobre la inmigración en Chile. Los inmigrantes peruanos, bolivianos, ecuatorianos, colombianos, haitianos y dominicanos muestran una

distribución por estratos de ingresos que es prácticamente igual a la de la población chilena. Por el contrario, son los otros inmigrantes (extrarregionales y argentinos y otros) los que se distancian de esta distribución. Esto indica dos cosas.

.Por un lado, que los inmigrantes extrarregionales y argentinos y otros, son claramente parte de la élite de la sociedad chilena, se insertan en sus mismos estratos de ingresos, comparten similares condiciones de vida y espacios de residencia.

.Por otro lado, los inmigrantes peruanos y otros, en cambio, son claramente muy similares a la población chilena, comparten con ella una misma distribución por estratos de ingresos, un mismo nivel de ingresos, y similares condiciones de vida.

En otras palabras, los inmigrantes peruanos, bolivianos, ecuatorianos, colombianos, haitianos y dominicanos, son en su inserción social, nada diferentes de la población chilena. Si bien pertenecen a identidades étnicas y culturales diferentes, lo cierto es que social y económicamente no son en nada diferentes al común de los chilenos.

Conclusiones: diferenciación social y de clases en la migración en Chile

Chile atraviesa por una nueva oleada de inmigración, misma que inicia en la década de los 80s, y se acentúa en los últimos años. Si la primera oleada, de fines del siglo XIX y primeras décadas del siglo XX, se inscribió en el gran flujo migratorio transcontinental de europeos a las Américas de esa época, la actual migración se inscribe en cambio en el auge y consolidación de desplazamientos Sur-Sur.

La actual inmigración en Chile está compuesta por flujos provenientes principalmente de los países limítrofes, y en menor medida de otros países sudamericanos. En concreto, destaca el caso de la inmigración peruana, la que constituye el principal componente de la inmigración contemporánea en Chile, aportando el 30% del total de inmigrantes. A este flujo se le agregan los inmigrantes colombianos, bolivianos y ecuatorianos, los que conforman flujos emergentes que adquieren pesos relevantes en la dinámica de la inmigración en Chile.

Por su parte, Argentina, que desde siempre fue uno de los principales orígenes de la inmigración, aunque mantiene su importancia absoluta, se ha visto desplazada de su anterior preeminencia ante el auge de estos nuevos flujos emergentes. No ocurre lo mismo con la inmigración europea y norteamericana, la que pasó de ser el principal componente en la anterior oleada migratoria de hace 100 años, a ocupar un lugar secundario, aunque no por ello menos relevante.

Considerando estos nuevos componentes en la dinámica de la inmigración internacional en Chile, podemos concluir que esta nueva oleada migratoria está compuesta por tres grandes flujos migratorios.

Por un lado, el flujo de bolivianos y peruanos al norte de Chile, posiblemente impulsado por tres factores:

.Por un lado, el auge y crecimiento económico de la región a partir del desarrollo de la Gran Minería del cobre. Junto a la presencia de grandes explotaciones estatales, en las últimas décadas se han impulsado diversos proyectos mineros por parte de sectores privados vinculados a importantes empresas transnacionales del ramo. Todo ello enmarcado por una larga coyuntura de precios favorables a nivel internacional, han implicado un importante auge y crecimiento económico de la región, impulsando diversos proyectos productivos y sociales más allá de la actividad minera propiamente tal

.Por otro lado, cabe señalar el auge y expansión económica a partir de la expansión y consolidación de la zona franca en el puerto de Iquique, el cual constituye además, un punto de entrada y salida de las exportaciones e importaciones desde y hacia Bolivia

.Por último, el carácter fronterizo de la región, que facilita los desplazamientos e intercambios cotidianos y recurrentes entre los tres países que comparten la zona fronteriza del norte de Chile.

A la tradicional inmigración peruana y boliviana en la región, se agrega en años recientes la llegada de inmigrantes colombianos, que si bien no alcanzan aún los volúmenes de la inmigración peruana y boliviana, sí conforman un grupo que adquiere inusitada importancia social. En particular, sobre ellos recae cada vez más, un proceso de estigmatización basado en actitudes xenófobas, racistas y misóginas.

Por otro lado, el flujo de peruanos, y en menor medida de colombianos, ecuatorianos, y más recientemente haitianos y dominicanos, hacia la Región Metropolitana y la ciudad de Santiago. Es un flujo emergente, y que por sus volúmenes y perfiles, es la base que caracteriza la nueva oleada migratoria en Chile. Se trata de una inmigración que se caracteriza por sus bajos niveles de escolaridad, con una alta participación de mujeres que suele superar a la de hombres, que se insertan en general, en ocupaciones precarias y de bajos salarios, como el servicio doméstico, jornaleros de la construcción, y trabajos no calificados. Asimismo, su patrón de localización residencial en el Gran Santiago refleja un evidente proceso de segregación socioeconómica. En particular, en el caso de estos inmigrantes la segregación residencial adquiere un doble carácter: es de clase y es por condición migratoria

Lo más relevante, en todo caso, es que su perfil sociodemográfico, escolarización, inserción ocupacional, y niveles de ingresos, no es en lo sustantivo muy diferente del promedio de los chilenos. De hecho, este

componente del flujo migratorio es el que muestra un perfil demográfico y socioeconómico más parecido al común de los chilenos, a pesar de lo cual, son continuamente estigmatizados y expuestos a diversas actitudes xenófobas y prácticas de segregación social y discriminación étnica.

Por último, el flujo de argentinos, brasileños, venezolanos y uruguayos, así como de europeos, norteamericanos y de otras regiones del mundo. Presenta un perfil socioeconómico y demográfico muy diferente al anterior. Se trata en ambos casos preferentemente de una migración masculina (con excepción de los casos de Venezuela y Brasil, los que en todo caso, no implican grandes volúmenes), con altos niveles de estudios (superior y postgrados), y que se insertan laboralmente en los puestos de trabajo más altos de la pirámide ocupacional (CEOs, gerentes y profesionales). Por lo mismo, perciben remuneraciones e ingresos que los ubican muy por encima de la media nacional, y muy similar a los de las clases altas de Chile. Esto se corrobora con su patrón residencial. Tanto los migrantes extrarregionales, como los argentinos, brasileños, venezolanos y uruguayos, tienden a residir en las comunas y barrios de más altos ingresos de la ciudad de Santiago, siendo fácilmente asimilados a la clase alta de la sociedad chilena.

El análisis de los datos de la inserción laboral, condiciones socioeconómicas, y patrones residenciales, nos llevan a concluir que detrás de las diferencias en los perfiles y patrones de estos dos grandes flujos (Peruanos, bolivianos, ecuatorianos, colombianos, haitianos y dominicanos, por un lado, y extrarregionales y argentinos, brasileños, venezolanos y uruguayos, por el otro) lo que existe es una desigualdad de clases. Es decir, mientras unos se asocian y se asemejan a la población chilena de clases medias y bajas, los otros, se asimilan y asemejan a los grupos de altos ingresos que conforman las élites de la sociedad chilena.

Sin embargo, no se trata de una distinción que haya surgido ahora. Por el contrario, desde siempre los inmigrantes europeos se han integrado a las clases altas de la sociedad chilena. En efecto, ya en la primera oleada migratoria de fines del siglo XIX y comienzos del siglo XX, gran parte de los inmigrantes europeos terminaron contribuyendo a la conformación de las clases altas de la sociedad chilena. Lo que ha ocurrido con la actual oleada migratoria, es que a ese flujo que podríamos denominar como histórico y tradicional de la migración en Chile, se ha agregado un nuevo componente, de inmigrantes provenientes de países vecinos y de Sudamérica en general, quienes se distancian por completo de ese perfil tradicional de la inmigración internacional a Chile. Se trata en el fondo, de un nuevo componente cuyos perfiles socioeconómicos los asemejan muy directamente con el grueso de la población chilena, que es de clases medias y populares.

Referencias

- ARRIAGADA, I.; TODARO, R. **Cadenas globales de cuidados: el papel de las migrantes peruanas en la provisión de cuidados en Chile**. Santiago de Chile, Chile: ONU Mujeres, 2012.
- CASEN. **Encuesta de caracterización socioeconómica nacional, 2015**. Santiago de Chile, Chile: Ministerio de Desarrollo social; Gobierno de Chile, 2015.
- EMOL. Alcaldesa de antofagasta e inmigración: la población que está llegando está generando serios problemas. **El Mercurio on Line**, Chile, 2016. Disponible en: <<http://www.emol.com/noticias/Nacional/2016/12/14/835586/Alcaldesa-de-Antofagasta-e-inmigracion-La-poblacion-que-esta-llegando-esta-generando-serios-problemas.html>>
- GUTIÉRREZ, H. La inmigración española, italiana y portuguesa: Chile 1860-1930. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, Año XVII, n. 48, p. 61-79, 1989. Disponible en: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/38150>>
- MARTÍNEZ, J. Magnitud y dinámica de la inmigración en Chile, según el Censo de 2002. **Papeles de Población**, México, DF, v. 11, n. 44, p. 109-147, 2005.
- _____. **El encanto de los datos: sociodemografía de la inmigración en Chile según el censo de 2002**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2003. (Serie Población y Desarrollo, n. 49).
- NAVARRERE, B. La “quinta oleada migratoria” de peruanos a Chile: los residentes legales. **Revista Enfoques**, Santiago de Chile, Chile, n. 7, p. 173-195, 2007. Disponible en: <http://www.ucentral.cl/prontus_ucentral2012/site/artic/20131230/asocfile/20131230224918/96000707.pdf>
- PAVEZ, J. Racismo de clase y racismo de género: “mujer chilena”, “mestizo blanquecino” y “negra colombiana” en la ideología nacional chilena. In: TIJOUX, M. E. (Ed.). **Racismo en Chile: la piel como marca de la inmigración**. Santiago de Chile, Chile: Editorial Universitaria, 2016.
- ROJAS PEDEMONTE, N.; SILVA, C. **La migración en Chile: breve reporte y caracterización**. Madrid, España: OBIMID, 2016. (Informe OBIMID). Disponible en: <http://www.extranjeria.gob.cl/media/2016/08/informe_julio_agosto_2016.pdf>
- _____; AMODE, N.; VÁSQUEZ, J. Racismo y matrices de “inclusión” de la migración haitiana en Chile: elementos conceptuales y contextuales para la discusión. **Polis – Revista Latinoamericana**, v. 14, n. 42, p. 217-245, 2015.
- SOLIMANO, A.; TOKMAN, V. **Migraciones internacionales en un contexto de crecimiento económico: el caso de Chile**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2006. (Serie Macroeconomía del Desarrollo, 54).
- STEFONI, C. **Perfil migratorio de Chile**. Buenos Aires, Argentina: Organización Internacional para las Migraciones, 2011. Disponible en: <http://priem.cl/wp-content/uploads/2015/04/Stefoni_Perfil-Migratorio-de-Chile.pdf>.
- _____. Migración, género y servicio doméstico: mujeres peruanas en Chile. In: VALENZUELA, M. E.; MORA, C. (Ed.). **Trabajo doméstico: un largo camino hacia el trabajo decente**. Santiago de Chile, Chile: Oficina Internacional del Trabajo, 2009.
- TIJOUX, M. E. **Racismo en Chile: la piel como marca de la inmigración**. Santiago de Chile, Chile: Editorial Universitaria, 2016.
- VALENZUELA, P. et al. Integración laboral de los inmigrantes haitianos, dominicanos y colombianos en Santiago de Chile. **Revista Antropologías del Sur**, Santiago de Chile, Chile, n. 2, p. 101-121, 2014.

RETOS METODOLÓGICOS PARA EL ESTUDIO DE LA MIGRACIÓN INTRARREGIONAL EN AMÉRICA DEL SUR

Julieta Bengochea

Silvia Elena Giorguli Saucedo

En este trabajo analizamos los retos metodológicos que implica el estudio de la tendencia de la migración intrarregional en América del Sur, tanto si el objetivo es un análisis a nivel de país o entre los países que la componen. Así, nos preguntamos: ¿Qué dificultades presenta el estudio de la migración intrarregional en América del Sur? y ¿Qué podemos conocer de su comportamiento con base en las diversas fuentes de información disponibles para su estudio? Para contestar estas preguntas estudiamos diferentes fuentes de datos disponibles para el análisis de la migración intrarregional en América del Sur y sus características entre 1960 -2010, particularmente: Investigación de la Migración Internacional en América Latina y el Caribe (IMILA) – Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE), Stocks Bilaterales de Naciones Unidas, Stocks Bilaterales de Banco Mundial e Integrated Public Use Microdata Series (IPUMS) – Internacional.

Los censos de población son la principal fuente de información para el análisis estadístico de la migración internacional. También lo son de importancia registros de entradas y salidas de un país, encuestas específicas de migración, encuestas de ocupación y empleo, entre otras. A pesar de la variedad de fuentes existentes para el estudio de la migración internacional estas presentan varios desafíos que sortear. Entre estos: accesibilidad, disponibilidad, comparabilidad, fiabilidad y cobertura del dato migratorio, por mencionar los principales. El mayor obstáculo para un estudio que se propone analizar la evolución de la migración intrarregional entre países y a lo largo del tiempo es el de la comparabilidad. Este problema subyace en la falta de armonización y estandarización de cómo medir el evento migratorio, ya sea desde las propias definiciones de migrante, desde las preguntas a utilizar y las medias de tiempo que definen a un migrante (BELL et al., 2002; REES et al., 2000). A pesar de que Naciones Unidas en 1976 estableció recomendaciones sobre la medición de la migración internacional, justamente con el objetivo de convenir la medición entre países, las decisiones finales las ponen los gobiernos locales y sus prioridades (BELL et al., 2002).

Como se consigue observar en el Cuadro 1 un migrante puede ser definido según su lugar de origen, su lugar de nacimiento, su residencia anterior y/o su ciudadanía (habiendo diferentes procesos de adquisición de ciudadanía tal como *ius solis*²¹ o *ius sanguinis*²²), lo que deviene en diferentes indicadores de

²¹ Nacionalidad heredada por el derecho de sangre.

migración. La consecuencia de esto es la construcción de indicadores similares mediante la utilización de bases de datos diferentes (REES et al., 2000), siendo un problema importante dado que si los métodos de recolección y las medidas no coinciden difícilmente se puedan complementar (ABEL, 2013). Una de las principales recomendaciones de Naciones Unidas es realizar los censos de población en años terminados en 0, lo que permitiría en un escenario ideal obtener comparabilidad temporal entre países y un periodo estándar entre mediciones.

CUADRO 1 – Resumen de las variables necesarias para estudiar la migración internacional

Pregunta	Tipo de información	Conceptual
País de nacimiento	Stock de inmigrantes	Permite conocer el total de inmigrantes de un país en un tiempo t , pero no permite conocer temporalidad de la migración
País de residencia hace 1 año	Flujo de inmigrantes llegados hace un año	Permite conocer el flujo de inmigrantes de un país llegados entre $t, t-1$
País de residencia hace 5 años	Inmigrantes recientes llegados hace 5 años	Permite conocer el total de inmigrantes de un país llegados entre $t, t-5$, pero no permite registrar flujo de las entradas y salidas de inmigrantes entre $t, t-5$
Año de llegada al país	Flujo de inmigración	Permite conocer las entradas de inmigrantes al país según su año de llegada, por tanto, es un buen acercamiento al análisis de flujo
Nacionalidad o ciudadana	Condición política en el país de destino	Permite conocer si la persona es inmigrante pero no permite desagregar entre nativos, migrantes de segundas o más generaciones y nacionalidades heredadas o adquiridas.

Fuente: Elaboración Propia

Como se observa en el Cuadro 2, en América del Sur no todos los censos se han realizado en años terminados en 0, ni en un lapso de diez años. Esto genera un problema serio de comparabilidad tanto entre países como dentro de los propios países, dado que un análisis de evolución y de trayectoria de la migración intrarregional en la región va a estar sesgado por la subrepresentación del dato migratorio. Esta heterogeneidad de años censales y periodos intercensales fue el primer reto para el análisis de la tendencia de la migración intrarregional e implicó una decisión metodológica la cual nos permitirá agrupar los datos por ronda censal. El resultado de esto se observa en el Cuadro 2 donde la agrupación de años según ronda censal se efectuó con base

²² Nacionalidad según el territorio de nacimiento.

en la propuesta de United Nations (2015)²³. Esto implica que algunas rondas censales tengan menos mediciones (menos países realizaron sus censos en dicha ronda) y otras un mayor número de mediciones (más países realizaron sus censos en dicha ronda). Esto, afecta el recuento del volumen del stock y de la migración reciente. Sin embargo, este problema solo se suscita cuando la fuente de análisis es IMILA – CELADE o IPUMS Internacional dado que los datos de Naciones Unidas y del Banco Mundial cuentan con estimaciones terminados en 0 y cada diez años. Esto convierte a los datos de Naciones Unidas y Banco Mundial en una clara ventaja para el análisis de tendencias migratorias.

CUADRO 2 – País según ronda censal y año exacto del censo. América del Sur: 1960 – 2010

Países	Ronda Censal 1960	Ronda Censal 1970	Ronda Censal 1980	Ronda Censal 1990	Ronda Censal 2000	Ronda Censal 2010
	Año del censo	Año del censo	Año del censo	Año del censo	Año del censo	Año del censo
Argentina	1960	1970	1980	1991	2001	2010
Bolivia			1976	1992	2001	2012
Brasil	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Chile		1970	1982	1992	2002	2012 ₍₁₎
Colombia	1964	1973		1993		2005
Ecuador	1962		1982	1990	2001	2010
Paraguay		1972	1982	1992	2002	2012 ₍₂₎
Perú		1972	1981	1993		2007
Uruguay	1963		1975	1985	1996	2011
Venezuela		1971	1981	1990	2001	2011

Fuente: Elaboración propia con datos de IPUMS – Internacional e IMILA – CELADE.

(1) Chile realizó un Censo de Población en 2012 pero el mismo fue descartado por problemas de calidad.

(2) Paraguay realizó un Censo de Población en 2012 pero el mismo fue descartado por problemas de calidad.

En cuanto al problema de definición de migrante, en el Cuadro 3 se analiza cómo no han efectuado las mismas preguntas para medir el fenómeno tanto a nivel de país como entre los países. Si bien la información sobre país de nacimiento está disponible en todas las fuentes analizadas la de país de residencia 5 años antes al censo no lo está. Esto redundante en que no se pueda identificar a aquellos migrantes que llegaron en un periodo reciente, hecho que

²³ La agrupación de los años de censo en Rondas censales se realizó según la agrupación propuesta por United Nations (2015). La misma es: Ronda Censal 1960: 1955–1964; Ronda Censal 1970: 1965–1974; Ronda Censal 1980: 1975–1984; Ronda Censal 1990: 1985–1994; Ronda Censal 2000: 1995–2004; Ronda Censal 2010: 2005–2014.

es una gran limitación para el estudio de la migración dado que no permite conocer la dinámica reciente de la migración.

Otros de los problemas mencionados son los de fiabilidad y cobertura de la información los cuales no son inherentes al dato migratorio, pero claramente lo afectan. Dentro de los problemas inherentes a la medición del fenómeno migratorio se encuentra la dificultad de captar la migración no documentada, la falta de cobertura de ciertos grupos tales como minorías étnicas o niños (BELL et al., 2002) como los principales. En la región dos censos que han sido descartados por problemas de cobertura y calidad: los censos de Chile 2012 y Paraguay 2012. Concretamente para el estudio de la migración intrarregional en América del Sur el no disponer de esta información para la ronda 2010 de Chile implica un grave problema de sesgo dado que éste ha experimentado un aumento considerable de la inmigración intrarregional en las últimas décadas (MARTÍNEZ PIZARRO, 2003; STEFONI, 2011).

CUADRO 3 – País según ronda censal y disponibilidad de información de stock y migración reciente – América del Sur – 1960 – 2010

Países	Ronda Censal 1960		Ronda Censal 1970		Ronda Censal 1980		Ronda Censal 1990		Ronda Censal 2000		Ronda Censal 2010	
	Stock	Reciente	Stock	Reciente	Stock	Reciente	Stock	Reciente	Stock	Reciente	Stock	Reciente
Argentina	√	x	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√
Bolivia	—	—	√	√	—	—	√	√	√	√	√	√
Brasil	√	x	√	x	√	x	√	√	√	√	√	√
Chile	—	—	√	√	√	√	√	√	√	√	—	—
Colombia	√	x	√	x	—	—	√	√	—	—	—	—
Ecuador	√	x	—	—	√	x	√	√	√	√	√	√
Paraguay	√	√	√	√	√	√	√	√	—	—	—	—
Perú	—	—	√	x	√	x	√	√	—	—	√	√
Uruguay	√	x	—	—	√	√	√	√	√	√	√	√
Venezuela	—	—	√	x	√	x	√	x	√	√	√	√

Fuente: Elaboración propia con datos de IPUMS – Internacional e IMILA – CELADE.

Datos y especificaciones metodológicas

La definición de migrante intrarregional de América del Sur que utilizamos es la de un individuo cuyo país de nacimiento (origen) es alguno de los diez países de América del Sur²⁴ y, que al momento del censo se encontraba residiendo en alguno de los 9 países de América del Sur restantes al de su nacimiento (destino). Cuando además el migrante arribó al país del censo dentro de los 5 años previos al censo y posee una edad mayor a 4 años, es categorizado como migrante reciente. Los análisis realizados son a nivel agregado, y se estudia la evolución del stock migratorio y de la migración reciente, representado el stock migratorio el total de migrantes sin considerar su periodo de llegada al país del censo, y migración reciente la medida que refleja al conjunto de migrantes que llegaron en los 5 años previos al censo.

En el Cuadro 4 se presenta el tipo de indicador que permite construir cada una de las cuatro fuentes de información analizadas en este trabajo. Concretamente analizamos: 1) IMILA²⁵ – CELADE: matrices de migración con base en datos censales, 2) IPUMS – Internacional (**MINNESOTA POPULATION CENTER (2017)**): muestras de micro datos censales, 3) División de Población de Naciones Unidas: estimaciones de stocks bilaterales (**UNITED NATIONS, 2015**) y 4) Banco Mundial: estimaciones de stocks bilaterales (ÖZDEN et al., 2011). La conclusión que se desprende de la lectura de la información presente en el Cuadro 4 es que no todas las fuentes de información consideradas permiten el análisis de stocks y migración reciente, dado que los stocks bilaterales de Naciones Unidas y Banco Mundial no poseen la información temporal de la migración. Así, la ventaja de comparabilidad temporal que tienen estas dos fuentes se ve opacada si el interés de análisis es la migración reciente.

CUADRO 4 – Magnitud, indicador y fuente

Magnitud	Indicador	Fuente
Stock	Stocks totales	Imila – Celade Naciones Unidas Banco Mundial Ipums – Internacional
Migración reciente	Migración reciente Tasa de emigración entre t, t-5(1)	Ipums – Internacional Imila – Celade

(1) Se menciona la posibilidad de realizar este indicador, pero no se efectúa en el análisis presentado. **Fuente:** Elaboración Propia.

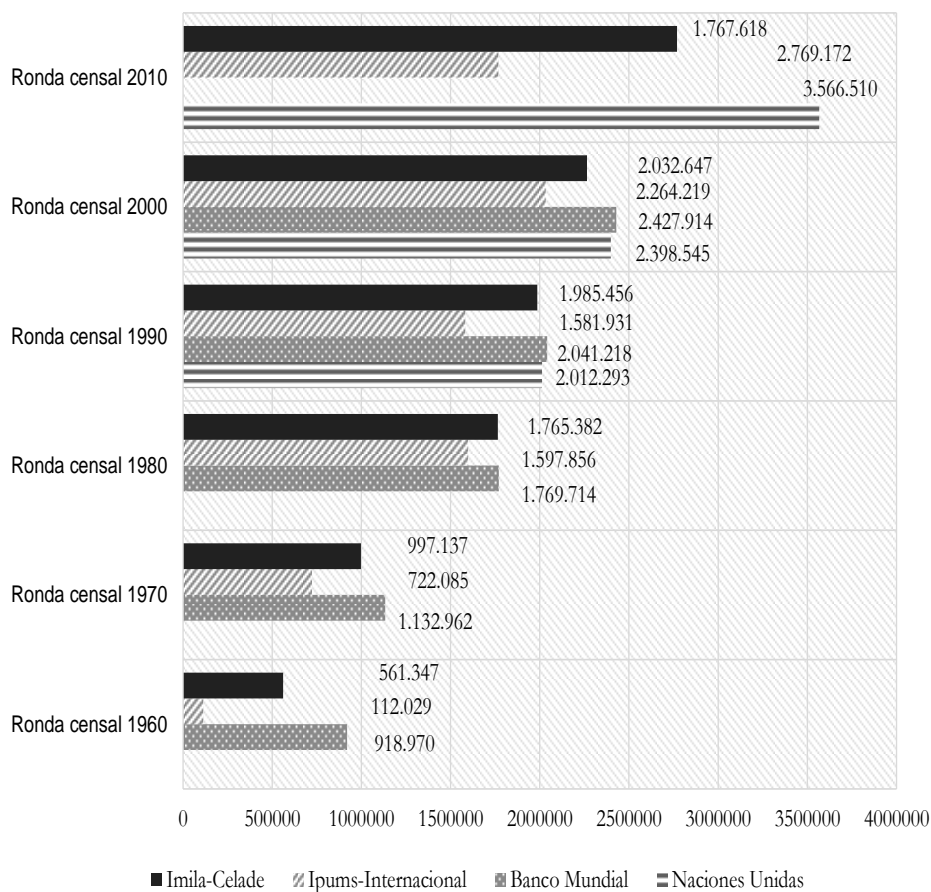
²⁴ En este trabajo quedan excluidos del análisis Guyana, Surinam y Trinidad y Tobago.

²⁵ Investigación de la Migración Internacional en Latinoamérica de CELADE.

Evolución del stock

El primer análisis que realizamos para el estudio de la tendencia de la migración intrarregional en América del Sur es sobre la evolución de los stocks acumulados de migrantes (Gráfico 1). El Gráfico 1 muestra la evolución del stock migratorio con base en las cuatro fuentes de datos utilizadas y en una primera lectura del mismo se observa que éste aumenta en el tiempo, pero que la magnitud varía según la fuente utilizada.

GRÁFICO 1 – Stocks de migrantes intrarregionales según ronda censal y fuente de información. Naciones Unidas, Banco Mundial, IPUMS – Internacional, IMILA, 1960 – 2010



Fuentes: Elaboración propia con base en: Naciones Unidas, Banco Mundial, IPUMS – Internacional e IMILA – CELADE.

La serie de Naciones Unidas comienza a partir de 1990 y la serie de Banco Mundial llega hasta 2010, por lo que no se presenta datos para estas fuentes en todos los periodos analizados. Comenzado el análisis por las diferencias de las magnitudes en el periodo 1960 – 1980 las diferencias entre Banco Mundial, IPUMS e IMILA son importantes, aunque éstas van disminuyendo en el tiempo.

En 1960 los datos de Banco Mundial estiman 806.941 migrantes más que IPUMS y 357.623 más que IMILA, diferencias que disminuyen en 1970 a 410.877y 135.825 respectivamente. En 1980 las diferencias continúan disminuyendo, donde Banco Mundial estima 171.858 migrantes intrarregionales más que IPUMS y 4.332 que IMILA.

En 1990 y 2000 Banco Mundial nuevamente es la fuente que estima mayor número de migrantes intrarregionales. Sin embargo, las diferencias con Naciones Unidas son bastante inferiores que con las otras dos fuentes. Precisamente, Naciones Unidas estima en 1990 28.925 migrantes más que Banco Mundial, 459.287 más que IPUMS y 55.762 más que IMILA.

Por último, en 2010 las estimaciones de Naciones Unidas son las superiores estimando 797.338 más que IMILA y 1.798.892 más que IPUMS. El análisis de stocks acumulados de la migración intrarregional en América del Sur muestra un aumento de este en el tiempo, aunque los problemas de comparabilidad y de cobertura son fuente de subestimación del dato migratorio. Esto es importante señalar al momento de interpretar la evolución y tendencia de la migración intrarregional en América del Sur.

Evolución de la migración reciente

El segundo análisis realizado es sobre la evolución de la migración reciente intrarregional en América del Sur²⁶(Grafico 2 y 3). Como es sabido el análisis de stock acumulado no refleja la dinámica actual de la migración dado que acumula diversos procesos dentro de si. En este sentido, el stock puede aumentar por la sobrevivencia de los migrantes y la llegada de migrantes recientes, sin por esto experimentar la migración reciente un aumento en un periodo dado en relación con un periodo anterior.

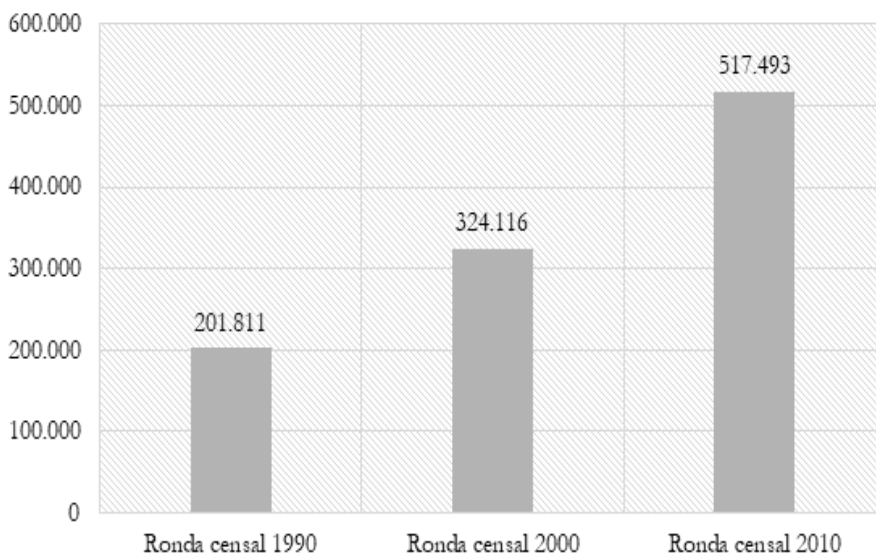
El Grafico 2 presenta los migrantes intrarregionales recientes en cada ronda censal circa 1980, 1990 y 2010 con base en IMILA – CELADE. Por su parte, el Grafico 3 presenta los migrantes intrarregionales recientes con base en IPUMS *circa* 1970, 1980, 1990, 2000 y 2010. Los datos de migración reciente intrarregional provenientes de IMILA – CELADE muestran un aumento de esta en el tiempo mientras que los datos de IPUMS – Internacional muestran una tendencia de aumento hasta la ronda censal de 2010 la cual muestra un importante descenso. Sin embargo, estos análisis deben de considerar la

²⁶ En ambos gráficos se considera migración reciente a los llegados en los 5 años previos al censo y que además son mayores de cuatro años.

siguiente advertencia. Primero, dado que no todos los países realizaron censos en todas las rondas censales (Cuadro 2) los datos proporcionados por IMILA – CELADE tienen un sesgo de sub-representación para el análisis de la evolución de la migración intrarregional reciente.

Lo mismo sucede con los datos provenientes de IPUMS – Internacional (Gráfico 3). Es importante subrayar que el descenso experimentado en la ronda 2010 se debe a básicamente que no dispone de migración reciente para Argentina, Chile y Venezuela, países que junto a Ecuador conforman los principales epicentros de tres subsistemas migratorios en la región (CERRUTTI; PARRADO, 2005)²⁷.

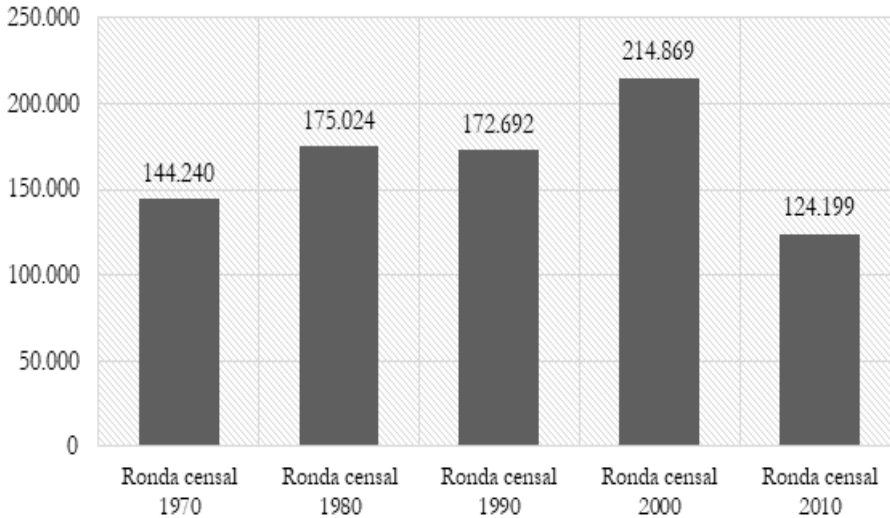
GRÁFICO 2 – Stock de migrantes recientes intrarregionales en América del Sur. IMILA – CELADE, circa 1990, 2000 y 2010



Fuente: Elaboración propia con base en IMILA – CELADE.

* Para la ronda censal *circa* 1990 no se dispone de información sobre migración reciente para Venezuela. ** Para la ronda censal *circa* 2000 no se dispone de información sobre migración reciente para Colombia y Perú. *** Para la ronda censal *circa* 2010 no se dispone de información sobre migración reciente para Chile y Paraguay

²⁷ Los tres subsistemas migratorios actuales son tres: un sistema con Argentina como epicentro del Cono Sur, otro con Venezuela y el tercero con Chile y Ecuador como epicentros emergentes (CERRUTI; PARRADO, 2015).

GRÁFICO 3 – Stock de migrantes recientes intrarregionales en América del Sur. IPUMS - Internacional, circa 1970, 1980, 1990, 2000 y 2010

Fuente: Elaboración propia con base en IPUMS – Internacional. * Para la ronda censal *circa* 1970 no se dispone de información sobre migración reciente para Ecuador, Bolivia, Brasil, Colombia, Perú, Uruguay y Venezuela. **Para la ronda censal *circa* 1980 no se dispone de información sobre migración reciente para Brasil, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. ***Para la ronda censal *circa* 1990 no se dispone de información sobre migración reciente para Bolivia, Ecuador, Perú y Venezuela. ***Para la ronda censal *circa* 2000 no se dispone de información sobre migración reciente para Colombia, Ecuador, Perú, Uruguay y Venezuela. ****Para la ronda censal *circa* 2010 no se dispone de información sobre migración reciente para Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay y Venezuela.

Discusión

Si bien los análisis presentados muestran un aumento del stock y de la migración intrarregional reciente las diferencias entre fuentes son de importancia. Para comprender esto hay que considerar dos aspectos: cómo se construye el dato y la periodicidad de las mediciones.

En cuanto al análisis de stock, si bien las cuatro fuentes miden el mismo fenómeno el modo de hacerlo es diferente. Mientras las matrices de migración intrarregional de IMILA – CELADE provienen de los micros datos censales, los datos de IPUMS – Internacional son muestras ponderadas de entre el 2%, el 5% o 10% del total censado. Esto genera que, aunque se esté analizando el mismo país y año censal, los resultados son levemente diferentes.

Otro tema que no tiene que ver con la fuente, pero sí afecta la medición del fenómeno es si el censo fue de hecho o de derecho y esta característica de los

censos ha cambiado a lo largo del tiempo en países analizados. Mientras que un censo de hecho considera a la población que se encuentra en la unidad censal al momento del relevamiento, un censo de derecho considera a la población que reside oficialmente en la unidad censal independientemente si se encontraba o no al momento del relevamiento (VINUESA, 2005). En este sentido los censos de hecho pierden información sobre aquellas personas que, si son residentes del hogar, pero no estaban al momento del censo, incluidos posibles migrantes.

Por su parte, los datos de Naciones Unidas y Banco Mundial son estimaciones (interpolaciones y extrapolaciones) de población con base en diversas fuentes, tales como censos y registros de población. Los datos de Naciones Unidas provienen de tres tipos de estimaciones: 1) mediante interpolaciones y extrapolaciones cuando existen al menos dos puntos en el tiempo donde la tasa de crecimiento es: $r_{0,1} = \ln(\text{Mig1-Mig } 0)/t_0$; 2) cuando los países tienen una sola medición utilizan la tasa de crecimiento del área a la que pertenecen para hacer las interpolaciones y extrapolaciones y 3) cuando no existe medición del fenómeno utilizan otro país o conjunto de países como modelo, estos son elegidos ya sea por compartir la misma definición de migrante, por proximidad geográfica y por experiencia migratoria (UNITED NATIONS, 2015)²⁸. Donato y Gabaccia (2015) hacen un análisis crítico sobre los datos de Naciones Unidas y encuentran como problema principal que los datos de stocks para muchos de los países disponibles en sus bases de datos están basados únicamente en estimaciones y no datos empíricos. Cuando los datos son estimaciones, ya sea por extrapolación o interpolaciones, no todas las estimaciones parten de al menos dos observaciones (DONATO; GABACCIA, 2015). Otra crítica que realizan es que las fuentes desde dónde parten para realizar las estimaciones no son similares, si bien en su mayoría son los censos también utilizan registros de población y encuestas representativas a nivel nacional (DONATO; GABACCIA, 2015). Inclusive no utilizan la misma definición de migrante dado que algunas fuentes solo tienen información sobre ciudadanía, basada tanto en *jus sanguinis* o *jus soli*, la cual no desestiman para los cálculos porque se dejaría de lado al 20% de países y áreas del mundo (UNITED NATIONS, 2015).

Por su parte, los datos de Banco Mundial permiten al momento de seleccionar la información sobre migración elegir la ecuación con base en la cual se han hecho las estimaciones, y para este trabajo, elegimos la ecuación por defecto, una tasa de crecimiento exponencial basada en dos puntos en el tiempo²⁹.

²⁸ Del total de 232 países o áreas incluidas en *Trends in International Migrant Stock: The 2015 Revision* de Naciones Unidas, el 92% posee al menos una medición en el tiempo desde la ronda censal de 2000, variando mucho la disponibilidad de datos según el área (UNITED NATIONS, 2015).

²⁹ $r = \ln(\text{población final/población inicial}) / \text{total de años del periodo}$

Reflexión

A pesar de la simpleza de los análisis realizados de éstos se desprenden aspectos importantes.

Primero que la migración intrarregional en América del Sur ha aumentado a lo largo del tiempo, tanto los stocks como la migración reciente. Esto claro si consideramos la ausencia de información de migración reciente para Argentina, Chile y Venezuela en la ronda censal de 2010.

Segundo, que su análisis experimenta un problema de sub-representación tanto por falta de censos en un periodo censal como por el tiempo intercensal propuesta en la agrupación de Naciones Unidas. Por tanto, la afirmación del primer aspecto debe considerar esto. Este problema deviene de la periodicidad en que han sido realizado los censos de población en la región, la ausencia de información disponible sobre migración reciente en algunas de las fuentes y la anulación de importantes censos de la región. Este problema de sub-representación no solo implica un problema para el análisis de cualquier tendencia migratoria reciente en la región, sino que también impide la comparabilidad entre fuentes de datos analizadas.

Tercero, que la fuente de información que se escoja para la realización de un análisis va a determinar los resultados obtenidos. Esto requiere que las fuentes de información utilizadas sean objeto de un análisis crítico el cual debe ser incluido en la interpretación de resultados.

Estos problemas no son específicos de la región de estudio. Rees et al. (2000) realizan recomendaciones para el logro de obtener datos comparativos entre países que consideramos importante mencionar.

Primero, unificar nomenclaturas, segundo definir las medidas de los censos y de registros de población, tercero dejar de excluir la migración infantil comprendida entre los 0 a 4 años, cuarto protocolizar el modo de tratar los errores de medición y quinto incluir la mortalidad de los migrantes.

Por su parte, Abel (2013) recomendando realizar los censos de población cada 5 años en vez de 10. Bell et al. (2002); Abel (2013) y Rees et al. (2000) proponen tres medidas para lograr medidas homogéneas que permitan análisis comparativos de la migración: a) intensidad de la migración, b) direccionalidad de la migración, y c) efecto de la migración en la redistribución espacial.

Sin embargo, diferentes ejercicios pueden realizados para obtener la comparabilidad temporal entre países y reconstruir datos incompletos o perdidos.

Primero, ir a las propias fuentes censales dado que la mayoría de los países permite el procesamiento online mediante REDATAM de los microdatos censales. Segundo, estimar los datos incompletos o perdidos. Por ejemplo, Abel y Sanders (2014) realiza estimaciones de flujos para 195 países, se basan en la información del país de nacimiento y derivan los flujos a partir de las secuencias de stocks, bajo un marco de interacciones espaciales de naturaleza lineal (CRESPO CUARESMA; MOSER; RAGGL, 2013). Ortega y Peri realizan

interpolaciones lineales para obtener datos en un periodo intercensal y Docquier y Bhargava estiman datos anuales para el periodo 1991 – 2004 mediante ajustes log – lineares (RAMOS, 2017).

A pesar de las limitaciones y problemas presentados la región cuenta con datos que permiten un adecuado análisis de la migración intrarregional y posee el importante proyecto que es IMILA como fuente principal para el análisis de estudios del tipo comparativos a lo largo del tiempo.

Referencias

- ABEL, G. J.; SANDER, N. Quantifying global international migration flows. **Science**, Washington, DC, v. 343, n. 6178, p. 1520-1522, 2014.
- _____. Estimating global migration flow tables using place of birth data. **Demographic Research**, Germany, v. 28, n. 18, p. 505-546, 2013.
- BELL, M. et al. Cross – national comparison of international migration: issues and measures. **Statistical Society**, London, v. 165, n. 3, p. 435-464, 2002.
- CERRUTTI, M.; PARRADO, E. Intrarregional migration in South America: trends and a research agenda. **Annual Review of Sociology**, US, v. 41, p. 399-421, 2015.
- CRESPO CUARESMA, J.; MOSER, M.; RAGGL, A. **On the determinants of global bilateral migration flows**. Vienna: European Commission, 2013. (Working Paper, n. 5).
- DONATO, K.; GABACCIA, D. **Gender and international migration: from slavery era to the global age**. New York, NY: Russell Sage Foundation, 2015.
- MARTÍNEZ PIZARRO, J. **Breve examen de la inmigración en Chile según los datos generales del Censo del 2002**. Santiago de Chile, Chile: CELADE/CEPAL/OIM, 2003. (Documentos de Trabajo 3).
- MINNESOTA POPULATION CENTER. **Integrated public use microdata series, international: version 6.5 [dataset]**. Minneapolis: University of Minnesota, 2017.
- ÖZDEN, C. et al. Where on earth is everybody?: the evolution of global bilateral migration, 1960-2000. **The World Bank Economic Review**, US, v. 25, n. 1, p. 12-56
- RAMOS, R. Modelling migration. In: MATYAS, L. (Ed.). **The econometrics of multi-dimensional panels: theoretical and applied**. Suíça: Springer, 2017. (Advanced Studies in Theoretical and Applied Econometrics, v. 50).
- REES, P.; et al. Problems and solutions in the measurement of migration intensities: Australia and Britain compared. **Population Studies**, London, v. 54, n. 2, p. 207-222, 2000.
- STEFONI, C. **Perfil migratorio de Chile**. Buenos Aires: Argentina: OIM, 2011.
- UNITED NATIONS. **Trends in international migrant stock: migrants by destination and origin**. New York, NY, 2015a.
- _____. **Trends in international migrant stock: the 2015 revision**. New York, NY, 2015b.
- VINUESA, J. De la población de hecho a la población vinculada. **Cuadernos Geográficos**, Granada, Espanha, v. 36, n. 1, 2005.

**HAITIANOS NO BRASIL:
A EXPERIÊNCIA DA ETNOGRAFIA MULTISITUADA PARA
INVESTIGAÇÃO DE ITINERÁRIOS
MIGRATÓRIOS E LABORAIS SUL-SUL**

Letícia Helena Mamed

O relato de pesquisa aqui apresentado versa sobre a experiência de uma etnografia multisituada, desenvolvida como parte de uma investigação social empírica de doutorado, ainda em curso, acerca da recente imigração haitiana no Brasil, enfocando especialmente o caso dos que ingressaram de modo indocumentado no Brasil, por meio da fronteira da Amazônia Sul Ocidental, via Estado do Acre, e cuja orientação primordial foi o recrutamento para o trabalho na agroindústria da carne do país.

Reconhece-se que o método etnográfico tradicionalmente encontra sua especificidade ao ser desenvolvido no âmbito da Antropologia, composto por técnicas e procedimentos de coleta de dados associados a uma prática do trabalho de campo, mediante a convivência mais ou menos prolongada do pesquisador junto ao contexto e sociedade estudada. A partir dessa interrelação entre pesquisador e sujeitos pesquisados, são manuseadas técnicas essenciais da pesquisa qualitativa, como a observação direta, produção de diários de campo, de diálogos, conversas e entrevistas, formais e informais, entre outras. Mas, além disso, o exercício do olhar e do escutar, próprios da etnografia, impõe ao pesquisador um deslocamento do seu próprio contexto sociocultural para se posicionar no interior do fenômeno observado, por intermédio da sua participação nas formas de sociabilidade em que a realidade investigada se apresenta.

Justamente por conta das possibilidades abertas por esse método de abordagem sensível da realidade, é que uma investigação concebida no âmbito da Sociologia do Trabalho, recorreu ao seu conjunto de orientações técnicas e procedimentais para desenvolvimento de uma agenda de pesquisa específica. Assim, este relato expõe o processo de constituição dessa agenda, para demonstrar as potencialidades de diálogo entre as ciências sociais e suas formas de pesquisa qualitativa. Inicia-se pela exposição do *corpus* mais amplo da investigação sociológica, a fim de situar as circunstâncias que demandaram o desenho da pesquisa etnográfica multisituada, cujo passo a passo é desdobrado nas demais seções do texto.

De modo sintetizado, o objetivo geral da investigação é compreender a constituição do movimento migratório de haitianos sucedido no Brasil, basicamente entre 2010 e 2015, e o recrutamento deles para laborar na agroindústria da carne, considerando (a) o contexto de mundialização e reestruturação econômicas consignado por políticas de corte neoliberal, (b) seus

impactos multiformes no mundo do trabalho e implicações para a configuração da divisão internacional da produção e do trabalho no atual estágio do capitalismo monopolista, (c) o processo pelo qual o capital produz, faz circular e controla, como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho, elemento vital ao sociometabolismo de acumulação, e (d) a configuração da agroindústria da carne, na perspectiva de cadeia global de valor, no contexto de modernização dependente do Brasil, cuja estratégia concorrencial no mercado internacional é o seu baixo custo de produção, principalmente com força de trabalho.

Para atingir esse objetivo geral, procurou-se desdobrá-lo, visando torná-lo mais preciso e manejável. Em razão disso, tem sido necessário perseguir objetivos específicos, como (a) identificar as forças econômicas e sociais envolvidas na orientação, transporte, abrigo e recrutamento dos imigrantes, desde o Haiti até a chegada ao Brasil, incluindo sua dispersão pelo território nacional; (b) caracterizar demográfica e socialmente o contingente de trabalhadores que ingressou no Brasil por meio da Amazônia Sul Ocidental, considerando a maioria composta por haitianos e o registro da passagem de 17 outras nacionalidades pelo acampamento estruturado para abrigá-los no Acre; (c) examinar o crescimento e o protagonismo da agroindústria da carne no Brasil, baseada nas determinações mais gerais do capital produtivo e, posteriormente do capital fictício, onde cada reestruturação societária vem acompanhada de nova reestruturação produtiva e mais intensificação do uso da força de trabalho, processo que conta com amplo apoio estatal, principalmente por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (d) inventariar as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes em suas trajetórias e estratégias de mobilidade econômica e de reconhecimento social, face ao cenário adverso de falta de documentação, dificuldade de comunicação e discriminação racial e social; (e) analisar a atuação institucional dos governos federal e estadual na gestão do acolhimento prestado aos imigrantes, assim como das igrejas e organizações sociais no que se refere à chamada “ajuda humanitária” aos estrangeiros recém-chegados ao Brasil no período.

O problema sociológico que norteia a investigação é exatamente compreender o significado desse movimento internacional de trabalhadores, em suas experiências de viagem pela América Latina, acolhimento e documentação no acampamento público de imigrantes implantado no Acre, recrutamento e trabalho na agroindústria da carne do Sul do Brasil. Para tanto, uma grande hipótese norteia o desenvolvimento da investigação, que é o entendimento de que os ajustes estruturais do capital se associam às metamorfoses no mundo laboral e à tendência de precarização estrutural do trabalho em escala global, incidindo em deslocamentos compulsórios de contingentes de trabalhadores em busca de estratégias de sobrevivência além das fronteiras nacionais.

A remissão ao ano de 2010 posiciona alguns dos principais vetores históricos e sociais que confluíram para estruturar essa investigação. Naquele ano, na América Central, o terremoto que atingiu o Haiti, em 12 de janeiro,

mobilizou a “Internacional Comunitária” e as bases para a “recolonização” do país, na qual a atuação brasileira, desde 2004, como líder da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), já demonstrava integrar um ambicioso projeto subimperialista (SEGUY, 2014). Com uma história de formação social, política e econômica bastante particular, cujos regimes escravocratas, ditaduras militares e intervenções internacionais instauraram caos político, espoliação, extorsão, violência e um profundo abismo entre o Estado e a população local (HALLWARD, 2006), a consequência direta tem sido a fuga e a dispersão de nacionais haitianos pelo mundo. O Haiti expressa o sucesso do projeto colonial resistente na América Latina e Caribe, e como ele pode significar a tragédia de uma sociedade, transitando de colônia mais próspera dos séculos XVII e XVIII a país mais pobre das Américas no século XXI (JAMES, 2010; PIERRE-CHARLES, 1990). Logo, a emigração não é algo novo no país e a ocorrência do fenômeno socioambiental apenas reforçou o seu contexto de diáspora (JACKSON, 2013). Germinados historicamente, os fatores de expulsão se manifestam nas precárias condições de vida da população, o que faz da decisão de emigrar uma forma tradicional de luta por melhoria econômica e social (DURAND, 2010; HANDERSON, 2015; JACKSON, 2013).

No último trimestre do mesmo ano, na América do Sul, os governos do Brasil e Peru celebraram a conclusão da rodovia binacional Interoceânica, obra responsável por interligar os oceanos Pacífico e Atlântico via Amazônia, um dos principais projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA). Naquele momento, ao mesmo tempo que encampava o seu projeto desenvolvimentista, o governo brasileiro também atestava nas relações de política econômica internacional a sua capacidade de negociar novos mercados, definindo como primeiro passo desse processo a integração geográfica, com vias de comunicação terrestres (CASTRO, 2012). Assegurada a integração física pelo sistema IIRSA, com dez eixos que envolvem todo o continente sul-americano, ao final de 2010, as cidades de Assis Brasil, Brasileira e Epitaciolândia, no Estado do Acre, região de tríplice fronteira do Brasil com Peru e Bolívia, identificada como Amazônia Sul Ocidental, registraram a chegada de um primeiro grupo de 37 haitianos, o que cinco anos depois chegou a mais de 37 mil. No período de 2010 a 2015, essa fronteira configurou-se na principal porta de entrada de imigrantes indocumentados – inicialmente apenas haitianos e depois caribenhos e africanos em geral – em busca de trabalho no Brasil.

Por fim, como terceiro vetor para composição da investigação está a importância assumida progressivamente pela agroindústria da carne, quando, a partir de 2010, o Brasil consolidou sua participação e competitividade no mercado internacional em função de seus reduzidos custos de produção. Conciliando essa característica favorável com a adoção de algumas modernas técnicas, especialmente no que se refere ao controle genético e a saúde dos animais, o país conquistou importantes certificações internacionais e mercados

consumidores, firmando-se entre os principais fornecedores mundiais de proteína animal nos anos 2000. Conforme os dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), e de acordo com relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) para o ano de 2010, no *ranking* dos dez maiores produtores e exportadores mundiais, o Brasil já ocupava a segunda posição na produção de carne bovina e a terceira na de carne de frango. Com relação às exportações, o país se destacava como líder mundial nos mercados dessas *commodities* (ABIEC, 2010; USDA, 2009; 2010).

Do ponto de vista das relações sociais de produção, o florescimento dessa indústria frigorífica está diretamente relacionado com a divisão internacional da produção e do trabalho e seu lucro é maior quando instalada em países ou regiões que dispõem de força de trabalho abundante e barata, tendo em vista ser um setor extremamente poluidor e responsável por causar lesões físicas e psicológicas, com altos índices de afastamentos por incapacitação de trabalhadores (NELI, 2006; NELI; NAVARRO, 2013; RIBEIRO, 2014; SANTOS FILHO, 2012). Dessa maneira, ao passo que o país se tornou um dos principais produtores globais de carnes, o setor foi apresentado maior necessidade de contratação e fixação de trabalhadores, em razão das características específicas do seu processo produtivo. Com a intensificação crescente do ritmo de trabalho para cumprir metas diárias de produção, longas jornadas, condições precárias de trabalho e reduzidos salários, associados ao elevado índice de doenças laborais, os frigoríficos brasileiros enfrentavam dificuldades para contratar e firmar trabalhadores, quando então passaram a recrutar os imigrantes haitianos recém-chegados ao Brasil por meio do Acre.

No ciclo de cinco anos (2010–2015) em que o país se tornou um dos destinos mais procurados pelos haitianos (FERNANDES, 2014; CAVALCANTI et al., 2014; 2015), esse grupo passou a ser a principal nacionalidade no mercado formal de trabalho interno, com 14.579 pessoas empregadas em 2013, posição que foi reconfirmada em 2014, com 17.577, e em 2015, com 33.154, estando o maior percentual vinculado às atividades da indústria frigorífica. Trata-se do primeiro fluxo significativo de estrangeiros para o Brasil desde 1930, pois, conforme indicou o Censo de 2000, o país permaneceu longo tempo sem renovação, sendo que 38,4% dos imigrantes residentes no país apresentava, à época da última coleta de dados, mais de 65 anos (CAVALCANTI et al., 2014; 2015; 2016; MONTEIRO, 2015).

O materialismo histórico dialético, sob a perspectiva crítica do trabalho, é o referencial de interpretação da realidade com o qual se aborda o objeto desta investigação – o movimento internacional de trabalhadores haitianos com direção ao Brasil, sua mobilização e as formas de sua inserção nos processos produtivos da agroindústria da carne brasileira. Conforme esse referencial, os fenômenos devem ser averiguados tanto em seu caráter específico quanto em sua unidade dialética com o mundo material e social, a fim de que possam ser compreendidos em sua determinação e transformação recíprocas ao movimento

histórico do qual fazem parte. Em razão disso, optou-se pela realização de uma investigação social empírica como forma de apreender concretamente o modo pelo qual as determinações sociais perpassam o objeto ao longo de sua constituição histórica. Para consecução desse propósito, optou-se por utilizar uma metodologia de natureza qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica e documental com pesquisa de campo. Essa proposta articulada de trabalho vislumbrou o contato direto e estreito do pesquisador com o ambiente e a situação em foco, na perspectiva de assim prover melhores condições para dar orientação e validade explicativa ao objeto, assegurando sua investigação, análise e exposição dialética.

A etapa empírica da investigação, alinhada ao referencial indicado, buscou apoio em determinados procedimentos e técnicas de pesquisa, manejados de forma a possibilitar maior aproximação e coleta de dados da realidade, mediante exploração, descrição, explicação e interpretação do objeto examinado. A todo momento eles foram acessados em sintonia com a metodologia definida e também para lidar com as surpresas e variações da realidade, requerendo sempre o exercício da “imaginação sociológica” (MILLS, 1980), bem como o aprimoramento da sensibilidade e ampliação de horizontes de compreensão por parte do pesquisador.

Inspirada nas etnografias clássicas produzidas sobre o mundo do trabalho, como “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (2010), de Friedrich Engels, e “A formação da classe operária inglesa”, de Thompson (1987), a pesquisa de campo e sua “aventura antropológica” (CARDOSO, 1988) desenvolveu-se em forma de etnografia multisituada ou multilocalizada (CLIFFORD, 1997; MARCUS, 1995), em que os sujeitos-informantes são observados e acompanhados em situação de mobilidade espacial. A modulação da sua escala espacial aconteceu em sintonia com o movimento do próprio objeto, que exigiu a introdução no trabalho etnográfico dos efeitos da mobilidade, tanto do ponto de vista do observador como dos sujeitos observados.

Na execução dessa etnografia em diferentes escalas de pertinência espacial e sociocultural específicas, foram mobilizadas técnicas e procedimentos como observação participante, com produção de diários de campo; diálogos e entrevistas semiestruturadas, priorizando a modalidade trajetórias laborais, condições de vida e saúde, ante a importância e a riqueza das experiências individuais e coletivas relatadas; e o registro e levantamento documental *in loco*, por meio de recursos fotográficos e audiovisuais.

Desenho da pesquisa etnográfica multisituada

Foco deste relato de pesquisa, a etnografia multisituada experienciada desenvolveu-se entre junho de 2013 e junho de 2017, em 5 contextos

geográficos e 10 períodos distintos, entre visitas exploratórias e de imersão, englobando 4 países e 18 cidades, a seguir descritos pormenorizadamente:

.Contexto I, período de 15 de junho de 2013 a 5 de fevereiro de 2014: a região da tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Bolívia, com foco nas cidades acreanas de Assis Brasil, Etitaciolândia e Brasileia, que estruturaram a rota de passagem e sediaram por quatro anos o acampamento oficial de imigrantes.

.Contexto II, no ano de 2014, períodos de 14 a 24 de abril e 15 de julho a 15 de agosto, e no ano de 2015, períodos de 27 de abril a 27 de maio e 5 de julho a 5 de setembro: a cidade de Rio Branco, capital acreana, onde se estabeleceu por quase dois anos o oitavo e último acampamento oficial de imigrantes na região.

.Contexto III, período de 6 a 20 de março de 2015: o Equador como país de acesso dos imigrantes haitianos na América do Sul, aonde chegavam por via aérea e de onde partiam em viagem terrestre rumo ao Brasil. Durante cinco dias, a pesquisa seguiu o percurso rodoviário entre as cidades de Quito (Equador), passando por Lima e Puerto Maldonado (Peru), até Assis Brasil, Brasileia, Etitaciolândia e Rio Branco, no Estado do Acre (Brasil), que representou a rota adotada pela maior parte dos que ingressaram no país no período de 2010–2015, sendo este também o trecho indicado por eles como de enfrentamento de maior dificuldade e exploração.

.Contexto IV, períodos de 10 a 30 de outubro de 2015, 30 de outubro a 20 de novembro de 2016, e 10 a 20 de junho de 2017: o Sul do Brasil, com foco nas regiões de maior concentração de bases produtivas da agroindústria da carne. As atividades de pesquisa se concentraram nas cidades de Cascavel, Toledo e Umuarama, no Oeste e Noroeste do Paraná, respectivamente; na região metropolitana de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina; e nas cidades de Encantado e Lajeado, no Vale do Taquari, e Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul. Os frigoríficos sediados nessas localidades são os que mais empregaram a força de trabalho haitiana desde a chegada dos primeiros grupos ao país.

.Contexto V, período de 21 de março a 11 de abril de 2017: o Haiti, contexto socioeconômico de procedência dos trabalhadores cujas trajetórias laborais e migratórias são acompanhadas. Nessa etapa da pesquisa de campo, o roteiro etnográfico seguiu em busca de núcleos familiares de haitianos que atualmente residem e trabalham em frigoríficos brasileiros, com os quais a pesquisa já havia convivido durante as atividades no Sul do país. Para tanto, a investigação visitou as cidades de Port-au-Prince, capital, e Pétionville, ambas no Sudoeste do país; a vila de La Colline, na cidade de Aquin, ao Sul; e a comuna de Fonds-Parisien, na cidade de Ganthier, no Oeste, região de fronteira com a República Dominicana.

O cumprimento desse plano de trabalho produziu um acervo de mais de 2,5 mil documentos e imagens, ainda em processo de triagem e catalogação, 10 cadernos de campo e 308 gravações (cerca de 90% em áudio e 10% em vídeo e

vídeo), englobando entrevistas (225, sendo 10 pilotos e 215 oficiais), diálogos, depoimentos e conversas informais (57), reuniões e audiências públicas (18) e palestras (8).

Como técnica de entrevista foram adotados roteiros semiestruturados, considerando que eles permitem uma interação mais estreita e flexível entre entrevistador e entrevistado, que restabelecem entre si uma conversa aberta, com possibilidade de aprofundamento de tópicos, esclarecimentos de fatos relatados e, também, de pontos que o próprio interlocutor tenha curiosidade de saber sobre a pesquisa (SANTOS; OSTERNE; ALMEIDA, 2014). Além disso, nessas conversas, todo tipo de sinal presenciado no momento da interação é um dado, como o olhar, o riso, a lágrima, o silêncio, enfim, tudo assume um sentido (SPINK; MEDRADO, 2004) e se torna importante no momento de interpretação e análise dos dados, sendo essa riqueza fundamental para uma descrição densa do objeto (GUEERTZ, 1978).

Desenvolveu-se um roteiro específico para cada um dos grupos de interlocutores da pesquisa: os imigrantes haitianos e de outras nacionalidades, abordados em sua terra natal, durante a viagem migratória, no momento de passagem pela fronteira amazônica e na fase de residência e trabalho nas cidades do Sul do país; os representantes da comunidade das regiões por onde eles passaram, como lideranças políticas e religiosas envolvidos com o tema, profissionais da imprensa, que acompanharam com proximidade e constância o desdobramento do fenômeno no plano nacional, além de motoristas e taxistas encarregados do transporte deles, os quais, em alguns casos, integravam as redes de contrabando e boicotagem; as autoridades e funcionários públicos responsáveis pela política de recebimento, fiscalização e regulação da passagem deles pelo Brasil, incluindo os terceirizados do acampamento de imigrantes; os dirigentes sindicais que respondem pelas empresas em que laboram os imigrantes haitianos; os agentes empresariais encarregados do recrutamento de trabalhadores no Acre, bem como os designados para contratação e gestão deles no âmbito dos frigoríficos.

Seguir os haitianos em seus itinerários migratórios e laborais do Haiti ao Brasil impôs como desafio acompanhar e compreender um fenômeno social em pleno desdobramento, com mobilidade espacial de grande escala, permeado de nuances e contradições que complexam sua apreensão pelos cinco anos circunscritos da pesquisa. Nesse processo, em que o exercício do olhar, ouvir e escrever precisou ser constantemente disciplinado e atento para contemplar o desafio imposto, o plano e os instrumentos de trabalho, como o roteiro de entrevista semiestruturada, foram constantemente adaptados aos momentos e suas circunstâncias.

Desse modo, no primeiro encontro com os imigrantes, na fronteira amazônica, a entrevista seguiu um roteiro estruturado em três blocos temáticos, com questões que visavam captar aspectos da experiência de imigração e trajetória laboral, individual e familiar, os motivos da escolha do Brasil como

destino e da via indocumentada para ingresso no país, a situação de passagem pelo acampamento de imigrantes do Acre, o procedimento para obtenção de documentação e suas perspectivas de trabalho e vida no país. Já no segundo momento, quando os imigrantes foram encontrados residindo nas cidades do interior do Sul e trabalhando nas grandes plantas frigoríficas do país, a entrevista adotou um roteiro que manteve a estrutura do anterior, mas acrescentou um quarto bloco temático, com questões específicas sobre as atuais condições de vida e saúde deles como integrantes da classe trabalhadora no Brasil.

Esse último bloco de questões consistiu em uma adaptação da “Enquete Operária”, elaborada por Karl Marx em 1880, originalmente constituída de 100 questões e dirigida à classe operária francesa, para que os próprios sujeitos descrevessem a sua realidade e as condições em que laboravam, pois, segundo o autor, somente eles poderiam convenientemente fazê-lo (THIOLLENT, 1981). Em razão da necessidade de adaptação temporal e de segmento, ao roteiro básico de 97 questões, foram pensadas outras 112, que buscaram obter conhecimento aproximado e fiel das condições vividas pela classe trabalhadora representada pelos imigrantes haitianos que hoje laboram nos frigoríficos brasileiros.

Em virtude da diversidade de situações observadas nos diversos contextos e períodos de campo, não se delimitou, a princípio, um número de entrevistados para cada grupo de interlocutores. Priorizou-se sempre a qualidade da informação coletada no cenário de sujeitos com distintas características, práticas e representações. Em busca de uma análise rica e complexa, acabaram sendo realizadas muitas entrevistas, incluindo algumas de caráter piloto, sendo utilizado para delimitação da amostra o critério da saturação, ou seja, a coleta de dados via técnica de entrevista foi finalizada a partir do momento em que o conteúdo expresso pelos interlocutores começou a se repetir de forma frequente.

Considerações analíticas iniciais

De acordo com a proposta de compartilhar a experiência da pesquisa delineada anteriormente, nesta seção faz-se uma breve explanação sobre o seu desenvolvimento, com indicação de principais registros e desdobramentos em campo. Pretende-se, assim, alinhar a discussão sobre as importantes contribuições da etnografia multisituada e o seu potencial para fortalecimento de uma interpretação sociológica crítica.

Nos contextos I, II e III da pesquisa, a etnografia propiciou a reflexão sobre o percurso indocumentado, dispendioso, longo e perigoso enfrentado pelos haitianos até o Brasil, consubstanciado por uma particular forma de recebimento, baseada na estruturação de um espaço público para abrigar, alimentar, orientar e controlar o fluxo de estrangeiros pela fronteira acreana. Unidade oficial do governo federal e estadual, esse espaço apresentou configuração inédita para a região e o país nas últimas décadas, mas similar

àquela dos atuais campos de refugiados da Europa (MAMED, 2016a; MAMED, 2016b).

Segundo os interlocutores de campo, todos os que chegaram ao país por meio da fronteira do Acre eram indocumentados e vítima das redes, compostas por informantes, aliciadores e coiotes. Em geral, equatorianos, colombianos, peruanos e brasileiros, incluindo também haitianos, que atuavam estrategicamente nas diversas localidades por onde se estabelecia a rota. O deslocamento normalmente incluía viagens de avião do Haiti para o Panamá e Equador, para depois se dirigirem de carro ou ônibus até o Peru, país de acesso aos estados do Acre e Amazonas³⁰. Diante dessa constatação em campo, o que teria contribuído para configuração dessa rota, que persistiu por tanto tempo, acessada intensamente por imigrantes indocumentados e marcada pela intermediação de redes? Os elementos para entendimento disso tornaram-se claros a partir da própria experiência em campo, com a exploração etnográfica do fenômeno, penetrando a sua própria dinâmica.

Para tanto, após as atividades nos contextos I e II, deslocou-se para o contexto III, pretendendo vivenciar o desdobramento do fluxo no Equador e no Peru, e percorrer a rota da viagem seguindo as pistas dadas pelos imigrantes inicialmente contatados no Acre. Até então, sabia-se que posteriormente ao sismo de 2010, houve um notável incremento do movimento de haitianos para a América do Sul, especialmente o direcionado ao Brasil via Equador. Mas em campo foi possível registrar que a presença de haitianos em território equatoriano ocorre há vários anos e era até então pauta de pouca repercussão e preocupação governamental. A constituição do país, aprovada em 2007, viabilizou as condições para o padrão dessa imigração, pois o governo deixou de exigir vistos aos cidadãos de qualquer nacionalidade que queiram entrar e permanecer em território equatoriano por até 90 dias. Embora não faça fronteira com o Brasil, esse dispositivo condicionou o fenômeno e efetivamente transformou o Equador na porta de entrada à América do Sul para esses migrantes, reconhecido como o único país da região a permitir o ingresso facilitado de estrangeiros sem cobrança de visto e comprovação de condição econômica (MAMED, 2016b).

³⁰ Inicialmente foram estabelecidas duas principais portas de entrada de haitianos no Brasil pelas fronteiras da Amazônia, uma pela cidade de Tabatinga, no Amazonas, e outra por Assis Brasil, no Acre. Na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, Tabatinga possui localização bastante afastada da capital do estado, com acesso garantido apenas por via aérea (voos diários com saída de Manaus) ou fluvial (de barco, três dias no sentido Tabatinga-Manaus e sete dias no sentido Manaus-Tabatinga), o que incide em alto custo dos transportes locais. Além dessa dificuldade geográfica, os imigrantes que chegavam na cidade não contavam com serviços de assistência e proteção articulados entre poder público e organizações não governamentais. Isso tornou inconstante o caminho pela cidade, que aos poucos foi inutilizado, ao passo que se fortaleceu a rota por Assis Brasil. Os dados oficiais indicam que cerca de 7 mil haitianos ingressaram por Tabatinga, no período de 2010 a 2013, e 37,8 mil por Assis Brasil, entre 2010 e 2015 (SEDS; SEJUDH, 2014; 2015; SEJUDH, 2013).

Em 2010, dos países sul-americanos, somente quatro – Argentina, Chile, Equador e Peru – não exigiam visto para a entrada de haitianos, no caso de viagem de turismo. Entretanto, a chegada em território argentino e chileno, por exemplo, ficava a critério do oficial de imigração, que decidia autorizar a passagem de acordo com os documentos e comprovantes de recursos econômicos apresentados. No caso do Peru, a partir de 2012, passou-se a exigir visto e no Equador houve, em 2013, uma tentativa de restringir o acesso deles, mas a medida não foi implementada. Desse modo, ao desembarcarem nos aeroportos equatorianos de Quito, capital, ou Guayaquil, a maior cidade, os haitianos seguiam viagem por rota terrestre, atravessando o Peru, para acessar a fronteira brasileira.

Assim como o Brasil, mas em proporção menor, o Equador também enviou militares para compor a Minustah. Mas foi após o desastre socioambiental que Equador e Haiti estreitaram relações, uma vez que o governo equatoriano instituiu um processo para regularização dos haitianos residentes no país, consubstanciado por ações de transferência monetária e assinatura de acordos de cooperação técnica e científica entre os dois países. Conforme Emmanuel Pierre, sociólogo haitiano que vive há cinco anos no Equador, onde atua como ativista e membro de associações de apoio à comunidade haitiana, estima-se que atualmente residam 1,5 mil haitianos no país.

A ideia de que a partir do Equador tornava-se possível acessar qualquer outro país da América do Sul por via terrestre, está presente nos relatos de haitianos entrevistados no seu país de origem e nos territórios equatoriano e brasileiro. Ao serem questionados sobre a possibilidade de o Equador ser uma alternativa como destino final do projeto migratório, eles explicaram que a realidade socioeconômica do país é de trabalho escasso e precário, com inúmeras dificuldades de integração para imigrantes. (MAMED, 2016b).

Em campo, também se observou que parcela significativa da imigração via Equador aconteceu em razão da emissão de vistos humanitários³¹ no país, desde maio de 2013. Considerando a grave superlotação da Embaixada do Brasil no Haiti, o governo decidiu intensificar as medidas para conter o fluxo indocumentado e desarticular a atuação das redes, quando então autorizou suas representações diplomáticas na República Dominicana, Equador e Peru a

³¹ Até o ano de 2012, todos os haitianos que chegavam ao Brasil de modo indocumentado se apresentavam oficialmente como solicitantes de refúgio. Contudo, quando o Conselho Nacional para os Refugiados (Conare) passou a analisar as primeiras solicitações feitas por eles nas fronteiras amazônicas, o posicionamento foi contrário ao enquadramento nessa condição. De acordo com o órgão, a lei determina que o refúgio seja concedido quando o estrangeiro comprova que sofreu perseguição política, étnica ou religiosa no país de origem. Por entender que a situação dos haitianos recém-chegados não se coadunava com as exigências normativas para concessão de refúgio, o Conare então os encaminhou para o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), cuja função é a resolução de casos omissos. A saída encontrada pelo governo brasileiro foi conceder-lhes o documento chamado “visto de permanência provisória por motivos humanitários”, instituído pela Resolução Normativa n. 97/2012, em razão da dramática situação social no Haiti, agravada com o terremoto de 2010, com validade de cinco anos, podendo ser renovado mediante a comprovação de condição trabalhista regular no país (BRASIL, 2012).

também processarem essa modalidade de visto especial aos haitianos. Contudo, em breve tempo deixaram de ser emitidos vistos em Santo Domingo (República Dominicana), sob a alegação de que a grande quantidade de haitianos que vivem nessa parte da ilha caribenha sobrecarregava o escritório consular. Por outro lado, em Lima (Peru), não houve tanta demanda, já que os haitianos precisavam de visto para ingressar no país andino.

Com o tempo, o escritório do Brasil na capital equatoriana passou a ser uma referência na oferta desse serviço na América do Sul. De acordo com informações obtidas em campo, em março de 2015, a unidade expedía mensalmente cerca de 200 vistos, ao custo de U\$ 200,00, com tempo de processamento entre dois e quatro meses. Entretanto, os esforços institucionais para controlar e regularizar o fluxo nem sempre produziram os efeitos previstos, dado que, no período de 2010 a 2015, a proporção de haitianos que ingressou no Brasil de modo indocumentado sempre foi muito superior em relação ao número de documentados (MAMED, 2016b).

Os obstáculos para normalizar o estado migratório, conseguir trabalho digno e seguro, aliadas à discriminação e vulnerabilidade crescentes, foram alguns dos fatores que acabaram concorrendo para expulsar os haitianos do território equatoriano. Especialmente os que chegaram ao país mais recentemente, que representam a maioria, apenas transitaram pelo Equador e seguiram principalmente para o Brasil, mas também para Chile ou Argentina. Diante disso, nota-se que essa imigração não foi gestada unicamente pelas facilidades de acesso a um país, pois outros tantos fatores convergiram para a sua plena configuração.

O tempo de trânsito no Equador dependia, na maioria das vezes, das possibilidades econômicas de organizar a próxima etapa da viagem. A pesquisa observou que, ao chegarem a Quito, os imigrantes eram recepcionados no próprio aeroporto por agentes das redes ou taxistas contratados por elas. A partir de então eram encaminhados para os lugares de hospedagem predefinidos como parte do pacote de serviço da viagem. Considerando o contexto de Quito, com a existência de uma comunidade haitiana residente, foi possível notar uma variabilidade nos padrões de mobilidade adotados pelos imigrantes até a fronteira com o Peru e de lá com a do Brasil. Alguns ficavam na cidade apenas alguns dias, o tempo necessário para preparar a viagem terrestre, mas outros chegavam a permanecer alguns meses. Em geral, os que já possuíam contatos realizados, rotas definidas e recursos necessários, considerando o pagamento do serviço das redes e os custos de alimentação e alojamento, tendiam a seguir adiante mais rapidamente. No entanto, aqueles que precisavam levantar recursos para seguir viagem, trabalhando ou aguardando remessas de seus familiares, e ainda necessitavam definir caminhos e combinar a travessia com os agentes, eram os que permaneciam mais tempo no país.

A partir de Quito, chegar à fronteira com o Peru podia levar dois dias ou mais, caso fosse necessário esperar por um número maior de pessoas para a

viagem em grupo, conforme o padrão adotado pelas redes. A rota era percorrida desde que se tivesse reunido um número suficiente de imigrantes ou acumulado um montante de dinheiro necessário. A burocracia peruana tornou particularmente árduo e arriscado o deslocamento regular dos haitianos pelo país. Em meio a um circuito de poucas ou controversas informações, profundamente vulneráveis, a tendência deles sempre foi de recorrer às redes, que cobravam alto para viabilizar a passagem, driblando os caminhos oficiais ou negociando com os agentes de fiscalização das fronteiras. Relatos de extorsão, abusos e violências pontuam as narrativas sobre esse percurso (MAMED, 2016b; MAMED; LIMA, 2016).

No Peru, as informações sobre os diferentes procedimentos legais a serem cumpridos por estrangeiros em trânsito não são adequadamente conhecidos e divulgados, o que repercutiu diretamente sobre o tratamento recebido pelos haitianos durante o curso da viagem pelo país. Segundo a maior parte dos entrevistados em campo, o atendimento recebido por eles, tanto na sede de órgãos governamentais como durante as abordagens de agentes de controle de trânsito nas estradas e rodovias, tinha como principal característica a discricionariedade, sendo difícil definir um padrão de procedimentos ou rotinas. Até janeiro de 2012 não havia a necessidade de apresentação de visto de turista para acesso de haitianos ao país, quando então passou-se a exigir a apresentação do documento. Na maioria dos casos, os haitianos revelavam desconhecimento sobre essa exigência e aqueles que de alguma forma a conheciam, alegavam que o procedimento para o seu cumprimento envolvia o dispêndio de tempo e recursos, sem a certeza da obtenção do visto. De modo geral, todos reconheciam como sensível fator de dificuldade o fato de não haver representação consular do Peru no Haiti, o que os obrigaria a encaminhar uma solicitação por meio da embaixada peruana mais próxima, que no caso seria a existente na República Dominicana.

Na viagem entre Haiti e Brasil, os imigrantes seguiram rotas flexíveis, ou seja, que se acomodavam às circunstâncias do momento, adotando ou excluindo a passagem por países e cidades em razão das melhores condições para mobilidade. Quando iniciada no Haiti ou na República Dominicana, o primeiro passo era a decisão sobre o aeroporto a ser utilizado para a rota aérea. Nesse caso, as opções eram os aeroportos da cidade de Porto Príncipe (capital haitiana) ou das cidades de Santo Domingo (capital dominicana) ou de Santiago de Los Caballeros (segunda maior cidade dominicana). Na maioria dos casos acompanhados, de algum ponto do território haitiano o imigrante seguia de ônibus até Santo Domingo, que fica na mesma ilha, e no aeroporto da cidade realizava o seu primeiro embarque. Independente do aeroporto e companhia na qual embarcavam, todos realizavam conexão no aeroporto da Cidade do Panamá (Panamá) e de lá seguiam de avião para o aeroporto de Quito (Equador), podendo antes haver algumas escalas nos aeroportos de Bogotá (Colômbia) e Guayaquil (Equador). O plano tinha continuidade a partir de Quito, com a rota

terrestre, que atravessa o Peru para chegar ao Brasil (MAMED, 2016b; MAMED; LIMA, 2016).

De Quito, os haitianos seguiam com direção a Lima, capital do Peru, em uma extensa viagem terrestre, em ônibus, táxi ou veículo fretado, incluindo, conforme alguns relatos, trechos percorridos a pé e travessias a nado pelos rios da região, no período noturno. Segundo os registros do caderno de campo da pesquisa, na fronteira dos dois países estão as cidades de Huaquillas (Equador) e Tumbes (Peru), cujos postos policiais e de controle de migração eram evitados durante a passagem. Em razão disso os coioetes conduziam os grupos por rotas alternativas até o ingresso em território peruano. Vencida essa etapa, o percurso seguia em ônibus pela rodovia Panamericana, passando principalmente pelas cidades peruanas de Tumbes, Mâncora, Talara, Piura, Chiclayo, Trujillo, Chimbote, Huaraz, até chegar a Lima, após 30 horas, em média, de viagem. Na capital peruana havia uma reorganização da viagem durante algumas horas ou dias, e ela continuava, por via terrestre, pela rodovia Interoceânica, responsável pela conexão do Peru com o Brasil. Partindo de Lima, passavam por Cusco e chegavam a Puerto Maldonado, após 25 horas de viagem, aproximadamente. Enquanto os imigrantes eram alojados em pequenas hospedarias da cidade, negociadas pelas redes, os coioetes definiam o percurso final da viagem, com o prosseguimento dos grupos em táxi ou em carros alugados, por mais 4 horas, até Iñapari, cidade que faz fronteira com Assis Brasil, a primeira em território brasileiro (MAMED, 2016b; MAMED; LIMA, 2016).

Em vários pontos do percurso era possível identificar a movimentação dos agentes das redes, que podiam integrar ou não uma única e grande rede. Em Maldonado, porém, foi o ponto em que a pesquisa observou com mais clareza a existência de concorrência de vários grupos empresariais em torno do negócio, oferecendo serviços de acomodação e traslado até a fronteira brasileira. A partir dos anos de 2012 e 2013, com a intensificação do fluxo por essa rota, a cidade de 38 mil habitantes tornou-se eixo do momento final do percurso, havendo uma certa dinâmica econômica e social agregada ao cotidiano local. Por outro lado, sem direitos e praticamente invisíveis na cidade, os estrangeiros negros, chamados localmente de “negritos”, eram abrigados em locais na periferia até o momento seguinte da viagem. Pousadas e hotéis improvisados funcionavam como espécie de prisão, ao manterem imigrantes em cárcere privado, em quartos similares a celas, com trancas do lado de fora (MAMED, 2016b; MAMED; LIMA, 2016).

Embora a tendência dos grupos fosse a permanência de poucos dias em território peruano para alcançar logo a fronteira brasileira, o extenso percurso de viagem e as extorsões sofridas no Peru reduziam muito os seus recursos, de maneira que ao chegarem a Maldonado muitos deles passavam a ter dificuldades para seguir adiante. Nessas situações, quando não conseguiam receber alguma remessa da família, eles buscavam trabalhar por algum tempo na cidade ou demais províncias da região. O trajeto de Puerto Maldonado até a fronteira com

o Brasil é de aproximadamente 233 km, via Interoceânica, e nele existem seis pontos de controle da polícia peruana, pelos quais, segundo a observação em campo e entrevistas, a passagem dos imigrantes acontecia mediante ameaças e cobranças de propinas.

O trecho da viagem pelo território peruano, além de ser o mais longo, sempre foi indicado pelos interlocutores como o mais perigoso, em razão das práticas de extorsão. Agentes da própria polícia peruana, associados a informantes, coíotes e motoristas, integravam a rede de tráfico e corrupção, assegurando a dinâmica migratória pela região. Em relatos pontuais sobre a viagem, imigrantes lembram que nesse trecho muitos se tornavam vítimas de roubo, cárcere, espancamentos, estupros e até mortes, situação que era agravada pelo desconhecimento da rota, do idioma local e especialmente pela condição de indocumentados. Como resultado disso, eles guardam na memória a triste experiência de abusos sistemáticos sofridos tanto dos agentes das redes como autoridades policiais e civis peruanos.

Ultrapassada a fronteira entre Peru e Brasil, no Posto Alfandegário de Assis Brasil, no Estado do Acre, os estrangeiros se apresentavam ao serviço de controle migratório da Polícia Federal, para registrar em seus passaportes a data de ingresso em território brasileiro. Após isso, pela mesma rodovia Interoceânica, seguiam até as cidades gêmeas de Epitaciolândia e Brasileia, onde então procuravam a delegacia de Polícia Federal responsável pela região fronteiriça, unidade na qual davam entrada à solicitação de refúgio. Até abril de 2014, estava sediado na cidade de Brasileia o abrigo oficial de acolhida aos imigrantes. Entretanto, após a mudança dessa estrutura de serviço para a capital do Acre, depois de passarem pela delegacia federal, eles se dirigiam, por mais ou menos duas horas de viagem, até o novo endereço, localizado em Rio Branco. Ao todo, a viagem do Haiti ao Brasil tinha uma duração média de 15 dias a 20 dias, podendo, em alguns casos, se estender até mais de um mês (MAMED, 2016b; MAMED; LIMA, 2016).

A moeda do percurso pelas fronteiras e estradas era o dólar. Mesmo quando chegavam ao território brasileiro, o valor do serviço de transporte era calculado nessa moeda. De 2010 a 2015, do Haiti ao Brasil, os imigrantes pagavam, em média, de US\$ 2 mil a US\$ 5 mil pela viagem em grupos até o Acre. Considerando essa escala de pagamentos, as avaliações sobre a movimentação financeira do negócio, embora imprecisas, são vultosas. Por um lado, pesquisadores que acompanharam os desdobramentos do fenômeno na Amazônia acreana estimaram, desde 2010, o custo aproximado de R\$ 6 bilhões em pagamentos à rede de contrabando e corrupção estruturada com o movimento migratório. De outro, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) mensurou que os valores pagos até 2015 seriam da ordem de US\$ 60 milhões (MAMED, 2016b).

Mesmo após ingressarem em território brasileiro, o dólar norteava o circuito de serviços voltados aos imigrantes. O de táxi de Assis Brasil até

Epitaciolândia/Brasileia custava entre US\$ 15,00 e 25,00 para cada haitiano, e variava de US\$ 30,00 a 45,00 para outras nacionalidades, como senegaleses; e de Brasileia para Rio Branco, entre US\$ 50,00 e 70,00 para haitianos, e entre US\$ 100,00 e 150,00 para os demais. A variação de preços estava relacionada ao fato de que os haitianos possuíam entrada assegurada em território brasileiro e posterior documentação por meio da concessão de visto especial. Em contrapartida, as demais nacionalidades que passaram a utilizar a mesma rota inaugurada por eles, embora também não fossem deportadas, enfrentavam algumas restrições e demora no momento de regularização, elementos que reforçavam a característica de serem indocumentados e tornavam o seu transporte mais valorizado.

No primeiro contato estabelecido com os haitianos na fronteira da Amazônia acreana, no ano de 2013, observou-se o quão delicado e controverso era abordar em uma conversa ou entrevista o tema referente à rota percorrida até o Brasil. Naquele momento inicial de fluxo para o país, havia notável receio por parte deles em falar sobre a organização da viagem, os agentes contratados, os pagamentos realizados e a traumática experiência da trajetória em si. Em muitos casos, quando decidiam comentar sobre o assunto, notava-se que as explicações eram sempre pactuadas pelo grupo antes da exposição ao pesquisador. E esse diálogo estabelecido com o imigrante nunca era a sós, pois deste momento sempre participava o grupo ao qual ele estava ligado, fosse por laços de parentesco, de amizade ou simplesmente pelo fato de terem enfrentado juntos a viagem.

Na maioria das situações, considerou-se que o silenciamento e a combinação de respostas refletiam, em grande medida, o temor do imigrante quanto a possíveis retaliações por parte das redes que controlavam a rota configurada pelas vias latino-americanas. A partir da identificação dessa circunstância, a pesquisa buscou avançar no processo de investigação, realizando o cruzamento de depoimentos com dados de fontes secundárias, além de estabelecer cada vez maior proximidade com os imigrantes, conhecendo em profundidade suas histórias de vida. Com o progresso da agenda de campo e maior vivência na rotina do acampamento onde eles eram recebidos, as características e especificidades da viagem percorrida até o Brasil foram sendo reveladas (MAMED, 2016b).

A partir das entrevistas e diálogos com os haitianos, compreendeu-se que a viagem migratória realizada por eles não estava planejada em detalhes desde o início. Ao sair do ponto de origem, no Haiti ou na República Dominicana, a maioria apenas detinha informações genéricas sobre o trajeto aéreo até o Equador, e quase nenhuma referência sobre o trajeto terrestre a ser percorrido pelo Peru até o Brasil, razão pela qual eles se tornavam altamente sensíveis à atuação das redes. Desconhecedores da geografia da região andina e amazônica, eles viajavam sem ter dimensão das longas distâncias a serem percorridas entre uma cidade e outra, da mesma forma que se surpreendiam com

as dificuldades e perigos enfrentados no caminho. Ao longo dos cinco anos de fluxo pela região, ao chegarem ao Acre, era comum apresentarem problemas físicos de saúde, em decorrência da longa viagem, marcada por dificuldades e custos para comer e beber, ou mesmo quadros de transtornos psicológicos, em virtude da violência sofrida no caminho (MAMED, 2016b).

Em sintonia com o seu desenho etnográfico, nos contextos I e II, a pesquisa cumpriu 5 períodos de vivência e observação para conhecer e registrar o decurso de chegada dos imigrantes na fronteira brasileira e o seu posterior acolhimento nos acampamentos oficiais do poder público na região³². Para expor os principais aspectos dessa experiência, é importante começar destacando que, ante o grande e constante fluxo no período de 2010 e 2015, no Acre houve a implementação de uma política de recebimento e gestão dos imigrantes, de viés autoritário, fruto do modelo de estado nacional em vigor no Brasil (BAUER, 2012; FERNANDES, 1972; MAZZEO, 2015), e principalmente articulada, do ponto de vista econômico, aos interesses dos setores predispostos a incorporar esse tipo de força de trabalho em seus processos produtivos (MAMED, 2016b).

Referida pelos representantes governamentais como “política de ajuda humanitária aos imigrantes”, sua execução mostrou-se bastante distanciada do que se poderia esperar de um país signatário de acordo internacionais, protagonista de “missões de paz” e “ações humanitárias” pelo mundo. Durante os cinco anos, essa política demandou o recolhimento e a concentração dos estrangeiros em acampamentos improvisados, submetidos a situações degradantes e a toda sorte de violências, até que fosse concedido a eles a regularização da sua documentação, com a concessão de visto, que os permitia seguir adiante para trabalhar, mas muitas vezes sendo recrutados no interior do próprio abrigo.

Perante as condições de debilidade física e psicológica e de privação de recursos que eles apresentavam ao ingressarem no Brasil, a existência do acampamento tornou-se rapidamente, pelas próprias redes de contato internas ao fluxo, a grande referência para onde eles deveriam se encaminhar após a chegada. Os agentes das redes também incorporaram a existência desse espaço como elemento de divulgação dos seus serviços, pois reforçavam suas estratégias de convencimento exibindo o local como uma das vantagens da rota pelo Acre. Os taxistas, por sua vez, ao apanharem os imigrantes na rodovia que conecta Peru e Brasil, os transportavam diretamente até a portão de entrada acampamento. Como parte dessa política, dentro da estrutura da unidade, aos imigrantes era assegurada acomodação, orientações e três refeições diárias gratuitas. A responsabilidade por esse atendimento foi assumida integralmente pelo governo estadual, política realizada em parceria financeira com o governo federal, a despeito de algumas pontuais iniciativas de associações e entidades

³² Discussão minuciosa sobre a chegada desses imigrantes pelo Acre e a consequente estruturação de unidades oficiais para abrigar e gerenciar o fluxo, está apresentada em: Mamed e Lima (2016).

religiosas que os ajudaram, mediante campanhas de doações da comunidade local, nos anos de 2010 e 2011 (MAMED, 2016a; 2016b).

Ao adentrarem a fronteira brasileira, os imigrantes já se encaminhavam para o endereço do acampamento, onde então eram recebidos e logo submetidos a um minucioso cadastro, realizado por meio de uma ficha de identificação, que coletava dados sobre documentos, procedência, saúde, escolaridade, profissão, destino no Brasil, entre outros. Depois disso, recebiam as instruções sobre o procedimento de regularização da sua situação e a retirada da documentação mínima para transitar e trabalhar no Brasil: protocolo do pedido de refúgio, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho e Previdência Social para estrangeiro. Via de regra, essa documentação ficava pronta em um prazo de 5 a 20 dias. Durante a vivência nos acampamentos, registrou-se que, mesmo com a documentação em mãos, a maior parte deles permanecia no local aguardando o dia da viagem nos ônibus fretados pelo governo, ou a chegada de empresas que os recrutavam para levar ao Centro-Sul do país. Esporadicamente, quando conseguiam receber algum recurso enviado pela família que ficou no Haiti ou por parentes e amigos que trabalhavam em alguma parte do mundo, em redes de contatos, eles próprios organizavam a saída do Acre.

Improvisação e indefinição. Essas foram as principais características dos acampamentos existentes no Acre, com capacidade sempre inferior para atendimento das demandas apresentadas. Isso exigia do poder público uma constante adequação das instalações, implicando na mudança da estrutura de serviços para locais cada vez mais amplos, e a ampliação do número de pessoas envolvidas na gestão da unidade, que assumiu, muitas vezes, a importância de uma secretaria do executivo estadual. De 2010 a 2015 existiram oito estruturas desse tipo no Acre, acompanhadas de perto pela pesquisa. Por considerar que uma das melhores maneiras para se entender o que significava a existência do acampamento naquele processo, a pesquisa o tornou espaço de atenção primordial das visitas de campo, procurando vivenciar o cotidiano local e explorar sua organização e funcionamento, seguindo todas as suas mudanças.

Se do ponto de vista da população recebida e abrigada, as condições relatadas significaram inúmeros transtornos e violações, do ponto de vista do processo capitalista de mobilização de trabalhadores, essas unidades, com toda sua particularidade de problemas, cumpriram papel instrumental no gerenciamento da questão, tal como ela se apresentou naquele determinado momento na fronteira acreana. Mesmo sob constantes críticas, ameaças de suspensão dos serviços e estratégias combinadas para obtenção de verbas públicas, a política de acolhimento e gestão dos imigrantes, via acampamentos, não apenas se manteve como se enraizou no Acre, consolidando-o como a principal porta de entrada de imigrantes no país entre 2010 e 2015 (MAMED, 2016a; 2016b).

De acordo com o governo do Acre, por meio das suas secretarias de Desenvolvimento Social (SEDS) e de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH),

responsáveis pela execução conjunta da política de atendimento aos estrangeiros, nos anos de 2010, 2011 e 2012, os números foram de 37, 1.175 e 2.225 migrantes, respectivamente. Isso se exacerbou nos anos de 2013 e 2014, quando 10.779 e 14.333, respectivamente, chegaram até a região. A tendência de crescimento continuou até meados de 2015, mas desde então os números de entrada diminuíram e o ano fechou com o registro da passagem de 9.315 pessoas pela fronteira acreana. Nos cinco anos, o número total de haitianos recebidos no abrigo oficial foi de 37.864³³, e o número global de todas as nacionalidades registradas, com chegada pela mesma rota, foi de 43.558³⁴ (SEDS; SEJUDH, 2014; 2015; SEJUDH, 2013).

Com o mapeamento realizado pela pesquisa em campo, posteriormente confrontado com o acervo documental, fundamentalmente a ficha de identificação, de preenchimento obrigatório a todos os que acessavam o Brasil e passavam pelo acampamento do Acre, esboçou-se o perfil sociodemográfico do imigrante haitiano. Até o ano de 2012, os grupos que chegavam ao Acre eram compostos, em sua maioria, por homens e jovens, com idade entre 20 e 35 anos, e não havia tanta regularidade no fluxo. Entretanto, de 2012 a 2015, os grupos se diversificaram e apresentavam, além de homens, mulheres (com filhos e/ou gestantes), crianças, adolescentes, pessoas mais velhas (acima de 50 anos) e famílias. Os fluxos, por sua vez, assumiram uma regularidade, com a chegada média de 30 a 50 pessoas por dia ao acampamento, conforme foi observado durante as visitas de campo nos anos de 2013, 2014 e 2015. De modo geral, o público recebido e abrigado nesse período era composto de 80% de homens, 15% de mulheres e 5% de crianças (MAMED, 2016a; 2016b).

A partir desse perfil delineado nos contextos I, II e III, a pesquisa procurou entender melhor as suas origens quando realizou atividades do contexto V, sediadas no Haiti. Assim, nas incursões em busca de núcleos

³³ O balanço do governo federal indica que, de janeiro de 2011 a julho de 2015, o número de haitianos no país seria de 43.781 (FLECK; FOREQUE, 2015). Já de acordo com a União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), maior entidade representativa deles no Brasil, o número dos que ingressaram com registro de passagem pela Polícia Federal seria de aproximadamente 46 mil, mas existiriam no país em torno de 50 a 70 mil. Essa informação foi compartilhada com a pesquisa por Fedo Bacourt, imigrante haitiano e coordenador da USIH em São Paulo (SP), em abril de 2016.

³⁴ A consolidação da rota migratória inaugurada pelos haitianos até o Acre favoreceu a chegada de imigrantes de outros países à região. Conforme os registros do governo acreano, 17 diferentes nacionalidades, além do Haiti, passaram pelo estado: Bahamas (01), Bangladesh (03), Colômbia (22), Costa do Marfim (01), Cuba (09), Equador (05), França (02), Gâmbia (14), Gana (10), Mauritânia (01), Namíbia (01), Nigéria (14), República Dominicana (410), República dos Camarões (03), Senegal (5.196), Serra Leoa (01) e Togo (01) (SEDS; SEJUDH, 2015). Nas entrevistas e diálogos da pesquisa com os imigrantes dessas nacionalidades, todos relataram ter viajado a partir do contato com as mesmas redes atuantes na condução dos haitianos. Entre eles se destacavam os africanos, especialmente os senegaleses, cujo número cresceu de modo considerável a partir de 2013, fazendo deste o segundo maior grupo de estrangeiros com entrada pelo Acre. Os relatos de suas experiências indicavam inúmeras tentativas frustradas de acessar a Europa antes seguir para o Brasil. Em razão disso, as redes apresentavam a eles a oportunidade de acessar a fronteira brasileira, argumentando que naquele momento o país estava aberto para receber imigrantes de todo mundo, assegurando documentação e encaminhando para o trabalho.

familiares de imigrantes que atualmente residem e trabalham no Brasil, em campo reconheceu-se o Haiti dentro de uma conjuntura de emigração e de mobilidade, ou seja, o quanto a diáspora assume importância essencial na realidade socioeconômica, educacional e política do país. Os dados oficiais disponíveis indicam que, em um país com população estimada em 10,4 milhões, entre 4 e 5 milhões, aproximadamente, vivem fora do país, a maior parte nos Estados Unidos, França, Canadá e países do Caribe. Destes, avalia-se que cerca de 300 mil visitem o país anualmente, especialmente nos períodos festivos e de férias (HANDERSON, 2015).

Se esses números oferecem uma dimensão quantitativa e formal do cenário, a abordagem etnográfica contribuiu para desdobrar sua essência e significado. Nesse sentido, nas diversas cidades visitadas do país, inicialmente chamou atenção da pesquisa o fato de os haitianos empregarem a palavra “diáspora” (*diaspora*, em *Créole*) para designar os compatriotas que partiram, que residem no exterior, voltam temporariamente ao Haiti e logo retornam ao exterior, e que enviam remessas, em um exercício de distinção entre os que vivem no estrangeiro e os que permanecem no país. Desse modo, o termo “diáspora” é uma categoria organizadora do mundo (HANDERSON, 2015), pois qualifica pessoas, ações, objetos (casa, carro, moto, roupas, utensílios etc.) e dinheiro (dólar americano ou euro), indicando tudo aquilo que compõe a comunidade haitiana transnacional.

Com o aprofundamento da vivência e dos diálogos no país, tornou-se evidente a dimensão familiar da “diáspora”, isto é, o quanto as redes de “diáspora” se apoiam basicamente em redes familiares, estabelecendo uma relação indissociável entre elas. Isso é notável quando os residentes no Haiti, mais do que receber e usufruir dos recursos e bens enviados pelos “diáspora”, aguardam serem buscados ou resgatados, para também emigrarem. E isso assume um sentido de compromisso, dever, obrigação do “diáspora” para com os demais membros de sua família. Logo, corresponder a essa expectativa constitui um valor moral do sujeito “diáspora”, na medida em que honra a família diante dos vizinhos e da comunidade.

A decisão de migrar, de se tornar um “diáspora”, decorre de uma tradição e de um planejamento familiar, adotado em face das condições socioeconômicas em que se vive, dado que nem todas as famílias haitianas, embora desejem, não dispõem de recursos para financiar um projeto como este. Portanto, a partir das trajetórias acompanhadas, a pesquisa mapeou que os haitianos homens chegaram ao Brasil graças a um investimento feito por toda família, que em geral elegeu um de seus membros mais jovens para experimentar a oportunidade de trabalhar e estudar no país, e posteriormente ser capaz de patrocinar a viagem de outros parentes. As mulheres haitianas, por sua vez, acompanhadas ou não dos filhos, na maioria dos casos, chegaram mediante a convocação de seus pais ou companheiros, manifestando a expectativa de ir ao encontro deles nas cidades brasileiras em que já estavam residindo.

Para reunir os recursos financeiros destinados ao pagamento da viagem e do serviço das redes, as famílias haitianas revelaram a utilização de diversos mecanismos: (i) solicitação de ajuda financeira aos parentes “diáspora”, que moram fora do país, como Estados Unidos, França ou já no Brasil; (ii) levantamento de recursos por meio da venda de bens familiares (residência urbana, propriedade rural ou gado, por exemplo), ou do financiamento, com a hipoteca desse eventual patrimônio; (iii) aquisição de empréstimos com redes de agiotagem. Independente da forma utilizada, o fato é que o haitiano chegou ao Brasil com a necessidade imperiosa de trabalhar para enviar remessas para a sobrevivência dos familiares que permaneceram na terra natal e, em alguns casos, quitar o endividamento contraído para sua viagem.

Nos anos de 2010 e 2011, primeiros do fluxo direcionado ao Brasil, embora os haitianos apresentassem uma origem familiar rural, a maioria provinha das áreas urbanas e mediações da cidade de Porto Príncipe, epicentro do terremoto de 2010. No entanto, nos anos seguintes, de 2012 a 2015, esse perfil se diversificou e ao Acre chegaram pessoas das mais diferentes cidades e regiões do país, muitas declaradas de origem rural e não afetadas pelo sismo. Com relação à escolaridade e à formação profissional, nos primeiros anos de fluxo pelo Acre, muitos declararam possuir experiência laboral e formação equivalente ao ensino superior e a pós-graduação no Brasil. Contudo, nos anos posteriores, sobressaiu entre eles a característica da reduzida escolaridade, equivalente, na maior parte dos casos, ao ensino fundamental e ao médio brasileiros, incluindo casos de analfabetismo. Sobre experiências laborais e habilidades profissionais, a maioria informou conhecer atividades agrícolas, ter atuado no comércio informal, nos serviços de transporte e construção civil. Com relação a esse aspecto, é importante registrar que boa parcela dos haitianos que chegaram ao Brasil vivia e trabalhava na República Dominicana, onde são comuns episódios de racismo e privação de direitos praticados contra eles, condições que os relegava a empregos precários e sem proteção legal em atividades comerciais e industriais (MAMED, 2016a; 2016b).

A partir do momento em que o fluxo pelo Acre evidenciou seu caráter permanente e crescente, houve a demanda por uma estrutura específica para o acolhimento e a regularização dos que por ali chegaram, razão pela qual foi concebido o acampamento como parte nuclear da política governamental. No plano local o governo acreano conduziu a instalação do acampamento, provendo funcionários para atendimento aos imigrantes (recebimento, cadastro e controle) e articulando os serviços necessários ao processo de documentação deles no país. Já no plano nacional, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Geral da Presidência da República estabeleceram redes de contatos com empresários para divulgar a disponibilidade dos recém-chegados ao acampamento acreano, de acordo com o perfil deles cadastrado, incentivando a contratação desses trabalhadores. Feito isso, as empresas interessadas passaram

a procurar a gestão do acampamento, para obter mais informações e agendar a visita para recrutamento de trabalhadores.

Nos cinco anos de fluxo, inúmeras empresas estiveram no estado para recrutá-los, algumas mais de uma vez, conforme atestam os registros do governo e do acompanhamento realizado em campo pela pesquisa. As que mais se destacaram nesse processo foram as do setor agropecuário, especialmente frigoríficos, além das de construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e de serviços de limpeza, todas elas estabelecidas no Centro-Sul do país, principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso (SEJUDH, 2013; SEDS; SEJUDH, 2014; 2015). No processo de recrutamento, de modo geral, o perfil do imigrante escolhido pelas empresas era bastante específico: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência laboral. Aqueles que não se enquadravam nesse perfil tinham mais dificuldades de recrutamento, como era o caso dos idosos, doentes e mulheres com filhos. No movimento de haitianos pela Amazônia acreana, os aspectos referentes à preparação deles como força de trabalho e sua contratação, sempre revelaram algumas características importantes sobre a seleção e a organização desse novo trabalhador imigrante no Brasil.

A vivência no interior dos acampamentos, com entrevistas e diálogos estabelecidos com os funcionários da administração da unidade, com os representantes das empresas contratantes e com os próprios imigrantes, os contornos mais sutis desse processo foram assinalados pela pesquisa. O anúncio da chegada de uma companhia ao acampamento era motivo de grande estímulo para os migrantes, que prontamente se disponibilizavam a participar dos processos de seleção, pois isso os aproximava do sonho de começar a trabalhar e refazer a vida no Brasil. O empresariado, por sua vez, preferia realizar o recrutamento quando havia grande número de imigrantes concentrados na unidade, considerando que isso ampliava o seu poder de negociação frente aos estrangeiros em disputa por uma oportunidade. Para tanto, poder público e empresariado acertavam previamente as melhores condições, a semana e os dias de visita ao acampamento. Após esse contato institucional é que os representantes da empresa chegavam para organizar a triagem dos seus futuros operários, assim como a viagem do grupo escolhido.

Improvisava-se uma espécie de escritório no interior do acampamento ou em área próxima, realizando nele a seleção dos trabalhadores, que depois embarcavam em ônibus fretado, oriundo da cidade-sede da firma. Em situações que envolviam menor número de pessoas, após a escolha, o coordenador do acampamento ficava encarregado de adquirir as passagens e embarcar os selecionados no aeroporto ou na rodoviária local. Nas ocasiões de recrutamento, os imigrantes adequados ao perfil demandado formavam longas filas e eram, um a um, entrevistados pelos agentes. Durante a triagem se verificava, por exemplo, o porte físico do imigrante, buscando avaliar a espessura das suas mãos e

canelas, o que indicava, segundo o contratante, se a pessoa estava ou não acostumada com o trabalho pesado. Também se observava a condição da pele e, em alguns casos, até a genitália do trabalhador, para identificar a presença ou não de hérnias que, de acordo com os avaliadores, manifestava maior ou menor disposição física para a atividade braçal e pesada, e até inviabilizava a execução desse tipo de atividade³⁵.

A empresa definia com o imigrante um contrato provisório pelo período de 45 dias, com remuneração de um salário mínimo mensal e possibilidade de renovação por mais 45 dias. Após o período de 90 dias de experiência era decidida a permanência ou não do funcionário no seu quadro, com a definição de salários que variam de um a um salário mínimo e meio. Finalizada a seleção e organizada a viagem, eles partiam em ônibus fretados ou com passagens pagas pelas empresas com destino aos seus futuros locais de trabalho. Importante ressaltar, ainda, que em muitos casos, na cidade onde iriam se fixar, os migrantes eram alojados em residência administrada pela própria empresa, de maneira que a rotina de trabalho e a vida do novo operário passava a ser ordenada e controlada diretamente.

A prática de deslocamento do empresariado para recrutamento dos migrantes predominou até abril de 2014, quando o acampamento existiu na cidade de Brasileia, na área de fronteira do Acre. Posteriormente, quando houve a transferência daquela estrutura para Rio Branco, a presença de empresas no Acre foi escasseando, pois a tendência passou a ser o deslocamento dos migrantes até as empresas. Como parte do pacote de mudanças introduzidas na gestão do acampamento naquele momento, que definiu em 200 pessoas a lotação máxima do espaço, o governo estadual, seguindo as determinações do governo federal, passou a organizar a viagem de grupos de migrantes, em ônibus fretados com recursos federais, para algumas das principais capitais do país, como Cuiabá (MS), São Paulo (SP), Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS). Esses locais correspondiam exatamente aos polos de origem e atuação das principais empresas interessadas na contratação deles e, segundo o governo, eram os destinos mais procurados por haitianos e demais nacionalidades em trânsito pelo Acre.

Com essa medida, os governos vislumbraram conter o problema da superlotação do acampamento e suplantar os eventuais problemas que interrompiam a sistemática de contratações realizadas pelas empresas, como

³⁵ Em maio de 2015, o Ministério Público do Trabalho no Acre anunciou oficialmente que investigava, desde 2013, a situação de trabalho a que eram submetidos os imigrantes, em sua maioria haitianos, recém-chegados ao Brasil pelo Acre. À época, ao menos 75 inquéritos tramitavam no órgão sobre o tema, a partir da identificação de empresas que visitavam os acampamentos para contratar força de trabalho estrangeira mediante uso de procedimentos discriminatórios. Além disso, entre 2010 e 2015, ações de fiscalização do MTP no país resultaram no resgate de 133 haitianos que trabalhavam em condições degradantes e situação análoga à escravidão, em empresas de construção civil e têxteis. A trajetória desses imigrantes indicava que todos haviam ingressado no Brasil pela rota viabilizada pela Interoceânica até a Amazônia Ocidental, com passagem pelos acampamentos do Acre (MAMED, 2016b).

acontecia nos períodos de enchentes dos rios amazônicos, com a suspensão do tráfego nas rodovias da região. Além disso, do ponto de vista mais estrutural, o Estado brasileiro assumiu o ônus do transporte desses migrantes, operando o deslocamento e a distribuição de trabalhadores nas portas do empresariado, disponibilizando-os mais facilmente ao capital (MAMED, 2016a; 2016b).

Cumpridas as atividades de campo nos contextos I, II e III, restava à pesquisa (re)encontrar os imigrantes em momento de residência e trabalho no Brasil, após ingressarem pela Amazônia e passarem pelos acampamentos do Acre. Assim, as atividades de campo no contexto IV se concentraram na região Sul do país, nas cidades de Cascavel, Toledo e Umuarama, no Paraná; Chapecó, em Santa Catarina; e Encantado, Lajeado e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Nelas buscou-se registrar de modo etnográfico as experiências laborais e as condições de vida deles na região considerada núcleo da agroindústria brasileira, cujas empresas frigoríficas mais empregam a força de trabalho haitiana, desde a chegada dos primeiros grupos ao país

Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), ao final de 2015, o número de trabalhadores nas indústrias da alimentação do Brasil era de 1.679.447. Nesse universo, os vinculados formalmente à indústria frigorífica, que engloba abate de reses, suínos, aves e outros pequenos animais, e fabricação de produtos de carne, somavam 463.170 (DIEESE, 2016a; 2016b). Ao se examinar mais detalhadamente os dados dessa indústria nos últimos cinco anos, encontra-se nela o maior percentual de trabalhadores imigrantes formalizados do país, com destaque para os haitianos. Quando o Brasil passou a representar um dos principais destinos de haitianos, sendo isso empiricamente acompanhado na fronteira do Acre, os efeitos do fenômeno logo se manifestaram. Já em 2013 eles despontaram como principal nacionalidade no mercado formal de trabalho, com registro de 14.579 contratados, situação reconfirmada posteriormente, em 2014, com 17.577, e em 2015, com 33.154, com o maior percentual empregado nos frigoríficos do Sul brasileiro (CAVALCANTI et al., 2014; 2015; 2016).

Do total de haitianos admitidos no ano de 2014, por exemplo, os três estados do Sul respondiam por 72,2%: Santa Catarina com 34,2%, Paraná 23,8% e Rio Grande do Sul 14,2%. Entre as atividades econômicas que mais admitiram esses trabalhadores estão as da indústria da carne, construção civil (servente ou ajudante de obras) e serviços (faxineiro, cozinheiro, ajudante de cozinha, limpeza urbana). Entre as ocupações que tiveram maior número de contratações de haitianos, destacam-se: (1) alimentador de linha de produção (15%), (2) servente de obras (13,8%), (3) magarefe (8,7%) e (4) abatedor (7%), das quais, as três relacionadas à indústria frigorífica, somadas, são responsáveis por 20,7% das contratações (CAVALCANTI et al., 2015).

Essas informações oficiais foram bem ilustradas quando a pesquisa explorou o Oeste de Santa Catarina, cujo núcleo é a cidade de Chapecó. Mapeou-se nas visitas realizadas em 2015 e 2016, que os haitianos residentes

eram estimados entre 3,5 e 4 mil, com cerca de 80% trabalhando em frigoríficos. Todos os contatados pela pesquisa eram funcionários desse setor industrial, inclusive com casos de famílias inteiras laborarem na mesma empresa. Conforme a pesquisa havia registrado em sua vivência nos acampamentos do Acre, os representantes sindicais do setor rememoraram que no ano de 2013, a Cooperativa Central Aurora Alimentos (nova denominação da Cooperativa Central Oeste Catarinense), que possui 10 unidades produtivas na região, deslocou-se até a fronteira acreana para recrutar imigrantes e compor o universo da sua força de trabalho. O mesmo procedimento foi adotado pela empresa BRF – Brasil Foods S.A. (resultado da fusão entre Sadia e Perdigão, no ano de 2011), que possui na mesma região quatro unidades produtivas. Em 2014, seus agentes realizaram recrutamento de haitianos e senegaleses que estavam chegando às diversas cidades catarinenses, a partir do momento em que o governo brasileiro passou a financiar o transporte deles diretamente do Acre para Santa Catarina (MAMED, 2016b).

Nas incursões de campo, em entrevistas e diálogos com diversos setores da sociedade local, a justificativa para a busca e contratação de imigrantes estava relacionada ao fato do alto crescimento da produção nessas unidades, com encomendas cada vez maiores para exportações de carnes ao mercado internacional. Face a isso, as empresas alegavam ter cada vez mais necessidade de força de trabalho, sendo insuficiente o contingente disponível em suas próprias localidades. A dificuldade para contratação de trabalhadores é uma característica que, segundo os contatados, acentuou-se na última década, concorrendo para tanto alguns fatores primordiais: (i) os baixos salários oferecidos pelo setor; (ii) o crescimento dos casos de adoecimento físico e psicológico, principalmente após o processo de reestruturação das bases produtivas; (iii) as condições do ambiente e do processo de trabalho no interior das plantas frigoríficas.

Por esse conjunto de características, o trabalho em frigorífico não é uma ocupação atrativa, conforme já foi evidenciado e denunciado por diversos estudos (CARVALHAL, 2007; GEMELLI, 2009; HECK, 2013; SANTOS, 2011; SANTOS FILHO et al., 2014). Algumas plantas produtivas chegam a registrar, por exemplo, rotatividade de 100% dentro de um mesmo ano, o que pode ser interpretado como uma rejeição massiva a esse tipo de trabalho (VARUSSA, 2012). Desse modo, as grandes e médias empresas sediadas no interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inicialmente experimentaram o recrutamento de trabalhadores nas cidades próximas da região, o que não foi o suficiente. Então elas ampliaram suas estratégias e empreenderam o recrutamento em lugares mais distanciados, quando então passaram a ser presença constante nos acampamentos de imigrantes existentes no Acre. Antes, porém, de lançarem mão da contratação de haitianos, algumas testaram o recrutamento de indígenas em diversas áreas do Centro-Sul, o que

inclusive foi constatado em campo pela pesquisa, mas essas experiências ainda não estão devidamente analisadas pela literatura especializada.

De modo geral, foi a constância do fluxo de haitianos para o Brasil que parece ter atendido em grande parte as demandas de força de trabalho do setor. Os dados coletados pela pesquisa de campo no Sul do país, no primeiro período de imersão, em 2015, e no último, em 2017, no interior de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, respectivamente, expressam isso. No Oeste catarinense, (a) na cidade de Chapecó, nas três unidades da Aurora, com cerca de 5 mil empregados, 12% eram estrangeiros, a maioria representada por haitianos; (b) em Xaxim, pequeno município contíguo a Chapecó, em outra base produtiva da Aurora, com aproximadamente 2 mil funcionários, os haitianos também eram maioria entre os 10% de imigrantes; (c) ainda em Chapecó, na BRF, com 5.786 trabalhadores, registrava-se 17% de estrangeiros, entre haitianos e senegaleses³⁶. Já na Serra Gaúcha, cujo núcleo regional é a cidade de Caxias do Sul, (d) nas três plantas frigoríficas da empresa JBS S.A., detentora de marcas como Friboi e Seara, com 3.590 funcionários, cerca de 6,5% eram imigrantes, a maioria composta por haitianos e senegaleses; (e) no frigorífico Nicolini, arrendado pela BRF, em um universo de 1.200 funcionários, 16% eram imigrantes, todos haitianos; (e) as outras duas empresas frigoríficas da região, de menor dimensão, Carrer e Chesini, somavam 685 funcionários, dos quais 5,6% eram imigrantes, com representação maior da nacionalidade haitiana.

O cenário encontrado pelos trabalhadores imigrantes nesses frigoríficos é o mesmo vivenciado historicamente pelos brasileiros que laboram no setor, como as duras condições de trabalho, com longas e intensas jornadas, baixa remuneração, risco iminente de adoecimento e a falta de sindicatos fortes e atuantes (BOSI, 2016; VARUSSA, 2012; 2016). Mas é importante pontuar que a oportunidade do emprego formalizado, com proteção legal, mesmo em um setor industrial com essas características, é algo que muitos haitianos experimentam pela primeira vez em sua vida. Todos reconhecem a importância disso, pois

³⁶ Dentro do fluxo que se estabeleceu pela fronteira acreana, é necessário destacar a particularidade dos imigrantes afro-islâmicos, apreendida pela pesquisa no acompanhamento das trajetórias de senegaleses. No momento de chegada deles ao país, havia uma oferta primordial de vagas nas indústrias de carne halal, especializadas na produção e exportação para o mercado muçulmano (TEDESCO; KLEIDERMACHER, 2017). De modo sintético, o termo halal significa, na prática, permitido para consumo, mas o conceito engloba princípios de preparação do alimento que vão do respeito aos seres vivos até questões sanitárias, visando preservar o bem-estar do animal e das suas proteínas a serem consumidas pelo homem. Assim, para que o alimento receba a certificação halal, o processo de abate deve ser conduzido por um muçulmano praticante, mediante ritual em que se realiza prece, em posição direcionada à Meca (SEIDLER, 2012; SILVA, 2013). A chegada de imigrantes muçulmanos coincidiu com o crescimento dos frigoríficos brasileiros que, desde 2010, vêm investindo fortemente na produção direcionada ao consumo islâmico. De início, parte dos trabalhadores dessa indústria foram recrutados diretamente nos países africanos pelos empresários do setor, que organizavam viagens diplomáticas internacionais com este propósito e arcavam com o custo da viagem dos imigrantes até o Brasil. Depois disso, eles passaram a chegar em grupos, por intermédio de redes e pela mesma rota inaugurada pelos haitianos, via Amazônia, encaminhando-se posteriormente para as cidades brasileiras do Centro-Sul onde existem frigoríficos com abate halal.

assegurou a eles a possibilidade mínima de planejar a vida, com a locação de um imóvel, aquisição de alguns bens para si e para a casa, e principalmente efetuar remessas para a família no Haiti. A frustração se manifesta ao relatarem o quanto é pesada, extensa e desgastante a jornada de trabalho, exigindo deles, por exemplo, a administração constante de medicamentos para tratar dores no corpo. Com o ritmo de trabalho próprio dos frigoríficos, restam a eles poucas horas de descanso e lazer. Aqueles que sonhavam em poder retomar ou prosseguir com os estudos no Brasil, logo tendem a desistir, justamente por não conseguirem conciliar horários, ainda mais quando são escalados para os turnos da noite e madrugada das empresas. Os domingos são os únicos dias da semana em que não trabalham, sendo estes reservados para a visita à igreja, aos afazeres domésticos e cuidados dos filhos, encargos que sobrelevam especialmente a rotina das mulheres.

Portanto, ainda que brasileiros e haitianos integrem a mesma classe trabalhadora, a situação do imigrante é sensivelmente agravada pela (a) condição própria de estrangeiro, sem conhecimento da língua, burocracia e legislação trabalhista, o que os torna vítimas fáceis dos circuitos de empregabilidade e superexploração; (b) a necessidade imperiosa de trabalhar, muitas vezes sob quaisquer condições, sendo reféns de assédios e abusos, para conseguir assegurar sua sobrevivência no país e efetuar remessas; (c) sem moradia própria e redes de contatos que facilitem a locação, eles também se tornam alvos fáceis da especulação imobiliária; (d) complementarmente, o desafio de precisarem conviver e subsistir face a cultura do preconceito racial e social do país (MAMED, 2016b).

Ao acompanhar a trajetória imigratória, a realidade operária e o contexto de vida de haitianos no Sul brasileiro, a pesquisa constatou que a conjunção desses elementos compõe um quadro sociopolítico complexo. Por um lado, a organização política da resistência é prejudicada, uma vez que trabalhadores nacionais e imigrantes não se reconhecem como parte de um mesmo processo e não conseguem unificar seus dilemas e dificuldades em uma mesma luta. Por outro, em meio à dispersão e fracionamento dos trabalhadores, as cidades polos de plantas frigoríficas vivem uma atmosfera favorável à naturalização da degradação física e mental, como se fossem meros efeitos colaterais do trabalho. Assim, o local do trabalho deixa de ser o lugar onde se ganha a vida e se torna lugar onde se coloca em risco a integridade humana, paradoxo que há muitos anos assusta os trabalhadores brasileiros. Mas nos últimos cinco anos, isso também passou a fazer parte do cotidiano de milhares de haitianos, que tentam reconstruir suas vidas no Brasil, mas que se encontram presos ao circuito da agroindústria da carne (MAMED, 2016b).

Balanço preliminar

Ao proporcionar a interlocução e a vivência do pesquisador no âmbito de um movimento migratório em pleno desdobramento, a etnografia multisituada contribuiu para a percepção de sonhos, projetos e frustrações dos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo que favoreceu a apreensão dos condicionamentos histórico-estruturais que gestam e dinamizam o fenômeno. Essa abordagem da realidade, sensivelmente aberta para o ver e ouvir, assentou a coleta em primeira mão de elementos importantes ao estabelecimento de uma interpretação materialista histórica dialética, conectando os contextos vivenciados ao sistema econômico, social, político e cultural mais amplo. Por conseguinte, tem viabilizado a problematização de questões relacionadas ao desenvolvimento do capital e suas desigualdades nacionais e internacionais, essenciais para entender a mobilidade de trabalhadores e dimensionar a condição de superexploração latente ao imigrante oriundo do Sul Global que labora no Brasil.

Ao entrar em contato com o circuito da viagem do Haiti ao Brasil, assinalando de modo etnográfico a sua dinâmica, a pesquisa mapeou circunstâncias fundamentais para vislumbrar o seu papel estruturante na caracterização de um trabalhador imigrante debilitado e vulnerável, o que posteriormente repercutiu em um padrão precário de inserção no mercado laboral brasileiro. A vivência nos acampamentos de imigrantes permitiu conhecer em profundidade o processo de ingresso em território brasileiro e o modo como isso foi gestado pelo poder público, nas esferas federal e estadual, orientado por interesses dos setores econômicos mais ativos do país, no caso, principalmente o agronegócio brasileiro, grande demandante desse perfil de força de trabalho.

Ao conviver por dias, semanas e meses nesses espaços, observando sua estruturação e funcionamento, que assumiram distintas configurações ao longo de cinco anos, a pesquisa conseguiu estabelecer uma caracterização sociodemográfica mínima dos imigrantes recebidos, examinar as fases da atuação governamental e empresarial, assim como o processo de recrutamento dos imigrantes. As empresas que se dirigiram até o Acre para contratar estrangeiros, faziam isso conforme a legislação trabalhista vigente, pois a zona de conforto estabelecida pelas circunstâncias era amplamente favorável ao empregador. Conceder emprego a um imigrante, naquele contexto, contribuía para a imagem humanitária do empresariado, além da garantia de que não haveria lutas ou reivindicações trabalhistas (MAMED, 2016b).

O capital encontrou nisso uma grande oportunidade para arrefecer a contradição de classe em meio a uma conjuntura de crise, uma vez que, naquele cenário, os trabalhadores "agradecidos" pela oportunidade do emprego, em meio às condições em que eram mantidos nos acampamentos e, portanto, desesperados por uma chance, tendiam a não se contrapor. Contudo, os

procedimentos de seleção, após contatos e acertos entre o empresariado e o governo, rememoravam, por exemplo, as antigas práticas usadas na escolha de escravos em portos americanos até meados do século XIX, quando se avaliavam a constituição física, dentes, marcas corporais, além da idade e do sexo (MAMED, 2016b).

Ao contexto brasileiro de histórica tendência à superexploração do trabalhador, ante as condições da modernização dependente (FERNANDES, 2006; MARINI, 2000; VALENCIA; MARTINS, 2009), os imigrantes haitianos foram especialmente mobilizados, demandados e integrados aos processos produtivos da agroindústria da carne. Essa estratégia do capital vem resultando em pressão para manutenção de baixos salários e renegociação constante de direitos dos trabalhadores nas regiões que receberam imigrantes, basicamente em decorrência do aumento do exército industrial de reserva (MARX, 2013; SOUZA, 2005). Considerando a baixa tradição sindical no setor da agroindústria e nessas regiões de ingresso, a consequência vem sendo o fortalecimento das estruturas de controle social e a oposição entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, que não se reconhecem como membros da mesma classe. Em escala ampla, essa renovada pressão econômica e social possibilitou que a produção e a acumulação do setor fossem ajustadas e impulsionadas.

No período de 2010 a 2015, analisado por esta investigação, os records de produção e lucro da indústria frigorífica foram obtidos a partir da continuada destruição das condições de sobrevivência dos trabalhadores que laboram no setor. Mas esse período contou com um diferencial estratégico, que foi a mobilização e integração, auxiliada estruturalmente pelos aparatos estatais, de milhares de imigrantes haitianos ao circuito da agroindústria, onde serviram como elemento essencial à recomposição orgânica do capital na periferia. Isso significa dizer que, ao adensarem a superpopulação relativa do país, a condição de profunda precariedade e vulnerabilidade dos haitianos foi instrumentalizada pelo capital para o recrudescimento da superexploração do trabalho, manutenção de baixos patamares salariais, além da substituição do número de trabalhadores desgastados física e psicologicamente a cada ciclo pelas características próprias do setor frigorífico (MAMED, 2016b).

Por fim, somando-se ao que já foi exposto em termos de referenciais teórico-conceituais e relatado da experiência etnográfica, é importante ressaltar que a pesquisa realizada, envolta por muitos deslocamentos e períodos distintos, só foi possível mediante o diálogo entre as ciências sociais e seu arsenal de técnicas e procedimentos. No caminho aberto por esse diálogo, a pesquisa procurou concatenar o fenômeno ao longo do campo e teoricamente, com associações, dissociações e nexos no sentido de promover potenciais análises. Contudo, ao ser necessário respeitar os limites, desafios e os contornos de entrada no campo, em cada um dos contextos vivenciados, a pesquisa foi construída de maneira singular, fazendo com que a problemática de análise

também fosse moldada no recurso à “imaginação sociológica” e no percurso multisituado da “aventura etnográfica”.

Referências

- ABIEC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE. **Estatísticas – Exportações**. Pinheiros, São Paulo, SP, 2010. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/estatisticas_relatorios.asp/>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- BAUER, C. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo**: elementos de história e questionamentos políticos. São Paulo, SP: Ed. José Luís e Rosa Sundermann, 2012.
- BOSI, A. P. Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná de 1960 a 2010. **História Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 20, n. 1, p. 94-106, 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração – CNIg. **Resolução Normativa n. 97**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília, DF, 12 jan. 2012.
- CARDOSO, R. C. L. (Org.). **A aventura antropológica**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1988.
- CARVALHAL, M. D. O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital. **Pegada**, Presidente Prudente, SP, v. 8, n. 1, jun. 2007.
- CASTRO, E. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 25, n. 64, p. 9-16, 2012.
- CAVALCANTI, L. et al. (Org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, DF: OBMigra, 2016. (Relatório Anual 2016).
- _____. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, DF: OBMigra, 2015. (Relatório Anual 2015).
- _____. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, DF: OBMigra, 2014. (Relatório Anual 2014).
- CLIFFORD, J. **Routes, travel and translation in the late twentieth century**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Relatório de dados selecionados do ramo da indústria da alimentação no Brasil**. São Paulo, SP, 2016a.
- _____. **O emprego na indústria frigorífica do Brasil**. São Paulo, SP, 2016b. (Relatório).
- DURAND, J. Haïti y la salida migratoria. **La Jornada**, Cidade do México, México, 31 jan. 2010.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.
- FERNANDES, D. (Coord.). **Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral**. Belo Horizonte, MG: Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Ministério do Trabalho e Emprego; Organização Internacional para Migração, 2014. (Relatório Final de Pesquisa).
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de uma interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo, SP: Globo, 2006.
- FLECK, I.; FOREQUE, F. Brasil concederá status de residente permanente a 44 mil haitianos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, SP, 11 nov. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1704865-brasil-concedera-permanencia-a-45-mil-haitianos-que-chegaram-desde-2010.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978.
- GEMELLI, D. D. Capital, território e trabalho no oeste paranaense: o frigorífico de aves da Copagril. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, SP, v. 10, n. 2, p. 1-13, 2009.
- HALLWARD, P. Opção zero no Haiti. In: SADER, E. (Org.). **Contragolpes**. Tradução de: New Left Review. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

- HANDERSON, J. **Diáspora**: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. 430f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.
- HECK, F. M. Territórios da degradação do trabalho: a saúde do trabalhador em frigorífico de aves e suínos em Toledo, Oeste do Paraná. **Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, MG, v. 9, n. 16, p. 48-66, 2013.
- JACKSON, R. **Geographies of the Haitian Diaspora**. New York, NY: Routledge, 2013.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingo. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.
- MAMED, L. H. Haitianos na Amazônia: a morfologia da migração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. **Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 73-111, 2016a.
- _____. **Movimento internacional de trabalhadores haitianos**: do acampamento na Amazônia acreana à agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil. 2016. Qualificação de Doutorado (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016b.
- _____; LIMA, E. O. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes do Acre. In: BAENINGER, R. et al. (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2016.
- MARCUS, G. Ethnography in/of the World Sistem: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Anthropology Review**, Palo Alto, CA, v. 24, p. 95-117, 1995.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2000.
- MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: _____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. (Livro I).
- MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.
- MILLS, W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1980.
- MONTEIRO, S. De braços abertos? **Revista Conjuntura Econômica – FGV/IBRE**, Rio de Janeiro, RJ, v. 69, n. 3, 2015.
- NELI, M. A.; NAVARRO, V. L. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- _____. **Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador**: um estudo com os trabalhadores de uma indústria avícola. 2006. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2006.
- PIERRE-CHARLES, G. **Haiti, a crise ininterrupta, 1930-1975**. Brasília, DF: Editora da UnB, 1990.
- RIBEIRO, H. P. (Org.). **De que adoecem e morrem os trabalhadores na era dos monopólios (1980-2014)**. São Paulo, SP: CENPRAS, 2014.
- SANTOS, J. B. F.; OSTERNE, M. S. F.; ALMEIDA, R. O. A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, G.; _____. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru, SP: Canal 6, 2014.
- SANTOS, M. A. **O sofrimento dos trabalhadores da agroindústria Sadia S.A. de Chapecó**. 2011. 427f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

- SANTOS FILHO, S. et al. A produção e o trabalho na indústria de frango. In: RIBEIRO, H. P. (Org.). **De que adoecem e morrem os trabalhadores na era dos monopólios (1980-2014)**. São Paulo, SP: CENPRAS, 2014.
- _____. **Acidentalidade do trabalho na indústria de abate e corte de frango**. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.
- SEDS – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ACRE. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco, AC, 2015.
- _____; SEJUDH – SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO ACRE. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco, AC, 2015.
- _____; _____. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco, AC, 2014.
- SEJUDH – SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO ACRE. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco, AC, 2013.
- SEGUY, F. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. 2014. 399f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.
- SEIDLER, P. B. **Exportação brasileira de carne bovina para os muçulmanos do Oriente Médio e o Norte da África: perfil das transações comerciais e principais características do campo organizacional**. 2012. 131f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.
- SILVA, A. R. C. **Imigração afro-islâmica na indústria avícola Halal brasileira**. 2013. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.
- SOUZA, D. C. C. A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 2, p. 114-119, 2005.
- SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica. In: _____. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo, SP: Cortez, 2004.
- TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (Org.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre, RS: EST Edições, 2017.
- THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 2.ed. São Paulo, SP: Polis, 1981.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.
- USDA – UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **World supply and distribution online 2010**. Washington, DC, 2010.
- _____. **USDA agricultural projections to 2018**. Washington, DC, 2009.
- VALENCIA, A. S.; MARTINS, C. E. (Org.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio; São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- VARUSSA, R. J. (Org.). **Eu trabalhava com dor: trabalho e adoecimento nos frigoríficos**. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2016.
- _____. Sindicalismo e trabalhadores em cooperativas no Oeste do Paraná (décadas de 1990 e 2000). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, SC, v. 4, n. 7, p. 163-177, 2012.

CONTRIBUCIÓN E IMPACTO DE LOS INMIGRANTES SUDAMERICANOS EN EL MERCADO DE TRABAJO DE LA ARGENTINA

Sebastián Bruno

Alicia Maguid

A inicios del siglo XXI, se producen avances en la consideración de la migración internacional, tanto en el MERCOSUR –Acuerdo de Residencia para Nacionales de los Estados Partes del MERCOSUR, de diciembre de 2002 –, como en la Argentina, principal país receptor de la migración del Cono Sur, al permitirse la residencia legal de los migrantes con el único requisito de ser ciudadano de cualquiera de los países que suscribieron el tratado de integración.

Así, en 2004 se promulga la Ley Migratoria 25.871, que constituye un cambio de paradigma de la política migratoria de nuestro país al reconocer el derecho a migrar como parte de los derechos humanos y en 2006 se implementa el operativo de regularización documentaria masiva Patria Grande.

Pero en enero de 2017, se promulgó el Decreto de Necesidad y Urgencia 70/2017 que modifica dicha Ley, estableciendo un procedimiento sumarsísimo de expulsión de los extranjeros, perjudicando el derecho a la defensa y su acceso a la justicia. En los fundamentos de este decreto se vincula a los extranjeros con el narco-delito, presentando cifras sin sustento empírico respecto a su presencia dentro de la población carcelaria: 21,35% según la versión oficial versus 6% - 5% limítrofes y del Perú y 1% resto de extranjeros- según el Informe Anual 2015 del Sistema Nacional de Estadísticas sobre Ejecución de la Pena (SNEEP, 2015), proporción levemente superior al 4,5% que representaban los extranjeros en el Censo de Población de 2010.

¿Entonces, en qué se basa el Decreto mencionado que alude a una situación de excepcionalidad y urgencia? La operación discursiva de vinculación de la población migrante con los problemas de seguridad y de empleo tienen su propia genealogía en la historia argentina. La más reciente, en la segunda mitad de la década de 1990, se expresó claramente al responsabilizarlos del aumento del desempleo y creó un escenario que favoreció la xenofobia³⁷.

Dentro de este contexto, surge la necesidad de desmitificar los pre-conceptos acerca de la incidencia negativa de los inmigrantes, rescatando su aporte en distintos ámbitos de la sociedad de destino y su papel complementario respecto a la mano de obra nativa.

En este trabajo, se pretende analizar con información reciente cuál es el impacto y contribución de los originarios de países sudamericanos en el

³⁷ Sobre dicho contexto, se recomienda la revisión de Maguid (2001).

mercado de trabajo argentino y responder interrogantes tales como: ¿Cuál es su presencia dentro de la fuerza de trabajo, entre los desocupados y los subempleados?, ¿Cuál es su incidencia en los distintos sectores de actividad y en la precariedad laboral? y, primordialmente, en relación a los problemas de empleo, el interrogante sustantivo es: ¿Disminuiría la desocupación, el subempleo y la informalidad en ausencia de esta inmigración?

Adoptando como universo de análisis a la población residente en el total de Aglomerados urbanos de Argentina, se muestra en primer lugar la contribución de los inmigrantes sudamericanos a la Población Económicamente Activa, su presencia entre los desocupados y subocupados, así como las diferencias en sus niveles de desempleo y subempleo respecto a los nativos.

Luego se analizan sus modalidades de inserción laboral, comprobando una complementariedad subalterna, donde se evidencia por un lado, una proporción mayor que se desempeña como cuentapropista (que implica una mayor exposición a los ciclos económicos y la ausencia de derechos laborales) y, por otro, marcadas concentraciones sectoriales, con los varones en la construcción y aún más con las mujeres en el servicio doméstico, así como su aglutinamiento en ocupaciones de baja calificación (especialmente las mujeres).

Esta configuración se traduce en elevados niveles de precariedad entre los asalariados, así como en ocupaciones por debajo de las competencias educativas adquiridas y en menores niveles de ingreso.

Se procura responder al interrogante sobre el impacto efectivo de los inmigrantes recientes (aquellos con mayores dificultades de acceso al mercado de trabajo y socialmente segregados) en las tasas de desocupación, desempleo y precariedad laboral. Para ello se realiza un ejercicio de simulación asumiendo la ausencia de migrantes recientes en el mercado de trabajo, el cual se presenta en el último apartado.

Metodología y fuentes

Se consideran inmigrantes sudamericanos a los nacidos en otros países de América del Sur. Se utiliza la Base Usaria de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) correspondiente a 2016. La EPH es la única fuente estadística que permite profundizar el análisis de las modalidades de inserción ocupacional e identificar las situaciones más desfavorables, como la desocupación, el subempleo y la informalidad. Sin embargo, tiene dos limitaciones para analizar las condiciones laborales de los inmigrantes. Por un lado, el tamaño muestral no permite distinguir el país de origen y por eso se considera al conjunto de sudamericanos y, por otro, no registra el año de llegada, factor que permitiría evaluar procesos de asimilación en su dimensión temporal. Sí es posible considerar a los que llegaron en los últimos cinco años y a los que tienen mayor antigüedad, pero sólo para algunas variables relativas al total de los inmigrantes bajo estudio. Se

define la precariedad o informalidad laboral, es decir el trabajo no registrado, como la ausencia de aportes/descuento para la seguridad social entre los trabajadores en relación de dependencia.

Para comprobar el papel de los inmigrantes en el nivel de desocupación, subempleo e informalidad se realiza un ejercicio de simulación que consiste en recalcular las tasas correspondientes asumiendo que no hubiera entrado ningún inmigrante sudamericano en los últimos 5 años anteriores a 2016. Para ello:

- a) Se restarán los inmigrantes sudamericanos de los últimos 5 años tanto de los desocupados como de los ocupados;
- b) Se colocarán en los puestos de trabajo que resultarían vacantes a un número igual de desocupados argentinos;
- c) En forma similar se procederá con los subempleados y los asalariados informales.

Evolución y composición de la inmigración

La incidencia de los migrantes limítrofes casi no ha variado desde el primer censo de población de 1869, representando entre el 2 y el 3 por ciento de la población total de Argentina, indicando la persistencia de estos movimientos desde hace larga data. En 2010 constituyen el 3,1 por ciento de los 40 millones de habitantes del país. Los incrementos producidos en las últimas décadas no fueron suficientes para aumentar su impacto debido a que la población del país creció a un ritmo mayor que la inmigración limítrofe.

Pero como consecuencia del cambio en la composición de las corrientes internacionales y la progresiva extinción de los inmigrantes de ultramar, su presencia entre el conjunto de los nacidos en otros países fue aumentando, para constituir en la actualidad casi el 69 por ciento de los extranjeros. Esta situación, junto con su creciente concentración en el Área Metropolitana de Buenos Aires, favorece su mayor visibilidad social (Censos Nacionales de Población, INDEC).

El ritmo de crecimiento de acuerdo al origen se ha ido diferenciando y como consecuencia la composición también fue modificándose a lo largo de los últimos 30 años: en el período 1991- 2001 se incrementa significativamente el stock de inmigrantes provenientes de Perú, que llegan a quintuplicarse, luego de Bolivia (61%) y más moderadamente de Paraguay (29%). Los chilenos y uruguayos, en cambio, disminuyen su stock, mientras que los brasileños lo mantienen, tendencia que permanece hasta la actualidad. Durante la primera década del milenio los peruanos continúan ascendiendo, aunque a un ritmo menor (79,9%) al igual que los bolivianos (49%), mientras que los paraguayos logran intensificar su presencia, al incrementarse en un 71%.

En la fecha más reciente y como muestra el cuadro 1, los originarios de Paraguay y de Bolivia conforman casi dos tercios del total, y, como contracara, los provenientes de Colombia, Ecuador y Venezuela que representan la migración más reciente, se acercan al 2%.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Las mujeres fueron las que más contribuyeron a este aumento. La presencia femenina fue incrementándose a partir de 1980, cuando ellas prácticamente equiparan a los varones y, actualmente, son mayoría en todos los orígenes.

CUADRO 1 – Argentina – Perfil de los inmigrantes sudamericanos por país de nacimiento, 2010

Indicadores Seleccionados	País de Nacimiento						Colombia, Ecuador, Venezuela
	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Perú	Uruguay	
Composición por origen (100,0%)	24,6	2,8	13,5	38,2	10,5	8,4	1,9
% de mujeres	50,3	57,8	53,5	55,6	52,4	55,0	51,1
Edad	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 - 14	10,2	8,9	2,5	9,2	8,2	3,0	8,0
15 - 64	80,9	73,1	74,0	78,5	88,5	79,1	88,6
65 y más	8,9	18,0	23,6	12,3	3,3	17,9	3,4
Nivel de educación alcanzado (20 años y más)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Hasta Primario incompleto	27,6	27,9	21,8	21,8	3,5	8,5	1,0
Primario completo/ Secundario incompleto	40,1	25,7	47,2	54,8	20,5	44,4	7,8
Secundario completo	22,9	16,0	18,7	17,8	44,4	27,0	14,5
Superior/ Universitario incompleto	5,2	13,8	6,3	3,1	15,8	9,1	42,4
Superior/ Universitario completo	4,2	16,6	5,9	2,5	15,8	10,9	34,2
Período de llegada	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Antes de 1991	38,5	54,0	86,7	41,5	10,7	79,3	19,2
1991-2000	24,9	16,4	6,6	20,3	39,3	9,7	14,0
2001-2010	36,7	29,6	6,7	38,2	50,0	11,0	66,8

Fuente: Elaboración Propia con base a INDEC (2010).

Los procedentes de todos los países sudamericanos, tanto varones como mujeres, se concentran en edades económicamente activas, de 15 a 64 años y esta convergencia es más acentuada entre los bolivianos, peruanos, colombianos, ecuatorianos y venezolanos. Los stocks con mayor antigüedad, como el de chilenos, uruguayos y brasileños tienen la mayor presencia de mayores personas de 65 años y más, en cambio los arribados más recientemente tienen entre el 85 y el 90 % en las edades centralmente activas, reflejando que los grupos que se renuevan con nuevos flujos tienen una estructura más joven. Como es sabido, la población migrante, a diferencia de la nativa no se rejuvenece con nuevos nacimientos ya que los hijos que tienen en el país de destino son contabilizados como nativos (Cuadro 1).

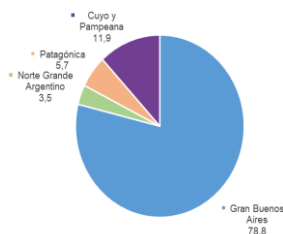
En conjunto, el perfil educativo de los migrantes limítrofes y de Perú presenta desventajas respecto a la población nativa y difiere sustancialmente del que denotan el resto de sudamericanos, entre quienes casi el 77% tiene nivel superior o universitario, ya sea completo o incompleto. La mayor parte de los limítrofes han alcanzado a completar la educación primaria o a llegar a secundario incompleto; entre los paraguayos más de la mitad se concentran en esta categoría. En cambio, los peruanos denotan un perfil más alto con cuotas del 44% que completó el nivel secundario y casi un tercio en la universidad. Las cifras correspondientes a colombianos, ecuatorianos y venezolanos muestran claramente los motivos de su migración, vinculados al acceso a la educación superior (Cuadro 1).

Por su parte, el período de llegada refleja el incremento de la llegada de bolivianos, paraguayos, peruanos y del resto de sudamericanos en la primera década del siglo XXI (Cuadro 1).

Migrantes sudamericanos y mercado de trabajo

A pesar de los vaivenes de la economía argentina, la inmigración laboral proveniente de los países vecinos continuó abasteciendo una demanda de empleo generada básicamente por el sector informal. Los estudios realizados para investigar las características laborales de los trabajadores limítrofes³⁸ muestran la persistencia de patrones de inserción selectiva en determinados segmentos del mercado de trabajo, especialmente en la construcción, industria textil, de confección y calzado, comercio al por menor y servicio doméstico y su papel complementario para desempeñar puestos de trabajo no cubiertos por la población nativa.

GRÁFICO 1 – Argentina – Inmigrantes sudamericanos económicamente activos según región de residencia, 2016 (Población 14 años y más)



Fuente: Elaboración propia con base a INDEC; EPH (2016).

Como se observa en el gráfico 1, la población migrante sudamericana en edad económicamente activa está significativamente concentrada en Área

³⁸ Marshall (1983); Maguid, 1995; 2001 y 2011; Cerrutti y Maguid, 2007; Maguid y Arruñada, 2005; Maguid y Bruno (2010); Baer et al. (2015); entre otros antecedentes.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Metropolitana de Buenos Aires (AMBA)³⁹, donde residen casi 8 de cada 10 migrantes. Por ello, los resultados aquí presentados para el total del país son también referenciales para el mercado de trabajo del AMBA⁴⁰.

El análisis se centra en la población de 15 a 64 años, que son las centralmente activas, a fin de controlar los sesgos de las diferentes estructuras etarias de migrantes y nativos y los resultados aparecen en el Cuadro 2.

CUADRO 2 – Indicadores de mercado de trabajo por condición migratoria y sexo. Total Aglomerados urbanos de Argentina, Año 2016 – (Población de 15 a 64 años)

Indicadores del Mercado de Trabajo	Nativos			Migrantes Sudamericanos			% Migrantes Sudamericanos Respecto del Total de Población		
	Total	Varones	Mujeres	Total	Varones	Mujeres	Total	Varones	Mujeres
Total	16.944.798	8.233.543	8.711.255	788.826	347.541	441.285	4,4	4,0	4,8
Principales tasas									
Tasa de actividad	66,7	78,3	55,7	71,1	86,6	58,9	4,7	4,4	5,2
Tasa de ocupación	60,9	72,1	50,3	65,4	79,4	54,3	4,7	4,4	5,2
Tasa de desempleo	8,7	7,9	9,7	8,1	8,3	7,8	4,4	4,7	4,1
Tasa de subocupación	10,8	8,9	13,5	11,9	8,0	16,5	5,2	4,0	6,2
Ocupados									
Categoría ocupacional									
Patrón	3,3	4,2	2,2	1,9	2,2	1,5	2,7	2,4	3,5
Cuenta propia	19,1	21,4	16,0	25,5	29,7	20,7	6,2	6,0	6,6
Obrero o empleado	77,1	74,1	81,0	72,3	68,1	77,2	4,5	4,1	4,9
Trabajador familiar sin remuneración	0,5	0,2	0,8	0,3	0,0	0,6	3,0	0,8	4,0
Sector económico de actividad									
Industria manufacturera	12,3	15,6	7,9	13,9	17,7	9,5	5,3	5,0	6,2
Construcción	9,0	15,0	0,8	20,3	37,2	0,9	10,2	10,3	6,0
Comercio por mayor y menor	17,8	18,9	16,2	16,7	14,8	18,8	4,5	3,5	5,9
Servicios administrativos de apoyo, administración pública (1)	16,4	16,6	16,2	9,0	9,5	8,5	2,7	2,6	2,8
Servicios de enseñanza, salud y servicios sociales	14,8	7,0	25,4	10,3	5,9	15,4	3,4	3,8	3,2
Hogares particulares	7,3	0,4	16,6	18,9	0,6	39,9	11,5	5,9	11,7
Resto	22,4	26,4	16,9	10,9	14,3	7,0	2,4	2,4	2,2
Calificación									
Profesional	11,9	11,5	12,5	6,7	9,0	4,2	2,7	3,5	1,8
Técnica	16,2	12,9	20,8	8,3	7,3	9,4	2,5	2,6	2,4
Operativa	50,5	59,6	38,3	52,0	68,0	33,5	4,9	5,0	4,5
No calificado	21,3	16,1	28,5	33,0	15,7	52,9	7,2	4,3	9,2

Fuente: Elaboración propia con base en INDEC; EPH (2016).

Nota: (1) Incluye organismos extraterritoriales y otros servicios.

³⁹ Ciudad de Buenos Aires y los 24 Partidos del Gran Buenos Aires.

⁴⁰ Las características de los sudamericanos en el AMBA, se presentan en Maguid y Bruno (2017).

Nivel de participación económica, impacto en la fuerza de trabajo e inserción ocupacional

En conjunto los sudamericanos tienen niveles de participación más elevados y la distancia se intensifica entre los varones, quienes alcanzan tasas de actividad del 86,6% versus 78,3% de los argentinos. Las diferencias por sexo son marcadas a favor de ellos en ambos grupos, pero se profundizan entre los inmigrantes, con una brecha de género del 47%.

Llama la atención que el nivel de desocupación de estos inmigrantes sea algo más bajo que el de los nativos (8,1 versus 8,7), y ello se explica fundamentalmente por el comportamiento femenino. Mientras las argentinas presentan desventajas tanto respecto a sus pares sudamericanas como frente a los varones de su mismo origen, entre los inmigrantes, ellas denotan una tasa menor a la de sus compatriotas varones y similar a la de los hombres nativos.

Como contracara, el subempleo afecta con mayor intensidad a los inmigrantes y, en particular a las mujeres, quienes prácticamente duplican la proporción de varones de ambos colectivos y superan la cuota de nativas en esa situación (16,5% entre mujeres migrantes y 13,5% entre nativas). En cambio, el porcentaje de hombres subempleados es casi similar entre nativos e inmigrantes.

Interesa destacar el impacto que tienen los inmigrantes sudamericanos en el mercado de trabajo: ellos representan solo el 4,7% del conjunto de la fuerza de trabajo y de los ocupados, el 4,4% de los desocupados y, aumenta levemente a 5,2% entre los subocupados, debido a la incidencia femenina dado que ellas sufren con mayor fuerza el subempleo.

La categoría ocupacional es una dimensión que alude a las relaciones de producción. En términos empíricos permite distinguir a los que trabajan como asalariados de los que lo hacen por cuenta propia, ya sea como patrones o como independientes. Como refleja el Cuadro 2, las tres cuartas partes o más, independientemente de la condición migratoria, son obreros o empleados y la proporción es superior entre las mujeres de ambos orígenes. El cuenta-propismo tiene mayor presencia entre los inmigrantes de los dos sexos en los dos espacios analizados y es más marcada la masculina: casi el 30% frente al 21% entre los nativos. Por eso, ellos tienen mayor representación entre los cuenta propia (6,2%), mientras que entre los asalariados y, dado que esta es la situación mayoritaria, mantienen un impacto similar al que tienen entre el conjunto de la fuerza de trabajo (4,5%).

La distribución según Rama de Actividad aparece en el mismo cuadro y refleja la persistencia de nichos sectoriales que absorben a la población inmigrante de América del Sur ya comprobada en numerosos estudios. La construcción para los varones y el servicio doméstico para las mujeres migrantes constituyen los sectores donde se emplean mayoritariamente (37% y 40% respectivamente) más que duplicando la proporción de nativos de cada sexo en esas ramas.

En segundo lugar, los varones se insertan en la industria (18%) y luego en el comercio (15%). Estas tres ramas concentran al 70% de los hombres inmigrantes.

Por su parte las mujeres, se aglutinan en servicio doméstico (40%) y lejos de esta proporción, un 19% trabaja en comercio, particularmente al por menor, donde superan a los varones y, en tercer lugar, en los servicios de enseñanza, salud y sociales, superando ampliamente a los varones en ese sector (15% versus 6%). Su concentración es aún mayor que la de sus compatriotas hombres: 74% en esos sectores. La altísima convergencia femenina se expresa en la escasa proporción que se clasifica en el “Resto de ramas” frente a la mayor diversidad sectorial de sus compatriotas del otro sexo y de los nativos, especialmente los varones.

A partir de un estudio sobre migrantes paraguayos y peruanos, Cerrutti y Bruno (2006), señalan que las redes juegan un papel central en los procesos de incorporación de los migrantes en la sociedad receptora, particularmente facilitando la obtención de empleo para los recién llegados. Así, 6 de cada 10 varones paraguayos y 7 de cada 10 peruanos han obtenido su empleo a partir de las recomendaciones de amigos o parientes. Incluso, en el caso de los varones es frecuente que su empleador en la construcción sea de su mismo origen (VARGAS, 2005; BRUNO; DEL AGUILA, 2010); con las mujeres no sucede lo mismo ya que la mayoría se insertan en el trabajo doméstico con empleadores argentinos (PACECCA; COURTIS, 2007).

En complementariedad con el abordaje de la inserción sectorial, se consideró analizar la estructura de inserción según la calificación de las ocupaciones. Este indicador alude a la complejidad de las tareas y a las habilidades o capacitación requerida para realizarlas⁴¹.

Se comprueban marcadas diferencias por género -que se agudizan entre los inmigrantes bajo estudio- y de acuerdo al origen. Así, en el total de aglomerados urbanos, más de dos terceras partes de los varones sudamericanos desarrollan ocupaciones de calificación operativa, el doble que la proporción de mujeres (33%). Entre los argentinos también hay una concentración de los hombres en tareas operativas (59%) pero muestra una brecha menos marcada respecto al porcentaje de las mujeres (38%).

⁴¹ Se distinguen 4 categorías. Profesional: requieren conocimientos teóricos de orden general y específico acerca

de las propiedades y características de instrumentos de trabajo y de las reglas que rigen los procesos; requieren de conocimientos adquiridos por capacitación formal y por experiencia laboral equivalente. Técnica: suponen habilidades manipulativas y conocimientos teóricos de orden específico acerca de las propiedades y características de los instrumentos de trabajo y de las reglas específicas que rigen los procesos; requieren de conocimientos y habilidades específicas adquiridos por capacitación formal previa y/o experiencia laboral. Operativa: suponen habilidades manipulativas, así como ciertos conocimientos acerca de las propiedades de los instrumentos utilizados. Requieren de conocimientos y habilidades específicas adquiridas por capacitación previa y/o experiencia laboral. No calificadas: No requieren de habilidades o conocimientos previos para su ejercicio, salvo algunas breves instrucciones de inicio.

La distancia por condición migratoria y sexo se expresa más notoriamente en los extremos de la escala ocupacional: la proporción de nativas que desempeñan ocupaciones profesionales triplica a la de sus congéneres inmigrantes (12,4% versus 4,2%) y, mientras que entre los argentinos hay una leve supremacía femenina, entre los sudamericanos los varones más que duplican a las mujeres (8,95 versus 4,2%). También aparece la brecha migratoria, aunque algo menor, entre los que desempeñan ocupaciones de calificación técnica: tanto la proporción de varones como de mujeres nativos prácticamente duplica a la de los inmigrantes en cada sexo.

En el otro extremo, se destaca que más de la mitad de las mujeres inmigrantes de América del Sur desempeñan tareas no calificadas (52,5%)⁴² frente a un 28% de las nativas. En cambio, entre los varones el porcentaje en estas ocupaciones se iguala más allá de la condición migratoria.

La presencia de inmigrantes supera el promedio entre los no calificados, debido a que las inmigrantes conforman el 9% del total en esa categoría.

Calidad de la inserción laboral

En consonancia con la concentración sectorial y en los estratos más bajos de calificación ocupacional, la fuerza de trabajo migrante presenta importantes diferenciales en la calidad de sus inserciones laborales (Cuadro 3). Entre los ocupados en relación de dependencia, al 46,6% de los migrantes no se le realiza aporte jubilatorio (por lo que se estima que se encuentran en relaciones contractuales precarias), que en términos comparativos implica un 44% más de informalidad que entre los nativos. Asimismo, la precariedad afecta con mayor intensidad a las mujeres, independientemente de su condición migratoria.

En cuanto a la subcalificación de las tareas desarrolladas por quienes poseen niveles educativos medios y superiores, se evidencian matices según la condición migratoria y de género. El 35,7% de los migrantes ocupados con secundario completo o superior/universitario incompleto desarrollan actividades no calificadas, notablemente por debajo de sus competencias educativas, en contraste con el 19,9% de los nativos. Este diferencial se intensifica en las mujeres inmigrantes, quienes duplican a sus pares nativas en esa situación: 56,6% versus 28% respectivamente.

El abordaje similar aplicado a ocupados con nivel educativo superior/universitario completo que trabajan en actividades no calificadas u operativas arrojó brechas notablemente menores. No obstante, este tipo de subcalificación afecta al 34,5% de ocupados inmigrantes, en tanto que entre los nativos abarca al 26,6%. A diferencia del grupo anterior, la subcalificación de

⁴² Gran parte de este conjunto es explicado por el considerable peso del servicio doméstico entre las ocupadas (39,9%). No obstante, la evidencia indica que el 12,6% de quienes logran insertarse en otros sectores de la economía lo hacen en otras ocupaciones no calificadas, que conllevan mayores niveles de informalidad y menor ingreso.

los estratos educativos superiores concierne en mayor medida a los varones, tanto nativos como migrantes.

En cuanto a las brechas de ingreso horario derivados de la ocupación principal, muestra que los nativos ganan en promedio un 18% más que los migrantes y que, entre las mujeres la distancia es aún mayor (22%).

CUADRO 3 – Indicadores de calidad de inserción laboral de los ocupados por condición migratoria y sexo. Total Aglomerados urbanos de Argentina – Año 2016 (Población de 15 a 64 años)

Indicadores de Calidad de la Inserción Laboral	Nativos			Migrantes Sudamericanos		
	Total	Varones	Mujeres	Total	Varones	Mujeres
Asalariados sin aporte jubilatorio	32,4	30,9	34,3	46,6	45,6	47,7
% Ocupados con nivel educativo secundario completo o superior incompleto en ocupaciones no calificadas	19,9	13,9	28,0	35,7	17,9	56,5
% Ocupados con nivel educativo superior completo en ocupaciones no calificadas u operativas	26,6	29,4	24,7	34,5	36,2	32,8
Brecha de ingresos horarios de los migrantes sudamericanos (promedio nativos/migrantes)				1,18	1,15	1,22
Brecha de ingresos horarios ponderada de la población nativa respecto de la población migrante sudamericana				1,07	1,08	1,05

Fuente: Elaboración propia con base en INDEC; EPH (2016).

A fin de ahondar sobre la especificidad de la desigualdad de ingresos, atendiendo las diferencias de nivel educativo entre la población nativa y la migrante sudamericana, se realizó una estimación de la brecha a partir de un promedio ponderado según estratos educativos⁴³. Este abordaje permitió poner en evidencia los matices de la desigualdad por sexo. En el total de aglomerados urbanos, al controlar el ingreso horario por nivel educativo, la población nativa tiene un ingreso 7% superior al de los migrantes, observándose que la brecha es menor en las mujeres⁴⁴.

Impacto de los inmigrantes sudamericanos: ejercicio de simulación

En este último apartado se presenta la estimación de la incidencia de los migrantes recientes (llegados al país en los 5 años anteriores a 2016) en los

⁴³ A tal fin, se obtuvo la media de ingresos horarios para nativos y migrantes desagregada por sexo y nivel educativo. Se estimó la brecha para cada categoría educativa, ponderándola a partir de la estructura educativa de los nativos, tomados como población de referencia.

⁴⁴ No obstante, un ejercicio similar acotado al AMBA (BRUNO; MAGUID, 2017) mostró una brecha mayor. Allí la población nativa tiene un ingreso 15% mayor y que en el caso de las mujeres asciende a 22%.

niveles de desocupación, subempleo y precariedad de los asalariados. Siguiendo los postulados detallados en la Metodología, se simuló la ausencia de migrantes recientes en el mercado de trabajo y su reemplazo con población nativa⁴⁵ (Cuadro 4).

Como resultado, se observa que el impacto de la población migrante sudamericana reciente sobre la tasa de desocupación es marginal (0,2 puntos porcentuales), ya que solo bajaría de 8,4% a 8,2% y el efecto que es homogéneo entre sexos. En cuanto a la subocupación, el rol de la migración sudamericana reciente es nulo, manteniéndose los niveles previos a la simulación. Por último, en relación al nivel de precariedad de los asalariados, el efecto es marginal, en torno a los 0,4 puntos porcentuales.

CUADRO 4 – Impacto estimado de la población migrante sudamericana reciente en indicadores laborales. Aglomerados urbanos de Argentina – Año 2016

Indicadores de inserción laboral	Total	Varones	Mujeres
Tasa de desocupación observada	8,4	7,7	9,4
Tasa de desocupación simulada (impacto de migrantes sudamericanos recientes)	8,2	7,5	9,2
Tasa de subocupación observada	10,8	8,9	13,3
Tasa de subocupación simulada (impacto de migrantes sudamericanos recientes)	10,8	8,9	13,3
% precariedad asalariados observada	33,5	31,8	35,5
% precariedad asalariados simulada (impacto de migrantes sudamericanos recientes)	33,1	31,6	35,2

Fuente: Elaboración propia con base a INDEC; EPH (2016).

Conclusiones

El surgimiento de construcciones estigmatizantes que asocian a los inmigrantes con el aumento de la delincuencia para justificar el DNU 70/2017 - que establece un procedimiento sumarísimo de expulsión de los extranjeros, perjudicando su derecho a defensa y su acceso a la justicia-. podrían también contribuir a la creación del rol imaginario del migrante como degradante del mercado de trabajo. En ese escenario, interesa mostrar, a partir de información

⁴⁵ En el caso de la desocupación, se reemplazaron a los ocupados migrantes recientes con desocupados nativos y se calculó ese efecto teniendo en cuenta también la salida de los desocupados migrantes recientes. En la subocupación, sobre la PEA resultante de la exclusión de la fuerza de trabajo migrante reciente, se estimó la reducción de la subocupación por la salida de los migrantes subempleados y el pasaje de igual cantidad de nativos subempleados a pleno empleo. En cuanto a la estimación de la precariedad de los asalariados, se excluyó a la población migrante reciente del conjunto de los asalariados y se asumió la cobertura de los empleos no precarios por parte de los nativos.

estadística reciente, cuáles son las características de la inserción efectiva de los inmigrantes sudamericanos y su impacto en los niveles de desocupación, subempleo e informalidad.

En primera instancia, es importante destacar su contribución a la fuerza de trabajo por sus elevadas tasas de actividad, aunque representan solo el 4,8% de la Población Económicamente Activa del total de aglomerados urbanos, proporción algo superior al 3% que conforman dentro del total poblacional. Su presencia entre los desocupados es similar y es levemente superior entre los subempleados, debido al comportamiento femenino.

Con respecto a la desocupación y el subempleo, si bien las tasas respectivas son bastante similares independientemente de la condición migratoria, aparece un hecho curioso. Los inmigrantes denotan niveles de desocupación levemente menores que los nativos, que se compensan con su mayor exposición al subempleo, lo que indicaría que son más anuentes que los nacionales para aceptar empleos de peor calidad.

En concordancia con los análisis realizados sobre la inserción laboral de la población inmigrante sudamericana en las últimas décadas, se comprueba que ésta cumple un rol de complementariedad con la fuerza de trabajo nativa. Se trata también de una complementariedad subalterna, donde se evidencia por un lado, una proporción mayor que se desempeña como cuentapropista (que implica una mayor exposición a los ciclos económicos y la ausencia de derechos que deberían tener las relaciones asalariadas) y, por otro, marcadas concentraciones sectoriales, con los varones en la construcción y aún más con las mujeres en el servicio doméstico, así como su aglutinamiento en ocupaciones de baja calificación (especialmente las mujeres).

Esta configuración de la inserción laboral redundante en niveles de menor calidad de acceso al trabajo, que se traduce en elevados niveles de precariedad entre los asalariados, en ocupaciones por debajo de las competencias educativas adquiridas y en menores niveles de ingreso.

Respecto de los niveles remunerativos, ha sido esclarecedora la estimación de la brecha de ingresos ponderada por nivel educativo, con la cual se controla la diferencia estructural en el nivel de instrucción alcanzado entre la población nativa y la migrante. Al comparar los niveles de ingreso para ocupados del mismo sexo y nivel educativo, se evidencia la ventaja de la población nativa.

Ante una interpelación sobre la incidencia de los migrantes recientes (aquellos con mayores dificultades de acceso al mercado de trabajo y socialmente segregados) en los mencionados índices macro del mercado de trabajo, una potencial retirada de los mismos del mercado de trabajo solo significaría una variación mínima en los niveles de desocupación, subempleo y precariedad. En efecto, la desocupación pasaría de 8,4% a 8,2%; el subempleo resultaría igual y la proporción de asalariados precarios solo disminuiría de 33,3% a 32,9%.

En síntesis, el impacto de los inmigrantes sudamericanos recientes, quienes tendrían mayores dificultades de acceder a condiciones de trabajo dignas, en el nivel de los indicadores analizados resulta insignificante y derrumba las concepciones xenófobas sobre su papel en el mercado laboral de Argentina.

Referencias

- BAER, G. et al. Inserción laboral e informalidad entre los trabajadores migrantes sudamericanos. In: OIT. **Migraciones laborales en Argentina**: protección social, informalidad y heterogeneidades sectoriales. Buenos Aires, Argentina, 2015.
- BRUNO, S.; DEL AGUILA, A. Huellas de tierra roja en el cemento porteño: trabajadores migrantes paraguayos de la construcción en Buenos Aires. In: PARAGUAY DESDE LAS CIENCIAS SOCIALES, 3., 2010, Resistencia, Argentina. **Anais...** Buenos Aires, Argentina: Grupo de Estudios Sociales sobre Paraguay, 2010.
- CERRUTTI, M.; MAGUID, A. Inserción laboral e ingresos de los migrantes de países limítrofes y peruanos en el Gran Buenos Aires. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 83, p. 75-98, 2007.
- _____; BRUNO, M. La inserción de los migrantes paraguayos y peruanos en el mercado de trabajo del Área Metropolitana de Buenos Aires. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, España, v. 20, n. 60, p. 265-290, 2006.
- INDEC. **Censo Nacional de Población 2010**. Buenos Aires, Argentina, 2010.
- MAGUID, A.; BRUNO, S. Migrantes sudamericanos en la Argentina actual: su contribución e impacto en el mercado de trabajo. In: JORNADAS ARGENTINAS DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN, 14., CONGRESO INTERNACIONAL DE POBLACIÓN DEL CONO SUR, 1., 2017, Santa Fe, Argentina. **Anais...** Argentina: Asociación de Estudios de Población de la Argentina, 2017.
- _____. Migrantes sudamericanos y mercado de trabajo. In: OIT. **La inmigración laboral de sudamericanos en Argentina**. Buenos Aires, Argentina, 2011.
- _____; BRUNO, S. Migración, mercado de trabajo y movilidad ocupacional: el caso de los bolivianos y paraguayos en el Área Metropolitana de Buenos Aires. **Revista Población de Buenos Aires**, Buenos Aires, Argentina, v. 7, n. 12, p. 7-28, 2010.
- _____; ARRUÑADA, V. El impacto de la crisis en la inmigración limítrofe y del Perú hacia el Área Metropolitana de Buenos Aires. **Revista Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, Argentina, n. 30, p. 95-122, 2005.
- _____. El chivo expiatorio. **Revista Encrucijadas, Migraciones ¿La tierra prometida?** Buenos Aires, Argentina, Año 1, n. 7, 2001.
- _____. Migrantes limítrofes y empleo. **Revista Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, Argentina, n. 10, 1995
- MARSHALL, A. Inmigración de países limítrofes y demanda de mano de obra en la Argentina 1940-1980. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, Argentina, v. 23, n. 89, p. 35-58, 1983.
- PACECCA, M. I.; COURTIS, C. Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el AMBA. In: JORNADAS ARGENTINAS DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN, 9., 2007, Córdoba, Argentina. **Anais...** Córdoba, Argentina: AEPa, 2007.
- SNEEP – SISTEMA NACIONAL DE ESTADÍSTICAS SOBRE EJECUCIÓN DE LA PENA. **Informe anual República Argentina**. Argentina, 2015.
- VARGAS, P. **Bolivianos, paraguayos y argentinos en la obra**: identidades étnico-nacionales entre los trabajadores de la construcción. Buenos Aires, Argentina: Editorial Antropofagia, 2005.

INCORPORACIÓN LEGAL DE LAS PRINCIPALES COLECTIVIDADES DE EXTRANJEROS EN LA ARGENTINA. LA EXPERIENCIA DEL PROGRAMA PATRIA GRANDE

Valeria Yamila Vega

Se presentan los principales resultados de la investigación Incorporación legal de las principales colectividades de extranjeros en la Argentina. La experiencia del Programa Patria Grande⁴⁶ La investigación está dedicada al estudio de la relación entre el Estado argentino y la inmigración extranjera a partir de los procesos de regularización establecidos para su incorporación legal durante los últimos cuarenta años. Este estudio describe el perfil socio-demográfico de la población extranjera nacida en países de la región latinoamericana, principalmente la de países limítrofes y Perú, de acuerdo con las posibilidades que ofrecen los Censos de Población y las encuestas especializadas para su conocimiento. Además, reúne datos inéditos respecto de las principales características demográficas y sociales de las poblaciones de extranjeros regularizadas en la Argentina al amparo de los decretos 87/74; 780/84; 1033/92, y Patria Grande 2006. Asimismo, puntualiza en la naturaleza política, jurídica, metodológica y social asumida por los cuatro procesos de regularización migratoria en la Argentina desde 1974 hasta el último y más importante, en términos de su definición y alcance, el programa Patria Grande, lanzado en el año 2006.

La movilidad internacional de las personas ha sido foco de generalizado interés y preocupación durante los últimos años, basta reconocer la sensibilidad que despierta en los gobiernos, los agentes económicos, las sociedades civiles, los organismos internacionales y los propios migrantes.

Históricamente Argentina es país de destino para abundantes flujos inmigratorios provenientes de los países de América Latina. El resultado de ese proceso, de importancia tanto en el pasado como en tiempos recientes, es la formación de un importante stock de población nacida en países de la región residente en el país.

Ciertamente, las corrientes migratorias limítrofes, a pesar de ser históricas en el territorio y de haber mantenido constante su peso relativo en el total de población (alrededor del 2 por ciento a lo largo del siglo XX), han sido poco representadas en la legislación argentina. Como consecuencia de esto, la posibilidad de obtener una residencia “legal” en la Argentina para este grupo de inmigrantes se vio postergada. Las restricciones para regular la residencia han

⁴⁶ Esta investigación forma parte de la Tesis de Maestría en Demografía Social de la Universidad Nacional de Luján, República Argentina, que se encuentra en instancia de evaluación (Director de Tesis: Lelio Mármora/Co-Directora: María Eugenia Aguilera).

redundado en un creciente aumento de migrantes irregulares provenientes de países limítrofes, lo cual constituye una de las principales situaciones de preocupación en los países receptores de inmigración: ahí radica el interés por su estudio y análisis.

En el caso argentino, es posible observar cómo la historia ha ido definiendo distintas soluciones a este problema, que van desde la aplicación de amplios regímenes de regularización hasta el cambio sustancial en su legislación.

En ese sentido, el objetivo de este trabajo ha sido analizar la relación entre el Estado argentino y la inmigración extranjera nacida en países del Mercosur, fundamentalmente en los países limítrofes y Perú, desde el punto de vista de las regularizaciones establecidas para su incorporación legal, las que expresan la política migratoria nacional de los últimos cuarenta años y sus cambios.

Métodos y datos

La investigación se basa, para la definición de los aspectos demográficos y sociales de la población extranjera proveniente de países del Mercosur, principalmente de países limítrofes y de Perú (universo de estudio), en las principales fuentes de información cuantitativa existentes (Censos de población y encuestas especializadas), tomadas en forma complementaria unas de otras. Para la definición del perfil socio-demográfico de la población nacida en el extranjero, que residía en Argentina en los años previos a la puesta en marcha del programa Patria Grande, se utiliza el Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001. Para el caso de la descripción de algunas características económicas seleccionadas, en función de la inserción en el mercado de trabajo de esta población, se utilizan los datos provenientes de la Encuesta Permanente de Hogares (2006). También se recurre a censos previos a fin de caracterizar a la población extranjera al momento de los Decretos de Regularización analizados en la investigación (Censos de Población de 1970, 1980 y 1991).

En el caso de la caracterización de la población extranjera regularizada en la Argentina se recurre a una base de datos con información socio-demográfica de personas regularizadas al amparo del programa Patria Grande (2006 – 2007) de la Dirección Nacional de Migraciones.

La base de datos utilizada fue diseñada y confeccionada a requerimiento de la investigación e incluye una selección de variables sociodemográficas que derivan de los distintos campos utilizados en el formulario de inscripción al programa Patria Grande. Se tuvo en cuenta la información que cumpliera con determinados parámetros de comparabilidad con la información proveniente de los demás decretos, como de las fuentes censales.

Por otra parte, utiliza datos mayoritariamente inéditos de los decretos de regularización (Decretos 87/1974, 780/1984 y 1033/1992). Esta información permite acercarse al conocimiento de las características socio-demográficas básicas de la población extranjera que tenía pendiente su regularización migratoria en distintos momentos en la Argentina.

A los fines de dimensionar la incidencia de las medidas de regularización que analiza la investigación se procede a comparar la información acerca del volumen de población y perfil sociodemográfico de los regularizados por las diferentes medidas respecto del stock de extranjeros de esos mismos países que ofrecen los censos de población.

El panorama de la política migratoria que presenta el estudio se valió de un trabajo de revisión y análisis bibliográfico. A su vez, se reúne material documental referido a la formulación y ejecución de las medidas tratadas.

Resultados

Esta investigación ofrece un panorama de la gobernabilidad migratoria en torno a la definición política que el fenómeno ha asumido en diferentes momentos, con especial hincapié en las acciones de regularización. Esto permitió evaluar la legitimidad de las medidas implementadas en tanto, el contexto de la gobernabilidad migratoria de referencia, se presenta más o menos coherente entre la letra de la ley y lo que finalmente termina siendo su aplicación.

A partir de la segunda mitad del siglo XX tiene lugar la implementación de una serie de medidas de excepción cuyo objetivo fundamental es promover la regularización de un amplio volumen de extranjeros que, residiendo en la Argentina, estuvieron imposibilitados de obtener una residencia por la vía de radicaciones comunes.

La segunda mitad del siglo XX, constituye un período en el cual cambia definitivamente la composición de los flujos migratorios. En efecto, el patrón inmigratorio muestra una disminución de las corrientes migratorias europeas y una mayor visibilidad de la inmigración proveniente de países limítrofes. De tal modo, es posible decir que los flujos migratorios fueron predominantemente europeos desde fines del siglo XIX hasta 1947 y fundamentalmente limítrofes a partir de 1960. A pesar de esto último, las corrientes migratorias limítrofes han sido poco representadas en la legislación argentina. De hecho, nuestra legislación escasamente se ajusta al fenómeno de la inmigración limítrofe (SASSONE, 1987) y, como consecuencia de ello, la posibilidad de obtener una residencia en Argentina por parte de este grupo de inmigrantes se vio postergada. Esta situación muestra una práctica constante del Estado que se basó en la exigencia excesiva de requisitos para obtener la radicación y, como contracara de ello, en una serie de medidas de excepción.

La primera de las medidas de excepción analizadas en este estudio data de 1974, se trata del Decreto de Regularización n. 87/74. Este Decreto plantea, por un lado, la necesidad de cubrir la demanda de mano de obra con fuerza de trabajo extranjera proveniente de países vecinos y, por otro, la importancia de avanzar en una política de integración regional.

TABLA 1 – Población que inició sus trámites en el Decreto 87/74, empadronada por el Censo de Población 1970 y porcentaje de regularizados, por país de nacimiento. Total país – Año 1974 y 1970

	Decreto 87/74	Censo 1970	% Regularizados
Total	147.383	578.850	25,4
Bolivia	22.596	100.900	22,3
Brasil	9.462	48.500	19,5
Chile	24.449	142.150	17,2
Paraguay	73.793	220.300	33,5
Uruguay	17.083	67.000	25,5

Fuente: Elaborado en base a Gurrieri, J. Algunas características de los radicados por Decreto n. 87/74DNM (inédito), 1982.

El 24 de marzo de 1976 se produce en la Argentina, un golpe de Estado mediante el cual se establece un gobierno de facto a cargo de una Junta Militar integrada por las tres fuerzas. Durante ese período se sanciona el Decreto-Ley n. 22.439 dirigida a normatizar la cuestión migratoria. Esta política migratoria basada en la doctrina de la Seguridad Nacional, se caracterizó fundamentalmente por la adopción de medidas restrictivas en cuanto a la inmigración y, en particular, respecto de la radicación de extranjeros ya residentes en el país.

Este Decreto-Ley, acentuó de forma sensible el tratamiento restrictivo de la cuestión migratoria.

El mismo se mantuvo vigente durante el período de recuperación democrática 1983 – 1989. Además de su vigencia, fue durante el nuevo gobierno democrático, en el año 1987 que éste es reglamentado por primera vez a través del Decreto 1434/87, el cual constituyó la profundización de una política migratoria restrictiva, estigmatizante de la población extranjera y persecutoria. Es notable que este decreto no sólo avale la ley de la dictadura, sino que muestra rasgos ciertamente más restrictivos que la propia ley.

En ese período, en el año 1984, la “problemática migratoria” es abordada con una nueva medida de regularización masiva para aminorar la cuestión de la inmigración clandestina. Se lleva adelante un nuevo proceso de regularización por Decreto 780/84.

El Decreto 1023/94, que derogó el Decreto 1434/87, fue el nuevo decreto reglamentario de la Ley 22.439 aprobado por un gobierno democrático

que permanecerá en el poder durante dos mandatos consecutivos (1989 – 1999). En esos años tiene lugar la implementación del Decreto de Regularización 1033/92.

Tanto en el Decreto 1434/87 como en el 1023/94, no se estipularon parámetros menos restrictivos que los señalados en el texto de la Ley 22.439 para abordar la cuestión migratoria. La Ley 22.439 representó durante largo tiempo otra de las deudas pendientes con la sociedad que dejó la última dictadura militar. Transcurrieron más de veinte años desde su aprobación hasta su derogación y entrada en vigencia de un nuevo marco normativo en la República Argentina.

TABLA 2 – Población que inició sus trámites en el Decreto 780/84, empadronada por el Censo de Población 1980 y porcentaje de regularizados, por país de nacimiento. Total país – Año 1984 y 1980

	Decreto 780/84	Censo 1980	% Regularizados
Total	149.556	753.428	19,9
Bolivia	22.501	118.141	19,0
Brasil	2.705	42.757	6,3
Chile	80.192	215.623	37,2
Paraguay	23.099	262.799	8,8
Uruguay	21.059	114.108	18,5

Fuente: Elaborado en base a resultados del Decreto 780/84, datos de la Dirección Nacional de Migraciones 1986 y Censo de Población 1980 (INDEC).

La Ley de Migraciones n. 25.871, se promulgó a comienzos del año 2004, es la primera legislación general en materia migratoria, elaborada y sancionada por un gobierno democrático. Además, implicó un reconocimiento expreso a la acción de migrar como un derecho humano y reconoció formalmente a las personas migrantes los derechos a la salud, educación, justicia, seguridad social, entre otros. A su vez, resulta de gran importancia el énfasis puesto en pos de garantizar la integración y el desenvolvimiento económico y social de los extranjeros en la Argentina, reconociendo el acceso a derechos sin perjuicio de la situación migratoria en que se encuentre la persona y garantizando la igualdad de derechos entre nacionales y extranjeros. Las categorías de admisión superan ampliamente los parámetros anteriores a través del criterio de nacionalidad (Art. 23 inc. 1).

En ese marco, en el año 2006, la Dirección Nacional de Migraciones implementó el Programa Nacional de Normalización Documentaria *Migratoria Patria Grande*, en conformidad con una política integracionista, para los extranjeros provenientes de los países miembros y asociados al MERCOSUR.

La implementación del programa Patria Grande resultó un hecho inédito, significó la primera experiencia que dio coherencia a los vínculos entre la normativa migratoria (leyes, decretos, disposiciones) y las prácticas políticas. Representó la principal política pública en materia migratoria, asumiendo la regularización como uno de los objetivos fundamentales de la política demográfica nacional.

TABLA 3 – Población que inició sus trámites en el Decreto 1033/92, empadronada por el Censo de -Población 1991 y porcentaje de regularizados, por país de nacimiento. Total país – Año 1992 y 1991

	Decreto		
	1033/92	Censo 1991	% Regularizados
Total	211.663	818.369	25,9
Bolivia	85.048	146.460	58,1
Brasil	3.661	34.850	10,5
Chile	25.124	247.679	10,1
Paraguay	85.513	253.522	33,7
Uruguay	12.317	135.858	9,1

Fuente: Elaborado en base a datos inéditos de la Dirección Nacional de Migraciones – Sistema Rex (DNM), 1994 y Censo de Población 1991 (INDEC).

*Sistema Rex. Corresponde al modelo de agrupación de registros electrónicos utilizados por la DNM.

El conocimiento de la población que inició sus trámites de regularización bajo el amparo del Patria Grande permitió tener una idea del volumen de población proveniente de países del MERCOSUR que se encontraba viviendo en Argentina sin tener regularizada su residencia⁴⁷. Existían sólo especulaciones en torno a dicha magnitud, pero en concreto la verdadera cantidad de población extranjera en dicha situación era hasta entonces

⁴⁷ Se ha de tener en cuenta que este análisis refiere exclusivamente al volumen de personas que iniciaron sus trámites de regularización a través del programa “Patria Grande” dado que dicho volumen dista del de aquellos migrantes que efectivamente concluyeron su trámite al momento de la segunda etapa del programa.

desconocida y sólo se tenía noción de la voluminosa cifra de migrantes que se adherían a los procesos de regularización.

La población regularizada inicialmente por el programa entre el 17 de abril de 2006 y el 31 de mayo de 2007⁴⁸, alcanzó las 408.317 personas. La distribución de los inmigrantes según país de origen muestra que en su gran mayoría se trató de paraguayos y bolivianos, con 243 y 99 mil personas respectivamente. Juntos estos dos grupos de migrantes representan el 84 por ciento del total de regularizados.

Las cifras sobre la cantidad y distribución de la población que inició sus trámites de regularización migratoria a través de Patria Grande permiten tomar una idea del volumen de extranjeros provenientes de la región latinoamericana. Se trata de cifras voluminosas -especialmente entre paraguayos, bolivianos y peruanos -, cifras muy superiores incluso a los parámetros cuantitativos representados por las medidas de regularización analizadas de 1974, 1984 y 1992. Respecto de estas, el total de población regularizada por Patria Grande fue 2,8, 2,7 y 1,9 veces mayor respectivamente.

TABLA 4 – Población que inició sus trámites en el programa Patria Grande, empadronada por el Censo de Población 2001 y porcentaje de regularizados, por país de nacimiento. Total país – Años 2007 y 2001

	Patria Grande	Censo 2001	% Regularizados
Total	408.317	1.020.250	40,0
Paraguay	243.450	325.046	74,9
Bolivia	98.612	233.464	42,2
Perú	45.535	88.260	51,6
Uruguay	10.268	117.564	8,7
Chile	4.161	212.429	2,0
Brasil	3.793	34.712	10,9
Colombia	1.245	3.876	32,1
Ecuador	1.031	2.125	48,5
Venezuela	222	2.774	8,0

Fuente: Elaboración propia a partir del Programa Patria Grande – DNM y Censo Nacional de población, Hogares y Viviendas 2001.

⁴⁸ Cabe aclarar que, si bien se siguió iniciando trámites con posterioridad a esa fecha, la base de información con la que se contó para poder desarrollar este trabajo sólo contiene información hasta entonces. No obstante, las cifras expuestas representan alrededor del 90 por ciento del total de trámites con el que finalizó la primera etapa del programa, 30 de mayo de 2008 según lo establecido por la Disposición 35.768/2008 de la Dirección Nacional de Migraciones.

Nota: Los datos corresponden a la población que inició trámites durante el primer año de vigencia del Programa Patria Grande.

Para valorizar las cifras de los regularizados a través del programa *Patria Grande*, en sus inicios, fueron tenidos en cuenta los datos provistos por el Censo de Población de 2001. Con el supuesto de que elevados porcentajes de regularización se asimilan a umbrales de éxito y bajos porcentajes a umbrales de fracaso.

Para el total país se obtiene que el porcentaje de regularizados alcanza al 40 por ciento de los extranjeros censados en el 2001, nacidos en los países beneficiados por el programa, es decir, de aproximadamente 1 millón de nativos de esos países se regularizaron inicialmente 400 mil.

El análisis de los aspectos demográficos de la población extranjera incluida en este estudio muestra que en el caso de la población extranjera censada, los datos permiten apreciar que, en cuanto a sus características demográficas básicas, como estructuras por sexo y edad, la antigüedad de la migración juega un rol fundamental. Cuanto más antiguas son las corrientes migratorias, estas adquieren mayores similitudes con la población nativa, por ejemplo, se observan poblaciones envejecidas afectadas de igual manera por la sobremortalidad masculina. Cuando las corrientes migratorias son más recientes el peso de los adultos mayores disminuye a la vez que se observa un peso relativo mayor de personas en edades potencialmente activas y una mayor feminización vinculada con el tipo de inserción laboral urbana de servicios (CERRUTTI; MAGUID, 2007).

La población extranjera regularizada, por su parte, adopta características propias por tanto no es idéntica a los stocks de población que arrojan los censos. Los procesos analizados que recorren un período de cuarenta años, muestran que algunos rasgos han ido variando. La feminización migratoria se acentúa en los últimos procesos. Este rasgo es distinto según cada colectividad, sin embargo, en los primeros decretos se observa que la regularización tuvo mayor alcance entre los varones, probablemente asociado a las posibilidades de inserción en el mercado de trabajo argentino en general y de las distintas regiones en particular.

Las poblaciones regularizadas muestran una fuerte concentración en las edades adultas jóvenes (15 a 49 años) con menor presencia de niños y adultos mayores, de este modo, sus pirámides son estrechas por la base y por la cúspide. En las cuestiones que tienen que ver con el desarrollo de actividades económicas las poblaciones regularizadas declararon menores tasas de actividad que los censados, información que suele estar más subestimada entre los regularizados dado que existe ocultamiento debido al impedimento legal de desarrollar estas actividades en forma previa a tener una regularización migratoria.

La revisión sobre la incidencia de los procesos de regularización en la Argentina entre 1974 y 2006 subraya la importancia de establecer los mecanismos necesarios para garantizar la incorporación legal de las poblaciones

extranjerías que residen en el territorio nacional. En primer lugar, por el imperativo de reconocer su existencia y, en segundo lugar, por la necesidad de validar su integración plena a la sociedad de acogida.

Conclusión

Esta investigación plantea el abordaje del fenómeno migratorio desde distintas perspectivas con el objetivo de aproximarse al conocimiento de la incorporación legal de los extranjeros en la Argentina. Analiza cuatro medidas políticas a tal efecto a lo largo de las últimas cuatro décadas, trazando una línea argumental respecto a los desafíos políticos que implica el tratamiento de la inmigración en general y de la inmigración “irregular” en particular.

La investigación busca conocer qué alcance tuvieron esos amplios procesos de regularización en la Argentina y cuál ha sido la magnitud y la tendencia que siguieron las colectividades regularizadas. Para dar respuesta a esto, evalúa los volúmenes de regularizados en relación a los extranjeros empadronados por los Censos de Población.

La investigación hace posible observar que el tratamiento de la migración internacional se ha diversificado a largo de los años. El período que coincide con la aplicación de los Decretos 87/74, 780/84 y 1033/92, se caracterizó por el dictado de reglamentaciones en los márgenes de la legislación restrictiva vigente y por recurrentes disposiciones a través de diversos decretos del Poder Ejecutivo. El contexto donde surgen y las perspectivas que los sostienen, hacen que estos decretos terminen expresando una tensión constante entre las políticas fijadas y la realidad. La coexistencia entre la restricción y la legalidad demostró en los hechos, que hay una afectación directa en la situación de las personas migrantes y que mientras permanezca vigente un contexto de legislación restrictiva y de rechazo de la inmigración, se seguirá perpetuando el estado de vulnerabilidad de estas poblaciones en las sociedades de acogida.

Por su parte, la descripción de la perspectiva política sobre el tratamiento de la migración internacional en el contexto del MERCOSUR pone al descubierto las ventajas estratégicas que adquieren los Estados al asumir políticas basadas en acuerdos multilaterales. Al respecto, el repaso por los principales cambios que se fueron sucediendo durante los últimos años indica que el abordaje unilateral sobre cuestiones vinculadas con la dinámica demográfica, la circulación de fuerza de trabajo, los imperativos de la seguridad pública y el cumplimiento efectivo del respeto de los derechos humanos resulta obsoleto ante circunstancias que no son exclusivas de ningún Estado, sino que trascienden las fronteras para convertirse en materia de orden internacional.

El programa Patria Grande constituyó una cristalización concreta del nuevo enfoque de las políticas públicas basadas en los individuos como sujetos de derecho. La regularización debe ser entendida como base fundamental para el

desarrollo como aporte de la inmigración a los países de destino, a la vez que debe ser considerada entre los principios de gobernabilidad (MÁRMORA, 2010).

Esta investigación busca ser un aporte al estudio de la migración internacional, con el acento puesto en el análisis de las políticas migratorias y en el conocimiento acerca de los vínculos entre las políticas públicas, las prácticas políticas y los fenómenos demográficos, y, al mismo tiempo, al interés por conocer la incidencia de la renovada política migratoria en la definición de una nueva política demográfica sin desconocer a las personas sobre las que se tiene alcance.

Referencia

CERRUTTI, M.; MAGUID, A. Inserción laboral e ingresos de los migrantes de países limítrofes y peruanos en el Gran Buenos Aires. **Revista Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, v. 33, n. 83, p. 75-98, 2007.

MÁRMORA, L. Modelos de gobernabilidad migratoria: la perspectiva política en América del Sur. **Revista REMHU – Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p.71-92, 2010.

SASSONE, S. Migraciones ilegales y amnistías en la Argentina. **Revista de Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Buenos Aires, Argentina, n. 6, p. 249-290, 1987.

**MIRADAS EN LA ESCUELA.
REPRESENTACIONES DE ADOLESCENTES RESPECTO A
MIGRANTES BOLIVIANOS, PARAGUAYOS, ASIÁTICOS Y
AFRICANOS EN BUENOS AIRES**

Darío Lanzetta
Gisele Kleidermacher

El presente escrito tiene su origen en la experiencia de investigación en el Marco de un Proyecto de Reconocimiento Institucional (PRI), titulado “Representaciones sociales de Jóvenes y adultos hacia migrantes bolivianos, paraguayos, asiáticos y africanos en “barrios sur” de CABA, en los años 2014-2016” con sede en la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

De este modo, el artículo que aquí presentamos ofrece al lector el relato de nuestra experiencia de investigación, con la intención de enriquecer el diálogo en torno a los movimientos migratorios y su abordaje teórico-metodológico. A modo de introducción, el estudio indaga acerca de los vínculos interculturales entre nativos argentinos y colectivos de migrantes de cuatro orígenes: africanos⁴⁹, asiáticos⁵⁰, bolivianos y paraguayos. De este modo, se inscribe en la línea de trabajo de migraciones Sur-Sur, la cual viene definida según la clasificación de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), como aquella que se produce entre países con ingresos bajos y medios⁵¹.

La elección de las nacionalidades de origen de los migrantes se fundamenta en la presencia numérica que poseen en la zona sur de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (donde hemos desarrollado el estudio), tal como queda demostrado en el último Censo Nacional realizado en el año 2010, donde se

⁴⁹ Se decidió utilizar esta categoría de acuerdo a los estudios exploratorios cualitativos realizados en una etapa anterior de la investigación, cuyo resultado es el desconocimiento que la población mantiene sobre la población migrante de tez oscura, por lo cual resultaba más sencilla para la aplicación del cuestionario la categoría “africano” teniendo en cuenta que las otras tres categorías son nacionalidades y esta refiere a un continente, sin embargo, para el análisis, las respuestas serán imputadas a Senegal, por tratarse del país de origen cuya migración es mayoritaria.

⁵⁰ La categoría asiáticos es tomada aquí para hacer referencia a las colectividades china, coreana y taiwanesa con presencia en la CABA, como un modo de sintetizar los tres colectivos migrantes para hacer más ágil la lectura.

⁵¹ OIM. Informe sobre las migraciones en el mundo. Los migrantes y las ciudades: Nuevas colaboraciones para gestionar la desigualdad. Ginebra: Organización internacional para las migraciones, 2015. Cabe advertir, que no hay una definición universal acerca del término “Sur”. Los métodos más utilizados para definir los conceptos “Norte” y “Sur” son aquellos elaborados por el Departamento de Asuntos Económicos y Sociales de las Naciones Unidas, el Banco Mundial y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). La definición utilizada en el presente artículo se tomó del informe de la OIM que responde a la ofrecida por el Banco Mundial. De este modo, se entiende por “Sur” los países de ingresos medianos altos, países de ingresos medianos bajos y países de ingresos bajos; y por “Norte” se entienden los países de ingresos altos.

desprende que la cantidad de habitantes nacidos en el extranjero según el lugar de nacimiento: 345.272 nacidos en Bolivia, 550.713 en Paraguay, 19.125 asiáticos (8.929 chinos, 7.321 coreanos, 2.875 taiwaneses) y 2.738 nacidos en África⁵².

Si bien la proporción de población de origen asiática y africana es notoriamente menor, seleccionamos estos orígenes por tratarse migraciones altamente visibles, que suscitan diversas reacciones en la población general, y que han sido objeto de construcciones estereotipantes y discriminatorias en muchas ocasiones por el tratamiento dado en los medios masivos de comunicación. De esta forma, resultaba interesante el análisis de las representaciones que los adolescentes construyen en relación a estos flujos.

El presente trabajo remite, así, a la experiencia de investigación llevada a cabo dentro del marco de un Proyecto de Reconocimiento Institucional con sede en la Universidad de Buenos Aires (PRI-UBA), titulado “Representaciones sociales de jóvenes y adultos hacia migrantes bolivianos, paraguayos, asiáticos y africanos en “barrios sur” de CABA, en los años 2014-2016”. Se propuso, inicialmente, caracterizar y comparar las representaciones sociales que la población nativa adulta (de 25 a 65 años) y los jóvenes de 14 a 16 años que asisten a escuelas secundarias públicas, construyen respecto a migrantes de origen boliviano, paraguayo, asiático y africano, en los “barrios sur” de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, esto es, en los barrios de Constitución, Nueva Pompeya, Villa Lugano y Villa Soldati, por concentrar la mayor cantidad de migrantes de acuerdo al último censo nacional realizado en el año 2010⁵³.

El objetivo mas amplio en un primer momento fue interpretar los nexos representacionales entre la sociedad civil y la institución escolar. Esto es, más específicamente, analizar las representaciones sociales, entendidas como lo hace Moscovici (1979) -constructos cognitivos compartidos en la interacción social cotidiana que proveen a los individuos de un entendimiento de sentido común de sus experiencias en el mundo-⁵⁴ producidas por los dos subuniversos buscando establecer diferencias y similitudes entre las representaciones de ambos

⁵² INDEC. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010.

⁵³ El censo 2010 registró que del total de extranjeros en Argentina, el 41,1% se concentra en el Gran Buenos Aires y el 21,1% en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

Las comunas con mayor proporción de población extranjera con respecto a la población total de la misma son: Comuna 1 (24,7%), Comuna 8 (23,4%) y Comuna 7 (18,6 %). En la Comuna 1, conformada por los barrios de Retiro, San Nicolás, Puerto Madero, San Telmo y Monserrat, de un total de 50.948 extranjeros censados, el 24,2% son paraguayos, 19,6% peruanos, el 11% bolivianos y sólo el 3,4% chilenos. Es destacable el porcentaje de no nativos de origen europeo, que se sitúa en un 13, 5%. En la Comuna 8, de la que forman parte los barrios de Villa Soldati, Villa Riachuelo y Villa Lugano, de 43.742 extranjeros, se destaca el elevado porcentaje de población originaria de Bolivia llegando a un 46,6% del total de extranjeros. En segundo orden se observa un 37,9% de personas de origen paraguayo, un 6,2% de no nativos de origen europeo, y una proporción de origen peruano del 5,2%⁵³.

⁵⁴ De acuerdo al autor “Son un set de conceptos, afirmaciones y explicaciones que se originan en la vida diaria en el curso de las comunicaciones interindividuales y cumplen, en nuestra sociedad, la función de los mitos y sistemas de creencias en las sociedades tradicionales; puede decirse también que son la versión contemporánea del sentido común” (MOSCOVICI, 1979, p. 45).

colectivos etarios, así como identificar posibles códigos normativos diferenciales expresados por los jóvenes respecto de la población nativa y la población migrante.

Además, para una etapa ulterior, el proyecto contempla actividades de transferencia a la comunidad, mediante la realización de talleres de difusión en las escuelas respecto del derecho a la no discriminación, el prejuicio, los estereotipos, etc.

La hipótesis que subyace el proyecto plantea que las representaciones sociales de la sociedad civil y de los jóvenes de entre 14 y 16 años residentes en el Sur de la Ciudad de Buenos Aires, se encuentran atravesadas por una matriz culturalmente homogénea que produce relaciones interculturales asimétricas y jerárquicas permitiendo la dominación social sobre los migrantes externos.

Consideramos que, en respuesta a los flujos migratorios, producto de la dinámica generada como resultado de un sistema capitalista que organiza las sociedades con criterios de exclusión, los Estados ejecutan políticas para administrar la diversidad étnica y cultural. Siguiendo a Cohen (2009), el Estado participa desempeñando un rol activo en el tratamiento de la diversidad étnica en distintas instituciones. En la escuela primaria y secundaria, ejecuta acciones bajo la forma de políticas socializadoras; en la justicia, como políticas sancionadoras de los ilegalismos y en las fuerzas de seguridad, como políticas represivas. Aunque cumplen roles diferentes, estas instituciones comparten la posibilidad de implementar estrategias de relación entre nativos y migrantes, basadas en un código moral hegemónico (BENHABIB, 2005) portador de una fuerte y homogénea carga cultural que excluye y penaliza a ciertos colectivos de migrantes según el origen etno-nacional con el que se los identifique.

Así, la interacción entre y al interior de estas instituciones configura un escenario en el que la diversidad étnica se traduce como desigualdad en el acceso a derechos (COHEN, 2009). Además, estas instituciones están atravesadas por las contradicciones del orden económico dominante y suelen reproducir la mirada de la sociedad civil sobre los distintos actores que la componen (BALIBAR; WALLERSTEIN, 1991).

Balibar e Wallerstein (1991), por su parte, conceptualiza esta configuración de identidades con el término de “etnicidad ficticia” para hacer referencia a la comunidad formada por el Estado nacional, en el sentido que se atribuye al Estado la “fabricación” de dicha identidad. Esta identidad referida a “lo nacional” relativiza las diferencias entre los ciudadanos de la misma “comunidad” y acentúa la diferencia simbólica entre ella –a través del “nosotros”- y “los extranjeros”. De este modo, el Estado “logra conformar al pueblo como unidad falsamente étnica sobre el fondo de una representación universalista que atribuye a todo individuo una identidad étnica y una sola, y que distribuye la humanidad entera entre diferentes etnicidades que corresponden potencialmente a otras tantas naciones” (BALIBAR; WALLERSTEIN, 1991, p. 150). El Estado-Nación moderno se conforma así como una combinación que

hace hincapié en la soberanía territorial con pretensión de homogeneidad cultural.

Es bajo estas premisas y conceptos que emprendimos la investigación, sin embargo, y al tratarse de un proceso dinámico, poli-etápico y contingente (De SENA, 2014), presentamos en el apartado siguiente algunas de las problemáticas que se plantearon durante el trabajo de campo, así como las decisiones teórico metodológicas que debimos asumir de forma tal de garantizar la transparencia de las mismas.

Algunas consideraciones y decisiones durante el trabajo de campo

En primer lugar cabe aclarar que la elección de la Unidad de Análisis, es decir, las características de los jóvenes y principalmente el rango etario de los mismos y el ámbito escolar para analizar las representaciones sociales, se debió, entre otros motivos, al hecho de entender a la escuela como ámbito socializador por excelencia de las instituciones del Estado que gestionan la diversidad. La escuela lleva adelante importantes acciones socializadoras en niños y adolescentes, naturalizando y promoviendo determinados criterios morales de verdad y de deber ser. En ella se reproduce un modelo culturalmente homogéneo a partir del cual se implementan estrategias de control y disciplinamiento social y se instauran modos de relación social de dominación respecto a las poblaciones migrante y nativa (COHEN, 2012). Esto la constituye en un escenario privilegiado para analizar el carácter conflictivo de las relaciones interculturales.

Con el objetivo de interpretar los nexos representacionales entre la sociedad civil y aquellas presentes en los discursos de jóvenes en el ámbito escolar, las representaciones obtenidas mediante la aplicación de un cuestionario en escuelas secundarias de los mencionados barrios, serían comparadas con aquellas obtenidas mediante la aplicación de un cuestionario a 400 personas de la sociedad civil en el marco de dos proyectos UBACyT⁵⁵.

En cuanto al PRI de referencia, si bien el propósito inicial era retomar los módulos del cuestionario previamente aplicado a adultos que indagaban las representaciones sociales de los nativos hacia los inmigrantes, para luego replicarlo al sub-universo de jóvenes y establecer la comparación propuesta, al revisar el instrumento de recolección de información consideramos que era necesario adaptar las preguntas a las nuevas unidades de registro, a su vocabulario, a sus actividades, a su vida cotidiana y al hecho que ya no se trataba sólo de nativos, como en el caso de los adultos de la sociedad civil, sino

⁵⁵ El primero titulado “Diversidad etno-nacional y construcción de desigualdades en las instituciones escolar y judicial. Un desafío teórico-metodológico en el abordaje de los casos del AMBA y la provincia de Mendoza”, programación científica 2011-2014, dirigido por el Dr. Néstor Cohen; y el segundo, “Articulaciones entre clase, género, actividades domésticas y uso del tiempo libre”, programación científica 2012-2014, dirigido por la Dra. Gabriela Gómez Rojas, ambos con sede en el Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales.

que entre los estudiantes contábamos con población migrante. De esta forma, perdíamos la posibilidad de que se vuelvan comparables ambos instrumentos, pero obteníamos un mayor acercamiento a sus representaciones sociales y un cuestionario más rico en preguntas abiertas y cerradas para aproximarnos a sus problemáticas.

Una vez reformulado el problema de investigación circunscribiéndolo a la producción de representaciones sociales para dar cuenta de los vínculos interculturales en el espacio escolar, y definido el instrumento que utilizaríamos, debimos nuevamente modificar la propuesta original, al enfrentarnos con ciertas dificultades al momento de abordar la etapa del trabajo de campo. Los barrios seleccionados para el estudio serían: Constitución (perteneciente a la comuna 1), Nueva Pompeya (correspondiente a la comuna 4), Villa Soldati y Villa Lugano (ambas pertenecientes a la comuna 8). La elección de dichos barrios tenía como trasfondo la mayor presencia de migrantes que en ellos se concentran⁵⁶. Sin embargo, al comenzar las gestiones pertinentes para ingresar a las escuelas, se presentaron serias dificultades para conseguir las autorizaciones, tanto de los directivos de las escuelas, como de los directores de los Distritos Escolares. En algunos casos, aduciendo que el cuestionario generaría conflictos en el aula, en otros, simplemente se negaron a responder.

Fueron los directores de tres escuelas del barrio de Villa Lugano quienes accedieron a que realizáramos el relevamiento, considerando positivo el hecho que el proyecto tuviera como fin brindar talleres en una segunda etapa, vistas las problemáticas surgidas tras el análisis de los datos. De esta forma, tomamos la decisión de restringir el estudio a las escuelas medias públicas de dicho barrio, aumentando la cantidad de encuestas en cada uno de los establecimientos educativos.

En relación a la aplicación del instrumento de registro diseñado, consideramos que se trató de una estrategia a la que denominamos “encuesta autoadministrada dirigida” en un contexto de grupo. Esto significa que, si bien fue cada una de las personas encuestadas la que llevó a cabo la tarea de responder el cuestionario, los encuestadores (todos ellos miembros del equipo de investigación que participaron en la tarea de construcción del instrumento así como también de las discusiones teóricas previas) estuvieron presentes para

⁵⁶ Las comunas con mayor proporción de población extranjera con respecto a la población total de la misma son: Comuna 1 (24,7%), Comuna 8 (23,4%) y Comuna 7 (18,6 %). En la Comuna 1, conformada por los barrios de Retiro, San Nicolás, Puerto Madero, San Telmo y Monserrat, de un total de 50.948 extranjeros censados, el 24,2% son paraguayos, 19,6% peruanos, el 11% bolivianos y sólo el 3,4% chilenos. Es destacable el porcentaje de no nativos de origen europeo, que se sitúa en un 13, 5%. En la Comuna 8, de la que forman parte los barrios de Villa Soldati, Villa Riachuelo y Villa Lugano, de 43.742 extranjeros, se destaca el elevado porcentaje de población originaria de Bolivia llegando a un 46,6% del total de extranjeros. En segundo orden se observa un 37,9% de personas de origen paraguayo, un 6,2% de no nativos de origen europeo, y una proporción de origen peruano del 5,2%. Para mayor información ver http://www.censo2010.indec.gov.ar/cuadrosDefinitivos/analisis_censo_feb12.pdf

hacer aclaraciones, supervisar que los cuestionarios sean respondidos y controlar la dinámica de la situación de encuesta⁵⁷.

El beneficio que obtuvimos mediante la estrategia adoptada, que combina la situación de autoadministración con la presencia de un encuestador, (además de las mencionadas) apunta al hecho de no tener que restringir la extensión del cuestionario por alguna incomodidad que pudiera presentar la situación de entrevista (aunque no siempre se da de este modo, esta situación generalmente está presente en las encuestas cara a cara tal como fuera planteado por Cea D’Ancona y Valles Martínez, 2010); el favorecer el acceso a un segmento poblacional que con ausencia de los encuestadores se vería reacio a responder ante la interpelación de las preguntas del cuestionario, como es el caso de jóvenes en edad escolar, en escuelas cuya matrícula se compone por estudiantes nativos y migrantes (BOURTIS; LEYEMS, 1996). Más aún, cuando la temática sobre la cual se los interpela refiere a las relaciones interculturales que se dan en la vida cotidiana en general y en la institución educativa en particular.

Asimismo, por el hecho de haber implementado la estrategia de encuesta auto administrada pero dirigida por un coordinador y supervisada la propia situación de entrevista por 2 o 3 integrantes del equipo, en contraposición a la encuesta auto administrada sin encuestador, nos aseguramos reducir al mínimo la tasa de no respuesta, que es una de las principales limitaciones de tal estrategia (Di GIACOMO, 1981).

A modo de cierre

El presente artículo se propuso visibilizar, mediante el relato de una investigación en curso, el rumbo que ésta ha venido tomando a partir de una serie de decisiones teórico metodológicas con el fin de aportar a la reflexión y al diálogo en torno a la cuestión migratoria y particularmente al modo de abordarla, esto es, a través de aquellas representaciones sociales que son producidas y reproducidas en el ámbito escolar por jóvenes de escuelas públicas de educación media en barrios de zona sur de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

En este sentido, el proyecto de investigación se inscribe en la línea de indagación de las migraciones Sur-Sur desde una dimensión espacio-temporal de reconfiguración de los movimientos regionales de población. Históricamente la Argentina se configuró como un polo de atracción de migrantes –

⁵⁷ El conocimiento acumulado sobre la temática trabajando desde un enfoque cualitativo y cuantitativo junto al equipo de investigación Ubacyt, dirigido por el Dr. Néstor Cohen, nos ofrecía, por un lado, tener un manejo suficiente de la problemática de estudio como para diseñar un cuestionario con posibilidades de respuestas de carácter estándar ante preguntas que consideramos relevantes para nuestros propósitos. Pero además creímos conveniente la incorporación de preguntas abiertas, de naturaleza no estándar a fin de explorar sobre algunas cuestiones puntuales de la problemática con jóvenes en las escuelas, para luego, a través de un proceso de interpretación cerrar dichas preguntas durante la etapa del procesamiento de la información.

tradicionalmente de ultramar- y en las últimas décadas, de migrantes regionales pero también del continente asiático y africano, siendo todos ellos migrantes provenientes de países de bajos ingresos.

La investigación en curso se propone entonces analizar las representaciones sociales que los y las jóvenes estudiantes reproducen dentro del marco de la institución escolar respecto de las comunidades africana, asiática, boliviana y paraguaya. Todas ellas migraciones que no responden al estereotipo de “migrante deseado” por la Argentina (CAGGIANO, 2008).

Queda instalado el interrogante acerca de la comparabilidad de los sub-universos generacionales de adultos y jóvenes – propuesta original que el proyecto- a fin de establecer posibles cambios en las representaciones, y en qué sentido la variable temporal incide en la mirada hacia la actual configuración de las redes migratorias interregionales en el sentido Sur-Sur. Creemos que es una pregunta interesante para abordar posibles cambios en los vínculos interculturales como expresión de los procesos de integración en el marco de una particular configuración de los movimientos migratorios regionales.

Para empezar a responderla, nuestro proyecto ofrece una puerta de entrada a los discursos y representaciones sociales de los jóvenes. Así, un primer acercamiento con el material relevado en instancias del proceso de carga de los cuestionarios, daría cuenta de una tendencia a ciertos cambios en las representaciones de los estudiantes respecto de aquellas que, quienes trabajamos desde hace años en el tema, estamos acostumbrados a encontrar respecto de los colectivos de migrantes de referencia. En este sentido, encontramos casos de nuevos modos de caracterizar a algunas de estas comunidades.

Por último, si bien no contamos aún con los resultados del relevamiento ya que la información requiere ser procesada para su posterior análisis, podemos afirmar que concluida la etapa del trabajo de campo y llegados a esta instancia de lectura de los cuestionarios para la posterior codificación y carga, surgieron nuevos interrogantes que alimentan el deseo de indagar más en profundidad las representaciones de los distintos grupos de estudiantes.

Confiamos en que las inquietudes e interrogantes que surgieron servirán de insumo a la hora de trabajar en el taller de sensibilización que realizaremos el año próximo en los mismos cursos en los que aplicamos el cuestionario. Será nuestro desafío contar con la suficiente habilidad y *expertise* para que el mismo sea un verdadero espacio de construcción colectiva que responda a los objetivos que nos propusimos.

Referencia

- BALIBAR, É.; WALLERSTEIN, I. La forma nación: historia e ideología. In: _____. **Raza, nación y clase**. Madrid: IEPALA, 1991.
- BENHABIB, S. **Los derechos de los otros**: extranjeros, residentes y ciudadanos. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.
- BOURTIS, R.; LEYEMS, J. **Estereotipos, discriminación y relaciones entre grupos**. Madrid: Editorial Mc Graw Hill, 1996.
- CAGGIANO, S. Racismo, fundamentalismo cultural y restricción de ciudadanía: formas de regulación social frente a inmigrantes en Argentina. In: NOVICK, S. (Comp.). **Las migraciones en América Latina**: políticas, culturas y estrategias. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2008.
- CEA D'ANCONA, M. A.; VALLES MARTÍNEZ, M. **Xenofobias y xenofilias en clave biográfica**: relatos entrelazados de autóctonos y foráneos. Madrid: Siglo XXI, 2010.
- COHEN, N. Profetizando al diferente. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**, México, DF, v. 4, n. 6., p. 187-205, 2012.
- _____. **Representaciones de la diversidad**: trabajo, escuela y juventud. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Cooperativas, 2009.
- De SENA, A. Validez y validación: de usos y contenidos. In: _____. **Caminos cualitativos**: aportes para la investigación en ciencias sociales. Buenos Aires, Argentina: Fundación Ciccus, 2014.
- Di GIACOMO, J. Teoría y métodos de análisis de las representaciones sociales. In: AYESTARAN, S. (Comp). **Ideología y representación social de la enfermedad mental**. Bilbao, España: Universidad del País Vasco, 1981.
- OIM. **Informe sobre las migraciones en el mundo**: los migrantes y las ciudades: nuevas colaboraciones para gestionar la desigualdad. Ginebra, 2015.
- MARRADI, A.; ARCHENTI, N.; PIOVANI, J. **Metodología de las ciencias sociales**. Buenos Aires, Argentina: CENGAGE Learning, 2012.
- MAYNTZ, R.; HOLM, K.; HÜBNER, P. **Introducción a los métodos de la sociología empírica**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- MORA, M. La teoría de las representaciones sociales de Serge Moscovici. **Revista Athenea Digital**, España, n. 2, p. 1-25, 2002.
- MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires, Argentina: Huemul, 1979.
- RUIZ OLABUÉNAGA, J. I. **Metodología de la Investigación cualitativa**. Bilbao, España: Universidad de Deusto, 2012.

**¿QUIÉNES SON LOS QUE REGRESAN?
ESCENARIOS DE LA MIGRACIÓN DE RETORNO A
MÉXICO SEGÚN LA ENCUESTA NACIONAL DE EMPLEO Y
OCUPACIÓN 2010-2016**

Julio Santiago Hernández
Edilma de Jesus Desidério
Nicéforo Delgadillo Aguilar

Uno de los fenómenos demográficos más importantes acontecidos en México desde el pasado siglo XX ha sido de la emigración internacional, siendo esta emigración principalmente hacia Estados Unidos. Sin embargo, después de varias décadas de ininterrumpido crecimiento, en la primera década del siglo XXI la emigración tendió a reducirse de manera considerable y en contraste, nos enfrentamos con un importante movimiento de retorno de antiguos emigrantes a sus lugares de origen, como correlato de la crisis mundial de 2007, de la contracción del mercado laboral y la agudización de la política de contención de la migración indocumentada en Norteamérica.

Las diversas teorías vigentes que han intentado explicar el fenómeno de la migración internacional han abordado el retorno sólo de manera tangencial. De hecho, algunas de las explicaciones que se han dado para esclarecer las causas y la permanencia del flujo de migrantes retornados provienen de diversos marcos teóricos de la migración internacional, razón por la cual se podría considerar que todavía no existe propiamente una teoría sobre la migración de retorno que, en ese sentido, continúa siendo el capítulo no escrito en la historia de la migración (GHOSH, 2000).

En materia de avances, lo que se ha hecho hasta ahora es una exploración en las teorías como acercamiento a una explicación sobre dicha situación y el por qué algunos migrantes toman la decisión de regresar. Sin embargo, no se puede hacer una transposición mecánica de teorías en sentido inverso, dado que el retorno tiene especificidades que obligan a quienes son especialistas en el tema migratorio a repensar el fenómeno (DURAND, 2004, p. 104).

En este trabajo la migración de retorno será analizada como un proceso geográfico social y demográfico cuyo regreso a su lugar de origen después de haber radicado durante algún tiempo en otro país, implica una producción del espacio (Lefebvre, 1991), donde se percibe, se concibe y se vive la práctica cotidiana de la actividad migratoria (De JESUS, 2013; 2014).

El objeto de estudio, desde luego, no está exento de la complejidad de su análisis y conceptualización debida particularmente por su propia naturaleza poco precisa. No sólo por la característica recurrente de la no definitividad del retorno de los migrantes a su comunidad de origen, sino además por los

múltiples enfoques de análisis que preexisten en las investigaciones académicas (GARBEY BUREY, 2012).

El marco metodológico toma como base la información estadística sobre la migración de retorno a México desde Estados Unidos, disponible en la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE) 2010-2016 del Instituto Nacional de Estadística y Geografía, de México; se construye un perfil sociodemográfico a partir de la metodología de paneles para aproximarse a un análisis de los efectos espaciales y temporales.

El artículo se divide en tres apartados; el primer, Encuentro y desencuentro de teorías, conceptos y tipologías: para entender las dimensiones de la migración de retorno, revisa teórica, conceptual y tipológicamente la situación actual de los enfoques y debates sobre el fenómeno del retorno en escala global. El segundo apartado: De regreso y en aumento: México y la creciente manifestación del retorno migratorio según cifras, examina como está representada la población, los flujos y volúmenes en las fuentes de información y estadísticas nacionales; el tercer apartado: ¿Quiénes son los que regresan? Aproximaciones de acuerdo con la construcción de paneles rotatorios de la muestra de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo ENOE, analiza el ámbito sociodemográfica de la población retornada de acuerdo con los patrones migratorios representados por características de ocupación. A modo de consideraciones finales se arrollan algunas reflexiones puntualizando la construcción del espacio y el tiempo acerca de la situación de quienes regresan.

Encuentro y desencuentro de teorías, conceptos y tipologías: para entender las dimensiones de la migración de retorno

En las teorías de alcance global y multilocal que abordan la migración de retorno desde la dimensión laboral ha sido explicado al menos desde cinco perspectivas teóricas: la economía neoclásica, la nueva economía de la migración laboral, el estructuralismo, el transnacionalismo y la teoría de redes sociales transfronterizas.

Desde el enfoque neoclásico, se plantea que la migración se produce debido a los diferenciales en salarios y condiciones entre oferta y demanda laboral entre países o regiones; a nivel individual la decisión individual es lo que caracteriza dicha población (TODARO, 1976). Es decir, las personas actúan según decisión personal, calculando costo-beneficio, valor de fuerza laboral en el mercado de trabajo y tomando en cuenta la inversión que hará y el coste que conlleva su traslado. En síntesis, espera que los rendimientos netos de la migración sean mayores.

Para los neoclásicos el migrante retornado puede verse como una persona para la cual el proceso migratorio no tuvo los beneficios esperados, existió un error de cálculo en donde no se aprovecharon los beneficios de la migración y no se recompensó el capital humano de la manera esperada.

Desde la nueva economía de la migración laboral, la decisión de migrar no se trata sólo una decisión individual aislada, sino que se hace en unidades más amplias de grupos humanos (familias o grupos familiares), en las que se evalúan los riesgos y beneficios de migrar (STARK; TAYLOR, 1989). El migrante de retorno es visto como el resultado lógico de una “estrategia calculada”, donde la población migrante cumple metas y objetivos fijados por la familia y regresa al hogar como consecuencia de una experiencia exitosa en el extranjero; aquí las remesas son parte de la estrategia para el mejoramiento de los ingresos.

Aunque ambos enfoques teóricos comparten ciertas perspectivas, en cuanto a la migración de retorno difieren, pues para los neoclásicos retornar significa un “fracaso o anomalía”, mientras que para la nueva economía de la migración es un “éxito” (CASSARINO, 2004); no obstante, ambos padecen de la misma deficiencia al apuntan el regreso migratorio sólo desde factores económicos.

Para el enfoque estructuralista, más allá de lo económico, en el retorno migratorio confluyen ámbitos sociales e institucionales en escala local, donde el retornado es también un actor de cambio, esto es, el capital financiero y las habilidades adquiridas que obtiene con la experiencia migratoria le permite innovar, además de adquirir una mayor probabilidad de incidir en las relaciones de poder, tradiciones y valores practicados en el lugar de origen (CASSARINO, 2004).

El enfoque transnacionalista surge como respuesta a lo insatisfactorio de las teorías predominantes en los estudios de migración hasta la década de los ochenta. Ante ello, propone una explicación desde una perspectiva contraria a lo unidireccional, poniendo acento en la importancia del movimiento dinámico provocado por el ir y venir constante, que establece fuertes vínculos sociales y económicos entre los migrantes y los países de origen (MASANET, 2008).

Para la teoría de redes sociales transfronterizas, el migrante tiene la capacidad de movilizar recursos más allá de las redes étnicas y de parentesco. A través de su experiencia migratoria desarrolla relaciones sociales que le proporcionan recursos intangibles valiosos para un regreso exitoso, incluyendo así en soportes importantes como las redes de asociaciones ubicadas tanto en el país anfitrión como en el origen (KLAGGE; KLEIN, 2010), incrementando no sólo el capital humano sino también social y facilitando una reintegración exitosa.

En cada uno de los enfoques señalados anteriormente, las explicaciones se direccionan a determinados elementos y contextos; sin embargo, no alcanzan a construir una explicación sobre el porqué del retorno. Además, salvo en el último enfoque, dejan de lado factores políticos y sociales que sin duda ejercen influencia en la decisión de retornar.

El retorno migratorio, según GMELCH, debe entenderse desde las condiciones del migrante en su lugar de destino; ello implica considerar que el

retornar puede contener las mismas razones que originaron la emigración del lugar de origen (GARBEY BUREY, 2012).

Otro aspecto conceptual relevante señalado es la condición de temporalidad de la estancia del migrante en el lugar de destino, en la cual una larga duración representaría más experiencias acumuladas, aunque no necesariamente implicaría cambios en los objetivos planteados en su emigración o posibles éxitos derivado de la permanencia migratoria por meses o años (CASSARINO, 2004; MARMORA, 2009; AROWOLO, 2000).

En lo que implica la construcción de tipologías para la migración de retorno, ha habido una creciente diversidad de categorías migratorias y eso ha exigido un mayor entendimiento sobre quién retorna, cuándo, por qué, cómo algunos migrantes pueden ser considerados retornados como tal. En ese sentido, las distintas formas de plantear el problema sin duda ha llevado a tener que revisar las diversas tipologías propuestas por algunos autores. Respecto al tipo de migrante de retorno que la literatura ha abordado, al menos cinco tipologías son retomadas como conceptos, que se sintetiza a continuación.

Por lo tanto, el retorno dentro del proceso migratorio no puede ser entendido como la etapa final del círculo de una migración iniciada en el lugar de origen o de partida internacional, ya que este regreso puede tener una definitividad relativa, debido a que dependerá de las características sociodemográficas propias del migrante, situación económica, laboral, social, política, migratoria, cultural y, sobre todo, de las oportunidades laborales y sociales que a su regreso encuentre el migrante retornado (FLORES ROJAS, 2014).

Más allá de encuentros y desencuentros teóricos, conceptuales y tipológicos, el interrogante que todavía no ha alcanzado respuesta es: ¿quiénes son los mexicanos y las mexicanas migrantes que han retornado de Estados Unidos? Sin duda, se trata de una explicación un tanto difícil pues, por un lado, diversos estudios y las propias estadísticas oficiales (INEGI, 2010 y 2016) indican que existe una tendencia menor a retornar de manera temporal al país o de seguir yendo y regresando; por otro lado, se observa un mayor número de personas regresando de manera definitiva del país vecino del norte a México, debido a la recesión financiera y económica de los mercados globales (FLORES ROJAS, 2014).

En tal situación, también cabe preguntarse: ¿cuál es o será el impacto sobre el mercado de trabajo nacional, local o regional?, tomando en cuenta que uno de los principales desafíos no se restringe a explicar el fenómeno del regreso sino construir formas de atender la problemática desde la óptica de las políticas públicas para una población que en la práctica cotidiana va en aumento.

CUADRO 1 – Tipologías recurrentes de la migración de retorno

1. Retorno voluntario y definitivo	Este tipo de migrante puede decidir volver a su país de origen en cualquier momento, durante su estancia en el lugar de destino e independientemente de su estatus migratorio, por voluntad y por sus medios. Se trata del migrante económico, de larga estancia que salió en busca de trabajo y de mejores oportunidades y que regresa después de una larga estancia (años) en otro país, muchos de ellos jubilados o pensionados, cuando hay oportunidades económicas en el país de origen o cuando las condiciones políticas permiten el regreso.
2. Por trabajo temporal	Se encuentra bajo contrato, con obligación de retornar a su lugar de origen al término del mismo, o bien quienes se encuentran al final de su condición protegida temporal y deciden volver al país; por ejemplo, los programas de visas tipo H2A y H2B de trabajadores agrícola y de servicios, como las visas TN que son especiales para trabajadores calificados.
3. Retorno forzado	Se trata del migrante deportado o removido por las autoridades migratorias hacia sus países de origen. Es también sujeto de restricciones, al igual que los refugiados, sometido al endureciendo las leyes de inmigración y a menudo sin derechos a ningún tipo de consideración.
4. Retorno voluntario a causa del fracaso	Es uno de los tipos de retorno poco visible por su dificultad para ser cuantificado. Se trata de quienes regresan voluntariamente, después de haber tenido una experiencia negativa en otro país, a causa de desempleo en el país de destino, la no adaptación a una cultura distinta a la propia, el racismo y la discriminación que pueden ser motivos suficientes para el regreso.
5. Retorno de innovación	Se refiere a quienes bajo la experiencia migratoria ha adquirido aprendizajes nuevos y nuevas habilidades, convirtiéndose así en actores de cambio para su sociedad o comunidad de origen. Es decir, este tipo de migrante aspira a regresar para elevar su nivel y estatus de vida, contando con herramientas cognitivas y tecnológicas y recursos económicos para hacerlo.

Fuente: Elaboración propia con base en Cerase (1974); Durand (2004); Aznar (2009); Cassarino (2004) y Mármora (2009).

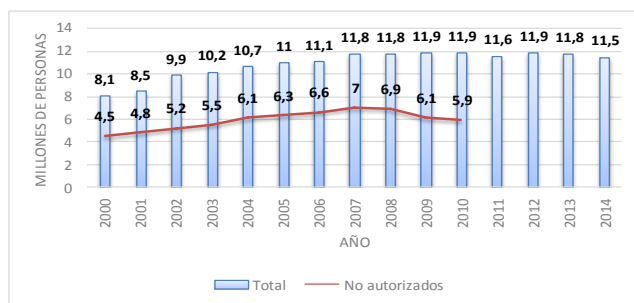
De regreso y en aumento: México y la creciente manifestación del retorno migratorio según cifras

El proceso migratorio entre México y Estados Unidos ha sido socialmente producido como tradición centenaria, que involucra cada año a cientos de miles de personas (DURAND; MASSEY, 2003). Al comenzar el presente siglo, los flujos migratorios anuales alcanzaron su punto máximo en

2000, cuando 700, 000 mexicanos llegaron a dicho país (PHC, 2007). Esta desaceleración impactó el crecimiento de la población mexicana residente en aquel país que después de más de tres décadas de crecimiento ininterrumpido entró a una etapa de virtual estancamiento.

Para 2007, la población de los Estados Unidos nacida en México llegó a su punto máximo con alrededor de 12 millones de personas y posteriormente dejó de crecer (PHC, 2007). Su afluencia había sido extremadamente rápida; según González Barrera y Hugo López (2013), apenas cuatro décadas atrás sólo 760,000 vivían en ese país, como se aprecia en la Gráfica 1.

GRÁFICA 1 – Migrantes mexicanos no autorizados en los Estados Unidos



Fuente: Elaboración propia con base en BBVA–Bancomer Fundación (2015); Passel y Cohn, (2014).

Sin embargo, mientras que el tamaño de la población nacida en México alcanzó su punto máximo en 2007 los flujos migratorios mexicanos estaban ya en franca desaceleración, en tanto que un número considerable de inmigrantes empezaban a retornar al país, o estaba considerando su retorno a sus países de origen.

De hecho, tras la crisis económica de 2008 y ante la pérdida de empleos particularmente entre los migrantes mexicanos -que registraron las peores tasas de desempleo de que se tenga memoria-⁵⁸, aunado al incremento en los controles migratorios en Estados Unidos, provocaron que se propagara en México el temor de un retorno masivo de connacionales (ALARCÓN et al., 2009).

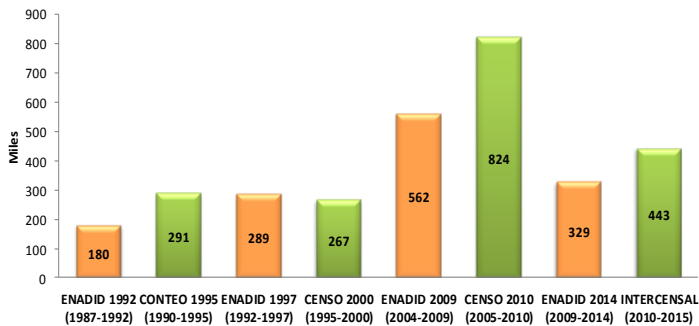
El escenario migratorio dejado por esta crisis económica contiene una particularidad, señalaron algunos especialistas, donde el flujo de salidas de migrantes mexicanos a Estados Unidos se compensa con el flujo de regreso generando un saldo neto migratorio nulo o cercano a cero; fenómeno que no se había observado desde la década de 1930, cuando fueron expulsados un gran

⁵⁸ La tasa de desempleo entre los hispanos, del cuarto trimestre de 2007 al cuarto trimestre de 2008, pasó de 5.1 a 8.0 %, presentando un incremento de 2.9 puntos porcentuales, lo que significó 348 mil más personas desempleadas. La pérdida de empleos se generalizó en toda la economía, sobre todo en el sector de la construcción afectando hispanos, que perdieron 343 mil puestos de trabajo en esta industria, como no hispanos con una pérdida de 844 mil puestos (Véase PASSEL; COHN, 2009).

número de migrantes mexicanos o forzados a regresar a causa de la Gran Depresión. Entre 2005 y 2010 llegaron 1.37 millones de mexicanos a residir en los Estados Unidos, en contraste con los 2.94 millones de la década anterior, de 1995 a 2000 (PASSEL; COHN; GONZALEZ BARRERA, 2012).

Para 2005 y 2010 se trasladaron desde los Estados Unidos a México 1.39 millones de personas y gran proporción de ellos eran personas nacidas en México que habían vivido en ese país, en algún momento, pero que regresaron con o sin la intención de emigrar nuevamente. En 2010, como se aprecia en la gráfica 2, regresaron a México 824 mil migrantes, casi cuatro veces más que en 2000, momento en el que el censo reportó 267 mil regresados (PASSEL; COHN; GONZALEZ BARRERA, 2012).

GRÁFICA 2 – México – Volumen de migrantes mexicanos de retorno 1987-2015



Fuente: Elaboración propia con base en INEGI: Censos de población de México 2000-2010. Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica (INEGI, 2014a). Para el resto de los años se utilizaron las estimaciones de CONAPO (1992; 1997; 1999); INEGI, 1995.

El grupo de personas nacidas en Estados Unidos que viven actualmente en México es también creciente, como lo reflejan los censos de 2000 a 2010, sobre dicha población que se duplicó al pasar de 343,000 en el año 2000 a 739,000 en 2010. De ellos, 570,000 eran menores de 18 años de edad que, si bien no son migrantes de retorno estrictamente hablando, la mayor parte se encuentra en México debido a que sus padres son mexicanos, y éstos han regresado a vivir en el país (MASFERRER et al., 2013)⁵⁹.

En este nuevo escenario de recesión económica se plantearon nuevos retos en el estudio de la reinserción de los migrantes internacionales de retorno. No sólo, porque las circunstancias actuales impiden que algunos migrantes de retorno efectivamente regresen a condiciones económicas favorables, sino

⁵⁹ Más del 80 por ciento de la población inmigrante mexicana ha estado en los Estados Unidos por más de cinco años y el 51.9 por ciento ha estado por 15 años o más. Se estima que 300,000 menores se mudaron a México entre 2005 y 2010. Una parte adicional incluye a los adultos jóvenes, 70 por ciento de los cuales, aún viven al menos con uno de los padres mexicanos. (Véase MASFERRER, 2013).

además, porque el perfil de los retornados de la última década se ha modificado, impactando en sus modalidades de inserción social y laboral (RIVERA SÁNCHEZ, 2011)⁶⁰. Sin duda, para aquellos que no llegan al país jubilados, la inserción vendrá marcada por la demanda de un trabajo y la respuesta rápida y concisa marcará su verdadera inserción social.

¿Quiénes son los que regresan? Aproximaciones de acuerdo con la construcción de paneles rotatorios de la muestra de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo ENOE

Materiales y método. La Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE), es una de las encuestas continuas más grandes y consolidadas que en México el Instituto Nacional de Estadística y Geografía levanta de manera trimestral en todo el territorio nacional (INEGI, 2012).

El acercamiento a representaciones concebida para esta población migrante retornada, a través de la Encuesta, propicia metodológicamente hallazgos de una diversidad de modalidades que van desde el acceso a los microdatos de la encuesta hasta la consulta de indicadores y tabulados diseñados previamente; todo esto a escala nacional, por entidad federativa, por ciudad autorepresentada, para áreas más urbanizadas (localidades de 100,000 y más habitantes y capitales de estado) y áreas menos urbanizadas (localidades menores de 100,000 habitantes), entre muchas otras amplitudes de respuestas cuantitativas que puede ofrecer dicha encuesta.

La ENOE tiene como finalidad generar información sobre la situación ocupacional de México, proporcionando una base de información sobre la incorporación de la población en los mercados de trabajo y las condiciones que lo ha hecho (población ocupada), incluye quienes están intentando incorporarse y aún no lo consigue (población desocupada), así como la población que se mantiene al margen de los mercados de trabajo (población no económicamente activa).

El marco metodológico construido a partir del esquema de paneles rotatorios de la muestra de la ENOE permite, a partir de la segunda visita en las viviendas seleccionadas, que se pueda identificar a los nuevos residentes en los hogares y a los ausentes definitivos de los mismos.

Entre los primeros se captan los recién nacidos y los inmigrantes, y entre los segundos a los fallecidos y a los emigrantes, por lo que la encuesta ofrece la posibilidad de medir fenómenos demográficos como la natalidad, la

⁶⁰ A diferencia de los retornados internacionales contemporáneos, los que volvieron a México en la década de los ochenta y noventa eran personas, mayores de 60 años, retirados de la vida productiva, algunos jubilados y otros pocos pensionados por el gobierno de los Estados Unidos, cuyas necesidades consistían fundamentalmente en tener acceso a salud, contar con cajeros automáticos en sus localidades para cobrar su pensión, entre otras. Actualmente, las necesidades de los nuevos retornados sin duda son otras, debido al cambio en el perfil, impactando no sólo en las modalidades de reinserción social sino además en la laboral (RIVERA SÁNCHEZ, 2011).

MIGRAÇÕES SUL-SUL

mortalidad y la migración, esta última de particular interés, dada la ventaja que representa el gran tamaño de su muestra trimestral y la oportunidad de sus resultados.

Descriptivos: análisis de resultados⁶¹. De acuerdo con las cifras de la ENOE el flujo de migrantes mexicanos de retorno se ha reducido en los últimos años. Incluso antes de la crisis económica de 2008 se presentó una reducción en el flujo de migrantes mexicanos de retorno que recibió nuestro país. Para 2005, por cada diez mil residentes habituales en nuestro país se contabilizaron cerca de 43 entradas, en 2010 la tasa se redujo a 30 entradas y para 2016 a una cuarta parte de la reportada al inicio del periodo. No obstante, el flujo de personas que regresa al país continúa involucrando cada año a cientos de miles de personas (Cuadro 3).

CUADRO 3 – Características sociodemográficas del flujo de migrantes mexicanos de retorno 2010-2016

Características	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Migrantes de retorno (tasas por cada 10 mil habitantes)	30.00	22.70	21.20	14.80	14.10	13.90	13.70
Sexo	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Hombres	78.4%	79.8%	72.9%	81.3%	79.5%	74.4%	75.1%
Mujeres	21.6%	20.3%	27.1%	18.8%	20.5%	25.6%	24.9%
Edad	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
0 A 05 años	3.2%	1.7%	3.7%	1.6%	1.8%	1.5%	3.4%
6 A 11 años	1.1%	1.9%	1.7%	0.7%	0.7%	2.1%	2.0%
12 A 17 años	3.9%	2.7%	5.5%	1.3%	1.3%	1.6%	2.6%
18 A 23 años	14.4%	21.4%	13.7%	13.7%	14.4%	12.4%	15.9%
24 A 29 años	21.8%	20.8%	16.5%	20.4%	17.0%	18.8%	17.0%
30 A 35 años	18.8%	16.2%	15.9%	15.7%	20.9%	13.9%	9.5%
36 A 41 años	14.4%	11.5%	13.6%	14.3%	12.7%	13.2%	19.2%
42 A 47 años	9.0%	7.6%	13.0%	10.3%	7.3%	8.7%	10.7%
48 A 53 años	5.5%	6.0%	5.1%	11.2%	4.8%	7.4%	7.9%
54 A 59 años	3.9%	4.0%	4.0%	2.0%	6.5%	5.5%	4.6%
60 A 65 años	2.0%	2.8%	3.0%	3.2%	5.5%	5.5%	2.8%
66 o más años	2.0%	3.4%	4.4%	5.5%	7.6%	9.3%	4.4%
Edad promedio	33	33	34	36	38	39	36
Escolaridad	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Sin escolaridad	4.9%	4.0%	4.7%	3.5%	5.6%	6.3%	1.8%
Primaria incompleta	14.3%	14.4%	15.5%	15.8%	11.4%	14.5%	14.6%
Primaria completa	21.3%	19.3%	17.5%	21.1%	28.1%	20.8%	20.8%
Secundaria incompleta	3.9%	5.2%	5.4%	4.7%	2.4%	2.4%	4.1%
Secundaria completa	29.4%	28.5%	31.0%	25.3%	29.1%	27.1%	28.2%
Bachillerato incompleto	5.5%	4.9%	7.8%	7.2%	4.2%	2.2%	7.0%
Bachillerato completo	12.9%	14.6%	11.2%	10.7%	10.2%	14.1%	9.9%
Licenciatura o más	7.8%	9.1%	7.0%	11.8%	9.0%	12.6%	13.6%
Años de escolaridad promedio	8	8	8	9	8	8	9
Situación conyugal*	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Soltero	36.0%	37.0%	34.5%	33.3%	32.8%	34.8%	32.7%
Casado o unido	57.7%	55.3%	58.6%	57.7%	55.9%	55.0%	58.1%
Alguna vez unido	6.3%	7.7%	6.9%	8.9%	11.3%	10.2%	9.2%
Localidad de residencia**	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Urbana	61.9%	61.7%	59.8%	56.7%	63%	62.3%	61.9%
Rural	38.1%	38.3%	40.2%	43.3%	37%	37.7%	38.1%

Nota: Los porcentajes se estiman respecto del total de respuestas válidas, omitiendo los no especificados.

* Población de 12 años y más

** Localidad rural es aquella que tiene menos de 2500 habitantes.

Fuente: Elaboración propia, con base en la construcción de paneles de la ENOE 2010 - 2016, con la metodología de migrantes internacionales del INEGI.

Fuente: Elaboración propia, con base en la construcción de paneles de la ENOE 2010 - 2016, con la metodología de migrantes internacionales del INEGI.

Nota: Los porcentajes se estiman respecto del total de respuestas válidas, omitiendo los no especificados.

*Las características laborales corresponden a la población de 15 años y más.

⁶¹ En el análisis se considera como migrante mexicano de retorno a los nacidos en México que regresan a vivir al país. Para las características laborales se consideró a los migrantes de retorno de 15 años o más. Se toma como referente conceptual de empleo formal e informal, lo acordado con la OIT y el grupo de trabajo de la ENOE (INEGI, 2014b).

Respecto a los patrones migratorios de la población que llegó a nuestro país, en la última década, los datos sugieren que éstos han variado poco. En general, según la ENOE es población que retorna en mayor proporción a localidades urbanas, se trata además de población joven en plena edad productiva, cuya edad promedio oscila entre los 33 y 39 años para el periodo 2010-2016. Lo anterior sugiere que se trata de una población, de ambos sexos, con altas probabilidades de demandar un trabajo, aunque regresan proporcionalmente más hombres que mujeres, lo que es consistente con el patrón tradicional de la migración mexicana a Estados Unidos (Cuadro 3).

En lo que se refiere a la situación conyugal, durante el periodo de análisis, los migrantes de retorno declararon que más del 50% estaba casados o unidos, posiblemente debido a la estructura etaria que prevalece entre los retornados.

Respecto al nivel de escolaridad, se observa que la mayoría de los migrantes que regresan tienen bajos niveles de escolaridad, en promedio los migrantes de retorno reportaron entre 8 y 9 años de escolaridad, entre 2010 y 2016 vinculado posiblemente con la menor proporción que reportó no contar con escolaridad, además de que una importante proporción declaró haber completado la secundaria (la proporción más alta se dio en 2012 con 31% y la más baja al año siguiente con 25% en el periodo de análisis).

En el extremo superior de la distribución, llama la atención que después de 2010, la proporción de migrantes de retorno con grados universitarios aumentó en unos cuantos puntos porcentuales llegando hacia el final del periodo a cerca de 14%, lo que sugiere que incluso para los migrantes de retorno más calificados pudo haber resultado más complicado conseguir empleo en el contexto actual de los Estados Unidos (Cuadro 3).

Una característica de las personas que se desplazan de un lugar a otro para trabajar o cambiar su residencia es su alto porcentaje de participación en la economía. Lo anterior es válido para los migrantes de retorno que desarrollan alguna actividad, pues estos mostraron que su participación en la PEA es proporcionalmente alta, superior a 60 por ciento, entre 2010-2016. De estas personas de 15 años y más, casi 8 de cada 10 declararon tener alguna ocupación durante el periodo y aproximadamente 20 por ciento declaró encontrarse desempleadas o buscando trabajo. Respecto a la PEI, los migrantes de retorno reportaron que cerca de un tercio no participó en alguna actividad económica (Cuadro 4).

En cuanto al sector de actividad, como se aprecia en el cuadro 4, la mayoría de los retornados se incorporó a la agricultura, aproximadamente 47 por ciento en 2016, seguido por la construcción, los servicios, la manufactura y el comercio. Esto sugiere que, si bien encuentran empleo muchos de ellos siguen insertándose en el sector más precario y no logran tomar ventaja de las habilidades y experiencias adquiridas en Estados Unidos a su regreso. En otras

MIGRAÇÕES SUL-SUL

palabras al no encontrar una reinserción en los sectores productivos urbanos se están dirigiendo hacia los sectores rurales posiblemente a través del desarrollo de proyectos de producción agroalimentaria, algunos pocos logran insertarse en los servicios vinculados muy probablemente con uno de los sectores más activos de la economía el sector turístico.

Los datos recogidos por la ENOE muestran que entre 2010 y 2016 la mayoría de los migrantes de retorno, entre un 52 y 61 por ciento, son trabajadores subordinados y remunerados. Además, los datos sugieren que la proporción de trabajadores por cuenta propia mostró un ligero incremento de 18 a 32 por ciento entre 2011-2015, mientras que para finales del periodo menos de un 7 por ciento reportó ser empleador, destaca 2012 con la mayor proporción de empleadores con cerca de un 12 por ciento.

Lo anterior sugiere que los migrantes están regresando con pocos recursos para emplearse a ellos mismos y para generar empleos. Además, sus ingresos son muy bajos. Se estima que para 2016 cerca del 27 por ciento no tenía ningún ingreso, el 62 por ciento ganaba entre uno y tres salarios mínimos y sólo el 18 por ciento ganó más de tres salarios mínimos.

CUADRO 4 – Características laborales del flujo de migrantes mexicanos de retorno de 15 años y más 2005-2016

Características	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Características	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Condición de actividad*	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	Sector de actividad	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Población Económicamente Activa (PEA)	64.8%	68.8%	64.3%	67.8%	63.7%	61.8%	66.3%	Agropecuario	41.6%	39.9%	40.2%	49.2%	37.2%	35.5%	46.8%
Población Económicamente Inactiva (PEI)	35.2%	31.2%	35.7%	32.2%	36.3%	38.2%	33.7%	Servicios	21.2%	22.6%	19.1%	12.5%	24.0%	26.6%	11.1%
PEA	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	Construcción	10.8%	18.9%	14.3%	15.3%	14.8%	7.1%	21.9%
Ocupada	73.6%	75.5%	80.4%	79.6%	81.2%	76.7%	83.8%	Industria manufacturera	13.2%	8.4%	13.9%	11.8%	8.6%	20.2%	10.8%
Desocupada	26.4%	24.5%	19.6%	20.4%	18.8%	23.3%	16.2%	Comercio	13.1%	8.4%	12.5%	11.1%	12.5%	9.7%	9.0%
PEI	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	Otros	0.0%	1.9%	0.0%	0.1%	3.1%	0.9%	0.4%
Disponibles	32.7%	29.5%	22.9%	32.1%	29%	23.5%	24.0%	Ingresos	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
No disponibles	67.3%	70.5%	77.1%	67.9%	71%	76.5%	76.0%	No recibe ingresos	23.7%	23.6%	26.8%	19.2%	19.3%	22.6%	26.5%
Posición en la ocupación	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	Hasta un salario mínimo	13.3%	11.4%	9.6%	17.7%	15.9%	20.1%	9.7%
Trabajadores subordinados y remunerados	57.1%	61.5%	55.9%	59.1%	58%	52.3%	53.1%	Más de 1 hasta 2 salarios	26.5%	30.2%	15.9%	25.4%	20.0%	22.2%	41.8%
Trabajadores por cuenta propia	23.2%	17.6%	18.5%	20.9%	29%	31.6%	23.6%	Más de 2 hasta 3 salarios mínimos	19.0%	21.4%	32.5%	25.7%	26.7%	23.3%	10.5%
Trabajadores sin pago	15.5%	16.5%	15.1%	12.9%	9%	13.3%	16.0%	Más de 3 hasta 5 salarios mínimos	9.5%	8.3%	12.2%	10.2%	14.9%	8.7%	18.2%
Empleadores	4.3%	4.3%	10.5%	7.1%	4%	2.8%	7.2%	Más de 5 salarios mínimos	8.0%	5.0%	3.0%	1.8%	3.3%	3.1%	16.6%
								Formalidad laboral	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
								Informal	85.2%	83.2%	83.8%	80.5%	83.0%	72.0%	79.7%
								Formal	14.8%	16.8%	16.2%	19.5%	17.0%	28.0%	20.3%

Nota: Los porcentajes se estiman respecto del total de respuestas válidas, omitiendo los no especificados.

*Las características laborales corresponden a la población de 15 años y más.

Fuente: Elaboración propia, con base en la construcción de paneles de la ENOE 2010 - 2016, con la metodología de migrantes internacionales del INEGI.

Por otro lado, derivado de la contracción económica global de los últimos años que produjo una disminución de las exportaciones, la inversión extranjera, las remesas y el turismo internacional, entre otros rubros. También se vio afectado de manera negativa el Producto Interno Bruto (PIB) y el empleo en nuestro país (SAMANIEGO, 2009; MORA SALAS; OLIVEIRA, 2011; VARGAS VALLE; CRUZ PIÑEIRO, 2014).

De hecho el empleo formal, que ya venía debilitado con los procesos de reestructuración productiva y flexibilización laboral, se deterioró aún más con esta crisis. Miles de jóvenes tuvieron que refugiarse en el empleo informal, realizando trabajos en unidades productivas sin contrato o prestaciones, generando sus propias oportunidades en el comercio ambulante o los servicios bajo condiciones precarias (MORA SALAS; OLIVEIRA, 2011; VARGAS VALLE; CRUZ PIÑEIRO, 2014).

Los migrantes mexicanos de retorno no fueron ajenos a esta realidad, de acuerdo a cálculos propios en promedio en el 2016 un 80% se encontraba en la informalidad, dato alarmante pues la informalidad tiene una alta correlación con la pobreza y la exclusión social (Véase cuadro 4). Lo anterior sugiere que los retornados de la última década no están encontrando cabida en el mercado de trabajo formal y se están incorporando en mayor proporción al mercado de trabajo informal de la economía. De tal suerte que esa reinserción laboral dificultará cuando no impedirá, en la mayoría de los casos, una movilidad social ascendente (RIVERA SÁNCHEZ, 2011).

A modo de reflexiones finales

El propósito de este trabajo ha sido retomar el debate sobre la migración de retorno y el proceso de regreso de los mexicanos y las mexicanas de los Estados Unidos, ofreciendo información estadística reciente sobre la migración, desde un acercamiento representativo de su perfil sociodemográfico y las características de dichos trabajadores con base en la información proveniente de la construcción de paneles de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE) 2010-2016.

Los resultados sugirieron que los migrantes de retorno actuales están encontrando pocas oportunidades en el mercado de trabajo formal, lo que los lleva a incorporarse al sector informal de la economía, pero no por el hecho de ser migrantes de retorno, sino porque tienden a contar con escasos atributos económicos, poco capital humano y físico.

Derivado de lo anterior es evidente que para poder incrementar el empleo formal en el mercado de trabajo mexicano, se vuelve indispensable el incremento en los niveles de formación educativa, asimismo se deben generar las condiciones de estabilidad laboral a través de esquemas de contratación más estables. En suma, el perfil sociodemográfico de los retornados aunado a la

situación actual de los mercados laborales, tanto en México como en Estados Unidos, plantea nuevos retos a quienes han decidido retornar al país, pero también a los diseñadores de política pública, pues estas personas con experiencia migratoria que ha regresado a México requieren incorporarse a la vida productiva y reinsertarse socialmente.

Por último, el presente trabajo dejó entrever la necesidad de realizar mayores esfuerzos para vislumbrar con mayor precisión los determinantes de la informalidad laboral entre los migrantes mexicanos de retorno, así como las carencias de la fuente de información. No obstante y a pesar de las restricciones que la fuente representó, pensamos que los resultados que se mostraron en esta investigación son interesantes y novedosos por sí mismos, en el sentido de que se dejó en evidencia que se conoce muy poco acerca de los determinantes de la informalidad laboral, lo cual también constituye un aporte para el análisis de los procesos de inserción social y laboral de los migrantes de retorno.

Referencias

- ALARCÓN, R. et al. La crisis financiera en Estados Unidos y su impacto en la migración mexicana. **Migraciones Internacionales**, México, DF, v. 5, n. 1, p. 193-210, 2009.
- AROWOLO, O. Return migration and the problem of reintegration. **International Migration**, Geneva, v. 38, n. 5, p. 59-82, 2000.
- AZNAR, Y. Identidades de retorno: la experiencia migratoria y su integración en el lugar de retorno. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS, 2009, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** México, DF: El Colegio de México, 2009.
- BBVA – BANCOMER FUNDACIÓN. **Anuario de migración y remesas México 2015**. México, DF, 2015.
- CASSARINO, J. P. Theorising return migrations: the conceptual approach to return migrants. **International Journal on Multicultural Societies**, Paris, v. 6, n. 2, p. 162-188, 2004.
- CERASE, F. Expectations and reality: a case study of return migration from the United States to Southern Italy. **International Migration Review**, New York, NY, v. 8, n. 2., p. 245-262, 1974.
- CONAPO – CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Estimaciones con base en la ENADID de INEGI**. México, DF, 1992; 1997; 1999.
- DE JESUS, D. E. The cost of irregular migration and the possibility of financial support: risk factors for migrants and families who stay. **American International Journal of Contemporary Research**, v. 4, n. 6, p. 98-103, 2014.
- _____. **Espacio de paso en la actividad migratoria de tránsito en Chiapas**. 2013. Tesis (Doctorado en Geografía) – Universidad Nacional Autónoma de México, México, DF, 2013.
- DURAND, J. Ensayo teórico sobre la migración de retorno: el principio del rendimiento decreciente. **Cuadernos Geográficos**, Venezuela, n. 35, p. 103-116, 2004.
- _____; MASSEY, D. **Clandestino: migración México-Estados Unidos en los albores del siglo XXI**. México, DF: Editorial Porrúa; Universidad Autónoma de Zacatecas, 2003.
- FLORES ROJAS, G. M. **Retorno de trabajadores mexicanos calificados de Estados Unidos: entre el auge y la crisis económica (1995-2000 y 2005-2010)**. 2014. 186f. Tesis (Maestría en Estudios de Población) – El Colegio de la Frontera Norte, Tijuana, B. C. México, 2014.

- GARBEY BUREY, R. M. **Retorno y reinserción laboral de emigrantes internacionales en monte blanco, Veracruz**. 2012. 114f. Tesis (Maestría en Estudios de Población) – El Colegio de la Frontera Norte, Tijuana, B. C. México, 2012.
- GMELCH, G. Return migration. **Annual Review of Anthropology**, US, v. 9, p. 135-159, 1980.
- GONZÁLEZ-BARRERA, A.; HUGO LÓPEZ, M. **A demographic portrait of Mexican: origin hispanics in the U.S.** Washington, DC: Pew Hispanic Center, 2013. Disponible en: <<http://www.pewhispanic.org/2013/05/01/a-demographic-portrait-of-mexican-origin-hispanics-in-the-united-states/>>. Acceso en: 15 mar. 2017.
- GHOSH, B. **Return migration: journey of hope or despair?** Geneva: OIM; ONU, 2000.
- INEGI. **Encuesta nacional de ocupación y empleo, 2010-2016**. México, DF, 2010-2016. Disponible en: <<http://www.inegi.org.mx>>.
- _____. **Encuesta intercensal, 2015**. México, DF, 2015. Disponible en: <<http://www.inegi.org.mx>>.
- _____. **Encuesta nacional de la dinámica demográfica (ENADID)**. México, DF, 2014a. Disponible en: <<http://www.inegi.org.mx>>.
- _____. **Encuesta nacional de ocupación y empleo: la informalidad laboral: marco conceptual y metodológico**. México, DF, 2014b. Disponible en: <http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/Proyectos/encuestas/hogares/regulares/enoe/doc/Inf_ormalidad_marco-met.pdf>. Acceso en: 13 abr. 2017.
- _____. **Migración internacional captada a través de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo 2006-2010: ENOE: metodología y caracterización demográfica**. México, DF, 2012. Disponible en: <http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/pais/migracion/migracion_06_10/Mig_Int_2006_2010_ENOE.pdf>.
- _____. **Censos de población y vivienda, 2000 y 2010**. México, DF, 2000-2010. Disponible en: <<http://www.inegi.org.mx>>.
- _____. **Conteo de población y vivienda, 1995**. México, DF, 1995. Disponible en: <<http://www.inegi.org.mx>>.
- KLAGGE, B; KLEIN, K. High-skilled return migration and knowledge-based development in Poland. **European Planning Studies**, Inglaterra, v. 18, n. 10, p. 1631-1651, 2010.
- MÁRMORA, L. (Coord.). **Aspectos básicos para la gestión migratoria**. México, DF: Tilde Editores, 2009.
- MASANET, E. **De Brasil a España: un estudio sobre la migración desde una perspectiva integrada de los lugares de origen y destino**. 2008. 469f. Tesis (Doctorado) – Departamento de Sociología II, Universidad de Alicante, San Vicente del Raspeig, España, 2008. Disponible en: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/de-brasil-a-espana-un-estudio-sobre-la-migracion-desde-perspectiva-integrada-de-los-lugares-de-origen-y-de-destino--0/>>. Acceso en: febr. 2017.
- MASFERRER, C. et al. Binational dialogue on mexican migrants in the U.S. and Mexico. In: LATAPÍ, A. E. **Demographics**, México, DF: Ciesas, 2013.
- MORA SALAS, M.; OLIVEIRA, O. Jóvenes mexicanos en medio de la crisis económica: los problemas de la integración laboral. **Revista Sociedad y Estado**, México, DF, v. 26, n. 2, p. 373-421, 2011.
- PASSEL, J. S; COHN, D' V. **Unauthorized immigrant totals rise in 7 states, fall in 14: decline in those from Mexico fuels most state decreases**. Washington, DC: Pew Research Center's Hispanic, 2014. Disponible en: <<http://www.pewhispanic.org/2014/11/18/unauthorized-immigrant-totals-rise-in-7-states-fall-in-14/>>. Acceso en: 15 dic. 2016.

- _____; COHN, D' V.; GONZALEZ-BARRERA, A. **Net migration from Mexico falls to zero – and perhaps less.** Washington, DC: Pew Research Center's Hispanic, 2012.
- _____; COHN, D' V. **Mexican immigrants: how many come? How many leave?** Washington, DC: Pew Research Center's Hispanic, 2009.
- PHC – PEW HISPANIC CENTER. Indicators of recent migration flows from Mexico. Washington, DC, 2007. Disponible en: <<http://www.pewhispanic.org/files/2011/09/33.pdf>>. Acceso en: 09 ene. 2017.
- RIVERA SÁNCHEZ, L. ¿Quiénes son los retornados? Apuntes sobre el migrante retornado en el México contemporáneo. In: FELDMAN-BIANCO, B. et al. (Comp.). **La construcción social del sujeto migrante en América Latina: prácticas, representaciones y categorías.** Quito, Ecuador: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales y Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011.
- SAMANIEGO, N. La crisis, el empleo y los salarios en México. **EconomíaUNAM**, México, DF, v. 6, n. 16, p. 57-67, 2009.
- STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and internacional migration. *Demography*, Chicago, v. 26, n. 1, p. 1-14, 1989.
- TODARO, M. P. **Internal migration in developing countries a review of theory, evidence, methodology and research priorities.** Washington, DC: International Labour Office, 1976.
- VARGAS VALLE, E.; CRUZ PIÑEIRO, R. Búsqueda de empleo entre jóvenes de acuerdo a su participación y protección laboral en México. **Papeles de Población**, México, DF, v. 20, n. 81, p. 213-245, 2014.

**MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E ESPAÇOS DE
FRONTEIRA.
O CASO DA FRONTEIRA SUL ENTRE BRASIL E URUGUAI**

Átila Rabelo Tavares da Câmara
Delia Dutra
Leonardo Cavalcanti

A chamada zona de fronteira vem cada vez mais se configurando como um campo social específico nos estudos migratórios, em que distintos contextos culturais, políticos e econômicos devem ser observados para além da parte física da fronteira. As pessoas não se movem necessariamente entre dois países, de A para B, e as migrações não se dão unicamente através de jornadas lógicas ou pela rota mais próximas entre os países. Há um grande número de nações que são destinos e/ou origens e/ou trânsito para populações migrantes. E os deslocamentos contemporâneos devem entendidos na sua complexidade, já que atualmente é crescente e diversificada as formas de migrações: a trabalho (temporário ou permanente), união familiar, por causas ambientais, aposentadoria, estudo, afeto, guerras civis, entre outras.

Nesse sentido, Haesbaert (2006, p. 246) argumenta que o termo migrante diz respeito a “uma categoria muito complexa e, no seu extremo, [...] há tantos tipos de migrantes quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios”. Por conta disso, o autor opta por caracterizar o migrante em termos de “uma entidade abstrata [que] é, na verdade, um somatório das mais diversas condições sociais e identidades étnico-culturais” (HAESBAERT, 2006, p. 246).

De acordo com Castles e Miller (2009, p. 20) as migrações são caracterizadas como “uma ação coletiva, que envolve mudança social e que afeta toda a sociedade tanto nas regiões que enviam seus nacionais como nas regiões que os recebem”. Segundo os autores, a ideia de processo migratório contribui para exprimir o complexo conjunto de fatores e interações que levam à migração internacional, e que influenciam seu curso, de modo que as mudanças são geralmente contundentes para os próprios migrantes, e podem ser vislumbradas em todos os estágios do processo migratório, seja nos países de origem, de trânsito ou de destino.

Da mesma forma, as fronteiras nacionais também apresentam particularidades na contemporaneidade e são construções históricas, sociais, políticas, econômicas e religiosas. As fronteiras podem mover-se, como por exemplo o caso das fronteiras da ex-União Soviética ou ex-Iugoslávia. E, ainda, podem ser de ‘espessura’ ou ‘rigidez’ variável, como as fronteiras internas na União Europeia versus a borda externa do espaço de Schengen ou as fronteiras de livre-circulação do Mercosul, objeto desse trabalho.

Daí a relevância de se estudar localidades de ingresso dos migrantes na perspectiva de um campo social, conforme a perspectiva proposta por Bourdieu (2012), representando um espaço simbólico no qual as lutas dos agentes determinam, validam e legitimam representações, mediante o exercício de poder simbólico. Ali se estabelece, assim, uma classificação dos signos, do que é adequado, do que pertence ou não a um código de valores. O campo determina também como os valores são delineados dentro de cada estrutura, possibilitando que novos elementos possam ser recepcionados e assimilados (ou não), considerando os valores ali vigentes.

A região de fronteira é caracterizada por espaços urbanos próximos que se configuram como cidades germinadas, as quais, de acordo com Lira (2017), possuem um papel fundamental. Nessas cidades gêmeas ao longo da zona de fronteira, são materializadas interações dos mais diferentes tipos sendo que a formação histórica destas antecede qualquer decisão federal de criar uma faixa de fronteira institucionalizada. A dinâmica do surgimento dessas cidades está ligada, desde a fundação municipal, ao limite, ao contato e à função de defesa, sendo a excentricidade de sua posição a sua característica original (STEIMAN, 2002 *apud* LIRA, 2017, p. 19).

Da situação marginal em relação aos centros decisórios, que apresentavam muitos segmentos fronteiriços, as cidades gêmeas passaram a ser vistas a partir do seu valor estratégico, obviamente nas situações em que há algum tipo de interação passível de realização. Desse modo:

Partindo de uma caracterização generalizadora, é preciso salientar que os segmentos fronteiriços são muito heterogêneos. Portanto, as cidades gêmeas possuem uma função importante para o desenvolvimento e integração regional visto que ali as relações bilaterais se materializam. No campo da Demografia, tais relações podem causar impactos significativos tanto na mobilidade fronteiriça quanto nos movimentos migratórios internacionais (LIRA, 2017, p. 20).

Por sua vez, Téllez (2003, p. 209) compreende ‘rota migratória’ como “um padrão de recorrências de deslocamentos humanos entre dois conjuntos de espaços geográficos que representam as zonas de chegada e de saída”. Assim, rota migratória diz respeito ao trajeto seguido pela pessoa migrante, ou pelo grupo de migrantes, ao deslocar-se entre as fronteiras dos países, considerando países e regiões de origem, de passagem e de destino, bem como os meios de transporte empregados e os recursos investidos para efetuar a travessia.

É nesse contexto de migrações internacionais cada vez mais complexas e de fronteiras que são constantemente resignificadas que o presente texto se debruça em entender os deslocamentos de pessoas que cruzam a Fronteira Sul do Brasil junto ao Uruguai, tanto em caráter temporário como permanente. Desse modo, são descritas os principais movimentos migratórios nessa região, em termos da identificação das principais motivações que levam a essa circulação de pessoas de um lado e outro da fronteira, bem como das influências

de tais fluxos de pessoas sobre o campo social que corresponde ao contexto de localidades situadas sobre a zona da fronteira entre tais países.

O texto é parte dos resultados de uma investigação titulada Dinâmicas migratórias de fronteira entre Brasil e Uruguai⁶² entre outubro de 2016 e abril de 2017, apresentando uma análise da dinâmica migratória ao longo da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, dando especial atenção aos pontos de fronteira localizados nas cidades de Rivera, Artigas, Rio Branco e Chuy, em território uruguaio, e Santana do Livramento, Quaraí, Jaguarão e Chuí, em território brasileiro.

Para a elaboração do artigo foram analisados os números oficiais dos movimentos migratórios na região fronteira com base em fontes secundárias oficiais no Brasil. No caso do Brasil, foram obtidas através do Observatório de Migrações Internacionais (OBMigra), junto ao Sistema de Tráfego Internacional – STI, que reúne dados sobre os movimentos migratórios nos postos de fronteiras operados pela Polícia Federal. Os dados correspondem aos anos de 2010 a 2015.

Os dados socioeconômicos de ambos os países também foram analisados, com ênfase na região fronteira entre os departamentos de Rivera, Cerro Largo e Rocha, no Uruguai, e no Brasil três municípios no extremo sul do Rio Grande do Sul: Santana do Livramento, Jaguarão e Chuí.

Além da análise da fonte secundária, fontes primárias foram consultadas durante a fase de pesquisa empírica, ou pesquisa de campo, na qual entrevistas foram realizadas com atores sociais qualificados e observações *in loco*. Desta forma, entrevistaram-se agentes governamentais e não-governamentais principalmente em Rivera e Santana do Livramento, Artigas e Quaraí, Rio Branco e Jaguarão, Chuy e Chuí. Esses atuam em diversas áreas como: gestores em saúde pública, polícia federal (Brasil) ou nacional (Uruguai), gestores na área de assistência social dos municípios, agentes da educação e do judiciário, representante de setor transporte, de movimentos sociais de mulheres e de associação de produtores rurais.

Esta fase de pesquisa de campo foi realizada em dois momentos: o primeiro, nos últimos dez dias de dezembro de 2016; o segundo, entre 9 e 17 de fevereiro de 2017. Foram realizadas 21 entrevistas, tanto do lado da fronteira com o Uruguai quanto do lado brasileiro, cujos participantes são residentes ou diretamente envolvidos com a região em estudo, atuando no âmbito público ou privado.

Em suma, busca-se analisar os movimentos migratórios e os mecanismos de controle estabelecidos nesta região fronteira, considerando cada localidade em relação a suas dinâmicas socioeconômicas e laborais. A

62 Realizada no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Migrações Internacionais (LAEMI) da Universidade de Brasília, sob a coordenação da Dra. Delia Dutra e com o apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

análise baseia-se em fontes secundárias (dados de censos populacionais e relatórios institucionais), fontes primárias (entrevistas com atores sociais) e observações de participantes feitas em cada um dos postos de controle migratórios considerados na região de fronteira entre Brasil e Uruguai.

Breve descrição política e administrativa da fronteira entre Brasil e Uruguai

Os principais pontos de entrada e saída de pessoas entre o território brasileiro e uruguaio correspondem aos cruzamentos de rodovias na área fronteira, atravessando os limites geográficos entre os países. Os principais cruzamentos estão localizados, no lado brasileiro, nas localidades de Santana do Livramento, Jaguarão, Chuí, Quaraí e Aceguá, e no lado do Uruguai, nas cidades de Rivera, Rio Branco, Chuy, Artigas e Aceguá.

O Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, tem 497 municípios, do quais 12 ocupam a região da fronteira com o Uruguai: Barra do Quaraí, Uruguiana, Quaraí, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Aceguá, Pedras Altas, Herval, Jaguarão Santa Vitória do Palmar e Chuí. Esses municípios estão interligados por uma rede rodoviária que se estende ao longo da faixa de fronteira ao sul do Estado. Por sua vez, a República Oriental do Uruguai é composta por 19 departamentos, com cinco departamentos em sua fronteira norte com o Brasil: Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres, e Rocha.

As várias localidades situadas em ambos os lados da fronteira entre os dois países indicam a existência de aglomerações urbanas de natureza binacional, entre as quais a maior é a das cidades de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil), que juntos reúnem uma população de cerca de 250 mil habitantes. Santana do Livramento comunica-se a Rivera por fronteira seca, por rotas terrestres em comum: a Avenida 33 Orientais, do lado uruguaio, a Avenida João Pessoa, do lado brasileiro, bem como a Avenida Comum de Paul Harris, que mantém esse nome em ambos os lados da fronteira.

Outras localidades brasileiras e uruguaias localizadas como aglomerações urbanas na zona fronteira são: Artigas (Uruguai) e Quaraí (Brasil); Bella Unión (Uruguai) e Barra do Quaraí (Brasil); Rio Branco (Uruguai) e Jaguarão (Brasil); Aceguá (Uruguai) e Aceguá (Brasil); Chuy (Uruguai) e Chuí (Brasil). Alguns destes são separados por pontes internacionais, enquanto que em outros a fronteira há estradas e avenidas em comum com as cidades vizinhas.

De acordo com informações obtidas no Censo Populacional de 2010 no Brasil, bem como do Censo da População Uruguia de 2011, a população local está concentrada nos seguintes centros urbanos ao longo da região fronteira, considerando cidades como Rivera (104 mil habitantes), Santana do Livramento (83 mil), Artigas (40 mil) e Jaguarão (27 mil). A cidade de Chuy, no

Uruguai, tem cerca de 10 mil habitantes, enquanto Chuí, do lado brasileiro, possui 7 mil habitantes.

A fronteira entre o Brasil e o Uruguai se estende por 1.069 quilômetros, em termos de extensões de fronteira com extensão terrestre, fluvial e lacustre, estendendo-se desde a tripla fronteira Brasil-Argentina-Uruguai a oeste, até o Arroio do Chuí no leste.

Na parte ocidental, a fronteira é marcada pelo rio Quaraí, afluente do rio Uruguai. No centro, há uma longa extensão de fronteira terrestre, em torno das cidades de Rivera e Santana do Livramento. Ao leste, a fronteira segue a rota do rio Jaguarão, que se esvazia na Lagoa Mirim, e a fronteira continua no lado sul desta lagoa até o extremo do Chuí. O principal bioma da região fronteiriça é o pampa, com vastas extensões de campos, amplamente utilizados como pastagens pelas fazendas da região.

Cifras oficiais de movimentos migratórios na fronteira entre Brasil e Uruguai

As informações sobre cifras oficiais de movimentos migratórios na região fronteiriça são baseadas em fontes oficiais do Brasil, e obtidas por meio do OBMigra – Observatório de Migrações Internacionais. Os registros oficiais do Brasil referem-se aos incluídos no Sistema de Tráfego Internacional (STI), operado pelo Departamento de Polícia Federal para registrar os movimentos de estrangeiros que entram e saem do território nacional. Os dados obtidos do banco de dados do STI, via OBMigra, estão sendo considerados em relação aos movimentos registrados pelos postos migratórios de Chuí, Jaguarão, Santana do Livramento e Quaraí. Com relação às séries temporais analisadas, as bases do Brasil nos permitem analisar até 2015; portanto, este relatório apresenta dados anualizados entre 2010 e 2015.

Os dados anuais consolidados sobre a entrada e saída de estrangeiros do território brasileiro, pelos quatro pontos de controle selecionados, são apresentados no período entre 2010 e 2015. A Tabela 1 registra dados referentes a admissões estrangeiras através dos registros de controle de migração em análise. Por sua vez, a Tabela 2 apresenta dados sobre a saída de estrangeiros nos mesmos postos de controle de imigração. Na linha "Total", a soma dos quatro pontos de verificação é apresentada; portanto, as porcentagens referem-se ao peso relativo de cada posto de controle sobre a soma das entradas ou saídas nesses postos.

Deve-se notar que, no caso de Quaraí, há uma grande variação no início da série porque o posto de controle migratório nesta localidade começou a operar no último trimestre de 2010, o que significa que o número de registros é muito baixo em 2010 (último trimestre), e depois se eleva e se estabiliza nos últimos dois anos da série analisada.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

TABELA 1 – Brasil: movimentos anualizados de entrada de estrangeiros registrados em posições migratórias selecionadas, de 2010 a 2015

Postos de Controle	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Chuí	60.466	42,1	70.428	49,8	67.217	36,0	64.238	35,3	53.102	29,1	44.961	26,0
Jaguarão	25.288	17,6	26.805	18,9	35.291	18,9	39.824	21,9	34.767	19,1	47.255	27,3
Santana do Livramento	56.087	39,1	26.992	19,1	63.528	34,1	51.532	28,4	66.346	36,4	59.292	34,3
Quaraí	1.707	1,2	17.329	12,2	20.499	11,0	26.128	14,4	27.969	15,4	21.454	12,4
Total de Entradas	143.548	100	141.554	100	186.535	100	181.722	100	182.184	100	172.962	100

Fonte: Elaboração desta pesquisa com base em dados do Sistema de Tráfego Internacional, STI Brasil.

TABELA 2 – Brasil: movimentos anualizados de estrangeiros registrados em posições migratórias selecionadas, de 2010 a 2015

Postos de Controle	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Chuí	59.307	46,8	68.193	53,5	65.924	37,3	61.355	35,1	53.534	31,6	47.599	27,8
Jaguarão	23.856	18,8	25.937	20,3	33.860	19,2	40.985	23,5	33.308	19,6	44.889	26,2
Santana do Livramento	42.390	33,4	17.533	13,8	56.818	32,2	48.004	27,5	57.397	33,8	58.095	33,9
Quaraí	1.269	1,0	15.848	12,4	19.963	11,3	24.267	13,9	25.370	15,0	20.660	12,1
Total de Saídas	126.822	100	127.511	100	176.565	100	174.611	100	169.609	100	171.243	100

Fonte: Elaboração desta pesquisa com base em dados do Sistema de Tráfego Internacional, STI Brasil.

Pode-se observar que há variações consideráveis no número de estrangeiros que atravessam cada posto. Em 2010, a maioria dos movimentos migratórios foram registrados através do posto fronteiriço de Chuí, seguido pelo de Santana do Livramento e Jaguarão. No entanto, quando observamos todo o período analisado, de 2010 a 2015, uma alteração na dinâmica migratória na

região é apresentada de forma clara: há um aumento nos movimentos migratórios, principalmente no Jaguarão, e uma redução nos movimentos migratórios registrados em Chuí.

Essa variação é clara quando se toma em consideração o peso relativo que cada posto de controle tem no total das posições analisadas. Nesse sentido, enfatizamos que: em 2010, Chuí representará 42% das inscrições e quase 47% das exportações de estrangeiros, em 2015 representando 26% das inscrições e quase 28% dos resultados, produzindo um aumento no peso relativo que em 2015 registra a posição do Jaguarão.

De acordo com as tabelas e gráficos apresentados acima, o posto de controle migratório que registrou a maioria das entradas e saídas de estrangeiros em 2015 foi Santana do Livramento, com 34% do número total de admissões e partidas estrangeiras pela região de fronteira com o Uruguai no território brasileiro.

Em resumo, ao considerar as séries temporais desses dados entre 2010 e 2015, observa-se que, tanto em termos absolutos quanto relativos, uma redução nos movimentos migratórios registrados pelo Posto de Chuí, enquanto esses movimentos migratórios aumentaram através dos postos de Jaguarão e Quaraí. Enfatiza-se que o posto de Santana do Livramento se mantém no período como o maior registro migratório de acordo com os dados oficiais do Brasil.

Com relação à idade dos viajantes que atravessam a fronteira entre o Brasil e o Uruguai no período considerado, entre 2010 e 2015, observa-se que a distribuição de pessoas maiores de 18 anos e de pessoas menores 18 anos segue séries temporais relativamente estáveis, que o número de crianças corresponde a cerca de um quarto do número de pessoas idosas, e basicamente se refere ao fluxo de filhos de turistas que cruzam a fronteira com suas famílias.

Quanto aos dados de gênero, o número de homens que atravessam a região fronteiriça é sempre maior do que o número de mulheres em todo o período considerado (2010 a 2015), e também em relação a cada uma das posições consideradas. Em 2015, em particular, do número total de pessoas registradas como tendo passado esses postos de controle de imigração, cerca de 55% eram do sexo masculino e 45% do sexo feminino.

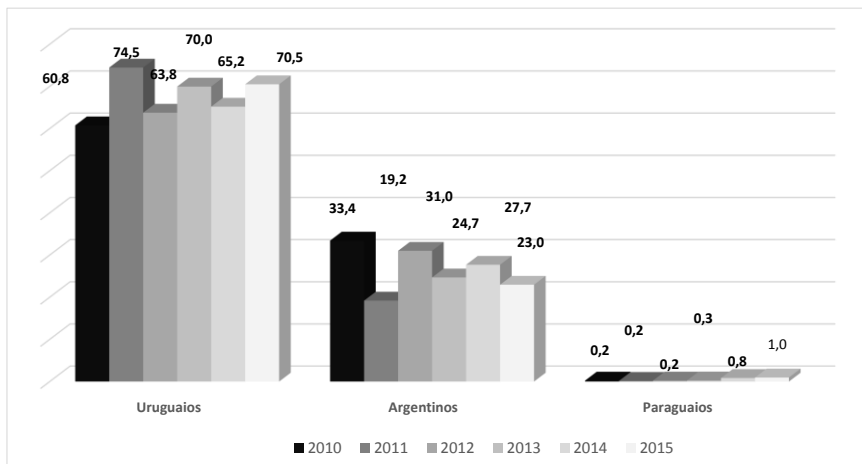
Quanto à nacionalidade dos que cruzam a fronteira, o Sistema STI fornece dados sobre o trânsito de estrangeiros desagregados por nacionalidade e por postos de controle de imigração. Neste primeiro momento, uma análise comparativa do peso relativo, no total de estrangeiros, é feita que os uruguayos, argentinos e paraguaios que entram e saem do Brasil por pontos da fronteira. O gráfico a seguir mostra as porcentagens das entradas para o Brasil entre os anos de 2010 e 2015.

Ao longo da série analisada, há uma clara predominância de cidadãos uruguayos que entram no Brasil por esta área de fronteira, variando de 60,8% a 74,5% do total de estrangeiros. Em segundo lugar, os argentinos, cujo peso

relativo no período variou entre 19,2% e 33,4%; finalmente, os paraguaios entre 0,2% e 1,0%.

Note-se que, no caso dos uruguaios e dos argentinos, não se identifica uma tendência de aumento ou diminuição constante, mas sim uma oscilação durante os seis anos analisados. No entanto, comparando o primeiro ano com o ano anterior, entre 2010 e 2015, a entrada de uruguaios no Brasil aumentou de quase 61% para 70,5%, e os argentinos caíram de 33,4% para 23%. De todo modo, não há condições de se afirmar que haja uma tendência para aumentar ou diminuir devido à oscilação observada ao longo do período. No caso dos paraguaios, embora tenham um peso relativo muito baixo na entrada total de estrangeiros, há um aumento constante que começa com 0,2% no primeiro ano analisado e termina com 1% em 2015.

GRÁFICO 1 – Porcentagem de uruguaios, argentinos e paraguaios no total de inscrições de estrangeiros nas posições migratórias selecionadas entre 2010 e 2015



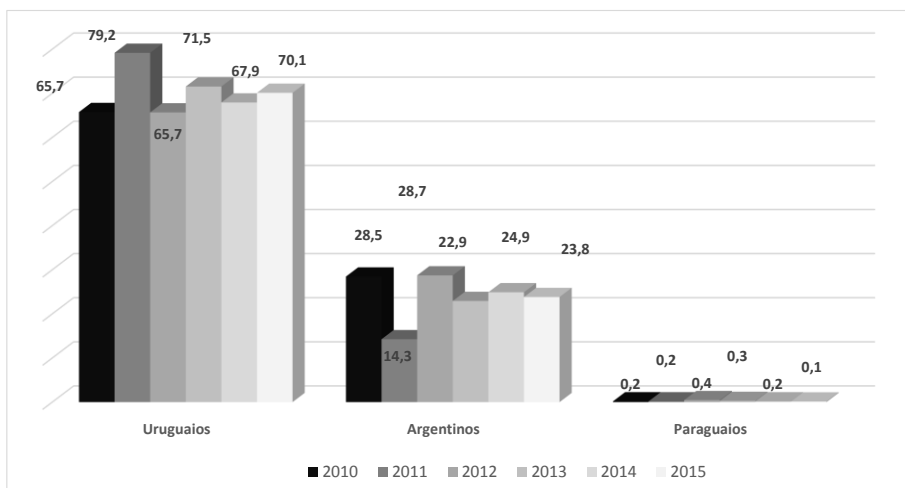
Fonte: Elaboração desta pesquisa com base em dados do Sistema de Tráfego Internacional, STI.

Com relação às saídas desses três grupos do Brasil através desses postos de controle de migração considerados, entre 2010 e 2015, o gráfico a seguir, semelhante ao apresentado acima, ilustra os pesos relativos, no total de estrangeiros, que deixam o país por esta área.

De modo geral, este gráfico ilustra um comportamento muito semelhante de saídas em comparação com as entradas no Brasil, através da fronteira sul do país. Quanto aos uruguaios, da mesma forma que nas entradas, pode-se observar que o ano com a maioria dos registros de partidas (79,2%) foi em 2011, como foi o ano da série com maior peso relativo de tráfego dos uruguaios que entraram e deixaram o Brasil através desses postos de controle de imigração.

O peso relativo das saídas de argentinos do Brasil registrou variação entre 14,3% e 28,7%, sendo o peso relativo das entradas para o Brasil maior (19,2% e 33,4%), mas sempre mantendo-se dentro de um intervalo de variação similar. Finalmente, os registros de saída dos paraguaios variaram de 0,1% a 0,4%. Neste caso, as entradas mostram um pequeno crescimento constante ao longo da série analisada, mas nas saídas há oscilações que, da mesma forma que com uruguaios e argentinos, permitem identificar uma oscilação muito fraca ao longo do período.

GRÁFICO 2 – Porcentagem de uruguaios, argentinos e paraguaios na soma dos registros de estrangeiros que deixaram os postos de migração selecionados entre 2010 e 2015



Fonte: Elaboração desta pesquisa com base em dados do Sistema de Tráfego Internacional, STI.

No caso específico dos uruguaios, até o ano de 2014, Chuí foi o posto migratório (dos quatro selecionados) com os registros mais altos (entradas/saídas). No entanto, em 2015, Jaguarão (37%) superou o número de uruguaios registrados em relação ao de Chuí (31%). Para os argentinos, Santana do Livramento é o principal posto migratório utilizado (dos quatro selecionados) para entrada/saída no Brasil, com a análise mensal para 2015 mostrando fluxo ao longo do ano, mas com alta concentração nos meses férias de verão (janeiro, fevereiro, março).

Jaguarão é o principal posto migratório utilizado pelos paraguaios, para entrada no Brasil e Santana do Livramento como principal posto migratório para deixar o Brasil. Ao analisar os cidadãos dos países do Mercosul (não incluindo brasileiros, uruguaios, argentinos, paraguaios), observa-se que o peso relativo dos cidadãos desses países, membros ou associados do Mercosul, é muito baixo: 1,4% tanto para ingressos quanto para partidas do Brasil.

A seguir, as Tabelas 3 e 4 apresentam os totais dos principais fluxos de estrangeiros que entraram e deixaram o território brasileiro através dos postos fronteiriços selecionados, levando em consideração a classificação atribuída pelos funcionários migratórios em relação ao motivo ou a situação de sua permanência em Brasil.

TABELA 3 – Movimentos de entrada de estrangeiros registrados, nos postos migratórios selecionados, por classificação (condição de permanência no Brasil), entre 2010 e 2015

Classificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Turista	129.881	126.546	170.109	166.126	165.406	158.498
Permanente	3.639	4.297	4.829	4.832	4.740	4.325
Tripulante terrestre	7.692	8.039	8.052	8.043	8.042	5.905
Temporario I (missão de estudos, pesquisa)	48	26	22	48	143	156
Temporario II (negocios de curta duração)	155	237	384	194	97	109
Temporario IV (estudante)	249	226	404	381	380	371
Temporario V (trabalho – Acordo Mercosul)	426	487	605	651	874	1.041
Estrangeiro requerente	558	285	322	336	481	281
Provisorio	521	477	378	96	5	2
Diplomático	18	50	47	40	32	34
Oficial	28	30	23	33	32	22
Refugiado	0	0	1	0	1	8
Solicitante de refugio	0	0	0	0	1	9
Outras classificações	333	854	1.359	942	1.950	2.201
Total	143.548	141.554	186.535	181.722	182.184	172.962

Fonte: Elaboração desta pesquisa com base em dados do Sistema de Tráfego Internacional, STI.

Nas tabelas anteriores, é indicado que a maioria absoluta das classificações foi a de turista, portanto, tem-se o turismo como principal motivo declarado pelos estrangeiros que atravessaram a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Assim, observa-se que a maioria absoluta dos registros corresponde à classificação dos turistas, especialmente na área do turismo sazonal. A classificação turística foi evocada por cerca de 85% de todos os estrangeiros que atravessaram os postos fronteiriços entre o Brasil e o Uruguai, durante todo o ano de 2015.

A segunda classificação mais evocada foi a de membros de tripulação terrestre, isto é, funcionários estrangeiros de empresas de transporte que atravessam a região fronteira em rotas regulares ou não regulares. Por sua vez,

a classificação de permanente é usada para se referir à passagem de estrangeiros residentes no Brasil pelo posto fronteiriço.

TABELA 4 – Movimentos de saída de estrangeiros registrados, nos postos migratórios selecionados, por classificação (condição de permanência no Brasil), entre 2010 e 2015

Clasificación	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Turista	112.561	111.690	159.144	157.651	152.020	156.657
Permanente	3.971	4.506	5.052	5.141	4.894	4.060
Tripulante terrestre	7.420	7.781	7.835	7.896	6.886	4.487
Temporario I (missão de estudos, pesquisa)	68	54	67	91	212	167
Temporario II (negocios de curta duração)	202	336	436	290	158	177
Temporario IV (estudante)	276	278	427	469	490	381
Temporario V (trabalho – Acordo Mercosul)	483	483	629	727	1.002	1.081
Estrangeiro requerente	554	287	349	347	523	290
Provisorio	583	585	401	71	7	3
Diplomático	16	40	49	38	38	28
Oficial	27	26	26	28	37	14
Refugiado	0	1	0	0	3	15
Solicitante de refugio	0	1	0	1	2	22
Outras classificações	661	1.443	2.150	1.861	3.337	3.861
Total	126.822	127.511	176.565	174.611	169.609	171.243

Fonte: Elaboração desta pesquisa com base em dados do Sistema de Tráfego Internacional, STI.

Destaca-se também o aumento da classificação denominada “Temporário V (contrato de trabalho ou contrato do Mercosul)”. Isso se refere à passagem pela fronteira de estrangeiros que têm um contrato de trabalho em uma organização que atua no Brasil, ou também a pessoas de países do Mercosul que se registraram no Brasil com base no acordo de residência assinado entre esses países. Conforme observado em termos de entradas e partidas, esse número de estrangeiros classificados como Temporário V vem aumentando ao longo da série temporal, entre 2010 e 2015.

Caracterização do controle e dos movimentos migratórios na região de fronteira

O principal posto migratório na região fronteiriça corresponde ao que está localizado no Centro Comercial Siñeriz, na cidade de Rivera (Uruguai),

perto da área fronteiriça. Nas instalações, há unidades de atenção ao público da Polícia Nacional do Uruguai e da Polícia Federal do Brasil, de modo que o serviço de imigração seja fornecido de forma ininterrupta, 24 horas por dia, 365 dias por ano, facilitando os procedimentos migrantes que atravessam a fronteira lá.

De acordo com o que o entrevistado E2⁶³ descreve, é um acordo de cooperação entre os órgãos de imigração do Brasil e do Uruguai para prestar um melhor atendimento aos cidadãos, e o shopping oferece esse espaço aos órgãos migratórios em um sistema de comodato, durante um certo período.

Os órgãos de migração operam ali desde o início de 2016, por isso tem sido uma mudança relativamente recente. Anteriormente, de acordo com os entrevistados E2⁶⁴ e E3⁶⁵, antes do início das atividades no posto de Siñeriz, os procedimentos de migração nas cidades de Rivera e Santana do Livramento não eram integrados, motivo pelo qual havia muitas filas e atrasos no atendimento. Anteriormente, as pessoas tinham que enfrentar as filas de um dos serviços de migração em um lado da fronteira, e depois iam para o outro lado da fronteira para executar o procedimento com o serviço do outro país. O entrevistado E2 menciona que, antes, "era um lugar inacessível, onde a atenção não era dada aos turistas".

Além disso, nos postos antigos, não havia estruturas adequadas para os que esperavam ser atendidos, como lugares de assentos adequados ou banheiros disponíveis, e também não havia teto protetor contra condições climáticas adversas. Tanto o E2 quanto o entrevistado E3 mencionaram que muitas vezes as pessoas precisavam esperar para serem atendidas na rua, formando longas filas nas calçadas, especialmente durante a temporada de férias.

Hoje, a realidade é diferente. No Shopping Siñeriz, existe uma estrutura adequada para atender a toda a demanda. Visitantes e migrantes são atendidos de forma ágil, com um número adequado de pessoas que prestam o serviço, assentos suficientes para a espera e estruturas de apoio, como amplo estacionamento, serviços sanitários disponíveis e serviços adicionais, como alimentos e farmácias localizados dentro do shopping center. Estes são aspectos positivos da nova estrutura mencionada pelos entrevistados E2 e E3.

Nesta atuação integrada, de acordo com o entrevistado E2, o posto uruguaio opera com funcionários que trabalham em turnos, distribuídos em escalas de seis horas de trabalho por doze horas de descanso. Na posição brasileira, de acordo com o entrevistado E3, os serviços migratórios são feitos por oficiais que atuam em escalas de trabalho de 24 horas por 72 horas de repouso.

⁶³ E2 = Comissário da Polícia Nacional, posto controle migratório no Uruguai.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ E3 = Agente de Polícia Federal, posto controle migratório do Brasil.

Por outro lado, no caso das cidades de Rio Branco e Jaguarão, também já houve um centro integrado de controle migratório, semelhante ao que existe em Rivera e Santana do Livramento. No entanto, devido ao pequeno número de funcionários da Delegacia de Polícia Federal em Jaguarão, o centro não está operando de forma integrada, de modo que o controle é realizado pela autoridade de imigração localizada em cada lado da fronteira. Este aspecto indica que, em Rio Branco e Jaguarão, o processo de atendimentos a visitantes e migrantes leva mais tempo para aqueles que devem procurar os dois postos posteriormente, primeiro fazendo a saída de um país e subseqüentemente registrando a entrada em outro país. Nessas localidades, ambos os locais de atendimento são de tamanho pequeno, com poucos funcionários e instalações precárias voltadas para o atendimento de visitantes e migrantes – especialmente no posto migratório de Jaguarão.

No caso de Chuy e Chuí, os postos migratórios também não estão integrados, de modo que operam em lados opostos da fronteira. No entanto, ambos têm uma excelente localização, ao lado das estradas, com amplo espaço de estacionamento, instalações adequadas para o movimento de pessoas e veículos de tamanho pequeno e grande, número adequado de funcionários e atenção migratória realizada com agilidade para aqueles que atravessam a fronteira.

Os entrevistados E2, E9⁶⁶ e E11⁶⁷ declararam que todos os funcionários dos postos de imigração uruguayos são funcionários públicos, membros da Polícia Nacional, alguns policiais executivos e administrativos. Da mesma forma, os entrevistados E2, E10⁶⁸ e E11 mencionaram que aqueles que servem no cargo brasileiro são, em parte, agentes da Polícia Federal, ou também servidores administrativos da Polícia Federal.

Os entrevistados em ambos os lados da fronteira mencionaram que os funcionários dos postos migratórios têm acesso aos manuais de procedimentos para a realização do serviço de migração, com base na legislação vigente, e estão disponíveis para consulta em modo impresso e eletrônico. O atendimento migratório, em ambos os lados, é realizado utilizando sistemas computadorizados com registro e transmissão on-line de dados, e os manuais de procedimentos são utilizados como suporte para a entrada de dados e a classificação de pessoas através desses sistemas (sistema STI, no caso brasileiro, e no sistema RAMM, no caso uruguaio).

Ao inserir os dados de um passageiro em qualquer um dos sistemas, conforme indicado pelo entrevistado E12 e E11, o registro de seus dados e classificação é realizado, bem como a verificação de que há impedimentos à sua partida ou entrada no território nacional. Em ambos os lados da fronteira,

⁶⁶ E9 = Subcomissária de Polícia Nacional, controle migratório do Uruguai.

⁶⁷ E11 = Comissário de Polícia Nacional, controle migratório do Uruguai.

⁶⁸ E10 = Agente de Polícia Federal, controle migratório do Brasil.

conforme indicado em E12⁶⁹ e E11, é dada especial atenção ao caso das crianças que deixam o país, verificando se eles possuem a devida autorização de seus pais ou responsáveis legais para que possam viajar para o exterior.

Outro aspecto mencionado, tanto pelos entrevistados quanto no controle da migração brasileira e uruguaia, é que não há procedimentos de controle especiais para o tráfego fronteiriço na região, de modo que as pessoas possam viajar, tanto no lado uruguaio quanto no lado Brasileira, por 20 quilômetros de cada lado, sem estar sujeitos ao controle de imigração, especialmente porque é uma fronteira terrestre com livre circulação de pessoas e veículos na área fronteiriça.

Nesse sentido, como enfatizado pelo entrevistado E9, os cidadãos fronteiriços da região, identificados com um documento de identidade de fronteiriço (emitido pela polícia na região), podem se mover livremente de um lado para o outro, quer para trabalhar para beneficiar de serviços como educação, saúde, lazer ou assistência social, por exemplo.

Em relação a isso, o entrevistado E2 acrescenta que, particularmente nas cidades de Rivera e Santana do Livramento, "há toda liberdade para ir e vir na região, com facilidade para circulação de pessoas, e também moeda de um lugar para outro. E é impossível separar, porque as pessoas não gostariam de se separar ". O documento do cidadão fronteiriço, projetado para aqueles que vivem na região fronteiriça, é usado principalmente para questões laborais, a fim de regular situações de trabalho e previdência social, nas quais o cidadão de um país atravessa a fronteira para trabalhar em uma empresa do outro lado.

Os entrevistados no controle de migração do Brasil e do Uruguai mencionam, quando questionados sobre a documentação que deve ser apresentada na postagem migratória, que os documentos exigidos correspondem ao que foi regulamentado pelo Acordo de Migração entre os países do Mercosul: passaporte ou documento de identidade civil, além do cartão de entrada e saída preenchido com os dados de cada estrangeiro que atravessa a fronteira, como prova para o controle do prazo de permanência no país.

De acordo com todos os entrevistados que atuam no controle migratório na região, o motivo do turismo é o mais evocado pelos estrangeiros que atravessam a região fronteiriça, de modo que este movimento de turismo se intensifica muito em tempos de temporada de férias. Durante o atendimento migratório, como indicado pelo entrevistado E10, os cidadãos estrangeiros têm seus cartões de entrada e saída carimbados – além de seus passaportes, quando os apresentam –, para que esses cartões correspondam à sua prova de circulação migratória regular, durante o prazo delimitado pela autoridade de imigração. Este prazo, no caso dos turistas, é estipulado em 90 dias e pode ser prorrogado pelo mesmo período. Para outras classificações, o prazo pode variar de acordo com a situação ou o tipo de visto.

⁶⁹ E12 = Agente de Polícia Federal, controle migratório do Brasil.

No caso do movimento de refugiados na área fronteiriça, todos os entrevistados no controle migratório, tanto do lado brasileiro quanto do uruguaio, afirmaram que há poucos registros de refugiados ou solicitantes de refúgio que procuram o atendimento migratório na região. De acordo com o entrevistado E12, entre os poucos casos que são lembrados, ele mencionou a passagem de alguns solicitantes de refúgio que declararam, no momento do controle migratório brasileiro, que estavam deixando o Brasil e migrando para o Uruguai para buscar estabelecer um novo refúgio do outro lado da fronteira, procurando melhores oportunidades de trabalho e renda.

Em suma, conforme uma perspectiva mais geral, os entrevistados mencionam que a região fronteiriça entre o Brasil e o Uruguai é bastante permeável e pacífica, num clima de aproximação e integração entre os seus habitantes. As diferenças relacionadas à cultura, à linguagem, às normas legais e à moeda em circulação, por exemplo, não impedem o caráter relativamente permeável da fronteira, onde há facilidades específicas para o movimento de pessoas e mercadorias, tanto para fins de lazer como turismo, bem como para fins de emprego ou acesso a serviços públicos.

No entanto, existem problemas e desafios específicos na região fronteiriça que devem ser levados em conta pelas autoridades públicas e pela sociedade civil, como a proteção do trabalho para os trabalhadores que atravessam a fronteira e estão sujeitas a outras normas ou medidas trabalhistas proteção de crianças e jovens, bem como os setores mais vulneráveis da população entre os que vivem na região. Diante de tais problemas e desafios, a maioria dos entrevistados enfatizou que há muita boa vontade e cooperação entre órgãos públicos e órgãos governamentais de ambos os lados da fronteira, tanto no poder executivo quanto no judiciário.

Considerações Finais

A dinâmica migratória na fronteira entre o Brasil e o Uruguai é constituída principalmente por fluxos de habitantes da região de fronteira e turistas na região. Esses fluxos são principalmente movimentos migratórios de uruguaio, argentinos e brasileiros.

No caso da fronteira em tela, observa-se que há movimentos pendulares, motivados principalmente pela busca de melhores oportunidades de emprego, renda e serviços em ambos os lados da fronteira. Ao se analisar a dinâmica do trabalho de forma específica, identifica-se um contingente considerável de brasileiros que vivem em seu país e atravessam a fronteira para trabalhar no Uruguai.

Adicionalmente, há um numero considerável de estabelecimentos comerciais que se situam na zona de fronteira uruguaia e que se destinam a atrair consumidores brasileiros que viajam para a fronteira com o objetivo específico de acesso para produtos a preços inferiores aos encontrados no Brasil. No que

diz respeito aos turistas, eles viajam principalmente de carro ou ônibus. Uma das principais razões para o cruzamento, no caso dos uruguaios e argentinos, é a estadia temporária para destinos localizados na costa brasileira. No caso dos brasileiros, é possível mencionar o turismo de compras, devido aos estabelecimentos comerciais do lado uruguaio (*Free Shops*).

A região possui uma importante rede de estradas, bem ramificadas e muitas delas (na sua totalidade), em boas condições. A maioria dos pontos de controle migratório está localizada ao longo das rotas e estão bem sinalizados, de modo que no contexto atual, eles não parecem enfrentar muitas dificuldades e muito tempo é perdido para completar os procedimentos de migração.

No passado recente, este não era o caso, de modo que, em pelo menos dois locais visitados, houve menção de que o controle de migração na área de fronteira, há alguns anos, obrigava os migrantes a enfrentar grandes atrasos, pouca informação, procedimentos lentos e burocráticos, pouco ou nenhum conforto durante a espera. Essa realidade – que ainda vem ocorrendo em localidades como Uruguaiana, na fronteira entre Brasil e Argentina, como observado *in loco* nesta localidade – não persiste na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, destacando assim os esforços institucionais entre os setores público e privado para fornecer à área de fronteira entre os dois países mecanismos mais eficientes e eficientes para fornecer serviços de visitantes e migrantes.

Um bom exemplo desses esforços corresponde à implantação de postos de migração integrados, como o que opera no Centro Comercial Siñeriz na cidade de Rivera. Ao ter as autoridades de imigração dos dois países em um só lugar, os procedimentos são bastante simplificados para a pessoa que atravessa a fronteira, que perde menos tempo na jornada e também tem acesso a mais conforto e serviços oferecidos pelo local.

Em outros locais visitados, não há Áreas de Controle Integrado de Migração, de modo que a implementação de tais centros, ofereceria aos visitantes e aos migrantes uma estrutura de cuidados adequada, digna e funcional.

Em Jaguarão, uma das principais razões para a desativação do centro integrado de controle de imigração foi o pequeno número de policiais brasileiros, de modo que o serviço prestado pela autoridade brasileira de imigração na região voltou à delegacia de polícia da cidade, em um local que não tem as condições esperadas, em termos de estrutura para cuidados migratórios. Lá, as pessoas são atendidas através de uma janela do lado de fora, o que significa que devem sempre permanecer em pé, sem conforto e proteção contra o clima, sem espaço suficiente para completar os cartões de entrada e saída, sem estacionamento adequado e com poucos sinais indicando o caminho a seguir para chegar à seção policial.

Nesse sentido, é recomendável reformular a infra-estrutura das instalações e os procedimentos atualmente seguidos pelo controle de imigração na Delegacia de Polícia Federal em Jaguarão, com o objetivo de proporcionar

uma estrutura adequada para atender a quem atravessa a fronteira por ali. A possibilidade de retomar a Área Integrada de Controle da Imigração, localizada na cidade de Rio Branco, pode ser uma boa sugestão para resolver esses problemas e promover um atendimento migratório mais eficiente e seguro. Se for necessário alocar mais policiais federais para desempenhar as tarefas dos cuidados migratórios com dignidade e respeito pelos migrantes, também se recomenda a ampliação dos oficiais da polícia federal dedicados ao serviço migratório.

Por último, é necessário insistir que se, por um lado, constatamos avanços adequados na estrutura dessa fronteira sul, por outro, constata-se que diversos aspectos da zona fronteira entre Brasil e Uruguai devem ser significativamente melhorado. As características intrínsecas à dinâmica migratória na região reforçam a necessidade aprimoramentos, especialmente em tempos de grande circulação de viajantes, como no período de férias, de forma que os meios possam ser efetivamente promovidos para facilitar a circulação de pessoas como evocam os termos que estabeleceram as bases para a criação do Mercosul, bem como no sentido de conceder atenção digna, ágil, eficiente e eficiente a todos aqueles que atravessam a fronteira entre os dois países, fazendo uso do pleno exercício da direito à livre circulação.

Referências

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.
- CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 4.ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006.
- LIRA, J. R. O. **Migração e mobilidade na fronteira: concentração de imigrantes internacionais e formação de espaços de vida na Amazônia brasileira**. 2017. 154f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2017.
- LOPES, C. M. S. **Direito de imigração: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre, RS: Núria Fabris, 2009.
- MASSEY, D. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: Editora da USP, 1998.
- TÉLLEZ, M. E. A. Flujos migratorios em la frontera norte mexicana: reflexiones sobre la EMIF. In: CAPELLO, H. M. (Org.). **Nuevos paradigmas sobre la frontera Estados Unidos-México: problemas asociados a una larga transición**. Cuernavaca: UNAM; Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2003.

DINÂMICAS MIGRATÓRIAS E TRANSFRONTEIRIZAÇÕES NA BACIA DO PRATA: UM OLHAR SOBRE A MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL DE HAITIANOS E SENEGALESES

Roberto Rodolfo Georg Uebel

A partir da falência dos modelos de recepção e integração de imigrantes e refugiados em tradicionais países receptores do Hemisfério Norte, a saber, Reino Unido, Estados Unidos da América e países-membro da União Europeia – em especial a França, Espanha e Hungria – no fim dos anos 2010, novas alternativas se colocaram no horizonte dos potenciais imigrantes, dentre eles o então pujante Brasil e, por conseguinte, após as crises cíclicas que atingiram este *regional power*, as nações da Bacia do Prata e a própria América Latina.

Inicia-se este capítulo com a breve narrativa acima, a fim de justificar que as “novas migrações” com direção ao Brasil, majoradas entre 2010 e 2014, conforme Uebel (2015), e entre 2014 e 2016 para os demais Estados da Bacia do Prata, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, tiveram um pano de fundo pincelado por motivações econômicas, políticas, sociais e conjunturais, que acabaram por remodelar as dinâmicas e práticas fronteiriças nesta peculiar região da América Latina.

Isto é, a hipótese que discutiremos ao longo deste capítulo, é que o aumento dos fluxos migratórios com direção à região da Bacia do Prata deu-se por fatores conjunturais repulsivos no Hemisfério Norte conjugados com uma coincidente dinamização econômica, laboral e social latino-americana e platina, atrativa aos imigrantes e alternativa aos tradicionais receptores. Argui-se ainda que a própria falência do modelo de integração e acomodação destes imigrantes no Brasil levou às remigrações para os seus vizinhos platinos e outros países.

Entretanto, as nossas análises apontarão que, apesar de uma reconfiguração das fronteiras e da economia transfronteiriça, práticas recorrentes do Hemisfério Norte, tais como xenofobia, regional-nacionalismo e aversão aos imigrantes – principalmente de origem étnica negra – encontrarão reverberação e assento nas sociedades receptoras platinas; portanto, faz-se este alerta crítico antes de prosseguirmos às discussões do capítulo.

A escolha por dois grupos singulares – de haitianos e senegaleses – dentre as dezenas de “novos grupos” que migraram em massa para a Bacia do Prata entre os anos de 2010 e 2016 decorre de dois fatores: 1) a sua representação geo-cultural das regiões de origem, Caribe e costa oeste africana; 2) a sua percepção e dinamização transfronteiriça no contexto platino, antes apenas só percebido nos grupos nacionais da própria região, sem *outsiders*.

Embora não sejam as nacionalidades que mais se destacam nos rankings das estatísticas migratórias dos países da Bacia do Prata – haitianos representam cerca de 2% do total de imigrantes no cômputo geral, enquanto senegaleses não

chegam a 0,3% -, é a sua intensidade e práxis que chamam a atenção desta análise, além do seu “ineditismo” migratório com direção à região.

Vania Herédia (2015) aponta, por exemplo, que a migração de senegaleses em direção à América Latina teve apenas dois momentos, o primeiro durante o período escravocrata português-espanhol, entre os séculos XVI e XIV, e o segundo apenas na segunda década do século XXI, ou seja, migrações forçadas e agora econômicas ou de refúgio.

Ademais, conforme já salientado, estes dois grupos representam também, ressalvadas todas as particularidades sociais, culturais e nacionais, as dinâmicas das imigrações de outros nacionais do Caribe e da costa oeste da África, que segundo as estatísticas oficiais, representariam já uma porcentagem bem mais considerável, cerca de vinte a trinta por cento, dependendo de cada Estado da Bacia do Prata.

O Brasil, por exemplo, destaca-se na imigração de haitianos, na casa de 56 mil imigrantes – econômicos e portadores de visto humanitário -, enquanto a Argentina lidera o ranqueamento dos senegaleses, com quase seis mil imigrantes, ambos no mesmo período, de 2010 a 2016.

A estrutura do texto está dividida em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais, bem como dos referenciais bibliográficos utilizados, ao fim do texto. Procurou-se dividir a análise de uma forma que levasse ao entendimento didático dos processos e dinâmicas ocorridos com as migrações de haitianos e senegaleses no recorte temporal proposto, ou seja, entre 2010 – início destas migrações – e 2016, último ano com dados completos disponíveis.

Assim, a primeira seção, “Migrações na Bacia do Prata: aspectos gerais”, está dividida em cinco subseções sequencias, onde analisaremos brevemente, cerca de uma página, o perfil migratório de cada um dos cinco países platinos, para ter-se como background as análises e entendimentos das seções subsequentes. Nestas subseções se priorizará o uso de gráficos e uma cartografia temática introdutória, a fim de localizar o leitor.

A segunda seção, intitulada “Imigração Haitiana na Bacia do Prata”, se debruçará ante aos processos migratórios de haitianos na região, enquanto imigrantes econômicos portadores de práxis caribenhas distintas àquelas verificadas até então nesta geografia, dominada basicamente por migrações intra-regionais de mercosulinos e andinos.

Já a terceira seção, “Imigração Senegalesa na Bacia do Prata, utilizando-se igualmente da cartografia temática e da análise de dados demográficos, apontará as dinâmicas e rumos dados pela rápida imigração dos senegaleses – compostos por imigrantes econômicos e aqui a novidade: de refugiados -, representantes de uma região altamente dinamizada no continente africano, a sua costa oeste.

Antes de prosseguirmos às discussões do capítulo, há que se fazer uma breve digressão acerca dos conceitos utilizados no texto, bem como da obtenção e uso dos dados estatísticos que embasam a nossa análise. Seguindo-se os

moldes de discussão já realizados por Oliveira (2012) e García (2016), priorizamos uma análise crítica, descritiva e intuitiva (ao leitor) dos fenômenos identificados, coadunando e inserindo-se na conjuntura política e econômica à época dos fatos analisados.

Deste modo, o capítulo utiliza os conceitos de imigrante e imigração econômica de Rocha-Trindade (1995) e de refugiado de Moreira (2014). Portanto, não são consideradas nesta análise as categorias de asilados políticos, refugiados ambientais, expatriados, migrantes temporários ou provisórios, indivíduos com dupla-cidadania e turistas com vistos de estadia permanente.

Em relação aos dados utilizados, a sua obtenção é traduzida na própria forma como se dá a condução de uma imaginada integração regional na Bacia do Prata: burocrática, dificultosa e restritiva/excludente. Os dados do Brasil foram obtidos na pesquisa de Uebel (2015) e atualizados por meio de pedido realizado com base na Lei de Acesso à Informação à Polícia Federal e Ministério da Justiça.

Os dados da Argentina foram obtidos com a Direção Nacional de Migrações (DNM), ligada ao Ministério do Interior, Obras Públicas e Habitação, as *radicaciones* são contadas por aquele órgão. Já os dados do vizinho Uruguai foram obtidos com dois órgãos distintos: a Direção Nacional de Migração (DNM), pertencente ao Ministério do interior, e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Já os dados do Paraguai, acessados de forma mais completa e rápida do que os demais países, foram obtidos por meio da lei de acesso à informação daquele país, junto à Direção Nacional de Migrações do Ministério do Interior. Por fim, a obtenção de estatísticas mais peculiar e demorada deu-se com a Bolívia, cuja forma se deu por meios formais – envio de correspondência registrada impressa à Diretora Geral de Migrações – cujo ofício com a resposta levou quase dois meses para ser recebido pelo pesquisador, demonstrando aí uma das dificuldades de pesquisa quando nos aventuramos nas análises inter-relacionadas na América Latina.

Espera-se com esta discussão avançar no entendimento das dinâmicas migratórias, (trans)fronteiriças, econômicas e sociais do contexto da Bacia do Prata, uma das regiões que, segundo Carneiro Filho (2016), teve grande expansão econômica e visibilidade política – apesar das crises, golpes, rupturas e impeachments – no Hemisfério Sul ao longo das últimas duas décadas, sendo ainda um grande laboratório a ser explorado por Geógrafos, Economistas, Internacionalistas e Cientistas Políticos, à luz da compreensão do próprio Planeta do e no terceiro milênio. Afinal, esta região do mundo é espelho às práxis das outras nações.

Migrações na Bacia do Prata: aspectos gerais

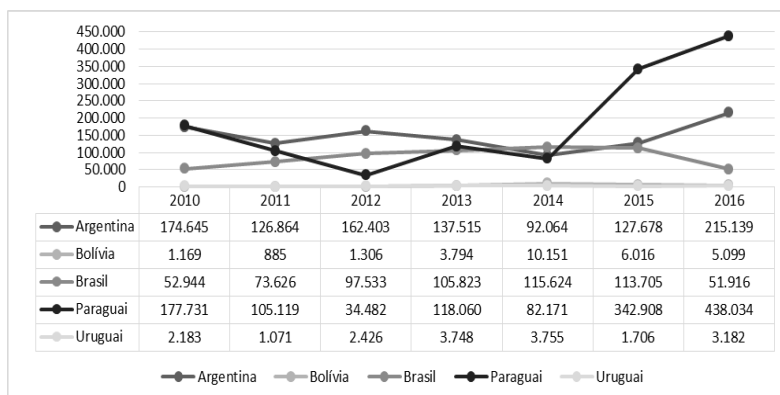
Nesta seção faremos uma breve análise dos aspectos gerais e do panorama das migrações internacionais nos cinco Estados da Bacia do Prata.

Esta parte do texto é relevante no sentido em que fornece o pano de fundo para o entendimento das dinâmicas migratórias dos haitianos e senegaleses que discutiremos nas duas seções subsequentes.

Nesse sentido, destaca-se que a compilação dos dados quantitativos migratórios no sistema americano vem recebendo especial destaque nos últimos anos, com distinção aos estudos realizados por organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (2015), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Organização Internacional para as Migrações (2012) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2012), o que demonstra o engajamento institucional nestas questões de integração regional e territorial no âmbito da Bacia do Prata e, por conseguinte, voltadas às migrações.

Em relação à variação das migrações internacionais nestes cinco países, o Gráfico 1 a seguir aponta as tendências verificadas, influenciadas pela própria dinâmica cíclica em tela:

GRÁFICO 1 – Ingresso anual de imigrantes nos países da Bacia do Prata



Fonte: Dados compilados pelo autor a partir das informações quantitativas obtidas com os seguintes órgãos: Dirección Nacional de Migraciones (Argentina), Dirección General de Migración (Bolívia), Departamento de Policía Federal (Brasil), Dirección General de Migraciones (Paraguai), Dirección Nacional de Migración (Uruguai), Instituto Nacional de Estadística (Uruguai).

Estes quantitativos – que não comportam o estoque migratório de cada país, feita esta ressalva metodológica –, indicam, portanto, o alto grau de remigrações no íterim da Bacia do Prata, sendo o Brasil o que chamamos de polo de atração inicial de caribenhos e africanos, Argentina e Paraguai os polos intermediários (ou secundários), e Bolívia e Uruguai, os *destinos de alternativa transitória* (DAT), que discutiremos em cada subseção a seguir, por país.

Argentina

Apesar dos *booms* imigratórios vivenciados tanto pelo Brasil como pelo Paraguai no período analisado de 2010 a 2016, a Argentina, segunda maior economia platina, observou um crescimento nos seus fluxos imigratórios a partir de 2014, naquele ano ingressaram 92 mil imigrantes, em 2015 foram 127 mil e em 2016, 215 mil.

Segundo os dados levantados pelo *Sistema Continuo de Reportes sobre Migración Internacional en las Américas*, da Organização dos Estados Americanos, a população imigrante na Argentina corresponde a cerca de 4,5% da população total do país, um índice elevado para os padrões latino-americanos e semelhante ao de outros países da União Europeia. Entre 2010 e 2016, nosso período de análise, a Argentina recebeu 1,03 milhões de imigrantes econômicos.

Em novembro de 2006 o então diretor da OIM, Brunson McKinley, reconheceu o caráter modernizador e inovador da nova lei migratória argentina “Pátria Grande” como “exemplo mundial” (INFOBAE, 2006), sendo uma das legislações mais modernas e receptivas aos imigrantes no contexto do Hemisfério Sul – apesar das novas alterações restritivas impostas pela administração de Mauricio Macri em 2017 –, possibilitando assim a observância da diversidade dos principais grupos imigratórios naquele país, tal como no Brasil. Outro ponto que merece destaque neste breve compilado acerca do panorama das migrações internacionais para a Argentina é os pontos de ingresso destes imigrantes, que se dão majoritariamente nas fronteiras terrestres do país com a Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, justamente seus vizinhos platinos.

De acordo com o documento “*Panorama Movimientos Migratorios*” da Direção Nacional de Migrações (ARGENTINA, 2016), aproximadamente 80% dos fluxos imigratórios na Argentina se dão pelas fronteiras terrestres do país com os demais países da Bacia do Prata.

Deste modo, ao contrário do Brasil, que teve reconfiguradas as suas fronteiras terrestres a partir da dinamização das migrações internacionais, a Argentina observou uma potencialização das redes de migração e atendimento aos imigrantes e refugiados nos seus postos fronteiriços terrestres, conforme indica Caggiano (2003) em sua obra.

Destacamos, por fim, a infraestrutura física e institucional argentina que serve de molde aos demais países platinos na atenção migratória, ao passo em que comporta, conforme visto, um estoque imigratório multicultural e diverso, uma legislação moderna, um aparato fronteiriço qualificado e práticas transfronteiriças retratada na própria cultura e economia macrorregional, que encontrarão um imenso contraste na subseção a seguir, com a análise da realidade imigratória da Bolívia.

Bolívia

O Estado Plurinacional da Bolívia, juntamente com o Uruguai, é um dos *destinos de alternativa transitória*, ou DAT, conforme mencionado

anteriormente, no íterim da Bacia do Prata, isto é, não é o principal destino ou opção dos migrantes internacionais neste século XXI, mas sim um território transitório alternativo, surgido a partir de experiências de remigração nos seus vizinhos, nomeadamente Brasil e Argentina.

Ainda em comparação com os outros cinco Estados platinos, a Bolívia é aquela que apresenta o segundo menor fluxo imigratório no período de 2010 a 2016, saltando de 1.169 imigrantes em 2010 para 10.151 em 2014 e posterior declínio nos dois anos subsequentes. Contabiliza-se, portanto, um número total de 28 mil imigrantes temporários e permanentes neste período de 6 anos, irrelevante para o contexto latino-americano, mas pertinente quando da análise dos grupos que o compõem.

A Organização dos Estados Americanos (2015) aponta que a imigração na Bolívia variou entre 18 e 27 mil indivíduos entre 2010 e 2012, chegando a 22 mil em 2013, com crescimento constante a partir de então. Ainda, mais de 50% da imigração temporária se deve a acordos internacionais, essencialmente no âmbito do Mercosul.

Outro fator que caracteriza a singularidade da Bolívia no âmbito platino, é o seu papel como território de trânsito para os fluxos potencializados de caribenhos, asiáticos e africanos com direção ao Brasil, Argentina e Paraguai – o próprio Paraguai ainda mantém esta característica, mas em menor grau. Não obstante, à esteira destes fluxos transitórios, o governo populista de Evo Morales agiu em prol de uma reformulação da legislação migratória nos últimos vis-à-vis o papel que as migrações possuem na própria economia do país, ainda que transitórias.

Ainda segundo a Organização dos Estados Americanos (2015), as remessas financeiras representam cerca de 5% do Produto Interno Bruto boliviano. Por exemplo, em 2013, a Bolívia recebeu 1,18 bilhões de dólares em remessas de migrantes, o que representou um aumento de 8% em comparação ao ano anterior, superando inclusive o que se verifica nos outros quatro países platinos.

Desde 2012 a nova lei de migrações e refúgio da Bolívia privilegia em seus artigos a proteção dos migrantes (econômicos e refugiados), onde se destacam os seguintes direitos: reunificação familiar, participação em eleições municipais, liberdade de culto e religiosa, assistência de intérpretes, além de reconhecer as manifestações políticas e associações de imigrantes e o reconhecimento expresso da migração motivada por mudanças climáticas, algo até então inédito em todo o sistema americano, o que acabara por privilegiar o trânsito de haitianos e senegaleses naquele país, conforme veremos nas próximas seções.

Apesar destas inovações jurisprudenciais, a Bolívia ainda é o país com menor índice de desenvolvimento humano na Bacia do Prata, com severas deficiências de infraestrutura econômica, social, política e institucional,

refletidas na própria dificuldade de se obter os dados para a construção desta pesquisa, conforme já mencionado anteriormente.

O papel deste país andino no contexto platino não se restringe, apesar destas reminiscências do subdesenvolvimento, ao foro econômico ou legal das migrações – permanentes, temporárias ou transitórias – mas também ao logístico, conforme percebeu-se em pesquisas de campo realizadas àquele país em agosto de 2014 e maio de 2015, já que é o principal provedor do transporte dos “novos grupos” com direção ao Brasil.

Para finalizar esta subseção da Bolívia, cabe ressaltar ainda que o país é aquele que possui o maior número de seus nacionais – ou expatriados, conforme a literatura corrente – nos demais Estados da Bacia do Prata, estando sempre entre os cinco maiores grupos de imigrantes, refugiados e asilados políticos na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, justamente devido ao caráter de instabilidade política e subdesenvolvimento econômico e social daquele país ricamente multicultural e multiétnico.

Brasil

Dos cinco Estados que compõem a Bacia do Prata na nossa acepção, o Brasil é aquele com a maior extensão territorial, população, Produto Interno Bruto, e com as maiores particularidades – e crises – relacionadas à dinâmica migratória das últimas duas décadas: um verdadeiro gigante, um *regional power*.

Constituído desde o início do século XVI pelas mais variadas etnias, nacionalidades e povos, por meio de migrações forçadas (a escravidão), econômicas e vinculadas ao refúgio das duas Grandes Guerras e da própria fome, o Brasil e sua sociedade se definem hoje como multiculturais; definição esta que é acompanhada pelos fluxos migratórios em crescimento (duplicados) entre 2010 e 2014 e declinantes a partir da maior crise econômica e política que atingiu o país em 2015, culminada com a destituição da presidente Dilma Rousseff por meio de processo de impeachment altamente contestado.

Os dados obtidos junto à Polícia Federal nos mostram claramente uma ruptura também nos fluxos migratórios em 2016 (51 mil imigrantes), que caíram pela metade, quando comparados com o ano anterior (113 mil imigrantes em 2015), porém, mesmo assim, o Brasil foi o país que mais recebeu proporcionalmente imigrantes no Hemisfério Sul desde o ano de 2007 (UEBEL, 2015).

No que se refere à inserção das migrações transnacionais para o Brasil no contexto da Bacia do Prata, não se pode olvidar a reconfiguração – ou resignificação – das fronteiras terrestres nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do país, que passaram a ser a principal porta de entrada dos fluxos de caribenhos, africanos, asiáticos e dos próprios mercosulinos e andinos, tradicionais migrantes desde o século XVIII.

Se antes as migrações com destino ao Brasil se davam majoritariamente via fluvial, como no caso dos alemães, italianos e japoneses no século XIX, ou

ainda via aérea, como o caso dos palestinos, sírios e afegãos no limiar do século XXI, agora são as estradas – muitas não pavimentadas – que conduzem os sonhos e motivações de haitianos, senegaleses, bengalis, malaios e tantos outros grupos com direção às regiões Sul e Sudeste do país.

Rückert; Carneiro Filho e Uebel (2016) apontam a ocorrência de *booms* imigratórios no Brasil a partir do seu próprio crescimento econômico atrelado a uma política externa ativa e altiva (AMORIM, 2015) e a uma agenda migratória mais receptiva que a de outros *regional powers* como Canadá e Austrália, por exemplo, e não tão excludente como a do Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia e seus membros.

Entretanto, com a crise política iniciada logo após a reeleição de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, em outubro de 2014 – período coincidente com a retomada da Estratégia Nacional de Migração, por meio da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio – e com seu auge em 2016, com a sua destituição contestada definitiva, os reflexos se reverberaram em o que chamamos de ciclos de crises: crise política → econômica → laboral → social → migratória.

Neste diapasão, o índice de desemprego no Brasil saltou de 6,7% em 2010 – menor que a maioria dos países do bloco europeu – para 8,4% em 2015, 11,5% em 2016 e 13,7% no primeiro trimestre de 2017, com impactos diretos nas demissões de imigrantes, seguindo a lógica apontada pela própria Organização Internacional do Trabalho pela OCDE.

Se antes o Brasil era considerado um eldorado (SILVA; ASSIS, 2016), a partir de 2015 torna-se um pesadelo para imigrantes e seus familiares, que apostaram suas economias de vida e esforço físico e mental para cruzar continentes em busca de uma oportunidade de vida e previdência melhor, levando a um fenômeno conhecido como as remigrações.

As remigrações, isto é, a imigração de um imigrante estabelecido em um país para outro que não o seu de origem – não confundir com retornados – neste caso se deram para a Argentina, Uruguai e Paraguai, ou seja, os vizinhos platinos mais próximos e com melhores índices econômicos e de empregabilidade, além do longínquo Canadá e do tradicional Estados Unidos, conforme veremos nas próximas seções.

Para finalizar, durante a incomum administração de Michel Temer – então vice-presidente de Dilma Rousseff e seu *running mate* em 2010 e 2014 – foi aprovada a nova lei de migrações, Lei n. 13.445 de 24 de maio de 2017, substituindo o texto do Estatuto do Estrangeiro, datado ainda do período ditatorial, defasado e não condizente com a realidade migratória (e democrática) do país.

Apesar dos esforços e avanços advindos da nova Lei de Migração, artigos importantes foram vetados pelo presidente da República, com popularidade menor que o índice de desemprego, à luz da ironia política e econômica que vive no país, a despeito de uma aventurada “ameaça à soberania

e segurança nacional” com a chegada de estrangeiros, nas palavras presidenciais no veto da referida lei, demonstrando aí total desconhecimento da nova realidade imigratória do Brasil: um país de emigrantes e remigrantes, e com um estoque imigratório representando cerca de apenas 0,9% de sua população total, repercutindo diretamente nos demais Estados platinos, conforme será abordado.

Paraguai

O Paraguai é um dos países que mais chama a atenção dos analistas de Relações Internacionais, geógrafos e economistas neste início de século, em virtude da dinamização da sua política, economia e território, especialmente se comparado com os demais países platinos e latino-americanos.

Uma democracia estável, apesar do golpe legislativo que destituiu Fernando Lugo em 2012, uma economia com crescimento maior que o do seu vizinho Brasil e índices de empregabilidade, desenvolvimento humano e econômico em elevação apontam o Paraguai com o país que mais recebeu imigrantes na Bacia do Prata entre 2010 e 2016, cerca de 1,3 milhões de imigrantes; aquele país teve um salto de 82 mil imigrantes em 2014 para 341 mil em 2015 e 438 mil em 2016.

Juntamente com a Argentina, o Paraguai se configura como um destino secundário das migrações internacionais, neste caso as remigrações, após o primeiro *boom* vivenciado pelo Brasil em 2010. Os dados oficiais obtidos com a Dirección General de Migraciones do Paraguai, apontam seguramente a ocorrência de dois *booms* subsequentes no Paraguai, nos anos de 2015 e 2016.

Segundo Oddone et al. (2011), e corroboramos a sua hipótese, o Paraguai absorveu não apenas as remigrações de haitianos e senegaleses, mas também um grande influxo de bolivianos, taiwaneses (o país não mantém relações diplomáticas com a China comunista), sírios, palestinos e, mais recentemente, venezuelanos refugiados da ditadura de Nicolas Maduro.

Há que se ressaltar que o Paraguai era e ainda é um tradicional emissor de migrantes para o Brasil, Estados Unidos e Espanha, mas pela primeira vez desde a sua colonização, o país recebe mais imigrantes do que envia, refletindo uma dinâmica até então inédita.

Em relação ao território paraguaio, salientamos também a sua importância estratégica no contorno sul-americano, como uma “fronteira” entre as nações mercosulinas e andinas. Conforme veremos nas cartografias das próximas seções, os fluxos de senegaleses e haitianos passaram em boa parte pelo Paraguai e suas fronteiras com o Brasil, Bolívia e Argentina.

A questão das políticas públicas voltadas aos imigrantes e deslocados forçados e políticos têm servido igualmente de referencial para as outras nações vizinhas, no âmbito do Mercosul, por exemplo, o governo paraguaio tem apresentado voz ativa nas discussões e grupos de trabalho pertinentes ao tema migratório.

A instituição de uma Comissão Nacional de Refugiados (CONARE) e parcerias bilaterais transfronteiriças na atenção de migrantes em deslocamento, inclusive de seus próprios nacionais, vem se refletindo na diminuição de dois ilícitos tradicionalmente verificados na Bacia do Prata: o contrabando e o tráfico de pessoas. A fronteira paraguaia-brasileira, nas cidades de Ciudad del Este (Paraguai) e Foz do Iguaçu (Brasil) viu um reforço físico e de recursos humanos nos seus postos de controle na última década.

Apesar da diminuição destas duas práticas, veremos nas seções dedicadas à análise das migrações senegalesa e haitiana, que muitos “coiotes” de nacionalidade paraguaia intermediaram estes fluxos com direção ao Brasil entre 2010 e 2014, o que acabou movimentando a própria economia paraguaia, ainda que de forma irregular e criminosa, já que esta disparou de -1,2% em 2012 para 14% em 2013, por exemplo.

Uruguai

Apesar de ser fala frequente nas conversas sociais – notadamente após as crises econômicas vivenciadas pela Argentina e pelo Brasil – a frase “vou me mudar para o Uruguai”, este país de pequeno território e com o terceiro maior IDH da América Latina, é um dos destinos de alternativa transitória para os migrantes internacionais no âmbito platino.

O país recebeu pouco mais de 18 mil imigrantes no período de 2010 a 2016, contingente considerado irrelevante se nos debruçarmos sobre outras nações de desenvolvimento e tamanho semelhante, como o próprio Suriname, na América do Sul, ou a minúscula Andorra na Europa. O país apresenta ainda um fluxo migratório constante, variando entre 1 mil e 3 mil imigrantes por ano.

Bengochea (2014) destaca que o pequeno fluxo migratório no e para o Uruguai se justifica mais pela falta de oportunidades laborais e construção de carreiras de longo prazo, do que por uma hipotética restrição do país aos migrantes internacionais, já que este é um dos Estados com o maior número de expatriados distribuídos pelo mundo.

Entretanto, o Uruguai possui uma importância geoestratégica nas relações e mobilidades transfronteiriças na Bacia do Prata, ao passo que, como a Bolívia, serve de território de trânsito para os grandes fluxos entre o Brasil e a Argentina, neste caso, e também como porto de chegada alternativo, via marítima, principalmente, para as migrações irregulares – ora classificadas erroneamente como clandestinas ou ilegais – de asiáticos e africanos que viajam frequentemente escondidos ou não registrados em navios mercantes.

Veremos na próxima seção que o Uruguai absorveu um número considerável de haitianos e senegaleses remigrados do Brasil ou não aceitos na Argentina, de forma majorada após 2015, inclusive em atenção à sua política de acolhimento aos migrantes forçados e deslocados.

Cabe ressaltar-se ainda o papel uruguaio na recepção e integração dos migrantes ex-prisioneiros da base norte-americana de Guantánamo, em Cuba,

estes de maioria árabe-muçulmana, que foram acolhidos pelo Uruguai após um comprometimento deste com os Estados Unidos, destacando-se aí o caráter humanitário que Montevidéu fornece às questões de mobilidade humana.

Por fim, a dinamização das fronteiras transnacionais de Brasil e Argentina com o Uruguai, normalmente consolidadas em praças, parques ou pequenas pontes, denota o caráter de mobilidade dos cidadãos mercosulinos entre estes três países platinos, muitos com dupla-cidadania ou até mesmo triplaidentidade, o que caracteriza de forma muito peculiar a cultura e economia do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, os departamentos de Artigas e Rivera, no Uruguai, e as províncias de Misiones, Corrientes e Entre Ríos, na Argentina, afetando inclusive o planejamento e ordenamento territorial destes países de forma conjunta e estruturada.

Imigração Haitiana na Bacia do Prata

Na seção anterior analisamos brevemente o perfil migratório dos cinco Estados que compõem a Bacia do Prata, isto é, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, a fim de termos um *background* para compreender os dois “fenômenos” migratórios que nos propusemos a discorrer neste capítulo, de haitianos e senegaleses, bem como suas dinâmicas no contexto platino.

Conforme ressaltado no início do texto, a imigração haitiana tanto na América Latina como na Bacia do Prata, de forma particularizada, não é o principal ou o maior fluxo migratório quando de uma análise das séries históricas de cada um dos países, entretanto, é um dos fluxos com maior crescimento e participação proporcional em um curto período de tempo, a partir de 2010, e com motivações distintas daquelas das migrações tradicionais de europeus e asiáticos, bem como dos próprios migrantes intra-regionais, por exemplo.

Deste modo, esta seção baseia-se nas discussões realizadas previamente por autores como Pinto (2015); Baeninger et al. (2016) e Evangelista (2016), que se debruçaram ante à imigração haitiana para o continente sul-americano sob diversos prismas, tais como econômico, demográfico, sociológico, histórico, político, legal e cultural; sendo estes excelentes referências e fontes de consulta complementares aos interessados no tema e correlatos.

Além disto, percebeu-se quando da pesquisa exploratória dos dados primários para a construção deste texto, uma agência maior de instituições governamentais dos cinco países platinos na tentativa de entendimento deste novo contexto migratório, referindo-se a questões de atuação bi e multilateral, bem como o uso de fóruns regionais para a discussão sobre a imigração haitiana.

Na literatura consultada não há, portanto, um consenso sobre diversos pontos que permeiam a imigração haitiana contemporânea, que para muitos possui inclusive outro nome: diáspora haitiana (HANDERSON, 2015); porém, procuraremos apresentar aqui as principais motivações e repercussões deste

interessante e desafiante (no sentido de formulação de agendas e políticas públicas e territoriais) fluxo migratório contemporâneo.

Miranda e Junqueira (2015) colocam que o cenário político, econômico e institucional do Haiti em meados dos anos 2000, após as décadas de ditaduras de François Duvalier (Papa Doc), Jean-Claude Duvalier (Baby Doc) e Jean-Bertrand Aristide – com “interregnos” aparentemente democráticos –, foram propícios para uma instabilidade nacional não permissiva ao desenvolvimento pleno dos seus habitantes, seja nas dimensões educacionais, seja nas dimensões sociais, financeiras e culturais.

Com o contexto de guerra civil que atingiu o Haiti até 2004 e a subsequente instalação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) em junho de 2004 e encerrada em abril de 2017, a população daquele país viu-se por mais de uma década restrita a um contexto territorial e político sem qualquer chance de melhoria ou estabilização, apesar desta apresentar índices satisfatórios – para os padrões caribenhos – de educação básica a superior e qualificação profissional.

Assim, no período de 2004, com a instalação da MINUSTAH sob o mandato do Brasil – como uma capilarização da então política externa ativa e altiva da administração Lula da Silva – até 2010, o Haiti viveu um período de reconstrução nacional, desde estradas e vielas, até instituições, universidades e a própria democracia do país, que realizou sua primeira eleição presidencial pós-golpe em 2006.

Contudo, a relativa estabilidade e reconstrução – ainda que lenta e burocrática – do Estado haitiano teve uma interrupção abrupta na tarde do dia 12 de janeiro de 2010, com o maior terremoto já ocorrido no território do Haiti em sua história, com magnitude de 7,0 na Escala de Richter, com epicentro apenas há 25 quilômetros da capital, Porto Príncipe.

Na ocasião do terremoto, o país fora totalmente destruído – em todos os sentidos da palavra –, matando cerca de 316 mil pessoas e desabrigando outras 1,5 milhões, isto é, mais de 10% da população total do país à época. Além da morte de milhares de civis e militares participantes da MINUSTAH, o sismo ainda matou o chefe da operação no país, Hedi Annabi, bem como a médica gaúcho-brasileira Zilda Arns, coordenadora internacional da Pastoral da Criança, e então potencial candidata ao prêmio Nobel da Paz, causando grande comoção internacional à época.

Faz-se este breve resgate histórico e contextual do Haiti, a fim de termos um ponto de partida para a compreensão deste fenômeno migratório com destino ao denominado “Sul Global”, em virtude de que, até então, as migrações haitianas se davam majoritariamente para quatro países: República Dominicana, Estados Unidos, Canadá e França, em menor parte ainda para a Bélgica e Cuba.

Por quê migrar para o Brasil? Este foi o principal questionamento realizado após a chegada em massa de haitianos no país a partir de 2012, onde

acadêmicos, governos e ativistas não conseguem chegar até hoje a um denominador comum com uma explicação consensual.

Se as motivações parecem ainda conturbadas e não claras, a escolha pelo Brasil levanta ainda mais questionamentos. No escopo de motivos que levaram os haitianos a emigrarem – isto é, ainda sem a escolha de um país quando do processo decisório – Mejía e Simon (2015) encontraram as seguintes respostas: necessidade de um emprego imediato; sair do país totalmente destruído, sem nenhuma perspectiva; buscar uma oportunidade melhor para a família; medo de outras catástrofes naturais (o Haiti viria a sofrer ainda com os efeitos destruidores do Furacão Matthew em outubro de 2016); perseguição política; propaganda e atratividade do Brasil por meio da atuação das forças armadas brasileiras; etc.

Estas motivações, que causaram desorientação nos pesquisadores quando nas primeiras análises sobre a imigração haitiana, ainda entre 2010 e 2012, tiveram um efeito ainda maior na recepção destes grupos no Brasil, em um primeiro momento, entre 2012 e 2014, e nos demais países platinos a partir de 2015. Qual era a classificação dos haitianos migrantes? Refugiados, imigrantes econômicos, asilados, irregulares?

A literatura e o próprio ordenamento jurídico encontram dificuldades para definir estes imigrantes, já que são provenientes de um país assolado por catástrofes naturais (refugiados ambientais), políticas (asilados ou refugiados políticos) e econômicas (imigrantes econômicos). A solução encontrada pela administração de Dilma Rousseff, e replicada posteriormente por Argentina e Uruguai, foi a concessão do visto humanitário, um aparato legal e consular entre o status de refugiado e a imigração regular, com posterior autorização de permanência no território brasileiro.

Uebel (2015) identifica que as rotas utilizadas pelos haitianos percorreram praticamente todo o território sul-americano, sem mencionar as outras vias utilizadas pelos haitianos no Norte do continente, por meio da Venezuela e as três Guianas, ingressando no Brasil pelos estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, mas em grau e intensidade muito menor (HANDERSON, 2015).

Verificou-se que a Bolívia, apesar das restrições ao ingresso dos haitianos, que se reflete na própria negativa das autoridades daquele país em fornecer dados estatísticos sobre esta migração, bem como o Paraguai e Uruguai, serviram de países de trânsito antes da chegada aos destinos finais, Argentina e Brasil.

Entretanto, a transitoriedade comporta ainda, conforme a Tabela 1, a fixação dos haitianos nestes países, especialmente após o agravamento das crises no Brasil em 2015:

As fronteiras terrestres entre Brasil/Uruguai/Argentina e entre Paraguai/Bolívia e Paraguai/Bolívia/Brasil foram ressignificadas com a chegada

em grandes contingentes dos quase 60 mil haitianos no período analisado, apesar do Brasil ainda ser o principal país de destino.

TABELA 1 – Fluxo migratório de haitianos nos países da Bacia do Prata – 2010/2016

País/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Argentina	86	187	206	162	282	329	366	1.618
Bolívia	673	232	214	354	105	146	100	1.824
Brasil	111	480	4.281	5.611	10.691	14.533	20.626	56.333
Paraguai	37	46	37	38	84	106	88	436
Uruguai	38	32	91	97	85	89	84	516

Fonte: Dados compilados pelo autor a partir de Handerson (2015).

Informações oficiais indicam que a Bolívia recebera cerca de 1.824 imigrantes haitianos entre 2010 e 2016, porém, com apenas 29 autorizações de residência permanente para o período, o que caracteriza o país como um DAT, dadas as suas condições socioeconômicas existentes, pouco superiores e atrativas se consideras aquelas do próprio Haiti, país emissor.

Ademais, a Argentina foi o terceiro país com o maior número de imigrantes haitianos, muitos destes remigrados do Brasil a partir do início da crise de 2014, chegando a um contingente de quase 2 mil imigrantes vivendo na grande Buenos Aires, o que não evitou, por exemplo, episódios de xenofobia.

O Uruguai e o Paraguai juntos receberam quase mil haitianos, majoritariamente advindos dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, demitidos após o encerramento de atividades de frigoríficos e demais indústrias naquelas regiões; nestes dois países, os haitianos se dividem em dois grupos: a) aqueles que buscam novas oportunidades de emprego e tentativa de permanência; e b) aqueles que solicitam asilo, refúgio ou visto de imigrante nas embaixadas norte-americana e canadense em Montevidéu e Assunção.

Nas regiões de fronteira, verificou-se praxis transnacionais muito interessantes dos haitianos, tais como costumes religiosos, culturais e sociais adaptados de sua origem, o Haiti, e com uma roupagem daqueles lugares onde se instalaram inicialmente no Brasil, como por exemplo, o hábito de tomar chimarrão; não raro se verifica nas ruas de Rivera (Uruguai), La Plata (Argentina) ou Assunção (Paraguai), haitianos-gaúchos, que têm conhecimento da língua portuguesa e histórias vividas no Brasil, agora replicadas nos seus vizinhos platinos.

Para encerrar esta seção, identificamos ainda outra dinâmica surgida após o influxo migratório haitiano: a criação de agendas e grupos de trabalho comuns entre os países da Bacia do Prata, integrados por forças armadas e policiais, diplomatas, universidades, associações empresariais e ONGs dos cinco países, a fim de criar uma “semi-política” regional na atenção dos haitianos, conforme Giraldi (2013).

Apesar de não ser uma das principais imigrações na Bacia do Prata – os mercosulinos internos ainda são os principais, seguidos de portugueses, espanhóis e norte-americanos! – a migração haitiana dinamizou as fronteiras, governos e sociedades dos países a que se destinou, buscando uma reconstrução e reestruturação, encontrando, entretanto, cenários opostos aos seus sonhos e imaginários, na maioria das vezes; acabando por demandar, assim, reordenamentos territoriais próprios e ajustes governamentais emergenciais.

Imigração Senegalesa na Bacia do Prata

Se a imigração haitiana na Bacia do Prata fora caracterizada pela sua intensidade e pelas práticas transnacionais, conforme discutido na seção anterior, veremos agora que a imigração senegalesa, ainda que numericamente irrelevante – cerca de 7,5 mil imigrantes entre 2010 e 2016 -, tem na sua visibilidade e repercussões territoriais um destaque que merece ser analisado nesta seção.

O Senegal está localizado na costa oeste do continente africano, distante 3 mil quilômetros do ponto mais ocidental da América do Sul, mas até 7 mil quilômetros das regiões para onde migraram, separados pelo gigante Oceano Atlântico, ligados historicamente pelo colonialismo europeu, pelo crime da escravidão e pelas culturas e religiões de matriz africana que ganharam muitos adeptos e admiradores nos cinco países platinos.

Com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,494, considerado baixo desenvolvimento e um Coeficiente de Gini de 40,3, considerado médio, o Senegal é uma das nações mais multiculturais, multiétnicas e multi-religiosas da África, com doze línguas nacionais, dentre elas a francesa, resquício do colonialismo francês.

Apesar destes indicadores, o Senegal é um dos Estados mais democráticos da África e, segundo a Freedom House (2012), o país nunca teve um golpe de Estado em sua história, evento constante na política daquele continente, com regimes ditatoriais existentes até hoje, como no Zimbábue, por exemplo.

Um ambiente democrático estável e uma economia em desenvolvimento, ainda que baixo, teoricamente propiciariam território fértil ao crescimento do país, seu mercado de trabalho e suas instituições, entretanto, não é o que se verifica no caso do Senegal.

Nesse sentido, a imigração senegalesa registra desde a década de 1960 um intenso fluxo com direção ao Canadá, França, Bélgica e Itália, com seus partícipes migrando em busca de oportunidades melhores de emprego, educação, previdência e renda. De religião predominantemente muçulmana, não encontraram dificuldade também para migrar em direção a outros países muçulmanos, como o Marrocos – este um ponto na rota entre o Senegal e a Bacia do Prata -, e também nações árabes, do sudeste asiático e a própria Rússia.

A historiografia destaca que a migração senegalesa pode ser dividida em diferentes etapas, ou “ondas”, desde a formação do Estado nacional senegalês em 1960, mas também antes da existência deste, por meio das migrações forçadas de escravos, conforme Santos (2010).

Não é errôneo afirmar, portanto, que as sociedades Argentina, brasileira, uruguaia e paraguaia possuem em seu DNA genético, étnico e histórico-cultural, traços e genes senegaleses, uma discussão longa que não adentraremos neste capítulo, mas a colocamos apenas como lembrete das próprias origens destes Estados platinos, muitas vezes colocados, de forma proposital e político-racial, como países “europeus-sul-americanos”, fertilizando ideários separatistas no ínterim de suas fronteiras transnacionais.

Ao contrário da imigração haitiana, fomentada basicamente por um tríduo catastrófico político, econômico e ambiental, a imigração senegalesa pode ser definida como uma mobilidade de oportunidades, termo que cunhamos após a leitura de Herédia (2015) e Tedesco e Kleidermacher (2017). Apesar dos registros estatísticos de Argentina e Brasil, principalmente, comportarem pedidos de refúgio e asilo político por parte dos senegaleses, pode-se afirmar com precisão que todos os migrantes desta nova geração, pós-2014, possui única e exclusivamente motivação econômica.

Entretanto, a Bacia do Prata não foi a primeira alternativa para este grupo, dadas as longas distâncias que separam o ponto de origem e o de destino, bem como os elevados custos de transporte e acomodação durante o trânsito migratório, realizado sempre via aérea entre os continentes, e via aérea e terrestre no interior da América do Sul.

A América do Sul e a Bacia do Prata, mais especificamente, não eram os destinos que apareciam no topo de prioridades dos senegaleses em vias de emigrar, pelo contrário, muito pouco se sabia sobre estes países, exceto a sua tradição no futebol, as telenovelas e a realização da Copa do Mundo da FIFA no Brasil em 2014. Foi justamente este evento esportivo e a imagem criada pelas telenovelas que colocaram o Brasil e Argentina na rota da imigração senegalesa contemporânea.

Com as políticas de migração e controle fronteiro cada vez mais restritivas na União Europeia, face aos fluxos em massa dos seus conterrâneos sudaneses, somalis e líbios, e as cotas impostas anualmente pelo Canadá, os senegaleses viram-se inseridos num paradoxo já estudado por Rocha-Trindade (1995): para onde migrar?

Contudo, os cenários sul-americanos pareciam convergir com os anseios de senegaleses que buscavam um mercado para as suas mercadorias e um emprego para suas habilidades profissionais. Uebel (2015) identificou que a maioria possui curso superior e a proficiência em mais de dois idiomas -, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil parecia ser a grande oportunidade de migrar regularmente – ainda que temporariamente – no gigante sul-americano.

Como política do governo Dilma Rousseff a fim de facilitar o ingresso de turistas ainda na Copa das Confederações de 2013, a isenção de vistos para todas as nacionalidades foi um ponto facilitador na decisão de migrar para uma alternativa além da União Europeia e do Canadá; a Argentina, em igual pujança, também facilitara o trânsito de turistas à época, por que não estender o passeio do Rio de Janeiro até Bariloche?

Tais políticas de isenção de vistos foram de fato determinantes para o grande influxo de não apenas senegaleses, mas também de ganeses, que não viajavam para acompanhar exclusivamente as suas seleções de futebol, mas sim para arriscar uma nova vida, em países que consideravam seguros, estáveis e receptivos, o que se provou um equívoco anos depois. A Tabela 2 traduz estes contingentes em mobilidades:

TABELA 2 – Fluxo imigratório de senegaleses nos países da Bacia do Prata – 2010/2016

País/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Argentina	25	9	4	1.579	1.497	1.170	1.191	5.475
Bolívia	0	86	447	27	101	18	21	700
Brasil	23	14	30	25	349	409	190	1.040
Paraguai	4	2	3	15	6	12	39	81
Uruguai	15	5	28	20	68	35	27	198

Fonte: Dados compilados pelo autor a partir de Uebel (2015).

Ao contrário de todo o destaque midiático dado pela imprensa brasileira, que chegou ao ponto de noticiar as chegadas diárias de senegaleses nas rodoviárias do estado do Rio Grande do Sul, não foi o Brasil que recebeu o maior número de imigrantes, mas sim a Argentina, quase 5 mil indivíduos e seus familiares em seis anos, cinco vezes mais que o seu vizinho.

Estes números ainda desmistificam outra questão que era consenso entre pesquisadores brasileiros: a nova imigração senegalesa deu-se primeiro para a

Bolívia em 2012, posteriormente para a Argentina em 2013 e só em 2014 o Brasil passou a registrar um grande ingresso migratório. Não apenas intrigantes, mas igualmente reveladores tais números obtidos com os órgãos oficiais dos países platinos.

O Paraguai com os seus 81 senegaleses em seis anos é irrelevante na questão numérica, sendo apenas um território de trânsito entre as grandes dinâmicas migratórias de Bolívia/Argentina/Brasil; igualmente o Uruguai não recebe tanto destaque, já que recebera senegaleses remigrados tanto do Brasil como da Argentina nos últimos anos, ou aqueles que não conseguiram os status de refugiados em ambos os países.

Ademais, vencendo os vistos temporários concedidos por Buenos Aires e Brasília, muitos senegaleses viram sua condição regular transformar-se em irregularidade e à mercê de deportações e perda dos seus empregos, o que levou a dois movimentos: a) a solicitação de refúgio, negado quase que imediatamente, já que não há evidências de violações graves de direitos humanos no Senegal, bem como perseguições políticas; b) a solicitação de residência permanente ou a remigração entre Brasil, Argentina e Bolívia, aumentando os prazos dos vistos de turista, logo, suas condições de permanência.

Como atestam os números apresentados, esta estratégia não vingou na Bolívia, com políticas migratórias de certa forma restritivas, aliadas a um cenário não atrativo ou permissivo à permanência dos senegaleses nas regiões de Santa Cruz de La Sierra e La Paz; porém, na Argentina uma política nacional ainda no final do governo populista de Cristina Kirchner permitiu sua regularização e atenção estatal.

Com o agravamento das crises no Brasil, cerca de 80% dos senegaleses empregados formalmente foram demitidos, somando assim um grande contingente de trabalhadores informais, vendendo mercadorias provenientes de descaminho e contrabando – vide-se aí a relação transnacional e transfronteiriça da lógica do capital migrante – nas ruas das grandes cidades do Sul e Sudeste brasileiro, bem como no litoral de boa parte do país, de Rio Grande até o Guarujá.

Nesse sentido, o Brasil viu uma redução drástica na imigração dos senegaleses entre 2015 e 2016, ao contrário da Argentina, que apresenta desde o *boom* de 2013, um fluxo constante, sem tendências de diminuição. Esta transformação é perceptível nas fronteiras dos dois países, destacadamente em Uruguaiana/Paso de Los Libres e Foz do Iguaçu/Puerto Iguazú, se antes o fluxo era da Argentina para o Brasil, agora é o contrário, com diferentes expectativas também.

Esta redinamização da imigração senegalesa é um acontecimento ímpar na história platina: um fluxo rápido, intenso, chamativo (pelo menos por parte da mídia) e em constante transformação em um curto período de tempo, menos que uma década. Finalizando a seção, ainda destacamos a parte perversa desta

imigração pontuada por tantas nuances e dinâmicas territoriais: a xenofobia, a construção de muros e barreiras e os discursos de ódio e aversão encontrados por estes migrantes nos cinco países da Bacia do Prata, além da inexistência de uma política *pari passu* a dos haitianos por parte dos entes governamentais.

Valluy (2008; 2016) coloca isto como uma escolha política inserida num contexto de xenofobia governamental, o que analisaremos na próxima seção. Entretanto, o território dos fluxos intercontinentais e intra-regionais experimentou uma rica faceta da dinamização cultural afro-americana, além de experiências igualmente ricas para as pequenas comunidades que acolheram estes imigrantes, contrastando as perversidades supramencionadas.

Considerações Finais

Ao longo deste capítulo enumeramos os quantitativos imigratórios para os cinco países que compõem a Bacia do Prata, a saber, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai; cinco Estados formados por uma colonização hispano-portuguesa, pelos seus povos originários, desde tupis, guaranis até os incas, pelas migrações forçadas de escravos africanos e pelas migrações econômicas e refúgios de europeus, árabes, asiáticos e até mesmo de outros povos latino-americanos.

Vimos que apesar do caráter multicultural das sociedades platinas, as imigrações recentes, denominadas de “novos grupos”, tais como os senegaleses, haitianos, bengalis e malaios, além dos refugiados sírios, receberam um tratamento diferenciado pelas sociedades acolhedoras, bem como por parte das políticas públicas governamentais de Buenos Aires, Brasília, La Paz, Assunção e Montevideú.

Não apenas o escopo cultural-jurídico viu transformações a partir dos novos influxos, ou das novas roupagens migratórias, mas também o território dos Estados platinos percebeu uma reconfiguração profunda das fronteiras nacionais e dos espaços transfronteiriços regionais, a fronteira terrestre platina ganhou um novo papel econômico, institucional, político e militar em relação ao boom das migrações do século XXI.

Os números dos fluxos imigratórios obtidos junto aos órgãos oficiais dos cinco países estudados indicaram diversas subjetividades, até então tidas em consenso pelo senso comum e inclusive pela academia como inverdades ou contra-verdades expostas. Por exemplo, identificamos que o Brasil recebera menos imigrantes que o Paraguai e Argentina entre 2010 e 2016, ao passo em que a Bolívia foi o segundo país com a maior imigração de haitianos e a Argentina com o maior influxo de senegaleses.

Mas estas considerações finais não se restringem apenas ao quantitativo numérico das imigrações, pois é sabido que a América Platina foi e sempre será um destino das grandes migrações, a depender dos ciclos intrínsecos a estas e da

própria dinamização da globalização e do capitalismo interestatal e multi-societal.

Entretanto, a atenção se volta diretamente à dinamização da globalização e suas repercussões nas práxis regionais verificadas na Bacia do Prata, tais como a ascensão de movimentos separatistas, anti-imigração, xenofobia governamental e contestatária, nacionalismo e regionalismo supremacista. São estas questões, ligadas por um fio condutor aos temas de migrações e fronteiras, que chamam a atenção dos demógrafos, geógrafos, internacionalistas e politólogos, são elas que merecem igual destaque por parte dos agentes públicos.

A Bacia do Prata, segundo o nosso entendimento a partir da leitura das dinâmicas migratórias e territoriais, neste curto período de tempo analisado, apresenta um potencial econômico e estrutural gigante dentro do escopo do “Sul Global” e das relações Sul-Sul, porém, movimentos ora adormecidos ou restritos a pequenos grupos, sob influência de seus pares do “Norte”, podem ameaçar os programas de integração regional, planejamento territorial interestatal e intra-regional, bem como tirarem o já construído caráter de acolhimento aos migrantes e refugiados – apesar de todas as suas deficiências – como um modelo alternativo às grandes potências que, se enfrentam crises atualmente, são originárias justamente destes sentimentos nascituros no ínterim de suas sociedades.

A reconfiguração e ressignificação das fronteiras platinas podem servir de base para um novo entendimento e esclarecimento em relação às imigrações recentes, especialmente à sociedade civil e à imprensa, a fim de evitar-se tais sentimentos supracitados e, por conseguinte, fomentar ainda mais as potencialidades destes cinco Estados platinos, condutores de todo um desenvolvimento regional, cultural, político e historicamente contestatório. Não se trata de reescrever a história a partir das novas migrações, mas sim de reescrever a percepção das migrações a partir da história e suas lições.

Referências

AMORIM, C. **Teerã, Ramalá e Doha**: memórias da política externa ativa e altiva. São Paulo, SP: Benvirá, 2015.

ARGENTINA. Dirección Nacional de Migraciones. **Panorama movimientos migratorios**. Buenos Aires, Argentina, 2016. Disponível em: <http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/estadisticas/panorama_mov_migratorios_2016.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

BENGOCHEA, J. **Inmigración reciente en Uruguay: 2005-2011**. 2014. 161f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Demografía y Estudios de Población, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La República, Montevideo, 2014. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/bitstream/123456789/8151/1/TUM_BengocheaJulieta.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

- BRASIL. Decreto n. 67084, de 19 de agosto de 1970. Promulga o Tratado da Bacia do Prata. **Tratado da Bacia do Prata**. Brasília, DF, 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/anexo/and6708470.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- CAGGIANO, S. Fronteras múltiples: reconfiguración de ejes identitarios en migraciones contemporáneas a la Argentina. **Cuadernos del IDES**, Buenos Aires, Argentina, n. 1, p. 3-24, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.umsa.bo/bitstream/handle/123456789/1436/L001010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- CARNEIRO FILHO, C. P. **Fronteras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata**. Porto Alegre, RS: Ideograf, 2016.
- EVANGELISTA, I. D. **Del caribe haitiano a la argentina: trayectorias de cuerpos en movilidad humana pos terremoto 2010**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2016. (Serie Estudios sobre la pobreza y las desigualdades, n. 2). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/pobreza/20160307040904/Duffard.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- FREEDOM HOUSE. **In Senegal, years of frustration come to a head**. 2012. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/blog/senegal-years-frustration-come-head>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- GARCÍA, M. I. **Bajo la óptica del Estado: migrantes senegaleses y procesos de visibilización en Argentina (2005-2015)**. 2016. 237f. Tese (Doutorado) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/3268>>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- GIRALDI, R. **Brasil e cinco países se reúnem para conter ação de coiotes com imigrantes haitianos**. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2013/05/brasil-e-cinco-paises-se-reunem-para-conter-acao-de-coiotes-com-imigrantes>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- HANDERSON, J. **Diaspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. 2015. 429f. Tese (Doutorado) – Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-o4vWm2nGXBR0FYnKJsbDF3ZFE/view>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- HERÉDIA, V. B. M. (Org.). **Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil**. Caxias do Sul, RS: Belas-Letras, 2015.
- INFOBAE. **Elogian al plan Patria Grande como ejemplo mundial**. 2006. Disponível em: <<http://www.infobae.com/2006/11/11/285906-elogian-al-plan-patria-grande-como-ejemplo-mundial/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- MEJÍA, M. R. G.; SIMON, R. **Sonhos que mobilizam o imigrante haitiano: biografia de Renel Simon**. Lajeado, RS: Univates, 2015.
- MIRANDA, S. C.; JUNQUEIRA, M. J. S. Haitianos no Brasil: compreendendo o movimento migratório a partir da cidade de Cajamar/SP. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, SP, n. 18, p. 108-125, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/29800/20717>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- MOREIRA, J. B. Direito Internacional dos Refugiados e a legislação brasileira. In: RAMINA, L.; FRIEDRICH, T. S. (Org.). **Coleção Direito Internacional Multifacetado - Volume III: direitos humanos, guerra e paz**. Curitiba, PR: Juruá, 2014.
- ODDONE, H. et al. **Perfil migratorio de Paraguay**. Buenos Aires, Argentina: OIM, 2011. Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/perfilmigratoriodeparaguay.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

- OLIVEIRA, A. P. "**Tenemos miedo de nosotros mismos**": a construção social do medo em uma situação de conflito prolongado: os refugiados colombianos reassentados no Rio Grande do Sul. 2012. 123f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/102198>>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Migración internacional en las Américas**: tercer informe del Sistema Continuo de Reportes sobre Migración Internacional en las Américas (SICREMI) 2015. Washington, DC: OEA, 2015. Disponível em: <http://www.migracionoea.org/images/sicremi/SICREMI_SPANISH_web.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Rutas y dinámicas migratorias entre los países de América Latina y el Caribe (ALC), y entre ALC y la Unión Europea**. Bruxelas: OIM, 2012. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/rutas_migratorias_final.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Latin America and the Caribbean: migration analysis. In: _____. **Connecting with emigrants**: a global profile of diasporas. Paris: OCDE, 2012.
- PINTO, J. M. S. **Os deslocamentos forçados dos haitianos e suas implicações**: um desafio global na sociedade de risco. 2015. 128f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4927>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- RÜCKERT, A.; CARNEIRO FILHO, C.; UEBEL, R. G. Transborderings in South America: some examples of recent researches. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DU CIST, 3., 2016, Grenoble. **Proceedings du 3e colloque international du CIST**. Grenoble: Collège International Des Sciences Du Territoire, 2016. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/hal-01353683/document>>. Acesso em: 19 ago. 2017.
- SANTOS, C. M. **O tráfico de escravos do Brasil para o rio da Prata**. Brasília, DF: Edições do Senado Federal, 2010.
- SILVA, S. A.; ASSIS, G. O. **Em busca do Eldorado**: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais. Manaus, AM: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016.
- TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (Org.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina**: múltiplos olhares. Porto Alegre, RS: Est Edições, 2017.
- UEBEL, R. R. G. **Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI**: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa. 2015. 248f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/117357>>. Acesso em: 19 ago. 2017.
- VALLUY, J. The metamorphosis of asylum in Europe: from the origins of "Fake Refugees" to their internment. In: PALIDDA, S. (Ed.). **Racial criminalization of migrants in the 21st century**. New York, NY: Routledge, 2016.
- _____. Du retournement de l'asile (1948-2008) à la xénophobie de gouvernement: construction d'un objet d'étude. **Cultures & Conflits**, Paris, n. 69, p. 81-111, 2008. Disponível em: <<http://conflits.revues.org/10752>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

EMIGRAÇÃO PARAGUAIA ENTRE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA E O INÍCIO DO SÉCULO XXI: UMA REFLEXÃO

Caio Valentino
Ana Silvia Volpi Scott

Este trabalho analisa os processos emigratórios internacionais paraguaios desde meados do século XIX até o período mais recente (2010). Objetiva-se assim compreender as causas estruturais que fomentaram os deslocamentos de determinados grupos populacionais paraguaios em direção a outros países. Para tanto, o estudo parte de uma perspectiva histórico-estrutural (SINGER, 1973). Entende-se ainda que, embora as decisões de emigrar sejam tomadas individualmente ou no âmbito de pequenos grupos sociais, elas escondem forças sociais que estão por trás dessas decisões (PATARRA, 1996).

No caso paraguaio, os fatores determinantes desses movimentos migratórios variaram segundo a época em que se desenvolveram. Se, nos meados do século XIX, questões políticas explicam a grande maioria desses processos emigratórios, mais recentemente, as razões econômicas estão entre os principais fatores que estimulam esses deslocamentos (ARRÚA, 2014). Frente aos cenários de instabilidade econômica, política e social que constituíram os últimos 150 anos da história paraguaia, os movimentos emigratórios paraguaios apresentaram um crescimento sustentado (PROFIT, 2014).

Estima-se que, em 1895, 14.562 paraguaios residiam na Argentina, o que correspondia a cerca de 3,7% da população total do Paraguai (INDEC *apud* PNUD, 2009) – estimada em 635.571 pessoas, entre 1899 e 1900 (UNITED NATIONS, 1974). Anos mais tarde, em 1947, o censo demográfico argentino estimou que os paraguaios residentes naquele país eram 93.248. Em 1970, foram contabilizados 212.200 paraguaios residentes na Argentina, o que correspondia a quase 10% (9,8%) da população paraguaia (INED *apud* PNUD, 2009), que contava com 2.238.730 pessoas (DGEEC, 2014). Esse contingente de imigrados na Argentina representava próximo de 90,0% dos paraguaios residentes no exterior (UNITED NATIONS, 1974). Já no período mais recente, em 2010, em torno de 777.901 paraguaios residiam fora do seu país de origem, o que equivalia a 12,2% da população total paraguaia, estimada em 6.339.010 pessoas, naquele mesmo ano (DGEEC, 2014).

Para a compreensão desses processos emigratórios internacionais, a presente análise parte do período imediatamente posterior a Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870), embora seja importante salientar que delimitar a compreensão dos processos emigratórios internacionais paraguaios a partir daquela época não significa que antes desse período esse fenômeno demográfico fosse inexpressivo. Pelo contrário, a emigração internacional paraguaia se

constituiu como um processo social que marca a história paraguaia desde a formação do seu Estado nacional. Nesse período, os deslocamentos ocorriam principalmente em direção à Confederação Argentina devido às questões políticas da formação paraguaia (PNUD, 2009).

A escolha do final da Guerra da Tríplice Aliança é justificada pelo fato de que esse conflito bélico representou um divisor de águas na história paraguaia, sobretudo por transformar o seu modelo de desenvolvimento econômico. Se antes da guerra, o Paraguai colocava em prática o projeto de construção de um país soberano, pautado em um modelo de desenvolvimento econômico autônomo, não dependente do capital inglês, em contraposição aos seus vizinhos Argentina e Brasil (HERKEN, 1975), após aquele conflito, essa situação foi revertida. Na nova conjuntura do pós-guerra, o país completamente devastado, viu a sua economia submeter-se aos interesses da Argentina e do Brasil, potências regionais e representantes diretos da hegemonia britânica. O governo paraguaio foi submetido a um comando aliado dos países vencedores (Brasil, Argentina e Uruguai), sob a figura do ministro das Relações Exteriores do Império do Brasil, Visconde de Rio Branco, que ficou responsável por reorganizar o país (MOTA, 1995; PALAU et al., 2007).

Conforme foi mencionado, antes da guerra, o governo paraguaio conduzia uma política de modernização do país, a partir de métodos originais, principalmente porque, diferentemente da Argentina e do Brasil, o projeto era desenvolvido sem recorrer ao uso de empréstimos internacionais, o que chamava a atenção e a cobiça dos países vizinhos, ao mesmo tempo em que despertava algum receio por parte da Inglaterra, uma vez que colocava em risco sua hegemonia na região (CHIAVENATO, 1990).

Nesse projeto, que vinha sendo implementado pelo Paraguai, chamamos a atenção para algumas das medidas colocadas em prática pelo governo ditatorial de José Gaspar Rodríguez de Francia (1814–1840). Entre elas, mudanças na forma de uso da terra, a partir do estabelecimento da propriedade e do trabalho coletivo; a busca por uma distribuição de renda mais igualitária; medidas para erradicar a pobreza e o analfabetismo. Além disso, o governo de Rodríguez de Francia pretendia impor medidas visando subtrair o poder político da antiga classe dominante, branca e de origem espanhola, o que acabou por incentivar o deslocamento de parte dessa elite em direção à Argentina (CHIAVENATO, 1990).

Tais iniciativas sofreram forte oposição, principalmente por parte da antiga classe dominante paraguaia emigrada. Assim, a partir da Argentina, esses indivíduos iniciaram um discurso contra o governo de Francia, alegando que ele seria um governo “bárbaro”, ao mesmo tempo em que esse grupo da elite paraguaia contava com o apoio do governo argentino, que buscou dificultar o escoamento e a exportação dos produtos paraguaios, realizado através do uso do porto de Buenos Aires, desrespeitando assim o acordo existente entre os dois países (CHIAVENATO, 1990).

Os governos posteriores, de Carlos António López (1840–1862) e de seu filho Francisco Solano López (1862–1870), continuaram a enfrentar os mesmos entraves causados pela oposição às suas políticas de governo, demonstrando que, assim como durante o governo de Rodríguez de Francia, os líderes paraguaios (Carlos López e Francisco Solano López) foram incapazes de criar uma classe dirigente, que pudesse lidar com a crise diplomática pela qual passava o Paraguai (CHIAVENATO, 1990).

Todas as tentativas ligadas às políticas que visavam a eliminação da dívida externa paraguaia, o desenvolvimento da indústria de base nacional, o equilíbrio da balança comercial e a erradicação do analfabetismo, foram substituídas por um cenário onde predominavam condições precárias de vida para a população, a eclosão de diversas epidemias e de várias revoltas políticas. Essas últimas foram responsáveis pelas recorrentes mudanças de governantes observadas no período (CHIVANETO, 1900; PALAU; FISCHER; PEREZ, 1997; PALAU, 2011).

Depois da Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai era um “país de sobreviventes” (MOTA, 1995), com a sua população composta principalmente por mulheres, idosos e crianças (PALAU, 2011). Estima-se que no período imediatamente ao final do conflito, a proporção entre homens e mulheres era próximo de 1:3, apresentando, contudo, grandes variações entre as áreas rurais e urbanas do país (POTTHAST, 2015). Essa desigualdade, na razão entre homens e mulheres, intensificou a participação do trabalho feminino na agricultura de subsistência e no pequeno comércio. Do mesmo modo, o peso dos domicílios chefiados por mulheres, que já era um fenômeno significativo antes da guerra, se tornou ainda mais recorrente. Porém, não houve nenhuma mudança nas relações de gênero, ao contrário, os homens que sobreviveram à guerra, continuaram a ocupar os cargos administrativos e as atividades de grande comércio (POTTHAST, 2015).

Apesar das imprecisões estatísticas sobre o volume populacional no período, acredita-se que a população paraguaia, antes da Guerra da Tríplice Aliança, estaria em torno de 1.300.000 pessoas. Com o conflito bélico ela foi reduzida para menos de $\frac{1}{4}$, despencando para cerca de 300.00 habitantes (PALAU; FISCHER; PEREZ, 1997), o que demonstra o grande massacre populacional que esse país sofreu, e explica a crise populacional pela qual passou o país. Essa crise populacional, somada ao crescimento econômico nulo nos anos posteriores a guerra, fizeram com que o governo paraguaio implementasse uma política de recuperação econômica com base em fatores externos, dentre eles a presença de imigrantes internacionais e a entrada de capital estrangeiro (MORALES RAYA, 2012). A busca por atrair imigrantes, sobretudo europeus, era respalda no discurso de que essa mão de obra era mais produtiva do que os trabalhadores nativos e, por conseguinte, possibilitaria o desejado crescimento econômico do país (MORAEL RAYA, 2012).

No entanto, é necessário chamar atenção para o fato de que essa opção pela imigração europeia foi também observada em outros países da região. No caso brasileiro, as primeiras experiências com o uso de mão de obra europeia datam desse período e identificavam essa força de trabalho como substituta desejada, frente ao iminente fim da escravidão (1888) (SCHWARCZ, 1993). Os discursos dos intelectuais brasileiros dessa época eram marcados por um forte caráter eugenista, sobretudo, as visões pessimistas que viam na miscigenação de brancos, negros e indígenas, as razões para o atraso do desenvolvimento do país (SCHWARCZ, 1993). De modo semelhante, na Argentina, a preferência pela mão de obra europeia apresentou um caráter xenofóbico em relação as populações migrantes originárias dos países vizinhos, dentre elas a população paraguaia, os quais eram estigmatizados devido a sua influência indígena (BRUNO, 2008).

Para estimular a vinda de imigrantes estrangeiros brancos, foram introduzidas leis específicas, entre as quais se destaca aquela relativa às terras públicas (1872), que possibilitou a venda e compra de terras paraguaias, o que não havia ocorrido nos governos anteriores à guerra, visto que o seu uso era coletivo (PALAU, 2011).

No entanto, essas leis não foram bem-sucedidas. Comparado com os volumes de imigrantes que os países vizinhos atraíram (entre 1880 e 1889 ingressaram no Brasil 448.622 imigrantes (IBGE, 2000); na Argentina, o volume foi cerca de 1.196.200 pessoas (FERRERES, 2005 *apud* MAURIZIO, 2006)), o Paraguai atraiu, entre 1880 a 1889, uma quantidade irrelevante de imigrantes, algo em torno de 4.810 pessoas, segundo estimativas da *Oficina de Inmigración*. Em realidade, os principais efeitos dessa lei foram negativos e sofridos pela população paraguaia, uma vez que a população que sobreviveu a guerra teve sua condição de vida degradada, já que não tinham condições econômicas suficientes para se beneficiar da lei de venda e compra de terras. No geral, a população paraguaia se viu desprovida de terras, no contexto subsequente do final da Guerra da Tríplice Aliança, situação que se viu agravada, já que a atividade agrícola era o meio através do qual a população extraía a sua subsistência. Diante da nova conjuntura, foram obrigados a se submeter a atividades laborais descontínuas e sazonais, principalmente, no cultivo sazonal da erva-mate (PALAU, 2011).

Neste período, observou-se a intensificação das migrações de caráter temporário, tanto dentro do território paraguaio, como os movimentos transfronteiriços, principalmente em direção à Argentina e ao Brasil (PALAU; FISCHER; PEREZ, 1997), estima-se que, em 1869, 3.288 paraguaios residiam na Argentina, já em 1895, esse volume havia aumentado para 14.562 pessoas e, em 1914, o montante era estimado em 28.592 paraguaios (INDEC *apud* PNUD, 2009).

Os fluxos migratórios para o Brasil, em menor quantidade em relação aos fluxos direcionados ao território argentino, também se intensificaram após a

Guerra da Tríplice Aliança, principalmente aqueles em direção às zonas rurais do Estado do Mato Grosso. A exemplo, o censo brasileiro de 1920 estimou 17.329 paraguaios residentes no país, dos quais 13.000 haviam sido recenseados naquele estado (PNUD, 2009).

Portanto, pode-se afirmar que a lei de venda de terras públicas apresentou um caráter dual: ao mesmo tempo em que ela buscava estimular a vinda de colonos europeus, ela também provocou a emigração de determinados grupos da população paraguaia (PALAU; FISCHER; PEREZ, 1997) ao introduzir a problemática do acesso à terra – essa discussão será retomada mais à frente.

Com a ascensão dos liberais ao poder, através do governo de Cecílio Báez (1905–1906), observou-se o retorno do interesse pela presença da mão de obra estrangeira. Acreditava-se que esses indivíduos trariam a estabilidade econômica necessária ao país, tudo isso por meio da expansão da agricultura nacional e do fortalecimento das incipientes indústrias (PALAU; FISCHER; PEREZ, 1997; PALAU, 2011). Novamente o governo paraguaio promoveu o acesso à terra a esses indivíduos, na tentativa de iniciar essa colonização, o que se mostrou ineficiente, assim como no caso das experiências anteriores (PALAU; FISCHER; PEREZ, 1997). Estima-se que, entre 1890 a 1899, 3.743 imigrantes ingressaram no país e, na década subsequente, entre 1900 a 1909, esse volume foi de 6.924 pessoas (PALAU; FISCHER; PEREZ, 1997).

Entre o início do século XX até os primeiros anos da década 1930, o Paraguai vivenciou diversos golpes de Estado e guerras civis. Por conta disso, a situação econômica nacional, marcada pelo lento crescimento da renda per capita e do número de empregos (MENEZES, 1987), serviu como estímulo para que grupos populacionais paraguaios deixassem o país, principalmente em direção a Argentina (PNUD, 2009). Pode-se assim afirmar que, no período do final da Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870) até os primeiros anos de 1930, os deslocamentos internacionais da população paraguaia não aconteceram por razões estritamente econômicas, mas deveram-se também ao temor em relação às revoluções e às perseguições políticas (PALAU, 2011).

No período subsequente, de 1930 até o início dos anos de 1970, a situação de insegurança pessoal, laboral e econômica promovida pelo regime político vigente explicam as principais perdas populacionais verificadas na sociedade paraguaia (BARRIOS, 1990). Para a compreensão desse cenário, é fundamental analisar as transformações ocorridas nessa sociedade a partir da eclosão da Guerra de Civil de 1947. Pois, essa guerra civil refletiu a instabilidade política que permeava o contexto nacional paraguaio desde o início do século XX e possibilitou que o partido dos Colorados assumisse o poder. Esse grupo partidário transformou-se no “dono político” do país (MENEZES, 1987), ainda que tenha se deparado com uma forte oposição, principalmente da população exilada na Argentina, a qual havia sido forçada a deixar o país, buscando exílio no país vizinho.

Da Argentina, esses grupos exilados constituíram organizações políticas como a *Frente Unida de Liberación Nacional (FULNA)* e o *14 de Mayo*, cujo protagonismo reside no fato de terem sido as experiências armadas mais importantes do período (UCHÔA, 2014). Todavia, essas organizações não foram bem-sucedidas em suas proposições, provavelmente porque, em 1954, assumiu o poder o General Alfredo Stroessner (1954 – 1989). Seu governo foi responsável por rapidamente eliminar tais organizações, através da forte coerção exercida e pelo fato de que a maioria do quadro de membros dessas organizações estava no exílio, dificultando o conhecimento mais apurado da realidade nacional (UCHÔA, 2014). Além disso, o governo *stronista* naturalizou suas ações repressivas sob alegação de que estava a combater as ameaças comunistas que circundavam o país (UCHÔA, 2014).

Deve-se salientar que, embora a Argentina tenha se constituído como o principal país de exílio dos cidadãos paraguaios contrários ao regime vigente, países como o Brasil e o Uruguai também receberam esses fluxos migratórios. Estima-se que, em 1947, 93.248 paraguaios residiam na Argentina, e que, em 1960 esse volume havia crescido, atingindo 155.269, em torno de 8,4% da população paraguaia, estimada em 1.726.257 habitantes (INDEC *apud* PNUD, 2009).

Já no caso brasileiro, o censo demográfico de 1950, indicou que 14.347 paraguaios residiam no país, algo em torno de 1,1% da população paraguaia (estimada em 1.328.452 habitantes nesse mesmo ano) (IBGE, 1960; DGEEC, 2014). Para o ano de 1960, o censo brasileiro estimou um aumento desse contingente populacional, totalizando cerca de 17.748 paraguaios residentes no país. Todavia, a proporção desse volume populacional em relação à população paraguaia não sofreu variações, ela foi estimada em 1,0% da população total paraguaia, em torno de 1.726. 257 (IBGE, 1970; DGEEC, 2014).

A fim de compreender os efeitos do Governo Stroessner (1954–1989) sob a dinâmica migratória paraguaia é necessário fragmentar a análise desse regime ditatorial em dois momentos. Na primeira etapa do governo *stronista*, que vai de 1954 até os anos de 1960, a economia paraguaia foi marcada por diversas crises (HERKEN, 1975). Essas crises econômicas refletiam as limitações do modelo econômico paraguaio, no qual predominava a estrutura agropecuária de produção extensiva, com baixo rendimento produtivo e uso complementar de capitais estrangeiros (HERKEN, 1975). Diferentemente das nações vizinhas, como Argentina e Brasil, a economia paraguaia não vivenciou, neste período, um processo de industrialização por substituição de importações que, em grande medida, deveu-se ao pequeno mercado interno (estima-se que, em 1962, a população paraguaia era de 1.819.103 pessoas e a renda mensal média per capita era em torno de US\$ 194). Para mais, deve-se a esta situação a impossibilidade de competir com os recém-criados parques industriais argentino e brasileiro, os quais eram responsáveis por abastecer o mercado paraguaio com bens de consumo duráveis e alguns bens de capitais. Além disso, não podemos

esquecer o caráter retardatário da classe latifundiária paraguaia (HERKEN, 1975).

Para a força de trabalho paraguaia, esse modelo econômico agropecuário de produção extensiva possibilitava apenas o emprego temporário no campo. Em 1970, cerca de 53% da força de trabalho rural exercia atividades laborais temporárias, levando à necessidade de procurar trabalho complementar em atividades não agropecuárias (HERKEN, 1975; UNITED NATIONS, 1974). Por outro lado, o setor secundário se mostrava incapaz de absorver uma parcela importante dessa força de trabalho (HERKEN, 1975). Estimativas demonstram que, tanto em 1950 quanto em 1960, apenas 14,2% da População Economicamente Ativa (PEA) paraguaia era constituída por artesãos e operários. Para 1972, essa proporção não havia mudado significativamente, sendo contabilizada em torno de 15,9% da PEA (UNITED NATIONS, 1974). Além disso, a população urbana paraguaia se deparava com um cenário de subemprego: em 1972, por exemplo, cerca de 52,0% da força de trabalho residente em Assunção estava subempregada.

Diante desse contexto, grupos populacionais paraguaios desocupados e desempregados se deslocaram aos polos industriais da bacia do Rio da Prata, sobretudo Buenos Aires (HERKEN, 1975). Esse mesmo movimento foi observado em relação aos deslocamentos em direção ao Brasil. Estimativas dos censos demográficos argentino e brasileiro apontam que, em 1960, 173.017 paraguaios residiam nesses dois países, já, em 1970, esse volume populacional havia aumentado para 230.832 pessoas, o que representava 9,8% da população total paraguaia – estimada em 2.238.720 habitantes (PNUD, 2009; DGEEC, 2014).

O grande feito do Governo de Stroessner (1954–1989) foi alcançado na segunda etapa do seu governo, com destaque para a década de 1970, quando o país voltou a ter um impulso no seu crescimento econômico (MENEZES, 1987). Essa mudança na situação econômica paraguaia deveu-se sobretudo à aproximação com o Brasil, através do compartilhamento de interesses econômicos (MENEZES, 1987).

Por parte do Brasil, que também estava sob um regime ditatorial, a aproximação com o Paraguai fazia parte da sua estratégia diplomática de buscar novos mercados. Além disso, a intensificação das relações entre esses dois países possibilitou a construção da usina de Itaipu, que era fundamental para sustentar a expansão da economia brasileira, uma vez que ela garantiria a matriz energética necessária para o desenvolvimento dos seus recentes parques industriais (MENEZES, 1987). Já para o governo paraguaio, acredita-se que as mudanças econômicas provocadas a partir dessa aproximação com o Brasil, somada aos interesses do país vizinhos, podem explicar a sustentação do governo *stronista* (MENEZES, 1987).

Devido a essa proximidade entre os dois países, o Paraguai abriu a porção leste do seu território aos interesses brasileiros, observando-se assim a

entrada de capitais e de colonos provenientes do Brasil. No caso brasileiro, essa presença no território vizinho somava-se ao cenário nacional de expansão da sua agricultura mecanizada nos estados do sul do país (GARAY, 2013). Para o Paraguai, por outro lado, essas medidas tiveram consequências importantes, dentre as quais se destaca o fato de que essa presença brasileira em terras paraguaias trouxe um componente “étnico” à problemática do acesso e uso de terras no Paraguai, conforme será debatido oportunamente (GARAY, 2013). Outro aspecto a ser destacado é que, além da atração de colonos brasileiros, essas ações de abertura do país atraíram empresas ligadas a produção agrícola mecanizada, com alto uso tecnológico (ODDONE, 2011). Os próprios colonos brasileiros foram impelidos a buscar menores propriedades por não terem as condições necessárias para competir com essas empresas, sendo que, muitos deles, chegaram até a retornar ao Brasil (ODDONE, 2011).

Observou-se assim transformações importantes na agricultura paraguaia, sobretudo em termos do aumento de sua produção e de sua rentabilidade, mas, sem a contrapartida da geração de novos empregos. Em realidade, houve cada vez mais a expropriação de pequenas e médias propriedades dos camponeses paraguaios, de modo que esses indivíduos se viram obrigados a deixarem as áreas rurais do país, seja em direção aos principais centros urbanos paraguaios ou a outros países (ODDONE, 2011). Os resultados econômicos observados no período, dentre os quais se destaca a intensificação das relações comerciais com o Brasil⁷⁰ e as perspectivas futuras de geração de renda através da venda de energias ao país vizinhos com a conclusão dos projetos hidrelétricos de Itaipu (em parceria com o Brasil) e de Yacyretá (obra realizada em conjunto com a Argentina), tiveram custos sociais importantes para a sociedade paraguaia. Principalmente devido à intensificação do problema de acesso à terra, assim como ao rápido processo de urbanização (em 1970, 37,0% da população paraguaia residia nas áreas urbanas do país, ao passo que em duas décadas, a população urbana já havia superado a população rural paraguaia, estima-se que, em 1992, 50,1% da população total do país residia em centros urbanos⁷¹). Finalmente, não pode ser esquecido o crescimento sustentado dos fluxos emigratórios internacionais paraguaios.

Em linhas gerais, a partir da década de 1970, o Paraguai assumiu o papel de país de imigração em virtude da política econômica do governo *stronista* (SOUCHAUD, 2007). Observou-se a forte presença de brasileiros tanto nas áreas rurais paraguaias quanto nas atividades relacionadas a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Ainda no início dessa década, o Paraguai era o quarto país com maior volume de imigrantes latino-americanos, atrás apenas da Argentina, da Venezuela e do Brasil, e nos anos de 1980 e de 1990, o país havia

⁷⁰ O Paraguai chegou a ser o sétimo país no ranking das importações brasileiras, com produtos totalizando 91 milhões de dólares em 1980 (MENEZES, 1987)

⁷¹ World Bank (2017).

subido para a terceira colocação, atrás da Argentina e da Venezuela (SOUCHAUD, 2007).

Paradoxalmente, nesse período também se verificou o aumento do volume dos processos emigratórios paraguaios, principalmente em direção a Argentina. Em 1970, o censo argentino arrolou 212.200 paraguaios residentes no país. Esse volume não cessou de aumentar e, no ano de 1980, foi estimado 262.799 imigrantes paraguaios (PNUD, 2009).

Por outro lado, em 1990, houve uma reversão dessa tendência de crescimento do volume de paraguaios residentes na vizinha Argentina. Segundo o censo desse país, 250.450 paraguaios residiam em seu território, o que correspondia a 5,8% da população paraguaia – estimada em 4.152.588 habitantes em 1992 (PNUD, 2009; DGEEC, 2014). A diminuição constatada no volume populacional pode ter sido um reflexo da crise econômica e do processo hiperinflacionário que assolou a economia argentina na década de 1980. Quanto aos paraguaios residentes no Brasil (segundo destino histórico desses migrantes), seu volume sofreu uma queda entre 1970 e 1980, passando de 18.632 para 13.687 paraguaios residente em território brasileiro (IBGE *apud* PNUD, 2009). Mas, houve nova inflexão para o ano de 1991, quando o censo demográfico brasileiro votou a registrar um aumento desse contingente, ao enumerar 19.018 paraguaios no país (PNUD, 2009).

Além disso, chama-se atenção para o surgimento de um novo fluxo migratório com destino aos Estados Unidos durante o governo de Stroessner (1954 – 1989). Esse fluxo era composto principalmente por profissionais qualificados e estudantes de pós-graduação (PNUD, 2009). Assim, se em 1960 o censo demográfico estadunidense enumerou 595 paraguaios residentes no país, vinte anos mais tarde, em 1980, o volume havia aumentado para 2.858 pessoas (GIBSON; LENNON, 1999).

O ano de 1989 marcou o fim o regime ditatorial de Stroessner, tendo início o período de transição para a democracia. Esse período histórico foi caracterizado por expectativas de transformações estatais e estruturais do Paraguai, o que, conforme será visto, não se concretizou (HALPERN, 2009).

Em relação aos processos emigratórios internacionais, tema que nos interessa mais de perto, não houve nenhuma nova política que se preocupasse com esse fenômeno demográfico. Pelo contrário, o que se observou foi a ausência de uma “contenção sociodemográfica diferente”, perpetuando-se assim as perdas populacionais paraguaias (HALPERN, 2009). Desde 1989 até os inícios do século XXI, as razões políticas para emigrar perderam sua importância na sociedade paraguaia, abrindo espaço para as motivações de caráter econômico. Sobretudo, porque nesse período a forte recessão econômica paraguaia em conjunto com a alta concentração de terras gerou um cenário de falta de oportunidades laborais para determinados grupos populacionais paraguaios, os quais vislumbraram, na decisão de emigrar, uma alternativa para melhoria das condições de vida (PNUD, 2009). Logo, para a compreensão das

causas que fomentaram esse fenômeno demográfico, requer-se analisar o desempenho da economia paraguaia no período e suas implicações para o mercado de trabalho nacional.

Conforme mencionado anteriormente, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela retomada do crescimento econômico paraguaio. Entre 1961 a 1970, o PIB paraguaio cresceu cerca de 4,2%, e, no período subsequente, entre 1971 a 1980, esse crescimento foi 8,3% (BARRETO, 2009). Todavia, essa tendência não foi mantida na década de 1980, pelo contrário, esse período histórico foi marcado por uma forte estagnação econômica, a qual teve início com a crise da dívida paraguaia no começo daquela década, e se aprofundou com a crise bancária e financeira ocorrida entre 1995 a 2002 (BARRETO, 2009). Esse cenário de crise foi referido por autores como Barreto (2009) como as “décadas perdidas”.

Essa crise pode ser explicada principalmente devido à instabilidade política paraguaia, a falta de investimentos em infraestrutura e a insegurança jurídica, aspectos que em conjunto inibiram os investimentos privados no país (BARRETO, 2009). Sob esse cenário, a economia paraguaia não gerou novos empregos, em contraposição à população que crescia (BARRETO, 2009). Estima-se que a taxa de desemprego paraguaia havia aumentado de 6,3% em 1991, para 10,7% em 2002 – um crescimento de 69,8% – e, a taxa de ocupação da população com 15 anos ou mais tinha caído de 62,4% em 1991 para 60,7% em 2002 – queda de 2,7% (WORLD BANK, 2017). Essas estatísticas laborais se contrapõem ao crescimento populacional de 2,2% ao ano entre 1992 a 2002 (DGEEC, 2014).

Além do aumento da taxa de desemprego, chama a atenção os importantes níveis da taxa de subemprego. Estimada em 23,8%, em 2000/1, essa taxa de subemprego não sofreu muitas alterações entre 2000 a 2010, apresentando assim uma média de 25,0% ao ano – em 2010, ela foi apurada em 22,9% (DGEEC, 2007; 2011; 2014).

Quanto aos aspectos sociais, nesse período, observou-se um acelerado processo de urbanização, com concentração populacional nas áreas metropolitanas de Assunção, Cidade do Leste, Pedro Juan Caballero e Encarnación (PERINETTI, 1999). Esses deslocamentos populacionais do campo para as cidades geraram uma importante crise social, a qual foi marcada pelo surgimento de várias zonas marginais com problemas habitacionais, educacionais e laborais (PERINETTI, 1999). Barreto (2009) refere-se a essas áreas como “cinturões de pobreza”.

A falta de oportunidades de emprego no mercado de trabalho urbano para absorção dessa recém-chegada força de trabalho e as condições precárias nas quais eram submetidas para a garantia de sua subsistência, se constituíram como aspectos fomentadores dos processos emigratórios internacionais verificados nesse período (HALPERN, 2009; BARRETO, 2009). E, explicam assim, a forte interação entre a migração interna e a migração internacional,

pois, para uma parcela importante dos emigrantes internacionais, a migração interna constituiu-se como uma etapa do processo emigratório (PALAU, 2011).

Em suma, nesse período histórico, ficou nítida a incapacidade do modelo econômico paraguaio, pautado no setor agroexportador, de gerar as oportunidades laborais necessárias e, assim, absorver a força de trabalho nacional. Quanto aos destinos desses migrantes internacionais, a Argentina continuou a ser o principal país de recebimento desses migrantes – de acordo com o censo argentino, cerca de 322.962 paraguaios residiam no país em 2001, com aumento desse volume para 550.713 habitantes em 2010 (PNUD, 2009).

Além disso, chama-se atenção para o surgimento de um novo destino, principalmente porque ele despontou como o segundo país de destino dos paraguaios: a Espanha. De acordo com a *Estadística del Padrón continuo*, em 1998, 1.296 paraguaios residiam na Espanha, registrando-se uma tendência de crescimento constante desse volume populacional: em 2010, foram estimados 86.682 paraguaios residentes no país (INE, 1998).

Por outro lado, o Brasil continuou a figurar como um dos principais países de destino dos migrantes internacionais paraguaios, com cerca de 39.251 paraguaios residindo no seu território em 2010 (CELADE, 2010).

Por sua vez, os Estados Unidos colocam-se como o quarto país de destino dos migrantes paraguaios, estimando-se que esse volume tenha quase triplicado, entre 2000 e 2010, passando de 8.769 pessoas para 20.023 paraguaios residentes nesse país (ENNIS; RÍOS-VARGAS; ALBERT, 2011).

Ademais, entre 2000 e 2010, observaram-se altas taxas de crescimento no número de paraguaios residentes no Chile e na Bolívia (essas taxas foram de respectivamente 100% e 200%), o que evidenciou a diversificação das correntes migratórias paraguaias, retratando assim uma maior complexidade desse cenário migratório, em contraposição à sua frequente redução a “destinos típicos” e “trajetórias típicas” (BRUNO, 2010). Com isso, novos desafios são colocados para a compreensão desse fenômeno demográfico.

Da saída do campo ao morar no exterior: o papel do setor agroexportador

Para compreensão da complexidade dos processos emigratórios internacionais paraguaios, faz-se necessário também aprofundar a análise da constituição do setor agroexportador. Além de ser o principal setor da economia paraguaia, e que continua a ser incapaz de absorver uma parcela significativa da força de trabalho nacional, abordar e discutir a sua formação possibilita ainda entender a dinâmica da população rural paraguaia. Tal discussão deve contemplar também e, por outro lado, a concentração de terras, uma vez que essa variável traz à luz a incapacidade das pequenas propriedades produzirem ao menos o suficiente para a reprodução social dos trabalhadores paraguaios

(HALPERN, 2009). Todos esses aspectos são aqueles que fomentaram os movimentos de êxodo rural observados na história paraguaia.

Tal debate nos leva de volta ao final da Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870). Afinal, conforme visto anteriormente, o governo paraguaio, na tentativa de retomar o crescimento econômico do país, introduziu a lei de venda de terras públicas (aprovada em 1883). Foi nesse contexto que se observou o desenvolvimento de um novo tipo de produção agrícola, a chamada agricultura *farmer*, cuja principal característica foi a presença de colonos estrangeiros, sobretudo europeus e japoneses, que chegaram ao país nas primeiras décadas do século XX (PALAU et al., 2007).

Ademais, essa abertura do país à imigração retratava as dificuldades paraguaias de ocupação e uso do seu território, principalmente devido à falta de força laboral, resultante da Guerra da Tríplice Aliança, e de inversões nacionais nessas atividades (SOUCHAUD, 2007). Logo, a imigração europeia era vista como a solução para os problemas da crise populacional, pela qual passava o país e, através dela, esperava-se também promover o crescimento econômico (MORALES RAYA, 2012).

Todavia, conforme visto anteriormente, essas políticas governamentais não foram bem-sucedidas, o Paraguai se apresentou pouco atrativo, principalmente em comparação aos seus vizinhos Argentina, Brasil e Uruguai. Entre 1900 e 1930, dos 18.606 imigrantes que chegaram ao país, somente 6.486 eram agricultores (SOUCHAUD, 2007). Em realidade, os principais efeitos da lei da venda de terras públicas incidiram sobre grupos populacionais camponeses, os quais ao se encontrarem desprovidos dos seus meios de subsistência, foram impelidos a buscar oportunidades laborais em outras regiões, dentre as quais, se destaca o cultivo sazonal da erva-mate no norte da Argentina (PALAU, 2011).

É por isso que Morínigo (2005) acredita que essa lei se constituiu como a matriz histórica da problemática do acesso à terra na sociedade paraguaia.

Em contrapartida, a partir dos anos de 1960, verificou-se o desmonte da agricultura do tipo *farmer*. Tal fato ocorreu, principalmente, devido ao ingresso de brasileiros (anos de 1960 e 1970) e às suas ações de tomada de extensas propriedades de terras na porção leste do território paraguaio, as quais foram destinadas a agricultura extensiva de monocultivo de soja (PALAU et al., 2007). Para Morínigo (2005), esse contexto corresponde a “segunda re-latinfudização” paraguaia, e também foi responsável pelo desenvolvimento da economia agroexportadora paraguaia.

Conforme mencionado anteriormente, o incentivo à imigração brasileira fazia parte da política do governo de Stroessner (1954–1989) de abertura do país e de fortalecimento das relações com o Brasil, tudo isso sob a justificativa de modernização e do desenvolvimento nacional (PERINETTI, 1999). Para a população camponesa paraguaia, essas transformações levaram esses indivíduos a ocuparem as terras de maneira precária e temporária (PALAU et al., 2007). O

uso temporário das terras devia-se ao fato de que eles eram expulsos dessas propriedades, após a realização dos processos necessários para prepará-las para o recebimento de atividades agrícolas mecanizadas (PALAU et al., 2007). Por conseguinte, houve o aumento do processo de êxodo rural, conforme fica explicitado pela intensificação da urbanização. Enquanto, em 1970, 37,0% da população paraguaia residia em áreas urbanas, em 2000, essa proporção havia subido para 55,3% (WORLD BANK, 2017).

Além disso, chama-se atenção para o fato de que nesse período, entre 1970 e 2000, a produção de soja paraguaia passou por dois *booms* (PALAU et al., 2007). O primeiro deles, ocorrido nos anos de 1970, fez parte de um cenário mais amplo de crescimento do setor agrícola do país, com o desmatamento de novas terras para os cultivos agrícolas, além da, previamente mencionada, presença de imigrantes (MENEZES, 1987). Como consequência, verificou-se um forte crescimento econômico, o qual foi favorecido pelo aumento da demanda internacional dos produtos agrícolas paraguaios e pela atratividade dos seus preços (MENEZES, 1987). Salienta-se que o crescimento médio da economia paraguaia de 5,2% ao ano, entre 1972 e 1978, vinculou-se também às atividades de construção da usina de Itaipu (MENEZES, 1987).

O segundo *boom* da produção de soja ocorreu no início dos anos de 2000, e chama-se a atenção para o uso de sementes geneticamente modificadas, que foram introduzidas na agricultura paraguaia de modo ilegal através do contrabando do Brasil e da Argentina (PALAU et al., 2007). A partir desses dois *booms*, a soja passou a ser um dos principais produtos da pauta exportadora paraguaia, ficando atrás das exportações de energia elétrica nos anos de 2009 e 2010 – respectivamente 1.919.130 e 1.985.671 milhões de dólares, contra os 781.835 e 1.590.596 milhões de dólares obtidos pela exportação do grão de soja nos anos de 2009 e 2010, respectivamente (CIP, 2015).

Com essa expansão do cultivo de soja e, em face da indisponibilidade de terras públicas, observou-se a expansão das fronteiras agrícolas em direção às terras camponesas, áreas de pastagem de gado e outras terras remanescentes (PALAU et al., 2007). Este contexto somado à crescente concentração de terras sob a propriedade de poucos agentes, fomentou o deslocamento de determinados grupos da população rural paraguaia (PALAU et al., 2007). Se nas áreas rurais paraguaias, sobretudo os jovens se depararam com a ausência de oportunidades laborais, ao migrarem para as cidades, novamente esses indivíduos enfrentaram dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que levou muitos a deixarem o país (MORÍNIGO, 2005). Houve ainda grupos populacionais camponeses que optaram por deixar diretamente o país (PALAU et al., 2007).

Além disso, esse modelo de produção agrícola, ao fomentar os processos emigratórios da população rural, provocou outros efeitos, dentre os quais se destaca a fragmentação familiar e, os novos entraves na manutenção da produção de subsistência frente a uma menor força de trabalho. Afinal, como esses processos migratórios foram realizados, em sua maioria, pela população

mais jovem, permaneceram no campo as pessoas mais velhas e as crianças (avós e netos), trazendo assim implicações negativas para a manutenção das atividades agrícolas. Neste contexto, fortaleceu-se a relação de dependência para com as remessas financeiras, enviadas pelos familiares emigrados (PALAU et al., 2007).

Em linhas gerais, esse modelo econômico agroexportador, prevalecente desde as últimas décadas do século XX, é marcado pela pequena absorção da força de trabalho paraguaia. Enquanto que o setor industrial nacional permaneceu estagnado por décadas, coube ao setor de serviços, por conseguinte, ser o principal empregador da população paraguaia (ODDONE, 2011). Porém, como esse último setor é incapaz de absorver toda a força de trabalho disponível, observou-se o aumento do volume de emigrantes internacionais, os quais deixaram o país em busca de oportunidades laborais e de melhores níveis de renda. Estima-se que, em 2000, mais de 350.000 paraguaios residiam nos demais países do continente americano (ODDONE, 2011). Enquanto que, em 2010, apenas o volume de paraguaios residentes na Argentina superava essa estimativa. O censo argentino de 2010 arrolou 550.713 paraguaios residentes no país (ODDONE, 2011). Através do uso de diferentes fontes de dados, sobretudo dos países de destino dos emigrantes paraguaios, Oddone (2011) aponta que cerca 777.901 paraguaios residiam no exterior em 2010, o que correspondia a cerca de 12,2% da população total paraguaia.

Omissão ou incapacidade de atuação do Estado paraguaio?

Outro aspecto importante para a compreensão dos processos emigratórios paraguaios é a análise do papel do Estado frente a esse fenômeno demográfico que marcou os últimos 150 anos da história nacional. Embora, a emigração internacional represente uma perda populacional que nenhum país poderia observar passivamente (HALPERN, 2009), isso se verificou no contexto paraguaio. Tal situação requer analisar as razões da omissão do Estado, principalmente para entender se essa falta de atuação não representaria, na realidade, uma incapacidade de lidar com esse fenômeno demográfico.

Neste sentido, Halpern (2009) defende que em nenhum momento, a emigração foi considerada pelo Estado paraguaio como um problema a ser resolvido. Pelo contrário, verificou-se que, em diversos períodos históricos, o país, paradoxalmente, buscou estimular a presença de imigrantes, enquanto que o volume de nacionais que deixava o Paraguai crescia sustentadamente. A exemplo, chama-se a atenção para as políticas governamentais de associação do desenvolvimento nacional à política de colonização agrícola por meio do protagonismo dos imigrantes internacionais (SOUCHAUD, 2007).

Por outro lado, López (2009) acredita que houve, na história paraguaia, a naturalização do fenômeno emigratório, principalmente com base nos discursos sobre seus benefícios à economia e ao mercado laboral, e que, por

consequente, isso poderia explicar a ausência de políticas públicas. Porém, a autora apresenta outro aspecto importante desse debate ao chamar atenção para a instabilidade política e econômica que marcou os últimos séculos da história do Paraguai, e, eventualmente afetou a capacidade de o Estado realizar políticas e programas que contemplassem a problemática da emigração internacional.

Ademais, neste debate é preciso ainda considerar a atuação do Estado paraguaio frente à degradação das condições de vida no campo. Afinal, em 2010, 55,2% dos emigrantes internacionais paraguaios residiam em áreas rurais antes de deixarem o país (DGEEC, 2010). Assim como, para muitos outros emigrantes internacionais, a migração interna do tipo rural-urbano constitui-se como uma etapa do processo emigratório. Ou seja, ainda que a última residência desses indivíduos no Paraguai tenha sido em áreas urbanas, eles apresentam origens rurais. Para Palau et al. (2007), o Estado paraguaio não atuou diretamente contra os direitos da população camponesa, mas, também não efetuou medidas para garanti-los. Esses autores acreditam que o Estado renunciou ao seu dever de proteger a população camponesa, em detrimento a favorecer o modelo agroexportador vigente.

Em consonância, Garay (2013) acredita que o Estado paraguaio foi ágil na adoção de políticas do pacote neoliberal dos anos de 1990, mas, ausente na realização de medidas de proteção dos pequenos agricultores. Para a autora, essa ausência é um tipo de discriminação política, chegando a afirmar que o Estado paraguaio se constitui como um aparelho burocrático e ineficiente, o qual é utilizado como instrumento de discriminação. Todavia, Garay (2013) relativiza esse debate, ao apontar a dificuldade de discernir se suas ações de auxílio a população camponesa são limitadas devido à sua incapacidade técnica ou à falta de anseios políticos.

Porém, mesmo que a ausência de políticas públicas que tratassem da problemática da emigração e ou da degradação das condições de vida no campo (afinal ambos processos estão diretamente relacionados), esteja ligada a uma eventual incapacidade do Estado paraguaio em fomentar essas ações, a partir da presente análise, acredita-se que exista uma omissão por parte desse Estado, a qual é fundamentada no fato de que esse fenômeno demográfico alivia as estatísticas laborais paraguaias e a necessidade de introduzir transformações importantes no modelo de desenvolvimento vigente. Dessa forma, essa problemática deverá ser contemplada através de políticas estruturais que transformem o modelo de desenvolvimento paraguaio, e, por conseguinte, passem a garantir o direito de não emigrar desses cidadãos. Enquanto isso não ocorre, entende-se que o Estado paraguaio se omite no trato desse fenômeno demográfico, ao ignorar as causas estruturais desses processos.

Referências

ARRÚA, E. M. Escenario de la migración paraguaya. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, 4., 2014, Peru. **Anais...** Córdoba, Argentina: ALAP, 2014. Disponível em:

- <http://www.alapop.org/Congreso2014/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2014_FINAL275.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.
- BARRETO, C. **La pobreza y los ODM em el Paraguay: escenarios y políticas públicas**. New York, NY: PNUD, 2009. (Informe Final). Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/es/publications/poverty-reduction/poverty-website/psia/paraguay-psia-full-report/Crisis%20PSIA%20Paraguay.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- BARRIOS, O. S. Migración de retorno de paraguayos residentes en la Argentina. **Población y Desarrollo**, n. 2, p. 10-13, 1990.
- BRUNO, S. Apuntes sobre la emigración internacional paraguaya. **Dossier Paraguay**. Buenos Aires, Argentina: Universidad de Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://www.grupoparaguay.org/Bruno_2010_dossier.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- _____. “Las migraciones” desde la estadística: la hegemonía del Estado y la demografía. **Jornadas interdisciplinarias: “Migraciones, derechos humanos y ciencias sociales la situación de la niña y la mujer migrante”**. Buenos Aires, Argentina, 2008. Disponível em: <http://paraguay.sociales.uba.ar/files/2011/07/Bruno_04.pdf>. 19 ago. 2017.
- CELADE. **Investigación de la migración internacional en Latinoamérica**. Santiago de Chile, Chile, 2010. Disponível em: <<http://celade.cepal.org/bdcelade/imila/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- CHIAVENATTO, J. J. **A guerra contra o Paraguai**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.
- CIP – Centro de importadores del Paraguay. **Informe económico y de comercio exterior: enero a diciembre 2014/2015**. Asunción, Paraguay, 2015. Disponível em: <http://www.cip.org.py/wp/wp-content/uploads/2015/08/IECEP-Enero-a-Diciembre_2015.pptx>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- DGEEC – Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. **Censo Nacional de Población y Viviendas, 2012**. Asunción, Paraguay, 2014. Disponível em: <http://users.pop.umn.edu/~rmccaa/IPUMSI/taller_lima_2014/12-paraguay_garrido_ipums-al_taller_2014.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- _____. **Resultados de la encuesta permanente de Hogares 2007, 2011 e 2014: principais indicadores de emprego**. Asunción, Paraguay, 2007; 2011; 2014. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py>>. Acesso em: 19 set. 2017.
- _____. **Microdatos encuesta permanente de Hogares (EPH) 2010**. Asunción, Paraguay, 2010. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/microdatos/index.php>>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- ENNIS, S. R.; RÍOS-VARGAS, M; ALBERT, N. G. **The hispanic population 2010**: Washington, DC: Census Bureau, 2011. Disponível em: <<https://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-04.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.
- GARAY, S. M. C. Atores, dinâmicas e tendências atuais da questão agrária no Paraguai. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 29., 2013, Santiago de Chile, Chile. **Anais...** Santiago de Chile, Chile: ALAS, 2013.
- GIBSON, C. J.; LENNON, E. Historical census statistics on the foreign-born population of the United States: 1850-1990. **Population Division Working Papers**, Washington, DC, n. 29, 1999.
- HALPERN, G. La diáspora y el Paraguay territorial. **Miradas en Movimiento**, Buenos Aires, Argentina, v. 1, p. 2-40, 2009.
- HERKEN, J. C. Desarrollo capitalista, expansão brasileira y condiciones del proceso político em el Paraguay. **Nueva Sociedad**, San José, Costa Rica, n. 17, 1975.
- IBGE. **Migrações externas: total de imigrantes no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2000. (Séries Históricas e Estatísticas). Disponível em:

- <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP2&t=imigracao-estrangeira>>. Acesso em: 05 ago. 2017.
- _____. **Censo Demográfico Brasil 1970**. Rio de Janeiro, RJ, 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_br.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- _____. **Censo Demográfico 1960**. Rio de Janeiro, RJ, 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_br.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- INE – Instituto Nacional de Estadística. **Principais series de población desde 1998**. Espanha, 1998. Disponível em: <<http://www.ine.es/jaxi/Tabla.htm?path=/t20/e245/p08/10/&file=01006.px&L=0>>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 8, (Supl.), p. 49-90, 1974. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v8s0/03>>. Acesso em: 07 ago. 2017.
- LÓPEZ, M. Políticas públicas y emigración en Paraguay: esbozos para comprender el rol desempeñado por el Estado Paraguayo en materia emigratoria (1990-1996). In: JORNADAS ARGENTINAS DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN, 10., 2009, San Fernando del Valle de Catamarca. **Anais...** Buenos Aires, Argentina: AEPA, 2009. Disponível em: <http://paraguay.sociales.uba.ar/files/2011/08/P_lopez_2009.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- MAURIZIO, R. **Migraciones internacionales en Argentina: un análisis de sus determinantes y de su relación con el mercado de trabajo**. Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2006. Disponível em: <http://www.mininterior.gov.ar/provincias/archivos_prv25/Migraciones_Argentina_Maurizio.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2017.
- MENEZES, A. M. Capítulo I. In: _____. **A herança de Stroessner: Brasil – Paraguai, 1955-1980**. Campinas, SP: Papirus, 1987.
- MORALES RAYA, E. Migraciones invisibles: el caso de los catalanes en Paraguay a finales del siglo XIX y principios del XX. **Nave@América – Revista Electrónica de la Asociación Española de Americanistas**, n. 8, 2012.
- MORÍNIGO, J. N. La matriz histórica del problema de la tierra en la sociedad paraguaya. **Revista Nova Polis**, São Paulo, SP, n. 10, 2005.
- MOTA, C. G. A guerra contra o Paraguai: a história de um silêncio. In: MARQUES, M. E. C. M. **A Guerra do Paraguai 130 anos depois**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 1995.
- ODDONE, H. **Perfil migratorio de Paraguay 2011**. Buenos Aires, Argentina: OIM, 2011. Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/perfilmigratoriodeparaguay.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- PALAU, T. El marco expulsivo de la migración paraguaya: migración interna y migración externa. In: HALPERN, G. **Migrantes; perspectivas (críticas) en torno a los procesos migratorios del Paraguay**. Asunción, Paraguay: Ápe Paraguay Migrantes, 2011.
- _____. et. al. **Los refugiados del modelo agroexportador: impacto del monocultivo de soya en las comunidades campesinas paraguayas**. Asunción, Paraguay: Base IS, 2007.
- _____.; FISCHER, S.; PEREZ, N. **Inmigración y emigración en el Paraguay 1870 – 1960**. Asunción, Paraguay: Base IS, 1997. (Documento de Trabajo). Disponible en: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/base-is/20120911120450/Doc90.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- PATARRA, N. Migrações internacionais: uma nova questão demográfica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 111-113, 1996.
- PERINETTI, C. Migración zona de frontera y seguridad nacional. **Población y Desarrollo**, n. 17, p. 63-71, 1999.

- PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO - PARAGUAY. **Ampliando horizontes:** emigración internacional paraguaya. Asunción, Paraguay 2009.
- POTTHAST, B. Mujeres cabeza de hogar y relaciones de género en Paraguay, siglo XIX y XX. In: GHIRARDI, M.; SCOTT, A. S. V. **Familias históricas:** interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguay y Uruguay. São Leopoldo, RS: Oikos; Editora da Unisinos, 2015.
- PROFIT, A. Imigração paraguaia contemporânea: elementos para a sua compreensão. **REMHU –Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 22, n. 43, p. 281-284, 2014.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In _____. **Economia política da urbanização.** São Paulo, SP: Editora Brasiliense; CEBRAP, 1973.
- SOUCHAUD, S. De los campos agrícolas a los centros financieros: caracteres de la inmigración internacional en Paraguay a principios del siglo XXI. JORNADAS ARGENTINAS DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN, 9., 2007, Huerta Grande, Córdoba. **Anais...** Buenos Aires, Argentina: AEPA, 2007. Disponível em: <<https://www.aacademica.org/000-028/59.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- UCHÔA, G. Resistência armada no Paraguai: a luta contra a ditadura de Alfredo Stroessner. **Revista SURES**, Foz do Iguaçu, PR, v. 1, n. 4, 2014.
- UNITED NATIONS. La población del Paraguay. New York, NY, 1974. (World Population Year). Disponível em: <<http://www.cicred.org/Eng/Publications/pdf/c-c40.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- WORLD BANK. **World bank open data.** Washington, DC, 2017. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/paraguay>>. Acesso em 11 de jun. 2017.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL QUALIFICADA NO SÉCULO XXI: A CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES DO CONHECIMENTO DESDE UMA PERSPECTIVA SUL-SUL⁷²

Jóice Domeniconi

A dinâmica da migração internacional no século XXI demanda uma análise que contemple os movimentos de mão de obra qualificada e sua inserção no mercado de trabalho, sem desconsiderar, porém, as disputas políticas em curso no âmbito global. Isto porque o atual cenário econômico internacional revela a intensa expansão internacional do capital e a mobilidade da força de trabalho (SASSEN, 1988), uma realidade permeada por diferentes modalidades migratórias (BAENINGER, 2013), entre elas, a migração de profissionais com alto nível de escolaridade e capazes de se inserir em ocupações de potencial criativo e econômico (CASTELLS, 1996). Frente a essa nova sociedade voltada ao conhecimento e à informação (CASTELLS, 1996), busca-se compreender a presença de uma mão de obra internacional altamente qualificada no Brasil e sua inserção no mercado de trabalho nacional. Sobretudo, tendo em vista as relações sociais e políticas próprias dos movimentos migratórios enquanto fenômenos sociais determinados historicamente e resultantes de um processo de mudanças global (SINGER, 1976; BAENINGER, 2012).

A migração internacional qualificada, porém, não envolve um fenômeno social recente, mas adquire novas roupagens em um contexto de internacionalização do capital (CHESNAIS, 1996), de mudanças nas tecnologias da informação, comunicação e transporte (PELLEGRINO, 2003) e de transformações na configuração geopolítica internacional em favor de avanços nas relações entre “países do Sul”⁷³. Essa realidade apresenta, portanto, a necessidade de se promover ao mesmo tempo um esforço analítico que considere a complexidade do fenômeno analisado e o avanço teórico e metodológico a partir de uma perspectiva multidisciplinar (ARIZA; VELASCO, 2015, p. 24). Nesse sentido, uma reflexão sobre como o debate internacional entende essa parcela específica dos imigrantes torna-se essencial à compreensão do fluxo migratório e de suas particularidades no contexto brasileiro e dos movimentos Sul-Sul. Entre os diferentes atores envolvidos nesse processo cabe ressaltar, porém, a função estratégica das organizações internacionais como

⁷² Este estudo compõe as análises do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO_UNICAMP/FAPESP/CNPq).

⁷³ O presente trabalho leva em consideração, para fins operacionais, uma adaptação da terminologia de Sul e Norte Global utilizada pela United Nations (2012), na qual fariam parte do “Sul” os países da América Latina e Caribe; África; Ásia; Oceania e Rússia; já como “Norte” são considerados os países da América do Norte (exceto México), Europa, Japão, Austrália e Nova Zelândia.

instituições responsáveis pela definição dos conceitos, dos parâmetros analíticos e das metodologias de análise das diferentes bases de dados estatísticos a respeito da migração, especialmente da migração internacional qualificada.

Assim, procuramos analisar, a partir de uma discussão teórica e metodológica, os recentes fluxos migratórios de uma parcela específica de imigrantes altamente qualificados oriundos dos países do sul global para o Brasil, aqui considerados enquanto trabalhadores do conhecimento (FLORIDA, 2014; MELLO, 2007; Domeneconi, 2017). Busca-se, portanto, compreender e identificar esse grupo sua distribuição, formação e inserção no mercado de trabalho formal brasileiro em uma perspectiva de circulação de cérebros (GUELLEC; CERVANTES, 2001; SOLIMANO, 2006). Nesse cenário, torna-se importante compreender também como se constituem os espaços dessa migração no âmbito nacional (BAENINGER, 2013).

Para tanto, são utilizados os dados do mercado de trabalho formal brasileiro disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTPS), ainda que tais registros administrativos levem em consideração apenas os vínculos ativos estabelecidos com as empresas e não o volume total de profissionais atuantes. A combinação de uma análise crítica da literatura e descritiva dos dados da RAIS pode, portanto, dar elementos para pensar o cenário da migração internacional qualificada de países do Sul para o Brasil nas primeiras décadas do século XXI.

Os fluxos migratórios Sul-Sul de trabalhadores qualificados na migração internacional do século XXI

Pensar a dinâmica dos fluxos migratórios internacionais no século XXI é, necessariamente, levar em consideração as tensões entre os diferentes níveis do debate, internacional, regional, nacional e local (BAENINGER, 2012). Entende-se a migração internacional de profissionais altamente qualificados (PEIXOTO, 1999) então como uma modalidade da migração internacional no contexto atual (BAENINGER, 2013), igualmente permeada pelos processos e transformações em curso no âmbito social, econômico, político e tecnológico. Nessa lógica global, torna-se central analisar a migração internacional qualificada desde uma perspectiva Sul-Sul.

Como argumentam Guellec e Cervantes (2001) no relatório sobre migração internacional qualificada da OCDE de 2001, grande parte dos fluxos migratórios internacionais na atualidade envolvem movimentos desde países do Sul, em processo de desenvolvimento econômico, para países do Norte ou economicamente desenvolvidos. Ademais, seria possível observar um aumento da migração qualificada entre países do Norte, sobretudo, de caráter temporário.

A migração de trabalhadores qualificados, especialmente da Ásia para os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Reino Unido está aumentando, sobretudo no que diz respeito aos estudantes e à migração temporária de

profissionais qualificados, como os profissionais de TI (Tecnologia da Informação). A migração de trabalhadores qualificados entre os países avançados da OCDE também está em ascensão, mas parece dominada por fluxos temporários, sugerindo mais um padrão de circulação de cérebros do que de fuga de cérebros (Tradução livre) (GUELLEC; CERVANTES, 2001, p. 71).

Não obstante, apesar de grande parte dos estudos sobre migração internacional qualificada envolverem movimentos Sul-Norte e Norte-Norte, há que se analisarem, no contexto atual, os processos sociais que levam à migração Sul-Sul e Norte-Sul, especialmente tendo em vista sua capacidade de influenciar e serem influenciados pela dinâmica social, econômica, política e demográfica. Sem deixar de apresentar uma posição crítica em relação à própria dicotomia Sul-Norte, visto se tratar de uma divisão artificial, mas que permite apreender do ponto de vista do Sul, “a importância de aumentar a mobilidade entre os países dessas regiões que são largamente ignorados no debate sobre a política de migração e desenvolvimento” (Tradução livre) (MELDE et al., 2014, p. 8).

Luo e Wang (2001) apontam que “a mobilidade de recursos humanos altamente qualificados, particularmente nos campos científico e tecnológico, cresceu consideravelmente porque muitos países procuram aumentar a sua capacidade de adotar novas tecnologias” (Tradução livre) (LUO; WANG, 2001, p. 251), sobretudo, por meio de estratégias como o recrutamento internacional de profissionais e a internacionalização dos sistemas de ensino superior.

Assim, tendo em vista a complexidade dos fluxos migratórios internacionais de profissionais altamente qualificados é importante avaliar os parâmetros comparativos que discorrem sobre o tema, especialmente tendo como ponto de partida o debate internacional, segundo o qual “a combinação entre Ciência e Tecnologia (C&T) e Recursos Humanos (RH) é vista como um ingrediente chave da competitividade e do desenvolvimento econômico” (Tradução livre) (OCDE, 1995, p. 2)

Parte-se, então do “Manual Canberra”⁷⁴, criado com o objetivo de “fornecer orientações para a medição dos Recursos Humanos dedicados à Ciência e Tecnologia (RHCT) e à análise de tais dados” (Tradução livre) (OCDE, 1995, p. 2)⁷⁵. Segundo o Manual, o grupo definido como RHCT caracterizaria os profissionais altamente qualificados à medida que preencham os seguintes critérios: a) “Ter concluído com êxito a educação a nível terciário num domínio de ciência e tecnologia” ou b) “Não ser formalmente qualificado como os indivíduos acima, mas serem empregados em uma ocupação de ciência e tecnologia onde as qualificações acima são normalmente exigidas” (Tradução

⁷⁴ A formulação desse aparato conceitual-analítico sobre a migração internacional qualificada contou com a colaboração de diferentes organizações internacionais, entre elas, a OCDE, a EUROSTAT, a Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura (UNESCO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (OCDE, 1995, p. 2).

⁷⁵ No original: “provide guidelines for the measurement of Human Resources devoted to Science and Technology (HRST) and the analysis of such data” (OCDE, 1995, p. 2).

livre) (OCDE, 1995, p. 16). Dessa forma, um dos maiores avanços apresentados pelo Manual diz respeito à definição de trabalho qualificado com base tanto no nível de instrução, quanto na ocupação exercida pelos profissionais (OCDE, 1995).

Essa perspectiva é reforçada por Auriol e Sexton (2001), para quem, a definição do Manual Canberra, ao considerar noções de qualificação educacional e ocupação, permite uma delimitação extensa de Ciência e Tecnologia (C&T), de forma que esta envolva, inclusive, os campos das ciências sociais e humanas. Os autores apontam ainda que em trabalhos empíricos é comum o uso de *proxies* no estudo de variáveis relativas à educação ou à ocupação exercida pelos profissionais (AURIOL; SEXTON, 2001).

Como indicam Gaillard e Gaillard (1998), é importante avaliar as limitações presentes na construção metodológica de um profissional altamente qualificado a partir de critérios ocupacionais. Sobretudo porque, ainda que sejam categorias e profissões que se aproximem, não seria coerente considerá-las diretamente equiparáveis. Deve-se ter em mente os processos históricos e sociais presentes na formação do sistema de seguridade social e na estrutura ocupacional de cada país. Segundo os autores, “Isso explica em parte a imprecisão das classificações e a justificativa da denominada ‘categoria intelectual, científica e técnica’” (Tradução livre) (GAILLARD; GAILLARD, 1998, p.10).

A perspectiva crítica acerca das categorias ocupacionais e educacionais adotadas como parâmetros na análise da parcela mais qualificada dos fluxos migratórios internacionais torna-se ainda mais relevante em um cenário de crescimento dessa circulação (GUELLEC; CERVANTES, 2001; SOLIMANO, 2006) entre os países considerados do sul global. Como aponta o relatório da ONU (UNITED NATIONS, 2012), em 2010 aproximadamente 73 milhões de imigrantes nascidos em países do Sul encontravam-se residindo em outro país do Sul, com uma tendência de aumento para os anos seguintes. Esse valor seria, no entanto, pouco menor do que o de imigrantes do Sul vivendo em países do Norte, 74 milhões. Já os imigrantes do Norte vivendo em países do Norte seriam equivalentes a 53 milhões e do Norte no Sul, 13 milhões (UNITED NATIONS, 2012).

Um breve estudo sobre os Imigrantes Trabalhadores do Conhecimento

A partir disso, cabe apreender como se estabelece essa relação entre a dinâmica macroeconômica, social e política e os fluxos migratórios de profissionais altamente qualificados entre países do Sul que não necessariamente apresentam os maiores volumes, mas que são exemplos de processos sociais (BAENINGER, 2013) significativos em curso especialmente em um contexto de mudanças e transformações tecnológicas nas formas de comunicação,

informação, nos meios de transporte (PELLEGRINO, 2003) e também de avanços nas relações e acordos internacionais.

Patarra (2005) avalia, nesse sentido, que na migração internacional no contexto atual estariam envolvidos “processos e fenômenos distintos”, os quais corroboram com a ideia de que existem diferentes modalidades migratórias emergentes no “capitalismo internacional e próprias da globalização atual” (PATARRA, 2005, p. 25). Não obstante, em um cenário de expansão (desigual) do capitalismo, há que se considerarem, também, as profundas transformações técnicas, econômicas e sociais observadas a partir do desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, informação e dos meios de transportes apresentadas por Chesnais (1996). Segundo o autor, dois fatores principais seriam responsáveis pela mudança nas formas de internacionalização do capital e sua conseqüente globalização nos anos 1980. A desregulamentação financeira e sua expansão a nível global e o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e telecomunicação (OCDE *apud* CHESNAIS, 1996). Assim, observa-se que, em um cenário de desregulamentação e intensa liberalização econômica, o avanço tecnológico teria dado margem a uma maior propensão à mobilidade do capital, interna e internacionalmente (CHESNAIS, 1996).

Como destaca Hagiú (2010, p. 345) “colocar o capital em outras regiões do mundo envolve, necessariamente, a migração de pessoal. As corporações transnacionais favorecem a reunião da força de trabalho com o capital fazendo o movimento do trabalho até o capital ou a transferência de capital para áreas com excedente de força de trabalho” (Tradução livre).

Martine (2005), porém, considera que, apesar da “generalização do livre comércio, o crescimento no número e tamanho de empresas transnacionais que funcionam como sistemas de produção integrados e a mobilidade de capitais” (MARTINE, 2005, p. 4) serem fatores que corroborariam para o aumento da migração, esta se encontra muitas vezes “limitada e restrita dentro do contexto atual” (MARTINE, 2005, p. 5). Para o autor, ainda que exista um forte incentivo à migração internacional em um contexto de globalização “parcial e inacabada” (MARTINE, 2005, p. 3), “o capital humano é um fator de produção que, formalmente, não tem livre trânsito entre fronteiras nos dias de hoje; não existe um ‘mercado global de trabalho’” (MARTINE, 2005, p. 8). Nesse sentido, nota-se uma abertura para os fluxos de capitais e mercadorias ao mesmo tempo em que se intensifica o fechamento de fronteiras ao movimento migratório (MARTINE, 2005).

Peixoto (1999) avança nesse debate a partir da migração internacional contemporânea de profissionais altamente qualificados. Para ele, apesar de fazerem parte da parcela com maior mobilidade da força de trabalho e estarem muitas vezes inseridos na dinâmica de expansão do capital, esses indivíduos também enfrentam restrições no que diz respeito à sua migração para além das fronteiras dos Estados. Essa rigidez tende a existir mesmo quando são levadas em consideração características particulares aos imigrantes qualificados e que os

torhariam mais atrativos, econômica, social e politicamente à sociedade de destino.

Ademais, para o autor, “a existência de um circuito global de profissionais qualificados empregados por companhias transnacionais tem sido reconhecida há tempos pela literatura” (Tradução livre) (PEIXOTO, 2001, p. 1049). De modo que, a particularidade da migração internacional qualificada contemporânea resultaria “não apenas de seu menor volume e visibilidade social, quando comparado com outros movimentos migratórios, mas também de sua relação direta com os movimentos de capitais e das estratégias provisórias que frequentemente empregam” (Tradução livre) (PEIXOTO, 2001, p. 1049). Observa-se, nesse sentido, que o movimento do capital humano enquanto fator de produção está inserido em uma dinâmica maior de movimentos populacionais diversos, os quais estão, muitas vezes, relacionados ao próprio avanço do capitalismo (em tamanho e proporção) (BRAUDEL, 1987) e a um conseqüente aumento da seletividade e competitividade no mercado de trabalho (BRITO, 1995).

Fica clara, dessa forma, a necessidade de avaliar a migração internacional de profissionais qualificados em suas diferentes facetas, complexidades e contextos. Sobretudo, quando se tem em mente a influência de uma gama diversificada de atores no cenário internacional e o papel central dos fluxos migratórios na expansão da dinâmica capitalista para além das fronteiras nacionais, ainda que sejam também por ela influenciados.

Tendo em vista a diversidade dos fluxos migratórios inseridos na migração internacional qualificada, busca-se, a partir do debate teórico sobre profissionais altamente qualificados apresentado por Tilly (1986); Castells (1996); Solimano (2006); Golgher (2006); Mello (2007) e Florida (2014), analisar, de forma operacional, o grupo constituído pelos imigrantes trabalhadores do conhecimento, compreender suas especificidades e, principalmente, sua inserção laboral no mercado de trabalho formal brasileiro.

Tilly (1986), ainda que não trabalhe diretamente sobre o conceito de trabalhadores do conhecimento já discutia na década de 1960 a questão da migração internacional tendo em vista as características heterogêneas desse fenômeno social e as particularidades da migração de profissionais de carreira. Já Solimano (2006) analisa a migração de profissionais altamente qualificados como os trabalhadores do conhecimento a partir do conceito de migração de talentos. Para tanto, o autor retoma em sua análise do debate teórico sobre migração internacional o discurso dominante ao longo das décadas de 60 e 70, fundamentado, principalmente, no *brain drain*. Segundo essa perspectiva, a “emigração permanente de talentos dos países em desenvolvimento teve conseqüências negativas para o desenvolvimento nacional, a autonomia da tomada de decisões política e os recursos humanos qualificados” (Tradução livre) (SOLIMANO, 2006, p. 17).

Não obstante, Solimano (2006) ressalta uma mudança na dinâmica e nos destinos da migração internacional qualificada no início do século XXI e no debate teórico sobre o tema, visto que movimentos permanentes têm dado cada vez mais espaço à perspectiva de trânsito. Nesse cenário, haveria um aumento da circulação internacional de talentos “conforme vivemos em um mundo de crescente interdependência econômica, rápida mudança técnica e custos de transporte cada vez menores. O sentido da circulação do talento é múltiplo: sul-norte, sul-sul, norte-norte e norte-sul” (Tradução livre) (SOLIMANO, 2006, p. 17).

O autor considera, portanto, o talento humano como um elemento estratégico e ao mesmo tempo uma importante fonte de capacidade criativa “na ciência, tecnologia, negócios, arte, cultura e outras atividades” (Tradução livre) (SOLIMANO, 2006, p.1). Assim, profissionais considerados talentosos fariam parte de uma “elite internacional” em áreas como a economia, as finanças e a cultura. Dessa forma, Solimano (2006) avança na discussão acerca dos diferentes fluxos migratórios internacionais de profissionais qualificados ao construir uma taxonomia dos diferentes tipos de “talentos”, ou como ele próprio avalia trabalhadores do conhecimento, segundo características ocupacionais e trabalhistas desses profissionais com alto nível de instrução. Como: “i) Talento técnico; ii) Cientistas e acadêmicos; iii) Profissionais da área da saúde (médicos e enfermeiras); iv) Empresários e gestores; v) Profissionais em organizações internacionais e vi) Talento cultural” (Tradução livre) (SOLIMANO, 2006, p. 2).

A categoria de talento técnico para Solimano (2006) envolveria indivíduos das áreas de tecnologia da informação, telecomunicações e ciência da computação. Os cientistas e acadêmicos seriam outra parcela dos trabalhadores técnicos com alta mobilidade internacional, podendo pertencer, segundo o autor, às áreas de “ciências físicas, tais como física, matemática e química ou ciências sociais, como antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, economistas e outros semelhantes” (Tradução livre) (SOLIMANO, 2006, p. 2). O grupo formado por profissionais da área da saúde, por sua vez, apresenta um importante fluxo no contexto da migração internacional qualificada, envolvendo tanto fluxos sul-norte, mas especialmente sul-sul. No contexto da migração na área da saúde, no entanto, há que se levar em conta a existência de regulamentos específicos à atuação desses trabalhadores. Em relação aos empresários e gestores, ressalta-se a importância estratégica desses imigrantes, capazes de promover a inovação e a criação de riqueza ao compartilhar capital, tecnologia e contatos obtidos em diferentes localidades. Quanto aos profissionais em organizações internacionais, o autor reforça a presença majoritária de trabalhadores altamente qualificados de diferentes origens atuando no setor público internacional. Por fim, Solimano (2006) apresenta os *talentos culturais*. Nessa categoria estariam inclusos os trabalhadores voltados a atividades

culturais, ao entretenimento e ao prazer estético, entre eles, “músicos, cantores, escritores, pintores e designers” (Tradução livre) (SOLIMANO, 2006, p. 6).

Castells (1996) por sua vez entende os trabalhadores do conhecimento, como parte dos profissionais qualificados, sobretudo, tendo em vista sua elevada formação educacional e acadêmica. Para o autor, em uma sociedade voltada ao conhecimento e à informação, trata-se de um elemento estratégico econômico e político para os países, sobretudo, tendo em vista que a “capacidade tecnológica, infraestrutura tecnológica, acesso ao conhecimento e recursos humanos altamente qualificados tornam-se fontes críticas de competitividade na nova divisão internacional do trabalho” (Tradução livre) (CASTELLS, 1998, p. 109).

Florida (2014)⁷⁶ segue na mesma linha argumentativa e analisa o conceito de trabalhadores do conhecimento como parte de uma nova classe composta por profissionais capazes de exercer um papel dominante do ponto de vista econômico, social e político. Indivíduos com alta capacidade de inovação, responsáveis em suas ocupações pela criação, tomada de decisão e resolução de problemas. O autor delimita essa nova classe criativa como sendo formada por profissionais e técnicos de destaque em diferentes áreas que envolvam conhecimento e análise simbólica, os quais “agregam valor econômico por meio de sua criatividade” (FLORIDA, 2014, posição 490). Trata-se de um grupo capaz de “sustentar e informar seus membros social e culturalmente, assim como, suas escolhas de estilo de vida” (FLORIDA, 2014, posição 302) e com uma base, sobretudo, econômica. Ademais, dada a importância da criatividade e da inovação ao crescimento econômico de uma localidade, nota-se o papel influente que essa classe pode exercer na tomada de decisão em favor de seus interesses político e econômicos (FLORIDA, 2014).

A partir disso, Florida (2014) apresenta sua categorização dos trabalhadores do conhecimento. Segundo o autor, seria possível dividir esse grupo em um núcleo “duro” e uma esfera mais “fluida” com possíveis conexões na estrutura ocupacional desses profissionais. Para o autor, a esfera mais fluida dentro das ocupações inseridas na classe criativa seria conformada pelos *creative professional* - profissionais criativos. Esses trabalhadores ainda que apresentem um alto nível de educação formal e de capital humano, não costumam atuar no processo criativo de desenvolvimento tecnológico, mas no desenvolvimento e criação de conhecimento voltado à resolução de problemas específicos (FLORIDA, 2004 apud MELLO, 2007). Nesse sentido, seria possível destacar nessa categoria os cargos referentes aos advogados, contadores, administradores de empresas e demais trabalhadores que dão suporte ao desenvolvimento, pesquisa e inovação tecnológica.

Já o núcleo da classe criativa, denominado *super creative core*, núcleo super criativo, incluiria os trabalhadores do conhecimento de fato.

⁷⁶ A referência citada se trata de um e-book e, portanto, será utilizada a posição da citação no texto e não as páginas, visto que essas não estão disponíveis nesse tipo de mídia (FLORIDA, 2014).

A estrutura da classe criativa de Florida (2014) para os Estados Unidos inclui: Núcleo Super Criativo: ocupações relacionadas à computação e à matemática; à arquitetura e às engenharias; às ciências da vida, físicas e sociais; à educação, ao treinamento e à biblioteconomia; às artes, ao design, ao entretenimento, aos esportes e à mídia e; Profissionais Criativos: ocupações relacionadas à administração e à gestão; aos negócios e às operações financeiras; ao sistema legal; à prática e à técnica dos cuidados à saúde; à gestão de vendas e ao atacado.

No Brasil, Golgher (2006) utiliza os critérios de Florida (2004) para avaliar a distribuição dos indivíduos qualificados com base em informações censitárias, a fim de visualizar a concentração espacial nas cidades brasileiras dando enfoque à classe criativa no país. Considera-se, nessa análise, profissionais que exerçam ocupações condizentes com os mais altos níveis do mercado de trabalho nacional, como “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes; e profissionais das ciências e das artes” (GOLGHER, 2006, p. 8). O autor pondera ainda que o conceito de setor criativo deve ser utilizado com parcimônia, visto que apresenta limitações e imperfeições; contudo, de forma a manter uma comparabilidade entre os estudos referentes aos trabalhadores do conhecimento, seria mais vantajoso seguir a nomenclatura em questão.

Mello (2007) concorda com Golgher (2006) ao avaliar que a terminologia utilizada por Florida pode apresentar certos limites. Nesse sentido, Mello (2007) avança utilizando um agrupamento de ocupações – que definem o trabalhador do conhecimento – com base nos critérios de Florida (2004) e de Golgher (2006) e nas informações do Código Brasileiro de Ocupações 2002 (CBO)⁷⁷. Não obstante, o autor avança na categorização utilizada como base ao considerar as particularidades da estrutura laboral brasileira e criar uma categoria “Outros” (MELLO, 2007). Esse grupo é composto, em sua maioria, por profissionais da área de educação, que são importantes, no contexto nacional, pela formação dos trabalhadores do conhecimento.

Assim, a partir das metodologias de análise apresentadas é possível determinar as ocupações dos imigrantes internacionais qualificados, segundo as categorias da classe criativa/trabalhadores do conhecimento. Utiliza-se nesse trabalho a denominação utilizada por Florida (2004) de Núcleo Super Criativo e de Profissionais Criativos, as quais foram adaptadas ao CBO por Mello (2007), e o grupo “Outros”, criado pelo autor.

De maneira a compreender como a migração internacional dessa parcela de trabalhadores do conhecimento, com base em Mello (2007), tem se estabelecido no Brasil, suas especificidades e também as potencialidades de

⁷⁷“Esta classificação descreve e ordena as ocupações dentro de uma estrutura hierarquizada que permite agregar as informações referentes à força de trabalho segundo as características que dizem respeito às funções, tarefas e obrigações do trabalhador e ao conteúdo de seu trabalho (conhecimentos, habilidades e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação)” (PALERMO; OLIVEIRA; LOPES, 2015 p. 27).

absorção dessa imigração, será necessário avaliar como se dá a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho do país. Para tanto, serão utilizadas as informações do mercado de trabalho formal contidas na base de dados da RAIS⁷⁸. No entanto, é importante levar em consideração que tais dados representam os vínculos ativos estabelecidos com as empresas e não o volume total de imigrantes (Comitê de Estatísticas Sociais s.f. s.a.). Outra limitação presente em seu uso, diz respeito a possíveis omissões, erros de preenchimento ou divulgação de dados fora do período de declaração por parte dos empregadores (Comitê de Estatísticas Sociais s.f. s.a.). Além disso, uma parte importante dos imigrantes encontra-se fora da esfera formal de trabalho, atua como autônomo ou em outras atividades sem regulamentação e carteira assinada, de modo que, não será contabilizada.

A partir disso, para delimitar os registros de trabalho condizentes com os imigrantes qualificados de países do Sul - aqui denominados imigrantes trabalhadores do conhecimento - segundo os critérios de ocupação e escolaridade discutidos, foram selecionados os vínculos de trabalho ativos em 31/12, para imigrantes advindos da América Latina e Caribe, África, Ásia (exceto Japão), México e Rússia, entre 10 e 65 anos ou mais de idade, registrados no mercado de trabalho formal brasileiro, que apresentassem uma escolaridade equivalente ao Ensino Superior Completo, Mestrado ou Doutorado e segundo ocupações preestabelecidas em Mello (2007) e Domeniconi (2017). Cabe ressaltar que dentre as profissões selecionadas estão inclusas àquelas referentes ao Núcleo Super Criativo; aos Profissionais do Conhecimento e também à categoria Outros, composta principalmente por professores.

Na tabela 1 são apresentados os vínculos ativos de trabalho de imigrantes no geral e de imigrantes trabalhadores do conhecimento no Brasil segundo nacionalidades e divisão entre países do Sul e Países do Norte para os anos de 2006⁷⁹, 2010 e 2015⁸⁰. Avalia-se, de maneira geral, que os vínculos de imigrantes no mercado de trabalho formal do país aumentaram aproximadamente três vezes no período de 2006 a 2015, ou seja, passou-se de 43.768 para 131.037 vínculos. Essa tendência pode ser observada, também, entre os registros de trabalho para imigrantes trabalhadores do conhecimento, que apresentaram um acréscimo de 59,19% entre 2006 e 2015, passando de

⁷⁸Os dados obtidos a partir da RAIS representam registros administrativos de responsabilidade do empregador e com periodicidade anual, além disso, há uma abrangência nacional (possível de ser desagregadas por país, grandes regiões, Unidades da Federação e municípios). As informações disponibilizadas representam em média 97% do universo do mercado formal brasileiro a partir de dados de estoque (número de empregos) e de movimentação da mão de obra empregada (contratações e desligamentos) com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (PALERMO; OLIVEIRA; LOPES, 2015, p. 19-21).

⁷⁹ A partir de 2006 a RAIS permite discriminar as categorias ocupacionais e educacionais necessárias à construção da categoria operacional de imigrantes trabalhadores do conhecimento.

⁸⁰ Algumas nacionalidades encontram-se tracejadas devido a não discriminação dessas informações para os anos considerados da RAIS, podendo estar presentes na categoria Outras do grupo.

12.568, para 20.006 vínculos. Cabe ponderar que do total de registros para imigrantes em 2006 (43.768), 51,63% encontram-se no estado de São Paulo (22.597) e, em 2015, esse número passa para 35,89% (47.023 em 131.037), o que indicaria uma dispersão da inserção laboral dos imigrantes no país (DOMENICONI, 2017). Essa tendência é seguida para os imigrantes trabalhadores do conhecimento que apresentam uma diminuição na participação de seus vínculos no estado de São Paulo de 48,34% (6.075 em 12.568) em 2006, para 43,06% (8.615 em 20.006) em 2015.

Quando se considera uma divisão operacional desses registros segundo nacionalidades de países do Sul e do Norte é possível apreender ainda algumas mudanças significativas nos últimos nove anos, principalmente, no que diz respeito ao crescimento do número de vínculos ativos para profissionais advindos de países do Sul seja em termos absolutos ou relativos.

Nota-se, assim, que no total de registros para imigrantes, os países do Sul representavam em 2006 40,13% (17.565 em 43.768) e os do Norte 45% do total (19.735 em 43.768). Já em 2015 essa participação passou para 72,83% do Sul (95.434 em 131.037) e 21,72% do Norte (23.091 em 131.037). Enquanto para os registros de trabalho dos imigrantes trabalhadores do conhecimento essa participação em 2006 foi de 40,86% (5.135 em 12.568) para países do Sul e 39,47% para países do Norte (4.961 em 12.568) e em 2015 foi respectivamente de 58,02% (11.608 em 20.006) do Sul e 34,94% (6.990 em 20.006) do Norte.

Além disso, cabe ponderar que a tendência de aumento nos vínculos de trabalho de países do Sul está relacionada em grande parte ao acréscimo observado nos vínculos ativos de profissionais da América Latina e Caribe sejam eles imigrantes ou imigrantes trabalhadores do conhecimento. O grupo passou de 36,32% do total de vínculos para imigrantes em 2006 (15.895 em 43.768) para 59,11% em 2015 (77.459 em 131.037). Em relação ao total de registros para imigrantes trabalhadores do conhecimento, os latino-americanos e caribenhos representaram 37,22% em 2006 (4.678 em 12.568), 34,33% em 2010 (5.547 em 16.158) e 48,7% em 2015 (9.743 em 20.006).

Finalmente, cabe avaliar que algumas nacionalidades se destacam na tabela por sua participação nos vínculos ativos no mercado de trabalho formal brasileiro. Entre os registros de imigrantes há que se avaliar a significativa presença de haitianos no ano de 2015, com 34.224 vínculos em um total de 131.037 no ano, ou seja, 26,12% do total; de portugueses, com 10.254, e de chineses, com 2.975, no mesmo ano. Já em relação ao grupo de vínculos ativos para imigrantes trabalhadores do conhecimento, destaca-se a participação de argentinos, com 7.795, bolivianos, com 1.506, e portugueses, com 2.065 registros em um total de 20.006 em 2015.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

TABELA 1 – Vínculos ativos de imigrantes e imigrantes trabalhadores conhecimento (ITC) no Brasil, segundo nacionalidades e divisão entre países do Sul e Norte 2006, 2010 e 2015

Nacionalidade	2006		2010		2015	
	Total para Imigrantes	ITC	Total para Imigrantes	ITC	Total para Imigrantes	ITC
Países do Sul	17.565	5.135	25.424	6.196	95.434	11.608
América do Sul e Caribe	15.895	4.678	22.595	5.547	77.459	9.743
Argentina	3.844	1.083	5.196	1.261	7.795	1.513
Boliviana	2.143	837	3.571	1.234	6.700	1.506
Chilena	3.719	888	4.169	998	4.164	1.016
Colombiano	-	-	-	-	1.941	558
Equatoriano	-	-	-	-	277	76
Haitiano	-	-	-	-	34.224	16
Paraguaiá	1.232	216	2.778	243	7.644	290
Peruano	-	-	-	-	3.292	949
Uruguaiá	2.377	443	3.341	489	4.176	521
Venezuelano	-	-	-	-	888	215
Outras Latino-Americanas	2.580	1.211	3.540	1.322	6.358	3.083
Ásia	1.670	457	2.829	649	10.880	1.596
Bengalesa	-	-	-	-	4.180	509
Chinesa	906	218	1.842	379	2.975	505
Coreana	378	117	478	124	1.355	194
Indiano	-	-	-	-	358	109
Paquistanês	-	-	-	-	270	5
Russo	-	-	-	-	229	104
Outras Asiáticas	386	122	509	146	1.513	170
África	-	-	-	-	7.095	269
Angolano	-	-	-	-	814	89
Congolês	-	-	-	-	400	16
Ganesa	-	-	-	-	437	2
Senegalesa	-	-	-	-	505	3
Sul-Africano	-	-	-	-	729	50
Outros Africanos	-	-	-	-	4.210	109
Países do Norte	19.735	4.961	21.147	5.305	28.465	6.990
Europa	16.611	3.911	17.195	4.027	23.091	5.370
Alemã	1.651	472	1.699	455	1.817	505
Belga	262	94	276	78	334	100
Britânica	552	238	740	303	863	379
Espanhola	1.743	467	1.885	489	2.852	662
Francesa	1.154	355	1.550	463	2.385	585
Italiana	2.127	530	2.219	537	3.071	645
Portuguesa	8.851	1.687	8.484	1.611	10.254	2.065
Suíça	271	68	342	91	362	103
Outros Europeus	-	-	-	-	1.153	326
América do Norte	1.494	712	2.058	899	2.738	1.198
Canadense	181	91	243	111	358	158
Norte-Americana	1.313	621	1.815	788	2.380	1.040
Ásia	1.630	338	1.894	379	2.636	422
Japonesa	1.630	338	1.894	379	2.636	422
Outros	6.468	2.472	10.921	4.657	7.138	1.408
Total	43.768	12.568	57.492	16.158	131.037	20.006

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2006, 2010 e 2015.

Em nível regional uma explicação parcial para o aumento no total de vínculos formais de trabalho qualificado de latino-americanos no Brasil estaria

no aumento do número de Estados membros/associados ao bloco e nos avanços em termos de inserção no mercado de trabalho formal advindos do Acordo de

Residência⁸¹ (Decreto n. 28/02) (OLIVEIRA et al., 2016) para nacionais de países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)⁸², implementado em 2009 com o objetivo de promover a livre circulação e a integração regional.

Como avaliam Patarra e Baeninger (2006, p. 98) “a migração internacional apresenta novas características e novos significados ao longo das últimas décadas no contexto da internacionalização da economia e da conformação de blocos de integração econômica [...] pôde-se constatar a importância crescente dos movimentos intrabloco, não tanto por seu volume, mas por sua diversidade e suas implicações. A reestruturação produtiva e o contexto internacional têm produzido efeitos nesta área, no sentido de impulsionar novas modalidades de transferências populacionais”

Dessa forma, a análise de Meza (2015) nos permite pensar os fluxos de outros grupos como os chineses, segundo ele, essa mudança pode ser observada não apenas no âmbito do MERCOSUL, mas nas relações e acordos firmados tendo em vista uma cooperação Sul-Sul, muitas vezes, priorizando “parcerias estratégicas” com potências emergentes similares ao Brasil no cenário internacional, em detrimento da questão regional, como no caso dos BRICs⁸³. Tal tendência se daria “mediante a formação de coalisões não tradicionais, mas também, por meio de diversos diálogos, das relações bilaterais e da cooperação da América do Sul” (Tradução livre) (MEZA, 2015, p. 26).

Ademais, Patarra e Baeninger (2006) já indicavam nos anos 2000, com base no Censo Demográfico, a presença de imigrantes qualificados inseridos no mercado de trabalho brasileiro em cargos do setor financeiro, empresarial, nas ciências e nas artes, sendo que, esses profissionais apresentariam um perfil socioeconômico diferenciado. Seria possível, inclusive, observar a presença de uma seletividade migratória na migração internacional para o Brasil nesse ano, principalmente, por se tratar de um fluxo migratório composto, maiormente, por

⁸¹ Cabe ressaltar que, para o Brasil, os imigrantes oriundos de países do MERCOSUL “não precisam passar pelo processo administrativo de solicitar autorização de trabalho ao Ministério do Trabalho e Previdência Social ou à Coordenação Nacional de Imigração devido, justamente, aos acordos voltados à integração regional” (PALERMO; OLIVEIRA; LOPES, 2015, p. 150).

⁸² São países membros do bloco: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Já os países associados são: Bolívia (em processo de adesão); Chile (desde 1996); Peru (desde 2003); Colômbia e Equador (desde 2004); e Guiana e Suriname (desde 2013). Nesse contexto, observa-se que todos os países da América do Sul fazem parte atualmente do MERCOSUL, seja como Estados membros ou Estados associados.

⁸³ O acrônimo BRIC foi cunhado por Jim O’Neil em 2001 para tratar das principais potências emergentes à época, a saber, Brasil, Rússia, Índia e China. Posteriormente, houve a consolidação de uma entidade político-diplomática com o objetivo de promover “i) coordenação em reuniões e organismos internacionais; e ii) a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros” (BRASIL, s.d.). A África do Sul foi adicionada ao grupo em 2011, passando-se a incluir o S no final da sigla “BRICS”.

indivíduos documentados e que se encontravam absorvidos pelo mercado de trabalho (PATARA; BAENINGER, 2006).

Tendo em vista a estrutura ocupacional brasileira, a Tabela 2 busca apresentar os vínculos ativos no Brasil de imigrantes trabalhadores do conhecimento de países do Sul segundo as principais ocupações observadas em cada uma das três categorias de análise apresentadas por Mello (2007), o Núcleo Super Criativo, os Profissionais Criativos e o Outros. Nota-se, além de um crescimento absoluto dos registros para todos os imigrantes trabalhadores do conhecimento entre 2006 e 2015, o acréscimo na participação da categoria Profissionais Criativos, que passou de 47,46% em 2006 (2.437 em 5.135), para 49,02% em 2015. Enquanto o Núcleo Super Criativo foi de 20,33% do total de vínculos em 2006 (1.044 em 5.135), para 22,73% (2.638 em 11.608) em 2015 e o grupo Outros, constituído principalmente por professores, apresentou uma queda de 32,21% do total (1.654 em 5.135) em 2006, para 28,26% (3.280 em 11.608) no final do período.

TABELA 2 – Vínculos ativos de imigrantes trabalhadores conhecimento de países do Sul no Brasil, segundo categorias de ocupação por sexo para 2006, 2010 e 2015

Vínculos por Categorias de Ocupações	2006			2010			2015		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Núcleo Super Criativo	825	219	1.044	1.264	345	1.609	2.013	625	2.638
.Analistas de sistemas	201	62	263	278	63	341	623	152	775
.Engenheiros eletroeletrônicos	93	11	104	148	17	165	234	22	256
.Engenheiros civis	100	9	109	136	22	158	165	30	195
Profissionais Criativos	1.436	1.001	2.437	1.320	1.072	2.392	3.546	2.144	5.690
.Médicos	850	255	1.105	1.083	386	1.469	1.455	624	2.079
.Administradores	99	49	148	149	77	226	288	171	459
.Enfermeiros	10	90	100	10	107	117	27	139	166
Outros	1.105	549	1.654	1.425	770	2.195	2.069	1.211	3.280
.Professor de nível superior do ensino fundamental (1ª a 4ª série)	345	172	517	70	90	160	827	400	1.227
.Professor na área de formação pedagógica do ensino superior	279	159	438	289	179	468	563	277	840
.Professor nas áreas de língua e literatura do ensino superior	125	153	278	161	212	373	331	391	722
Total	3.366	1.769	5.135	4.009	2.187	6.196	7.628	3.980	11.608

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2006, 2010 e 2015. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).

De maneira mais descritiva, destaca-se que no Núcleo Super Criativo, predominaram em 2015 os registros de Analistas de Sistemas (775); Engenheiros Eletroeletrônicos (256), e Engenheiros Civis (196) do total de registros para imigrantes trabalhadores do conhecimento. Já entre os

Profissionais Criativos se destacaram os Médicos - ocupação com maior número de registros – responsáveis em 2015 por 17,81% (2.079 em 11.608) dos cargos ocupados pelos imigrantes do conhecimento; Administradores (459) e Enfermeiros (166). Finalmente, na categoria Outros, sobressaíram em 2015 professores de nível superior do ensino fundamental (1ª a 4ª série) (1.227); na área de formação pedagógica do ensino superior (840) e nas áreas de língua e literatura do ensino superior (722).

Cabe ponderar, ainda, que entre os imigrantes do Sul inseridos na ocupação de médicos no mercado de trabalho formal brasileiro em 2015, 50,26% (1.045 em 2.079) eram bolivianos, além dos peruanos (150), argentinos (103), colombianos (102) e outros. Os chilenos por sua vez foram maioria entre os analistas de sistemas computacionais (106) e os professores de formação pedagógica (103) e de línguas e literatura (117). Já os chineses atuaram, principalmente, como engenheiros eletroeletrônicos (108).

Considerações Finais

Com base na discussão realizada ao longo desse estudo é possível pensar em algumas considerações gerais sobre os movimentos migratórios internacionais que permeiam a sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XXI, especialmente, no que diz respeito à migração qualificada Sul-Sul e, mais especificamente, aos imigrantes trabalhadores do conhecimento do Sul quando considerados com base nos registros da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Primeiramente, é possível observar um aumento absoluto no número de vínculos ativos de trabalho para imigrantes, sobretudo, para aqueles com nacionalidades próprias aos “países do Sul”. Esse processo pode estar relacionado ao crescimento dos fluxos migratórios, à maior inserção desses profissionais no mercado de trabalho formal do país ou mesmo a uma possível melhora nos registros administrativos obtidos a partir da base de dados da RAIS entre 2006 e 2015. Tal perspectiva permite, portanto, avaliar de maneira mais coerente não apenas a inserção laboral de imigrantes, mas a dinâmica do mercado de trabalho nacional e suas mudanças.

Uma segunda consideração diz respeito à importância dos Blocos regionais como o MERCOSUL e dos acordos e parcerias internacionais firmados no âmbito das relações Sul-Sul como possíveis fomentadores da integração regional no âmbito da América do Sul e até mesmo global, quando se pensa o BRICS, por exemplo. Essa perspectiva explicativa ganha espaço quando se leva em consideração os acordos e as diretrizes adotadas no MERCOSUL em favor de uma de uma maior mobilidade e da garantia de direitos trabalhistas, assistência social e educação entre os países membros e associados ao bloco. Não obstante, é necessário levar em consideração as limitações impostas pelo contexto geopolítico internacional, muitas vezes desfavorável ao

desenvolvimento de acordos voltados à maior integração entre os países do Sul ou mesmo aos movimentos migratórios, que se tornam cada vez mais, seletivos (PATARRA; BAENINGER, 2006).

A terceira, por sua vez, diz respeito aos imigrantes trabalhadores do conhecimento, visto que esse grupo conta com uma parcela importante dos países do Sul para o Brasil. Destacam-se, entre as nacionalidades consideradas, as latino-americanas e caribenhas, como argentina, boliviana e chilena, o que demonstra a importância das medidas adotadas no âmbito internacional em prol de uma maior circulação regional e de uma melhor regulamentação do trabalho imigrante no Brasil. Além disso, cabe avaliar a importância crescente de fluxos heterogêneos e diversos de profissionais altamente qualificados e criativos, inseridos muitas vezes em uma lógica de internacionalização das grandes empresas multinacionais, como os dos chineses trabalhadores do conhecimento. Não obstante, há que se avaliar a significativa presença de imigrantes com outras formações e níveis de escolaridade, que indicam a existência de outros processos também em curso (OLIVEIRA et al., 2016).

A dispersão de imigrantes trabalhadores do conhecimento entre os diferentes estados brasileiros, além de São Paulo - mesmo que este se mantenha como grande centro para essa parcela específica de imigrantes (DOMENICONI, 2017) – indica o movimento de interiorização de capitais transnacionais e a consequente migração internacional (SASSEN, 1988).

Dessa forma, pode-se concluir que o Brasil tem, cada vez mais, se inserido nas rotas da migração internacional Sul-Sul, especialmente, da parcela mais qualificada desses imigrantes, o que nos leva a pensar na formação de um cenário de circulação de cérebros (GUELLEC; CERVANTES, 2001; SOLIMANO, 2006) associado fortemente aos empregos formais constituídos como parte da dinâmica transnacional de reprodução do capital de empresas multinacionais e altamente especializadas (PEIXOTO, 2001).

Referências

- ARIZA, M.; VELASCO, L. (Org.) **Métodos cualitativos y su aplicación empírica**: por los caminos de la investigación sobre migración internacional. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto de Investigaciones Sociales, 2015.
- AURIOL, L.; SEXTON, J. Human resources in science and technology: measurement issues and international mobility. In: OCDE. **International mobility of the highly skilled**. Paris: OCDE Publication Service, 2001.
- BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In: _____. (Org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2013. (Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 9).
- _____. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2012.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **BRICS**: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. S.d. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- BRAUDEL, F. O tempo do mundo. In: _____. **A dinâmica do capitalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1987.

- BRITO, F. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995.
- CASTELLS, M. End of millennium. In: _____. **The information age: economy, society, and culture**. Oxford: Blackwell Publishers, v. 3, 1998.
- _____. The rise of network society. In: _____. **The information age: economy, society, and culture**. Oxford: Blackwell Publishers, v. 1, 1996.
- CESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo, SP: Xamã, 1996.
- IBGE. **Relação anual de informações sociais – RAIS**. Rio de Janeiro, RJ, s.d. Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais.html>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- DOMENICONI, J. O. S. **Migração internacional qualificada: trabalhadores do conhecimento em São Paulo no início do século XXI**. 2017. 173f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.
- FLORIDA, R. **The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community & everyday life**. New York, NY: Basic Books, 2014. (e-book).
- GAILLARD, A. M.; GAILLARD, J. **International migration of the highly qualified: a bibliographic and conceptual itinerary**. New York, NY: Center for Migration Studies, 1998.
- GOLGHER, A. B. **As cidades e a classe criativa no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados**. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2006.
- GUELLEC, D.; CERVANTES, M. International mobility of highly skilled workers: from statistical analysis to policy formulation. In: OCDE. **International mobility of the highly skilled**. Paris: OCDE Publication Service, 2001.
- HAGIU, A. The influence of transnational corporations on labor force migration in Romania and in the European Union in the context of global crisis. **Anale. Seria Științe Economice**, Timișoara, v. 16, p.344-351, 2010.
- LUO, Y.; WANG, W. High-skill migration and chinese Taipei's industrial development. In: OCDE. **International mobility of the highly skilled**. Paris: OCDE Publication Service, 2001.
- MARTINE, G. A globalização inacabada: as migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v.19, n.3, p. 3-22, 2005.
- MELDE, S. et al. Introduction: the South–South migration and development nexus. In: _____ et al. (Ed.). **A new perspective on human mobility in the south**. Heidelberg: Springer, 2014.
- MELLO, L. F. **Trabalhadores do conhecimento e qualidade do lugar em Campinas – SP**. 2007. 217f. Tese (Doutorado) – Departamento de Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.
- MEZA, R. B. La inserción internacional de Brasil: el papel de BRICS y de la región. **Revista Universum**, Talca, Chile, v. 2, n. 30, p. 17-35, 2015.
- UNITED NATIONS. Migrants by origin and destination: the role of South-South migration. In: _____. **Population facts**. New York, NY, 2012.
- OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **The measurement of scientific and technological activities: manual on the measurement of human resources devoted to S&T “Canberra Manual”**. Paris, 1995.
- OLIVEIRA, A. T. R. et al. **O acordo de residência do Mercosul e a inserção da força de trabalho sul-americana no Brasil: uma análise exploratória**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

- PALERMO, G.; OLIVEIRA, A. T.; LOPES, J. Conceitos e notas metodológicas – CGIg/CNig, RAIS, Censo Demográfico (IBGE). In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, DF: OBMigra, 2015. (Cadernos OBMigra, Ed. Especial).
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: Metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 21, n. 60, p. 83-122, 2006.
- _____. Migrações internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.
- PEIXOTO, J. The international mobility of highly skilled workers in transnational corporations: the macro and micro factors of the organizational migration of cadres. **International Migration Review**, US, v. 35, n. 4, p. 1030-1053, 2001.
- _____. **International firms, national managers: the obstacles to migration of highly skilled labour in transnational corporations**. Copenhagen: ISEG – SOCIUS, 1999.
- PELLEGRINO, A. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2003. (Serie Población y Desarrollo 35).
- SASSEN, S. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SOLIMANO, A. **The international mobility of talent and its impact on global development**. New York, NY: United Nations University, 2006.
- TILLY, C. **Transplanted networks**. New York, NY: New School for Social Research, 1986. (Working Paper, n. 35).

O RECRUTAMENTO DE MÉDICOS-IMIGRANTES PELO PROGRAMA MAIS MÉDICOS E A PARTICULARIDADE DO CASO CUBANO

Patricia Villen

No final de 2013, a importação em massa de médicos pelo Programa Mais Médicos gerou um intenso debate nacional⁸⁴, com repercussão imediata na mídia, revelando-se um tema polêmico em diferentes âmbitos, dentre os quais, a discussão do que significa, hoje, ampliar o sistema público de saúde, as disputas político-partidárias, os interesses da categoria médica (que se sentiu ameaçada nos seus salários e postos de trabalho), os diferentes modelos de formação e concepção da medicina implicados na contratação internacional, e, sobretudo, a decisão da importação majoritária desse serviço em Cuba. De fato, diversos fatores contextuais evidenciam que a discussão suscitada foi (e ainda é) demasiadamente centrada no fato de que a maioria dos médicos importados seja de nacionalidade cubana.

Tal constatação ficou evidente na reação provocada no país pela chegada dos grupos de médicos cubanos, podendo ser considerada um exemplo antitético de uma imigração escolhida – dentro do restrito e burocrático circuito legalizado da imigração por motivo de trabalho –, que vem ao país para exercer uma profissão universal em seus alcances, o serviço de saúde público gratuito, porém, ao ser anunciada como de proveniência predominantemente dos países do Sul Global, mais especificamente de Cuba, passou a ser rechaçada com força e para além das disputas políticas e dos interesses da categoria médica e de suas entidades representativas (ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA, 2013). Ao invés de bem-vindos, os médicos cubanos – muitos deles negros – foram recebidos com desprezo e desconfiança pela grande mídia (BECKER, 2017), por parte da categoria médica brasileira e da população do país⁸⁵.

Para além dos posicionamentos políticos e a despeito de o sistema de saúde em Cuba ser referência mundial, a atuante campanha contra o programa Mais Médicos, no fundo, comporta também nuances racistas, com efeitos práticos contra os médicos-imigrantes do Sul Global como um todo. Muitos desses médicos, em particular os cubanos, sentiram na pele a exposição a xingamentos, ao descrédito relativo ao profissionalismo e à eficiência no exercício de suas atividades e até na capacidade linguística de se comunicar com

⁸⁴ Lamentavelmente, longe desse debate ser canalizado para discutir seriamente o problema da saúde pública, portanto também das condições de trabalho dos médicos – brasileiros e não-nacionais –, os argumentos assumiram outros vieses, desde posições políticas contrárias à importação de médicos de Cuba, até opiniões xenófobas e racistas, em particular contra os médicos provenientes do Sul Global.

⁸⁵ O estudo de Becker (2017) mostra, inclusive com imagens, a expressão dessas manifestações hostis em reportagens da mídia brasileira.

a população brasileira. Trata-se, portanto, de um caso emblemático que evidencia claramente como o racismo pode se manifestar mesmo nos estratos mais altos do mercado de trabalho que se utiliza do trabalho imigrante, que reflete também um contexto mais amplo de “agudização do racismo” (BASSO, 2010) contra os imigrantes e refugiados, notadamente nos países do Norte Global, principais destinos desses fluxos.

Contudo, não há dúvida que esse estranhamento esteja sendo respondido, de forma a desmentir essas acusações, tanto por parte dos próprios médicos do Sul Global, em particular os cubanos, quanto também da população brasileira, incluída a categoria dos médicos. Isso comprova a capacidade por parte desses médicos de superarem barreiras construídas e de serem aceitos no e pelo tratamento médico, ou seja, no seu ambiente de trabalho, que é essencialmente humano, e prescinde da nacionalidade para seu pleno exercício.

Sem dúvida, esse tema de pesquisa, por envolver o trabalho em saúde, concerne à sociedade brasileira por inteiro. Ele toca mais diretamente seus estratos mais baixos, principais representantes da parcela usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), mas não deixa de abranger também aqueles intermediários, tendo em vista os altos custos dos convênios de saúde – muitas vezes impeditivos para as famílias⁸⁶. Sem deixar de considerar que a prestação desse serviço médico está sendo fornecida nas periferias das cidades e lugares de difícil acesso, ou seja, implica principalmente o atendimento da população de baixa renda, residente em bairros muitas vezes marcados por problemas de violência, infraestrutura e escassez de serviços públicos, que são particularmente graves nas grandes metrópoles. Tais localidades, quando marcadas pela violência do tráfico de drogas, por exemplo, podem inclusive implicar alto risco no trabalho. Além da atuação nesses espaços urbanos, os médicos cubanos também penetraram, por meio de sua profissão de cura, o profundo do Brasil, na região árida do Nordeste e em zonas rurais e de floresta, onde estão as populações indígenas, quilombolas, dentre outros grupos sociais (PEREIRA, 2016).

A questão de fundo envolvida na importação de médicos envolve diversos fatores, dentre eles, o aumento dos fluxos com perfil qualificado-especializado do trabalho imigrante e o funcionamento do sistema de recrutamento de serviços de saúde em escala mundial. Não por acaso, a migração internacional de profissionais da área da saúde, em particular de médicos e enfermeiras, também está aumentando em escala mundial (ILO, 2014). A intensificação do grau de internacionalização do funcionamento do mercado de trabalho e a escassez desse serviço em diferentes países colaboram

⁸⁶ Além das reclamações e da insatisfação dos usuários-contratantes que, embora empreguem grande parte da renda para o pagamento das mensalidades desses convênios, se deparam continuamente com a má qualidade dos serviços e do atendimento, a não disponibilidade de determinados exames ou recursos curativos, a demora para agendamento das consultas, bem como com problemas das estruturas hospitalares.

para que esse sistema ganhe amplitude em âmbito global, sendo utilizado principalmente nos países centrais (WICKRAMASEKARA, 2014; MASSANET; ANDRÉS 2013). O caso do Reino Unido é exemplar, pois, apresenta altas taxas de recrutamento internacional desses serviços, seja internamente à União Europeia (nas periferias da zona euro), seja externamente.

No que se refere ao contexto brasileiro, é necessário considerar os problemas com as estruturas de saúde básica, a escassez de médicos que se dispõem ao atendimento das populações mais carentes e também o sucateamento desse serviço público no Brasil, que ganhou força a partir dos anos 1990, caminhando lado a lado com o avanço do processo de privatização do setor, pelos convênios de saúde⁸⁷ (LIMA, 2013; SCHEFFER, 2013; GOMES, 2010; ROSEN, 1994; SCHRAIBER, 1993).

Todavia, é importante notar que a solução importadora foi, pela primeira vez, utilizada como meio para a expansão da prestação gratuita desse serviço no Brasil, fator que releva novidades em relação às transformações e características do trabalho imigrante nesse início de século. No intuito de contribuir para essa investigação, o presente artigo visa à integração da frente de pesquisa sobre as dinâmicas dos fluxos migratórios internacionais contemporâneos em sua relação com o trabalho, conseqüentemente o estudo do trabalho imigrante no Brasil, com especial atenção ao sistema de recrutamento internacional de serviços de saúde. Pretende-se contribuir para elucidar problemáticas derivadas das referidas dinâmicas, que são quase sempre desconsideradas no debate sobre o programa Mais Médicos, a despeito de sua importância para a compreensão de questões de fundo.

Com esse fim, o programa Mais Médicos será analisado, com especial ênfase no trabalho dos médicos cubanos, a principal nacionalidade recrutada. Em um primeiro momento, apresenta-se uma discussão de fatores que ajudam na compreensão da manifestação dessa modalidade específica de recrutamento internacional de serviços de saúde no Brasil pelo Programa Mais Médicos e sua ligação com o contexto internacional. Em um segundo momento, serão expostos os elementos característicos do regime laboral e de visto implicados, bem como uma problematização das marcas da flexibilidade e da temporalidade desse trabalho imigrante com perfil qualificado. Contempla-se, neste estudo, a análise das particularidades e das ambivalências relativas à contratação dos médicos cubanos. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

Médicos-imigrantes no Brasil Contemporâneo

A perspectiva de investigação científica adotada pelo presente artigo leva em consideração o mercado global dos recursos humanos qualificados, que abrange o tema mais amplo do recrutamento internacional de força de trabalho

⁸⁷ É necessário destacar que, embora as estruturas de saúde básica do país sejam bastante deficientes, o sistema de saúde gratuito atinge dimensões não desprezíveis para um país da periferia do capitalismo.

com perfil qualificado e/ou especializado. Este objeto vem sendo bastante investigado em suas diferentes variáveis nos países do Norte Global, por representarem o principal alvo desses fluxos migratórios na atualidade (KAHANEC, 2013; ARAGONES; SALGADO, 2011).

Segundo Pizzarro, o peso crescente dessa modalidade migratória se refletiu no Acordo Geral de Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC), regulamentando em 1995 a formação de um mercado global de recursos humanos qualificados para a prestação de serviços, operacionalizado pelo regime temporário de residência no país de destino. Conforme destaca o autor, o acordo “prevê a mobilidade de pessoas condicionada à prestação de serviços, mas não se aplica à inserção no mercado de trabalho, nem a direitos de cidadania e residência” (PIZARRO, 2005, p. 20).

De fato, há atualmente um consenso entre os Estados-nação em considerar os fluxos de trabalhadores com perfil qualificado-especializado como reflexo natural do funcionamento do presente estágio da economia e da livre circulação de capitais (SASSEN, 1988). Os governos participam e encorajam o chamado mercado global das competências ou dos recursos humanos para setores específicos da indústria, serviços e finanças, no âmbito privado e público, mesmo se de forma reticente em relação à permanência desses imigrantes, ou seja, abrindo as fronteiras temporariamente (RUIZ, 2011).

No período de 2007-2014, foi possível verificar, no Brasil, a mesma tendência apontada por diversos estudos sobre o aumento da imigração com perfil qualificado-especializado em regime temporário de permanência (BAENINGER, 2010)⁸⁸, mesmo se em proporções bem menores se comparado com os países do Norte global. Esses fluxos para o país abrangem diferentes nacionalidades, categorias profissionais e ganharam uma importância crescente nas autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em particular após a eclosão da crise econômica internacional (2007), sendo bastante nítida sua presença no desenho institucional do fenômeno. É claro que os efeitos da crise mundial – que começam a se manifestar com mais intensidade a partir de 2015 no Brasil – tiveram reflexo também na diminuição desses fluxos de entrada no país e, concomitantemente, no aumento daqueles de saída, de imigrantes e brasileiros. Todavia, é necessário lembrar que a demanda estrutural por essa face qualificada-especializada do trabalho imigrante se coloca como uma componente significativa do funcionamento do mercado de trabalho em sua ligação com movimentos migratórios em escala global, portanto, não deixará de existir no país, em

⁸⁸ Dentre outros motivos, colaboram para esse quadro as transformações na estrutura produtiva do país (relativas à intensificação do processo de internacionalização produtiva e financeira), a expansão da indústria de petróleo, o tratamento legal diferenciado oferecido a essa modalidade de imigração, os altos índices de desemprego, bem como a emergência do próprio Estado brasileiro como consumidor direto, em grande escala, da força de trabalho de imigrantes, em particular nos serviços de saúde e educação superior.

particular em setores em expansão, como o do petróleo ou mesmo naqueles impulsionados pela internacionalização.

Essa modalidade de imigração ocorre em geral, mas não somente, dentro do circuito legalizado e de entrada facilitada para atuação em diversos setores de peso da economia nacional, sendo representada oficialmente como um produto da forte seletividade do funcionamento internacionalizado do mercado de trabalho, bem como das diretrizes da política nacional de desenvolvimento, principalmente para suprir a escassez de profissionais qualificados para atuação em setores específicos.

Trata-se de uma modalidade de migração que reflete a complexidade e as particularidades das dinâmicas dos fluxos migratórios atuais (BAENINGER, 2015), envolvendo o inteiro globo e características novas em diferentes aspectos – funcionamento das redes, número de países envolvidos, tempo de permanência, particularidades das experiências imigratórias permitidas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e das tecnologias de comunicação, modo de operar das políticas imigratórias, entre outras.

Além das questões sociológicas já citadas, o caso do recrutamento dos médicos cubanos também é emblemático para compreensão das novidades e transformações relativas ao trabalho imigrante no Brasil neste início do século XXI. A presença de imigrantes nessas áreas do setor público já era uma realidade – principalmente se consideradas as últimas duas décadas –, porém mais limitada em números. Há mudanças significativas reveladas pela contratação massiva de médicos pelo programa “Mais Médicos”. A título de comparação, entre os anos de 1998 e 2000, houve apenas 285 autorizações de trabalho para médicos concedidas no Brasil (BAENINGER; LEONCY, 2001). Nos anos mais recentes, essas autorizações atingiram patamares completamente distintos, conforme será mostrado adiante.

Embora a barreira da revalidação do diploma representasse um obstáculo não pequeno, o Brasil, desde muito tempo, era um destino almejado para médicos, notadamente para latino-americanos, por oferecer a proximidade geográfica, salários mais elevados no sistema público e um mercado privado de grandes dimensões. A emigração de médicos latino-americanos para o país, principalmente da Bolívia, Peru e Colômbia, geralmente começava com o intercâmbio temporário de estudantes em cursos de especialização e depois se transformava em uma imigração permanente em busca de maiores salários. Para essa imigração mais antiga, a principal diferença estava na exigência da revalidação do diploma, ou seja, o profissional que não fosse vinculado a programas específicos (de intercâmbios institucionais) deveria ter o registro de seu diploma aprovado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM). Sem o visto de permanência, não era possível requerer a revalidação do diploma para poder atuar profissionalmente no país.

A solução importadora do Programa Mais Médicos foi justificada pelo Estado brasileiro com base no dado real da escassez de médicos no serviço

público de saúde destinado a atender populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residentes nas periferias das capitais, cidades e regiões do país mais pobres e de difícil acesso⁸⁹. Não deixa de ser também verdade que essa solução traz para o Estado brasileiro, do ponto de vista de seus custos, os benefícios de uma contratação flexível, além de representar o único meio imediato para se responder a uma demanda pública explosiva. Não por acaso, conforme ressaltou Braga (2014, p. 75), a medida de contratação de médicos estrangeiros foi anunciada logo após as manifestações populares que eclodiram em escala nacional em junho de 2013 e foram “catalisadas” por “graves problemas” nos serviços básicos públicos, em particular do transporte, mas também da educação e saúde.

No Brasil, o dismantelamento do sistema público de saúde teve também por consequência a quase destruição da visão universal e gratuita da medicina, portanto também de uma cultura que se empenha para manter um sistema de atendimento à população como um todo, independentemente de sua renda. Essa questão, somada à depreciação dos salários, à deficiência das estruturas de atendimento e à falta de um plano de carreira no SUS, faz com que a maioria dos médicos, com a exceção de poucos, sejam partidários do favorecimento ao atendimento privado. Daí a polêmica com a contratação de médicos cubanos, que significa também um choque de visão e de concepção do que é a medicina. Como é sabido, a medicina cubana é essencialmente pública e ainda conserva seu traço de priorizar a educação preventiva dos pacientes, a partir do atendimento do médico de família, ligado à população do território pela qual se sente extremamente responsável, independentemente de sua renda.

Deve-se considerar também a particularidade do sistema de importação dos médicos cubanos, que se encontram hoje, como é notório, nos mais diversos países, notadamente naqueles que mantêm relações internacionais mais estreitas com Cuba (GOMBATA, 2016) e, é claro, possuem uma carência acentuada de serviços médicos. O recurso de formação e exportação massiva de médicos coloca-se como um instrumento do Estado cubano que envolve contradições. Por um lado, pode ser interpretado como uma política pública que, na contracorrente dos países periféricos, oferece o acesso, de forma geral à sua população, do sistema de saúde público, com excelência reconhecida mundialmente e com alcances também de uma missão internacional. Por outro lado, esse sistema também é utilizado como mecanismo de arrecadação de divisas baseado na mobilidade temporária de parte dos médicos nacionais. É necessário, portanto, investigar com mais profundidade em que medida o recrutamento dos médicos cubanos (com tratamento legal diferenciado) afasta

⁸⁹ O procedimento foi efetuado por meio de um edital de concurso público, aberto para brasileiros residentes no país e no exterior, bem como para estrangeiros formados em países nos quais a relação entre o número de médicos para cada 1.000 habitantes fosse de pelo menos 1,8. Essa relação, por sinal, é largamente ultrapassada por Cuba (6,9), que tem índices médicos e um sistema de saúde que são referência mundial.

ou corrobora hipóteses levantadas pela literatura sobre a emigração dessa nacionalidade, situando-a como refúgio ou como “migração econômica” (CERVANTES, 2010; PORTES, 1969; 1980).

O sistema de recrutamento internacional do Programa Mais Médicos

Em outubro de 2013 (Lei n. 12.871), com a implantação do Programa Mais Médicos, a barreira da revalidação do diploma foi derrubada para possibilitar a contratação de médicos para trabalhar na rede nacional de atendimento básico de saúde pública, em regime temporário de três anos⁹⁰ (renovável uma única vez, por igual período). Até o ano de 2014, foram contratados, em regime temporário de três anos, 12.165 médicos estrangeiros para atuar em 2.177 municípios espalhados pelo Brasil. O salário oferecido pela jornada de 40 horas semanais era de R\$10.000,00, mais a ajuda de custo a cargo dos Municípios para despesas de aluguel e alimentação (que podia variar de R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00) e o pagamento da passagem para o médico e sua família. Os principais representantes são, de longe, os cubanos, 11.452 (6.676 mulheres e 4.776 homens), seguidos dos venezuelanos, argentinos, uruguaios e bolivianos. Há mais nacionalidades de países do Sul Global implicadas, sendo a Espanha e Portugal os principais representantes dos países centrais. Em seu conjunto, o programa envolve profissionais de 49 distintas nacionalidades.

Na contratendência do desequilíbrio da presença de mulheres nesse circuito migratório com perfil qualificado-especializado (ROULLEAU-BERGER, 2010), a contratação de mulheres supera a de homens, respectivamente de 6.974 e 5.191. A Tabela 1 esclarece a composição por nacionalidade e sexo dos fluxos relacionados ao programa Mais Médicos.

Um aspecto que não pode passar despercebido para a análise do trabalho médico dentro desse sistema de importação refere-se à flexibilidade da contratação, na forma de bolsa-formação, que deixa explícito o afastamento de “relações empregatícias de qualquer natureza”. Por esse motivo, essas contratações não estão incluídas nas autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Essa forma de contratação desvincula o Estado brasileiro de todos os encargos de proteção social do trabalho, ou seja, no fundo, a solução importadora é a mais vantajosa economicamente, porque além de ter a pronta entrega de médicos já formados, também reduz custos desembolsados para a prestação desse serviço⁹¹.

⁹⁰ Isso quer dizer que, no total, o médico pode permanecer no máximo seis anos no Brasil. Caso opte por permanecer no país, e não seja promulgada nenhuma lei específica para os médicos estrangeiros participantes do programa, terão que conseguir tanto o visto permanente, quanto a revalidação do diploma.

⁹¹ O contrato inclui, no entanto, a jornada de oito horas diárias, o direito de trinta dias de férias e do afastamento remunerado em caso de doenças. Porém, não está incluído o décimo terceiro salário e o fundo de garantia.

TABELA 1 – Médicos participantes do programa “Mais Médicos”, por nacionalidade, até dez/2014

País de origem	Mulheres	Homens	Total
Cuba	6.676	4.776	11.452
Argentina	65	80	145
Bolívia	27	45	72
Espanha	20	34	54
Colômbia	7	11	18
Haiti	6	15	21
Honduras	9	6	15
Itália	3	10	13
México	7	17	24
Portugal	10	14	24
Rep. Dominicana	10	16	26
Paraguai	4	3	7
Uruguai	30	36	66
Venezuela	74	77	151
Peru	7	9	16
El Salvador	4	5	9
Alemanha	1	4	5
Total	6.974	5.191	12.165

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos junto ao Ministério da Saúde.

Obs: Foram colocadas na tabela apenas as nacionalidades mais representativas, por isso o “Total” não representa a soma das nacionalidades expressas.

Outro aspecto bastante problemático refere-se ao próprio regime de contratação temporária adotado pelo programa. Há muitas implicações dessa provisoriedade, que como ensina Sayad, é imputada à condição de imigrante. Hoje, essa provisoriedade ganha proporções sem precedentes na forma de funcionamento do sistema de imigração, tendo em vista os regimes temporários de contratação *just in time*, que, no que se refere ao trabalho imigrante também implica uma dependência da relação contratual e de seu vínculo com o visto. Além disso, a solução importadora dentro do regime temporário flexível está sujeita à discricionariedade do Estado brasileiro, como empregador, na decisão sobre a necessidade e a possibilidade (financeira) da manutenção desses médicos no país dentro do serviço público de saúde. Desse modo, a continuidade das contratações depende das prioridades do governo que detém o mandato de poder. Quem potencialmente pode pagar o preço desse sistema são os próprios médicos-imigrantes, que não têm segurança sobre a renovação de seu contrato e, em função disso, podem ter que deixar o país. A população usuária do SUS, igualmente, não tem garantia da continuidade da prestação desses serviços.

No que se refere aos médicos cubanos, há um sistema peculiar – e interestatal – de recrutamento internacional dessa força de trabalho, via Estado brasileiro e cubano, com a intermediação da Organização Panamericana de Saúde (OPAS). No que se refere à relação empregatícia para os médicos cubanos, as consequências (para os próprios profissionais), desse sistema de contratação em regime temporário devem ser relativizadas, já que esses trabalhadores são funcionários públicos do Estado cubano estando, portanto, em uma missão temporária, mas mantendo a estabilidade de emprego em seu país de origem. Isso não significa, porém, que sob a ótica do Estado brasileiro, enquanto empregador, não advenham os benefícios de uma contratação flexível. Sobretudo, não se pode ignorar que a estabilidade é uma característica importantíssima para qualquer ser humano. Sem dúvida, a mobilidade temporária implica sofrimentos emocionais e psicológicos, principalmente quando deixam filhos nos países de origem, como é o caso de muitas médicas cubanas que expressam muita dor ao falar dessa distância.

Como se trata de uma imigração recente, ainda são incipientes as pesquisas sobre o tema⁹², não sendo possível prever quantos desses médicos permanecerão no Brasil após os três anos de contrato (renovável por igual período, uma única vez)⁹³. Além da incerteza sobre a renovação dos contratos, já foram anunciados alguns casos (poucos em relação ao total de médicos recrutados) de deserção do Programa Mais Médicos e da opção pela permanência no Brasil. Além disso, entende-se necessário fazer outras pontuações analíticas, no sentido de alertar sobre a necessidade de algumas ponderações, ligadas ao funcionamento do sistema de saúde familiar em Cuba, à derivada cultura específica da medicina nesse país e à concepção da exportação de médicos dentro da visão particular de uma missão humanitária internacional.

Na sociedade cubana, vige a cultura de uma medicina orgânica à comunidade, ou seja, que prescinde de uma hierarquia dos médicos com relação à população atendida – como de fato ocorre no Brasil – com pressupostos também internacionalistas de ajuda à população carente de outros países. O deslocamento para zonas com escassez de médicos é um pré-requisito informado, desde o início, pelo sistema de formação da Universidade de Medicina cubana e pelas modalidades de exercício dessa profissão naquele país

⁹² Sobre a representação midiática do Programa Mais Médicos, ver Becker (2017); sobre os impactos do Programa Mais Médicos nos indicadores de saúde, ver as análises da Fundação Oswaldo Cruz e De Couto, 2015; sobre a relação dos médicos cubanos com população rural brasileira, ver Pereira (2016). Sobre o preconceito em relação aos médicos estrangeiros, ver Barros, 2016; sobre as relações de política externa envolvidas no Programa Mais Médicos, ver Gombata (2016).

⁹³ Isso quer dizer que, no total, o médico pode permanecer no máximo seis anos no Brasil. Caso opte por permanecer, terá que conseguir tanto o visto permanente quanto a revalidação do diploma. Esses médicos enfrentam um ambiente institucional hostil na atualidade de crise contexto brasileiro, o que também pode provocar a permanência no país de forma indocumentada, portanto desprotegida juridicamente e mais exposta à exploração no trabalho e abusos na vida social (VILLEN, 2016).

e alhures para qualquer jovem que decide atuar nessa profissão⁹⁴. Ademais, é preciso também considerar que a exportação de médicos pelo governo cubano não integra o fenômeno chamado de “fuga de cérebros”, pois é decorrência de uma política pública de formação dessa categoria ocupacional que, apesar dos recursos econômicos escassos do país, ganhou excelência e uma dimensão maior do que necessitava para atender a própria população.

As ambivalências implicadas nessa relação de assalariamento envolvendo os médicos cubanos tornam necessárias pesquisas investigativas dessas especificidades, no sentido de se perguntar até que ponto relativizam os fatores problemáticos do trabalho do imigrante envolvido num sistema de importação de força de trabalho mundialmente utilizado, neste caso via Estados. Esses médicos retêm de 15 a 20% do salário – sendo o restante destinado ao Estado cubano – e mesmo que essa quantia possa significar algo na sociedade cubana, no Brasil implica sérios problemas de estruturação, em função dos altos custos de vida, principalmente nas cidades grandes⁹⁵.

Ponderar essas questões não significa, entretanto, assumir o discurso da grande mídia e de posições políticas anti-imigrantes que não economizaram esforços para construção de uma imagem de “miserabilismo” desses médicos cubanos. Não é a fome ou o impedimento do exercício da própria profissão no país de origem que explica a aceitação de atuar em áreas com graves problemas sociais e econômicos do Brasil. Essa visão reducionista, da “pobreza” dos cubanos, não corresponde à riqueza da formação e da prática profissional que estão desenvolvendo com a população brasileira.

Considerações Finais

Procurou-se oferecer elementos preliminares de discussão, que visam contribuir para o registro e a análise do trabalho dos médicos recrutados pelo Programa Mais Médicos no Brasil, notadamente dos cubanos, a principal nacionalidade recrutada. A particularidade do trabalho dos médicos cubanos, embora contenha especificidades e ambivalências que devem ser consideradas, revela igualmente tendências mais gerais, em escala global e nacional, do funcionamento do mercado de trabalho em sua relação com o fenômeno da imigração.

A análise mais aprofundada desse sistema de recrutamento internacional é emblemática para compreensão das mudanças relacionadas com o trabalho imigrante no Brasil do início do século XXI e revela a presença de imigrantes provenientes de países periféricos também nos estratos mais altos do mercado de trabalho brasileiro.

⁹⁴ Depois da conclusão do curso de medicina, há a obrigatoriedade para todos os médicos de atuar 5 anos nas regiões e lugares afastados de Havana.

⁹⁵ Essa questão se agravou para os médicos recrutados com a desvalorização do real em relação ao dólar, após 2015.

Embora a condição provisória de direito, própria da definição oficial de imigração, como explica Sayad (1998, p. 46), imponha a esses médicos-imigrantes um “estado provisório que deve perdurar” – e que é mobilizado principalmente nos momentos de crise econômica para “promover o refluxo dos imigrantes” –, procurou-se, por meio deste artigo, mostrar como a presença desse trabalho imigrante, em grande parte proveniente do Sul Global, notadamente de Cuba, é parte da história contemporânea da imigração no Brasil, com características específicas ligadas à implantação do Programa Mais Médicos.

A temporalidade, como já indicado, elemento basilar do atual regime de contratação internacional de força de trabalho dentro do circuito legalizado de migração – que não deixa de expressar uma dimensão da flexibilidade do trabalho sob o “império do curto prazo” (KREIN, 2013, p. 23; ANTUNES, 2009) na era da mundialização financeira – não pode apagar essa história e as transformações cotidianas que esses médicos e médicas operam com a prática de sua profissão e com as relações estabelecidas com a população brasileira.

E mais do que qualquer análise escrita sobre o tema, as imagens fotográficas de Araquém Alcantara, em seu livro “Mais Médicos”, já deixaram um registro dos caminhos profissionais – certamente com muitos obstáculos – percorridos pelos médicos e pelas médicas no Brasil profundo, que são sem dúvida acompanhados de relações solidárias, de uma prática profissional altamente qualificada e, em especial, do comprometimento humano com a população brasileira, independentemente de sua renda.

Referências

- ALARCÓN, R. Skilled Immigrants and cerebreros: foreign-born engineers and scientists in the high-technology industry of Silicon Valley. In: FONER, N. (Org.). **Immigration research for a new century: multidisciplinary perspectives**. New York, NY: Russell Sage Foundation, 2000.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ARAGONÉS, A. M.; SALGADO, U. Mercados de trabajo en la economía del conocimiento y el fenómeno migratorio: el caso de Estados Unidos (1990-2006). In: _____ (Org.). **Mercados de trabajo y migración internacional**. México, DF: UNAM, 2011.
- ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. **Carta aberta à população: a saúde pública e a vergonha nacional**. São Paulo, SP, 2013.
- BAENINGER, R. Migrações internacionais: elementos para o debate no século XXI. In: CUTTI, D. Et al. (Org.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo, SP: EDUC, 2015.
- _____. Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil. In: CGEE. **Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília, DF, 2010.
- _____; LEONCY, C. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça). In: CNPD. **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, DF, 2001.

- BARROS, C. M. D. L. **O papel do preconceito e de fatores identitários na oposição aos imigrantes qualificados**. 2016. 165f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Paraíba, João Pessoa, PB, 2016.
- BASSO, P. L'ascesa del razzismo nella crisi globale. In: _____ (Org.). **Razzismo di stato**: Stati Uniti, Europa, Italia. Milano: FrancoAngeli, 2010.
- BECKER, C. L. **Comunicação e interesse público**: o acontecimento Mais Médicos no jornalismo de referência brasileiro. 2017. 164f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.
- BRAGA, R. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. In: SAMPAIO JR., P. (Org.). **Jornadas de junho**: a revolta popular em debate. São Paulo, SP: ICP, 2014.
- CERVANTES, M. R. **International migration in Cuba**: accumulation, imperial designs and transnational social fields. Pennsylvania: Pennsylvania University, 2010.
- COUTO, M. P. **O Programa Mais Médicos**: a formulação de uma nova política pública de saúde no Brasil. 2015. 198f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2015.
- GARCIA JR.; M C. S. G. **Médicos cubanos e usuários do Sistema Único de Saúde**: análise da produção de vínculos a partir do Programa “Mais Médicos”. 2016. 334f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.
- GOMBATA, M. **Política social e política externa**: a atuação de médicos cubanos em programas da Venezuela, da Bolívia e do Brasil. 2016. 100f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.
- GOMES, R. M. **Trabalho médico e alienação**: as transformações das práticas médicas e suas implicações para os processos de humanização/desumanização do trabalho em saúde. 2010. 815f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.
- ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Employer's viewpoint on migration, retention and return of health-care workers**: an Indian perspective. Geneva, 2014. (Working Paper Series).
- KAHANEC, M. **Skilled labor flows lessons from the European Union**. Bratislav: Central European University, 2013.
- KREIN, J. **As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil**. São Paulo, SP: LTR, 2013.
- LIMA, A. R. C. **Mobilidade do trabalho e disponibilidade de médicos no Brasil**. 2013. 182f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.
- MASSANET, E.; ANDRÉS, F. Médicos latinoamericanos en Cataluna: procesos de integración y desarrollo profesional. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 21, n. 41, p. 225-240, 2013.
- PEREIRA, L. L. **Repercussões do programa mais médicos em comunidades rurais e quilombolas**. 2016. 250f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.
- PIZZARRO, J. M. **Globalizados, pero restringidos**: una visión latino-americana del mercado mundial de recursos humanos calificados. Santiago de Chile, Chile: CELADE, 2005.
- PORTES, A. Immigrants enclaves: an analysis of labor market experiences of Cubans in Miami. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 86, n. 2, p. 295-319, 1980.
- _____. Dilemmas of a golden exile: integration of cuban refugee families in milwaukee. **American Sociological Review**, US, 34, n. 4, p. 505-518, 1969.

- ROSEN, G. **História da saúde pública em São Paulo**. São Paulo, SP: Editora da UNESP; Abrasco, 1994.
- ROULLEAU-BERGER, L. **Migrer au féminin**. Paris: PUF, 2010.
- RUIZ, B. **Foreign and guest workers: immigration and admissions issues**. New York, NY: New Science Publishers, 2011.
- SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. New York, NY: Cambridge University Press, 1988.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: Edusp, 1998.
- SCHEFFER, M. (Coord.). **Demografia médica no Brasil**. São Paulo, SP: CFM/CREMESP, 2013. (Dados Gerais e Descrições de Desigualdades, v. 1).
- SCHRAIBER, L. B. **O médico e seu trabalho: limites da liberdade**. São Paulo, SP: Hucitec, 1993.
- VILLEN, P. Periféricos na periferia. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Editorial Paco, 2016.
- _____. **Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada**. 2015. 304f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- WICKRAMASEKARA, P. **Assessment of the impact of migration of health professionals on the labour market and health sector performance in destination countries**. Geneva: International Labour Organization, 2014.

A HIERARQUIZAÇÃO DE NACIONALIDADES NO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO: MOVIMENTO MIGRATÓRIO ENTRE SUL-SUL E NORTE-SUL⁹⁶

Maria Bernadete Fin

O setor petrolífero brasileiro compreende uma gama de indústrias que englobam toda a cadeia produtiva de petróleo e gás (P&G). Para o funcionamento dessa cadeia produtiva – de modo especial a cadeia de exploração e produção (E&P) – é necessário um mercado de equipamentos e serviços que permita a realização de tais atividades. Dentre outras coisas, o setor emprega força de trabalho proveniente da imigração internacional. Essa força de trabalho qualificada engloba movimentos migratórios que se caracterizam tanto como uma migração sul-sul quanto como uma migração norte-sul. Além disso, o setor foi o responsável por empregar, entre 2011 e 2015, praticamente a metade de toda a força de trabalho qualificada imigrante que está legalmente autorizada a trabalhar no Brasil com visto de trabalho temporário, conforme dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)⁹⁷, ou seja, esta é uma imigração documentada. Ao contrário da imigração de baixa qualificação, composta em grande parte por indocumentados (BAENINGER, 2011), a imigração qualificada foi pouco investigada como componente da imigração internacional no Brasil nessas últimas décadas.

O termo “qualificado” carrega consigo muitos significados e a sua consideração enquanto categoria que define um tipo de trabalho abrange um grande debate para a sociologia. A demanda por uma força de trabalho qualificada cresceu sobremaneira, e a sua importância e funcionalidade está justamente no baixo custo unitário desses trabalhadores, pois permite aos países receptores aumentar sua competitividade internacional também com geração de novos conhecimentos. Dessa maneira, é vantajoso recorrer à força de trabalho qualificada proveniente do estrangeiro, ou seja, trabalhadores qualificados imigrantes, mantendo assim a mesma funcionalidade para o sistema Aragonés e Salgado (2011); Castells (1999); Huws (2012); Lozano e Gandini (2011).

O debate acerca da noção de qualificação e do modelo de competência Dubar (1999) e Hirata (1994) se insere no contexto da nova reestruturação do capital. E a despeito do uso do termo “qualificado” adjetivando a força de trabalho imigrante como forma de distinção, este pode abarcar diferentes níveis de formação, tanto aquela formação acadêmica comprovada como a formação

⁹⁶ Este estudo compõe as análises do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq).

⁹⁷ A partir de 5 de abril de 2016, através da Lei n. 13.266, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) se transformou no Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) (PLANALTO.GOV.BR.) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13266.htm>.

técnica para um setor específico. Estes níveis por sua vez se desdobram em um sem números de profissões ou cargos exercidos pela força de trabalho imigrante que pode ser admitida legalmente pela lei vigente do país sob a mesma denominação de “qualificada”. Além disso, Hirata adverte que o panorama é extremamente complexo e heterogêneo quando se leva em consideração as diferenças relacionadas com o gênero⁹⁸, a qualificação e a divisão internacional do trabalho: “as teses de alcance universal tais como as dos novos paradigmas ou dos novos conceitos de produção são forçosamente questionados à luz de pesquisas empíricas introduzindo tais diferenciações” (HIRATA, 1994).

O contexto no qual as empresas, e os trabalhadores – tanto nacionais quanto imigrantes – do setor de petróleo e gás estão inseridos se baseia na formação de um mercado de trabalho mundial, fundamentado no modo de produção capitalista (MARX, 2013) que se constituiu de maneira desigual, hierarquizando e estigmatizando países e regiões, suas economias e culturas (MARX, 2013) possibilitando a mobilidade dos trabalhadores de forma que a mobilidade espacial da população acompanha a mobilidade do capital (SASSEN, 1988). Essa mobilidade provê um fluxo regulamentado de imigrantes trabalhadores de alta qualificação em detrimento de um fluxo informal de imigrantes trabalhadores, que alimenta um mercado inferior de trabalho (SASSEN, 2011). Para a autora Huws (2012), a mobilidade deve ser vista em duas dimensões: espacial e temporal e se constitui num ponto de partida para uma análise da nova divisão global do trabalho e seus impactos nas condições de vida laboral, nos meios de subsistência e nas carreiras dos trabalhadores (HUWS, 2012).

Huws (2012), afirma que:

O desenvolvimento de uma divisão global do trabalho tem dois aspectos distintos, embora interconectados: o movimento dos empregos para as pessoas e o movimento das pessoas para os empregos. [...] no entanto, uma coisa é perceber esta lógica econômica abstratamente e outra muito diferente é entender como ela se traduz em realidade através do atual espaço geográfico. Para um dado território, contendo seus próprios padrões de relações sociais, história política, experiência do colonialismo, estrutura econômica e cultura, essas forças econômicas poderão ser bem-vindas ou resistidas de formas diferentes. E o conceito de mobilidade não se aplica apenas às viagens através das fronteiras, mas também deve ser aplicado ao aumento de exigências para os trabalhadores se moverem de emprego para emprego e ocupação para ocupação durante o curso de uma vida cada vez mais instável. Em outras palavras, a mobilidade deve ser vista em ambas as dimensões, tanto espacial, quanto temporal (HUWS, 2012).

⁹⁸ Para um melhor aprofundamento do tema consultar: Hirata (2009; 2002a; 2002b) e Hirata e Kergoat (2007).

O fenômeno ocorrido na segunda metade do século XX no que diz respeito à crise estrutural do sistema capitalista que resultou no processo de reestruturação produtiva em escala global, produzindo uma nova configuração ao mundo do trabalho, pode ser melhor entendido a partir de autores que se dedicaram a essa questão. Harvey (1998) apresenta as décadas de 1970 e 1980 como um período conturbado de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. Nesse período, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começaram a tomar forma, ou seja, a passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (HARVEY, 1998). Dessa forma, Harvey (1998) define acumulação flexível como um sistema que se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Ela envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre os setores, como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1998). Nesse novo contexto, o mercado de trabalho, segundo o autor, sofreu uma drástica reestruturação e devido à forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os padrões puderam tirar proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de força de trabalho excedente, caracterizada por desempregados e ou subempregados, para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 1998).

Para entender o fenômeno, Castells (1999), parte do pressuposto de que o paradigma informacional e o processo de globalização que afetam a sociedade em geral tem como seu principal instrumento a empresa emergente em rede na qual, dentro e em torno dela é que se dá as transformações tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas. Assim, Castells (1999) afirma que:

O trabalho nunca foi tão central para o processo de realização do valor. Mas os trabalhadores, independentemente de suas qualificações, nunca foram tão vulneráveis à empresa, uma vez que haviam se tornado indivíduos pouco dispendiosos, contratados em uma rede flexível cujos paradeiros eram desconhecidos da própria rede (CASTELLS, 1999).

Por isso, Castells (1999) afirma que as novas tecnologias possibilitaram um aumento significativo de flexibilidade e adaptabilidade, que contrapôs a rigidez do trabalho à mobilidade do capital; de tal forma que a produtividade e a lucratividade foram aumentadas, houve uma contínua pressão para tornar a contribuição do trabalho a mais flexível possível e conseqüentemente os trabalhadores perderam proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes das condições individuais de negociação e de um mercado de trabalho em mudança constante (CASTELLS, 1999).

O autor demonstra ainda que a economia em rede é “uma nova e eficiente forma de organização da produção, distribuição e gestão” (CASTELLS, 2005), que está na base do crescimento da produtividade, pois as redes atuam através de vários processos que se reforçam uns aos outros, englobando tanto grandes como pequenas empresas. Dessa forma, torna-se possível às grandes empresas se descentralizarem como redes de unidades semiautônomas e, as pequenas e médias empresas podem constituir redes de negócios para manter a sua autonomia e flexibilidade, utilizando seus recursos conjuntamente de maneira que possam competir no mercado. Além disso, as pequenas e médias redes de negócios podem se transformar em fornecedores e subcontratados para uma série de outras grandes empresas e assim sucessivamente outras redes serão formadas (CASTELLS, 2005).

Para a autora Graça Druck (2013) o processo resultante dessa nova precarização social do trabalho pode ser verificado pela disseminação da terceirização a todos os tipos de atividades e setores. E é nesse contexto que a indústria petrolífera brasileira e conseqüentemente a força de trabalho por ela utilizada está inserida. A característica dessa “nova precarização social do trabalho” está amparada:

Na ideia de que se trata de um processo que instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, sobretudo a partir de uma concepção hegemônica pelo capital, esse processo mundial de precarização, também é vivenciado pelos países desenvolvidos (DRUCK, 2013).

Segundo Druck (2013), a terceirização – subcontratação – é um fenômeno velho e novo. No Brasil, a terceirização aparece desde o início da industrialização, porém, segundo a autora, a sua origem está na agricultura, que se apoiava no trabalho tipicamente sazonal – intermitente – e assim permanece até os dias atuais. Também é novo porque ocupa um lugar central nas formas de gestão e organização do trabalho, que se inspiraram no “modelo japonês” – toyotismo – e surgiram nas duas últimas décadas do século passado, no bojo da reestruturação produtiva, como resposta à crise do fordismo (DRUCK, 2013).

Dessa forma, a terceirização atinge de maneiras e com intensidades diversas, tanto trabalhadores mais qualificados quanto os menos qualificados; o mesmo acontece com as diversas regiões do país e, da mesma forma, atinge tanto os setores mais modernos e dinâmicos, como o trabalho informal. (DRUCK, 2013). O seu alcance abrange de forma gradativamente mais intensa quanto menos qualificado for considerado o trabalho e o trabalhador. No que se refere a indústria petrolífera brasileira, mas especificamente a Petrobras, a autora acredita que a situação é extremamente grave para esse setor, pois é também nessa empresa estatal que se evidencia um dos efeitos mais perversos da terceirização – os acidentes de trabalho – entre os quais estão os acidentes fatais,

que atingem em sua maioria os terceirizados. Segundo a autora, os dados (IBASE, 2008) referentes ao ano de 2008 apresentam uma relação de 3,5 terceirizados para cada empregado contratado, um número de 74.240 contratados diretos para 260.474 terceirizados (DRUCK, 2013).

Movimento migratório entre Sul-Sul e Norte-Sul: força de trabalho qualificada e setor petrolífero brasileiro

Nesse contexto, os movimentos migratórios motivados por um setor específico, o setor petrolífero brasileiro, se caracterizam tanto como uma migração sul-sul quanto como uma migração norte-sul. O resultado de pesquisas⁹⁹ realizadas em órgãos do governo brasileiro, responsáveis pelas autorizações de trabalho estrangeiro no país, cujos dados correspondem ao período de 2011 a 2015, possibilitou construir um panorama da força de trabalho qualificada imigrante do setor de petróleo e gás no Brasil que corrobora com a afirmação de fluxos migratórios específicos.

Esse panorama apresenta: um trabalhador imigrante do sexo masculino, com idade entre 20 e 49 anos e educação formal de nível superior completo ou pelo menos ensino médio completo. Além disso, a maioria deles recebe visto temporário de trabalho, sendo que os vistos mais requisitados foram para trabalhar a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira (RN 72) e o de assistência técnica, cooperação técnica e transferência de tecnologia, sem vínculo empregatício (RN 61), solicitados em sua maioria nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Quanto à nacionalidade, os principais países que se destacaram foram Estados Unidos; Filipinas; Reino Unido e Índia (FIN, 2017).

O setor em questão necessita de uma enorme gama de profissionais com as mais diversas formações para trabalhar na prospecção, exploração (extração) e produção do petróleo. Dessa forma, as funções exercidas por esses profissionais, podem ser de caráter administrativo ou técnico, sendo que um maior número dessas funções são exercidas à bordo, para a operação da embarcação, tanto navegação quanto corpo técnico. Porém, também há demanda para área administrativa, embora em menor número, como afirmou o representante de uma empresa de consultoria legal na área de imigração. Em algumas empresas que operam as plataformas, os tripulantes trabalham fixos na plataforma enquanto os técnicos que são contratados, realizam o serviço e depois vão embora, afirmou a Visa Analyst de uma grande empresa multinacional que opera diversas plataformas (FIN, 2017).

Em relação à questão de gênero, a organização do trabalho nas plataformas de petróleo se dá de tal forma que favorece uma participação massiva de trabalhadores que se identificam como homens, enquanto que

⁹⁹ Os dados referentes às pesquisas sobre o perfil da força de trabalho qualificada imigrante no setor de petróleo e gás no Brasil pode ser encontrada em: Imigração qualificada: o setor do petróleo no Brasil (FIN, 2017). Disponível online em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322644>>.

“afasta” as trabalhadoras que se identificam como mulheres de muitas oportunidades de progressão em suas carreiras no setor.

As referidas plataformas podem pertencer à Petrobras ou a empresas privadas e todas são gerenciadas por empresas operadas, sempre sob a supervisão da Petrobras. Assim, grande parte da força de trabalho qualificada imigrante do setor trabalha para estas empresas operadoras da exploração e produção de petróleo e gás. No entanto a operadora também pode subcontratar outras empresas que prestam serviços na área para fornecer a força de trabalho necessária, sendo que muitos deles na condição de expatriados.

Assim, a partir dos dados disponibilizados pelos órgãos do governo brasileiro que são responsáveis pelas autorizações de trabalho estrangeiro no país; das entrevistas realizadas nas visitas de campo e do aporte teórico utilizado foi possível apreender que os países que atualmente são produtores de força de trabalho qualificada imigrante que tem como destino o Brasil e especificamente o setor petrolífero são países notadamente marcados por duas características principais: primeiramente, são países originários das empresas transnacionais que mantém subsidiárias no Brasil e, segundo, são países que tem uma política institucional de governo que “favorece” uma imigração laboral específica para áreas como a do setor petrolífero.

Para elucidar a questão, os dados sobre as autorizações de trabalho temporárias concedidas ao profissional estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira autorizada a operar no Brasil (Resolução Normativa n. 72) entre 2011 e 2015 serão categorizados em:

- .Nacionalidades provenientes de países asiáticos;
- .Nacionalidades provenientes de países-membros do Mercosul; e
- .Nacionalidades provenientes de países europeus/Estados Unidos.

Na base de dados do CGIg/CNIg/MTPS onde a pesquisa se realizou, existe a categoria “Outros” que é problemática porque abarca um sem números de nacionalidades e a quantidade de imigrantes qualificados provenientes desses países, segundo o órgão é pequena se vista individualmente e por isso os dados se concentram no que denominam de “principais nacionalidades”.

A relação entre as autorizações de trabalho temporárias concedidas aos imigrantes qualificados com nacionalidade proveniente de países asiáticos e aquelas concedidas aos imigrantes qualificados proveniente de países-membros do Mercosul é praticamente inexistente. Apesar de nos dois casos o movimento migratório se dar entre sul-sul, os dados apontam os países asiáticos como a nacionalidade que majoritariamente recebeu autorização para trabalhar na indústria de petróleo e gás brasileira. Enquanto que o número de autorizações para imigrantes qualificados que aportam em terras brasileiras tendo como origem países-membros do Mercosul se mostrou infimamente pequeno.

Assim, a tabela 1 apresenta as autorizações de trabalho temporárias concedidas ao profissional estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação ou

plataforma estrangeira autorizada a operar no Brasil (Resolução Normativa n. 72) provenientes de países asiáticos, num movimento migratório entre sul-sul.

Na Tabela 2, as autorizações (RN 72) se referem à força de trabalho proveniente de países-membros do Mercosul também num movimento migratório sul-sul.

TABELA 1 RN 72 – Países Asiáticos – Autorizações de Trabalho Temporárias

Nacionalidades	2011	2012	2013	2014	2015
FILIPINAS	3.530	3.602	3.576	3.475	2.759
ÍNDIA	1.429	1.277	1.105	981	1.075
MALÁSIA	235	200	323	535	182
CHINA	274	177	217	338	180
TOTAL	5.468	5.256	5.221	5.329	4.196

Fonte: CGIg/CNIg/MTPS.

TABELA 2 RN 72 – Países-membros do Mercosul – Autorizações de Trabalho Temporárias

Nacionalidades	2011	2012	2013	2014
ARGENTINA	30	17	14	8
URUGUAI	3	2	3	9
VENEZUELA	60	116	108	35
BOLÍVIA	15	22	9	3
CHILE	12	21	7	8
COLÔMBIA	56	90	20	20
EQUADOR	8	7	5	4
PERU	27	34	27	26
GUIANA	0	3	1	2
SURINAME	0	0	0	1
TOTAL	211	312	194	116

Fonte: CGIg/CNIg/MTPS.*- Não há dados disponíveis para o ano de 2015 na fonte consultada: CGIg/CNIg/MTPS.

No caso dos países-membros do Mercosul, o “Visa Mercosul” dá permissão ao imigrante de países filiados de trabalhar, ou seja, já tem direito à carteira de trabalho. O visto é de dois anos com possibilidade de renová-lo podendo então adquirir um VISA permanente dentro do Mercosul por 10 anos,

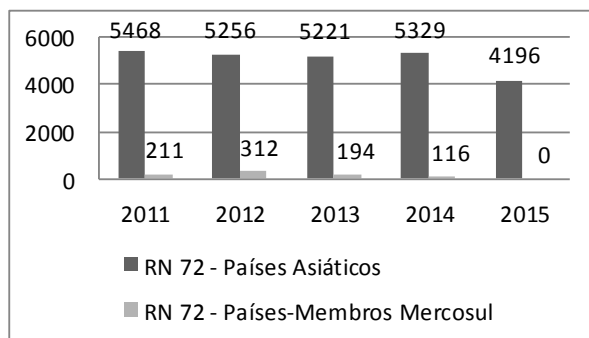
afirmou um estudante de pós-graduação na área de engenharia do petróleo (FIN, 2017).

Em relação à força de trabalho qualificada imigrante para o setor proveniente de países asiáticos, o autor Valter Zanin (2007) chama a atenção para o fenômeno do fornecimento em massa de trabalhadores, de maneira especial, asiáticos, para atender a um mercado internacional e multinacional de trabalho marítimo, do qual a indústria petrolífera brasileira faz parte. O autor, um especialista no tema de trabalhadores marítimos, cunhou o termo “*I forzati del mare*” (forçados do mar) para explicar o fenômeno e apresenta em sua análise como essa indústria de fornecimento de trabalhadores marítimos se articula: os Estados – como consumidores e organizadores do recrutamento dessa categoria; as empresas transnacionais – empregadoras e terceirizadas; as agências de recrutamento especializadas e por fim o exército de trabalhadores marítimos de diferentes nacionalidades, especialmente asiáticas (VILLEN, 2015). Dessa forma, Zanin (2007) afirma que esse fornecimento em massa de trabalhadores, denominado pelo autor de “*marítimos globais*”, é o principal foco do que ele chama de uma “verdadeira indústria de Estado”, a qual é vantajosa do ponto de vista econômico, pois “ganham com a tributação e as remessas enviadas por esses trabalhadores” (VILLEN, 2015). Assim, esses Estados se encarregam de organizar um complexo sistema de formação e certificação da habilitação para o trabalho marítimo a bordo de embarcações e de regulamentar as agências de recrutamento especializadas nessa força de trabalho, além de que a prática por parte dos Estados junto às agências de recrutamento “favorece o endividamento dos trabalhadores, que são obrigados a adiantar ou destinar parte abusiva do salário para as agências” (VILLEN, 2015). O autor assinala ainda o disciplinamento ao qual são submetidos e a propaganda por parte dos Estados, do qual ele destaca o caso das Filipinas, sobre as vantagens competitivas de seus trabalhadores, como por exemplo o idioma inglês, já que este idioma é amplamente usado para as atividades nos trabalhos a bordo (VILLEN, 2015). De acordo com o autor, de um modo geral, a categoria “marítimos globais” que trabalham em embarcações de propriedade transnacional, corresponde hoje a 2/3 dessa força de trabalho (ZANIN, 2007 *apud* VILLEN, 2015).

O gráfico da figura 1 ilustra essa relação desproporcional entre as autorizações concedidas a nacionalidades de países asiáticos, e as concedidas a nacionalidades de países-membros do Mercosul e corrobora com a afirmação do autor a respeito do fornecimento em massa de trabalhadores (*marítimos globais*), de maneira especial aqueles com procedência asiática para atender a um mercado internacional e multinacional de trabalho marítimo, que inclui as indústrias do setor petrolífero brasileiro.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

FIGURA 1 – RN 72 – Autorizações de Trabalho Temporárias – Migração Sul-Sul



Fonte: CGI/CNIg/MTPS. Não há dados disponíveis na fonte consultada para o ano de 2015 – Países-Membros Mercosul.

Por outro lado, também existe o movimento migratório entre norte-sul com um número significativo de autorizações concedidas para nacionalidades provenientes de países europeus e dos Estados Unidos da América cujo destino são indústrias petrolíferas brasileiras. Como apresentado na tabela 3, as autorizações de trabalho temporárias (RN 72) abarca países europeus/EUA que sinalizam um movimento migratório norte-sul.

TABELA 3 RN 72 – Países Europeus/EUA – Autorizações de Trabalho Temporárias

Nacionalidades	2011	2012	2013	2014	2015
REINO UNIDO	1.958	1.475	1.688	1.530	1.034
EUA	1.785	1.087	923	766	297
NORUEGA	1.071	517	656	558	313
HOLANDA	590	502	577	705	441
DINAMARCA	441	342	211	257	201
FRANÇA	415	410	348	248	198
TOTAL	6.260	4.333	4.403	4.064	2.484

Fonte: CGI/CNIg/MTPS

Esse movimento migratório entre norte-sul de trabalhadores qualificados imigrantes para atender um setor específico – o setor petrolífero – é alimentado por um conjunto de fatores que envolve essa indústria, pois as plataformas de petróleo muitas vezes são administradas por empresas

transnacionais ou as plataformas são de propriedade dessas empresas. Assim, é muito comum encontrar trabalhadores qualificados cuja nacionalidade é a mesma da empresa que os contrata. Inclusive, em alguns casos esses trabalhadores seguem junto com a plataforma, como afirmou a diretora de RH de uma empresa que atua na área de petróleo e gás.

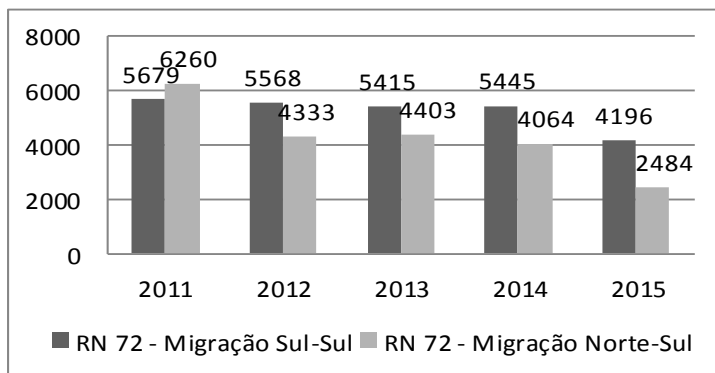
O principal critério utilizado pela empresa na contratação dessa força de trabalho qualificada – que no mundo corporativo é conhecido como expatriado – é a experiência internacional acumulada por eles, pois normalmente ocupam posições chave nas sondas (um dos tipos de plataforma existentes) e além disso, já são funcionários da empresa há cerca de dez anos no mundo. Assim, “quando chegam aqui no Brasil ele já vem baseado na experiência que acumulou, já tem *expertise* de trabalhar naquela sonda em particular ou mesmo a sonda vem para o Brasil e ele vem junto com ela” (FIN, 2017). Dessa forma, as empresas transnacionais têm uma certa preferência em trazer para suas subsidiárias os seus próprios trabalhadores, mesmo que o custo financeiro seja alto, pois entre outras coisas a empresa investe nos conhecimentos e tecnologia que esse trabalhador qualificado imigrante pode oferecer para o desenvolvimento da empresa subsidiária. Esses trabalhadores são identificados no mundo corporativo como expatriados e proveem principalmente de países centrais, como países europeus e Estados Unidos.

Assim, é possível apreender que de uma maneira geral o setor petrolífero brasileiro atrai uma atrai tanto uma migração entre sul-sul quanto uma migração entre norte-sul de força de trabalho qualificada. Porém, essa migração apresenta particularidades que a pesquisa de campo¹⁰⁰ (FIN, 2017) revelou existir no sentido de haver uma hierarquização de nacionalidades que compõem esses dois movimentos. O gráfico da figura 2 compara ano a ano, entre 2011 e 2015, as autorizações concedidas ao profissional estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira autorizada a operar no Brasil (Resolução Normativa n. 72).

Apesar do setor petrolífero continuar sendo um dos principais polos de atração de força de trabalho qualificada imigrante, o país tem passado por várias crises políticas e institucionais que tem mudado os rumos das políticas implementadas para o setor do petróleo e gás e o qual já começa a ser percebido através da redução nos números de autorizações concedidas no ano de 2015.

¹⁰⁰ A pesquisa de campo foi realizada com trabalhadores qualificados imigrantes de empresas que atuam na área de petróleo e gás, com representantes do RH de empresas do setor, com representantes de empresas que prestam consultoria legal de imigração para o setor petrolífero, com agentes que trabalham em empresas especializadas em recrutamento de trabalhador qualificado para o setor e com agentes institucionais do governo ligados ao setor de imigração (FIN, 2017).

FIGURA 2 – RN 72 – Autorizações de trabalho temporárias
Migração Sul-Sul/Migração Norte-Sul



Fonte: CGI/CNIg/MTPS.

Hierarquização de nacionalidades nas ocupações do setor petrolífero brasileiro e Movimento Migratório

A pesquisa de campo (FIN, 2017) revelou que existe uma hierarquia de nacionalidades, ocupações e benefícios presentes no setor petrolífero e mais especificamente no trabalho *offshore*, como evidenciou Karl Marx e na contemporaneidade Pietro Basso (2003), de que o mercado de trabalho mundial se apresenta de maneira desigual, hierarquizando e estigmatizando países e regiões, suas economias e culturas de tal modo que se tornam produtoras e/ou receptoras de força de trabalho imigrante a partir de uma divisão internacional do trabalho fundamentada no capital.

Essa hierarquia de nacionalidades, de ocupações, de benefícios recebidos observada pela pesquisa aponta para trabalhadores de nacionalidade asiática (Filipinas, Índia, Singapura) como trabalhando para a área técnica (*offshore*). Enquanto que as nacionalidades de países-membros do Mercosul foram relacionadas com a parte operacional. E as nacionalidades referentes a países europeus e Estados Unidos como sendo parte da empresa dona da plataforma, ou como sendo identificados em cargos de chefia ou cargos executivos.

Assim, em relação aos trabalhadores de nacionalidade asiática (Filipinas, Índia, Singapura) são comumente identificados como uma força de trabalho qualificada para a área técnica (*offshore*), sendo que dificilmente trabalhadores de outras nacionalidades preencherão esses cargos, afirmou uma das representantes do RH de uma empresa do setor petrolífero:

Eles estão presentes não somente aqui no Brasil, mas estão espalhados no mundo. Onde tiver petróleo e gás eles estão lá. É muito difícil encontrar um americano trabalhando como técnico com a mesma formação que um filipino na área, entendeu, é muito difícil. Normalmente esse filipino vai preencher a vaga porque ele já tem esse conhecimento (FIN, 2017).

As nacionalidades de países-membros do Mercosul (Argentina, Venezuela, Colômbia) foram mencionadas como realizando trabalhos ligados à parte operacional e comumente trabalhando como terceirizados. Frequentemente realizam alguns serviços terceirizados que a Petrobras contrata dentro da plataforma.

Enquanto que as nacionalidades referentes a países europeus e Estados Unidos foram identificados como parte da empresa dona da plataforma, como por exemplo, os cargos de chefia; os cargos executivos; o capitão do navio. A pesquisa captou apenas uma mulher trabalhando no cargo de chefia que tinha como nacionalidade a mesma de sua empresa, ou seja, a Noruega. Normalmente esses trabalhadores quando são repatriados assumem uma posição acima daquela que ocupava no país de destino. Porém, no caso da norueguesa, estavam pensando em aposentá-la por ser “mais velha”. Apenas nesse exemplo é possível perceber como relações de gênero são desiguais e como as trabalhadoras que se identificam como mulheres perdem muitas oportunidades de progressão em suas carreiras no setor.

Por conseguinte, essa hierarquia de nacionalidades encontrada nas ocupações do setor petrolífero brasileiro reproduz aquela das relações entre os países e regiões, suas economias e culturas representados pelo movimento migratório entre sul-sul e norte-sul.

Referências

- ARAGONÉS, A. M.; SALGADO, U. Mercados de trabajo em la economia del conocimiento y el fenómeno migratório: el caso de Estados Unidos (1990-2006). In: _____ (Coord.). **Mercados de trabajos y migración internacional**. México, DF: UNAM, 2011.
- BAENINGER, R. (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2011.
- BAIN & COMPANY; TOZZINI FREIRE ADVOGADOS. Estudos de alternativas regulatórias, institucionais e financeiras para a exploração e produção de petróleo e gás natural e para o desenvolvimento industrial da cadeia produtiva de petróleo e gás natural no Brasil: **Relatório consolidado**. São Paulo, SP, 2009.
- BASSO, P. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratorie. In: _____; PEROCCO, F. (a cura di). **Gli immigrati in Europa: diseguglianze, razzismo, lotte**. Milano: Franco Angeli, 2003.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: _____; CARDOSO, G. (Org.). **A sociedade em rede do conhecimento à acção política**: conferência promovida pelo Presidente da República. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. Disponível em: <<http://biblio.ual.pt/Downloads/RED E.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015.
- _____. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 8.ed. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1999.

- CAVALCANTI, L.; TONHATI, T.; OLIVEIRA, A. T. (Org.). **Autorizações concedidas a estrangeiros**. Brasília, DF, 2015. (Relatório). Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4CD725BD014CFAC87BE7374F/Relatorio_CG_Ig_Final_Completo_ult_versao.pdf. Acesso em: 19 mar. 2015.
- DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 19, n. 64, 1999.
- DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. L. C. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- FIN, M. B. **Imigração qualificada: o setor do petróleo no Brasil**. 2017. 204f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322644>.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, SP: Loyola, 1998.
- HIRATA, H. HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, n. 21, p. 24-41, 2009.
- _____; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- _____. **Nova divisão sexual do trabalho?: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002a.
- _____. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 17-18, p. 139-156, 2002b.
- _____. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETTI, C. J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- HUWS, U. Bridges and barriers: globalisation and the mobility of work and workers. **Work Organisation, Labour and Globalisation**, v. 6, n. 2, p. 1-7, 2012.
- _____. **The making of a cybertariat: virtual work in a real world**. New York, NY: Monthly Review, 2003.
- IBASE. **Balanco social annual**. Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.
- LOZANO, F.; GANDINI, L. Migración calificada y desarrollo humano en América Latina y el Caribe. **Revista Mexicana de Sociologia**, México, DF, v. 73, n. 4, p. 675-713, 2011.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. (Livro I: O Processo de Produção do Capital, v. II. Capítulo XXIV).
- SASSEN, S. Dos enclaves en las geografías globales contemporáneas del trabajo. In: ARAGONÉS, A. M. (Coord.). **Mercados de trabajos y migración internacional**. México, DF: UNAM, 2011.
- _____. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- VILLEN, P. **Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada**. 2015. 284f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- ZANIN, V. **I forzati del mare**. Roma: Carocci Editore, 2007.

INDÍGENAS VENEZUELANOS EM MANAUS UMA ABORDAGEM PRELIMINAR SOBRE POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO

Sidney Antônio da Silva

A presença de um grupo de indígenas venezuelanos identificados como da etnia Warao acampados ao lado da rodoviária de Manaus durante meses em 2017, provocou diferentes reações, seja da parte dos moradores locais, que, por um lado se incomodavam com tal presença, pois, na visão deles o lugar de indígenas é em suas aldeias e não naquele espaço público e, por outro, se solidarizavam com aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade social, fazendo doações de alimentos e roupas, seja da parte do poder público local, que tardou em delinear ações concretas para dar respostas às demandas dos Warao em situação de rua. O fato é que a presença deles naquele local acabou ganhando visibilidade na mídia local, não somente em razão dos problemas que geravam no entorno, como questões sanitárias, acúmulo de lixo, crianças sem escola, mas também pelo fato de serem indígenas e oriundos de um país vizinho em “crise”, alguns deles sem a documentação exigida para a sua permanência legal no Brasil.

Este relato de campo tem como objetivo apontar algumas questões alusivas à política de acolhimento de indígenas Warao em Manaus, no intuito de ampliar o debate sobre a “governança” dos processos de recepção de imigrantes no Brasil. O trabalho de campo se deu entre os meses de maio a julho de 2017, compreendendo várias visitas nos locais de moradia deles, como nas casas alugadas no centro da cidade, no acampamento ao lado da rodoviária de Manaus e depois no alojamento para onde foram transferidos, além de uma visita à fronteira com a Venezuela (Pacaraima) em fevereiro de 2017. Foram contatadas lideranças do grupo em foco, autoridades locais e responsáveis pela Pastoral do Migrante.

Warao na Venezuela: entre a aldeia e a cidade

Originários do Delta do Orinoco, no Estado do Delta Amacuro, eles se encontram também em outros estados vizinhos, como Monagas, Bolívar e Sucre. Os Warao se auto definem como “Povo das canoas” ou “das águas” e são tidos como hábeis canoeiros, dedicando-se à pesca e a coleta de produtos para complementar a alimentação. A agricultura foi introduzida tardiamente, no fim da década de 1920, por missionários oriundos da Guiana, introduzindo o cultivo do *ocumo chino*, um tubérculo rico em amido (HEINEN; RUDDLE, 1974). Estima-se que são cerca de 49 mil (GARCÍA CASTRO; HEINEN, 1999).

O contato regular com a sociedade venezuelana se dá desde a década de 1960, em razão de intervenções ambientais em seu território por agricultores e pecuaristas *criollos*. A migração temporária para centros urbanos, como Caracas

(capital venezuelana), Tucupita (capital do Delta Amacuro), Barrancas, e La Horqueta se dá em razão da insuficiência de políticas estatais, como a falta de saneamento e de tratamento médico, agravados pela invasão de suas terras por agricultores e pecuaristas *criollos* e a exploração de petróleo dos anos 90. De acordo com García Castro (2000), de cada dez indígenas, sete vive em zonas urbanas, números que revelam uma significativa presença Warao em contextos urbanos.

A inserção deles no mercado de trabalho venezuelano se dá de forma informal e precária, preenchendo demandas do mercado onde não são exigidas qualificações, como o setor de serviços (ajudantes de pedreiro, descarregador, cuidador de propriedades) e na prática da “recoleccion” de dinheiro pelas ruas das cidades, atividade exercida por mulheres, em geral acompanhadas de crianças pequenas, como forma de ampliar a obtenção de recursos materiais. Contudo, tal fato, segundo Garcia Castro (2000), não os impediu de conservarem aspectos de sua cultura e autonomia social, ainda que em situações de maior ou menor vulnerabilidade social.

Cruzando fronteiras: tornando-se venezuelanos e “refugiados”

A viagem dos Warao até a fronteira Brasileira é longa. Seja das comunidades de origem, como Tucupita, capital do Delta Amacuro, ou de outras cidades venezuelanas, eles percorrem de ônibus cerca de novecentos e vinte e cinco quilômetros até Pacaraima, a cidade brasileira na fronteira entre os dois países. Nessa cidade, muitos não passam pelo controle fronteiriço, temendo ser barrados pelos agentes da Polícia Federal, e adotam algumas rotas alternativas pela savana. Nesses casos, o processo de documentação no Brasil só é feito posteriormente nos abrigos de Boa Vista (RR) e Manaus (AM). Em Pacaraima eles estão acampados próximo à rodoviária há meses, onde fazem as refeições, lavam suas roupas, banham as crianças e durante a noite se abrigam nas varandas e marquises de comércios. Outro local ocupado por eles é o centro de artesanato da cidade, onde se abrigam debaixo da marquise do referido centro.

Nesta cidade eles sobrevivem com doações da Igreja Católica Local ou de bicos realizados pelos homens que trabalham como descarregadores de caminhões para os comerciantes locais. Não encontrando trabalho nessa cidade fronteiriça, muitos seguem até Boa Vista e depois à Manaus. Há relatos de que alguns percorreram a distância de Pacaraima a Boa Vista, mais de 200 quilômetros, caminhando durante três dias, já que não podem arcar com o custo da passagem de ônibus. É o que afirmou um dos líderes sobre sua vinda ao Brasil: “A situação da Venezuela é grave, pois não há comida, remédios, segurança”. Disse ainda que passou fome durante uma semana. Soube de outro parente que já estava no Brasil e que aqui estava melhor e veio até Pacaraima. De lá foi até Boa Vista a pé, caminhando por três dias. Depois veio à Manaus, pois, segundo ele, “lá não há trabalho”.

Em Boa Vista eles se acomodavam próximo à feira do Passarão e durante o dia mulheres acompanhadas de suas crianças pediam dinheiro nas ruas e portas de comércios da cidade, fato que incomoda a população local. Atendendo a uma determinação da 1ª Vara da Infância e da Juventude, que determinou ao Governo do Estado de Roraima e à Prefeitura de Boa Vista responsabilidades distintas no cuidado com as crianças em situação de vulnerabilidade. O Centro de referência ao Imigrante, criado em 2016, funcionava na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário, na Avenida Surumu, bairro de São Vicente. Em 2017, esse centro passou a atender no ginásio poliesportivo do Pintolândia, próximo à praça Germano Augusto Sampaio. Nesse local há cerca de 500 indígenas, onde eles recebem de forma emergencial alimentação, atendimento médico, vacinas e encaminhamento para o trabalho. O problema é que ao colocarem indígenas e não indígenas num mesmo lugar, propicia a emergência de conflitos entre eles.

Não encontrando trabalho em Boa Vista, muitos seguem até Manaus, percorrendo de ônibus uma distância de 782 quilômetros pela BR 174. O custo da viagem varia de R\$ 120,00 a 150,00 reais, por cada trecho. Inicialmente eles permaneceram acampados por meses ao lado da rodoviária da cidade em condições insalubres. Naquele local havia no mês de junho 42 famílias e 62 crianças. As condições insalubres a que eram submetidas, sobretudo as crianças, ensejou uma ação do Ministério Público Federal contra o governo estadual para que tomasse providências em relação ao alojamento dos Warao na cidade, cuja transferência para uma quadra de esportes coberta veio a acontecer em julho de 2017. Situado no bairro do Coroado, o local foi adaptado para receber cerca de 250 Warao, entre adultos e crianças, que, aliás, são numerosas. A gestão deste alojamento é feita pela Secretaria de Estado e Assistência Social – SEAS.

Além deste alojamento, há cinco casas, que foram alugadas através da mediação da Caritas Arquidiocesana em diferentes bairros de Manaus por seis meses, como a de Educandos, Redenção, Zumbi II, Vale do Sinai e Zona Central, as quais são mantidas pela prefeitura local, através da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos humanos – SEMMASDH, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. Segundo a Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, até julho de 2017 havia em torno de 600 Warao em Manaus.

Antes da instituição do abrigo e dessas casas em diferentes bairros da cidade, parte deles vivia em outras casas sublocadas no centro de Manaus, onde pagavam R\$ 10,00 reais por dia por pessoa para dormir em pequenos quartos em condições insalubres. Segundo informações da pessoa que cuidava do local, o imóvel estava sublocado por um peruano, que por sua vez, alugava o imóvel aos Warao. Na entrada da casa havia uma mesa com um livro com os nomes dos residentes, onde cada dia era anotado o pagamento da diária.

O valor era sempre pago no fim do dia, quando os indígenas, particularmente, mulheres, retornavam do trabalho nas ruas da cidade. Nesse

contexto, problemas de saúde não tardaram a aparecer, sobretudo, entre as crianças, como o sarampo, gripes, diarreia, pneumonia e doenças de pele. Chamou-me a atenção, que na janela de uma das casas visitadas havia uma bandeira do Brasil, talvez, uma forma de não despertar a atenção dos vizinhos para a presença de estrangeiros no local.

A “tática” de sobrevivência utilizada por eles em Manaus é a mesma já adotada em outras cidades da Venezuela, Como São Felix, Barrancas, Caracas, Valência, entre outras, ou seja, a prática de pedir dinheiro nas ruas da cidade, inicialmente acompanhadas de crianças. Segundo a coordenadora do Serviço de acolhimento institucional de adultos e famílias do Coroadó, várias crianças contraíram pneumonia em razão da exposição excessiva ao sol. Tal prática foi coibida a partir do momento que a SEJUSC interveio alertando às mães que se fossem vistas com suas crianças nas ruas, essas seriam entregues ao Conselho Tutelar da Infância e da Adolescência. Se, por um lado, as crianças foram preservadas desta situação de exposição nas ruas, por outro, suas mães continuam pedindo nas esquinas, ainda que em menor número. Vale notar que quando elas estão acompanhadas de suas crianças, o valor arrecadado é maior no fim do dia.

Embora no contexto venezuelano tal prática tem sido associada, às vezes, à coleta de alimentos nos canais do Delta Orinoco (AYALA LAFÉE-WILBERT; WILBERT, 2008, p. 99), ou à “mendicância” (GARCIA CASTRO, 2000), creio que, seja nas cidades venezuelanas ou em Manaus, a atividade “petitória” seria mais uma “tática” econômica adotada por elas num contexto de privações e de falta de opções de trabalho, do que a reprodução de uma prática cultural do contexto de origem. Contudo, esta questão merece uma pesquisa de campo mais ampla e uma abordagem mais aprofundada envolvendo, inclusive, questões de gênero e de parentesco.

A solução provisória do alojamento, ensejou, na verdade, outros problemas e desafios, como a falta de atividades econômicas que lhes garantam a autonomia sem a tutela do Estado brasileiro, a educação das crianças, o aprendizado da língua portuguesa pelos adultos e a formação profissional para a inserção no mercado de trabalho. Enquanto estavam acampados ao lado da rodoviária, eles chamavam a atenção de quem passava por lá e alguns ofereciam alimentos, roupas, brinquedos para as crianças. Já no abrigo as doações foram proibidas, porque, segundo uma das coordenadoras do alojamento, gerava conflitos entre eles na hora da recepção dessas contribuições. Uma solução provisória como forma de gerar renda, tem sido a venda de água nos semáforos próximos ao centro de acolhida.

Em diferentes momentos, alguns Warao manifestaram o desejo de trabalhar em Manaus. Um deles disse: “Queremos trabajar, lo que salga”. Entre as atividades mencionadas estão, ajudante de pedreiro, descarregador de caminhões, serviços de manutenção, cuidador, etc. O problema é que não

encontram nenhum tipo de trabalho, restando às mulheres a atividade de produção e venda de artesanato ou pedir dinheiro nas ruas.

Numa mesa redonda realizada pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia, em junho de 2017, um dos líderes Warao, Anibal Perez, disse: *queremos participar, no pueden decidir sin consultar a nosotros.*

Contudo, ele retornou à Venezuela, fato que pode dificultar a organização dos Warao em Manaus, já que há uma circulação de lideranças que se formam no contexto migratório. A constituição de lideranças (*aidamo*) entre eles é outra questão que deverá ser melhor investigada, pois no contexto de “diáspora”, outros critérios podem ser levados em conta para a eleição de um líder, como por exemplo, a liderança política, o domínio, ainda que parcial, do idioma local e não apenas aqueles critérios fundados na tradição cultural do grupo.

Desafios e perspectivas

A presença de indígenas Warao no Amazonas suscitou um debate local entre grupos indígenas que já vivem em Manaus há muito tempo, os quais passaram a reivindicar do governo estadual a mesma atenção dada aos indígenas venezuelanos. Isto coloca um problema para a governança desta questão no Amazonas, pois será necessário criar canais de diálogo entre os grupos indígenas locais e os Warao, para que esses não sejam visto por aqueles como ameaça, mas aliados de uma mesma causa. Tal apoio é fundamental para se buscar uma solução de médio e longo prazo, pois a situação do alojamento não contempla os interesses desses indígenas, em razão das regras a que são submetidos neste espaço institucional, sobretudo, a proibição de sair à rua com crianças para pedir dinheiro.

Entre os grandes desafios estão: a autonomia econômica, o aprendizado da língua portuguesa e a manutenção da língua original, a formação de agentes públicos e a implementação de políticas de inserção dos Warao na cidade. Com relação ao primeiro desafio, este pode ser visualizado, a curto prazo, através da produção e venda de artesanato em algumas feiras da cidade, entre elas a que acontece todos os domingos na Avenida Eduardo Ribeiro, centro de Manaus. Contudo, para que isto seja viabilizado é preciso transpor alguns obstáculos, como o fornecimento de matérias primas, questão que exige a chancela de órgãos públicos, entre eles o IBAMA, para que autorize a retirada das folhas do buriti. Nesse sentido, o apoio das Secretarias de Estado da Justiça e Cidadania-SEJUSC, Secretaria de Estado de Assistência Social –SEAS, Secretarias de Estado do Trabalho e Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, em parceria com organizações não governamentais, como é o caso da Caritas, é fundamental para a implementação de políticas de geração de renda.

O aprendizado da língua portuguesa num contexto bilíngue poderá ser resolvido com parcerias entre a, Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos –

SEMMASDH e universidades locais. No que tange aos cuidados da saúde, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA tem feito um trabalho de intervenção primária nos locais onde eles residem para tratar os casos mais urgentes, como a questão da pneumonia, tuberculose, doenças de pele entre outras. Esta ação é denominada por eles de “Consultório na rua”. A grande dificuldade tem sido a continuidade do tratamento, pois é comum a evasão dos locais de internamento, como é o caso de hospitais, talvez por não confiarem somente neste sistema de tratamento de doenças.

Contudo, a implementação de políticas públicas depende de uma articulação mais ampla que envolve os próprios indígenas, organizações não governamentais e diferentes instâncias de governo, como o Ministério Público Federal e Estadual, secretarias de governo estadual e municipal, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Conselho Nacional de Imigração – CNIg, sobretudo, no que se refere à implementação da nova lei de migração (Lei 13.445/17), a qual restringe a livre circulação de indígenas nas faixas de fronteira. Nessa perspectiva, o direito de ir e vir ficou limitado aos indígenas venezuelanos, já que eles estarão sujeitos ao controle fronteiriço, como qualquer outro estrangeiro. Nessa perspectiva, a nova lei de migração não reconhece o direito de ir e vir dos povos originários, mas os enquadra na categoria genérica de estrangeiros. Outro desafio será gerenciar essa circulação de indígenas, já que eles solicitam a condição de refugiados. Nesse caso, ao conceder aos indígenas este estatuto, o governo brasileiro se responsabiliza por eles, enquanto estiverem em seu território. Portanto, para deixá-lo, é necessário pedir a devida autorização.

Outro fator a ser considerado à implementação de políticas públicas voltadas para os Warao parece ser a constante mobilidade de parte do grupo, não se fixando em apenas uma cidade, mas estabelecendo bases de apoio em diferentes lugares, seja na Venezuela e agora no Brasil. A partir do mês de julho já se constatava o deslocamento de famílias e de mulheres acompanhadas de crianças pequenas para Belém (PA), via Santarém, enquanto os homens permaneciam no abrigo com os filhos maiores. Isto revela que o modelo de alojamento proposto, ainda que de forma emergencial, não atende às expectativas deles, pois a sedentarização não parece ser o objetivo primeiro, pelo menos a curto prazo. Nesse sentido, o abrigo seria um “lugar de passagem”, de curto e médio prazo.

Ações já implementadas pela prefeitura local, como viabilizar o processo de documentação no Brasil, aliás, uma exigência para ter acesso à programas sociais, os cuidados básicos de saúde e o aluguel de casas para pequenos grupos familiares, ainda que limitadas, tais ações apontam para uma possível política de acolhimento que contemple o empoderamento dos Warao que estão em Manaus, para que eles tenham condições de gerir a sua própria permanência na cidade. E para que isto aconteça, é fundamental a sinergia entre

as instituições envolvidas neste processo de acolhimento e a participação dos sujeitos e objetos dessas ações, os Warao.

Contudo, parece cedo para fazer qualquer prognóstico sobre um possível retorno definitivo dos Warao à Venezuela ou da permanência, de pelo menos, parte do grupo no Brasil. Considerando a possibilidade de um prolongamento da crise sociopolítica naquele país e a vitalidade de suas redes sociais e migratórias, é mais provável que se construa um campo social migratório pautado na circularidade temporária e intermitente entre os locais de origem e de migração, seja na Venezuela ou no Brasil, nesse caso, por enquanto circunscrita à Região Norte, mas até quando?

Referências

- AYALA LAFÉE-WILBERT, C.; WILBERT, W. **Mujer Warao**: de recolectora deltana a recolectora urbana. Caracas: Instituto Caribe de Antropología y Sociología; Fundación la Salle de Ciencias Naturales, 2008.
- BRASIL. Ministério Público Federal. **Parecer Técnico n. 01.2017/Antropologia/PR-RR**. Brasília, DF, 2017.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- GARCIA CASTRO, A. A. Mendicidad indígena: los Warao urbanos. **Boletín Antropológico**, Venezuela, n. 48, p. 79-90, 2000.
- _____; HEINEN, D. Planificando el desastre ecológico: impacto del cierre del Caño Manamo para las comunidades indígenas y criollas del Delta Occidental. **Antropológica**, Caracas, v. 91, p. 31-56, 1999.
- GASSÓN, R.; HEINEN, D. ¿Existe un Warao genérico?: cuestiones clave en la etnografía y la ecología histórica del Delta del Orinoco y el Territorio Warao-Lokano-Paragoto. **Tipití – Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, v. 10, n. 1, p. 37-64, 2012.
- HEINEN, H. D.; RUDDLE, E. K. Ecology, ritual and economic organization in the distribution of palm starch among the Warao of the Orinoco delta. **Journal of Anthropological Research**, US, v. 30, n. 2, p. 116-138, 1974.
- LANGDON, E. J. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para políticas públicas em saúde indígena. In: _____. GRISOTTI, M. (Org.). **Políticas públicas: reflexões antropológicas**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2016.
- LAYRISSE, M.; HEINEN, H. D.; SALAS, G. Demografia de los indígenas Warao. **Antropológica**, Caracas, n. 46, p. 45-69, 1977.
- MÁRMORA, L. **Las migraciones internacionales en America Latina**: tendencias, perspectivas y políticas públicas. Santiago de Chile, Chile: CELADE/CEPAL, 2013. (Reunión de Expertos en Migraciones).
- RAMOS, Luciana; BOTELHO, Emília e TARRAGÓ, Eduardo. Parecer Técnico SEAP/6aCCR/PFDC No 208/2017: *sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima*. Brasília: Procuradoria Geral da República, 2017.
- SILVA, S. A. Imigração recente na Região Norte: impactos e desafios às políticas públicas. In: ZIMERMAN, A. (Org.). **Impactos dos fluxos migratórios recentes no Brasil**. Santo André, SP: UFABC, 2017. (Série – Desigualdade Regional e as Políticas Públicas, v. 11).

A MIGRAÇÃO RECENTE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: COMO ANALISAR?

Alberto Augusto Eichman Jakob

O estudo da dinâmica demográfica na região da Amazônia brasileira tem sido um desafio constante para quem pretende trabalhar com o tema. Os autores que se dedicam a analisar a mobilidade populacional recente neste local inicialmente se deparam com a escassez de dados. As fontes de dados disponíveis são os censos demográficos e as pesquisas amostrais específicas do tipo *survey*. Se por um lado, os censos podem não captar as especificidades de certa localidade de estudo, por outro os *surveys* demandam recursos financeiros e uma expertise que a pessoa pode não possuir para sua elaboração.

Aliado a isto, dentre os componentes da dinâmica demográfica, os processos migratórios são os de mais difícil apreensão e aferição. A definição de um espaço e de um tempo específico são fundamentais para caracterizar os tipos de fluxos migratórios, assim como para identificar as diferentes etapas do processo migratório. No caso das migrações internacionais, a questão é bem mais complexa, pois envolve questões como a subenumeração de população, em decorrência da falta de declaração das pessoas que residem na situação de indocumentados, além de dizer respeito ao movimento entre países, o que dificulta a identificação dos emigrantes.

Assim sendo, o objetivo principal deste artigo é estudar a migração recente na Amazônia brasileira, a partir de dados censitários e mostrando, de forma crítica, as possibilidades de análise e até onde podemos chegar sem incluir muito erro nos resultados finais. O período mais recente a ser analisado é aquele para os migrantes que chegaram na Amazônia entre 2005 e 2010. O trabalho envolve a migração interna (interestadual e intraregional) e internacional, assim como avalia a concentração espacial dos migrantes estrangeiros em determinados locais, numa aproximação de segregação espacial. Os tópicos a seguir tratarão destes temas.

A migração interna na Amazônia Legal brasileira

A delimitação do espaço ao qual se refere o movimento migratório é uma etapa fundamental. Nesse sentido, optou-se neste trabalho por adotar como referência espacial os limites definidos pela Amazônia Legal (Mapa 1).

A partir da década de 1970, as Unidades da Federação (UF) de Pará, Mato Grosso e Rondônia foram as que mais receberam migrantes na Amazônia Legal, pois havia políticas públicas de incentivo à colonização e intensificação do uso do território. Mais recentemente, novas áreas de atração populacional (“corredores de povoamento”) têm surgido. Entre 1991 e 2000, o Amapá

apresentou o maior crescimento da participação da população não-natural (108% no período), especialmente na fronteira com o Pará e a Guiana, assim como a UF do Amazonas, com 77% de crescimento. Destaca-se também Roraima, sobretudo na fronteira com a Venezuela e ao longo da rodovia BR-174 (ROCHA, 2005).

Tratando ainda de migração interna, no período 1991-2000 apenas 6 capitais brasileiras apresentaram um crescimento populacional médio anual superior a 3%, sendo que 5 delas fazem parte da região amazônica, a saber: Manaus, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e Palmas, esta última em virtude da criação do Tocantins no período (ROCHA, 2005).

MAPA 1 Localização da Amazônia Legal brasileira na América do Sul



Neste contexto, as localidades situadas junto às áreas de fronteira internacional possuem uma expressiva mobilidade populacional, assim como uma significativa migração internacional entre os países limítrofes.

Segundo o Censo Demográfico Brasileiro de 2010, a Amazônia brasileira possuía uma população de 25.474.365 pessoas em 2010. Destes, 2.094.017 eram migrantes brasileiros recentes, 9.853 eram migrantes estrangeiros recentes (naturais de outros países) e 323.810 eram migrantes com menos de 5 anos de idade, no período 2005-2010. Já os não migrantes do período contabilizaram 20.935.610 com 5 anos ou mais de idade e 2.110.671 os não migrantes menores de 5 anos de idade.

As 9 Unidades da Federação que compõem a Amazônia brasileira receberam 711 mil pessoas no período 2005-2010, mas perderam 817 mil no mesmo período, ocasionando um saldo migratório negativo de 106 mil pessoas. Porém, a Tabela 1 mostra que a maior parte das trocas migratórias ocorreu na própria região amazônica, denotando um dinamismo populacional importante.

Em termos dos imigrantes, Pará, Mato Grosso e Maranhão foram os estados que mais receberam pessoas no período 2005-2010 (acima de 100 mil), sobretudo regionais. A Amazônia recebeu também 21 mil pessoas de outros países, mas neste valor estão incluídos também brasileiros retornados. Amapá é a UF com maior proporção de migrantes com origem na própria região (88,5%),

MIGRAÇÕES SUL-SUL

e Mato Grosso e Maranhão as menores proporções, sobretudo em função de sua localização no limite da Amazônia.

TABELA 1 – Participação de imigrantes, emigrantes e saldo migratório na Amazônia, 2005-2010

UF Amazônia em 2010	Imigrantes em 2005-2010 (% origem)						Total	Internacionais
	Amazônia	NE	SE	Sul	CO			
Rondônia	49,2	10,0	20,1	12,8	7,9		65.864	17,1
Acre	64,8	9,2	14,7	5,6	5,7		13.882	4,2
Amazonas	66,1	11,6	14,1	4,9	3,2		71.451	17,2
Roraima	72,1	12,2	7,1	4,3	4,3		25.556	5,2
Pará	67,0	11,5	11,2	2,7	7,6		162.004	21,2
Amapá	88,5	5,0	4,0	1,1	1,5		37.028	4,1
Tocantins	48,1	11,0	10,3	2,9	27,6		85.705	5,2
Maranhão	41,2	27,6	16,8	2,3	12,1		105.684	6,8
Mato Grosso	28,7	14,1	16,2	19,5	21,5		143.954	18,9
Total Amazônia	52,7	13,9	13,6	7,3	12,6		711.128	21.097

UF Amazônia em 2010	Emigrantes em 2005-2010 (% destino)						Total
	Amazônia	NE	SE	Sul	CO		
Rondônia	50,2	7,0	17,3	15,0	10,6		53.643
Acre	67,3	5,5	11,6	5,1	10,5		14.746
Amazonas	58,0	12,4	18,0	5,2	6,5		51.301
Roraima	59,6	14,9	12,3	5,5	7,6		11.204
Pará	60,1	9,4	13,1	3,9	13,5		201.834
Amapá	71,5	12,0	8,5	2,6	5,5		15.228
Tocantins	35,3	5,5	9,4	2,5	47,4		77.052
Maranhão	41,3	10,7	22,5	1,7	23,9		270.664
Mato Grosso	24,8	5,3	18,5	21,3	30,1		121.589
Total Amazônia	45,8	8,9	17,1	6,4	21,7		817.262

UF Amazônia em 2010	Saldo Migratório						Total
	Amazônia	NE	SE	Sul	CO		
Rondônia	5.515	2.848	3.954	399	-494		12.221
Acre	-935	464	329	30	-753		-865
Amazonas	17.470	1.964	869	848	-1.000		20.150
Roraima	11.739	1.452	438	470	252		14.352
Pará	-12.706	-492	-8.158	-3.541	-14.932		-39.830
Amapá	21.885	27	181	-6	-286		21.800
Tocantins	13.984	5.199	1.640	633	-12.801		8.654
Maranhão	-68.111	351	-43.188	-2.084	-51.948		-164.980
Mato Grosso	11.160	13.846	930	2.116	-5.686		22.365
Total Amazônia	0	25.658	-43.006	-1.136	-87.650		-106.134

Fonte: IBGE (2010). Tabulações especiais do autor.

No caso dos emigrantes, as análises são as mesmas dos imigrantes, em termos dos estados que mais enviaram pessoas (Maranhão, Pará e Mato Grosso), e também com relação às trocas regionais. Talvez o que mais interessa seriam os

saldos migratórios. Como pode-se verificar, Maranhão e Pará são os estados que mais perdem população considerando entradas e saídas (-165 mil no Maranhão e -40 mil no Pará), perdem praticamente para todas as regiões do país. No geral, os estados da Amazônia perdem população nas trocas migratórias para todas as regiões com exceção do Nordeste, que apresentou um ganho de 25,6 mil pessoas, principalmente em função de Mato Grosso e Tocantins.

Os dados mostram também que os migrantes estrangeiros (não naturais do Brasil) possuem uma idade média maior (33 anos) que os migrantes brasileiros (27 anos) e mesmo que os não migrantes (30 anos). Existe também uma maior proporção de homens entre os estrangeiros (58%) que nas demais categorias migratórias (50%).

Em termos de escolaridade, o censo 2010 mostra que os estrangeiros possuem uma escolaridade bem maior que os brasileiros, sejam eles migrantes ou não (29% dos estrangeiros de mais de 14 anos com ensino superior completo contra 6-8% dos brasileiros). Praticamente 60% dos estrangeiros possuem ensino médio completo ou superior completo, número que mal chega a 1/3 entre os brasileiros. Esta região, aliás, apresenta uma escolaridade bem baixa entre a população, uma vez que metade dos não migrantes não completou o ensino fundamental.

Resumindo, a migração recente é seletiva, os migrantes são mais qualificados que os não migrantes, e os migrantes estrangeiros ainda mais que os brasileiros, dado sua maior renda e escolaridade. Mas há indícios também de que pode haver entre os estrangeiros dois grupos com características distintas, com maiores ou menores rendimentos, por exemplo.

As características dos migrantes internacionais são tratadas a seguir.

A migração internacional na Amazônia Legal brasileira

Segundo o Censo Demográfico Brasileiro, a Amazônia Legal possuía 33.241 pessoas não naturais do Brasil em 2010. Em termos de país de nascimento, Bolívia destaca-se como o país que mais enviou migrantes à Amazônia Legal (16% do total, e 5.314 migrantes), seguido por Peru (15,4%), Paraguai (8,6%), Japão e Portugal (pouco mais de 7% cada), em qualquer época (migrantes acumulados).

Com o tempo, percebe-se que a migração para a Amazônia Legal está se tornando cada vez mais de curta distância, com o aumento de importância dos países da América do Sul em detrimento daqueles transoceânicos da Europa e Ásia.

Para especificar mais a migração de estrangeiros na Amazônia, a Tabela 2 traz as informações a respeito daqueles migrantes internacionais que lá chegaram no quinquênio 2005-2010, provenientes de outros países.

A Tabela 2 mostra que a migração recente dos estrangeiros para a Amazônia ainda possui um caráter regional forte, porém com mudanças. No

período 1995-2000, os seis primeiros colocados possuíam limites com a Amazônia (Peru, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Venezuela e Guiana, com 65,5%). Porém no período 2005-2010, Estados Unidos, Japão e Portugal ganharam participação. Estes três países, de reconhecida importância como receptores de migrantes brasileiros, agora começam a assumir um papel de emissor de migrantes, inclusive para a Amazônia brasileira. A crise econômica dos anos 2000 deve ter um papel importante neste sentido, assim como a maior visibilidade do Brasil na área internacional, em função de sua economia mais estável neste período e de importantes eventos esportivos realizados (Pan-Americano do Rio, Copa das Confederações, Copa do Mundo de Futebol), e a se realizarem nos anos seguintes como as Olimpíadas no Rio (2016). Será mesmo?

TABELA 2 – Imigrantes internacionais da Amazônia em 2010 segundo país em 2005]

País de residência em 2005			(Cont.)		
Local	Volume	%	Local	Volume	%
Peru	1.201	16,9	Cuba	124	1,7
Bolívia	1.072	15,1	Guiné Bissau	99	1,4
Colômbia	698	9,8	Canadá	89	1,3
Estados Unidos	559	7,9	Costa do Marfim	77	1,1
Japão	356	5,0	Holanda	53	0,7
Portugal	348	4,9	China	48	0,7
Guiana	271	3,8	Suíça	45	0,6
Paraguai	253	3,6	Suriname	36	0,5
França	211	3,0	Noruega	35	0,5
Guiana Francesa	180	2,5	Líbano	34	0,5
Venezuela	170	2,4	Angola	29	0,4
Espanha	154	2,2	Panamá	29	0,4
Alemanha	152	2,1	Filipinas	26	0,4
Itália	145	2,0	Uruguai	25	0,4
Argentina	132	1,9	Outros Países (12)	141	2,0
Cabo Verde	126	1,8	Não sabe/ ignorado	56	0,8
México	125	1,8	Total	7.101	100,0

Fonte: IBGE (2010). Tabulações especiais do autor.

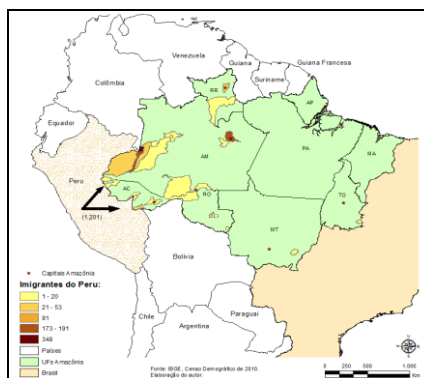
Os três países fronteiriços da Amazônia (Peru, Bolívia e Colômbia) apresentaram uma importância crescente da migração recente para aquela região em termos de volume (mantendo sua participação percentual), quando comparados os dados com o quinquênio 1995-2000, apontando para a possibilidade de um aumento da circularidade destes migrantes na região. Análises mais aprofundadas podem servir para verificar esta possibilidade.

Tomando como exemplo o Peru, este país enviou no total 5.102 migrantes para a Amazônia, 3.093 deles chegaram nos últimos 10 anos (60% deles), sendo que 1.201 chegaram no quinquênio 2005-2010 diretamente de seu país.

Para se ter uma ideia melhor destes principais fluxos migratórios internacionais com destino à Amazônia, os migrantes naturais do Peru, Bolívia e Colômbia foram selecionados para um maior detalhamento de suas características principais. Mostram-se aqui algumas possibilidades de análise a serem realizadas para os migrantes do Peru, o principal grupo de migrantes recentes para a Amazônia brasileira.

Inicialmente, o Mapa 2 traz o número absoluto e a localização dos migrantes originários do Peru no período 2005-2010 nos municípios da Amazônia brasileira. Perto de 73% deles selecionaram o Amazonas para residir, em especial os municípios de Tabatinga (348 migrantes do Peru), Benjamin Constant e Manaus (entre 170 e 190 migrantes do Peru). Somente estes três concentram quase 60% do fluxo de peruanos. Este mapa mostra a rota de entrada dos peruanos na Amazônia brasileira, em termos de um eixo via Tabatinga, pelo Amazonas, e outro via Assis Brasil, Brasileia e Eitaciolândia, na fronteira do Acre com Rondônia. Migrantes de outros países possuem características distintas quanto à localização espacial. Os bolivianos, por exemplo, se concentram mais nos municípios rondonienses próximos à fronteira com a Bolívia.

MAPA 2 – Distribuição dos peruanos com chegada nos municípios da Amazônia em 2005-2010

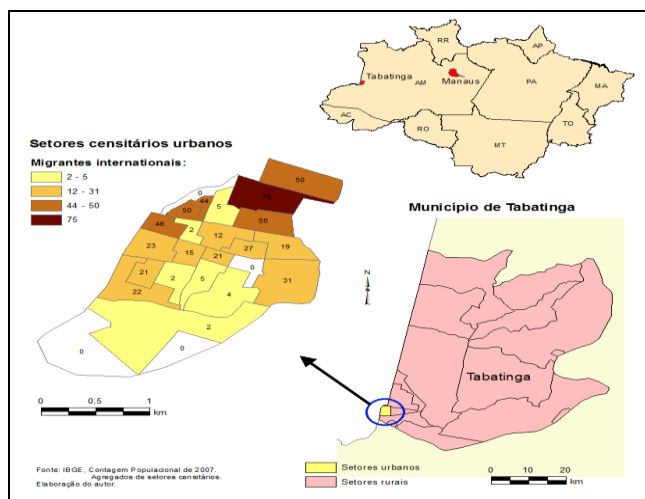


Com o intuito de detalhar ainda mais o local de moradia dos migrantes internacionais, as principais cidades de destino dos migrantes de cada país de origem foram selecionadas, e para cada uma delas foram feitos mapas com a distribuição espacial destes migrantes em termos dos setores censitários urbanos. É mostrado aqui o mapa de concentração espacial dos migrantes internacionais na cidade de Tabatinga (mais expressiva para peruanos e colombianos), na forma de um exemplo do que pode ser feito (Figura 1).

A Figura 1 traz a localização dos migrantes internacionais do principal município de destino em termos de seus setores censitários. No mapa da parte direita da figura estão ressaltados em amarelo os setores censitários urbanos destes municípios e na parte esquerda uma vista ampliada destes setores urbanos e o número de migrantes em cada setor.

Deve-se ressaltar que no caso desta figura, os volumes são referentes aos dados da Contagem Populacional de 2007, não se tratando, portanto, de dados amostrais que foram expandidos para o universo do município, mas sim aos que efetivamente foram captados e enumerados por esta pesquisa.

FIGURA 1 – Distribuição espacial dos migrantes internacionais nos setores censitários urbanos de Tabatinga (AM) em 2007



Percebe-se que os setores urbanos representam uma área bem pequena do município e mesmo dentro da área urbana, os migrantes tendem a se concentrar ainda mais em alguns setores. Ou seja, estão muito concentrados em pequenas áreas dos municípios.

Estes setores de maior concentração de migrantes internacionais estão no Norte, justamente na área da tríplice fronteira com Colômbia e Peru. Em

viagem a campo realizada ao local, verificou-se que diversos colombianos optaram por morar em Tabatinga em função do preço do solo ser menor neste município do que no município colombiano de Leticia, mas continuam com suas atividades na cidade colombiana, realizando o movimento pendular diariamente dada a facilidade de entrada e saída no Brasil ou na Colômbia, por se tratar apenas de uma rua que separa estes países.

Considerações Finais

A quantidade de casos pode se tornar um grande limitador das análises de dados. Deve-se lembrar que os censos demográficos são pesquisas amostrais, sendo que os valores apresentados estão expandidos pelo fator de expansão da amostra. Na verdade, os migrantes que realmente responderam ao censo foram em muito menor número. Assim, dependendo da quantidade de casos, as análises podem ficar comprometidas. No caso dos migrantes internos, o problema é menor, em função de o censo captar muitos mais casos do que os migrantes estrangeiros. Com relação a estes últimos, pode-se analisar o perfil dos migrantes originários dos principais países, sem muitos cruzamentos, assim como sua localização (município de moradia na Amazônia brasileira) e até observar a concentração espacial dentro dos municípios, como mostrado na Figura 1.

Porém, com relação aos demais países, torna-se difícil fazer suposições em função do baixo volume encontrado. Os 559 migrantes provenientes dos Estados Unidos no período 2005-2010 (Tabela 2), na verdade são 47 pessoas se não considerarmos o fator de expansão amostral do censo 2010, assim como 27 japoneses e 29 portugueses. Ficaria, então, meio temerário fazer análises mais profundas de perfis populacionais com menos de 50 pessoas de fato recenseadas. O aumento do volume poderia significar até mesmo variações no próprio fator amostral do censo. Assim, todo o cuidado é necessário ao se analisar casos considerados mais raros, com baixo volume.

Uma saída poderia ser agregar dados de migrantes de diversos países, para ter uma maior representatividade, ou então aumentar o período de estudo, considerando não apenas 5 anos como foi feito aqui, mas sim um período maior. De qualquer forma, sabe-se que estes dados oficiais são subestimados, mas servem para dar indícios das características dos migrantes internacionais segundo país de origem, em comparação com os migrantes brasileiros ou mesmo a população residente no local.

Referências

- ARAGÓN, L. E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: _____ (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém, PA: UNESCO, 2005.
- CASTILLO, M. Á. **Migraciones en el hemisferio: consecuencias y relación con las políticas sociales**. Santiago de Chile, Chile, 2003. (Población y Desarrollo 37).

- CELADE. **La migración internacional y el desarrollo en las Américas**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL/CELADE, 2002.
- HOGAN, D. J.; D'ANTONA, A. O.; CARMO, R. L. Dinâmica demográfica recente da Amazônia. In: BATISTELLA, M.; MORAN, E. F.; ALVES, D. S. (Org.). **Amazônia: natureza e sociedade em transformação**. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- JAKOB, A. A. E. A migração de estrangeiros na Amazônia brasileira nos anos 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.
- _____. Aspectos da migração na Amazônia brasileira nos anos 2000. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 29., 2013, Santiago de Chile, Chile. **Anais...** ALAS, 2013.
- PELLEGRINO, A. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. Santiago de Chile, Chile, 2003. (Población y Desarrollo 35).
- PIZARRO, J. M. (Ed.). **América Latina y el Caribe: migración internacional, derechos humanos y desarrollo**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2008.
- _____; VILLA, M. Tendencias y patrones de la migración internacional en América latina y el Caribe. In: SIMPOSIO SOBRE MIGRACIONES INTERNACIONALES EN LAS AMÉRICAS, 2000, San José de Costa Rica. **Anais...** Santiago de Chile, Chile: CEPAL/CELADE, 2002.
- ROCHA, G. M. Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia Brasileira. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém, PA: UNESCO, 2005.

UMA ANÁLISE DA PRESENÇA HAITIANA NA AMAZÔNIA UM ESTUDO DE CASO DE PORTO VELHO

Geraldo Castro Cotinguiba
Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Este artigo tem como objetivo mostrar alguns aspectos de como a chegada, passagem, circulação e estabelecimento de pessoas provenientes do Haiti contribuíram para alterar e reconfigurar a paisagem de alguns bairros próximos à região central da cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, a fim de refletirmos como os movimentos migratórios podem “interferir” no espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001) das cidades, a partir do caso dos haitianos, com foco principal sobre a localização das igrejas e os atores envolvidos na “criação” dessas igrejas. Os resultados aqui apresentados têm como base a pesquisa de campo itinerante – que consiste em nosso deslocamento por diferentes lugares, realidades sociais, no Brasil e em países vizinhos na cidade e por meio de observações e diálogos com haitianos em Porto Velho, por meio de uma vivência etnográfica, desde julho de 2011. Para isso, descreveremos os locais que os imigrantes se fixaram na cidade, as igrejas haitianas que se formaram em uma determinada região da cidade a partir desta estabilização, de modo a criar localizações (VILLAÇA, 2001) haitianas que modificaram o tecido urbano de Porto Velho desde o início de 2011.

A capital de Rondônia passava por um processo de mudança no início da imigração haitiana, em 2011, especialmente pela construção das usinas hidrelétricas na calha do Rio Madeira. A cidade tem passado por algumas mudanças na utilização do seu espaço do ponto de vista imobiliário, com a construção de alguns prédios nas regiões norte e noroeste de seu espaço urbano. No mesmo período, outras áreas das cidades se tornaram lugares com concentração de imigrantes haitianos, como nos bairros Agenor de Carvalho, Liberdade e Nova Porto Velho, ambos próximos à rodoviária, por meio da locação de imóveis para moradia - geralmente em grupos de 3, 4 ou 5 pessoas em uma casa - e da formação de igrejas. Das 4 “igrejas haitianas” de Porto Velho, 3 estão nos bairros Agenor de Carvalho, Nova Porto e Liberdade¹⁰¹.

O texto foi organizado em duas partes, a saber, breve descrição da formação da cidade, pelo viés dos fluxos migratórios e a descrição das mudanças ocorridas no espaço urbano, tomando como ponto de partida a chegada desses imigrantes haitianos desde o primeiro trimestre de 2011.

¹⁰¹ A Igreja Batista haitiana está localizada em outro bairro da cidade. Por questões de recorte da pesquisa e de espaço, não vamos tratar, neste trabalho, dessa igreja.

A cidade de Porto Velho

A fundação de Porto Velho está diretamente associada à construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM)¹⁰², no início do século XX, a partir de 1907. Localizada à margem direita do rio Madeira – um dos afluentes do rio Amazonas – a capital de Rondônia tem hoje, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, cerca de 490 mil habitantes e tem uma área territorial de 34.082 Km².

A história de Porto Velho e do estado de Rondônia pode ser contada, dentre outras abordagens analíticas e interpretativas, a partir da migração, desde a sua fundação até a contemporaneidade. Um dos mais intensos fluxos migratórios se deu quando da construção da EFMM. Mesmo já sendo uma região que contava com uma presença de povos indígenas e de não indígenas há muito tempo, a EFMM foi, sem dúvida, um divisor de águas na formação da cidade, especialmente pelo fato de que o empreendimento foi uma investida do capital internacional na região e, para isso, foi necessário mobilizar um grande contingente de pessoas para realizar o empreendimento:

A EFMM, mesmo marcada por uma gama de contradições, opera no plano da representação coletiva como um mito fundador ou mesmo um mito de origem, que liga o antes, o agora e o porvir. Nesse sentido, esse momento histórico tem lugar central na história da região e é, também, um acontecimento relevante para a história nacional. Do ponto de vista da mobilidade humana, para a construção da EFMM foi necessário arregimentar milhares de trabalhadores que foram deslocados para a região, onde muitos morreram ao longo de quase seis anos, num episódio considerado desastroso econômica e humanamente (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015a, p. 48).

Os “desastres” na Amazônia não são exclusividades de Rondônia. Com a transformação do Território Federal em Unidade da Federação, em 1982, Porto Velho se firmou como a capital do estado. A colonização em Rondônia é um assunto de interesse de estudos, contudo dispersos, teórica e praticamente¹⁰³. Ao longo do século XX, Rondônia moldou-se e Porto Velho passou por momentos de mudanças rápidas, como a “corrida do ouro” no Rio Madeira.

¹⁰² Não queremos dizer que a EFMM tenha sido a única causa da formação de Porto Velho, mas uma das principais. Pessoas já habitavam a região há muito tempo, como diferentes grupos indígenas e colonizadores no período colonial sob dominação da coroa portuguesa. Vale ressaltar que a região ficou nos limites das áreas fronteiriças em disputa com a Bolívia na questão do Acre, como já apontamos em (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015a, p. 47-48).

¹⁰³ Consideramos de suma importância estabelecer um diálogo interdisciplinar a partir dos grupos multidisciplinares da UNIR e seus parceiros de pesquisa. Os relevantes – internacionalmente – estudos do prof. Dr. Wanderley Bastos sobre o Mercúrio na região são fontes de reflexões sobre mudança de espaço e impactos físico-químicos na interação entre o ser humano e aquilo que chamamos Natureza. As Ciências Sociais e as Ciências Exatas e Biológicas podem dialogar, assim como com a Ecologia.

No século XXI, a cidade e o Rio Madeira receberam e movimentaram investimentos com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – I e II, culminando com a investida energética da implantação de duas grandes Usinas Hidrelétricas no rio mais rápido do planeta. Como esses processos, Porto Velho tornou-se lugar de pessoas de diferentes lugares, uma cidade “multicultural” e que tem em sua história a característica de ser cosmopolita.

TABELA 1 – População de Porto Velho entre os séculos XX e XXI

Ano	Habitantes
1950	27.244
1960	51.049
1970	88.856
1980	138.289
1991	286.471
2000	334.585
2010	428.527
2013	484.992 (estimativa do IBGE)
2015	502.748 (estimativa do IBGE)

Porto Velho é uma cidade que se expandiu ou foi expandida das margens do Rio Madeira nos sentidos Leste, Norte e Sul. Uma expansão na Amazônia marcada por diferenças, que refletem, por exemplo, na ausência de títulos da propriedade “definitiva” sobre a terra, seja no meio rural quanto no urbano da capital. Para Tamboril e Barboza (2016, p. 132-133), a base social e econômica de Porto Velho, desde a sua fundação foi assentada na reprodução de desigualdades, “tornando-se indutora dos maiores conflitos em sua reprodução socioespacial, como consequência das relações produtivas”, sobretudo, por meio dos “ciclos econômicos”. Dessa maneira, Porto Velho nasce:

Segregada e irregular: segregada na medida em que por uma linha divisória era possível visualizar as diferenças entre seus habitantes. De um lado, Porto Velho feito imagem e semelhança de seus criadores norte-americanos como símbolo do progresso e, do outro, a Porto Velho de todas as cores e nacionalidades, composta pela escória que buscou sobrevivência ou exílio. Separados por uma fronteira intransponível baseada no preconceito e exploração, em contradição entre o discurso do progresso e da modernidade (TAMBORIL; BARBOZA, 2016, p. 134).

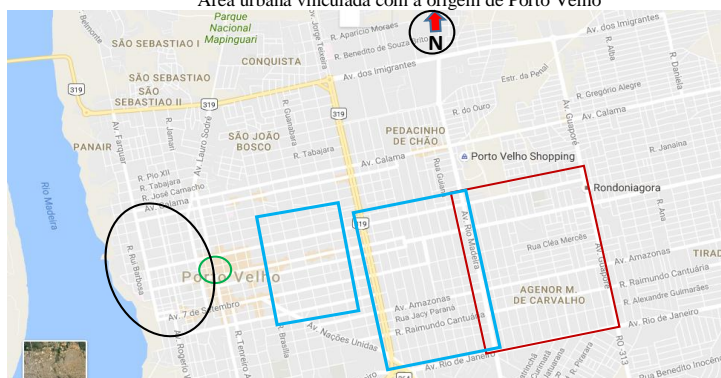
Não diferente de outros ciclos econômicos ocorridos na cidade, as obras de construção de duas hidrelétricas no rio Madeira, Santo Antônio e Jirau¹⁰⁴, refletiram no cotidiano urbano e rural de Porto Velho. Foi preciso desalojar populações tradicionais ribeirinhas de seus lugares e leva-las para os centros urbanos. Com isso, segundo Tamboril e Barboza (2016, p. 135), houve uma possível modificação na paisagem da cidade e no adensamento populacional.

¹⁰⁴ As obras dessas hidrelétricas foram iniciadas em 2008 e ainda estão em fase de conclusão em 2016.

Dentro desse contexto, podemos visualizar na cidade de Porto Velho, que todos os processos contribuíram de certa maneira, para a segregação urbanística existente, na medida em que a estrutura da cidade não conseguiu acompanhar o acelerado crescimento populacional.

No início de 2011, no auge da construção das duas hidrelétricas, no rio Madeira, chegaram os primeiros imigrantes em Porto Velho, atraídos, inicialmente, por uma promessa de trabalho de uma suposta empresa que estaria instalada no distrito de Nova Mutum, a 110 km de Porto Velho (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2015b). Esse grupo de um pouco mais de 50 haitianos se disse “enganado” por um funcionário do governo do Acre na cidade de Brasileia, fronteira do Brasil com a Bolívia, que fornecera um número de telefone aos imigrantes de uma empresa que não existia. Enquanto os haitianos tentavam encontrar uma solução para o impasse, as autoridades governamentais já haviam sido acionadas e, em ônibus, levou-os para a cidade de Porto Velho e os alojou no Ginásio de Esportes Cláudio Coutinho, na região central da cidade¹⁰⁵. Naquela mesma semana a cidade recebeu o total de 105 haitianos. A chegada dos grupos maiores de haitianos a partir de março de 2011 fez com que o governo estadual se mobilizasse e buscasse uma solução ou um paliativo imediato para duas demandas principais, alojamento e alimentação (COTINGUIBA, 2014).

IMAGEM 1 – Mapa de parte da cidade de Porto Velho
Área urbana vinculada com a origem de Porto Velho



Legendas: Círculo oval preto = área de origem a partir da EFMM. Pequeno círculo verde = Localização do Ginásio de Esportes Cláudio Coutinho. Retângulos azuis = áreas nas quais os primeiros haitianos se estabeleceram em PVh entre 2011 e 2013. Retângulo vermelho = área de expansão da presença haitiana em PVh.

A imagem acima ilustra a área da cidade em que os haitianos se estabeleceram majoritariamente. A linha amarela da imagem (319) é uma rodovia federal, conhecida em Porto Velho como Avenida Jorge Teixeira, nome do primeiro governador. Nessa avenida fica a rodoviária e também conduz ao aeroporto e se liga com o Sul do estado do Amazonas. Entre essa avenida e as

¹⁰⁵ O Ginásio Cláudio Coutinho fica situado na área de colonização que da época da EFMM.

avenidas Rio Madeira, Rio de Janeiro e a José Vieira Cahula, foi e ainda é em 2016, a principal área da cidade com maior densidade¹⁰⁶. Os retângulos azuis indicam as áreas de maior concentração dos haitianos nos primeiros dois anos. O retângulo vermelho indica a expansão, porém na região mais próximas ao centro. Assim, abordaremos a chegada dos haitianos e sua entrada no espaço urbano e sua presença nos bairros.

A chegada dos haitianos e o espaço urbano de Porto Velho

Por ser a capital do estado e ter uma estrutura maior na área de saúde, Porto Velho tem as chamadas “casas de apoio” - espécie de pousadas que hospedam pessoas advindas do interior do estado para realizar tratamento de saúde. Essas casas são mantidas, geralmente, por políticos ou organizações sem fins lucrativos. Com a chegada dos haitianos, alguns órgãos do governo do estado, no início juntamente com a Pastoral do Migrante, recorreram aos responsáveis por essas casas de apoio para abrigar os imigrantes. A casa de apoio que mais hospedou haitianos foi a “Raimundo Neves”, à época localizada no bairro Liberdade, não muito distante da rodoviária, que atendeu 228 haitianos, conforme Cotinguiba (2014).

A hospedagem dos haitianos na Casa de Apoio Raimundo Neves modificou o lugar em vários aspectos. O primeiro deles foi em relação à sua atividade fim, conforme relata Cotinguiba (2014, p. 102):

Por ser um local que durante alguns anos serviu de referência para pessoas que viajavam do interior do estado para a capital em busca de tratamento médico, a Casa de Apoio se tornou um lugar de referência na cidade – existem outras que operam na mesma lógica. A troca pelos serviços de hospedagem é em forma de uma ajuda financeira abaixo do valor de uma diária de um hotel sem serviços. A entrada dos haitianos na Casa de Apoio mudou a rotina e uma das consequências foi a diminuição da clientela que, em parte, era mantida por meio de acordos com prefeituras do interior do estado que prestavam ajuda aos pacientes em trânsito para tratamento médico. Com os haitianos no local, muitos deixaram de procurar abrigo no local.

Assim, a casa não mais atendia aos que buscavam hospedagem quando em processo de tratamento de saúde, passou, por conseguinte, à condição de um local de referência da migração haitiana para os habitantes da cidade e para os próprios haitianos, assim como para alguns empresários que buscavam recrutar a força de trabalho dos imigrantes.

Outro aspecto que mudou a casa foi o estranhamento da vizinhança em relação à presença dos haitianos na casa, o que, por sua vez, alterou a paisagem

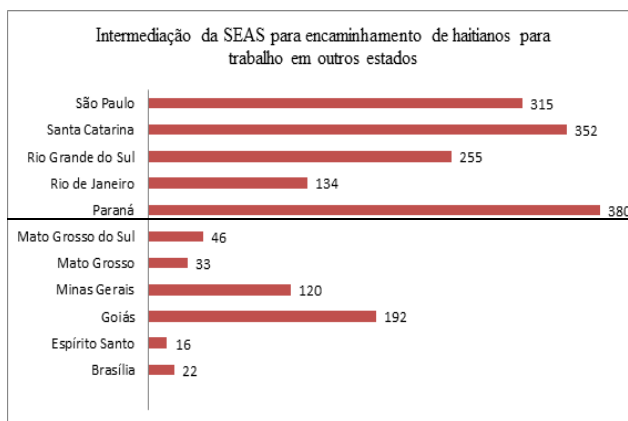
¹⁰⁶ Desde os primeiros meses os haitianos residiram em outros bairros, mas em menor densidade que na região que estamos destacando.

do espaço e, de certo modo relativo, provocou alterações na dinâmica do modo de vida dos moradores dos arredores.

O diretor nos relatou que naquela semana os vizinhos haviam chamado a PM para conter o barulho. Esse barulho era relativo ao falar dos haitianos (tom de voz alto) durante as conversas em grupos, o som do toque do telefone no “último volume” para receber chamadas – às vezes no meio da madrugada –, o que passou a incomodar os vizinhos, causando um estranhamento (COTINGUIBA, 2014, p. 101-102).

Como se pode perceber a casa de apoio Raimundo Neves foi aos poucos se tornando uma das localizações haitianas em Porto Velho. Era comum, no período de 2011 a 2014, presenciarmos o entra e sai de empresários em busca de trabalhadores. Grande parte do recrutamento para trabalho era intermediado pela SEAS (Gráfico 1 e 2):

GRÁFICO 1 – Número de haitianos encaminhados para trabalho em outros estados por meio da SEAS-RO



Fonte: Cotinguiba (2014, p. 120).

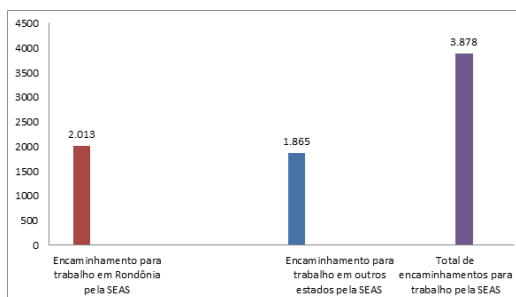
Ao longo dos meses que visitamos a Casa de Apoio, víamos centenas de pessoas, umas entrando e outras saindo. [...] Quase que diariamente a SEAS realizava visitas para triagem dos hóspedes para encaminhá-los para trabalho em empresas de Porto Velho ou em outras cidades fazendo, assim, a intermediação por meio de seu trabalho de assistência social aos imigrantes. Em diferentes momentos acompanhamos o trabalho dos agentes da SEAS, na Casa de Apoio, no diálogo com empresários, em reuniões sobre essa imigração, na compra de passagens e embarque dos haitianos para outras cidades (COTINGUIBA, 2014, p. 109).

O tempo de permanência dos haitianos nessa casa de apoio era variado e dependia de conseguir ou não trabalho. Assim, os que conseguiam emprego

alugavam quitinetes¹⁰⁷, geralmente, em local próximo (no mesmo bairro) da casa de apoio. Aos poucos o número de haitianos se reduziu até chegar um momento em que a casa de apoio Raimundo Neves não mais hospedava haitianos.

A estada dos haitianos por um período na casa de apoio Raimundo Neves, sobretudo, com a chegada dos primeiros grupos em 2011, influenciou sobremaneira a preferência dos imigrantes em morar nos bairros Liberdade, São Cristóvão e Nova Porto Velho. De acordo com nossas observações por meio da pesquisa de campo, a região da cidade que teve maior concentração dos imigrantes haitianos foi o bairro Nova Porto Velho. Esse bairro é localizado numa região que consideramos estratégica para os haitianos, dado sua localização próxima a dispositivos e recursos práticos, tais como a rodoviária, a principal avenida que liga ao aeroporto, ao centro da cidade e a uma feira livre que é realizada matinalmente aos sábados, onde é possível que eles encontrem elementos utilizados na culinária do Haiti. Ademais, é o bairro mais próximo da casa de apoio Raimundo Neves.

GRÁFICO 2 – Atendimento SEAS/RO com encaminhamento de haitianos para trabalho no estado e em outras unidades da federação



Fonte: Cotinguiba (2014, p. 121).

Esses números representam a totalidade dos encaminhamentos intermediados e realizados pela SEAS para outros estados, de acordo com a pesquisa realizada por Cotinguiba (2014) com base na análise dos documentos da Secretaria de Estado de Assistência Social de Rondônia, o que mostra uma intervenção de um agente público no processo da mobilidade haitiana na cidade.

Como se pode observar, segundo os dados, 3878 haitianos foram registrados pela SEAS no período entre 2011 e 2014¹⁰⁸. Isso indica que houve

¹⁰⁷ Esses imóveis são chamados em Porto Velho apartamentos, mesmo se for uma casa que foi dividida e alugada para duas ou mais pessoas de modo independente. Também são chamados os locais que têm vários desses apartamentos de “estância” ou “vila de apartamentos”. As condições são, em geral, insalubres nesses locais devido ao espaço reduzidos, pouca ventilação e, no caso dos haitianos, os imóveis eram locados para morarem 3, 4 ou 5 pessoas em um ou dois cômodos. Em muitas dessas vilas de apartamentos o espaço era dividido com brasileiros.

uma mudança na dinâmica das atividades de uma esfera do governo local, fazendo com que uma agenda fosse criada diante de uma situação não esperada, uma vez que a presença haitiana na cidade de Porto Velho não estava prevista, mas foi um acontecimento fortuito do ponto de vista da agenda política local. Isso não quer dizer, entretanto, que existe ou existiu uma política local de imigração. O que identificamos, por sua vez, foi o que preferimos classificar como uma ação isolada, uma vez que não foi implementada uma ação continuada no atendimento dos haitianos ou outros imigrantes e mesmo migrantes internos.

IMAGEM 2 – Haitianos e brasileiros na “disputa” por vagas de trabalho no posto do SINE, para trabalharem na Usina Jirau



Fonte: Porto Velho. Foto: Geraldo C. Cotinguiba (jan. 2014).

Por outro lado, encontramos uma contradição entre os dados. Os números da SEAS contrastam gritantemente com os do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE). Enquanto a SEAS registrou 3.878 atendimentos - os quais constam nomes e documentos pessoais - o SINCRE registrou apenas 909 imigrantes haitianos entre 2011 e 2015, o que poderia parecer uma contradição dos dados, no entanto, é importante notar que a diferença existente entre os números é que os do SINCRE dizem respeito aos haitianos que gozam da residência permanente, o visto, enquanto os da SEAS são atendimentos e encaminhamentos e não há classificação sobre com visto ou sem visto.

TABELA 2 – Número de Registros de Entrada de Imigrantes do Haiti em Porto Velho

Ano	Entradas
2011	85
2012	434
2013	633
2014	92
2015	101

Fonte: SINCRE. Ministério da Justiça. Projeto MT-Brasil/ICMPD-PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP; FAPESP; CNPq).

¹⁰⁸ Isso não quer dizer que se criou no estado uma política de migração, não. O que houve foi a colocação em prática de uma ação que teve seu início, desenvolvimento e fim. Fato é que não houve continuidade das ações em relação ao poder municipal, nenhuma ação foi criada.

A chegada dos haitianos nos bairros Agenor de Carvalho, Nova Porto Velho, São Cristóvão e Liberdade alterou a rotina da vida das pessoas do local, moradores ou proprietários de imóveis na região. Um exemplo disso são as chamadas estâncias¹⁰⁹ – vila de apartamentos – alugavam todos os quartos ou apartamentos somente para haitianos.

Mudanças do espaço urbano – religiosidade¹¹⁰ e moradia

A religiosidade é um dos fenômenos mais importantes em relação ao comportamento coletivo dos grupos humanos (GEERTZ, 1989). Assim, entre os haitianos que passaram a residir em Porto Velho essa lógica se mostrou relevante de modo que algumas atividades passaram a fazer parte do contexto da paisagem urbana de uma parte da cidade.

Como vamos lidar com o significado, começemos com um paradigma: ou seja, que os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo – o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos – e sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem. Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida (GEERTZ, 1989, p. 66-67).

Essa força que o campo do sagrado exerce sobre indivíduos de algumas sociedades já foi objeto de análise muitos pesquisadores, como Marcel Mauss e Émile Durkheim, e não é aqui o objeto de nosso interesse. O que nos interessa aqui é refletir sobre como e a partir da imigração haitiana para a cidade de Porto Velho a paisagem urbana passou por alterações.

Dentre os temas relacionados a essa mobilidade, aspectos como inserção social, motivos de migração, aprendizado da língua, parentesco e atividade laboral têm recebido atenção especial. A esses, dentre outros, a religião se mostra como um campo de abordagem rico em informações para ser contemplado pela pesquisa, pois é um dos principais recursos no processo de inserção social relativa desses imigrantes na cidade de Porto Velho.

Há uma presença considerável da vertente de cunho protestante ou evangélica entre os haitianos. Haja vista que as igrejas são os espaços onde os

¹⁰⁹ As estâncias são construções retangulares em um terreno, com cômodos germinados medindo 6x4 = 24 m² com um banheiro e dividido em dois compartimentos, coberto com telha de cimento (tipo *Eternit*). Por haver diferentes medidas de terrenos, o número de “apartamentos” pode variar, podendo ter 3, 4, 5 ou mais famílias morando num mesmo terreno, mas com casas diferentes.

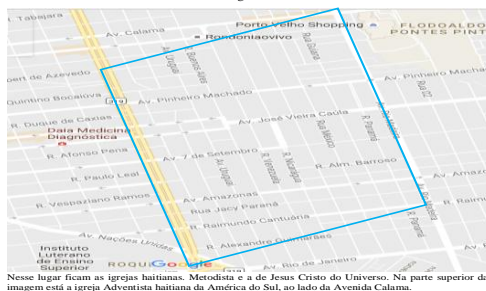
¹¹⁰ A respeito da questão religiosa veja (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2016a; RIBEIRO, 2016; BORBA; MOREIRA, 2016).

membros desse grupo usufruem do privilégio de poderem professar sua fé em sua língua materna, o crioulo haitiano, encontrar os amigos e parentes, tecer alianças, trocar informações e reelaborar suas práticas culturais dentro de um novo contexto social, de maneira que possam traçar as estratégias de inserção na sociedade local por meio da interlocução religiosa, numa economia das trocas dos códigos e símbolos com os brasileiros.

O Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – apontou um aumento da população evangélica no Brasil, com um total de 22,2%. A presença de pessoas que se declaram evangélicas, na cidade de Porto Velho é expressiva, tanto pela autodeclaração quanto pelas diversas igrejas dessa religião. Nesse rol, os haitianos encontraram um campo fértil para declararem sua fé e na cidade fundaram, até o presente momento, quatro igrejas de diferentes vertentes, como a “Primeira Igreja Haitiana Adventista do Sétimo Dia da América do Sul”, inaugurada em 2013. Outras três, uma Batista, uma Metodista e outra chamada “Igreja de Jesus Cristo no Universo”, formam o conjunto das igrejas, para onde se dirigem, especialmente aos sábados e domingos, pelo menos duas centenas de pessoas.

Estudar parte das práticas religiosas declaradas dos haitianos em Porto Velho se tornou importante por dois motivos principais, quais sejam, a continuidade de um estudo de campo e a busca por uma interpretação das relações sociais desses imigrantes na cidade a partir de uma perspectiva que tome a religião como ponto de partida.

IMAGEM 3 – Localização da concentração de haitianos em Porto Velho, indicada pelo retângulo azul



A pesquisa de campo que realizamos entre 2011 e 2013 rendeu-nos um estudo sobre a relação entre essa migração e o trabalho (COTINGUIBA, 2014) e que temos a intenção de prosseguir-lo, expandindo-o para o campo da religião, objetivando discutir aspectos relacionados às estratégias de negociação dos imigrantes no processo de inserção social. Para isso, nossa pesquisa demanda a realização da etnografia nas igrejas, que já se encontra em curso, o diálogo com os sujeitos bifônicos, de um lado os haitianos, como autodeclarantes evangélicos e, de outro, os declarantes evangélicos brasileiros envolvidos no apoio e em interlocução com os haitianos.

Com base em nossa pesquisa etnográfica, pudemos estabelecer um diálogo polifônico com diferentes sujeitos, de um lado entre os haitianos e, de outro, com brasileiros em razão do envolvimento com esses imigrantes em diferentes setores, tanto na esfera estatal quanto de instituições não governamentais, como as redes de proteção e auxílio a migrantes da Igreja Católica. Ao longo dessa etnografia aprendemos o crioulo haitiano e visitamos mais de 20 cidades, desde a região de tríplice fronteira até o extremo sul do Brasil. Nos lugares em que esses imigrantes já se encontram radicados, verificamos que uma das primeiras ações é a formação de uma comunidade religiosa evangélica, liderada por um pastor, sempre em negociação simbólica e com apoio de brasileiros.

Sobre a religiosidade dos haitianos, desde nossos primeiros contatos com esses imigrantes, percebemos que era um tema de importância relevante neste processo migratório. Em Porto Velho e, nas quatro idas a Brasileia, no Acre, chamou-nos atenção o fato de que poucos se declaravam católicos e muitos como evangélicos, tais como batista, metodista, adventista dentre outros. De início, isso aguçou nossa curiosidade, visto que o vodu não era mencionado e, quando falávamos sobre o assunto, havia um silenciamento, ou mesmo uma evasão deliberada, mudando o tema da conversa, ação estratégica e fato corriqueiro na pesquisa de campo desde o início da pesquisa etnográfica (EVANS-PRITCHARD, 2013).

IMAGEM 4 – Primeira Igreja Evangélica Haitiana em Porto Velho – Rua Buenos Aires



Fonte: Esta igreja era de denominação Assembleia de Deus. Foto: Geraldo C. Cotinguiba (fev.2014).

Ao longo desses cinco anos de presença dos haitianos em Porto Velho, quatro igrejas foram criadas, entretanto descreveremos três dessas igrejas. A comunidade Metodista é o maior grupo religioso da cidade. Sediada na Rua Buenos Aires, no bairro Nova Porto Velho, é a igreja mais adjacente à maioria das comunidades haitianas presentes na cidade. Inicialmente, os membros que hoje frequentam a Igreja Metodista Haitiana (IMH) participavam da Igreja Assembleia de Deus, na mesma rua, a uma distância aproximada de um quilômetro. Com algumas mudanças em questões administrativas, todos os membros haitianos se desmembraram desse grupo e passaram a pertencer à comunidade Metodista. Ao que se pôde constatar, essa mudança não se caracteriza uma ruptura denominacional ou doutrinário com a igreja Assembleia de Deus, mas um acordo entre os líderes religiosos de ambas as partes e os haitianos visando o melhor para essa comunidade, nomeadamente: ter pastor

haitiano, liturgia em crioulo e um espaço que comportasse maior número de fiéis. A Igreja Assembleia de Deus voltou a congregar apenas brasileiros assim como antes dos haitianos chegarem à cidade de Porto Velho. A liturgia da comunidade Metodista é caracterizada por um estilo emergente, louvor ritmado, uso de palmas e movimentos corporais.

A comunidade adventista do sétimo dia é a única em Porto Velho a construir um templo exclusivo para a comunidade haitiana residente. Aliás, em toda a América do Sul, divisão Sul americana da igreja adventista do Sétimo Dia, o templo de Porto Velho foi o pioneiro em iniciativas para acolhimento religioso de haitianos. Inicialmente um grupo de mais ou menos dezoito pessoas se reunia na Igreja Adventista Central de Porto Velho, tendo-se mudado para o novo templo, exclusivamente haitiano, localizado na frente da câmara dos deputados, no bairro Embratel. Após quase dois anos de congregação, a comunidade perdeu o seu status de igreja haitiana e foi mesclada com brasileiros por falta de liderança haitiana e de membresia suficiente para desenvolver as atividades da igreja. O pastor que cuida da congregação é brasileiro e os cultos, hoje, são dirigidos exclusivamente em português.

IMAGEM 5 – Culto na Igreja Metodista da Comunidade Haitiana



Fonte: Foto: Marília L. P. Cotinguiba (nov. 2016).

IMAGEM 6 – Igreja Metodista da Comunidade Haitiana, formada a partir da mudança de denominação



Fonte: Foto: Marília L. P. Cotinguiba (nov. 2016).

Outra igreja é comunidade da “Igreja de Jesus Cristo no Universo”. Nessa igreja não tem, como na Metodista e na Adventista, identificação haitiana, ou algum *slogan* visível que chame a atenção dos haitianos para fazerem parte dessa comunidade ou letreiros que tenham alguma relação com o ‘universo haitiano’. A identificação “igreja de Deus no Universo” é referente a uma comunidade brasileira que congrega no local. Nem as informações referentes a horários de culto dos haitianos é visível na placa de identificação da igreja. A informação sobre a igreja haitiana é passada de um para outro. Por questões de carga horária de trabalho, o culto mais frequentado é o do domingo pela manhã,

das 9h às 12h. As reuniões da semana são menos frequentadas. O culto também é semelhante às comunidades pentecostais brasileiras e à igreja Haitiana Metodista, e o pastor é haitiano. Essa igreja fica a 1 quilômetro de distância da comunidade metodista. Por vezes, é possível ver ao final da manhã de domingo, alguns haitianos saírem da igreja metodista, ao término do culto - que termina mais cedo - irem para a outra igreja, onde o culto ainda está acontecendo.

As três igrejas que descrevemos acima são próximas uma da outra, nos bairros Nova Porto Velho e Embratel, respectivamente. Esses dois bairros ficam próximos a mais dois bairros que a maioria dos haitianos reside em Porto Velho, quais sejam, São Cristóvão e Liberdade.

Essa três igrejas não existiam em Porto Velho antes da chegada dos haitianos. No caso da igreja adventista, por exemplo, houve um grande envolvimento da comunidade dos membros brasileiros na viabilização da construção da igreja. Foram feitas várias ações de mobilização para arrecadação de dinheiro para a compra de material, e a força de trabalho foi dos próprios haitianos.

IMAGEM 7 – Primeira Igreja Adventista Haitiana da Divisão América do Sul



Fonte: Foto: Geraldo C. Cotinguiba (dez. 2013).

A igreja metodista, de igual maneira, contou com o envolvimento de brasileiros da própria comunidade para possibilitar aos haitianos um espaço para os cultos. Entretanto, não foi construído o espaço físico, como no caso da adventista. Assim, um espaço que já era da igreja metodista e que era utilizado como residência temporária de pastores e membros que estavam de passagem em Porto Velho, foi cedido para que os haitianos improvisassem um templo para realização dos cultos.

Considerações Finais

A formação de Porto Velho é marcada por diferentes fluxos de pessoas para a região, de modo que ao longo de seus poucos mais de 100 anos, diferentes movimentos migratórios fizeram da cidade um dos destinos em meio à Amazônia brasileira.

A chegada, passagem, circulação e estabelecimento de imigrantes haitianos na cidade de Porto Velho contribuiu para uma modificação do tecido urbano, com concentração mais densa em bairros como Agenor de Carvalho,

Liberdade e Nova Porto Velho. O setor imobiliário alterou-se em função dessas pessoas, seja na relação com os inquilinos de imóveis fixados em um mesmo lote, com a vizinhança, os proprietários ou no comércio da localidade. Pelas ruas, embaixo de alguma árvore, em frente aos imóveis, nos mercados e igrejas a presença haitiana é notável.

A criação de igrejas haitianas é algo novo em Porto Velho, principalmente pelo fato de serem construídas em bairros próximos ao centro da cidade e não nas áreas mais distantes e periféricas da cidade. Não foi o capital imobiliário que determinou as localizações haitianas, mas sim o fato da primeira casa de apoio – lugar onde foram abrigados os haitianos – se localizar próximo ao centro da cidade. Como descrevemos neste artigo, ações de diferentes atores contribuíram para a criação e estabelecimento das igrejas haitianas em Porto Velho.

Referências

- BORBA, J. H. O. M.; MOREIRA, J. B. Integração local de haitianos em Santo André: interação entre poder público municipal e entidades religiosas. In: BAENINGER, R. et. al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- COTINGUIBA, G. C.; PIMENTEL, M. L. Mobilidade haitiana para o Brasil: religiosidade e identidade cultural. In: SILVA, S. A.; ASSIS, G. O. (Org.). **Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Manaus, AM: EDUA, 2016a.
- _____; COTINGUIBA, M. L. P. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transnacional no Brasil. In: BAENINGER, R. et. al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016b.
- _____. Rondônia, um estado de fronteira na Amazônia ocidental brasileira: fluxos migratórios do passado e a imigração haitiana no início do século XXI. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, MS, v. 8, n. 2, p. 45-65, 2015a.
- _____. Deslocamento populacional contemporâneo, língua e história: uma contribuição para os estudos sobre a imigração haitiana para o Brasil. In: GATAZ, A.; FERNANDEZ, V. P. R. (Org.). **Imigração e imigrantes: uma coletânea interdisciplinar** Salvador, BA: Pontocom Editora, 2015b.
- _____. **Imigração Haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. 2014. 155f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2014.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculo e magia entre os Azande**. Tradução de Eduardo Viveiro de Castro. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1989.
- RIBEIRO, A. A. **Religiosidade e identidade (s) na diáspora: por uma etnografia entre imigrantes haitianos em Porto Velho**. 2016. 143f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Línguas Vernáculas, Núcleo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2016.
- TAMBORIL, F. A. B.; BARBOZA, J. J. Porto Velho segregada e irregular: assim surge uma cidade. In: COSTA SILVA, R. G. (Org.). **Porto Velho, urbanização e desafios para uma cidade centenária**. Porto Velho, RO: Temática Editora; Edufro, 2016.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP: Estúdio Nobel/FAPESP, 2001.

PARTE 2

DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SUL-SUL NACIONAIS E LOCAIS

**REFLEXÕES GEOGRÁFICAS SOBRE MIGRAÇÕES,
DESENVOLVIMENTO E GÊNERO NO BRASIL**

Aline Lima Santos
Rosa Ester Rossini

As noções de Sul e Norte Global são essencialmente ligadas à ideia de desenvolvimento. Trata-se de uma divisão do planeta nascida com o fim da Guerra Fria. Desde então, a divisão Leste/socialista-Oeste/capitalista do planisfério deu lugar à polarização Norte-Sul, sendo o primeiro associado ao desenvolvimento e à riqueza e o segundo à pobreza. Há algo de arbitrário e convencional nessa dicotomia, contudo, há também algum sentido literal, com respaldo econômico, político, social e simbólico. Sua substância resulta da divisão internacional do trabalho, produtora de hierarquias e imaginações geográficas que a sustenta.

Trata-se de uma distinção de caráter analítico utilizada para comparar em pequena escala dois grandes “blocos de países” em função de indicadores que reduzem complexas situações, permitindo compará-las em termos generalizantes. Cabe questionar, todavia, qual a pertinência do uso dessa escala planetária, para se compreender as múltiplas determinações e efeitos do desenvolvimento desigual da riqueza? Para essas reflexões, convém evocar as palavras de Lacoste em suas análises sobre subdesenvolvimento (LACOSTE, 1985, p. 62):

O tamanho e a configuração dos espaços considerados (implícita ou explicitamente) condicionam, numa certa medida, as observações que se pode fazer e os raciocínios que se pode estabelecer a seu propósito. Torna-se necessário perguntar por quais razões é tal espaço mais do que o outro (com o tamanho e a configuração diferente) levado em consideração.

Atentando a esse enunciado, que nexos podem ser observados e que raciocínios podem ser estabelecidos entre os padrões migratórios a nível mundial e a divisão Sul/Norte Global? Como se sabe, as dinâmicas populacionais expressam o modo de produção vigente e, conforme amplamente considerado pelas teorias migratórias de fundamentos histórico-estruturalista, as migrações são engendradas pelo capital, direcionando-se sobretudo para áreas em que se destacam os processos de acumulação (PÓVOA NETO; FERREIRA, 2005).

Com efeito, das 244 milhões de pessoas migrantes no mundo em 2015, 173 milhões, isto é, 71% do total, escolheram como destino algum país do Norte Global (UN, 2016). Aliás, vale sublinhar o crescimento da opção pelo Norte nas últimas décadas. Comparativamente, em 1990, os países ricos acolhiam 53% das pessoas que residiam fora de seu país de origem. Em virtude disso o peso relativo dos imigrantes nos países do Norte acabam por exceder a importância

dos mesmos na população dos países do Sul. Em 2013, mais de 10% da população do Norte era imigrante, enquanto sua proporção no Sul não atinge o patamar dos 2% (UN, 2013).

Diante disso é fácil justificar as pautas predominantes nas agendas de pesquisa: as migrações Sul-Norte. Assume-se o Sul como área de origem e o Norte como área de destino de modo pouco problematizado. Junta-se a isso os interesses das agendas políticas, muitas vezes colocando essas migrações como um problema a ser combatido. De fato, as migrações internacionais são formuladas como “anormais”, como perturbação, como transgressão no discurso dos países hegemônicos. É dominante a ideia da migração como um problema (CASTLES, 2010; ZOLBERG, 1994). Ainda mais porque os estudos migratórios são realizados sobretudo segundo abordagens nacionais de países de destino.

A participação dos países do Sul, muitos dos quais emissores de população, no debate ainda é pequena face à produção daqueles que recebem (ROCHA-TRINDADE, 1995). Além disso, a produção científica dedicada às relações entre as migrações e a questão do desenvolvimento nos países do Sul dão atenção significativa aos temas das remessas e da “fuga de cérebros” (BAKEWELL, 2009). Politicamente, as preocupações do Sul enfocam possíveis formas de tornar o emigrado um recurso para o desenvolvimento do país.

Além da questão da direção e sentido das migrações internacionais, chama atenção o fato de que ainda é predominante na literatura o tratamento indiscriminado das experiências migratórias, desconsiderando-se as especificidades de gênero, raça/cor, classe social, orientação sexual, dentre outros atributos identitários. Os homens, brancos, heterossexuais, privilegiados economicamente são tomados como referência e norma, tornando invisíveis ou subversivos os demais sujeitos sociais que compõem a complexidade do fenômeno.

Considerando em especial o quesito gênero, os homens predominam nas migrações internacionais. Apesar disso, a participação das mulheres nesses processos e deslocamentos populacionais é notável. Em 2015 perfaziam um contingente de 117 milhões de pessoas, o que corresponde a 48% do total. No espaço que medeia entre 1990 e 2015 este percentual sofreu poucas variações, contudo o seu crescimento absoluto foi da ordem de 42 milhões de mulheres. Soma-se ainda que essa proporção aumenta nos países mais ricos, chegando a 52% nos países que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (UN, 2016).

Assim, são evidentes as relações entre nível de desenvolvimento, migrações e gênero. Avaliar esses aspectos de modo entrelaçado é um desafio que está sendo enfrentado, mas carece de maior empenho e contribuições, uma vez que ainda existem lacunas. Neste capítulo, busca-se esboçar essas articulações para o caso do Brasil. Toma-se essa unidade geográfica de estudo, compreendendo-a como uma formação socioespacial, manifestação concreta do

modo de produção capitalista no período atual (SANTOS, 2004). Além disso, entende-se o Brasil como uma realidade que, apesar de suas especificidades, pertence ao Sul Global compartilhando características com os demais países que compõem essa grande região. Por meio da observação e análise de dados censitários referentes a 2010, pretende-se delinear as características gerais da emigração do Brasil e da imigração para o Brasil, e contribuir para formulação de apontamentos teórico-metodológicos que estimulem reflexões sobre o tema.

Emigração e imigração no Brasil: um padrão Sul Global

Como já mencionado, a divisão Sul/Norte Global é um tanto arbitrária não coincidindo com os hemisférios separados pela linha do Equador. Trata-se sobretudo de uma tipologia calcada em considerações sobre o desenvolvimento em escala planetária. Tais discussões foram historicamente marcadas pela dimensão econômica, predominando critérios como o PIB ou a renda *per capita* para definir e categorizar os países do Sul e do Norte.

Mais recentemente insiste-se na necessidade de utilização de critérios que considerem, para além de aspectos econômicos, o bem-estar coletivo, que inclui dimensões sociais, culturais, ambientais, espaciais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e o índice Felicidade Interna Bruta (FIB), criado no Butão, são exemplos de tentativas de construção de um novo paradigma.

Na pequena e abrangente escala do Sul e do Norte Global, verifica-se uma miríade de situações distintas atestando o desenvolvimento desigual e combinado das sociedades e do espaço geográfico ao longo da história e no período atual. Apesar das distintas metodologias existentes o Brasil é sempre tido como um país de desenvolvimento intermediário, enquadrado portanto como um país do Sul Global. Quais as implicações disso para a configuração do fenômeno migratório internacional no país?

O último recenseamento brasileiro, realizado em 2010, apontou a existência de 491.645 pessoas egressas do país¹¹¹. Apesar de subestimados, os dados referentes a esse contingente populacional possibilitam esboçar a estrutura da emigração do Brasil quanto à origem e destino, bem como à composição por sexo das pessoas que deixaram o país. Assim sendo, sobressaem três

¹¹¹ As questões que permitem conhecer a abrangência da emigração foram inseridas no Questionário Básico, do qual foram extraídas as informações referentes ao Universo do Censo de 2010. Perguntava-se: “alguma pessoa que morava com você estava morando nome, sexo, ano de nascimento, ano da última partida para o exterior e o país de residência na data de referência” (IBGE, 2010). As respostas obtidas permitem dimensionar os emigrados do Brasil que em 31 de julho de 2010 estavam morando no exterior, mas tinham familiares ou alguém com quem residiu anteriormente vivendo no Brasil. Assim, em caso de emigração da família inteira para outro país ou de falecimento de pessoa que ficou no Brasil, não houve resposta à questão referente ao emigrado. Tendo em vista essa limitação, sabe-se que os dados disponíveis são subestimados, mas são importantes porque apontam para estrutura

MIGRAÇÕES SUL-SUL

características: 1) a emigração parte sobretudo do sudeste brasileiro; 2) tem como destino principalmente países do Norte; 3) apresentam maior proporção de mulheres do que de homens.

A região sudeste do Brasil destaca-se pela concentração de 49% das pessoas emigrantes. O estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram a origem de mais de 45% das pessoas que foram morar no exterior (IBGE, 2010). Evidentemente isso se relaciona com a concentração da população do país nestes estados. Ressalta-se ainda que seis municípios foram a origem de 21% dos emigrantes brasileiros (ver tabela 1). Por seu turno, as regiões brasileiras que menos contribuíram com a emigração foram o Norte (7%) e o Nordeste do país (15%).

TABELA 1 – Brasil – dez principais municípios de origem de emigrantes internacionais, 2010

Município	Número de Emigrantes	% Em Relação à Emigração	% Acumulada
São Paulo - SP	36.019	7,32	7,32
Rio de Janeiro - RJ	20.299	4,12	11,44
Belo Horizonte - MG	13.805	2,8	14,24
Goiânia - GO	13.547	2,75	16,99
Curitiba - PR	10.334	2,10	19,09
Salvador - BA	10.269	2,08	21,17
Governador Valadares -	7.560	1,53	22,7
Brasília - DF	7.433	1,51	24,21
Porto Alegre - RS	7.126	1,44	25,65
Fortaleza - CE	6.752	1,37	27,02

Fonte: IBGE (2010). Dados do Universo. **Organização:** Aline Lima Santos.

Essa distribuição espacial da emigração no Brasil enseja sua articulação aos distintos níveis de desenvolvimento interno. As desigualdades socioespaciais presentes no país estabelecem relações de condicionamentos recíprocos com os processos de saída. As regiões brasileiras mais desenvolvidas são também aquelas de onde mais partem emigrantes, atestando empiricamente as limitações da associação entre pobreza e emigrações. Nos países do Sul-Global a construção e efetivação de projetos migratórios podem, por um lado, ser determinações compulsórias (caso de guerras ou catástrofes ambientais, por exemplo), mas também constituem deslocamentos espontâneos, expressão de privilégios de algumas classes sociais específicas, uma vez que emigrar não está ao alcance de todos, visto os custos envolvidos nos deslocamentos.

Mais de 87% dessa emigração dirigiu-se, sobretudo, para o Norte Global, especialmente para países ricos europeus e norte-americanos, que em conjunto receberam aproximadamente 77% da população que deixou o Brasil. Vale destacar igualmente a emigração para o Japão, país que absorveu sozinho mais de 7% do contingente populacional brasileiro egresso e corresponde a 82% daqueles se destinaram à Ásia (IBGE, 2010).

Discriminando os destinos segundo a contribuição das regiões brasileiras, observa-se que a Europa tem papel preponderante absorvendo a maior parte da população regional emigrada. A preferência pelo continente europeu é ainda mais acentuada nas regiões nordeste (64% do total de emigrados da região) e centro-oeste (62% do total de emigrados da região). O destino europeu acolhe menos de 50% dos emigrados apenas no contingente que deixou a região sudeste (45,3%), que, entretanto, apresenta o maior percentual de egressos que partiram para os países da América do Norte (33,6%). Essa área do mundo foi o segundo destino preferencial de todos os emigrados das demais regiões brasileiras, com exceção da região norte, onde 27,2% da emigração direcionou-se para a América do Sul (IBGE, 2010).

A emigração brasileira dirigida para países do Sul concentra-se nos vizinhos sul-americanos, responsáveis por absorver quase 8% dos que partiram. Essa constatação empírica enquadra-se em uma das características gerais apontadas para as migrações Sul-Sul: os movimentos ocorrem sobretudo no interior do continente. Além disso, impõe a questão: tais deslocamentos se fundamentam em níveis de desenvolvimento ou seria mais apropriado compreendê-los a partir de relações transfronteiriças, pautadas na proximidade geográfica? (BAKEWELL, 2009). De qualquer maneira, seguramente os movimentos manifestam a reprodução e acumulação do capital em escala global (BAENINGER, 2017).

Ainda sobre a emigração, resta verificar o que o gênero acrescenta à compreensão do processo. Conforme já dito, nas saídas da população brasileira predominam as mulheres. A proporção da participação das mulheres no total é de quase 54%, o que corresponde a uma população de 264.902 pessoas. Na Europa, principal área recebedora, o percentual atinge 60%, enquanto na América do Norte a participação de homens e mulheres é mais equilibrada, com essas últimas perfazendo 50,7% do total. Porém, as demais áreas recebem predominantemente homens brasileiros. São mais masculinizadas principalmente a emigração para a África e América Central, onde as mulheres compuseram, respectivamente, apenas 29% e 34% do total (IBGE, 2010).

Ampliando-se os detalhes do fenômeno no interior do território brasileiro, considerando-se a escala regional, a emigração mais feminizada é a que sai do nordeste e norte do país (62,3% e 59% de mulheres, respectivamente). Por sua vez, o sul (51,2%) e o sudeste (50,6%) apresentaram maior equilíbrio entre os sexos na composição do fenômeno (IBGE, 2010).

Considerando somente a emigração brasileira no feminino, os destinos preferenciais das mulheres foram países da Europa e a América do Norte, que absorveram aproximadamente 82% do total. Desagregando-se as saídas por regiões no país de origem e segundo áreas de destino, reproduz-se o padrão geral: o norte é a única exceção ao predomínio da América do Norte em segundo lugar. Nessa região, a saída de mulheres para a América do Sul superou aquelas dirigidas para o norte do continente. Vale, ainda, ressaltar as diferentes proporções: a emigração de mulheres do norte tiveram destino mais europeizado (57,7%) e menos sul-americanizado (23,1%) do que a emigração total do país.

Na região nordeste, quase 72% das mulheres emigrantes foram para a Europa. A escolha por esses destinos também é notável dentre as mulheres que saíram do Centro-Oeste (67,3%). A menor proporção da opção pelos destinos europeus foi observada no sudeste (50,2%), que simultaneamente apresenta maior proporção para a América do Norte (32,2%).

No que diz respeito às emigrações brasileiras no masculino, os destinos são menos concentrados. A maior proporção de homens emigrados para a Europa no total regional foi verificada no Centro-Oeste (55%), enquanto o sudeste apresenta menor percentual dos que elegeram tais destinos (40,3%). Esses dados evidenciam que o gênero afeta as escolhas de destino da população emigrada. Apesar de os países ricos atraírem tanto homens quanto mulheres, apresentam-se ainda mais atrativos para essas últimas, por sua vez, os países do Sul exercem maior força de atração para os homens.

Essa característica da emigração brasileira reflete e alimenta o padrão migratório observado no âmbito mundial: a presença feminina é mais marcante nos fluxos que se encaminham na direção Sul-Norte. Nessa grande região global foram produzidas as principais teorias que buscaram compreender esses processos, dentre elas, destaca-se as "cadeias globais de cuidados" (EHRENREICH; HOCHSCHILD, 2003; MOROKVAŠIĆ, 2014).

A origem dessas é o processo de entrada de mulheres no mercado de trabalho dos países do Norte Global gerando, subsequentemente, a necessidade imperativa de procurar mão-de-obra feminina que a substitua. A execução de tarefas que eram tradicionalmente atribuídas às primeiras, nomeadamente o trabalho doméstico e a prestação de cuidados a idosos, doentes e crianças passam assim a ser exercidas por mulheres imigradas provenientes do Sul Global.

Por sua vez, para desempenhar funções como empregada doméstica, babá ou cuidadora de idosos nos países ricos, a mulher imigrante deixa de cumprir esses papéis no próprio país de origem, aí se gerando uma idêntica carência. Essa necessidade é geralmente preenchida por parentes próximos, também do sexo feminino – tias, irmãs, avós ou filhas mais velhas – formando-se, dessa forma, uma cadeia de cuidados que se alarga para além dos limites estabelecidos por fronteiras nacionais e faz parecer solidários os trabalhos de mulheres em uma perspectiva de ordem global.

A solidariedade, porém, não tem conotação moral; refere-se à coesão existente entre mulheres autóctones e imigrantes, entre mulheres de distintas classes e grupos sociais, raças/etnias e origens geográficas também diferentes. Cada uma destas dimensões, sejam elas identitárias, sociais, nacionais entrecruza-se de modo complexo, estabelecendo hierarquias, aproveitando oportunidades e fazendo face a constrangimentos. Tudo funcionando, entretanto, para uma realização compulsória da reprodução social, daquilo que os homens rejeitam assumir e que o poder público falha em responder.

A validade dessa interpretação da emigração feminina ainda está por ser avaliada para o caso brasileiro, em suas distintas manifestações. De qualquer modo, instiga a formulação da hipótese de interligação entre migração Sul-Norte, migrações internas e migrações Sul-Sul, no sentido de que as tarefas antes cumpridas pelas mulheres que emigraram passam a ser executadas por nacionais de outras regiões do país e/ou por imigrantes provenientes do Sul Global.

Quanto a imigração no Brasil em 2010¹¹², observa-se que o recenseamento indicou a presença de 597.292 pessoas. Interessa aqui destacar três aspectos desse contingente populacional: 1) concentra-se no sudeste do país, 2) tem como origem principalmente países do Sul, 3) é predominantemente masculino.

Os imigrantes estabeleceram-se, sobretudo, na região sudeste do Brasil, onde residiam 66% desta parcela da população (ver mapa 4). Três estados reuniam quase 70% do total de estrangeiros, sendo eles: São Paulo (44,68%), Rio de Janeiro (16,20%) e Paraná (8,43%). Regionalmente, o estado do Amazonas, no Norte; a Bahia, no Nordeste; São Paulo, no Sudeste; o Paraná, no Sul; e o Mato Grosso do Sul, no Centro Oeste, têm a maior quantidade de estrangeiros. Considerando a escala municipal, os maiores contingentes de imigrantes estão nos municípios localizados nas fronteiras com o Paraguai, com a Bolívia e com o Uruguai e no entorno da Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Aproximadamente 74% da imigração no Brasil veio da Europa e da América do Sul. As áreas que menos contribuíram para as entradas foram Oceania (0,16%) e América Central (0,81%) (IBGE, 2010). Entretanto, quase 51% da imigração total proveio de países do Sul Global.

A presença de homens é quase 54% no total de imigrantes. A participação das mulheres é levemente mais alta apenas na imigração proveniente da América do Sul, atingindo o máximo de 46,8%. No contingente das mulheres imigradas, aproximadamente 51% veio de países do Sul Global.

¹¹² As questões que permitem conhecer a abrangência da imigração foram inseridas no Questionário da Amostra, aplicado a 11% dos domicílios brasileiros. O quesito considerado para quantificar o fenômeno diz respeito ao país estrangeiro de nascimento, isto é, à naturalidade.

Proporção equivalente é observada para os homens dessa origem no conjunto da imigração masculina.

No que se refere à distribuição da imigração segundo sexo, a maior proporção de mulheres é observada no Centro-Oeste (49,5% da população imigrada na região), enquanto a região nordeste apresenta o menor percentual de mulheres, correspondente a 35,4% do total imigrado.

Os dados evidenciam que as áreas mais dinâmicas do território brasileiro concentram as vertentes que compõem os movimentos populacionais de caráter internacional. De fato, essas áreas são aquelas que mais concentram oportunidades de inserção no mercado de trabalho tanto para homens como para mulheres, além de se conectarem mais diretamente com as dinâmicas econômicas, sociais, culturais e políticas de caráter global, oferecendo acesso às saídas.

Mas chama atenção o fato de que emigração e imigração no Brasil são contrárias em dois aspectos: enquanto uma se direciona a países do Norte, a outra provém de países do Sul, enquanto uma é feminizada, a outra é masculinizada. Em outros termos, o Sul é mais relevante na imigração do que na emigração; é mais atrativo a homens do que a mulheres. Observa-se, na sequência, algumas características mais recentes desses movimentos populacionais Sul-Sul.

A efervescência das migrações Sul-Sul no Brasil na conjuntura atual

São patentes os limites dos instrumentos de recenseamento para conhecer as dinâmicas migratórias e a condição dos imigrantes. Os recenseamentos têm uma periodicidade incapaz de abarcar os interstícios desses processos. Em outros termos, os dados censitários constituem um momento específico da população; não permitem, portanto avaliar trajetórias, consideram apenas os ‘sobreviventes’, tornando opaco o período intercensitário (CUNHA, 2012). Diante disso, torna-se relevante contextualizar e sublinhar algumas características do que vem acontecendo no Brasil, desde 2010, quanto às migrações internacionais.

Considera-se que o espaço geográfico contém em si distintos tempos (SANTOS, 2003). Tal ideia é pertinente para se pensar migrações. Trata-se de um fenômeno localizado e datado, que deixa marcas materiais e imateriais. Nesse sentido, se os dados do censo demográfico de 2010 oferecem uma “fotografia” daquilo que “sobrou” de migrações pretéritas somadas às dinâmicas contemporâneas, eles contribuem também para se pensar tendências futuras e identificarmos no hoje, aquilo que é inédito e aquilo que é continuidade no que diz respeito aos movimentos populacionais no Brasil.

Embora o Brasil não estivesse descolado da crise financeira de 2008 que assolou de imediato e com grande intensidade os países do Norte, nele as repercussões iniciais tardaram. A adoção de políticas econômicas de caráter

anticíclico, os elevados preços das *commodities* no mercado internacional e o crescimento da China foram fatores que reduziram os impactos da crise na economia brasileira. No decorrer dos anos 2000 a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil. Se em 2000 as exportações para o país representavam 2% do total, em 2010 correspondiam a 15%. O saldo comercial foi favorável ao Brasil e a China foi o maior investidor estrangeiro no país (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2012). Nota-se, aliás, que estes países se constituíram, no decorrer da década de 2000, em novas regiões de prosperidade e crescimento econômico na escala mundial.

Desse contexto resultou que no fim dos anos 2000 houve certo arrefecimento da emigração brasileira para os países do Norte e maior expressividade do fenômeno de retorno de pessoas para o país. Adiciona-se que o preparo para o recebimento de grandes eventos mundiais, designadamente a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, fez parte de um contexto de imagem positiva do Brasil no mundo, incentivando fluxos de entradas, atraindo investimentos estrangeiros e trabalhadores qualificados. Apesar do otimismo que marcou essa fase, o Brasil manteve-se altamente vulnerável às flutuações da economia global, persistindo na esfera doméstica considerável estagnação do setor industrial, responsável por inúmeras outras fragilidades econômicas do país (AKB, 2013).

Mais recentemente, especialmente após 2013, o Brasil tem enfrentado uma crise política e econômica. Houve queda nos preços internacionais de *commodities*, prejudicando a balança comercial do país. Houve longas estiagens, o que promoveu intensificação de vulnerabilidade social no nordeste, por exemplo, área tradicionalmente marcada pelo problema das secas; mas afetando também o sudeste provocando dificuldades de acesso a água e encarecimento dos preços desse recurso natural essencial na área mais densamente povoada do país. A este problema ambiental com forte conteúdo político, soma-se o rompimento da barragem da mineradora Samarco no município de Mariana (MG), em novembro de 2015, o que levou a danos gravíssimos à toda a região do Vale do Rio Doce, atingindo também Espírito Santo e Sul da Bahia, recorda-se que esta área do território concentra municípios que participam ativamente da emigração brasileira. Vale citar também surtos de doenças endêmicas como a dengue, a febre amarela, por exemplo.

Eventos como as manifestações e protestos em meados de junho de 2013, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e as ações do Governo de Michel Temer, em exercício desde 2016, também merecem menção. Tais eventos evidenciaram insatisfações populares com os rumos político-econômicos do país, demonstraram as clivagens sociais e políticas e a falta de coesão em torno de esforços para solução consensual de problemas nacionais. No que diz respeito a ações do governo Temer, nota-se diversos e inúmeras declarações ou medidas concretas, que vão desde reforma trabalhista, até contingenciamentos que atingem diretamente recursos a programas sociais,

recursos para pesquisa, privatizações, tudo isso notabilizando a imposição de um projeto neoliberal, que beneficia um grupo seletivo da população brasileira e que cujos impactos no ordenamento territorial do país certamente acirrarão desigualdades e estimularão o uso privado do território nacional.

Esse contexto sombrio impacta o fenômeno migratório. No que diz respeito às emigrações, o aumento da desigualdade social pode provocar dificuldades de acesso às saídas. Por isso, a emigração tende a ficar mais restrita a classes sociais mais privilegiadas. O discurso sobre a (in)segurança, a instabilidade financeira e política do país tem sido apontado pela mídia como importantes motivadores dos mais recentes egressos. Além disso, a aquisição, por parte de brasileiros, de vistos associados à realização de investimentos tem crescido em países de destino tradicionais, como exemplifica o caso de Portugal.

Acrescenta-se também que a crise político-econômica afetou diretamente grandes empresas brasileiras, como a Petrobrás ou a Odebrecht, envolvidas em denúncias de corrupção em operações como a Lava-Jato. Tais empresas tiveram papel geopolítico importante no decorrer da década de 2000, atuando em países do Sul Global e estimulando a emigração brasileira de caráter temporário e/ou permanente, principalmente masculina e altamente qualificada. Essa emigração, ainda pouco estudada, certamente foi impactada no novo contexto, carecendo de atenção dos pesquisadores interessados no tema.

Por sua vez, as imigrações persistem, adquirindo ainda maior complexidade. Na virada para a segunda década do século XXI novas áreas de origem apareceram, novos sistemas migratórios se formaram, renovaram-se fluxos tradicionais com outras características. Demonstrando que as condições políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais de outras formações socioespaciais se articulam à brasileira.

O caso do Haiti é revelador de tal articulação. Ressalta-se que o país tem tradição emigratória e que os fluxos para o Brasil a partir de 2011 significaram uma reorientação/ajuste diante das restrições impostas pelos principais países historicamente receptores (como Estados Unidos e França, por exemplo), num contexto de crise econômica e de aumento de intolerância/xenofobia (MAGALHÃES, 2017). O incremento dessa imigração no Brasil vincula-se às suas estratégias geopolíticas, fato explicitado pelo papel econômico e militar que tem desempenhado no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), previsto para ser encerrado em 2017. O caso, considerado por estudiosos como “migrações de crise”, tem suas origens frequentemente associadas às catástrofes naturais (terremoto de 2010), mas as extrapola, sendo em realidade resultante de múltiplas determinações (BAENINGER; PERES, 2017).

De qualquer maneira, obrigou o Brasil, enquanto país receptor formular/reformular o arcabouço legislativo vigente, criando-se, por exemplo, a categoria de visto humanitário. Além disso, tem colocado desafios importantes quanto à inserção dos imigrantes na sociedade brasileira, especialmente no que

diz respeito à participação no mercado de trabalho, mas também quanto à reunificação familiar ou mesmo a infraestrutura para envio e recebimento de remessas (MAGALHÃES, 2017; BAENINGER; PERES, 2017).

Outro fluxo recente que tem adquirido importância vem da Venezuela. O país enfrenta grave crise política e socioeconômica, marcada por inflação elevada, falta de alimentos, violência. A situação tem instigado as saídas do país e muitos emigrados procuram proteção internacional, solicitando *status* de refugiados, especialmente nos Estados Unidos e no Brasil. A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) estimou em julho de 2017 que aproximadamente 30 mil venezuelanos imigraram para o Brasil. As cidades brasileiras, sobretudo em Roraima, caso de Pacaraima por exemplo, na fronteira com a Venezuela têm sofrido os impactos mais evidentes deste contingente imigrante. São principalmente homens, mas a presença de mulheres e crianças é significativa e trazem à tona desafios ligados às burocracias correspondentes ao acesso ao território brasileiro em situação regular, acesso à saúde e educação, bem como às vulnerabilidades de gênero e idade. Estes fluxos tem sido vistos como problema, como atesta o discurso da Deputada Federal Maria Helena Rodrigues (PSB-RR) na Câmara, que associa de modo simplista a presença venezuelana à perda de oportunidades de trabalho para os nacionais.

A entrada de pessoas provenientes da Colômbia, embora mais antiga que as anteriores, também têm fortes vínculos com as problemáticas de refúgio, principalmente ligadas à atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A recente Lei de Anistia aprovada pelo Congresso em 2016 pode desdobrar-se em novos conteúdos dessa imigração, cujos conteúdos econômicos tendem a se tornar mais evidentes. Cabe ressaltar a existência e importância da rota via Tabatinga, principalmente ingressando no Brasil pela calha de Solimões. Embora muitos fiquem na divisa, a maioria tem por objetivo chegar a Manaus e arrumar emprego na zona industrial.

Observa-se também a renovação da imigração dos bolivianos. Seus conteúdos alteram-se segundo lugar de destino, dentre os quais se destacam Corumbá e as grandes regiões metropolitanas do país, nomeadamente São Paulo e Rio de Janeiro. Chama atenção o papel das mulheres bolivianas nas dinâmicas do comércio varejista na área de fronteira e a presença desses imigrantes (homens e mulheres) no setor de confecção na cidade de São Paulo, a maioria sendo explorada ou pelos proprietários de lojas nos bairros do Brás e Bom Retiro ou cidades do entorno como Santo André e São Caetano, por exemplo (BAENINGER, 2012; SOKEN, 2016). Em conversa recente, de caráter informal, com jovens bolivianos, também se constatou que o Rio de Janeiro é um destino importante para os jovens do sexo masculino, que vão trabalhar como taxistas.

Além desses fluxos no interior do continente americano, destacam-se a pluralidade dos fluxos provenientes da África. A presença senegalesa no comércio informal nas ruas do centro de São Paulo e nos cultos religiosos

ocorridos, semanalmente na Praça da República, visibiliza esta imigração cada vez mais volumosa. A ela se acrescenta a imigração dos países africanos de língua portuguesa, dentre os quais sobressai Angola. A imigração angolana inclui, por exemplo, pessoas que vieram estudar nas universidades brasileiras, ou mesmo mulheres que vieram temporariamente para realizar tratamentos para engravidar e que se aproveitam de redes que abarcam convênios médicos, laboratórios de exames especializados, clínicas de fertilização *in vitro* etc.

Os exemplos citados demonstram a efervescência atual do fenômeno migratório no Brasil e a pluralidade e complexidade da emigração e da imigração. Vale ressaltar que o desenvolvimento desigual, resultado do modo capitalista de produção, é fator estrutural que sujeita as pessoas ao capital, colocando-as em movimento para áreas de acumulação. Mas tal explicação macroestrutural soma-se a considerações de níveis de análise intermediários, dentre as quais se salienta a formação de redes e instituições de migração, fator primordial para compreender a expansão dos deslocamentos de, para e no Brasil nos anos mais recentes.

Sabe-se que as relações estabelecidas entre os que partem e os que ficam, entre os emigrados, os não emigrados e os potenciais emigrantes são fundamentais para manutenção dos fluxos, uma vez esses estabelecidos (MASSEY et al., 1998; CAMPOS, 2011). A formação de instituições facilitadoras das migrações, como agências de viagem, casas de câmbio, redes de recrutamento de trabalhadores, também atuam na direção de sustentar as migrações. Soma-se a facilidade de circulação de informações proporcionadas pelas tecnologias e infraestruturas de comunicação. Todos estes aspectos atuam no sentido de facilitar os deslocamentos e a inserção no território receptor, pois são recursos de conhecimento e assistência às necessidades daqueles que empreendem o movimento. Disso resulta que as redes migratórias diminuem os riscos e os custos inerentes à migração (MASSEY et al., 1998).

As migrações, entendidas enquanto práticas espaciais, vão afirmando-se e institucionalizando-se nos costumes, nas experiências cotidianas. Assim, cada emigrante potencializa a emigração, na medida em que seus vínculos familiares e sociais passam a pertencer à rede. Por isso, o comportamento de emigrar pode se tornar cada vez mais abrangente na sociedade e, por vezes, são introduzidos nos valores da comunidade de origem. Desta forma, passam a fazer parte do repertório cultural, transmitido de maneira inter geracional, criando a tradição migratória (CAMPOS, 2011). Assim, os contextos são alterados, contribuindo para futuras decisões sobre o ato de migrar, dissociando tais ações dos fatores que geraram os primeiros movimentos (MASSEY et al., 1998). Além disso, ressalta-se os nexos existentes entre a emigração e a imigração, de fato, uma contribui para que a outra exista (SANTOS, 2016).

Por fim, convém atentar para o fato de que a participação do Brasil nas migrações internacionais no decorrer dos anos 2000 levou a reações políticas que dessem respostas às demandas dos emigrados e dos imigrantes. Pode-se

considerar que este processo teve um importante marco no ano de 2017, com a aprovação da nova lei de migração. O novo arcabouço legal enfatiza as pessoas migrantes como sujeitos de direitos, visão que substitui a ênfase na segurança e interesses nacionais. Apesar de alguns importantes avanços, da contribuição dos próprios migrantes na formulação da nova lei e dos profícuos debates que acompanharam o seu processo de aprovação, há muito ainda a ser conquistado tendo em vista que pontos importantes da nova legislação ainda aguardam regulamentação e outros sofreram vetos (OLIVEIRA, 2017).

Apontamentos e desafios teórico-metodológicos para compreensão do caso brasileiro

Um caminho possível para a análise das migrações é partir das classificações de desenvolvimento (Sul/Norte) e do gênero para além de referências descritivas, mas enquanto dispositivos de hierarquia social que culminam em hierarquias da alteridade e hierarquias geográficas, isto é, considerando as relações de poder difusas no todo socioespacial. A organização do mundo resultante da divisão social e territorial do trabalho fundamenta tais hierarquias, baseadas, por sua vez, em discursos e representações que disciplinam práticas socioespaciais.

Evoca-se a pergunta feita por Holmstrom (2014, p. 343): “Como Marx pode contribuir para a compreensão do gênero?” A autora destaca a ausência de reconhecimento, por parte de Marx, do trabalho realizado pela mulher no lar. Marx discute no capitalismo o trabalho assalariado e não faz referência ao trabalho realizado pelas mulheres em casa, sendo este considerado trabalho não produtivo, enquanto produtivo é aquele que produz capital (HOLMSTROM, 2014, p. 346).

Ressalta-se que hoje esse trabalho “improdutivo” realizado sobretudo por mulheres é apoiado por eletrodomésticos e contraceptivos, que reduzem um pouco o tempo dedicado para atender à reprodução e a subsistência da família, uma vez que boa parte do trabalho remunerado é realizado fora do lar. Acrescenta-se ainda que o tamanho da família vem diminuindo ao longo tempo. Pesquisas sobre o uso do tempo comprovam a sobrecarga de trabalho enfrentada cotidianamente por mulheres, demonstrando sua subalternização econômica e simbólica na sociedade:

No Brasil, os homens trabalham fora de casa em média 41,8 horas por semana, 6,1 horas a mais que as mulheres, cuja média é de 35,7 horas de trabalho produtivo, ou de trabalho realizado fora do ambiente doméstico. O número de horas semanais que mulheres economicamente ativas dedicam ao trabalho doméstico é 20,8 horas semanais, sendo que homens economicamente ativos dedicam somente 10 horas semanais para estas atividades. Ou seja, ao final, as mulheres têm em média uma jornada total de 56,5 horas, ao passo que a

jornada média dos homens soma 51,8 horas (FONTUOURA; ARAÚJO, 2016, p. 52).

Além disso, o efeito das questões específicas de gênero são percebidos nas temáticas trabalho e capital onde as mulheres ocupam, sempre, posição com evidente discriminação. Tais características e transformações no trabalho da mulher são fundamentais para compreender as dinâmicas do espaço geográfico. O uso do território é influenciado fortemente pelo gênero, expressando diferentes responsabilidades assumidas por homens e mulheres na esfera doméstica e no mercado de trabalho, revelando a dialética entre espaço e da divisão sexual do trabalho. Daí afirmar que é por meio do trabalho que esse espaço é produzido e reproduzido.

Nancy Holmstrom caracteriza ainda a metodologia desenvolvida por Marx como social e relacional. Segundo ela “os seres humanos são intrinsecamente interdependentes – ironicamente, eles nunca o foram tanto quanto no capitalismo – e a produção e reprodução humanas são sempre, ao mesmo tempo, biológicas e sociais” (MARX; ENGELS, op. cit. HOLMSTROM, 2014, p. 345). Além disso, a autora afirma que “as hierarquias, pretensamente naturais, não o são, [...] elas são social e politicamente construídas e conservadas pelo poder” (HOLMSTROM, 2014, p. 346). Contribuindo com esse debate Scott (1990, p. 14) situa a discussão ao afirmar que:

A palavra gênero foi usada primeiramente pelas feministas norte-americanas para distinguir o caráter social das distinções baseadas no sexo, rejeitando o determinismo biológico no uso, por exemplo, de diferença sexual. É preciso atentar para o aspecto relacional das relações de gênero que estabelece intersecção com as categorias de raça/etnia e classe social numa perspectiva mais social da questão.

A esse entendimento soma-se a contribuição de Foucault (1999, p. 86) quando o autor destaca o discurso como instrumento de “submissão dos corpos pelo controle das ideias”. Riot-Sarcey (2014, p. 556-557) explica:

Os enunciados performativos transmitem-se naturalmente, como uma herança, aos indivíduos que se apropriam dos mesmos, no melhor de suas capacidades. Eles impõem-se a todos e a cada um logicamente, e mais ninguém se preocupa em questioná-los. De tanto serem ditos e repetidos, a injunção, o princípio, a função, o papel tornam-se realidades em si. Referimo-nos ao “dizem”. Retomado, transmitido pelos atores mais diversos, ele torna-se a verdade do momento.

Diante disso, convém examinar as classificações de desenvolvimento como uma construção política, conforme sugere Bakewell (2009). Uma característica central do mundo moderno é a produção de um discurso de origem eurocêntrica que coloca a alteridade (arbitrariamente concebida) como “atrasada”, “desfavorecida”, “não moderna”, “anormal” em relação a um “nós” que é “moderno”, “desenvolvido”, “normal” (AGNEW; CORBRIDGE, 1995, p.

49). Esse discurso/representação é muitas vezes produtor de “geografias imaginativas” (SAID, 1990), que associam o Sul ao atraso, à pobreza, à anomalia, influenciando a conformação das migrações atuais.

Há coincidências nos discursos sobre o Sul Global e sobre as mulheres, ambos exibindo conteúdos de poder. Vale relembrar a definição proposta por Scott (1990, p. 86), segundo a qual “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. O debate acadêmico feminista vem denunciando a perspectiva androcêntrica, segundo a qual as mulheres, e tudo o que a elas é socialmente associado, são frequentemente tomadas como alteridade, em contrapartida, os homens, suas experiências e seus atributos socialmente construídos são tomados por norma.

Observar a participação diferenciada das mulheres e dos homens nas migrações, permite observar e analisar o modo específico com o qual cada um mantém, transformam e contribuem para formulações de discursos sobre o Sul e o Norte Global. O desafio é encarar discriminadamente homens e mulheres como sujeitos ativos, produtores de signos que tem expressão geográfica e orientam práticas espaciais, como as migrações, de modo diferenciado segundo o gênero. Conforme destacado por Chabaud-Rychter et al. (2014, p. 17):

[...] no passado, e ainda hoje, algumas analistas feministas tratam frequentemente o sexismo e as discriminações de gênero e de sexualidade como sintomas de atraso, até mesmo como fatores exógenos devidos a uma resistência à modernização, e não como expressões de poder constitutivas das sociedades modernas.

Ao avaliar as relações entre desenvolvimento e gênero, parece central questionar: o desenvolvimento melhorou de fato a posição da mulher, livrando-a do sexismo e das discriminações de gênero e sexualidade? Contribuiu para sua autonomia e independência? Por sua vez, reelabora-se a pergunta para os homens: o desenvolvimento abalou seus privilégios? Migrar para um país menos desenvolvido significa potencializar privilégios?

Aceitando que as migrações são engendradas pela busca por melhoria das condições de vida, a procura de maiores oportunidades econômicas, prestígio social, empoderamento e superação das vulnerabilidades sociais são frequentemente propulsores da emigração, em especial da feminina. O padrão de distribuição da emigração brasileira no mundo parece indicar que nessa formação socioespacial a tendência é respostas afirmativas às questões supra colocadas.

Contudo, se essa interpretação é válida, como explicar que ser imigrante é um fator capaz de exacerbar a vulnerabilidade econômica e social de indivíduos, especialmente do gênero feminino? O fato de que são elas as principais vítimas do tráfico de seres humanos para muitos e diversos fins, dentre os quais ressalta a exploração sexual, não deixa dúvidas a esse respeito. Além disso, essa perspectiva é incompleta para explicar a imigração de mulheres provenientes do Norte Global e de homens vindos de países menos

desenvolvidos do Sul, que compõem parte importante da imigração para o Brasil. A origem geográfica confere a essas mulheres posição privilegiada na sociedade de destino, tendo em vista as especificidades das hierarquias construídas pela sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, o caso dos homens vindos do Sul reafirmam a relevância dos aspectos econômicos e sociais e a construção, no exterior, da representação do Brasil como país que oferece possibilidades de melhores condições de vida.

No Brasil, sem dúvida, emigrar é marca de status e prestígio social quando o destino é um país rico europeu ou norte americano, ao mesmo tempo ser imigrante destas origens se enquadra historicamente naquilo que pode ser qualificado como “imigração desejável”, abrindo um leque de oportunidades para integração social e inserção no mercado de trabalho de modo digno. A condição do país na divisão internacional do trabalho contemporânea, assinalada pela exportação de matérias primas e importação de tecnologias sofisticadas, acirra ainda mais a valorização dos países do Norte. Ao mesmo tempo, os esforços de ampliação e fortalecimento das relações do país com os demais países do Sul, especialmente aqueles que formam o Mercosul e alguns países africanos, intensificados especialmente na década de 2000, implicaram também a construção de uma imagem positiva do Brasil no exterior, que porém, mais recentemente, parece sofrer abalos.

Afirma-se, deste modo, a existência de hierarquias da alteridade e hierarquias geográficas em seus nexos recíprocos com as migrações. A adjetivação distinta dessas hierarquias conferem ênfases diferenciadas ao mesmo processo: a hierarquização socioespacial. Raffestin (1993) considera que a mobilidade, mais especificamente o deslocamento populacional, resulta de relações de forças. Propõem-se ampliar essa perspectiva para se pensar a integração do imigrante na sociedade receptora, que se dá especialmente via inserção no mercado de trabalho. A hierarquização socioespacial implica também a formação de uma divisão do trabalho entre nacionais e imigrantes expressa territorialmente, baseada em representações coletivas da identidade. Ela leva a díspares oportunidades de inserção laboral no território, de acordo com origem e gênero, dentre outros elementos que a constituem. Ao mesmo tempo, as redes migratórias, articuladoras de áreas de origem e destino, alimentadoras de fluxos, acabam contribuindo para maior divisão do trabalho social e territorial no destino.

Alimentar e/ou subverter as representações coletivas sobre a identidade é um recurso para inserção laboral dos imigrantes. Contudo, na maior parte dos casos isso se dá reproduzindo relações de poder historicamente estabelecidas que manifestam a superioridade de uns e inferioridade de outros na imaginação geográfica. O que se nota é a existência, dentro de cada sociedade, de fronteiras simbólicas, marcantes da posição do “nós” e do “outro”. Tais fronteiras são mais porosas, para alguns, geralmente para os mais instruídos e para os mais brancos,

atingindo diferentemente as pessoas segundo o sexo. Pistas para essa reflexão podem ser encontradas na ideia de que:

Cada indivíduo é convidado a respeitar a identidade que o designa atribuindo-lhe funções que comandam a ordem social. Assim constituída, a sociedade pode, então, conciliar a igualdade dos princípios com uma desigualdade concreta. Por essa razão, a eficácia do sistema se apoia, não na contrariedade, mas no livre consentimento dos indivíduos que se introduzem no envelope identitários que lhes é imposto (RIOT-SARCEY, 2014, p. 555).

A este respeito, interessa advertir que o processo de conformação das pessoas com as regras e costumes sociais inclui estratégias e experiências de resistência e subversão. Afinal, há uma atividade inextricável, constante e conflituosa entre poder e resistência (RIOT-SARCEY, 2014). A reflexão levantada por um imigrante português no Brasil contribui nessa discussão:

A representação fechada mata a relação entre os povos. Põe dois personagens falando um com o outro, e não duas pessoas. É como se eu não pudesse existir enquanto sujeito. Infeliz a pessoa que apresenta isso, porque a minha ação vai estar condicionada a uma representação que ela tem, uma fronteira (SANTOS, 2016).

Considerações Finais

As migrações são um tipo de mobilidade espacial da população que implica mudança de local de residência por pelo menos um período de tempo. A atualidade, marcada pela construção de um meio geográfico aparelhado para facilitar a fluidez, parece promover esse fenômeno da população. Isso porque o capitalismo atual, em sua fase de acumulação flexível, é acompanhado por significativos avanços e barateamento nos meios de comunicação e de transporte. Esse momento da história humana se caracteriza pelo uso da ciência e da informação como matérias-primas no processo produtivo, que ocorre de modo disperso no espaço geográfico, articulando distintas partes do globo, provocando interdependências entre distintas sociedades, facilitando a criação de redes e mobilizando mercadorias, capital e pessoas. Apesar da escala planetária dessas articulações, a infraestrutura que as viabilizam e as benesses resultantes são espacialmente seletivas e restritas nas várias formações socioespaciais.

Trata-se, enfim, do desenvolvimento desigual do capital, promotor de diferenciações geográficas de níveis de bem-estar socioeconômico e de cidadania. Há uma evidente desigualdade de gênero na qual às mulheres é reservado sempre o “menos”: menor cidadania, menor renda, menor atenção em relação aos direitos humanos. Há, portanto, uma desigualdade no uso do espaço, que inclui, por exemplo, aquele relativo à participação na força de trabalho, onde se inserem sempre em desvantagem salarial, profissional e nas atividades desempenhadas. No fundo, nos mesmo lugares, para as mesmas atividades, há

uma desigualdade de gênero significativa. As migrações podem contribuir para potencializá-las, mas também espera-se a possibilidade de suavizá-las.

Apesar de existirem muitas políticas públicas de apoio às questões de gênero, elas, entretanto, estão longe de alcançar a efetividade para a maioria das mulheres migrantes. Acrescenta-se ainda que atualmente no Brasil, as propostas estão caminhando no sentido de oficializar o trabalho informal, com perda de direitos para homens e mulheres. Contudo, as políticas migratórias no Brasil têm construído mais pontes do que muros em benefício dos migrantes. Encerra-se com a constatação de Bandeira (2012, p. 134): “as políticas públicas têm a aparente pretensão de viabilizar a igualdade de direitos, mas não levam em consideração a divisão sexual do trabalho precário, a falta de proteção social e de direitos trabalhistas de homens e de mulheres de forma igualitária”. Trata-se, pois, de um desafio aos migrantes, à sociedade e ao Estado na construção de um espaço do cidadão.

Referências

- ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. **As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2012.
- ACNUR. **ACNUR intensifica sua resposta diante do aumento das solicitações de refúgio de venezuelanos**. Brasília, DF, 2017. Disponível em <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/acnur-intensifica-sua-resposta-diante-do-aumento-das-solicitacoes-de-refugio-de-venezuelanos/>>. Acesso em: 15 jul.2017.
- AGNEW, J.; CORBRIDGE, S. **Mastering Space: hegemony, territory and political economy**. New York, NY: Routledge, 1995.
- AKB. **Dossiê da crise IV**. Associação Keynesiana Brasileira, 2013.
- BAENINGER, R. Desafios teórico-metodológicos para a interpretação da migração internacional na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 34, n. 1, p. 181-184, 2017.
- _____; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 34, n. 1, p. 119-144, 2017.
- _____. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2012.
- BAILEY, A. **Making population geography**. Londres: Hodder Education, 2005.
- BAKEWELL, O. **South-South migration and human development: reflections on African experiences**. New York, NY: UNDP, 2009. (Human Development Research Paper, 2009/07).
- BANDEIRA, L. Contribuição à inserção de gênero nas interligações rural-urbano no contexto do desenvolvimento sustentável. In: GEHLEN, V. R. S.; LAINÉ, P. C. V. (Org.). **Costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural**. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- CAMPOS, M. B. Reversão do saldo migratório internacional negativo do Brasil? Evidências preliminares com base nos dados do Censo 2010. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 121, 2011.
- CASTLES, S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 11-43, 2010.
- _____. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais**. Lisboa: Fim de século Edições, Sociedade Unipessoal, 2005.

- CHABAUD-RYCHTER, D. et al. (Org.). **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo, SP: Ed UNESP; Brasília, DF: Editora da Unb., 2014.
- CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os Censos Demográficos como fontes de dados. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 20, n. 39, p. 29-50, 2012.
- EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (Ed.). **Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. New York, NY: Metropolitan Books; Henry Holt and Co, 2003.
- FONTUOURA, N; ARAÚJO, C. **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro, RJ: UERJ; IPEA; SPM, 2016.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- HOLMSTROM, N. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão do gênero? In: CHABAUD-RYCHTER, D. et al. **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo, SP: Ed. Unesp; Brasília, DF: Ed. Unb, 2014.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010: questionário básico**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- LACOSTE, Y. **Geografia do subdesenvolvimento: geopolítica de uma crise**. 7.ed. São Paulo, SP: Difel, 1985.
- MAGALHÃES, L. F. A. **A Imigração Haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 355f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas,
- MASSEY, D. et al. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- MOROKVAŠIĆ, M. Gendering migration. **Migracijske i Etnicke Teme**, v. 30, n. 3, p. 355-378, 2014.
- OLIVEIRA, A. T. Nova lei de migração: avanços, desafios e ameaça. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 34, n. 1, p. 171-180, 2017.
- PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Org.). **Cruzando Fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2005.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Ática, 1993.
- RIOT-SARCEY, M. Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder. In: CHABAUD-RYCHTER, D. et al. **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo, SP: Ed. Unesp; Brasília, DF: Ed. Unb, 2014.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- ROSE, G. **Feminism & geography: the limits of geographical knowledge**. Minneapolis: Blackwell Publishers, 1993.
- SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.
- SANTOS, A. L. **Sistema migratório Brasil-Portugal: hierarquias geográficas e dinâmicas dos fluxos e contrafluxos populacionais no limiar do século XXI**. 2016. 369f. Dissertação (Doutorado) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo, SP: Edusp, 2004.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo, SP: Edusp, 2003.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 20, n. 2, p. 5-22, 1990.
- SOKEN, D. S. **Brasil e Bolívia: a mulher como força de trabalho e o processo de acumulação capitalista na dinâmica do circuito comercial transfronteiriços**. 2016. 241f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 2016.
- UN. **International migration report 2015: highlights**. New York, NY, 2016.
- _____. **World population prospects: the 2012 revision**. New York, NY, 2013.
- ZOLBERG, A. Changing sovereignty games and international migration. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, Indiana, v. 2, n. 1, p. 153-170, 1994.

**ATIVISMOS E USOS DE TICS POR
MULHERES MIGRANTES LATINO-AMERICANAS:
O CASO DO COLETIVO EQUIPE DE BASE WARMIS¹¹³**

Natália Ledur Alles
Denise Cogo

No mundo contemporâneo, as migrações são um fenômeno de grande relevância que, conforme explicita Blanco (2006), vem crescendo devido a fatores como as desigualdades econômicas entre regiões, as transformações dos meios de comunicação e de transporte, o reconhecimento do direito de reagrupamento familiar dos migrantes e os conflitos mundiais que obrigam os sujeitos à mobilidade, entre outros. A intensificação dos movimentos migratórios tem sido acompanhada também de uma ampliação no número de mulheres que migram, gerando uma “feminização” da migração. Dados da ONU de 2013 apontam que, dentre os 232 milhões de imigrantes internacionais registrados naquele ano, 48% eram mulheres – número que sobe para 51,6% na América Latina e no Caribe (MARINUCCI; MILESI, 2016). Conforme explicam Marinucci e Milesi (2016), o termo feminização das migrações costuma ser utilizado para se referir a três fenômenos distintos: o aumento do número de mulheres migrantes, a maior visibilidade alcançada pela migração feminina e a mudança de perfil das mulheres que migram.

Como salienta Assis (2007), embora migrem majoritariamente em grupos familiares, as mulheres também migram sozinhas, por distintos motivos, buscando autonomia, novas oportunidades ou fugindo de situações de violência ou discriminação. É sobre essa mudança de perfil que comentam Marinucci e Milesi (2016, s.p):

Se, no passado, mães, filhas ou irmãs costumavam acompanhar ou se reunir aos homens que viajavam para o exterior e lá permaneciam, hoje, cresce cada vez mais o número de mulheres com um projeto migratório individual, que se deslocam por razões de trabalho, não raramente como principais provedoras do lar. Essa nova tipologia de migração feminina, por vezes, é consequência da emancipação alcançada pelas mulheres nas últimas décadas; já em outros casos, o deslocamento geográfico visa, justamente, essa emancipação. A migração, portanto, pode ser sinal ou instrumento de empoderamento por parte da mulher. Mas nem sempre isso é verdadeiro. Com frequência, as mulheres, embora migrem sozinhas, carregam um projeto migratório familiar: elas devem sustentar os familiares com suas remessas.

113 O trabalho traz os resultados parciais de pesquisa de pós-doutorado em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM/SP com apoio do CNPq.

Apesar desse contexto, dos projetos individuais e coletivos ou do protagonismo feminino no sustento de suas famílias, a migração segue sendo frequentemente abordada como questão masculina, da qual as mulheres participam como coadjuvantes, acompanhantes ou subordinadas ao universo dos homens (ALENCAR-RODRIGUES; STREY; ESPINOSA, 2009). Além disso, Gregorio Gil (2009) observa que as mulheres migrantes, especialmente as oriundas de países pobres, são frequentemente representadas como uma categoria homogênea, vítimas passivas da miséria e de suas sociedades patriarcais. Segundo a autora, a mulher migrante é construída como “outra” que é estigmatizada a partir da ideia de “constante gravidez”, discriminada por sua religião ou considerada como coadjuvante nos processos de migração de seus esposos ou familiares. Também nesse sentido, Guizardi (2017) considera que as mulheres migrantes sofrem o atravessamento de distintos elementos de marginalização – a partir da noção de interseccionalidade¹¹⁴ –, de modo que vivem processos de condensação das desigualdades sociais.

Assim sendo, observa-se que as questões de gênero atravessam o movimento migratório e, juntamente com outras categorias, como classe, geração e raça, configuram as oportunidades das mulheres e dos homens migrantes (ASSIS, 2007) e influenciam em suas trajetórias e modos de inserção nos contextos de imigração. Isso pode ser percebido nas diferentes funções exercidas por esses sujeitos, visto que, por exemplo, é comum que sejam reservados às mulheres os trabalhos domésticos e de cuidados ou aqueles relacionados ao mercado do sexo. Por isso, a ideia de que o binarismo masculino-feminino estabeleceria lugares fixos e naturais para cada gênero (LOURO, 2011), desconsiderando singularidades e complexidades dos sujeitos, contribui para a reflexão sobre os objetivos e particularidades das mulheres nos processos migratórios, bem como para pensarmos nas possibilidades de mobilização, ativismo e nas dinâmicas de visibilidade desses sujeitos e coletivos nos países de destino. Segundo Gregorio Gil (2009), as migrantes raramente são pensadas como agentes, mesmo que venham assumindo lugares de protagonismo no espaço público, e, como demonstram Marinucci e Milesi (2016), se organizando em associações com o intuito de reivindicar direitos e ampliação da cidadania para si mesmas e para outros sujeitos e setores sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade. Para os autores, é relevante destacar a criação de associações e organizações pelas próprias mulheres migrantes, e não apenas destacar as que são destinadas a essas mulheres. Tal

¹¹⁴ A noção de interseccionalidade busca contemplar, como pontuam Piscitelli (2008) e Brah (2006), as múltiplas desigualdades e diferenças que afetam os modos como os sujeitos se posicionam e são posicionados na sociedade, visto que, dentro das estruturas de relações sociais, as mulheres não existem somente como mulheres, mas, no caso aqui analisado, como mulheres migrantes, latino-americanas, sendo muitas delas indígenas, oriundas de países economicamente desfavorecidos, etc. Busca-se, portanto, pensar as desigualdades de gênero em sua articulação e interconexão com outras categorias, fugindo de um olhar essencialista.

distinção é necessária para evidenciar o papel ativo das migrantes em ações políticas e iniciativas ativistas, mesmo que, em alguns casos, contem também com o apoio de mulheres não migrantes.

Ao pensarmos nas abordagens comunicacionais sobre a questão migratória no Brasil, tanto em âmbito midiático quanto acadêmico, observa-se que também no Brasil as mulheres migrantes são frequentemente invisibilizadas, especialmente quando se trata de suas experiências políticas e ativistas. Assim, considerando a importância de dedicar atenção às questões de gênero nas reflexões sobre as migrações transnacionais contemporâneas, tomando as particularidades que existem nos processos migratórios e de inserção das mulheres em seus países de destino, busca-se no presente trabalho apresentar as estratégias de ativismo e mobilização por cidadania do coletivo de mulheres Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas, formado por imigrantes oriundas de distintos países da América Latina, destacando os usos que elas fazem das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nesses processos.

A análise proposta é desenvolvida a partir de procedimentos metodológicos que combinam a realização de uma entrevista em profundidade com a fundadora e integrante da Equipe de Base Warmis, Moya¹¹⁵; a observação de atividades presenciais realizadas pelo coletivo; o acompanhamento e coleta de materiais nos espaços digitais da internet mantidos pelo grupo, como site, blog, Instagram, Facebook, Youtube e Twitter.

A experiência da Equipe de Base Warmis

A Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas surgiu em 2013, por iniciativa da boliviana Moya e da chilena Andrea Carabantes Soto,¹¹⁶ ambas militantes do Movimento Humanista – movimento que se define como corrente de opinião que trabalha para resolver os grandes problemas do mundo baseado nos pilares da não violência, da não discriminação e do ser humano como valor central¹¹⁷. Fundado a partir dessas premissas, o coletivo Equipe de base Warmis adota como princípio o desenvolvimento de atividades na comunidade visando à melhoria de vida das mulheres migrantes. De acordo com a missão oficial descrita no site do coletivo, a Warmis – palavra que significa mulheres em quéchua – busca:

[...] facilitar e estimular o diálogo entre as culturas, denunciar e lutar contra toda forma de discriminação e todo tipo de violência através da promoção e a proteção dos Direitos Humanos, o apoio à integração social e comunitária, a promoção da intermulticulturalidade na vida social, a promoção da Metodologia

¹¹⁵ A entrevistada concedeu às autoras autorização para o uso dos dados de sua entrevista e dos materiais produzidos pelo coletivo.

¹¹⁶ Moya vive no Brasil desde 2007. Andrea, desde 2009.

¹¹⁷ Conforme página do Movimento Humanista – Internacional. <<http://www.movimientohumanista.org/>>.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

da Não Violência Ativa promovendo ações para orientar mudanças positivas nos indivíduos e na sociedade¹¹⁸.

Participam do coletivo mulheres nascidas em países da América Latina, como Costa Rica, Chile, Bolívia, Peru e Argentina, mas o grupo não é fechado à participação de pessoas de outras origens. Dentre as atuais integrantes, estão uma estadunidense e um brasileiro, único homem. Semanalmente, o grupo se reúne para debates e para atividades de formação das integrantes, que também participam como palestrantes, expositoras ou debatedoras dos eventos realizados em São Paulo. As intervenções das quais tomam parte focam na questão migratória, mas abrangem também temáticas que de interesse mais amplo da população local, como saúde, educação e políticas públicas.

De acordo com Moya (2017), o coletivo surgiu com as ideias da não violência ativa, da não discriminação e da transformação pessoal e social simultânea, e iniciou focado no tema da saúde e da violência obstétrica, a partir de experiências pessoais e do acompanhamento da realidade das gestantes e parturientes no Brasil. A decisão de fazer um recorte de gênero e focar nas mulheres e nas questões relacionadas ao feminino se deu com o objetivo de permitir às mulheres um espaço de fala que usualmente não lhes era concedido em outros grupos de migrantes. Explica:

[...] começamos a ver que tinha muita discriminação, problemas em acesso à saúde, tinha asociaciones, colectivos mistos, pero así, só de mulheres, não. E aí falamos, então vamos a fazer só de mulheres, porque tínhamos a experiência de que, em espaços mistos, las mulheres dificilmente podem falar, sempre são interrompidas, normalmente. Então na comunidade migrante é um pouco forte também isso. E pensamos em algo de gênero precisamente para ter um espaço nosso, onde las mujeres pudieran falar, porque además las inmigrantes, por la situación en la que ellas viven, elas não, é difícil que elas contêm o que acontece em qualquer espacio¹¹⁹.

Tal fala reforça a percepção de Cogo (2015), que destaca que comumente as mulheres migrantes enfrentam dificuldades e limitações para participar de atividades e mobilizações referentes aos temas de seus interesses, seja por questões culturais e políticas, seja por uma frequente restrição feminina ao ambiente doméstico.

Em parceria com o Centro Cultural São Paulo, a Warmis propõe todas as quintas-feiras diferentes atividades na sede do centro, que incluem debates, oficinas de bordado e de confecção de tullmas¹²⁰ (também denominados por elas como pompons andinos), workshops de dança, dentre outros, focando

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.warmis.org/quem-somos.html>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

¹¹⁹ Na transcrição das entrevistas, respeitamos o modo de expressão linguística de cada entrevistada.

¹²⁰ Exemplo de divulgação da oficina de tullmas. Disponível em: <<https://www.facebook.com/EquipeDeBaseWarmisConvergenciaDasCulturas/photos/a.209685699192480.1073741827.187900604704323/784493385045039/?type=3>>.

especialmente no compartilhamento de elementos da cultura das migrantes. Mantém ainda o grupo musical Lakitas Simchi Warmis¹²¹, que retoma o estilo musical lakita, característico dos povos andinos. Somente mulheres migrantes e filhas de migrantes podem participar das Lakitas, e o grupo busca visibilizar a presença dessas mulheres na cidade de São Paulo, bem como difundir suas produções culturais. Conforme a descrição oficial, considerando que são poucas as possibilidades existentes para que as mulheres migrantes expressem seu protagonismo cultural, o grupo “visa resgatar, estimular e visibilizar a manifestação desses mundos culturais por meio da formação e valorização de expressões de música de referência tradicional”¹²². Tanto as oficinas como as apresentações das Lakitas, de acordo com Moya, têm como objetivo ocupar o espaço público, “para que enxerguem as mulheres imigrantes também como produtoras de cultura, que também temos uma cultura que podemos expressar. Porque se você vai ver os grupos culturais imigrantes, em geral são homens que tocam, as mulheres dançam” (MOYA, 2017). Segundo ela, a presença das migrantes nos espaços de cultura é importante para que o restante da população as enxergue no espaço da cidade e perceba sua existência como agentes de transformação.

Nesse sentido, destaca-se o posicionamento político atrelado às atividades do coletivo Warmis e do grupo das Lakitas. Elas buscam sensibilizar e mobilizar para temáticas de gênero articuladas a questões identitárias, focando principalmente na comunidade andina. Moya observa que essa comunidade possui uma imigração feminina oriunda sobretudo de áreas rurais e que, por isso, enfrenta, na cidade de São Paulo, maior violência obstétrica, piores condições de trabalho e menos acesso a direitos. Assim, a Warmis estimula que as mulheres não tenham vergonha de suas origens, traços e experiências culturais, que possam preservar e transmitir sua bagagem cultural aos filhos ou, ainda, que se sintam aptas a se posicionarem em conflitos interculturais como, por exemplo, naqueles casos em que algumas escolas de São Paulo orientam as mães a não falar espanhol com as crianças. É, portanto, através da realização de atividades culturais e da ocupação de espaços na cidade, que as ativistas acreditam ser possível conscientizar e sensibilizar a população de São Paulo, criando empatia com os sujeitos migrantes para a discussão de questões políticas e estruturais.

Tais posicionamentos remetem às reflexões de Dutra; Botega e Santin (2014), quando apontam para as ressignificações das culturas de origem por parte das mulheres nos processos migratórios, considerando as novas vivências e contextos em que se encontram. Para as autoras, a migração as leva a pensar, de modo distinto, sobre suas vidas, mantendo seus valores de origem e desenvolvendo estratégias de resistência e sobrevivência, como no caso aqui apresentado, ou seja, o da associação entre mulheres que vivenciam situações

¹²¹ Simchi Warmis significa “mulheres fortes” em quéchua e aymara.

¹²² Disponível em: <<http://www.sinchiwarmis.com.br/o-projeto.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

semelhantes enquanto migrantes para a proposição de debates e ocupação de espaços na cidade de São Paulo. A partir disso, considerando as diversas atividades promovidas pelas mulheres da Warmis, buscamos perceber os usos que fazem das TICs em seus processos de ativismos.

Mulheres migrantes, ativismos e usos de TICs

Pensando nos usos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) pelas migrantes, acredita-se que a internet vem sendo “utilizada como um espaço de reordenamento de experiências e práticas sociais e subjetivas dos imigrantes e comunidades diaspóricas” (ELHAJJI; ESCUDERO, 2015, p. 2). As TICs possibilitam usos plurais e são empregadas pelos migrantes para o planejamento dos projetos migratórios, a comunicação e a manutenção dos laços com familiares e amigos e em seu país de origem ou em outros lugares do mundo; para o consumo de informações e de produtos comunicacionais oriundos de seus locais de origem; para a obtenção de informações sobre os contextos para onde migram e sobre os processos relacionados à regularização e direitos migratórios, assim como para a constituição de processos de mobilização tanto em âmbito local quanto global. Nessa perspectiva, portanto, Cogo (2015) concebe os usos e o consumo das tecnologias digitais – principalmente da internet – como dimensão constitutiva das mobilizações e dos ativismos político, econômico, comunicativo dos migrantes.

Para além das grandes organizações midiáticas, Cogo (2010) compreende que apropriações e usos das tecnologias da comunicação abrem possibilidades para que indivíduos e grupos construam práticas de comunicação para o exercício da cidadania ou se insiram em projetos já existentes, “visando a diferentes agendas de transformação social e/ou de democratização dos processos de comunicação” (p. 82 e 83). Para muitas redes de migrantes, a comunicação se constitui como ponto estratégico para elaboração e distribuição de outras imagens e memórias sobre as migrações contemporâneas que se contrapõem aos discursos midiáticos hegemônicos que, frequentemente, criminalizam ou estigmatizam os migrantes, ao focalizarem a mobilidade humana como problema, conflito ou ilegalidade. Entendemos que os usos das TICs ampliam para os migrantes as possibilidades de cidadania comunicativa, que, para Mata (2006), remete ao reconhecimento como sujeitos de direito e de demanda no âmbito da comunicação. Segundo a autora:

O exercício da cidadania comunicativa se torna imprescindível para a existência de uma sociedade de cidadãos. Se não existem possibilidades de exercer esse conjunto de direitos e práticas expressivas, ficam debilitadas as capacidades e possibilidades dos indivíduos para que se constituam como sujeitos de demanda e proposição em múltiplas esferas da realidade, pois a produção dessas demandas e proposições é impensável sem o exercício

autônomo do direito a comunicar, ou seja, a pôr em comum (MATA, 2006, p. 14)¹²³.

Conforme Scherer-Warren (2013), a articulação das redes presenciais – organizações e movimentos – com redes virtuais possibilita o que ela chama de “empoderamento” através das redes, aumentando a visibilidade das demandas dos movimentos, vinculando militantes e indivíduos que são somente simpatizantes da causa e ampliando a base de apoio das organizações. De acordo com a autora, tal articulação pode agregar o local, o nacional e o global, levando organizações locais a se unirem a redes transnacionais e aproximando indivíduos de distintos países que desenvolvem projetos para um futuro emancipatório.

No caso da Equipe de Base Warmis, o uso das TICs se constitui atualmente como fundamental para a organização, divulgação e visibilidade das atividades que promovem e das demandas que pretendem articular e compartilhar, bem como para a construção da memória os processos de mobilização das mulheres migrantes. A Warmis divulga suas atividades a partir de página própria no Facebook¹²⁴, perfis no Instagram¹²⁵ e no Twitter¹²⁶ e canal no Youtube¹²⁷, sendo a responsabilidade de publicação de conteúdos nesses espaços dividida entre algumas das integrantes do grupo. Abaixo, segue imagem utilizada no Facebook do coletivo para divulgação de uma das atividades realizadas no Centro Cultural São Paulo¹²⁸.

A página do coletivo no Facebook não é utilizada somente para a divulgação de eventos por elas promovidos ou de atividades das quais participam, mas também para divulgar notícias de outras fontes que consideram relevantes, como, por exemplo, notícia publicada pelo portal Brasil de Fato sobre os reflexos das ações da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah)¹²⁹; compartilhar informações e campanhas propagadas por outras instituições, como uma publicação sobre violência obstétrica produzida pelo Ministério da Saúde; ou, ainda, lembrar datas consideradas importantes

¹²³ Tradução nossa. No original: el ejercicio de la “ciudadanía comunicativa” se vuelve imprescindible para la existencia de una sociedad de ciudadanos. Si no existen posibilidades de ejercer ese conjunto de derechos y prácticas expresivas, se debilitan las capacidades y posibilidades de los individuos para constituirse como sujetos de demanda y proposición en múltiples esferas de la realidad, toda vez que la producción de esas demandas y proposiciones resulta impensable sin el ejercicio autónomo del derecho a comunicar, es decir, a poner en común (MATA, 2006, p. 14).

¹²⁴ <https://www.facebook.com/EquipeDeBaseWarmisConvergenciaDasCulturas/>

¹²⁵ <https://www.instagram.com/warmisimigrantes/>

¹²⁶ <https://twitter.com/basewarmis>

¹²⁷ <https://www.youtube.com/channel/UCiqS-0Vy0R4VC7m3-UrJ3kA>

¹²⁸ <https://www.facebook.com/EquipeDeBaseWarmisConvergenciaDasCulturas/photos/pb.187900604704323.-2207520000.1505418197./793337044160673/?type=3&theater>

¹²⁹ A matéria possui como título “Violaciones, cólera y 30 mil muertos: conozca el legado de la Minustah en Haiti”.

Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/04/violaciones-colera-y-30-mil-muertos-conozca-el-legado-de-la-minustah-en-haiti/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

pelo coletivo, como o Dia Internacional da Mulher Indígena, celebrado em 05 de setembro.

O coletivo mantém um site em que apresenta os projetos que desenvolve e disponibiliza materiais traduzidos sobre direitos das imigrantes, como o texto produzido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo e pela ONG Artemis sobre violência obstétrica. As integrantes da Warmis mantêm ainda um blog que pode ser acessado através do site, em que compartilham informações sobre suas participações nas atividades e publicam textos sobre suas experiências como migrantes. Embora apresente cunho mais pessoal, o blog reúne reflexões políticas sobre as vivências cotidianas e dificuldades encontradas pelas mulheres migrantes no país de acolhida. Como exemplo, citamos texto em que a participante Moya relata as dificuldades enfrentadas para participar de alguns eventos e congressos, pois não possuem todos os documentos exigidos por determinadas instituições e não conseguem atender a todas as demandas burocráticas. Nesse relato, a autora afirma que, como migrante e ativista, muitas vezes se sente desvalorizada e invisível até mesmo em atividades que se definem como inclusivas. A autora do texto questiona: “Nossa trajetória, tudo o que fazemos como ativistas de forma gratuita não nos dá elementos suficientes para ser valorizados e poder colocar o que pensamos nas mesas de debate? Incomoda tanto assim o que expressamos?” (MOYA, 2015).

IMAGEM 1– Convite no Facebook para oficina de dança promovida pela Equipe de Base Warmis



Fonte: Página do Facebook da Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas.

Em outro texto, Sam Serrano, a participante estadunidense do coletivo Warmis, reflete acerca de seus privilégios frente a outras migrantes com as quais convive, posto que se encontra em uma condição de estudante de pós-graduação, branca, cidadã oriunda de um país rico e falante nativa de língua inglesa. Ela afirma:

[...] minha experiência como imigrante não é padrão. Eu sou imigrante, mas eu sou privilegiada. Na realidade, eu tenho mais privilégio do que muitos brasileiros aqui. Eu sou privilegiada por ser Estado Unidense, branca, heterossexual, cisgênero, da classe média, com alto nível de educação e por falar inglês como língua nativa. Meus privilégios não devem ser privilégios. Respeito e dignidade não devem ser condicional de onde você é, a cor da sua pele ou por qualquer outra questão de identidade. Todo mundo deve ter moradia, comida, acesso a cuidados em saúde, educação e o direito de atravessar fronteiras pacificamente. Seria fácil dizer que eu tenho sorte por ter esses privilégios. Mas meus privilégios não vêm da sorte. Vêm de racismo, xenofobia, classismo e um sistema que sistematicamente afirma que as pessoas brancas, europeias, estado unidenses e tal são melhores, mais civilizadas, mais lindas, mais inteligentes e que só vão melhorar o país (ainda que muitas vezes são os países que mais aproveitam dos recursos naturais e trabalho mental e físico dos brasileiros e criam e apoiam os negócios mais exploradores no país) (SERRANO, 2017)¹³⁰.

IMAGEM 2 – Publicação compartilhada pela Equipe de Base Warmis por ocasião do Dia Internacional da Mulher Indígena



Fonte: Página do Facebook da Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas.

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.warmismulheresbolivianas.com.br/blog/mulheres-imigrantes-privilegios-e-solidaridade/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

IMAGEM 3 – Blog da Equipe de Base Warmis com relato de uma das participantes



Fonte: www.warmismulheresbolivianas.com.br/blog

Tanto o blog como o site do coletivo possuem como objetivo difundir referências relevantes e compartilhar conhecimentos que podem auxiliar outras migrantes, pois, como salienta Moya (2017), o acesso às informações segue sendo problemático para muitos migrantes que, por não estarem cientes de seus direitos, enfrentam situações de abuso, preconceito e xenofobia. Para facilitar a compreensão por parte do público alvo, que é predominantemente composto por mulheres oriundas de regiões pobres da América Latina, com pouca escolaridade, as traduções para espanhol e inglês buscam utilizar imagens e uma linguagem acessível e direta, evitando o uso de termos jurídicos que dificultam o entendimento de quem está aprendendo a língua portuguesa. A Warmis também elaborou um material explicativo sobre o parto andino, distribuído a hospitais de São Paulo, que ressalta a importância do respeito à diversidade cultural e da incorporação da ideia de interculturalidade às políticas públicas destinadas às migrantes.

Para possibilitar que brasileiros e brasileiras aprendam mais sobre o que é ser migrante, o coletivo produziu em 2016 a série em vídeo “Brasil, terra estrangeira: um diário das imigrantes”, disponibilizada no canal do Youtube. Na série, as mulheres relatam suas experiências como migrantes no que se refere às diferenças linguísticas, alimentares e de costumes que encontraram ao chegar ao país. Os vídeos possuem o intuito de mostrar as distinções existentes entre as culturas e as formas encontradas para lidar com tais diferenças em suas

vivências no Brasil. No vídeo intitulado *Costumes*, ao ser questionada sobre o que considera mais estranho no país, a integrante chilena Mariela comenta:

Eu acho mais estranho aqui é um pouco a desigualdade assim, como que tem muitas coisas por exemplo na Paulista, que é muito chique, mas tem muito morador de rua, é essa contradição, a desigualdade, acho que é isso.

Por sua vez, Andrea relata que seu primeiro estranhamento na cidade de São Paulo foi com o transporte público:

Foi o primeiro choque de perceber que era normal ter muita gente nos espaços, isso me chocou. [...] é muito grande, e o pessoal acha normal viajar duas horas e depois voltar duas horas no mesmo dia. Isso era estranho.

De acordo com Moya, a visibilidade alcançada pelo compartilhamento e circulação das atividades das mulheres migrantes através do site do coletivo, do blog e das redes sociais permite que sejam conhecidas e reconhecidas como moradoras de São Paulo, percebidas como sujeitos que ocupam a cidade e participam de suas dinâmicas, modificando representações vitimizantes sobre as migrantes. A ativista aponta que a utilização da internet e das redes sociais se deu com o intuito de tornar mais visível o trabalho que desenvolvem e as inúmeras instâncias sociais nas quais participavam. Conforme Moya, era importante “empezar a registrar, porque todas as rodas, eventos que íamos, se falava dos migrantes como los coitados que não fazíamos nada, quando en realidad fazíamos muito e sólo se sabia dentro da comunidade, pelas rádios comunitárias, que nessa etapa foram muito abertas conosco”.

Tornar visíveis ações e acontecimentos a partir das possibilidades de visibilidade mediada pelas TICs, como defende Thompson (2008), é estratégia importante no enfrentamento de lutas cotidianas e, no caso da Warmis, na construção de espaços de interação, visibilidade e memória em torno das demandas cidadãs e mobilizações de migrantes em São Paulo. Antes da criação da Equipe de Base Warmis, Jobana recorda da ausência de registros sobre a presença e trajetória, na cidade, de diversas mulheres latino-americanas que desenvolveram trabalhos relevantes para a comunidade migrante e não migrante. As próprias migrantes possuem dificuldades para conhecer o que já foi feito, as lutas que já foram ou estão sendo travadas, de modo que, para as integrantes do coletivo, os registros são considerados fundamentais, “senão é como se a história novamente comece” (MOYA (2017). Atualmente, a partir da divulgação que as TICs permitem fazer das oficinas no Centro Cultural São Paulo e das apresentações das Lakitas, o coletivo Warmis busca ampliar e mobilizar novos públicos, incluindo os não migrantes. Como exemplo, Moya cita uma oficina de bordado com temática andina que foi anunciada na internet e compartilhada entre grupos de bordado, levando mais de quarenta mulheres a comparecerem à atividade. Essa interação é considerada relevante para as integrantes da Warmis que, embora reconheçam que a participação na oficina tenha sido motivado

fundamentalmente pelos bordados, consideram que o evento acabou permitindo dar visibilidade à existência de tal coletivo de mulheres migrantes na cidade de São Paulo. “Todo mundo saiu assim sabendo que haviam imigrantes e que faziam algo mais do que ser apenas pobres coitados”, destaca Moya.

Considerações Finais

Na perspectiva defendida por Varela Huerta (2013), entendemos que os movimentos sociais formados por migrantes constroem novas formas de cidadania, relações e modos de viver transculturais, mesmo naqueles casos em seus integrantes não sejam reconhecidos como sujeitos políticos e de direitos. A partir da atuação das mulheres da Warmis, pode-se refletir sobre o ativismo de migrantes como questionador de abordagens reducionistas, constituindo-se como “atos de visibilidade, afirmações de presença, irrupções na esfera pública de seres humanos que se autorreconhecem como sujeitos políticos” (MARINUCCI, 2016, p. 7). As diversas atividades desenvolvidas regularmente na cidade de São Paulo, pela Equipe de Base Warmis, seja no âmbito cultural ou político, evidenciam que também as mulheres imigrantes são agentes, sujeitas históricas e particulares que possuem voz própria (GREGORIO GIL, 2009) e que mobilizam e articulam outros sujeitos na batalha pela ampliação da cidadania própria e de outros. As apropriações e usos que as integrantes da Warmis fazem das TICs assume uma dimensão estratégica tendo em vista que as próprias integrantes percebem que as tecnologias da comunicação permitem ampliar, mobilizar, articular e dar visibilidade local, nacional e transnacional aos seus agenciamentos e lutas específicas.

Referências

- ALENCAR-RODRIGUES, R.; STREY, M.; ESPINOSA, L. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. **Revista Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, MG, v. 21, n. 3, p. 421-430, 2009.
- ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 3, p. 745-772, 2007.
- BLANCO, C. **Migraciones: nuevas movilidades en un mundo en movimiento**. Barcelona: Anthropos, 2006.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 26, p. 329-376, 2006.
- COGO, D. **Projeto de pesquisa comunicação, consumo e cidadania das migrações transnacionais: ativismos e usos da internet por haitianos e haitianas no brasil**. São Paulo, SP: CNPq, 2015.
- _____. A comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional. **Revista Intercom**, São Paulo, SP, v. 33, n. 1, p. 81-103, 2010.
- DUTRA, D.; BOTEGA, T.; SANTIN, T. Introdução. In: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. **Mulher migrante: agente de resistência e transformação**. Brasília, DF, 2014.
- _____. **Migração internacional e trabalho doméstico: mulheres peruanas em Brasília**. São Paulo, SP: OJM & CSEM, 2013.

- ELHAJJI, M.; ESCUDERO, C. Webdiáspora: migrações, TICs e memória coletiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 24., 2015, Brasília, DF. **Anais...** 2015. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos2015_autores_2759>.pdf. Acesso em: 10/09/2017.
- GREGORIO GIL, C. Mujeres inmigrantes: colonizando sus cuerpos mediante fronteras procreativas, étnico-culturales, sexuales y reproductivas. **Viento Sur**, n. 104, p. 42-54, 2009.
- GUIZARDI, M. et al. Fronteras, género y patriarcado: discusiones teóricas para replantear el transnacionalismo migrante. **Límite – Revista Interdisciplinaria de Filosofía y Psicología**, v. 12, n. 38, p. 22-38, 2017.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MARINUCCI, R.; MILESI, R. **Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros**. Brasília, DF: IMDH, 2016. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migrantes2/321-artigo-mulheres-migrantes-e-refugiadas-a-servico-do-desenvolvimento-humano-dos-outros>>. Acesso em: 24/08/2017.
- MARINUCCI, R. Mobilizações de migrantes e refugiados: a luta pela visibilidade e pelo reconhecimento. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 24, n. 48, p. 7-10, 2016.
- MATA, M. C. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, RS, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.
- MOYA, J. **Depoimento**. Entrevista concedida a Natália Ledur Alles. 25/05/2017.
- _____. **Imigrantes, as vozes silenciadas**. 2015. Disponível em: <<http://www.warmismulheresbolivianas.com.br/blog/imigrantes-as-vozes-silenciadas/>>. Acesso em 13/09/2017.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, GO, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.
- SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos sociais: projetando o futuro. **Revista Brasileira de Sociologia**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 186-213, 2013.
- SCOTT, J. W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 15, n. 2, 1990.
- SERRANO, S. **Mulheres imigrantes: privilégios e solidariedade**. 2017. Disponível em: <<http://www.warmismulheresbolivianas.com.br/blog/mulheres-imigrantes-privilegios-e-solidariedade/>>. Acesso em: 13/09/2017.
- THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. **Matrizes**, São Paulo, SP, n. 2, p. 15-38, 2008.
- VARELA HUERTA, A. **Por el derecho a permanecer y a pertenecer: una sociología de las luchas migrantes**. Madrid: Traficante de sueños, 2013.

REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL. POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO

Gilberto M. A. Rodrigues
José Blanes Sala
Debora Corrêa de Siqueira

A questão dos refugiados sírios tornou-se um tema global, desde 2011. A opinião pública internacional foi particularmente impactada após a publicação da foto de uma criança curda, o menino Alan Kurdi¹³¹, refugiado da Síria, morto na praia de Bodrum, na Turquia, como resultado da tentativa desesperada de fuga de sua família pelo Mar Mediterrâneo (G1, 2015).

Dadas algumas peculiaridades relacionadas à sua política externa recente e à sua política para refugiados, o Brasil vem tendo um papel qualitativo importante na lida com a crise de refugiados sírios, em relação a políticas de proteção e integração. Embora tenha recebido um número pequeno de refugiados, em comparação com outros países, inclusive da América Latina, a taxa de elegibilidade de sírios vem aumentando no país, gerando desafios relacionados à proteção e a integração, com demandas concretas em políticas públicas para essa população.

Este artigo é parte do Projeto de Pesquisa “Integração Local de Refugiados: Trajetórias e Políticas Públicas nos Municípios do ABC”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais e da Cátedra Sergio Vieira de Mello da UFABC e tem como objetivo analisar o tema dos refugiados sírios à luz de políticas de proteção e de integração de refugiados no Brasil.

A guerra na Síria

Divulgada amplamente pelos meios de comunicação, a Guerra na Síria, iniciada em 2011, traz como uma de suas mais cruéis consequências a fuga de mais de cinco milhões de sírios, que, somados a outros milhões de solicitantes de refúgio e de deslocados internos sírios, afegãos, sudaneses (Sudão do Sul), somalis, sudaneses (Sudão) e congolese¹³², registram o maior número de migrantes forçados desde a Segunda Guerra Mundial (UNHCR, 2017).

Embora o conflito sírio sensibilize pessoas em todo o mundo, a comunidade internacional vem respondendo de maneiras diferentes às necessidades do povo sírio, tanto daqueles que permanecem no território, quanto

¹³¹ O nome correto do menino é Alan Kurdi; divulgado pelas mídias sociais como Aylan Kurdi. Fotografias por: Nilüfer Demir (GORIUNOVA, 2015).

¹³² Citadas somente as seis maiores populações solicitantes de refúgio.

dos que saem da Síria para sobreviver e reconstruir uma nova vida em outros países.

Nestes países, a mídia de massas veicula conceitos e imagens estereotipadas de refugiados e migrantes vulneráveis, de modo a desumanizá-los, impactando a opinião pública (ESSES; MEDIANU; LAWSON, 2013). Políticos e autoridades públicas adotam discursos similares, nos quais enfatizam as questões de segurança em detrimento às humanitárias, o que reforça, neste contexto, a percepção do refúgio de forma negativa. É o que revela pesquisa do Instituto francês Ipsos, realizada em 22 países, incluindo Turquia, Alemanha, França, Reino Unido, Hungria, Austrália e Brasil, entre outros, na qual foram ouvidos 16 mil adultos, com idades entre 16 e 64 anos, a respeito de suas opiniões sobre a crise global dos refugiados (IPSOS, 2016).

Os resultados da pesquisa demonstram que governos vem adotando políticas mais duras “justificadas” na opinião pública; levantam barreiras físicas, na forma de muros e cercas, para impedir a entrada de refugiados, em uma prática que não é nova. As instalações nas fronteiras de Melilla¹³³, na Espanha com o Marrocos e “Tortilla Wall”¹³⁴, entre EUA e México, foram construídas anteriormente à crise atual de refugiados.

A importância em abordar e divulgar a situação dos refugiados, o mais amplamente possível, dentre eles, os sírios, vítimas desta enorme catástrofe humanitária, torna-se questão de extrema relevância para direitos humanos e políticas públicas.

O sofrimento do povo sírio começou a ser reconhecido, após os levantes iniciados durante a “Primavera Árabe”¹³⁵, que tomaram grandes proporções ao longo dos anos subsequentes, levando a população síria a fugir em massa do país e envolvendo as grandes potências no conflito, que alcançou proporções globais.

A situação na Síria, a partir dos movimentos e das revoltas naquele período, evoluiu para uma violenta guerra civil, que já dizimou mais de 470 mil pessoas desde o seu início, número que inclui crianças, civis, combatentes e soldados. Os feridos somam outros 1,9 milhões, totais que correspondem a 11% da população pré-guerra. Há ainda pessoas desaparecidas estimadas em mais de 30 mil vidas que estariam em prisões ou em cativeiros de sequestros (SOHR, 2015; 2016).

Muitos elementos podem ser invocados para explicar essa guerra. Com efeito, um dos fatores determinantes para sua eclosão tem origem no governo

¹³³ Cerca fronteiriça que separa o país Marrocos, situado ao norte da África, da cidade espanhola de Melilla.

¹³⁴ Apelido dado ao muro de ferro ondulado construído próximo à fronteira EUA (Arizona, Califórnia) com o México.

¹³⁵ Protestos e revoltas simultâneas das populações no mundo árabe contra os regimes opressores de seus governos. O estopim para o início das manifestações ocorreu após o tunisiano Mohamed Bouazizi atear fogo ao próprio corpo por ter seus bens confiscados pelas autoridades locais. Uma grande soma de fatores contribuiu para este movimento, notadamente, regimes repressivos e autocráticos, a falta de liberdades, a corrupção, o desemprego, a pobreza e a desigualdade (NAVARRO, 2011).

autoritário da família al-Assad, que se prolonga na Síria há mais de quatro décadas.

Em 2000, o regime repressivo instaurado pela família al-Assad teve um breve interregno, após a troca no comando de Hafez al-Assad, o pai, sucedido pelo filho Bashar al-Assad. Quando assumiu, al-Assad prometeu mudanças na política econômica e uma “Síria mais democrática e aberta” (AL-ASSAD, 2000).

No início, realmente o Governo de Assad acenou com uma orientação menos repressiva, com o relaxamento do controle sobre a mídia, o que possibilitou o crescimento das novas tecnologias de comunicação (estações de TV via satélite e difusão da Internet (LUND, 2013).

A aceitação de movimentos como a Declaração dos 99 intelectuais em 2000 e a Declaração dos 1000, em 2001 mostraram uma face mais tolerante do governo (GHOTME; GARZÓN; ORTIZ, 2015). Ambas as declarações pediam o fim do regime de exceção implantado no país desde 1963, além de uma reforma gradual e pacífica baseada no diálogo e na liberdade de expressão.

No entanto, a revitalização democrática foi breve. Logo após as reivindicações de ativistas que criticavam abertamente o governo e pediam reformas políticas, al-Assad retomou o estilo autoritário, suprimindo o movimento, encerrando os fóruns de discussão, proibindo a comunicação com o exterior e efetuando prisões generalizadas (WIKAS, 2007).

O fim da Primavera de Damasco coincidiu com o ataque às torres gêmeas do *World Trade Center* em Nova York. Isso tornou a rodada de prisões mais fácil para as autoridades sírias, e a visibilidade mundial da repressão sobre a oposição foi quase nula, uma vez que a atenção do mundo estava em outro foco (COSTA, 2016, p. 57).

A Síria¹³⁶ também passou a enfrentar uma deterioração na economia, com queda na produção agrícola e desemprego, aliada à denúncias de corrupção no governo. Divergências entre os islâmicos dos ramos sunita e alauita (professado pela família Assad) contribuíram para exacerbar o conflito no país, cuja população tem maioria islâmica (74% são sunitas e 16% alauitas e drusos). Cristãos filiados a diversas Igrejas como Ortodoxa Grega, Greco-Católica, Igreja Católica Armênia, entre outras, representam ao todo 10% da população (NATION MASTER, 2014). Os cristãos não sofriam perseguição religiosa até o início da guerra, quando passaram a ser atacados pelo Exército Islâmico, o qual faz uma interpretação extrema do Islamismo.

Nesse contexto, a questão religiosa também é relevante para entender o conflito sírio, porém não é a única. A situação no país foi se tornando insustentável, transformando o território em campo de disputas entre várias forças, entre elas o Estado Nacional Sírio (comandado por Bashar al-Assad),

¹³⁶ População da Síria estimada em 2011: 20 milhões e 2016: 18 milhões de pessoas (WORLDOMETERS, 2017).

MIGRAÇÕES SUL-SUL

forças de oposição lideradas pelo Exército Livre da Síria, grupos ligados ao Al-Qaeda e ao Estado Islâmico, além de milícias curdas¹³⁷.

A população civil em fuga de bombardeios e da fome, da destruição de seus bens e propriedades - estimada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados em aproximadamente 12 milhões de pessoas, das quais 6,6 milhões são deslocados internos e 4,8 milhões são refugiados – representa a expressão da pior crise humanitária em 70 anos (ACNUR, 2016).

A Comissão de Investigação Independente para a Síria, criada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2011, e desde então presidida pelo professor Paulo Sergio Pinheiro, identificou a prática de crimes de guerra, tanto pelo Estado Sírio como pelas forças insurgentes, apoiadas pelos EUA, pela União Europeia e pelas monarquias do Golfo Pérsico, além do cometimento de crimes contra a humanidade, praticados pelo Estado Islâmico (ISIS) (OHCHR, 2016).

O conflito armado e o grande fluxo migratório forçado de sírios, em especial o de refugiados, vem trazendo alterações na correlação de forças geopolíticas na região (Quadro 1) com enorme alcance, evocando, conforme declaração do Primeiro Ministro da Rússia, um *revival* da Guerra Fria (1950-1989) entre a Rússia e os Estados Unidos da América (DW, 2016).

QUADRO 1 – Correlação de forças – Conflito Sírio

País	Apoia	Opõe-se
Estados Unidos da América	Grupos rebeldes considerados moderados e os curdos	Bashar Al-Assad e Estado Islâmico (EI)
Rússia	Governo de Bashar Al-Assad	Estado Islâmico e outros rebeldes
Irã	Governo de Bashar Al-Assad	Estado Islâmico e insurgentes sunitas
Arábia Saudita	Rebeldes sunitas	Bashar Al-Assad
Turquia	Coalizão liderada pelos EUA e rebeldes	Governo de Bashar Al-Assad e separatistas curdos

Fonte: BBC Brasil (2015). Disposição gráfica dada pelos autores.

As tratativas de pacificação da Síria ainda não se vislumbram, tamanha a dificuldade de diálogo entre as diferentes forças envolvidas nos conflitos e, diante desta realidade, o cenário que se coloca aos países que abriram as suas fronteiras para receber os refugiados sírios, como é o caso do Brasil, é a necessidade de não apenas recebê-los, como também protegê-los e, finalmente, envidar esforços junto à sociedade civil para integrá-los, com a garantia de

¹³⁷ Os curdos são um grupo étnico presente na Síria, Turquia, Irã, Iraque e Azerbaijão. Estima-se a população curda em 27 milhões de pessoas, que reivindicam sua autonomia como nação com território próprio desde a queda e fragmentação do Império Otomano (PEIXINHO, 2010).

direitos assegurados pelos diversos instrumentos legais existentes, tanto internacionais quanto nacionais.

Brasil e Síria: uma relação que começou em fins do século XIX

No Brasil, os imigrantes sírio-libaneses deixaram importante legado para nossa formação e a cultura: “[...] podemos afirmar que o papel saliente que tiveram no Brasil, em grande medida se deveu ao pioneirismo de suas atividades comerciais, de sua inserção nitidamente urbana e desconcentrada ao longo de inúmeras cidades do interior” (TRUZZI, 2009, p. 240).

Historicamente, trata-se de um fluxo migratório majoritariamente voluntário, iniciado no período do Brasil Colônia, que se realizou em diversos momentos, inclusive no século XX. As redes de parentesco, as amizades e as circunstâncias presentes na formação do Brasil possibilitaram à comunidade sírio-libanesa conquistas que transformaram o capital étnico que traziam em capital econômico e cultural, contribuindo de forma relevante para a sociedade brasileira, seja atuando no comércio, na indústria, nas profissões liberais, na política, nas artes e na culinária.

Reconhecido como um dos maiores escritores brasileiros, Jorge Amado, que também era descendente de sírios, explicou em seu livro “O descobrimento da América pelos Turcos”¹³⁸, que muitos sírios e libaneses que chegaram ao Brasil eram chamados “turcos”, em razão de seus passaportes emitidos pelo então Império Otomano.

Para além da contribuição dos imigrantes sírio-libaneses, que junto com as demais etnias migratórias, africanas, europeias e asiáticas, formaram o Brasil que conhecemos hoje, existem importantes percursos, nas relações internacionais do país com o Mundo Árabe, que são recentes e que mostram o estreitamento de laços com a Síria.

Nos oito anos do Governo do Presidente Lula (2003-2010), a política externa brasileira se diferenciou por construir pontes com o Mundo Árabe, no contexto de uma “política externa ativa e ativa” (AMORIM, 2015). Desta forma, o Brasil conferiu à sua política externa “uma dimensão política e bilateral de relevo, marcando a busca pela diversificação de parcerias e pelo retorno à cooperação sul-sul” (CASARÕES, 2012, p. 64).

No caso da Síria, Lula empreendeu relações econômicas que resultaram favoráveis ao Brasil, uma vez que, em 2001, o país era a origem de 1,2% de todas as importações sírias e, em 2010, representou 2,9% (OEC, 2001). De 2003 a 2010, as exportações brasileiras para a Síria atingiram o valor acumulado de US\$ 2.128 milhões, partindo de US\$ 122 milhões em 2003 para US\$ 384 milhões em 2010 (BRASIL, 2015).

¹³⁸ Publicado na década de 1990 no Brasil e nos países: Colômbia, Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal, Turquia.

As críticas ao relacionamento do Brasil, não apenas com a Síria, mas com vários países do Mundo Árabe, prevaleceram sobre os resultados econômicos, apesar dos argumentos da chancelaria brasileira do Governo Lula sobre as vantagens do estreitamento de relações no âmbito político, como a participação do Brasil na Cúpula dos Países Árabes (Aspa), o papel estratégico almejado pelo país como negociador nos diálogos da Síria com Israel visando a obtenção de acordos de paz no Oriente Médio e o reforço aos objetivos de incrementar a cooperação sul-sul.

De qualquer forma é inegável que a política externa do governo Lula deu prioridade às questões econômicas, pois assim o demonstram as relações mantidas com estados flagrantemente violadores dos direitos humanos, sem nenhum tipo de manifestação mínima de inconformidade (BLANES SALA, 2011, p 47).

O Governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) foi menos ativo, em termos de política externa, do que o de Lula. Na prática, isso não mudou o caráter das relações comerciais do Brasil com a Síria, que, no entanto diminuíram¹³⁹, apresentando resultado acumulado de US\$ 744 milhões no intercâmbio comercial entre os dois países, com média anual de US\$ 149 milhões considerando-se o período 2011-2015 (BRASIL, 2015).

No plano humanitário, diante da crise síria, de forma geral, os governos brasileiros, nos diversos níveis federais, tem procurado avançar na elaboração de políticas para os refugiados afetados pela guerra, no tocante à proteção e à integração destes junto à sociedade brasileira.

Refugiados Sírios no Brasil. Políticas de Proteção e Integração

Ainda que o número de solicitantes de refúgio e de refugiados no Brasil seja pequeno, em comparação com outros países, essa população tem demandas concretas e pressionam cada vez mais pela oferta de políticas públicas. Dado o caráter federal das leis e políticas para os refugiados, a responsabilidade pela proteção e pela fixação de diretrizes para a integração recai primariamente no governo federal. Entretanto, autoridades subnacionais, em governos estaduais e municipais, estas, sobretudo em grandes capitais e regiões metropolitanas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre tem se preocupado em avançar nas políticas e processos de integração dos refugiados, com a participação de organizações não governamentais e associações religiosas¹⁴⁰. Além disso, a cooperação internacional tem ocorrido para promover troca de experiências com países americanos que também acolhem migrantes forçados, como é o caso do

¹³⁹ A guerra resultou em uma diminuição das importações da Síria com seus parceiros comerciais de forma geral. Em 2014, o total de importações do país passou de US\$ 6,11 bilhões para US\$ 4,68 bilhões em 2015 (OEC, 2001).

¹⁴⁰ O Estado de São Paulo criou o primeiro Comitê Estadual para Refugiados, em 2007. Foi sucedido pelos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. A Prefeitura de São Paulo, a partir de 2012, estabeleceu uma política específica para migrantes, incluindo refugiados (ALMEIDA; CARVALHO; RODRIGUES, 2011).

Canadá, que lançou programa para o reassentamento de 25.000 refugiados sírios a partir de 2015 e o Chile¹⁴¹.

Até o momento, o Brasil tem sido considerado, de modo geral, um país hospitaleiro para com migrantes e refugiados. No tocante aos sírios, a Resolução Normativa n. 17, de 2013, estabelece a emissão de visto especial por razões humanitárias à população afetada pela guerra civil síria, medida que “(...) representou uma iniciativa pioneira tanto em âmbito regional quanto global” (GODOY, 2014, p. 91).

Segundo informações do CONARE (Comitê Nacional de Refugiados) existem 3.460 sírios vivendo no Brasil, no período acumulado de 5 anos (2010-2015) (BRASIL, 2016a). As cidades mais procuradas pelos sírios coincidem com aquelas que tradicionalmente concentram as maiores comunidades sírio-libanesas, como é o caso de São Paulo e São Bernardo do Campo, na Região do ABC, de expressiva participação na colônia árabe. No entanto, existem muitas outras cidades e regiões com presença de comunidades árabes, e que atualmente recebem refugiados sírios, como Porto Alegre e Foz do Iguaçu, na região Sul; Belo Horizonte e Rio de Janeiro, na região Sudeste e Goiás e Anápolis, na região centro-oeste do Brasil.

Projetos e programas destinados a receber e acolher o público de migrantes e refugiados encontram-se em estágio de formulação e as ações adotadas pelo governo brasileiro, através do CONARE, visam a coordenação política nacional para oferecer programas de integração local aos diversos grupos de refugiados.

Algumas medidas em estudo pelo Comitê Nacional de Refugiados são: a minuta de Decreto em debate no Governo sobre a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, a Medida Provisória 697/2015 (convertida na Lei 13.198-2015), que versa sobre recursos adicionais para a crise dos refugiados e a criação do Observatório das Migrações – OBMIGRA, resultante de um acordo entre Ministério da Justiça, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Universidade de Brasília (BRASIL, 2016a).

Em maio de 2017 foi aprovada a nova Lei de Migração, com entrada em vigor seis meses depois. Esta lei, fruto de grande mobilização da sociedade civil, é considerada um avanço para o tema das migrações no Brasil, sobretudo por substituir o Estatuto do Estrangeiro (1980), legislação anacrônica do período da ditadura militar. Mas diversos vetos presidenciais desvirtuaram aspectos importantes relacionados a um direito migratório pleno, ancorado nos direitos humanos.

¹⁴¹ Representantes da cidade chilena de Quilicura (reconhecida pelo ACNUR como cidade solidária), estiveram em Porto Alegre em reunião de trabalho para debater iniciativas na área de refúgio (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2016).

Como políticas específicas nacionais para os sírios, no tocante à proteção, pode-se elencar: a Resolução 17/2013 do CONARE, que concede vistos especiais, humanitários, aos sírios, renovada pela Resolução 20/2015, por mais dois anos¹⁴²; Nesse mesmo ano de 2015, o governo brasileiro assinou acordo de cooperação com o ACNUR no sentido de unificar informações nos postos de atendimento brasileiros no Líbano, Turquia e Jordânia, países com maior número de refugiados sírios; o reconhecimento do status de refugiado a 2.298 pessoas (até abril de 2016), perfilando-se os sírios, entre as cinco maiores nacionalidades solicitantes e com status de refúgio reconhecido no Brasil (BLANES SALA; RODRIGUES; SIQUEIRA, 2017).

Outras soluções adotadas pelo governo federal, objetivando a integração local, preveem o fortalecimento de recursos humanos, parcerias com Estados e Municípios para criação da Rede CRAI (Centros de Referência e Acolhida para Migrantes e Refugiados) e acesso facilitado à documentação e aos direitos e benefícios sociais como o Programa Bolsa-Família¹⁴³ e o Sistema Único de Saúde¹⁴⁴.

Para os sírios que vivem nos campos para refugiados no Líbano, Turquia e Jordânia, o Governo Brasileiro manifestara interesse, em 2016, em estabelecer convênio com o Canadá para construir programas de reassentamento com recursos privados (BRASIL, 2016b). Para a Alemanha, segundo o jornal Folha de São Paulo, o Governo brasileiro havia encaminhado proposta para receber refugiados sírios morando ou com intenções de residir naquele país, mediante contrapartida de auxílio financeiro que custeasse o reassentamento no Brasil (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). No entanto, a agência de notícias BBC Brasil informa que as negociações foram suspensas em junho de 2016 pelo Governo Temer (BBC BRASIL, 2016).

A resistência crescente de países europeus em receber refugiados sírios, e o ônus excessivo sobre os países fronteiriços, especialmente Turquia e Líbano, cuja capacidade de recepção já foi ultrapassada há muito, cria um imperativo de aumentar o acolhimento de sírios para países como o Brasil, cujo compromisso internacional com o direito internacional dos refugiados tem sido uma das marcas de sua política externa nos últimos vinte anos.

¹⁴² Logo após a renovação da resolução, o governo brasileiro decidiu reinstaurar a entrevista individual aos sírios, procedimento do qual eram dispensados no período da resolução 17/2013. A razão dessa exigência residiria na repercussão negativa dos atentados terroristas em Paris, em novembro daquele ano.

¹⁴³ O Programa Bolsa Família, regulamentado pela Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, foi formulado durante o Governo Lula com o objetivo de unificar os programas de transferência de renda do Governo Federal, facilitando sua gestão e democratizando o acesso da população vulnerável.

¹⁴⁴ O Sistema Único de Saúde é resultado de uma ampla discussão na sociedade brasileira que transformou a saúde em direito individual e garantiu, através da Carta Constitucional de 1988, o acesso público, gratuito e universal à saúde, bem como a gestão descentralizada do sistema.

Notas sobre o processo de integração

O processo de integração local representa um grande desafio para migrantes (vulneráveis) e refugiados uma vez que precisam inicialmente enfrentar a barreira cultural que envolve o desconhecimento da língua nacional, bem como de costumes, valores e crenças.

A cultura tem aspectos visíveis e invisíveis e os indivíduos, em cada cultura, não apenas criam, como interpretam o significado de suas criações. Geertz define a cultura como uma teia de significados construída pelo homem (GEERTZ, 2008, p. 4) e Benedict compara a cultura à “[...] lentes através das quais uma nação olha a vida [...]” (BENEDICT, 1972, p. 19).

Todavia, o conceito de nação é insuficiente para compreender a cultura de um povo, uma vez que existem muitos critérios diferentes e transversais através dos quais uma sociedade se organiza. Sendo as sociedades contemporâneas extremamente complexas e diferenciadas, as características socioeconômicas, a organização política e legal conformam e ajudam a entender as culturas nacionais (AVRUCH, 1998). Operando em vários contextos, a cultura contribui para reunir os semelhantes e excluir os diferentes, que precisam se inserir em determinado país, podendo ser ou não aceitos e integrados à sociedade de destino. Embora hoje haja um esforço por parte de setores da sociedade civil para tornar a cultura muito mais um fator de integração do que de exclusão, como tem demonstrado os diversos movimentos ligados ao multiculturalismo e à cultura de paz.

Ao analisar o processo de integração dos refugiados, Crisp (2004) adota seu exame em três dimensões. Do ponto de vista legal, são concedidos aos refugiados uma série crescente de direitos e prerrogativas pelo Estado de acolhimento, definidos pela Convenção de Refugiados de 1951, que incluem o direito ao trabalho, de se envolver em atividades geradoras de renda, de possuir e alienar bens, desfrutar de liberdade de movimento e ter acesso aos serviços públicos, tais como a educação. No ápice do processo legal, a cidadania no país de acolhimento é concedida.

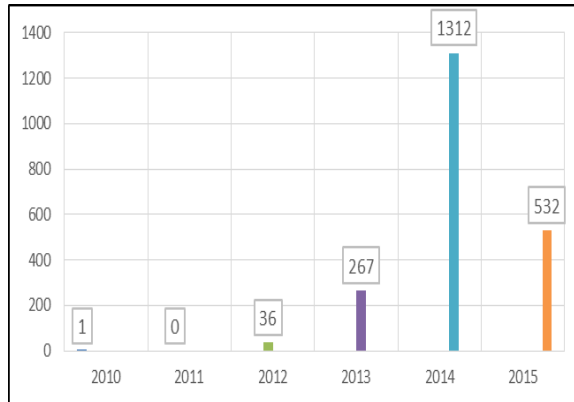
Na dimensão econômica, e para adquirir os direitos e benefícios legais, os refugiados também precisam de auxílio para adquirir autoconfiança e conquistar capacidades que reduzam sua dependência de auxílios estatais ou de assistência humanitária. Nessa perspectiva, não podem ser considerados acolhedores, locais nos quais os refugiados são impedidos ou dissuadidos de participar na economia local, e cujo nível de vida é consistentemente mais baixo do que os membros mais pobres da comunidade de acolhimento.

Crisp lembra, finalmente, como terceiro componente da integração, seu aspecto social, quando os refugiados passam a viver ao lado da população de acolhimento, sem temor de discriminação sistemática, intimidação ou exploração pelas autoridades ou nacionais do país. Por conseguinte, é um processo em mão dupla, por envolver refugiados e população de acolhimento,

sem que a integração signifique aos que chegam, abrir mão de sua cultura e valores (CRISP, 2004, p. 1-2).

Neste sentido, a dinâmica das relações entre as sociedades receptoras e os refugiados é muito importante para que o processo de integração possa se efetivar. No Brasil, a integração dos sírios, na condição de refugiados, teve início com a chegada do primeiro refugiado registrado oficialmente em 2010, como pode se observar no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Solicitações de refúgio atendidas pelo CONARE Brasil



Fonte: CONARE (BRASIL, 2016a).

As solicitações de refúgio para os sírios, deferidas pelo CONARE, evoluíram de 36 reconhecimentos deferidos no ano de 2012 para 1.312 em 2014, registrando, finalmente, 532 deferimentos em 2015 (BRASIL, 2016a).

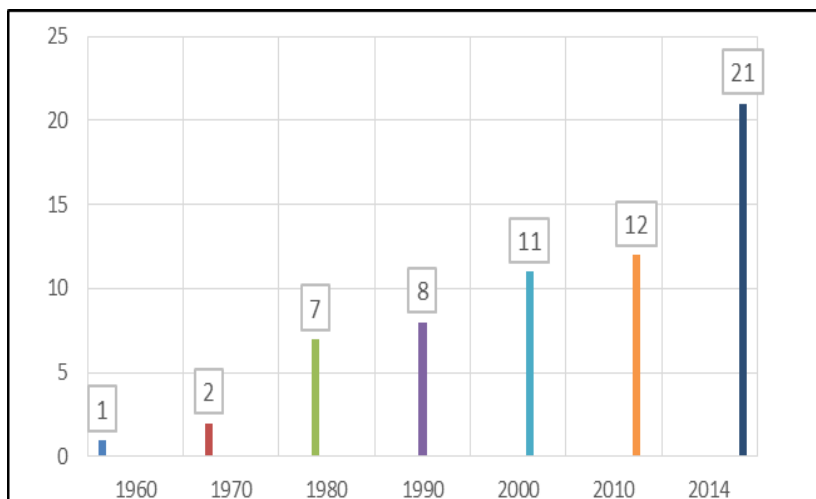
O reconhecimento de refugiados sírios, visto da perspectiva temporal, de fato é fenômeno que se intensificou em 2014, o que faz com que a análise do processo de integração dos sírios nas comunidades em que estão se inserindo seja possível ao longo dos próximos anos.

Algumas transformações já são visíveis, outras não. No estado do Paraná, cidades de pequeno porte incorporam hábitos religiosos dos povos árabes que para lá se dirigiram como trabalhadores em indústrias e frigoríficos da região. Há refugiados sírios entre os trabalhadores, mas também outros migrantes (cidadãos vindos do Líbano, de Bangladesh, do Egito, do Senegal e de outros países). Do ponto de vista religioso - considerando a predominância do catolicismo e do protestantismo no Brasil, é notável o aumento de mesquitas e de mussalas, as salas de oração (Gráfico 2).

Estes templos foram construídos para atender aos trabalhadores islâmicos da região, mas tem conquistado adeptos entre os brasileiros (KÖNIG, 2015), evidenciando o aspecto religioso como mais um elemento presente no processo de integração.

Outro ponto a evidenciar é a relação entre o estabelecimento de políticas de integração para refugiados e seu impacto sobre os laços comunitários na região de acolhida. Como medidas pertinentes às políticas de integração que o Brasil tem formulado, está o acolhimento de crianças sírias nas escolas públicas brasileiras. Relatos registrados pelo ACNUR, demonstram que os contatos e a proximidade escolar das crianças sírias com as crianças brasileiras tem facilitado o aprendizado do português para as primeiras e da cultura árabe para as segundas (ONU BRASIL, 2016).

GRÁFICO 2 – Mesquitas e Mussalas no Estado do Paraná



Fonte: Instituto Brasileiro de Estudos Islâmicos (KONIG, 2015)

Ainda na área da Educação, a Resolução n. 03 regulamenta a revalidação de diplomas de cursos de graduação e reconhecimento de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), emitidos por instituições de ensino estrangeiras. Tal normativa deixa a rigidez tradicional, legislando de acordo com a situação especial que vive um refugiado:

§ 3º **Refugiados estrangeiros no Brasil que não estejam de posse da documentação requerida para a revalidação**, nos termos desta Resolução, migrantes indocumentados e outros casos justificados e instruídos por legislação ou norma específica, **poderão ser submetidos à prova de conhecimentos, conteúdos e habilidades relativas ao curso completo**, como forma exclusiva de avaliação destinada ao processo de revalidação. § 4º Quando os resultados da análise documental, bem como os de exames e provas, demonstrarem o **preenchimento parcial** das condições exigidas para revalidação, poderá o(a) requerente, por indicação da universidade pública revalidadora, **realizar estudos complementares**

sob a forma de matrícula regular em disciplinas do curso a ser revalidado. § 5º Os estudos a que se refere o parágrafo anterior deverão ser realizados sob a responsabilidade da universidade pública revalidadora, que deverá se ater, nesse caso, ao aproveitamento das disciplinas a serem cursadas, registrando-as adequadamente na documentação do(a) requerente. § 6º Para o cumprimento do disposto no § 4º, a universidade pública revalidadora deverá eleger cursos próprios (BRASIL, 2016c, grifos nossos).

Organizações não-governamentais e humanitárias, igrejas, associações profissionais e pessoas físicas/jurídicas tem se solidarizado com os sírios, atuando em diversas frentes de apoio (cursos, eventos, mercado de trabalho, assistência jurídica, entre outros).

O governo federal e os estados e municípios que recebem refugiados, não apenas sírios, mas também de outros países, tem participado dos programas e propostas do ACNUR e do CONARE no sentido de proteger e integrar estas populações às sociedades locais.

No entanto, para alguns grupos de refugiados sírios que vivem na cidade de São Paulo, as políticas de integração não estão sendo percebidas, de acordo com a Pesquisa “Refugiados Sírios em São Paulo”, realizada pelo Observatório das Migrações, no ano de 2015 (CALEGARI; JUSTINO, 2016).

As autoras Calegari e Justino descrevem os resultados parciais da pesquisa em relevo. Segundo a pesquisa, para os refugiados sírios “a principal e às vezes única ajuda que recebem é em relação à documentação”, e [...] as principais demandas da população estudada são em relação a emprego, idioma, moradia e validação de diplomas” (CALEGARI; JUSTINO, 2016, p. 13).

A dificuldade para acesso aos cursos de português é uma barreira comentada pelos entrevistados. Embora existam cursos disponíveis, oferecidos gratuitamente por diversas organizações, há problemas com horários e custos com transporte que inviabilizam a frequência às aulas.

Em outra pesquisa realizada na Universidade Federal do ABC, refugiados sírios e haitianos convergiram em alguns pontos:

Choque e tristeza com o sistema burocrático muito demorado e com procedimentos bastante divergentes (ter que tirar um documento em tal local, outro em um lugar diferente, muitas taxas); ruim, pois não houve assistência alguma; e razoável já que em alguns casos os atendentes eram simpáticos, mas havia muita taxa. A resposta foi negativa para a pergunta se alguém lhes explicou sobre seus direitos e deveres de forma clara e na língua deles. Sobre empregabilidade e acesso a escolas e universidades, para aqueles que já tinham conhecidos no país foi fácil, mas para os outros foi bastante demorado e insatisfatório (SILVA, 2016).

A trajetória dos refugiados, em cada coletividade, vai se construindo em contato com a realidade e o momento histórico da nação receptora e, neste sentido, cresce a importância de estabelecer mecanismos de proteção a estas

populações vulneráveis, de preferência, com a sua participação. Na ausência de uma sociedade atuante e humanitária, fica-se refém dos acontecimentos e das circunstâncias do acaso, com todos os riscos envolvidos na exposição das pessoas a ideias discriminatórias e excludentes.

Conclusão

A guerra na Síria, desde 2011, vem contribuindo para tornar a crise humanitária global uma das mais graves desde a Segunda Guerra Mundial, segundo o próprio ACNUR. O Estatuto dos Refugiados, de 1951, estabelece que o ônus pelo acolhimento de refugiados deve ser distribuído entre os países. Na prática, em relação aos sírios, há um enorme desequilíbrio nesse sentido, agravado pela resistência crescente de diversos países europeus em receber mais sírios.

A experiência brasileira de recepção de sírios tem sido positiva, principalmente em relação à proteção, dada a medida inovadora – assim reconhecida pelo ACNUR – de conceder visto humanitário nos países de primeiro acolhimento, criando um sistema de via rápida (*fast track*) em relação ao reconhecimento da condição de refugiados para solicitantes sírios.

A integração da população síria se vê facilitada pelos laços históricos migratórios e culturais existentes entre Brasil e Síria (e Líbano). Vê-se, igualmente, boa vontade e interesse na integração dos sírios por parte dos atores envolvidos (governo federal, governos estaduais e municipais, sociedade civil, além do próprio ACNUR). Mas sua integração concreta esbarra em diversos obstáculos comuns à integração de refugiados em geral. Obstáculos que são agravados pela dificuldade com a língua árabe, pouquíssimo compreendida fora das esferas da própria comunidade.

O Brasil ainda não formulou, até o momento, uma política consistente e holística para os refugiados, de maneira geral. Portanto, não há dúvida de que a integração de sírios é um desafio novo para o direito e a política para refugiados no Brasil. Cabe indagar como o país lidará com esse desafio com a chegada de mais refugiados e o quanto ele propiciará em termos de avanços para a política brasileira para refugiados.

Referências

ACNUR. **Cinco anos de conflito na Síria: crise de refugiados e deslocados clama por solidariedade**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/cinco-anos-de-conflito-na-siria>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

AL-ASSAD, B. **President Assad 2000 inauguration speech**. 2000. Disponível em: <http://www.presidentassad.net/index.php?option=com_content&view=article&id=438:president-assad-2000-inauguration-speech-july-17-2000-3&catid=106:2000&Itemid=496>. Acesso em: 05 set. 2015.

ALMEIDA, G.; CARVALHO, A. R.; RODRIGUES, G. M. A. (Org.). **60 anos de ACNUR. perspectivas de futuro**. São Paulo, SP: CRA, 2011.

- AMORIM, C. **Teerã, Ramala e Doha**: memórias da política externa ativa e altiva. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.
- AVRUCH, K. **Culture and conflict resolution**. Washington, DC: United States of Peace Press, 1998.
- BBC BRASIL. **Governo Temer suspende negociação com Europa para receber refugiados sírios**. Washington, DC, 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36556393>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- _____. **Entenda quem luta contra quem na Síria**. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151120_siria_entenda_tg>. Acesso em: 19 out. 2016.
- BENEDICT, R. **O crisântemo e a espada**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1972.
- BLANES SALA, J.; RODRIGUES, G. M. A.; SIQUEIRA, D. C. Questions of visas and qualifications: Syrian refugees in Brazil. **Forced Migration Review**, Oxford, 2017. (Prelo).
- _____. Politique extérieure du Brésil et droit humanitaire. **AGIR**, Paris, n. 47, p. 41-50, 2011. (L’Aube du Brésil. Société de Stratégie. Série ‘Les Grands émergents’).
- BRASIL. Ministério da Justiça. CONARE. **Sistema de refúgio no Brasil**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema_de_Refugio_brasileiro_-_Refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.
- _____. **Brasil, ONU e Canada discutem financiamento privado para reassentamento e integração de refugiados**. Brasília, DF, 2016b. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/brasil-onu-e-canada-discutem-financiamento-privado-para-reassentamento-e-integracao-de-refugiados>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 3, de 22 de junho de 2016**. Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. Brasília, DF, 2016c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44661-rces003-16-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 set. 2017.
- _____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Séries Históricas**. Brasília, DF, 2015 Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externor/estatisticas-de-comercio-externor/series-historicas>>. Acesso em: 11 set. 2017.
- CALEGARI, M.; JUSTINO, L. Refugiados sírios em São Paulo: o direito à integração. In: SEMINÁRIO “MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS”, 2016, São Paulo, SP. **Anais...** Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2016. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/9_MC.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- CASARÕES, G. S. P. Construindo pontes?: o Brasil diante da Primavera Árabe. **Ciência e Cultura**, São Paulo, SP, v. 64, n. 4, p. 47-50, 2012.
- CRISP, J. **The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis**. Genebra: UNCHR, 2004. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/407d3b762.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- COSTA, R. P. **Uma história da Síria do século XXI para além do sectarismo religioso**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos e Árabes, Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.
- DW – Deutsche Welle. **Medvedev critica OTAN e fala em nova Guerra Fria**. Berlim: Made for Minds, 2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/medvedev-critica-otan-e-falam-nova-guerra-fria/a-19046784>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

ESSES, V. M.; MEDIANU, S.; LAWSON, A. Uncertainty, threat, and the role of the media in promoting the dehumanization of immigrants and refugees. **Journal of Social Issues**, US, v. 69, n. 3, p. 518-536, 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasil se oferecerá para receber maior número de refugiados sírios**. São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/03/1756199-brasil-se-oferecera-para-receber-maior-numero-refugiados-sirios.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2016.

G1. **“Fiquei petrificada”, diz fotógrafa que fez imagem de menino sírio morto**. Rio de Janeiro, RJ, 03 set. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/fiquei-petrificada-diz-fotografa-que-fez-imagem-de-menino-sirio-morto.html>>. Acesso em: 01 out. 2016.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008.

GODOY, G. G. A crise humanitária na Síria e seu impacto no Brasil. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, DF, n. 9, p. 83-92, 2014. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/components/com_booklibrary/ebooks/caderno-debates-9.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.

GORIUNOVA, O. **The iconic image on social media: a rapid response to the death of Aylan Kurdi**. Visual Social Media Lab, 2015. Disponível em: <<http://visualsecialmedialab.org/blog/the-iconic-image-on-social-media-a-rapid-response-to-the-death-of-aylan-kurdi>>. Acesso em: 10 set. 2017.

GHOTME, R. A.; GARZÓN, I. V.; ORTIZ, P. A. C. Las relaciones internacionales de la guerra civil siria a partir de un enfoque regional: hegemonía y equilibrio en Medio Oriente. **Estudios Políticos**, México, DF, n. 46, p. 13-32, 2015.

IPSOS. **Global Views on Immigration and the Refugee Crisis**. 2016. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/2016-08/Immigration_and_Refugees-July_2016.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

KÖNIG, M. Imigração: Diáspora acelera avanço do Islã no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, PR, 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/diaspora-acelera-avanco-do-islã-no-pr-eihwjjz2m36zp0dr74obd1q32>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

LUND, A. Syria's Salafi insurgents: the rise of the Syrian Islamic Front. **UI Occasional Papers**, n. 17, 2013. Disponível em: <<https://www.ui.se/globalassets/ui.se-eng/publications/ui-publications/syrias-salafi-insurgents-the-rise-of-the-syrian-islamic-front-min.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

NAVARRO, J. M. B. Primavera Árabe: protestas y revueltas: análisis de factores. **Opinión**, n. 52, 2011. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2011/DIEEEO52-2011Primaveraarabe.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

NATION MASTER. **Syria religion stats**. Australia, 2014. Disponível em: <<http://www.nationmaster.com/country-info/profiles/Syria/Religion>>. Acesso em: 10 set. 2017.

OECD – The Observatory of Economic Complexity. **Where does the Syria import from?** 2001. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/hs92/import/syr/show/all/2001/>. Acesso em: 11 set. 2017.

OHCHR – Office of the High Commission on Human Rights. **Independent International Commission on Inquiry on the Syrian Arab Republic**. Geneva, 2016. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/IICISyria/Pages/IndependentInternationalCommission.aspx>>. Acesso em: 01 out. 2016.

- ONU Brasil. **Um recomeço para os refugiados sírios no Brasil**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/um-recomeco-para-os-refugiados-sirios-no-brasil>>. Acesso em: 17 abr. 2016.
- PEIXINHO, M. F. A. **O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação: contexto e desafios**. 2010. 140f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2010.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Capital inspira debate da ONU sobre acolhimento a refugiados**. Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgf/default.php?p_noticia=186906&CAPITAL+INSPIRA+DEBATE+DA+ONU+SOBRE+ACOLHIMENTO+A+REFUGIADOS>. Acesso em: 11 set. 2017.
- SILVA, C. N. **A socialização dos refugiados sírios e imigrantes haitianos no Brasil: dos seus direitos às relações com os brasileiros**. 2016. 28f. Bacharelado em Ciências e Humanidades, Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, 2016. (Relatório de Iniciação Científica).
- SOHR – Syrian Observatory of Human Rights. **While peacemakers talk, Aleppo’s children pay the price of Syria’s war**. 2016. Disponível em: <<http://www.syriaahr.com/en/?p=44138>>. Acesso em: 18 mar. 2016.
- _____. **More than 250,000 people killed in Syria war: monitor** 2015. Disponível em: <<http://www.syriaahr.com/en/?p=35237>>. Acesso em: 18 mar. 2016.
- TRUZZI, O. M. S. **Patrícios: Sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009.
- UNHCR. **Syria regional refugee response**. Genebra, 2017. Disponível em: <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php#_ga=2.162950268.1740859264.1503664948-1988173151.1484795744>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- WIKAS, S. **Battling the lion of Damascus: Syria’s domestic opposition and the asad regime**. **Policy Focus**, Washington, DC, n. 69, 2007.
- WORLDMETERS. **Syria population**. 2017. <<http://www.worldometers.info/world-population/syria-population/>>. Disponível em: Acesso em: 18 set. 2017.

**CONDIÇÕES DE VIDA
DOS REFUGIADOS SÍRIOS EM SÃO PAULO¹⁴⁵**

Marília Calegari

As migrações de crise são fenômenos sociais que compõe o cenário migratório mundial contemporâneo. Segundo Clochard (2007), essa modalidade migratória é caracterizada por um cenário de violência, crises econômicas, conflitos ideológicos, políticos e militares nos países de origem. No século XXI, as guerras civis e novas formas de conflitos são responsáveis por esses movimentos. Além da crise aparecer como motivação na origem, ela também está presente no destino uma vez que muitos países, especialmente países desenvolvidos, estão pouco propensos, por motivos socioeconômicos e geopolíticos, a acolher as populações deslocadas. A visibilidade do fenômeno intensifica-se por questões históricas, políticas, sociais e humanitárias; e promove diversas reflexões quando contrastada com outras modalidades migratórias.

A partir da ausência de proteção do próprio Estado e da violação dos direitos humanos dos indivíduos nacionais, o refugiado se origina. A proteção internacional dos refugiados torna-se, então, papel não apenas dos Estados, mas também das Nações Unidas, das organizações internacionais e regionais, e da sociedade civil. O refúgio apresenta dimensões políticas, mas também econômicas, sociais, culturais e ideológicas. Os fluxos migratórios de crise vão além das fronteiras nacionais, e tomam uma proporção global. Essa nova dimensão socioeconômica do fenômeno traz consequências problemáticas, como questionamento do Estado-Nação, xenofobia, controle rígido das fronteiras, preconceito estimulado pela mídia, criminalização dos movimentos migratórios, acolhimento precário dos estrangeiros, e privação dos direitos humanos.

Atualmente, há cerca de 22,5 milhões de refugiados no mundo (ACNUR, 2017). Nas últimas três décadas, o principal país de origem dos refugiados era Afeganistão, mas hoje a principal nacionalidade é síria com aproximadamente 5,5 milhões de refugiados no mundo. A Guerra Civil Síria teve início, em 2011, com protestos e mobilizações populares, como reflexo de outros movimentos no mundo árabe denominados Primavera Árabe. Nos protestos em questão, a população síria exigia maior atenção aos direitos humanos, mais liberdade, mais democracia, uma nova legislação e a queda do presidente Bashar al-Assad. O governo sírio, então, resolveu conter os revoltosos enviando tropas para as cidades manifestantes. O conflito se agravou ainda mais com a intervenção do Estado Islâmico. Este grupo, que inicialmente

¹⁴⁵ Este estudo compõe as análises do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq).

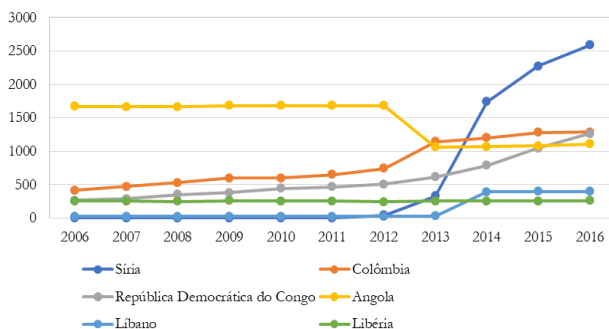
MIGRAÇÕES SUL-SUL

apoiava a oposição, passou a combater tanto os manifestantes quanto o governo para obter hegemonia no país.

A disputa entre os diversos grupos levou a uma guerra civil caracterizada por grande violência e violação aos direitos humanos. Em seis anos de conflito, a Guerra Civil da Síria matou mais de 320.000 pessoas e promoveu o deslocamento interno de mais de 6,6 milhões de indivíduos. Além disso, muitos sírios passaram a viver em campos, centro coletivos ou não têm um abrigo adequado devido ao deslocamento e ao grande número de domicílios danificados ou destruídos. O acesso à saúde, água, alimentação, escola e assistência humanitária também é escasso. A soma desses acontecimentos levou a uma crise humanitária considerada a pior da nossa era, até o momento, segundo as Nações Unidas.

Assim como no cenário mundial, no Brasil também houve uma grande mudança na composição dos refugiados que aqui vivem. Na última década a Angola era a principal origem de refugiados, mas em 2012 o ACNUR recomendou a cessação do estatuto de refugiados para angolanos e liberianos alegando que o país de origem se encontra pacífico. No Brasil, em dezembro de 2016, havia 9.689 refugiados e, atualmente, a principal nacionalidade de refugiados no Brasil é síria (Gráfico 1). Desde do começo do conflito sírio, em 2011, até o final de 2016 foram realizadas 3.772 solicitações de refúgio no Brasil por sírios. Outra consequência do conflito é a presença do Líbano como o quinto principal país de origem de refugiados no Brasil, que se dá não por um conflito interno, mas pelas condições do país frente ao enorme número de refugiados sírios que lá vivem.

GRÁFICO 1 – Refugiados por país de origem Brasil, 2006-2016



Fonte: ACNUR (2017).

A recepção de solicitantes de refúgio fugindo da Guerra Civil Síria foi facilitada por meio da Resolução Normativa N.17, a qual foi adotada em setembro de 2013 pelo CONARE – e renovada em setembro de 2015 - para desburocratizar a emissão de vistos e o processo de solicitação de refúgio para sírios e outros estrangeiros, como libaneses, afetados pelo conflito sírio. Tal

resolução afetou não apenas o número de solicitações de refúgio por sírios, mas também o perfil dos refugiados no Brasil, uma vez que 100% dos sírios foram reconhecidos.

Artigo 1º Poderá ser concedido, por razões humanitárias, o visto apropriado, em conformidade com a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e do Decreto 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a indivíduos afetados pelo conflito armado na República Árabe Síria que manifestem vontade de buscar refúgio no Brasil.

Parágrafo único: Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população em território sírio, ou nas regiões de fronteira com este, como decorrência do conflito armado na República Árabe Síria (BRASIL, 2013).

O envolvimento político do Brasil em relação à população refugiada tem crescido nos últimos anos. O país é signatário dos principais instrumentos internacionais referentes ao refúgio e possui uma lei específica (Lei n.9474/1997) que garante proteção internacional. Além disso, o Brasil tem um órgão interministerial para lidar com a questão, o Conselho Nacional para os Refugiados (CONARE). Nos últimos anos, o Brasil se afirmou como o principal país de destino, na América Latina, para refugiados sírios.

Os refugiados sírios em São Paulo

Para contribuir com o debate teórico das migrações de crise e com o debate metodológico a fim de apreender os processos sociais presentes no fluxo migratório dos refugiados sírios para o Brasil e, mais especificamente, para São Paulo, optamos pela aplicação de questionários e trabalho de campo.

O questionário “Refugiados Sírios em São Paulo” foi aplicado pela pesquisadora, no âmbito do projeto temático Observatório das Migrações em São Paulo. A duração da aplicação dos questionários foi de dois meses – 31 de março a 31 de maio de 2015, e foram entrevistados refugiados e solicitantes de refúgio naturais da Síria. Foi utilizado como base o questionário da Pesquisa de Condições de Vida da População Refugiada no Brasil (CVPR) realizada em 2007 pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP) e com a cooperação das Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, do ACNUR, e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em um primeiro momento, esta fonte foi utilizada para caracterizar a população refugiada a partir de informações individuais e familiares, como: condição jurídica, condição de permanência, idade, sexo, escolaridade, religião, língua nativa, trabalho, renda, entre outros. As variáveis em questão foram estudadas para traçar um perfil sociodemográfico da população refugiada e familiares. Já para uma análise mais profunda das famílias, foram estudados

dados referentes à nupcialidade, fecundidade, composição familiar, parentesco, estado conjugal, contato com familiares, redes sociais e trajetória migratória.

A aproximação com a população estudada aconteceu por meio de divulgação da pesquisa em dois grupos no Facebook e com o apoio da organização não-governamental IKMR (I Know My Rights). Os grupos do Facebook onde a pesquisa foi apresentada e alguns membros aceitaram participar foram: “Refugiados no Brasil”, um grupo aberto com informações sobre e para refugiados no território brasileiro; e “Sírios no Brasil”, um grupo fechado com a proposta de ajudar especificamente refugiados sírios que desejam vir ou que já estão no Brasil.

A IKMR foi criada em 2012, como sendo a única organização que se dedica especificamente às crianças refugiadas. Essa tem como objetivo defender os direitos das crianças refugiadas no Brasil, criar programas de desenvolvimento que contemplem áreas fundamentais e deficientes como educação, abrigo e saúde; e devolver às crianças refugiadas sua dignidade, sua integridade e o sentido de individualidade. No início de 2016, a IKMR passou a ser parceira oficial do ACNUR.

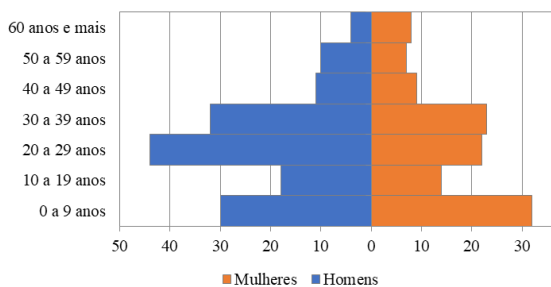
O trabalho de campo, por sua vez, teve duração de um ano – março de 2015 a fevereiro de 2016. Considerando a dinâmica do refúgio, os questionários não conseguiriam captar todas as informações necessárias para uma compreensão mais ampla desse fenômeno migratório tão complexo, por isso a observação por meio do trabalho de campo foi fundamental para a pesquisa. A imersão no campo permitiu refletir sobre os diversos aspectos teóricos, confrontar a bibliografia e melhor apreender os processos sociais.

O banco de dados “Refugiados Sírios em São Paulo” é composto por 51 questionários, totalizando 265 indivíduos. A população estudada é composta, majoritariamente, por indivíduos residentes (77%), sendo importante o número de ausentes (20%) os quais são familiares que têm a possibilidade de vir para o Brasil, e poucos residentes não-habituais (3%). Os ausentes vivem, basicamente, na Síria (49), sendo que apenas 5 ausentes vivem em outros países (Egito, Emirados Árabes, Grécia, Sudão e Venezuela). Os residentes não-habituais, por sua vez, vivem na cidade de São Paulo (4), ou em outros estados como Mato Grosso (4) e Paraná (1).

A grande maioria dos residentes é refugiada seguida por solicitantes de refúgio; a presença de brasileiros é pequena, sendo a maior parte filhos nascidos no Brasil; na categoria “outros” encontram-se indivíduos que ainda não solicitaram refúgio, sírios que conseguiram residência permanente por ter filho brasileiro ou indivíduos que vivem na casa da pessoa de referência, mas não são da família do respondente.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

GRÁFICO 2 – População por sexo e grupo etário – São Paulo, 2015



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Questionário "Refugiados Sírios em São Paulo" (2015).

As entrevistas foram principalmente em inglês (20) e português (18), algumas em português ou inglês com tradução para árabe (8) e outras em mais de uma língua (5). A aplicação dos questionários durou em média 45 minutos e foi realizada, principalmente, em cafés (11), mesquitas (11), casas das famílias sírias (10), algumas em escola de português para refugiados (5), restaurantes árabes (4) e outras em lugares diversos (5).

A maior parte da população é adulta, sendo a idade média 26 anos. A população estudada é composta por 57% de homens e 43% de mulheres. Há uma concentração maior de homens entre 20 e 29 anos, enquanto a maior parte das mulheres são crianças até 9 anos (Gráfico 2).

A população maior de 14 anos é, majoritariamente, casada (58%), seguida por solteiros (37%), e poucos separados (3%) e viúvos (2%). De acordo com os próprios entrevistados sírios, todas as uniões são por casamento, não havendo união estável, e o pequeno número de indivíduos separados se dá pelo fato do divórcio ser mal visto pela religião muçulmana. Em relação à religião, 95% são muçulmanos, 3% disseram não ter religião e 2% são cristãos.

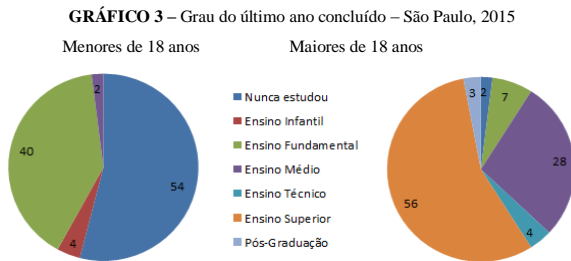
Na Síria é totalmente diferente. Na Síria, a ideia de 'namorar' não tem lá. Lá tem 'okay, se você gosta de uma mulher e ela gosta de você, okay, você tem que ir até a família dela falar que gosta dela e pedir para casar com ela. Daí você fica noivo e casa. E lá não existe a ideia de um homem e uma mulher vivendo juntos sem casamento, isso não existe. E mesmo se existe as pessoas olham para eles diferente. E não é essa ideia só para muçulmanos, lá é para todas as religiões, cristãos e muçulmanos. Também os cristãos lá são mais rígidos que aqui. Eles também são mais rígidos. E também lá não tem relacionamento antes do casamento. [...] Divórcio hoje em dia sim, mas se perguntar para meu pai e meu avô, se eles ouvirem que alguém divorciou eles falam 'O que? Como eles divorciaram?'. Atualmente é diferente, tem muita gente, ouvimos que eles divorciaram, porque agora a vida é diferente e tudo diferente, relacionamento diferente. Mas ainda

MIGRAÇÕES SUL-SUL

existe essa ideia de casamento e noivado, continua assim (Omar, refugiado sírio, 28 anos)¹⁴⁶.

Em relação ao parentesco entre esses indivíduos, a maior parte são filhos dos chefes das famílias seguidos por chefe e cônjuge. Há presença também de outros familiares, especialmente, irmãos e pais. A predominância dos filhos como principal relação com o chefe da família condiz com a média de 3 filhos por indivíduo (mínimo 1 e máximo 8 filhos). Dentre os maiores de 14 anos, 64% têm filhos. A maior parte dos filhos mora no domicílio (73), mas alguns vivem em outro país (30) ou no Brasil, mas em outro domicílio (11).

Os chefes das famílias têm, em maior parte, mais de 16 anos de estudo (28), seguidos por 11 a 15 anos de estudo (19) e alguns entre 8 e 10 anos de estudo (4). A população residente tem alta escolaridade, cerca de 50% dos maiores de 18 anos tem ensino superior. Os dados foram separados por dois grupos de idade para que não houvesse um efeito sobre os resultados (Gráfico 3). A maioria dos menores de 18 anos encontra-se no Ensino Fundamental; no entanto há uma grande parcela de menores sem estudo devido à presença de crianças até 7 anos que não frequentam escola/creche porque, de acordo com os pais, eles ainda são pequenos e são responsabilidade da mãe.



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Questionário “Refugiados Sírios em São Paulo” (2015).

Dentre os indivíduos com Ensino Superior, a maioria são homens; já os indivíduos com baixa ou nenhuma escolaridade são geralmente mulheres; mas há uma grande presença de mulheres com ensino médio e universidade, ainda que isso não tenha um reflexo no mercado de trabalho. Pouco mais da metade dos maiores de 18 anos trabalha (52%), uma parte não pretende trabalhar (31%) – sendo todas mulheres –, há alguns desempregados (13%) e estudantes (4%).

Muitos entrevistados se queixaram desse cenário:

Nós precisamos sobreviver. Não é fácil viver em São Paulo, Brasil, especialmente quando você tem membros na família que não trabalham. Eles não têm emprego e você precisa sustentar (Khalil, refugiado sírio, 28 anos)

¹⁴⁶ Na descrição do trabalho de campo e nas verbalizações transcritas dos entrevistados foram utilizados nomes fictícios para que nenhum participante fosse identificado

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Na Síria a vida é muito bom, a casa muito bom, tudo que eu quer vai comprar porque tem dinheiro, tem trabalho. Mas agora não, pode comprar essa coisa ou não, porque trabalho não ganhar muito dinheiro igual em Síria” (Suhayr, refugiada síria, 21 anos)

Mãe trabalha só em casa. Muito trabalho – cozinhar, arrumar, criança...(Hamed, refugiado sírio, 38 anos).

A formação profissional da população é diversa aparecendo repetidas vezes, dentre os homens, profissões como contador, advogado, engenheiro, homem de negócios; e dentre as mulheres, principalmente, professoras, tradutoras ou sem profissão. Os empregos mais citados pelos que trabalham, atualmente, no Brasil foram funções em restaurantes árabes, loja de roupas e celulares, professor de idioma, entre outros. Muitos entrevistados afirmaram ter o trabalho como motivação para viver na cidade de São Paulo e não em outra.

A dificuldade para conseguir um emprego de acordo com a formação profissional é, sobretudo, devido à burocracia para validar certificados e diplomas no Brasil. Apenas 7% dos maiores de 18 anos conseguiu validar os documentos profissionais, 7% estava passando pelo processo de validação durante a aplicação do questionário, 14% não conseguiu validar por algum motivo, e a grande maioria (62%) não procurou realizar o processo (Tabela 1).

TABELA 1 – Validação de diplomas e certificados – São Paulo, 2015

Conseguiu validar os estudos?	
Sim, por meio de diplomas e certificados	8
Sim, por meio de prova de reclassificação	1
Em processo de validação	9
Não, por falta de documentos	15
Não procurou validar os estudos	86
Não, por outro motivo	4
Não sabe / Não se aplica	14
Total	137

Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Questionário “Refugiados Sírios em São Paulo” (2015).

A ausência de conhecimento sobre o processo de validação de diplomas e certificados, a dificuldade de conseguir a documentação completa no país de origem por conta do conflito sírio e a burocracia de muitas universidades brasileiras são os motivos que levam os refugiados a não conseguirem ou sequer tentarem a validação. Alguns entrevistados viajaram para Curitiba e realizaram a validação de certificados e diplomas na Universidade Federal do Paraná (UFPR). A viagem e todos os demais custos foram pagos pelos próprios refugiados sírios. No entanto, a maior parte desses refugiados não teve a possibilidade de fazer o mesmo processo devido a problemas financeiros ou à impossibilidade de se comunicar em português.

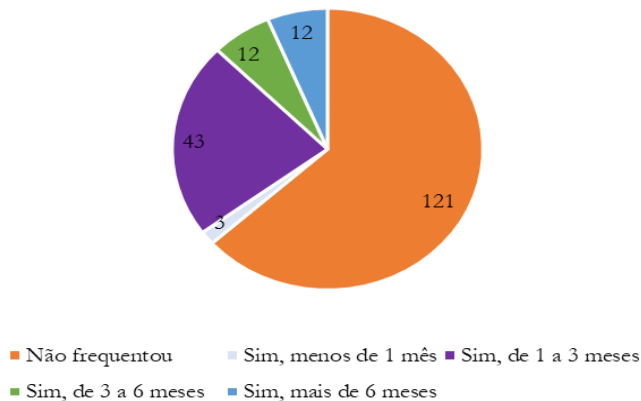
MIGRAÇÕES SUL-SUL

Ainda que a principal assistência na cidade de São Paulo seja justamente referente ao ensino da língua portuguesa, apenas 29% dos entrevistados consideraram a sua comunicação em português como satisfatória. Alguns afirmaram falar pouco português (5%) ou mais ou menos (21%), mas 43% considera insatisfatória a comunicação no idioma.

Ninguém me ajuda, né. Eu começando vida nova, tem que ir para mercado, hospital, tem muitas crianças. Eu não falo português, como eu vou fazer? Ninguém fala inglês, ninguém fala outra língua. Eu achei umas pessoas que falam inglês e me ajuda, mas em geral pessoas brasileiras quer ajudar mas não tem como para comunicar. E faculdade não tem outra língua para comunicar quem vem aqui para Brasil. É muito difícil. Meu irmão já conhece sete país na Europa, estudou lá, fez mestrado. Ele vem para aqui e não consegue aprender língua portuguesa. Ele estudou muito e tudo que ele estudou não tem valor aqui no Brasil sem língua. Tem que saber português e português não é fácil, é difícil para aprender. Nós estamos dezessete pessoas, como vai para aula? (Idris, refugiado sírio, 28 anos).

A dificuldade de comunicação é um reflexo da ausência de acesso às aulas de português. Mais da metade (63%) dos refugiados sírios captados pela pesquisa não frequentou curso do idioma no Brasil; e dentre os que frequentaram a maioria realizou apenas de 1 a 3 meses de curso (Gráfico 4).

GRÁFICO 4 – Frequentou cursos de português – São Paulo, 2015



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo. Questionário “Refugiados Sírios em São Paulo” (2015).

Ainda que diversas organizações ofereçam cursos gratuitos de português para refugiados sírios, muitos não conseguem fazer as aulas por dificuldade de transporte, horário e, às vezes, por falta de informações

Em relação à língua falada em casa, a maior parte afirmou falar exclusivamente árabe (154), muitos já se comunicam em árabe e português (29), alguns se comunicam em árabe, português e inglês (11) e exclusivamente em português (11) por conta das crianças que falam bem a língua do país de destino, e apenas 2 disseram se comunicar exclusivamente em inglês. O número de respostas “não se aplica” foi grande devido à quantidade de bebês e crianças que ainda não falam nenhuma das línguas. “Nós falamos árabe em casa. Todos os lugares, 24 horas nós falamos português. Pelo menos em casa nós precisamos lembrar nossa língua”, afirma Khalil.

Apesar do crescente esforço das instituições e da sociedade civil para assistir aos refugiados, muitos entrevistados na pesquisa afirmaram não receber nenhum tipo de ajuda. Suhayr lamenta: “Aqui no Brasil não tem quem ajuda para sírios, não”. Dentre os refugiados que afirmaram receber ajuda, a grande maioria citou: Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, IKMR, Adus e Mesquita do Pari. Segundo eles, a principal e, às vezes, única ajuda que recebem é em relação à documentação: “Faz documentação, mas não faz mais. Precisa ficar mais organizado. Por exemplo, tem um livro de direitos para refugiados aqui no Brasil, mas infelizmente não tem muita informações” (Lufti, refugiado sírio, 28 anos).

A assistência também é composta, de acordo com os entrevistados, por aulas de português, atenção a crianças e alimentação. Alguns afirmaram receber ajuda médica e profissional. Apenas 2 dos 51 entrevistados viveram em abrigo e concluíram ter sido uma experiência ruim. Somente 1 recebe Bolsa Família.

As principais demandas da população estudada são em relação a emprego, idioma, moradia e validação de diplomas. Os refugiados sírios vivem com uma média de 4 pessoas por residência, alguns vivem sozinhos e o maior número de pessoas residentes captado pela pesquisa foi de 17 indivíduos. As residências eram, majoritariamente, compostas por uma ou duas famílias, sendo o máximo de 5 famílias conviventes. Para esses cálculos, não foram consideradas moradias coletivas como abrigos e albergues.

A maioria chegou e foi morar em hotel (33%) ou já tinha casa alugada (32%), alguns ficaram na casa de amigos (15%) ou de parentes (11%), 5% ficaram em mesquitas e 4% em outro lugar. Muitos levaram menos de um mês (58) para conseguir uma residência fixa em São Paulo ou já tinham residência fixa ao chegar (52) por motivo de reunião familiar, os demais levaram entre 1 a 6 meses (37) ou mais de 6 meses (9), alguns ainda não tinham conseguido residência fixa (10) até a entrevista.

Eu fiquei 45 dias para alugar casa. Ninguém quer me alugar casa porque eu não tenho fiador, nada, só depósito. Eu tava com sete pessoas seis meses em um apartamento de 30 m², eu tava dormindo no corredor. Eu tentando arrumar casa, mas ninguém

MIGRAÇÕES SUL-SUL

aceitou. Eu conhece muitas imobiliárias aqui, eu quero casa, eu vou pagar. Depois eu aluga casa grande com seis quartos para minha família. Eu já paguei R\$18.000 só para seguro título de capitalização porque tem que pagar seis meses antes. É difícil, né. E ninguém trabalhando, como vou fazer? Se eu não falava português como trabalha? Eu trabalha com árabe no Brás. Meu primo trabalha nove meses lá e não registrou ele. Difícil, né (Idris, refugiado sírio, 28 anos).

Mais da metade dos refugiados sírios (56%) afirmou conhecer outros refugiados sírios que vivem em seu bairro. Quando questionados sobre a nacionalidade da maioria dos amigos, muitos afirmaram ter amigos brasileiros e sírios (30%), brasileiros (28%), sírios (25%), alguns afirmaram não ter amigos no Brasil (8%), outros responderam ter amigos árabes no geral (3%) ou amigos brasileiros, sírios e outros estrangeiros (3%), os demais não responderam.

Quando questionados sobre o motivo que os levou a escolher a cidade de São Paulo, a maior parte dos respondentes disse que foi trabalho (20) e a grande presença de árabes (16), alguns citaram melhores condições em geral (7), morar próxima a parentes (5), foi a cidade que chegou (5), e outros motivos como estudos, transporte e moradia.

É uma cidade famosa no Brasil e quando eu fiz a pesquisa na internet eu vejo que é a cidade mais importante para trabalho, cidade de economia. E a capital não é famosa, só para administrar o país. E Rio de Janeiro para turismo. E os sírios que estão há trinta anos aqui também estão ajudando os novos sírios. Eu vi muitos sírios e árabes em São Paulo, então eu decidi vir para São Paulo (Dabir, sírio solicitante de refúgio, 29 anos).

De acordo com os dados do Observatório das Migrações em São Paulo (2015), muitos dos refugiados sírios entrevistados afirmaram não querer apenas ajuda financeira, mas auxílio para que eles pudessem ter autonomia:

Eu não quero ir para um país e apenas receber um salário e uma cesta básica para comer. Eu não quero viver como um animal. Eu não gosto disso. Eu quero trabalhar, eu preciso fazer alguma coisa. Essa vida não é para mim (Essam, refugiado sírio, 41 anos).

Os indivíduos nasceram, majoritariamente, na Síria (174), alguns no Brasil (16) e na Arábia Saudita (7), e outras origens foram Jordânia (4), Líbano (3), Emirados Árabes (2), Palestina (1) e Líbia (1). Os refugiados e solicitantes de refúgio saíram, principalmente, da cidade de Damasco e apenas 5% vieram direto para o Brasil, os outros 95% passaram por diversos países, especialmente, árabes, sendo os mais citados: Líbano, Jordânia, Egito e Turquia. Hamed conta

Começou guerra na Síria, depois sete meses embora. Tem problema casa, bomba. Foi embora vila outra na Síria, igual, bomba. Foi embora para outra vila, espera seis meses e não trabalho, não dinheiro em Síria. Espera, espera, espera. Vamos embora Síria. Tudo família vai embora.

O ano com mais saídas da Síria foi 2012 (34%), seguido por 2013 (29%); mas a maior parte dos indivíduos chegou ao Brasil em 2014 (71%) e 2015 (20%). O principal meio de transporte ao deixar a Síria foi avião (47%) ou carro (37%). E todos chegaram ao Brasil de avião, no aeroporto Internacional de Guarulhos, com visto e entrada legal. A maioria dos indivíduos viajou em família (76%), especialmente, com pais (35%) e cônjuge (25%); 18% dos indivíduos viajaram sozinhos e 6% com amigos. E, para a viagem, 67% conseguiram viajar com os próprios recursos, 22% pediram dinheiro emprestado para familiares, 7% para amigos, 4% de outra forma.

Deixa eu te contar uma coisa... Tem milhares de sírios que foram para a Europa ilegalmente. Eu tenho muitos amigos que estão vivendo agora na Alemanha e Suécia. Se eu sou sírio e vou ilegalmente para a Europa, eu me entregaria para a polícia e diria que eu sou um refugiado. Depois disso eles me levariam para o campo (de refugiados), eu viveria um mês ou no máximo seis meses, então eles me dariam casa e salário. Algumas pessoas acham que Brasil é igual Europa, Brasil abriu para sírios virem, mas eles não dão outras coisas (Zayn, refugiado sírio, 32 anos).

Pouco mais da metade dos refugiados sírios que vive em São Paulo, alcançados pela pesquisa, afirmou ter familiares refugiados em outros países (54%). Os países citados foram: Egito (49), Líbano (39), Turquia (37), Alemanha (32), Jordânia (29), Dinamarca (18), Suécia (12), Emirados Árabes (10), Suíça (6), Holanda (5), Áustria (4), Estados Unidos (4), Grécia (4), Rússia (4), Canadá (3), Arábia Saudita (2), Noruega (2), Kuwait (2) e Bulgária (1). A grande maioria disse utilizar a internet para entrar em contato com familiares que vivem em outros países (44%), alguns utilizam o telefone (8%), poucos não têm contato com familiares (4%), e os demais não responderam à pergunta.

Ao final do questionário, há um módulo com perguntas abertas apenas para o respondente. A primeira delas diz respeito à permanência no Brasil em longo prazo, e a principal resposta foi a pretensão de continuar no país.

Eu estou muito otimista. Eu estou muito otimista sobre o Brasil. Por quê? Porque eu vi que aqui quem tem trabalho tem boas oportunidades. Porque eu pergunto muito e eles precisam de gente, aqui eles precisam de pessoas qualificadas. E o Brasil agora está crescendo, crescendo, crescendo. [...] Então eu não planejo ir para outro país. [...] Dizendo depois de cinco ou dez anos, eu não voltarei para a Síria, mesmo se a guerra na Síria acabar. Eu não estou me planejando para isso porque eu perdi tudo na Síria e eu começo aqui então também não perderei aqui. Então, é muito difícil (Omar, refugiado sírio, 28 anos).

A respeito do motivo que os levaram a escolher o Brasil como país de asilo, todos disseram que o Brasil é o único que concede visto para sírios atualmente:

Só Brasil abre a porta (Adilah, síria solicitante de refúgio, 50 anos)

Eu não escolhi o Brasil, o Brasil me escolhe (Khalil, refugiado sírio, 28 anos)

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Brasil foi o único que disse ‘bem-vinda’, todos os outros disse ‘fora, fora, fora!’ (Johara, refugiada síria, 33 anos).

Por que eu escolhi o Brasil? Vou te dizer. Eu fui forçado a deixar a Síria, não foi minha escolha. Eu fui forçado por causa da guerra, é muito complicado. Então eu fui para a Jordânia e na Jordânia a situação era muito difícil, porque a Jordânia é um país pequeno, há muito poucas oportunidades lá e não há documentação lá. Sem documentos, você não pode trabalhar legalmente lá, eles não te dão uma permissão para trabalhar lá porque é apenas para as pessoas da Jordânia, então a vida lá é muito difícil. Você tem que trabalhar ilegalmente, você tem que receber a metade do salário das pessoas jordanianas então foi muito difícil por dois anos. Então, eu comecei a procurar, porque eu não sei quanto tempo vai durar a guerra na Síria, talvez dois, quatro, cinco, dez anos, ninguém sabe. Então, eu não vou ficar toda a minha vida apenas esperando. Por causa da guerra agora, ir para a Europa ou para a América, você está indo para dizer o Primeiro Mundo, é muito difícil e muito caro. Na minha situação, eu não tenho esse monte de dinheiro. E nesse momento, o Brasil abre para sírios voarem para o Brasil (Omar, refugiado sírio, 28 anos).

Muitas diferenças foram apontadas entre o país de origem e o país de destino:

A vida é diferente aqui (Yunus, refugiado sírio, 23 anos)

Agora sem país (Idris, refugiado sírio, 28 anos)

Toda a minha vida, a guerra é muito feia (Uthman, refugiado sírio, 30 anos)

Aqui não tem guerra, mas não mudou nada (Inas, síria solicitante de refúgio, 50 anos)

Livre, sem bombas, seguro para as crianças (Talib, refugiado sírio, 28 anos)

Aqui eles me dão todos os meus direitos (Dabir, sírio solicitante de refúgio, 29 anos).

Muitos citaram cultura, idioma, comida, estudos, trabalho, religião, guerra, amigos, presença de recursos naturais, segurança, paz e liberdade como as principais diferenças. Uma refugiada analisou suas transformações pessoais:

Sinto segura, mas com outro tipo de medo e insegurança, acho que mudei em relação a pensamento. Com todas as experiências que já tinha, estou sendo mais real, mais objetiva em cada dia que passa” (Inaya, refugiada síria, 26 anos).

E um refugiado falou sobre as mudanças da família no Brasil:

Aqui diferente. Aqui diferente sim, mas ainda não mudar. Ainda não, mas pode acontecer porque aqui é diferente. Mas ainda não porque meus filhos em casa sempre, não sai sozinho. Mas depois... não sei” (Abdul, refugiado sírio, 42 anos).

Considerações Finais

A questão dos refugiados sírios traz desafios para o mundo todo, não apenas para a União Europeia e para o Brasil. As dificuldades são inúmeras: visto, documentos, busca pelo refúgio, acolhimento no país de destino, condições de vida, habitação, emprego, educação, saúde, apoio psicológico, atendimento jurídico, língua, cultura, religião, reunião familiar, entre outros.

A presente pesquisa constatou a fragilidade do conceito de refugiado, visto que é carregado de intencionalidades, uma vez que pode beneficiar indivíduo ou Estado, dependendo do cenário em questão. O refúgio como categoria jurídica limita não só o número de indivíduos como também o número de famílias que migram nessa situação. Ao limitar a liberdade social do indivíduo, a condição jurídica limita também o acesso ao espaço público onde a pluralidade humana se manifesta por meio da ação e do discurso (ARAÚJO; ALMEIDA, 2001). As migrações de crise refletem, portanto, problemas políticos, sociais, econômicos, jurídicos e humanitários; incorporando novas dimensões, padrões, configurações e significados para o refúgio.

A modalidade migratória do refúgio tende a crescer no Brasil tanto pelos conflitos emergentes nos países de origem quanto pela política de refúgio do país de destino. Desse modo, torna-se necessário aprofundar as especificidades dos diferentes fluxos, a composição e a heterogeneidade dos contingentes populacionais envolvidos em tais processos migratórios. Esses elementos são fundamentais na definição e decisão do Brasil em sua política de refúgio no século XXI.

Referências

- ACNUR. **Statistical online database**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>.
- AGIER, M. **Aux bords du monde, les réfugiés**. Paris: Flammarion, 2002.
- ARAÚJO, N.; ALMEIDA; G. A. (Ed.). **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2001.
- BAENINGER, R (Coord). **Pesquisa condição de vida da população refugiada no Brasil**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Estrangeiros. Coordenação-Geral de Assuntos de Refugiados. Comitê Nacional para os Refugiados. **Resolução Normativa n. 17 de 20 de Setembro de 2013**. Brasília, DF, 2013.
- CAMBRÉZY, L. **Refugiés et exilés: crise des sociétés, crise des territoires**. França: Éditions des archives contemporaines, 2001.
- CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. **EchoGéo**, Paris, v. 2, 2007.
- DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Review**, US, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

- FISCHEL DE ANDRADE, J. H. **Direito internacional dos refugiados: evolução histórica 1921-1952**. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 1996.
- GIDDENS, A. **O estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo, SP: Edusp, 2001.
- HADDAD, E. **The refugee in international society: between sovereigns**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- JUBILUT, L. L. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo, SP: Método, 2007.
- LEÃO, R. Z. R. O reconhecimento do refugiado no Brasil no início do Século XXI. In: BARRETO, L. P. T. F. (Ed.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília, DF: ACNUR, 2010.
- MOREIRA, J. B. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. 2012. 351f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.
- ONU. **Direitos humanos e dos refugiados**. Brasília, DF, 1995. (Ficha Informativa, n.20).
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.
- RODRIGUES, G. M. A. O futuro do refúgio no Brasil e seu papel no cenário humanitário. In: BARRETO, L. P. T. F. (Coord.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília, DF: ACNUR; Ministério da Justiça, 2010.
- SILVA, C. A. S. **A política brasileira para refugiados (1998-2012)**. 2013. 292f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.
- VAINER, C. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: CARLEIAL, A. **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Fortaleza, CE: Edições Iplance, 2002.

A IMIGRAÇÃO E A APROPRIAÇÃO CULTURAL DO LUGAR: HISTÓRIA ORAL NO DIÁLOGO E NA INTERSEÇÃO DOS ESPAÇOS E DAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA

Samira Adel Osman

Para tratar do tema deste capítulo, imigração, história oral e apropriação do lugar, pontuo alguns esclarecimentos. Em relação às experiências de vida, tenho trabalhado com a questão dos estudos migratórios e de retorno (árabe), por meio da história oral como suporte metodológico, considerando diferentes aspectos (gênero, geração, faixa etária, vinculação religiosa), em múltiplos espaços (do Líbano para o Brasil, e do Brasil para o Líbano), ou mais especificamente em espaços urbanos nas grandes cidades e em pequenas aldeias de um pequeno país.

Os estudos sobre a problemática da imigração e do retorno ainda são relativamente recentes no contexto da produção mundial das pesquisas dedicadas ao tema, mas já se pode delinear uma preocupação com as questões metodológicas, de acordo com as diferentes áreas de conhecimento. As contribuições do ponto de vista historiográfico, embora ainda limitadas, constituem-se em importante dimensionamento, sobretudo ao se preocupar em vincular a migração do retorno com o processo migratório como um todo, buscando esse contexto histórico nos movimentos de ida e vinda.

As pesquisas que ligam história oral e migração destacam a importância da experiência subjetiva na mudança de um lugar (país de origem) ao outro (país de destino). Tais estudos, entretanto, deveriam ir além da experiência da passagem de um lugar ao outro que, embora de extrema importância para o processo como um todo, não abarca questões tão relevantes como a experiência migratória em si, os conflitos decorrentes do encontro de velhos e novos padrões culturais, a necessidade de adaptação, reinserção e inserção a uma nova sociedade, além da perspectiva da construção e manutenção de um projeto familiar que engendra e sustenta a migração em todas as suas dimensões.

A questão da família, das gerações e o papel das mulheres no processo migratório são questões de forte cunho cujas sutilezas a história oral pode dar conta de abordar, revelar e desvendar. A família assume o papel chave na migração, pois é a partir dela que se engendram os projetos de partida, estabelecimento e possível retorno, que se formam as redes sociais e de sociabilidade, que se mantêm ou se modificam os padrões culturais do grupo. Além disso, é por meio da família que se evidenciam e se preservam as questões identitária e mnemônica, como um processo conflituoso entre as gerações.

Outra importante abordagem permitida pela história oral nos estudos da migração refere-se aos imaginários culturais transportados pelos migrantes em

seus deslocamentos e estabelecimentos em diferentes lugares, do ponto de vista da construção de uma imagem, idealizada ou concretizada, dessas diferentes culturas, da dinâmica do retorno como o mito de reencontro com a pátria idealizada. Ao mesmo tempo, a história oral permite registrar a experiência e o impacto de quem se depara com outra e dura realidade.

O processo migratório e de retorno devem ser analisados do ponto de vista das experiências subjetivas, dos seus significados para aqueles que participaram do processo, numa perspectiva que não é individual, mas, sobretudo, familiar. É necessário compreender os projetos anteriores e as concretizações possíveis, os desejos e a realidade, as intenções e as negociações feitas nesse projeto familiar, no qual cada membro participa conforme as categorias de geração, gênero e papéis sociais.

Nessas considerações iniciais, resalto também as questões referentes ao espaço, lugar e território e a primeira consideração que deve ser feita é que estes termos não são sinônimos, portanto, não devem ser usados indistintamente. Antes devem ser tratados como conceitos complementares e que têm em comum o fato de se levar em consideração que são neles (no espaço, no lugar, no território) que se desenrola a vida cotidiana, se estabelecem as relações de poder e criam-se marcas de identidade.

Os conceitos espaço e lugar são mais comumente associados, mas Tuan (1983, p. 6) afirma que “‘espaço’ é mais abstrato que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. O lugar é assim o espaço construído, socialmente produzido, no qual se reproduzem as relações sociais, conflituosas e contraditórias.

Para Santos (1999a, p. 251), “os lugares podem ser vistos como um intermediário entre o mundo e o indivíduo”. Os lugares são únicos, diferentes de qualquer outro lugar, pois é no lugar que se encena a vida cotidiana, compartilhada por diferentes pessoas, e encenada de diferentes formas. Interessa verificar então como são atribuídos significados a esse lugar, o que o investe de identidade.

Raffestin (1993, p. 143-144) também é enfático ao afirmar que o espaço é anterior a qualquer outra denominação, é a “matéria-prima”, é o *a priori*, a “realidade material” que preexiste a qualquer ação, prática, utilização. Uma vez conhecido, praticado, ocupado, apropriado por qualquer ator, e tornando-se palco de relações e de representações que aí se estabeleçam, deixa de ser apenas um espaço físico para tornar-se um “espaço construído” ou um território. “Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto/vivido”.

Da mesma forma, para Santos (1999b, p. 19), não se trata apenas do “território”, mas sim do “território usado”, porque este implica as ideias de processo, mudança, transformação, sobretudo numa perspectiva de que o território deve ser compreendido como “um campo de forças, como um lugar do

exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos”.

O território é um lugar de relações e, mais ainda, de relações de poder, na perspectiva já apontada em Lefebvre (2004). Para Raffestin (1993, p. 144), o território é elaborado no espaço em que se projeta um trabalho, “revelando relações marcadas pelo poder”, pois “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. A concepção de território aqui utilizada, portanto, é a que o considera do ponto de vista de apropriação do espaço geográfico sob um aspecto cultural, como expressão da identidade, da relação dos indivíduos com o seu grupo, e de um grupo com o outro.

Cabe aqui, então, mais um conceito: o de territorialidade. Raffestin (1993, p. 159) lembra que este termo é proveniente dos naturalistas, aplicado ao mundo animal numa “conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie”, mas para a espécie humana ela é mais que uma ligação com o território, é uma relação que se estabelece com os homens, com os outros. São vinculações que envolvem inclusão e exclusão, numa conexão de e com a alteridade, “o outro sendo não somente o espaço modelado, mas também os indivíduos e/ou grupos que aí se inserem”.

Abordo este capítulo em duas perspectivas:

Contrastes- Brasil e Líbano: trato da temática da desterritorialização na imigração (da aldeia para a cidade) e a reterritorialização no retorno (da cidade para a aldeia), destacando alguns aspectos: o percurso e o impacto; a expectativa e o estranhamento; as diferenças e o cotidiano.

A apropriação cultural do lugar: trato do processo de transição do local de origem ao novo lugar e da necessidade da apropriação do lugar e de sua recriação, e a formação das marcas de identidade num novo contexto.

Contrastes: Brasil e Líbano e a apropriação cultural do lugar

Para muitos estudiosos da imigração, o processo migratório representa uma ruptura. O imigrante mantém-se como tal por sua condição de desenraizamento, de perdas de referenciais culturais de origem e a necessidade de criar novas formas de enraizamento e identidade. Para viver na nova terra, o imigrante necessita criar no “novo mundo” referências de seu “velho mundo”, ao mesmo tempo em que cria uma terra de origem imaginada e idealizada.

É notório que o processo de mudança entre origem e destino gere estranhamentos e conflitos, que podem ser percebidos nas duas vias do ir e vir, e em diferentes situações e dimensões. Ao tratar do espaço (Brasil ou Líbano), trata-se da presença no lugar (o que significa dizer: estar no Brasil ou estar no Líbano) e a ocupação do território, o que implica invariavelmente questões relacionadas à identidade e ao pertencimento, sendo o espaço (a aldeia ou a cidade) o local onde se operam essas negociações.

Destaco aqui primeiramente três momentos dessa experiência nos diferentes espaços: o percurso entre a origem e o destino, o impacto da chegada, a expectativa, para avaliar a dimensão do percurso do espaço migratório no Brasil e no Líbano:

O percurso

Do Líbano para o Brasil

O navio estava lotado! Vinham mais ou menos uns oitocentos e cinquenta passageiros, e em cada porto subia um pouco de gente [...]. Árabes, eu acho que tinha uns duzentos e cinquenta, a maioria do Líbano [...]. Mas foi na Itália mesmo que o navio encheu [...]. Os italianos eram a maioria, mas os árabes não ficavam atrás... Foi uma viagem longa que durou quase um mês, dezessete deles direto no mar, desde que saímos da Itália [...]. Dezessete dias sem ver terra, só céu e mar! E muitos peixes, peixes-voadores que davam cada pulo, nossa! Vimos também muitas baleias que acompanhavam o navio... Era muito bonito de se ver... Durante a viagem eu não pensava em nada, nem no perigo de vir para uma terra estranha e sozinho [...]. Quando chegamos a Santos é que eu me dei conta da situação e comecei a pensar no pior: e agora? Como é que vamos fazer? Onde vamos viver? Como vamos falar? Mustapha Mohamad **Rajab, imigrante**¹⁴⁷.

Do Brasil para o Líbano

A primeira impressão que eu tive do Líbano foi horrível, porque na chegada Beirute lembra uma cidade fantasma, destruída e marcada por longos anos de guerra... Aqui do Brasil você tem informações pelo noticiário e mesmo assim, quando chega lá, fica espantado de ver ao vivo, e ainda pior, aquilo que só ouviu falar... Mas quando eu cheguei ao Vale do Bekaa, onde ficam as vilas dos meus pais, a visão foi muito diferente...

Noah Osman Turk, descendente.

A expectativa

Do Líbano para o Brasil

Os parentes nos mandavam cartas dizendo que no Brasil, um país grande e bom, havia muito trabalho [...]. Realmente o melhor país do mundo para se trabalhar e enriquecer é aqui, não há dúvida nenhuma... Só quem não sabe disso são os próprios brasileiros que desconhecem as qualidades da terra onde vivem. Quem vem de fora ou conhece outros lugares do mundo pode confirmar isso que eu estou dizendo[...]. **Georges Hanna Khamis, imigrante.**

¹⁴⁷ Identifico como imigrante os indivíduos que vieram do Líbano para o Brasil e descendente a segunda geração. Essas entrevistas foram realizadas no Brasil entre 1993 e 1998 para minha dissertação de mestrado Osman (1998).

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Nessa época, todo mundo já falava muito do Brasil e eu tinha alguns conhecidos que tinham emigrado e elogiavam muito esse país em suas correspondências para a família [...]. O Brasil tinha fama; falavam que aqui o campo de trabalho era grande, quem tinha vontade conseguia se estabelecer e melhorar de vida, coisas assim [...]. Só não contaram como era duro para conseguir isso, né? **Mustapha Mohamad Rajab, imigrante.**

Do Brasil para o Líbano

Líbano? O que a gente vai fazer no Líbano? Era a única coisa que eu conseguia perguntar. Eu não conseguia entender o porquê dessa mudança, não conseguia entender como seria mudar para um lugar que eu nem imaginava como era. **Salmen Ali Kadri, descendente retornado**¹⁴⁸.

Eu tinha uma ideia totalmente limitada sobre o que era o Líbano [...]. Eu via esse lugar como um fim de mundo, um interior, tudo terra, sem construções, sem nada, eu imaginava que iria viver na roça [...]. Essa era a imagem que eu fazia do Líbano, aos quinze anos de idade. Sana Ali Kadri, descendente retornado.

Além disso, tinha uma ideia totalmente diferente do Líbano [...]. Achava que era um lugar que se falava enrolado, que se comia com a mão, que se vivia em tendas, porque essa era a imagem que eu via na televisão, nos filmes, nas novelas [...]. **Vanda Luis, brasileira não descendente retornado.**

Eu tinha uma ideia péssima do Líbano, tinha a impressão que o pessoal vivia aqui no meio das bombas explodindo a toda hora [...]. Eu lia e ouvia as notícias no jornal e não entendia nada do que acontecia nessa terra, a gente nunca entende que lugar que é ou que não é, quando você não está vivendo nesse lugar [...]. Parece tudo igual, uma confusão só! **Eni Aparecida de Souza, brasileira não descendente retornado.**

O impacto:

Do Líbano para o Brasil

No dia em que falaram que íamos chegar ao Rio de Janeiro, foi uma felicidade geral... Ninguém dormiu aquela noite! Acho que era emoção, medo, expectativa, tudo junto [...]. Bem de madrugada, quando nos vimos cara a cara com o Rio de Janeiro, nossa [...]. Que maravilha! A entrada para o Rio de Janeiro, a vista que se tem do mar em direção à cidade, era algo

¹⁴⁸ Identifico como imigrante retornado os libaneses que vieram ao Brasil e empreenderam o processo de retorno ao país natal; descendente retornado os filhos de imigrantes libaneses nascidos no Brasil (segunda geração) que retornaram ao Líbano, numa perspectiva do retorno transgeracional; não descendente retornado as mulheres brasileiras sem ascendência árabe que, casadas com imigrantes libaneses, empreenderam o processo de retorno com seus maridos (nestes casos os nomes aqui usados são fictícios).As entrevistas foram realizadas no Líbano entre 2003 e 2004 para minha tese de doutorado Osman (2006).

extraordinário! Dava uma sensação de que a gente estava entrando no paraíso, uma sensação de ver algo maravilhoso, que nunca tínhamos imaginado existir igual [...]. Muito, muito, muito lindo [...]. Permanecemos o dia inteiro no Rio de Janeiro e à noite zarpamos em direção ao Porto de Santos, chegando lá no dia seguinte bem cedo[...]. **Mustapha Mohamad Rajab, imigrante.**

Do Brasil para o Líbano

A primeira impressão que eu tive foi horrível porque a chegada em Beirute lembra uma cidade fantasma, destruída e marcada por longos anos de guerra [...]. Aqui do Brasil você tem as informações pelo noticiário e mesmo assim, quando chega lá, fica espantado de ver ao vivo e ainda pior aquilo que só ouviu falar [...]. **Noah Osman Turk, descendente.**

A partir de uma imagem real, idealizada ou construída sobre um ou outro lugar, ocorreu um estabelecimento em diferentes espaços e, a partir daí, foi necessário criar mecanismos para viver e conviver com o outro em uma nova realidade, construindo-se sentimentos de identidade, de pertencimento ao grupo que, por meio de suas ações, controlam e influenciam pessoas, estabelecem relações, determinam valores e normas a serem seguidas.

Na concretização da imigração ou do retorno há a necessidade de adequação a uma nova realidade. Para os que chegaram ao Brasil na década de 1950, estabelecer-se em bairros periféricos da cidade de São Paulo não significou uma diferença tão grande em comparação com as aldeias de origem em termos de ocupação urbana ou facilidades.

Os colaboradores apontam ainda as características destes bairros, do ponto de vista de sua falta de infraestrutura, como asfaltamento das ruas, iluminação pública, água encanada, por exemplo, características que também não existiam em suas aldeias de origem, mas que revelam a transformação e crescimento de uma cidade acompanhada pela inserção de novos grupos sociais:

A Freguesia do Ó era um bairro muito pobre quando eu cheguei aqui, quase não tinha casas, era mais mato mesmo, com alguns loteamentos que ainda não tinham sido ocupados [...]. As ruas não eram asfaltadas, era tudo de terra; quando chovia já viu: era aquele lamaçal [...]. Nas casas não tinha ainda luz elétrica, água encanada e chuveiro, para tomar banho era de canequinha e olhe lá! Até mesmo cozinhar, a gente tinha que se virar, no começo era com o fogão a carvão ou a lenha [...]. Fogão a gás era um luxo! Claro, depois disso foi melhorando [...]. **Mustapha Ahmad Rajab, imigrante.**

Nós andávamos por essa periferia de São Paulo amassando barro, como se dizia na gíria da época [...]. Percorria toda a região das redondezas da Freguesia do Ó, Moinho Velho, Pereira Barreto, Cruz das Almas, Vila Zatt, tudo a pé, com uma mala carregada com roupas de cama, mesa e banho, tecidos e confecções [...]. A mala durava pouco mais de um mês, por causa da chuva, do barro

MIGRAÇÕES SUL-SUL

e de ir esfregando em nossa perna [...]. **Mohamad Toufic Abou Jokh, imigrante.**

Para os que chegaram em outro período, a diferença se estabelece em termos da vantagem de inserção ao novo país:

Tem também um lado muito bom que são as facilidades que não havia no Líbano quando eu vivia lá, como a luz elétrica e água encanada. Quem tinha vindo de um lugar onde essas coisas nem de longe nós pensávamos existir, se acostuma e não quer mais deixar de usar. **Samira Hanna Khamis, imigrante.**

Já para os que saem do Brasil em direção ao Líbano, em outro contexto e em outro período, a primeira constatação é que são dois lugares diferentes e dicotômicos: o Líbano é o oposto do Brasil em termos territoriais (o Líbano é um “pinguinho no mapa”, “uma estrada do Brasil”, “um fim de mundo”, enquanto o Brasil é “grande”, “imenso”), em termos de desenvolvimento (o Líbano “está no mesmo lugar”, “nunca cresce”), em atraso (“aqui é interior, interior do Líbano, sabe o que é isso?”).

Mais ainda, estas dicotomias se estabelecem no palco da vida cotidiana e diferentes situações e dimensões. Há o impacto de sair do vilarejo de um pequeno país e se estabelecer em grandes cidades de um grande país, mas há um impacto ainda mais marcante quando se trata de sair da grande cidade para se estabelecer nas vilas. O choque de realidade e a concretização da vida no Líbano são percebidos em uma dimensão mais ampla, como uma experiência de anomia, como aponta Sayad (1998).

Eu vivo nas montanhas, então tenho dificuldade até para me locomover, porque tudo tem que ser feito de carro e eu não sei dirigir. Essa paisagem que eu vejo da minha janela pode parecer grande coisa, mas para mim não significa nada, porque eu estou cansada de ver montanha, montanha, montanha, em todo lugar [...]. No começo você vem, fica dois, três meses, acha tudo lindo, mas depois você acostuma com essa paisagem e cansa [...]. **Maria da Penha Alves, brasileira não descendente retornada.**

Aqui a vida não é fácil, principalmente para quem vem de fora como nós, para quem já estava acostumado a outro tipo de vida. A vida aqui não é como no Brasil, aqui quase não tem nada para fazer, não tem diversão, não tem shopping, não tem lugares para passear. O Líbano é como um interior, um interior que não tem nada para fazer. Aqui não tem muitas coisas legais, eu trabalho o dia inteiro e chega ao fim do dia se você quer sair, não tem lugar para você sair, não tem festas, nada. Se você não está trabalhando, está em casa, ou vendo televisão que não entende nada, ou dormindo. Viver aqui é como estar numa cadeia, num país de quatro paredes [...]. **Samir Ahmad Kadri, descendente retornada.**

Para estes jovens, que se reconheciam como urbanos e tiveram que se integrar ao meio rural, o estabelecimento no lugar foi traduzido como um retrocesso, levando à decorrente dificuldade de adaptação:

[...] odiei esse lugar desde o primeiro momento em que pus os pés aqui [...]. Aqui é interior, é fim de mundo [...]. Quem viveu em São Paulo e vem viver aqui em Ghazzi não tem como se acostumar [...]. É totalmente diferente, é outra vida, é outro mundo [...]. **Daniel Ahmad Rajab, descendente retornado.**

(No Líbano) Não é como no Brasil... No Brasil qualquer hora você sai, qualquer hora tem festas, tem quermesses, tem diversão, têm seus amigos que gostam das mesmas coisas. A diversão no Brasil é mais fácil: futebol, pipa, bate papo, brincadeiras saudáveis, muitas coisas legais mesmo de diversão. Tudo o que você fizer, você se diverte, entendeu? Lá você faz mil coisas e sente que as coisas estão acontecendo, o tempo passa mais rápido. Aqui você não sente o tempo passar, não sente se ficou velho e se já virou vovô... O Brasil é muito mais legal que aqui, é um paraíso[...]. **Samir Ahmad Kadri, descendente retornado.**

Essa dificuldade de adaptação ao lugar deveu-se às questões relacionadas tanto à falta de perspectivas (de estudo, de profissão) mas também de lazer, diversão e ocupação do tempo ocioso, apontados como fatores de limitação, que reduzem seus interesses e conversas a assuntos de adultos. Segundo Masne (1982, p. 95) a questão do retorno dos jovens de segunda ou terceira geração está relacionada a uma expectativa de voltar, de aceitar essa volta e permanência, mas com a condição de encontrar “lá” (no caso, o Líbano) o que se tinha “aqui” (no caso, o Brasil).

Heller (2004, p. 18) associa experiências cotidianas e tempo de lazer. Segundo a autora, “são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”. Os jovens, e mesmo os colaboradores de outras redes, apontaram justamente a “falta do que fazer” no tempo livre, devido à ausência de espaços e atividades de lazer, “lugares para ir, sair, passear”, carência de “diversão, passeios”, inexistência de “cinemas, shoppings, barzinhos” nos vilarejos, levando à avaliação de que no Brasil “tem mais opção de diversão”, a vida é “mais alegre e divertida”, em oposição à monotonia, à mesmice do dia-a-dia, à passagem do tempo sem que se dê conta (“você não sabe qual é o dia da semana, não tem diferença entre a segunda-feira e o sábado, um dia é igual ao outro, você não sabe qual é o mês ou dia do mês”):

Lefor e Nery (1984, p. 175) consideram que este descompasso entre o que há no país de migração (no caso, em referência à França) e o país de origem para o qual se retorna (no caso, em referência à Argélia) se expressam nas

diferenças de ofertas culturais, que os jovens retornados devem enfrentar na nova e dura realidade: “eles sentem falta da vida cultural: há poucos cinemas, falta de clubes esportivos, etc, somente há a televisão, não importam se na mais baixa classe social ou na mais distante área rural”. O retorno ao país de origem de seus pais é interpretado por esses jovens como “voltar para trás”.

É uma diferença estabelecida também em termos dos espaços rural e urbano. Para Certeau (1997, p. 165), “o bairro urbano é o lugar de uma aprendizagem social decisiva que, ao mesmo título que a vida familiar, escolar ou profissional, introduz, de maneira particularmente poderosa, a aprendizagem da vida cotidiana“. Vivendo atualmente em vilarejos, esses jovens idealizaram a vida urbana, o espaço da cidade, como um espaço de “operações de múltiplas lógicas: consumo, espetáculo, passeio, descoberta...” Frequentar shoppings, supermercados, centros comerciais, estabelecimentos típicos das grandes cidades traduzem-se como visitar “uma terra exótica onde pode passar alguns bons momentos, onde podem ‘instruir-se’ sobre aspectos da modernidade”. Não frequentá-lo é render-se ao atraso, ao provincianismo, é como “parar no tempo” e não viver a modernidade. Frequentá-lo é a “permissão de sonhar sempre mais com uma outra vida, com um outro lugar [...] (CERTEAU, 1997, p. 153-156, passim)”.

[...] (no Brasil) eu sempre saía, se eu quisesse ir para um restaurante, ir para um shopping eu ia, se quisesse comprar uma coisa, comprava [...]. Aqui tem mas não é como lá, aqui tudo é longe, lá é muito mais fácil do que aqui... No Brasil até se a gente vai para o supermercado se diverte...

Márcia Elisa Fermiano, brasileira não descendente retornada.

Em oposição à vida urbana idealizada, as opções nas aldeias para os jovens libaneses e para aqueles vindos de fora têm se limitado às atividades como jogos de “bilhar”, “baralho” e “computador”, a “caçar”; a manter assuntos referentes às atividades de plantio e colheita; a hábitos de “fumar, tomar chá e café”; à opção pelo casamento cedo como forma de ocupar o tempo e escapar ao tédio e à monotonia.

Para dois irmãos, ele solteiro e ela casada, temos a seguinte avaliação:

A vida de um jovem aqui é muito limitada, sem oportunidade e sem perspectiva nenhuma. Um dia é sempre igual ao outro, não tem diferença entre a semana e o final de semana. Aqui se trabalha o dia inteiro e à noite a única diversão é ir para o bilhar ou para o computador. O papo deles é sempre o mesmo: o serviço, o que vai plantar, quando vai colher, quando vai caçar, quando vai catar passarinho... O nosso papo, dos brasileiros que vivem aqui, é o futebol, a mulherada, ir para Zahlé ou para Beirute para paquerar [...]. **Salmen Ali Moussa El Kaderi, descendente retornada.**

MIGRAÇÕES SUL-SUL

A diversão da gente acaba sendo jogar baralho, tomar chá e café, fumar no inverno, e no verão ir para os casamentos [...]. Aqui no verão eles casam demais, nunca vi lugar para casar tanto. A semana toda tem casamento para você ir [...]. Então é essa diversão que salva aqui. **Sana Ali Moussa El Kaderi, descendente retornado.**

Essa decepção e não adequação ao lugar foi traduzida também como uma experiência de tédio, monotonia e desolação, para os colaboradores de outras redes:

Para mim, que sou nascida no litoral, sofro mais ainda [...]. Lógico que a praia faz falta [...]. Eu ia à praia, andava na areia, tomava água de coco, via gente, era uma terapia [...]. Você anda aqui no verão não tem muita gente, no inverno, então, não tem ninguém na rua [...]. O médico falou para mim que eu tenho que andar uma hora por dia, e eu vou andar onde com esse frio horrível, nessas montanhas? Vou sair para onde? O lugar onde eu vivo é difícil e tem dia que eu tenho vontade de sumir [...]. **Maria da Penha Alves, brasileira não descendente retornado.**

De outra maneira, há uma idealização da vida na aldeia (o convívio familiar, as relações de vizinhança, a segurança) em oposição à idealização da vida cidade, como local onde as coisas acontecem e onde o perigo também está presente:

Eu acho que o Líbano é melhor para a família, porque aqui é sossegado, aqui tem paz, tem tranquilidade, não tem ladrão, não tem malandragem, não tem drogas, não tem perigo de assalto, estupro, violência [...] nada, nada, nada... A sua mulher sai, os seus filhos saem, voltam tarde, e você não fica com medo, não fica preocupado que alguma coisa ruim vai acontecer. É bom por isso. Aqui não tem dinheiro, não tem luxo, mas tem paz. **Ali Moussa El Kaderi, imigrante retornado.**

Ou ainda a vida na aldeia é vista como uma experiência positiva, destacando-se as vantagens da vida do interior, e da tranquilidade, da rotina e da monotonia vistas como pontos positivos do local, em oposição ao ritmo frenético das grandes cidades:

Aqui a gente tem uma vida de interior, todo mundo se conhece, todo mundo se respeita, quando você passa na rua você fala: 'eu sou filho do fulano de tal', e todo mundo já sabe quem você é. A vida aqui não é ruim, tem todo tipo de conforto, tem de tudo o que a gente precisa e eu posso ir a qualquer lugar sem me preocupar, sem medo de nada. A gente se acostuma com a vida pacata daqui [...] é uma vida pacata mesmo, sossegada, um dia igual ao outro. Não tem aquela correria que tem no Brasil. Eu me lembro que lá, às vezes, passava o dia inteiro na rua, tinha que ir ao banco, ao supermercado, precisava ir ao dentista, levar e buscar as crianças à escola, ao inglês, juro, era uma loucura! Aqui não, os pequenos vão a pé para a escola e os maiores vão de transporte escolar, é

MIGRAÇÕES SUL-SUL

mais fácil a vida, por isso eu gosto daqui. **Fátima Zeitoun, descendente retornado.**

Às vezes a experiência com o lugar é avaliada como uma completa incapacidade de compreensão ou, mais ainda, de aceitação da realidade: Não dá para entender o que esse povo veio fazer aqui... O que todos nós viemos fazer nesse lugar? **Salmen Ali Moussa El Kaderi, descendente retornado.**

Santos (1999a, p. 263) afirma que [...] vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.

Embora estes colaboradores não tenham vindo para a cidade grande, mas sim da cidade grande para os vilarejos do interior do Líbano, a experiência é similar: o sentimento de alienação ao lugar é a constatação mais evidente para esse desajustamento, ou “desterritorialização... uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização” como estabelece Santos (1999a, p. 262).

Para Grinberg e Grinberg (1984, p. 19-20), o contato com o novo lugar é vivido como uma experiência de dissociação, que pode se expressar em dois opostos: ou se valoriza em demasia o novo lugar, desvalorizando por oposição o lugar de origem, numa tentativa prematura de integração à nova realidade e de não se evocar as perdas sofridas, ou inversamente, o lugar de origem é carregado de todas as virtudes e qualidades ao passo que o novo lugar é revestido de uma carga negativa e defeituosa. Não importa qual seja a dissociação, mas é claro que se expressa na dicotomia bem/mal, e que é um mecanismo de defesa na dura adaptação à nova realidade.

Ter saído do vilarejo ou ter vindo de outro lugar significa também uma vantagem no sentido de avaliar a experiência de outro modo de vida:

No Brasil

No começo todo mundo estranha, mas logo se acostuma e acaba achando que o modo de vida daqui (no Brasil) é melhor do que a do nosso país (o Líbano) [...] Eu acho que se acostuma tanto que não consegue voltar a viver no Líbano novamente. Se você nunca saiu de lá e não conhece nada mais, acha que aquela vida é a melhor que se pode ter; mas se você conhece o outro lado já passa a reconsiderar esse pensamento. **Samira Hanna Khamis, imigrante.**

No Líbano

O povo daqui é careta porque eles nunca saíram desse lugar, não conhecem o mundo lá fora, não sabem como os outros vivem, tem que ir para fora para ver como é... O mundo não é o Líbano, mas eles não sabem disso ou não querem saber [...]. **Noá Mohamad Abou Jekh, descendente retornado.**

Outro ponto importante para esta análise refere-se à valorização do espaço como lugar do anonimato, da busca da privacidade, de uma suposta liberdade que implica estar livre do controle social e, neste caso, a vida na grande cidade sai em vantagem:

Aqui (no Brasil) também você é uma pessoa anônima, ninguém sabe da sua vida e você não sabe da vida de ninguém... No Líbano qualquer coisa que acontecesse entre quatro paredes, no dia seguinte a aldeia inteira ficava sabendo... A privacidade é algo que eu prezo muito e gostei muito de poder viver assim nesse país. **Samira Hanna Khamis, imigrante.**

O bom do Brasil é que cada um cuida da sua vida, ninguém quer saber o que você faz dela. Aqui no Líbano se você quer fazer alguma coisa tem que ser discreto, porque a fofoca é muito grande, todo mundo fala da vida de todo mundo. Saindo de Beirute e chegando ao interior do Líbano, essa coisa da fofoca só vai aumentando. Mesmo em Zahlé, que é uma cidade grande, mas é do interior. Aqui também todo mundo sabe de todo mundo, todo mundo conhece todo mundo, todo mundo visita todo mundo, pela ligação entre as famílias. A vida no Brasil é muito melhor por causa disso, tem essa diferença de aqui quererem controlar sua vida e lá você ter liberdade para fazer o que quiser. **Chebib Abi Khers, imigrante retornado.**

A questão fundamental se referiu às relações sociais nos pequenos vilarejos, que são marcadas por códigos particulares e constituem territórios específicos, cuja organização e lógica podem ser compreendidas no desenrolar de sua vida cotidiana, nos contatos pessoais e no controle eficaz que os indivíduos exercem sobre sua coletividade.

Para Geertz (1989, p. 21 e passim) esta questão pode ser explicada a partir do campo da cultura, que deve ser analisada do ponto de vista semiótico, como uma teia de significados tecida pelo próprio homem e à qual ele se encontra preso. A partir desta perspectiva, a cultura é composta, nas palavras do autor, de “estruturas psicológicas por meio dos quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam seu comportamento” e, portanto, ela “consiste no que quer que alguém tenha que saber ou acreditar a fim de agir de uma forma aceita pelos seus membros”. Estou falando da cultura, portanto, em sua dimensão pública, no seu significado, sentido, contexto e atuação que se tornam comuns a todos os indivíduos de um mesmo grupo. Ainda segundo Geertz (1989, p. 56), a cultura deve ir além de sua concepção de “complexos padrões de comportamento”, para antes ser compreendida como um [...] conjunto de mecanismos de controle – plano, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chamam de “programas”) – para governar o comportamento, (posto que) o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento.

A cultura, entendida como mecanismo de controle social, tem como ambiente de atuação “o pátio familiar, o mercado e a praça da cidade (GEERTZ, 1999, p. 57) reguladores do comportamento das pessoas. Enquanto a casa é o ambiente da família, o lado de fora é o ambiente da vizinhança. Os vizinhos, que dão o tom da vida social, criam as redes de relações, o que significa dizer que para fazer parte dessa rede e ser aceito por ela é necessário cumprir certas regras de convivência, adequar-se ao seu sistema de valores e não transgredir as normas instituídas.

Num ambiente onde todo mundo conhece todo mundo, onde todos partilham da vida de todos, onde todo mundo se intromete na vida de todo mundo, qualquer coisa pode ser motivo para falatório. Os gestos menos comedidos, as roupas apertadas, os cabelos em cortes inadequados, a comida que se cozinha, a forma como se cuida da casa, a educação dos filhos, as dificuldades em se falar a língua, o desconhecimento das regras religiosas, enfim, vários podem ser os motivos de desaprovação e as falhas de adequação nas normas e regras estabelecidas.

Certeau (1997, p. 38) postula ser necessário compreender as práticas culturais dos habitantes de uma determinada cidade/região, concretizando-se no espaço do bairro. O bairro é, por excelência, o lugar de “encenação da vida cotidiana”, posto que “une o espaço privado ao espaço público”.

Nesse sentido, ainda para Certeau (1997, p. 43) [...] o bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social, exigindo um tratamento especial. Sair de casa, andar pela rua, é efetuar de tudo um ato cultural, não arbitrário: inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes (os vizinhos, a configuração dos lugares, etc.). A relação entrada/saída, dentro/fora penetra outras relações (casa/trabalho, conhecido/desconhecido). É sempre uma relação entre uma pessoa e o mundo físico e social.

Inserir-se no bairro é reconhecer-se no espaço público, ocupar um lugar nessa vizinhança, aceitar as regras de convivência social, apropriar-se de parte desta vida pública e coletiva, adquirindo os sentimentos de pertencimento, de fazer parte do lugar, de modo que “o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas um lugar de um reconhecimento” (CERTEAU, 1997, p. 45).

Para Certeau (1997) ainda, esse “saber se comportar”, “saber o que fazer”, “ser conveniente”, adequando-se às regras do bairro, é parte de um contrato social que torna a vida cotidiana possível, e o respeito a essas regras é o preço a se pagar para viver bem, evitando-se conflitos ou falta de ajustamento ao bairro. O bairro é, para o autor, “o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição.

Para viver no bairro, então, é necessário aderir às regras, aos códigos, à conveniência, agir de forma correta e adequada. Para Hall (1989, p. 22) “ao

mesmo tempo, as pessoas se sentem parte do mundo e de sua aldeia. Elas têm identidade de bairro e são cidadãs do mundo.” Trata-se então de viver entre esses dois lugares e essas duas e dicotômicas realidades.

Nesse sentido, mais do que tratar da história da imigração é relevante tratar da história do imigrante no lugar, seja na cidade seja na aldeia: do processo de transição do local de origem ao novo lugar e da necessidade da apropriação do lugar e de sua recriação; e finalmente a necessidade de criar marcas de identidade (locais de alimentação, templos religiosos, escolas, associações, referências arquitetônicas, nomes de logradouros).

Sayad (1998, p. 15) afirma que “o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente...” Neste contexto é que podemos compreender o fenômeno migratório: um rico e complexo processo de transformação, ocupação e apropriação do espaço, por meio de estabelecimento de marcas de identidade ou de formação de bairros étnicos. Para alguns autores, como Appadurai, o termo justaposto etnopaisagem daria a dimensão das novas relações paradoxais e complexas entre diferentes autores sociais e seus campos de atuação nas famílias, vilas, bairros, cidades ou países. Trata-se de noções de identidade, pertencimento e negociações num espaço formado não por uma unanimidade paisagística mas por fragmentos identitários reveladores da disputa pela negociação e inserção, seja numa vila remota fora do mapa seja na metrópole cosmopolita e anônima.

Nessa perspectiva de análise, aponto aqui dois bairros de ocupação árabe em São Paulo: a região da 25 de março, a região do Brás e do Pari, além de uma modesta marca árabe bairro do Ipiranga. A remota concentração árabe na região central de São Paulo, mais especificamente na 25 de março e em suas adjacências como Ladeira Porto Geral, e as ruas Cav. Basílio Jafet, Comendador Abdo Schahin, Barão de Duprat, Afonso Kherlakhian, Senador Queiróz, Carlos de Souza Nazaré, fez com que fosse identificada na cidade como a “rua dos árabes” a despeito das transformações ocorridas e das sucessivas levadas migratórias que continuam ocupando a região, revelando uma forte vinculação identitária.

A partir do término da Segunda Guerra Mundial e a consolidação deste grupo na cidade de São Paulo, a primeira dispersão dessa nacionalidade deu-se a partir da região da 25 de março pelas regiões do Brás e Pari ampliando-se as áreas de ocupação da comunidade em São Paulo, pelas Ruas Oriente, Júlio Ribeiro, Miller, Barão de Ladário, Maria Marcolina sobrepondo ocupação residencial e comercial. Além disso, outras áreas da cidade, mais periféricas, passaram a ser ocupadas, como a zona leste, em bairros como São Miguel e Penha, na zona norte, ou ainda nas regiões de Santo Amaro, Santo André e São Bernardo, afastando-se cada vez mais do centro original de ocupação.

O que é possível verificar nestes bairros tradicionais da presença árabe em São Paulo são traços ou marcas de identidade, percebidas no espaço urbano

da cidade. Percorrer a região a pé permite perceber conversas em árabe, uso de trajes tradicionais, placas bilíngue em árabe e em português, além dos estabelecimentos que marcam essas ruas. Estabelecimentos comerciais de diferentes ramos (têxtil, confecção de jeans); restaurantes e empórios com especialidades alimentícias árabes; armarinhos, bijuterias, objetos com referências a um universo árabe, real ou imaginado (narguilés, roupas para danças, acessórios); clubes, escolas, associações; templos religiosos (mesquitas, catedrais e igrejas) passaram a compor o cenário urbano e a paisagem cultural da cidade.

As referências identitárias estão presentes nos nomes dos estabelecimentos, seja no uso do sobrenome familiar (Akkar, Niazi Chohfi, Maluli), ou da região de origem (Restaurante Monte Líbano, Empório Syrio, Casa Líbano, Clube Zahlé), assim como referências mais diretas como Rei do Falafel ou simplesmente Casa Árabe. Outra referência bastante comum é o uso de Fenícia, como forma de identificação a um Líbano anterior, assim como o cedro como árvore símbolo do país.

No Líbano, um aspecto peculiar observado é a questão do retorno empreendida pelos imigrantes libaneses provenientes de diferentes destinos da América. Os pequenos vilarejos do Vale do Bekaa, que não aparecem nos mapas e se diluem na região administrativa do Bekaa, ponto de partida desses imigrantes foram também o ponto de chegada dos retornados. Assim os que emigraram para o Brasil retornaram para *Ghazzi, Sultan/Lucy, Haush el Harimi, Khiara, Kamed Il Laoz e Baaloul*; os que emigraram para a Venezuela retornaram para *Ghazzi, Lela, Baaloul, Karaon, Kamed Il Laoz e Khiara*; os que emigraram para a Colômbia retornaram para *Lela, Baaloul e Karaon*; e finalmente os que emigraram para os Estados Unidos e Canadá retornaram para *Lela, Karaon e Khebert Rouha*, pequenas vilas ou aldeias do interior do Líbano.

Dessa forma, nesses locais podemos encontrar o uso da língua portuguesa, nas conversas nas ruas e nas casas, como nas placas de estabelecimentos comerciais. O padrão se repete da mesma maneira no Líbano, onde proliferam estabelecimentos com referências, neste caso ao Brasil: *Hallo Brazil, Frangos Brasil, Produtos Eletrônicos Brasil*, assim como uso de bandeiras nos telhados das casas, de bandeiras de times, além de outros referenciais momentâneos como Salão de Cabeleireiros *Belíssima*, título de uma novela.

Quero chamar a atenção para mais dois aspectos: a construção de casas como marca de uma identidade. No caso do Brasil, os prédios comerciais da Região da 25 de março serviram originalmente para uso comercial e residencial, unindo num mesmo local uso profissional e doméstico, padrão que se repetiu na região do Brás ainda que em menor proporção. Esse padrão será transportado para o Líbano, sendo uma marca da presença dos retornados ao local, em dois aspectos fundamentais: a casa como uma forma de demonstração do sucesso alcançado e do status adquirido, e a casa como estratégia de inserção no lugar.

Portanto, a casa é tanto bem material como bem simbólico e faz parte de toda a dinâmica da migração e do retorno. No Líbano, as casas edificadas pelos retornados merecem uma discussão a parte, mas aqui vale apontar a construção de mansões como uma concorrência velada entre os que retornam e uma intenção: evidenciar o sucesso da migração em construções ostensivas e de gosto duvidoso. A casa, sendo em si a possibilidade de concretização do projeto de retorno, tem sido efetivamente construída nos mesmos locais de onde se partiu. Assim, as vilas ou cidades de origem foram tanto o ponto de partida como o ponto de chegada, revelando então a importância que tem o grupo doméstico no processo migratório.

São vilas –o termo vilas aqui usado no sentido urbanístico da construção de vilas residenciais- que passam o ano todo fechadas e desocupadas, sendo apenas no verão (de julho a setembro) o momento do retorno e de sua ocupação. Para parafrasear uma frase histórica, essas casas parecem dizer dos imigrantes retornados: “fui, venci e voltei”. Para Sayad (2000, p. 18), “frequentemente, a casa construída no país de origem não tem outra função que esta: recordar a presença desaparecida e negar este desaparecimento”. Ao mesmo tempo, Sayad se questiona se a casa, vazia e desocupada, não acaba sendo a prova dessa ausência que se quer negar ou ao menos camuflar.

Considerações Finais

Os estudos da migração das diferentes nacionalidades, e especificamente o da migração árabe abordada neste capítulo, possibilitam uma gama de possibilidades de objetivos e análises. A metodologia de história oral revela-se extremamente pertinente e rica para os estudos dessa natureza, abrindo um leque de possibilidade de estudos diferenciados na discussão sobre a questão da migração, bem como de analisá-la a partir de um viés da ocupação do espaço e da formação de territórios e territorialidades. A relação estabelecida entre estudos migratórios e história oral permite uma abordagem profícua e profunda dessa temática, indo além de um viés fragmentado, frio e impessoal como muitas vezes são tratados os deslocamentos humanos desta natureza.

O dinamismo social revelado por essas entrevistas permite compreender essas histórias de vida num contexto histórico mais amplo, e em sua análise a possibilidade de compreensão dos elementos determinantes e identificadores desse grupo enquanto agente histórico. A relevância do uso de entrevistas de história de vida está em poder nos colocar diante de um universo ainda pouco privilegiado pela história, a história de vida, trazendo para os seus palcos a experiência de quem realmente as viveu, como as viveu e as interpretou.

A história oral contribui sobremaneira para a compreensão do fenômeno migratório a partir da experiência efetiva do sujeito que assume essa empreitada, nos sentidos e significados que elabora para a compreensão dessa experiência, bem como no que se refere aos processos de adaptação e inserção a uma nova

realidade. Tais aspectos também se refletem na elaboração de uma identidade que passa por formas de conflito e estranhamentos; de negação e afirmação; de rejeição e acomodação; mas sobretudo na experiência dinâmica da negociação e elaboração de uma identidade construída num outro lugar ou no lugar do outro.

Referências

- APPADURAI, A. Globalization and the research imagination. **International Social Science Journal**, Paris, v. 51, n. 160, p. 135-265, 1999.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 2, 1997.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 1989.
- GRINBERG, L.; GRINBERG, R. **Psicoanálisis de la migración y del exilio**. Madrid, Espanha: Alianza, 1984.
- HALL, S. **Ethnicity, identity and difference**. Massachusetts: Hampshire College, 1989.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 7.ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004.
- LEFOR, F.; NÉRY, M. **Émigré dans mon pays: des jeunes, enfants de migrants, racontent leurs expériences de retour em Algérie**. Paris: L'Harmattan, 1984.
- MASNE, H. **Le retour des emigres algeriens: projets et contradictions**. Paris: Office des Publications Universitaires, 1982.
- OSMAN, S. A. **Imigração Árabe no Brasil: histórias de vida de libaneses muçulmanos e cristãos**. São Paulo, SP: Xamã, 2011.
- _____. **Entre o Líbano e o Brasil: dinâmica migratória e história oral de vida**. 2006. 2v. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.
- _____. **Caminhos da Imigração Árabe em São Paulo: história oral de vida familiar**. 1998. 2v. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1998.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Ática, 1993.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3.ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1999a.
- _____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, RJ, Ano XIII, n. 2, p. 15-25, 1999b.
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia – Revista do Imigrante**, São Paulo, SP, v. 13, n. especial, p. 7-32, 2000.
- _____. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EDUSP, 1998.
- TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo, SP: Difel, 1983.

**MIGRAÇÃO DE VENEZUELANOS PARA SÃO PAULO:
REFLEXÕES INICIAIS A PARTIR DE UMA
ANÁLISE QUALITATIVA¹⁴⁹**

Camila Rodrigues da Silva

A crise capitalista que se origina nos países centrais, a partir de uma bolha imobiliária nos Estados Unidos no final dos anos 2000 (SINGER, 2009), afetou a geopolítica internacional de modo a destacar novos atores na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, a transformar a dinâmica das migrações internacionais, com movimentos cada vez mais transnacionais (BAENINGER, 2016).

Dada a integração comercial e financeira dos países periféricos às economias norte-americana, europeias e japonesa, empresas transnacionais passaram a deslocar suas operações para países onde o custo de mão de obra é menor (SINGER, 2009). A absorção de novas atividades econômicas fez com que alguns países “semidesenvolvidos” conseguissem crescer aceleradamente no mesmo período e se tornassem um polo de atração de mão de obra qualificada e não qualificada. Paralelamente, surgiram bolsões de pobreza e desemprego nos países industrializados (SINGER, 2009).

Essa movimentação, que precariza as condições de trabalho nas metrópoles do centro do capitalismo, tem como efeito colateral a associação da imagem do imigrante como uma ameaça no mercado de trabalho, fortalecendo a xenofobia (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016). Além disso, desde setembro de 2001, a legislação migratória de países desenvolvidos passou a impor restrições cada vez mais severas à imigração de uma maneira geral e, em especial, à imigração indocumentada. Tal transformação na dinâmica econômica, inclusive, ajuda a explicar também um crescente processo de deterioração das condições de vida desses migrantes.

Concomitante a esses processos, cresce a economia de serviços nas cidades globais (SASSEN, 1998), que são espaços representativos em maior grau dos processos e das estruturas globalizantes e que mais atraem imigrantes internacionais hoje - muitas delas no Sul global. Neles, cresce também a demanda de trabalhadores com conhecimento técnico e de áreas específicas para atuar em “setores econômicos líderes”, com telecomunicações e finanças (VILLEN, 2012). Mas essa demanda é paralela e complementar a uma esfera econômica e de empregos relacionados a trabalhos domésticos ou de baixa qualificação, que geralmente são menos remunerados (VILLEN, 2012).

¹⁴⁹ Este estudo compõe as análises do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq).

Neste contexto, o Brasil se torna destino de emigração dessas duas demandas de trabalhadores. Hoje, o fluxo de entrada de imigrantes é composto em primeiro lugar, por latinos-americanos, mas também por africanos, asiáticos, europeus, norte-americanos e refugiados políticos (VILLEN, 2012). No entanto, os dois grupos são tratados de forma diferente: os chamados “periféricos na periferia” (VILLEN, 2016) são direcionados para trabalhos em setores marcados pela precarização (MAGALHÃES, 2017); enfrentam preconceitos decorrentes de uma sociedade com herança escravagista; e, legalmente, têm um tratamento diferenciado, de caráter prevalentemente emergencial (anistia, vistos humanitários ou regularizações extraordinárias), de natureza discricionariamente “humanitária” (VILLEN, 2016).

É desta forma que o tema das migrações internacionais ressurgiu como questão demográfica no Brasil ao final do século XX e na virada para o século XXI (BAENINGER, 2016), já que esse fenômeno social se torna cada vez mais visível e de maior complexidade no país no decorrer desta década (BAENINGER, 2016). É neste contexto em que se insere a recente migração de venezuelanos para o Brasil: uma crise política convertida em uma crise econômica e que culmina, a este momento, em uma crise humanitária.

A migração venezuelana para o Brasil ainda é um fenômeno social recente e, por isso, um vasto campo de investigação. Trata-se de um país que, historicamente, recebe muitos migrantes e cujo povo não tem tradição de emigração: segundo relatório recente da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2017), 4,5% da população da Venezuela era formada por imigrantes em 2015, ante 1,9% de venezuelanos que vivem fora de seu país. Esses dados colocam o país em 2º lugar entre os que menos emigram na América do Sul, atrás apenas do Brasil (OIM, 2017). No entanto, a proporção de emigrantes era ainda menor em 2010, mais precisamente 1,5% da população (PIZARRO E RIVERA, 2016). Isso indica que, para tentar enfrentar as dificuldades econômicas de seu país, alguns venezuelanos estão buscando reconstruir suas vidas em outros países vizinhos.

Segundo o World Factbook da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (2017), a atual crise econômica e política é o motivo que tem levado dezenas de milhares de venezuelanos a migrarem para a Colômbia, o Brasil, o México, o Panamá, o Chile, a Guiana, a República Dominicana ou realizar perigosas jornadas por jangada para Aruba e Curaçao. Segundo relatório da Missão Paz e da Conectas (2017), o pedido de refúgio por venezuelanos no mundo cresceu 8.828% entre 2012 e 2016. No Brasil, a ascensão de pedidos vai de 280 em 2015 para 7.600 só no primeiro semestre de 2017. Estima-se que pelo menos 30 mil venezuelanos estão vivendo no Brasil.

No Brasil, a maioria tem apenas o protocolo de solicitação de refúgio ou simplesmente está indocumentado. Em 2011, por exemplo, apenas quatro venezuelanos haviam feito o pedido de refúgio ao governo brasileiro. Em comparação, foram registradas 3.971 solicitações somente até o mês de maio.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo analisar de forma qualitativa o início do fluxo migratório de venezuelanos para a cidade de São Paulo, que é historicamente o principal polo de atração de migrantes no país.

Dada a complexidade e a diversidade do processo de redistribuição da população em âmbito mundial, esta análise introdutória tem a intenção de seguir proposições teóricas (BAENINGER, 2016) que incorporam os seguintes debates: 1) os processos de reestruturação produtiva e sua reestruturação urbana; 2) o Estado-nação e as migrações internacionais; 3) a relação migração e desenvolvimento; 4) a governança das migrações internacionais (BAENINGER, 2016).

Usaremos o recurso metodológico da "mirada bifocal" (STEPHEN, 2012), que leva em conta os processos migratórios dos venezuelanos na origem, nos lugares de trânsito e nos destinos (BAENINGER, 2016). Nas entrevistas com os imigrantes, houve o esforço de considerar três níveis de análise enfatizado por Faist (2010): o estrutural (estruturas política, econômica e cultural); o relacional (capital social, vínculos sociais entre migrantes e sedentários tanto na origem quanto no destino) e; o nível individual (grau de liberdade ou autonomia de tomada de decisão pelo potencial migrante (BAENINGER, 2016).

O objetivo é compreender alguns elementos sociais, políticos e econômicos da atual conjuntura venezuelana que ajudem a explicar as causas e as condições migratórias desses sujeitos; e identificar padrões de trajetória e redes de apoio local que começam a se construir desde a Venezuela, passando pelas regiões de fronteira, até as conexões que estão sendo formadas na própria cidade de São Paulo.

Para isso, usaremos informações coletadas em trabalho de campo realizado em Caracas, capital da Venezuela, no mês de julho de 2017, entrevistas em profundidade realizadas com oito migrantes residentes na capital paulista e quatro entrevistas institucionais: uma com autoridade relacionada ao governo venezuelano; uma com autoridade consular na capital paulista (que tem jurisdição nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul); uma com autoridade da Organização das Nações Unidas na Venezuela; e uma com responsável por entidade de acolhimento de imigrante na cidade de São Paulo.

Condições na origem: o contexto político e econômico na Venezuela

Considerar as migrações internacionais como um fenômeno social historicamente condicionado requer, de partida, um olhar sobre a origem desse processo e do lugar que o país ocupa na divisão internacional do trabalho. No caso da Venezuela, começamos cientes de que, desde 2011, a Venezuela é a maior reserva de petróleo do mundo. Naquele ano, o relatório anual da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) atestava que o país

latino-americano ultrapassava a Arábia Saudita em volume de reservas de petróleo cru, com 296,5 bilhões de barris em seu solo (CARTA CAPITAL, 2011). Também é importante considerar que o país está entre os quatro maiores fornecedores de petróleo dos EUA, e que suas receitas de petróleo representam historicamente, em média, um terço do PIB e metade da receita do governo (CAMPOS, 2016).

Em 1998, ano em que o ex-presidente Hugo Chávez chega ao poder, o barril do petróleo custava US\$ 13, mas estava em tendência de alta: chegou a US\$ 96 em 2008 e a US\$ 104 em 2014, segundo Banco Mundial (FIGUEIRA, 2017). Esse cenário, aliado à Lei de Hidrocarbonetos, que aumentava o controle da atividade petrolífera pelo Estado, permitiu que o governo estabelecesse uma série de políticas públicas que reduziu a pobreza e melhorou índices relacionados à saúde e à educação no país (MARINGONI E DA COSTA, 2009).

No entanto, assim como outras nações com abundância em recursos naturais, sua vantagem é, ao mesmo tempo, sua limitação. Como afirma Maringoni (2009), a Venezuela é um caso típico de doença holandesa: a entrada de dólares na economia por meio das exportações de petróleo tende a valorizar o câmbio e a desequilibrar outras iniciativas econômicas. Ou seja, há pouco incentivo a investir em outras indústrias ou setores da economia com tanta abundância de petróleo -- e isso tem sérias consequências quando os preços das commodities caem.

A Venezuela produz apenas 60% do que consome, ou seja, importa 40% dos alimentos - mas isso deve ser analisado de forma desagregada. Em entrevista institucional durante trabalho de campo naquele país, um representante da Organização das Nações Unidas (ONU) explicou que há uma produção satisfatória de frutas, legumes e hortaliças, que atenderia a cerca de 80% da demanda, mas que há muita carência de grãos e proteína animal. Outro problema é a interferência de questões políticas na economia, que, historicamente, tornou a inflação o principal fator de deterioração do padrão de vida da população.

A partir do auge em 2014, o preço do barril caiu vertiginosamente até atingir o patamar de US\$ 32 em fevereiro de 2016. A Venezuela, particularmente, vendia seu petróleo a US\$ 21 por barril em janeiro de 2016, a um custo de cerca de US\$ 18 o barril. Dada a dependência do país e das políticas públicas desse único setor econômico, o cenário econômico e social que se seguiu foi de catástrofe (FIGUEIRA, 2017). Esse período também coincide com o período do governo de Maduro, o chavismo pós Hugo Chaves.

Pressões políticas da oposição e de atores internacionais influenciaram tanto a espiral inflacionária inflação como a forte deterioração da moeda local, o Bolívar Fuerte. Em janeiro de 2016, o próprio Banco Central da Venezuela revelou que a inflação anual até setembro de 2015 chegou a 141%, depois de um ano sem divulgar dados oficiais sobre o assunto (BBC, 2016). De lá para cá, não

foram publicadas novas informações sobre esse índice, apenas algumas medidas do governo.

Ao mesmo tempo em que cai o preço do petróleo, o câmbio paralelo deprecia aceleradamente o poder de compra da moeda venezuelana. Em 2014, o mercado paralelo depreciava a moeda em 88% a mais em relação ao câmbio oficial, ou seja, de um câmbio de 6,3 bolívares por dólar, na verdade, conseguia-se trocar 51 bolívares por dólar (JIMENEZ, 2014). Em julho de 2017, durante a etapa de campo no país, os números eram muito maiores: era possível trocar entre 6500 e 8000 bolívares por um dólar no mercado paralelo. A solução recente adotada pelo presidente da República Bolivariana para frear o processo de desvalorização monetária e retomar o controle do câmbio foi trocar a moeda de referência: do dólar pela moeda chinesa, o yan.

Essa deterioração da moeda afeta, obviamente, as importações de alimentos, medicamentos e outros bens de consumo que o país não produz internamente - ou cuja produção está nas mãos de empresários que se opõem ao governo Maduro. Além da escassez de alguns produtos (em especial remédios e artigos de higiene pessoal), o resultado desses fatores econômicos é a redução drástica do poder de compra dos salários e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população, que está sofrendo sérios problemas de saúde e de segurança alimentar. Em um cenário com o salário mínimo de 325.544 bolívares (R\$ 46), uma simples camiseta de algodão custava 30.000 bolívares.

Por fim, faltam perspectivas aos trabalhadores em relação a trabalho: apesar de o governo Maduro ter deixado de publicar uma série de dados oficiais sobre a situação socioeconômica, o último relatório World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em outubro deste ano, apontou que 26,4% da População em Idade Ativa do país estão desempregados.

Esses fatores econômicos, somados à tensão política, são fundamentais para compreender o movimento migratório de venezuelanos para o Brasil. Conforme indica Baeninger (2016), as migrações internacionais tenderão a se intensificar, correspondendo à mesma velocidade da mobilidade do capital, “com a conseqüente redefinição no papel da migração no desenvolvimento e constituição do mercado de trabalho no país” (BAENINGER, 2016, p. 23).

A primeira fase da migração venezuelana: fronteira Norte

Os principais destinos dos venezuelanos na fronteira ao norte do Brasil são os estados do Amazonas e Roraima, onde já foram realizados alguns estudos etnográficos (SIMÕES, 2017; MISSÃO PAZ E CONECTAS, 2017).

Roraima tem sido o local onde a grande maioria dos venezuelanos recém-chegados solicitaram seu pedido de refúgio em Roraima, especialmente em 2016 e 2017 (SIMÕES, 2017). Boa parte dos venezuelanos que pedem refúgio vem por uma migração terrestre oriunda da fronteira Santa Elena de Uairén-Pacaraima. A esse respeito, o saldo líquido dos números de entrada e

saída dos venezuelanos no Brasil chega próximo ao número de pedido de refúgio. Em 2016, entraram pelo ponto de migração terrestre na fronteira 56.800 venezuelanos e retornaram 47.108, o que permite uma aproximação em torno de 9.700 venezuelanos que ficaram em território brasileiro. Em 2017, entraram por Pacaraima 24.379 (até 10 de julho de 2017) e retornaram 13.868, o que contabiliza, em termos líquidos, 10.511 venezuelanos, número mais próximo aos 7.600 pedidos de refúgio contabilizados no primeiro semestre de 2017. Além disso, esses números mostram que a migração venezuelana é muito pendular, ou seja, muitos entram e muitos saem, o que reforça algumas questões (SIMÕES, 2017). Além disso, o Brasil é um destino residual, já que a maioria prefere ir para países hispânicos, como Colômbia, Equador, Chile, etc. (MISSÃO PAZ E CONECTAS, 2017).

Segundo dados da Polícia Federal (PF), os venezuelanos em Roraima que solicitaram refúgio são divididos em 58,28% homens e 41,72% mulheres. No caso dos indígenas localizados no abrigo do Pintolândia, essa porcentagem é de 54,55% de homens e 45,45% de mulheres.

Com relação à idade, o número de jovens e adultos é maioria, o que classifica essa migração como uma migração de trabalho e oportunidades. Segundo dados da PF, 80% dos venezuelanos em Roraima que solicitaram refúgio encontram-se nas faixas etárias de 20 a 39 anos e 40 a 59 anos (SIMÕES, 2017).

Há dois perfis de migrantes: o primeiro é formado pelos migrantes não indígenas, que vivem em pensões ou casas alugadas; trabalham em empregos formais e informais; metade tem documentação regularizada (MISSÃO PAZ E CONECTAS, 2017). O segundo perfil, muito distinto, é o de indígenas pertencentes à etnia Warao, oriunda do Vale do Orinoco, na Venezuela, e expulsos de seu local de origem por conta da construção de uma hidrelétrica. Para chegar ao Brasil, percorrem cerca de 925 Km, até a cidade de Boa Vista. Praticam mendicância em ambiente urbano (MISSÃO PAZ E CONECTAS, 2017).

Em Roraima, o fluxo migratório era, historicamente, o inverso, ou seja, mais brasileiros iam para a Venezuela por questões ligadas ao garimpo, por exemplo, de modo que o estado não possui histórico de recebimento de estrangeiros. Por isso, tanto a capital Boa Vista quanto Pacaraima, que têm recebido maior quantidade de venezuelanos, estão com os serviços públicos sobrecarregados, e os moradores locais associando a migração venezuelana a crimes, prostituição, precarização do trabalho e doenças (SIMÕES, 2017).

Em relação ao desemprego, apesar da consciência do aumento do desemprego no Brasil todo nos últimos anos, reforça-se a dificuldade local sob a alegação de que os venezuelanos estão “roubando” os empregos dos brasileiros, porém, não se destacam os índices de crescimento econômico e da geração de empregos obtidos pelo estado em 2016, acima da média nacional, os quais

possuem relação direta com a entrada desses migrantes na região, pois geram maiores demandas e oportunidades (SILVA, 2017)

Em visita técnica realizada na região, a equipe da Missão Paz e da Conectas afirmaram não haver caos, mas aumento da mendicância e da xenofobia (MISSÃO PAZ E CONECTAS, 2017).

Perfis de quem migra para São Paulo

O perfil de imigrantes venezuelanos na região Centro-Sul do Brasil tem se estabelecido de forma distinta à dos venezuelanos na região da fronteira Norte. Em São Paulo, há venezuelanos que vieram de avião, direto de seu país de origem, e outros que vieram da região Norte do Brasil, como uma segunda fase do projeto migratório. Em geral, são pessoas que fazem parte de estratos sociais mais privilegiados do que os daqueles que migram para o Norte. Os motivos da maioria são econômicos - apesar de pelo menos dois dos oito entrevistados terem alegado perseguição política.

Em entrevista institucional realizada no Consulado da Venezuela no Brasil, na cidade de São Paulo em agosto de 2017, a autoridade consular nos afirmou que, nos últimos cinco anos, cerca de 10 mil venezuelanos migraram para essa região (8500 que passaram pelo consulado e 2.000 que não passaram pelo órgão nem informaram sua estadia no Brasil). Antes de 2012, a estimativa era de 7.500 venezuelanos em todo Brasil.

Segundo nosso entrevistado, o Brasil nunca foi um destino prioritário para os venezuelanos. Nos anos 1970 e 80, os venezuelanos migravam para a Europa e, principalmente, para os Estados Unidos, onde estaria, segundo sua estimativa, 50% dos venezuelanos que estão fora da Venezuela. A maioria se concentra na Flórida, principalmente em Miami, no Texas e em Houston. Na Europa, o principal destino é a Espanha, embora hajam imigrantes venezuelanos na Itália e em Portugal.

Historicamente, os venezuelanos que vinham para São Paulo o faziam por razão de estudo - principalmente Medicina e pós-graduação. Havia também, ainda que residualmente, trabalhadores transferidos para empresas no Brasil, parte de um movimento mais amplo de “fuga de cérebros” que ocorre desde o início do governo de Hugo Chávez. Segundo o World Factbook da CIA (2017), estima-se que mais de um milhão de venezuelanos, predominantemente de classe média e alta, tenham emigrado desde 1998, principalmente para o Canadá, a Colômbia e os Estados Unidos.

Sobre a fase atual desta migração, ele reforçou os argumentos do relatório da Missão Paz: os imigrantes venezuelanos que estão na região Norte são descendentes de indígenas ou moradores das zonas fronteiriças, dos estados Delta Amacuro, Bolívar e Amazona. Estas pessoas normalmente não têm condições de ir até São Paulo porque, tanto por via aérea quanto por via terrestre, o custo desse deslocamento é muito caro. Então, eles buscam ficar nas

regiões de Manaus e Boa Vista - mas também buscam capitais do Nordeste, principalmente Recife e Fortaleza. Lá procuram trabalho para se manter e para enviar algo (alimentos ou dinheiro) à família que ficou na Venezuela.

No que tange às entrevistas feitas em São Paulo, identificamos algumas trajetórias identificadas na pesquisa qualitativa:

.Mulher, com mais de 40 anos, que veio para o Brasil de avião para trabalhar como empregada de outra venezuelana, que foi transferida para a sede brasileira de uma grande empresa. Ainda está sem documento e perdeu o trabalho que a trouxe. Quer trazer filha e genro, que são policiais e têm salários baixos. Indicou trabalho e convenceu uma amiga a vir;

.Homem, com pouco mais de 30 anos, que veio de um estado não-fronteiriço, mas chegou por via terrestre até Manaus. De lá, foi para uma capital nordestina, mas decidiu fixar-se em São Paulo por ter mais perspectivas de trabalho. Trouxe mulher e filha. Conseguiu trabalho formal em menos de um ano. Alegou perseguição política e solicitou refúgio;

.Homem, com pouco mais de 30 anos, que veio de um estado não-fronteiriço, mas chegou por via terrestre até Manaus. Juntou dinheiro para a viagem com o mercado de câmbio paralelo. Viveu em outras cidades antes de chegar a São Paulo. Conseguiu trabalho formal em menos de um ano. Quer trazer ex-mulher e filhas;

.Homem, menos de 30 anos, veio de um estado não-fronteiriço para viver em São Paulo com seu irmão (trajetória 3). Viajou de avião, direto para a capital paulista. Há menos de seis meses na cidade, já conseguiu trazer sua esposa. Tem trabalho formal, no mesmo bairro em que reside;

.Mulher, com menos de 30 anos, juntou dinheiro vendendo roupa pela internet para vir por via aérea. Tinha contato de conhecido que chegou em uma cidade do interior São Paulo antes. Encontrou emprego formal na capital paulista em menos de seis meses;

.Mulher, com mais de 40 anos, veio para um trabalho indicado por uma amiga após perder emprego na indústria de camarões. Entrou no país por via aérea e tem o protocolo de pedido de refúgio. Trabalha formalmente como empregada em casa de brasileiros, mas vive nesse mesmo espaço, onde é tratada aos gritos e xingamentos. Está com dificuldade de encontrar um novo emprego. Quer voltar para Venezuela se a crise passar, pois sua mãe, idosa e doente, ainda mora lá;

.Homem, com pouco mais de 30 anos, indocumentado, entrou por via terrestre, e viveu em várias cidades do país até chegar a São Paulo. Trabalha como em

estabelecimento boliviano e mora no mesmo espaço, reproduzindo relações sociais típicas dessa outra comunidade migrante. Não tem interesse em pedir refúgio. Quer se estabelecer, em cinco anos, nos Estados Unidos;

.Mulher, com mais de 35 anos, que veio a São Paulo com filha para viver com seu esposo (trajetória 2). Afirmou também sofrer perseguição política na Venezuela, por razões distintas das de seu marido. Está em São Paulo há pouco mais de três meses. Encontrou emprego, não formal, em empreendimento de uma migrante colombiana.

Os relatos evidenciam que, assim como os migrantes que estão se instalando na região Norte do país, a migração venezuelana para São Paulo é majoritariamente econômica. As principais reclamações sobre o país estão relacionadas à falta de alimentos e de medicamentos, além da inflação, que está reduzindo o poder de compra dos salários. Então, mesmo onde há menos escassez de produtos básicos, como na capital Caracas, o alto preço de bens de subsistência, como feijão e papel higiênico, tem comprometido a alimentação dos venezuelanos.

No entanto, todos pediram refúgio, apesar de somente dois alegarem perseguição política e risco de vida.

Todos os entrevistados enviam remessas entre R\$ 200 e R\$ 500 para seus familiares na Venezuela, o que representa bastante dinheiro quando se converte para bolívares. Levando em conta o câmbio paralelo na segunda quinzena de setembro de 2017 (DOLAR TODAY, 2017), representaria entre 1.400.000 bolívares e 3.500.000 no mercado paralelo - o salário mínimo na Venezuela no mesmo período é de 325.544 bolívares (R\$ 46) (TALERO, 2017).

Embora o número de imigrantes e solicitantes de refúgio venezuelanos em São Paulo seja residual em relação ao número deles na fronteira norte do país, é importante destacar, como indicaremos nas considerações finais, que já há, inclusive nos espaços de acolhimento e de assistência social, significativo incremento deste número. Essa percepção é reforçada pelo nosso entrevistado que atua em espaço de acolhimento a imigrantes na cidade de São Paulo:

Os números exatos, teria que puxar depois do sistema e te passar. Eu percebi que, sempre tivemos grupinhos muito pequenos... pequenos...pequenos grupos de venezuelanos vindo pra cá: quatro, seis (...). O ano passado, acho que foram oito, sete, oito venezuelanos. Esse ano, já foram 23, então dá pra ver que já é três vezes o número do ano passado, e nem chegamos ao final do ano, então dá pra ver claro o incremento significativo.

Crise de governabilidade

O Brasil, apesar de se caracterizar como um país periférico que acolhe mais que países centrais, exige documentos que se colocam a quem chega como

artigo de primeira necessidade a ser conquistado e preservado, ou seja, sucessivamente renovado (VILLEN, 2016).

A respeito da documentação, em março de 2017, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) emitiu uma resolução que concede a residência temporária para os venezuelanos por um prazo de dois anos. Embora seja uma ação positiva, a regularização migratória por essa via esbarra em um entrave: o pagamento de taxas. Em julho de 2017, essas taxas somadas chegavam a pouco mais de R\$300. Esse custo praticamente inviabilizou a RN126. Segundo a PF, apenas 145 pessoas optaram por essa via em Roraima e 295 em todo o Brasil (SIMÕES, 2017).

Como muitos imigrantes manifestam interesse de retornar à Venezuela para visitar parentes e enviar medicamentos, alimentos e outros bens, o mecanismo do refúgio não é, para esse perfil, o melhor estatuto jurídico. Lembremos que a crise no país vizinho não é apenas econômica, mas de desabastecimento (SIMÕES, 2017). Todavia, pela lei 9.474/1997, o Estatuto do Refugiado, o refugiado reconhecido como tal que sair do território nacional sem autorização perderá sua condição de refugiado. Com relação aos solicitantes de refúgio, que formam a grande maioria dos venezuelanos em julho de 2017, existem casos em que a PF impediu o retorno (EBC, 2016), mesmo tendo esses solicitantes autorização para sair do Brasil.

Conclusões preliminares: as tendências da migração venezuelana em São Paulo

A percepção inicial proporcionada pela pesquisa qualitativa fortalece a hipótese de que a tendência é a de que o fluxo de imigrantes venezuelanos para São Paulo (e para outros destinos do Centro-Sul) cresça ao longo dos próximos anos. Primeiramente, pelo aumento progressivo e acelerado na proporção de emigrantes na população venezuelana. Em segundo lugar, porque, a partir das entrevistas, foi possível identificar o fortalecimento das redes já na cidade e a intenção de trazer familiares, amigos e cônjuges. Além disso, a caracterização dos fatores de expulsão populacional permite identificar a atual crise econômica como de caráter estrutural, que demorará a ser revertida.

Essa hipótese se baseia na teoria das migrações baseadas em redes, distinta das teorias embasadas nos modelos de escolha racional, conforme comparam Brettell e Hollifield.

Como se viu nas descrições das trajetórias, seis dos oito entrevistados já tinham alguma referência em São Paulo quando chegaram. Além disso, eles usam fatos políticos na Venezuela (principalmente relacionados à oposição) como justificativa para se reunirem - como aconteceu no Plebiscito da oposição em julho deste ano. Para organizar esses encontros, utilizam seus perfis nas redes sociais. Elas também são usadas como canais de comunicação para envio de remessas ou de produtos para familiares.

Há distinções entre redes sociais e redes migratórias: as primeiras já existem anteriormente e, por vezes, alimentam as redes migratórias (TRUZZI, 2008). Segundo Truzzi (2008), além do papel de ligação entre origem e destino, há também uma função estratégica das redes no lugar de destino, por meio de vínculos que se estabelecem no período de integração à nova sociedade, a partir de padrões residenciais, ocupacionais matrimoniais e das associações étnicas.

Neste sentido, mapas mentais dos que pensam em emigrar são diferentes dos mapas geográficos (TRUZZI, 2008), ou seja, mesmo que São Paulo esteja mais distante fisicamente que Boa Vista, os migrantes tendem a escolher o local onde estejam os indivíduos mais próximos. Os emigrantes potenciais preferem informação e, sempre que possível, de confiança.

Outro ponto que alimenta essa hipótese está relacionada à dinâmica da vida migrante na fronteira Norte. O mercado de trabalho, principalmente em Roraima, é insuficiente para absorver todos os recém-chegados, especialmente se os números de migrantes continuarem a crescer, conforme tem apresentado os comparativos dos últimos anos. Neste cenário, assim como ocorreu com o fluxo de haitianos, a tendência é que essas pessoas se direcionem aos grandes centros urbanos, no que a cidade de São Paulo ocupará certamente lugar de destaque.

Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D.M. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.
- BAENINGER, R. Migração Transnacional: Elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, R., et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.p.13-43.
- BBC. Venezuela confirma que tem inflação mais alta do mundo. Publicada em 15 de janeiro de 2016. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160115_venezuela_inflacao_cc>. Acesso em 15 de outubro de 2017.
- BOYD, M., Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda. **International Migration Review**, 23 (4): 853-876. 1989.
- CAMPOS, A. F. **Venezuela**: resultados e desafios da reforma petrolífera dos anos 2000. Revista Augustus, 20(40), 92-104. 2016.
- CARTA CAPITAL. Venezuela supera Arábia Saudita em reservas de petróleo. Publicado em 20 de julho de 2011. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/venezuela-supera-arabia-saudita-em-reservas-de-petroleo>>. Acesso em 18 de outubro de 2017.
- CAVALCANTI, L., OLIVEIRA, T., ARAÚJO, D. A inserção dos migrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual 2016**. Observatório das Migrações Internacionais. Brasília, DF: Observatório das Migrações, 2016.
- ESTADOS UNIDOS, Agência Central de Inteligência. The World Factbook, 2017
- FIGUEIRA, M. S. (2017). Desenvolvimento econômico na cadeia global do petróleo: Venezuela e Arábia Saudita em perspectiva sistêmica. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis
- JIMENEZ, M. O bolívar venezuelano sofre uma nova desvalorização encoberta de 88%. In: **El País**. Publicado em 25 de março de 2014. Disponível em :

- <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/25/economia/1395740817_055663.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.
- MARINGONI, Gilberto; DA COSTA, Emília Viotti. **A Revolução Venezuelana**. Unesp, 2009.
- MISSÃO PAZ E CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Missão a Roraima e Manaus: Migração Venezuelana**. 2017
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). Tendencias migratorias en América del Sur. In: **Informe Migratório Sudamericano**. n. 1, 2017.
- PIZARRO, J.M.; RIVERA, C. O. **Nuevas tendencias y dinámicas migratorias en América Latina y el Caribe**. 2016, CELADE.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SILVA, J.C.J. O transbordamento no Brasil da tensão na Venezuela. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23850>>. Acesso em 24 de setembro de 2017.
- SIMÕES, G. Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23834>>. Acesso em 24 de setembro de 2017.
- SIMÕES, G. ; Cavalcanti, L.; Oliveira, T. ; Moreira, E. ; Camargo, J. Resumo executivo. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. **Conselho Nacional de Imigração**. Brasília, DF: CNIg, 2017.
- SINGER, Paul. A América Latina na crise mundial . **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 91-102, jan. 2009. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10412/12125>>. Acesso em: 29 de set. de 2017.
- TALERO, K. Salario mínimo integral se ubica en Bs. 325.544 a partir del 1º de septiembre. In: **El Mundo**. Publicado em 10 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.elmundo.com.ve/noticias/economia/politicas-publicas/salario-minimo-integral-se-ubica-en-bs--325-544-a-.aspx>. Acesso em 21 de setembro de 2017.
- TILLY, Charles. (1978), "Migration in Modern European History". In: MCNEILL, William H. & ADAMS, Ruth S. (orgs.). **Human migration, patterns and policies**. Indiana University Press, pp. 48-72.
- TRUZZI, O.M. S. Redes em processos migratórios. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 20, p. 199-218, 2008.
- VILLEN, P. Periféricos na Periferia. In: BAENINGER, R., et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiá, Paco Editorial: 2016.p.45-64.

MIGRAÇÃO DE DEPENDÊNCIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL¹⁵⁰

Luís Felipe Aires Magalhães

Desde 2007, a crise capitalista mundial tem acarretado um processo de elevação do desemprego nos países centrais (CEPAL, 2009), provocando o fortalecimento do discurso e da prática xenófobos (COVARRUBIAS, 2010; DURAND; 2014). Essa maior discriminação (social, econômica, políticas e também cultural) contra os povos migrantes tem se traduzido, na prática, em maiores dificuldades de inserção laboral e em interações sociais crescentemente marcadas por segregação, vulnerabilidade e violência.

Essas dificuldades crescentes não se restringem à sociedade dita de “acolhimento”, senão que se estendem frequentemente às etapas que compõem as trajetórias migratórias. A mobilidade internacional, em termos gerais, vê-se afetada por múltiplas formas de violação de direitos humanos; as transformações econômicas têm condicionado, ademais, modificações no mundo do trabalho e, ao fazê-lo de forma desigual, também acarretam significativos impactos na mobilidade populacional (BAENINGER, 2016).

A deterioração das condições de vida e de trabalho, a nível global (todavia com importantes particularidades em escalas nacionais), acarreta em transformações na dinâmica migratória internacional, através da redefinição dos destinos migratórios (BAENINGER, 2016; MAGALHÃES; BAENINGER, 2016). O histórico sistema migratório sul-norte global vê-se, gradativamente, suplantado pelo emergente sistema migratório Sul-Sul, alterando a posição de países e centros metropolitanos na divisão internacional do trabalho (BAENINGER, 2016). Os “periféricos na periferia” (VILLEN, 2016) são uma face importante desta nova modalidade migratória (BAENINGER, 2013). O mesmo pode ser considerado do ponto de vista do refúgio internacional (BÓGUS; MOZINE, 2015).

As tendências migratórias apontadas pela OIM (2017) para a América do Sul e o Brasil indicam aspectos importantes da atual dinâmica migratória internacional, especialmente da emergência nesta dinâmica das migrações Sul-Sul.

Na atualidade, as migrações na região mostram um aumento dos movimentos intraregionais, facilitados pela difusão das tecnologias de comunicação, barateamento dos custos de transporte e, essencialmente, pelas condições políticas vigentes na região, a partir da implementação e

¹⁵⁰ Este estudo compõe as análises do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq).

funcionamento dos mecanismos de integração regionais (a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos, a União das Nações Sul-americanas, a Comunidade Andina e o Mercado Comum do Sul). Por sua vez, os tradicionais países de destino das migrações desde a América do Sul, particularmente os mais desenvolvidos, levantam crescentes barreiras, impedindo os fluxos de entrada e saída, assim como a residência, nos mesmos [...]. Outro padrão migratório é a emigração de nacionais da América do Sul à América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e Europa (principalmente Espanha e Itália). A emigração extraregional tem uma larga história na região e nas últimas décadas tem sido alentada pelas debilidades nos âmbitos econômicos e sociais nos países de origem. Se bem esse fenômeno se estenda até nossos dias, desde a última crise econômica padecida pelos países europeus, em especial os do Sul deste continente, se observa uma redução da emigração a esses ditos destinos (OIM, 2017, tradução livre).

O mesmo informe da OIM (2017) aponta, ainda, para novas tendências migratórias que envolvem fluxos de países da África e da Ásia à América do Sul, além, como dito, da intensificação da migração de latino-americanos e caribenhos sobretudo para Argentina, Chile e, especialmente, Brasil.

A emergência dessa nova tendência migratória envolvendo países do Sul global manifesta-se também do ponto de vista do refúgio. O relatório “Tendências Globais 2016” (ACNUR, 2017) aponta que “em todo o mundo, a maior parte dos refugiados (84%) encontra-se em países de renda média ou baixa, sendo que um a cada três (4,9 milhões de pessoas) foi acolhido nos países menos desenvolvidos do mundo. Este enorme desequilíbrio reflete diversos aspectos, inclusive a falta de consenso internacional quando se trata do acolhimento de refugiados e a proximidade de muitos países pobres às regiões em conflito” (ACNUR, 2017).

Seja como imigrantes, seja como refugiados, os “periféricos na periferia” (VILLEN, 2016) constituem-se, portanto, como um dos aspectos mais urgentes da atual mobilidade internacional. As migrações Sul-Sul são resultado, neste sentido, não apenas das barreiras impostas pelos países do Norte global, os países do centro da acumulação capitalista mundial que, historicamente, mais atraem trabalhadores imigrantes, como também da nova posição de alguns países do Sul global. Estes países, embora tenham permanecido na sua condição de periferia e de dependência, atraíram imigrantes a partir da especialização produtiva (VILLEN, 2016), aprofundando com isso a opção pela inserção primária na divisão internacional do trabalho. A consequência tem sido, também, a ampliação da oferta de trabalho em setores de atividade econômica caracterizados por precariedade e baixa qualificação.

Uma das principais expressões desta dinâmica migratória Sul-Sul, dos periféricos na periferia, das cidades e das relações de trabalho, é a imigração haitiana no Brasil (MAGALHÃES, 2017).

A imigração haitiana no Brasil é um fenômeno social que, em suas origens, possui duas dimensões indissociáveis: uma dimensão macroestrutural, caracterizada pela citada crise capitalista e suas repercussões em termos de entraves e impeditivos à mobilidade; e uma dimensão micro social, essencialmente familiar, sob a qual novas mobilidades são construídas como estratégias aos impeditivos macroestruturais e a um de seus efeitos mais importantes: a dependência de remessas (MAGALHÃES, 2017).

Não obstante ser esse um fenômeno social recente (a imigração haitiana no Brasil tem seus primeiros registros apenas ao final de 2010), ele se insere no rol de processos emigratórios haitianos que remontam desde o final do século XIX. Seu estudo exige, portanto, conhecimento destes processos históricos de modo a se identificar de forma precisa a especificidade do fluxo ao Brasil. Essa análise em perspectiva histórica e o estudo da formação do fluxo migratório ao Brasil revela a presença constante do fenômeno da dependência, razão pela qual, como ficará mais claro ao longo deste artigo, utilizaremos o conceito de “migração de dependência” para a análise da imigração haitiana no Brasil. Esse conceito dá-se também em decorrência do estudo da migração haitiana ao Brasil como produto de processos que operam em três dimensões: a economia capitalista mundial, a sociedade haitiana e a economia brasileira (MAGALHÃES, 2017).

Sob a dimensão da economia capitalista mundial, a emigração haitiana foi fortemente impactada pela deterioração das condições de vida e de trabalho que sofriam os migrantes haitianos em seus destinos tradicionais, especialmente Estados Unidos, França e República Dominicana (BONÓ, 2016). Nestes países, sobretudo a partir de 2007, ano de irrupção da crise (CEPAL, 2009), fortaleceram-se o discurso e a prática xenófoba, com efeitos sobre as condições de chegada, de documentação, de vida e de trabalho dos migrantes haitianos (COTINGUIBA, 2014), bem como de seus descendentes, como na República Dominicana após a decisão 168-13 do Tribunal Constitucional deste país (BOGUS; MOZINE, 2015; BONÓ, 2016). Desde o ponto de vista da “migração de dependência” (MAGALHÃES, 2017), importa considerar especialmente o efeito provocado por essa crise capitalista sobre a diminuição dos níveis de remessas de migrantes para o Haiti, efeito esse que motivaria a construção de novos projetos migratórios, para países até então imunes à crise capitalista – como fora o Brasil. Entre 2005 e 2015, as remessas de haitianos residentes fora do país para seus familiares residentes no Haiti oscilaram entre 22 e 26% do PIB haitiano e equivaleram a 150% do valor das exportações do país (UNCTAD, 2017). Assim como não é forçoso concluir que emigrantes são, atualmente, o principal produto de exportação no Haiti, também não o é considerar os impactos provocados pela diminuição das remessas nas precárias condições de reprodução social no país (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016). Como veremos, a elaboração de novos projetos migratórios em razão da “dependência de remessas” revela um aspecto central da dinâmica migratória em países

dependentes, a “síndrome emigratória” (GROSFOGUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010).

Na dimensão haitiana, transformações recentes agravaram uma situação de crise permanente (PIERRE-CHARLES, 1990), responsável pela produção e reprodução histórica dos fatores de expulsão populacional no país (CASTOR, 1978). O agravamento da instabilidade econômica, política e institucional especialmente após 2004, quando se inicia mais um ciclo de intervenção estrangeira no país (SEITENFUS, 2014), envernizam a imagem de um país sem outra esperança que não a emigração (SEGUY, 2014). De sua condição de dependência estrutural, sob a qual produz fatores de expulsão populacional e processos históricos de emigração, o Haiti vê surgir uma nova modalidade de dependência – a dependência de remessas. Em 2007, em pleno contexto de crise capitalista internacional, as remessas de migrantes como proporção do PIB atingem o seu menor nível no período entre 2005-2015 (UNCTAD, 2017). As famílias haitianas, já situadas em um contexto de transnacionalismo através de presença de seus membros em destinos como França, Estados Unidos, Canadá e República Dominicana, não tardariam a encontrar novos destinos migratórios para a reversão desta tendência (MAGALHÃES, 2017). Mas que destino seria esse? É justamente na dimensão brasileira onde reside a resposta a essa pergunta.

No contexto brasileiro, é significativo analisar que, enquanto a crise capitalista motivava o fortalecimento de seletividades e restrições à migração internacional advinda dos países do Sul nos países centrais, o Brasil reagia a ele com políticas anticíclicas que promoveram, entre 2003 e 2010, a criação de 14,7 milhões de empregos (MATTEI; MAGALHÃES, 2011). A partir da própria presença econômica, militar e política brasileira no Haiti – produto do sub-imperialismo brasileiro no país (LUCE, 2011) – forma-se no país caribenho uma ideia de Brasil enquanto destino migratório possível, o “novo Eldorado” (SILVA, 2016). Uma ideia imprecisa e frágil como o próprio processo de expansão econômica com inclusão social brasileiro, situado ainda nos marcos de uma economia dependente (MAGALHÃES, 2017).

A presença brasileira no Haiti (SEITENFUS, 2014) e a posterior constituição de um fluxo de migrantes haitianos no Brasil (bem como suas principais características laborais) motivam-nos a propor a noção de “migração de dependência” (MAGALHÃES, 2017) para a conceituação da presença haitiana no Brasil. Através deste conceito, buscamos sintetizar teórica e metodologicamente um conjunto de elementos desta modalidade migratória que fazem referência direta, em diversas instâncias, ao fenômeno da dependência e de como ele condiciona uma mobilidade espacial específica, qual seja, a de haitianos no Brasil.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a recente imigração haitiana ao Brasil, que atingiu um volume estimado de pelo menos 85.000 imigrantes que, entre 2010 e 2017, tiveram no Brasil ponto de destino ou

de trânsito a outros destinos migratórios. Buscamos com isso definir os contornos teóricos e metodológicos para o estudo da imigração haitiana ao Brasil a partir do conceito de “migração de dependência” (MAGALHÃES, 2017).

A metodologia deste artigo contempla a revisão teórica da emigração haitiana e o estudo empírico de sua presença no Brasil, com base nos resultados das pesquisas nacionais existentes sobre o tema (FERNANDES, 2014; BAENINGER et al., 2016), fontes de dados administrativas (TEM; CNIg e SINCRE) e trabalho de campo realizado em 16 cidades do sul do Brasil – bem como no próprio Haiti, em Porto Príncipe, de 31 de maio a 16 de junho de 2016 (MAGALHÃES, 2017).

Este artigo possui duas hipóteses fundamentais, que buscaremos analisar: inicialmente, a hipótese de que a presença haitiana no Brasil guarda relação com a crise capitalista de 2008 e o conseqüente agravamento das restrições migratórias nos destinos consolidados (Estados Unidos e França, sobretudo), redirecionando o fluxo da emigração haitiana para o Brasil. A segunda hipótese é a de que a condição de “dependência de remessas” no Haiti possa condicionar a redefinição dos destinos migratórios preferenciais e orientá-los, particularmente após a crise capitalista recente nos países centrais (alguns dos quais destinos históricos da emigração haitiana, como Estados Unidos e França), a novos destinos, como o Brasil. Em outras palavras, investigamos, sob esta hipótese, se as remessas de migrantes podem ser consideradas, no tocante específico à emigração haitiana, como um elemento da dinâmica migratória.

Imigração Haitiana no Brasil: a “migração de dependência”

Antes de definirmos o conceito de migração de dependência, importa caracterizar, ainda que brevemente, a conjuntura social haitiana nos últimos anos.

Atualmente, a população do Haiti é, segundo estimativas, de 10.255.644 habitantes (IBGE, 2014). Destes, 44,5% estão em situação de subnutrição e 34,7% não são alfabetizados; apenas 17% da população do país possui acesso à rede sanitária, situação que contribui para a ocorrência, frequente, de surtos de cólera e de outras doenças infecto-parasitárias no país (IBGE, 2014). São doenças facilmente evitáveis, mas o Haiti investe apenas 1,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em serviços de saúde. A esperança de vida ao nascer é de 62,9 anos. Um haitiano residente em seu país consome, em média, 2.080 kcal/dia, mesmo nível consumido em países como Iêmen e Tanzânia (IBGE, 2014). É o que pode ser consumido em um país inserido em um contexto de crise alimentar permanente, em que 61,7% de sua população vive com menos de um dólar por dia. A renda anual per capita é o equivalente a 15% da média da América Latina. As condições de vida são precárias, e as de nascimento também: apenas 26,1% dos partos são assistidos por algum profissional da área

de saúde; em 350 a cada 100.000 partos com nascidos-vivos a mãe falece; 7% das crianças morre antes dos cinco anos de idade e 5,3% antes de um ano de idade (IBGE, 2014). Enquanto isto, o sistema universitário do país parece produzir profissionais para o trabalho em outros países: 84% de seus egressos passa a residir fora do Haiti com o fim de seus cursos.

A precariedade da situação social no Haiti agrava-se em razão das instabilidades políticas no país, particularmente pós-2004 (SEITENFUS, 2014; COUTO, 2016). É neste contexto que a ONU intervém, através da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), coalizão internacional iniciada em 2004 sob a coordenação das Forças Armadas brasileiras. Esta seria a sétima missão estrangeira implementada no país no período curto de apenas 11 anos (SEITENFUS, 2014).

Em outras palavras: embora a presença econômica e militar brasileira no Haiti inicie-se em 2004, com o estabelecimento no país da Minustah, é apenas com a crise capitalista de 2007, a deterioração das condições de vida e de trabalho nos destinos tradicionais da emigração haitiana (Estados Unidos, França e República Dominicana¹⁵¹) e os efeitos, econômicos e sociais, da redução no nível das remessas para o país que essa mesma presença passa a construir, objetiva e subjetivamente, a ideia de um destino mais vantajoso aos migrantes do país (METZNER, 2014; PERAZZA, 2014). Em igual medida, é justamente em um contexto de crise que a expansão subimperialista do capitalismo brasileiro ao exterior aprofunda sua importância, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político-militar.

Embora a crise capitalista de 2007 tivesse diminuído de imediato o consumo das exportações brasileiras e pressionasse, com isso, a balança comercial brasileira, a opção por uma política econômica anticíclica, com elevação dos gastos do governo e controle da taxa de juros, expandiu a capacidade produtiva e manteve a tendência de crescimento do consumo, via crédito e endividamento familiar, e de criação de postos de trabalho, sobretudo de baixa qualificação. A criação de 14,7 milhões de empregos entre 2003 e 2010 foi acompanhada de valorização real do salário mínimo e de diminuição da desigualdade de renda via desconcentração do salário – o índice de Gini entre 2002 e 2009 cai de 0,59 para 0,54 (MATTEI; MAGALHÃES, 2011). É essa conjuntura econômica de desenvolvimento dependente (LUCE, 2012), mas com relativa inclusão social e expansão do emprego (MATTEI; MAGALHÃES, 2011), que condiciona a expansão brasileira ao exterior, em busca de novos mercados, e que pressiona a diplomacia externa brasileira, objetivando,

¹⁵¹ Em que pese a importância da República Dominicana enquanto destino histórico da emigração haitiana, há importantes especificidades temporais que precisam ser entendidas para a reflexão das características gerais do processo emigratório haitiano e as restrições que têm sido impostas a ele. Sobre o histórico das relações entre Haiti e República Dominicana a partir da questão migratória e a discriminação contra haitianos e dominicanos descendentes de haitianos na República Dominicana, ler Castor (1978) e BONÓ (2016).

sobretudo, um assento no Conselho de Segurança da ONU (SEITENFUS, 2014). Ademais, essa conjuntura também está diretamente associada à produção de uma imagem de Brasil próspero, potência, que estaria alterando sua posição na divisão internacional do trabalho e que poderia, com isso, receber a migração haitiana, objeto ela de discriminação nos destinos tradicionais. Essa imagem difunde-se no Haiti não apenas em razão das viagens dos presidentes Lula e Dilma ao país, como principalmente em consequência da presença econômica, política e militar brasileira no país.

A “migração de dependência” expressa um fluxo migratório internacional formado através dessa presença de um país dependente (Brasil) em outro (Haiti). Aporta-se esse adjetivo ao fluxo pois são precisamente as contradições do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro que levaram o Brasil ao Haiti: a expansão econômica ao exterior; a busca por um assento no Conselho de Segurança da ONU, que confirmasse politicamente essa expansão econômica; a procura de negócios rentáveis para suas construtoras e empreiteiras, através da construção de obras de infra-estrutura, como a da estrada entre Les Cayes, cidade portuária, e Jérémie, ambas no sul do Haiti; a presença nos lucrativos negócios de reconstrução do país, pós-terremoto de 2010; e a presença e coordenação da Minustah, como garantia ao mundo de que o Brasil era um ator não apenas econômico mas também político e militar relevante nas relações internacionais.

Igualmente, a adjetivação “dependência” denota outro aspecto característico deste fluxo, precisamente a sua dependência de remessas (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016). As remessas de migrantes, dado que fazem parte do processo de produção e reprodução do capital, associa as condições de produção de mercadorias e serviços (no país de destino ou de trânsito) às condições de reprodução do valor da força de trabalho e de sua família (no país de origem). Ela é uma face, portanto, do caráter transnacional que o migrante, sua família e o processo de trabalho adquirem na atual conjuntura do sistema capitalista mundial e sua dinâmica migratória. Segundo Canales (2015), “as remessas não apenas formam parte do processo de reprodução transnacional da força de trabalho migrante, como também das condições estruturais da exclusão social e precarização laboral que enfrenta essa força de trabalho. Em outras palavras, ao analisar o significado econômico e social das remessas não podemos abstrair o contexto global de exclusão e segregação social que caracteriza a inserção laboral dos migrantes, pois elas (as remessas) são um produto direto deste contexto global. Portanto, é este marco estrutural de exclusão e segregação social dos migrantes o que permite, em definitivo, diferenciar entre caráter e significado social das remessas que recebem em vários países em via de desenvolvimento e aqueles que recebem as economias industrializadas do Primeiro Mundo” (CANALES, 2015, p. 130).

As remessas, portanto, possuem significados distintos em países de centro e de periferia do sistema capitalista mundial – por consequência,

podemos afirmar que as remessas em migrações Sul-Sul têm um significado particular. As especificidades derivam sobretudo da forma como esses recursos se inserirão na esfera de reprodução do valor da força de trabalho: se serão reutilizadas como investimento produtivo, apontando para a migração como uma estratégia real de mobilidade social, ou se serão utilizadas para consumo corrente, apontando, por sua vez, para um contexto de dependência de remessas. No Haiti as remessas têm sido utilizadas essencialmente para consumo corrente, constituindo uma situação de dependência em relação a esses recursos.

A dependência de remessas expressa uma condição, historicamente constituída, a partir da qual as famílias de migrantes, por sua posição econômica e social já de vulnerabilidade, utilizam esses recursos exclusivamente ou quase exclusivamente para o consumo corrente, isto é, para a sua subsistência, sobrevivência material (GROSFUGUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010). Em um contexto de crise capitalista e de diminuição do volume das remessas, como o ocorrido imediatamente após 2007, a migração ao Brasil se dá também como estratégia familiar de obtenção de, em um mercado em expansão, reverter esta diminuição das remessas e manter, com isso, seu nível de consumo.

Em trabalho de campo realizado em 16 cidades brasileiras no âmbito do projeto de pesquisa “Haitiano no Brasil: perfil e trajetórias em algumas cidades brasileiras” (BAENINGER et al., 2016), foi aplicado um questionário a um grupo de 297 imigrantes haitianos nessas cidades. A questão sobre envio de remessas foi respondida por 274 imigrantes haitianos: 190 declararam enviar remessas a seus familiares no Haiti, 80 responderam não enviar e apenas 1 não soube responder.

Quando questionados sobre qual uso efetivamente é feito das remessas, embora apareçam outras modalidades de gastos dos recursos, o resultado geral permanece por indicar uma situação de dependência das remessas, na qual a maior parte do dinheiro é utilizado para consumo corrente. Uma pequena parcela (6 imigrantes) respondeu que os recursos servem ao financiamento de estudo de dependentes. Essas informações indicam a predominância de um perfil sociodemográfico do grupo migrante em que as remessas, sendo utilizadas preferencialmente para o consumo da família, acabam por desenvolver uma relação de dependência por parte dessas famílias: elevação do consumo ou mesmo sua manutenção em contexto de crise e instabilidades somente é possível em situação de novos fluxos migratórios ao exterior – condição de “síndrome emigratória” – ou mesmo de reorientação do fluxo residente no Brasil a outros destinos, como o que está acontecendo desde meados de 2016.

Outra dimensão do processo migratório haitiano no Brasil que nos permite trata-lo a partir do conceito de “migração de dependência” dá-se, precisamente, na inserção laboral desses imigrantes no Brasil. Diferentemente de outros processos migratórios contemporâneos no Brasil, como o de ganeses e senegaleses; diferente ainda da inserção dos grupos de refugiados sírios e angolanos no país, e distinto da própria migração sul-americana no Brasil, a

imigração haitiana é caracterizada por maior documentação: o visto de ajuda humanitário, criado pela RN n. 97 do CNIg, em 12 de Janeiro de 2012, garante aos imigrantes haitianos CPF e Carteira de Trabalho, de forma mais facilitada do que a outros grupos (MAGALHÃES, 2017). Logo, a “dependência”, nesse caso, reside em não estarmos tratando de informalidade, mas sim de superexploração da força de trabalho em setores de atividade econômica caracterizados por formalidade (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016; MAGALHÃES, 2017).

No que tange à superexploração da força de trabalho haitiana no mercado formal de trabalho brasileiro, a referida pesquisa de campo (BAENINGER et al., 2016) concluiu a predominância de um perfil documentado e empregado, perfil esse corroborado pelos dados do MTE (RAIS e CAGED). Em pesquisa de campo realizada especificamente em Santa Catarina, Unidade da Federação que mais empregou trabalhadores haitianos no mercado formal de trabalho entre 2010 e 2015, pudemos identificar pelo menos três modalidades sob as quais, mesmo no mercado formal de trabalho, há violação do valor da força de trabalho haitiana – superexploração (MAGALHÃES, 2017).

A primeira modalidade consiste em diminuir o valor dos salários a partir da concessão de alojamentos. Tal troca é anunciada já nos processos de recrutamento, em que muitos haitianos encontram-se desempregados e em situação de vulnerabilidade, de modo que aceitam, mesmo com o pagamento inferior à média salarial. Os alojamentos a que tivemos acesso, em Chapecó (segunda cidade brasileira que mais admitiu trabalhadores haitianos nesse mesmo período no mercado formal de trabalho, em razão da concentração em seus territórios de empresas frigoríficas), são insalubres e submetem, conforme visto por outros grupos de pesquisa e pelo próprio Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina (MPT – SC) os trabalhadores a condições análogas à escravidão. Assim, um alojamento insalubre e irregular opera a violação do valor da força de trabalho, em mecanismo pelo qual esses trabalhadores recebem, em média, R\$232 a menos que os demais, não alojados pela empresa (MAGALHÃES, 2017).

O segundo mecanismo identificado neste trabalho de campo refere-se ao que chamamos de “alocação discriminatória” (MAGALHÃES, 2017), isto é, a maior concentração de trabalhadores haitianos justamente nas etapas do processo produtivo caracterizadas por maior desgaste da força de trabalho e, por consequência, maior ocorrência de DORT's, as Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho. Nos frigoríficos, essas etapas são a da “pendura” (em que o peso das carnes levantadas e colocadas na esteira frequentemente supera aquele estipulado pela legislação específica, a NR 36) e dos “miúdos” (em que o funil que organiza os miúdos na esteira é, para aumento da produtividade, colocado a uma altura em que o grau formado entre os braços e os ombros é superior ao máximo estabelecido, 90°). Por esse mecanismo, o valor da força de trabalho haitiana é violado porque ela é alocada preferencialmente em setores

em que há maior desgaste da força de trabalho e os salários não são superiores de modo a compensar esse maior desgaste e reproduzir a força de trabalho. É, como vimos, inferior.

Em nosso trabalho de campo (MAGALHÃES, 2017), identificamos inúmeros casos em que contratos de demissão com cláusulas abrindo mão de direitos pós-demissão foram entregues sem qualquer orientação e tradução a esses trabalhadores sem domínio do idioma. O valor da força de trabalho é condicionado, também, pelos direitos a que os trabalhadores têm direito mesmo após a sua demissão. A violação do valor da força de trabalho, neste caso, está em reduzir os benefícios pós-demissionais de forma a acumular privadamente esses recursos. Esse é o terceiro mecanismo de superexploração da força de trabalho haitiana.

Parece-nos haver uma relação íntima entre a presença do Brasil no país e a vinda dos primeiros haitianos ao Brasil (PATARRA, 2012; PERAZZA, 2014). Esta relação nos leva a refletir, ainda que de forma breve e inicial, na capacidade de o subimperialismo condicionar a dinâmica migratória internacional, e criar e impulsionar um fluxo específico entre o país objeto da expansão subimperialista e o país que a promove efetivamente. Leva-nos, por consequência, a ousar definir tal fluxo como “migração de dependência”.

A consideração de que o subimperialismo brasileiro possa condicionar fluxos migratórios específicos é reforçada por Patarra (2012)¹⁵². Embora não utilize o conceito de subimperialismo, Patarra (2012), ao referir-se à deterioração das condições econômicas e sociais no Haiti, afirma que “neste quadro, a presença do Brasil no Haiti, no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – Minustah, iniciada em 2004, foi fator de fundamental importância na inserção do país no quadro dos destinos procurados pelos haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social” (PATARRA, 2012, p. 13).

Concorrem para isto as ideias colhidas junto aos militares brasileiros no país (PERAZZA, 2014), as atividades organizadas no Haiti pelo governo brasileiro (FERNANDES, 2014), incluindo de visitas de Estado do Presidente Lula até amistosos da seleção brasileira (SILVA, 2016) e um conjunto de informações bastante imprecisas sobre a vida no Brasil.

Destaca-se que há pouca informação objetiva ao alcance dos migrantes haitianos. A maior parte da mesma, no que se refere às condições de vida no Brasil, provém dos retratos que fazem os meios de comunicação de massa, não são numerosos e usualmente estão baseados nos esportes, rumores propagados por traficantes, e o boca a boca anedótico através da Construtora OAS, companhia brasileira que construiu várias estradas na metade sul do país, e o

¹⁵² Sales (1996), ao analisar a imigração paraguaia ao Brasil a partir da concentração fundiária em curso no país vizinho operada pelas empresas e produtores brasileiros lá instalados, chegue a conclusão semelhante ao considerar que a expansão brasileira àquele território estaria condicionando a vinda de paraguaios ao Brasil.

Batalhão Brasileiro Minustah. Há uma compreensão generalizada de que existem oportunidades laborais no Brasil para trabalhadores não qualificados, os vistos são relativamente fáceis de obter e a suposição de que o Brasil não deporta aos migrantes irregulares. Os migrantes que esperavam radicar-se de modo permanente no Brasil eram uma minoria. Aqueles que buscavam apenas residir de modo temporário, em termos gerais esperavam poupar de 10.000 a 20.000 dólares por ano (METZNER, 2014, p. 15-16).

Estas informações imprecisas sobre as condições de vida e de trabalho no Brasil, vinculadas no Haiti, tornam-se atraentes em um contexto de crise econômica e política permanente vivido por um povo que já possui reconhecida tradição migrante (CASTOR, 1978). Segundo Fernandes e Faria (2016), estas informações têm origem, também, em redes de tráfico de pessoas existentes no país. Referindo-se a trabalho de Louidor et al. (2011) e Fernandes e Faria (2016) indicam haver pelo menos duas redes de tráfico que recrutam cidadãos no Haiti, principalmente no oeste e norte do país. Estas redes prometem trabalho e estudos em países da América Latina e até mesmo nos Estados Unidos e Europa; utilizam Cuba e a República Dominicana como países de trânsito e dirigem os imigrantes ao Equador, onde abandonam suas vítimas. É possível que o início da imigração para o Brasil também esteja atrelada a esta rede, uma vez que a maioria dos haitianos não permanece no Equador (FERNANDES; FARIA, 2016, p. 95).

Os chamados coiotes propagam, então, a ideia de que o Brasil tem permanecido imune à crise econômica, de que há abundância de trabalho disponível e facilidades de entrada, documentação e permanência no Brasil (FERNANDES; FARIA, 2016). O preço cobrado pelo agenciamento, prometem, seria obtido logo nos primeiros meses no Brasil¹⁵³.

A capacidade de a presença do Brasil no Haiti condicionar fluxos migratórios de haitianos ao Brasil é apresentada também por relação bibliográfica levantada por Fernandes (2014), segundo o qual “alguns autores indicam que a presença das tropas brasileiras no Haiti poderia ter contribuído para disseminar a ideia do Brasil como país de oportunidades, principalmente no momento em que grandes obras estavam em execução e a taxa de desemprego em descenso” (FERNANDES, 2014, p. 12).

Essa proposição encontra respaldo teórico (PATARRA, 2012; PERAZZA, 2014) e reverbera nas próprias palavras do Vice-Cônsul brasileiro no Haiti, Cláudio Teixeira¹⁵⁴. Ao referir-se à presença de soldados brasileiros no

¹⁵³ A RN 102 do CNIg, de 26/04/2013, ao tornar revogar o teto de emissão de 100 vistos de ajuda humanitária a haitianos por mês e estender a possibilidade de concessão do visto em outros países, passou a operar gradativamente uma mudança no perfil do imigrante haitiano no Brasil, particularmente no que se refere à conversão da via terrestre à via aérea na chegada ao país.

¹⁵⁴ A entrevista com os vice-cônsules do Brasil no Haiti foi feita no âmbito de trabalho de campo realizado em Porto Príncipe entre 30 de Maio de 2016 e 16 de Junho de 2017.

país e o convívio destes com cidadãos haitianos, Teixeira argumenta de modo a sinalizar concordância com essa hipótese.

Nós temos aí agora cerca de 850 militares. Já ouvi dizer que esse número já foi de 1.600 pessoas, que ultrapassou 2.000, mas com certeza essa nossa liderança, essa missão de paz aí ela é muito efetiva, é eficiente, né? E há uma simpatia, uma proximidade muito grande do haitiano com o brasileiro. Então de vez em quando eu vou aqui na janela e as vezes vêm alguns militares, às vezes a pessoa precisa fazer uma procuração para resolver algum problema lá então eles vêm aqui no Consulado e normalmente eles vêm aqui com um carro de campanha deles, né? Então vem o interessado, sobe aqui e fica um ou dois lá no veículo militar e a gente vê daqui: os haitianos já chegam, querem conversar com eles, sabe?

[...] então eles são muito bem vistos aqui, pelo menos para a população haitiana, e pela própria Minustah aqui, que é a representante, a ONU né, sempre que tem cerimônia lá no Brabat ela sempre tá presente, ela sempre enaltece muito o trabalho do Exército brasileiro, então com certeza eu acho que contribuiu muito o trabalho do Brasil aqui (Cláudio Teixeira).

Questionado diretamente sobre se essa contribuição seria também à constituição do fluxo, em nossos termos à formação da “migração de dependência”, Teixeira responde “sim”, no que o também Vice-Cônsul brasileiro no Haiti, Tarcísio Dias, concorda:

Eu acho que eles deram o ponta pé inicial nessa vontade que eles têm de ir pro Brasil né? Eu acho que a Minustah ela tem um trabalho fundamental, né, porque eu acho que se eles tivessem feito um trabalho... mal trabalho, né, com certeza poderia até existir o visto humanitário, né, mas acho que a procura e a busca não seriam tão grande. Com certeza o trabalho inicial foi sim da Minustah, o trabalho pioneiro foi da missão brasileira (Tarcísio Dias).

Além desta presença, há de se destacar também, segundo Fernandes (2014), que as obras para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro empregaram muitos trabalhadores estrangeiros. Ainda segundo Fernandes (2014), é possível citar também como causa “a realização do Jogo da Paz como fator que contribuiu para disseminar a imagem do Brasil naquele país” (FERNANDES, 2014, p. 12), bem como a ida do ex-presidente Lula ao Haiti, em fevereiro de 2010, quando ele discursou ao povo haitiano e disse que eles seriam muito bem recebidos no Brasil (COSTA, 2016). Esse discurso teria operado na prática como um convite à imigração haitiana (FERNANDES, 2014).

Considerações Finais

A relação entre subimperialismo e fluxos migratórios não é, certamente, direta ou causal. Trata-se, melhor dizendo, de fenômenos vinculados, associados. O subimperialismo, como vimos anteriormente, se insere em uma conjuntura nacional que reúne fatores de expulsão populacional que vêm sendo produzidos desde a retomada imperialista no país, pós 2004. Ademais, esta conjuntura viu-se agravada pela destruição material, abatimento moral e caos sanitário causado pelo terremoto de 2010. Da mesma forma com que é limitada e equivocada a interpretação de que a imigração haitiana no Brasil decorre exclusivamente do terremoto de 2010, ignorando os processos históricos de emigração haitiana e a própria natureza estrutural de seus fatores de expulsão populacional (BAPTISTE; VIEIRA, 2016), também pode ser equivocada a consideração de que esse processo migratório decorre unicamente da presença militar brasileira no país, a partir da coordenação da Minustah. De modo a superarmos essas limitações e refletirmos a imigração haitiana no Brasil como fenômeno social complexo, abordamos esse tema a partir das referidas três dimensões (haitiana, internacional e brasileira), dimensões essas intimamente relacionadas pelo fenômeno da dependência.

Procuramos, ao longo deste artigo, apresentar as principais características teóricas e metodológicas do conceito “migração de dependência”, utilizado aqui para definir a imigração haitiana no Brasil.

A definição dos contornos teóricos e metodológicos deste conceito exigiu, produto que é da aproximação entre os estudos históricos-estruturais e a teoria marxista da dependência, a utilização de categorias como dependência, subimperialismo, super-exploração da força de trabalho e conceitos como fatores de expulsão e fatores de atração. Não obstante a articulação entre esses conceitos e categorias, em muitos deles foram utilizadas notas de rodapé para aprofundamento teórico. Também como decorrência do objetivo específico deste artigo, não pudemos caracterizar, social e demograficamente, de forma mais ampla a presença haitiana no Brasil. Todavia, cabe destacar que justamente desta caracterização que surge o conceito de “migração de dependência”, como síntese de um processo social em que o fenômeno da dependência está presente desde a formação dos fatores de expulsão, no Haiti, até a forma que assume a inserção laboral dos imigrantes haitianos, já no Brasil.

As novas mobilidades surgidas no interior do processo de migração haitiana, sejam para outros países da América do Sul, seja de retorno para o próprio Haiti, não anulam a validade teórica do conceito de “migração de dependência”, senão que o confirma, dado que são, fundamentalmente, efeitos da extensão da crise capitalista ao Brasil e da reprodução, ampliada, da dependência no capitalismo brasileiro, na atual etapa de desnacionalização e desindustrialização em curso no país. Essas novas mobilidades, no entanto, exigem ainda estudos específicos, de modo a compreendê-las não apenas dentro

da tradição migrante haitiana mas também como resultado de processos particulares em curso nestes próprios países.

Referências

- ACNUR. **Tendências globais sobre refugiados e outras populações de interesse do ACNUR**. Brasília, DF, 2017.
- BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- BAPTISTE, C. J.; VIEIRA, J. M. Catástrofe ambiental e migração internacional: a perspectiva dos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- BONÓ. CENTRO BONÓ. **Desnacionalización y apatridia en República Dominicana hoy**. Santo Domingo, República Dominicana, 2016.
- BÓGUS, L. M. M.; MOZINE, V. Imigração e refúgio no Brasil Contemporâneo: 1930-2012. In: CUTTI, D. et al. (Org.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo, SP: EDUC, 2016.
- CANALES, A. **E pur si muove**. elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global. Guadalajara: M.A Porrúa; Universidad de Guadalajara, 2015.
- CASTOR, S. **Migración y relaciones internacionales (el caso haitiano-dominicano)**. México, DF: Editora de la UNAM, 1978.
- COSTA, Pe. G. Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014: presença da Pastoral do Migrante. **Cadernos de Migração**, São Paulo, SP, n. 8, 2016.
- COTINGUIBA, G. C. **Imigração Haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. 2014. 155f. Dissertação (Mestrado em História e Estudo Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2014.
- COUTO, K. C. Notas de pesquisa: entre o Haiti e o Brasil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- COVARRUBIAS, H. M. Desarrollo y migración: una lectura desde la economía política. **Migración y Desarrollo**, México, DF, n. 14, p. 59-87, 2010.
- DURAND, J. Haity y la salida migratória. **La Jornada**, 2010. Disponível em <<http://www.jornada.unam.mx/2010/01/31/opinion/010a1pol>>. Acesso em: fev. 2014.
- FERNANDES, D.; FARIA, A. V. A diáspora Haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- _____. (Coord.). **Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Belo Horizonte, MG: TEM/IOM-OIM/PUC Minas/GEDEP, 2014.
- IBGE. **Banco de dados países**. Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>.
- GROSGOUEL, R. Migrantes Coloniales Caribeños en los centros metropolitanos del sistema-mundo. Los casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido. **Documentos CIDOB**, Barcelona, v. 13, p. 1-51, 2007. (Série Migraciones).
- JUBILEU BRASIL. **Haiti: soberania e dignidade**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.
- LOUIDOR, W. E. et al. Os fluxos haitianos para América Latina: situação atual e propostas. In: MACHADO, J. E.; GONZÁLEZ, W. (Coord.). **Análise de conjuntura América Latina e Caribe**. São Leopoldo, RS: Humanitas Unisinos, 2011.
- LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, SP, n. 32, p. 119-141, 2012.
- _____. **A teoria do sub imperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. 2011. 225f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

- MAGALHÃES, L. F. A. **A Imigração Haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti.** 2017. 355f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.
- _____; BAENINGER, R. Imigração Haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- _____. **Migração internacional e dependência na divisão internacional do trabalho: um estudo da região sul de Santa Catarina.** 2013. 236f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução.** 2.ed. Florianópolis, SC: Insular, 2012.
- _____. **Dialética da dependência.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MATTEI, L.; MAGALHÃES, L. F. A. A política econômica durante o Governo Lula (2003 – 2010): cenários, resultados e perspectivas. In: DE PAULA, M. (Org.). **Nunca antes na história desse país...? Um balanço das políticas do Governo Lula.** Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.
- METZNER, T. La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In: OIM. **La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos.** Buenos Aires, Argentina, 2014. (Cuadernos Migratorios, n. 6).
- OIM. **La Migración en América del Sur: tendencias y datos relevantes.** Buenos Aires, Argentina, 2017. Disponível em: <<http://robuenosaires.iom.int/tendencias-y-datos-relevantes>>. Acesso em: jul. 2017.
- _____. **La Migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos.** Buenos Aires, Argentina, OIM, 2014. (Cuadernos Migratorios, n. 6).
- PIERRE-CHARLES, G. Haiti (1930-1975): a crise ininterrupta. In: CASANOVA, P. G. (Org.). **América Latina: história de meio século.** Brasília, DF: Editora UnB, v. 3, 1990.
- PATARRA, N. L. O Brasil: país de imigração? **Revista E-Metropolis,** Curitiba, PR, Ano 3, n. 9, p. 1-18, 2012.
- _____; BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: _____ (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo.** São Paulo, SP: FNUAP, 1995.
- PERAZZA, J. Introducción. In: OIM. **La Migración Haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos.** Buenos Aires, Argentina, 2014. (Cuadernos Migratorios, n. 6).
- SALES, T. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais,** Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 87-98, 1996.
- SEGUY, F. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti.** 2014. 389f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.
- SEITENFUS, R. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais.** Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2014.
- SILVA, S. A Imigração Haitiana e os paradoxos do visto humanitário. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 15.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995.
- UNCTAD. **HandBook of statistics 2017.** Geneva, 2017. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>>. Acesso em: jul. 2017.
- VILLEN, P. Periféricos na periferia. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- ZIBECCHI, R. **Brasil potência: entre la integración regional y un nuevo imperialismo.** Santiago de Chile, Chile: Editorial Quimantú, 2012.

ENTRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO: MIGRAÇÕES SUL-SUL NO BRASIL E AS NOVAS TIPOLOGIAS MIGRATÓRIAS

Lya Amanda Rossa
Marilda A. Menezes

A tensão entre as categorias de migração e refúgio a partir da década de 80 exigiu adequações nos sistemas existentes no mundo, como a ampliação do conceito de refugiado da Declaração de Cartagena de 1984 e o desenvolvimento de novas correntes teóricas como os Refugee Studies e os Forced Migration Studies. Nesse cenário, o papel político dos Estados no reconhecimento do status de refúgio através dos processos de elegibilidade é crítico, considerando a complexidade em categorizar os deslocamentos pelo mundo contemporâneo globalizado. A superação da antiga dicotomia polarizada que classifica as migrações conforme motivação voluntária ou forçada torna-se necessária frente aos limites dos instrumentos jurídicos de migrações e refúgio no Brasil e no mundo para diferenciar pessoas migrantes e refugiadas. Novas categorias também surgem, em discursos institucionais e acadêmicos, prevendo situações de deslocados internos e pessoas em "situação análoga ao refúgio" (refugee-like situation). Nesse panorama, problematizamos as categorias existentes e discorremos sobre novas abordagens, conceitos e categorias que visam a compreensão dos deslocamentos humanos contemporâneos, com ênfase no contexto brasileiro. Despontam conceitos como o de migração por sobrevivência (BETTS, 2010; 2013) e migração de crise (MARTIN; WEERASINGHE; TAYLOR, 2014; McADAM, 2014; CLOCHARD, 2007), perpassando os temas do processo de elegibilidade para solicitantes de refúgio, a criminalização do refúgio e a criação de *labels* (ZETTER, 2007), além da construção de subjetividades das pessoas submetidas à elegibilidade, que ora podem ser vitimizadas, ora mobilizam as categorias existentes como instrumentos de agência pessoal. A análise dessas situações é realizada tendo em vista as dinâmicas migratórias sul-sul no Brasil, com a chegada de pessoas que apresentam pedidos de refúgio que transpõe as dicotomias de migrantes e refugiados, como nos casos de Angola, Bangladesh e Haiti.

O Sistema de Refúgio e a insuficiência das categorias "migrantes" e "refugiados": processo de elegibilidade e os contornos políticos na criação de categorias migratórias

O advento do Direito Internacional dos Refugiados inaugura a criação de categorias de mobilidade humana, passando a importar a razão dessa mobilidade, se ela é voluntária ou compulsória. A criação da categoria de refúgio remonta a um período histórico e espaço-temporal específico no

contexto pré e pós-guerra europeu, o que refletiu em uma legislação original com limitações de territorialidade protetiva permeada por disputas políticas e econômicas já em 1947, com a criação da Organização Internacional para Refugiados (MOREIRA, 2006). A construção da categoria "refugiado" foi legitimada por um caráter positivista desde sua gênese, por ter sido construída através de discursos forjados em uma suposta pretensão de neutralidade, estabelecendo uma divisão entre as esferas legal e política dos sistemas de refúgio como um todo (CHIMNI, 1998). A verificação das motivações dos deslocamentos é a linha que separa migrantes de refugiados, e coloca os solicitantes de refúgio em um ponto intermediário de verificação das razões de sua mobilidade, o que se dá pelo processo de elegibilidade a que são submetidos. A categorização jurídica e acadêmica, que doutrina e delinea a aplicação da legislação de migrações e refúgio, tem sido permeada nas últimas décadas, no norte global, pela divisão de teorias que se antagonizam entre estudos de refúgio e migração forçada (AYDOS, 2010), considerando a evolução das discussões sobre o instituto de refúgio, que passou a contemplar cada vez mais situações além daquelas previstas pelo Estatuto do Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967. Além das limitações geográficas e temporais presentes na Convenção dos Refugiados em 1951 e no Protocolo de 1967, muitas críticas seguem sobre a sua pretensão de universalidade que negligencia em demasiado questões de gênero (FIDDIAN-QUASMIEH, 2014) além de raça e classe, contribuindo para a criação de um "mito da diferença" de que o refugiado "normal" seria homem, branco e anti-comunista (CHIMNI, 1998), papel não preenchido pelos migrantes de países do sul.

Tais aspectos estruturais do sistema de refúgio compõe a necessidade de criação de outras ferramentas que lidem com situações além daquelas previstas e legitimadas pelos cenários que fundaram o Direito Internacional dos Refugiados originalmente: as disputas por território e disputas políticas, guerras, imperialismo e colonialismo. A previsão ampliada de refúgio criada pela Organização da Unidade Africana (OUA) em 1969, reiterada pela Carta Africana de Direitos Humanos de 1990, que considera como causa de refúgio a violência decorrente de ocupação estrangeira, é o indício inicial de como as categorias de refugiado e migrante são imbuídas de contornos políticos, circunscrita toda a estrutura de refúgio em uma visão de mundo eurocentrada. Isso se torna cada vez mais evidente com a marcha dos processos de independência em diversos locais do mundo, especialmente no continente africano à partir da década de 1960. Nas décadas seguintes, a modificação das estruturas geopolíticas internacionais, que alteraram a estrutura mundial até o fim da guerra fria, em 1991, inaugurou um período de globalização neoliberal em que malgrado estivessem sendo dadas respostas jurídicas inadequadas aos deslocamentos forçados nos contextos de luta pela independência, foram iniciados novos processos de mobilidade humana através das dinâmicas do capitalismo. Estabeleceu-se, desde então, um regime dual de refúgio com

diferentes características nos eixos norte-sul (CHIMNI, 1998; KEELY, 2001; 2004; *apud* CASTLES; VON HEAR, 2011), orientando as respostas dadas aos fluxos de migrantes forçados conforme interesses políticos: aos solicitantes de refúgio dos países soviéticos, foram oferecidas possibilidades de reassentamento permanente em países capitalistas, de forma a confrontar violações de direitos humanos em seus locais de origem; aos migrantes de países do sul, foram criados campos de refugiados ou polos de ajuda humanitária em locais na África, Ásia e América Latina com poucas chances de mobilidade, ou com a promoção de repatriação o mais rápido possível.

A passagem de alguns países por tais processos, como Angola, em que a derrubada do regime colonial foi aliada a criação de um estado nacional, conflitos políticos, guerra civil e entrada numa dinâmica econômica neoliberal internacional, gerou refugiados, mas também *wartime migrants*, "migrantes de guerra" (LUBKEMANN, 2008 *apud* AYDOS, 2010), pessoas com casos típicos de refúgio mas que não receberam esse status. Muitos outros países africanos vivenciaram processos semelhantes, com grandes deslocamentos de pessoas causados pela rivalidade entre comunismo e capitalismo através de *prox ywars* (guerras por procuração), ainda que a influência desses elementos jamais tenha sido admitida como relevante nas solicitações de refúgio dirigidas a países do norte. Inglês (2015, p. 273) igualmente aponta o quanto a classe social determinava a categorização de angolanos refugiados em outros países durante o contexto da guerra civil pelas organizações que trabalhavam em Angola e Zâmbia durante o período. A "criação" de categorias migrantes administrativamente era classificada, em grande medida, conforme a classe social ocupada, podendo pessoas com situações idênticas serem classificadas como refugiados, deslocados, retornados, repatriados e expatriados, sendo esses últimos, migrantes de alta renda ou migrantes de luxo. Tal situação evidencia não apenas a insuficiência de uma estrutura de refúgio pautada nos elementos voluntariedade e compulsoriedade, mas também o quanto elementos políticos e econômicos são relevantes, desde o momento de criação de leis, processo de elegibilidade, reconhecimento do status aos indivíduos e até a gestão governamental realizada sobre os grupos. A "criação" de categorias tem usos políticos e estatais numa gestão estatística da migração (CLOCHARD, 2007), o que aponta um perigo de criminalização do refúgio. É possível estabelecer ou retirar direitos conforme as classificações e *status* dados aos indivíduos, contribuindo para a criação de factóides como a de uma "crise de refugiados", com a qual organizações internacionais, Ongs e Estados podem modificar a importância numérica de tais categorias para uso político e eleitoral. Um exemplo dessa circunstância foi a declaração de Michel Temer em evento das Nações Unidas em 19 de setembro de 2016, quando afirmou ter o Brasil acolhido 95 mil refugiados, tendo sido criticado por incluir um número de 85 mil haitianos contemplados com o visto humanitário à soma total de refugiados reconhecidos no Brasil, que era de pouco menos de 10 mil pessoas até 2016

(CONARE, s.d.).

A evidente tensão entre as categorias de migração e refúgio a partir da década de 80 forçou a necessidade de adequações nos sistemas existentes, como a ampliação do conceito de refugiado da Declaração de Cartagena de 1984 e o desenvolvimento de novas correntes teóricas como os Refugee Studies e os Forced Migration Studies frente a uma miríade de situações novas de deslocamento em que o elemento da voluntariedade torna-se cada vez mais frágil até os dias de hoje. Nesse cenário, o papel político dos Estados no reconhecimento do status de refúgio através dos processos de elegibilidade é crítico, considerando a crescente dificuldade ou até mesmo impossibilidade de diferenciar pessoas que se deslocam pelo mundo como migrantes voluntárias ou forçadas. A definição ampliada de refugiado pela Declaração de Cartagena, cuja parte foi refletida na legislação brasileira, passou a incluir além dos casos de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, posição política ou pertencimento a grupo social, ainda, a situação objetiva de países nos quais ocorram casos de graves e generalizadas violações de direitos humanos (JUBILUT; MADUREIRA, 2014; MOREIRA, 2005). A despeito da categoria refúgio perfazer vários tipos de situações objetivas que ensejam o seu reconhecimento, não apenas limitações jurídicas dificultam a aplicação da legislação existente, como a falta de definição teórica do elemento "perseguição". A ausência de previsão quanto a direitos econômicos, culturais, sociais, ambientais e uma esfera ampla de direitos humanos não insurgentes quando da previsão original da Convenção de 1951 e Protocolo de 1967 contribuem para a dificuldade de incidência das normas em casos concretos (JUBILUT; MADUREIRA, 2014).

Os avanços nas legislações não modificaram, contudo, o aspecto negativo que a conceituação de refúgio possui, pois ela não define apenas quem é refugiado, ela negativamente também determina quem não ostenta este status e os insere em outra categoria. A categoria dos "não refugiados" é cada vez maior e inclui um número crescente de situações. As categorias que preveem pessoas consideradas como "migrantes econômicos" ou voluntários e os solicitantes de refúgio, que não estão em nenhum dos lados, mas em uma situação intermediária, já não é capaz de responder a realidade. A problemática dessa estrutura fomentou a discussão entre estudos sobre refúgio e estudos sobre migração forçada, para contemplar nesse segundo grupo outros deslocamentos interpretados como não voluntários, mas excluídos da proteção do refúgio. Assim, temos que a migração forçada seria um conceito analítico que engloba o conceito jurídico de refugiado, no qual estão também inseridos deslocados internos e refugiados ambientais (AYDOS, 2010) além de um número cada vez maior de situações que escapam a uma categorização dicotômica (migrante/refugiado) e que frequentemente recaem sobre a indefinida figura dos solicitantes de refúgio, surgindo termos como "crise humanitária" que produzem

deslocamentos de pessoas e a própria categoria mencionada pelo ACNUR de "refugee-like situation".

A categorização de movimentos relacionados a crises humanitárias é considerada como um desafio por acadêmicos, gestores e criadores de políticas públicas no Reino Unido, Europa e América do Norte, sendo cada vez maior o reconhecimento de que muito poucos migrantes têm motivações exclusivamente voluntárias ou forçadas. Quase todo deslocamento envolve um grau de compulsoriedade, ainda nos casos de fluxos considerados voluntários, assim como quase toda a migração envolve escolhas, ainda que bastante limitadas mesmo em situações de violência ou de sua iminência. Nesse contexto, novas categorias surgem, como os migrantes de crise, migrantes de sobrevivência, e os termos 'fluxos migratórios mistos' ou 'migração mista' e '*migration-displacement nexus*' ou '*migration-asylum nexus*', um "cordão umbilical" entre as situações de migrações e refúgio, que surgiram frente a dificuldade de teorizar e demarcar os limites entre migração forçada e voluntária (MARTIN; WEERASINGHE; TAYLOR, 2014).

No Brasil, ainda prevalece a estrutura de divisão rígida entre migrações e refúgio, contudo, novas práticas tem contribuído para uma permeabilidade entre esses status e uma diversidade de interpretações. A visão das migrações como um espectro ou *continuum*, herdada das escolas teóricas britânicas já surge em alguns trabalhos no país (CAMPOS, 2015) e é um dos caminhos, em que podemos situar a criação dos vistos humanitários como um eixo intermediário entre migração voluntária e forçada. Também surgem discussões sobre refúgio ambiental (CLARO, 2012), proteção a refugiados LGBTT, apatridia e deslocados internos, discussões que se inserem em uma perspectiva de estudos sobre migração forçada. O reconhecimento de novas causas de violência como legítimas para os pedidos de refúgio aponta que seguimos algumas tendências globais, como aponta Hayden (2006, p. 472), mas que seguem ineficientes para lidar com diferentes necessidades de proteção:

Uma resposta tem sido essencialmente desistir e ou inserir os refugiados em um continuum com outras formas de migração ou redefinir os estudos sobre refugiados como estudos sobre migração forçada de forma mais ampla. Ambas estratégias apenas diferem os problemas ao invés de resolvê-los¹⁵⁵.

O reconhecimento que a aplicação do instituto de refúgio é permeada por contornos políticos, sendo a ação dos Estados decisiva no resultado de aplicações mais ou menos abrangentes (CHIMNI, 1998) auxilia na compreensão das contradições em tempos de globalização, em que impera a mobilidade do capital, multiplicam-se as restrições fronteiriças e se intensificam novas situações migratórias que não dizem respeito às categorias de migrações e

¹⁵⁵ Traduzido do original pela autora (HAYDEN, 2006, p. 472): "One response has been essentially to give up and either place refugees in a continuum with other forms of migration or redefine refugee studies as the study of forced migration more broadly. Both strategies simply defer the problems, rather than resolve them".

refúgio, com uma crescente criminalização das pessoas nessas situações e a securitização de fronteiras. A criação das categorias é um ato de poder, e no ano de 2017, o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR, 2017) previu um total de 17.2 milhões de refugiados no mundo, número que implica em uma minoria de refugiados reconhecidos e um grande contingente de pessoas em situações não reconhecidas, em categorias novas e cada vez mais híbridas, o que pode sugerir uma maior vulnerabilidade nas respostas dadas a suas realidades. Situações 'análogas ao refúgio', que remetem a um grande número de pessoas em Bangladesh, Venezuela, Equador, dentre outras cifras. Menções como essa e à categoria de "IDP-like situation", pessoas em situação "análoga" a deslocados internos, compõe o relatório da principal organização mundial para a "gestão" dos refugiados e indicam a dificuldade em rotular os deslocamentos e a influência de tais categorias nas soluções oferecidas.

Acerca da oposição entre refugiados e migrantes que permeia os processos de elegibilidade, Leite (2014) propõe que embora a realidade dos deslocamentos forçados seja alheia à categorização imposta pelo direito, o sistema de refúgio brasileiro tem vivenciado uma pressão pelo grande número de pedidos, sendo necessário realizar com cuidado críticas às suas falhas e até a sua morosidade, a ponto de não causar um enfraquecimento do instituto de refúgio. A autora alerta para a necessidade do zelo procedimental e a observação de princípios como o do devido processo legal no processo de elegibilidade, além do cuidado com discursos que criminalizam os solicitantes e estigmatizam aqueles que são vistos como se estivessem "abusando" do sistema a fim de reduzir ainda mais as garantias dadas aos solicitantes e refugiados. Muito embora a crescente dificuldade em determinar quem são refugiados tem levado à criminalização desse instituto e à substituição de políticas de refúgio por políticas de imigração, o que apenas reforça os controles de fronteiras de muitos países do norte, é necessário ter em vista que necessidades diferentes recebam tratamentos diferentes (LEITE, 2014, p. 97).

Numa perspectiva foucaultiana, pode-se afirmar que a classificação dos fluxos é simultânea a uma classificação dos atos, sujeitos e docilização dos corpos (WALDELY et al., 2015, p. 235). Durante o processo de elegibilidade- o momento no qual o relato dos solicitantes de refúgio passa por um juízo de admissibilidade- é realizado também um processo de convencimento, verossimilhança, questionamento e persuasão, que segundo Zetter (2007) permeiam a criação de rótulos e papéis de vitimização. Pode-se observar em alguns casos a criação de uma "burocracia classificatória" entre solicitantes de refúgio e aqueles que são efetivamente refugiados, como sugere Sander (2013, p. 5), que relata a experiência da Argentina. Longe de ser um processo mecânico, sujeito à criação de uma narrativa da qual o solicitante deve estar convencido e convencer, além de fornecer documentos, o processo de elegibilidade se diferencia de um procedimento jurídico em sua obrigatoriedade de rito e rigor do devido processo legal e ampla defesa. Como afirma Leite

(2014), o ato de conferência do status de refugiado é declaratório, apenas confirmando uma situação pré-existente no indivíduo, o que também pode, quando indeferido, ser "apropriado" socialmente à despeito da lei por aqueles que estiverem refugiados. Tal situação se enaltece com a chegada de novos fluxos migratórios no Brasil que não seguem a regra categorizante entre migrantes e refugiados, mas reúnem, num só lance, pessoas com variados tipos de experiência, o que pode ser considerado pela perspectiva dos fluxos migratórios mistos.

A existência de fluxos migratórios mistos -não apenas "corredores migratórios" mas verdadeiros processos coletivos de cruzamento de fronteiras por razões diversas¹⁵⁶. torna difícil a definição clara entre migrantes e refugiados, se considerarmos essas categorias de forma menos estrita. Segundo a OIM, fluxos mistos implicam em uma multiplicidade de fatores que motivam a mobilidade humana, e que podem envolver além de migrantes e refugiados, apátridas, crianças desacompanhadas, refugiados ambientais, deslocados internos, entre outros¹⁵⁷. Scheel e Squire (2014) expõe que fluxos migratórios mistos seriam aqueles em que, nas mesmas rotas, conjugam pessoas com motivações para migrar tipicamente "forçadas" (elementos reconhecidos internacionalmente como perseguição, como guerras, práticas estatais que violem direitos humanos, atentados terroristas etc.); que chegam aos seus destinos ao mesmo tempo que milhares de outras pessoas que supostamente não teriam sido vítimas de perseguição, e portanto migram por motivações econômicas. Ainda que se assume a perspectiva que temos, de fato, a ocorrência de fluxos migratórios mistos no Brasil, entendemos que esse termo é arriscado, porquanto reforça as diferenças entre migrantes e refugiados ou migração voluntária ou forçada, ao invés de pautar a dificuldade (e às vezes impossibilidade) de, nos dias de hoje, classificar os migrantes por motivações migratórias exclusivas. Entendemos que cada vez mais as pessoas possuem razões "mistas" para migrar em sua própria experiência, elementos de migração voluntária e forçada. Ainda que não seja proveniente de uma região direta em que incide um conflito, outras causas estruturais, como violências generalizadas, falta de acesso à direitos e circunstâncias ambientais podem funcionar como

¹⁵⁶ Segundo o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2006), o termo fluxos migratórios mistos corresponde ao deslocamento de pessoas, de forma que rotas sejam percorridas simultaneamente por migrantes e refugiados, o que torna-se um desafio para os países que recebem tais fluxos. Costumam ser empregados meios arriscados de ingresso em outros países quando a entrada por vias regulares é dificultada, sendo utilizados os serviços de *coyotes* e atravessadores, embarcações irregulares e rotas perigosas por via marítima ou terrestre, embora segundo a OIM – Organização Internacional das Migrações (2009) a irregularidade das rotas não é elemento essencial para classificar os fluxos mistos, pois corresponde a presença simultânea de pessoas de diferentes "categorias migratórias", o que julgamos válido enquanto uma categoria jurídica auxiliar, mas que não se sustenta para compreender os indivíduos e suas experiências pessoais ou coletivas.

¹⁵⁷ Característica relevante de tais fluxos implica nos riscos inerentes a essas rotas, nas quais as pessoas podem sofrer diversas violências, serem vítimas de extorsão e tráfico de pessoas, e é importante oferecer apoio aos indivíduos independente de seu status migratório (OIM, 2009).

elementos compulsórios para pessoas em deslocamento.

A adoção do termo "fluxos mistos" assume o risco de que, ao diferenciar migrantes e refugiados, seja criado um rechaço à condição dos solicitantes de refúgio e dos refugiados, vistos como aproveitadores dessas categorias para ingressarem em outros países, figura chamada de "*Bogus asylum seeker*", um solicitante de refúgio "falso", o que é visto por muitos como uma flexibilização do refúgio enquanto categoria de proteção (SCHEEL; SQUIRE, 2014, p. 95). Questionamos se, de um lado, é possível reprovar o uso das solicitações de refúgio como estratégia de agência pessoal, quando temos uma situação na realidade em que os estados não somente enrijecem as políticas migratórias, impossibilitando a mobilidade ou expondo pessoas a riscos pelo uso de rotas perigosas, assim como é necessário ponderara relevância dos Estados enquanto moderadores que definem em qual ponto do espectro cada sujeito se insere, o que possui contornos políticos no processo de elegibilidade (HAYDEN, 2006)¹⁵⁸, com grande parte dos refugiados do mundo em países circunvizinhos a seus próprios lugares de origem.

Frente a todos esses elementos conjunturais, temos a análise de alguns novos deslocamentos de pessoas ao Brasil, vindos de países do sul: Angola, Bangladesh e Haiti. Escolhemos esses três casos por entender que ilustram bem a dificuldade em categorizar pessoas em categorias jurídicas e pelos contornos políticos que tais fluxos assumiram. Aliada ao breve relato desses três fluxos migratórios, temos a avaliação de alguns autores no Brasil, que visualizam novas categorias jurídicas nessas situações.

Novas categorias migratórias, processo de elegibilidade e a criação de *labels*

Refugiados, solicitantes de refúgio, migrantes, deslocados internos, portadores de visto humanitário, turistas. Embora o deslocamento humano seja um fenômeno constante na humanidade, vivemos em tempos em que a tecnologia diminui as distâncias e o mundo está cada vez menor e mais interligado, mas em que persistem diferenças nas possibilidades de mobilidade espacial entre pessoas do norte e sul global. Dados da Polícia Federal apontam um contingente de quase 900 mil pessoas de outras nacionalidades de no Brasil, ainda que suas bases estejam preenchidas por discrepâncias de registros, também os dados estatísticas do Censo de 2010 apontam que o maior número de estrangeiros no Brasil é de portugueses (DA COSTA, 2016). Apesar da falta de exatidão dos dados disponíveis sobre migração no país pela desarticulação das instituições que os produzem (PERES, 2014), temos os indicadores do Alto

¹⁵⁸ Hayden chama atenção para o fato de a determinação do status de refúgio ser essencialmente um ato político, e ilustra com a política norte americana até os anos 80, em que o conceito de refugiado era definido como "vítimas de perseguição racial, religiosa ou política, saídos de países comunistas, por ocupação ou dominação, ou de países do oriente médio (ZUCKER; ZUCKER, 1987, p. 32 *apud* HAYDEN, 2006, p. 476).

Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e do Ministério da Justiça, que lançam relatórios frequentes com diferentes declarações apontando que o Brasil tem vivenciado um aumento progressivo nos pedidos de refúgio. Muito embora os números pareçam apontar para uma realidade- o aumento da migração no Brasil- temos que a forma como o Estado e a sociedade lidam com esse fato pende para uma percepção parcial do fenômeno. Dentre as nacionalidades com maior presença no Brasil, estão portugueses, estadunidenses, japoneses, dentre outros, mas pouco se ouve falar sobre tais migrantes na mídia ou nas "discussões de botequim" sobre o aumento das migrações no país. Aparentemente, a "invasão" de estrangeiros que parece incomodar o senso comum é a de migrantes de países do sul, seja pela sua raça, religião, idioma, gênero ou classe social. Discursos xenofóbicos, racistas, sexistas e homofóbicos, e disputas sobre reserva de mercado de trabalho e segurança nacional tem atravessado as discussões no espaço público brasileiro sobre políticas migratórias, e sobre quem deve ter o direito de entrar e permanecer no país ou não(COGO; BADET, 2013) Dentro desse contexto, selecionamos três situações (mas existem muitas outras) em que elementos políticos, econômicos e raciais parecem estar no centro do tratamento dado a migrantes de países do sul chegados recentemente ao Brasil: os casos de Angola, Bangladesh e Haiti. Nesses três casos, é possível observar situações em que a realidade não corresponde as categorias migratórias disponíveis ou demanda interpretações que não lhe são aplicadas no processo de elegibilidade, forçando o Estado ou os indivíduos a criar formas alternativas para lidar com a sua regularização migratória.

A questão da governança e gestão das migrações, conferindo diferentes direitos a diferentes necessidades é uma questão controvertida ao falarmos de categorias migratórias, por indicar que sejam pessoas pertencentes a grupos diferentes, como no caso das abordagens que pautam deslocamentos forçados, incluindo outros grupos como os deslocados internos, apátridas, vítimas de tráfico de pessoas e outras situações. A situação de muitos países, como o Brasil, ainda é de divisão das categorias de migrantes e refugiados, o que torna essa uma dinâmica complicada quando as situações dos países de origem não se encaixam em um desses dois conceitos, ou ainda, muito embora os pedidos de refúgio sejam apreciados de forma individual, quando as circunstâncias sociais do país de origem provoquem organismos internacionais a reconhecerem que as causas para o refúgio deixaram de existir. Sobre a ampliação da interpretação dos estudos sobre deslocamento forçado em detrimento da limitação aos estudos de refúgio, Hayden (2006) aponta que embora esse caminho seja uma tentativa de alinhar definições éticas, sociais, jurídicas e científicas sobre refúgio, não resolve a questão e aponta a situação de cerca de 600 Salvadorenses que migraram para a Suécia na década de 90 após rumores de que o país iria conceder-lhes status de refúgio, apesar de já terem sido assinados acordos que deram fim aos conflitos naquele país. Considero a situação citada muito similar

a questão vivenciada atualmente no Brasil pelo fluxo recente de angolanos, movimento que é posterior à Cláusula de Cessação de Refúgio emitida pelo ACNUR para cidadãos desse país e da Líbia, em 2012. A edição da cláusula "encerra" a possibilidade de reconhecimento do status de refúgio, contudo, as circunstâncias que lhes deram origem, em primeiro lugar, seguem gerando deslocamentos sendo difícil determinar se são voluntários ou não. Esse caso aponta a dificuldade em categorizar movimentos de pessoas sob a égide de refúgio e por essa razão, lançamos luz a outros conceitos que tem sido empregados para interpretar novas situações que, embora não sejam consideradas como refúgio, tem sido reconhecidas (ou deveriam ser) como merecedoras de tratamento especial.

A primeira categoria diz respeito ao conceito de migração por sobrevivência proposta por Betts (2010) como uma alternativa para a interpretação do tênue matiz entre migrações forçadas e migrações voluntárias. Betts define a migração por sobrevivência como uma categoria que permitiria o reconhecimento da vulnerabilidade de pessoas em deslocamento que fugissem da "fragilidade estatal, em países onde os estados não fossem capazes de fornecer garantias mínimas de sobrevivência ou proteção de direitos" (BETTS, 2013). A ideia de fragilidade estatal também comporta em si a incapacidade de garantir não apenas estabilidade econômica, mas em romper com quadros de violência generalizada, de oferecer segurança alimentar e ajuda em catástrofes climáticas, ou em assegurar condições mínimas de subsistência que ameacem a permanência de seus cidadãos. Betts propõe que quando sair de um país é a única opção para garantir a sobrevivência, é irrelevante classificar as causas dessas privações em econômicas ou provenientes de conflitos. O autor identifica esse quadro em vários países com conflitos e circunstâncias persistentes¹⁵⁹, que embora não sejam disseminados por toda a sua extensão geográfica, dificultam ou impossibilitam a permanência em determinadas regiões, complementando a discussão sobre a proteção dada a pessoas internamente deslocadas (IDPs).

Uma situação que já foi identificada como migração por sobrevivência no Brasil é o caso do Haiti (CORREA et al., 2015). A chegada de migrantes haitianos e de outras nacionalidades e a entrada das migrações e refúgio como tema de destaque internacional repercutiram com a inserção do Brasil na rota das migrações transnacionais do século XXI (BAENINGER, 2016), contudo, a cada nacionalidade foi conferida diferentes interpretações. No caso do Haiti, tendo em vista o envolvimento do Brasil com a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) e a ocorrência do Furacão Sandy, em 2012, é possível identificar que foram múltiplas as causas para os deslocamentos ao Brasil. A decisão inédita e excepcional *ad hoc* de criar o visto por razões humanitárias e concedê-lo a cidadãos haitianos- inicialmente em número

¹⁵⁹Betts (2013, p. 4) cita os casos do Zimbábue, Somália, República Democrática do Congo, Haiti, Afeganistão e Líbia, além de Iraque, Myanmar, Coreia do Norte, entre outros (BETTS, 2010, p. 362).

limitado, expandido após a constatação da ação de *coyotes* e atravessadores, além das solicitações de refúgio na chegada não configurou nem refúgio "ambiental" e tampouco refúgio clássico pelo risco de que tal reconhecimento estabelecesse uma contradição a intervenção militar brasileira. A possibilidade de migração "econômica" clássica também foi de alguma forma, afastada, pelo reconhecimento como um caso de vulnerabilidade merecedor de tratamento jurídico próprio. É possível destacar esse tratamento próprio comparando ao caso da República Democrática do Congo, tomadas as solicitações realizadas e o total de deferimento dos pedidos de refúgio, situação em que os pedidos foram analisados caso a caso e menos da metade foi deferido. Tratamento distinto receberam também por determinado período os solicitantes da Síria, que após realizarem a solicitação de refúgio, tinham os pedidos analisados *prima facie*, ou seja, por ser um conflito notório internacionalmente, as solicitações de refúgio eram imediatamente reconhecidas, apesar de tal procedimento não estar incluído em nenhuma normativa.

Em relação aos indivíduos de outros países que se encontrassem em situação semelhante à dos haitianos, ou seja, em situação de migração forçada não amparada pela lei Brasileira do Refúgio de 1997, como é o caso dos ganeses, mas também de senegaleses, bengalis, angolanos, guineenses, não houve a mesma solução (CORREA et al., 2015, p. 233).

Essas e outras diferenças de tratamento no reconhecimento de status e ao conferir proteção não se explicam por fundamentos jurídicos, mas sim, por critérios políticos, dos quais a criação e identificação em categorias pode agregar proteção ou não. A relação estabelecida entre a recepção e criação de um regime *ad hoc* aos haitianos e a intervenção militar internacional no país se insere numa discussão sobre as *root causes*, causas fundamentais do deslocamento, uma corrente teórica e de políticas públicas bastante popular na Europa e América do Norte a partir da década de 1980, em que foram estabelecidas relações entre políticas de promoção ao desenvolvimento e deslocamento sul-norte, tendo as intervenções a "crises humanitárias" a função de garantir a permanência de pessoas em seus locais de origem, com fomento de organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (CASTLES; VON HEAR, 2011). A visão de que as crises humanitárias seriam uma oportunidade para a reestruturação de governos e sociedades pela implementação de políticas neoliberais motivou o estabelecimento de missões como no Haiti, no intuito de prevenir o deslocamento de haitianos como migrantes e refugiados. Podemos compreender que a vinda dos haitianos ao Brasil foi, portanto, um desdobramento dessa intervenção, tendo o Brasil sido politicamente compelido a oferecer uma resposta, ainda que não pela via do reconhecimento de seu status como refugiados, mas oferecendo proteção complementar. Resposta diferente foi oferecida aos solicitantes de refúgio de Bangladesh, país que sofre as consequências do aquecimento global pelo aumento do nível do oceano combinada à erosão em costas ribeirinhas que levam a formação de ilhas

frequentemente alagadas (SIDDIQUI, 2014). O país, que é o oitavo mais populoso do mundo, foi atingido por um ciclone em 2007, tem casos de conflitos políticos e recentemente, atentados reconhecidos pelo Estado Islâmico, contudo, com a chegada de solicitantes de refúgio ao Brasil, seus pedidos não foram considerados como caso clássico de refúgio e tiveram suas solicitações identificadas majoritariamente como migração econômica (AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014), avaliação também propagada pela imprensa (DELLA BARBA, 2014). O número de solicitações de refúgio realizadas por pessoas de Bangladesh em 2013 foi a maior já registrada para naturais desse país no Brasil (CASP, 2017), sendo a nacionalidade com maior demanda naquele ano (ACNUR, 2014a), contudo, com o menor reconhecimento, o que certamente impactou na diminuição de solicitações de refúgio por nacionais desse país nos anos subsequentes. Dados de 2008 sobre os países com maior índice global de risco climático indicavam Bangladesh como o país mais afetado no mundo por questões climáticas, estando o Haiti na sexta posição na mesma lista (CLARO, 2012), situação que se inverteu progressivamente nos anos posteriores, embora Bangladesh ainda figure como o sexto país do mundo mais afetado nos últimos 20 anos por razões climáticas segundo levantamento realizado em 2015 (KREFT et al., 2015). O caso dos solicitantes de refúgio de Bangladesh, muito embora inseridos em um contexto de crise ambiental, recebeu tratamento diferente do conferido a pessoas do Haiti, situação dificultada pela falta de possibilidade de serem contemplados nas categorias jurídicas existentes, sem que tenha sido levantada a hipótese de extensão do visto por razões humanitárias a nacionais desse país, como foi conferido a pessoas oriundas da Síria em 2013. Embora a categoria de refúgio ambiental seja alvo de críticas por uma pretensa despolitização dos deslocamentos quando apenas as motivações climáticas são referidas (KIBREAB, 1997 *apud* McADAM, 2011), temos que o diferente tratamento dado a haitianos e bengalis em vista de condições climáticas pode estar relacionado também a sua associação a *labels* (ZETTER, 2007), tendo, por um lado, ocorrido uma maior sensibilização ou vitimização dos migrantes haitianos em contrapartida a uma criminalização de solicitantes bengalis, com a suposição de um "abuso" do sistema de refúgio como uma estratégia de regularização migratória e a sua vinculação como trabalhadores de baixa qualificação com "forte potencial de inserção local" (AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014). O uso das categorias jurídicas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados dentro de um prisma de mobilidade do trabalho pode ser interpretada, nessa e em muitas outras situações de migrantes vindos do sul como uma situação em que o Estatuto dos Refugiados mascara a verdadeira condição de mão de obra precarizada à qual a concessão de proteção humanitária se reveste (CAMPOS SILVA, 2013).

O transcurso de tempo entre a catástrofe natural vivida em Bangladesh, em 2007, e a vinda de solicitantes ao Brasil em 2013 nos leva a segunda proposição alternativa ao conceito de refúgio: o conceito de migração de crise,

que muito embora não tenha a força de um status migratório, é interpretada como alternativa para sua compreensão. Sobre o conceito de migração de crise, Martin; Weerasinghe e Taylor (2014) referem que, segundo o Institute for the Study of International Migration's Crisis Migration Project, é necessária a ocorrência de três elementos que provoquem deslocamentos em face de crises humanitárias, que podem ou não ser cumulativos entre si:

- a) Deslocamento: provocados pelo risco ou por crises humanitárias, que ocorrem por circunstâncias além do controle humano e que promovem mobilidade humana temporária ou prolongada.
- b) Movimentos antecipatórios: algumas pessoas antecipam o risco de uma crise, e iniciam movimentos de deslocamento, que podem afetar desde indivíduos a famílias inteiras.
- c) Realocação: muitas pessoas podem não ser capazes de realizar deslocamentos longos, por limitações financeiras, pessoais, físicas, de saúde, dentre outros. São realizadas adaptações de deslocamentos curtos para lidar com as contingências.

McAdam (2014) argumenta que a migração de crise seria uma resposta a uma “combinação complexa de fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais que podem ser provocados por um evento extremo, mas não são causados por ele”. É o caso de países em que catástrofes naturais ou conflitos armados tencionam vulnerabilidades sistêmicas pré-existent e provocam o deslocamento de pessoas. Apesar do conceito propor a importância de reconhecer a urgência e excepcionalidade das situações que motivam a migração de crise, Mountz e Hiemstra (2014) ressaltam o risco de que as circunstâncias de urgência sejam usadas para justificar medidas estatais extremas, como a detenção, e reiterar a visão das migrações como um problema de segurança que requer medidas drásticas quando estiver fora do controle. A proteção concedida aos migrantes de crise também pode consistir desde auxílio humanitário temporário dentro do território ao apoio e admissão para evacuá-lo, garantido o princípio do *non refoulement* (não-devolução), e cabem alguns questionamentos, que ainda aguardam resposta: existe a necessidade de criar um novo status jurídico para esse grupo? E se novos status forem criados, como devem se relacionar com os sistemas de proteção para refugiados ou aqueles que já se beneficiam de proteção complementar? (MARTIN; WEERASINGHE; TAYLOR, 2014).

Apesar da complexa situação, algumas situações da atualidade indicam os desafios e possíveis aplicações dessa nova interpretação. Calegari (2014a), em estudo sobre a dimensão familiar dos deslocamentos de refugiados, propõe o uso do aporte teórico de migração de crise, como uma forma de compreensão de deslocamentos forçados múltiplos, motivados por "condicionantes de natureza social" e que refletem problemas políticos, econômicos e humanitários (CALEGARI, 2014b, p. 38). Sua pesquisa, que realiza a análise de dinâmicas familiares no deslocamento de refugiados e solicitantes de refúgio, aponta que

conceito de migração de crise corresponde a novas configurações migratórias num cenário motivado por conflitos ideológicos, violência, guerras e perseguições políticas, de forma a espelhar problemas políticos, econômicos e humanitários. Entende-se que por essa situação, são compreendidos os fluxos migratórios mistos, ao passo que a autora faz referência à “migração de refugiados” e na problemática da elegibilidade como um obstáculo que impede a declaração jurídica (ou reconhecimento) da situação de refugiado a quem já a ostenta de fato. São referidos os casos de pedidos de refúgio considerados infundados, o que, na prática, significa que muitos serão considerados como "migrantes". A multiplicidade de arranjos de status migratórios entre membros de uma mesma família simbolizam a “pouca eficiência da categoria jurídica [de refúgio] para compreender o fenômeno” (CALEGARI, 2014b).

Tanto a visão de migrações de crise como de migração por sobrevivência despontam como alternativas de interpretação de novos deslocamentos que, invariavelmente, também estão constituídas por elementos políticos, especialmente por emergirem como novas perspectivas teóricas desde o norte global. A própria noção de "sobrevivência" demanda reflexão, no sentido de reforço a uma estrutura mundial hierarquizada, na qual países do sul não são capazes de gerenciar suas instabilidades políticas, crises econômicas e humanitárias, o que poderia nos levar a compreensão da necessidade de intervenções militares ou de ajuda internacional, reforçando um ciclo de dependência.

Nesse panorama, introduzimos a reflexão sobre outro país que tem despertado atenção acerca das razões para deslocamento. Soluções variadas tem sido dadas a um aumento no número de solicitações de refúgio de angolanos nos últimos anos, especialmente entre 2014 e 2016, após a Cláusula de Cessação de Refúgio emitida pelo ACNUR em 2012. Cidadãos de Angola representaram o número mais expressivo de refugiados reconhecidos no Brasil entre 1975 e 2002, tendo sido superados recentemente pelos sírios, contudo, Angola foi o país que mais teve solicitantes de refúgio no Brasil em 2015(CASP, 2017). Em alguns casos, dada a vulnerabilidade em que estariam os e as solicitantes, tem sido reconhecido o refúgio, em detrimento da orientação internacional do ACNUR. Esse quadro aponta a complexidade inerente ao sistema de refúgio, em que apesar de cessarem as circunstâncias que primeiramente criaram o reconhecimento a nacionais desse país- conflitos anticoloniais e guerra civil, que geraram mortes, perseguições e um elevado número de deslocados internos- mesmo após a resolução dos conflitos subsistem inúmeras situações de violação de direitos que ocorrem como consequência direta das condições sócio-históricas anteriores. Situações de violência, perseguição estatal, movimentos separatistas e violação de direitos civis e políticos, além de direitos sociais e econômicos e ainda, questões de gênero, tem criado novos deslocamentos que em alguns casos têm recebido o reconhecimento do status de refúgio no Brasil. A extensão geográfica de determinados conflitos e situações políticas é relevante

para o processo de elegibilidade, considerando que pode determinar o indeferimento do pedido pelo grau de contato do solicitante com as condições objetivas que fundamentam a solicitação de refúgio. Alguém que resida em uma região de conflito e decida solicitar refúgio será frequentemente questionada se não considerou antes migrar para outra região dentro do próprio país, o que também diz respeito ao conceito de pessoas internamente deslocadas (IDPs), sem que haja uma hierarquia entre esses dois conceitos. Contudo, um refugiado não precisa, antes, ser internamente deslocado para ter seu pedido deferido.

É difícil a tarefa de "categorizar" o aumento de solicitações de refúgio de angolanos no Brasil, que alcançou seu recorde em 2015. Ainda que fosse uma opção identificarmos esses movimentos como decorrentes de uma crise humanitária ou uma migração por sobrevivência, e mesmo que nos seja inviável aprofundar aqui em suas razões, temos que o sistema de refúgio tradicional até então lhe ofereceu respostas, julgando alguns casos procedentes. Algumas das fundamentações dos pedidos dizem respeito a um movimento separatista da província de Cabinda, que tenta sua independência desde a década de 60; casos de perseguição política, religiosa e violação a direitos de manifestação política. Outra questão envolve o retorno de deslocados internos, refugiados e seus descendentes em regiões fronteiriças com a República Democrática do Congo (CASP, 2017). Um dos paradoxos dessa situação é que embora os casos de refúgio sejam avaliados individualmente, tivemos o estabelecimento de uma Cláusula de Cessação voltada a tutelar os pedidos de forma coletiva, abarcando a situação do país como um todo. Mesmo que se considere que as causas para a migração entre Angola e Brasil sejam múltiplas, já que dificilmente há causas exclusivas, é possível indicar que não é possível desconsiderar a interação entre estrutura e sujeito, com os elementos estruturais influenciando as causas individuais que fundamentam os pedidos, e vice-versa, de forma que a migração individual também possui efeitos sobre as esferas sociais, familiares e coletivas, sendo outra causa recorrente a violência de gênero, vinculada a violência generalizada ou violência doméstica, e a falta de acesso a serviços de saúde, especialmente para mulheres gestantes.

Considerações Finais

O Sistema de Refúgio não tem conseguido dar conta das demandas mundiais, frente a sua tradição universalista, eurocentrada e que subsiste em reprodução nas legislações nacionais, ainda que com importantes adaptações regionais, como a ampliação do conceito de refúgio promovido pela Declaração de Cartagena, de 1984, as previsões da Carta Africana, de 1969 e novas situações de regularização migratória, como a criação dos vistos por razões humanitárias no Brasil. A dificuldade em reconhecer novas situações de proteção pelo Sistema de Refúgio, como no caso dos refugiados ambientais, de um lado, e a criação de categorias no discurso acadêmico, de outro, possui

influência sobre a prática dos *policy-makers* e vice-versa, gerando uma situação em que as pressões ao sistema de refúgio e o acirramento dos controles de fronteiras não são capazes de impedir a mobilidade humana, apesar de terem esse objetivo.

A crescente importância dos processos de elegibilidade, que assim como os instrumentos legais, são cada vez mais carregados de elementos políticos, tem reflexos inclusive na esfera pública, com a criação de discursos xenofóbicos e racistas, inclusive com custos políticos e eleitorais. É necessário assumir que a esfera política influencia não somente as políticas migratórias como também o processo de refúgio como um todo, que funciona a partir de precedentes, ainda que eles não sejam divulgados. Os nuances políticos envolvidos no processo de elegibilidade apontam que os marcadores sociais que identificam migrantes do Sul -sua origem e cultura, classe social, religião, raça, gênero, entre outros- operam através de efeitos às respostas dadas aos solicitantes, sendo as decisões estatais na apreciação de refúgio, na forma de concessão (caso a caso, *prima facie*) e nas taxas de indeferimento elementos variáveis para diferentes países, ainda que com situações similares.

Ademais, entendemos que a reflexão sobre o uso e reprodução das categorias migratórias na prática de pesquisa é um compromisso a ser assumido por todos os pesquisadores do tema de deslocamento humano desde o sul global, por entender que nossas práticas influenciam a forma como os indivíduos serão vistos e recebidos pelos Estados e instituições. Mais do que classificar e rotular, devemos, antes, tentar compreender e captar as realidades de pessoas migrantes no Brasil, reconhecendo os limites das categorias existentes sem esquecer de problematizá-las.

Referências

- ACNUR. **Relatório anual 2016**: global trends. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4dfdbf4cb.html>>.
- _____. **Número de análises de casos de refúgio no ano passado é seis vezes maior que em 2012**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/numero-de-analises-de-casos-de-refugio-no-ano-passado-e-seis-vezes-maior-que-em-2012/>>. Acesso em: 05 ago. 2017.
- _____. **Refúgio no Brasil**: uma análise estatística (janeiro de 2010 a outubro de 2014). Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.
- _____. **A proteção dos refugiados e a migração mista**: o plano de ação de 10 pontos. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/A_protecao_dos_refugiados_e_a_migracao_mista_O_Planode_Acao_de_10_Pontos>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- AMARAL, N. A.; MILESI, R.; MUNOZ, F. F. Trabalhadores Bengalís em Samambaia, Distrito Federal: potencial de inserção no mercado de trabalho local. **Cadernos de Debates – Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, DF, v. 9, n. 9, p. 53-81, 2014.

- AYDOS, M. R. **Migração forçada**: uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006). 2010. 185f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.
- BAENINGER, R. Migração internacional: elementos teóricos para o debate. In: _____ et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- BETTS, A. State fragility, refugee status and survival migration. **Forced Migration Review**, n. 43, p. 4-6, 2013. Disponível em: <<http://www.fmreview.org/fragilestates/betts.html>>. Acesso em: out. 2016.
- _____. Survival migration, a new protection framework. **Global Governance**, US, n. 16, p. 361-382. 2010. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTRANETSOCIALDEVELOPMENT/Resources/244329-1255462486411/Betts_Survival_Migration.pdf>. Acesso em: out. 2016.
- CALEGARI, M. Migração de crise: refúgio e família no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014a.
- _____. **Felicidade clandestina**: refúgio e família no Brasil. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014b. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000936207>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- CAMPOS, M. B. Características demográficas e a voluntariedade da migração. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 23, n. 45, p. 273-290, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v23n45/1980-8585-REMHU-23-45-273.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- CAMPOS SILVA, A. R. Imigrantes africanos solicitantes de refúgio na indústria avícola *halal* brasileira. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 73, p. 21-30, 2013. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/1096673-Travessia-73/>>. Acesso em: set. 2016.
- CASP – Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. **Centro de referência para refugiados da CASP divulga dados do atendimento realizado em 2016**. São Paulo, SP, 24 mar. 2017. Disponível em: <<http://caritassprefugio.wixsite.com/casp/single-post/2017/03/24/Centro-de-Refer%C3%A2ncia-para-Refugiados-da-CASP-divulga-dados-do-atendimento-realizado-em-2016>>. Acesso em: 05 jun. 2017.
- CASTLES, S.; VON HEAR, N. Root causes. In: BETTS, A. (Org.). **Global migration governance**. New York, NY: Oxford University Press, 2011.
- CHIMNI, B. S. The geo-politics of refugee studies: a view from the south. **Journal of Refugee Studies**, New York, NY, v. 11, n. 4, p. 350-374, 1998.
- CLARO, C. **Refugiados ambientais**: mudanças climáticas, migrações internacionais e governança global. 2012. 114f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.
- CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. **EchoGéo**, v. 2, 2007. Disponível em: <<http://echogeo.revues.org/1696>>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- COGO, D.; BADET, M. De braços abertos: a construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. In: ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (Org.). **Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2013.
- CONARE – Comitê Nacional para Refugiados. **Refúgio em números**: dados até dezembro de 2016. Brasília, DF, s.d. Disponível em:

- <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 05 set. 2017.
- CORRÊA, M. A. S. et al. Migração por sobrevivência: soluções brasileiras. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 23, n. 44, p. 221-236, 2015
- DA COSTA, N. B. N. **Migrações internacionais e refúgio no Brasil entre 2000 e 2014: uma análise espaço-temporal**. 2016. 125f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.
- DELLA BARBA, M. **Bengalis buscam refúgio no Brasil: o estrangeiro**. 08 fev. 2014. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2014/02/08/bengalis-buscam-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 08 jan. 2017.
- FIDDIAN-QUASMIYEH, E. Gender and forced migration. In: _____ et al. (Org.). **The Oxford handbook of refugee and forced migration studies**. Londres: Oxford University Press, 2014.
- HAYDEN, B. What's in a name?: the nature of the individual in refugee studies. **Journal of Refugee Studies**, New York, NY, v. 19, n. 4, p. 471-487, 2006. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jrs/article/19/4/471/1510200/What-s-in-a-Name-The-Nature-of-the-Individual-in->>. Acesso em: 20 jan. 17.
- INGLÊS, P. Globalização, mobilidade humana e criatividade: desafiando categorias a partir de três casos de migração forçada em Angola. In: VASCONCELOS, A. M. N.; BOTEGA, T. (Org.). **Política migratória e o paradoxo da globalização**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS; Brasília, DF: CSEM, 2015.
- JUBILUT, L. L.; MADUREIRA, A. L. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena +30. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 22, n. 43, p. 11-33, 2014.
- KREFT, S. et al. **Global climate risk index 2015**. Berlin: German Watch, 2014. Disponível em: <<https://germanwatch.org/de/download/10333.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.
- LEITE, L. **O devido processo legal para o refúgio no Brasil**. 2014. 362f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.
- MARTIN, S.; WEERASINGHE, S.; TAYLOR, A. What is crisis migration? **Forced Migration Review**, n. 45, p. 5-9, 2014. Disponível em: <www.fmreview.org/crisis/>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- McADAM, J. The concept of crisis migration. **Forced Migration Review**, n. 45, p. 10-11, 2014. Disponível em: <<http://www.fmreview.org/crisis/mcadam.html>>. Acesso em: 08 jan. 2017.
- _____. Environmental migration. In: BETTS, A. (Org.). **Global migration governance**. New York, NY: Oxford University Press, 2011.
- MOUNTZ, A.; HIEMSTRA, N. Chaos and Crisis: dissecting spatiotemporal logics of contemporary migrations and state practices. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, DC, v. 104, n. 2, p. 382–390, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00045608.2013.857547?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 08 jan. 2017.
- MOREIRA, J. B. **A questão dos refugiados no contexto internacional: (de 1943 aos dias atuais)**. 2006. 207f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.
- _____. A problemática dos refugiados na América Latina e no Brasil. **Cadernos PROLAM/USP**, Ano 4, v. 2, p. 57-76, 2005.
- OIM – Organização Internacional para as migrações. **Irregular migration and mixed flows: IOM's Approach**. Geneva, 2009. Disponível em: <<https://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/microsites/IDM/workshops/huma>

MIGRAÇÕES SUL-SUL

n-rights-migration-november-2009/mixed-migration-flows-presentation.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

PERES, R. G. O que importa é o que acontece com a sua família: um diálogo entre família e migração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

SANDER, J. La solicitud de refugio en Buenos Aires: una mirada antropológica sobre las prácticas institucionales y el entramado de organizaciones de la sociedad civil. In: JORNADAS SANTIAGO WALLACE DE INVESTIGACIÓN EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL, 7., 2013, Buenos Aires, Argentina. **Anais...** UBA, 2013.

SCHEEL, S.; SQUIRE, V. Forced migrants and "illegal" migrants. In: FIDDIAN-QUASMIYEH, E. et al. (Org). **The Oxford handbook of refugee and forced migration studies**. Londres: Oxford University Press, 2014

SIDDIQUI, R. Migrants on offshore islands of Bangladesh. **Forced Migration Review**, Oxford, n. 45, 2014. Disponível em: <www.fmreview.org/crisis>. Acesso em: 28 ago. 2017.

WALDELY, A. B. et al. Migração como crime, êxodo como liberdade. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 23., 45, p. 235-247, 2015.

ZETTER, R. More labels, fewer refugees: remaking the refugee label in an era of globalization. **Journal of Refugee Studies**, London, v. 20, n. 2, p. 172-192, 2007.

**MIGRANTES E REFUGIADOS SUL-SUL NA CIDADE
DE SÃO PAULO: TRABALHO E ESPACIALIDADES¹⁶⁰**

Luís Felipe Aires Magalhães

Lúcia Bógus

Rosana Baeninger

As mudanças observadas na divisão internacional do trabalho têm provocado importantes impactos na dinâmica das migrações internacionais (SASSEN, 2010). A crise econômica que acometeu os países centrais do capitalismo global pós-2007 provocou a deterioração das relações de trabalho principalmente entre os trabalhadores imigrantes (CANALES, 2015; COVARRUBIAS, 2010). Como consequência, agravou-se a discriminação a estes imigrantes (CANALES, 2015), diminuiu o volume de remessas para os países de origem (CEPAL, 2009) e emergiram novas mobilidades da migração internacional (BAENINGER, 2016), com novas fases e faces (BAENINGER, 2012), tais como a migração de retorno e a reemigração (FERNANDES e CASTRO, 2013).

Transformações políticas também impactaram de forma decisiva novos tipos de mobilidade internacional, neste caso especialmente de refúgio (BÓGUS e MOZINE, 2016). A intensificação de instabilidades sociais e políticas, a emergência de conflitos armados e a perseguição a grupos étnicos, políticos, religiosos, culturais e à população LGBTI, em alguns países, seguem produzindo deslocamentos de refugiados, aos quais também se impõem as restrições crescentes à entrada na União Europeia e nos Estados Unidos.

Nesse cenário, o Brasil tem se inserido, de maneira crescente, na dinâmica da mobilidade internacional de refúgio, na medida que a vinculação do Estado brasileiro aos tratados internacionais de refúgio e a Lei n. 9.474/1997 (Estatuto Jurídico do Refugiado) estabelecem garantias que trouxeram novos povos para o país.

Isso não significa que não tenhamos recebido fluxos de imigrantes e refugiados em décadas anteriores, mas sim que, especialmente desde o início do Século XXI, estes fluxos têm crescido em número, diversidade e complexidade, exigindo novos olhares teóricos e aportes metodológicos.

Do ponto de vista das migrações, é importante registrar a permanência dos fluxos de sul-americanos ao Brasil, especialmente bolivianos (SILVA, 2006), peruanos (BAENINGER, PERES e DEMÉTRIO, 2016) paraguaios (MALDONADO, 2016), além de sul-coreanos (OLIVEIRA e MASIERO, 2005) e de novos fluxos, como os de haitianos (BAENINGER et al, 2016;

¹⁶⁰ Este estudo compõe as análises do Observatório das Metrôpoles (PUCSP/CNPq) e do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq) e

MAGALHÃES, 2017), senegaleses (TEDESCO e GRZYBOVSKY, 2013) e chineses (YIN, 2013).

É objetivo deste artigo captar as relações existentes entre trabalho, espacialidades e ocupação de espaços públicos focalizando, especialmente, dentre alguns dos principais fluxos, as mulheres migrantes e refugiadas residentes na cidade de São Paulo. Seleccionamos representantes femininas da imigração boliviana, haitiana e turca em distintos momentos da dinâmica migratória Sul – Sul no Brasil, o que nos fornece importantes elementos para a análise desses grupos e de suas especificidades migratórias.

Quanto ao refúgio, cabe destacar que, apesar dos números serem substancialmente inferiores aos dos fluxos migratórios e, não obstante, fatores condicionantes apontarem grande diversidade de razões para as saídas dos países de origem e de trânsito, há muitos pontos comuns entre esses grupos (BÓGUS e MOZINE, 2016). Juntos, esses dois grupos coabitam distritos específicos da cidade de São Paulo e inserem-se nos mesmos setores de atividade econômica, com importantes especificidades, no entanto, decorrentes das redes étnicas estabelecidas. A vinda recente de solicitantes de refúgio turcas expressa a importância da constituição dessas redes e suscita importantes reflexões sobre gênero e autonomia no âmbito dos processos da migração e do refúgio.

A questão de gênero insere-se aqui numa perspectiva totalizante de análise, na qual mais que a proporção das mulheres no total de migrantes, interessa-nos captar as suas especificidades de mobilidade, desde a saída do país de origem até a inserção laboral e as interações sociais e culturais no destino considerando as trajetórias particulares e as formas diferenciadas de ocupação do espaço público e apropriação do território (PERES, 2016). Nesse sentido, “entende-se como migração feminina não apenas fluxos compostos exclusivamente por mulheres, mas o conjunto de diferenciais que fazem as trajetórias e estratégias utilizadas pelas mulheres serem diferentes das utilizadas pelos homens” (PERES, 2016, p. 274). É fundamental, neste sentido, a avaliação da inserção laboral e da construção, seja cultural, seja comercial, dos espaços públicos. E, ir além dos números tem um importante significado metodológico: as mulheres, muitas vezes não são visíveis nas tradicionais fontes de dados sociais e demográficos utilizadas para o estudo das migrações, as quais, “por sua própria concepção, periodicidade, cobertura ou definição de conceitos, não se aplicam a um fluxo migratório feminino. Faz-se necessário, então, lançar mão de outros recursos metodológicos que superem as limitações dos censos demográficos” (PERES, 2016, p. 276). Um destes recursos é justamente o trabalho de campo de natureza qualitativa, por meio de instrumentos de pesquisa que tornam possível dar visibilidade a essas mulheres e suas alteridades, captando as características específicas dos grupos estudados. No caso deste estudo foram realizadas entrevistas e observação participante, no escopo de uma investigação etnográfica sobre imigração feminina, trabalho e cultura na cidade de São Paulo.

As novas faces da migração e do refúgio no Brasil resultam de processos gestados não apenas nos países de origem dos imigrantes e refugiados, como também nos países de destino preferencial, com destaque para o Brasil neste início de Século XXI, onde coexistem a dimensão global e a dimensão local, como expressões de fortes desigualdades.

Na dimensão local, convém registrar que com a criação de 14,7 milhões de postos de trabalho, entre 2003 e 2010, e um processo de crescimento econômico com relativa inclusão social (circunscrita, no entanto, ao âmbito do consumo via endividamento das famílias e do próprio Estado), o Brasil aparecia ao mundo, especialmente até 2014 - ano em que a crise internacional incidiu fortemente no país, com graves consequências político-institucionais - como um país imune à crise. As políticas anticíclicas de promoção do consumo e de ampliação dos gastos públicos combinaram-se com um fortalecimento da produção agroindustrial, eixo mais dinâmico da acumulação capitalista dependente no país (MAGALHÃES, 2017).

A expansão da presença brasileira na América do Sul, no Haiti e na própria África indicava ao mundo pretensões diplomáticas específicas, especialmente a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Esses interesses, por mais que divergissem em alguns aspectos pontuais do sistema de dominação internacional ao qual o Brasil convidava-se a participar, não foram suficientes para contrapor o país às potências estabelecidas (LUCE, 2011; MAGALHÃES, 2017).

Com a chegada ao país dos imigrantes haitianos, o Brasil, em um processo marcado por contradições, adotou política imigratória que, mesmo não superando a seletividade e o securitismo da gestão imigratória, diferia substancialmente do fechamento das fronteiras e do controle xenófobo exercidos nos países centrais, particularmente Estados Unidos e União Europeia. Somados à crise econômica nesses países e à ampliação de postos de trabalho de baixa qualificação no Brasil, com destaque para o crescimento da informalidade na cidade de São Paulo, muitos fluxos redefiniram suas trajetórias e inseriram o Brasil de forma mais intensa no rol dos países de destino e de trânsito da mobilidade internacional (BAENINGER, 2016). A dimensão global está marcada, naquele momento, por crise econômica, restrições no mercado de trabalho e dificuldades crescentes de poupança para envio de remessas (CEPAL, 2009; MAGALHÃES, 2017). A diminuição dos níveis de remessas mostrou-se fator decisivo para a redefinição dos destinos migratórios, especialmente para aqueles fluxos oriundos de países caracterizados por dependência de remessas (MAGALHÃES, 2017).

O Brasil e sua maior metrópole, São Paulo, vem se consolidando como destino para imigrantes internacionais e refugiados, em razão de uma nova realocação geopolítica do país nos últimos anos (BAENINGER, 2016), não apenas no contexto latino-americano como também global (MAGALHÃES, 2017). No âmbito nacional, fluxos como de haitianos (MAGALHÃES, 2017) e

de senegaleses (TEDESCO e GRZYBOVSKY, 2013) manifestaram maior dispersão pelo território, atenuando-se essa tendência apenas com o crescimento do desemprego nas principais Unidades da Federação após 2014. A concentração espacial em São Paulo de fluxos migratórios mais antigos, como de peruanos e bolivianos, foi seguida também pelos refugiados sírios e por fluxos africanos de menor volume, como os de angolanos e guineanos. A cidade revela, atualmente, enorme diversidade no que se refere à existência de redes migratórias, constituindo um espaço fértil para o estudo das migrações e do refúgio internacional.

Em resumo, imigrantes de países como Haiti e Senegal e refugiados sírios, angolanos e guineanos (SINCRE, 2015; BÓGUS e MOZINE, 2016) integram o mosaico da imigração e do refúgio em São Paulo nos anos recentes. Essas novas chegadas se somam à outras anteriores de peruanos, bolivianos e paraguaios, que seguem aportando à cidade a partir de redes sociais já estabelecidas e presenças consolidadas em determinados segmentos do mundo do trabalho, ainda que marcados pela precariedade. Outros grupos, como de venezuelanos e turcos destacam ainda mais a atualidade do tema e a diversificação e complexificação pelas quais passam migração e refúgio na cidade de São Paulo. Um aspecto particularmente importante dessas transformações é a forma com que esses grupos relacionam-se com o espaço urbano: embora inseridos em dinâmicas laborais pré-existentes que organizam o território e a acumulação de capitalista na cidade, eles constroem novas territorialidades a partir da ocupação comercial ou cultural de espaços públicos.

A paisagem urbana e social de diversos bairros do município de São Paulo vê-se, assim, transformada com a chegada de novas nacionalidades e sua presença no comércio, na indústria da costura e em empreendimentos étnicos como os restaurantes e salões de beleza. Tal processo está em curso desde o final do século XX e se reforça neste século XXI, envolvendo de forma mais direta distritos da região central de São Paulo, como Bom Retiro, Liberdade, Pari, Brás, República e Sé. Nesses distritos, os fluxos analisados (bolivianas, haitianas e turcas) encontram imigrantes e refugiados de outros países da América Latina, África e Ásia, com destaque para as interações comerciais empreendidas pelos sul-coreanos e a presença crescente de chineses. Essas presenças, em conformidade com a atuação de redes migratórias específicas, organizam economias e enclaves étnicos (TRUZZI, 2001) presentes, por exemplo, na Rua Coimbra, no bairro do Brás, território já tradicional da imigração boliviana na cidade.

A transformação urbana e social nesses distritos, por sua vez, guarda íntima relação com um processo anterior de desconcentração industrial, de expansão do setor terciário na cidade e dos processos atuais de reconversão produtiva, onde São Paulo é o centro da indústria financeira do país, relegando a outras cidades e regiões instalações industriais que buscam menores custos de produção, isenções fiscais e outras formas de subsídios públicos (PACHECO,

1998). A inserção laboral da população imigrante também se articula a estas transformações da produção global (SASSEN, 1998).

Imigração e território: aspectos da presença boliviana, haitiana e turca em São Paulo

A análise das novas faces da imigração e do refúgio na cidade de São Paulo revela, não obstante o conjunto de diversidades étnicas, linguísticas e culturais, certa uniformidade de sua presença no território, particularmente em um eixo que se estende da região central até a zona leste da cidade. Neste sentido, a Av. Rangel Pestana, que se inicia no distrito da Sé é, além de um eixo rumo à Zona Leste de São Paulo (em que passa a se chamar Av. Celso Garcia), um fio condutor de diversas nacionalidades que se espalham e redefinem o território dos distritos da Sé, do Brás, do Pari e do Bom Retiro e envolvem diversos setores de atividade econômica com intenso destaque para a costura e o comércio popular, tanto formal como informal.

Este eixo, como dito, não é apenas viário mas também econômico: ao seu redor estruturam-se setores de atividade econômica caracterizados atualmente pela utilização de força de trabalho imigrante. A presença de imigrantes internacionais nesta região não é novidade, como não é na cidade de São Paulo como um todo. Os distritos do Brás, do Pari, da Liberdade e também da Mooca e da Bela Vista historicamente são espaços que receberam muitos imigrantes internacionais, especialmente italianos e portugueses (BAENINGER, 2012; BIONDI, 2009). As intensas transformações econômicas (industrialização e, ultimamente, reconversão produtiva) e a forma com que elas impactam na produção do espaço alteraram e seguem alterando também a paisagem étnica desses territórios, inserindo as novas faces da imigração e do refúgio internacional. Em trabalho de campo realizado nos espaços de comércio popular e de costura da região central de São Paulo (distritos do Pari, do Brás e do Bom Retiro), entrevistamos diversos atores sociais que promovem ou que testemunham essas transformações. Frei Anacleto, pároco responsável pela centenária Paróquia Santo Antônio do Pari, nos revela aspectos importantes de uma transição étnica no bairro e da emergência de novas relações de propriedade do espaço urbano, em detrimento de formas antigas de sociabilidade.

A maioria deles [imigrantes chineses] é locatário e quem detém a posse são ainda os árabes. Então com esta, digamos assim, retomada de um comércio popular, eles substituíram a maioria dos italianos e a maioria dos portugueses que já não tinham poder aquisitivo para manter os seus comércios, salvo alguns que estão ainda ali na Rua Oriente, mas sem o grande prestígio de antigamente: os filhos já não conseguiam mais concorrer, nem com árabes, nem com ninguém, para conseguir comprar uma casa e construir aqui. Então, italianos e portugueses foram vendendo as suas propriedades e os pais foram envelhecendo ou morrendo; então essa é uma configuração que se a gente quisesse sintetizar, assim hoje muito rapidamente fazendo um paralelo, quem manda

MIGRAÇÕES SUL-SUL

no Pari em termos imobiliários são os árabes; quem manda no comércio- porque detém grande parte do comércio popular - são os chineses e quem reza são os poucos e velhos italianos e portugueses que sobraram (Frei Anacleto).

Formas antigas de sociabilidade estabelecidas a partir da Paróquia deram lugar ao uso do espaço urbano para o comércio. Como resultado, houve não apenas a diminuição radical do número de casamentos, batismos e outras cerimônias na Paróquia como também o próprio arrendamento de parte da estrutura física do patrimônio da Igreja Católica para o comércio (como é o caso do prédio da antiga Faculdade São Francisco, hoje um shopping de comércio popular, e da escola básica, cujo espaço é atualmente alugado para stands de venda de artigos populares, subarrendados por R\$175,00 semanais).

Trabalho de mulheres imigrantes

a) Imigrantes bolivianas na cidade de São Paulo

Mas quem são os que trabalham, tanto na costura como no comércio de rua? A resposta a estas indagações nos leva a outros fluxos migratórios contemporâneos e à importância fundamental de um deles (o de chineses) na expansão do comércio e no processo de reconversão produtiva. Frei Anacleto nos recorda que:

a gente ouve e vê histórias de bolivianos sobre toda a miséria que eles enfrentam aqui, muitas vezes com preconceito, muitas vezes com a própria exploração do trabalho boliviano. A maioria deles está hoje ou nas indústrias de produção têxtil, ou está na base do camelô mesmo, nas vendas de rua. Eles tinham na Praça Padre Bento grande reduto. Quando a Prefeitura e o Estado planejaram a chegada do metrô e fecharam a Praça Padre Bento, os bolivianos se deslocaram para a região do Canindé, onde estão até hoje (...). Mas ultimamente, a grande massa de imigrantes, e aí a gente entende isso também pelo poderio e pela densidade da migração, são os chineses. Hoje nós temos mais chinês por metro quadrado aqui acho do que em qualquer outro lugar de São Paulo ou Brasil. E eles têm um regime de trabalho, de aplicação ao trabalho muito grande, então eles tomaram conta literalmente do comércio popular. Assim como já haviam tomado conta da 25 de março, hoje tomaram conta do comércio popular do bairro do Pari (...). Mas é significativo que essa digamos polarização e o deslocamento do comércio popular das áreas centrais, da 25 e mesmo ali da região da Avenida do Estado, São Caetano, isso aqui se torna hoje a nova feira ou a nova feirinha da madrugada e nos últimos anos se ergueram aí no mínimo dez grandes shopping centers populares, cheios dessas lojinhas onde você pra passar tem que andar de lado porque os corredorzinhos são tão estreitos que não dá pra passar em dois, né? (Frei Anacleto).

A expansão do comércio de roupas e tecidos e sua centralidade em uma região cada vez maior da área central da cidade de São Paulo só é possível em

razão da vitalidade do setor de costura e de seu regime de trabalho baseado em enorme competição entre as oficinas e pressão sistemática tanto para o aumento da produtividade do trabalho como para o rebaixamento dos custos de produção.

Na costura, homens e mulheres dividem oficinas caracterizadas por insalubridade do ar, intensa atividade laboral, longas jornadas e sistemas diferenciados de remuneração. No interior das oficinas, as relações de gênero aparecem fortemente; às mulheres, cabe o trabalho de menor remuneração e mesmo aquele que sequer é tido como trabalho a ser pago: as tarefas de preparo das refeições e de limpeza do espaço de trabalho.

Ademais, nos contextos em que o local de residência e de trabalho são o mesmo, as mulheres bolivianas se tornam ainda mais expostas a assédio e abuso sexual (RIBEIRO, 2016)

Embora seja um fluxo antigo, pode-se concluir que a manutenção dos mecanismos que regem tanto as relações entre “empregadores” e empregados, como a divisão de tarefas entre homens e mulheres no interior das oficinas, é essencial para a manutenção da dominação na esfera do trabalho: atualmente, as redes de contratação operam desde a Bolívia, recrutando pessoas que já realizavam o trabalho na costura. A viagem ao Brasil e a primeira residência criam uma dívida do trabalhador com o seu recrutador (frequentemente um amigo ou alguém conhecido e próspero na comunidade, também ela transnacional, não obstante ser um país vizinho) e um laço de dependência que impede a saída do trabalho da costura por períodos que podem se prolongar por anos.

O sistema de pagamento depende diretamente da condição do trabalho: se informal, varia de acordo com o número de peças produzidas (geralmente é pago R\$1,50 por camisa e R\$2,00 por peças maiores) ou mesmo do número de costuras realizadas (R\$0,25 por parte da peça costurada). As jornadas de trabalho nesse caso costumam ser de 12 horas por dia ou até mais. É na informalidade que ocorre a residência na própria oficina e isso é fundamental, como veremos a seguir, no âmbito das estratégias específicas construídas pelas trabalhadoras bolivianas. Se formal, a jornada oscila entre 40 e 50 horas semanais, com uma remuneração fixa de um salário mínimo mais prêmios por produtividade, vale transporte e vale alimentação.

Nesse contexto em que a remuneração depende diretamente da produtividade do trabalho, máquinas mais antigas e pesadas, que exigem maior desgaste e força física, acabam por submeter as mulheres a uma regime de super-exploração da força de trabalho ainda maior.

Aos sábados, em ambos regimes de trabalho, a jornada se estende até às 12h, quando a partir de então abre-se a esses bairros uma intensa apropriação do espaço e construção, comercial e cultural do território.

Dos três fluxos analisados, a presença boliviana é aquela constituída há mais tempo na cidade de São Paulo. Pela intensa vinculação ao trabalho nas oficinas de costura e pela vigência de relações de trabalho em que é comum

residir no próprio local de trabalho, a presença boliviana em São Paulo concentra-se, como visto, nos distritos do Brás, do Pari e do Bom Retiro. Nestes espaços, outras atividades econômicas absorvem a força de trabalho de mulheres bolivianas, como o comércio ambulante e serviços de beleza, constituindo, especialmente no Brás, verdadeiros nichos étnicos. Para este artigo, entrevistamos três mulheres bolivianas que, não obstante terem chegado em São Paulo em momentos distintos (anos de 1996, 2009 e 2011), têm trajetórias semelhantes: foram recrutadas na Bolívia para o trabalho na costura, tiveram efetivamente a costura como seu primeiro trabalho na cidade, e passaram a alternar o trabalho na costura com outros trabalhos, precisamente no comércio ambulante e em salões de beleza. Nenhuma das três jamais teve carteira de trabalho assinada. Yolanda¹⁶¹, que atualmente trabalha como cabelereira em salão de beleza voltada a bolivianas no Brás, afirmou que trabalhou na costura sem receber salário e com seus documentos retidos pelo patrão, como forma de pagamento pela viagem, até que decidiu fugir da oficina. Duas de nossas entrevistadas declararam trabalhar 12 horas e meia por dia. A terceira, trabalha 13 horas por dia.

Não obstante a concentração da presença boliviana nestes três bairros, é significativa, no entanto, a mobilidade intra-urbana deste grupo imigrante em decorrência do deslocamento para outras áreas da cidade de muitas oficinas de costura antes localizadas no centro. As ações de fiscalização de auditores do Ministério do Trabalho e Emprego e do próprio Ministério Público do Trabalho, denúncias realizadas por meios de comunicação e ainda a pressão constante realizada pelos espaços da sociedade civil que acolhem imigrantes e refugiados em situação de trabalho precário na cidade de São Paulo fazem com que muitas oficinas, em lugar de estabelecer novas relações de trabalho e de remuneração, acabem por se deslocar para regiões mais distantes, longe da fiscalização. Atualmente, diversas oficinas de costura operam na Zona Leste de São Paulo, transportando para lá essas relações de trabalho e encontrando alí outros grupos imigrantes. Todavia, segue sendo no Brás e no Pari onde ocorrem as duas principais manifestações de apropriação do espaço público por imigrantes bolivianos: o comércio da Rua Coimbra, no Brás, e a Feira da Kantuta, na Praça da Kantuta, no Pari.

Culturalmente, a Praça da Kantuta, na região do Canindé, bairro do Pari, reúne centenas de bolivianos e bolivianas. É lá que ocorre a tradicional “Feira da Kantuta”, em que todos os domingos, das 11h às 19h, o mosaico gastronômico, artesanal e cultural da Bolívia é apresentado e reverenciado. Comercialmente, é na Rua Coimbra, no Bairro do Brás, onde o espaço público é mais apropriado e utilizado. Em sua extensão, inúmeros restaurantes, casas de câmbio, lojas de envio de remessas, agências de companhias aéreas, salões de beleza e mesmo

¹⁶¹ Nome fictício.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

mercados étnicos, nos quais são vendidas batatas, milho, frutas e cervejas produzidas na Bolívia e transportadas em pequenos caminhões até São Paulo.

Na apropriação comercial do espaço, as mulheres ocupam, além do trabalho nas oficinas, as atividades nos salões de beleza e na alimentação de calçada (nos restaurantes formalizados elas são raras). O trabalho nos salões revela uma divisão dos rendimentos totais que se assemelha ao trabalho nas oficinas de costura: as trabalhadoras informais residem no andar superior do salão e recebem 50% do valor de cada corte. O restante é do empregador, que paga o aluguel do espaço a proprietários que, conforme as entrevistadas, são árabes. Em alguns casos, foram esses empregadores que tiveram que autorizar ou não as entrevistas de suas funcionárias. As mulheres, em termos gerais, são menos predominantes nos estabelecimentos da Rua Coimbra. Mas é no final desta rua, no Centro Integrado do Imigrante, onde as mulheres são mais visíveis, seja como funcionárias do Centro, seja como demandantes de seus serviços de qualificação profissional, assistência médica e encaminhamento a órgão da prefeitura (Tabela 1).

Tabela 1 – atendimentos na agência de empregos – encaminhamentos à entrevistas de emprego, Centro Integrado do Imigrante do Brás segundo principais nacionalidades (Maio de 2016 a Julho de 2017).

País	Imigrantes	% do total
Haiti	381	30,90
Angola	261	21,17
Bolívia	202	16,38
Congo	85	6,89
Brasil	83	6,73
Guiné-Bissau	37	3,00
Nigéria	34	2,76
Paraguai	22	1,78
Peru	18	1,46
Venezuela	18	1,46
Outros	92	7,46
Total	1233	100

Fonte: Centro Integrado do Imigrante do Brás, 2017.

Esse Centro, conhecido como o “centro do boliviano”, revelou em seu número de atendimentos entre maio de 2016 e julho de 2017, uma diversidade de 38 nacionalidades atendidas; predominou nesse período o público haitiano

como principal demandante dos serviços oferecidos, seguido de angolanos e bolivianos. Em “outros”, há a indicação de apenas 1 atendimento realizado a demandante sul-coreano, não obstante grande concentração deste grupo na região. Um número tão baixo como esse revela a força e atuação da rede migratória sul-coreana, que em grande medida oferece a seus membros, através de laços de solidariedade étnica construídos historicamente, melhores condições econômicas e materiais que as oferecidas aos demais grupos.

O descanso do trabalho nas oficinas se dá nas feiras culturais, mas mesmo nessas as mulheres, bem mais que os homens, comercializam bens que conseguiram produzir em suas máquinas de costura próprias, comidas e artesanatos. “Descansam” trabalhando um pouco mais, perfazendo dessa forma uma tripla jornada de trabalho.

Na apropriação cultural do espaço, cabe destacar que a Feira da Kantuta ocorre no âmbito de uma intensa e organizada mobilização cultural. A comunidade boliviana em São Paulo possui não apenas uma Associação dos Residentes Bolivianos (que existe há 47 anos e está localizada no próprio Centro Integrado do Imigrante) como também a Associação Cultural Folclórica Bolívia-Brasil, cuja missão é “promover a diversidade cultural e de valores religiosos que identificam o povo boliviano com suas tradições e raízes para futuras gerações” (ACFBB, 2017). Localizada no Canindé, mais próxima de onde ocorre a Feira da Kantuta, a Associação organiza festividades como a Festa da Independência da Bolívia (que geralmente ocorre no Memorial da América Latina, no primeiro final de semana de Agosto) e a Escolha da Rainha do Folclore Boliviano. Nesta escolha, 14 escolas e agremiações culturais da comunidade boliviana competem através de desfile, danças e perguntas sobre a história e a cultura do país. As representantes destes grupos são jovens meninas, entre 15 e 20 anos, que carregam consigo a torcida de centenas de pessoas que, animadamente, lotam o auditório principal da Missão Paz.

As relações de gênero no âmbito da Associação são visíveis: enquanto a diretoria é formada por poucas mulheres e os membros habilitados e destacados com camisas e crachás oficiais para a organização da Escolha da Rainha são predominantemente homens, são as mulheres e meninas que competem entre si e carregam em seus passos de dança, vestimentas típicas e respostas aos jurados (também de maioria masculina) as esperanças de sua comunidade. Formam, também, a maioria nas torcidas e são quem, na prática, tornam o espaço e a atividade possíveis.

b) Imigrantes haitianas na cidade de São Paulo

O eixo que se estende da Baixada do Glicério à zona leste da cidade de São Paulo tem no entorno da Missão Paz, no Glicério, importante espaço da imigração internacional na cidade, particularmente a partir da presença de imigrantes haitianos neste território.

Em 2015, último ano para o qual há dados disponíveis do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre trabalhadores estrangeiros admitidos no mercado formal de trabalho brasileiro, São Paulo ocupa a segunda posição na relação das cidades que mais admitiram trabalhadores e trabalhadoras haitianas no mercado formal de trabalho – atrás apenas de Curitiba. Beneficiada certamente pela diminuição radical no número de contratações de haitianos e haitianas pela agroindústria catarinense (Chapecó figurava constantemente em segundo lugar nessa relação e em 2015 sequer apareceu entre as dez principais cidades), São Paulo admite esses trabalhadores nos setores da construção civil e de alimentação e restaurantes. As mulheres haitianas ocupam predominantemente postos de cozinheiras em restaurantes e faxineiras em estabelecimentos terciários. Diferente de outros grupos de imigrantes, a imigração haitiana no Brasil, em razão de legislação específica (a RN 97 do CNIG, que concede o visto de ajuda humanitária a haitianos no Brasil) é bastante formalizada e bancarizada, dado que prontamente recebem Carteira de Trabalho e CPF.

São, no entanto, as mulheres haitianas as maiores responsáveis por dois fenômenos sociais característicos da migração haitiana em São Paulo: a formação de um território étnico a partir de sua concentração em um espaço público físico apropriado e vivido (BOURDIEU, 1997) e as manifestações, nestes espaços, de práticas transnacionais (CANALES, 2015). O principal desses espaços é a Baixada do Glicério.

Na Baixada do Glicério, região limite entre os distritos da Liberdade e da Sé, na região central de São Paulo, a apropriação do espaço público por haitianos e haitianas dá-se em decorrência da presença no local da Missão Paz, principal espaço de acolhimento de imigrantes na cidade e no país. Ao redor da Igreja Nossa Senhora da Paz, onde está situada a Missão Paz, a paisagem urbana e social vê-se, desde 2010, redesenhada, predominando atualmente a população imigrante haitiana. Espaços como a Rua dos Estudantes, Rua Conde de Sarzedas, Rua do Glicério e Rua Dr. Lund apresentam intensa atividade comercial de negócios típicos da comunidade haitiana, como pequenas lojas de envio de remessas de migrantes, barbearias, salões de beleza, lojas de conserto de bicicletas e restaurantes. A formação de um espaço público identitário haitiano é, também, decorrência do enorme adensamento domiciliar: a existência nessa região de cortiços e de casas coabitadas faz das calçadas o espaço de convivência, dado que as casas são, muitas vezes, utilizadas exclusivamente para o descanso e repouso. É neste contexto que as mulheres haitianas são mais visíveis. Na Rua do Glicério, onde situa-se a Missão Paz, essa visibilidade se expressa pela presença das “Madam Sara” que mostram a face mais evidente do caráter transnacional dessa mobilidade. Por “Madam Sara” são chamadas as mulheres haitianas que preparam e comercializam alimentos e refeições em Porto Príncipe e em todo o Haiti. São elas quem fornecem, em um contexto de escassez de restaurantes e insegurança alimentar, a alimentação diária da maior

parte das famílias haitianas. Segundo Thomaz (2010), “as Madanm Sara são as comerciantes que garantem a oferta de produtos de boa parte dos mercados de Porto Príncipe. Conectam a capital com as regiões rurais do país e são as responsáveis até mesmo por circuitos existentes entre o Haiti e a República Dominicana, os Estados Unidos e o Panamá” (THOMAZ, 2010, p. 30). Não seria exagero já incluir o Brasil e especificamente São Paulo no rol dessa conexão, ou, em outras palavras, no “espaço de vida” (COURGEAU, 1980; DOMENACH, 1996) da migração haitiana (MAGALHÃES, 2017). A capilaridade das “Madanm Sara” no território das cidades haitianas é tão grande que, no pós-Terremoto de 2010, quando a Minustah não sabia precisamente como levar os alimentos e medicamentos arrecadados mundialmente, foram elas que aliviaram, com seus produtos e sem qualquer procura e reconhecimento da Minustah, a situação de enorme vulnerabilidade na região da capital (THOMAZ, 2010).

Ao redor da Missão Paz, essas mesmas “Madanm Sara” ressignificam o território social da Baixada da Glicério e alteram a paisagem urbana da região: bananas da terra são fritas e cozidas em panelas enormes, espigas de milho são assadas em latões improvisados, doces de farinha e de coco preparados e vendidos nas calçadas, assim como “cremas”, bebida típica haitiana, e outras frutas. Nada disso havia antes da presença haitiana na região. As “Madanm Sara”, juntamente com todo o conjunto de negócios étnicos haitianos da região, mostram a vitalidade e importância da ação das mulheres para a reprodução social da comunidade haitiana.

A imigração haitiana no município de São Paulo concentra-se sobretudo na região da baixada do Glicério, limites entre os distritos da Liberdade e da Sé. A razão desta concentração nesta região expressa de forma muito clara a importância que os espaços de acolhimento – particularmente a Missão Paz, na Igreja Nossa Senhora da Paz, na Rua do Glicério – tiveram na atração de imigrantes haitianos para São Paulo e de sua fixação num espaço próximo do centro da cidade, com habitações acessíveis embora muito precárias, relativa facilidade de mobilidade (estações de Metrô da Sé, da Liberdade e de Dom Pedro II, onde também há um terminal urbano) e o espaço da Missão Paz para atendimentos, encaminhamentos e resoluções de questões relacionadas ao visto de ajuda humanitário. No âmbito da Missão Paz, a Casa do Migrante é o espaço específico para o acolhimento de imigrantes e refugiados. Embora sua capacidade seja de 110 pessoas, a chegada dos haitianos ao espaço, especialmente entre 2013 e 2015, fez com que inclusive outras salas e mesmo o auditório da Missão Paz fossem utilizados para alojamento.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

A Missão Paz reflete, como um microcosmo, o crescimento do fluxo da imigração haitiana para o Brasil. Nos primeiros dois anos (2010 e 2011), os haitianos atendidos na Missão Paz representavam uma minoria em relação ao volume total dos imigrantes e refugiados. Em 2012 e 2013, esta realidade começou a mudar, se tornando sempre mais visível. Contudo, foi em 2014 e 2015 que estes imigrantes alcançaram quantidades significativas, gerando inúmeros desafios para a Missão Paz (PARISE, 2016, p. 413).

Entre 2010 e 2015, foram 11.654 imigrantes haitianos e haitianas atendidos pela Missão Paz. A importância dos serviços oferecidos e a ausência de políticas públicas para os imigrantes haitianos fizeram com que a imigração haitiana tivesse neste espaço um ponto central, que organizou sua concentração naquela região e inclusive a própria mobilidade para outros estados – através das atividades de recrutamento por empresas especialmente da região Sul no espaço da Missão Paz.

Os anos de 2015 e 2016 marcaram uma mudança importante no perfil da imigração haitiana e, por consequência, do próprio significado da Missão Paz para os imigrantes haitianos na região. Com a massificação do visto de ajuda humanitária e gradativa conversão, dentro da mobilidade haitiana, do uso da fronteira terrestre à fronteira aérea, ocorreu maior dispersão dos haitianos pelo território brasileiro, particularmente na Região Sul do Brasil. A crise econômica, o aumento do desemprego e a fragilidade das estruturas de acolhimento nesses estados criou novas mobilidades, como a ida para países como Chile, Argentina e Estados Unidos, assim como o retorno ao Haiti e, em alguns casos, à São Paulo. É uma característica geral dos imigrantes haitianos entrevistados na Missão Paz a existência de mobilidades internas anteriores, que envolvem Rio Grande do Sul (Porto Alegre e Caxias do Sul), Santa Catarina (Chapecó, Florianópolis e Balneário Camboriú), Paraná (Curitiba, no bairro “imigrante haitiano” de Santa Felicidade e Londrina) e Minas Gerais (Arcos e Contagem). São haitianos e haitianas que residem há pelo menos três anos no Brasil (as chegadas mais recentes são de 2014), naturais da região Centro-Norte do Haiti (Porto Príncipe, Saint Marc, Gonaives e Porto da Paz) com históricos de mobilidades internas no Haiti para o Porto Príncipe e passagens por Santo Domingo, na República Dominicana.

A massificação da migração ao Brasil em situação de maior emissão dos vistos de ajuda humanitária, tanto no Haiti como na República Dominicana, fizeram com que se reduzissem os custos da migração, o que teve como consequência uma maior presença daqueles imigrantes com menor escolaridade. Atualmente, o grupo predominante dos haitianos presentes na Missão Paz é daqueles que possuem ensino médio incompleto e fundamental completo (já foi, no passado, médio completo e superior incompleto). Com idades situadas no período (re)produtivo, de 25 a 34 anos, estes imigrantes trabalhavam no Haiti em serviços relacionados ao comércio, seja formal (vendedores em loja e

atendentes em padaria) ou informal (vendedora ambulante de roupas e vendedor de artesanato, também ambulante). Embora em sua maioria possuam filhos, constroem uma narrativa de seus projetos migratórios e de si mesmos em que a finalidade da vinda ao Brasil é ajudar a família de origem, sobretudo os pais e irmãos.

Outra característica geral é a posse de carteira de trabalho. Aqui, os vendedores e atendentes tornam-se serventes de pedreiro, operários em fábricas, trabalhadores de frigoríficos e cozinheiros em restaurantes. Todavia, no momento, todos os entrevistados estão desempregados, por períodos que vão de 3 meses a um ano. O desemprego os forçou a retornar a São Paulo e buscar o acolhimento na Missão Paz. Não significa, necessariamente, que não tenham realizado nenhum trabalho nesse período, mas sim que não encontraram ocupações fixas. Uma consequência disso é a interrupção do envio de remessas ou mesmo a inversão da ajuda: ao invés de enviarem, recebem dinheiro de seus familiares. As remessas eram frequentes e com relativa regularidade, feitas por via de agências de transferência de dinheiro – algumas situadas no próprio entorno do Glicério, mas a maioria na região da República, onde os haitianos somam-se aos senegaleses e angolanos na procura por esses serviços. Foi declarado pelos imigrantes que eram utilizadas preferencialmente para alimentação e gastos com saúde. Em razão da interrupção, as famílias tiveram que reduzir seus gastos.

Esses imigrantes integram famílias transnacionais: há relatos de parentes (irmãos, geralmente) residindo na França, nos Estados Unidos, na República Dominicana e inclusive em outras cidades no Brasil. Em geral, esses parentes também enviam remessas a seus familiares no Haiti. Não obstante as dificuldades vividas no Brasil, há predomínio da vontade de permanecer no país, seguida de um desejo de trazer os parentes, obstaculizado pela falta de dinheiro para a passagem e de perspectiva de trabalho para os parentes.

Entre os imigrantes, predomina a avaliação de que a situação para os imigrantes haitianos no Brasil não é boa: “tem muito brasileiro racista”, “antes tratavam bem, agora acho que piorou; firma não contrata haitiano, mesmo tendo vaga” são algumas das respostas dadas nas entrevistas.

A predominância do perfil de imigrantes que residiam em outros estados, ficaram desempregados e vieram para São Paulo revela a importância da Missão Paz para as estratégias de adaptação, busca de emprego e mesmo de sobrevivência; e expressa ainda o impacto da crise econômica brasileira sobre os imigrantes. O fechamento de postos de trabalho na agroindústria do sul do Brasil reorientou os percursos internos dessa migração internacional e aprofundou a situação de vulnerabilidade de haitianos e haitianas no Brasil. Como consequência, muito vêm ou retornam a São Paulo, pela importância em termos de acolhimento e acompanhamento da Missão Paz.

Embora na Casa do Migrante os haitianos hoje não sejam maioria – a maioria é de angolanos e senegaleses – eles são sim maioria no pátio da Igreja,

sob a tenda em que ocorrem, às quintas-feiras, os cada vez mais esvaziados mutirões de emprego. Em um palco de madeira, muitos sentam-se e mesmo dormem à tarde, à espera de alguma entrevista ou de algum documento. É um ambiente fértil para pesquisadores, não obstante uma desconfiança dos imigrantes que, nos parece, tem crescido nos últimos meses. As possibilidades de diálogo intercultural, de aproximação às práticas transnacionais e de conhecimento de trajetórias migrantes marcadas por dramas e superações exigem ainda reflexão teórica e vinculação, neste espaço, entre migração e território.

O território transnacional que se forma aqui, transforma o que antes havia e preenche o espaço com um significado novo. Os prédios altos, antigos, transformaram-se em habitações coletivas, cortiços nos quais os domicílios são divididos e densamente habitados. Nas janelas, a face mais visível é a de enormes quantidades de roupa revezando-se ao sol. Como as roupas, também as pessoas transbordam dessas casas nas calçadas, sobretudo à tarde. Como em outras cidades e como em outros fluxos, a co-habitação atinge inclusive o revezamento de quartos. As “camas que nunca esfriam” marcam o passo e a troca dos turnos, de trabalho e de descanso.

c) Imigrantes turcas na cidade de São Paulo

Diferente dos grupos migrantes de bolivianos e de haitianos, os turcos estabeleceram-se no Brasil como solicitantes de refúgio, expressando com isso tendências internacionais que revelam o crescimento do número de refugiados e de solicitantes de refúgio no mundo. Segundo o relatório Tendências Globais, da ACNUR (a agência da Organização das Nações Unidas para os refugiados), o ano de 2017 começou com 65,6 milhões de refugiados, o equivalente a 1 em cada 113 pessoas no mundo. O número expressa um aumento de 300.000 refugiados, que por razão de perseguições (étnicas, políticas, religiosas, de orientação sexual), conflitos, violências e outras formas de violações de direitos humanos são obrigados a solicitar refúgio em outro país.

Não obstante existir solicitantes de refúgio turcos no Brasil, a Turquia foi, em 2015 e 2016, o principal destino dos refugiados no mundo, com 2.869.421 refugiados (ACNUR, 2017).

O atual fluxo de imigrantes e solicitantes de refúgio turcos no Brasil é resultado de um processo de recrudescimento da repressão política, cultural e étnica. Como resultado, iniciou-se uma emigração, primeiro em direção à região do Oriente Médio, e depois em direção à África, Estados Unidos, Europa e até ao Brasil.

As mulheres turcas entrevistadas são solicitantes de refúgio e vieram com seus cônjuges e filhos. Há solicitantes de refúgio que vieram diretamente a São Paulo. Para uma das entrevistadas, no entanto, o Brasil foi apenas o quinto país de uma trajetória que passou por Bósnia, Abu Dhabi, África do Sul e

Sérvia, ao longo de 15 dias. Residentes há menos de um ano em São Paulo, seus filhos já estão na escola e elas conseguiram emprego.

Todas as mulheres turcas entrevistadas declararam se relacionar mais com os próprios membros da comunidade do que com brasileiros, e foram pessoas amigas que as ajudaram com informações sobre como ir à Polícia Federal para a solicitação do refúgio. Foi destacado o caráter técnico do atendimento recebido e a existência de pessoal fluente em inglês, o que facilitou na comunicação durante a solicitação e entrevistas que se seguiram. O Brasil foi apontado como destino por aqui já residirem amigos e amigas, que forneceram informações sobre o país e ofereceram acolhimento.

A inserção laboral guarda relação direta com a qualificação profissional: as formadas no ensino superior trabalham em sua área, enquanto aquelas que não cursaram universidade trabalham nos estabelecimentos comerciais da comunidade turca. Essa adequação das oportunidades de trabalho à qualificação profissional distingue, fundamentalmente, essas mulheres de outras mulheres migrantes, especialmente haitianas que, embora possuam formação superior, não encontram, na maioria dos casos, trabalho compatível com suas qualificações na cidade de São Paulo.

As interações sociais e culturais com os brasileiros são muito tímidas, predominando nas declarações das mulheres entrevistadas a desinformação e preconceito que muitos brasileiros têm, associando a população turca com o terrorismo.

Segundo as mulheres entrevistadas, a ocupação de espaços públicos é restringida em razão destes preconceitos e da forma estigmatizada com que brasileiros e brasileiras enxergam as mulheres turcas. Uma das entrevistadas, afirmou ser necessário um esforço para que a cultura turca seja conhecida e reconhecida pelos brasileiros, como forma de dissipar os preconceitos e estigmas existentes: “A gente tem que fazer uma ponte entre Brasil e Turquia: se acostumar à cultura do Brasil e manter a cultura da Turquia. As pessoas do Brasil têm uma ideia errada, eles conhecem errado a cultura turca, por isso precisamos apresentar melhor para eles”.

Conclusão

Os resultados preliminares apontam para a importância de uma reflexão sobre os significados da formalidade e informalidade nos nichos étnicos ocupados pelas mulheres e sua vinculação à divisão internacional do trabalho, através das cadeias mercantis de valor. Formalidade e informalidade não são dimensões tão distintas do processo de trabalho nestes nichos e no que se refere ao trabalho feminino, os limiares entre eles apontam para estratégias pessoais decorrentes da dupla jornada de trabalho: mulheres optam pela informalidade para poder trabalhar em casa e permanecer perto dos filhos. Isso é particularmente válido para mulheres bolivianas.

A presença de “recrutadores” na origem e no destino migratório constitui o universo laboral para diferentes inserções ocupacionais de mulheres ocupadas nos nichos étnicos da costura, dos restaurantes, dos salões de beleza e do comércio ambulante.

A informalidade e o trabalho sem contrato já anunciam a inserção social de imigrantes em determinada rede migratória, o que os aprisiona em uma rede de trabalho informal. No nicho étnico da costura é notório que a flexibilização da produção e o pagamento por peça reforçam a informalidade do trabalho, que está presente na produção global da cadeia do vestuário. É particularmente nesse nicho onde a opção pela informalidade se manifesta de forma mais clara, não apenas em decorrência da exigência do trabalho doméstico como também como mecanismo para, trabalhando-se mais horas, obter uma renda superior, renda esta que a inserção no mercado formal de trabalho não permitiria.

As relações informais de trabalho nos diferentes nichos étnicos passa, portanto, por estratégias pessoais mediadas por fatores como: proximidade dos filhos, necessidade de obter uma moradia, dependência de remessas, situação de transitoriedade migratória. Embora predomine a solidariedade étnica (Bonacick, 1973) e as formas de inserção laboral informal, o nicho étnico propicia a formalização do trabalho a partir do momento em que a situação do imigrante não é mais provisória e a condição de permanência e de uma nova expectativa temporal para a imigração passa a ser de longa duração.

Embora não tenha sido objetivo do texto comparar os três grupos imigrantes, que são complexos e heterogêneos, pode-se notar as dificuldades de inserção profissional. A consolidação do fluxo migratório, por sua vez, possibilita a ampliação das redes sociais, nas quais a migração de mulheres traz novos contornos a estes deslocamentos.

Referências

- BAENINGER, Rosana. **Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate**. In: BAENINGER, Rosana et al (org). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. In: **Cadernos AEL**, v 15. Nº 27, 2009.
- BÓGUS, Lúcia Maria Machado; MOZINE, Viviane. **Imigração e Refúgio no Brasil Contemporâneo: 1930-2012**. In: **Migração, Trabalho e Cidadania**. (Org). Dirceu Cutti et al. São Paulo: EDUC, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do Lugar. A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CANALES, Alejandro. **E Pur Si Muove. Elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global**. Guadalajara: M.A Porrúa Y Universidad de Guadalajara, 2015. 196p.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe**. Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF. 2009. Acesso Fevereiro 2015.
- COURGEAU, Daniel. **Nuevos Enfoques para Medir la Movilidad Espacial Interna de la Población**. In: *Revista Notas de Población*, n. 50, 1980. P. 55-74.

- COVARRUBIAS, Humberto Márquez. **Desarrollo y Migración: Una lectura desde la Economía Política**. In: Revista Migración y Desarrollo, nº 14, primeiro semestre de 2010. Pp. 59-87.
- DOMENACH, Hervé. **Sobre la “Migratología”**. In: REMI (Revista Europea de Migrações Internacionais, 1996, v. XII, 1996. P. 101-118.
- FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação G de. **Migração e Crise: O retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal**. REHMU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXI, n. 41, p. 99-116, jul./dez. 2013.
- LUCE, Mathias S. **A Teoria do Sub Imperialismo em Ruy Mauro Marini: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, BAENINGER, Rosana. **Imigração Haitiana no Brasil e Remessas para o Haiti**. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 1 recurso online (355 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- MALDONADO, Oscar. **A Invisibilidade dos Paraguaiois em São Paulo**. In: **Migração, Trabalho e Cidadania**. (Org). Dirceu Cutti et al. São Paulo: EDUC, 2016.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIERO, Gilmar. **Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Nº48 (2): 5-28, 2005.
- PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.
- PARISE, Paolo. **A Missão Paz e a Acolhida a Imigrantes Haitianos e Haitianas em São Paulo**. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- PERES, Roberta. **Imigração e Gênero: As mulheres haitianas no Brasil**. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- RIBEIRO, Clara Lemme. **A feminização como tendência da migração boliviana para São Paulo**. In: **Travessia – Revista do Migrante**, nº 78, Jan – Jun de 2016, pp. 101-120.
- SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.
- SILVA, Sidney Antônio da. **Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade**. Revista Estudos Avançados USP, 20 (57), 2006.
- SINCERE – Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiro. Polícia Federal. 2015.
- TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKY, Denize. **Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul**. In: **REBEP - Revista brasileira de estudos populacionais**, vol.30, n.1, São Paulo Jan./Jun 2013.
- TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKY, Denise. **Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul**. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 30, nº 1, , p. 317-324, jan. - jun. 2013.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. **O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o lougawou**. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, mar. 2010, pp. 23-39.
- TRUZZI, Oswaldo. **Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo**. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Nº 27, 2001, p. 143-166.
- YIN, Bi Meng. **Imigração Chinesa em São Paulo e seu português falado: Interlúngua e marcadores discursivos**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, USP, 2013.

UM PANORAMA GERAL DOS IMIGRANTES: HAITIANOS, CONGOLESES, SENEGALESES E GANESES – DA ORIGEM AO DESTINO

Filipe Rezende Silva¹⁶²
Cassio Francisco Lima
Duval Magalhães Fernandes

Esse artigo tem como objetivo principal fazer uma comparação entre os países de origem dos imigrantes (Haiti, República Democrática do Congo, República do Congo, Senegal e Gana). Possibilitando assim uma maior compreensão da realidade do local de origem e o comparar com local de destino. Na primeira parte abordaremos os principais aspectos dos países de origem dos imigrantes pesquisados, desde localização geográfica e os aspectos socioeconômicos. Para alcançar esse objetivo iremos nos fundamentar nos dados do Produto Interno Bruto (PIB), PIB Per Capita, Esperança de Vida ao Nascer e a Média de Anos de Escolaridade. No segundo momento, apresentaremos o perfil etário dos imigrantes e a distribuição por sexo de cada grupo de imigrantes; e por fim iremos analisar a distribuição dos imigrantes no território brasileiro, observando o local de entrada e local de residência.

Locais de origem

Situado na América Central, na região do Caribe, o Haiti (Mapa 1) se localiza na parte ocidental da ilha Hispaniola, sendo que a parte oriental pertence à República Dominicana. O Haiti possui uma área continental de 27.750 km², e sua capital é Porto Príncipe. A população estimada no ano de 2015 foi de 10.711 milhões¹⁶³ de habitantes. Os idiomas oficiais do Haiti são o francês e o crioulo. O catolicismo é a religião oficial dos haitianos, cerca de 80%; 16% são cristãos protestantes. Além do cristianismo, na ilha haitiana tem-se como prática religiosa o Vodou, que é a união de várias crenças africanas antigas, que é praticada por quase toda da população, inclusive pelos padres oficialmente católicos, mas essa pratica ancestral não é reconhecida como a religião oficial do país, conforme afirmação de Chaves Júnior (2008):

[...] o Vodou, um dos símbolos do Haiti em todo o mundo, representa para a população haitiana um verdadeiro sistema de crenças. Esse sistema é baseado em um sincretismo que reúne aspectos do próprio catolicismo, zoomorfismo de algumas práticas religiosas africanas e magia negra popular. [...] Vodou na sociedade

¹⁶² Este texto é parte da dissertação de mestrado do autor principal.

¹⁶³ Os dados referentes a população foram extraídos do World Population Prospects The 2015 Revision, do Department of Economic and Social Affairs Population Division. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2015_Volume-I_Comprehensive-Tables.pdf>.

Utilizamos a estimativa populacional do ano de 2015.

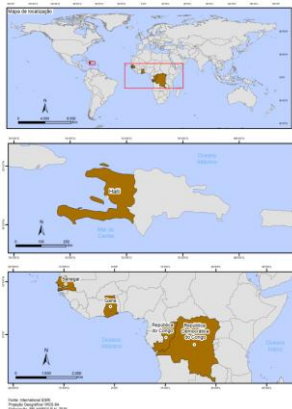
MIGRAÇÕES SUL-SUL

é essencial, pois a crença se associa a comportamentos, a valores e está presente na ideia de representação coletiva (CHAVES JÚNIOR, 2008, p. 15-16).

Os demais países pesquisados se localizam no continente africano, todos eles estão na região denominada subsaariana, também conhecida como a África Negra. Essa região possui um dos piores indicadores de desenvolvimento humanos no planeta. Todos os países pesquisados são banhados pelo Oceano Atlântico, na Costa Oeste da África.

Gana (Mapa1) é um país situado na costa africana na sub-região da África Ocidental, sua capital é Acra. Gana possuía uma área continental de 238.533 km², sua população é estimada de 27.410 milhões de habitantes, no ano de 2015. Tem como idioma oficial o inglês, mas outros dialetos regionais são utilizados pela população. Entre os ganeses existe uma grande distribuição das religiões, 38%, crenças tradicionais, o islamismo representa 30%, os cristãos 24% e 8% professam outras religiões.

MAPA 1 – Mapa de localização dos países
Gana, Haiti, Congo, República do Congo e Senegal



A República Democrática do Congo (Mapa 1) se localiza na sub-região da África Central. Sua Capital é Kinshasa, área total do país é de 2.344.858 km², e conta com uma população de 77.267 milhões de habitantes. O francês é o idioma oficial, além dos dialetos: bantos e sudaneses (quissuaile, quiluba e quicongo). Entre os congoleses, o cristianismo é a religião mais difundida, sendo que 87% professam essa fé.

República do Congo (Mapa 1) se localiza na sub-região da África Central e conta com uma área de 342.000 km², sua capital é Brazzaville. Sua população está estimada em 4.620 milhões habitantes, tem como idioma oficial o francês, além de outros dialetos como quicongo e o lingala. A religião oficial da República do Congo é o cristianismo, cerca de 65% da população praticam essa fé cristã, 33% praticam as antigas crenças tradicionais e uma minoria

declara a fé islâmica.

O Senegal (Mapa 1) é um país que se localiza na sub-região da África Ocidental, com área de 196.722 km², sua capital é a cidade de Dacar, possui uma população de 15.129 milhões de habitantes, o francês é idioma oficial, além de outras línguas regionais como: ulof, fulani, serere e diola. Esses dialetos estão ligados às questões étnicas e tribais dos senegaleses, pois os povos dessas tribos possuem algumas particularidades que vão muito além da questão linguística. Grande parte da população senegalesa é de fé islâmica, algo próximo dos 92%, há uma pequena parcela de cristãos católicos, o que não representa nem 2% da população, além das religiões tribais.

Quanto ao quadro econômico dos países pesquisados, baseamo-nos no PIB e no PIB *per capita* do período de 2010 a 2014. Consideramos que o PIB é um importante indicador de desempenho econômico, pois através dele o país demonstra sua capacidade de geração de renda em sua economia. O PIB é uma medida de valores de todos os bens e serviços produzidos num determinado período e o PIB *per capita* (ou por pessoa) afere quanto, do total produzido, ‘se destinaria’ a cada cidadão do país se todos tivessem partes iguais. O PIB e o PIB *per capita* são indicadores que foram criados década de 1950, e apresentam algumas vantagens de serem utilizadas: são disponíveis praticamente em todos os países; de fácil entendimento; e claramente comparáveis (KAYANO; CALDAS, 2001).

Analisando o PIB (Tabela 1) dos Países de origem dos imigrantes e comparando com o País destino, o Brasil, o PIB brasileiro apresenta o melhor desempenho entre todos eles. Considerando a crise mundial instaurada no ano de 2008, que vem atingindo significativamente a economia brasileira, de forma mais expressiva no período de 2013 e 2014, mesmo assim o País apresenta o melhor desempenho.

O Haiti apresenta um dos piores PIB do período pesquisado, seguido pela República do Congo e Senegal. Gana e a República Democrática do Congo são os países que possuem o melhores PIB (excluindo o Brasil), porém nos últimos anos o PIB dos ganeses apresentou uma retração. Como o PIB é a soma de toda a riqueza do país, isso nos remete ou nos leva a crer que esses países apresentam sérios problemas em geração de renda e emprego, o que se torna um dos motivadores para migrar.

Quanto ao PIB *per capita*, que pode ser traduzido como um proxy da renda média anual dos cidadãos dos países, aferimos que o PIB *per capita* (Tabela 2) do brasileiro apresenta o melhor dado do período pesquisado, uma vez que possuímos o melhor PIB. A renda média dos brasileiros gira em torno de USD 5.881 anual, enquanto a dos imigrantes da República do Congo é uma das mais baixas, com uma média de USD 276 anuais.

Dos países de origem dos imigrantes, o que apresenta o melhor PIB *per capita* é a República Democrática do Congo, média de USD 1.954 ao ano, o que representa apenas 33% do PIB per capita dos brasileiros. Os senegaleses

MIGRAÇÕES SUL-SUL

possuem um PIB per capita médio de USD 800 ao ano, os ganeses de USD 708 anuais, enquanto os haitianos possuem um PIB per capita USD 477 ao ano.

TABELA 1 – PIB – Produto Interno Bruto 2010 a 2014

PIB (Milhões de USD)	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	2.209,40	2.615,19	2.413,17	2.392,09	2.346,12
Gana	32,18	39,57	41,94	47,8	38,61
Haiti	6,62	7,52	7,89	8,45	8,71
República Democrática do Congo	20,52	23,85	27,46	30,00	33,12
República do Congo	12,01	14,42	13,68	14,09	14,18
Senegal	12,93	14,44	14,05	14,95	15,66

Fonte: The World Bank (2016).

Sabemos que o PIB per capita é um indicador que não observa as particularidades internas dos países, mas faz uma média entre a riqueza produzida e a quantidade de habitantes; ele não considera o nível de desigualdade de renda dos trabalhadores de sua nação, porém é indicador mais usualmente utilizado, para se comparar os países pesquisados. No cenário social, observaremos os indicadores de Esperança de Vida ao Nascer¹⁶⁴, do período de 2010 e 2011, 2013 e 2014. Esse indicador nos permite inferir alguns aspectos sociais como a qualidade no acesso ao serviço de saúde e condições sanitárias básicas que a população possui no seu país de origem; quanto melhores são os serviços prestados à população, maior a longevidade. Com os avanços tecnológicos e da ciência no campo da medicina, da nutrição das infraestruturas de saneamento, em grande parte dos países do mundo, sendo que esses avanços frequentemente melhoram a quantidade e a qualidade dos serviços sociais. Assistimos contentes à ampliação da expectativa de vida de modo geral de quase toda população mundial. Mesmo assim, alguns países apresentam dados bem inferiores em relação a outros países.

Essa ampliação da esperança de vida ao nascer (Tabela 3) é observada em todos os países pesquisados; em alguns casos, a sobrevivência é quase 10 anos, como o caso da República Democrática do Congo e de Senegal, em que, no ano de 2010, a expectativa de vida era de 48 e 56,2 anos respectivamente e saltou para 58,7 e 66,5 anos. Mesmo com essa melhora da expectativa de vida na República Democrática do Congo, ela possui um dos piores indicadores. O

¹⁶⁴ A ONU/PNUD (2015) define que a esperança de vida ao nascer é o número de anos que uma criança recém-nascida poderia esperar viver se mantido os padrões prevalentes das taxas de mortalidade por idades à data do nascimento permanecessem iguais ao longo da sua vida.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Brasil é país que possui o melhor indicador, seguido de Senegal, Haiti, República do Congo e Gana.

TABELA 2 – PIB PER CAPITA – 2010 a 2014

PIB PER CAPITA (USD)	2.010	2011	2012	2013	2014
Brasil	5.678,28	5.848,98	5.900,51	6.010,78	5.969,67
Gana	606,38	676,01	722,94	759,80	775,46
Haiti	452,14	470,63	477,50	490,85	497,41
República Democrática do Congo	1.909,83	1.922,03	1.943,69	1.960,58	2.038,10
República do Congo	251,89	261,85	273,02	288,30	306,01
Senegal	800,43	793,67	797,43	801,56	809,21

Fonte: Trading Economics (2016).

TABELA 3 – Esperança de vida ao nascer – 2010 a 2014

Esperança de Vida ao Nascer	2010	2011	2013	2014
Brasil	72,9	73,5	73,9	74,5
Gana	57,1	64,2	61,1	61,4
Haiti	61,7	62,1	63,1	62,8
República Democrática do Congo	48,0	48,4	50,0	58,7
República do Congo	53,9	57,4	58,8	62,3
Senegal	56,2	59,3	63,5	66,5

Fonte: ONU/PNUD (2016).

Segundo a ONU/PNUD (2015), ao longo da primeira década do século XXI, a expectativa de vida em escala mundial ampliou acima de três anos, principalmente entre os países pobres. A ampliação da esperança de vida é um aspecto positivo no âmbito do desenvolvimento humano, portanto, levanta novas demandas no cenário das políticas públicas no que respeita ao trabalho, cuidados de saúde e segurança social, bem como às idades de aposentadorias. Algo que será projetado no Brasil, dentro de algumas décadas, pois com o envelhecimento da população se ampliará a demanda de mão de obra trabalhadora, o que geralmente será solucionado com os fluxos migratórios, como ocorrem em países europeus.

Outro dado que utilizamos para traçar o perfil dos países investigados foi a Média de Anos de Escolaridade. A ONU/PNUD (2015) define que esse indicador corresponde ao número médio de anos de escolaridade das pessoas com idade igual ou superior a 25 anos, sendo que essa faixa etária é a de maior expressão nos fluxos migratórios em direção ao território brasileiro atualmente.

Observando os dados da Média de Anos de Escolaridade (Tabela 4), mais uma vez o Brasil lidera o ranking escolaridade, com 7,7 anos de estudos, sabemos que a educação básica brasileira (considerando o ensino fundamental e

MIGRAÇÕES SUL-SUL

médio) é de 12 anos de escolarização. Mesmo tendo o melhor índice de escolarização entre os países pesquisados, o Brasil precisa melhorar os seus níveis de escolaridade. Gana é o país que possui o melhor índice entre os países imigrantes: no ano de 2014, a média de escolaridade é de 7,0 anos. Senegal (Tabela 4) é o país que possui a pior média de anos de escolaridade: no ano de 2014, a média foi de 2,5 anos de escolarização, em seguida o Haiti, que apresenta 4,9 anos de escolarização. A República Democrática e a República do Congo possuem uma média de 6 anos de escolarização. O único país que apresentou uma melhor expressiva nos índices médio de escolaridade foi a República Democrática do Congo, ampliando em quase 3 anos de escolarização da população congoleza. O Brasil apresentou também uma melhora no último período, porém somente de alguns meses.

TABELA 4 – Média de anos de escolaridade acima de 25 anos – 2010 a 2014

Média de Anos de Escolaridade	2010	2011	2012	2014
Brasil	7,2	7,2	7,2	7,7
Gana	7,1	7,1	7,0	7,0
Haiti	4,9	4,9	4,9	4,9
República Democrática do Congo	3,8	3,5	3,1	6,0
República do Congo	5,9	5,9	6,1	6,1
Senegal	3,5	4,5	4,5	2,5

Fonte: ONU/PNUD (2016).

Se utilizássemos somente esses dados para justificar os fluxos migratórios em direção ao Brasil, iríamos nos remetermos fundamentalmente a Teoria de Fluxo e Refluxo, como também é conhecida a *Theory push-pull*, defendida por Lee (1966). Essa Teoria se fundamenta na reunião dos fatores econômicos e sociais negativos na sua origem, sendo que o imigrante vai à busca de um local que lhe ofereça melhores condições socioeconômicas, principalmente melhores oportunidades de trabalho, salários melhores do que na origem, qualidade de vida, acesso à escolarização, entre outros fatores que lhe ofertem melhores condições de vida. Portanto, para explicar os fluxos migratórios internacionais, não podemos nos fundamentar exclusivamente nas disparidades econômicas e sociais, porque o desenvolvimento local não significaria o fim dos fluxos migratórios internacionais.

Perfis etários dos imigrantes

As pirâmides etárias dos grupos pesquisados foram realizadas com base de dados da Polícia Federal – DICRE/SINCRE, no ano de 2010 a 2015, esses dados são referentes ao grupo de registro ativo, representando uma parcela dos imigrantes que estão residindo no Brasil. Os dados são registros ativos em 2015,

com entrada no período de 2010 a 2015.

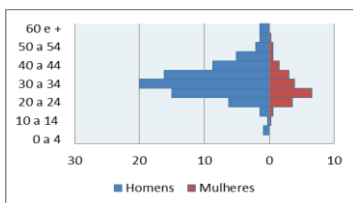
No grupo dos ganeses, composto por 334 pessoas, a idade varia de 05 a 60 anos ou mais, com média etária de 30 anos, o que demonstra uma população relativamente jovem. Do total, 65% concentram-se entre as idades de 25 a 39 anos, como demonstra a pirâmide etária a seguir (Gráfico 1). A pirâmide etária dos haitianos é composta por 28.695 imigrantes, sendo a idade média dos haitianos de 30 anos, o que demonstra uma população relativamente jovem. A variação dos grupos etários vai desde 0 a 60 anos ou mais, com uma maior variabilidade de 20 a 44 anos, que corresponde a 80%, conforme evidencia a pirâmide etária a seguir (Gráfico 2).

No grupo analisado dos imigrantes nascidos na República Democrática do Congo, composto por 788 pessoas, a idade dos congolezes varia de 0 a 60 anos ou mais, com média etária de 29 anos, o que comprova uma população relativamente jovem. Do total, 67% concentram-se entre as idades de 30 a 39 anos, como demonstra pirâmide etária a seguir (Gráfico 3). Quanto ao grupo dos imigrantes da República do Congo, composto por 316 pessoas, a idade dos congolezes varia de 0 a 60 anos ou mais, com média etária de 25 anos, o que demonstra uma população relativamente jovem. Do total, 53% concentram-se entre as idades de 20 a 29 anos, como confirma a pirâmide etária a seguir (Gráfico 4). No grupo analisado dos imigrantes senegaleses, composto por 845 pessoas, a idade dos senegaleses varia de 0 a 60 anos ou mais, com média etária de 29 anos, o que indica uma população relativamente jovem. Do total, 61% concentram-se entre as idades de 25 a 34 anos, como demonstra a pirâmide etária na sequência (Gráfico 5).

Entre a distribuição por sexo, observa-se a predominância dos imigrantes do sexo masculino em todos os grupos pesquisados. O grupo que apresenta maior discrepância é o dos senegaleses, com 93% dos imigrantes do sexo masculino, somente 7% feminino, o que estaria relacionado com a questão cultural e ou religiosa do país. Outro grupo que chama atenção pela distribuição quase que homogênea é a dos imigrantes da República Democrática do Congo, que conta 58% dos imigrantes do sexo masculino e 42% do sexo feminino, o que nos remete ao tipo de visto/classificação de predomínio desse grupo que são refugiados, sendo que somente nesse grupo essa classificação é a de maior expressão, conforme tratado anteriormente. Tedesco (2011) afirma que, geralmente, no processo migratório, as mulheres apresentam motivos diferenciados aos dos homens para migrarem; entre os motivos, estão as questões do campo afetivo e familiar, elas não são motivadas apenas por questões econômicas, o que remete mais uma vez ao tipo de visto recebido/motivo (refugiados), o que pode indicar a ocorrência de um fluxo migratório em família. Tedesco ainda diz que o número de mulheres apresenta um crescimento nos fluxos migratórios, porém continuam sendo um número bem menor se comparado aos dos homens.

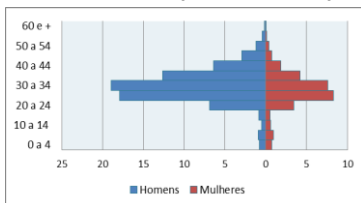
MIGRAÇÕES SUL-SUL

GRÁFICO 1 – Pirâmide etária dos imigrantes ganeses com registro ativo na Polícia Federal – Brasil 2010 a 2015



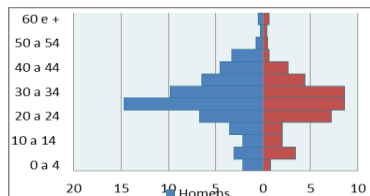
Fonte: Polícia Federal (2015).

GRÁFICO 2 – Pirâmide etária dos imigrantes haitianos com registro ativo na Polícia Federal – Brasil 2010 a 2015



Fonte: Polícia Federal (2015).

GRÁFICO 3 – Pirâmide etária dos imigrantes da República Democrática do Congo com registro ativo na Polícia Federal – Brasil 2010 a 2015.



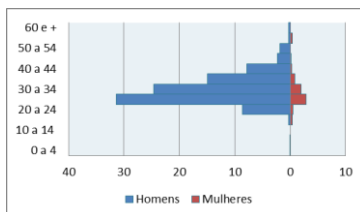
Fonte: Polícia Federal (2015).

GRÁFICO 4 – Pirâmide etária dos imigrantes da República do Congo com registro ativo na Polícia Federal – Brasil 2010 a 2015



Fonte: Polícia Federal (2015).

GRÁFICO 5 – Pirâmide etária dos imigrantes senegaleses com registro ativo na Polícia Federal – Brasil 2010 a 2015



Fonte: Polícia Federal (2015).

Distribuições geográficas dos imigrantes no território brasileiro

Observando e analisando a distribuição geográfica dos imigrantes no território brasileiro, notamos que eles se encontraram bem distribuídos em todo o País. Em quase todas as regiões, encontramos um percentual significativo de imigrantes, principalmente as regiões Sudeste, Sul, Centro Oeste e Norte; a Região Nordeste é a que possui o menor número de imigrantes pesquisados. Devido ao perfil dos imigrantes pesquisados, que são essencialmente migrantes laborais, os destinos estão ligados diretamente à oferta de emprego e atividades laborais.

No grupo de imigrantes de nacionalidades de Gana, o estado que apresenta maior concentração é o estado de São Paulo, com 24% de imigrantes ganeses (Tabela 5), seguido pelo Distrito Federal, 22% e Rio de Janeiro, 14%. Mas se considerarmos o município de residência, a cidade que apresenta maior destaque é Brasília, com 22% dos ganeses, São Paulo, 12%, Criciúma, 7%.

A presença dos ganeses no Brasil está relacionada ao evento da Copa do Mundo da FIFA. A maioria dos ganeses ingressou no Brasil por várias capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, cidades que sediaram jogos da seleção de Gana na Copa. Em seguida, vários deles entraram com o pedido de refúgio, alegando perseguição religiosa, por serem muçulmanos, alegando que sofrem ameaças em seu país, de maioria católica (ZYLBERKAN, 2014). Segundo o Governo de Gana, a base do pedido de refúgio é falsa, pois não há conflito religioso entre muçulmanos e cristãos e Gana é um país relativamente estável e democrático, se comparado aos seus vizinhos africanos (G1, 2014).

TABELA 5 – UF e município de residência dos Ganeses no Brasil – 2010 a 2015

UF de Entrada	N. de Imigrantes	%	UF de Residência	N. de Imigrantes	%	Município de Residência	N. de Imigrante	%
SP	235	70%	SP	79	24	Brasília	74	22
RJ	40	12%	DF	74	22	São Paulo	40	12
DF	23	7%	RJ	48	14	Criciúma	25	7
CE	10	3%	SC	31	9	Rio de Janeiro	22	7
PA	4	1%	RS	16	5	Guarulhos	19	6
PE	4	1%	PR	15	4	Niterói	12	4
Outros	18	5%	Outros	71	21	Outros	142	43
Total	334	100	Total	334	100	Total	334	100
		%						

Fonte: Polícia Federal (2015).

Entre os imigrantes haitianos, observamos que eles se encontram em praticamente todos os estados brasileiros, com exceção dos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauí. O estado que possui a maior concentração é o estado de São Paulo (Tabela 6), com 31% dos imigrantes, Santa Catarina e Paraná, com 15%, Rio Grande do Sul, 14%.

O grupo dos haitianos é o de maior representatividade entre os imigrantes pesquisados, sendo que esse quantitativo se traduz na distribuição pelo espaço geográfico brasileiro; conforme os mapas abaixo, eles se encontram distribuídos em 420 municípios brasileiros e nos 24 estados. A entrada deles ocorreu principalmente pelo estado de São Paulo (51%), Amazonas (17%), Acre (14%) e Rio Grande do Sul (10%). A cidade que concentra o maior quantitativo de imigrantes haitianos com registro ativo na Polícia Federal é a cidade de São Paulo, com 21% dos imigrantes, o que coincide com o estado com a maior concentração dos mesmos. Em seguida, apresentam-se as cidades de Manaus, com 6%, Curitiba, 5%, Caxias do Sul, Porto Velho, Cascavel, Bento Gonçalves e Contagem, todas essas com 3%. Boa parte dos haitianos tem o destino ou município de residência definido pelos laços familiares, de amizade ou outros tipos de vínculos emocionais, o que facilita a fixação no território brasileiro, o que nos remete a Teoria das Redes. Mas uma parcela significativa está à disposição do capital, abertos a qualquer oportunidade de trabalho, sem tomar qualquer conhecimento da dimensão geográfica do território brasileiro, se deslocam pelo País, atrás das oportunidades de empregos que muitas vezes são verdadeiras fraudes trabalhistas, que oferecem salários e condições de vidas que são muitas vezes fictícias.

Os imigrantes da República Democrática do Congo que estão com o cadastro ativo na PF totalizam 788; a entrada desses imigrantes no território brasileiro aconteceu pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, juntos totalizam 97% da entrada dos imigrantes, sendo que 77% deles se encontram residindo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Tabela 7). Logo os municípios de maior residência dos Congolezes são: a cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, em seguida Belo Horizonte com 4% dos imigrantes da República Democrática.

Os congolezes da República do Congo se concentram principalmente nos estados do São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que as entradas aconteceram nesses estados. Esses estados conjuntamente representam 58% das residências dos congolezes (Tabela 8); outros estados que se destacam com relação à população congoleza são o Rio Grande do Sul e o Paraná. Os municípios que apresentam o maior contingente são o Rio de Janeiro, São Paulo, Niterói, que totalizam 43% desses imigrantes.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

TABELA 6 – UF e município de residência dos Haitianos no Brasil – 2010 a 2015

UF de Entrada	N. de Imigrantes	%	UF de Residência	N. de Imigrantes	%	Município de Residência	N. de Imigrantes	%
SP	14608	51	SP	8920	31	São Paulo	6041	21
AM	4834	17	SC	4424	15	Manaus	1791	6
AC	4154	14	PR	4367	15	Curitiba	1360	5
RS	2799	10	RS	4065	14	Caxias do Sul	1004	3
MG	1078	4	AM	1794	6	Porto Velho	909	3
RJ	556	2	MG	1671	6	Cascavel	810	3
DF	240	1	RO	922	3	Bento Gonçalves	788	3
RR	151	1	MT	864	3	Contagem	738	3
Outros	275	1	Outros	1668	6	Outros	15254	53
Total	28695	100	Total	28695	100	Total	28695	100

Fonte: Polícia Federal (2015).

TABELA 7 – UF e Município de Residência dos imigrantes da República Democrática do Congo no Brasil – 2010 a 2015

UF de Entrada	N. de Imigrantes	%	UF de Residência	N. de Imigrantes	%	Município de Residência	N. de Imigrantes
SP	610	77	SP	352	45	São Paulo	304
RJ	156	20	RJ	251	32	R.Janeiro	200
RS	8	1	MG	52	7	B. Horizonte	35
DF	4	1	PR	29	4	Brasília	26
Outros	10	1	Outros	104	13	Outros	223
Total	788	100	Total	788	100	Total	788

Fonte: Polícia Federal (2015).

MIGRAÇÕES SUL-SUL

TABELA 8 – UF e Município de Residência dos imigrantes da República do Congo no Brasil – 2010 a 2015

UF de Entrada	N. de Imigrantes	%	UF de Residência	N. de Imigrantes	%	Município de Residência	N. de Imigrantes	%
SP	240	76	RJ	96	30	Rio de Janeiro	58	18
RJ	51	16	SP	87	28	São Paulo	58	18
BA	5	2	RS	19	6	Niterói	21	7
PR	4	1	PR	18	6	Belém	13	4
Outros	16	5	Outros	96	30	Outros	166	53
Total	316	100	Total	316	100	Total	316	100

Fonte: Polícia Federal (2015).

Quanto aos imigrantes nascidos no Senegal, eles ingressaram no território brasileiro no período de 2010 a 2015, sobretudo pelo estado do Acre, o que representa 32%, em segundo lugar, pelo estado de São Paulo, 21% e, posteriormente, pelo estado do Rio Grande do Sul, 16%.

Analisando a distribuição geográfica dos senegaleses no território brasileiro, fica evidente a concentração desses imigrantes no estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstrado na tabela abaixo e nos mapas (Tabela 9), cerca de 62% dos senegaleses encontram-se nesse estado.

Quanto aos municípios elegidos para residirem, os senegaleses se fixaram, prioritariamente, na cidade de Caxias do Sul, 35%, Passo Fundo, 8% e Rio Grande, 4%, sendo que todas são cidades que se localizam no estado do Rio Grande do Sul, além da capital, São Paulo/SP, com 9%.

Uma das justificativas para os senegaleses escolherem o Rio Grande do Sul para residirem está vinculada à questão das ofertas de empregos. Vagas essas que são ofertadas principalmente nos frigoríficos e abatedouros que possuem o certificado *halal*¹⁶⁵, e apresentam uma grande demanda por trabalhadores de fé islâmica e boa parte dos senegaleses professa essa fé.

¹⁶⁵É o certificado emitido pelo Centro Islâmico no Brasil para produtos, serviços ou linhas de produção, de diversas áreas, quando são preenchidos todos os requisitos de produção Halal. O Certificado Halal emitido deve ser assinado pelo líder religioso do Centro Islâmico no Brasil ou seu representante legal, sem exceções. Para garantir a autenticidade do mesmo, o Certificado Halal emitido deve possuir a marca e o selo especial do Centro Islâmico no Brasil. Disponível em: <<http://www.alimentoshalal.com.br/pt-br/>>.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

TABELA 9– UF e Município de Residência dos Senegaleses no Brasil – 2010 a 2015

UF de Entrada	N. de Imigrantes	%	UF de Residência	N. de Imigrantes	%	Município de Residência	N. de Imigrantes
AC	272	32	RS	526	62	Caxias do Sul	296
SP	174	21	SP	111	13	São Paulo	74
RS	131	16	RJ	56	7	Passo Fundo	67
RJ	101	12	SC	25	3	Rio Grande	31
Outros	167	19	Outros	127	15	Outros	377
Total	845	100	Total	845	100	Total	845

Fonte: Polícia Federal (2015).

Considerações Finais

Consideramos, portanto, que os fluxos imigratórios de ganeses, haitianos, congolese e senegaleses estão à disposição do capital internacional, logo eles são absorvidos pelo sistema e podemos afirmar que são inseridos no mundo do trabalho brasileiro, mesmo que em postos de trabalhos que não estavam sendo ocupados mais pelos brasileiros. Outro ponto de destaque é o que o capital enxerga nesses imigrantes um excedente populacional ocioso e isso contribui para regular os preços dos salários pagos aos trabalhadores que se encontram empregados, pois, quando há exército de trabalhadores ociosos aguardando para ingressar no mercado, os salários tendem a reduzir.

Sayad (2000) afirma que todos os fluxos imigratórios, independentemente das razões declaradas, são, na verdade, migrações laborais, pois todos os deslocamentos imigratórios têm implicações diretas no mercado de trabalho. Sayad (1998) define o imigrante como uma força de trabalho à disposição do mercado, que se desloca para atender todas as suas demandas e as exigências do sistema financeiro.

Entre os ganeses e senegaleses com registro ativo na PF, o visto recebido foi predominantemente classificado como casos omissos da lei ou em situação especial, conforme a RN 27, já os haitianos receberam visto humanitário, garantido na RN 97, e os congolese receberam visto de refugiados.

Sendo o refúgio outro mecanismo utilizado pelos imigrantes para ingressar no País, ao requerer refúgio nos postos ou pontos fronteiriços do País, é garantido ao requerente um protocolo de refugiado (também conhecido com o nome de carteira provisória de estrangeiro, com prazo de um ano), CPF e CTPS, sendo que esses documentos garantem o ingresso mercado de trabalho. Considerando que o processo de averiguação de refúgio muitas vezes é bem longo, nesse período o imigrante se estabelece no País e reconstitui a sua estrutura familiar.

O perfil dos imigrantes em geral são jovens/adultos, na faixa etária 20-39 anos, o que atende as demandas do mercado de trabalho. A imigração desses indivíduos pode estar contribuindo para reduzir nos países de origem o número de trabalhadores habilitados e qualificados. Mas ressaltamos que esses imigrantes são importantes por efetuarem remessas para os que ficaram no país de origem, visto que as condições socioeconômicas desses países são precárias.

Referências

- BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 10, n. 10, 13 de jan. de 2012. p.59. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=59&data=13/01/2012>>. Acesso em: 04 abr. 2012.
- _____. **Resolução Normativa n. 27, de 25 de novembro de 1998**. Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/Estrangeiros/tmp/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Normativas%20do%20Conselho%20Nacional%20de%20Imigra%C3%A7%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%2027.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.
- CHAVES JÚNIOR, E. **Um olhar sobre o Haiti**: refúgio e migração como parte da história. Brasília, DF: LGE Editora, 2008.
- G1. **Vice-ministro de Gana diz que pedidos de refúgio no RS têm base falsa**. São Paulo, SP 11 jul. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/ministro-de-gana-diz-que-pedidos-de-asilo-no-rs-nao-tem-fundamento.html>>. Acesso em: 01 dez.2014.
- KAYANO, J.; CALDAS, E. L. Indicadores para o diálogo. In: CACCIA-BAVA, S.; PAULICS, V.; SPINK, P. (Org.). **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo, SP: Pólis/Programa Gestão Pública e Cidadania, 2001.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- _____. A theory on migration. **Demography**, Chicago, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.
- ONU/PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano 2016**. Brasília, DF, 2016.
- _____. **Relatório de desenvolvimento humano 2015**. Brasília, DF, 2015.
- POLÍCIA FEDERAL. **Divisão de Cadastro e Registros de Estrangeiros – DICRE**. Brasília, DF, 2015.
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, v. 13, n. especial, p. 7-32, 2000.
- _____. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo, SP: Editora da USP, 1998.
- TEDESCO, J. C. O gênero na imigração: redefinições de papéis e dinâmicas étnicas. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 1, p. 44-55, 2011.
- TRADING ECONOMICS. **PIB Per Capita**. New York, NY, 2016. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/>>. Acesso em: 05 fev. 2016.
- THE WORLD BANK. **PIB a preços de mercado (corrente de US\$)**. Washington, DC, 2016. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- ZYLBERKAN, M. Ganeses usam Copa para pedir refúgio e ficar no Brasil. **Revista Veja**, São Paulo, SP, 10 jul. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/219-ganeseschegaram-a-caxias-do-sul-rs>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

**O IMIGRANTE HAITIANO EM SÃO PAULO:
REFLEXÕES A PARTIR DO CAMPO ETNOGRÁFICO**

Adriana Capuano de Oliveira
Adriano Alves de Aquino Araújo

O artigo a seguir trará algumas reflexões acerca do imigrante haitiano no Brasil, mais especificamente na Região Metropolitana de São Paulo¹⁶⁶, local onde o campo etnográfico ora apresentado ocorreu, entre os anos de 2014 e 2015. Esse campo é base da dissertação de mestrado de Adriano Alves de Aquino Araújo, sob a orientação de Adriana Capuano de Oliveira, intitulada *Reve de Brezil: A inserção de um grupo de imigrantes haitianos em Santo André, São Paulo - Brasil*. Tal dissertação merece destaque por ser umas das primeiras produções a respeito da imigração haitiana em São Paulo, sendo que a pesquisa de campo ocorreu no período de maior ebulição dessa imigração na capital paulista, quando dezenas de ônibus deixaram o Acre rumo à São Paulo, conduzindo centenas de imigrantes haitianos a essa cidade, à revelia do governo estadual (Geraldo Alckmin – PSDB) e municipal (Fernando Haddad – PT), em abril e maio de 2014. Aqui, apresentaremos algumas reflexões que não puderam ser devidamente trabalhadas na dissertação em si, por excederem, naquele momento, os objetivos propostos na dissertação a priori, onde os prazos de finalização têm implicações importantes. Nem por isso, contudo, deixam de ser questões suscetíveis de interesse e análise que poderá nos levar, inclusive, a estudos subsequentes mais focalizados em cada um dos pontos que serão tratados a seguir.

Todo campo etnográfico traz riquezas que são impensáveis e inimagináveis em princípio, haja vista que muitas vezes, inclusive, o campo desmistifica ou até mesmo contradiz as hipóteses e argumentos iniciais da propositura de uma pesquisa. Isso tudo é parte do trabalho de pesquisa e das conquistas e conflitos do pesquisador, pois aventurar-se no trabalho de campo nos coloca em posição de arguta observação e estranhamento com o “Outro”. Esse “Outro”, por sua vez, vem nos revelar fatos das condições cotidianas que nos cercam por um outro prisma, por um outro olhar, o qual nunca nos deparamos ou não desejamos nos deparar. Com a pesquisa que estamos tomando como referência aqui, algumas questões foram postas a partir da rica experiência de campo, que objetivava, a princípio, nos apresentar o processo de inserção [ou não] dos haitianos na região metropolitana de São Paulo, mas que nos revelou muito mais, outros aspectos ligados a traços de nosso próprio país, como é

¹⁶⁶ A pesquisa ocorreu entre os anos de 2014 e 2015 no município de Santo André, uma das sete cidades do chamado ABC Paulista ou Grande ABC.

comum através desses “espelhos” que nos refletem quando vistos por outros que não nós. É sobre alguns desses aspectos que trataremos a seguir:

Racismo à brasileira

A questão do racismo no Brasil tem tomado centralidade nas últimas duas décadas, a partir do forte posicionamento de grupos (especialmente os ligados ao movimento negro) que vêm explicitando de forma contundente a falácia de uma sociedade brasileira não racista e igualitária. Partindo desse prisma, ainda que muitos avanços em relação às questões étnico-raciais tenham sido alcançados, persiste em nossa sociedade a ideia de que somos um país acolhedor, que todos os estrangeiros são por nós bem recebidos e que o país favorece e auxilia a integração dos mesmos. Ainda que, em termos comparativos, as dificuldades de inserção do estrangeiro possam ser maiores e mais consolidadas em outras sociedades, isso não exime a nossa responsabilidade ética e intelectual de apontamento dos problemas de nossa sociedade. A ideia de hospitalidade aos estrangeiros caminha lado a lado com a ideia de uma construção histórica e imagética de um Brasil harmonioso e sem preconceitos.

Contudo, essa pretensa hospitalidade sem restrição ou preconceito não foi real nem sequer com os estrangeiros brancos que foram recebidos pelo Brasil ao longo dos séculos, haja vista que mesmo italianos e outros grupos brancos e europeus sofreram discriminação, preconceito e dificuldades de inserção na sociedade nacional (CARELLI, 1985). No caso de grupos não brancos, essa questão tornou-se potencializada. Não precisamos ir longe nessa perspectiva, basta mencionarmos o caso da imigração japonesa no Brasil, que desde o seu início, ou mesmo antes de sua concretização, sofreu inúmeras acusações raciais, algumas beirando o estapafúrdio, como a ideia de que o japonês é “insolúvel como o enxofre”¹⁶⁷.

Muito embora não vivamos mais no século XIX ou mesmo o XX, e muito embora o racismo científico, base de muitos dos argumentos utilizados como referência aos estrangeiros recebidos, não caibam mais nos discursos acadêmicos, no senso comum ainda pairam muitos desses estereótipos e estigmas, o que fica evidente quanto à recepção atualmente dispensada por segmentos da sociedade brasileira aos imigrantes de origem indígena e africana, como bolivianos e haitianos, por exemplo.

O racismo esteve na base da dominação colonial, sendo instrumento de depreciação e estratégia de dominação dos europeus frente aos indígenas, africanos e seus descendentes, no caso das Américas (MIGNOLO, 2010). A escravidão de negros africanos gerou no Brasil – e não só – um estigma social

¹⁶⁷ Frase proferida por Oliveira Vianna em 1932.

ligado ao fenótipo negroide¹⁶⁸. Sendo o branco livre e o negro escravo, quanto mais próximo o tom de pele se estava do branco, mais próximo se estava da liberdade. Desta maneira elaborou-se no Haiti colonial, segundo (JAMES, 2000 p. 49) uma espécie de “paleta de cores” com 128 divisões possíveis.

Com a independência do país, os brancos foram expulsos da ilha, permanecendo os mestiços e os negros. Desta maneira, aos nossos olhos, manteve-se um padrão de cor morena/negra entre os cidadãos haitianos. Mas esta é uma percepção que faz parte de um construto histórico-cultural, e isto ficou bem claro ao notarmos que nós enxergávamos como negras pessoas que os haitianos percebiam como brancas (ARAÚJO, 2015).

Notamos no campo que, no geral, a sociedade brasileira tende a homogeneizar os haitianos como negros, o que para eles não é verdadeiro. A racialização na sociedade haitiana é distinta da nossa. Pessoas que os brasileiros – em geral – perceberiam como negras, para os haitianos poderiam facilmente ser brancas ou morenas. Não existe o “negro homogêneo” entre eles, essa é uma construção da nossa sociedade sobre, neste caso, a imigração haitiana no Brasil.

Os imigrantes haitianos passam pelo crivo da racialização no Brasil e, – via de regra – começam a sentir as dificuldades de ascensão econômica e social dos afro-brasileiros, bem como o tratamento que a sociedade os dispensa. Não podemos mensurar o sentimento dos imigrantes haitianos em relação a isso, mas imaginamos que seja no mínimo frustrante saber que a cor de sua pele pode influenciar em sua ascensão social e econômica – exatamente o que os imigrantes buscam – e assustador, ao passo que a violência policial é dirigida intensamente contra os afro-descendentes.

Percebe-se que os imigrantes que já viveram ou possuem alguma proximidade com a República Dominicana, tendem a perceber a discriminação racial no Brasil, como mais “branda”, uma vez que lá o preconceito é muito mais explícito. Um de nossos informantes, que já viveu na República Dominicana, afirma que muitos dominicanos utilizam o adjetivo pátrio “haitiano”, como insulto. Segundo o mesmo, certa vez caminhando pelas ruas de Santo Domingo ele avistou duas crianças, na faixa etária de 7 a 10 anos, que brincavam com cachorros de rua. Um dos cachorros parecia doente, estava fraco e tinha pelagem suja e danificada. Uma das crianças então disse ao outro: “Veja um haitiano! Este cachorro é um haitiano”.

Esse tipo de ofensa dá-se diariamente e parte de todas as camadas da sociedade fomentada pelas elites, que insistem em forjar uma identidade dominicana completamente desconexa da haitiana, ainda que ambas as populações dividam a mesma ilha, partam da mesma história e tenham muito em comum. O sentimento anti-haitianista possui as bases assentadas

¹⁶⁸ Nos Estados Unidos a estigmatização vai além da cor da pele, sendo levada em consideração a “raça”. Ou seja, um mestiço de negro e branco, por mais clara que seja a pele, continuará sendo negro naquela sociedade. O que vale é a regra do “one drop rule” (uma gota conta), que considera que qualquer grau de ancestralidade não branca fará da pessoa um não branco, por mais que ela se assemelhe fenotipicamente a um branco.

primordialmente na diferença linguística e na cor da pele e vitima tanto os haitianos, como os seus descendentes que vivem na República Dominicana (ROSA, 2010; MAYES, 2013).

O racismo também é institucionalizado e parte do Estado¹⁶⁹. Em 2014 a decisão do Tribunal Constitucional Dominicano de negar cidadania aos filhos de haitianos nascidos na República Dominicana casou polêmica e chamou a atenção da mídia e de organizações internacionais. Uma série de razões leva os imigrantes haitianos a sentirem-se a todo o momento como *outsiders*, tanto na República Dominicana, como em outros países, como no Brasil. Destacar-se na multidão causa incômodo aos imigrantes, principalmente quando estão sozinhos e percebem as pessoas olhando-os fixamente/curiosamente. Nossos informantes reagem com timidez e desconfiança frente a tais atitudes perpetradas por brasileiros.

Ainda que não seja tão abertamente direcionada, a discriminação existe e se manifesta de diversas formas no Brasil, vindo tanto da população civil, quanto da polícia militar, tanto nas ruas, quanto no ambiente virtual. Nas ruas os imigrantes dizem que é muito estranho e incômodo o medo que as pessoas parecem sentir deles, principalmente à noite, quando trocam de calçada, guardam os celulares ou caminham mais depressa ao vê-los.

Nas redes sociais, a aparente polidez de muitos brasileiros desaparece e os mesmos declaram abertamente o racismo, que nas ruas se manifesta de maneira velada. É curioso e sintomático notar que, quase sempre, os ofensores começam seus argumentos advertindo que não são racistas, mas que estão emitindo opiniões de acordo com “fatos observados”.

Causou revolta - em parte da população brasileira - a publicação no Jornal Zero Hora de Porto Alegre da opinião de um leitor endereçada a um colunista do jornal. As revoltas tomaram conta de alguns *blogs*, bem como redes sociais, jornais e revistas, e iam contra a posição do jornal de ter aprovado a publicação de um texto tão escancaradamente discriminatório:

Não consigo entender como ele (o colunista) pode aprovar a vinda de haitianos, senegaleses e outros similares, não na cor, pois não sou racista, mas pelo índice cultural, que conforme informa a imprensa é em 90% dos casos baixíssimo. [...] é comprovado que pessoas com pouca ou quase nada de formação profissional e cultural tem uma tendência natural de caírem para o lado do crime, roubo e tráfico e fatalmente vão ocupar vagas nos presídios. A prova disto foram os escravos que vieram para o Brasil (negros) que chegaram sem nenhuma formação nem cultura, e proporcionalmente hoje ocupam a maioria das vagas nos presídios (JORNAL ZERO HORA, 2015).

¹⁶⁹ Em 1937 o ditador dominicano Rafael Trujillo comandou o assassinato de 17 a 30 mil haitianos que residiam na República Dominicana. Trujillo foi um dos principais mentores do sentimento anti-haitianista em seu país, o que perdura até os dias atuais (MARTIN; MIDGLEY; TEITELBAUM, 2002).

Com isso questiona-se até que ponto o jornal deve publicar tal tipo de opinião ofensiva sob o pretexto de liberdade de opinião. Quando os comentários estão nas páginas *online* dos jornais pode ser mais difícil o controle, e de qualquer forma expressa a opinião individual de quem escreveu, mas quando o conteúdo é recebido e selecionado para compor as páginas do jornal impresso, pode representar também a opinião do jornal, incitando a xenofobia e cometendo crime de injúria racial.

Nas redes sociais existem alguns grupos que congregam imigrantes haitianos no Brasil. Nestes grupos os imigrantes debatem entre si e com os brasileiros, diversas questões ligadas ao fluxo migratório, além de ocorrer a divulgação de vagas de emprego, de cursos, doações, entre outros. Sempre que aparece na mídia ou nas redes sociais algum assunto relacionado a racismo e xenofobia, o assunto é comumente trazido ao grupo e comentado.

Os imigrantes aparentam grande descontentamento frente à sistemática veiculação de imagens negativas referentes ao país de origem e ao fluxo migratório como um todo. É recorrente a afirmação de que todos os países do mundo possuem seus aspectos positivos e negativos, mas que em relação ao Haiti apenas mostra-se os pontos ruins. O trecho a seguir exemplifica muito bem o sentimento de parte do povo haitiano frente à imagem que se cria de seu país e a manutenção da condição de pobreza generalizada do mesmo:

A ONU tratou de convencer o mundo de que Porto Príncipe é uma espécie de Bagdá caribenha. Se é fato que em determinados momentos [...] conflitos armados tomaram conta das ruas do centro e de Bel Air, quando estudantes [...] se enfrentaram nas disputas em torno da figura de Jean- Bertrand Aristide, nos últimos anos a vida retomou seu curso em Porto Príncipe, e sua classificação como uma espécie de Bagdá ou Cabul caribenha deve- se apenas ao desejo de manutenção da força militar e, sobretudo, dos salários que crescem com o adicional de periculosidade para os funcionários da Minustah (THOMAZ, 2010, p. 31).

A insatisfação quanto às constantes alusões negativas ao Haiti é acompanhada de uma constante desconfiança dos haitianos em relação aos estrangeiros. Suspeita-se de seus reais interesses, uma vez que estrangeiros historicamente expropriaram/expropriam seu país sob pretextos diversos. Ao falar de nossa pesquisa com um de nossos colaboradores ele dizia não saber por que os estrangeiros se interessavam tanto pelo Haiti. Percebemos no campo que a desconfiança - obviamente de maneira distinta - também existe dentro do grupo de imigrantes haitianos uns para com os outros. Um dos motivos aparentes é o receio que se tem de o outro manipular forças espirituais contra si - e os seus - através de magia. Esse será o nosso segundo ponto de investigação das reflexões propostas.

O estigma do Vodú

A dinâmica metodológica proposta pela pesquisa de campo que baseia esse artigo fundamentou-se a partir do modelo “bola de neve”, ou seja, a formação de uma rede de contatos potenciais através de uma cadeia de referências (VINUTO, 2014). Os primeiros contatos estabelecidos com haitianos recém-chegados à São Paulo, ainda naquele momento conflituoso da chegada dos ônibus vindos do Acre, deram-se na Missão Paz¹⁷⁰ e nos conduziu a linha de análise da imigração haitiana em São Paulo para a cidade vizinha, Santo André, graças a facilidade da linha férrea conjugada com aluguéis mais razoáveis e compatíveis.

Dentro dessa primeira rede assim estabelecida (no município de Santo André), mediante tal abordagem metodológica, a rede formada pelos informantes/colaboradores dessa pesquisa acabou concentrando-se entre um grupo de imigrantes haitianos evangélicos no Núcleo Ciganos¹⁷¹, de maneira que, não pudemos mensurar a presença de católicos e/ou praticantes do Vodú na região. A conversão às igrejas evangélicas implica em uma “nova aliança”, de modo que, as doutrinas evangélicas recomendam rompimento com as crenças e práticas religiosas anteriores. Na América Latina, isto pode significar o rompimento, em diversas medidas, com o catolicismo, religiões de matriz africanas e o xamanismo. Da mesma maneira observa-se tal comportamento entre os evangélicos haitianos, que não sentem-se à vontade para falar sobre o assunto.

Scaramal (2006); Jean Pierre (2009) e Prospere e Gentini (2013) dão conta de que o Vodú é muito mais do que uma religião no Haiti, confundindo-se e embrenhando-se na cultura do povo em uma linha tênue; linha esta que deve ser constantemente observada pelos evangélicos, para que não entrem em conflito doutrinário, o que pode explicar a preferência dos imigrantes em não falar sobre o assunto.

Chegamos a perguntar se havia praticantes de Vodú no Núcleo Ciganos, mas a negativa veio sem espaço para argumentação. Através de um informante mais próximo, pudemos ter uma percepção da dimensão do Vodú na vida dos haitianos¹⁷². Segundo este, existe no universo, forças “do bem” e “do mal”, de maneira que, é possível invocar forças espirituais para que trabalhem para o indivíduo ofertando-lhes algo em troca. Aquele cujos anseios de satisfação/felicidade necessitam de uma ação espiritual contra outro, podem

¹⁷⁰ A Missão Paz é uma instituição filantrópica mantida pela igreja católica, de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo. Sua história se inicia nos anos 1930, pelos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos).

¹⁷¹ O Núcleo Ciganos, local de predominância dos haitianos no Grande ABC, encontra-se em um terreno de 29 mil metros quadrados na faixa lindeira à ferrovia, próximo à estação Utinga da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). As informações acerca do histórico da ocupação são imprecisas, mas o nome dado ao local tem origem em sua primeira ocupação, ocorrida por ciganos que viveram no local.

¹⁷² Esta é uma percepção individual, influenciada tanto por nossa cultura, quanto pela de nosso informante, que é evangélico e de classe média-alta.

fazer uma oferenda a uma entidade espiritual, oferecendo-lhe algo para que seus objetivos sejam alcançados. Quando o trabalho feito por um indivíduo causa malefícios a outrem, este outrem deve recorrer a outro trabalho para que uma entidade espiritual lhe proteja.

No entanto, ainda segundo nosso informante, as entidades do Vodou podem cobrar preços altos por essa proteção. A cobrança pode dar-se através de pagamentos materiais e espirituais que podem durar por toda a vida. Acredita-se que o “deus ocidental¹⁷³” também pode defender o indivíduo contra as forças espirituais do mal. É na busca por proteção espiritual que muitos se convertem às igrejas evangélicas. A proteção por parte do deus ocidental também tem seu preço, que é seguir a doutrina afastando-se de determinadas práticas e hábitos do passado¹⁷⁴, colocando-se como instrumento deste deus na terra, prestando-lhe obediência e servidão em troca de proteção e vida eterna após a volta de Jesus, seu filho (representada no livro bíblico de Apocalipse).

De qualquer maneira, como o Vodou possui aspectos culturais ligados ao povo haitiano, existem evangélicos que recorrem ao Vodou para a realização de algumas práticas. Um de nossos informantes certificou que desde sempre presenciou haitianos emigrados em diversas partes do mundo retornarem ao Haiti para recorrer ao Vodou para a realização de trabalhos espirituais de diversas ordens. Quando os evangélicos buscam o Vodou, o fazem de forma mais ou menos sigilosa, intentando evitar o julgamento por parte da igreja e de seus membros.

A ligação com o Vodou é tão forte que um de nossos informantes nos deu conta de que um de seus conhecidos, que havia chegado ao Brasil há pouco tempo e tocava bateria em uma igreja evangélica, voltou repentinamente ao Haiti com o pretexto de que necessitava de tratamento médico. Nosso informante afirmou, no entanto, suspeitar que sua volta ao Haiti estava ligada à cura pela prática do Vodou, uma vez que no Brasil havia atendimento médico público, gratuito e mais acessível do que no Haiti.

A volta desse jovem imigrante em um período curto de migração, em que provavelmente não tinha recuperado os gastos empreendidos, revela a intensidade da ligação e da crença na eficácia do tratamento supostamente prescrito a partir da prática do Vodou, ainda mais quando se trata de uma prática oposta a tudo o que sua religião atual prega. Não sabemos se o jovem haitiano voltou ao Brasil, mas o intenso contato mantido pelos haitianos com seu país de origem, mesmo com precários recursos financeiros, aponta para a transnacionalização deste fluxo.

¹⁷³ Chamado pelos haitianos de *Bondye* (crioulo haitiano), cuja tradução literal para o português seria “Bom Deus”.

¹⁷⁴ Tratamos aqui da doutrina pentecostal, a qual conhecemos com maior profundidade e podemos fazer afirmativas com maior propriedade.

Transnacionalização através das redes

Um dos primeiros trabalhos a abordar a questão da transnacionalidade na vida de imigrantes data de 1992, onde as autoras Nina Glick-Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton Blanc utilizam o conceito de transnacionalização para compor a análise de grupos de imigrantes nos EUA através de uma nova percepção de pertencimento e vinculação com ambos os territórios, os de partida e de destino. Dentre os grupos imigrantes que fizeram parte do universo de análise das autoras estão os haitianos residentes nos EUA, ao lado de outros caribenhos e filipinos. Esses estudos de 1992 deram origem ao livro *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States* (1994), que tornou-se uma referência na análise das migrações internacionais a partir de então, dentro dessa nova perspectiva analítica. Mais uma vez, os haitianos compõem grande parte do livro, especificamente os capítulos 4 e 5, onde a ideia de Haitian transnational social fields e Haitian transnational practices são esmiuçadas.

Tanto mais esse potencial transnacional é consolidado após 35 anos, período esse onde os meios de transporte e, sobretudo de comunicação, sofreram uma verdadeira revolução tecnológica. Ser transnacional ao alcance de um telefone com altas tarifas internacionais está muito distante da transnacionalidade dos meios de comunicação atuais, com gravações de áudio, texto e imagem instantâneos e com custos bem mais acessíveis. Mais do que qualquer outra nacionalidade que mantivemos contato na Missão Paz, os haitianos são os que mais se comunicam com suas redes em todo o mundo através de *smartphones*. Usando essa tecnologia os mesmos conseguem contatar as redes através de chamadas telefônicas e/ou através de redes sociais, como o *Facebook* e aplicativos de chamada de áudio, imagem e texto, como *Whatsapp*, *Viber* e *Skype*.

Observamos que os jovens possuem fascínio por tecnologia, sendo que, assim que possuem condições financeiras para tal tratam de adquirir *notebooks*, *tablets* e *smartphones*. Segundo alguns de nossos informantes, é comum os emigrantes ostentarem os bens materiais alcançados para aqueles que ficaram no Haiti, seja através das redes sociais, seja nas visitas ao Haiti, quando alugam automóveis, dão festas e presenteiam amigos e familiares.

De acordo com um de nossos colaboradores, que possui familiares nos Estados Unidos e viajou para lá algumas vezes, nem sempre a situação dos imigrantes haitianos nos EUA é tão confortável quanto à apresentada aos que ficaram no Haiti. Na maioria das vezes existe um empenho em aparentar um sucesso econômico/social maior do que o obtido, uma maneira de convencer a si mesmo e aos outros, que a migração deu tão ou mais certo do que se esperava.

Sayad (1998) trata deste aspecto enunciando uma série de mecanismos de reprodução da emigração. Segundo o autor, a estada no exterior prolonga-se de provisórias em provisórias, uma vez que, só se aceita permanecer longe de tudo o que lhe é familiar em condição passageira. Sendo assim, trata-se

de auferir o maior lucro possível a partir do menor custo, pensando-se em enviar dinheiro aos que ficaram e em fazer poupança para um possível retorno.

O aparente sucesso dos emigrados é também o mecanismo de reprodução dos fluxos migratórios, onde as crianças já crescem com a ideia de que para ter alguma posse é necessário buscá-la fora do local de origem, como lembra Sayad (1998):

Todos aqueles que têm dinheiro, todos aqueles que fizeram alguma coisa, que compraram, ou construíram, foi porque tinham o dinheiro da França. [...] Uma vez que você enfiou essa ideia na cabeça, acabou, não sai mais da mente [...] a França é presente inclusive em todas as conversas da “aldeia” [...]. Nossa aldeia é uma aldeia “comida” pela França: ninguém escapa [...]. Nessa região sobraram 146 homens, sendo que 105 são antigos migrantes [...]. Há um exército daqueles que não param de ir e vir entre a terra e a França (SAYAD, 1998, p. 29).

Assim como no caso dos argelinos, apresentado por Sayad, há um exército de migrantes haitianos indo e vindo entre os destinos e sua terra natal. Boa parte dos imigrantes haitianos do Brasil é solteira, do sexo masculino e busca uma namorada. As tentativas dos imigrantes de fazer-nos como elo-de-ligação entre nossas amigas e primas foram tantas, que passou a ser uma regra. Esse será o nosso último ponto de reflexão das observações do campo.

A persistência do machismo entre nós

Como pudemos notar em nossa etnografia, assim como no Brasil, a sociedade haitiana é patriarcal, sendo que, é dever do homem prover o lar enquanto a mulher cuida do seu funcionamento, bem como do bem-estar do esposo para que este continue desempenhando suas funções. Desta maneira, longe de suas mães, os jovens haitianos solteiros sentem que levam uma vida de improvisações sem uma mulher na casa, pois desempenham tanto a função do homem, quanto a da mulher, para a qual não foram preparados.

Os papéis são delimitados e certos espaços da casa são primordialmente femininos, como a cozinha. Isso é tão forte que, por vezes, ao perguntarmos alguns nomes de alimentos em crioulo a um colaborador haitiano ele não sabia dizer. Ao questionarmos o porquê, o mesmo argumentou dizendo que este era um assunto de cozinha e cozinha é espaço das mulheres. Em sua família, as mulheres são responsáveis pela compra e preparo dos alimentos, enquanto que os homens se alimentam sem questionar, o que o levou a chegar aos seus vinte e poucos anos sem conhecer o nome de alguns alimentos em sua língua¹⁷⁵.

Faz parte do código de ética da cultura haitiana respeitar os mais velhos, não os questionando, nem colocando defeito em suas ações. As pessoas de idade mais avançada, como tios, tias, pais e avós possuem o poder de abençoar ou

¹⁷⁵ Segundo ele mesmo, isso pode ser diferente com homens que são ou foram lavradores no interior do país, que provavelmente conhecem os nomes de boa parte dos gêneros alimentícios, ainda que não preparem os alimentos.

amaldiçoar os mais jovens, sendo assim, é temível colocar-se contra estes, até mesmo em relação à avaliação feita sobre as refeições.

O papel que a mulher possui no lar associado ao despreparo dos jovens do sexo masculino para as tarefas domésticas, bem como a situação de solidão a que eles se encontram no Brasil, leva-os a colocar a conquista de uma namorada/noiva/esposa, como uma das metas primordiais, seja brasileira ou haitiana.

Como são poucas as moças haitianas solteiras no Brasil, e como nem sempre o contato com as brasileiras mostra-se tão fácil, devido - também - às diferenças culturais, muitos jovens buscam contato virtual com moças no Haiti. Um de nossos informantes relatou que é comum os rapazes haitianos se reunirem aos finais de semana com o intuito de tirarem fotos uns dos outros para publicar nas redes sociais e enviar às garotas. Nestas fotos faz-se questão de aparentar sucesso econômico através de roupas, acessórios e bens de consumo. Estar fora do Haiti os coloca à frente dos jovens do país, demonstrando coragem, iniciativa e independência, sendo assim, os rapazes imigrantes conseguem contato com garotas que talvez jamais pudessem ter no Haiti.

Apesar do interesse dos rapazes em conquistar uma companheira, há também uma grande desconfiança deles para com o real interesse das moças no relacionamento. A criação desta insegurança e desconfiança deveu-se muito aos casos de haitianos (as) que se casaram visando à obtenção da cidadania estadunidense, divorciando-se após conseguirem. Este tipo de situação é muito conhecido no Haiti e é um assunto que surge constantemente entre os imigrantes haitianos no Brasil quando estão falando sobre namoro (interesse em você ou no que você tem?). Brinca-se até que algumas moças haitianas querem saber, antes de tudo, onde o rapaz trabalha e vive, para então iniciar uma conversa.

A preocupação das moças com estes aspectos pode ser justificada culturalmente, uma vez que, se o homem será o provedor primordial do lar, é importante que ele dê indícios de que será um bom provedor. Quando jovens, no início de suas “carreiras”, é importante demonstrar pelo menos aptidão ao trabalho e iniciativa. Isso ficou claro em uma exemplificação dada por um de nossos colaboradores, que afirmou que sua avó materna estava sempre chamando a atenção de modo a fomentar nele uma postura de bom pretendente; sempre que realizava alguma tarefa a pedido da avó, ela dizia que ele deveria fazê-la rápida e firmemente, ou caso contrário, nenhuma mulher iria querer casar-se com ele.

Estar empregada não anula as obrigações morais-culturais da mulher para com a casa, sendo assim, assiste-se a um acúmulo de funções na vida destas mulheres, que além de trabalharem fora, precisam cozinhar, lavar, passar, fazer compras e cuidar dos filhos, o que também podemos observar na sociedade brasileira.

Apesar das similaridades entre brasileiros e haitianos como a paixão pelo futebol, patriarcalismo e todo um universo de aspectos culturais resultantes

de fusão cultural afro-americana-europeia, existem em cada sociedade percepções muito distintas acerca de uma série de situações. Um destes aspectos, que chama muito a atenção dos brasileiros que convivem com haitianos, é o costume dos homens de andar de mãos dadas, ou mesmo com os corpos grudados uns aos outros (quando em fila) sem que nenhuma “malícia” seja percebida nisso.

Em nossa sociedade existe um complexo construto social ligado à heteronormatividade masculina/feminina composto por diversos signos. Quanto mais próximo se está daquilo que é esperado de cada um dos sexos, mais próximo se está da heterossexualidade; quanto mais distante, mais próximo se está da homossexualidade. Esse construto social fomentado desde a infância em diversos ambientes sociais, tanto por homens quanto por mulheres, passa a ser o terror dos meninos e meninas desde a infância, pois, não estão preparados para entrar no debate do comportamento social *versus* orientação sexual reinante no “mundo dos adultos”. Como são vigiados, passam a vigiar os demais e a vigiar-se, uma vez que, possuir comportamentos atribuídos ao sexo oposto é motivo de chacota e desprezo. Alguns exemplos típicos dos signos atribuídos aos sexos desde a infância no Brasil são: homem não chora; cor de menino é azul e de menina é rosa; homem não brinca de boneca e menina não brinca de carrinho; homem não anda de mãos dadas com outro homem, etc. No Haiti tais códigos também existem para ambos os sexos, mas neste caso “mãos dadas” e “proximidade corporal” não são comportamentos tidos como “danosos” à masculinidade.

Referências

- ARAÚJO, A. A. D. A. **Reve de Brezil**: a inserção de um grupo de imigrantes haitianos em Santo André, São Paulo – Brasil. 2015. 173f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, 2015.
- CARELLI, M. **Carcamanos e comendadores**: os italianos de São Paulo, da realidade à ficção (1919-1930). São Paulo, SP: Ática, 1985.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON-BLANC, C. Towards transnational perspective on migration. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, NY, v. 645, 1992.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON-BLANC, C. **Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized nation-states**. New York, NY: Gordon and Breach Science Publishers, 1994.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: toussaint l'ouverture e a revolução de São Domingos. Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo, SP: Boitempo, 2000.
- JEAN PIERRE, J. G. D. **Haiti, uma república do Vodou?**: uma análise do lugar do Vodou na sociedade haitiana à luz da Constituição de 1987 e do Decreto de 2003. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.
- JORNAL ZERO HORA. **Zero Hora, vamos falar de racismo?** Porto Alegre, RS, 01 jun. 2015. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/sociedade/zero-hora-vamos-falar-de-racismo-6431.html>.

- MARTIN, P.; MIDGLEY, E.; TEITELBAUM, M. S. Migration and development: whiter the Dominican Republic and Haiti? **International Migration Review**, US, v. 36, n. 2, p. 570-592, 2002.
- MAYES, A. E. A. Transnational hispaniola: toward new paradigms in haitian and dominican studies. **Radical History Review**, New York, NY, v. 2013, n. 115, p. 26-32, 2013.
- MIGNOLO, W. La colonialidad: la cara oculta de la modernidad. In: _____. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del Siglo, 2010.
- PROSPERE, R.; GENTINI, A. M. O Vodou no universo simbólico haitiano. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 73-81, 2013.
- ROSA, R. D. M. Subjetividade e subversão do racismo: um estudo de caso sobre os haitianos na República Dominicana. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 18, n. 34, p. 99-112, 2010.
- SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo, SP: Edusp, 1998.
- SCARAMAL, E. D. S. T. **Haiti: fenomenologia de uma barbárie**. Goiânia, GO: Cãnone, 2006.
- THOMAZ, O. R. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 86, p. 22-40, 2010.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

**O CASO DE IMIGRANTES
HAITIANOS, CONGOLESES, SENEGALESES E GANESES E
A RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL**

Filipe Rezende Silva¹⁷⁶
Cassio Francisco Lima
Duval Magalhães Fernandes

Ao se findarem os primeiros lustros do século XXI, o País se reinsere no cenário mundial da migração internacional, no qual não há mais rótulos que possam identificar um ou outro movimento. Em síntese, o Brasil vivenciou várias fases da migração internacional que avançaram de uma posição de imigração para outra de preponderância da emigração e, finalmente, a integração no sistema.

O Brasil se insere no mercado mundial e alcança uma expressão econômica nunca vislumbrada anteriormente, galgando uma posição econômica de “país emergente” e alcançando a posição de sexta maior economia mundial no ano de 2011 (BAENINGER, 2014; COSTA, 2012). Isso contribuiu para alterar o cenário da imigração no Brasil, iniciando um novo processo, de um país receptor de migrantes. Destaca-se ainda que, o crescimento econômico atraiu novos interesses sobre o mercado brasileiro, como empresários e investidores, que trouxeram vários outros tipos de aplicações financeiras, muitos deles deslocando os investimentos dos seus países de origem, que se encontravam em crise financeira.

Outro ponto relevante que faz do Brasil um destino atraente é aquele que diz respeito ao marco legal, pois apesar de a legislação principal, o Estatuto do Estrangeiro, ter a características de se pautar em uma visão conservadora em relação à migração, muitas vezes, torna-se flexível para atender os fluxos migratórios que têm como destino o País, via atuação de órgãos do Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho Emprego; tal situação não vem ocorrendo nos países centrais.

As migrações internacionais são definidas como fenômenos sociais, coletivos, realizados por grupos de pessoas que dividem a mesma realidade (SINGER, 2002; TILLY, 1990). Essas migrações são produzidas pelas contradições do sistema capitalista em escala global, que se desenvolveu em cada local produzindo diferenças, que geram as desigualdades sociais, econômicas e políticas, promovendo pobreza, má distribuição de renda e exploração da mão de obra, entre outras mazelas. Decorre disso um crescimento da mobilidade humana para os mais diversos centros do poder, como os países do bloco da União Europeia, os Estados Unidos e, mais recentemente, o Brasil,

¹⁷⁶ Este texto é parte da dissertação de mestrado do autor principal.

como um país emergente, principalmente depois da crise financeira de 2008, que afetou de forma expressiva as economias dos países centrais tradicionais. Não se trata simplesmente de uma mobilidade de pobreza ou miséria, pois há fluxos migratórios de profissionais qualificados. Isso caracteriza uma migração de cérebros ou migração qualificada, sendo que esses imigrantes representam uma mão de obra especializada, que atende às demandas do capital.

No processo de construção deste artigo utilizamos a base de dados da Divisão de Cadastro e Registros de Estrangeiros – DICRE da Polícia Federal no período de 2010 a 2015; além das informações colhidas no âmbito do Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”, amparada pela Organização Internacional para a Migração (OIM) e da pesquisa “MT Brasil – Migrações Transfronteiriças”, apoiada pelo Centro Internacional de Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD), pesquisas essas realizadas pelo Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População (GEDEP), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC Minas.

Este artigo está dividido nos seguintes pontos: a primeira parte deste artigo apresenta o tipo de visto/classificação e amparo legal que os imigrantes pesquisados (ganeses, haitianos, congolese e senegaleses), receberam ao se registarem junto as autoridades competentes. A segunda parte apresenta a questão do direito ao trabalho, sob a ótica do Estatuto do Estrangeiro, considerando o período pesquisado. Na última parte apresenta os obstáculos à inserção laboral e os desafios enfrentados pelos imigrantes no mundo do trabalho.

Tipo de visto

Quanto à classificação/tipo de visto e amparo legal que os imigrantes pesquisados receberam quando se registraram junto à Polícia Federal, cada grupo de imigrantes (ganeses, haitianos, congolese e senegaleses), predomina um tipo de amparo legal, sendo que em quase todos os casos a autorização concedida foi classificada como visto permanente.

Entre os ganeses (Tabela 1) que se registraram na Polícia Federal no período de 2010 a 2015, os tipos de vistos que mais se destacam são os de situações especiais e ou casos omissos da Lei (Resolução 27/1998), o que representa 23%; 20% deles obtiveram o visto permanente com o objetivo de promover a reunião familiar (Resolução Normativa 108/2014, Artigo 1º). Em terceiro lugar, o visto temporário para estudante com 12%, e, na sequência os vistos permanentes para cônjuge de brasileiro ou filho de brasileiro com 11%. Os outros vistos de destaque dos ganeses são os vistos profissionais ou técnicos.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

TABELA 1 – Tipo de classificação/visto e Amparo Legal dos imigrantes ganeses com registro ativo na Polícia Federal Brasil 2010 a 2015

Classificação	Amparo Legal	Nº de Registros
Permanente	Situações Especiais ou casos omissos.	78
Permanente	Reunião Familiar	68
Temporário	Visto para estudante	41
Permanente	Cônjuge de brasileiro; ou filho de brasileiro.	36
Temporário	Na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria.	27
Permanente	Requerente de visto permanente que comprove vínculo empregatício e outras exigências	9
Outros	Diversos	75
Total de Registros		334

Fonte: Polícia Federal (2015).

No grupo dos imigrantes haitianos (Tabela 2), 66% receberam o visto permanente com base da Lei 6815/1980 (Estatuto do Estrangeiro), conforme os artigos 16 e 18 da Lei, que informam que a finalidade dos vistos é de fixar no País no período de 5 anos e exercer de atividade laboral¹⁷⁷. Em segundo lugar, destacam os casos omissos da Lei ou em Situações Especiais, com 27%. Na sequência, temos os vistos permanentes concedidos com o objetivo de promover a Reunião Familiar, o que representa 5% dos vistos totais. Os outros vistos, como o de estudantes e outras categorias de autorizações, juntas representam apenas 2%.

Os imigrantes naturais da República Democrática do Congo (Tabela 3) constituem o único grupo que apresenta o refúgio como tipo de visto predominante, cerca de 55% dos congoleses foram reconhecidos como refugiados. Em seguida, o visto temporário para estudante representa 14%, e o visto permanente para promoção da Reunião Família, representa 12%.

Quanto aos imigrantes da República do Congo (Tabela 4), o visto temporário para estudante representa cerca de 40%, em seguida aparecem os vistos permanentes para refugiados, o que totaliza 22%. Em terceiro lugar entre os congoleses, encontra-se o visto permanente para cônjuge de brasileiros ou aqueles que contraíram matrimônio com brasileiro ou tiveram filhos de brasileiros. Outras categorias de visto que se destacam são os de reunião familiar, assistência religiosa.

¹⁷⁷ Considerando-se a Lei 6815/80, fundamenta a Resolução Normativa n. 97/2012, que atende aos nacionais do Haiti e concede visto permanente, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

TABELA 2 – Tipo de classificação/visto e Amparo Legal dos imigrantes haitianos com registro ativo na Polícia Federal Brasil 2010 a 2015

Classificação	Amparo Legal	Nº de Registros	%
Permanente	Visto permanente de 5 (cinco) anos; e exercício de atividade certa.	19.061	66
Permanente	Situações Especiais ou casos omissos.	7.683	27
Permanente	Reunião Familiar	1.380	5
Temporário	Visto para estudante	207	1
Outros	Diversos	364	1
Total de Registros		28.695	100

Fonte: Polícia Federal (2015).

TABELA 3 – Tipo de classificação/visto e Amparo Legal dos imigrantes da República Democrática do Congo com registro ativo na Polícia Federal Brasil 2010 a 2015

Classificação	Amparo Legal	Nº de Registros	%
Permanente	Refugiados	436	55
Temporário	Visto para estudante	106	14
Permanente	Reunião Familiar	96	12
Outros	Diversos	150	19
Total de Registros		788	100

Fonte: Polícia Federal (2015).

TABELA 4 – Tipo de classificação/visto e Amparo Legal dos imigrantes da República do Congo com registro ativo na Polícia Federal Brasil 2010 a 2015

Classificação	Amparo Legal	Nº de Registros	%
Temporário	Visto para estudante	113	36
Permanente	Refugiados	68	22
Permanente	Cônjuge de brasileiro; ou filho de brasileiro.	20	6
Permanente	Reunião Familiar	17	5
Temporário	Assistência religiosa	16	5
Temporário	Visto para estudante	13	4
Outros	Diversos	69	22
Total de Registros		316	100

Fonte: Polícia Federal (2015).

MIGRAÇÕES SUL-SUL

No caso do imigrante nascido no Senegal (Tabela 5), o tipo de visto de maior destaque são os vistos permanentes cujo amparo legal é a situação especial ou casos omissos da Lei, que são concedidos quando o imigrante não se enquadra em nenhuma outra situação legal. Este tipo visto é concedido juntamente com o Ministério da Justiça/CNIg, e representa 76% dos vistos totais dos senegaleses. Em segundo lugar, o visto permanente para objetivo de promover a reunião familiar representa cerca de 6%, e os vistos permanentes para cônjuge ou filho de brasileiro representam 4%. Os demais de destaque são os vistos para estudantes e outros vistos diversos.

TABELA 5 – Tipo de classificação/visto e Amparo Legal dos imigrantes senegaleses com registro ativo na Polícia Federal Brasil 2010 a 2015

Classificação	Amparo Legal	Nº de Registros	%
Permanente	Situações Especiais ou casos omissos.	640	76
Permanente	Reunião Familiar	54	6
Permanente	Cônjuge de brasileiro; ou filho de brasileiro.	31	4
Temporário	Visto para estudante	20	2
Outros	Diversos	100	12
Total de Registros		845	100%

Fonte: Polícia Federal (2015).

Direito ao trabalho

Desde a promulgação do Estatuto do Estrangeiro nos anos de 1980¹⁷⁸, o País passou a ver a questão dos trabalhadores imigrantes como uma questão de segurança nacional. Outro ponto de destaque do Estatuto é defender à “organização institucional”, “interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil”, bem como objetivo de “defesa do trabalhador nacional”, sendo todos constantes do art. 2º da lei mencionada.

No ano seguinte, em 1981, o Estatuto altera o objetivo da imigração, conforme consta no art. 16, parágrafo único, da lei:

Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (BRASIL, 1981 – Redação dada pela Lei n. 6.964).

¹⁷⁸ A Nova Lei de Migração brasileira, foi aprovado pelo Senado Federal em 18/04/2017. A Nova Lei de Migração irá substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/80). Ressaltamos que a pesquisa foi realizada antes da aprovação na Nova Lei de Migração.

Assim o País restringia ainda mais a entrada de estrangeiros, autorizando somente alguns grupos seletos que atuariam em alguns postos de trabalho específicos, aqueles que oferecessem à economia nacional um serviço especializado, que não fosse desenvolvido pelo trabalhador brasileiro. Esse imigrante visava primordialmente à assimilação de tecnologia para a indústria do País e seu desenvolvimento. Somente os estrangeiros que possuíam esses requisitos previstos na legislação poderiam ingressar no território brasileiro e fixar residência.

A Constituição de 1988 teve um papel importantíssimo com a intenção de revogar, ainda que não expressamente, o que tange a questão dos direitos dos imigrantes, principalmente quanto aos direitos fundamentais.

No ano de 1980, através da Lei n. 6.815 em 19 de agosto, é criado o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) órgão de natureza administrativa, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), regido por um colegiado. O CNIg é o órgão responsável por analisar os requerimentos de visto para o trabalho no País, por essa razão é que ele é vinculado ao MTE, observando sempre a legislação e os decretos. Dentre as atribuições do CNIg, descrita no art.1 do Decreto n. 840 em 22 de junho de 1993 regulamenta diz:

I – **Formular a política de imigração**; II – Coordenar e orientar as atividades de imigração; III – Efetuar o **levantamento periódico das necessidades de mão-de-obra estrangeira qualificada**, para admissão em caráter permanente ou temporário; [...] VI – **Estabelecer normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional e captar recursos para setores específicos**; VII –Dirimir as dúvidas e solucionar os casos omissos, no que diz respeito a imigrantes; [...]. (Grifo Nosso).

Mesmo possuindo uma legislação aparentemente desfavorável aos imigrantes laborais, os fluxos migratórios vêm aumentando ao longo do período pesquisado. Conforme afirma Sayad (2000), que toda e qualquer fluxo migratório que acontece independentemente do tamanho ou razões declaradas, ele ocorre por um só motivo: trabalho.

Migrações de trabalho, certamente. Mas existem migrações por mais reduzidas que sejam, e por quaisquer que sejam as razões que sejam as razões declaradas, que não sejam trabalho? Isto é, que não tenham implicações no mercado de trabalho? (SAYAD, 2000, p. 8).

Ainda Sayad diz:

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasmo), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração) como imigrante, continua

MIGRAÇÕES SUL-SUL

sendo tratado como um trabalhador definido e provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. ... Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho, porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele (SAYAD, 1998, p. 54-55).

A reestruturação do cenário político-econômico mundial, associada a uma demanda por mão de obra em vários segmentos da indústria nacional é uma das explicações para o novo fluxo de imigrantes que almejam ingressar no mercado de trabalho brasileiro. No ano de 2006, os imigrantes que possuíam autorização para trabalho no Brasil eram 25,5 mil, no ano de 2011, o número saltou para 70 mil (FGV, 2012, p. 41).

No caso brasileiro, faz-se urgente a elaboração de políticas públicas [...] fato de que o país tem se tornado cada vez mais atraente para migrantes de todo o mundo (FGV, 2012, p. 44).

O novo fluxo migratório que vem ocorrendo em direção ao País possui fundamentalmente um aspecto, que é o trabalho. Fato comprovado pela Fernandes e Castro (2014), demonstra que o principal motivo da imigração haitiana para o Brasil é o trabalho, outros motivos são apresentados na sequência, como melhor qualidade de vida, ajudar à família e estudo (Tabela 6).

TABELA 6 – Motivos declarados para a migração/2013 – Haitianos

Motivos	Nº absoluto	%
Trabalho	209	61,5
Melhor qualidade de vida	50	14,7
Estudar	19	5,6
Ajudar a família	22	6,5
Crise no Haiti	7	2,1
Outros	13	3,8
Total	340	100

Fonte: Fernandes e Castro (2014).

Isso pode ser confirmado nos depoimentos a seguir:

Eu deixei meu país para vir trabalhar. Eu passei pela República Dominicana, Equador, Peru, para entrar aqui no Brasil ao dia 21 de maio. A gente encontra muita dificuldade no caminho porque a polícia me prendeu. Voltei para o Equador depois eu entrei de novo (Migrante Masculino, São Paulo/SP, FERNANDES; CASTRO 2014).

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Eu deixei meu país no dia 28 de Abril, para chegar no Brasil ao dia vinte cinco de maio com o objetivo de procurar trabalhar para ajudar minha família. Eu passei pela República Dominicana, Equador, Peru até ao Brasil (Migrante Masculino, São Paulo/SP, FERNANDES; CASTRO, 2014).

Muitos deixaram o Haiti iludidos, pensando que aqui encontrariam muitas ocasiões de fazer dinheiro (Migrante Feminina, Manaus/AM, FERNANDES; CASTRO, 2014).

Vir para o Brasil é um sonho para mim, porque dizem que aqui tem trabalho, eu passei bastante lugar antes de chegar aqui e eu vou ficar. Mas não queria isso nesta condição, eu queria vir pra o futebol e também pra trabalhar (Migrante Masculino, Curitiba/PR, FERNANDES; CASTRO, 2014).

Mesmo considerando outros motivos que não sejam o trabalho, todos estão intrinsecamente relacionados ao mundo do trabalho, pois um indivíduo para remeter algum tipo de ajuda financeira para os familiares no local de origem deve estar empregado, ou mesmo aquele que busca uma formação escolar, que qualificara profissionalmente, e habilitara para o exercício de sua profissão que é o trabalho.

Uma das teorias que explicam a mobilidade população é a Teoria do Mercado Dual, cujas práticas vêm sendo observadas no País desde sua fundação: quando o mercado necessita de mão de obra barata ou qualificada, se promove um fluxo migratório ou quando esse fluxo ocorre de forma exponencial, o mercado transforma esses imigrantes reserva de mão de obra, interferindo no valor pago aos trabalhadores ocupados. O imigrante sempre serviu como força de trabalho no País, mesmo assim é considerado um ser “provisório”, mesmo que essa provisoriedade perdure anos, ele sempre será o estrangeiro (BLAY, 2000).

Inserção laboral

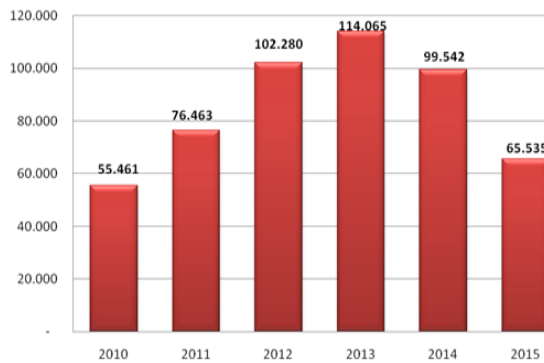
O Brasil vem assumindo cada vez mais papel de destaque no cenário das relações internacionais, desde sua inserção no grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), denominados países emergentes, o que faz com que ele receba cada vez mais atenção no mercado internacional. Logo esse destaque vem atraindo imigrantes para o País (Gráfico 1), sendo que primordialmente eles vêm em busca de um lugar no mercado de trabalho (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013).

[...] essas são algumas das principais tendências que devem constituir novos focos da migração de trabalhadores ao Brasil nos próximos anos, todas relacionadas de alguma forma ao novo posicionamento, cada vez mais destacado, do País no cenário internacional (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013, p. 199).

MIGRAÇÕES SUL-SUL

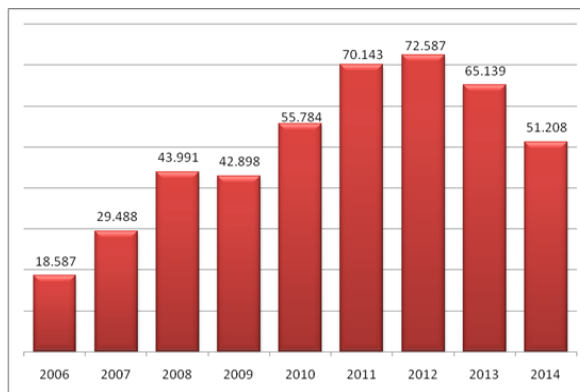
No curso da história, o Brasil recebeu diversas ondas de imigração, mas, nas últimas décadas, o País passou a assumir um novo papel, de receptor de imigrantes e não mais emissor de migrantes como vinha ocorrendo. O Gráfico 2 apresenta a série histórica do total de autorizações de trabalho concedidas a trabalhadores estrangeiros no Brasil, no período de 2006 a 2014. Observa-se que houve um aumento no número de autorizações para trabalhadores estrangeiros, principalmente entre 2009 a 2012, mas o número das autorizações vem crescendo desde o ano de 2010, o que coincide com período pós-crise mundial (2008) em que o País atraiu mais imigrante, e o posterior decréscimo, associado ao período de desaceleração da economia brasileira em momento mais recente (FGV, 2015, p. 44).

GRÁFICO 1 – Registros de estrangeiros por ano – 2010 a 2015



Fonte: Polícia Federal (2015).

GRÁFICO 2 – Série histórica do total de autorizações de trabalho concedidas a trabalhadores estrangeiros 2006 a 2014



Fonte: MTPS *apud* FGV (2015).

Na questão que tange à inserção laboral dos imigrantes estrangeiros, devemos relembrar que os imigrantes se encontram geralmente em situação desfavorável à da população local. Segundo Martine (1980), comparando os imigrantes com os moradores locais em termos de variáveis como nível educacional, taxas de atividades, níveis de emprego, distribuição de renda ou na participação dos setores formais da economia, conclui-se que a situação da população local é, usualmente, superior à da população de imigrantes em vários casos (não sendo uma regra, pois muitos imigrantes possuem qualificação superior aos dos brasileiros), este diferencial resulta na incapacidade dos imigrantes de competir em igualdade de condição com a população local no mercado de trabalho.

Considerando o grupo de imigrantes pesquisado, em que grande parte encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cuja inserção no mercado de trabalho apresenta uma desvantagem em relação aos nacionais brasileiros, ficam destinados a eles os postos de trabalho não desejados pelos moradores locais ou aqueles em que há uma exigência de força física para exercer a atividade laboral. Devido à situação socioeconômica, os imigrantes acabam se sujeitando a várias situações impostas pelos empregadores, como carga horária excessiva e remuneração baixa, conforme pontua Silva (2015):

Contudo, diante da crescente demanda de mão de obra por parte de alguns setores do mercado de trabalho nacional, criam-se justificativas para contratar haitianos no lugar de brasileiros. Segundo alguns empregadores, os brasileiros “não querem trabalhar, faltam muito ao trabalho e têm vícios”, como é o caso da dependência química. Já os haitianos são “dedicados ao trabalho”, “de boa índole” e “aprendem rápido o idioma”, pois precisam trabalhar e enviar recursos a seus familiares. O fato de que grande parte deles encontra-se numa situação de vulnerabilidade social, dependendo, às vezes, da ajuda de instituições religiosas e civis para sobreviver, criou-se inicialmente a ideia de que eles aceitariam qualquer tipo de trabalho, particularmente aqueles que exigem grande esforço físico e pagam baixos (SILVA, 2015, p. 167).

Porque a mão de obra é bem complicada. Porque lá é um local de roça, e isso vem de tradição de família e eles gostam de trabalhar na roça, e eles acabam gostando de ficar lá. O nosso maior número de empregados é de brasileiros, mas eles não conseguem criar um vínculo com a empresa. A rotatividade fica muito grande, então a gente resolveu fazer uma experiência com os imigrantes, e a gente teve uma grande surpresa, eles além de trabalharem muito bem, eles são comprometidos e agradecidos. Eles têm um carinho muito grande com a empresa, eles entendem que eles têm que trabalhar direto pra retribuir a oportunidade que a gente está dando pra eles de trabalhar, essa é a minha visão (Empresária de Teresópolis – Rio de Janeiro, São Paulo/SP, ICMPD – MT Brasil, 2015).

A gente pensa que pode crescer mais. A gente está vendo aqui que não vale a pena, a gente está pagando muito dinheiro para chegar ao Brasil, está um

astral de que não está legal. Por isso você vai pagar muito dinheiro pra chegar aqui e chegando aqui vai descobrir que o salário é muito pouco e muita gente se arrepende e volta. Não tem muita diferença do salário do Brasil com o de Senegal. Já tem uma redução do movimento porque a gente está descobrindo que o salário é muito pouco, o salário é apenas para sobreviver. Mas o senegalês tem também o jeito de imigrar faz parte da nossa cultura (Associação de Senegaleses – Chapecó, Santa Catarina/SC, ICMPD – MT Brasil, 2015).

O maior objetivo entre os imigrantes é uma colocação no mercado de trabalho formal, se possível. Nesse processo de inserção laboral, os imigrantes enfrentam inúmeras dificuldades entre elas podem citar: a falta de domínio do idioma fluentemente, a não validação dos diplomas e certificados, o desconhecimento da legislação trabalhista brasileira, o preconceito, em alguns casos são explorados e ludibriados quanto aos honorários prometidos e pagos no final do período trabalhado.

A questão da inserção laboral dos imigrantes é motivo de ‘preocupação’ do Governo brasileiro, por isso ele vem criando, de forma sistemática e regular, mecanismos que assegurem a entrada dos imigrantes no mercado de trabalho, focando prioritariamente aos demandantes de refúgio. Quando um imigrante entra em contato com as autoridades migratórias no momento de ingresso no território nacional ou ainda aqueles que já estão no País, e solicitam refúgio no País, essa solicitação de refúgio é registrada e um protocolo é emitido. Esse protocolo é considerado um documento provisório de identidade de estrangeiro, tendo validade de um ano, podendo ser renovado. Juntamente com o protocolo é emitido o CPF (RN n. 18/2014) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o que teoricamente garantiria uma segurança no mercado de trabalho.

Outras medidas têm sido realizadas para assegurar a inserção laboral dos imigrantes, entre elas ampliação dos órgãos públicos que emitem a CTPS (FERNANDES; CASTRO; MOREIRA, 2015):

Buscando facilitar o acesso dos imigrantes à CTPS, o Ministério do Trabalho ampliou o atendimento aos estrangeiros permitindo a emissão da carteira não só nas sedes da superintendência, mas também nas gerências e agências regionais de trabalho (Portaria n. 04/2015) e posteriormente permitiu que o documento fosse emitido por outros órgãos da administração pública (Portaria n. 699/2015). Todo esse esforço teve como objetivo ampliar a inserção laboral dos imigrantes, facilitando o acesso à documentação e corrigindo distorções que aconteciam, principalmente, na cidade de São Paulo, local de maior afluxo de demandantes de refúgio de nacionalidade haitiana e senegalesa. No entanto, mesmo com esse esforço conjugado de vários órgãos, a situação laboral dos imigrantes nas regiões pesquisadas é precária e demanda maior atenção das autoridades (FERNANDES; CASTRO; MOREIRA, 2015, p. 9).

De um modo geral, os imigrantes apresentam certa insatisfação com o salário recebido por eles, pois acreditavam que a remuneração no País seria maior. Inúmeras vezes eles fazem a comparação salarial com outros países,

como: os Estados Unidos, Canadá e os países europeus (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2011). Em outros casos, eles até reconhecem que mesmo não recebendo o valor idealizado, recebem mais do que nos países de origem. Mas após suprirem às necessidades básicas, a quantia que ‘sobrou’ é muito pequena para remeter para o país de origem:

Sobre as rendas (ganhos e sobras) para sustentar familiares no Senegal, as respostas foram unânimes: “O salário é baixo e sobra pouco”. E justificam dizendo que “o que compensa é que aqui temos trabalho, não ficamos parados, só que nem hoje que chove, daí, sim, muitos ficam sem trabalhar, mas trabalho tem, por isso estamos e escolhemos Passo Fundo; aqui tem trabalho; o salário é baixo, mas é melhor do que no Senegal [...]. Dá pra mandar um dinheiro a cada dois a três meses” (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 350).

Com o objetivo de solucionar e ampliar a renda, alguns imigrantes assumem jornadas duplas de trabalho, associando atividades no setor formal e informal. Essa é uma característica de grande parte dos imigrantes internacionais, que têm como finalidade principal o envio de recurso financeiro para os familiares que ficaram no país de origem, como demonstram os relatos a seguir:

Alguns casos é apenas uma integração laboral, alguns casos em dois trabalhos, para que possam mandar dinheiro para a família (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul/RS, ICMPD – MT Brasil, 2015).

Sobre trabalho informal – normalmente é o segundo trabalho deles. Trabalha de noite e vende de dia. Em algumas empresas a produção caiu e eles foram mandados embora. Na época da Copa. Tinha um que de noite fazia curso de auxiliar administrativo e de dia ele vende (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul/RS, ICMPD – MT Brasil, 2015).

Trabalhar intensamente para sobrar dinheiro e enviá-lo para os familiares e/ou para empreender correlaciona-se com moral familiar [...]. Assim, transforma o imigrante num sujeito econômico transnacional. Nenhum senegalês informou que investe em Passo Fundo. Há os vendedores ambulantes que vendem mercadorias nas ruas e casas a partir de relações comerciais que estabelecem; em geral provenientes de São Paulo, não são produtos étnicos, ou seja, não possuem identidade com o grupo; são, sim, os vendidos em pequenas lojas e/ou no comércio informal da cidade e região. Poucos conseguem investir. A maioria informou que dá para sustentar a família; quando fazem algum investimento, é no país/local de origem. O sacrifício em fazer poupança em outro país é sinônimo de possibilidade de investir no local de origem. (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 350).

Os imigrantes representam o excedente populacional que está à disposição do capital internacional. Eles se deslocam no espaço geográfico conforme as demandas por mão de obra vão surgindo em cada ponto onde esse capital se aloca. Por isso a mobilidade espacial dos imigrantes é tão intensa no

País. Eles estão em busca de melhores salários, não importa se o emprego anterior era em Manaus/AM e a empresa que oferece uma remuneração melhor fica em Porto Alegre/RS. As redes migratórias também trabalham em prol do capital econômico, circulando as informações sobre emprego e os valores pagos pelos empregadores:

Foi no começo do ano passado a mão de obra aqui estava complicada e aí a gente resolveu ir atrás dos emigrantes, porque eu fiquei sabendo que tinha muita gente aqui procurando trabalho, eu até falei com o diretor da empresa, ele faz parte do sindicato dos metalúrgicos, aí eu consegui alguns contatos de um pessoal que ajudam eles, a gente viu que eles tinham bastante qualificação. A gente percebeu que eles vêm para trabalhar e mandar dinheiro para a família eles não estão aqui para diversão, então eles têm bastante força de vontade para aprender. Eles são bem esforçados (Empresário, Caxias do Sul/RS. ICMPD – MT Brasil, 2015).

Quanto ao mercado de trabalho, os imigrantes buscam as melhores oportunidades e, quando as encontram, simplesmente migram pela região. Juntos, eles exploram os benefícios econômicos e financeiros (salário, moradia, alimentação, transporte, outros) de uma proposta de trabalho e migram de uma para outra empresa com facilidade (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2013, p. 319).

Como a cidade começou a receber vários imigrantes e a gente tinha uma carência de mão de obra a gente acabou recrutando, ou às vezes eles mesmos procuravam a empresa e a gente avaliava a situação deles e focava nas pessoas que estavam regulares. Então aproveitamos a mão de obra deles nos canteiros de obra, alguns vieram pra cá com facilidade, mas na verdade eles vieram para trabalhar no serviço pesado, braçal e alguns estão na empresa até hoje (Empresário, Criciúma/SC. ICMPD – MT Brasil, 2015).

Boa parte dos empregadores entrevistados declarou que as empresas realizaram algum tipo de preparação para receber aos imigrantes, como a tradução das normas da empresa para o idioma dos imigrantes, palestras e campanhas de sensibilização dos funcionários para não provocar um choque cultural. Praticamente todas as empresas avaliam positivamente os trabalhadores estrangeiros em relação aos trabalhadores nacionais, pois os imigrantes estão mais comprometidos com as atividades laborais, são mais assíduos do que os brasileiros e possuem uma responsabilidade com a empresa (FERNANDES; CASTRO; MOREIRA, 2015).

Observa-se que os imigrantes são inseridos no mercado de trabalho, por serem mais disciplinados e se sujeitarem a uma menor remuneração, e apresentam uma produtividade maior que a do trabalhador nacional. O capital financeiro enxerga no imigrante uma mão de obra que pode ser explorada em qualquer momento em que o capital demandar. Para elucidar, poderíamos comparar os imigrantes com a profissão de “chapa de caminhão” que fica à beira

da estrada esperando uma oportunidade - onde necessitarem de sua força de trabalho, ele está disposto para se deslocar.

Constatou-se que esse grupo de imigrantes não está muito integrado à sociedade regional, mas encontra-se inserido no mundo do trabalho e isso é o que justifica suas ações e presença; há certa demanda social em torno do campo religioso, de espaços de habitação adequados e mais baratos de remuneração mais satisfatória no espaço do trabalho. Os senegaleses demonstram ter qualificações no mercado de trabalho que os absorve. Trata-se de um grupo que se caracteriza pela mobilidade geográfica em termos regionais e no interior do país e expressa ainda muita desconfiança e curiosidade na população local (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2013, p. 322-323).

Podemos afirmar que os imigrantes são inseridos no mundo do trabalho, pois o capital financeiro tem grandes interesses em explorar a mão de obra dos estrangeiros, principalmente os recém-chegados no País, uma vez que o crescimento socioeconômico dos brasileiros possibilitou aos cidadãos uma ampliação dos anos estudados e, conseqüentemente, a ocupação de postos de trabalho que exigem uma escolarização superior. Associada à questão do crescimento socioeconômico, verifica-se uma queda nas taxas de fecundidade e uma ampliação na expectativa de vida, o que vem gerando uma carência por mão de obra, principalmente na região Sul do País, onde os índices de desenvolvimento humano são maiores do que no restante do País. Essa demanda é suprida pela mão de obra dos imigrantes.

Por fim, os imigrantes estão à disposição do mercado econômico global, não somente do mercado financeiro brasileiro. Com essa disponibilidade, associada à desaceleração econômica do País nos últimos dois anos, esse contingente populacional poderá ser alocado em outros espaços em que o capital econômico global determinar, fazendo do Brasil uma etapa do processo imigratório, uma etapa de trânsito ou passagem para outros destinos mais atraentes economicamente.

Considerações Finais

Sayad (2000) afirma que todos os fluxos imigratórios, independentemente das razões declaradas, são, na verdade, migrações laborais, pois todos os deslocamentos imigratórios têm implicações diretas no mercado de trabalho. Sayad (1998) define o imigrante como uma força de trabalho à disposição do mercado, que se desloca para atender todas as suas demandas e as exigências do sistema financeiro.

Portanto, os fluxos imigratórios de ganeses, haitianos, congoleses e senegaleses estão à disposição do capital internacional, logo eles são absorvidos pelo sistema e podemos afirmar que são inseridos no mundo do trabalho brasileiro, mesmo que em postos de trabalhos que não estavam sendo ocupados mais pelos brasileiros. Outro ponto de destaque é o que o capital enxerga nesses

imigrantes um excedente populacional ocioso e isso contribui para regular os preços dos salários pagos aos trabalhadores que se encontram empregados, pois, quando há exército de trabalhadores ociosos aguardando para ingressar no mercado, os salários tendem a reduzir. Mesmo estando inseridos no mercado de trabalho brasileiro, esses imigrantes poderão se deslocar para outros mercados, e isso traria mais uma mudança no cenário migratório do País, pois deixaríamos de ser um local de destino para ser uma etapa de trânsito para outros países. E com a desaceleração econômica dos últimos anos, alguns imigrantes que tinham entrado no País nos anos de 2010/2014, já começaram a se deslocar para outros destinos, fazendo do Brasil um lugar da etapa migratória.

Mas para serem inseridos no mercado de trabalho, é necessário ressaltar outros aspectos que interferem no processo migratório, como a legislação migratória brasileira e os direitos dos imigrantes no Brasil. Atualmente o Brasil possui uma legislação migratória desatualizada, que remete ao período da Ditadura Militar e traz em sua essência a preocupação com a soberania e segurança nacional, o que burocratiza o ingresso dos imigrantes no País. Por possuir uma legislação desatualizada e deficitária, faz-se com que o imigrante busque outros mecanismos para ingressar no território brasileiro, tais como ingressar no País com visto de temporário e posteriormente solicitar um visto permanente. Considerando que o Decreto n.8.757/2016, prevê que os vistos temporários, exceto o de turista, a critério do CNIg poderão solicitar ao MTPS a autorização para transformação de sua condição migratória para temporária de trabalho (BRASIL, 2016). Entre os ganeses e senegaleses com registro ativo na PF, os vistos recebidos foram predominantemente classificados como casos omissos da lei ou em situação especial, conforme a RN 27, já os haitianos receberam visto humanitário, garantido na RN 97, e os congoleses receberam visto de refugiados.

Sendo o refúgio outro mecanismo utilizado pelos imigrantes para ingressar no País, ao requerer refúgio nos postos ou pontos fronteiriços do País, é garantido ao requerente um protocolo de refugiado (também conhecido com o nome de carteira provisória de estrangeiro, com prazo de um ano), CPF e CTPS, sendo que esses documentos garantem o ingresso mercado de trabalho. Considerando que o processo de averiguação de refúgio muitas vezes é bem longo, nesse período o imigrante se estabelece no País e reconstitui a sua estrutura familiar.

Conclui-se que o Estatuto do Estrangeiro, do período Militar, compreendia o imigrante como uma ameaça ao país por isso tem os seus direitos restringidos. Os imigrantes não podem participar de protestos ou se filiarem a sindicatos, e aqueles que participam dessas manifestações ficam na iminência de ser expulsos ou presos se não estiverem em situação regular. Se a história do país passa pelo processo de imigração, não podemos ter uma legislação que criminaliza os imigrantes. A nova legislação representará um avanço na questão dos direitos humanos dos imigrantes, além de simplificar a obtenção dos

documentos, o que permitirá ao estrangeiro uma integração mais rápida à sociedade brasileira. Há quase uma década tramita no Congresso Brasileiro o novo Estatuto do Estrangeiro, que na sua essência apresenta um grande avanço na questão dos direitos humanos, mas não na questão do ingresso no mercado de trabalho.

Referências

- BAENINGER, R. **Migrações internas no Brasil no século 21**: entre o local e o global. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal, RN. **Anais...** Brasília, DF: ABA, 2014. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401793124_ARQUIVO_ABA2014MigraesinternasnoBrasilBAENINGER.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.
- BLAY, E. A.; ABDELMALEK, S. Imigração ou os paradoxos da alteridade. **Revista de Antropologia**, São Paulo, SP, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27095/28867>>. Acesso em: 29 jan. 2016.
- BOUCINHAS FILHO, J. C.; BARBAS, L. M. V. **Migração de trabalhadores para o Brasil**. Campinas, SP: Saraiva, 2013.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 8.757 de 10 de maio de 2016**. Altera o Decreto n. 86.715, de 10 de dezembro de 1981, para dispor sobre a situação jurídica do estrangeiro na República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8757.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. **Resolução Normativa n.108, de 12 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Munike/pt-br/file/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%20108.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- _____. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Diário Oficial da União. Seção 10, n. 10, 13 de jan. de 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exiblink.php?numlink=225206>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- _____. **Resolução Normativa n. 27, de 25 de novembro de 1998**. Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/Estrangeiros/tmp/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Normativas%20do%20Conselho%20Nacional%20de%20Imigra%C3%A7%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%2027.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.
- _____. Presidência da República. **Decreto n. 840 de 22 de junho de 1993**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0840.htm>. Acesso em: 18 abr. 2015.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- _____. Presidência da República. **Lei n.6.964 de 9 de dezembro de 1981**. Cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6964.htm>. Acesso em: 05 jul. 2015.
- _____. Presidência da República. **Lei n. 6.815 de 19 de agosto de 1980**. Estatuto do estrangeiro. Brasília, DF, 1980. Disponível em:

- <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 03 jul. 2015.
- COSTA, A. C. PIB fraco faz Brasil perder posto de 6ª economia do mundo. **Revista Veja**, São Paulo, SP, 31 ago. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/pib-fraco-faz-brasil-perder-posto-de-6a-economia-do-mundo/>>. Acesso em: 07 jun.2015.
- FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G.; MOREIRA, S. Migrações transfronteiriças: desafios à inserção laboral e a integração social. In: IV SICS – SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS 4., 2015, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: PUC Minas, 2015.
- _____; CASTRO, M. C. G. **Relatório do Projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”**. Brasília, DF: OIM, 2014.
- FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Análise e avaliação do desenvolvimento institucional da política de imigração no Brasil par ao século XXI**. Rio de Janeiro, RJ, 2015. (Caderno de Referência/Projetos DAPP).
- _____. **Imigração como vetor estratégico do desenvolvimento socioeconômico e institucional do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2012.
- ICMPD – CENTRO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS. **MT Brasil migrações transfronteiriças: fortalecendo a capacidade do Governo Federal para gerenciar novos fluxos migratórios**. Brasília, DF, 2015. (Relatório de Pesquisa).
- MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- POLÍCIA FEDERAL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Divisão de cadastro e registros de estrangeiros – DICRE**. Brasília, DF, 2015.
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, v.13, n. especial, p.7-32, 2000.
- _____. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo, SP: Editora da USP, 1998.
- SILVA, F. R. **Integração social e laboral dos imigrantes internacionais no Brasil: o caso dos ganeses, haitianos, congolese e senegaleses**. 2016. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.
- SILVA, S. A. Inserção social e produtiva dos haitianos em Manaus. In: PRADO, J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 2.ed. São Paulo, SP: Contexto, 2002.
- TEDESCO, J. C.; GRZYBOVSKI, D. Dinâmica migratória dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudo da População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, n. 1, p. 317-324, 2013.
- _____. Senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional. **REP– Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, RS, v. 18, n. 2, p. 336-355, 2011.
- TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-Mc LAUGHLIN, V. (Ed.). **Immigration reconsidered**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LOCAL DE HAITIANOS EM SANTO ANDRÉ A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS MIGRANTES

Janina Borba¹⁷⁹
Julia Bertino Moreira

Os processos de integração local de migrantes haitianos em Santo André apresentam inúmeros elementos simbólicos, sociais e culturais, dentre os quais se destacam as interações comunitárias familiares, afetivas e religiosas, que conectam o fluxo destes migrantes em território brasileiro. Com o objetivo de identificar as percepções dos imigrantes acerca de tais processos migratórios, este estudo busca compreender o desenrolar do processo de integração local a partir de fontes primárias (entrevistas realizadas com migrantes). A realização de entrevistas focalizadas se pautou pela abordagem metodológica da história oral, que ressalta a importância das expectativas, experiências e dos valores que marcam as trajetórias dos sujeitos sobre um evento central ou referencial. A escolha metodológica contribui para que a relação entre teoria e empiria seja estabelecida, ou seja: como o processo é pensado teoricamente e como efetivamente transcorre na prática numa dada espacialidade e temporalidade.

O Brasil e as migrações internacionais forçadas

Este estudo aborda os desdobramentos do processo de integração local de um grupo de haitianos habitantes da cidade de Santo André em 2016. Eles compõem o fluxo de haitianos que se deslocou para o Brasil após o terremoto de 2010, assim como para países da América Central e da América do Sul. A partir de 2010, o número de haitianos residentes no Brasil aumentou exponencialmente, atingindo o ápice de 43.871 imigrantes com situação regularizada em 2015 (BRASIL, 2017). Importa pensar a situação jurídica dos haitianos em nosso país a partir das categorias migratórias e dos posicionamentos de agências burocráticas estatais e não-estatais sobre em quais delas se encaixam determinados sujeitos migrantes. Com base no posicionamento do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), eles foram considerados migrantes ambientais e econômicos, deslocando-se em função do desastre natural que atingiu o país de origem, marcado por grave situação socioeconômica. Seguindo tal entendimento, posicionou-se da mesma forma o

¹⁷⁹ Artigo escrito com base na pesquisa de iniciação científica intitulada “O processo de integração local sob perspectiva do imigrante” realizada de agosto de 2015 a agosto de 2016 na Universidade Federal do ABC. A pesquisa foi financiada pelo CNPq e teve orientação da Profa. Dra. Julia Bertino Moreira. Vale mencionar que esta pesquisa foi um desdobramento de pesquisa anterior de iniciação científica intitulada “Refugiados nos municípios do ABC: a atuação de instituições da sociedade civil no processo de integração local”, igualmente financiada pelo CNPq e orientada pela mesma docente.

Alto Comissariado das Nações para os Refugiados (ACNUR) (GODOY, 2011; LEAO, 2011). A solução jurídica encontrada para os haitianos foi a concessão dos chamados “vistos humanitários” (vistos de residência por razões humanitárias), que se diferencia do reconhecimento do estatuto de refugiado. Os haitianos foram remetidos, então, do CONARE para o Conselho Nacional de Imigração (CNIG), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – o que revela serem tratados como migrantes voluntários e econômicos, não como migrantes forçados.

A respeito da geopolítica global dos deslocamentos forçados, é de se destacar que, nos anos recentes, os dados estatísticos vêm apontando que os fluxos ocorrem majoritariamente no eixo Sul-Sul. Assim, partindo do pressuposto teórico de que as migrações relacionadas a desastres naturais são consideradas forçadas, vale destacar a predominância de movimentações na periferia do sistema internacional. A título de ilustração, 84% dos fluxos tidos como involuntários se concentraram no Sul Global (ACNUR, 2017). Particularmente até 2015, os fluxos de migrantes forçados em direção ao Brasil, enquanto centro da periferia, intensificaram-se e diversificaram-se, por motivos vários (BRASIL, 2017). Dentre os quais, é possível salientar a maior projeção internacional do país na última década, além do arcabouço jurídico-institucional constituído em relação aos refugiados (especialmente a Lei n. 9.474 de 1997, estruturada num paradigma de direitos humanos).

Verteremos o olhar sobre um fluxo específico de haitianos, situados numa localidade particular: em Santo André, município do ABC paulista, localizado na Região Metropolitana de São Paulo. Buscamos compreender como os próprios imigrantes perceberam seu processo de integração local em suas múltiplas facetas, quais motivos levaram ao Brasil como país de imigração, além de quais fatores (e dificuldades) permeiam integrar-se à sociedade brasileira. Iniciaremos, assim, com uma discussão teórica-conceitual sobre a temática e, em seguida, adentraremos o campo.

O processo de integração local de migrantes: notas sobre o debate teórico-conceitual e metodológico¹⁸⁰

O processo de integração local baseia-se no conjunto de condições encontradas pelos migrantes durante a sua adaptação em um novo país em que passam a interagir, não raro bastante diverso social, cultural, religiosa, étnica e linguisticamente de seu país de origem. Este processo também faz parte do que se denomina por “processo migratório”, tendo em vista que essa fase supostamente seria responsável por finalizar o ciclo de deslocamento, inserindo o imigrante a uma nova sociedade e recompondo – em alguma medida – o vínculo deste indivíduo a outro Estado-nação e sua comunidade política. No

¹⁸⁰ Este debate é complexo, vasto e profícuo no âmbito da literatura sobre migrações e refugiados. Um mapeamento sucinto pode ser encontrado no artigo de Moreira (2014).

entanto, a partir do que se considera como o “fim” de um ciclo, abre-se uma nova gama de possibilidades e desafios que passam a ser vivenciados e enfrentados por esses sujeitos (CASTLES et al., 2002; ATFIELD; BRAHMBHATT; O'TOOLE, 2007; MOREIRA, 2015).

Tomamos como o início do processo de integração local o momento em que o imigrante chega ao país de destino, em que se inicia a internalização à nova sociedade em termos de comunicação, hábitos, costumes, entre outros aspectos cruciais para a integração, como a inserção no mercado de trabalho, a obtenção de recursos materiais e o acesso a direitos. Importa citar que as condições de acolhida no país de destino não são totalmente conhecidas pelos imigrantes, de modo que tal processo guarda certo grau de imprevisibilidade e, em muitos casos, faz-se acompanhado por situação de alta vulnerabilidade social e econômica (CASTLES et al., 2002; ATFIELD; BRAHMBHATT; O'TOOLE, 2007; AGER; STRANG, 2004; 2008).

Diversos autores ressaltam que, conceitualmente, a integração local não deve ser vista como a absorção dos costumes locais pelos estrangeiros, tampouco o aprendizado apenas da língua local. Tal processo não deve ser confundido com assimilação, não estando relacionado, portanto, com o abandono por completo dos costumes originais e a consequente introjeção dos novos códigos culturais e sociais locais. Igualmente não deve ser concebido como uma adaptação tão-somente por parte do imigrante, mas como um processo bilateral, recíproco e dialético, demandando que ambas as partes – imigrantes e nacionais –, façam ajustes para propiciar a acolhida e a inserção dos novos membros à sociedade local (CASTLES et al., 2002; AGER; STRANG, 2004; 2008; ATFIELD; BRAHMBHATT; O'TOOLE, 2007; SMITH; STUART; DA LOMBA, 2010).

A sociedade receptora deve estar preparada e capacitada para receber imigrantes no que diz respeito à igualdade na aplicação das leis e na proteção aos direitos humanos, bem como na ausência de leis que discriminem o acesso a serviços públicos em função da nacionalidade. Devem existir instituições governamentais e não-governamentais capazes de formar uma agenda sobre questões migratórias, de tal modo que a tolerância e a interação sejam promovidas em processos decisórios que reverberem em políticas públicas locais. Desse modo, não é possível dizer que a integração de um imigrante é alcançada à medida que se tem somente recursos financeiros, conquista-se um emprego ou se adquire capacidade linguística. É preciso haver esforços mais amplos por parte da sociedade receptora em estabelecer relações profícuas de respeito à diversidade intercultural trazida pela comunidade migrante (AGER; STRANG, 2008).

O processo de integração não necessariamente carrega em si linearidade, visto que o sujeito pode avançar gradativamente em algumas dimensões e ter maiores dificuldades de se inserir em outras. Muito embora o migrante possa ter conseguido acesso ao mercado de trabalho, p.ex., pode

enfrentar barreiras no acesso à educação, por outro lado. Vale destacar que este processo se desdobra em múltiplos elementos objetivos e subjetivos. Devem, assim, ser consideradas também as percepções individuais sobre o preconceito e o racismo, o sexismo, a homofobia e outros tipos de discriminação aos quais os imigrantes podem estar sujeitos. Tais variáveis, embora bastante difíceis de mensurar, são determinantes para a integração, porque alteram significativamente a compreensão e o sentimento dos migrantes sobre a sociedade local. Outra variável que não pode ser desconsiderada é a presença prévia (ou ausência) de uma comunidade migrante na localidade, que pode atuar como uma rede de proteção e auxílio a conterrâneos em território estrangeiro (FLETTCHER, 1996; ATFIELD; BRAHMBHATT; O'TOOLE, 2007).

A percepção de estar integrado (ou não) é perpassada pela dimensão da subjetividade individual, contudo o que é considerado sucesso ou fracasso não deve ser aferido apenas por este critério, mas também pelos mecanismos públicos oferecidos e postos em prática pelo Estado (em seus diferentes níveis federativos) para propiciar a integração. Embora o processo seja relativamente imprevisível e subjetivo, é preciso atentar aos aspectos práticos que realmente permitem a permanência e a estabilidade do imigrante no país receptor. São condições que, quando garantidas, ou acessíveis, favorecem a autonomia e a independência desses sujeitos na localidade em que passam a viver. Assim, para que um país promova inteiramente a integração local, é preciso pautar uma política baseada nos direitos humanos, vale dizer: no respeito à dignidade da pessoa humana, na liberdade de escolha e no acesso à justiça (CASTLES et al., 2002; AGER; STRANG, 2004; 2008; ATFIELD; BRAHMBHATT; O'TOOLE, 2007).

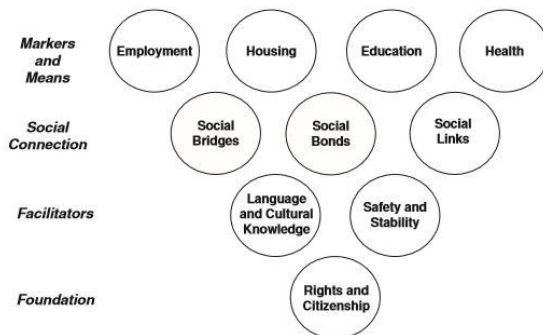
Vejamos, então, quais atores possuem posição relevante para estimular esse processo, além dos próprios migrantes. De fato, o ator mais importante é, sem dúvida, o Estado, pois é através dele que as políticas voltadas a migrantes podem ser desenhadas e concretizadas. As ONGs e outras instituições da sociedade civil também têm papel de destaque, ao prover ações pontuais ou promover facilitadores (como nos mostra o quadro abaixo), a exemplo do auxílio emergencial aos recém-chegados com prestação de informações básicas. É de se salientar que as instituições religiosas, com forte apelo comunitário, acabam adquirindo grande peso sobretudo no contexto local. A Cáritas Arquidiocesana, ligada à Igreja Católica, por exemplo, possui relevância histórica na acolhida de imigrantes e refugiados no Brasil. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, por sua vez, entende o processo de integração local como uma solução duradoura para os fluxos migratórios forçados, ao lado de outras duas possibilidades: a repatriação e o reassentamento (MOREIRA, 2012).

Em termos acadêmicos, a integração é pensada a partir de modelos teórico-conceituais e metodológicos. Para fins desta pesquisa, trabalhamos o

aporte proposto por Ager e Strang (2008), estruturado a partir dos seguintes indicadores:

FIGURA 1 – Quadro conceitual dos indicadores da integração

A Conceptual Framework Defining Core Domains of Integration



Fonte: Ager e Strang (2008, p. 170).

No quadro acima, os Marcadores e Meios dizem respeito ao acesso a direitos que se desdobram em serviços, os quais devem ser implementados sobretudo pelo poder público. Ao lado deles, encontram-se as Conexões Sociais, áreas relacionadas às ideias de identidade, cidadania e pertencimento ao país de acolhida. Há aqui forte inter-ligação com os Facilitadores (conhecimento da linguagem e da cultura locais; segurança e estabilidade) e as Fundações (direitos e cidadania).

Para teóricos da integração local, as interações compartilhadas dentro de um espaço comunitário, seja étnico ou religioso, contribuem para que laços sociais duradouros sejam criados, reforçando o senso de estabilidade do processo de integração (FLETTCHER, 1996; ATFIELD; BRAHMBHATT; O'TOOLE, 2007). As relações sociais dão sentido à integração local, à medida que o processo requer sentimento de permanência. Desse modo, as condições com as quais os imigrantes se defrontam em território estrangeiro são determinantes, incluindo as relações formadas entre eles mesmos e com brasileiros. Não se pode deixar de considerar as categorias relativas à segurança e estabilidade, entendidas como emergenciais para os recém-chegados, quais sejam: moradia, emprego, educação, saúde. Existem ainda domínios (mais relacionados à noção de “oportunidades”, segundo os autores) vistos como aceleradores do processo de integração, como a possibilidade de acesso a informações legais e também a possibilidade de aprendizado da língua local (AGER; STRANG, 2004; 2008).

Vejam, a partir dos aspectos elencados por Ager e Strang, como a integração local pode ser compreendida segundo os próprios haitianos que vivem em Santo André.

A experiência no campo de pesquisa com haitianos em Santo André

A literatura especializada vem destacando a necessidade de se avançar substancialmente na área com estudos qualitativos que possam vocalizar pontos de vista e percepções próprias dos sujeitos que vivenciam o denominado processo de integração local. Ademais, tal bibliografia foi predominantemente constituída por autores de países do Norte – razão pela qual interessa-nos contribuir com uma pesquisa a partir do Sul (vale dizer: sobre migrantes do Sul localizados também em um país do Sul e empreendida por pesquisadoras oriundas do Sul) (SMITH; STUART; DA LOMBA, 2010). As entrevistas com foco na abordagem metodológica da história oral permitem que os sujeitos reconstruam um evento ou sua própria trajetória de vida a partir de uma estrutura de referência individual e empregando seus próprios termos (QUEIROZ, 1988; MENEZES, 2005).

Destacaremos as trajetórias de vida de alguns haitianos aos quais se pôde se ter acesso a partir da pesquisa de campo. Sabe-se que não representam uma amostra estatisticamente significativa da população imigrante de Santo André (que em 2015 totalizava aproximadamente mil habitantes localizados especialmente em Utinga), contudo as narrativas carregam alto valor, porque possuem dimensão histórica, singular e coletiva. Envolvem percepções do sujeito sobre si próprio e sobre sua comunidade de origem, além de suas relações com compatriotas e com membros da nova sociedade em que passam a interagir. Em termos de singularidades e experiências vividas, o método permite reconhecer rupturas que perpassam todo o processo migratório, seja com o país de origem, assim como com a família e os amigos (SMITH; STUART; DA LOMBA, 2010; SOUZA, 2015). Ademais, a partir do estudo, foi possível trazer elementos acerca do processo de integração segundo visões singulares desses sujeitos dentro das peculiaridades do contexto local – ao contrário dos métodos quantitativos que se propõem, em geral, a mensurar o nível de integração de migrantes à sociedade receptora, apresentando dados agregados em escala macro.

As entrevistas foram realizadas entre abril e maio de 2016, em Utinga, Santo André, e totalizam oito horas de gravação (além das experiências em campo não contabilizadas). Pelos motivos acima citados, o método de abordagem buscou a aplicação de entrevistas focalizadas, isto é, sem roteiro de perguntas previamente estruturado. As informações contidas aqui foram selecionadas a fim de abordar os dados considerados mais relevantes (constantes integralmente da pesquisa “O processo de integração local na região do ABC sob perspectiva do imigrante”, financiada com bolsa do CNPq, realizada entre agosto de 2015 e agosto de 2016). Vale registrar que as falas foram aqui transcritas *ipsis litteris*, ou seja, não sofreram edição.

A fim de contextualizar a pesquisa, importa mencionar que, em Santo André, foram mapeadas instituições religiosas protestantes mediante as quais os primeiros haitianos que ali chegaram buscaram auxílio para a integração. Tais

entidades identificaram a existência de haitianos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no bairro Utinga e então levaram a situação à ciência da Prefeitura Municipal de Santo André (FLETTCHER, 1996; FORCED MIGRATION REVIEW, 2014; BARNECHE, 2014; SOUZA, 2015).

Primeiramente, a comunidade imigrante foi integrada a uma comunidade religiosa já estabelecida na localidade. Após o acolhimento em igrejas lideradas por brasileiros, os haitianos habitantes de Utinga buscaram fundar a sua própria instituição religiosa, com o objetivo de unir os fiéis de todas as denominações cristãs protestantes. A partir de então, pode-se considerar que o processo de integração deles passou a ser mais autônomo. A comunidade religiosa Igreja Evangélica Bethesda, fundada há três anos, é composta totalmente por imigrantes haitianos, em sua maioria homens.

Os cultos religiosos da igreja Bethesda aconteciam semanalmente e facilitaram os trabalhos de campo. O ambiente religioso era fundamental para se ter acesso aos sujeitos, pois, como citado, a população haitiana é marcada pela intersecção entre comunidade étnica e comunidade religiosa: as experiências nacionais são mantidas por meio da prática e do espaço religiosos. O trabalho de campo permitiu que as experiências comunitárias fossem captadas para além das informações obtidas através das entrevistas. Existe uma dimensão coletiva do grupo migrante que se faz presente no ambiente religioso, visto que a formação da Igreja alinhou haitianos de diversas denominações cristãs.

As identidades dos entrevistados foram preservadas e aqui serão identificados com nomes fictícios como Antoine, Pierre e Evans¹⁸¹.

No período em que a entrevista foi realizada, Antoine estava há dois anos e cinco meses no Brasil. Quando ainda estava no Haiti, decidiu vir ao Brasil por conta de uma conversa com o embaixador brasileiro em Porto Príncipe de quem ouviu que havia oportunidades de trabalho e estudo no país. Desejava ser pastor e definia essa vontade como “um desejo para Deus”. Antoine pretendia estudar no Brasil, mas sua necessidade primeira era encontrar trabalho para se alimentar, pois estava desempregado. Com formação técnica em eletrônica e cerâmica, objetivava trabalhar no setor da construção civil, área na qual ele já havia trabalhado, mas, segundo ele, “é difícil viver com isso no Brasil”.

Antoine sonhava em estudar engenharia, mas via dificuldades em ingressar na universidade em razão da mensalidade que girava em torno de mil e duzentos reais por mês. Antoine vivia os seus dias no Brasil sem seus parentes. Seu pai estava em Boston (EUA) trabalhando no setor de hotelaria. Sua irmã estava no Canadá estudando enfermagem; sua mãe, contudo, permaneceu no Haiti. Seu primo veio ao Brasil e se estabeleceu também em Utinga, mas

¹⁸¹ Houve consentimento voluntário e expresso para a participação dos entrevistados neste trabalho e os dados não foram utilizados para outros fins que não a pesquisa acadêmica aqui apresentada. Optamos por criar nomes fictícios em francês para não descaracterizar em absoluto as identidades dos entrevistados, embora com o cuidado ético de resguardar o seu anonimato.

retornou ao Haiti para estudar Agronomia, porque aqui enfrentou muitas dificuldades. A respeito dos movimentos migratórios de sua terra natal, ele relatou que: “Todos os haitianos querem viajar; se ele tem muito dinheiro, ele viaja e quem não tem, viaja também. Geralmente o cara vem sozinho e depois vem a família”.

A possibilidade de reunião familiar é permitida a migrantes reconhecidos como refugiados. Trata-se, basicamente, do reconhecimento da condição de refugiado extensível a determinados familiares, conforme estipulado na lei 9.474/97 (BRASIL, 1997). Contudo, os haitianos não possuem esse direito expressamente, porque não foram reconhecidos juridicamente como refugiados pelo governo brasileiro (LEÃO, 2011; GODOY, 2011). A modalidade de visto concedida a eles, que passou a ser conhecida como “visto humanitário” (visto de residência permanente por razões humanitárias, com base em resoluções específicas do Comitê Nacional para Refugiados e Conselho Nacional de Imigração), não garante a reunião familiar tal qual o estatuto de refugiado (ACNUR, 2015).

Em relação às mulheres, ele compreendia que: “o haitiano e o brasileiro são muito diferentes. Se ela (a mulher haitiana) casa no Haiti, ela fica sozinha. A brasileira é infiel”, referindo-se às mulheres casadas que se encontram desacompanhadas dos maridos em função do processo migratório.

O fato de viver em Santo André, especialmente Utinga, era atribuído ao custo-benefício: “[...] agora São Paulo para *fazer* um aluguel é caro, né? Um estrangeiro não pode *fazer* um aluguel sozinho. É difícil”. O alto preço dos aluguéis na capital São Paulo foi levantado como um dos motivos pela escolha de Santo André como moradia. Utinga é, então, uma opção favorável pelos seus preços relativamente mais baixos que o resto da cidade e pela proximidade à estação de trem que leva a São Paulo.

Contudo, sua experiência também passava por tensões com brasileiros:

Tem um brasileiro que fez isso, por exemplo, eu tenho dois cômodos. Eu tenho um contrato da leitura de energia. Eu não uso televisão, eu não uso água quente... ele vem com o papel... 120 reais! Pra quê? Só o congelador, só isso. Entendeu?

Antoine participava ativamente das atividades da Igreja Bethesda de Utinga. Apesar de não gostar de viver em Utinga, a Igreja era tida como o elo fundamental: “Eu não vou morar muito longe da minha igreja. Tem muita coisa pra fazer lá, sábado, domingo e à noite. Mas eu vou deixar Utinga”.

Quanto às condições de trabalho, afirmou ter presenciado situações de insalubridade durante o período que esteve empregado em uma empresa de construção civil. O dia-a-dia era dificultado pela situação de precariedade em que se encontrava. Relatou, ainda, que, por diversas vezes, teve de cumprir a carga horária sem ter se alimentado, pois não conseguia ingerir a comida oferecida pela empresa:

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Eu estou aqui há dois anos e cinco *mês*. É difícil para mim porque eu passei um ano e onze meses para trabalhar para uma empresa. Eu não *come* porque é almoço de dois dias, três dias. É difícil para mim. Tem comida no Brasil que fica no congelador dois dias, três dias, quatro dias. Eu não posso, não.

Já Pierre estava no Brasil há um ano e nove meses. No Haiti, tinha uma carreira de professor de matemática nos ciclos 1 e 2, voltados a crianças e adolescentes. Trabalhou por quase cinco anos em uma escola privada tradicional. Seu pai o ajudou a pagar a passagem de avião para o Brasil. Ele conseguiu um visto de permanência de cinco anos: “muitos haitianos (estão) na espera por visto, fiquei esperando por seis anos”. Ele e seu irmão fizeram o exame do ENEM para conseguir um certificado equivalente ao Ensino Médio, mas seu irmão não conseguiu pontuação suficiente. Com o certificado, ele ingressou na universidade e mantém-se nela através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Estudava administração e seu objetivo futuro era fazer uma especialização em Comércio Exterior para um dia poder estabelecer relações comerciais entre Estados Unidos e Haiti, contou. Seus sonhos também incluíam projetos humanitários: “Quero formar uma escola até o ensino médio, porque gosto de educação. Quero voltar pro Haiti para ajudar haitianos, não só para ganhar dinheiro. Quero fazer um plano de negócio para ajudar a comunidade no Haiti... fazer um hospital comunitário”.

Este desejo se iniciou pelas adversidades encontradas em seus país, especialmente com os serviços básicos de saúde os quais não possuem padrões mínimos de qualidade. Ele disse que existem hospitais em sua cidade natal, mas em número insuficiente:

Eu queria ajudar em primeiro lugar e depois fazer lucro. Todo mundo tem que receber cuidado e remédios. Primeiro lugar é a saúde. E depois, para administrar um hospital, tem que pagar gente e ter material. No Haiti, não tem material suficiente, porque não tem dinheiro. Uma mulher grávida não consegue ir para o hospital depois da meia-noite. Quando chove tem dificuldade, tem problema de eletricidade.

Afirmou não almejar se estabelecer em nenhum país definitivamente por querer voltar para o Haiti a fim de ajudar a reconstruir o país com os frutos de seu trabalho: “Eu tenho que sair com um diploma da faculdade para meu país”.

Segundo ele, a presença das igrejas é bastante comum, porém, a atuação delas é duvidosa no que diz respeito à assistência aos haitianos:

A organização é a única que tem possibilidade pra pedir dinheiro, pra receber dinheiro, qualquer coisa pra liberar para o povo. Quando ele recebe o dinheiro, qualquer coisa, eu acho que o povo recebe menos que a metade. É uma coisa complicada lá no Haiti. [...] Eles dão, mas dão pouquinho. Até o governo dá pouquinho.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Recebe 100% e dá 25%. E depois eles fazem uma propaganda pra mostrar que *deu* tudo.

Quanto à vinda para o Brasil, esta é atribuída à facilidade em adquirir o visto:

E a possibilidade que os haitianos tem pra *vim* para o Brasil, eu acho que depende do governo do Brasil e o governo do Haiti. Por quê? Porque quando o haitiano *veio* para cá, ele acha documentos para trabalhar muito rápido. Tem outros povos imigrantes aqui no Brasil que têm dificuldade pra achar documentos. Quando é haitiano, é muito mais fácil. Eu acho que tem um acordo, mas pra responder a sua pergunta o problema é... como falar isso... é publicidade. É a primeira coisa que leva haitianos pra *vim* para o Brasil.

A facilidade a que ele se refere diz respeito ao aumento da emissão de vistos de permanência em substituição aos vistos provisórios no consulado brasileiro em Porto Príncipe. A medida foi adotada, de acordo com o governo brasileiro, com a finalidade de inibir a opção por alternativas não legais, como a travessia por terra, dominada por coiotes. Ao chegar ao Brasil, os haitianos puderam adquirir CPF e carteira de trabalho (BRASIL, 2015; 2017).

Depois de ter completado os seus estudos clássicos, Pierre tentou entrar no Canadá para cursar uma faculdade. A resposta dos funcionários consulares foi a de que ele não teria fundos necessários para ir para lá – embora tivesse cinco primos vivendo no Canadá. Ainda desejava ir para o Canadá, porque acreditava ser um país melhor em oportunidades, mas somente deveria fazê-lo após terminar os seus estudos aqui no Brasil. Assumia que há haitianos com uma boa vida no Haiti devido às remessas: “Tem haitiano que não tem problema pra viver bem lá no Haiti porque tem parentes nos Estados Unidos e no Canadá”.

Quando perguntado se houve sempre o desejo de emigrar do Haiti, ele respondeu:

Sim, desde criança. E a oportunidade que os haitianos têm aqui no Brasil começou depois do terremoto, porque depois do terremoto a vida dos haitianos ficou mais difícil, o emprego e mais difícil pra sustentar”. Seus pais e quatro de seus cinco irmãos – todos agricultores – estavam no Haiti; apenas um tinha vindo para o Brasil. Relatou que “A agricultura não está funcionando bem, meu pai faz comércio com bois, compra e vende novamente.

Logo que chegou ao Brasil, ele conseguiu um emprego no setor da construção civil por intermédio de seu primo, apontando as dificuldades que perpassam essa área de trabalho: “Ele *tava* trabalhando na construção civil. Ele me levou para trabalhar três meses lá na construção civil. [...] Em todo lugar, as pessoas que estão trabalhando na construção civil sempre ficam mal”.

Quando perguntado como era viver em Utinga, bairro conhecido por abrigar a Comunidade do Cigano, ele respondeu:

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Agora a única coisa que não estou gostando é onde eu moro. Eu vou deixar. Não gosto. Comunidade, não gosto. [...] primeiramente, meu endereço não recebe correio. Segundo, tem muita gente. Muita gente, eu não gosto disso. E também quando tá chovendo, a terra tem água. Eu gosto (de) ficar tranquilo. Se tivesse possibilidade, eu ia (morar) sozinho. Mas sabe que trabalhar no supermercado paga pouco, tenho que pagar 40% na minha escola... não dá pra morar sozinho. Eu estou ficando com meu irmão e com meu primo, mas eu acho que não vai demorar.

Evans também vivia em Utinga com outros quatro haitianos. Ele trabalhava e estudava engenharia civil na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Sua vivência em Utinga era permeada por tensionamentos:

Aqui, tem muito problema aqui. Quando eu *chegar* aqui, tem uma pessoa que não *paga* energia, nem água. Eu *tem* que pagar tudo. Agora tem quatro pessoas aqui. Quando vem conta pra pagar de energia e água, exemplo: se energia é 100 *real*, quatro pessoas que estão morando aqui tem que pagar também. [...] minha casa não tem cotação pra dividir aluguel. Eu pago energia e eles não pagam energia. Então fica difícil.

Queixou-se de brasileiros que moravam em uma edícula no fundo de sua casa alugada e que, segundo ele, não pagavam as contas que deveriam ser compartilhadas entre todos os moradores. Sua vida em Utinga, portanto, não era tida como satisfatória: “Quando você fala de Utinga... eu não gosto. Ele falou para *mim* ficar aqui, quando eu pegar mais equilíbrio aqui, vou buscar outro lugar”.

O Brasil não era sua primeira opção, porque inicialmente buscava uma oportunidade de estudo na França. Tentou obter um visto de estudos na embaixada francesa, mas o pedido lhe foi negado. Diante da recusa, o Brasil surgiu como uma oportunidade:

Quando eu *tava* estudando no Haiti para trabalhar era difícil. Meu primo falou “por que você não vai ao Brasil? Vai na embaixada, vai fazer um *vista*, eu vou lá também”. Quando chegou na embaixada do Brasil, eu falei com o cônsul do Brasil e ele disse “é difícil pra estrangeiro estudar no Brasil”. Eu falei “você vai ajudar eu pra conseguir faculdade?”. Ele falou “pode ir que tem pessoas que *vai* ajudar você”, mas quando eu cheguei aqui, nada (risos).

Uma das principais dificuldades encontradas ao chegar no Brasil foi a revalidação de seu diploma técnico. A universidade brasileira exigiu que seus documentos passassem por uma tradução juramentada e, por conta da dificuldade de encontrar um tradutor, seu ingresso foi postergado. Retomando a legislação brasileira, vale mencionar que a lei n. 9.474/97 prevê, em seu artigo 44: “o ingresso de instituições acadêmicas de todos os níveis deverá ser facilitado, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados” (BRASIL, 1997). Contudo, como já sublinhado, os imigrantes haitianos não são enquadrados juridicamente na categoria de refugiados,

segundo o posicionamento do governo brasileiro, o que coloca maiores entraves ao acesso ao ensino superior no país.

A experiência de Evans igualmente indicava o estabelecimento de redes sociais entre os imigrantes haitianos, de tal forma que aqueles já estavam estabelecidos acolhiam os recém-chegados, configurando a dinâmica das Conexões Sociais propostas por Ager e Strang dentro do grupo haitiano. Segundo os autores, a formação de conexões sociais endógenas fomenta o processo de integração local, porque é por meio das redes que recém-chegados podem ter acesso a auxílio emergencial e permanente. Como se pode depreender da fala do entrevistado:

Quando eu cheguei aqui na casa do meu primo, ele *fazia* documento comigo. Quando eu cheguei, tinha que falar português. Eu falei “eu falo francês, como vou fazer para falar português para entrar na faculdade?”. Ele falou “não *tá* difícil, tem uma escola aqui de língua portuguesa”. Ele foi lá comigo.

A “escola de português” a que ele se referia era o curso de língua portuguesa implementado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cultura de Paz de Santo André em parceria com o SENAC da mesma cidade e apoio financeiro do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo governo federal em 2011). O curso tinha duração de três meses com vistas a suprir conhecimentos básicos da língua portuguesa para acelerar a integração de haitianos na sociedade local. A iniciativa formou mais de 200 imigrantes haitianos em 2015 (SOUZA, 2015). Vale lembrar que o modelo teórico dos indicadores da integração mostra que o ensino da língua e da cultura local, especialmente quando promovida pelo poder público, contribui para o desenvolvimento do processo de integração local.

Pierre, por sua vez, registrou que os haitianos que conviviam com brasileiros no bairro e no trabalho falavam português perfeitamente, já os que interagiam apenas com seus compatriotas não conseguiam adquirir habilidade na língua portuguesa. Ele percebia, assim, que, se as interações girassem apenas em torno da sua própria comunidade, não conseguiria avançar no processo de integração, entendendo, ainda, que perdia muitas oportunidades de trabalho por não dominar a língua:

E também tem uma coisa que você deve saber... a língua brasileira, a língua portuguesa é uma muito, muito difícil para nós haitianos. Eu posso dizer que o Brasil não está preparado para receber haitianos. Eu falo isso por quê? Porque a língua portuguesa é muito difícil, mas *tem* haitianos que tem profissão e tem habilidade para trabalhar como técnico na empresa e por causa do português trabalha como ajudante, como auxiliar e não pode achar uma promoção. *Tem* haitianos que vê brasileiros trabalhando como técnico e que tá fazendo muito errado. Ele quer corrigir, falar com ele que está errado, mas não sabe o termo técnico para apresentar isso e por isso haitianos têm bastante dificuldade aqui. *Tem* haitianos aqui que têm profissão, que são técnicos, e não podem trabalhar por causa da língua portuguesa.

A língua creole é um ponto em comum nas relações comunitárias dos haitianos. É utilizada em contextos informais, geralmente apenas entre os homens, ao passo que o francês é mobilizado em contextos mais formais, em situações cerimoniais ou quando há presença feminina. As duas línguas exercem funções sociais distintas, pois o francês não é empregado por iletrados, enquanto o creole é tido como a língua comum de todos os haitianos. Se, por um lado, o creole exerce uma função interna para a manutenção da identidade nacional, o português adquire o sentido da inclusão social permitindo que outros domínios da integração propostos no modelo de Ager e Strang (2008) sejam conquistados (OLIVEIRA, 2016; CARIOCA, 2016).

Reflexões Finais

Dos relatos dos entrevistados, vimos que os haitianos tinham consciência, ainda que não fosse uma ideia muito clara, dos pontos importantes para a sua integração local. O Haiti é retratado, de modo geral, como um país onde não se verificam os padrões mínimos de condições de vida. O acesso à educação básica não pode ser garantido, não há hospitais nem remédios acessíveis e suficientes. Para os haitianos, a emigração não é tida como uma escolha, mas é um evento determinante para o qual todos se deparam em algum momento da vida. Pautando-se pelo fato de que os entrevistados deixaram o Haiti após um desastre natural, o qual acirrou ainda mais a grave situação socioeconômica do país, as falas vão ao encontro de que se trata de um fluxo migratório forçado. Para os que tiveram de romper laços afetivos com o Haiti, torna-se um imperativo o processo de integração na nova sociedade em que passam a viver, pois a eles foram confiados a única possibilidade de sustento daqueles que ficaram no país – tendo lugar importante aqui a questão das remessas.

A partir dos relatos, é possível também questionar o modelo teórico proposto por Ager e Strang (2008), o qual procura esquematizar indicadores de integração. Nesse sentido, técnicas qualitativas, como a empregada nesta pesquisa, contribuem para um outro olhar teórico-metodológico sobre como aferir (e problematizar) o processo de integração local. As conexões sociais intra-grupo, por exemplo, são insuficientemente abordadas pelos autores teoricamente. Os relatos igualmente sinalizam que existem tensões entre o grupo migrante e os brasileiros, o que enfraquece o sentido dos sentimentos de confiança, estabilidade e permanência – fortemente consideradas na definição teórica da integração local. As adversidades encontradas nas relações com a comunidade local também expõem as fragilidades de tal ferramental analítico, uma vez que a tese vai no sentido de que as conexões sociais com os nacionais necessariamente facilitarão o processo de integração.

O desejo de permanecer indefinidamente no Brasil não foi expresso por nenhum dos entrevistados (contestando, portanto, a tendência de se pensar o

Brasil como novo “destino” na rota das migrações internacionais forçadas). O senso de permanência pode ser atribuído não ao país em si, mas à Igreja Bethesda – construída pelos próprios haitianos –, vista como um elemento que os fixa em Utinga especificamente. Assim, a organização religiosa, em alguma medida, alterou os sentidos da integração, porque constituiu de fato uma identidade compartilhada entre todos os haitianos daquela localidade.

As instituições religiosas encontram-se em uma situação favorável ao oferecimento de assistência básica, porque estão inseridas no contexto local. Isso significa que elas podem desenvolver assistência emergencial de forma mais autônoma ou quando o Estado é negligente na acolhida. Ademais, a instituição auxilia no reestabelecimento de laços que antes foram quebrados pelo processo migratório, quais sejam, os casamentos, as amizades, as cerimônias comemorativas etc. (BARNECHE, 2014). Isso ocorre porque existe nas práticas religiosas uma noção muito clara de reconhecimento mútuo da dignidade do ser humano, a qual é reconhecida em si e no outro. Para essas instituições, o exercício da fé é inerentemente relacionado a práticas de solidariedade e estas devem ocorrer com regularidade, pois é isso justamente o que os faz ser “praticantes”. No esforço de conceder informações locais, auxílio material, emocional, e em muitos casos representação política, a instituição religiosa, ao atuar como um ator não estatal, exerce outra forma de ação humanitária, distinta da provida por organizações internacionais (FLETTCHER, 1996; ATIFIELD; BRAHMBHATT; O’TOOLE, 2007; BARNECHE, 2014; FORCED MIGRATION REVIEW, 2014).

A prática religiosa, vale resgatar, é uma importante dimensão para os imigrantes haitianos em Santo André, entretanto, essa influência é pouco reconhecida pela literatura especializada e por organizações internacionais. Apesar do potencial agregador que uma instituição religiosa possa carregar, somente o Estado pode proporcionar acesso e concretização plena de direitos, devido à necessidade de reconstituição do vínculo jurídico do indivíduo a uma comunidade política. Com base nos direitos, cabe ao Estado angariar meios para que a integração seja vista como um processo continuado e satisfatório para os migrantes (BARNECHE, 2014).

Apesar das iniciativas pontuais verificadas em Santo André, direcionadas a fomentar o processo de integração por parte do poder público municipal, elas são insuficientes para garantir o seu desenvolvimento e sustentação em longo prazo. Como ressaltamos anteriormente, a integração exige muito mais do que a simples conquista de um emprego ou obtenção de recursos materiais, porque inclui sensação de bem estar em meio à sociedade receptora, além de condições de vida dignas e adequadas, o que supõe acesso a direitos e serviços públicos, como moradia habitável e educação superior.

Embora recentemente cogitado como um *novo destino* nas rotas das migrações Sul-Sul, por estar situado no centro da periferia, os dados trazidos pela pesquisa, referente ao caso dos haitianos na localidade de Santo André,

refutam essa posição do Brasil frente às migrações internacionais contemporâneas. Acrescenta-se que a dificuldade em acumular renda, os subempregos e a crise econômica têm influenciado a decisão de muitos imigrantes em deixar o Brasil. Diante disso, em 2016, a entrada de haitianos indocumentados pelo Acre diminuiu em 96% (FULGÊNCIO, 2016). As falas indicam, nesse sentido, que o país atuou sobretudo como trânsito, ou seja, uma rota intermediária para imigrantes em situação de vulnerabilidade, a fim de que outro país fosse alcançado futuramente – em sua maioria países considerados desenvolvidos, como o Canadá, os Estados Unidos e a França. Além disso, também se mostrou expresso o desejo de retornar ao país de origem, com vistas a ajudar no processo de (re)construção do Estado.

Não obstante os relatos aqui explorados não definirem como o processo de integração se desdobrou em todo o país, apresentam elementos para pensar, seguindo a fala de um entrevistado, que “o Brasil não está preparado para receber haitianos”. Este constitui um desafio antigo e ainda o maior à nossa frente: ter condições de acolher dignamente migrantes a partir de uma perspectiva que congregue atores do poder público (não apenas federal, como estadual e municipal), entidades representativas da sociedade civil (incluindo não somente instituições religiosas, como também ONGs) e, sobretudo, integrar os migrantes nesse processo de estruturação de políticas públicas que possam contemplá-los. Esta pesquisa buscou propiciar, em alguma medida, vocalizar as percepções, experiências e os olhares desses sujeitos vindos e localizados no Sul Global a partir de seus próprios termos, com vistas a que pudessem reverberar em ações destinadas a aprimorar sua situação vivenciada numa dada localidade em nosso país.

Referências

- ACNUR. **Global trends: forced displacement in 2016**. Geneva, 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5943e8a34.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- _____. **Coletânea de instrumentos de proteção nacional e internacional a refugiados e apátridas**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Lei_9474-97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_dos_Refugiados2015.pdf?view=1>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- AGER, A; STRANG, A. Understanding integration: a conceptual framework. **Journal of Refugees Studies**, Oxford, v. 21, n. 2, p. 166-191, 2008.
- _____. **Indicators of integration: final report**. Edinburgh: Queen Margaret University College, 2004.
- ATFIELD, G; BRAHMBHATT, K; O'TOOLE, T. **Refugees' experiences of integration**. Reino Unido: University of Birmingham and Refugee Council, 2007.
- BARNECHE, K. Cómo las comunidades religiosas locales pueden ayudar a los solicitantes de asilo. **Forced Migration Review**, n. 48, 2014.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

- _____. Governo do Brasil. Brasil autoriza residência permanente a 43,8 mil haitianos. **Portal Brasil**, Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/brasil-autoriza-visto-de-residencia-permanente-para-43-8-mil-haitianos>>. Acesso em: 30 ago. 2016.
- _____. **Lei n. 9474 de 22 de julho de 1997**. Define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF, 1997.
- CARIOCA, C. As funções sociais da língua e as políticas de difusão do Português no Timor-Leste. **Revista Delta**, São Paulo, SP, v. 32, n. 2, p. 427-447, 2016.
- CASTLES, S. et al. **Integration: mapping the Field**. Oxford: Research and Refugee Studies Centre, 2002.
- FLETTCHER, S. **Time is na important factor in the integration of refugees**. [S.l.:s.n], 1996.
- FORCED MIGRATION REVIEW. **La fe y las respuestas al desplazamiento**. Oxford, n. 48, 2014.
- FULGÊNCIO, C. Número de haitianos que entram no Brasil pelo Acre cai 96% em 12 meses. **Portal G1**, Acre, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/n-de-haitianos-que-entram-no-brasil-pelo-acre-cai-96-em-12-meses.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- GODOY, G. G. O caso dos haitianos no Brasil e a via de proteção humanitária complementar. In: RAMOS, A. C.; ALMEIDA, G. A.; RODRIGUES, G. (Org.). **60 Anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo, SP: Editora CL-A Cultural, 2011.
- LEÃO, R. Z. R. CONARE: balanço de seus 14 anos de existência. In: RAMOS, A. C.; ALMEIDA, G. A.; RODRIGUES, G. (Org.). **60 Anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo, SP: Editora CL-A Cultural, 2011.
- MENEZES, M. História oral: uma metodologia para o estudo da memória. **Revista Vivência**, n. 28, p. 23-36, 2005.
- MOREIRA, J. B. O papel das cátedras Sérgio Vieira de Mello no processo de integração local dos refugiados no Brasil. **Revista de Relações Internacionais de UFGD**, Dourados, MT, v. 4, n. 8, p. 81-96, 2015.
- _____. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 22, n. 43, p. 85-98, 2014.
- _____. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. 2012. 351f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.
- OLIVEIRA, M. Imigrantes haitianos no estado do Paraná em 2015. In: GEDIEL, J; GODOY, G. **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba, PR: Kairós, 2016.
- QUEIROZ, M. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo, SP: Vértice, 1988.
- SMITH, G; STUART, E; DA LOMBA, S. Introduction: critical reflections on refugee integration: lessons from international perspectives. **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 23, n. 4, p. 411-414, 2010.
- SOUZA, M. Maria Ferreira de Souza: depoimento (fev. 2015). Entrevistadora: BORBA, J. H. O. M. Santo André, SP: Secretaria de Direitos Humanos e Cultura de Paz, 2015. Gravação em áudio. Entrevista concedida à pesquisa “Refugiados nos municípios do ABC: a atuação das instituições da sociedade civil no processo de integração local”.

**NOVOS IMIGRANTES
EM SANTA CATARINA NO TEMPO PRESENTE**

Gláucia de Oliveira Assis
Samira Moratti Frazão
Magali Aloatti
Eduardo Zanatta de Carvalho
Luis Felipe Aires Magalhães
Michelle Maria Stakonski Cechinel
Janaina Santos

O Estado de Santa Catarina construiu, ao longo do século XX, uma imagem de estado formado pela contribuição de imigrantes europeus, uma terra de oportunidades. Estes fluxos - de alemães, italianos, portugueses, poloneses - marcaram a composição étnica da população, bem como sua formação urbana, a constituição de sua agricultura familiar e seu desenvolvimento industrial. Essa presença imigrante, na narrativa da construção do estado, invisibilizou a presença de populações indígenas, negras e caboclas, construindo uma autoimagem de estado europeu, imagem reforçada na mídia e em discursos oficiais.

Ao longo do século XX, ocorreu uma redução das entradas de imigrantes estrangeiros; como em outros estados do País, o estado vivenciou uma intensa mobilidade intra e interestadual. Imigrantes do oeste catarinense vieram para o litoral, assim como chegaram imigrantes paranaenses e gaúchos, em sua maioria nas maiores cidades do estado, como Joinville, Itajaí, Florianópolis, e outras cidades, num processo denominado litoralização do estado. Este movimento é marcado pela redução das populações dos municípios do oeste do estado e pelo aumento do número de habitantes nas regiões próximas ao oceano Atlântico. Também contribui para o aumento populacional das regiões litorâneas o expressivo número de migrantes vindos de outros estados, os quais representam mais de um terço do número de novos habitantes de Santa Catarina no período (TURNES, 2008).

Esse grande movimento de migração interna e o arrefecimento das migrações internacionais não deram visibilidade a dois movimentos que também passaram a ocorrer no estado de Santa Catarina: o ir e vir de catarinenses rumo ao exterior e a formação de novos fluxos de imigrantes rumo ao estado¹⁸² (ASSIS, 2004; CAMPOS, 2003; SANTOS, 2007; ASSIS, SASAKI, 2001; PATARRA, 2005; MARTINELLI, 2007; ALLOATI, 2014; IHÁ, 2008; MAGALHÃES, 2014).

¹⁸² Ver Assis (2004, 2011); Campos (2003); Assis e Sasaki (2001); Patarra (2005); Martinello(2007); Alloati (2014); Ihá (2008); Magalhães (2014).

Desde a década de 1970, além da chegada de migrantes internos de várias regiões do Brasil, tem-se registrado um incremento no fluxo de migrantes internacionais, japoneses¹⁸³, latino-americanos, africanos e, mais recentemente, haitianos, ganeses, senegaleses, refugiados sírios e outros grupos de imigrantes que vêm para o estado também em busca de oportunidades. Uma das características destes novos fluxos é que, excetuando-se japoneses e haitianos, que contaram com políticas migratórias específicas, os demais grupos não contaram com o mesmo apoio governamental. Outra característica importante é que não vêm do norte global, mas do sul; são africanos e haitianos¹⁸⁴, refugiados sírios e de outras nacionalidades.

Ao longo dos anos 1970, mais particularmente nos anos 1980, tem-se um fluxo de imigrantes latino-americanos; alguns vieram como exilados políticos; outros, como turistas que se tornaram migrantes, mas, como demonstraremos a seguir, esse movimento chamou pouco a atenção da mídia e dos formuladores de políticas públicas, pois o movimento, aparentemente, não era tão expressivo como o de imigrantes que chegaram no século XIX. É com a chegada dos haitianos, a partir de 2010, que o estado se depara com os “novos imigrantes”, que ganham a mídia e o espanto de uma sociedade que, construída com o discurso de terra de oportunidades, recebe com estranheza e desconfiança imigrantes haitianos, senegaleses, ganeses e outros grupos.

Este artigo pretende apresentar um panorama preliminar desses novos fluxos de imigrantes para Santa Catarina, fornecendo um quadro qualitativo de suas experiências migratórias, da inserção no mercado de trabalho, das dificuldades de acolhimento e dos desafios às políticas públicas. As fontes são as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas em parceria com o Observatório das Migrações, com dados disponíveis do IBGE e do Ministério do Trabalho sobre migrações recentes, e também pesquisas de natureza qualitativa, que buscam reconstruir as trajetórias dos migrantes recentes e seus desafios de inserção e diálogo intercultural com a sociedade catarinense.

O artigo se inicia com as narrativas da mídia sobre a chegada desses migrantes, revelando como constroem representações nas matérias que abordam a migração como um problema, construindo abordagens e relatos que, muitas

¹⁸³ A vinda de imigrantes japoneses para Santa Catarina está relacionada à política agrária brasileira na década de 1960 e 70, que visava atrair imigrantes japoneses, capazes de trazer avanços tecnológicos ao Brasil e a Santa Catarina, com conhecimentos agrícolas considerados mais avançados que aqueles usados pelos agricultores brasileiros. Os discursos presentes nos documentos oficiais e jornais catarinenses daquela época enfatizavam que a presença destes imigrantes traria “competência e os avanços do trabalho no campo”, já que os japoneses eram providos de “vocação agrícola”, e possuíam disciplina de um “bom trabalhador” (MARTINELLO, 2007).

¹⁸⁴ O Haiti, embora esteja no Caribe, geograficamente ao norte, é considerado, dada sua posição de país periférico, com infraestrutura precária, sua instabilidade política e sua pobreza, como fazendo parte do chamado sul global.

vezes, reforçam estereótipos e criam preconceitos em relação aos imigrantes recentes. Na sequência, abordaremos os grupos de imigrantes mais recentes, trazendo resultados de pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas no âmbito do Observatório, que tem buscado compreender a inserção desses imigrantes não apenas no mundo do trabalho, mas também nas relações sociais, evidenciando as dificuldades e preconceitos por eles enfrentados.

Representações de fluxos migratórios contemporâneos no discurso jornalístico brasileiro (2000-2014)

A chegada de imigrantes haitianos em Santa Catarina, a partir de 2010, foi manchete nos principais jornais e telejornais do estado. As matérias, em geral, apresentavam homens com carteiras de trabalho na mão, chegando na rodoviária de Florianópolis, ou outras cidades do estado. Ao serem inseridos no discurso jornalístico, os imigrantes são apresentados por meio de uma série de representações, impactando a opinião pública no que diz respeito a acolhida e integração. Nos últimos anos, a realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo de Futebol, realizada no Brasil em 2014, momento no qual deram entrada migrantes ganeses em busca de refúgio (FRAZÃO, ASSIS, 2016), e as Olimpíadas de 2016, além de episódios como a vinda gradual de haitianos para o Brasil – sobretudo após a ocorrência de um terremoto naquele país em 2010 – e o então considerado primeiro caso de suspeita de ebola em solo brasileiro em outubro de 2014, serviram como pano de fundo para que o tema das migrações internacionais fosse explorado no discurso jornalístico. No último acontecimento citado, um refugiado da Guiné foi colocado sob suspeita, por supostamente ter contraído o vírus ebola e manifestado sinais semelhantes aos da doença ao dar entrada no Brasil. A forma como foi representado discursivamente por veículos da imprensa, sites, emissoras de televisão e rádios promoveu um clima de pânico entre os brasileiros, mesmo após as autoridades informarem os resultados negativos dos exames realizados com o imigrante (FRAZÃO, ASSIS, 2017).

Ao analisar a cobertura do jornal A Folha de São Paulo sobre a chegada dos haitianos no Brasil, Silva, Magalhaes e Assis demonstram que a matéria do jornal de maior circulação no País contribuiu também para uma visão preconceituosa e descontextualizada da migração.

Segundo os autores, preconceituosa ou negativa – como “Haitianos no Acre sofrem com superlotação em alojamento” (21/12/2011) e “Acre quer fechar a divisa com Peru para barrar haitianos” (16/01/2014) – em 71,3% das reportagens; não contextualizada, em 70%.

Os autores destacam ainda que, em muitas matérias, o migrante é apresentado como um trabalhador que concorre no mercado de trabalho com o brasileiro, o que contribui para o preconceito em relação a esse e a outros grupos recém-chegados.

No caso de Santa Catarina, as narrativas jornalísticas enfatizavam a desproporção entre o volume de migrantes que chegavam e o despreparo do estado para seu acolhimento, a ausência de políticas públicas para o encaminhamento desses migrantes, além do desconhecimento dos percursos por eles percorridos para chegar ao estado. A voz dos imigrantes aparece pouco nas matérias.

Observaram-se, analisando as matérias, as chamadas, as fotos e quem era chamado a falar sobre os imigrantes. Em alguns casos, as fontes consultadas, e as entrevistas apresentadas nas reportagens, valeram-se de uma semântica que contribuiu para promover uma ideia de pânico moral sobre os fluxos migratórios, especialmente aqueles que envolveram imigrantes e/ou pessoas em situação de refúgio de cor negra, provenientes de países africanos e caribenhos (FRAZÃO, ASSIS, 2017). Parte dos discursos jornalísticos relacionava os fluxos migratórios internacionais a uma ideia de risco de saúde e perigo para o Brasil, exigindo, em contrapartida, o fechamento de fronteiras. Também foi possível notar a relação das migrações a práticas ilícitas, como o tráfico de pessoas, à violência urbana, à exploração sexual, à propagação de doenças, ou mesmo a questões sociais - como o desemprego, a criminalidade e a pobreza -, contribuindo para a marginalização de grupos migrantes, especialmente os oriundos de países africanos e do Haiti. Neste sentido, as representações presentes no discurso jornalístico, fomentadas a partir de ideais de determinados grupos sociais (FOUCAULT, 2013), podem construir um tipo de realidade e influenciar a opinião pública sobre assuntos diversos.

Neste sentido, tem contribuído o uso de termos como “invasão”, “ilegais”, “indocumentados”, “clandestinos”, “chegada em massa”, “leva”, por sua conotação negativa (COGO, SOUZA, 2013; COGO, SILVA, 2015). O uso desses recursos, associado a representações, podem influir negativamente na opinião pública sobre o macrotema, como pânicos morais provocados por migrantes e pessoas em situação de refúgio, com impactos diretos sobre sua inserção e integração em razão de fatores como preconceito, racismo e xenofobia contra esses grupos.

Dessa forma, os estranhamentos causados pela chegada dos novos imigrantes, expressa sobretudo diante de um *outro* que não pode ficar invisível, pois traz na cor da pele e nos traços fenotípicos a sua negritude, além das dificuldades de inserção e adaptação de imigrantes numa terra estrangeira, esse *outro* se depara, aqui no Brasil, com o preconceito racial, pois o “Haiti é aqui” e os pretos e pobres imigrantes descobrem e vivenciam o preconceito numa terra que eles imaginavam acolhedora e multicultural.

Latinos-americanos em Florianópolis: de turistas a migrantes

Nos anos 1970, outros contingentes de imigrantes internacionais começaram a chegar ao estado, pessoas provenientes dos países latino-

americanos. Trata-se de um movimento antigo, iniciado com um fluxo esporádico de exilados políticos que vieram nos anos 1970, ao qual se juntaram os que vieram com o intenso fluxo turístico, principalmente de argentinos, para o litoral catarinense, a partir do final dos anos de 1980, como destacou Iha (2008). Este fluxo, ainda que menos numeroso, teve continuidade na década de 1990 em direção às regiões litorâneas do estado, principalmente Florianópolis e Balneário Camboriú, com o reforço de políticas econômicas e campanhas publicitárias, destacando-se a denominação de Florianópolis como *capital turística* do Mercosul. Estudos mostram que muitos destes turistas retornaram para fixar moradia nestas duas cidades (IHA, 2008; ALLOATTI, 2013), enquanto outros vieram atraídos pelas belezas do litoral e em busca de melhores oportunidades, fugindo das crises políticas e econômicas nos seus países.

Magali Alloati (2013), em pesquisa realizada em Canasvieiras, balneário situado no norte da ilha de Florianópolis, buscou compreender o processo de identificação destes imigrantes com a sociedade brasileira em termos de comunidade imaginada (ANDERSON, 2005), ou se, por se tratar de um bairro de claras características de economia de enclave, as identidades étnicas e laços sociais se restringiam a grupos separados de argentinos, brasileiros e outros imigrantes sul-americanos.

Segundo Aloati (2013), a pesquisa foi realizada nessa localidade em razão das características do bairro, entendidas pela autora como excepcionais. Em primeiro lugar, há uma importante concentração de migrantes argentinos em Balneário Canasvieiras. A Polícia Federal¹⁸⁵ registrou 368 argentinos residentes no distrito¹⁸⁶ no ano 2011. Naquela época, este número representava 36,18% do total destes imigrantes na ilha, superando em quase 20% o próximo bairro com alta concentração (Ingleses, com 18%). A Secretaria de Saúde de Florianópolis forneceu dados limitados do Cadastro Família, no qual constam 40 famílias argentinas cadastradas entre 2004 e 2010. O consulado da Argentina em Florianópolis possuía dados diferentes, derivados do cadastro eleitoral. Segundo esta instituição, para as eleições presidenciais do ano 2011, registraram-se 800 argentinos em toda Santa Catarina, 500 dos quais situados em Florianópolis. Os agentes consulares entrevistados estimavam que este número representava um terço do total da população que efetivamente residia na capital, considerando o grande número de indocumentados.

Em segundo lugar, deve-se destacar que Balneário Canasvieiras se estabeleceu como um dos principais destinos turísticos dos argentinos no Brasil

¹⁸⁵ Na Polícia Federal, o cadastro das pessoas por bairro é realizado a partir da simples declaração, ou seja, é o dado informado pelo imigrante quando se registra junto à Polícia Federal após chegar no Brasil. Uma vez que a pessoa declarou o seu domicílio, não é obrigado a atualizar o endereço ou notificar a troca de endereço (ALLOATI, 2013).

¹⁸⁶ O bairro Balneário Canasvieiras faz parte do Distrito Canasvieiras, com uma extensão de 29,13 km²; incorpora os seguintes bairros: Praia do Forte, Daniela, Jurerê Oeste, Jurerê Leste, Canto do Lami, Canasvieiras, Vargem de Fora, Jurerê Sul, Mangue de Jurerê.

desde 1980. Segundo Schmeil (1994), a importância da recorrente visita desses turistas ao balneário gera um conjunto de imagens, representações e pressupostos entre os sujeitos que ali moram e os que estão “de passagem”. Ihá (2008) também observou que, quando vêm como turistas, os argentinos são vistos como “de passagem”; quando se fixam, como “migrantes”, começam a ser estigmatizados e a sofrer de preconceito. Como produto do contato em períodos breves na época de férias, criam-se estereótipos culturais sobre suas identidades, práticas e atitudes por parte da população brasileira, e vice-versa. A frequência e a preeminência do turismo argentino expressam-se de diversas maneiras: i) com a criação e o estabelecimento de laços sociais com brasileiros conhecidos durante a época de férias, e com argentinos ali radicados¹⁸⁷; ii) com sentimentos de familiaridade, segurança e conhecimento da realidade do bairro, segundo os entrevistados, em razão do conhecimento prévio do lugar graças ao turismo; iii) no significativo aumento de compra de imóveis em Balneário Canasvieiras e outras praias próximas (SCHMIDT ANDUJAR, 2004, p. 39).

Em terceiro e último lugar, o bairro apresenta características que o definem como uma economia de enclave étnica, especialmente pelo fato de exibir uma concentração geográfica de comércios pertencentes a argentinos, além de uma alta concentração residencial (ZHOUG, 2004). O fato de as pessoas morarem e trabalharem no mesmo bairro outorga um valor importante à cotidianidade e às interações (ou ausência destas) no espaço do bairro. Seguindo o trabalho de Nee, Sanders e Sernau (1994), entendemos que a presença de argentinos em Balneário Canasvieiras e suas atividades econômicas têm mudado significativamente a paisagem urbana do bairro. Nele se podem observar cartazes escritos em espanhol, ouvir músicas argentinas nos restaurantes, ver bandeiras e produtos importados ocupando importantes espaços nas vitrines.

A pesquisa realizada constituiu-se de um questionário aplicado a 50 argentinos e de entrevistas em profundidade. Nestas, Alloati (2013) observa que todas as mulheres e homens consultados reconhecem, explicam e utilizam um conjunto de elementos, principalmente comportamentais e atitudinais, que definem os estereótipos de “argentino” e “brasileiro”. Há uma clara imagem negativa “do argentino” que vem de férias, visto como “bagunceiro, arrogante”, como alguém que não se importa com o bairro (por estar por pouco tempo e por estar de férias, despreocupado, relaxado).

As entrevistadas e os entrevistados buscam afastar-se claramente desta representação, referindo-se ao tempo de residência em Balneário Canasvieiras,

¹⁸⁷ Schmidt Andujar (2004) e pesquisas consultadas da Secretaria de Turismo de Santa Catarina (SANTUR) demonstram que o Balneario Canasvieiras é o destino principal dos turistas argentinos nos últimos doze anos, sem interrupção, e que as opções *ficar em casa de amigos* é uma das principais estratégias de hospedagem. No ano em que o projeto foi concluído, 2012, a Santur destacou que a principal propaganda que influenciou a viagem para Florianópolis, no caso dos turistas argentinos, foi a existência de amigos ou parentes, com uma preeminência entre 63% e 76% na totalidade dos consultados. Fonte: <http://turismo.sc.gov.br/institucional/index.php/pt-br/informacoes/estatisticas-e-indicadores-turisticos/category/9-pesquisa-de-demanda-turistica-2012> Consultado em: 18 set. 2017.

aos investimentos econômicos e à importância do seu trabalho para o bem-estar do bairro.

A identidade argentina apresenta um caráter dinâmico, cambiante e fluido; é frequentemente colocada em termos positivos, quando se refere a trabalhador/a, preocupado/a com o bairro, e negativa no caso do “turista”. Os adjetivos utilizados mobilizam valores morais que ganham sentido quando inseridos dentro das complexas interações entre estereótipos e valores culturais. Eventuais usos do espanhol com a família e consumo de produtos argentinos importados são explicados como pequenos prazeres e formas de “lembrar” das suas origens¹⁸⁸. O valor cultural e identitário dos recursos utilizados são definidos exclusivamente dentro de um sistema de significações que eles constroem e definem. Por exemplo, o espanhol se usa e ensina de determinadas maneiras (principalmente a partir da leitura de jornais ou de filmes); já os produtos consumidos são considerados “prazeres”, não produtos de alimentação básica.

As relações sociais destacadas como significativas (seja entre argentinos ou com os brasileiros) são interações cotidianas, frequentes, efêmeras, por vezes não mais que um cumprimento na rua. Estas são as que alimentam e mobilizam os estereótipos, mas também os desafiam e anulam. O lugar destas interações é o bairro, especialmente fora da temporada turística. São os projetos conjuntos - ordem e limpeza, o “se importar” com o bairro - que acionam as diversas formas de interação que alimentam sentimentos de integração. As diferenças entre brasileiros e argentinos passam eventualmente a segundo plano na *cotidianidade* e nas interações rotineiras do contexto do bairro. As relações sociais que se tecem no espaço geográfico circunscrito, as amizades, os empregos compartilhados, fazem com que o pertencimento seja um sentimento definido em termos de bairro. O que outorga reconhecimento e trajetória são o trabalho e o tempo de residência. A partir das dinâmicas de interações específicas do Balneário Canasvieiras, é possível identificar lógicas de diferenciação identitária – “nós” e “eles”. A *localidade* é o espaço e o conceito que nos permite compreender a importância das relações sociais de escala reduzida, na reprodução de representações sociais e suas cargas valorativas (APPADURAI, 1996). A *vizinhança* atribui valor a determinadas práticas, identidades e valores dos sujeitos que ali residem, o que torna compreensível que alguns dos entrevistados se sintam identificados com o bairro e próximos dele e, paralelamente, longe e diferente das pessoas argentinas que conhecem e ali moram.

Seguindo a classificação de estabelecidos e *outsiders* de Elias (2000), foi possível compreender que os argentinos que moram há mais tempo no bairro consideram que o estereótipo do “argentino turista” é o principal obstáculo à

¹⁸⁸ É interessante destacar que o consumo de produtos específicos é explicado mais como uma maneira de perpetuar costumes argentinos do que como um diferenciador próprio de cada um. Estes mecanismos de manter costumes ganham importância nos casos de entrevistados que são pais e os utilizam como meios de transmissão cultural.

integração, razão que os leva a adotar estratégias para se distanciar dele, como o conhecimento da língua, as amizades de longa data com brasileiros e uma rejeição da época de férias no bairro. Um aspecto interessante sobre estes processos de identificação é que a maior parte dos entrevistados se define como argentino/a que incorporou traços culturais do Brasil, ou seja, trata-se de uma hibridização (CANCLINI, 2001; HALL, 2008). A afirmação da identidade argentina se sustenta na participação e no comprometimento político, entendidos como características positivas. Ao mesmo tempo, há uma negociação e incorporação de características “brasileiras” admiradas, como “ser mais relaxado”, “levar a vida com calma” e “não se estressar”. A seleção e o uso deliberado de elementos simbólicos e valorativos são fundamentais para compreender de que maneira as identidades são dinâmicas e, especialmente, não unidirecionais, senão constantemente transformadas e negociáveis.

Os turistas argentinos que chegaram à “Isla para alquilar casas” nos anos 80 e 90, que permaneceram, tornaram-se migrantes, mas, a despeito de modificarem a paisagem urbana e o comércio de localidades como Canasvieiras, não foram objeto de política públicas específicas. Muitos permaneceram irregulares e sem documentação por muito tempo, invisíveis para as autoridades e aparecendo esporadicamente na mídia, quando “invadiam as praias” no verão. Esta imagem visibiliza os turistas, mas os migrantes continuam invisíveis. Os imigrantes favorecidos pela lei de anistia e pelo acordo de residência do Mercosul permanecem na cidade compondo o bairro com sotaque castelhano, mas, a despeito dos estereótipos e preconceitos, não são tratados nem pela mídia, nem pelo Estado, como uma migração problemática. Não é o que vai ocorrer com a chegada de haitianos, senegaleses e ganeses, como veremos a seguir.

Os novos imigrantes no século XXI em Santa Catarina: haitianos, ganeses e senegaleses

A cidade de Balneário Camboriú¹⁸⁹, localizada no litoral norte de Santa Catarina, na mesorregião do Vale do Itajaí, tem população residente estimada em 135.268 pessoas (IBGE, 2017), sendo o segundo menor território e a maior densidade demográfica do estado de Santa Catarina, com 2.337,67 habitantes por km². Estas características impactam no planejamento da cidade e em seus processos de organização espacial, econômica e social. Predomina a verticalização urbana, em grande parte impulsionada pelo crescimento populacional. Este crescimento, por sua vez, se dá fundamentalmente via saldo

¹⁸⁹ A criação do município de Balneário Camboriú remonta ao desmembramento da cidade de Camboriú, aprovado pela Câmara de Vereadores de Camboriú no dia 20 de julho de 1954, e posterior aprovação da Lei Estadual n. 960, de 8 de abril de 1964, exatamente uma semana após o golpe militar de 1964. O decreto, assinado pelo então governador Celso Ramos, dispõe sobre a instalação do município de Balneário Camboriú no dia 20 de julho de 1964.

migratório positivo, seja por receber migrantes internos (gaúchos, paranaenses, catarinenses do interior do estado e paulistas), seja por receber migrantes internacionais (argentinos e haitianos). Essas migrações são condicionadas por ofertas de emprego nos setores da construção civil, de serviços e de turismo. A cidade, nos últimos anos, consolidou-se como polo de atração populacional, com crescimento demográfico e econômico vertiginoso, baseado no setor de turismo e na construção civil (SCHROEDER, 2016). Considerável parcela de sua população é oriunda dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul: mais de 18.000 e 17.000 migrantes destes estados, respectivamente (IBGE, 2017).

Quanto à migração internacional, destaca-se, nestes últimos anos, a imigração haitiana. A migração dessa origem na cidade começou em 2011, principalmente pelo recrutamento de duzentos imigrantes que vieram trabalhar na empresa Ambiental, responsável pelo contrato de limpeza urbana, coleta de lixo e tratamento de resíduos sólidos no município. Além de Balneário Camboriú, a empresa atua em outros oito municípios: Itajaí, Itapema, Indaial, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul e São José (MAGALHÃES, 2014, 2017). Os imigrantes, recrutados no Acre, ocuparam postos de garis e auxiliares de serviços gerais.

Além dos serviços de limpeza, os trabalhadores haitianos começam a desempenhar funções na construção civil e no setor de serviços. A construção civil, uma das matrizes econômicas da cidade, começa a absorver grande parte dos migrantes que chegam (MAGALHÃES, 2017). Na maioria dos casos, imigrantes empregados e desenvolvendo atividades, contribuem com amigos e parentes que escolhem Balneário Camboriú como destino e facilitam sua inserção no mercado de trabalho. Conforme apontam Assis e Sasaki, corroboram a tese de que as redes sociais estabelecidas atenuam os riscos do processo migratório:

A migração de longa distância se vincula a muitos riscos: segurança pessoal, conforto, renda, possibilidade de satisfazer as relações sociais. Onde parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho já têm bons contatos com o possível destino, a confiança sobre as redes de informações interpessoais estabelecidas minimizam e diluem os riscos (ASSIS, SASAKI, 2000).

A população de imigrantes haitianos, estimada pela Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú (ASHA-BC), atualmente é de 700 pessoas¹⁹⁰, na sua maioria do sexo masculino. As informações são todas extraoficiais e a ASHA-BC não dispõe de nenhuma pesquisa ou dados que embasem suas impressões; porém, observa-se que a maioria dos homens trabalha na construção

¹⁹⁰ Essa estimativa não se distancia muito do número apontado pelo o Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), da Polícia Federal. Essa fonte indica haver 542 solicitações de refúgio por haitianos residentes em Balneário Camboriú no início de 2017. Este dado não contempla haitianos residentes na cidade que tenham feito a solicitação, por exemplo, em outras cidades; por isso, tende a ser um dado subnumerado para o município.

civil e as mulheres enfrentam dificuldades para conseguir atuar no setor de serviços. De acordo com o presidente da ASHA-BC, as mulheres enfrentam maiores dificuldades devido ao fato de que as vagas de emprego disponíveis solicitam o domínio do idioma português e elas não têm acesso às mesmas redes sociais que os homens. O resultado é uma condição ainda maior de vulnerabilidade e invisibilidade.

A Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú, fundada em 2013, foi parte fundamental no processo de acolhimento e inserção dessa comunidade na cidade. O trabalho da entidade nos permite avaliar melhor os condicionantes globais do processo migratório e suas possibilidades em Balneário Camboriú: as atividades da ASHA-BC¹⁹¹ suplantam a ausência de políticas públicas em áreas como saúde, educação, acolhimento, trabalho e mobilidade.

Desde 2014, especialmente, a concentração de imigrantes haitianos na cidade de Balneário Camboriú motivou empresas frigoríferas do oeste do estado a deslocar para o litoral as atividades de recrutamento, antes realizadas na fronteira com o Peru, ou mesmo em São Paulo. Esses recrutamentos expressaram, num momento de crescimento econômico do País, que perdurou até 2014, a forma com que a iniciativa privada buscava apropriar-se da mobilidade humana, com promessas nem sempre cumpridas. Alguns desses recrutamentos resultaram em instalação de trabalhadores haitianos em alojamentos precários na região de Chapecó, além de “alocação discriminatória” e outras formas de superexploração da força de trabalho haitiana (MAGALHÃES, 2017). Neste caso, enquanto os imigrantes internos se deslocam para o litoral, os imigrantes internacionais fazem o caminho inverso, indo para o interior do estado, em busca de oportunidades.

A força deste processo e a menor taxa de desemprego em Santa Catarina em relação às demais UFs brasileiras contribuíram para que o estado se destacasse como o que mais admitiu trabalhadores haitianos no mercado formal de trabalho entre 2010 e 2015 (MTE, 2017). Neste último ano, das dez cidades brasileiras com mais haitianos no mercado formal de trabalho, quatro eram catarinenses, incluindo Balneário Camboriú, situada em 9º lugar em números absolutos e em 1º, em proporção à população residente.

Desde 2016, a quantidade de imigrantes haitianos na cidade tem-se reduzido, originando novas mobilidades internas (idas a São Paulo, cidade que conta com maior estrutura de acolhimento e assistência social), internacionais (idas a países como Argentina, Chile e Estados Unidos) e mesmo de retorno ao Haiti. Estes movimentos reforçam a tese de que Balneário Camboriú, Santa Catarina e mesmo o Brasil, mais que destino, foram e são regiões de trânsito da

¹⁹¹ A associação tem atuado em parceria com o poder público na recepção, encaminhamento e geração de oportunidades para os imigrantes. As atividades já realizadas envolveram a Fundação Cultural de Balneário Camboriú, a Secretaria de Inclusão Social e a Secretaria da Saúde, além do Conselho Municipal da Juventude (Comjuv) e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consean) de Balneário Camboriú.

migração haitiana (DUVAL, FARIA, 2016), fenômeno social e histórico existente desde meados do século XIX.

Os imigrantes haitianos, em suas experiências em Santa Catarina, tanto em Balneário Camboriú, como em Chapecó, Florianópolis e outras cidades do estado por onde passaram, enfrentaram, e ainda enfrentam, dificuldades de inserção laboral e de integração cultural, pois, além da crise econômica que se abateu sobre o estado e o País a partir de 2015, têm que lidar com o preconceito e a discriminação. Embora, em sua maioria, migrantes documentados, pois estão cobertos pela resolução do CNIg que lhes concede visto humanitário, são vistos como imigrantes pobres e negros. No mercado de trabalho, nas escolas, nos postos de saúde e em outras instituições sociais sofrem discriminações semelhantes às que sofrem os negros brasileiros. Assim, além das dificuldades linguísticas, da falta de serviços em *creolle*, ou francês, da dificuldade de reconhecimento de seus diplomas ou habilidades trazidas do Haiti, têm que enfrentar o preconceito e a discriminação por sua cor. O Haiti é aqui, e os haitianos descobrem que no Brasil, a democracia racial é um mito que não se concretiza nas relações cotidianas, seja no ônibus, na entrada num shopping, na inserção no trabalho. Sentem o preconceito em atitudes, olhares e práticas discriminatórias no trabalho e nas relações sociais, mas, a despeito disso, organizam-se em suas associações, celebram suas datas importantes e constroem diálogos interculturais, mostrando sua culinária, sua música, sua participação política, que revelam aspectos de sua cultura até então desconhecidos de grande parte da população brasileira, como eles mesmos dizem: “o Haiti não é só pobreza; temos muito orgulho de nossa nação e de nossa história”.

Fluxos afrodiaspóricos no tempo presente: deslocamentos de migrantes ganeses para Criciúma¹⁹²

Como os haitianos, a partir de 2014, outros grupos imigrantes começaram a chegar em Santa Catarina - os ganeses e senegaleses -, considerados imigrantes da Copa do Mundo de 2014, pois muitos chegaram à época do campeonato e permaneceram no País.

Gana é um país cuja migração faz parte da experiência de seus habitantes. Segundo as estatísticas do manual *World Factbook 2016*, publicado pela *Central Intelligence Agency* (CIA), a agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos, Gana é, dentre os 54 países africanos, um dos que mais recebem migrantes do interior do continente. Parte significativa do movimento diaspórico contemporâneo em África é regional; alguns estudos recentes afirmam que o fluxo de deslocamento de africanos é majoritariamente interno (LOBO, 2013). Gana figura entre os países mais procurados por trabalhadores sazonais, juntamente com a Costa do Marfim e a África do Sul. O

¹⁹² As informações desse fluxo foram extraídas do artigo de Cechinel (2016), apresentado no Simpósio Internacional Fazendo Gênero.

fluxo intenso de entrada no país se deve à porosidade das fronteiras no continente, facilitada por sua complexa constituição étnica, que não corresponde às fronteiras forjadas pela herança dos impérios coloniais, e, principalmente, ao fato de que, apesar de ser um país constituído por uma diversidade étnica enorme - cerca de 52 etnias convivem em seu território - e de reconhecer em sua comunidade imaginada mais de 80 idiomas diferentes, atualmente não há conflitos civis declarados em seu território.

A despeito do permanente trânsito de entrada de imigrantes, o fluxo de saída, especialmente em deslocamentos intercontinentais, é tão significativo que constitui um aspecto importante da economia da nação, devido à política de remessas de dinheiro que os ganeses, espalhados pelo mundo, enviam ao país de origem. Gana, portanto, insere-se fortemente em dois panoramas distintos dos trânsitos contemporâneos: país de acolhimento de migrantes regionais e país de origem de migrantes intercontinentais.

Até meados de 2010, no entanto, o destino de mulheres e homens ganeses eram, especialmente, os países europeus de língua inglesa e os Estados Unidos; a partir desta data, houve um visível deslocamento de interesse do norte para o sul, em especial para a América do Sul, caracterizando a criação de novos destinos e rotas inexistentes até então na tradição diaspórica ganesa. O motivo da criação de novas rotas e destinos possíveis para estes migrantes inclui inúmeros fatores, como: a crise iminente do capitalismo, que, desde 2008, atingiu países europeus e os Estados Unidos; o recrudescimento dos discursos de alteridade, acompanhados de uma sensível mudança na política de proteção de fronteiras; e, por fim, o próprio panorama de crescimento econômico brasileiro, país que, até então, não havia sido diretamente prejudicado pela crise mundial. Assim é que os ganeses chegaram ao Brasil

Segundo as estatísticas do IBGE, até o ano de 2006, havia 163 ganeses documentados, todos residentes na Região Sudeste do País. O número reduzido de migrantes demonstra que, ao menos até esse ano, o Brasil não representava para eles um destino. A partir de 2010, só na cidade de Criciúma, localizada no extremo sul do estado de Santa Catarina, há registros da chegada de mais de 2 mil homens e mulheres de origem ganesa. A comparação dos dois dados sugere uma mudança nas rotas transnacionais e o surgimento de novas cidades-palco de acolhimento destes imigrantes. De acordo com as estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho, 2010/2015, 84% dos ganeses que chegaram ao Brasil se estabeleceram no Rio Grande do Sul, ou em Santa Catarina; nestes estados, Caxias do Sul e Criciúma, respectivamente, são as cidades que mais receberam imigrantes caribenhos e africanos.

Neste artigo, nos centraremos no movimento com destino a Criciúma. A cidade, com cerca de 200 mil habitantes, é tradicionalmente conhecida no estado

pela alcunha de *capital do carvão*¹⁹³, devido à atividade extrativista, que teve seu auge nas décadas de 40 a 70 do século passado. Contemporaneamente, a cidade se desconectou de sua vinculação identitária com o carvão, e procura, por discursos de inúmeras ordens e adoção de políticas públicas, construir uma identidade fortemente etnicizada¹⁹⁴. A ex-capital do carvão agora se constrói como a cidade das etnias.

A “cidade das etnias” insere-se neste panorama de fluxos afrodiáspóricos contemporâneos pós-2010 e, mais efetivamente, a partir de 2014. A cidade em questão já foi objeto de inúmeras pesquisas que envolvem discussões pertinentes ao campo das migrações históricas e contemporâneas. Segundo Assis (2011), apesar de o movimento migratório criciumense ter-se iniciado na década 1960 do século passado, com amplo trânsito de emigrantes para os Estados Unidos e para a Itália, é em meados de 1990 que o fluxo de emigração se torna significativo. Os principais estudos acadêmicos sobre estes fluxos migratórios internacionais, até então desenvolvidos, debruçam-se nesse contexto de migração no qual a cidade representa o ponto inicial do deslocamento ou do retorno de emigrantes¹⁹⁵. Neste contexto, a fim de contribuir com a ampla gama de pesquisas sobre as migrações criciumenses, propomos o caminho inverso: perceber a cidade como destino de imigrantes inseridos em um novo fluxo de trânsito no tempo presente.

Alguns dados chamam a atenção para a singularidade das migrações de ganeses: o deslocamento tem recorte de gênero, pois cerca de 95,7% deles, no Brasil, são homens. Atualmente, identificamos apenas dez mulheres ganesas residindo na região de Criciúma. Segundo as fichas de cadastro do arquivo da Assistência Social de Criciúma e da Casa de Passagem São José, a maioria dos migrantes ganeses professa a fé muçulmana e frequenta cotidianamente a Mesquita Palestina. Ganeses cristãos são minoria na cidade. No entanto, ao comparar os índices que mostram os dados das religiões em Gana, este panorama não reflete a realidade do país, pois apenas 17% de sua população professa a fé no Islã.

Além do recorte de gênero e religiosidade, outro marcador social é importante para o estudo deste grupo no sul de Santa Catarina: o fato de que é na sociedade de acolhimento que estes homens e mulheres, assim como os haitianos que chegaram desde 2010 ao Brasil, se descobrem negros e africanos, constituindo tensões possivelmente inexistentes em suas trajetórias anteriores. A etnia é racializada no Brasil; um dos maiores indicadores desta situação são os relatos de racismo e xenofobia que homens e mulheres denunciam.

¹⁹³ A atividade extrativista que movimentou o setor carbonífero teve seu auge de meados de 1940 até fins de 1970. A partir da década de 80 do século passado, entretanto, a decadência da exploração do carvão deslocou o interesse e os símbolos da cidade (CAROLA, 2002).

¹⁹⁴ Ver Campos (2003).

¹⁹⁵ Entre as principais pesquisas desenvolvidas tendo como foco a cidade de Criciúma, encontram-se os estudos de Assis, Francisco (2011); Assis (2003, 2004); Assis, Campos (2009; 2003), Cardoso (2011).

Os marcadores acima descritos são importantes para compreender a especificidade do grupo migrante que se deslocou essa cidade sul-catarinense e também para a compreensão da construção de seus arranjos e rearranjos sociais na cidade. É por conta de todas estas particularidades que compreendemos a constituição de espaços tensionados na urbe: atualmente, a cidade encontra-se esquadrihada em áreas de circulação e sociabilidade. São territorialidades forjadas por tensões, como as que redefinem disputas e discussões de ordem religiosa. O espaço citadino encontra-se simbolicamente dividido entre ganeses cristãos e muçulmanos.

No caso do grupo de ganeses cristãos, eles se localizam e criam espaços de sociabilidade na região da Próspera; no caso dos ganeses muçulmanos, na região do bairro Pinheirinho. Entre os ganeses de fé islâmica, outra tensão de cunho identitário emerge: sua presença provoca um deslizamento de identidade na Mesquita Palestina, espaço tradicional de sociabilidade árabe, tanto para árabes islamizados quanto para não muçulmanos. Tais conflitos de identidade etnicorraciais são percebidos e ressignificados pelos sujeitos em uma cidade com forte discurso de etnicidade, mas tradição e valorização eurocêntrica.

Quando se trata de sua inserção no mercado de trabalho, o racismo e a xenofobia acima relatados aparecem de modo mais contundente. Em entrevista publicada em 17 de abril de 2017, por Marciano Bortolin, no jornal Diário de Notícias, Saliuh Larry e Abdala Uzair, migrantes ganeses, denunciam o preconceito que sofrem na cidade e atribuem o problema do desemprego entre a população migrante ao fato de no Brasil, além de serem considerados estrangeiros, serem vistos como negros.

Larry é migrante de origem ganesa, 39 anos, que há quatro reside em Criciúma. Ele relata que o preconceito de cor não era comum em seu país e que compreende que aqui ele move as empresas a criarem uma política (ilegal) de não contratação de migrantes. Segundo Uzair, ganês de 30 anos, que atuava como professor em Gana e ficou seis meses desempregado no Brasil, algumas empresas chegam a fixar cartazes dizendo que não contratam estrangeiros. Em reunião com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ambos foram alertados para a ilegalidade da prática de proibição de contratação de migrantes documentados.

Neste panorama, inserem-se as táticas de sobrevivência do cotidiano. Sem trabalho formal e enfrentando problemas com empresas que se negam a contratar africanos e caribenhos, cresce o número de migrantes que recorrem a trabalhos informais para sua sustentação na cidade. Um dos trabalhos mais comuns é a venda ambulante ao redor das principais praças. O trabalho não é ilegal, contanto que os trabalhadores apresentem notas fiscais dos produtos vendidos. No entanto, há manifestações de grupos de comerciantes contrários à presença dos ambulantes em frente a seus estabelecimentos. Neste sentido, a fim de minimizar a insatisfação da associação dos comerciantes, a prefeitura de

Criciúma definiu espaços considerados legais para a prática da venda de produtos na rua, limitando-os a este comércio informal.

Outra estratégia de sobrevivência é a organização institucional e autônoma destes grupos. Pensando em criar um ambiente para estudar e reivindicar direitos, foi criada, em 2016, a Associação da Comunidade dos Ganeses de Criciúma (Cogacri), que atualmente conta com 220 cadastros e 80 membros ativos; dentre estes, apenas quatro são mulheres. Por meio desta associação que, apesar de formada por ganeses muçulmanos, se propõe criar um espaço de sociabilidade para todos os ganeses, independentemente da religião, a comunidade migrante conseguiu a aprovação de um projeto de aulas de português subsidiado pela prefeitura de Criciúma. Os membros da Cogacri acreditam que, a partir do conhecimento da língua, será possível minimizar o preconceito e garantir sua inserção mais rápida na sociedade de acolhimento.

É justamente por conta desta dificuldade de inserção no mercado de trabalho e dos relatos de racismo que muitos ganeses fazem de Criciúma um lugar de passagem. Dos cerca de 2 mil migrantes que chegaram à cidade, cerca de 300 se estabilizaram. A grande maioria partiu, em poucos meses, para outros países; uma minoria retornou a Gana. Entre os lugares citados nas rotas identificadas pela pesquisa, um dos mais procurados são os Estados Unidos, em especial a cidade de Nova Iorque. Os ganeses, assim como os haitianos, circulam pelo mundo global, como trabalhadores subalternos e racializados. Assim como estes, chegam ao sul do Brasil em busca de trabalho e de melhores condições de vida, mas encontram dificuldades semelhantes de adaptação e inserção laboral, acentuadas pelos marcadores religiosos, pois parte da população é muçulmana.

Os deslocamentos contemporâneos de africanos e, em específico, de ganeses, a partir de 2010 para a região de Criciúma, denotam um novo fluxo de trânsito sul-sul, inexistente nas trajetórias diaspóricas anteriores de um país que tradicionalmente conta economicamente com as remessas de dinheiro do exterior. Por sua vez, as trajetórias destes homens e mulheres impactam na sociedade, pois suas escolhas e projetos migratórios não se encerram no país de acolhimento, do mesmo modo que não se quebram no retorno a seu lar de origem, ou em função de outras migrações. A partir da inserção em Criciúma observamos, em uma rota diaspórica, a formação de redes transnacionais que se constituem a partir do trânsito destes ganeses. Tais redes influenciam discursos, hábitos e nos oferecem um novo panorama das migrações contemporâneas: fluxos intermitentes, cada vez mais acelerados, que influenciam, modificam e tensionam as fronteiras.

Narrativas e performances que (co)movem: migrantes recentes na região da Grande Florianópolis/SC¹⁹⁶

A região conhecida como Grande Florianópolis é composta por 22 municípios, com população superior a 1.027.271 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2011, e tem como sede a capital de Santa Catarina. Buscamos refletir sobre os processos migratórios e deslocamentos recentes para esta região, principalmente nas cidades de Florianópolis, São José, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, que, a partir de 2010, passaram a receber importantes contingentes de migrantes haitianos(as) e senegaleses(as), entre outros grupos de imigrantes e refugiados. Este movimento articula-se com aqueles de outras regiões do estado e do País em um processo que vem transformando continuamente relações, escalas e paisagens sociais (APPADURAI, 2004), tanto local quanto transnacionalmente. Deste modo, os deslocamentos populacionais deste início do século XXI, a partir do contexto local, são analisados em seus atravessamentos e interseccionalidades.

Os primeiros grupos de haitianos e senegaleses começaram a chegar à região em maio de 2010, poucos meses depois do terremoto ocorrido no Haiti, em 12 de janeiro do mesmo ano, num fluxo que ainda perdura, embora com menos intensidade. Dos imigrantes haitianos que ingressaram no Brasil até 2014, cerca de 59,2% concentravam-se na Região Sul, sendo Santa Catarina o principal destino¹⁹⁷. Dos senegaleses, ainda não dispomos de dados estatísticos precisos, mas, em termos gerais, destinam-se majoritariamente e inicialmente aos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. Através de suas narrativas, fica evidente a grande mobilidade interna, sendo comum o fato de terem morado em três ou mais cidades dentro do Brasil.

Majoritariamente formados por homens, estes contingentes apresentaram, desde o início, uma presença feminina, ainda que quantitativamente minoritária. A chegada mais expressiva das mulheres ocorre num segundo momento do fluxo, conforme observa (BORDIGNON, 2016). A pesquisa de campo em Florianópolis tem demonstrado como migram as mulheres e como são importantes articuladoras de redes de migração, evidenciando uma realidade menos homogênea em termos de gênero. Foi possível perceber que, muitas vezes, os maridos ficavam no país de origem, enquanto as mulheres vinham para estabelecer-se e, depois, trazê-los, como foi o caso de Marylin, que deixou a filha ainda bebê aos cuidados do marido no Haiti, conseguindo trazê-los após três anos. O caso de Marianne é que veio sozinha do Senegal, deixando lá seu marido, que a seguiu cerca de um ano depois. Isto também aconteceu com moças jovens e solteiras, escolhidas por suas famílias

¹⁹⁶ Adaptado do trabalho “Mulheres que (co)movem: narrativas e performances de mulheres migrantes em Florianópolis/SC”, apresentado no 13º Fazendo Gênero & Mundos de Mulheres, realizado em Florianópolis/SC, em 2017.

¹⁹⁷ Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2014.

para virem trabalhar e estudar, como aconteceu com Ema e Fabielle, ambas haitianas. Nestes casos, as famílias dependiam, e ainda dependem, das remessas enviadas mensalmente para seu sustento¹⁹⁸.

É possível perceber que, apesar de os deslocamentos humanos não constituírem um fenômeno recente, apresentam-se em nova intensidade e com novos perfis. No que se refere ao mercado de trabalho, entre 2010 e 2015 o número de trabalhadores imigrantes cresceu 131% no Brasil. Apesar disso, como apontado por Handerson (2015), é comum um sentimento de frustração de muitas mulheres haitianas que teriam migrado para o Brasil e que trabalham com faxina ou limpeza doméstica. Tal fato também foi constatado nas cidades da Grande Florianópolis, tanto nas entrevistas feitas com homens, quanto com mulheres provenientes do Haiti, que, em sua maioria, buscam inserir-se no mercado formal e encontram vagas majoritariamente nos setores de construção civil, cuidados e alimentação. São frequentes os relatos de jornadas excessivas e salários menores que os dos brasileiros nas mesmas posições laborais.

Esta população apresenta uma importante articulação comunitária e costuma organizar associações para a defesa de seus interesses e direitos. Em janeiro de 2014, foi criada uma Associação dos Haitianos de Santa Catarina, com sede na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, que contava com aproximadamente 300 associados. Infelizmente, por causa da crise econômica, muitos dos seus membros reemigraram para outros países, como Chile e Estados Unidos, e a associação foi desfeita. Em 2017, foi criada em Palhoça outra associação com o mesmo nome, que pretende alcançar os cerca de três mil habitantes residentes nesse município. Além desta, dentro do município de Palhoça, no Bairro Jardim Eldorado, uma comunidade de aproximadamente quinhentas pessoas se tem organizado para fundar uma associação de haitianos. Florianópolis também já teve a sua associação de haitianos, a *Ka Pay Nou*, também desfeita, mas, constantemente, grupos formais ou não se articulam para reivindicar em favor de sua comunidade e a defender.

A população senegalesa presente no estado, estimada em aproximadamente duzentas pessoas, estabeleceu-se principalmente na capital, que proporciona maior mobilidade para viajar, participar de feiras em outras cidades e estados. As principais atividades econômicas desenvolvidas estão relacionadas ao comércio. Segundo pudemos constatar, a maior parte já passou pela experiência do trabalho formal, seja em Santa Catarina, seja em outros estados. Em função de exploração, preconceito e baixos salários, optou pela atividade comercial de venda de mercadorias, como roupas e eletrônicos. Apesar dos discursos midiáticos e do poder público que afirmam o contrário, reivindicam sua legalização e estabelecimento comercial formal. Alguns ainda

¹⁹⁸ Ema era responsável por sustentar cinco irmãos, seu pai e sua mãe, além de outras crianças que o pai ajudava. Marianne sustentava o marido no Senegal, sua mãe, seu pai, sua irmã e mais três irmãos. Marylin enviava parte do salário para o marido e a filha, e outra parte, para a mãe e dois irmãos.

começam a empreender e a participar de feiras gastronômicas e de vestuário, acionando as identidades étnicas e relacionadas à cultura africana.

Em função de suas escolhas e das possibilidades que encontram e criam, os sujeitos migrantes haitianos e senegaleses constantemente refazem suas trajetórias migratórias, em busca de maior qualidade de vida, oportunidades e direitos. Migrar, neste sentido, e apesar disso, constitui uma poderosa decisão que estabelece uma nova posição histórica e social, com efeitos para suas vidas e experiências, bem como sobre futuros possíveis para outros sujeitos, aqui ou nos países de origem, podendo ou não impulsionar novos deslocamentos, criando narrativas (co)movedoras transnacionalmente.

O processo migratório coloca em relação passado e presente, contextos de origem e de chegada e discursos de ‘nós’ e ‘eles’, articulando novos sentidos para as experiências vividas, evocando devires, resistindo à invisibilidade e ao silêncio. Os sujeitos migrantes se deslocam, criando novas formas de existir, constituindo movimentos políticos e poéticos, articulando novos sentidos e sensibilidades, transformando contextos e relações. Permanecem conectados afetiva ou materialmente com diversas pessoas em diversos países, enviam, recebem e produzem remessas materiais, informações e imagens e as fazem circular em suas comunidades diaspóricas, e fora delas. Desta forma, deslocam-se e deslocam continuamente os seus e os nossos pontos de vista.

A expressão ‘(co)mover’ enfatiza a “experiência física do movimento entre lugares” (THOMSON, 2002, p. 359), através dos sentidos do mover e do comover. Isto se deve ao fato de os planos e as trajetórias dos sujeitos migrantes poderem ser continuamente reelaborados, assim como os sentidos implicados nos processos migratórios e nas narrativas e performances que os acompanham, permanecendo em constante movimento, ou movimentando-se com relativa facilidade, através das fronteiras sejam elas físicas ou simbólicas. Estes migrantes se movem, em função da ausência de políticas públicas ou impulsionadas por elas, pela dificuldade de validação de diplomas, pela baixa oferta de atividades profissionais disponíveis ou pela oferta de atividades de nível inferior ao pretendido, pelos baixos salários, pela exploração da mão de obra, além de discriminações de gênero, classe, raça, religião e nacionalidade de origem. Além disto, suas trajetórias são comoventes para os próprios sujeitos migrantes, para suas famílias e conhecidos, nos países de origem e de acolhida, e para pesquisadores e defensores dos seus direitos, criando efeitos transformadores que movem e (co)movem.

Considerações Finais

Os imigrantes, tanto os deste início de século XXI, quanto os do século XIX, vêm para Santa Catarina em busca de oportunidades. No entanto, o estado, que se constituiu com uma narrativa de estado de imigrantes, tem dificuldade de acolher os novos imigrantes, tantos os internos que vieram desde os anos 1960,

que não foram tratados nesse artigo, quanto os mais recentes, que chegaram no final do século XX e início de século XXI. Se, no caso dos imigrantes latino-americanos, o preconceito se manifesta contra o turista e invisibiliza o migrante, pois ele, em geral, se parece com os moradores locais, no caso de haitianos, ganeses e senegaleses, estes se sentem racializados e discriminados por virem de países pobres, por estarem associados a guerras, catástrofes ambientais, doenças e, fundamentalmente, por sua negritude. No Brasil, descobrem-se negros e sentem o peso da discriminação racial e da xenofobia em muitas situações no trabalho, nos postos de saúde, na escola com seus filhos. No caso dos ganeses, além do marcador racial, as questões religiosas também são objeto de desconfiança e preconceito, pois uma parcela deles é muçulmana.

Além do preconceito e da xenofobia, esses imigrantes topam com a ausência de políticas públicas para recebê-los. Os haitianos, embora amparados pelo visto humanitário, têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho, de emissão dos documentos; faltam-lhes informações; as taxas na Polícia Federal são caras e eles, assim como os senegaleses e ganeses, em sua grande maioria, recorrem à Pastoral do Migrante, em Florianópolis. Por sua experiência migratória, porém, e por suas redes já estabelecidas, esses migrantes muito rapidamente organizam associações que buscam lutar por seus direitos e também dar visibilidade à sua cultura, à sua culinária e à sua música, pois “não vieram apenas para trabalhar, vieram para viver”, e querem que os brasileiros conheçam seus costumes, convidam-nos a conhecer a cultura deles, num diálogo intercultural, fundamental para enfrentar o preconceito e a discriminação.

As experiências desses imigrantes se aproximam.

No caso de haitianos e senegaleses, analisados por Janaina Santos (2016), aproximamos – sem deixar de reconhecer as diferenças - as circulações de uns e outros através do Atlântico nesta primeira década do século XXI, seguindo os caminhos apontados por Paul Gilroy (2012), juntamente com seus múltiplos atravessamentos e articulações.

Neste sentido, convém pontuar que os dois países possuem reconhecidas tradições diaspóricas, populações negras que se confrontam com processos de racialização, desde o período colonial e que, muitas vezes, passam a vivenciar diretamente o racismo apenas aqui no Brasil. Ambos têm o francês como língua oficial, mas convivem com formas outras de comunicação entre a maior parte da população. Outro ponto de convergência diz respeito às trajetórias percorridas no início deste fluxo migratório, pois, a partir da pesquisa etnográfica, foi possível constatar que importante percentual dos senegaleses que entraram no Brasil após 2010, ao ser informado via redes sociais das facilidades de acesso à população haitiana, através do estatuto do visto humanitário, optou por fazer a mesma rota, aproveitando as brechas abertas naquele momento. Outro fator de aproximação da população destes dois países com o Brasil passa pelas representações de igualdade social e racial veiculadas em seus países através da apresentação de novelas brasileiras e do futebol, na

maior parte das vezes desmentidas pelo preconceito e o racismo experimentados em terras brasileiras. Além disso, como se pode apreender de suas narrativas e performances, migrantes haitianos e senegaleses estabelecem conexões e articulam discursos, compartilhando identidades migrantes quando tal estratégia se mostra promissora de desencadear visibilidade na luta pelo reconhecimento de seus direitos, como em manifestações públicas e festividades.

Estas narrativas e histórias sobre os movimentos recentes de imigrantes internacionais em Santa Catarina, embora nos (co)movam, não expressam a complexidade dos fluxos recentes, nem abarcam todos os movimentos migratórios no estado. Os sírios, que chegaram mais fortemente a partir de 2014, também têm se estabelecido em Florianópolis e Criciúma. Apoiando-se em redes já construídas de fluxos anteriores dessas populações para o estado; vêm como refugiados e contam com o apoio de redes específicas da comunidade muçulmana nessas cidades. Ainda precisamos, porém, de pesquisas e informações sobre esse grupo que vem numa migração aparentemente mais familiar e de classe média, do que os migrantes que descrevemos até aqui. Estes imigrantes, dada a própria condição de refúgio e a crise na Síria, têm uma acolhida um pouco mais positiva em relação aos imigrantes haitianos, ganeses, senegaleses, que procuramos brevemente descrever. Os imigrantes haitianos, senegaleses, ganeses e outros que chegam e se espriam por cidades médias de Santa Catarina, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, encontram as dificuldades linguísticas e de adaptação que os estrangeiros sentem ao chegar num novo país. A chegada deste contingente, com sua diversidade cultural, linguística, religiosa, sua etnicidade, desafia o Estado e suas políticas públicas a acolherem os novos migrantes com políticas que favoreçam o diálogo intercultural e enfrentem o preconceito, a discriminação e a xenofobia, percebendo as contribuições, no presente, que as migrações contemporâneas podem trazer.

REFERÊNCIAS

- AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, vol. 7 (2): 7-33. 2001.
- AGIER, M. **Les Migrants et Nous**: Comprendre Babel. Paris: CNRS Éditions, 2016.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Portugal: Perspectivas do Homem, 2005.
- APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**: a modernidade sem peias. Lisboa, Teorema, 2004.
- _____. **Modernity at Large**. U.S.A: Minnesota University press, 1996.
- ASSIS, G. O. De Criciúma para o Mundo: gênero, família e migração. Campos Revista de Antropologia Social. n° 3, v. 2, 2003.
- _____. **De Criciúma para o mundo**: rearranjos familiares e de gênero na vivência dos novos migrantes brasileiros. 2004. (Tese) Doutorado – UNICAMP.
- _____; CAMPOS, E. **Fluxos do Local para o Global**: as redes sociais construídas entre os catarinenses e a região de Boston (EUA) no início do século XXI. Florianópolis: FAPESC, 2009;

- _____; FRANCISCO, E. **De Criciúma para o mundo**: o ir e vir dos novos emigrantes brasileiros entre os EUA, o Brasil e a Europa e os impactos na vida cotidiana da cidade. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, julho 2011;
- BAUMAN, Z. **Extraños llamando a la puerta**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2016.
- BHABHA, H. **Nuevas minorías, nuevos derechos**: notas sobre cosmopolitismos vernáculos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Ed. 2013.
- BORDIGNON, S. 2016. **Inserção dos Imigrantes Haitianos nos Contextos Educativos Escolares e não Escolares no Oeste Catarinense**. Dissertação. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Chapecó/SC.
- BUTLER, J. **Caminhos divergentes**: judaicidade e crítica do sionismo. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. **Cuerpos aliados y lucha política**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2017a.
- _____. **Vida precária**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- CAMPOS, E. **Estrangeiros em casa**: (re)sentimentos, impressões e identificações produzidas pelos emigrantes brasileiros clandestinos nos Estados Unidos. 1995 -2005.
- _____. **Territórios deslizantes**: recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002). 2003. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.
- CANCLINI, N. **Culturas híbridas**: Estrategias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- CARDOSO, M. G. **De volta para casa**: A Inserção dos retornados à Cidade de Criciúma/SC (1995/2009). 2011. (Dissertação) mestrado – UDESC
- CAROLA, C.R. **Dos subterrâneos da história**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937 – 1964) Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; ARAÚJO, D. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016
- COGO, D.; SILVA, T. Mídia, alteridade e cidadania da imigração haitiana no Brasil. **Encontro Anual da Compós 2015**. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/compos20015-comautoria\(1\)_2754.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos20015-comautoria(1)_2754.pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2015.
- _____; SOUZA, M. B. **Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores – Migrantes no Brasil**. Belterra: Instituto de la Comunicación de la UAB/Instituto Humanitas Unisinos, 2013.
- DIAS, J.; LOBO, A. **África em movimento**. Brasília: ABA Publicações. 2012
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERNANDES, D.; FARIA, A. A Diáspora Haitiana no Brasil: Processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- FRAZÃO, S.; ASSIS, G. A suspeita que marca: representações (tele)jornalísticas de refugiados africanos e a disseminação de pânico morais contra os fluxos (i)migratórios no Brasil. In: IX Congresso Português de Sociologia, 2017, Faro/Portugal. **Portugal, território de territórios - Atas do IX Congresso Português de Sociologia**. Lisboa, Portugal: Associação Portuguesa de Sociologia, 2017. v. IX. p. 1-12. Disponível em: <http://www.aps.pt/ix_congresso/docs/final/COM0360.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

- _____; _____. O “pânico moral” na narrativa (tele) jornalística: uma análise da representação de refugiados ganeses em telejornais brasileiros (2014). In: SILVA, K.; PEREIRA, M.; SANTOS, R. (Orgs.). **Refúgios e Migrações: práticas e narrativas**. Florianópolis: NEFIPO/UFSC, 2016, p. 75-99.
- GILROY, P.. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- HALL, S.. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. UNESCO. Brasil: Editora UFMG, 2008.
- HANDERSON, J., JOSEPH, R.. As Relações de Gênero, de Classe e de Raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** v. 9, n. 2, 2015 ISSN 1984-1639.
- IHA, N. **Imigrantes internacionais do século xxi: a busca da cidadania na ilha de Santa Catarina**. 2008. (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento socioambiental). Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de Dados Cidades, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
- LOBO, A. Migrações de trânsito em África: sobre mobilidades e imobilidades. **Anuário Antropológico**, II | 2013, 249-259.
- MAGALHÃES, L. F. A. O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú – SC. **Revista PerCursos** 15(28), 2014, p. 223 – 256.
- _____. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 1 recurso online (355 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP.
- MARTINELLO, A. **Política agrária e imigratória nas colônias japonesas de Santa Catarina (1961-1978)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina 2007.
- MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **CAGED** (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), 2016.
- NEE, V.; SANDERS, J.; SERNAU, S. Job transitions in an immigrant metropolis: ethnic boundaries and the mixed economy. **American Sociological Review**, v. 59, n. 6, p. 849-872, 1994.
- SASAKI, E., ASSIS, G. O. Teorias das migrações internacionais. **XII Nacional da ABEP**. Caxambu, 2000. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/abordagens-teoricas-sobre-migracoes/47805/#ixzz3C0xzuly8> Acesso em Setembro 2017.
- SANTOS, G. **Estado, redes sociais e fronteira: a migração do sul catarinense para os Estados Unidos**. 2007. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SILVA, C.; MAGALHÃES, L.F.; ASSIS, G. O. A imigração haitiana nas paginas dos jornais: análise de reportagens da Folha de São Paulo entre 2010 e2015 In: BAENINGER, R et al (org) **Imigração haitiana no Brasil**. 1. ed. Jundiaí : Paco, 2016, v.1, p. 639-653.
- SCHMEIL, L.. Aquilase una isla. In: FRIGERIO, A ;RIBEIRO, G.L. (Orgs.). **Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 71-94.
- SCHMIDT A. **Análise comparativa da densidade populacional na praia de Canasvieiras/SC-**. Temporada 2001 e 2003. Dissertação em engenharia ambiental. UFSC. Florianópolis. SC, Brasil. 2004.
- SCHROEDER, A. **Regulação e controle do transporte público coletivo municipal em Balneário Camboriú/SC;** Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2308/allan_muller_schroeder.pdf Acesso em Setembro 2017

MIGRAÇÕES SUL-SUL

- THOMPSON, K. **Panicos Morales**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2014.
- THOMSON, A. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 341-364, 2002.
- TURNES, V. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 1, p.155-194, abr. 2008. Trimestral.
- UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). **World Population Prospects: The 2015 Revision**, Edition. 2015
- ZHOU, M. Revisiting ethnic entrepreneurship: convergencies, controversies, and conceptual advancements. **IMR**, v. 38, n. 3, p. 1.040-1.074, 2004.

**MARÍTIMOS FILIPINOS NO LITORAL NORTE PAULISTA:
PERFIL DEMOGRÁFICO
E PROCESSOS TRANSNACIONAIS DE RECRUTAMENTO**¹⁹⁹

Guilherme Pereira Botacini

Os trabalhadores marítimos estão, possivelmente, entre as categorias de trabalhadores mais invisibilizadas do século XXI. A dificuldade de encontrar dados e discussões a respeito dessa força de trabalho não combina com o panorama informacional do nosso século, e, no entanto, os marítimos prosseguem sendo um contingente necessário para o comércio, os serviços e a indústria globais e sua busca por maior produtividade e menores custos. A predominância de trabalhadores asiáticos, detectada por Zanin (2007), no total de marítimos recrutados internacionalmente para a navegação mercantil de longa duração é o indicativo de que, tendo em vista o cenário da indústria do petróleo após a descoberta da camada pré-sal em 2006 e o contexto geopolítico e econômico brasileiro no século XXI, isso não poderia ser diferente no Brasil. Ao estudar a força de trabalho migrante e apontar para especificidades do setor de petróleo e gás no país, Villen (2015) já aponta para a presença de asiáticos, em especial de filipinos, autorizados para trabalho no Brasil. Este texto pretende caracterizar um outro contingente de trabalhadores, também asiáticos, igualmente filipinos, mas dessa vez na indústria do turismo, especificamente do turismo embarcado.

Tomando como delimitação geográfica o litoral norte do Estado de São Paulo, em especial a cidade de São Sebastião e seu porto, e apoiando-se nas bases de dados do SINCRE-PF (Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros – Polícia Federal) entre 2000 e 2015 e do CNIg (Conselho Nacional de Imigração) entre 2011 e 2015 e no que já foi indicado por Villen e Zanin a respeito da predominância da força de trabalho marítima asiática, este trabalho pretende caracterizar os trabalhadores filipinos autorizados a trabalhar nessa região.

Essa escolha geográfica se faz por conta das transformações econômicas e urbanas pelas quais passa o litoral norte de São Paulo em função da descoberta do pré-sal no sudeste brasileiro e consequente aumento do dinamismo da região, com implicações para o setor logístico, infraestrutura urbana e migrações internas e internacionais. As metamorfoses do processo produtivo e suas etapas em escala global sujeita, de um lado, os trabalhadores marítimos e, de outro, uma região “periférica dentro da periferia” (BASSO, 2003), ambas incluídas na lógica da indústria de petróleo e gás, refletem origens, fluxos de capitais, ações e

¹⁹⁹ Este estudo compõe as análises do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq).

decisões operadas em âmbito global por empresas transnacionais, públicas e Estados. A caracterização do fluxo migratório dos marítimos filipinos parte do pressuposto de que, no século XXI, o capital circula livremente num espaço que é transnacional (SASSEN, 1988) e faz circular, a partir de suas necessidades, mercadorias (produtos) e pessoas (migrantes).

Os dados sobre imigração filipina no Brasil

A base de dados do Sistema Nacional de Cadastros e Registros(SINCRE)-Polícia Federal propicia todos os registros de estrangeiros no Brasil por município de residência, sejam os vistos concedidos permanentes ou temporários. Além disso, a base conta com informações sobre o país de nascimento do estrangeiro, sexo, idade, estado civil, profissão, amparo legal do visto, Unidade da Federação de entrada no país, entre outras variáveis. Observamos a base filtrada para o município de São Sebastião: são 1734 cadastros de filipinos registrados no município entre 2000 e 2015; 74,8% dos filipinos são casados, e 24,6% solteiros.

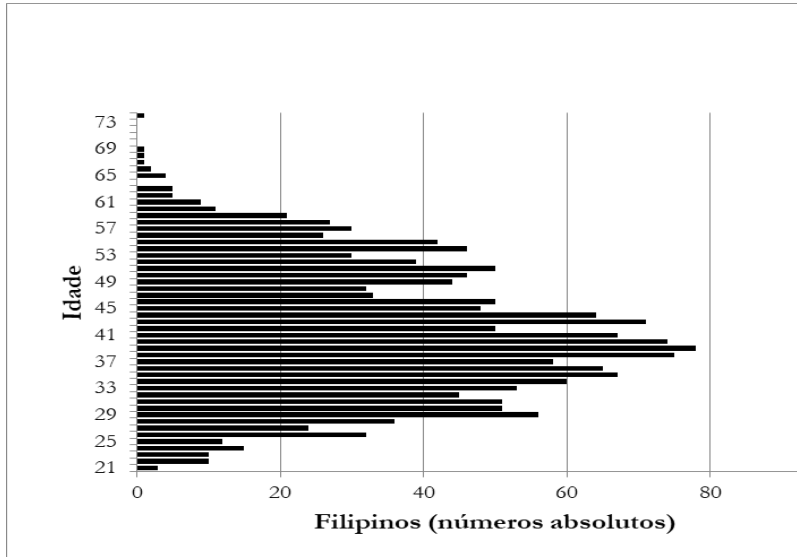
Todos os vistos concedidos são temporários e apenas um não está registrado como “Oficial” na variável sobre a profissão do estrangeiro, que diz respeito ao trabalho em embarcações. Essa base não diferencia a função de cada indivíduo dentro das embarcações, o que impede uma análise mais detalhada e estratificada por qualificação, por exemplo. Uma das soluções pensadas para esse obstáculo e para a compreensão mais profunda desses trabalhadores homogeneamente classificados como “Oficiais” foi a utilização da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), base de dados sobre admissões e demissões no mercado de trabalho formal brasileiro. No entanto, a variável do SINCRE relativa aos amparos legais sob os quais os vistos temporários se sustentam mostra que isso, talvez, não seria possível: a grande maioria (76,5%) dos vistos estão sob o amparo 166, que versa sobre atividades de caráter contínuo a bordo de embarcações estrangeiras operando em águas jurisdicionais brasileiras, sem vínculo empregatício no Brasil, pelo prazo de até dois anos (BRASIL, 2006a). Dessa maneira, a RAIS, possivelmente, não consegue captar esses trabalhadores. Os outros dois amparos que aparecem relevantes nos registros dos filipinos são o 77 e o 120, ambos relativos ao trabalho embarcado. Os amparos legais, suas respectivas Resoluções Normativas e a implicação deles para caracterização da mobilidade dessa força de trabalho será discutido mais adiante.

A estrutura etária desse grupo é relativamente envelhecida, com uma média de idade em torno de 40 anos, e pode ser melhor visualizada com o Gráfico 1 (não foram incluídas as mulheres filipinas por serem em número insignificante). O número de registros por ano é uma informação extremamente relevante. Com ela podemos verificar o ritmo com que esses trabalhadores vieram ao Brasil e em quais anos foram os picos de entrada. Um gráfico de

MIGRAÇÕES SUL-SUL

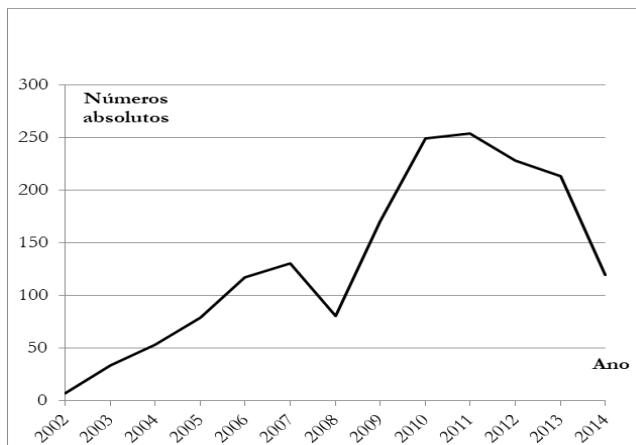
freqüência dessas entradas pode nos dar algumas pistas sobre processos socioeconômicos que influenciaram esse fluxo migratório.

GRÁFICO 1 – Filipinos com visto temporário registrados como oficiais – Homens
São Sebastião, São Paulo, 2000 a 2015



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros. Polícia Federal. Ministério da Justiça/Projeto MT Brasil – ICMPD/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP; NEPO/UNICAMP).

GRÁFICO 2 – Registros de Filipinos (Registro Nacional de Estrangeiro). São Sebastião, 2000 a 2015



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros. Polícia Federal. Ministério da Justiça/Projeto MT Brasil – ICMPD/PUC Minas. Tabulação

Com o Gráfico 2, vemos que os registros dos trabalhadores filipinos para São Sebastião (que a essa altura já sabemos se tratarem de homens, trabalhadores marítimos, com média de idade de 40 anos) veio numa crescente desde 2002 -com uma queda expressiva em 2008 – e expressivo aumento e manutenção de níveis bastante altos até 2013. O ano de 2008 ficou conhecido, mundialmente, como um ano de crise econômica profunda, o que pode estar relacionado à diminuição do fluxo. A partir daí, o trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira cresce no país todo (VILLEN, 2015) e não é diferente no litoral norte paulista. A partir de 2014 iniciaram-se as investigações sobre esquemas de corrupção na Petrobrás, maior participante do setor de petróleo e gás no Brasil, o que pode ter derrubado o número de registros nesse ano.

O fluxo migratório e os amparos legais dos vistos temporários

A análise dos amparos legais que sustentam os vistos temporários e as profissões identificadas nos dá pistas de como essa força de trabalho é articulada. O SINCRE registrou todos os filipinos em São Sebastião como “Oficiais”, nomenclatura que diz pouco a respeito da ocupação, de fato, desses trabalhadores, a não ser a indicação de que trabalham embarcados.

Os amparos legais registrados no SINCRE, no entanto, não especificam sob qual Resolução Normativa eles são fundamentados. Comparando com a base de dados do Conselho Geral de Imigração (CGI)/Conselho Nacional de Imigração(CNIg), mais completa no que tange à condição jurídica e ocupacional dos estrangeiros, mas sem a possibilidade de desagregação dos dados por município (sendo possível, apenas, recolher os dados por Unidade da Federação), é possível observar que os filipinos com entrada registrada no Estado de São Paulo, entre os anos 2011 (o pico em São Sebastião) e 2014 estão, em sua maioria (93%), com visto temporário sustentado pela Resolução Normativa 71, que disciplina “*a concessão de visto a marítimo estrangeiro empregado a bordo de embarcação de turismo estrangeira que opere em águas jurisdicionais brasileiras*” (BRASIL, 2006b). Segundo a base de dados do CGI/CNIg, apenas 166 filipinos, entre 2011 e 2015, entraram no Estado de São Paulo sob o amparo legal da Resolução Normativa 72, que versa sobre a o trabalho embarcado, nos mesmos moldes trabalhistas da RN 71 (sem vínculo empregatício no Brasil), porém em plataformas de petróleo.

Se pegarmos, pelo SINCRE, o número de trabalhadores com registro de “Oficial” nos mesmos anos da base do CGI/CNIg (2011 a 2015), temos 814 pessoas. Ou seja: enquanto a Polícia Federal registrou a entrada de 814 filipinos em São Sebastião, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (órgão do qual o CGI/CNIg é parte), no mesmo período, registrou 166 indivíduos para todo o Estado de São Paulo.

Disso, podemos dizer que há a possibilidade de a Polícia Federal estar contabilizando como “Oficial” qualquer indivíduo que esteja trabalhando embarcado, seja sob a RN 71 ou sob a RN 72. Como não temos desagregação suficiente para chegar, pela base do CGI/CNIg, aos filipinos em São Sebastião, podemos apenas supor que, da enorme quantidade de filipinos registrados para o Estado de São Paulo sob a RN 71 entre 2011 e 2015, muitos foram para o município estudado. Partindo dessa suposição, que é fundamentada no fato de que o turismo é uma das “vocações” (HARVEY, 2003) do litoral norte paulista que caracterizou e ainda caracteriza a dinâmica social, econômica e política da região (CARMO; MARQUES; MIRANDA, 2012; LUCHIARI, 1992), podemos fazer o exercício de checar as ocupações dos filipinos que foram registrados no Estado de São Paulo entre 2011 e 2015 pelo CGI/CNIg. Diferentemente do SINCRE-PF, essa base registra as ocupações através do CBO (Código Brasileiro de Ocupações), que propicia uma descrição muito melhor do trabalho dos imigrantes.

Uma primeira informação que causa estranheza é a presença de mulheres: filtrando os dados apenas para filipinos sob o amparo legal da RN 71 (turismo), há em torno de 10% de mulheres registradas (759, em números absolutos). O SINCRE, por sua vez, contabilizou apenas duas mulheres filipinas como “Oficiais”. Já nas ocupações registradas pelo CGI/CNIg destacam-se profissões claramente relativas a serviços gerais disponíveis em cruzeiros turísticos: *barmans*, camareiros, garçons, cozinheiros. Se filtrarmos os dados para os filipinos sob amparo da RN 72 encontramos apenas duas mulheres registradas (em ano de registro diferente das duas registradas pelo SINCRE): as profissões que predominam são relativas, de fato, ao setor de petróleo e gás, como marinheiro de convés, sondador, oficial de máquinas e diversas ocupações de nível técnico.

Os questionamentos sobre a qualidade dos registros de cada uma das fontes pode ser aprofundado por pesquisas posteriores, mas, a partir dessa primeira observação, pode-se notar especificidades tanto na coleta das informações quanto dos amparos legais. Esse é, possivelmente, um dos maiores desafios dos estudos de migração no século XXI. Enquanto os fluxos migratórios adquirem cada vez maior complexidade, velocidade e sentidos (BAENINGER, 2015), as formas de identificar os indivíduos conectados a esses fluxos são pouco dinâmicas. A dificuldade, nas discussões teórico-conceituais e metodológicas dos estudos de migração, muitas vezes esbarra em uma etapa ainda anterior, que é a caracterização mesma de quem é imigrante. Enquanto a mudança de residência perde cada vez mais a força de um paradigma conceitual no século XXI (ONU, 1966), a análise de uma gama mais diversa de fontes de dados e processos sociais podem dar pistas ou mesmo evidências sobre os fluxos migratórios estudados.

O papel dos Estados brasileiro e filipino no recrutamento de força de trabalho marítimo

A própria existência de Resoluções Normativas específicas para trabalhos sem nenhum vínculo empregatício no país aponta para a conjunção de esforços entre capital internacional e Estado. Partindo da análise de Villen (2015) sobre a indústria de petróleo e gás, a autora identifica os Estados como consumidores e organizadores do recrutamento desses trabalhadores marítimos, além das empresas contratantes, precisamos entender se, de fato, essa relação é direta – entre Estados e empregadoras. Na mesma análise, Villen *apud* Zanin (2007) para identificar e incluir um mediador necessário dessa força de trabalho: as empresas que terceirizam os serviços prestados dentro de embarcações. Seguindo essa pista, buscamos evidências dessa intermediação e da forma como ela funciona e se articula com os Estados.

O Estado filipino possui um órgão específico para administração de força de trabalho fora do país, chamado *Phillippine Overseas Employment Administration* (POEA). Na própria descrição das atividades, apesar de reiterar que promove a proteção dos trabalhadores filipinos migrantes, o órgão se comporta como uma espécie de agenciadora. Em uma seção chamada *quality statement* menciona sobre “excelência em governança para satisfação dos clientes”²⁰⁰. Esse órgão governamental funciona em conjunção com o *Joint Manning Group* (JGM) e com a *Filipino Association for Mariner’s Employment Inc.* (FAME), grupos empresariais especializados, desde os anos 1970 no treinamento e agenciamento de trabalhadores filipinos para trabalhos marítimos.

Uma notícia no site da POEA de 2011 apontava para o fato de que a indústria de recrutamento de trabalhadores marítimos já era, naquele momento, composta em 30% de trabalhadores filipinos; e crescendo até a meta de 50%. É a nacionalidade majoritária nessa indústria, segundo a mesma notícia. O site da FAME cita um livro chamado “The Phillippine Crewing Industry”, de Peter N. Toundjis, para contar brevemente a história dessa indústria, que abastece de trabalhadores as empresas armadoras (que empreendem e gerenciam embarcações. O autor do livro é fundador e presidente de um grupo de companhias marítimas chamada El Greco – em referência ao fato de que a maioria dos armadores são gregos.

Para ilustrar ainda mais a presença dos trabalhadores marítimos filipinos, existe um relatório produzido em 2016 pela Câmara de Comércio e Indústria Germano-Filipina cujo título é “O Impacto da Indústria Marítima na Economia Filipina” (RICHTER, 2016), no qual existem informações sobre remessas de marítimos filipinos, treinamento e educação dos trabalhadores,

²⁰⁰Disponível em: <<http://www.poea.gov.ph/programs/programs&services.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.

investimentos e volumes de cargas transportadas por portos filipinos, dentre muitas outras informações.

O treinamento, recrutamento e agenciamento desses trabalhadores é, portanto, incentivado pelo Estado Filipino e operado, de fato, em parceria com centenas de empresas de recrutamento, muitas de meados do século XX, reunidas em associações que, por sua vez, funcionam como representantes dos interesses dessas empresas junto ao Estado. Além disso, não se pode esquecer que existe, possivelmente, uma parcela de empresas de recrutamento que o fazem de maneira ilegal e que, portanto, operam num mercado paralelo e irregular, mas que, certamente, faz uso de uma rede semelhante de potenciais empregadores e oportunidades de negócios.

Como aponta Sassen (1988), o capital opera num espaço transnacional, isto é, para além das fronteiras nacionais. Esse caráter transversal não exclui os Estados-Nação. Pelo contrário, os reforça, na medida em que os Estados funcionam como parte do processo de reprodução do capital, da movimentação de mercadorias e, por último e não menos relevante, da movimentação de pessoas, sejam elas trabalhadoras ou não.

No caso dos trabalhadores marítimos, a abstração do espaço transnacional toma contornos físicos objetivos: o mar.

Os filipinos - historicamente arrematados enquanto força de trabalho disciplinada, barata e flexível (ZANIN, 2007 *apud* VILLEN, 2015), pelo seu próprio Estado, permanecem no mesmo papel no mercado global do trabalho imigrante (GUARNIZO et al , 2003). As necessidades da indústria logística, do petróleo, do turismo e de um sem número de outras indústrias que utilizam o mar - como riqueza a ser explorada ou meio a ser utilizado - fazem dos trabalhadores imigrantes filipinos, trabalhadores invisíveis nas migrações e no desenvolvimento do capitalismo no século XXI.

Referências

BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa n. 72, de 10 de outubro de 2006**. Disciplina a chamada de profissionais estrangeiros para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira. Brasília, DF, 2006a. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/legislacao/2006-11.htm>>.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa n. 71, de 05 de setembro de 2006**. Disciplina a concessão de visto a marítimo estrangeiro empregado a bordo de embarcação de turismo estrangeira que opere em águas jurisdicionais brasileiras. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/legislacao/2006-11.htm>>.

CARMO, R. L.; MARQUES, C.; MIRANDA, Z. A. I. Dinâmica demográfica, economia e ambiente na zona costeira de São Paulo. **Textos NEPO 63**, Campinas, SP, 2012.

CLEMENTE, C. C. Faces do pré-sal brasileiro: migração, trabalho e sociabilidade. **Revista Idéias**, Campinas, SP, v. 15, n. 9, p. 41-64, 2014.

- COSTA, N. B. N. **Migrações internacionais e refúgio no Brasil entre 2000 e 2014**: uma análise espaço-temporal. 2016. 125f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 9.ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2003.
- LUCHIARI, M. T. D. P. **Caçaras, migrantes e turistas**: a trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista (São Sebastião – Distrito de Maresias). 1992. 214f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.
- MONIÉ, F.; VIDAL, S. M. S. C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 40, n. 6, p. 975-995, 2006.
- RICHTER, L. **The impact of the maritime industry on the Philippine economy**. Philippines: German-Philippine Chamber of Commerce and Industry, Inc., 2016. Disponível em:
<http://philippinen.ahk.de/fileadmin/ahk_philippinen/Committees/Maritime_Industry_in_the_Philippines__GPCCI_2016_.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.
- SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**: a study in international investment and labor flow. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- VILLEN, P. **Imigração na modernização dependente**: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada. 2015. 304f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- ZANIN, V. **I forzati del mare**. Roma: Carocci, 2007.

**MULHERES NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL:
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS FILIPINAS
EM SÃO PAULO²⁰¹**

Ester Martins

Neste capítulo abordaremos algumas questões relacionadas à modalidade migratória que envolve especialmente mulheres proveniente do Sul global para abastecimento do chamado mercado global de cuidados, destacando o recente movimento de imigrantes filipinas para o Brasil. Esse setor se caracteriza pela realização de trabalho reprodutivo, bem como por uma inserção que denota um “recrutamento ativo de trabalhadores” por parte dos empregadores brasileiros que reproduzem, nessa nova configuração global do trabalho doméstico, antigas estruturas de distinção social, divisão sexual e racial desta atividade.

Por essa razão, o capítulo se encontra dividido em duas partes: a primeira trata do trabalho reprodutivo, suas vicissitudes e problemáticas, além de sua dimensão internacional, a partir da formação de uma rede global de assistência. A segunda parte, por sua vez, trata especificamente dessa migração ao Brasil, um país do Sul global recebendo migrantes filipinas num contexto histórico-social específico, provindas de um determinado local da hierarquia estrutural global.

Dimensão internacional do trabalho reprodutivo

Questões sobre o trabalho reprodutivo

O trabalho produtivo é caracterizado como aquele que produz a mais valia, sendo consumido no processo de produção com vistas à valorização do capital (MARX, 1978, p. 70). Existe, portanto, o consumo produtivo da capacidade de trabalho por parte do capital ou do capitalista (MARX, 1978, p. 71), ainda que a mercadoria produzida esteja inserida num volume total de mercadorias. Para Marx, são trabalhadores produtivos aqueles “diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e de produção” (MARX, 1978, p. 71), o que inclui o trabalhador coletivo em suas “diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total” (MARX, 1978, p. 71).

Esse trabalho social, complexo e combinado, é então trocado diretamente por dinheiro enquanto capital, ou seja: sendo fator vivo e incorporado ao processo capitalista de produção, o trabalho produtivo é comprado com dinheiro “que em si é capital, que está destinado a funcionar

²⁰¹ Este estudo compõe as análises do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq).

como capital, e que como capital se contrapõe à força de trabalho” (MARX, 1978, p. 75). Por isso é necessariamente assalariado. A determinação desse trabalho não se encontra em seu conteúdo, ou em sua utilidade particular ou valor de uso determinado, mas em sua forma social.

O trabalho improdutivo, por sua vez, pode apresentar conteúdo idêntico ao trabalho produtivo, mas difere na forma social: é comprado e consumido em função de seu valor de uso, e não como trabalho que gera valores de troca. Assim, pode até gerar mercadorias, mas estas se destinam ao consumo privado do comprador, e não se transforma em fatores do capital. A troca de dinheiro pela força de trabalho, pelo serviço, dá-se na condição de renda.

O trabalho improdutivo, portanto, é aquele que não gera mais valia ao capital, muito embora possa ser de extrema necessidade social. Huws (2014, p. 23) entende o trabalho doméstico como trabalho improdutivo, “no sentido de que não produz valor direto para o capital na forma de mais-valia a partir do trabalho direto de alguém, mas sim “reprodutivo” no sentido de que é necessário para a reprodução da força de trabalho”. Ainda que alguém seja empregado para realizar tais atividades, os valores de uso produzidos pelo/a trabalhador/a, são para consumo privado improdutivo e não trocados por capital. Inclusive, o assalariamento que existe se dá por meio de renda, ou seja, do dinheiro que os empregadores gastam com o custo de determinado serviço, e não o transformam em capital produtor de mais-valia.

A autora também ressalta que o trabalho reprodutivo não é diretamente produtivo para empresas capitalistas individuais, mas é produtivo para a sociedade e para o capitalismo em geral (HUWS, 2014, p. 16). Assim, vemos que muito embora as atividades domésticas e de cuidado não participem do processo de valorização do capital, estas se mostram vitais para a manutenção do modo de produção e para a própria produção de mais-valia, na medida em que o trabalho doméstico propicia a reprodução tanto física como social dos indivíduos. Anderson (2000, p. 13), inclusive, não conceitua o trabalho doméstico como uma lista de determinadas tarefas, mas como o trabalho mental, físico e emocional que cria não só trabalhadores, mas pessoas em toda a sua complexidade social, cultural e ideológica.

Ademais, acrescenta a autora que a reprodução social não se restringe à família, mas ao próprio modo de produção e ao que a ele se relaciona, como classe, raça, gênero, gerações. A reprodução dos corpos e das estruturas sociais é uma necessidade para o modo produtivo, mas o que se produz também é consumido pelos grupos, pelas famílias. O trabalho doméstico, portanto, mostra-se crucial para a manutenção de determinado estilo de vida, de status, do nosso lugar em comunidade, das relações sociais, das relações de gênero.

O dispêndio emocional no trabalho doméstico também não pode ser ignorado, já que “a manutenção da saúde emocional de uma família e a manutenção das redes sociais em que está inserida é uma parte necessária para assegurar a sobrevivência de um lar, então uma série de atividades não físicas

pode ser incluída nessa categoria” (HUWS, 2014, p. 24). Nesse sentido, vemos a aproximação entre o trabalho de faxineiras, empregadas domésticas, babás, enfermeiras/os, profissionais do sexo, acompanhantes, como trabalhadoras/es que executam atividades essencialmente ligadas ao bem estar de pessoas, às emoções, seja na limpeza do ambiente, dos corpos, na manutenção da vida por meio de alimentos, de medicamentos, da socialização, dos cuidados a crianças/idosos/adultos enfermos (PARREÑAS, 2012, p. 203).

Assim, o trabalho de cuidado (care work) inclui “qualquer tipo de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que visa melhorar o bem estar daquela ou daquele que é seu objeto” (ZELIZER, 2012, p. 18).

Essas são atividades vêm sendo impostas quase que exclusivamente às mulheres, numa clara divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados. A título de exemplo, temos que em média, as mulheres dinamarquesas despendem 242 minutos/dia em trabalhos não pagos, enquanto os homens dinamarqueses gastam 186 minutos/dia. A média dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 271 minutos/dia de trabalho não remunerado sendo realizado por mulheres, e 137 minutos/dia sendo realizado por homens (OCDE STAT, 2017). No Brasil, estima-se que os afazeres domésticos ocupem quase 21 horas semanais das mulheres (180 minutos/dia) e 10 horas na semana dos homens (85 minutos/dia) (ANDRADE, 2016, p. 26)²⁰².

Em todas essas situações, quando se soma a carga de trabalho remunerado com o trabalho reprodutivo não pago, constata-se que as mulheres possuem uma jornada de trabalho superior à masculina. Essa é a chamada dupla jornada enfrentada pelas mulheres em todo o mundo, muito embora haja diferenças substanciais entre as mulheres em distintos estratos sociais quanto ao dispêndio de tempo nessas atividades (SORJ; FONTES, 2012, p. 109). De toda forma, o que se vê é que as atividades de cuidado para com a casa e a família recaem sobre o doméstico, as relações privadas, ou seja, a esfera simbolicamente feminina. Nesse contexto é que se insere o trabalho doméstico remunerado, a contratação de outras mulheres para se fazer um trabalho desvalorizado e rejeitado por mulheres privilegiadas, e que fora primeiramente (e continua sendo) rejeitado por homens.

Uma das maiores questões envolvidas no trabalho de cuidados de maneira geral, é a forma de pensar a compensação por esse trabalho que é essencialmente marcado por solicitude, atenção ao outro, emoções, intimidade. A contratação de uma pessoa para prestação de um serviço ligado ao cuidado introduz o elemento mercantil na relação e se questiona se isso modifica a provisão do cuidado (e de que maneira). Afinal, como valorar o trabalho de

²⁰² Cabe ressaltar que há diferenças entre as atividades exercidas por homens e mulheres dentro das unidades domésticas. No caso brasileiro, inclusive, os homens despendem menos horas ao trabalho doméstico quanto maior o número de filhos, demonstrando que o cuidado com crianças é de responsabilidade essencialmente da mulher (G1, 2012).

afeição, ensinamento e envolvimento empregados nos atos de cozinhar, limpar, cuidar, trocar, supervisionar?

Segundo Zelizer (2012, p. 22), olhando “de perto a vida de trabalho das babás, constatamos rapidamente que suas relações com as crianças e os pais não se assemelham a simples relações de amor nem a transações comerciais comuns”. A contratação de uma pessoa para prestação de um serviço ligado ao cuidado, introduzindo o elemento mercantil na relação, dá origem à chamada “ambiguidade estrutural do trabalho doméstico” (KOFES, 2001). O afeto e a relação de trabalho estão intrinsecamente presentes nessas atividades, sendo que bons arranjos entre empregados/as e empregadores facilitarão no momento de se lidar com a tensão inerente a esse processo.

O trabalho doméstico remunerado, portanto, torna-se um espaço para se pensar na interseccionalidade dos marcadores de diferença, sendo que cada contexto histórico e social produzirá hierarquias distintas entre os eixos de opressão de gênero, de raça e de classe (CRENSHAW, 2002). A geometria variável dessa interação é que condicionará as experiências das diversas mulheres e que determinará quais delas executarão as tarefas reprodutivas -para si mesmas e para as outras.

É paradoxal, por fim, que a comodificação do trabalho reprodutivo permita que homens permaneçam afastados das tarefas indesejadas, possibilite que mulheres privilegiadas deleguem “suas responsabilidades” a outras mulheres, mas que o trabalho reprodutivo permaneça como um “trabalho de mulher”, baseado num pretexto de qualidades que lhe seriam inerentes, como a maternidade idealizada, o afeto e sua capacidade de assistência à família, aos doentes, aos idosos.

O mercado global de cuidados

Estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) refletem a relevância do trabalho doméstico remunerado e também das migrações para o abastecimento desse mercado: dentre 67 milhões de trabalhadores domésticos em todo o mundo, 11,5 milhões seriam migrantes internacionais (OIT, 2015, p. 6). Dentre os migrantes internacionais, 73% são mulheres, ou seja, quase 8,5 milhões. Lisboa (2007, p. 817) também estima que, nesse contexto global, 100 mil mulheres se movem anualmente para assumir trabalhos domésticos na esfera privada. Das quase 8,5 milhões de mulheres que trabalham como domésticas fora de seu país de origem (Tabela 1).

As sub-regiões que mais concentram domésticas migrantes internacionais em números absolutos são, primeiramente, o Sudeste asiático junto aos países banhados pelo Oceano Pacífico (2,03 milhões), seguido pela Europa meridional, setentrional e ocidental (1,87 milhão), pelos Estados árabes (1,6 milhão), e pelo leste asiático (990 mil). Por outro lado, temos que o percentual de migrantes internacionais em relação ao total de trabalhadoras

MIGRAÇÕES SUL-SUL

domésticas se mostra especialmente elevado na América do Norte (71%), na Europa meridional, setentrional e ocidental (65,8%) bem como nos Estados árabes (73%).

Tabela 1 – Quantidade absoluta de migrantes internacionais trabalhadoras domésticas e percentual em relação ao grupo total de trabalhadoras domésticas (migrantes internacionais e não migrantes) nas sub-regiões onde se encontram trabalhando

Sub-região onde se encontra trabalhando	Quantidade absoluta (em milhões)	Percentual das migrantes em relação ao total de trabalhadoras domésticas da sub-região
Norte da África	0,05	9,8
África subsaariana	0,31	4,9
América Latina e Caribe	0,69	4,4
América do Norte	0,58	71,0
Norte, Sul e Oeste europeu	1,87	65,8
Leste europeu	0,06	23,6
Ásia central e ocidental	0,18	33,4
Estados árabes	1,6	73,1
Leste asiático	0,99	7,6
Sudeste asiático e Pacífico	2,03	26,9
Sul da Ásia	0,1	2,5
TOTAL	8,46	

Fonte: OIT (2015, p. 18 e 23). Elaboração Própria.

Portanto, é a força de trabalho de mulheres migrantes, provendo serviços domésticos no chamado Norte global que tem abastecido o mercado de cuidados nessas localidades, configurando o que Ehrenreich e Hoschschild denominaram de “cadeia global de assistência” (2004). Conforme as autoras, essas cadeias são estruturas que, na maioria das vezes, ligam três conjuntos de mulheres: as mulheres que, por inúmeras e complexas razões, emigram de seu país de origem para realizar um trabalho que tradicionalmente é de responsabilidade de um segundo grupo de mulheres num país mais rico (trabalho esse que fora, primeiramente, recusado pelos homens). E um terceiro grupo de mulheres é ainda considerado: aquelas que permanecem no país de origem da migrante, cuidando dos filhos desta.

Isaksen; Devi e Hochschild (2008) também argumentam que isso se caracteriza por uma transferência de afeto (mais valia emocional) do Sul para o Norte global, somente possível num cenário de extrema desigualdade entre Estados. Conforme essas autoras, em fases anteriores do imperialismo, extraíam-se riquezas naturais e produtos agrícolas dos países colonizados. Hoje, a extração iria além da força de trabalho na indústria e na agricultura, pois o Norte também dependeria de recursos emocionais trazidos por mulheres que viajam longas distâncias para prover cuidados com crianças, idosos e doentes, para executar tarefas domésticas e serviços sexuais.

É importante notar que essa modalidade migratória se insere num contexto de globalização da força de trabalho feminina, e especificamente para a provisão dos cuidados e da reprodução da vida –biológica e social – de uma maneira geral. Entendemos que o conceito de cadeias globais de assistência resalta uma das facetas normalmente esquecidas da globalização: a migração de mulheres que, em razão de um mercado de trabalho estratificado –tanto no país de origem, como no país receptor–, são dirigidas para a realização de tarefas tradicionalmente femininas (e desvalorizadas), segmentadas em função de seu gênero, sua raça, nacionalidade.

Analisando a demanda por trabalhadoras domésticas no Reino Unido, Anderson (2007) constata o racismo existente contra mulheres negras e islâmicas em geral (muitas vezes travestido de certa crença na inadequação de determinada nacionalidade ou etnia ou religião para a atividade a ser realizada); a preocupação em se empregar homens para o cuidado de crianças; o maternalismo nas relações entre empregadora/trabalhadora; e também a naturalização da aptidão para o trabalho de cuidado de mulheres de determinadas nacionalidades, como as filipinas.

Ademais e Parreñas (2000) entende que a globalização da economia de mercado estendeu as políticas de trabalho reprodutivo a um nível internacional, sendo que a migração e a entrada de mulheres filipinas no trabalho doméstico (por exemplo) constitui parte da divisão internacional do trabalho reprodutivo (p. 561). Enquanto mulheres privilegiadas de nações mais ricas contratam a força de trabalho das filipinas, estas contratam ou delegam suas responsabilidades reprodutivas para outras mulheres nas Filipinas.

Migrações Sul-Sul.Trabalhadoras domésticas filipinas no Brasil

As migrações do Sul para o Norte global têm sido mais estudadas e divulgadas em diversos meios, muito embora a migração Sul-Sul não seja um fenômeno recente e represente, pelo menos, a metade das migrações internacionais (OIM, 2014). O Brasil, por exemplo, contava com uma população de, aproximadamente, 713 mil migrantes internacionais em 2015, sendo que as nacionalidades mais presentes eram a portuguesa, a japonesa, a paraguaia e a boliviana (ONU, 2015).

Contudo, o Brasil entra na rota das migrações internacionais com fluxos migratórios Sul-Sul com a inserção diferenciada das nacionalidades no mercado de trabalho (BAENINGER, 2015). Na verdade, trata-se do mercado global de trabalho imigrante (GUARNIZO; PORTES; HALLER, 2003), no qual o emprego doméstico filipino compõe este mercado.

Não só a América Latina e o Caribe contam com cerca de 690 mil mulheres migrantes internacionais que realizam trabalho doméstico nessa sub-região (conforme Imagem 1), como o Brasil recebeu aproximadamente 300 mulheres de nacionalidade filipina imigraram para o Brasil para atuar como trabalhadoras domésticas em casas de alto padrão, principalmente na capital paulista, entre os anos de 2013 e 2015 (VEJA SP, 2015). Estimativas da ONU referentes ao meio do ano de 2015 apontam que 223 mulheres de nacionalidade filipina se encontravam no Brasil, muito embora a ocupação delas não seja necessariamente o trabalho doméstico (ONU, 2015, Table 18).

Outro dado interessante é a existência de 130 empregadores na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), responsáveis pela contratação de 180 trabalhadores domésticos internacionais, sendo que a grande maioria desse grupo é de filipinos, embora haja também imigrantes nepaleses (LOCATELLI, 2017). A empresa que agenciou a vinda de muitas desses trabalhadores filipinos ao Brasil anunciava em seu sítio eletrônico que “os trabalhadores filipinos são considerados em todo o mundo a melhor mão de obra especializada em serviços domésticos, com personalidade alegre, são sempre leais e confiáveis para cuidados com sua casa e sua família”.

No Brasil, os arranjos privados para a provisão de cuidados sempre foram a regra. Historicamente, as mulheres negras cumpriam esse papel, seja quando escravizadas, seja quando lhes oferecem poucas oportunidades de inserção laboral. Na RMSP, as mulheres negras representam 55% das empregadas domésticas, um percentual alto, “considerando-se que a participação de negros na População Economicamente Ativa (PEA) é de cerca de 38% na RMSP” (DIEESE, 2016, p. 6).

Mudanças significativas foram sendo alcançadas pela luta desse grupo ao longo do tempo: desde a garantia de alguns direitos trabalhistas na Constituição Federal em 1988, até a recente Lei Complementar n. 150/2015, quando se regulamentou a extensão dos direitos de empregados celetistas à categoria dos domésticos e disciplinou algumas questões específicas dessa atividade, como a definição de empregado doméstico, a forma de procedência e remuneração em caso de viagens com o/a trabalhador/a, etc.

Além disso, mudanças na estratificação social e na estrutura demográfica do país permitiram que algumas pessoas, por exemplo, deixassem de realizar certas atividades ou se recusassem a fazê-lo sob determinadas condições. Na RMSP, praticamente não há mais empregadas domésticas que dormem no emprego, o que significa uma vitória para a categoria também, já que isso as tornava disponíveis a todas as horas do dia, todos os dias da semana,

para toda e qualquer tarefa. Em 1992, essa era uma realidade para 22,5% das domésticas na região. Em 2015, esse número chegou a 1% (DIEESE, 2016, p. 6).

Vemos, assim, que as mudanças demográficas no país, na regulamentação do trabalho doméstico, bem como alterações nos processos da migração interna, levaram a transformações do trabalho doméstico, como se queixam as patroas: “no Brasil, babá é só babá, cozinheira só cozinha e empregada só limpa, e não aceitam dormir no local de trabalho” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Nesse contexto, determinado grupo social passou a recorrer à força de trabalho de imigrantes internacionais para o trabalho doméstico remunerado, como as mulheres filipinas: consideradas dóceis, leais e que aceitam dormir no local de trabalho. A demanda por uma trabalhadora doméstica imigrante filipina com fluência em inglês revela a reprodução do habitus de classe de seus empregadores, permitindo que usufruam de certo estilo de vida, onde a distinção simbólica de um grupo social é manifesta nas suas propriedades e práticas, princípio da unidade de estilo (BOURDIEU, 2003, p. 74).

O estilo de vida de fração da classe média que, muito embora não seja proprietária dos modos de produção, possui função gerencial e capacitação técnica, é determinado muito mais pelo luxo e escassez do que pelo valor de uso dos objetos e dos gostos (BOURDIEU, 2003, p. 76). Possivelmente, é nesse sentido que podemos entender a “importação” de mulheres filipinas para realizar tarefas reprodutivas: “um novo consumo, mais raro e, portanto, distintivo” (BOURDIEU, 2003, p. 76).

A importação desses “bens escassos” é também valorizada na medida em que as filipinas falam inglês, podem oferecer uma educação bilíngue às filhas e filhos da classe média paulistana e perpetuar mais um tipo de distinção no capital cultural. Ademais, esteriótipos raciais e de gênero são novamente invocados para se naturalizar a afinidade de certas mulheres para com o trabalho doméstico “(a babá Filipina) está sempre bem humorada e eu preciso até pedir para ela parar de trabalhar; o povo filipino gosta de servir”, falou uma empregadora brasileira em reportagem do jornal Folha de São Paulo (2015).

Entendemos que cada migrante filipina no Brasil é expressão de um sujeito coletivo. Há uma modalidade migratória, um fluxo que vem se estabelecendo e concretizando entre as Filipinas e o Brasil (possivelmente com outros locais de destino intermédios). O Brasil passa, então, a retratar essa imigração, refletindo característica essencial da globalização em forjar fluxos migratórios específicos (SASSEN, 2000), sendo um fator na geração da demanda por serviços estratégicos para a manutenção desse sistema socioeconômico, que afeta de maneira bastante particular, mulheres de diversas partes do globo.

Assim, parece-nos que é necessário complexificar a análise das cadeias globais de assistência, ou mesmo da divisão internacional do trabalho

reprodutivo, no sentido de que as estratificações e desigualdades presentes no Brasil, um país do chamado Sul global, mostram-se como fatores estruturantes do recrutamento ativo de trabalhadores por parte de fração da classe média brasileira. É certo que os países do Sul global possuem algumas características em comum, e nosso objetivo não é acabar com essa categorização, apenas nublar certas fronteiras teóricas que já se encontram esmaecidas na realidade. A ambiguidade das relações concretas coloca dúvidas sobre o papel que grupos sociais ocupam na estrutura global, não necessariamente condicionados à sua nacionalidade.

As oportunidades de vida, possibilidades de agência dos sujeitos e de grupos vão além de nosso nacionalismo metodológico, sendo preciso reconhecer que a globalização se compõe de diversos processos que deixam de se institucionalizar no Estado-Nação, para se institucionalizar no globo, atravessando os Estados-Nação (IANNI, 1992). Esse é o caso das mulheres filipinas agenciadas para o trabalho nas residências de uma fração da classe média alta paulistana, esta inserida no mercado de consumo global como um “espaço luminoso” (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Aqui, emprestamos a categoria de Santos e Silveira (2001) referente à integração do território na dinâmica da economia global, para usá-la no sentido de que grupos sociais se inserem de maneira desigual na dinâmica global também. No caso, vemos que há grupos no Brasil cujo padrão de consumo e acesso aos bens simbólicos ligados à economia global se assemelham ao que é considerado próprio do Norte global, que por sua vez também possui assimetrias.

A migração de mulheres do Sul global para o trabalho na residência de um grupo localizado no Sul também, que as agencia ativamente conforme seus interesses, nos aponta para uma inserção assimétrica de grupos nas relações globais, que superam o nacionalismo e também os Estados-Nação. Muito embora a proporção de migrantes internacionais trabalhando como domésticas no Brasil seja pequena em relação ao fluxo para o Norte, essa realidade existe e demonstra que as existem grupos mais ou menos integrados à economia de mercado global, mais ou menos “luminosos” em relação ao acesso a bens, serviços e oportunidades também globais.

Assim, argumentamos no sentido de que a estratificação social brasileira, com sua historicidade e especificidades, proporciona a integração de certa fração da classe média na economia e nas relações globais, seja por seu capital cultural, econômico e/ou social, de maneira diversa de outros grupos nacionais, e que isso permite que o consumo de bens e serviços desse grupo se assemelhe ao chamado Norte global. Possibilita também a inserção do Brasil no mercado global de cuidados, tendo grupos sociais específicos como destino, e permite que desigualdades tipicamente brasileiras continuem a se reproduzir, como a divisão racial e sexual do trabalho doméstico, agora com a figura da migrante filipina.

A origem da migração nas Filipinas

A existência de mercados e fluxos de capital atravessando as fronteiras dos Estados-Nação proporciona a formação, ou intensificação, de formas também globais de sobrevivência. Estas dependem, inclusive, de certo grau de institucionalização, razão pela qual vemos que os Estados-Nação possuem um papel considerável nessa dinâmica.

Por um lado, temos os Estados receptores, que se beneficiam dos diversos serviços prestados e da força de trabalho imigrante. Por outro lado, temos Estados que incentivam e financiam muitas dessas migrações, visto ser esse um processo vantajoso na medida em que as/os migrantes enviam remessas significativas de dinheiro em moeda estrangeira para as famílias que permanecem no país de origem.

Não podemos deixar de considerar que a dinâmica da globalização econômica nos países do Sul global se mostrou bastante perversa aos interesses da cidadania local: programas de ajustes estruturais ditados pela política neoliberal, liberalização do comércio e abertura da economia a empresas estrangeiras, sucateamento de indústrias nacionais e da agricultura voltada para o mercado local e nacional, eliminação de subsídios estatais, crises financeiras, dívidas governamentais, arrochos salariais e desemprego são cíclicos na vida dos países pobres e/ou em desenvolvimento.

Esse é justamente o caso do Estado filipino: seu primeiro empréstimo de credores internacionais ocorreu em 1962. Sua dívida externa chegou a 52 bilhões de dólares em 2000, sendo que os juros anuais são de aproximadamente 2,5 bilhões de dólares (PARREÑAS, 2007, p. 40). A fim de pagar tais empréstimos, o país se endivida ainda mais perante as mesmas agências credoras (principalmente Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático), com a condição de implementar uma economia baseada em exportação.

As Filipinas têm produzido bens para exportação, que por sua vez são ditados pela necessidade de investidores estrangeiros de países mais ricos, especialmente Japão e Estados Unidos da América (PARREÑAS, 2007, p. 40). Segundo um manual do governo brasileiro sobre como exportar para as Filipinas, “a eletrônica é conhecida como o maior condutor da economia filipina. [...] a indústria [de eletrônicos e semicondutores] efetivamente tornou as Filipinas uma nação com umas das estruturas de exportação mais avançadas tecnologicamente do mundo” (BRASIL, 2013, p. 21). Assim, a exportação de eletrônicos, junto ao trabalho de emigrantes, são os dois setores que mais geram retorno de moeda estrangeira ao país, e são também setores onde a força de trabalho feminina é bastante significativa (PARREÑAS, 2007, p. 40).

De acordo com as estatísticas do governo filipino, a taxa de participação feminina na força de trabalho era de 49,7% em 2010 (PSA, 2011). Na indústria eletrônica, aproximadamente 74% dos trabalhadores são mulheres

(PARREÑAS, 2007, p. 40). Outras ocupações tradicionalmente ocupadas por mulheres nas Filipinas são na área de educação, saúde e trabalho social, e trabalho doméstico (PSA, 2006)²⁰³. Muito embora a qualificação da força de trabalho feminina seja superior à masculina nas Filipinas²⁰⁴, a inserção laboral das mulheres e também a discriminação de gênero faziam com que em média, as mulheres ganhassem 0,39 centavos para cada 1 peso ganho por um homem nos anos 2000 (PARREÑAS, 2007, p. 40-41).

A emigração de trabalhadores filipinos é também uma das fontes de renda do país, já que as remessas enviadas pelos migrantes representam 10% do PIB filipino (BANCO MUNDIAL *apud* LOCATELLI, 2017). No ano de 2016, o total de remessas teria sido de 31 bilhões de dólares.

Em 2004, o número estimado de filipinos emigrados era de 1 milhão aproximadamente, sendo 51% de mulheres. Em 2008, estima-se que cerca de 2 milhões de homens e mulheres das Filipinas estivessem trabalhando fora de seu país de origem, sendo a proporção de mulheres de 48% (PSA, 2010).

Em 2004, os principais destinos das migrantes filipinas eram Hong Kong, Arábia Saudita, Singapura e Japão (PSA, 2006). Nesse ano, 79 mil emigrantes se ocupavam em serviços e vendas nos locais de destino, atividades que incluem o trabalho doméstico. Em 2008, esse número havia se ampliado para 179 mil de filipinas na área de serviços e vendas.

Considerando-se homens e mulheres em 2008, haveria 286 mil emigrados filipinos ocupados com serviços e vendas. Locatelli (2017) estima que, em 2012, 155 mil filipinos emigrados (homens e mulheres) estariam ocupados especificamente com trabalho doméstico.

É interessante também notar que, muito embora a migração de homens e mulheres das Filipinas ocorra na mesma proporção, as remessas enviadas pelos grupos são de diferentes montantes: em 2004, as mulheres enviaram uma média de 39% do total (PSA, 2008). Isso nos remete à ideia de que homens e mulheres se utilizam de redes distintas para migrar, ocasionando com que os grupos se destinem a locais distintos²⁰⁵, bem como a ocupações diversas também.

²⁰³ Essas são ocupações em que a taxa de participação das mulheres se mostra muito superior à participação masculina. PSA – Phillipine Statistics Authority. Women and men aged 15 years and over, by employment indicators, sex and year. Labor force participation rate (Women) in 2010 (011). Phillipine, 2011. PSA, Ratio of girls to boys in primary, secondary and tertiary education, by year and level. Phillipine, 2007. PSA, Distribution of employed women and men by occupation, sex and year. Phillipine, 2006. PSA, Distribution of overseas filipino workers by place of work, year and sex. Phillipine, 2004– 2008. PSA, Distribution of overseas filipino workers by occupation, year and sex. Phillipine, 2008. PSA, Distribution of overseas filipino workers by by occupation, sex and year. Phillipine, 2004. PSA, Average cash remittance of overseas filipino workers by place of work, sex and year. Phillipine, s.d.

²⁰⁴ Razão de 1.2 do número de mulheres sobre o de homens na educação terciária (PSA, 2007).

²⁰⁵ O principal destino dos migrantes homens filipinos no ano de 2004 era a Arábia Saudita, que contabilizava cerca de 172 mil pessoas desse grupo. O segundo maior destino era os Estados Unidos da América, que contava com 45 mil migrantes filipinos (PSA, 2006).

Parreñas (2007, p. 43) ressalta que a ideia de domesticidade das mulheres filipinas é uma das razões pelas quais seriam sempre dirigidas a ocupações que são entendidas como extensão da esfera doméstica, realizando tarefas pelas quais há pouco apreço e baixa remuneração. Inclusive, essa construção de gênero se mostra bastante compatível e propícia à reprodução da estrutura econômica global de desigualdade entre nações, já que são as micro-relações entre homens e mulheres num contexto nacional que suportam as desigualdades entre os grupos, inclusive a desvalorização da força de trabalho feminina e suas ocupações tradicionais, e que permitem a intensificação da exploração de um Estado sobre outro.

Quartinho de empregada ou senzala moderna?²⁰⁶

A divisão sexual do trabalho doméstico é frequentemente acompanhada da divisão racial dessa atividade. Como herança de 350 anos de escravidão de homens e mulheres negras, e sem ter agido no sentido de compensação por esse passado, o Brasil é estruturado a partir dessa desigualdade racial, e o trabalho doméstico remunerado está inserido nessa realidade.

Estima-se que haja cerca de 6 milhões de domésticas no Brasil (DIEESE, 2013, p. 3), sendo que 61% seria de mulheres negras na média nacional (DIEESE, 2013, p. 6). Nas regiões Norte e Nordeste do país, o percentual chega a 79%. Na RMSP, como apontado anteriormente, o percentual de mulheres negras dentre as domésticas é de 55%, uma taxa acima da própria participação de negros na População Economicamente Ativa. Ainda segundo o DIEESE:

O contingente elevado de mulheres negras no trabalho doméstico é consequência da histórica associação entre este tipo de atividade e a escravidão, em que tal função era majoritariamente delegada às mulheres negras. Atualmente, ainda existem resquícios dessas relações escravagistas no emprego doméstico, havendo, com frequência, preconceito e desrespeito aos direitos humanos e aos direitos fundamentais no trabalho (2013, p. 6).

Nesse sentido, reiteramos que o trabalho doméstico remunerado se mostra estruturado a partir da desigualdade racial histórica existente no Brasil, e apresenta inúmeras correlações para com a escravidão: falta de formalização, de reconhecimento da doméstica como uma trabalhadora com direitos; ausência de discriminação acurada de tarefas; a “predestinação histórica” de mulheres negras para a ocupação; as frequentes relações abusivas, incluindo humilhações e privações. Isso é importante de ser ressaltado a fim de desvelarmos um pouco das relações sociais constitutivas e interseccionais que estruturam o lugar a ser ocupado pela doméstica filipina no Brasil. Afinal, esse fluxo se insere num local

²⁰⁶ Esse tópico foi inspirado na apresentação de Joyce Fernandes, a Preta Rara, realizada no evento TEDxSaoPaulo em 02/11/2016, denominada “Eu Empregada Doméstica”.

específico da estrutura de relações de poder, e acaba por lançar luz sobre um grupo historicamente oprimido no país.

Trabalhando num condomínio de alta renda na RMSP, três filipinas conseguiram escapar do confinamento e denunciaram que estavam trabalhando durante meses sem descanso, sem alimentação suficiente, sem remuneração adequada em 2017. Uma delas relatou que “sentia fome e chegou a se alimentar da comida do cachorro, para quem ela cozinhava pedaços de carne” (LOCATELLI, 2017). As jornadas de trabalho chegavam a 16 horas por dia, muitas vezes sem folga alguma durante meses, sem pagamento de horas extras. Isso ainda combinado a servidão por dívida e promessa enganosa “feita pelos agenciadores de que, após dois anos trabalhando, receberiam a residência permanente no país” (LOCATELLI, 2017), uma possibilidade inexistente no ordenamento jurídico pátrio.

Por essa razão, auditores fiscais do trabalho entenderam que a situação caracterizava trabalho escravo, dada a combinação entre jornada exaustiva, servidão por dívida e trabalho forçado, além de possivelmente tráfico de pessoas, dado o agenciamento fraudulento. Cabe ressaltar que o trabalho forçado possui ligação direta com migrantes, visto que a retenção de passaportes ou outros documentos de identificação da pessoa é indicativo da existência de coerção. Essa prática, combinada com outros elementos, como violência física ou sexual, restrição da liberdade de locomoção, manutenção do vínculo de trabalho por dívidas, recusa a pagar remuneração, ameaça de denúncia às autoridades, aponta para a existência de trabalho forçado (RYAN; MANTOUVALOU, 2014, p. 196)²⁰⁷.

Cabe também ressaltar que a norma jurídica brasileira que regulamenta o trabalho doméstico remunerado (Lei Complementar n. 150/2015) prescreve, dentre outras questões, que a jornada diária normal de trabalho não pode ser superior a 8 horas (Art. 2º, caput), que a jornada normal de trabalho semanal não pode ser superior a 44 horas, que o intervalo interjornada deve ser de no mínimo de 11 horas (Art. 15), que o descanso semanal deve ser de no mínimo 24 horas consecutivas (Art. 16), que a remuneração da hora extraordinária de trabalho deve ser no mínimo 50% superior da hora normal (Art. 2º, §1º), que o empregado doméstico é segurado obrigatório da Previdência Social (Art. 20), e que os descontos no salário do empregado em virtude de adiantamento salarial não podem ultrapassar 20% (Art. 18, §2º).

Evidentemente, as vivências das trabalhadoras migrantes são heterogêneas. Há empregadores responsáveis, que cumprem com seus deveres, respeitam e valorizam o trabalho das domésticas. Independentemente disso, o que se vê é uma exploração sistemática dessa força de trabalho: se por um lado,

²⁰⁷ O tema é regulamentado pelas Convenções n. 29 e 105 da OIT (Convenção sobre o trabalho forçado e obrigatório, de 1930, e Convenção relativa a abolição do trabalho forçado, de 1957), tendo o Brasil ratificado a ambas as Convenções.

o trabalho de cuidado não pode ser considerado produtivo para o capitalismo; por outro lado, ele se aproveita de outras (e antigas) formas de exploração da força de trabalho de pessoas que lutam contra diversas formas de opressão. A exploração capitalista é uma delas, mas não se resume a isso. A “disponibilidade” e “aptidão” das migrantes filipinas para com o trabalho doméstico é o que permite que seus empregadores brasileiros estejam disponíveis para gerar valor e mais valia, ao passo em que sua corporalidade permanece marcada por construções sociais que garantem a manutenção do modo hegemônico de divisão social do trabalho na era global, que permitem que o trabalho produtivo de alguns seja, inclusive, mais intensamente explorado pelo capital.

Conclusão

Neste trabalho procuramos caracterizar o trabalho doméstico como um trabalho de cuidados, que vem sendo reconfigurado numa dimensão global por meio de um mercado que conecta diferentes Estados e grupos sociais na hierarquia global. Especificamente no Brasil, esse trabalho é marcado por uma divisão racial e sexual, e é nesse local onde se inserem as filipinas na estrutura social, ainda que sendo empregadas por uma fração da classe média.

Esse grupo social se insere de maneira singular na economia global, refletindo característica essencial da globalização em forjar fluxos migratórios específicos. Esse é um fator na geração da demanda por serviços estratégicos para a manutenção desse sistema socioeconômico, que afeta, de maneira bastante particular, mulheres de diversas partes do globo, a partir da formação de uma rede global de assistência.

Ainda que o Brasil seja um país do Sul global, sendo esperado que abasteça o mercado de cuidados, a imigração das babás filipinas acaba por revelar desigualdades em nossa estrutura social, o país como um novo lugar de destino, além de uma forma de amortecimento de conflitos forjados na esfera do capital produtivo e das expectativas dos papéis de gênero.

Referências

- ANDERSON, B. A very private business: exploring the demand for migrant domestic workers. *European Journal of Women's Studies*, Roterdã, v. 14, n. 3, p. 247-264, 2007.
- _____. **Doing the dirty work?:** the global politics of domestic labour. Londres: Zed Books, 2000
- ANDRADE, T. **Mulheres no mercado de trabalho:** onde nasce a desigualdade? Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015.

- BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo, SP: Olho d'Água, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar n. 150, de 01 julho de 2015**. Brasília, DF, 20145. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. **Como exportar: Filipinas**. Brasília, DF, 2013.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DIEESE. **O trabalho doméstico em 2015**. São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2015/2015empreDomSAO.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- _____. **O emprego doméstico no Brasil**. São Paulo, SP, 2013. (Estudos e Pesquisas, n. 68). Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.
- EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. Nannies, maids, and sex workers in the new economy. In: _____ (Ed.). **Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. New York, NY: Metropolitan Books, 2004.
- FOLHA de São Paulo. **Empresa 'importa' babás e domésticas das Filipinas para o Brasil**. São Paulo, SP, 10 maio 2015). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1627108-empresa-importa-babas-e-domesticas-das-filipinas-para-o-brasil.shtml>>. Acesso em: 11 set. 2017.
- GUARNIZO, L. E.; PORTES, A.; HALLER, W. Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 18, n. 6, p. 1211-1248, 2003.
- G1. **Mulher gasta 16h por semana a mais que homem em tarefas domésticas**. 23 maio 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/05/mulher-gasta-16-h-por-semana-mais-que-homem-em-tarefas-domesticas.html>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- HUWS, U. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 27, n. 70, p. 13-30, 2014.
- IANNI, O. **A sociedade global: a grande transformação**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira S/A, 1992.
- ISAKSEN, L. W.; DEVI, S. U.; HOCHSCHILD, A. R. Global care crisis: a problem of capital, care chain, or commons? **American Behavioral Scientist**, US, v. 52, n. 3, p. 405-425, 2008.
- KOFES, S. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 3, p. 805-821, 2007.
- LOCATELLI, P. Domésticas das Filipinas são escravizadas em São Paulo. **Repórter Brasil**, São Paulo, SP, 31 jul. 2017. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2017/07/domesticas-das-filipinas-sao-escravizadas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- MARX, K. **Trabalho produtivo e trabalho improdutivo**. São Paulo, SP: Ciências Humanas, 1978. (Capítulo VI).
- OCDE STATS. **Employment: time spent in paid and unpaid work, by sex**. ago. 2017. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=54757#>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- OIM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **South-South migration: partnering strategically for development**. Brasília, DF, 2014. Disponível em:

- <<http://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/What-We-Do/idm/workshops/South-South-Migration-2014/Background-paper-en.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **ILO global estimates on migrant workers: results and methodology - special focus on migrant domestic workers**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/--dcomm/documents/publication/wcms_436343.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **International migrant stock 2015, by destination and origin**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates15.s.html>>. Acesso em: 31 ago 2017. (Table 18)
- PARREÑAS, R. S. O trabalho de care das acompanhantes: imigrantes filipinas em Tóquio. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do care**. São Paulo, SP: Atlas, 2012.
- _____. The gender ideological clash in globalization: women, migration, and the modernization bulding project of the Philippines. **Social Thought & Research**, New York, NY, v. 28, p. 37-56, 2007.
- _____. Migrant Filipina domestic workers and the international division of reproductive labor. **Gender & Society**, v. 14, n. 4, p. 560-581, 2000.
- RYAN, B.; MONTOUVALOU, V. The labour and social rights of migrants in international law. In: RUBIO-MARÍN, R. **Human rights and immigration**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.
- SASSEN, S. Women's burden: counter-geographies of globalization and the feminization of survival. **Journal of International Affairs, USA**, v. 53, n. 2, 2000.
- SORJ, B.; FONTES, A. O care como um regime estratificado. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do care**. São Paulo, SP: Atlas, 2012.
- VEJA SP. **Famílias investem em empregadas e babás filipinas**. São Paulo, SP, 01 jun. 2017. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/babas-empregadas-filipinas/>>. Acesso em: 11 set. 2017.
- ZELIZER V. A economia do care. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do care**. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

ASIÁTICOS NO NORDESTE BRASILEIRO

Wilson Fusco

Silvana Nunes de Queiroz

O cenário da mobilidade internacional do capital e da força de trabalho nas últimas décadas tem sido apontado por Sassen (1988), onde países e suas regiões, em diferentes momentos, vêm se inserindo na lógica das novas migrações internacionais (DUMONT, 2006). De um lado, a alocação de empresas transnacionais reforça a modalidade do *brain circulation* (PORTES, 1996); de outro lado, a própria entrada de capital internacional e financeiro em determinados setores da economia trazem tanto a imigração qualificada e o trabalhador do conhecimento (CASTELLS 1994; 2003), como impulsionam fluxos de imigrantes de baixa qualificação e indocumentados, em especial no setor do comércio e dos serviços (SASSEN, 1988).

No caso brasileiro, é de se notar que essa nova imigração internacional tem sido experimentada também, além de São Paulo e do Sudeste, por outras regiões do país, refletindo a expansão da alocação do capital internacional pelo território nacional. Este é o caso da região Nordeste do Brasil, que tem atraído especialmente asiáticos.

Encontrar fontes de dados para a elaboração de estudos sobre migração sempre foi um grande desafio. No Brasil, as informações coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são as mais importantes, seja pela série histórica, cobertura territorial, ou diversidade de variáveis. No entanto, as limitações próprias das pesquisas amostrais mais conhecidas (periodicidade, para os censos, impossibilidade de desagregação, para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, entre outras) estimulam caminhos alternativos na busca por fontes complementares às tradicionais. Tome como exemplo, o processo de imigração internacional de asiáticos para o Nordeste brasileiro. Trata-se de um fenômeno recente e ainda pouco estudado, muito em função da carência das informações disponíveis para uma descrição, ainda que panorâmica, do movimento de seus integrantes.

Material e métodos:Fonte de dados

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, os principais fluxos migratórios da Ásia (excluído o Oriente Médio) para o Nordeste traziam os naturais da China, do Japão, das Filipinas e da Coreia do Sul. No entanto, esses imigrantes que chegaram nos 10 anos anteriores ao Censo não alcançavam o total de 600 pessoas. Esse número o qual corresponde à expansão da amostra de 35 indivíduos, não pode ser desagregado de nenhuma forma, sob o risco de inviabilizar a consistência de qualquer análise. Além disso, os dados do último

Censo não permitem a investigação de processos migratórios mais recentes em função de sua periodicidade decenal.

Assim, optou-se pela utilização de registros de autorizações de trabalho a estrangeiros como *Proxy* de informações do fluxo de imigração internacional de asiáticos para o Nordeste. Destaca-se que os dados utilizados neste trabalho evidenciam a Coréia do Sul como o terceiro país de nascimento mais importante, mas essa diferença será explicada na seção 3. Dessa forma, e com o devido cuidado, conhecimento das limitações dos dados, e consideração da migração como mudança permanente ou semipermanente de residência, este estudo pretende apresentar os resultados de uma exploração preliminar do conjunto de informações sobre a entrada de chineses, japoneses e sul coreanos no Brasil e que escolheram o Nordeste como lugar de residência. Ademais, pretende-se desagregar os resultados pelas Unidades da Federação (UF) dessa região, ao mesmo tempo em que se formulam explicações para a concentração de determinados grupos em espaços específicos.

As informações sobre imigrantes com vistos de entrada (inclui permanentes e temporários, exclui turistas e indocumentados) têm como fonte o Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros – SINCRE/Ministério da Justiça-Polícia Federal, que foi acessada por meio de parceria entre o projeto MT – Brasil/ICMPD e o Observatório das Migrações Internacionais em Minas Gerais, Observatório das Migrações em São Paulo, Observatório das Migrações Nordestinas, e Observatório das Migrações no Estado do Ceará.

Os dados correspondem ao universo dos imigrantes nascidos nos países selecionados e que registraram residência nos municípios da região Nordeste, durante o período de 2000 a 2015. As principais variáveis utilizadas dizem respeito ao país de nascimento, tipo de visto, UF de ingresso no país, UF de residência no Nordeste, sexo, idade, estado civil e profissão declarada. Os dados oficiais sobre saídas dos imigrantes estão vias de ser acessados, mas, por enquanto, tem-se essa lacuna como limite para a análise.

Os registros foram obtidos em planilhas no formato XLSX (Excel), as quais foram convertidas para o formato SAV, próprio para ser trabalhado no programa SPSS. O banco tem 5.502 casos e 19 variáveis. Desse banco foram extraídos cruzamentos para a elaboração de tabelas e gráficos, que serão apresentados no trabalho completo.

A área de estudo desse trabalho é a região Nordeste do Brasil, que tipifica como a terceira maior região do país (cerca de 1.554.291,7 km²), que corresponde a 18,25% do território nacional (IBGE, 2010a). Constituída por nove estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e 1.794 municípios, figura com a segunda maior população, estimada em 53.878.336 milhões de habitante em 31/08/2017. Sendo que os habitantes estão concentrados nas principais capitais da região: Salvador (2.953.986), Fortaleza (2.627.482) e Recife (1.633.697).

Em termos econômicos, em 2014, o PIB do Nordeste equivale a 805 bilhões de reais, sendo o terceiro maior do Brasil. Ademais, apresenta uma qualidade de vida média, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,659 (IBGE, 2015).

Resultados e discussão

Origem e destino dos Asiáticos no Nordeste

A partir da exploração inicial das informações referentes ao lugar de nascimento dos imigrantes, optou-se pela elaboração de uma lista com os seis principais países em relação ao volume de vistos concedidos, os quais somam 86% de todas as origens: Filipinas, China, Índia, Coreia do Sul, Rússia e Japão, nessa ordem. Os demais países aparecem de forma pulverizada, o que torna a desagregação dos dados não indicada.

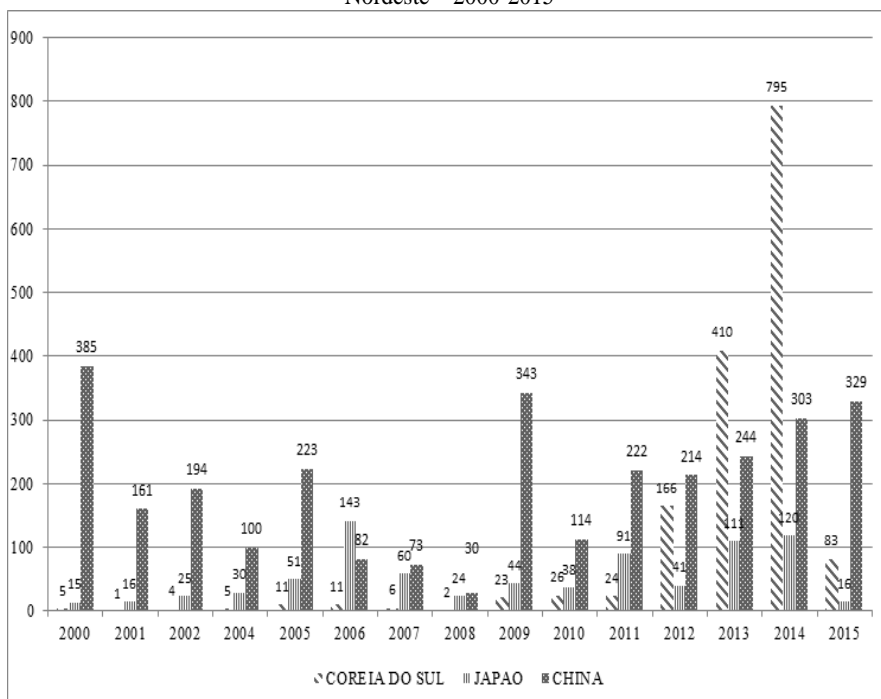
Dentre os seis principais países de nascimento verificou-se que, para Filipinas, Índia e Rússia, a maioria dos vistos (94%, 66% e 67%, respectivamente) foi concedida aos oficiais na ativa, diferente dos demais países, que tiveram no máximo 5,4% (China) de vistos com essa finalidade. Assim, decidiu-se analisar os dados referentes aos vistos concedidos para chineses, sul coreanos e japoneses, por indicarem inserção ocupacional com maior probabilidade de ser compreendida a partir da abordagem teórica aqui utilizada. Os imigrantes nascidos nesses três países somam mais de 77 mil pessoas no território brasileiro, mas ainda que o Nordeste tenha recebido 7% (5.502) desse contingente no período analisado, considera-se relevante a investigação de suas características, consideradas especialmente as dimensões temporais, espaciais e socioeconômicas.

No universo de países selecionados para este trabalho, China aparece com 3.063 casos (55,7%), Coreia do Sul com 1.576 (28,6%) e Japão com 863 (15,7%). Interessante notar no Gráfico 1 que o ritmo de entrada por ano é diferente para cada um dos países analisados. Os chineses apresentam uma distribuição mais regular que os demais no período, enquanto que os japoneses têm pico em 2006 e os sul coreanos somente começam a intensificar as entradas em 2012, chegando ao número máximo em 2014.

Conforme Vilela (2008), entre os imigrantes asiáticos, dois grupos se destacam na corrente migratória para o Brasil: um grupo mais antigo (japoneses e libaneses), que entraram no país antes dos anos 1970, e outro mais recente, formado por chineses e coreanos, após a década de 1970. Também é possível observar no Gráfico 1 que a entrada de asiáticos no Nordeste se intensifica a partir de 2009, possivelmente efeito da crise econômica mundial de 2008, que deve ter contribuído com o aumento significativo dessa população no país e na região.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

GRÁFICO 1 – Entrada de imigrantes segundo país de nascimento e ano de entrada. Região Nordeste – 2000-2015



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros – SINCRE /Ministério da Justiça-Polícia Federal. Projeto MT Brasil –ICMPD/PUC Minas. Observatório das Migrações Nordestinas/Observatório das Migrações no Estado do Ceará/Observatório das Migrações em São Paulo.

Essa diferença entre as dinâmicas temporais deve encontrar correspondência com a dinâmica do mercado de trabalho para os lugares de destino aos quais cada corrente mais se aproxima. Como não existem muitos estudos a respeito das atividades profissionais dos indivíduos naturais desses países e residentes no Nordeste, buscou-se conhecer e caracterizar a inserção ocupacional dos imigrantes por meio da profissão declarada na ocasião de solicitação do visto de entrada.

A Tabela 1 apresenta a distribuição percentual dos imigrantes segundo UF de residência por tipo de visto concedido. A maior parte dos vistos temporários aparecem no Ceará, seguida da Paraíba, Bahia e Pernambuco. Os vistos permanentes, por sua vez, foram concedidos em maior proporção aos residentes da Bahia, Pernambuco e Ceará, nesta ordem. Será possível associar as proporções de vistos concedidos segundo o tipo e os contingentes de imigrantes

MIGRAÇÕES SUL-SUL

segundo país de nascimento e UF de residência mais adiante, quando apresentados os resultados da distribuição espacial desses indivíduos.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos imigrantes segundo UF de entrada no Brasil. Ainda que 5.502 pessoas tivessem residência no Nordeste, somente 20% ingressou no país pelos estados dessa região. São Paulo foi a UF com maior proporção de entrada para esses imigrantes, com 64%; além da Paraíba, que serviu de lugar de chegada para 11% deles (surpreendentemente), Rio de Janeiro e Paraná, com 7,4% e 7,3% respectivamente, completam a lista de UFs com maior proporção de entradas.

TABELA 1 – Distribuição percentual de residentes nas UFs do Nordeste, nascidos na Coreia do Sul, no Japão e na República Popular da China, segundo o tipo de visto – 2000 a 2015

UF de Residência	Permanente	Temporário	Provisório
Maranhão	2,73	2,02	0,02
Piauí	1,64	0,07	0,04
Ceará	7,42	26,61	0,05
Rio Grande do Norte	2,25	2,89	0,15
Paraíba	2,04	12,23	0,04
Pernambuco	7,96	8,74	0,18
Alagoas	1,38	0,42	0,04
Sergipe	1,94	0,33	0,02
Bahia	9,01	9,60	0,20
Total %	36,37	62,90	0,73
Total N	2.001	3.461	40

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros – SINCRE/Ministério da Justiça. Polícia Federal. Projeto MT Brasil –ICMPD/PUC Minas. Observatório das Migrações Nordestinas/Observatório das Migrações no Estado do Ceará/Observatório das Migrações em São Paulo.

Entretanto, a capital brasileira foi responsável pela chegada de 0,2% desses imigrantes, o que contrasta com o que se verifica na maioria de outros países a respeito da relevância de uma capital nacional na recepção de imigrantes. Esses resultados indicam a possibilidade de etapas na trajetória espacial desses migrantes, mas muitos desses casos se deram em função da centralidade da metrópole paulista na dinâmica de viagens aéreas, meio de transporte majoritário nos casos deste estudo.

Quando esses resultados são comparados aos apresentados na Tabela 1, percebe-se que os sul coreanos estão, provavelmente, associados aos vistos temporários encontrados em grande proporção no Ceará, enquanto que os

MIGRAÇÕES SUL-SUL

chineses, por sua vez, têm a maior proporção de vistos permanentes, mas estão mais distribuídos pelo território. Quanto aos japoneses, seria necessário um aprofundamento de sua condição de residência e distribuição espacial para se chegar a conclusões mais sólidas.

TABELA 2 – Distribuição de residentes no Nordeste, nascidos na Coreia do Sul, Japão e República Popular da China segundo UF de entrada no Brasil – 2000 a 2015

UF de entrada	País de nascimento			
	Coreia do Sul	Japão	China	Total
Rondônia			0,3	0,2
Acre			0,1	0,1
Amazonas		0,1	0,2	0,1
Roraima			0,2	0,1
Pará		0,3	0,6	0,4
Amapá		0,1	0,2	0,1
Maranhão	0,1		0,5	0,3
Ceará	2,2	0,3	0,9	1,2
Rio Grande do Norte	0,1	7,3	0,2	1,3
Paraíba	0,1	0,0	19,8	11,1
Pernambuco	0,2	2,8	6,9	4,3
Sergipe			0,1	
Bahia	0,6	4,2	1,5	1,7
Rio de Janeiro	2,8	4,1	10,7	7,4
São Paulo	78,4	79,3	51,7	63,7
Paraná	15,2	0,1	5,3	7,3
Santa Catarina	0,1			
Rio Grande do Sul	0,1	1,2	0,1	0,3
Mato Grosso do Sul			0,6	0,3
Mato Grosso			0,1	0,1
Distrito Federal	0,2	0,2	0,1	0,2
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0
Total N	1.576	863	3.063	5.502

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros – SINCRE/Ministério da Justiça. Polícia Federal. Projeto MT Brasil –ICMPD/PUC Minas. Observatório das Migrações Nordestinas/Observatório das Migrações no Estado do Ceará/Observatório das Migrações em São Paulo.

Com relação à distribuição espacial dos nascidos na Coreia do Sul, Japão e China e residentes nas UFs do Nordeste, segundo a Tabela 3, observa-se a concentração expressiva dessas três nacionalidades no Ceará (34,1%), seguido pela Bahia (18,8%) e Pernambuco (16,9%). Ademais, não foi encontrada nenhuma semelhança: quase 90% dos sul coreanos residiam no Ceará (a maioria

MIGRAÇÕES SUL-SUL

em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza); os japoneses dividiram-se entre Bahia (45%), Pernambuco (26%), Rio Grande do Norte (10%) e Ceará (9%), concentrados nas respectivas capitais; os chineses, por fim, aparecem mais distribuídos por todo o Nordeste, mas com maiores proporções na Paraíba (24%), Pernambuco (21%), Bahia (18%) e Ceará (14%), com presença em diversos municípios, além das capitais.

TABELA 3 – Distribuição de nascidos na Coreia do Sul, Japão e República Popular da China segundo UF de residência – Região Nordeste – 2000 a 2015

UF de Residência	País de Nascimento			
	Coreia do Sul	Japão	China	Total
Maranhão	0,4	1,0	8,0	4,8
Piauí	0,1	0,5	3,0	1,7
Ceará	87,2	9,0	13,8	34,1
Rio Grande do Norte	0,4	10,4	6,4	5,3
Paraíba	1,5	4,9	23,6	14,3
Pernambuco	3,4	26,0	21,3	16,9
Alagoas	0,4	2,1	2,5	1,8
Sergipe	0,3	0,9	3,7	2,3
Bahia	6,4	45,2	17,8	18,8
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0
Total N	1.576	863	3.063	5.502

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros – SINCRE/Ministério da Justiça. Polícia Federal. Projeto MT Brasil –ICMPD/PUC Minas. Observatório das Migrações Nordestinas/Observatório das Migrações no Estado do Ceará/Observatório das Migrações em São Paulo.

A concentração de coreanos no Ceará além de estar relacionado ao fluxo de migrantes que ingressam no estado em busca de trabalho, também está associado a grandes investimentos no setor privado (mercado de aço), dois quais foram investidos mais de R\$ 15 bilhões, entre 2015-2016, em São Gonçalo do Amarante, onde está situado o Porto do Pecém, além de investimentos em lojas comerciais no centro de Fortaleza e pequenos investimentos no setor de turismo no litoral cearense.

Perfil sociodemográfico e ocupacional dos asiáticos residentes no Nordeste

Semelhanças e diferenças também foram encontradas na composição por sexo, uma vez que as mulheres correspondiam a cerca de 14% e 18% para sul coreanos e japoneses, respectivamente, e 31% para chineses residentes no Nordeste. Portanto, a migração asiática para o Nordeste é nitidamente masculina, dado que a participação feminina não ultrapassa os 10% em nenhuma UF da região (Tabela 4).

Apesar de estudos nacional e internacional, como o relatório das United Nations (2016): ‘International Migration Report 2015’ apontarem para a "feminização da migração”, ao apontar que, em 2015, as mulheres representam 48,2% dos migrantes internacionais em todo o mundo, os resultados (Tabela 4) não comprova essa tendência no fluxo de asiáticos para o Nordeste brasileiro.

TABELA 4 – Distribuição de nascidos na Coreia do Sul, Japão e República Popular da China segundo UF de residência e sexo – Região Nordeste – 2000 a 2015

UF de Residência	Coreia do Sul		Japão		China	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Maranhão	0,44		0,58	0,46	5,68	2,35
Piauí		0,06	0,12	0,35	1,63	1,34
Ceará	77,47	9,71	7,65	1,39	7,93	5,88
Rio G. do Norte	0,25	0,13	9,04	1,39	3,59	2,78
Paraíba	0,19	1,27	4,63	0,23	22,00	1,57
Pernambuco	2,98	0,44	22,83	3,13	14,17	7,08
Alagoas	0,19	0,19	0,93	1,16	1,57	0,95
Sergipe	0,13	0,13	0,70	0,23	2,22	1,50
Bahia	4,63	1,78	35,23	9,97	10,64	7,12
Total Nordeste	86,29	13,71	81,69	18,31	69,44	30,56

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros – SINCRE/Ministério da Justiça. Polícia Federal. Projeto MT Brasil –ICMPD/PUC Minas. Observatório das Migrações Nordestinas/Observatório das Migrações no Estado do Ceará/Observatório das Migrações em São Paulo.

Não resta dúvida que a migração feminina é intensa e em muitas regiões supera a masculina, mas possivelmente por ser uma migração recente, apresenta

características distintas. Isto porque, apesar da maioria declarar que são casados (Tabela 6), com exceção dos chineses, eles não chegam ao Nordeste (confronto entre as Tabelas 4 e 6) acompanhado de suas esposas, que permanecem no país de origem, até uma possível estabilidade do migrante no local de destino (Nordeste). Portanto, as mulheres/esposas e crianças/filhos deverão chegar em uma segunda etapa desse movimento migratório, com a tradicional função de reunificação familiar.

Quanto a idade, a Tabela 5 mostra que os asiáticos residentes no Nordeste, em sua maioria, pertencem aos grupos etários na idade produtiva (20-59 anos), com pequena participação de crianças/jovens (0-19) e idosos (60 e mais).

Assim, coreanos (60,34%) e japoneses (39,40%) se concentram na faixa etária de 40-59 anos, enquanto os imigrantes procedentes da China são mais jovens (20-39 anos), com participação de 63,70% nessa faixa etária. Em termos de distribuição estadual, os estados seguem a distribuição da região em apreço.

No tocante ao estado civil, os coreanos (68,72%) e japoneses (62,11%) residentes nos estados do Nordeste, em grande parte, são casados, a exceção foi os procedentes da China que, em sua maioria, são solteiros (54,72%), ratificando os resultados da Tabela 5 que mostrou a predominância de grupo populacional mais jovem.

A principal ocupação para sul coreanos e japoneses é a de arquiteto (34% e 35%, respectivamente), enquanto que os chineses se concentram mais como pescador (24%) e proprietário/gestor (20%), que é a segunda profissão que mais aparece para os sul coreanos (15%). Para os chineses, a terceira profissão foi a de empregado/vendedor; destaca-se outra semelhança entre sul coreanos e japoneses na proporção de vistos temporários, que foram de 89% e 78%, respectivamente, ao passo que os chineses que se enquadraram nessa categoria foram 45%.

A presença recente de sul coreanos em Caucaia-CE, e sua alta proporção de arquitetos, está diretamente associada à construção de uma siderúrgica no porto de Pecém, a 40 km dali. A construção da siderúrgica foi iniciada em 2012 e é uma parceria entre a empresa brasileira Vale e duas empresas sul coreanas. Com diversas matérias na imprensa, a presença de sul coreanos também é percebida em atividades culturais e culinárias no local. De acordo com Teles (2015, p.255) “em geral, as grandes obras de construção civil exigem conhecimentos especializados na utilização de tecnologia, daí muitos trabalhadores serem oriundos dos países produtores dessa tecnologia, como é caso dos coreanos”.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

TABELA 5 – Distribuição dos nascidos na Coreia do Sul, Japão e República Popular da China, segundo UF de residência e grupos etários – Região Nordeste – 2000 a 2015

UF Res.	Coreia do Sul				Japão				China			
	0-19	20-39	40-59	60 e +	0-19	20-39	40-59	60 e +	0-19	20-39	40-59	60 e +
Maranhão		0,13	0,32			0,58	0,23	0,23	0,88	4,18	2,64	0,33
Piauí		0,06				0,23	0,23	0,00	0,49	1,80	0,52	0,16
Ceará	3,49	25,63	53,24	4,82	0,23	2,43	2,67	3,71	1,37	7,64	4,28	0,52
Rio G. do Norte		0,19	0,19			1,85	3,94	4,63	0,29	3,53	2,32	0,23
Paraíba		0,13	1,27	0,06		1,97	2,09	0,81	0,52	17,43	5,29	0,33
Pernambuco	0,19	1,02	2,03	0,19	0,58	9,04	11,47	4,87	0,88	13,61	5,97	0,78
Alagoas		0,19	0,13	0,06		0,70	0,23	1,16	0,26	1,60	0,56	0,10
Sergipe		0,13	0,13			0,35	0,12	0,46	0,23	2,35	1,08	0,07
Bahia	0,32	2,73	3,05	0,32	2,20	12,51	18,42	12,05	1,44	11,56	4,08	0,69
Total												
Nordeste	4,00	30,20	60,34	5,46	3,01	29,66	39,40	27,93	6,37	63,70	26,74	3,20

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros – SINCRE/Ministério da Justiça. Polícia Federal. Projeto MT Brasil –ICMPD/PUC Minas. Observatório das Migrações Nordestinas/Observatório das Migrações no Estado do Ceará/Observatório das Migrações em São Paulo.

Os japoneses, por sua vez, concentram-se nas localidades economicamente mais dinâmicas do Nordeste, principalmente em Salvador, Recife, Natal e Fortaleza. Sua distribuição espacial e concentração na profissão de arquiteto merecem uma análise mais aprofundada. Já os chineses conformam um caso totalmente diferente, já que a maioria trabalhava como pescador, os quais residiam em Cabedelo-PB (80%) e Recife-PE (20%), tendo entrado no país entre 2000 e 2005, todos com vistos temporários. Por outro lado, os proprietários/gestores e os empregados/vendedores que, juntos somavam 32% dos imigrantes, tinham visto permanente (97%) e estavam distribuídos por todos os estados do Nordeste, com predominância nas capitais e com presença em demais cidades, refletindo a expansão do comércio de baixo custo, expressão também da circulação do capital internacional.

Portanto, os asiáticos residentes no Nordeste brasileiro, em sua maioria, são homens, jovens, em plena idade produtiva, casados, e trabalham em atividades qualificadas ou com pouca especialização, sendo grandes

empresários, pequenos comerciantes, autônomo/conta própria ou migrantes que vendem a sua força de trabalho, associada as atividades da economia urbana.

Conclusões

As primeiras análises permitem apontar a importância da utilização de novas fontes de informações para o conhecimento da realidade migratória no país, como o Registro de Entradas de Estrangeiros da Polícia Federal. Esta fonte possibilita apreender os novos rumos da imigração internacional no Brasil.

O caso do Nordeste é especialmente destacado, pois de uma área de forte evasão migratória interna no Brasil ao longo de cinquenta anos, adentra pelo século XXI com a presença de uma imigração internacional e asiática, sem precedentes históricos, que altera o cenário social e local. Avançar neste estudo permitirá conhecer esse contingente imigrante para o Nordeste e sua articulação nas novas lógicas da migração internacional.

Referências

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 7.ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2003. (Área da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 1).
- _____. **Technopoles of the world: the making of twenty-first-century complexes**. London: Routledge, 1994.
- DUMONT, G. **Les nouvelles logiques migratoires au XXI^e siècle**. Liège: Outre-Terre, 2006.
- IBGE. **Brasil em números**. Rio de Janeiro, RJ, v. 23, 2015.
- _____. **Síntese de indicadores sociais 2014**. Rio de Janeiro, RJ, 2014.
- _____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010a.
- _____. **Malha municipal digital do Brasil 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010b.
- PATARRA, N. L. O Brasil: país de imigração? **E-Metropolis**, Curitiba, SP, Ano 3, n. 9, p. 06-18, 2012.
- PORTES, A. The informal economy: perspectives from Latin America. In: POZO, S. (Ed.). **Exploring the underground economy: studies of illegal and unreported activity**. Kalamazoo, MI: W.E. Upjohn Institute for Employment Research, 1996.
- SASSEN, S. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- TELES, G. A. **Mobilidade, trabalho, e interações sócioespaciais: o complexo industrial e portuário do Pecém no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza**. 2015. 404f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROP GEO, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2015.
- VILELA, E. M. **Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro**. 2008. 166f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.
- UNITED NATIONS. **International migration report 2015**. New York, NY, 2016. Disponível em <<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015.pdf>>.

**O CONCEITO DE MIGRAÇÃO AMBIENTAL:
PERSPECTIVAS SOBRE DIGNIDADE HUMANA E
ECONOMIA SOLIDARIA**

Ernani Contipelli

Daniel Francisco Nagao Menezes

É possível conceituar os refugiados ambientais como pessoas que foram forçadas, devido a uma certa desordem ambiental, a abandonar temporariamente ou permanentemente seu habitat tradicional, deslocando-se para outro país ou até mesmo permanecendo nas fronteiras de seu país de origem.

A questão dos refugiados ambientais e seu deslocamento forçado tem um grande impacto em várias áreas da vida humana, uma vez que a deterioração ambiental se conecta com aspectos econômicos, culturais, políticos e principalmente sociais, exigindo uma melhor investigação do problema para conferir uma proteção adequada às pessoas envolvidas em tais situações, tanto da perspectiva ativa (aquele que é obrigado a se mover) quanto passiva, a qual se refere às consequências para a sociedade receptora dos refugiados.

É importante notar que os refugiados ambientais não têm proteção legal a nível internacional, uma vez que não estão incluídos entre os amparados pela Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 28 de julho de 1951, que garante a aplicação de seus benefícios a fatos caracterizados por “fundado temor” de perseguição baseada em raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política, sem qualquer referência ao deslocamento humano provocado por distúrbios ambientais.

Por conseguinte, é necessário procurar nos âmbitos jurídicos internacional e nacionais as disposições normativas que buscam a proteção dos direitos dos refugiados ambientais, bem como a adoção de políticas públicas destinadas a proteger efetivamente os interesses dessa categoria vulnerável de pessoas.

Conforme ensinado por Peter Haberl²⁰⁸, especificamente, em relação às Constituições democráticas ocidentais, podemos estabelecer como base axiológica, e também como fundamento necessário para salvaguardar os direitos dos refugiados ambientais, o princípio da dignidade humana e sua relação com a inclusão social de tal categoria de pessoas.

²⁰⁸ Peter Haberl afirma que: “como premissa, realizada a partir da cultura de um povo e dos direitos universais da humanidade, vividos desde a individualidade desse povo, que encontra sua identidade e tradições e experiências históricas, e suas esperanças nos desejos e a vontade criadora em direção ao futuro” (HÄBERLE, 2003, p. 1). Desta feita, a ideia de dignidade humana configura-se como força matriz que influencia a compreensão de Textos Constitucionais democráticos, que deve considerar sem distinção nem exclusão, que a pessoa possui como atributo natural qualidades que singularizam a formação intelectual e moral de seu ser, que se desenvolvem a partir da atribuição de núcleo essencial de bens e direitos para atribuição de uma situação de vida justa, o mínimo existencial.

Neste contexto, devemos entender que a degradação ambiental se relaciona com uma série de fatores que afetam negativamente o meio ambiente, os quais envolvem principalmente a ideia do modelo econômico neoliberal baseado no consumismo exacerbado e nas políticas atuais de privatização e cortes de direitos sociais, o que demonstra a necessidade de repensar esse sistema dominante com base na economia solidária, funcionando como ferramenta para a inclusão de refugiados ambientais, com a finalidade de garantir-lhes condições adequadas de vida digna.

Assim, a economia solidária é uma alternativa inovadora na geração de trabalho e inclusão social, sob a forma de uma corrente virtuosa que integra quem produz, quem vende, quem muda e quem compra. Seus princípios são: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito pela natureza, comércio justo e consumo solidário.

A Economia Solidária pode ser definida em três dimensões:

.Economicamente, consiste em uma forma de atividade econômica de produção, prestação de serviços, marketing, finanças ou consumo baseado em democracia e cooperação, que chamamos de autogestão, ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos;

.Culturalmente, é também uma forma de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação da inteligência coletiva, livre e partilhada.

.Politicamente, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

A partir da investigação de estruturas sociais e econômicas, o presente artigo pretende constatar como a economia solidária pode ser usada para a integração socioeconômica dos refugiados ambientais, preservando sua dignidade e integrando-os em um novo contexto social.

Migração ambiental. Categorização da migração ambiental

Para encontrar um conceito de migrações ou migrantes climáticos, primeiro devemos compreender os problemas decorrentes da pluralidade terminológica utilizada para caracterizar esse fenômeno: deslocados ambientais, refugiados climáticos, eco-migrantes, eco-vítimas, refugiados ambientais, entre outros termos que representam descrições insuficientes para demonstrar a

complexidade da questão, dificultando o estabelecimento de um sistema de proteção ao direito dessa categoria de pessoas.

Por exemplo, se considerarmos o termo “refugiado” como descritivo da categoria de pessoas deslocadas pela degradação ambiental, certamente, encontramos complicações na determinação de um modelo adequado de proteção no campo jurídico internacional, considerando que já existe há muito tempo um sistema restritivo e consolidado de normas para defesa dos interesses de tal figura, o qual se encontra descrito pela Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 28 de julho de 1951, que determina a hipótese de aplicação taxativa de “fundados temores” de perseguição baseada em raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política, sem qualquer referência ao deslocamento devido a distúrbios ambientais.

Em qualquer caso, entendemos que a dinâmica da mudança global exige a atualização das categorias sedimentadas em instrumentos tradicionais, especialmente, quando necessário para proteger fenômenos sociais novos e complexos, como o caso do deslocamento forçado pela degradação ambiental.

Em outras palavras, é certo que falta uma maior abertura por parte da ordem política internacional à realidade social contemporânea, sobretudo, no que diz respeito ao desenvolvimento humano e conseqüentemente à proteção das camadas mais vulneráveis da população, pois o mundo mudou muito desde 1959, o que exige uma adaptação das leis que regem o plano supranacional e, principalmente, um esforço político em nível global para fazer frente aos atuais riscos de escala mundial, como pobreza, terrorismo e as questões ambientais, entre outros assuntos que colocam em perigo as condições de existência digna das gerações atuais e futuras.

Logicamente, a ausência de adoção de uma terminologia unívoca pela doutrina e instituições de poder a respeito das pessoas deslocadas por circunstâncias ambientais prejudica uma melhor compreensão do fenômeno e, conseqüentemente, cria obstáculos à implementação de um sistema internacional de proteção de seus direitos, bem como de políticas públicas compatíveis com a complexidade da situação.

Assim, a partir da análise comparativa de dois conceitos relacionados às migrações ambientais, que têm um grande impacto nas esferas acadêmica e institucional, seria possível, através de um esforço interpretativo, extrair os elementos necessários para determinar os critérios que permitem uma melhor visualização, categorização do fenômeno e suas respectivas referências terminológicas.

Em 1985, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente introduziu um conceito de “refugiados ambientais”, baseado na proposta de Essan El-Hinnawi:

Aquellos individuos que fueran forzados a dejar su hábitat tradicionales, temporariamente o permanentemente, debido a un

marcado trastorno ambiental (natural/o causado por la acción humana) que coloca en riesgo su existencia y/o afecta seriamente su calidad de vida. Esa definición comprende trastorno ambiental como cualquier transformación física, química y/o biológica en el ecosistema (o su fuente de recursos) que conviértalo, temporaria o permanentemente, inapropiado para proveer la vida humana (EL-HINNAWI, 1985, p. 38).

De acordo com o conceito anterior, é possível verificar os seguintes elementos que integram o fenômeno das migrações ambientais:

1) Elemento de mobilidade, uma vez que os indivíduos foram forçados a deixar seu habitat original; 2) Elemento temporal, o deslocamento pode ser temporário ou permanente; 3) Elemento causal, a circunstância que conduz ao deslocamento consiste em um distúrbio ambiental originado por um desastre natural ou pela ação humana; 4) Elemento de vulnerabilidade, a situação de risco para a existência ou comprometimento da qualidade de vida.

Como forma de complementar, comparar e permitir uma visão ampla do fenômeno, destacamos o conceito de migrantes ambientais formulado pela *International Organization for Migration (IOM)*, que compreende tal categoria como:

Personas o grupo de personas que, por incontrolables razones de transformación repentina o progresiva del medio ambiente que negativamente afecta sus vidas o condiciones de vida, son obligadas a dejar su hábitat original, o elige dejarlo, ya sea temporaria o permanentemente, desplazando dentro de su país o al extranjero (IOM, 2011, p. 13).

Comparando o último conceito com o anterior, é possível verificar em relação aos elementos constantes na definição de migração ambiental: uma repetição (temporal, causal e vulnerabilidade), um confronto (mobilidade) e uma extensão (subjéctiva e espacial), circunstâncias conceituais que nos permitem estabelecer uma melhor reflexão sobre o fenômeno, como veremos a seguir.

Considerando o eventual confronto entre conceitos, o elemento de mobilidade estabelecido pela IOM pode ser, além de obrigatório, também entendido como uma faculdade do indivíduo, que, por uma série de razões, opta por deixar seu habitat original, como, por exemplo, para buscar procurar novos meios de sobrevivência, pois o ecossistema não permite que ele possa prover os meios suficientes para o atendimento de suas necessidades básicas.

No que diz respeito à extensão do conceito, encontramos o *elemento subjéctivo*, na medida em que são mencionadas “pessoas ou grupos de pessoas”, ou seja, o deslocamento ambiental pode afetar um certo número de pessoas independentemente da existência de qualquer vínculo entre elas, bem como um “grupo de pessoas”, em que os afetados pelo transtorno ambiental abrangem um certo número de pessoas reunidas por algum traço característico, especialmente de natureza cultural, como uma tribo indígena, uma minoria nacional que vive em uma determinada região ou mesmo uma nação inteira, por exemplo, o caso

da ilha de Tuvalu²⁰⁹. Tal afirmação é extremamente importante na perspectiva da dignidade humana e da identidade de tal grupo de pessoas com sua realidade sociocultural.

Em relação ao elemento espacial, o conceito da IOM aprofunda a circunstancia de mobilidade, dando-lhe maior concretude, ao contemplar um deslocamento interno, dentro do país em que o habitat original está localizado; ou deslocamento externo, onde a mobilidade ocorre além das fronteiras nacionais, ou seja, os migrantes se deslocam rumo ao exterior. Esta perspectiva espacial possui grande relevância se for considerada como um critério para a classificação dos migrantes ambientais, pois podemos estabelecer duas subcategorias: refugiados ambientais (mobilidade externa, fora do país de origem) e deslocadas ambientais (mobilidade interna, dentro do país de origem).

Certamente, as considerações anteriores ajudam a proceder a uma melhor reflexão sobre a complexidade da migração ambiental, ao possibilitar a visualização de seus elementos componentes e permitir a determinação de um conceito próprio para o fenômeno: pessoas ou grupos de pessoas que foram forçados a abandonar seu habitat tradicional, de modo transitório ou permanente, para se deslocar dentro das fronteiras de seu próprio país ou ao exterior, devido a uma certa desordem ambiental que afeta suas condições de existência digna (CONTIPELLI, 2016a).

Com o presente conceito de migrantes ambientais, buscamos combinar os elementos que integram o fenômeno em toda a sua complexidade, apontando a questão sobre as “condições dignas de existência”, elemento de vulnerabilidade que lhe atribui a dimensão de direitos humanos e nos permite discutir a temática do reconhecimento adequado desta categoria pela ordem jurídica e política internacional.

Vulnerabilidade e dignidade humana

No contexto de nossa pesquisa, a expressão vulnerabilidade indica a propensão ou predisposição a ser afetado negativamente, envolvendo uma série de conceitos como sensibilidade ou susceptibilidade de sofrer danos, bem como a ausência de capacidade para reagir e se adaptar (IPCC, 2014) às contingências advindas de uma desordem ambiental.

²⁰⁹ Tuvalu é um país insular, localizado na região da Polinésia, com um total de 25,44 Km e uma população de aproximadamente 11.810 habitantes. Essa pequena nação independente, que possui uma altitude máxima de 5 metros acima do nível do mar, ganhou notoriedade mundial a partir de 2002, quando seu então Primeiro Ministro Koloa Talake anunciou que processaria na Corte Internacional de Justiça os governos de Estados Unidos e Austrália por descumprimento do Protocolo de Kyoto, haja vista que a emissão de gases de efeito estufa e a consequente elevação do nível do mar, coloca em perigo seu país, que em poucos anos restaria inundado. Posteriormente, o governo de Tuvalu anunciou que começaria a realizar um procedimento de evacuação da população do país, que estaria condenado pelos efeitos da mudança climática. Assim, foi realizado um acordo com Nova Zelândia, mediante o qual esse país receberia anualmente um certo número de cidadãos de Tuvalu.

Portanto, a vulnerabilidade abrange diferentes perspectivas, como, por exemplo, de um ecossistema que perde a sua capacidade natural de adaptação ou, o que nos interessa no presente momento, pessoas ou grupos de pessoas em uma posição de hipossuficiência, em razão de um transtorno ambiental que afeta adversamente a sua dignidade e, por consequência, os impede de enfrentar os impactos negativo em suas condições adequadas de vida.

O conteúdo da dignidade humana está presente na ideia de vulnerabilidade e vice-versa. A dignidade humana, em sua essência, representa o mínimo existencial, um conjunto de direitos públicos subjetivos de caráter inalienável, imprescritível e inviolável, que se manifestam em uma série de tratados e normas jurídicas, especialmente, os quais estabelecem garantias individuais e sociais, como educação, saúde, assistência social, entre outras prestações positivas que devem ser exigidos das Organizações Internacionais, do Estado e da sociedade em geral quando necessário para a proteção de uma determinada categoria vulnerável de pessoas.

E, na linha desse raciocínio, podemos afirmar que as transformações contemporâneas de nossa sociedade e a revelação de novos “riscos globais” ampliaram o conteúdo desse mínimo existencial para envolver temas relacionados ao meio ambiente e sua proteção, de tal sorte que, atualmente, o mínimo existencial comporta a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e as pessoas afetadas por sua degradação devem ser amparadas em toda extensão possível no sentido de garantir o conjunto de bens que foram afetados por tal situação, restaurando o conteúdo essencial de suas respectivas dignidades.

É verdade que essa ideia de dignidade incorpora a temática ambiental, com o objetivo de garantir um padrão socioambiental mínimo, a fim de proporcionar às pessoas um habitat ecologicamente equilibrado, promovendo o desenvolvimento da vida condições existenciais satisfatórias.

Constatamos, então, a existência de um direito ao mínimo existencial ambiental e, logicamente, o dever de proteger o conteúdo fundamental da dignidade das pessoas afetadas no exercício desse direito, como o caso dos migrantes ambientais, que merecem um reconhecimento reconhecido e proteção pela ordem internacional, através de normas e políticas públicas específicas, diante da grave situação de vulnerabilidade em que se encontram, causada por distúrbios ambientais que nem sempre possuem uma relação causa-efeito de caráter espacial.

Explicando as afirmações anteriores: considerando a lei fundamental da ecologia de que tudo está interconectado e a impossibilidade de determinar, na grande maioria dos casos, uma relação espacial direta entre causa (perturbação ambiental) e efeito (migração ambiental), o processo de degradação ambiental, por pressupor uma interação de elementos, nem sempre se origina no mesmo local onde o deslocamento ocorrerá, transcendendo a esfera de poder dos

Estados-nação, para exigir a proteção dos direitos de dignidade das pessoas afetadas perante o plano internacional.

Nesse contexto, não podemos usar a ausência de uma ligação direta entre a degradação ambiental e a migração forçada como obstáculo para encontrar soluções adequadas para o problema das pessoas afetadas, eliminando a responsabilidade dos agentes que contribuíram para a ocorrência de tal situação de adversidade, pois estamos perante uma patente violação de direitos humanos: a dignidade de tais indivíduos e grupos de indivíduos²¹⁰.

Portanto, devemos compreender que a consagração da dignidade humana e do mínimo existencial no que diz respeito ao meio ambiente se relaciona com uma série de fatores que impactam adversamente em categorias de pessoas vulneráveis, os quais envolvem especialmente o modelo econômico neoliberal fundado no consumismo exacerbado e nas políticas de privatização e de cortes de direitos sociais, o que demonstra a necessidade de repensarmos tal sistema dominante a partir da economia solidária, que funciona como ferramenta de inclusão dos migrantes ambientais, com o objetivo de garantir-lhes condições adequadas de vida digna.

O contexto apresentado anteriormente, pode ser facilmente explicado a partir da denominada psicopolítica neoliberal, que, ao submeter o indivíduo a um poder de dominação que possui forma permissiva, amável, oferecendo-se como liberdade, converte invisível e inconscientemente a pessoa em “sujeito do rendimento”, levando-lhe à auto-exploração, é dizer, programado para otimizar e maximizar resultados, transformando-lhe em uma coisa, um objeto, uma peça destinada a encaixar-se no mecanismo de funcionamento da máquina econômica neoliberal, como afirma Han:

El neoliberalismo es un sistema muy eficiente, incluso inteligente, para explotar la libertad. Se explota todo aquello que pertenece a prácticas y formas de libertad, como la emoción, el juego y la comunicación. No es eficiente explotar a alguien contra su voluntad. En la explotación ajena, el producto es mínimo. Solo explotación de la libertad genera el mayor rendimiento (HAN, 2014, p. 12).

A mesma preocupação é revelada por Bauman, ao expor os efeitos do atual consumismo impulsionado pelo modelo de sociedade construído pelo

²¹⁰ Com respeito às dificuldades encontradas no plano internacional para devida regulação da condição de refugiado ambiental, para atribuir-lhes condições dignas de vida, utilizamos os ensinamentos de Borràs Pentinat (2006, p.93): “la noción de refugiado ambiental es controvertida por los autores, que se basan en una definición clásica de refugiado, aquella que se basa en las situaciones estrictamente políticas y sociales. Sin embargo, más allá de determinar cuáles son las causas ambientales que definen el refugiado ambiental, puede ser más importante que la definición de refugiado no venga determinada por las causas, sino por la gravedad de la situación que ha ocasionado el desplazamiento, la imposibilidad del Estado de origen de proporcionar la suficiente asistencia a su población, etc. Estos factores determinan una realidad objetiva y ajena al establecimiento de causas subjetivas que proceden a una clasificación de los refugiados que puede derivar, como en el caso de los refugiados ambientales, a una situación de desprotección jurídica y discriminatoria en relación con otros desplazados por motivos distintos a los ambientales”.

neoliberalismo, que acaba por definir o conteúdo das relações interpessoais, o que também prejudica a efetiva consagração do ideal de dignidade humana:

El nivel de nuestra actividad consumista y la facilidad con la que adquirimos un objeto de consumo y lo sustituimos por otro nuevo y mejorado es el principal parámetro para medir nuestra posición social y nuestra puntuación en la competición por tener éxito en la vida. Buscamos en las tiendas las soluciones a todos problemas que nos encontramos en el camino, soluciones que supuestamente nos alejan de las dificultades y nos llevan a la satisfacción. Desde la cuna hasta la tumba nos educan y nos entrenan para usar tiendas como farmacias llenas de medicamentos que curan o al menos mitigan todos los males y aflicciones de nuestras vidas y de nuestras relaciones con los demás (BAUMAN, 2014, p. 57).

Economía solidaria y migración ambiental

Inicialmente, devemos entender o conceito de economia solidária como relações de colaboração solidariedade, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e propósito da atividade econômica (MANCE, 2000, p. 27). Trata-se de uma prática de produção e consumo que visa privilegiar a autogestão, a justiça social, a proteção do meio ambiente e a responsabilidade com as gerações presentes e futuras.

Neste sentido, a economia solidária é apresentada como “outra economia”, ou seja, como oponente ao sistema dominante e à ideologia competitiva, constituindo um movimento para construção de um mundo melhor. O grande objetivo da “outra economia” é apontar a importância do trabalho para os indivíduos e para a sociedade.

A economia solidária encontra-se baseada em uma concepção de desenvolvimento socioeconômico ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente dinâmica, capaz de reorganizar os processos de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-estar das comunidades e a distribuição justa da riqueza produzida socialmente.

As manifestações da Economia Solidária são diversas, entre as quais se destacam: grupos informais e cooperativas de produção, de consumo ou serviços solidários; entidades e grupos de crédito solidário e fundos rotativos; grupos e clubes de troca solidaria com o uso de moeda social (ou comunitária); empresas recuperadas e de autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, entre outras iniciativas (MANCE, 2000, p. 27).

Assim, a economia solidária é uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, sob a forma de uma corrente virtuosa que integra quem produz, quem vende, quem muda e quem compra. Os seus princípios são: 1) a autogestão; 2) a democracia; 3) a solidariedade; 4) a cooperação; 5) o respeito pela natureza; 6) o comércio justo e; 7) o consumo solidário.

A Economia Solidária funda-se na ideia de que as relações econômicas e sociais estão estruturadas na cooperação e não na competição, como ocorre em empresas tradicionais e também nas associações civis. Como consequência, as relações estruturais da economia solidária ampliam a colaboração entre os indivíduos, a fim de criar uma cooperação não só no campo econômico, mas também no social e político, expressando uma forma peculiar de organização dos trabalhadores.

Deve ser esclarecido que, desde o seu surgimento, a economia solidária se vincula à necessidade de grupos historicamente excluídos ter acesso às políticas públicas e, conseqüentemente, aos processos de desenvolvimento. Sua proposta considera e articula as potencialidades e especificidades das pessoas em seus contextos locais, combinando estratégias de dinamização econômica de seus territórios, com elementos de preservação ambiental e de emancipação social e produtiva das famílias.

A partir da leitura das considerações sobre Economia Solidária, encontramos a influência de uma variedade temática em seu campo de interesse: cultura, relações econômicas, justiça social, inclusão social, empresas, meio ambiente, consumo e bem-estar, fatores correspondentes ao ideal de dignidade humana e mínimo existencial já analisados e que devem ser verificado no processo de proteção de migrantes ambientais.

Confrontado com os interesses do capitalismo competitivo, manifestado pelo modelo neoliberal dominante, que afeta a plena consagração da dignidade, colocando as pessoas em processo de coisificação, a economia solidária contribuiu para o avanço das comunidades locais e o desenvolvimento das forças produtivas de forma sustentável e numa perspectiva de longo prazo, apresentando-se como uma alternativa plausível para garantir um mínimo existencial para os migrantes ambientais, abordando a questão em duas frentes fundamentais: na causa, ao defender a ideia de um processo econômico sustentável, em harmonia com a defesa do meio ambiente; e na consequência, no processo de adaptação às mudanças experimentadas nos habitats originais de tal categoria de pessoa, promovendo novas fontes de subsistência, a partir de um modelo cooperativo de produção, além de facilitar a inclusão de migrantes ambientais em seus novas residências, permitindo sua participação em um processo econômico e produtivo de comunhão: dar, receber e retribuir.

A relação entre economia solidária, migração ambiental e dignidade humana é estabelecida a partir de uma concepção moral de valores que buscam a socialização da riqueza, privilegiando as necessidades básicas das pessoas, o mínimo existencial e não o lucro, dentro de um contexto de justiça social, solidariedade, respeito pela natureza e a autoestima dos trabalhadores através do processo de autogestão.

Assim, destacamos que a economia solidária permite a preservação e reprodução do contexto cultural de origem dos migrantes ambientais, bem como o diálogo com a nova sociedade de acolhimento.

No entanto, uma série de barreiras devem ser superadas para devida interação entre economia solidária e migração ambiental, especialmente, no que tange à previsão de leis que possibilitem a adoção de políticas públicas de geração de trabalho e de renda para tal categoria de pessoas. Isto é devido às formas jurídicas de regulamentação do trabalho, que, em geral, impedem o trabalho do estrangeiro.

Outra barreira que deve ser considerada nesse panorama, se refere à falta de regulamentação de vistos específicos para a migração ambiental, levando os migrantes a não encontrarem suporte legal para entrar no país, tornando-se clandestinos no país receptor, o que impede qualquer iniciativa de empreendedorismo.

Considerações Finais

A economia solidária é uma alternativa inovadora na geração de trabalho, na inclusão social e na construção da cidadania, sob a forma de uma corrente virtuosa que integra quem produz, quem vende, quem muda e quem compra. Os seus princípios são: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito pela natureza, comércio justo e consumo solidário, dimensões essenciais da dignidade humana e que devem ser consideradas no processo de proteção dos migrantes ambientais.

Assim, a economia solidária promove um processo econômico sustentável, ecologicamente equilibrado, sob a crença da existência de uma sociedade mais igualitária, justa e digna, em que as circunstâncias que determinam o deslocamento forçado de migrantes ambientais são confrontadas na sua origem, seja através da proteção do meio ambiente, ou através da adaptação, com a introdução de novas formas de produção ajustadas às mudanças experimentadas pelo ecossistema.

Além disso, nos casos de acolhimento de migrantes ambientais, quando ocorre o deslocamento, nas fronteiras do país de origem ou no exterior, a economia solidária possibilita a inserção dessas categorias de pessoas e a recuperação da autoestima e da dignidade através da participação em um processo de produção solidária e de valorização do ser humano no mundo do trabalho.

Portanto, a economia solidária atribui uma dimensão de dignidade à economia, transcendendo a concepção hegemônica e egoísta do processo de produção fundado no neoliberalismo (ou capitalismo competitivo), para influenciar as relações sociais e culturais, a visão de mundo e de paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, a favor de uma concepção mais humana, de proteção de categorias vulneráveis, como os migrantes ambientais, conferindo-lhes o mínimo existencial.

Referências

- BAUMAN, Z. **¿La Riqueza de unos pocos nos beneficia a todos?** Barcelona, Espanha: Paidós, 2014.
- BORRÀS PENTINAT, S. Aproximación al concepto de refugiado ambiental: origen y regulación jurídica internacional. In: SEMINARIO SOBRE LOS AGENTES DE LA COOPERACIÓN AL DESARROLLO: REFUGIADOS AMBIENTALES, REFUGIADOS INVISIBLES, 3., 2008, Espanha. **Anais...** Espanha: Universidad de Cádiz, 2008.
- _____. Refugiados ambientales: el nuevo desafío del derecho internacional del medio ambiente. **Revista de Derecho**, Valdivia, Chile, v. XIX, n. 2, p. 85-108, 2006.
- CONTIPELLI, E. Governança global, dignidade humana e refugiado (ou deslocados) ambientais. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**, Belo Horizonte, MG, n. 30, p. 30-39, 2016a.
- _____. Estado Constitucional Cooperativo: perspectivas sobre solidariedade, desenvolvimento humano e governança global. **Revista Inciso**, Colômbia, v. 18, n. 1, p. 87-98, 2016b.
- EL-HINNAWI, E. **Environmental refugees**. Nairobi: United Nations Environmental Programme, 1985.
- GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 16, n. 39, p. 181-211, 2007.
- HAN, B. C. **Psicopolítica**. Barcelona, Espanha: Herder Editorial, 2014.
- HÄBERLE, P. **El Estado Constitucional**. México, DF: Instituto de Investigaciones Jurídicas da UNAM, 2003.
- IOM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Glossary on migration**. Geneva, 2011. (International Migration Law, n. 25).
- IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate change 2014: impacts, adaptation, and vulnerability**. Cambridge and New York, NY: Cambridge University Press, 2014.
- MANCINI, E. A. **A revolução das redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SÁ, J.; PEQUITO, C. **Capital social, economia social e qualidade da democracia em Portugal**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2015.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VEDOVATO, L. R. **O direito de ingresso do estrangeiro**. 1São Paulo, SP: Atlas, 2013.

OS REFUGIADOS E O DIREITO À SAÚDE NO BRASIL

Patricia Gorisch
Marianna Chaves

*Onde está
Meu irmão
Sem irmã
O meu filho sem pai*

*Minha mãe
Sem avó
Dando a mão pra ninguém*

*Sem lugar
Pra ficar
Os meninos sem paz...*

(Diáspora, Tribalistas)

Assegurar os cuidados de saúde é uma componente essencial de programas de refugiados reassentados, mas garantir um acesso equitativo aos serviços de saúde continua a ser um desafio não apenas do Brasil, mas de países como o Canadá ou a Austrália (PHILLIPS, 2013).

Direito à saúde e direito à vida

Quando se fala em direito à saúde, está em causa um dos mais importantes direitos fundamentais constitucionalmente assegurados, posto que está visceralmente ligado ao próprio direito à vida. Como já foi afirmado no TJSP, “é a saúde direito público subjetivo, indisponível, decorrência indissociável do direito à vida, bem inviolável, a reclamar resguardo de forma absoluta e universal”²¹¹.

O art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil indica que todos são iguais perante a lei, sem diferenciações de qualquer tipo, assegurando-se “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes” no Brasil a inviolabilidade do direito à propriedade, à segurança, à liberdade, à isonomia e à vida. O art. 6º da Carta Magna inclui a saúde entre os direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado brasileiro.

O art. 196 da Lei Fundamental brasileira vem reforçar o dispositivo supracitado ao indicar que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, assegurado através de medidas econômicas e sociais que almejem à diminuição do risco de patologias, enfermidades e outras ofensas, e ao “acesso universal e

²¹¹ TJSP, 1ª C. de Direito Público, REEX: 00013807320148260097 SP 0001380-73.2014.8.26.0097, Rel. Des. Xavier de Aquino, j. 21 jul. 2015.

igualitário” aos serviços e intervenções para o seu incremento, tutela e restabelecimento. É de se notar que, diversamente do que faz o art. 5º, ao indicar que aqueles direitos elencados nos incisos seguintes estariam assegurados somente aos estrangeiros residentes, o art. 196 da Constituição silencia a esse respeito.

É importante destacar que a lei federal, que regula no âmbito interno o disposto na Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, a lei 9474/97, em seu artigo 1º, III, considera refugiado, todo aquele que “devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”.

Cumpra ainda ressaltar que no âmbito da América Latina, incluímos ainda a Declaração de Cartagena²¹², que inclui a grave violação de direitos humanos como motivo para pedir refúgio, além dos motivos de nacionalidade, etnia, religião, opinião política e pertencimento a grupo social, previstos na Convenção de 1951 e Protocolo de 1967.

Ademais, o Brasil é signatário do Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais da ONU, em 1966 e ratificado pelo Brasil através do Decreto 591/92, onde o Brasil implementa, diferentemente do Tratado, de forma imediata, os direitos sociais, incluindo o direito à saúde.

Confrontando o ordenamento brasileiro com o ordenamento português, no qual o constituinte de 1988 parece ter se inspirado em diversas passagens, não nos parece factível que o legislador brasileiro tenha desejado afastar o acesso a um dos mais importantes direitos sociais dos estrangeiros. Alguma doutrina afirma que a “experiência portuguesa serviu de modelo no momento da elaboração” de vários capítulos da CF/88 “dos quais são exemplos os *da Ordem Social*” (CAMARGO, 2012, p. 7279).

Relativamente à Ordem Social, as Cartas Magnas de ambos os países outorgaram tratamento análogos a temas como a proteção dos idosos, a tutela do meio ambiente, o amparo à adoção e o direito à saúde. O art. 15º, n. 1 da Constituição da República Portuguesa assevera que “os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português”.

Assim, grosso modo, excetuando-se os direitos políticos, o exercício de funções públicas que não possuam caráter majoritariamente técnico e os direitos e deveres reservados pela lei e pela CRP aos cidadãos lusos, todos os outros direitos – incluído o direito à saúde – estará assegurado a qualquer estrangeiro, apátrida e, como é óbvio, aos refugiados. Há, portanto, um princípio de equiparação dessas pessoas aos cidadãos portugueses.

Nessa lógica comparativa e analisando o espírito democrático e solidário trazido pela Constituição Cidadã, parece-nos claro que o constituinte

²¹²http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena

de 1988 não quis restringir o direito à saúde aos estrangeiros residentes, antes alargando o seu campo de tutela a todos aqueles que estejam em território brasileiro, como fez a Constituição da República Portuguesa.

Como foi advertido em julgado do TJDFT, “a vida e a saúde humana jamais estarão na esfera de discricionariedade da Administração Pública”. De acordo com o que prescreve o art. 196 da CF/88, “a saúde é dever do Estado, cumprindo a ele assegurá-la a todos que dela necessitar”²¹³. Nessa lógica, “o direito à vida e à saúde, assegurado a todo brasileiro e estrangeiro, é garantido por imperativo de ordem constitucional”²¹⁴, como já foi asseverado em outra decisão do TJSP.

O processo de refúgio e o acesso dos refugiados ao Serviço Único de Saúde (SUS): a dependência do resultado do processo para obter o cartão do SUS

A Convenção de 1951 prevê que o Estado Contratante outorgue aos refugiados que se encontrem legalmente no seu território o mesmo tratamento que confere aos cidadãos nacionais em matéria de segurança social, ou seja, disposições legais relativas a acidentes de trabalho, doenças profissionais, maternidade e paternidade, responsabilidades familiares, desemprego, enfermidade ou qualquer outra contingência que, de acordo com o direito doméstico, esteja coberta por um regime de seguridade social sujeito a limitações enumeradas. As taxas de mortalidade de refugiados em países em desenvolvimento são consideradas extremamente elevadas durante a fase precoce de deslocamento (MOYER JR., 1992, p. 270).

Enquanto estão como solicitantes de refúgio, o processo que tramita perante o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e que demora cerca de dois anos no mínimo, o solicitante não tem direito ao cartão SUS, somente a carteira de trabalho e a utilização do Sistema S no estado de São Paulo (SESI, SESC, SENAI etc.). O protocolo (documento que os solicitantes de refúgio recebem da polícia federal com validade de um ano), não serve como documento hábil para ter atendimento como estrangeiro residente. O solicitante de refúgio só terá acesso à saúde em caso de emergência.

O direito à saúde dos estrangeiros no Brasil

É preciso lembrar que existem cerca de 65,8 milhões²¹⁵ de pessoas deslocadas no mundo que não se inserem na noção de refugiados e, portanto, não estão abrangidas pela Convenção de 1951, sendo imigrantes, deslocados

²¹³ TJDFT, 3ª T. Cível, AC 20150111256950 0033937-53.2015.8.07.0018, Rel.ª Des.ª Ana Maria Cantarino, j. 06 jul. 2016.

²¹⁴ TJSP, 1ª C. de Direito Público, APL 10023807720148260037 SP 1002380-77.2014.8.26.0037, Rel. Des. Xavier de Aquino, j. 02 dez. 2014.

²¹⁵ <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>

ambientais, apátridas e solicitantes de refúgio. Ademais, até adquirirem o *status* final de refugiados, quando do julgamento em plenária pelo CONARE²¹⁶ com a participação do ACNUR²¹⁷ e Sociedade Civil, essas pessoas devem enfrentar um longo e burocrático processo no Brasil. Até lá, como ficam no que diz respeito ao acesso aos cuidados de saúde?

Restrição aos estrangeiros residentes

Uma primeira corrente entende, equivocadamente, que o direito à saúde dos estrangeiros no território brasileiro estaria restrito aos residentes, em razão do disposto no *caput* do art. 5º da Constituição Federal:

REEXAME NECESSÁRIO. ECA. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. Caso. Caso em que a menor, com nove meses de idade quando ajuizada a ação, postula o fornecimento dos medicamentos SINGULAIR BABY e BUSONID 32 SPRAY, pois portadora de ASMA BRÔNQUICA (CID J 45.9). Sentença de improcedência. Direito à Saúde, Separação de Poderes e Princípio da Reserva do Possível. A condenação do Poder Público para que forneça tratamento médico ou medicamento à criança e ao adolescente, encontra respaldo na Constituição da República e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Do ponto de vista constitucional, é bem de ver que em razão da proteção integral constitucionalmente assegurada à criança e ao adolescente, a condenação dos entes estatais ao atendimento do direito fundamental à saúde não representa ofensa aos princípios da separação dos poderes, do devido processo legal, da legalidade ou da reserva do possível. *Direito a Saúde e Princípio da Universalidade. De acordo com o art. 196 da Constituição Federal a prestação de serviço público de saúde deve ser alcançada a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país, de forma universal e igualitária. O que significa que a universalidade se relaciona a gratuidade no acesso aos serviços prestados pela política pública instituída por meio do SUS.* Assim, associadas universalidade e gratuidade, o acesso aos bens e serviços no sistema de saúde público não deve atender somente aos mais pobres, mas a todos os cidadãos de forma igualitária. MANTIVERAM A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO E DERAM PROVIMENTO AO APELO (TJRS, 8ª C. Cível, REEX: 70059359141 RS, Rel. Des. Rui Portanova, j. 05 jun. 2014).

Restrição do atendimento aos estrangeiros não residentes aos casos emergenciais

Uma outra corrente jurisprudencial considera que o direito dos estrangeiros ao atendimento de saúde no SUS estaria restrita aos casos emergenciais:

²¹⁶ Comitê Nacional dos Refugiados.

²¹⁷ Alto Comissariado da ONU para os Refugiados.

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA - HONORÁRIOS MÉDICOS - HOSPITAL PÚBLICO - PRONTO-SOCORRO - EMERGÊNCIA - PACIENTE COM POLITRAUMATISMO - ATENDIMENTO PELO SUS - MÉDICOS FUNCIONÁRIOS - AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PARA COBERTURA SECURITÁRIA DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE - AUSÊNCIA DE ACORDO PARA O ATENDIMENTO PARTICULAR - DIREITO À SAÚDE - IRRELEVÂNCIA DA NACIONALIDADE ESTRANGEIRA DO PACIENTE - GARANTIA A TODOS DENTRO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO - ART. 196 DA CF/88 - PRINCÍPIOS DA UNIVERSALIDADE DO ACESSO E DA IGUALDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE - CONTINUIDADE DO TRATAMENTO EM HOSPITAL PARTICULAR - AUTORIZAÇÃO DA SEGURADORA - INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS RELEVANTES - VALOR DOS HONORÁRIOS - PARÂMETROS DO COSTUME - TABELA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) - ART. 1.218 CÓDIGO CIVIL - RECURSO PROVIDO EM PARTE. I - O paciente com risco de vida que dá entrada em pronto-socorro de hospital público, conveniado ao SUS, sendo atendido pelos médicos funcionários da unidade, faz uso de serviços públicos e, portanto, remunerados pela Administração Pública. II - *E irrelevante a nacionalidade da pessoa que necessita de atendimento de hospital público integrado ao SUS, tendo em vista que o art. 196 da CF/88 preceitua que todos têm direito à saúde "e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação", onde se inclui qualquer pessoa dentro do território nacional, seja brasileiro ou seja estrangeiro residente ou em trânsito no país.* III - Na ausência de estipulação escrita, honorários médicos referentes à continuidade do tratamento em hospital particular, sob a autorização da seguradora para os procedimentos adotados, incluindo nestes, intervenções cirúrgicas relevantes, são devidos, no valores cobrados habitualmente para o tipo de serviço prestado (art. 1.218 do Código Civil). IV - Recurso provido em parte (TJES, 2ª Câmara Cível, AC 47019000281 ES 47019000281, Rel. Des. Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon, j. 26 mar. 2002).

AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS HOSPITALARES. ATENDIMENTO DE URGÊNCIA. ENCAMINHAMENTO DO SUS. REDE PÚBLICA. FALTA DE VAGA DE UTI. ATENDIMENTO PELA REDE PRIVADA. OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DO ESTADO. CONTRATO PARTICULAR. ANULABILIDADE. ESTADO DE PERIGO. REQUISITOS. OBRIGAÇÃO EXCESSIVAMENTE ONEROSA. CARACTERIZAÇÃO. - O negócio jurídico é anulável por vício de consentimento resultante do estado de perigo (art. 171, II, CCB), cujos pressupostos são: necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família; a iminência do dano e o seu conhecimento pela outra parte; e a caracterização da obrigação assumida como excessivamente onerosa (art.

156, CCB). - A onerosidade excessiva necessária para a caracterização do estado de perigo ocorre tanto pela dissociação daquilo a que o contratante se obrigou com os valores correntes de mercado, como pela desproporção entre a obrigação assumida e a capacidade daquele que se obriga, ou ainda, pela assunção de despesa que ele não estava obrigado a contratar, conforme precedente do Colendo Superior Tribunal de Justiça (RESP n. 918.392-RN, Rel. Ministra Nancy Andrighi). - *Quando por deficiência de rede pública de saúde o atendimento de urgência ou emergência for prestado pela rede privada, a cobrança das despesas hospitalares deve ser feita ao Estado, que tem o dever de garantir tal atendimento aos brasileiros e estrangeiros residentes no País que não disponham de recursos próprios para contratá-lo* (artigos 1º, III, 5º, caput, 6º, caput, 196, caput e 198, II, CF). - O juiz pode deferir a cobrança a título de ressarcimento por ilicitude de conduta, caso provado que o contratante agiu de má-fé ao buscar atendimento na rede privada. V.V. (TJMG, 13ª C. Cível, AC 107020307993660021 MG 1.0702.03.079936-6/002(1), Rel.ª Des.ª Cláudia Maia, j. 23 abr. 2009).

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO À SAÚDE. GARANTIA CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE DO MPF. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. UNIÃO. ESTADO. MUNICÍPIO. INTERESSE PROCESSUAL. 1. O Ministério Público possui legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, mesmo quando a ação visa à tutela de pessoa individualmente considerada. Precedente desta Corte. O fornecimento de tratamentos à saúde por meio do SUS transcende à pessoa do indivíduo, revelando interesse da coletividade como um todo. 2. O Sistema Único de Saúde torna a responsabilidade linear alcançando a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. 3. Embora seja inquestionável que resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível ao Poder Judiciário, ainda que em bases excepcionais, determinar sejam estas implementadas sempre que os órgãos estatais competentes vierem a comprometer, com a sua omissão, a integridade de direitos sociais com estatura constitucional. 4. Não há falar em ausência de causa de pedir, pois o Ministério Público Federal não pleiteou apenas atendimento de urgência, e sim tratamento integral e gratuito pelo SUS aos brasileiros residentes no Paraguai, além de atendimento de saúde dos estrangeiros que compareçam aos postos e hospitais do Sistema em situação de emergência. 5. *O atendimento pelo SUS a todos os brasileiros que comprovem essa qualidade, independentemente de apresentação de cartão do SUS, e, nos casos de emergência ou urgência, àqueles que não comprovem nacionalidade brasileira (estrangeiros e brasiguaios) caracteriza o pleno atendimento à norma constitucional garantidora do direito fundamental à saúde*, passível de controle pelo Poder Judiciário (TRF-4, 4ª T., AC-RN:

7108 PR 2006.70.02.007108-9, Rel. Des. Fed. Sérgio Renato Tejada Garcia, j. 09 dez. 2009).

MONITÓRIA. TERMO DE RESPONSABILIDADE E ASSUNÇÃO DE DÍVIDA. ATENDIMENTO HOSPITALAR EMERGENCIAL. PACIENTE ESTRANGEIRO. Corréus que solicitaram a internação, para atendimento emergencial, junto à autora, de um estrangeiro. Autora que informou que, por ser de nacionalidade estrangeira, o paciente não poderia ser atendido pelo setor público – SUS. Corréus que assinaram Termo de Responsabilidade com Assunção de Dívida para que o paciente fosse atendido na unidade de tratamento particular. Impossibilidade de cobrança das despesas hospitalares. *Qualquer hospital tem obrigação de prestar atendimento emergencial, de forma incondicional, a qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, domiciliado no Brasil ou não, em homenagem ao princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, de caráter universal.* Termo de responsabilidade firmado em evidente estado de perigo, não podendo ser considerado válido. Monitória improcedente. Sentença mantida pelos próprios fundamentos Art. 252 do Regimento Interno do TJSP Apelo improvido (TJSP, 24ª Câmara de Direito Privado, AC 00076662420078260223 SP 0007666-24.2007.8.26.0223, Rel. Des. Salles Vieira, j. 04 dez. 2014).

Atendimento de estrangeiros em qualquer caso

Uma terceira corrente jurisprudencial sustenta que o atendimento aos estrangeiros em território brasileiro deveria ser assegurado independentemente do requisito de residência ou emergência do ato médico em causa:

ADMINISTRATIVO. TRANSPLANTE RENAL. ESTRANGEIRO COM VISTO DE PERMANÊNCIA OBTIDO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL PARA TRATAMENTO MÉDICO. DIREITO AO ACESSO À FILA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL. 1. Trata-se de remessa oficial e apelações interpostas pelo Estado do Ceará e pela União contra sentença que julgou procedente o pedido, para o fim de determinar o acesso imediato do autor ao Sistema de Fila Única de Transplante, previsto na Portaria n. 2.600 do Ministério da Saúde, retroativo à data do requerimento administrativo. 2. O autor, estrangeiro, ajuizou a presente ação ordinária objetivando o acesso imediato à fila de transplante renal, com direito ao atendimento pelo SUS, desde a data do requerimento administrativo, por ter tido seu pedido negado administrativamente, ao argumento de que não possuía visto permanente no Brasil. 3. Conforme se vê dos documentos acostados aos autos, desde 2005, o autor, ora apelado, realiza várias sessões de hemodiálise, por ser acometido de doença renal em estágio avançado e que obteve por decisão judicial transitada em julgado o direito de permanecer no Brasil o tempo

necessário para seu tratamento médico-hospitalar. 4. O transplante renal é normatizado pela Lei n. 9434/97, que dispõe sobre o Sistema nacional de Transplantes. A vantagem do transplante de rim é que o mesmo oferece uma chance de melhor qualidade de vida e uma independência da diálise. 5. Potencialmente, todos os pacientes que sofrem de doença renal crônica avançada são candidatos ao transplante, salvo em algumas situações proibitivas. Segundo lei federal, todo paciente renal crônico tem direito de realizar gratuitamente seu tratamento de diálise ou o transplante renal e de receber medicamentos básicos e essenciais para o tratamento de doenças que normalmente acompanham a insuficiência renal. 6. O art. 36 da Portaria GM/MS n. 3407 dispõe que "a unidade de diálise tem obrigação de inscrever todo paciente no cadastro técnico da Central de Transplante do seu estado". 7. Verifica-se do Programa de Transplante de Rim que, no prazo de 90 (noventa) dias após o início do tratamento dialítico, as unidades de diálise devem obrigatoriamente apresentar ao paciente apto, ou ao seu representante legal, a opção de inscrição em uma equipe de transplante renal. 8. Acerca do direito a receber tratamento tem-se a Portaria GM n. 1.820, de 13 ago. 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários do SUS, considerando os artigos 6º e 196 da Constituição Federal, bem como a Lei n. 8.080, de 19 set. 1990; Portaria n. 1.168/GM de 15 jun. 2004, que institui a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, considerando os artigos 196 a 200 da Constituição Federal e as Leis Orgânicas da Saúde n. 8.080, de 19 set. 1990, e 8.142, de 28 dez. 1990; Portaria n. 211/SAS, de 15 jun. 2004, que regulamenta a Portaria 1.168/GM de 15 jun. 2004. 9. A legislação dispõe, basicamente, acerca dos direitos e deveres dos usuários da saúde, garantindo que toda pessoa tenha direito ao acesso a bens e serviços ordenados e organizados para a garantia da promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, bem como ao tratamento adequado, com qualidade, no tempo certo e com garantia de continuidade. Promove, inclusive, a ampliação da cobertura no atendimento aos portadores de insuficiência renal crônica no Brasil, garantindo-lhes a universalidade, a equidade, a integralidade, o controle e o acesso às diferentes modalidades de Terapia Renal Substitutiva (diálise peritoneal, hemodiálise e transplante). 10. A universalidade constitucional compreende, portanto, a cobertura, o atendimento e o acesso ao Sistema Único de Saúde, expressando que o Estado tem o dever de prestar atendimento nos grandes e pequenos centros urbanos, e também às populações isoladas geopoliticamente. Os programas, as ações e os serviços de saúde devem ser concebidos para propiciar cobertura e atendimento universais, de modo equitativo e integral. 11. *Interpretando-se o caput do art. 5º da Constituição Federal de 1988 de forma extensiva, tem-se que o alcance é para todos, mesmo os estrangeiros não residentes no País, mas que estejam de passagem pelo território nacional, tendo contato com o ordenamento jurídico pátrio.* Precedente jurisprudencial. 12. A sentença não merece reparos. Não se mostra razoável negar o direito do autor ao

acesso à Fila de Transplante Renal, ao argumento de ausência de visto permanente, quando ele está regular no país. 13. Remessa oficial e apelações improvidas (TRF-5, 4ª T., AC: 103084920124058100, Rel. Des. Fed.: Emiliano Zapata Leitão, j. 28 jan. 2014).

Posição adotada

Garantir o acesso de estrangeiros, mormente os refugiados, aos cuidados de saúde no Sistema Único de Saúde revela a garantia de um “*standard* mínimo de existência, postulado da dignidade humana” (CANOTILHO; MOREIRA, 2007, p. 357). De acordo com o inciso I do Capítulo I do Código de Ética Médica (Resolução X do CFM), “a Medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e será exercida sem discriminação de nenhuma natureza”. O inciso VI do mesmo Capítulo do Código em comento assevera que o médico guardará total respeito pelo ser humano e exercerá a profissão sempre em seu benefício, sem permitir ou acobertar nada que atente contra a sua integridade e dignidade.

Reforçando toda essa ideia, o art. 23 do CEM indica que é vedado ao médico “tratar o ser humano sem civilidade ou consideração, desrespeitar a sua dignidade ou discriminá-lo de qualquer forma ou sob qualquer pretexto”. Para o corpo de normas deontológicas do Conselho Federal de Medicina – acertadamente – é irrelevante que o paciente seja brasileiro, estrangeiro, residente ou não residente, bastando que seja um ser humano.

Nessa lógica, é obstado ao médico brasileiro praticar atos desumanos, cruéis ou degradantes, deixar de denunciar a prática desses procedimentos ou ser convivente com quem os pratique nos termos do art. 25 do Código de Ética Médica.

A consulta médica já é um local onde existem diferenciais de poder na relação médico-paciente. Para os sobreviventes de guerra, conflitos e outros vilipêndios aos direitos humanos, a consulta pode reproduzir experiências passadas de maus-tratos ou negligência de pessoas com autoridade, incluindo os profissionais de saúde. A utilização competente de recursos e intérpretes é uma via pela qual os serviços de saúde podem ser capazes de construir uma base de confiança com essas pessoas. A tradução remota por telefone possui enorme utilidade, mormente em relação aos refugiados recém-chegados que, muitas vezes não falam o idioma local ou quando não há intérpretes disponíveis no serviço de saúde (PHILLIPS, 2013, p. 506).

Considerações Finais

A adoção da leitura oblíqua da Carta Magna de que somente os estrangeiros residentes no Brasil tem direito à saúde, não pode mais prosperar. A realidade na demora da decisão do *status* de refugiado aos solicitantes, faz com que alguns solicitantes de refúgio fiquem no Brasil por anos. Não faz sentido este solicitante de refúgio não ter acesso mínimo à saúde.

Tendo como base a nossa Lei Maior, a dignidade da pessoa humana, sendo um supraprincípio de todo o ordenamento, o acesso à saúde não pode ser excluído pela residência ou não de um estrangeiro no país. Ademais, a demora do Estado em analisar o pedido de refúgio, faz com que este se responsabilize pelo ser humano que se encontra em situação de vulnerabilidade, agravada pelo não acesso à saúde.

O solicitante de refúgio, ao chegar ao país de solicitação, chega, muitas vezes, em um estado de saúde psíquico, emocional e físico em frangalhos, em alguns casos, com tratamentos interrompidos em seus países de origem e muitos “dando as mãos pra ninguém”, como na música dos Tribalthistas. Negar o acesso mínimo à essas pessoas, é negar a própria humanidade delas.

Referências

- CAMARGO, M. A. C. A elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a influência recebida pela Constituição da República Portuguesa de 1976. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, São Paulo, SP, Ano 1, n. 12, p. 7257-7317, 2012.
- CANOTILHO, J. J. G.; MOREIRA, V. **Constituição da República Portuguesa**: anotada. 4.ed. Coimbra: Coimbra Editora, v. I, 2007.
- FISCHEL DE ANDRADE, J. H. **Direito internacional dos refugiados**: evolução histórica (1921-1952). Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 1996.
- JUBILUT, L. L. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo, SP: Método, 2007. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/O_Direito_Internacional_dos_Refugiados>.
- HATHAWAY, J. C. **The rights of refugees under international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- _____. **The law of refugee status**. Canadá: Butterworths, 1991.
- MOYER JR., H. E. Refugee health needs. **International Lawyer (ABA)**, Chicago, v. 26, n. 1, p. 265-273, 1992.
- PHILLIPS, C. Remote telephone interpretation in medical consultations with refugees: meta-communications about care, survival and selfhood. **Journal of Refugee Studies**, v. 26, n. 4, p. 505-523, 2013.

**ÓBITOS DE IMIGRANTES
RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
NOS ANOS DE 2006 A 2015**

Rubens Carvalho Silveira

O direito universal à saúde é reconhecido, porém na prática, as restrições impostas aos imigrantes (sobretudo, aos que estão em situação irregular) podem determinar o acesso aos cuidados de saúde. A situação laboral instável e precária dos imigrantes, a dificuldade em obter proteção social e o custo associado aos cuidados de saúde podem constituir barreiras à utilização dos serviços de saúde por parte das populações imigrantes (DIAS; GONÇALVES, 2007).

Um ponto a ser destacado é a diferença entre refugiado e migrante, segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), migrantes são pessoas que escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. Diferente dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo. Enquanto refugiados são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornarem um “refugiado” reconhecido internacionalmente, com o acesso à assistência dos Estados, do ACNUR e de outras organizações (ACNUR, 2015).

O processo de migração em busca de melhores condições de vida envolve uma série de eventos que podem ser traumatizantes e podem colocar o migrante em risco. O processo envolve o desenraizamento, começando pela separação do migrante com sua família e seus valores tradicionais, sendo colocado em novas situações sociais e culturais, onde o trabalho e os direitos podem ser mínimos. Para muitos migrantes, a integração social raramente é fácil, e para alguns, impossível. (CARBALLO; NERUKAR, 2001).

Em algumas regiões do Brasil, assim como no município de São Paulo, a imigração teve uma forte participação na formação da sociedade. No município de São Paulo entre o final do século XIX e início do XX houve predomínio da imigração de italianos, portugueses e japoneses (SÃO PAULO; CEINFO, 2015a).

Em 1870 dá-se início ao fluxo de migração de italianos, que se concentravam, principalmente, em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Com a abolição da escravatura, houve um grande incentivo à imigração, principalmente a necessidade de mão de obra para as fazendas, dois anos depois (1890), como resultado dá-se o início ao fluxo de espanhóis para o Brasil, que

vinham com a perspectiva de ter um enriquecimento rápido e fácil acesso a terras, 40 anos depois, os japoneses migram para o Brasil, com o apoio do governo do Japão e do Brasil, vindo principalmente para trabalhar nas áreas rurais (IBGE, 2016).

Em 1980, o perfil de migrantes muda, não sendo mais europeus, mas latinos americanos, principalmente bolivianos, que migram inicialmente para a fronteira, porém a maior parte se deslocando para o município de São Paulo (SILVA, 1997). Entretanto os motivos são os mesmos de imigrantes anteriores, a esperança de viver em melhores condições de vida e emprego. O Censo demográfico de 2010 registrou um aumento do fluxo migratório no município, sendo as principais nacionalidades: bolivianos, chineses, sul-coreanos, argentinos e chilenos.

Além dos imigrantes captados pelo Censo, as informações da ACNUR sobre refugiados indicam que o Brasil apresentou um aumento nos pedidos de refúgios, que de 966 para 28.670, entre 2010 e 2015. A maioria dos solicitantes vem da África, Ásia (inclusive Oriente Médio) e do Caribe. O país possui 8.863 refugiados reconhecidos, de 79 nacionalidades distintas, sendo a maioria homens (71,8%). Os principais grupos são compostos por nacionais da Síria (2.298), Angola (1.420), Colômbia (1.100), República Democrática do Congo (968) e Palestina (376).

Os imigrantes (especialmente os imigrantes econômicos, os refugiados e requerentes de asilo, assim como os deslocados, traficados e vítimas de exploração) enfrentam desigualdades socioeconômicas próprias da pobreza, da discriminação e da exclusão social, tanto no país de origem como no de destino, situação que tende a reduzir e limitar as oportunidades de acesso à educação, ao emprego e à utilização dos serviços sociais e de saúde, que por sua vez condicionam o estado de saúde e os serviços a que os imigrantes têm acesso, limitando o alcance das ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças (PADILLA, 2013).

Em estudos, como o realizado por Yazaki et al. (2014) que observou que mães migrantes bolivianas têm menor número de consultas de pré-natal e as iniciam mais tarde do que mães brasileiras. Outro exemplo é o observado por Waldman (2011) que entrevistou 28 bolivianas no município de São Paulo, e observou que 10,7% não tinham acessado o serviço de saúde e daquelas que tiveram acesso 52% mencionaram que a dificuldade com a língua é um obstáculo para um bom atendimento.

Alguns estudos internacionais apontam que o imigrante dependendo de onde ele sai para onde ele vai, possui uma condição de saúde melhor do que a da população local (RUBIA; MARCOS; MUENNIG, 2002; LEHTI et al., 2016), entretanto, isso depende das condições do país de origem, causa da morte, idade, sexo e status socioeconômico (EKEUS et al., 2011; REUS-PONS et al., 2016).

Sistema de informação de mortalidade

O Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) foi desenvolvido pelo Ministério da Saúde, em 1975, como produto da unificação de mais de quarenta modelos de instrumentos utilizados, ao longo dos anos, para conhecer o perfil epidemiológico da mortalidade no país (BRASIL, 2016).

No município de São Paulo foi criado em 1989 o programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade (PRO-AIM), com o objetivo de fornecer informações de mortalidade qualificadas, de forma ágil e descentralizada, baseadas no território, visando subsidiar as ações de governo na área de saúde (SÃO PAULO; CEINFO, 2015a).

O modelo da declaração de óbito atual incorpora alterações sofridas desde então, com inclusão ou alterações de variáveis, de modo a adequar a DO à atualidade epidemiológica.

O SIM passa por avaliações constantes, podendo ser: comparando as variáveis que possui em comum com outros bancos de dados e comparando a taxa de mortalidade por ele captada com a taxa de mortalidade esperada. Algumas variáveis possuem uma boa qualidade de preenchimento como sexo e idade, que possuem níveis de incompletude inferiores a 1% (MELLO JORGE; LAURENTI; GOTLIEB, 2007), porém, há variáveis que ainda não apresentam um preenchimento bom, principalmente os referentes aos óbitos decorrentes da gravidez, parto e puerpério, segundo Laurenti; Mello Jorge e Gotlieb (2006) essas variáveis são uma das mais mal preenchidas na declaração de óbito.

O objetivo do trabalho foi descrever os óbitos de imigrantes residentes no município de São Paulo.

Material e Métodos

Trata-se de estudo descritivo sobre a mortalidade de imigrantes no município de São Paulo.

O município de São Paulo é a capital do estado que leva o mesmo nome, é o maior em termos populacionais com população estimada para 2016 de 12.038.175 habitantes. Possui o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, de 0,805 (IBGE, 2016). Em 2015, o município registrou 176.280 nascidos vivos (SÃO PAULO; CEINFO, 2015a) e 75.298 óbitos (SÃO PAULO; CEINFO, 2015b).

Segundo o último censo demográfico (2010), a população residente no município natural de outro país (imigrantes) era de 151.072 pessoas, sendo desse total, 50,95% de homens e 49,05% de mulheres.

Para realizar o estudo foram utilizados os óbitos agregados da população residente no município de São Paulo no período de 10 anos (2006 a 2015) para evitar possíveis flutuações decorrentes de pequenos números. Foram utilizados os microdados de óbitos obtidos no site da secretaria municipal de

saúde (SÃO PAULO/CEINFO). Através da variável Naturalidade, contida na declaração de óbito, serão classificados como imigrantes aqueles que estiverem preenchidos com uma nacionalidade diferente da brasileira.

Os óbitos foram descritos através das variáveis:

Sexo: feminino, masculino e ignorado;

Faixa etária: menores de 15 anos, 15 a 59 anos, 60 a 79 anos e 80 anos e mais;

Causa básica da morte, codificada segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10).

Análise de Dados

Inicialmente, foi analisada a incompletude das variáveis de estudo. É considerada incompletude a proporção de informação em branco ou preenchida com o código atribuído à informação ignorada. Para avaliação da incompletude foram utilizados os escores sugeridos por Romero e Cunha (2006), que são: excelente (menor de 5%), bom (5% a 10%), regular (10% a 20%), ruim (20% a 50%) e muito ruim (50% ou mais).

Para a análise da mortalidade foram utilizados os indicadores de mortalidade proporcional por causa e por idade e sexo.

Mortalidade proporcional por idade: Indica o peso dos óbitos em cada idade ou faixa etária, em relação ao total de óbitos. Altas proporções de óbitos de menores de um ano estão associadas a más condições de vida e de saúde. O deslocamento da concentração de óbitos para as faixas de idade mais elevadas sinaliza o aumento da expectativa de vida da população. Outras variações de concentração de óbitos sugerem correlação com a frequência e a distribuição de causas de mortalidade específica por idade e sexo (RIPSA, 2008).

Mortalidade proporcional por causa: mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral, é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infraestrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde (RIPSA, 2008).

Resultados

Como pode ser observado na Tabela 1 o número absoluto de óbitos no município aumentou de 76.095 em 2006 para 87.902 em 2015, totalizando 812.997 óbitos no período estudado, os imigrantes no município representaram 5,9% (48.134) desse total, sendo que houve uma ligeira queda do início da série até o último ano, passando de 6,4% para 5,4%.

O preenchimento da variável Naturalidade, registrou uma melhora, com diminuição da incompletude, de 5,1% para 1,8%, no período, atingindo, portanto, 98,2% de dados completos, em 2015.

Quando observado os países de origem dos óbitos de imigrantes, nota-se que os três principais países são Portugal (35,2%), Japão (16,3%) e Itália (11,9%), juntos

MIGRAÇÕES SUL-SUL

concentram mais de 60% dos óbitos, enquanto as ondas migratórias mais recentes (Bolívia, China, Argentina, Coreia do Sul e Chile) juntas concentram 7,2% dos óbitos (Tabela 2).

A mortalidade proporcional por sexo (Tabela 3) de todas as nacionalidades abordadas no estudo tende para uma proporção maior de homens, com exceção dos japoneses onde é observado equilíbrio (50% para cada sexo). Chile (63,6%), Coreia do Sul (58,1%) e Bolívia (57,9%) são os países que apresentam uma proporção maior de óbitos masculinos

Com relação a idade, pode ser observado na Figura 1 que nas ondas migratórias mais antigas os óbitos de idosos (60 anos e mais) ultrapassam 90%, com elevada concentração no grupo de 80 anos e mais; enquanto que para os bolivianos a proporção de óbitos de idosos é de 40,5%. Nas ondas mais recentes, a faixa etária de 15 a 59 anos se destaca, principalmente nos países da América Latina, com exceção da Argentina, sendo os bolivianos os que registram maior proporção de óbitos (53%) nessa faixa e também a maior proporção de óbitos em menores de 15 anos (6,4%).

TABELA 1 – Distribuição dos óbitos por nacionalidade segundo ano de ocorrência e completude da variável Naturalidade, município de São Paulo, 2006 - 2015

Anos	Brasileiro		Imigrante		Ignorado/Branco		Total		Completude
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	%
2006	67.364	88,5	4.862	6,4	3.869	5,1	76.095	100,0	94,9
2007	67.633	88,2	4.711	6,1	4.314	5,6	76.658	100,0	94,4
2008	67.835	88,3	4.854	6,3	4.114	5,4	76.803	100,0	94,6
2009	70.223	88,8	4.868	6,2	3.966	5,0	79.057	100,0	95,0
2010	72.410	89,7	4.882	6,0	3.475	4,3	80.767	100,0	95,7
2011	75.576	91,4	4.901	5,9	2.213	2,7	82.690	100,0	97,3
2012	75.446	91,8	4.571	5,6	2.183	2,7	82.200	100,0	97,3
2013	77.773	91,8	4.836	5,7	2.122	2,5	84.731	100,0	97,5
2014	79.394	92,2	4.921	5,7	1.779	2,1	86.094	100,0	97,9
2015	81.601	92,8	4.728	5,4	1.573	1,8	87.902	100,0	98,2
TOTAL	735.255	90,4	48.134	5,9	29.608	3,6	812.997	100,0	96,4

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/PRO-AIM – CEINFO – SMS-SP.

Nota: Óbitos Residentes.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

TABELA 2 – Distribuição de óbitos de imigrantes por naturalidade segundo ano, município de São Paulo, 2006 - 2015

Naturalidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Portugal	35,3	32,5	34,1	35,1	34,5	35,2	35,9	36,0	36,1	36,8	35,2
Japão	16,2	17,6	16,6	16,5	16,8	15,8	16,9	15,7	15,4	16,1	16,3
Itália	12,1	12,0	12,4	12,0	12,2	11,1	11,5	11,8	11,8	12,1	11,9
Espanha	8,4	9,7	9,4	8,8	8,5	8,9	8,2	8,4	7,9	7,6	8,6
Alemanha	0,9	3,0	2,8	2,5	2,6	2,1	2,1	2,5	2,5	2,3	2,3
Polônia	2,1	2,8	2,5	2,2	2,2	2,4	2,5	1,7	2,3	1,8	2,2
Líbano	2,0	1,9	2,1	1,4	2,0	1,5	1,7	2,3	1,8	2,0	1,9
Bolívia	1,1	1,1	1,5	1,5	1,7	1,9	2,0	2,2	2,3	2,4	1,8
China	1,8	1,6	1,6	1,7	1,8	1,7	1,9	1,8	1,7	1,8	1,7
Argentina	2,1	1,7	1,6	1,8	1,8	1,6	1,5	1,7	1,6	1,6	1,7
Romênia	0,8	2,3	2,0	2,0	1,9	2,1	1,5	1,6	1,6	1,1	1,7
Coreia do Sul	0,5	1,2	1,2	1,2	1,2	1,4	1,3	1,5	1,3	1,4	1,2
Lituânia	0,4	1,5	1,1	1,5	1,1	1,2	1,2	0,8	0,8	0,7	1,0
Egito	0,6	0,8	0,9	1,1	1,2	0,9	1,1	0,9	0,7	1,1	0,9
Síria	0,8	0,8	0,9	1,1	0,6	0,8	0,9	0,8	0,6	0,6	0,8
Hungria	0,9	1,0	0,9	0,9	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,5	0,8
Chile	0,1	0,6	0,6	1,1	0,6	0,6	0,8	1,0	1,1	1,0	0,8
Outras	14,0	8,1	7,8	7,5	8,5	10,2	8,3	8,7	9,7	9,0	9,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/PRO-AIM – CEINFO –SMS-SP.

Nota: Óbitos de residentes.

TABELA 3 – Distribuição dos óbitos por sexo segundo naturalidade, município de São Paulo, 2006 – 2015

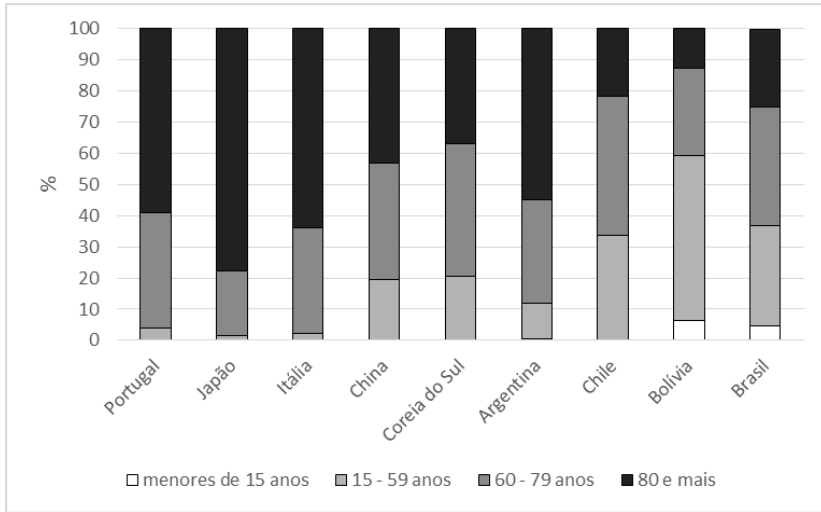
Naturalidade	Masculino		Feminino		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%
Brasil	393.699	53,5	341.530	46,5	735.255	100,0
Portugal	8.968	53,0	7.955	47,0	16.923	100,0
Japão	3.935	50,0	3.930	50,0	7.866	100,0
Itália	3.133	54,6	2.603	45,4	5.736	100,0
China	474	56,8	361	43,2	835	100,0
Coreia do Sul	338	58,1	244	41,9	582	100,0
Argentina	425	51,6	398	48,4	823	100,0
Chile	231	63,6	132	36,4	363	100,0
Bolívia	497	57,9	361	42,1	858	100,0

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/PRO-AIM – CEINFO –SMS-SP.

Nota: Óbitos de residentes.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

FIGURA 1 – Distribuição dos óbitos por faixa etária segundo naturalidade, município de São Paulo, 2006 – 2015



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/PRO-AIM – CEINFO –SMS-SP.
Nota: Óbitos de residentes.

FIGURA 2 – Distribuição dos óbitos por causa (CID – 10) segundo naturalidade Município de São Paulo, 2006 – 2015

Capítulo CID - 10	Naturalidade								
	Portugal	Japão	Itália	China	Coreia do Sul	Argentina	Chile	Bolívia	Brasil
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1,7	1,8	1,8	2,5	3,3	1,8	3,0	0,9	4,2
II. Neoplasias (tumores)	22,3	19,4	22,1	26,2	22,5	24,1	28,9	22,0	21,7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	5,1	5,0	4,8	3,7	4,3	3,0	5,8	2,6	4,1
VI. Doenças do sistema nervoso	4,8	4,4	5,0	1,9	2,9	3,0	2,5	2,6	3,0
IX. Doenças do aparelho circulatório	35,2	31,8	34,3	34,1	38,1	33,9	28,9	20,2	31,3
X. Doenças do aparelho respiratório	15,1	19,3	17,2	12,7	10,5	14,3	12,9	8,7	11,9
XI. Doenças do aparelho digestivo	5,0	4,4	4,3	3,5	4,5	5,5	6,1	8,4	5,7
XV. Gravidez parto e puerpério	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	3,4	4,3	2,9	7,1	7,9	4,6	7,2	17,2	8,9
Demais Capítulos	7,4	9,6	7,6	8,3	6,0	7,8	4,7	7,1	9,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

1ª causa 2ª causa 3ª causa 4ª causa 5ª causa 6ª causa

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/PRO-AIM – CEINFO –SMS-SP.
Nota: Óbitos de residentes.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Doenças do aparelho circulatório, neoplasias e doenças do aparelho respiratório são, respectivamente, as três principais causas de morte nas populações estudadas, com exceção dos bolivianos em que a terceira causa são as causas externas de morbidade e mortalidade, e a primeira inverte com a segunda. Ressalta-se que apenas para os naturais da Bolívia foi observado o registro de óbitos por causas relacionadas a gravidez, parto e puerpério. As causas externas não aparecem entre as 6 principais causas de óbito entre as populações de ondas mais antigas, porém aparece para os demais (Figura 2).

Destaca-se também os óbitos por algumas doenças infecciosas e parasitárias como a quarta e sexta causa de morte para os bolivianos e brasileiros, respectivamente. Porém, quando observado essa causa por sexo, aparece como quinta causa de óbitos em coreanas e terceira causa para as bolivianas, enquanto para os homens aparece com sexta causa para os chineses e brasileiros e quarta para os bolivianos.

FIGURA 3 – Distribuição dos óbitos femininos por causa (CID – 10) segundo naturalidade Município de São Paulo, 2006 – 2015

Capítulo CID - 10	Naturalidade								
	Portugal	Japão	Itália	China	Coreia do Sul	Argentina	Chile	Bolívia	Brasil
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1,5	1,8	1,8	2,5	3,3	1,8	1,5	10,8	3,6
II. Neoplasias (tumores)	20,1	16,8	18,6	28,8	23,4	17,8	27,3	26,3	23,5
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	5,4	5,5	4,8	3,9	3,3	3,5	5,3	3,0	4,8
VI. Doenças do sistema nervoso	5,9	4,8	6,2	2,8	2,9	5,3	4,5	1,9	3,6
IX. Doenças do aparelho circulatório	35,3	33,7	35,1	33,2	43,0	35,7	26,5	22,4	33,2
X. Doenças do aparelho respiratório	15,4	17,5	17,1	10,5	9,4	16,3	19,7	8,9	12,5
XI. Doenças do aparelho digestivo	4,6	4,6	4,5	3,3	2,9	5,3	4,5	7,8	4,7
XV. Gravidez parto e puerpério	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,3
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	2,8	3,8	2,4	4,4	6,6	4,3	6,1	8,0	4,1
Demais Capítulos	9,1	11,5	9,5	10,5	5,3	10,1	4,5	7,8	9,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

1ª causa	2ª causa	3ª causa	4ª causa	5ª causa	6ª causa
----------	----------	----------	----------	----------	----------

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/PRO-AIM – CEINFO – SMS-SP.
Nota: Óbitos de residentes.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

FIGURA 4 – Distribuição dos óbitos masculinos por causa (CID – 10) segundo naturalidade Município de São Paulo, 2006 – 2015

Capítulo CID - 10	Naturalidade								
	Portugal	Japão	Itália	China	Coreia do Sul	Argentina	Chile	Bolívia	Brasil
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1,8	1,7	1,8	2,5	3,3	1,9	3,9	9,3	4,7
II. Neoplasias (tumores)	24,3	22,1	25,1	24,3	21,9	29,9	29,9	18,9	20,2
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	4,8	4,6	4,7	3,6	5,0	2,6	6,1	2,2	3,5
VI. Doenças do sistema nervoso	3,9	3,9	3,9	1,3	3,0	4,7	1,3	3,0	2,4
IX. Doenças do aparelho circulatório	35,2	30,0	33,7	34,8	34,6	32,2	30,3	18,5	29,7
X. Doenças do aparelho respiratório	14,9	21,1	17,2	14,3	11,2	12,5	9,1	8,7	11,4
XI. Doenças do aparelho digestivo	5,2	4,1	4,2	3,6	5,6	5,6	6,9	8,9	6,6
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	3,9	4,8	3,3	9,1	8,9	4,9	7,8	23,9	13,2
Demais Capítulos	5,9	7,7	6,0	6,5	6,5	5,6	4,8	6,6	8,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

1ª causa
2ª causa
3ª causa
4ª causa
5ª causa
6ª causa

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/PRO-AIM – CEINFO –SMS-SP.

Nota: Óbitos de residentes.

Quando observados os óbitos segundo sexo, é possível notar algumas diferenças, uma delas são os óbitos por causas externas onde nas ondas mais antigas essa causa não está presente entre as 6 principais entre as mulheres, enquanto nos homens está presente em todas as nacionalidades com exceção dos italianos. A principal causa entre as mulheres são as doenças do aparelho circulatório, menos para as chilenas e bolivianas em que predominam as neoplasias, nessas duas populações a segunda causa são as doenças do aparelho circulatório.

Entre os homens há uma maior homogeneidade nas distribuições das três principais causas, porem entre os bolivianos a principal causa são as causas externas, em segundo as neoplasias (para todas as nacionalidades abordadas) e só em terceiro lugar é que aparecem as doenças do aparelho circulatório, que é a principal causa nas outras populações. Em terceiro lugar para os imigrantes aparecem as doenças do aparelho respiratório resultado diferente no observado na população de brasileiros no município em que as causas externas estão em terceiro lugar.

O trabalho teve como objetivo descrever os óbitos de imigrantes no município de São Paulo do ano de 2006 a 2015, sendo caracterizado como imigrante aquele óbito que tivesse a variável preenchida com alguma nacionalidade que não seja brasileira. A variável naturalidade está presente na declaração de óbito desde a implantação do SIM, segundo os escores sugeridos por Romero e Cunha (2006), o preenchimento da variável evoluiu de bom (2006 a 2009) para excelente (2010 a 2015).

A migração para o Brasil teve sua origem desde o estabelecimento dos portugueses nessas terras, trazendo com eles, de forma forçada, africanos para o trabalho escravo, com a abolição da escravidão no país e a necessidade de mão de obra para trabalhar nas lavouras de café (principalmente no estado de São Paulo) houve um incentivo para que trabalhadores europeus viessem para o Brasil e ocupassem esse nicho, sendo de preferência portugueses, italianos e espanhóis e mais para frente japoneses (BARBOSA, 2003; SÃO PAULO; CEINFO, 2015a; IBGE, 2016). Segundo o Censo de 2010, as principais nacionalidades de imigrantes que residem no município de São Paulo são: portugueses, bolivianos, japoneses e italianos, com exceção da boliviana que é uma onda mais nova, as outras são de ondas mais antigas, motivo que pode explicar porque essas populações serem as que possuem a maior proporção de óbitos no município.

As condições econômicas e sociais influenciam decisivamente as condições de saúde de pessoas e populações. A maior parte da carga das doenças acontece por conta das condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem (CARVALHO, 2013).

Um fator que interfere tanto na saúde quanto no acesso aos serviços de saúde, é a escolaridade, segundo trabalho realizado por Patarra e Baeninger (2004) os chilenos, peruanos e argentinos registrados no censo demográfico de 2000 são os migrantes com maior escolaridade, destacando nível superior e de pós-graduação, sendo os argentinos e chilenos um grupo que ocupam as atividades qualificadas de intermediação financeira, indústria de transformação, educação e comércio, fator que pode contribuir para a explicação de que entre as ondas mais recentes a argentina tem uma proporção de óbitos menor na faixa etária produtiva. Além da escolaridade o tempo em que esse migrante está no país modifica seus riscos à saúde, sendo inversamente proporcional (quanto menor o tempo maiores são os riscos) (EKÉUS et al., 2011).

Diferente dos outros migrantes da América Latina trabalhados no estudo, os bolivianos que entraram no país, a partir da década de 1980, trabalham, em sua maioria, no setor da costura, por ser esse um segmento do mercado de trabalho que não exige experiência prévia nem idade mínima para o trabalho, incorporando mesmo menores muitas vezes trabalhando em condições insalubres e sem proteção das leis trabalhistas (SILVA, 2006).

Segundo Goldberg e Silveira (2013) as principais causas de sofrimentos, doenças e mal-estar relacionados aos modos de vida e trabalho dos imigrantes bolivianos nas oficinas de costura de São Paulo são: tuberculose, alergias, problemas de postura e articulação, alcoolismo nos homens, violência doméstica, atraso do desenvolvimento psicofísico de crianças, problemas de sociabilidade, problemas psicológicos em trabalhadores e dieta pobre e inadequada. Esses fatores podem influenciar no perfil de mortalidade da população explicando o motivo do perfil de mortalidade ser muito diferente das outras populações observadas.

Considerações Finais

As ondas mais recentes apresentam uma mortalidade diferenciada, aproximando-se mais da população local do que das ondas mais antigas com destaque para a população de bolivianos, onde foi observado o pior perfil de mortalidade principalmente quando observado a mortalidade proporcional por capítulos da CID - 10. Há uma diferença entre a população das ondas mais antigas que apresentam um perfil de mortalidade melhor do que a população local, principalmente quando observado a mortalidade proporcional por faixa etária.


Referências

- ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. **Refugiado ou migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>>. Acesso em: 13 set. 2017.
- BARBOSA, R. Um panorama histórico da migração portuguesa para o Brasil. **Arquipélago – História**, Açores – Portugal, v. 7, n. 2, p. 173-196, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. **Mortalidade**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/oministerio/principal/secretarias/svs/mortalidade>>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- CARBALLO, M.; NERURKAR, A. Migration, refugees, and health risks. **Emerging Infectious Diseases**, US, v. 7, Supl. 3, p. 556-560, 2001.
- CARVALHO, A. I. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 – prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz; Ipea; Ministério da Saúde; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, v. 4, 2013.
- DIAS, S.; GONÇALVES, A. Migração e saúde. **Revista Migrações**, Lisboa, n. 1, p. 15-26, 2007.
- EKÉUS, C. et al. Stillbirth among foreign-born women in Sweden. **European Journal of Public Health**, Prague, v. 21, n. 6, p. 788-792, 2011.
- GOLDBERG A.; SILVEIRA C. Desigualdad social, condiciones de acceso a la salud pública y procesos de atención en inmigrantes bolivianos de Buenos Aires y São Paulo: una indagación comparativa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 22, n. 2, p. 283-297, 2013.
- IBGE. **Cidades@**. Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/QHF>>. Acesso em: 26 mar. 2017.
- _____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1E79>>. Acesso em: 26 mar. 2017.
- _____. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, RJ, 2007. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 set. 2016.
- LAURENTI, R.; MELLO JORGE, M. H. P.; GOTLIEB, S. L. D. **Estudo da mortalidade de mulheres de 10 a 49 anos, com ênfase na mortalidade materna**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.
- LEHTI, V. et al. Mortality and causes of death among the migrant population of Finland in 2011–13. **European Journal of Public Health**, Prague, v. 27, n. 1, p. 117-123, 2016.

- MELLO JORGE, M. H. P.; LAURENTI, R.; GOTLIEB, S. L. D. Análise da qualidade das estatísticas vitais brasileiras: a experiência de implementação do SIM e SINASC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 3, p. 643-654, 2007.
- PADILLA, B. Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 21, n. 40, p. 49-68, 2013.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica: Brasil no Mercosul. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Córdoba, Argentina: ALAP, 2004.
- REUS-PONS, M. et al. Differences in mortality between groups of older migrants and older non-migrants in Belgium, 2001–09. **European Journal of Public Health**, Prague, v. 26, n. 6, p. 992-1000, 2016.
- RIPSA – REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. 2.ed. Brasília, DF: OPAS, 2008.
- ROMERO, D. E.; CUNHA, C. B. Avaliação da qualidade das variáveis sócio-econômicas e demográficas dos óbitos de crianças menores de um ano registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Brasil (1996/2001). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 22, n. 3, p. 673-684, 2006.
- RUBIA, M.; MARCOS, I.; MUENNIG, P. A. Increased risk of heart disease and stroke among foreign-born females residing in the United States. **American Journal of Preventive Medicine**, New York, NY, v. 22, n. 1, p. 30-35, 2002.
- SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo; CEINFO - Coordenação de Epidemiologia e Informação. **SINASC**. São Paulo, SP, 2015a. Disponível em: <http://tabnet.saude.prefeitura.sp.gov.br/cgi/tabcgi.exe?secretarias/saude/TABNET/sinasc/nas_cido.def>. Acesso em: 10/05/2017.
- _____. **SIM. PRO-AIM - Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade**. São Paulo, SP, 2015b. Disponível em: <<http://tabnet.saude.prefeitura.sp.gov.br/cgi/tabcgi.exe/secretarias/saude/TABNET/SIM/obito.def>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- _____. **PRO-AIM – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade**. São Paulo, SP, 2011. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/epidemiologia_e_informacao/mortalidade/index.php?p=29586>. Acesso em: 13 set. 2016.
- SILVA, S. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.
- _____. **Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo, SP: Paulinas, 1997.
- WALDMAN, T. C. Movimentos migratórios sob a perspectiva do direito à saúde: imigrantes bolivianas em São Paulo. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, SP, v. 12, n. 1, p. 90-114, 2011.
- YAZAKI, L. M. et al. Indicadores de saúde reprodutiva e mortalidade dos bolivianos residentes na cidade de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Anexo 1

 República Federativa do Brasil Ministério da Saúde 1ª VIA - SECRETARIA DE SAUDE		Declaração de Óbito		
I	Identificação	1 Tipo de óbito <input type="checkbox"/> Fetal <input type="checkbox"/> Não Fetal 2 Data do óbito _____ Hora _____ <input type="checkbox"/> Cartão SUS _____ 3 Nome do Falecido _____ 4 Nome do Pai _____ 5 Nome da Mãe _____ 6 Data de nascimento _____ 7 Idade _____ Anos completos _____ Meses de 1 ano _____ Dias _____ Horas _____ Minutos _____ 8 Escolaridade (última série concluída) _____ 9 Sexo <input type="checkbox"/> M. Masc. <input type="checkbox"/> F. Fem. <input type="checkbox"/> Ignorado 10 Raça/Cor <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Ignorado 11 Situação conjugal <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Separado judicialmente/ divorciado <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Ignorado 12 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) _____ Código CBO 2002 _____ 13 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) _____ Número _____ Complemento _____ 14 CEP _____		
	II	Residência	15 Bairro/Distrito _____ Código _____ 16 Município de residência _____ Código _____ 17 UF _____ 18 Local de ocorrência do óbito <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Domicílio <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Ignorado 19 Estabelecimento _____ Código CHES _____ 20 Endereço da ocorrência, se fora do estabelecimento ou da residência (rua, praça, avenida, etc.) _____ Número _____ Complemento _____ 21 CEP _____ 22 Bairro/Distrito _____ Código _____ 23 Município de ocorrência _____ Código _____ 24 UF _____	
	III	Ocorrência		
	IV	Fetal ou menor que 1 ano	PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE 25 Idade _____ 26 Escolaridade (última série concluída) _____ 27 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada) _____ Código CBO 2002 _____ 28 Número de filhos vivos _____ 29 Nº de semanas de gestação _____ 30 Tipo de parto <input type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Gêmeos <input type="checkbox"/> Triplês e mais <input type="checkbox"/> Ignorado 31 Morte em relação ao parto <input type="checkbox"/> Antes <input type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois <input type="checkbox"/> Ignorado 32 Peso ao nascer _____ 33 Número da Declaração de Nascimento Vivo _____ 34 Tipo de gravidez <input type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Gêmeos <input type="checkbox"/> Triplês e mais <input type="checkbox"/> Ignorado 35 Morte em relação ao parto <input type="checkbox"/> Antes <input type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois <input type="checkbox"/> Ignorado 36 Tipo de parto <input type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Gêmeos <input type="checkbox"/> Triplês e mais <input type="checkbox"/> Ignorado 37 Morte em relação ao parto <input type="checkbox"/> Antes <input type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois <input type="checkbox"/> Ignorado 38 Peso ao nascer _____ 39 Número da Declaração de Nascimento Vivo _____	
V	Condições e causas do óbito	VI	40 Óbito de mulher em idade fértil <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado 41 Assistência médica <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado 42 Diagnóstico confirmado por: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado 43 CAUSAS DA MORTE PARTE I Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte: _____ Devido ou como consequência de: _____ CAUSAS ANTECEDENTES Estados mórbidos, se existirem, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica. a) _____ b) _____ c) _____ d) _____ PARTE II Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima. _____ _____ ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA CID _____ Tempo aproximado entre o início da doença e a morte _____	
		VII	44 Nome do Médico _____ 45 CRM _____ 46 Óbito atestado por Médico <input type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> IML 47 Município e UF do SVO ou IML _____ UF _____ 48 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) _____ 49 Data do atestado _____ 50 Assinatura _____ 51 Nome do Médico _____ 52 CRM _____ 53 Óbito atestado por Médico <input type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> IML 54 Município e UF do SVO ou IML _____ UF _____ 55 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) _____ 56 Data do atestado _____ 57 Assinatura _____	
VIII	Causas externas	VIII	58 PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (informações de caráter estritamente epidemiológico) 59 Tipo <input type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> Ignorado 60 Fonte da informação <input type="checkbox"/> Sistema de Ocorrência <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> Ignorado 61 Descrição sumária do evento, incluindo o tipo de local de ocorrência _____ 62 SE A OCORRÊNCIA FOR EM VIA PÚBLICA, ANOTAR O ENDEREÇO 63 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) _____ Código _____	
		IX	64 Cartório _____ Código _____ 65 Registro _____ 66 Data _____ 67 Município _____ Código _____ 68 UF _____ 69 Declarante _____ 70 Testemunhas A _____ B _____	

Versão 01/10 - 2ª Impressão 11/2019

OS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÃO E SAÚDE NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Luiza Nogueira Losco
Luciana Correia Alves

Mudanças nas características dos fluxos migratórios brasileiros, além de um incremento em seu volume, são favorecidas pelas novas formas de produção em escala global e a reestruturação da produção, que impulsionam novas modalidades de transferência da população pelo globo (BAENINGER, 2008). Segundo Canales (2015, p. 5), o contexto atual das migrações internacionais não só demonstra uma intensificação de seus fluxos, mas também uma “extensificação”, sendo diversificadas suas origens, seus destinos, modalidades migratórias e os perfis dos sujeitos envolvidos. Diante das mudanças estruturais pelas quais o Brasil passou nos anos iniciais do século XXI, como a internacionalização de seu mercado, aumento da demanda por força de trabalho no setor de serviços e na indústria, além de um considerável crescimento do poder econômico da população, criou-se uma abertura para que imigrantes com menor qualificação se inserissem no mercado de trabalho do país (FERNANDES, 2015).

Segundo dados do último Censo Demográfico brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, divulgados por Fernandes (2015), pode-se verificar um aumento significativo no volume de pessoas oriundas de países limítrofes, como Bolívia e Paraguai, passando, respectivamente, de 20.388 e 28.822 no ano de 2000 para 38.826 e 39.222 pessoas no ano de 2010. É possível perceber, portanto, que as imigrações contemporâneas para o Brasil se distinguem daquelas do final do século XIX e início do século XX, marcadas pela chegada de europeus ao país (PATARRA; BAENINGER, 2006). A presença de pessoas oriundas de outros países do Sul Global (SANTOS, 2009; MORIN, 2012), como Bolívia, Haiti, Senegal, Congo, entre outros, se faz cada vez mais recorrente no cenário atual brasileiro (BÓGUS; FABIANO, 2015).

Por meio de dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiro da Polícia Federal e do Ministério da Justiça (SINCRE), divulgados no relatório anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) para 2015 no Brasil, foram concedidos 833.682 registros para estrangeiros. Os bolivianos foram os que tiveram maior volume de registros permanentes concedidos: 50.357; mostrando um aumento significativo desde os dados da imigração boliviana do Censo demográfico de 2010 (CAVALCANTI et al., 2015). Assim, pode-se verificar transformações na dinâmica das migrações internacionais e uma nova posição do Brasil como receptor de

imigrantes, demonstrando as particularidades da reinserção do Brasil na rota das migrações (BAENINGER, 2012).

Estas transformações nos processos migratórios para o Brasil, com suas novas origens e configurações, fazem com que seja cada vez mais necessária a reflexão sobre como essa população se insere nos serviços oferecidos pelo Estado e como as políticas públicas irão compreender as especificidades desses grupos populacionais. Pensando no setor da saúde e em como o sistema de saúde brasileiro está organizado, a utilização de seus serviços pela população migrante está prevista em sua legislação, sendo que um de seus princípios é a universalidade, ou seja, a utilização dos serviços para todos que estejam em território nacional (LOBATO; GIOVANELLA, 2008).

Além do princípio da universalidade, outras diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), como a equidade, a integralidade e o direito à informação, conferem aos serviços de saúde brasileiros certa singularidade na possibilidade de acesso à atenção a saúde para a população migrante internacional, sendo que este acesso é propiciado pela própria constituição do SUS. Entretanto, como já discutido anteriormente, somente a possibilidade do acesso não consegue garantir de fato a inserção desta população ao cuidado em saúde (LOSCO, 2016). Distintos fatores podem ser considerados como obstáculos para a atenção em saúde à população migrante, como as diferenças linguísticas e culturais, que interferem na própria compreensão do processo de saúde e doença, prejudicando o atendimento (ESHIETT; PARRY, 2003; DIAS; GONÇALVES, 2007).

Dentro do atendimento à população que migra internacionalmente, os profissionais de saúde podem não compreender que entre determinadas etnias, a forma como a pessoa se comporta durante a situação de enfermidade pode ser distinta a da sociedade de destino, podendo ser diferente, inclusive, a maneira como se considera o conceito de saúde (ESHIETT; PARRY, 2003). Este é um dos motivos que podem dificultar o trabalho dos profissionais de saúde e servir como uma barreira para que o atendimento ocorra efetivamente.

Além disso, outros fatores podem complicar a atenção em saúde à população migrante, como a diferença na língua falada, que pode se tornar um obstáculo, prejudicando o atendimento (GELLERT et al., 1995). Nos estudos internacionais é comum encontrar a relação entre as migrações e seus riscos à saúde, entretanto, é indispensável dizer que o fato de migrar não significa um perigo à saúde (DIAS; GONÇALVES, 2007), sendo que irá depender do contexto e do espaço no qual a migração acontece:

Neste sentido, o impacto da migração na saúde e os determinantes presentes em cada fase do processo migratório variam com o tipo de migração (legal/irregular, voluntária/forçada), o ambiente global do país de origem, trânsito e acolhimento, as políticas de imigração adotadas no país de chegada, as condições de acolhimento ou o contato mantido com o país de origem (DIAS; GONÇALVES, 2007, p. 18).

Recentemente, no Brasil, o debate sobre os conflitos vividos pela população migrante ao procurar os serviços de saúde têm aumentado, e a discussão se insere em sua maior parte no sentido de compreender como se dá o acesso ao atendimento, principalmente, analisando a inserção da comunidade boliviana que vive na cidade de São Paulo. Entretanto, outros aspectos, além do acesso aos serviços, também se colocam essenciais para a reflexão, como as necessidades específicas de saúde da população imigrante. Segundo Rechel et al. (2013), é necessário que se tenha um programa para o desenvolvimento da saúde que seja culturalmente sensível, dando aos profissionais um treinamento para se comunicar com a população migrante, trazendo melhoras para que o atendimento em saúde ocorra.

Desde a inserção da Atenção Básica nas preposições dos serviços de saúde no Brasil, durante a VIII Conferência Nacional de Saúde de 1986, a competência cultural passa a fazer parte da premissa dos cuidados primários em saúde (SOUZA; SAMPAIO, 2002). Desta forma, a capacidade de reconhecer as especificidades de cada grupo populacional, considerando suas características culturais e diferenças étnico-raciais ou religiosas, deve constar no atendimento em saúde para a população (STARFIELD *apud* SOUZA; SAMPAIO, 2002). Além disso, operando de forma georreferenciada, por meio de uma abrangência territorial, a Atenção Básica, deve proporcionar o cuidado em saúde àqueles que encontram-se em sua área de atuação (FARIA; BORTOLOZZI, 2012; FARIA, 2013), ou seja, deve abranger de forma integral e equânime tanto a saúde da população nacional quanto da população imigrante que se encontra em seu território de alcance.

Portanto, estando o próprio Sistema Único de Saúde (SUS) estruturado de forma hierárquica, na qual a Atenção Básica (ou Primária) é a porta de entrada para os serviços, ou o primeiro nível hierárquico do acompanhamento da saúde da população (VASCONCELOS; PASCHE, 2009), é preciso compreender como que a competência cultural, assim como suas diretrizes de atuação de fato se colocam em prática quando do atendimento em saúde à população imigrante. Com isso, faz-se importante conhecer a relação entre os serviços de saúde oferecidos pelo país de destino e os complexos aspectos dos processos migratórios atuais.

Para que se compreenda esta dinâmica relação, as investigações científicas devem estar alinhadas a estas preocupações, no intuito de desvendar a complexidade relacionada tanto à utilização dos serviços como a própria condição de saúde da população migrante, sendo que esta pode ser afetada pela situação em que o migrante se encontra no país de destino, como a sua ocupação, sua situação legal e a condição enfrentada anteriormente no país de origem (DIAS; GONÇALVES, 2007).

A carência de estudos nesta temática se deve ao fato de que talvez em nenhuma outra área de política pública exista uma lacuna tão grande entre as necessidades de informação e os dados existentes disponíveis. O Brasil, assim

como outros países, enfrenta grande defasagem em termos de fontes de dados e estudos sobre a saúde da população imigrante, problema este relacionado não somente à migração internacional, mas também com relação à migração interna. O país não apresenta uma pesquisa representativa em nível nacional que permita investigar as condições de saúde dos imigrantes e seus filhos. Em geral, as pesquisas são em nível local e de caráter mais específico, como, por exemplo, estudo de caso.

No entanto, os processos migratórios e a política nacional de imigração continuam a ser objeto de intenso debate político e científico, surgindo questões como: quais são as contribuições e os custos da população migrante internacional para a economia? Qual é a relação entre a situação legal dos migrantes que chegam ao país? Mesmo com relação aos imigrantes que estejam no país com sua situação regulamentada, pouco se sabe sobre sua origem, que não sejam informações sobre os seus países de nascimento ou a última residência. Ainda conhece-se pouco sobre suas experiências de mercado de trabalho nos países de origem e a capacidade dos imigrantes de traduzir essas experiências no sucesso do mercado de trabalho no país de destino. Além disso, ao longo do tempo, será que a migração para o Brasil melhorou as condições de vida e saúde dos migrantes e seus filhos? Como a saúde e o bem-estar dos imigrantes se comparam com os da população nacional? Esses indivíduos conseguem acessar os serviços de saúde? Essas são algumas de várias questões que envolvem o tema de migração e saúde.

A literatura mostra que há disparidades no estado de saúde por origem étnica e status de migração em vários países (CARBALLO; DIVINO; ZERIC, 1998; GOLDBERG, 2014). Apesar de serem saudáveis no momento da migração, os migrantes e as minorias étnicas enfrentam desafios em seus países de acolhimento que põem em perigo sua saúde e bem-estar (EVANS, 1987; JANSÁ; OLALLA, 2004). A exposição prolongada ao estado de indocumentação, a pobreza, a exclusão social e a assimilação a comportamentos negativos para a saúde nos países de destino estão entre as principais causas do declínio da saúde dos migrantes (DIAS; GONÇALVES, 2007).

O Brasil é um país marcado por desigualdades socioeconômicas e, diante disso, é fundamental ampliar as discussões sobre migração e saúde no país e comparar a saúde e o bem-estar dos imigrantes com os cidadãos nacionais. A carência de uma fonte de dados ou pesquisas organizadas com abrangência nacional e que englobem um maior volume de indivíduos inviabiliza o conhecimento das reais condições de saúde e de acesso aos serviços da população migrante de outros países para o Brasil.

Esse capítulo pretende, portanto, traçar um panorama dos tipos de pesquisas já realizadas e voltadas para a saúde dos imigrantes internacionais no país, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Espera-se, assim, estabelecer em que medida o que está sendo produzido atualmente contribui de

fato para o maior esclarecimento da problemática em questão e aponta para os novos rumos que o país precisará seguir nas investigações.

Procedimentos metodológicos

Para a realização deste estudo, que apresenta como objetivo mapear e refletir sobre os trabalhos que vêm sendo produzidos dentre as investigações científicas na temática saúde e migração, contou-se com uma revisão sistemática da bibliografia publicada sobre o tema, tendo como sustentação o indicado por Galvão e Pereira (2014). Optou-se por utilizar como recorte temporal para a pesquisa, artigos científicos publicados a partir do ano de 2000 até o primeiro semestre de 2017, sendo este recorte justificado pelas transformações ocorridas nos processos migratórios desde o início do século XXI (BAENINGER, 2012).

Desta forma, foram selecionados artigos acadêmicos que já haviam sido publicados, tanto em revistas nacionais como internacionais, e que preenchiam os seguintes critérios: o estudo ter sido realizado no Brasil; ter sido publicado dentro do período estabelecido; e ter como temática de estudo saúde e migração internacional.

Como bases indexadoras para a busca dos trabalhos publicados, foram utilizadas a *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros e a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), base que se institui como modelo, estratégia e plataforma operacional de cooperação técnica da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para gestão da informação e do conhecimento em saúde na América Latina e Caribe. Sendo a BVS uma plataforma que compreende outras bases indexadoras em seu banco de dados, foram selecionadas para buscas as seguintes bases: MEDLINE, LILACS, WHOLIS, PAHO e Coleciona SUS. Portanto, foram analisadas seis bases de dados com abrangência internacional.

Os descritores e termos MesH consultados nas buscas foram: “migration” AND “health” no campo Título e/ou abstract + key words. Os filtros aplicados foram: limite – humanos; país/região como assunto – Brasil; idiomas – inglês, espanhol e português; ano de publicação – 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. As duplicidades entre os artigos foram excluídas.

Assim, por meio da revisão sistemática, pretendeu-se conhecer a produção científica que está sendo desenvolvida sobre a relação entre saúde e migração internacional no Brasil, de maneira que fomente a reflexão sobre uma agenda de pesquisa nesta área.

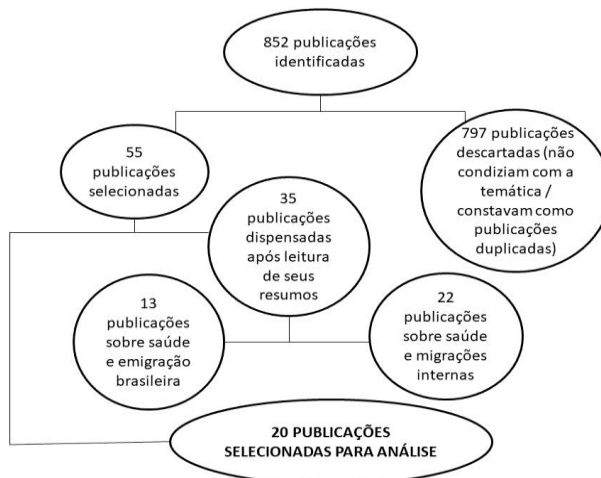
Resultados e discussão

Após a busca bibliográfica nas bases indexadoras, foram identificadas 852 publicações que se enquadravam nos filtros aplicados. Dentre os resultados encontrados, foram descartadas 797 publicações que não condiziam com a

temática saúde e migração ou que constavam como publicações duplicadas. Após a leitura dos títulos e resumos, das 55 publicações restantes, 35 foram dispensadas, pois apesar de ter como tema saúde e migração não tratavam dessa relação entre os migrantes internacionais que chegam ao Brasil, sendo que 22 artigos estavam relacionados com discussões sobre aspectos da saúde dos migrantes internos e 13 publicações investigavam diversos âmbitos da saúde de brasileiros que viviam no exterior.

Assim, foram eleitos 20 artigos que se enquadravam nos critérios delimitados anteriormente, como o estudo ter sido realizado no Brasil, estar no período selecionado e ter como objetivo a discussão de algum aspecto da relação entre saúde e migração internacional no Brasil. Apresenta-se abaixo um fluxograma da seleção dos artigos incluídos na análise:

FIGURA 1 – Fluxograma da revisão sistemática de bibliografia sobre saúde e migração internacional no Brasil (2000 a 1º sem. de 2017)

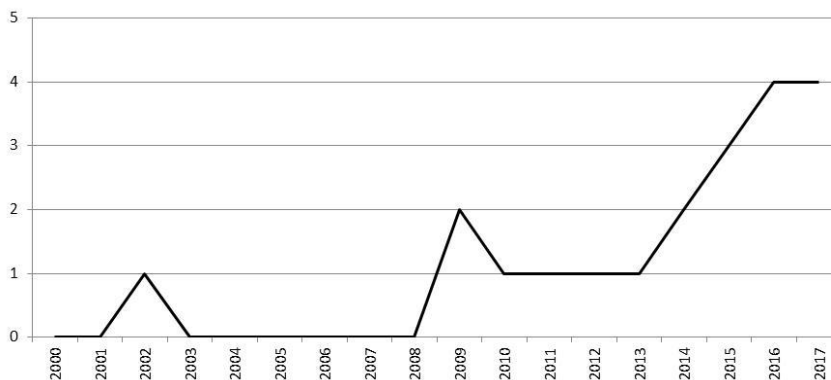


Dos 20 artigos selecionados para análise, 15 trabalhos foram publicados nos últimos 5 anos, ou seja, 75% das publicações selecionadas, como mostra o gráfico a seguir:

Percebe-se, desta forma, um incremento da importância dada à temática de saúde e migração internacional dentre os últimos cinco anos, o que mostra um crescimento na preocupação sobre essa temática dentro da academia. Dentre estes artigos, a maior parte se refere à conjuntura da população boliviana ao se organizar e reivindicar seu acesso aos serviços de saúde nas unidades de atendimento da cidade de São Paulo. Este fato se justifica pela intensa e muito discutida presença de bolivianos que passaram a viver nos bairros centrais da

metrópole paulista nas últimas décadas (SILVA, 1997; 2005; 2006; PAIVA, 2012).

GRÁFICO 1 – Linha de tendência do número de publicações sobre saúde e migração internacional dentro do período do ano de 2000 ao 1º sem. de 2017



Fonte: Elaboração própria a partir das publicações selecionadas.

Além de questões relacionadas à saúde da população imigrante boliviana, foram identificados trabalhos sobre a população nipo-brasileira que vive em Bauru, no interior de São Paulo e sobre a população haitiana que vive na Região Norte e da população haitiana que vive no estado do Mato Grosso, como se pode verificar no Quadro 1.

É importante destacar que dentre os 6 artigos restantes que não estão no Quadro 1, um deles versava sobre a atenção ao parto de mulheres latino-americanas no geral, sem ter uma nacionalidade específica para o estudo. Entretanto, além deste, dentre os 7 que se enquadram nos estudos de saúde e migração sobre a população boliviana em São Paulo, um deles também retratava a condição das mulheres bolivianas ao serem gestantes no Brasil e acessarem os serviços públicos de saúde. Esta é uma questão que necessita de muita reflexão, pois segundo dados apresentados no trabalho de Castro e colaboradores (2015), 46% dos partos na Bolívia são domiciliares e o país apresenta uma taxa de 13,7% de cesárias, o que mostra um contexto muito distinto dos encontrados no Brasil, que se revela como um dos países com maiores números de cesárias. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, divulgados pela UNA – SUS (Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde), em 2015, o Brasil liderava o ranking de cesarianas no mundo, juntamente com a República Dominicana, sendo que a taxa era de 56%. Estes dados demonstram uma grande divergência na compreensão entre as práticas exercidas durante a gestação das mulheres nos dois países, o que exemplifica a dificuldade colocada nas relações entre saúde e migração.

QUADRO 1 – Populações dos estudos identificados

População do Estudo	Número de Publicações Identificadas
Bolivianos que vivem em São Paulo	7
Haitianos que vivem na Região Norte	2
Haitianos que vivem no Mato Grosso	1
Nipo-brasileiros em São Paulo	3
Coreanos em São Paulo	1

Fonte: Elaboração própria a partir das publicações selecionadas.

Os outros cinco artigos que não foram contabilizados no Quadro 1, se referem às questões políticas ou estruturais mais gerais dos processos migratórios e suas interferências nos sistemas e nos serviços de saúde brasileiros. Dentre a área de conhecimento na qual estas publicações se inserem, a maior parte se encontra na área da Saúde Coletiva, podendo ser verificados artigos na área da Epidemiologia, da Saúde Mental, das Ciências Sociais em Saúde e das Relações Internacionais.

No Quadro 2, apresentam-se os artigos selecionados, sendo discriminados seus títulos, autores, ano de publicação e periódico científico no qual foram publicados.

Com relação às metodologias das publicações analisadas foram identificados estudos de revisão bibliográfica assim como estudos de caso nos quais a amostra utilizada para análise é delimitada por meio de métodos de bola de neve e/ou por saturação. Revela-se, portanto, uma dificuldade destes estudos utilizarem dados robustos referentes a estas populações, não por descuido dos pesquisadores, mas sim por uma falta de banco de dados que os permitam este tipo de análise. Além disso, vale contar que somente um destes artigos estava relacionado à temática da condição de saúde destes migrantes, sendo que o restante tratava sobre o acesso da população migrante aos serviços de saúde e diversos condicionantes que podem ser estabelecidos quando os migrantes procuram o sistema de saúde brasileiro. A reflexão sobre a condição ou o estado de saúde dos migrantes internacionais no país de destino se mostra como uma temática cara aos estudos internacionais que tratam do tema, sendo que a vida que o imigrante leva afetará de forma abrangente seu estado de saúde (PADILLA, 2013). Portanto, deveria ser dada uma maior ênfase a este tipo de reflexão.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

QUADRO 2 – Artigos selecionados para análise

Título Artigo	Autores	Ano de Publicação	Revista
A comunicação no processo da hospitalização do imigrante japonês.	CHUBACI, R. Y.S.; MERIGHI, M.A. B.	2002	Rev. Latino-Am. Enfermagem
Reflexão sobre a imigração japonesa no Brasil sob o ângulo da adiposidade corporal	FERREIRA, S. R. G. et al.	2009	Arq. Bras. Endocrinol. Metabol.
Saúde mental dos imigrantes coreanos em São Paulo, Brasil	SAM KANG, D. et al.	2009	Cad. Saúde Pública
Interação Transcultural nos serviços de saúde.	SILVA, E. C. C.; RAMOS, D. L. P.	2010	Acta Bioethica
Movimentos migratórios sob a perspectiva do direito à saúde: imigrantes bolivianas em São Paulo	WALDMAN, T. C.	2011	Revista de Direito Sanitário
Equity in health: tuberculosis in the Bolivian immigrant community of São Paulo, Brazil.	MARTINEZ, V. et al.	2012	Trop. Med. Int. Health
Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo.	MARTES, A.C. B.; FALEIROS, S. M.	2013	Saúde Soc.
From Haiti to the Amazon: Public Health Issues Related to the Recent Immigration of Haitians to Brazil	RAWLINSON, T. et al.	2014	PLoS. Negl. Trop. Dis.
Estudo dos Fatores de Risco Associados à Arteriotopia Periférica em Nipo-brasileiros de Bauru (SP)	GAROFOLLO, L. et al.	2014	Arq. Bras. Cardiol.
Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental.	KNOBLOCH, F.	2015	Psicol. USP
Características sociodemográficas de migrantes bolivianas com gestação decorrente de violência sexual atendidas em serviço público de referência para abortamento legal, São Paulo, Brasil, 2002-2014	SANTOS, J. et al.	2015	Reprod. Clim.
Atenção ao parto de mulheres estrangeiras em uma maternidade pública de São Paulo	CASTRO, C. M. et al.	2015	Civitas
Migração, prevenção em saúde mental e rede digital.	DANTAS, S.	2016	REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.
"Falta um Jorge": a saúde na política municipal para migrantes de São Paulo (SP).	STEFFENS, I.; MARTINS, J.	2016	Lua Nova
O lugar dos trabalhadores de saúde nas pesquisas sobre processos migratórios internacionais e saúde	SILVEIRA, C. et al.	2016	Cad. Saúde Pública
A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas	SANTOS, F. V.	2016	Hist. Cienc. Saúde Manguinhos
Bioética, imigração e assistência à saúde: tensões e convergências sobre o direito humano à saúde no Brasil na integração regional dos países	GUERRA, K.; VENTURA, M.	2017	Cad. Saúde Colet.
Migração boliviana e doença de Chagas: limites na atuação do Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS).	CARNEIRO JUNIOR, N. et al.	2017	Interface (Botucatu)
Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana.	GRANADA, D. et al.	2017	Interface (Botucatu)
Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil.	LEAO, L. H. C. et al	2017	Cad. Saúde Pública [online]

Fonte: Elaboração própria a partir das publicações selecionadas.

Com estes resultados é possível perceber que ainda existe muitas questões a serem discutidas no âmbito da relação entre saúde e migração. O número de publicações ainda se apresenta incipiente, perante a diversidade de questionamentos que ainda não são respondidos a partir destes estudos, como, por exemplo: como se altera a condição de saúde do migrante depois do processo migratório? Como diversas e distintas localidades que recebem fluxos migratórios recentes lidam com a presença dos migrantes nos serviços de saúde? Como a prática clínica dos profissionais de saúde é alterada com a presença dos migrantes internacionais nos serviços de saúde? Será que ainda é válida a premissa de que o migrante é o mais saudável? É possível que a utilização dos serviços de saúde estejam entre as motivações para as imigrações para o Brasil? Estas são questões que ainda precisam ser compreendidas para servirem de subsídios na construção de políticas públicas voltadas ao aprimoramento da assistência à saúde do migrante internacional, que possibilitará que os desafios trazidos pelo outro sejam superados e que suas novas perspectivas somem à transformação das relações humanas e que seja garantido e efetivado o acesso aos serviços de saúde, assim como às políticas sociais.

Considerações Finais

A sistematização de um banco de dados de uso público sobre novos imigrantes documentados e seus filhos são extremamente úteis e indispensáveis para abordar as questões científicas e políticas sobre o comportamento da migração e os impactos da migração, especialmente na saúde. É importante avançar essa discussão para além do que está sendo produzido atualmente. As fontes de dados precisam, sobretudo, coletar informações a respeito de como o *status* dos migrantes afeta a sua saúde e bem-estar; como a dinâmica das diferenças da saúde entre migrantes e nativos muda ao longo do tempo e entre gerações; e como a assimilação, as condições socioeconômicas e a exclusão social influenciam essas dinâmicas.

Em relação aos serviços de saúde, o Brasil possui um sistema que inova em suas propostas, admitindo conceitos que prezam pela humanização do atendimento e acompanhamento da saúde dos indivíduos, partindo dos princípios da universalidade, integralidade e equidade em saúde. A constituição do SUS foi um grande avanço para a transformação da visão e do modelo praticado como sendo a saúde uma mera ausência de doença, para a busca de bem estar da população. Inserir os indivíduos migrantes nestes serviços, principalmente os de atenção de nível primário, que valorizam um acompanhamento contínuo da saúde da comunidade, se mostra como um desafio para os gestores e profissionais de saúde. Ao mesmo tempo, essa população necessita deste atendimento e tem direitos a ele. Faz-se necessário, portanto, inclusive dar condições para que os profissionais possam exercer suas atividades de forma integral, reconhecendo as necessidades do sujeito a ser atendido,

possibilitando que sua prática parta dessas necessidades, não sendo modelada por alcances de metas para os atendimentos. Somente desta forma, os serviços de saúde poderão cumprir uma de suas principais diretrizes, a da universalidade.

Mesmo este trabalho tendo uma limitação por somente ter investigado artigos publicados em periódicos e não terem sido incluídos trabalhos de teses e dissertações sobre a temática, a partir dos resultados, é possível perceber que existe uma ampla diversidade de questões que ainda precisam ser discutidas dentro dos estudos sobre saúde e migração no país. Os fluxos migratórios internacionais para o Brasil estão cada vez mais diversos e a maioria dos trabalhos ainda trata de questões relacionadas aos migrantes internacionais de origem boliviana. Imigrantes de outras origens também precisam ter suas especificidades no cuidado em saúde investigadas.

Além disso, estudos que tratam de questões que vão além do acesso aos serviços de saúde também precisam ser incentivados, auxiliando na compreensão dos diferentes determinantes em saúde que estão relacionados com o processo migratório. Outra questão que pode ser colocada é que saúde e migração é um tema interdisciplinar e a maior parte dos estudos já produzidos se encontram dentro das ciências médicas. Outras áreas do conhecimento podem e devem tratar desta questão, sendo que a complexidade dos fenômenos necessita cada vez mais de uma cooperação entre as disciplinas para serem melhor compreendidos.

Espera-se que este trabalho sirva como contribuição para a reflexão da necessidade de construção de uma agenda de pesquisa na área de saúde e migração internacional no Brasil e que sirva como um panorama de que ainda muitas questões precisam ser desveladas. Além disso, mostra-se aqui a urgência de uma base de dados robusta sobre as condições de vida, saúde e bem-estar da população migrante, para que desta forma, as políticas públicas possam ser de fato voltadas para as especificidades das populações.

Referências

- BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações Latino-Americanas. In: _____ (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012.
- _____. O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina. In: CGEE. **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília, DF, 2008.
- BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto & Vírgula**, São Paulo, SP, n. 18, p. 126-145, 2015.
- CANALES, A. I. **E pur si muove**: elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global. Guadalajara, Jalisco: Universidad de Guadalajara; México, DF: Miguel Ángel Porrúa, 2015.
- CARBALLO, M.; DIVINO, J. J.; ZERIC, D. Migration and health in the European Union. **Tropical Medicine & International Health**, Oxford, v. 3, n. 12, p. 936-944, 1998.

- CASTRO, C. M.; OLIVEIRA, R. C.; CUSTÓDIO, M. C. S. Atenção ao parto de mulheres estrangeiras em uma maternidade pública de São Paulo. **Civitas**, Porto Alegre, RS, v. 15, n. 2, p. e59-e74, 2015.
- CAVALCANTI, L. et al. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório anual 2015**. Brasília, DF: OBMigra, 2015.
- DIAS, S.; GONÇALVES, A. Migração e saúde. In: _____ (Org.). **Revista Migrações – Número Temático: Imigração e Saúde**, Lisboa, n. 1, p. 15-26, 2007.
- ESHIETT, M. U. A; PARRY, E. H. O. Migrants and health: a cultural dilemma. **Clinical Medicine**, US, v. 3, n. 3, p. 229-231, 2003.
- EVANS, J. Introduction: migration and health. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 21, n. 3, p. v- xiv, 1987. (Special Issue: Migration and Health).
- FARIA, R. M. Territorialização da atenção primária à saúde no sistema único de saúde e a construção de uma perspectiva de adequação dos serviços aos perfis do território. **Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 16, n.9, p. 131-147, 2013.
- _____; BORTOLOZZI, A. A territorialização como proposta para organização da atenção básica à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS): análise de uma prática geográfica da saúde. **Revista Geografia**, Rio Claro, SP, v. 37, n. 3, p. 431-444, 2012.
- FERNANDES, D. O Brasil e a migração internacional no século XXI – Notas introdutórias. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015.
- GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014.
- GELLERT, G. A. et al. Barriers to health care access and utilization among Vietnamese Americans in Southern California. **Health & Place**, v. 1, n. 2, p. 91-99, 1995.
- GOLDBERG, A. Contextos de vulnerabilidad social y situaciones de riesgo para la salud: tuberculosis en inmigrantes bolivianos que trabajan y viven en talleres textiles clandestinos de Buenos Aires. **Cuaderno de Antropología Social**, Buenos Aires, Argentina, n. 39, p. 91-114, 2014.
- JANSÀ, J. M.; OLALLA, P. G. de. Salud e inmigración: nuevas realidades y nuevos retos. **Gaceta Sanitaria**, Espanha, v. 18, (Supl.), p. 207-213, 2004.
- LOBATO, L. V. C.; GIOVANELLA, L. Sistemas de Saúde: origens, componentes e dinâmicas. In: GIOVANELLA, L. (Org.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FIOCRUZ, 2008.
- LOSCO, L. N. **Entre o acesso e a inserção: atenção básica em saúde aos imigrantes bolivianos a partir da percepção dos usuários e dos profissionais de saúde na UBS Bom Retiro**. 2016. 132f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, SP, 2016.
- MORIN, E. Para um pensamento do sul. In: _____. **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro, RJ: SESC/Depto Nacional, 2012.
- PADILLA, B. Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 21, n. 40, p. 49-68, 2013.
- PAIVA, O. C. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (Org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no MERCOSUL: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v.21, n.60, p. 83-102, 2006.

- RECHEL, B. et al. Migration and health in an increasingly diverse Europe. **The Lancet**, London, v. 381, n. 9873, p. 1235-1245, 2013. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)62086-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(12)62086-8)>. Acesso em: set. 2016.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a um ecologia dos saberes. In: BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS; M. P. M. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina-CES, 2009.
- SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.
- _____. **Bolivianos**: a presença da cultura andina. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2005.
- _____. **Costurando sonhos**: trajetória de um grupo imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, SP: Editora Paulinas, 1997.
- SOUZA, H. M.; SAMPAIO, L. F. R. Atenção básica: políticas, diretrizes e modelos coletâneos no Brasil. In: NEGRI, B; FARIA, R.; VIANA, A. L. Á. (Org.). **Recursos humanos em saúde**: política, desenvolvimento e mercado de trabalho, Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2002.
- VASCONCELOS, C. M.; PASCHE, D. F. O Sistema Único de Saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Org.). **Tratado de saúde coletiva**. 2.ed. São Paulo, SP: Hucitec; Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2009.
- UNA-SUS. '**Epidemia**' de cesáreas: por que tantas mulheres no mundo optam pela **cirurgia**? Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/epidemia-de-cesareas-por-que-tantas-mulheres-no-mundo-optam-pela-cirurgia>>. Acesso em: maio 2017

GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO²¹⁸

Natália Belmonte Demétrio

A constituição de uma rede de cidades integrada (GONÇALVES, 1998), precoce em relação aos demais sistemas urbanos latino-americanos (MARTINE; McGRANAHAM, 2010), representou uma vantagem comparativa do estado de São Paulo no processo de inserção nos mercados globais (SASSEN, 1998). A produção de um verdadeiro exército de reserva de lugares para a inversão de capitais globalizados (ELIAS, 2003a) está na base da formação de diferentes espaços transnacionais (SASSEN, 1998) na hierarquia da rede urbana paulista (GONÇALVES, 1998), que vai desde o turismo, a indústria mais intensiva em ciência e tecnologia, os serviços especializados, até as áreas de produção agropecuária. Valendo-se das características herdadas, a ação das corporações multinacionais seleciona lugares, inserindo-os desigualmente na “cadeia de produção de finanças” (SASSEN, 1998, p.70).

Segundo Brandão (2007), a inserção do Brasil na rota do capital financeiro globalizado alterou a direção e a qualidade dos investimentos no setor produtivo, convergindo principalmente para o processamento de commodities. Nesse contexto, são fortalecidos os vínculos transnacionais de espaços selecionados (SASSEN, 1998) do interior paulista, através da produção agropecuária. Essas frentes de fortalecimento da agricultura científica e globalização (ELIAS, 2003a) compõem uma dimensão fundamental na análise dos “novos” rumos da migração no estado de São Paulo (BAENINGER, 2014). Ancorado nesse debate, o artigo investiga a participação da migração internacional no agronegócio paulista, seja nos postos de trabalho de gerência e de produção de novas tecnologias para o setor, seja nas ocupações para as quais são exigidas menor qualificação.

Dinâmica da população e globalização da agricultura em São Paulo

Entre 1970 e 2010, a evolução da população no estado de São Paulo passou por importantes transformações, efeito tanto da queda da fecundidade, como da desconcentração econômico-populacional a partir da Região Metropolitana de São Paulo (BAENINGER; OJIMA, 2008). A reversão da tendência de esvaziamento demográfico do Oeste Paulista reforça a formação de “outras áreas de recepção, absorção e retenção” de população, que passam a

²¹⁸ Este estudo compõe as análises do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq).

“dividir com as antigas regiões metropolitanas os destinos migratórios” em território estadual (BAENINGER; OJIMA, 2008, p.132).

Na interpretação de Elias (2003a), parte importante da dinâmica de reestruturação urbana e regional do interior paulista deve-se ao fortalecimento da agricultura científica e globalizada. Também Canales e Canales (2013) destacam a relação entre produção de commodities e os processos de redistribuição de população em outros países da América Latina. De acordo com esses autores, a nova divisão internacional do trabalho, a crise do processo de industrialização por substituição das importações e os impulsos à desconcentração produtiva corroboraram tanto para a desaceleração do crescimento metropolitano, como para a consolidação de uma ampla variedade de cidades agrárias, em torno das quais são adensados os vínculos transnacionais (SASSEN, 1998) através da produção e processamento de bens primários (CANALES; CANALES, 2013).

Para Elias (2017), a emergência de regiões produtivas do agronegócio alavanca a demanda por urbanização das cidades próximas às áreas de agricultura moderna, impulsionando o crescimento de municipalidades de pequeno e médio porte, as quais passam a “compor importantes nós pontos, ou manchas” da produção globalizada de commodities (ELIAS, 2017, p. 6). Nesse contexto, além dos clássicos fatores de expulsão (SINGER, 1980) associados à agricultura de commodities, é preciso abrir o olhar para um conjunto maior de processos de redistribuição de população nos marcos da globalização da agricultura.

O aprofundamento da dinâmica de urbanização corporativa (SANTOS, 2013) ligada à globalização da agricultura consagra não apenas a “reprodução do modelo urbano expandido e disperso” (ELIAS, 2003a, p. 325) nas principais cidades do agronegócio paulista, como também fortalece a formação de periferias migrantes (PEREIRA; BAENINGER, 2016) no entorno de tais centralidades. Ademais, a transformação das tradicionais capitais regionais (CAIADO, 1995) em áreas de rotatividade migratória (BAENINGER, 2012) expressa os mecanismos de desencaixe (GIDDENS, 1991) entre dinâmica da população e desenvolvimento econômico, com os espaços mais luminosos da globalização destacando-se pelo crescimento demográfico menos intenso (BAENINGER, 2012).

Ao mesmo tempo, são expandidos os espaços da migração nordestina (principal origem dos assalariados rurais do agronegócio paulista) (SILVA M., 1999), formam-se novos centros catalizadores da migração intra-regional, agravam-se as questões de classificação de situação de domicílio (RODRIGUES, 2001), com intensificação de novas formas de uso e ocupação dos espaços rurais (SILVA J, 1999; WANDERLEY, 2000).

Nesse trabalho, o objetivo é acrescentar mais uma dimensão da dinâmica da população no âmbito da globalização da agricultura: a migração internacional, em especial a migração Sul-Sul. Parte-se da hipótese de que as

migrações internacionais representam um elemento da reestruturação produtiva e urbana ligada à agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2003a). Os investimentos estrangeiros ligados a esse setor, além de impulsionar as chamadas regiões competitivas do agronegócio (CASTILLO; FREDERICO, 2010), criam um espaço transnacional de circulação de capitais, bens, serviços, informações e também de pessoas (SASSEN, 1988). Isto é, a reconfiguração do território decorrente da instalação desses processos de globalização promove novos fluxos migratórios, tanto internos como internacionais, de longa ou de curta distância (BAENINGER, 2014).

De acordo com Baeninger (2014), os fenômenos nacionais e globais não são excludentes. Nesse sentido, as migrações internacionais devem ser analisadas com mais uma dimensão “que reflete e compõe esse movimento de reestruturação dos contextos urbanos” (BAENINGER, 2014, p. 4). Seja por conta da queda persistente da fecundidade – e, por conseguinte, da diminuição do estoque potencial de migrantes internos –, seja em função da posição do Brasil no cenário internacional, a tendência é que, cada vez mais, a migração internacional participe da produção de uma população excedente necessária à acumulação de capital (BAENINGER, 2012; 2014). Nesse contexto, a combinação de processos migratórios internos e internacionais, de entradas e saídas de população, qualificados e não qualificados, é revelador das múltiplas formas de fragmentação do território (SANTOS, 2013) características da atual fase da acumulação capitalista.

As transformações na estrutura do emprego agropecuário

A consolidação de um novo patamar tecnológico está associada tanto à maior mobilidade da força-de-trabalho, expresso a partir da rotatividade migratória (BAENINGER, 2012), como a modificações nas relações de trabalho, com crescente estratificação da estrutura do emprego (SASSEN, 1998). Na interpretação da autora, ancorada em um processo produtivo intensivo em ciência e tecnologia, a economia globalizada destaca-se por criar um “mix das características do emprego”, que “vão do altamente sofisticado ao muito primitivo” (SASSEN, 1998, p. 137).

Em se tratando da agricultura científica e globalizada, Elias (2003a) destaca que o aprofundamento da divisão social do trabalho agropecuário reformulou a estrutura de comando dessa atividade, “que passa a ser gerida por um grupo de técnicos administradores”, planejadores da produção desde um escritório em uma cidade a centenas de quilômetros (ELIAS, 2003a, p. 276). Cada vez mais, empresas especializadas na produção de commodities vão substituindo os tradicionais fazendeiros (ELIAS, 2003a). Prolifera-se, ainda, a figura do “homem de negócios”, que mesmo sem ser proprietário de terras, investe no setor por considerá-lo “uma boa maneira de fazer render seu capital” (ELIAS, 2003a, p. 278).

Junto à estratificação crescente da estrutura sócio ocupacional, tem-se a redução significativa dos postos de trabalho criados e, sobretudo nas empresas ligadas à produção agrícola, um grande número de trabalhos temporários (REBORATTI, 2003). É desde essa perspectiva que se pode relacionar a mudança no regime de acumulação (HARVEY, 1992) à formação de um “excesso de população em relação às necessidades de trabalho”, isto é, à quantidade de trabalho necessária à reprodução ampliada de capital (MÉSZAROS, 2002 *apud* BERNARDES, 2007, p. 13).

Desse modo, a expansão dos cargos de comando da produção combina-se à difusão do trabalho agrícola temporário, de residência urbana, fazendo da agricultura científica e globalizada uma atividade demasiadamente desigual:

Apesar da relevância do assalariamento rural precarizado não ser um fenômeno novo, essa relação de trabalho deve, agora, ser entendida no escopo do capitalismo globalizado, através das estratégias de acumulação das corporações multinacionais, que impulsionam a lógica desses mercados de emprego perversos (RIELLA; MASCHERONI, 2015). Mesmo diante de um “nível técnico [...] menos exigente em quantidade de mão de obra” (BERNARDES, 2007, p.9), são nas frentes de expansão da agricultura globalizada onde mais e mais empregos são criados, embora com pouca estabilidade, maior intensificação da exploração do trabalho e baixa qualidade quanto às garantias trabalhistas (RIELLA; MASCHERONI, 2015).

Para uma análise panorâmica da maior estratificação da estrutura ocupacional do setor agropecuário no Estado de São Paulo, com destaque à participação da imigração internacional, esse trabalho explorou as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, com informações sobre empresas e contratos de trabalho. Foram utilizados os dados sobre vínculo empregatício²¹⁹ referentes ao universo do trabalho formal no estado.

A despeito da importância do trabalho sem carteira assinada no agronegócio brasileiro (MORAIS et al., 2015), nos segmentos ligados às cadeias globais de valor, seja por pressão de instituições da sociedade civil e do próprio Estado, seja em função das certificações exigidas na comercialização, a contratação de força-de-trabalho tem se destacado por altos níveis de formalização, sem que isso represente boas condições de trabalho (RIELLA; MASCHERONI, 2015).

Aspectos metodológicos e discussão das evidências empíricas

Os registros de trabalhos obtidos da RAIS foram analisados a partir de duas categorias fundamentais: os trabalhadores do conhecimento (MELLO, 2007), como grupo que distingue uma série de ocupações alinhadas à inovação

²¹⁹ Vale explicitar que um mesmo trabalhador pode apresentar mais de um vínculo, o que produz a recontagem da pessoa no banco.

tecnológica e à globalização por cima (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003); e os trabalhadores rurais migrantes (MACIEL, 2016), como categoria também fundamental à dinamização do agronegócio, mas condizente à globalização por baixo (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003). Considerando a Classificação Brasileira de Ocupação de 2002, os Quadros 1 e 2 discriminam quais as ocupações foram consideradas em cada um desses grupos.

É importante reforçar que as ocupações selecionadas são apenas aproximações das relações de trabalhos que expressam maior estratificação da estrutura ocupacional do agronegócio. Mesmo com limitações, a evolução dos vínculos empregatícios nesses dois setores permite visualizar as transformações na composição do emprego no agronegócio paulista, em anos recentes.

A Tabela 1 reforça a hipótese de crescente estratificação da estrutura sócio ocupacional do agronegócio em São Paulo, a partir do aumento gradual e persistente dos vínculos empregatícios referentes ao grupo de maior qualificação. Entre 2010 e 2015, os contratos de trabalhos classificados nessa categoria cresceu em mais de 2 mil registros. Apenas as funções de gerência, de técnicos florestais e em aquicultura apresentaram uma leve diminuição dos contratos na área (Tabela 1).

Seguindo tendência contrária, as ocupações classificadas no rol dos ofícios não qualificados registraram significativa oscilação no volume de vínculos empregatícios, (o que reforça a instabilidade desse mercado de trabalho), fechando o período considerado com diminuição de quase 10 mil vínculos: de 258.204 registros em 2010, para 247.375 em 2015 (Tabela 1).

É fundamental constar que essa tendência está demasiadamente influenciada pela queda nos registros de trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas – ocupação na qual estão os cortadores de cana-de-açúcar – refletindo os efeitos da mecanização da colheita nos canaviais. Esse fato é reforçado diante da evolução dos vínculos entre os trabalhadores da mecanização agropecuária, que passou de 53.301 registros, em 2010, para 64.143 contratos, em 2015 (Tabela 1).

Considerando a participação da migração internacional nesses dois grandes grupos de ocupação, a Tabela 2 reforça o volume crescente de imigrantes tanto entre os serviços qualificados, como entre os não qualificados. Embora sejam poucos os vínculos empregatícios de não nacionais dentro das ocupações selecionadas, estes casos são representativos da intensificação dos processos migratórios internacionais, compondo uma dimensão central das dinâmicas estruturadas no bojo da globalização da agricultura (ELIAS, 2003a; SASSEN, 1988; BAENINGER, 2014).

Sobretudo entre as ocupações de menor qualificação, a entradas dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro, a partir de 2012, redefine as relações de trabalho em setores específicos da economia nacional, em especial no segmento da agroindústria (MAGALHÃES, 2017). Segundo Baeninger e Peres (2017), por sua condição documentada, os haitianos no Brasil destacam-se

MIGRAÇÕES SUL-SUL

pela inserção no mercado de trabalho formal e ampla mobilidade em território nacional.

Tabela 1
Evolução dos vínculos de trabalho ativos em 31 de dezembro
Segundo ocupações selecionadas. Estado de São Paulo, 2010-2015

Ano	Ocupações Qualificadas	Ocupações Não Qualificadas
2010	20.037	258.204
2011	20.681	285.467
2012	21.035	278.128
2013	22.187	253.310
2014	22.013	240.267
2015	22.727	247.375

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Emprego.

TABELA 2 – Evolução dos vínculos de trabalho ativos em 31 de dezembro, segundo ocupação e nacionalidade selecionadas – Estado de São Paulo 2010 a 2015

Nacionalidades	Ocupações qualificadas						Ocupações não qualificadas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte-Americana	0	0	3	5	5	3	0	0	0	0	0	0
Total América do Norte	0	0	3	5	5	3	0	0	0	0	0	0
Argentina	5	7	9	7	7	6	4	1	2	4	5	4
Boliviana	2	1	1	0	0	0	0	0	0	4	3	6
Chilena	6	7	4	6	7	5	3	1	4	5	4	3
Paraguaiá	1	2	1	0	0	0	4	7	4	3	4	5
Uruguaiá	0	0	0	0	1	1	2	3	2	1	3	2
Venezuelano	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Colombiano	0	1	3	5	2	2	0	0	0	0	0	2
Peruano	0	1	4	3	3	3	0	1	0	1	5	4
Equatoriano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Latino-Americanas	3	1	4	2	0	2	3	4	2	2	6	9
Haitiano	0	0	0	0	0	0	0	0	5	8	32	109
Total América Latina e Caribe	17	21	27	24	21	20	16	17	19	28	62	144
Chinesa	0	1	1	1	1	2	6	7	5	5	4	4
Bengalesa	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3	19
Coreana	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Japonesa	4	4	6	4	5	6	6	8	7	7	11	9
Outras Asiáticas	1	1	1	2	0	1	1	1	5	5	3	1
Total Ásia	5	6	8	8	8	11	13	16	17	17	21	33
Alemã	1	1	2	1	2	3	1	2	3	1	2	1
Belga	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Britânica	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0
Espanhola	0	2	3	3	3	3	0	0	0	0	0	0
Francesa	5	5	6	5	4	3	1	1	1	0	0	0
Sulça	3	3	3	4	5	2	1	1	0	0	0	0
Italiana	3	2	2	1	2	5	2	3	2	2	1	1
Portuguesa	6	6	6	9	10	13	10	7	4	7	7	5
Outros Europeus	0	2	2	1	1	2	0	1	1	1	27	0
Total Europa	20	22	25	25	28	32	15	15	11	11	38	7
Congolês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Sul-Africano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Outros Africanos	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	6	4
Total África	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	7	10
Outras nacionalidades	8	3	5	6	7	7	3	1	2	6	5	3
Total	50	52	68	68	69	73	47	50	50	64	133	197
Total Bloco Sul	17	22	28	26	24	24	22	25	25	35	76	177

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php>. Acesso em: 16set. 2017.

Nota: Tendo em vista as nacionalidades discriminadas no registro da RAIS, foram considerados países integrantes do Sul: todos os países da América Latina, Caribe e África, além da China, Rússia, Bengala, Paquistão, Índia e Coréia.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

QUADRO 1 – Ocupações relativas aos trabalhadores do agronegócio com maior qualificação de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações de 2002

Código CBO	Ocupação	Descrição sumária
1221	Diretores de produção e operações em empresa agropecuária, pesqueira, aquícola e florestal	Dirigem as atividades de produção e operação em empresas como representantes dos proprietários ou acionistas ou por conta própria e, para tanto, definem políticas de gestão da empresa; estabelecem planejamento estratégico; avaliam desempenho da produção; traçam estratégias comerciais; administram os recursos da empresa; participam de negociações e promovem pesquisa e desenvolvimento.
1411	Gerentes de produção e operações em empresa agropecuária, pesqueira, aquícolas e florestal	Definem sistemas, elaboram planejamento operacional e assistem à direção de empresas agropecuárias, pesqueiras, aquícolas e florestais. Gerenciam equipes, administram a produção e as operações, as atividades de segurança, higiene e saúde do trabalho. Participam de sistemas de gestão ambiental e de qualidade da produção, da promoção do desenvolvimento tecnológico e da interação com a comunidade.
2011	Profissionais da biotecnologia	Manipulam material genético, sintetizando sequências de DNA, construindo vetores, modificando genes in vivo e in vitro, manipulando expressão gênica e gerando organismos geneticamente modificados. Analisam genoma, sequenciando-o, identificando genes e marcadores genéticos; aplicam técnicas de reprodução e multiplicação de organismos; produzem compostos biológicos e desenvolvem equipamentos, dispositivos e processos de uso biológico. Elaboram projetos de pesquisa em biotecnologia e bioengenharia.
2034	Pesquisadores das ciências da agricultura	Executam projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em agricultura, pesca, aquicultura, zootecnia e ciências florestais, implantando experimentos e unidades de observação, acompanhando a execução das atividades, realizando medições, pesagens, contagens e diagnósticos. Organizam e analisam os dados coletados. Elaboram e planejam projetos de pesquisa e divulgam informações. Podem prestar serviços de assessoria, de consultoria e ministrar aulas.
2148	Engenheiros agrimensores e engenheiros cartógrafos	Realizam atividades em topografia, geodésia e batimetria, levantando e calculando pontos topográficos e geodésicos. Elaboram documentos cartográficos, estabelecendo semiologia e articulação de cartas, efetuam levantamentos por meio de imagens terrestres, aéreas e orbitais. Gerenciam projetos e obras de agrimensura e cartografia. Assessoram na implantação de sistemas de informações geográficas, implementam projetos geométricos. Podem pesquisar novas tecnologias.
2221	Engenheiros agrossilviculturistas	Planejam, coordenam e executam atividades agrossilviculturistas e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais. Fiscalizam essas atividades, promovem a extensão rural, orientando produtores nos vários aspectos das atividades agrossilviculturistas e elaboram documentação técnica e científica. Podem prestar assistência e consultoria técnicas.
2233	Veterinários e zootecnistas	Praticam clínica médica veterinária em todas as suas especialidades; contribuem para o bem-estar animal; podem promover saúde pública e defesa do consumidor; exercem defesa sanitária animal; desenvolvem atividades de pesquisa e extensão; atuam nas produções industrial e tecnológica e no controle de qualidade de produtos. Fomentam produção animal; atuam nas áreas comercial agropecuária, de biotecnologia e de preservação ambiental; elaboram laudos, pareceres e atestados; assessoram a elaboração de legislação pertinente.
3211	Técnicos agrícolas	Prestam assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biossegurança.
3212	Técnicos florestais	Executam projetos agropecuários em suas diversas etapas. Planejam atividades agropecuárias, verificando viabilidade econômica, condições edafoclimáticas e infraestrutura. Promovem organização, extensão e capacitação rural. Fiscalizam a produção agropecuária. Desenvolvem tecnologias adaptadas à produção agropecuária.
3213	Técnicos em aquicultura	
3231	Técnicos zootecnistas	Atuam nas mais diversas áreas de criação e manejo animal, promovendo medidas de profilaxia, sanidade, alimentação e reprodução. Administram empresas rurais e promovem a comercialização de produtos e animais. Estudam e aplicam princípios biológicos e zootécnicos para experimentar, testar, desenvolver e melhorar métodos de produção de vida animal, inclusive os insetos úteis.

Fonte: Extraído de Ministério do Trabalho e Emprego, Classificação Brasileira de Ocupações (2002). Disponível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-tem>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

Nota: Ocupações selecionadas com base nos trabalhos de Melo (2007) e Domeniconi e Baeninger (2016).

MIGRAÇÕES SUL-SUL

QUADRO 2. Ocupações relativas aos trabalhadores do agronegócio com menor qualificação de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações de 2002

Código CBO	Ocupação	Descrição sumária
6220	Trabalhadores de apoio à agricultura	Colhem policulturas, derrubando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana. Plantam culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidam de propriedades rurais. Efetuam preparo de mudas e sementes por meio da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais. Realizam tratos culturais, além de preparar o solo para plantio.
6221	Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	Plantam e colhem gramíneas. Preparam sementes, mudas e insumos, condicionando o solo para tratamento de cultura. Realizam atividades de armazenamento e beneficiamento da colheita, como moagem, secagem e classificação dos grãos. Executam manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas.
6222	Trabalhadores agrícolas na cultura de plantas fibrosas	Realizam atividades de colheita, plantam e tratam culturas de plantas fibrosas como o algodão, o sisal e o rami. Classificam as fibras, preparam o solo, realizam reparos e manutenção de máquinas e equipamentos.
6223	Trabalhadores agrícolas na olericultura	Plantam mudas e sementes de feijão, lentilha, ervilha, tomate, beterraba, batatas doce e inglesa, cebola, mandioca, legumes e hortaliças. Produzem mudas e sementes, preparam o solo para plantio; irrigam o solo, adubam e aplicam defensivos agrícolas nas covas, mudas e sementes. Manejam área de cultivo, colhem, embalam, armazenam e comercializam os produtos.
6224	Trabalhadores agrícolas no cultivo de flores e plantas ornamentais	Plantam mudas, sementes, bulbos, rizomas e estacas; manejam o cultivo, colhem e condicionam para comercialização de flores, folhagens e plantas ornamentais. Constroem estufas e telas de sombreamento e preparam local para plantio.
6225	Trabalhadores agrícolas na fruticultura	Realizam tratos culturais em fruticultura; preparam solo e plantam espécies frutíferas; produzem mudas e sementes. Colhem, beneficiam e acondicionam frutas e frutos. Auxiliam na irrigação das plantações.
6226	Trabalhadores agrícolas nas culturas de plantas estimulantes	Colhem folha, ramo e fruto de plantas estimulantes, tais como cacau, café, erva-mate, guaraná e fumo; plantam culturas de plantas estimulantes; produzem mudas de plantas. Beneficiam frutos e folhas de plantas; acondicionam a colheita e realizam tratos culturais em plantações. Organizam instalações e equipamentos agrícolas e preparam o solo para plantio.
6227	Trabalhadores agrícolas na cultura de plantas oleaginosas	Plantam e tratam culturas oleaginosas como amendoim, coco-da-baía, dendê, mamona, soja, girassol e linho. Produzem mudas e sementes, colhem os frutos, preparam o solo, beneficiam e armazenam a colheita.
6228	Trabalhadores agrícolas da cultura de especiarias e de plantas aromáticas e medicinais	Executam plantio e produzem mudas e sementes de especiarias, plantas aromáticas e medicinais, colhem e beneficiam sua produção. Preparam o solo para plantio e realizam embalagem e armazenamento de produção.
6230	Tratadores polyvalentes de animais	Manejam, alimentam e monitoram a saúde e o comportamento de animais da pecuária. Condiçãoam e adestram animais, sob orientação de veterinários e técnicos. Tratam da sanidade de animais, manipulando e aplicando medicamentos e vacinas; higienizam animais e recintos; aplicam técnicas de inseminação e castração. Realizam atividades de apoio, assessorando em intervenções cirúrgicas, exames clínicos e radiológicos, pesquisas, necropsias e sacrifícios de animais.
6231	Trabalhadores na pecuária de animais de grande porte	Alimentam e manejam bovinos, bubalinos, equinos, asininos e muares, na pecuária de animais de grande porte; ordenham bovídeos sob orientação de veterinários e técnicos, cuidam da saúde dos animais e auxiliam na reprodução destes. Treinam e preparam animais para eventos. Efetuam manutenção de instalações. Realizam tratos culturais em forrageiras, pasto e outras plantações para ração animal.
6232	Trabalhadores na pecuária de animais de médio porte	Cuidam da alimentação, gestação e lactação de suínos, caprinos e ovinos. Aplicam medicamentos e fazem curativos. Controlam a reprodução, ordenham, abatem e preparam suínos, caprinos e ovinos para exposição e venda. Beneficiam produtos da pecuária de médio porte.
6233	Trabalhadores na avicultura e cunicultura	Preparam e higienizam instalações e equipamentos utilizados na criação; selecionam, manejam aves e coelhos e controlam sua sanidade; classificam e incubam ovos e realizam pequenas manutenções em instalações e equipamentos de aviário e coelhário.
6234	Trabalhadores na criação de insetos e animais úteis	Manejam animais e insetos, tais como abelha, bicho-da-seda, minhoca e animais produtores de veneno; extraem produtos de animais e insetos; providenciam alimentação para animais e insetos; classificam animais, insetos e seus produtos. Controlam pragas e doenças e preparam instalações e materiais de trabalho.
6410	Trabalhadores da mecanização agrícola	Operam, ajustam e preparam máquinas e implementos agrícolas; realizam manutenções em primeiro nível de máquinas e implementos; empregam medidas de segurança e auxiliam em planejamento de plantio.
6420	Trabalhadores da mecanização florestal	Dirigem máquinas pesadas de operação florestal. Preparam atividade de colheita florestal, efetuam derrubada, descasque e desgalhamento mecânico de toras e estocam madeira. Inspeccionam máquinas florestais, realizam manutenção em segundo nível de máquinas florestais e empregam medidas de segurança.
6430	Trabalhadores da irrigação e drenagem	Controlam processo de irrigação. Verificam e reparam equipamentos de irrigação. Instalam e acionam sistemas de irrigação. Adubam plantação.

Fonte: Extraído de Ministério do Trabalho e Emprego; Classificação Brasileira de Ocupações (2002). Disponível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-tem>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

Para as autoras, esse processo migratório, em especial, traz à tona novas rotas migratórias no mundo, expressando “um movimento geopolítico transnacional, em que à periferia do capital dirigir-se-ão, cada vez mais, os fluxos dos países periféricos” (BASSO, 2003 *apud* BAENINGER; PERES, 2017, p. 125). Seja em função das restrições à recepção desses imigrantes nos Estados Unidos e Europa, seja por conta dos acordos de cooperação entre países da periferia do capitalismo – como o MERCOSUL, BRICS etc. – os fluxos Sul-Sul são impulsionados, denotando uma nova configuração no campo social da migração internacional (BASSO, 2003; BOURDIEU, 2003 *apud* BAENINGER, PERES, 2017). Além dos haitianos, a Tabela 2 aponta a participação de congolezes, sul-africanos, chineses, coreanos, bengaleses e sobretudo latino-americanos nas ocupações selecionadas, com destaque àquelas nas quais se exige menor qualificação.

Considerações Finais

Em síntese, esse artigo explicitou as novas faces do rural paulista e a globalização da agricultura (ELIAS, 2003a) como fenômeno central no entendimento de parte dos processos de reestruturação urbana do interior de São Paulo, dos novos rumos da migração no territorial estadual, inclusive da migração internacional. As estatísticas coletadas pela RAIS reafirmaram o pressuposto teórico de maior estratificação da estrutura ocupacional do agronegócio no estado, com mudanças na forma de geração e distribuição de riquezas que remetem tanto a uma globalização por cima, como a globalização por baixo (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003).

É nesse sentido que a agricultura científica e globalizada conjuga trabalhadores do conhecimento (MELLO, 2007) e trabalhadores rurais migrantes (MACIEL, 2016), com destaque à participação de imigrantes internacionais na base e no topo da estrutura do emprego desse segmento, reafirmando a coexistência de múltiplas modalidades migratórias (BAENINGER, 2012) em um mesmo contexto. Esse fenômeno expressa a desigualdade e segmentação que marca a dinâmica da globalização da agricultura e sua urbanização corporativa (ELIAS, 2003a; SANTOS, 2013), sendo os processos migratórios internacionais – acima de tudo os fluxos dentro do sistema Sul-Sul – dimensão importante dessa reestruturação da produção (BAENINGER, 2014).

Referências

- BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017.
- _____; OJIMA, R. Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. **Papeles de Población**, México, DF, v. 14, n. 58, p. 141-154, 2008.
- BERNARDES, J. A. Modernização agrícola e trabalho no Cerrado brasileiro. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XI, n. 245, 2007.

- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2007.
- CAIADO, A. S. C. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 9, n. 3, p. 46-53, 1995.
- DOMENICONI, J.; BAENINGER, R. Trabalhadores do conhecimento na imigração internacional: o caso de São Paulo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, 7.; ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.
- CANALES, A.; CANALES, M. De la metropolización a las agrópolis: el nuevo poblamiento urbano en el Chile actual. **Polis – Revista Latinoamericana**, Santiago, Chile, v. 34, 2013.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, MG, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.
- ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17., 2017, São Paulo, SP. **Anais...** Recife, PE: ANPUR, 2017.
- _____. **Globalização e agricultura**. São Paulo, SP: EdUSP, 2003a.
- _____. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas, SP: Territorial, 2003b.
- IBGE. **Censos Demográficos 1970-2010**. Rio de Janeiro, RJ, 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1991.
- GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva**: ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. 339f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1992.
- MACIEL, L. M. **Entre o rural e o urbano**: processos migratórios de trabalhadores rurais do Alto Médio Canindé piauiense para Região Central do Estado de São Paulo. 2016. 310f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.
- MAGALHÃES, L. F. A. **Imigração Haitiana no Estado de Santa Catarina**: Fases do fluxo, contradições laborais e dependência de remessas no Haiti. 2017. 355f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.
- MARTINE, G.; McGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP; Brasília, DF: UNFPA, 2010.
- MELLO, L. F. **Trabalhadores do conhecimento e qualidade do lugar em Campinas, SP**. 2007. 198f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.
- MORAIS, A. C. P. et al. Análise do mercado de trabalho no agronegócio no Brasil a partir dos microdados das PNADs entre 2002 e 2013. **Informações Econômicas**, São Paulo, SP, v.45, n.4, p. 69-83, 2015.
- OLIVEIRA, G. C. A interiorização das migrações internacionais: latino-americanos no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.
- PEREIRA, G.; BAENINGER, R. Periferias migrantes: trabalhadores rurais do agronegócio citrícola em São Paulo (Brasil). In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 8., Buenos Aires, Argentina. **Anais...** ALAST, 2016.

- PORTES, A.; GUARNIZO, L.; LANDOLT, P. **La Globalización desde abajo:** transnacionalismo inmigrante y desarrollo. México, DF: FLASCO, 2003.
- REBORATII, C. Desarrollo regional y territorios privatizados. In: ACUÑA, C.; RIELLA, A. (Org.). **Territorio, sociedad y región:** perspectivas desde el desarrollo regional y local. Montevideo, Uruguay: Facultad de Ciencias Sociales, 2003.
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php>. Acesso em: 16 set. 2017.
- RIELLA, A.; MASCHERONI, P. **Introducción.** In: _____ (Org.). **Asalariados rurales em América Latina.** Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2015.
- RODRIGUES, I. A. **A demografia da vida rural paulista.** 2001. 213f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo.** 5.ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2013.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial.** São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.
- _____. **The mobility of labor and capital.** New York, NY: Cambridge University Press, 1988.
- SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro.** Campinas: IE/UNICAMP, 1999.
- SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século.** São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1999.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário:** os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.
- _____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, RJ, n. 15, p. 87-145, 2000.

PARTE 3

MIGRAÇÕES, REFÚGIO E POLÍTICAS

OS VETOS À NOVA LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA. A INTERPRETAÇÃO COMO UM PASSO NECESSÁRIO

Luis Renato Vedovato

Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis

A Nova Lei de Migração Brasileira (NLM), Lei 13.445/17 (BRASIL, 2017), tem toda sua construção baseada em um conjunto de Normas de Direitos Humanos. Durante todo o longo período de vigência do Estatuto do Estrangeiro, a Lei 6.815 de 1980 (BRASIL, 1980), e até antes mesmo desse instrumento normativo, a norma interna brasileira era fundada no tratamento do estrangeiro sob o prisma da segurança nacional. De fato, após um longo período em que o migrante foi considerado, pela legislação interna do país, como alguém a ser evitado, a lei nascida do projeto de iniciativa do Senado da República indica a proteção da dignidade humana como seu ponto fundamental. No entanto, o Presidente da República vetou mais de vinte dispositivos da nova lei e, apesar desse ser exercício de uma prerrogativa presidencial, esses vetos possuem um indicativo para a regulamentação da lei que se avizinha.

No contexto da efetivação de direitos, a interpretação da lei tem papel fundamental. Esse papel essencial é demonstrado pela construção da interpretação do Estatuto do Estrangeiro, em especial após o advento da Constituição Federal de 1988.

Apesar de inúmeras normas restritivas de direitos dos estrangeiros, muitos avanços foram alcançados com uma interpretação avançada. É o caso do art. 95, que dispõe que o “estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis”.

Tal dispositivo foi interpretado pelo judiciário para que se pudesse entender que tais direitos são aplicados a todos e todas, não apenas àqueles que possuem residência no Brasil. Vale destacar que isso aconteceu independentemente da Constituição Federal ter trazido clara referência à residência do estrangeiro para garantir igualdade de direitos, como será analisado adiante.

O Brasil para aprofundar suas relações sul-sul buscou, com a aprovação da Nova Lei de Migração (NLM), adequar-se às novas realidades migratórias, o que se espera, portanto, é que a nova lei continue nessa linha de aprofundamento e reconhecimento dos atuais desafios dos fluxos migratórios. Essa nova realidade é bem descrita por Baeninger e Mesquista (2015).

No entanto, esse novo contexto não envolve apenas as migrações Sul-Sul, mas também traz uma complexidade real que insere o país na rota migratória mundial, como é o caso da vinda dos sírios, conforme Calegari e Baeninger (2015), ou como acontece com os haitianos (BAENINGER et al., 2016).

O presente trabalho fará um pequeno histórico sobre o movimento recente que levou à aprovação da Nova Lei de Migrações (NLM), depois, buscase indicar quais são as principais preocupações nascidas pelos vetos exercidos pelo Presidente da República. O passo seguinte será a análise dos artigos da NLM que exigem regulamentação, seguida de uma reflexão sobre a hermenêutica jurídica.

O caminho até a Nova Lei de Migração (NLM) – os últimos passos

A NLM vem substituir os seguintes veículos normativos:

- a) A Lei n. 818, de 18 de setembro de 1949 (BRASIL, 1949);
- b) Estatuto do Estrangeiro - Lei 6815/80 (BRASIL, 1980).

E a futura regulamentação da NLM revogará o Decreto n. 86.715, de 10 de dezembro de 1981 (BRASIL, 1981). Tudo indica que a lei por si só não vai se bastar, pois contém muitos artigos que demandam regulamentação, tema que será mais adiante exposto.

Após uma longa pressão da sociedade civil, por intermédio da Missão Paz, Instituto Migrações e Direitos Humanos, Conectas, Caritas, entre outros, e após a apresentação de projetos e anteprojetos anteriores, deu-se um passo consistente.

No Senado Federal, o então Senador Aloizio Nunes apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 288, de 2013 (BRASIL, 2013), que teve sua tramitação e aprovação, tendo sido remetido à Câmara dos Deputados em 04 de agosto de 2015.

Na Câmara dos Deputados, o projeto ganhou novo número e passou a ser o Projeto de Lei (PL) 2516/2015 (BRASIL, 2015). Depois de uma longa tramitação com inúmeros debates, foi aprovado um projeto substitutivo, no dia 06 de dezembro de 2016, logo enviado ao Senado, pois recebeu alterações no texto.

Assim, o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) n. 7, de 2016 (BRASIL, 2016), ao PLS n. 288, de 2013, foi aprovado depois de uma quase batalha no plenário, que alcançou os meios eletrônicos, com votação virtual sobre o tema para pressionar os que buscavam a aprovação do substitutivo. A aprovação não veio sem grande batalha ideológica no Senado. A questão migratória entrou na pauta política e vários grupos buscaram se valer do combate à lei para o alcance de dividendos políticos, como bem destacou Tarciso Dal Maso Jardim (JARDIM, 2017), ao dizer que: A regra é não ler o projeto e disseminar o discurso de ódio, de preferência enrolado na bandeira nacional, em homenagem à tradição discriminatória de nossas leis.

No plenário do Senado a batalha se deu em dois *rounds*. No dia 11 de abril, houve tentativa de votação, porém, um pedido de adiamento foi aceito e nova data foi marcada para o dia 18, dia em que foi aprovada. Deve ser destacado que o substitutivo foi aprovado apesar de haver uma consulta popular

online no site do Senado cujo resultado foi contrário à aprovação da lei²²⁰. A despeito da consulta, houve aprovação e o projeto seguiu para sanção presidencial.

O cenário naquele momento testemunhava pequenas manifestações violentas contrárias à NLM, com maior destaque para as ocorridas na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. Os manifestantes pediam o veto total da lei. Houve baixa adesão, mas ganharam destaque nos noticiários²²¹.

O Presidente exerceu o veto em 18 dispositivos do projeto. Tais vetos podem indicar uma preocupação com relação à interpretação da lei e sua aplicação, em especial também com relação à sua regulamentação. O próximo passo, então, é a análise de alguns dos vetos exercidos.

Vetos e preocupações

Para melhor expor as preocupações, foram escolhidos alguns dos dezoito vetos exercidos. A partir deles pensa-se ser possível refletir sobre o futuro da interpretação da NLM. É importante dizer de início que alguns dos vetos estão em desacordo com interpretações constitucionais já antigas.

É o que acontece como primeiro deles, que recai sobre o Inciso I do § 1º do art. 1, que tem a seguinte redação:

I – Migrante: pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida;

Para justificar o veto, o Presidente da República traz como razões para ele o fato de que o

“dispositivo estabelece conceito demasiadamente amplo de migrante, abrangendo inclusive o estrangeiro com residência em país fronteiriço, o que estende a todo e qualquer estrangeiro, qualquer que seja sua condição migratória, a igualdade com os nacionais, violando a Constituição em seu artigo 5º, que estabelece que aquela igualdade é limitada e tem como critério para sua efetividade a residência do estrangeiro no território nacional” (BRASIL. Presidência da República, 2017).

Ao destacar que a residência no Brasil é dado relevante para se conseguir a igualdade de Direitos com nacionais, as razões de veto se colocam em posição contrária às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

Com bastante frequência, o STF tem decidido que não se pode restringir direitos com base no domicílio do indivíduo, em especial com base no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), conforme citado no texto das

²²⁰Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=127792>>. Acesso em: 09 set. 2017.

²²¹ cf. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/grupo-anti-imigracao-protesta-na-avenida-paulista.ghtml>>. Acesso em: 09 set. 2017.

razões de veto. Vale citar apenas um julgado que faz referência a alguns outros no mesmo sentido:

O súdito estrangeiro, mesmo aquele sem domicílio no Brasil, tem direito a todas as prerrogativas básicas que lhe assegurem a preservação do status libertatis e a observância, pelo Poder Público, da cláusula constitucional do due process. O súdito estrangeiro, mesmo o não domiciliado no Brasil, tem plena legitimidade para impetrar o remédio constitucional do *habeas corpus*, em ordem a tornar efetivo, nas hipóteses de persecução penal, o direito subjetivo, de que também é titular, à observância e ao integral respeito, por parte do Estado, das prerrogativas que compõem e dão significado à cláusula do devido processo legal. A condição jurídica de não nacional do Brasil e a circunstância de o réu estrangeiro não possuir domicílio em nosso país não legitimam a adoção, contra tal acusado, de qualquer tratamento arbitrário ou discriminatório. Precedentes. **Impõe-se, ao Judiciário, o dever de assegurar, mesmo ao réu estrangeiro sem domicílio no Brasil, os direitos básicos que resultam do postulado do devido processo legal, notadamente as prerrogativas inerentes à garantia da ampla defesa, à garantia do contraditório, à igualdade entre as partes perante o juiz natural e à garantia de imparcialidade do magistrado processante.** HC 94.016, rel. min. Celso de Mello, j. 16 set. 2008, 2ª T, DJE de 27 fev. 2009; HC 94.477, rel. min. Gilmar Mendes, j. 06 set. 2011, 2ª T, DJE de 08 fev. 2012; HC 72.391 QO, rel. min. Celso de Mello, j. 08 mar. 1995, P, DJ de 17 mar. 1995 (Grifos no Original).

Nesse sentido, não há fundamento para que nas razões de veto tenha sido destacado que “aquela igualdade é limitada e tem como critério para sua efetividade a residência do estrangeiro no território nacional”, pois não é. Como estabelecido na decisão acima destacada, pois a “condição jurídica de não nacional do Brasil e a circunstância de o réu estrangeiro não possuir domicílio em nosso país não legitimam a adoção, contra tal acusado, de qualquer tratamento arbitrário ou discriminatório”.

Com relação ao § 10 do art. 14, o argumento só não é pior, pois o argumento acima já é bastante teratológico. De toda sorte, o veto se deu nesse dispositivo, que assim dispunha:

§ 10. Regulamento disporá sobre as demais hipóteses de concessão de visto temporário e sobre as especificidades de suas categorias, definindo condições, prazos e requisitos.

E as razões para veto foram nesse sentido:

“Não se afigura adequado e recomendável permitir-se que o relevante instituto do visto temporário possa ter novas hipóteses, além das definidas nesta lei, criadas por regulamento, com risco de discricionariedade indevida e com potencial de gerar insegurança jurídica”.

O tema da segurança jurídica é recorrente, mas mais parece uma ladainha que um fundamento razoável. Não é incomum na legislação, permitir-se que haja complementação por regulamento. É o que acontece com as Agências Reguladoras, além de se destacar o poder regulamentar da Administração Pública. De toda sorte, a possibilidade de que o regulamento pudesse trazer outras hipóteses de concessão de visto temporário permitiria que o Brasil pudesse enfrentar, com maior flexibilidade, situações imprevisíveis, tendo condições de, numa emergência, acolher pessoas que não estivessem situadas numa das hipóteses previstas em lei.

Não se pode negar que o Poder Executivo, por decreto, poderia ter maior flexibilidade para regulamentar uma situação imprevisível, especialmente se comparado com a necessidade de criação de lei para tanto, posto ser o Poder Legislativo regido pela lógica do colegiado. De toda forma, caso o Poder Legislativo entendesse equivocada a decisão do Executivo, ele poderia, aí sim, fazer uma lei para afastar o que fora definido por decreto.

Também se destaca o veto exercido sobre o Inciso II do § 1º do art. 30, pelo fato de que também não é compatível com as razões apresentadas. O texto do dispositivo é o seguinte:

§ 1º Não se concederá a autorização de residência a pessoa condenada criminalmente no Brasil ou no exterior por sentença transitada em julgado, desde que a conduta esteja tipificada na legislação penal brasileira, ressalvados os casos em que:

II – A pessoa esteja reabilitada, nos termos do art. 93 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em liberdade provisória ou em cumprimento de pena no Brasil;

Para fundamentar tais vetos, são utilizadas as seguintes razões de veto:

“O dispositivo apresenta incongruência lógico-jurídica, na medida em que a pessoa em cumprimento de pena no Brasil sofreu condenação com sentença transitada em julgado”.

De certo, as razões para o veto não consideram as situações de cooperação jurídica internacional e as Normas de Direito Internacional de Direitos Humanos. Pela cooperação jurídica internacional, é possível que a pessoa cumpra pena em país diverso daquele em que ela foi condenada, esses são os casos de entrega de condenado para cumprimento do restante da pena. Tal fato também pode ocorrer com condenados pelo Tribunal Penal Internacional. Sempre destacando que a pena de prisão não é a única existente, podendo o indivíduo ser condenado a penas alternativas.

Quanto ao Tribunal Penal Internacional (TPI), destaca-se o art. 103 do Estatuto de Roma (BRASIL, 2002), que foi o instrumento criador do TPI:

Execução da Pena
Artigo 103

Função dos Estados na Execução das Penas Privativas de Liberdade

1. a) As penas privativas de liberdade serão cumpridas num Estado indicado pelo Tribunal a partir de uma lista de Estados que lhe tenham manifestado a sua disponibilidade para receber pessoas condenadas.

Dessa forma, o condenado pelo TPI poderá cumprir pena no Brasil. Além disso, permitir que o condenado cumpra pena no seu país de origem é uma forma de garantir sua reinserção social. Logo, mesmo cumprindo pena no Brasil, é possível que a condenação não tenha vindo de um tribunal brasileiro.

O veto que parece mais desconectado da realidade social atual é o que recaiu sobre o Parágrafo único do art. 37 e sobre o Inciso IV do art. 40, pois se afasta dos avanços recentes alcançados no campo do direito de família. O texto do parágrafo é o seguinte:

art. 37 [...]

Parágrafo único. A concessão de visto ou de autorização de residência para fins de reunião familiar poderá ser estendida, por meio de ato fundamentado, a outras hipóteses de parentesco, dependência afetiva e fatores de sociabilidade.

Art. 40. Poderá ser autorizada a admissão excepcional no País de pessoa que se encontre em uma das seguintes condições, desde que esteja de posse de documento de viagem válido:

IV – Seja criança ou adolescente que esteja acompanhado de responsável legal residente no País, desde que manifeste a intenção de requerer autorização de residência com base em reunião familiar;

Como justificativa, seguiu-se esse texto:

“Os dispositivos poderiam possibilitar a entrada de crianças sem visto, acompanhada de representantes por fatores de sociabilidade ou responsável legal residente e, com isso, facilitar ou permitir situações propícias ao sequestro internacional de menores”.

Apesar de defender que poderia haver um prejuízo para as crianças, não há clara explicação sobre o tema. Não se indicam as situações em que isso pode ocorrer e, acima de tudo, não se considera que a criança poderá estar mais bem protegida com o texto vetado. Especialmente naquelas situações em que crianças viajam para se afastar de violações que sofrem no seu país de origem. De toda sorte, o combate ao sequestro internacional pode ser feito pelos mecanismos já existentes na legislação interna, não seria esse dispositivo a trazer mais insegurança para as crianças.

No veto ao art. 44, destaca-se o retorno ao viés de segurança nacional que conduziram os vetos.

Art. 44 O titular de visto ou a pessoa de nacionalidade beneficiária de tratado ou comunicação diplomática que acarrete dispensa de visto poderá adentrar o território nacional, ressalvadas as hipóteses impeditivas previstas nesta Seção.

Pelas razões de veto, percebe-se que há uma preocupação com a soberania nacional, nos seguintes termos:

Razões: “O dispositivo fragiliza o exercício constitucional do Poder de Polícia brasileiro pelas instituições de natureza migratória, ao esvaziar indevidamente a discricionariedade para exercício da soberania nacional”.

Não haveria preocupação com fragilização do exercício do Poder de Polícia, se o foco fosse a preocupação com a proteção dos direitos humanos. Ressalte-se que nesse artigo, o foco não é o enfraquecimento, mas a garantia de cumprimento de acordos internacionais.

Outro veto a se destacar é o § 4º do art. 113, que assim dispõe:

§ 4 São considerados grupos vulneráveis os solicitantes de refúgio, os requerentes de visto humanitário, as vítimas de tráfico de pessoas, as vítimas de trabalho escravo, os migrantes em cumprimento de pena ou que respondem criminalmente em liberdade e os menores desacompanhados.

Nas razões de veto, assim se expõe:

“O dispositivo apresenta impropriedade, ao arrolar indevidamente como integrante de grupo vulnerável, passível portanto de benefícios no âmbito da política migratória, os indivíduos que respondam criminalmente em liberdade”.

Independentemente de serem ou não vulneráveis aqueles que respondem criminalmente em liberdade, o veto acaba por retirar proteção daqueles que indubitavelmente passam por situação de vulnerabilidade, tais como os solicitantes de refúgio, os requerentes de visto humanitário, as vítimas de tráfico de pessoas, as vítimas de trabalho escravo, os migrantes em cumprimento de pena e os menores desacompanhados.

Os que respondem, mesmo em liberdade, por crimes também devem ser entendidos como vulneráveis, pois dificilmente terão condições de fazer sua defesa estando fora de seu país de origem, assim, tal veto causa claros problemas à proteção dos direitos humanos.

O veto ao § 2º do art. 1º nega por completo o resultado do caso Burkina Faso vs. Niger, julgado pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), em 2013, no qual se garantiu o direito à livre circulação pelas fronteiras dos povos tradicionais da região. O texto vetado tem o seguinte conteúdo:

§ 2º São plenamente garantidos os direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o direito à livre circulação em terras tradicionalmente ocupadas.

Como justificativa, vieram os seguintes dizeres:

“O dispositivo afronta os artigos 1º, I; 20, § 2º; e 231 da Constituição da República, que impõem a defesa do território nacional como elemento de soberania, pela via da atuação das instituições brasileiras nos pontos de fronteira, no controle da entrada e saída de índios e não índios e a competência da União de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas, proteger e fazer respeitar os bens dos índios brasileiros”.

Mais uma vez, como se depreende do texto, volta à tona o debate sobre a segurança nacional, que parece nunca se desgrudar da regulação migratória. Porém, tal discurso já se mostra distante da realidade mundial, principalmente quando se consideram as normas de proteção dos direitos humanos.

Também deve ser ressaltado o veto trazido aos Incisos I e IV do art. 66, que diz respeito à concessão da naturalização ordinária. Ao fundamentar as razões de veto na não exigência de reciprocidade, esquece-se do fato de que a reciprocidade também não é exigida pela Constituição Federal para casos semelhantes.

Merece também que se ressalte o veto ao art. 118 da Lei 13.445/17, que estabelecia a anistia nesses casos. O artigo vetado tinha a seguinte redação:

Art. 118. Será concedida autorização de residência aos imigrantes que, tendo ingressado no território nacional até 6 de julho de 2016, assim o requeriram no prazo de 1 (um) ano após a entrada em vigor desta Lei, independentemente de sua situação migratória prévia.

Para justificar o veto, a Presidência da República defende que o “artigo concede anistia indiscriminada a todos os imigrantes, independentemente de sua situação migratória ou de sua condição pessoal, esvaziando a discricionariedade do Estado para o acolhimento dos estrangeiros”, mas essa é a ideia da anistia. E continua a justificativa defendendo que além do exposto, “não há como se precisar a data efetiva de entrada de imigrantes no território nacional, permitindo que um imigrante que entre durante a *vacatio legis* possa requerer regularização com base no dispositivo.” Nessa última parte, demonstra-se claramente uma dificuldade de controle das fronteiras brasileiras, que é confessada pelo Poder Executivo.

De toda forma, não parece razoável que a deficiência governamental possa ser utilizada como justificativa para barrar um procedimento de anistia, que é tradicional no país, já tendo acontecido ao menos em duas ocasiões nos últimos 20 anos.

Os vetos e suas justificativas foram trazidos aqui de forma exemplificativa, mas não exaustiva, com a finalidade de indicar o distanciamento da interpretação conforme os direitos humanos e, mais que isso, também pode ser um caminho para demonstrar que tais direitos poderão não ser o parâmetro para a norma regulamentadora, tão importante num dispositivo que contém vários artigos que exigem regulamentação, como se verá adiante.

Dispositivos para regulamentação e hermenêutica jurídica

São inúmeros os dispositivos que exigem regulamentação na lei, destacando-se aqueles referentes aos pontos a seguir: 1. Vistos humanitários; 2. Migrantes fronteiriços; 3. Concessão e manutenção de asilo; 4. Proteção aos apátridas; 5. Cumprimento de pena e transferências de presos; 6. Devido processo legal (repatriação; expulsão; e infrações administrativas); 7. Prazos e procedimentos

É inegável que a ausência de uma visão de direitos humanos poderá contaminar a regulamentação da lei, trazendo claros desafios à proteção do migrante no Brasil, podendo fazer o cenário retroagir a um contexto de tratamento do migrante como desafio de segurança nacional, como acima já exposto.

No que toca aos vistos humanitários, será fundamental que se entenda o contexto atual de crise e a possibilidade do mundo enfrentar inúmeros novos desafios, devendo ser definido o órgão competente para definição e quem poderia provocar para que seja concedido tal visto.

A realidade dos migrantes fronteiriços não pode ser ignorada, daí, o tratamento correto dessa realidade poderá servir para levar mais cidadania para as pessoas que enfrentam tal situação.

Em todos os casos, a garantia do devido processo legal e a proteção dos direitos humanos é a forma pela qual será possível manter o verdadeiro objetivo da lei.

A Nova Lei traz um rol de princípios que regem a política nacional migratória, que são (i) universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; (ii) repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; (iii) não criminalização da imigração; (iv) não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; (v) promoção de entrada regular e de regularização documental; (vi) acolhida humanitária; (vii) desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil; (viii) garantia do direito à reunião familiar; (ix) igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; (x) inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; (xi) acesso igualitário e livre do imigrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço

bancário e seguridade social; (xii) promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante; (xiii) diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante; (xiv) fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas; (xv)– cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante; (xvi) integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço; (xvii) proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante; (xviii) observância ao disposto em convenções e tratados internacionais; (xix) proteção ao brasileiro no exterior; (xx) migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas; (xxi) promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e (xxii) repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas. Logo, percebe-se que a nova lei troca as restrições pelos princípios e a segurança nacional pelos direitos humanos.

Também devendo ser destacado que a Nova Lei de Migração preserva por completo os direitos dos refugiados, determinados pela Lei 9474/97, pois, em seu art. 122 determina que “na aplicação desta Lei, devem ser observadas as disposições da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, nas situações que envolvam refugiados e solicitantes de refúgio”. Isso se deve ao fato de que a proteção do refugiado na América Latina e no Brasil é tido como referência.

O Brasil passa por monitoramento feito por órgãos internacionais, mas é importante que o país esteja à frente para garantir a proteção dos migrantes, que formam a origem do grande contingente da sua população.

No dia 18 de dezembro de 2009, o Secretário-geral da ONU proferiu a mensagem SG/SM/12.667 (ONU, 2009), na qual afirmou que a migração envolve todos os países do mundo, quer como local de origem, trânsito ou destino, quer como uma combinação destes. Na mensagem, ele afirmou, ainda, que, em 2009, cerca de 200 milhões de pessoas, ou 3% da população mundial, viviam fora do país de seu nascimento.

De acordo com o Secretário-geral, a migração pode ser uma experiência positiva e de habilitação para os próprios migrantes, e também para o lar e para as sociedades de acolhimento; mas, reconheceu que para muitos deles a realidade é de discriminação, exploração e abuso, afirmando que eles são alvos frequentes de discurso de ódio, perseguição e violência. Os migrantes são injustamente acusados de crime e de serem causadores das dificuldades econômicas, além de estarem sujeitos à discriminação generalizada.

Para a ONU, a crise econômica e financeira mundial agravou a vulnerabilidade dos migrantes. Muitos países ampliaram as restrições em matéria de migração e adotaram medidas mais duras para combater a migração

irregular, o que traz para essa Organização a preocupação com o fato de que essas medidas podem aumentar o risco de exploração e abuso e reforçar a ideia de que os imigrantes têm parte na culpa pelos efeitos da crise, alimentando atitudes anti-imigrantes e de xenofobia (VEDOVATO, 2013).

Na mensagem, no entanto, o Secretário-geral ressalta que, mesmo em lugares onde o desemprego é elevado, muitas vezes há uma demanda de trabalhadores estrangeiros em determinados setores, por possuírem as habilidades necessárias para impulsionar o crescimento econômico. Longe de causar a crise, para o Secretário-geral, a migração é, na verdade, parte da solução em longo prazo.

No plano internacional, sob os auspícios da ONU, destaca-se a Convenção sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas famílias²²² (VEDOVATO; ASSIS; SAMPAIO, 2016), que se foca na proteção dos direitos dos migrantes. Ela foi aprovada no seio da ONU, tendo sido adotada como Resolução da Assembleia Geral sob o número 45/158, de 18 de dezembro de 1990 (ONU, 1990). Ao final da mensagem, o Secretário-geral exortou todos os Estados-membros que ainda não ratificaram ou aderiram à Convenção a fazê-lo, além de demonstrar a preocupação da ONU com a proteção dos direitos humanos dos migrantes. Também destacou a necessidade de colocar os direitos humanos no centro da política de migração e de sensibilização para o fato de que os migrantes fazem contribuições positivas para a vida econômica, social e cultural de seu país anfitrião. A mensagem mostra a importância do tema para o cenário global. A atuação que ultrapassa um país isoladamente é de extrema relevância, pois as consequências da migração atingem grande parte dos países do mundo.

Assim, a hermenêutica jurídica deve estar de acordo com as organizações às quais o Brasil está vinculado. Nesse sentido, não é compatível com essa hermenêutica das normas jurídicas simplesmente virar as costas para os migrantes, fazendo-os retornar à condição de questão de segurança nacional. Agindo de outra forma que não seja a de dar guarida aos direitos humanos também no campo da migração, o Brasil violará tratados internacionais e também os fundamentos da Lei 13.445/17, que acaba de aprovar.

Conclusão

No contexto atual, não se pode permitir que os avanços trazidos pela NLM fiquem apenas na promessa. O compromisso da legislação com os direitos humanos deve ser garantido guiando a interpretação dela feita.

Os vetos feitos à NLM preocupam, pois a distanciam dessa proteção, o que pode ser identificado pelas razões de vetos acima especificadas. É também ponto de preocupação o conjunto de normas a serem objeto de regulamentação,

²²² Importante ressaltar que a Convenção sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas famílias, apesar de muito esforço, não é vinculante ao Brasil (VEDOVATO; ASSIS; SAMPAIO, 2016).

pois o Decreto a ser editado poderá, se não houver a preocupação com os direitos humanos, distanciar o Brasil de seus compromissos internacionais.

Nesse sentido, de suma importância que a hermenêutica jurídica seja utilizada na sua plenitude para que se possa alcançar a proteção ao migrante de forma efetiva. Para tanto, os princípios do art. 3 da NLM e os tratados internacionais de direitos humanos devem ser considerados em todos os momentos de regulamentação da lei, assim como de sua aplicação.

Referências

- BAENINGER, R. Et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- _____.; MESQUITA, R. B. Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. **Revista Transporte y Territorio**, Argentina, v. 15, p. 146-163, 2015.
- BRASIL. Presidência da República. **Mensagem de Veto à Lei 13.445 24 de maio de 2017**. Brasília, DF, 2017.
- _____. República Federativa., **Nova Lei de Migração Brasileira. (NLM), Lei 13.445 24 de maio de 2017**. Brasília, DF, 2017.
- _____. Senado Federal. **Substitutivo da Câmara dos Deputados n. 7, de 2016**. Brasília, DF, 2016.
- _____. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado n. 288, de 2013**. Brasília, DF, 2013.
- _____. República Federativa. **Estatuto de Roma Decreto n. 4.388, de 25 de setembro de 2002**. Brasília, DF, 2002.
- _____. República Federativa. **Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF, 1988.
- _____. República Federativa. **Decreto n. 86.715, de 10 de dezembro de 1981**. Brasília, DF, 1981.
- _____. República Federativa. **Estatuto do Estrangeiro, a Lei 6815 de 1980**. Brasília, DF, 1980.
- _____. Supremo Tribunal Federal. HC 94.016, rel. min. Celso de Mello, j. 16 set. 2008, 2ª T, DJE de 27 fev. 2009; HC 94.477, rel. min. Gilmar Mendes, j. 06 set. 2011, 2ª T, DJE de 08 fev. 2012; HC 72.391 QO, rel. min. Celso de Mello, j. 08 mar. 1995, P, DJ de 17 mar. 1995.
- _____. Presidência da República. **Lei n. 818, de 18 de setembro de 1949**. Brasília, DF, 1949.
- CALEGARI, M.; BAENINGER, R. From Syria to Brazil. **Forced Migration Review**, Oxford, v. 51, p. 96, 2015.
- CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. **Caso Burkina Faso vs. Niger**, julgado pela Corte Internacional de Justiça. S.I., 2013.
- JARDIM, T. Dal M. **Até quando a lei brasileira será xenófoba?** São Paulo, SP, 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/At%C3%A9-quando-a-lei-brasileira-ser%C3%A1-xen%C3%B3foba>>. Acesso em: 09 set. 2017.
- ONU. **Secretário-geral da ONU SG/SM/12.667, de 2009**. Brasília, DF, 2009.
- _____. **Resolução da Assembleia Geral n. 45/158, de 18 de dezembro de 1990**. Brasília, DF, 1990.
- VEDOVATO, L. R.; ASSIS, A. E. S. Q.; SAMPAIO, A. A. Proteção internacional do trabalhador e as políticas migratórias. **Revista Direito e Justiça – Reflexões Sociojurídicas**, Santo Ângelo, RS, Ano XVI, n. 27, p. 211-232, 2016.
- _____. **O direito de ingresso do estrangeiro**. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

NOVA LEI DE MIGRAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Gláucia de Oliveira Assis²²³

A chegada ao Brasil, nas primeiras décadas do século XXI de imigrantes haitianos, senegaleses, ganeses, e europeus fugindo da crise na Europa, bem como, o aumento de pedidos de refúgio, colocaram na ordem do dia, seja na política governamental, nos jornais, na televisão e nas produções acadêmicas a questão da política migratória brasileira.

Estes “novos imigrantes”, se somaram a outros grupos imigrantes presentes no país, desde os anos 1980, como os bolivianos e outros latino-americanos que buscaram no país oportunidades, num contexto que, até 2014, era de estabilidade econômica e política.

O Brasil vivia, nesse momento, uma visibilidade internacional positiva e num cenário de políticas migratórias restritivas e de crise econômica mundial, o país entra na rota das migrações contemporâneas. Ao chegarem ao país, os imigrantes se depararam com uma legislação da década de 1980 – o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815, de 19.08.1980), aprovada nos anos finais da ditadura militar, que ainda trazia na sua concepção uma perspectiva que tratava o imigrante com desconfiança e não como sujeito de direitos. O imigrante é percebido como o estranho, estrangeiro, aquele que não é natural do país e que, portanto, poderia se constituir numa ameaça, devendo estar sob o olhar atento e fiscalizador do Estado. O imigrante é tratado como aquele que está distante, desconhecido, “o outro”, que ao se deslocar no espaço e chegar num outro território é visto como estranho. O imigrante quando chega, pode estar de passagem ou querer ficar, mas essa sua mobilidade, sua movimentação através das fronteiras é olhada com desconfiança pelo Estado-Nação. Como bem observa Seyferth:

O estrangeiro, em particular o imigrante que se estabelece num outro país sujeito legislação específica, restritiva, e sem direitos plenos de cidadania, por sua condição de estranho, diferente, aparece muitas vezes associada a risco imponderável nos

²²³ Texto apresentado no II Fórum de Imigração e Refúgio em Campinas: a nova lei de migração, agradeço ao convite de Rosana Baeninger e aos comentários e reflexões dos colegas participantes da mesa Prof. Dr. Luís Renato Vedovato, Prof. Dr. Clodoaldo Silva Anunciação, Pe Dr. Paolo Parise e aos comentários de Jana Macedo para essa versão final. Dedico este texto a Giralda Seyferth que nos deixou em março de 2017. Fica aqui minha homenagem a uma grande intelectual e um grande ser humano, cujas reflexões são pertinentes para compreendermos as disputas em torno da nova lei de migração e as persistências de certas noções que aproximam o conceito de migrante ao conceito de estrangeiro. Dedico também aos imigrantes de todos os tempos por sua coragem de partir e lutar no novo país por uma vida melhor que implica na busca por políticas de acolhimento e acesso a cidadania.

discursos políticos de apelo nacionalista (SEYFERTH, 2008, p. 1).

Os estrangeiros continuam, no tempo presente, a desafiar as políticas públicas de acolhimento e as legislações que buscam tratar da mobilidade humana através das fronteiras. Na grande imigração do século XIX para o Brasil, Giralda Seyferth, demonstrou os significados de estrangeiros e imigrantes se modificavam de acordo com os interesses políticos que definiam os perfis de migrantes desejados, num contexto de formação do Estado-Nação. As reflexões da autora, são um ponto de partida importante para compreendermos como, contemporaneamente, as definições de imigrante, ainda são alvo de disputa estabelecendo critérios de quem pode entrar, permanecer, ou mesmo circular pelo território nacional.

Segundo dados da Polícia Federal em dez anos o número de imigrantes cresceu 160%²²⁴. A intensificação dos fluxos imigratórios para o Brasil tem colocado para a sociedade civil e para o Estado a questão das políticas de acolhimento e integração dos imigrantes, na ordem do dia a necessidade de aprovação de uma nova lei migratória, que substituísse o Estatuto do Estrangeiro, considerado por estudiosos, por associações que trabalhavam com os imigrantes, e por agentes do Estado como uma lei autoritária e com uma visão do migrante muito perpassada pela ideologia de segurança nacional.

Depois de 37 anos de vigência, com pequenas modificações e após amplo debate na sociedade civil, nos movimentos sociais e nas organizações de migrantes, de vários anteprojotos que foram encaminhados e não foram levados a votação, uma Nova lei migratória foi aprovada, sobre pressão e tensão entre os grupos de defesa dos imigrantes e aqueles que defendiam um proposta menos aberta, ainda perpassada pelas ideologias de segurança nacional e da noção dos riscos que a migração pode causar a nacionalidade.

A despeito dessa tensão, o presidente Michel Temer sancionou com 20 vetos a proposta, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), que cria a Nova Lei da Migração Lei 13.445/2017, foi aprovada de 24 de maio de 2017, que revogou a anacrônica e ultrapassada legislação anterior - o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/80) e a Lei n. 818/49 (que tratava da aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade brasileira).

A lei foi aprovada em meio a pressões contrárias tanto dentro do governo, como na sociedade civil tendo, por um lado sido alvo de ataques xenófobos e discriminatórios, e ao mesmo tempo sendo considerada um avanço em termos de legislação por especialistas, imigrantes e sociedade civil. Na imprensa circularam algumas imagens por ocasião da aprovação da lei evidenciam essa tensão. Para a finalidade desse artigo selecionei três imagens por ocasião da aprovação da lei.

²²⁴Clara Velasco e Flávia Mantovani.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>>.

A primeira imagem pode ser vista na matéria “Manifestantes protestam em SP contra nova lei de migração”²²⁵ que aborda o terceiro protesto ocorrido na Avenida contra a Nova Lei de Imigração. Na imagem homens brancos, alguns vestidos de verde e amarelo, bandeiras do Brasil e segurando uma faixa com os dizeres “não a nova lei de migração o protesto, que apesar de não ter tido muita participação, teve certa visibilidade na grande imprensa. Era a terceira passeata organizada pelo movimento Direita São Paulo que pedia que o presidente Michel Temer que vetasse a nova lei de migração. Os manifestantes consideravam que a nova lei deixava nossas fronteiras muito abertas a estrangeiros, o que colocaria em risco nossa soberania nacional. O que chama atenção na primeira imagem é a noção de que os imigrantes são representados como ameaça e frases como “Não à islamização do Brasil”, ou “voltem para sua casa”. Tais comentários expressam sentimentos de xenofobia e preconceito com os imigrantes, notadamente, os imigrantes e refugiados que recentemente chegaram ao Brasil

As duas outras fotos evidenciam algumas faces das migrações recentes: a primeira, estampa a matéria “Com sanção da legislação, visão quanto aos estrangeiros residentes no Brasil passa a ser mais humanista” mostra imigrantes, com pastas de documentos que remetem à chegada de haitianos e outros imigrantes em várias cidades do país desembarcando numa rodoviária, muitos deles identificados como haitianos nas legendas e outros apenas na legenda de imigrantes e refugiados. A segunda mostra mulheres e crianças, numa atividade de integração cultural. Ambas as matérias sugerem o Brasil como um lugar de acolhimento de fluxos recentes.

FOTO 1 – Protesto contra a nova Lei de Migração, que trata da entrada de estrangeiros no Brasil, organizada pelo grupo Direita Paulista, na Avenida Paulista, em São Paulo (SP) – 16/05/2017



Fonte: Fotos de Cris Faga. Fox Press Photo/Folhapress.

²²⁵Sessão Brasil/Mundo. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/manifestantes-protestam-em-sp-contra-nova-lei-de-migracao/#>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

FOTO 2 – Nova lei de migração amplia direitos dos estrangeiros



Fonte: Foto de Marcelo Casal Jr. Jornal do Comércio/JC²²⁶.

FOTO 3 – Encontro “Crianças sem Fronteiras”, que reuniu imigrantes e refugiados para um dia de lazer e confraternização em Brasília, em março



Fonte: Foto de Marcelo Camargo. Agência Brasil²²⁷.

Essas imagens, que fizeram a chamada das matérias sobre a aprovação da Nova lei migratória, sugerem que a manifestação ocorrida na Paulista fosse contra alguns desses imigrantes, pois retratam imigrantes trabalhadores, mulheres e crianças, são imigrantes negros, suas roupas e os locais onde são fotografados sugerem migrantes em busca de trabalho e refúgio. As duas imagens também nos remetem às diferenças entre os fluxos migratórios que chegaram ao Brasil, majoritariamente no final do século XIX e início do século XX, e os imigrantes que chegaram ao país no primeiro decênio do século XXI. Enquanto aqueles eram, em sua maioria brancos e vindos da Europa (os considerados amarelos só viriam no início do século XX, como foi o caso dos japoneses no Brasil), os migrantes recentes são em sua maioria não brancos vindos do considerado sul global.

Essas duas imagens nos ajudam a compreender porque a Nova lei de Migração foi aprovada num contexto de pressão de dois grupos distintos: as

²²⁶ Jornal do Comércio.

Disponível em: <https://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/05/cadernos/jornal_da_lei/562156-nova-lei-de-migracao-amplia-direitos-de-estrangeiros-no-pais.html>. Acesso em: 30 ago. 2017.

²²⁷ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-mas-vetos-derrubam-anistia-e-outros-19-pontos>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

entidades e organizações em defesa dos imigrantes que buscavam aprovar uma lei migratória que compreendesse a migração a partir da perspectiva dos direitos humanos e os órgãos de segurança, a Polícia Federal e mesmo um movimento como o Direita São Paulo²²⁸ que defendiam uma visão mais securitária das migrações.

Esta comunicação traz algumas reflexões iniciais sobre os impactos da Nova lei de migração e dos seus vetos no cotidiano de imigrantes e refugiados no Brasil contemporâneo. Para tanto organizo a apresentação em dois pontos:

.Destacar o contexto no qual foi aprovada a nova lei de estrangeiros, as pressões que sofreu, entre a securitização e a compreensão da migração como direito humano.

.Analisar os avanços presentes na legislação, os impactos dos vetos presidenciais e as lutas pela regulamentação.

Mas, porque era necessária uma nova lei de migração?

A lei 6.815/1980, é considerada uma lei de cunho autoritário e nela está presente a lógica da segurança nacional, não contemplando dessa forma uma perspectiva de direitos humanos, seja de imigrantes estrangeiros no Brasil, seja de emigrantes brasileiros no exterior (PÓVOA NETO; SPRANDEL, 2010; REIS, 2011). É, portanto, uma lei anacrônica, defasada, e que necessita urgentemente de um novo estatuto do estrangeiro, conforme tem sido apontado por vários estudiosos e um conjunto de entidades, associações e grupos que trabalham com migrantes. Vejamos detidamente alguns elementos deste autoritarismo presente nesta lei: já em seu artigo 2º, a lei estabelece que “na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional” (OBMIGRA, 2014). Percebe-se, neste trecho, a submissão da política imigratória a, por um lado, uma razão de Estado, precisamente uma razão de segurança nacional e institucional de Estado, sob o qual o imigrante é avaliado como um sujeito passível de controle e vigilância, e, por outro lado, a uma razão de nacional-desenvolvimentismo, como atesta o parágrafo único do artigo 16º: “a imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos” (OBMIGRA,

²²⁸ O movimento Direita São Paulo, foi criado em novembro de 2014 para realizar protestos contra a então presidente Dilma Rousseff, chamava-se Agenda de Protestos. A partir de março de 2016, passaram a se chamar Direita Paulistana saindo das páginas da internet para criar um movimento com mobilizações na rua. Em julho, do mesmo ano, mudaram novamente de nome passando a se denominar Direita São Paulo, com o objetivo de expandir núcleos pelo Estado. Se definem como uma organização civil que defende valores conservadores de direita. Informação disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/direitasaopaulo/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

2014). Dessa forma, como observaram Rodrigues e Pereira (2017, p.) a lei encontrava-se em descompasso tanto com os avanços relativos a proteção dos direitos humanos (presentes nos tratados internacionais que o Estado brasileiro tem ratificado e internalizado) e dos direitos fundamentais (previstos na Constituição de 1988).

Durante três décadas, a política imigratória brasileira emitia um conjunto muito restrito de vistos (são eles: de trânsito, de turista, temporário, permanente, de cortesia, oficial e diplomático), não permitindo com isto a possibilidade de imigrantes advindos de conjunturas de guerra, de desastre ambiental e de perseguições obterem visto. E neste sentido esta legislação choca-se frontalmente com a defesa dos direitos humanos do sujeito migrante. Segundo Rosana Reis (2011):

A principal crítica das organizações que defendem os interesses dos imigrantes no Brasil diz respeito ao fato de que muitas das disposições presentes na lei de 1980 estão em flagrante descompasso com as disposições relativas ao respeito dos direitos humanos presentes na Constituição de 1988 (ACNUR et al., 2007). A inconsistência da legislação de 1980 é apontada como um ponto fraco das demandas do Estado brasileiro para tratar a questão dos emigrantes brasileiros em negociações e fóruns bilaterais e multilaterais (REIS, 2011, p. 13).

Segundo Milanesi (2007) o Estatuto do Estrangeiro não estava amparado em ordenamentos internacionais fundamentados na perspectiva da dignidade humana e entrava em conflito com a Constituição Federal em seu artigo 5º que afirma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” [...].

Ao defender uma nova lei de migração Melanesi (2007) destaca a necessidade de uma lei que não considere o imigrante um estrangeiro, um estranho, mas que aborde a mobilidade humana dentro da perspectiva dos direitos humanos. Partindo desses princípios a nova lei teria que ser de migração e não de estrangeiro e incorporar também os brasileiros vivendo no exterior. Essa é uma mudança muito importante que se afeta a compreensão da migração, do ir e vir dos migrantes, pois estabelece a migração como um direito humano.

As mobilizações em torno da atualização da legislação migratória brasileira remontam ao começo da década de 1990. O Brasil desde meados do século XX voltou a receber uma parcela considerável de imigrantes internacionais e, mesmo com o aumento expressivo de imigrantes e também de refugiados, mantinha uma lei migratória considerada um “entulho autoritário”. Esta lei dificultava a regularização migratória, o acesso dos imigrantes a direitos, pois seus dispositivos tratavam a migração como um problema a ser contido ou regulado pelo Estado. Ao defender a necessidade de uma nova legislação migratória, o que se buscava era um novo marco jurídico para

compreensão da migração, que revertesse essa lógica autoritária, presente no estatuto do estrangeiro, que começa pelo abandono do termo estrangeiro e da adoção da tipologia migrante, conforme observaram Morais et al.:

Ao estabelecer uma tipologia jurídica do “migrante”, o anteprojeto abandona o conceito de “estrangeiro” (do latim *extraneus*, com sentido comum de alheio, esquivo, estranho ou impróprio, não apenas de conotação pejorativa em nossa cultura, mas também juridicamente consagrado na lei vigente como um sujeito de segunda classe, privado, sem justificativa plausível num regime democrática de parcela significativa dos direitos atribuídos aos nacionais (MORAIS et al., 2014, p. 2).

Tal perspectiva de pensar no migrante e não mais no estrangeiro, concepção presente na legislação brasileira de 1980 evidencia uma visão da migração como problema e do estrangeiro como alguém a ser aculturado pelo Estado Nacional. Giralda Seyferth faz uma análise muito interessante sobre os termos que historicamente aparecem nas legislações para denominar o migrante demonstrando como esses termos carregam representações e acerca desse “outro” e como modificaram-se ao longo do tempo.

Conforme observa Seyferth (2014, p. 4):

O estrangeiro, ou alienígena, em particular o imigrante que se estabelece num outro país sujeito à legislação específica, restritiva, e sem direitos plenos de cidadania, por sua condição de estranho diferente, perturba a unidade da nação porque introduz, no mínimo, a diferença cultural ou étnica, algo quase intolerável para o nacionalismo.

Giralda Seyferth, não estava falando do Estatuto do Estrangeiro, aprovado na década de 1980, mas das regulamentações da imigração no século XIX. No entanto, chama a atenção para a permanência no Estatuto de uma visão de estrangeiro como ameaça. Recordo aqui a persistência da noção de estrangeiro nas regulamentações sobre a migração no Brasil, noção que a nova lei de migração procurou ressignificar para a concepção de migrante como sujeito de direitos. Por isso o longo percurso do projeto de lei e também o debate em torno de sua aprovação.

A demanda de uma nova lei de migração, que já se constituía num clamor de grupos de imigrantes e de organizações da sociedade civil em defesa dos imigrantes, se torna mais evidente com o crescimento significativo de imigrantes que chegaram ao país entre 2005 e 2015. Se em 2006 tínhamos cerca de 45.124 imigrantes registrados na Polícia Federal, em 2015 esse número era de 117.745 mil.

Num cenário internacional de crise econômica, que ainda não tinha atingido tão fortemente o Brasil, e do fechamento de fronteiras de destinos tradicionais dos imigrantes haitianos e africanos, como os EUA, o Canadá e a França, o Brasil se tornou um dos destinos de migrantes internacionais

(PATARRA, 2012; FERNANDES; MELANESI; FARIAS, 2011, MAGALHÃES, 2014; ASSIS; MAGALHAES, 2016).

Conforme observa Patarra (2012):

O crescimento e a estabilidade econômica do Brasil têm atraído imigrantes de todo mundo. Em 2011, o Ministério da Justiça registrou 1,466 milhão de estrangeiros regulares vivendo no país. Em 2010, eram 961 mil. Esse contexto demanda que órgãos governamentais e entidades que lidam com o tema trabalhem na elaboração e implementação de ações visando à proteção dos direitos fundamentais aos migrantes, com vistas à integração social (PATARRA, 2012, p. 7).

Esse crescimento foi acompanhado por notícias de jornais, muitas delas de caráter xenófobo e racista, com as manchetes como: “invasão de haitianos”, manchetes que a partir de 2010 demonstravam por um lado a situação dramática na qual chegavam os haitianos ao país e que por outro reforçavam estereótipos em relação aos imigrantes que em 2011, referindo-se aos imigrantes que começaram a chegar pelo Norte do país. Silva; Magalhães e Assis (2016) demonstram analisando a cobertura jornalística sobre a chegada dos haitianos que as matérias publicadas nos jornais de grande circulação reforçam a criminalização das migrações a percepção da migração como um problema e por consequência a subalternização do migrante na sociedade de acolhimento o que traz consequências na forma como a opinião pública percebe a migração e tem também consequências políticas e econômicas para os migrantes.

Os haitianos começaram a chegar ao Brasil em setembro de 2010, nas cidades fronteiriças de Tabatinga e Brasília, e logo se converteram em um “problema” que suscitou uma Resolução Normativa Específica do CNIg – Conselho Nacional de Imigração, que, pela primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, estabeleceu cotas para a entrada de uma nacionalidade no país. Foi a publicação dessa Resolução Normativa²²⁹ que instituiu o “visto humanitário” e que regula a entrada de haitianos no país, ao passo que tem levantado questões significativas sobre a política migratória brasileira. Esta Resolução, permitiu que os imigrantes haitianos que chegavam ao Brasil passassem a receber visto humanitário permanente com prazo de 5 anos.

Da mesma forma, na esteira da chegada dos haitianos outros grupos de imigrantes começaram a chegar, os chamados imigrantes da Copa – os senegaleses e ganeses – muitos que entraram com solicitação de refúgio, buscando encontrar uma alternativa para entrada e permanência no país. Há que se ressaltar que a lei de refúgio do Brasil é mais moderna e atualizada que o Estatuto do estrangeiro e que muitos imigrantes começaram se amparar na lei de refúgio para conseguir entrar no país. Além desses os refugiados sírios, com o agravamento da crise na região começaram a chegar no país.

²²⁹ Resolução Normativa n. 97 de 12 de janeiro de 2012 que dispõe sobre a concessão de visto permanente, previsto no artigo 16 da lei n. 6815 de 19 de agosto de 1980, aos nacionais do Haiti.

Nesse contexto, os movimentos de migração e refúgio se cruzam porque, muitas vezes, a solicitação de refúgio não é concedida ou reconhecida, como agora acompanhamos as manchetes sobre o grande número de venezuelanos que tem chegado ao Brasil fugindo da crise econômica e política naquele país.

Todos esses novos movimentos de migração e também de pedidos de refúgio²³⁰, evidenciaram a necessidade de uma nova legislação que pudesse conferir aos migrantes direitos básicos capazes de lhes possibilitar uma condição de vida mais digna e o acesso a direitos fundamentais garantindo o respeito e a promoção dos direitos humanos dos migrantes.

A aprovação da nova Lei, entre conquistas e limites

O processo de construção de uma nova lei de migração foi um percurso longo, outros projetos tramitaram antes da PLS 288/2013. Conforme observa Oliveira (2017) nesse cenário de intensificação dos fluxos e de discussões acerca das migrações tramitaram diferentes propostas de leis e normatizações havia além do projeto MJ /SNJ e do Projeto de Lei apresentado pelo CNIg, surgiram no PLS n. 288/2013 e no Projeto de Lei n. 5.565/2009, que tramitavam no Congresso Nacional. Segundo Oliveira (2017), compartilhando das observações também realizadas por Sprandel (2012), esse projeto de lei, embora apresentasse alguns avanços, mantinha a política migratória no Brasil baseada num enfoque instrumental das migrações interacionais.

Um amplo movimento social ocorreu em torno da nova lei migratória que contou com apoio do Ministério da Justiça, na constituição de uma comissão em 2013 para a elaboração de um projeto constitui uma comissão de especialistas que de junho de 2013 a maio de 2014 essa comissão se reuniu com representantes de órgãos do governo e instituições internacionais, parlamentares, especialistas e acadêmicos convidados. Além disso foram realizadas duas audiências públicas com ampla participação da sociedade civil através de entidades sociais, ongs, associações de migrantes. Uma primeira versão desse projeto, foi elaborada por uma comissão que reuniu representantes do governo e instituições internacionais, parlamentares, especialistas e acadêmicos convidados. Foram promovidas audiências públicas com participação de entidades sociais e da cidadania. As reuniões foram realizadas em diversas cidades do Brasil para discutir o anteprojeto.

Uma primeira versão desse anteprojeto foi elaborada e discutida de maneira ampla envolvendo, entidades públicas e sociais, migrantes e

²³⁰ A condição de refugiado é assegurada por legislação específica, Lei 6474, de 22/07/1997, que reconhece direitos e deveres estabelecidos por convenções internacionais assinadas pelo governo brasileiro, assegurando refúgio aos indivíduos perseguidos por fundamentados motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e que se encontram fora do seu país de nacionalidade ou não podem ou não querem para ele regressar.

especialista. Nesse projeto também foram considerados as discussões e recomendações encaminhadas pelo COMIGRAR – conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, ocorrida entre 30 de maio e 1º de junho em São Paulo. Nesse novo anteprojeto, o Brasil passou a abordar a migração a partir da perspectiva dos Direitos humanos.

O Projeto de Lei do Senado (PLS 288/2013) que é encaminhado para substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/1980) contempla vários pontos desse amplo debate realizado. A proposta já havia sido aprovada em 2015 pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que passou a tramitar na Câmara dos Deputados sobre projeto sobre Projeto de Lei (PL) n. 2.516/2015. Em dezembro de 2016, um substitutivo da Câmara dos Deputados n. 7 (SCD 7/2016) de autoria do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) foi encaminhado, aprovado e retornou para a análise do Senado.

O texto que saiu do anteprojeto foi substituído pelo projeto de lei enviado pelo senador Aloisio Senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), atualmente ministro das Relações Exteriores, propõe a Lei de Migração para substituir as duas legislações anteriores (Lei n. 6.815/80) e a Lei n. 818/49). Quando o projeto de lei chegou ao Senado para votação, havia uma conjuntura política nacional de grave crise política e econômica, bem como uma conjuntura internacional de maior securitização, em função da crise dos refugiados e do medo do terror. O momento de aprovação da lei, enfrentou ainda situações de xenofobia ocorrendo no país, contra imigrantes e refugiados, pressões que buscavam conter os avanços propostos pela nova lei.

Uma parcela dos senadores, particularmente a conhecida bancada da bala, considerava a nova lei da forma como estava, contribuiria para a diminuição o controle migratório e a vigilância das fronteiras, abrindo brechas, por exemplo, para o ingresso de traficantes e terroristas.

A crítica a esse argumento, colocada pelos defensores da nova lei afirmam é que:

Embora muitos governos relacionem o aumento da criminalidade com o incremento da migração, não há evidências desse tipo de relação. Dados do Ministério da Justiça de dezembro de 2014 demonstram que o número de prisões de pessoas de outras nacionalidades vem caindo nos últimos anos e continua sendo desprezível se comparado com o total de migrantes regulares no país (uma proporção de 0,2%, segundo dados de 2015 da Polícia Federal). Políticas migratórias e de segurança pública têm suas especificidades e devem ser tratadas separadamente. (DELFIM, 2017, s.p).

A Nova Lei da Migração, Lei 13.445/2017, rompe com o paradigma da Segurança Nacional presente no Estatuto do Estrangeiro, representando um avanço em relação a regulamentação anterior, pois abandonou o viés autoritário presente na legislação anterior. No entanto, embora a perspectiva de compreender a migração como direito humano esteja presente no projeto e

represente um grande avanço, pois saiu a categoria de estrangeiro e passa a se considerar o migrante um sujeito de direitos, tal como o cidadão nacional, o projeto de lei foi aprovado com 20 vetos. Iniciei falando das importantes conquistas que representam modificações na legislação em relação a lei anterior e que tratam o migrante de maneira mais acolhedora na sociedade de imigração.

São as principais conquistas da nova lei:

.A abordagem da migração a partir da noção de direitos humanos, a não criminalização das migrações e o combate a xenofobia;

.A nova lei facilitou o processo de obtenção de documentos para legalizar a permanência do imigrante no Brasil, bem como o acesso ao mercado de trabalho regular e serviços públicos;

.Os imigrantes não podem mais ser presos por estarem de modo irregular no país;

.Permite aos imigrantes que se manifestem politicamente, para fins pacíficos, associando-se a reuniões políticas e sindicatos;

.Como se trata de uma lei de migração a lei aborda também os brasileiros que vivem no exterior, essa é uma conquista importante para os brasileiros que vivem fora do país;

.A nova lei é muito clara no repúdio expresso à discriminação e a xenofobia;

.A política de vistos humanitários foi institucionalizada, dessa forma se consolida o visto humanitário (diferente de refúgio), que atualmente só é dado de forma extraordinária, a haitianos e venezuelanos.

Os principais vetos foram:

.Artigo 1º o conceito de “migrante”. A lei sancionada conta apenas com as definições de “imigrante”, “emigrante”, “residente fronteiriço”, “visitante” e “apátrida. Esse veto incide justamente no conceito que a comissão que começou a trabalhar na nova lei procurou marcar ao trazer a noção de migrante para substituir a noção de estrangeiro permitindo um conceito mais amplo de mobilidade. O veto expressa a persistência em querer situar o migrante mais próximo do estranho e do estrangeiro, do que a percepção do mesmo como um sujeito em mobilidade no mundo contemporâneo.

.Com relação ao artigo 1º, foi vetado ainda o § 2º que garantia o direito aos povos originários e das populações tradicionais o direito de livre circulação em terras tradicionalmente ocupadas. Esse era um ponto importante no reconhecimento dos direitos de livre circulação das populações indígenas, pois demarcava o reconhecimento de que os povos indígenas, que vivem nas regiões de fronteira antes da chegada do homem branco, devem ter o direito de circular no território garantir sua subsistência. O veto expressa a não compreensão do modo de vida das populações indígenas e a persistência da lógica da segurança nacional e da tutela dessas populações. O veto também é contrário ao

estabelecido na constituição brasileira artigo 231 que trata dos direitos dos povos indígenas e as normas internacionais que estabelecem e regulam a livre circulação de populações tradicionais através das fronteiras.

.Parágrafos §§ 2 o e 3 o do art. 4 o e alínea d do inciso II do art. 30 “§ 2 o Ao imigrante é permitido exercer cargo, emprego e função pública, conforme definido em edital, excetuados aqueles reservados para brasileiro nato, nos termos da Constituição Federal. O veto ao direito dos migrantes de exercer cargo, emprego ou função pública. Nesse artigo, embora tenha sido reconhecido o direito de associação e de filiação sindical, o que é uma conquista importante para os migrantes, não foi permitido o exercício de cargo ou função pública o que é considerada uma restrição ao acesso a cidadania para os imigrantes.

.Parágrafo único do art. 37 e inciso IV do art. 40 “Parágrafo único. A concessão de visto ou de autorização de residência para fins de reunião familiar poderá ser estendida, por meio de ato fundamentado, a outras hipóteses de parentesco, dependência afetiva e fatores de sociabilidade” veto a extensão da autorização de residência a pessoas sem vínculo familiar direto. Esse veto é considerado um retrocesso, pois não considera arranjos familiares contemporâneos, que envolve laços de afeto entre pessoas com longa convivência familiar, fora dos conceitos mais tradicionais de família.

.§ 4 o do art. 113 “§ 4 o São considerados grupos vulneráveis os solicitantes de refúgio, os requerentes de visto humanitário, as vítimas de tráfico de pessoas, as vítimas de trabalho escravo, os migrantes em cumprimento de pena ou que respondem criminalmente em liberdade e os menores desacompanhados.” O veto a esse artigo deixa desprotegidos justamente aqueles grupos que mais necessitam de acolhida e proteção, tendo como justificativa uma visão securitária da migração, pois argumenta-se que poderia abrir para entrada no país de pessoas que respondem criminalmente.

.Artigo 118 – que tratava da anistia aos imigrantes que tivessem ingressado no território nacional até julho de 2016. Esse veto é considerado uma atitude antidemocrática, pois é um procedimento adotado com frequência no momento de implantação de uma lei conceder anistia aqueles que já residiam no país, para possibilitar a regularização de imigrantes não documentados que já viviam no país. Para tentar garantir a anistia aos Imigrantes que já residiam no país quando da aprovação da nova Lei, foi encaminhado o PL 7876/2017 foi apresentado no último dia 13 de junho e tem como autor o deputado federal Orlando Silva (PC do B-SP) – que propõe a anistia migrantes.

Apesar dos vetos, a nova Lei de Migração ainda é considerada uma conquista dos movimentos sociais, dos migrantes e de entidades da sociedade civil organizada por abolir o Estatuto do Estrangeiro e seu paradigma de ver todo e qualquer não-brasileiro como uma ameaça à soberania nacional. E o que

se espera agora é que a regulamentação reafirme as conquistas e não a torne a lei mais restritiva, como temem alguns analistas.

Ao debater a nova Lei, no deve-se considerar a conjuntura nacional e internacional, conforme observou Fabrício Toledo de Souza (Cáritas-Rio), “apesar do discurso e dos princípios que a fundamentam, a nova Lei será interpretada em um contexto de maior restrição e regulamento dos fluxos migratórios -majoritariamente mistos-, caracterizado por uma forte retórica conservadora e um aumento da xenofobia, pelo menos em relação às suas formas de expressão”.

Dessa forma, observa-se, por exemplo, que a despeito do visto humanitário estar previsto na nova lei, a tendência é da redução de sua concessão. A fala de Romero Jucá "Eu defendi e continuo defendendo o fechamento para os pedidos de refúgio"²³¹, quando se refere a situação dos venezuelanos e considera que eles não fazem jus aos vistos humanitários, é uma sinalização de que, embora a lei tenha sido aprovada, a sua implementação e interpretação estão relacionadas a conjuntura social e política.

Considerações Finais

Tem gente que chega e quer ficar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim chegar e partir...

(Encontros e Despedidas, Milton Nascimento/Fernando Brant)

Num mundo em movimento as leis migratórias desafiam a governabilidade uma política que compreenda a migração a partir da percepção que migrar é um direito humano, é uma sinalização de que pretendemos acolher os migrantes o que coloca o Brasil numa posição importante num cenário internacional de políticas tão restritivas. No entanto, o contexto político nos causa preocupação e sinaliza para importância na regulamentação da lei de garantir mais espaço para participação social e para as representações migrantes.

Zygmunt Bauman (1999) no seu sobre a globalização nos leva a refletir sobre quem circula no mundo contemporâneo, ao dividir aqueles que se movem através das fronteiras entre turistas e vagabundos nos demonstra quem pode circular no mundo globalizado, evidenciando como os trabalhadores migrantes são colocados, muitas vezes, nas categorias de vagabundos de migrantes não desejados.

A nova lei migratória procurou retirar o ranço autoritário das legislações anteriores, mas convive com as contradições e paradoxos de um país que tem um discurso de acolhimento aos imigrantes, mas ao mesmo tempo, continua tratando certos grupos de migrantes na categoria de indesejados e cria mecanismos que podem favorecer a migração qualificada produzindo

²³¹Romero Jucá propõe que o Brasil negue refúgios aos venezuelanos. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/romero-juca-propoe-que-brasil-negue-refugio-a-venezuelanos-1z1ims2pagi0f3w9671wr70az>>.

seletividade migratória. Traduzir a nova lei para novas práticas de acolhimento e diálogo intercultural com os migrantes contemporâneos permanece um desafio a ser enfrentado, pois tem gente que chega e quer ficar ... e aqui construir uma nova vida. Migrar, é um direito humano.

Referências

- ASSIS, G. O.; MAGALHÃES, L. F. Migrantes indesejados: a diáspora haitiana no Brasil e os desafios da política migratória. In: SILVA, S.; ASSIS, G. O. **O Eldorado é aqui?:** o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais. Manaus, AM: Editora Universidade de Manaus, 2016.
- BAUMAN, Z.; PENCHEL, M. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1999.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 18/06/2017.
- _____. Ministério da Justiça. **Anteprojeto de Lei de migrações e promoção dos direitos dos migrantes no Brasil.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10947.pdf>>. Acesso em: 02/09/2017.
- _____. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. **Diário Oficial da União**, Seção 1, n. 10, p. 59, 13 de janeiro de 2012.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Grupo de trabalho.** Brasília, DF: SAE, 25 de julho 2012. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?page_id=19845>. Acesso em: 28/08/2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.474, de 22 de julho de 1997.** Brasília, DF, 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9474.htm>. Acesso em: 20/08/2017.
- DELFIM, R. B. Veja 12 perguntas e respostas sobre a nova lei de migração que, aguarda sanção presidencial. **Migramundo**, 2017. <<http://migramundo.com/veja-12-perguntas-e-respostas-sobre-a-nova-lei-de-migracao-que-aguarda-sancao-presidencial/>>. Acesso em: 02 set. 2017.
- FERNANDES, D.; MILESI, R.; FARIAS, A. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. **Cadernos de Debates 6.** Brasília, DF, Instituto Migrações e Direitos Humanos e ACNUR, p. 73-97, 2011.
- MAGALHÃES, L. F. A. O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú – Santa Catarina – Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 28, p. 223-256, 2014.
- MILESI, R. Por uma nova Lei de **Migração:** a perspectiva dos direitos humanos. Brasília, DF: Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH, 2007.
- MENEGUETTI, L. **A nova lei de migrações (Lei 13445/2017) a revogação do Estatuto do Estrangeiro e um importante paradigma.** ESDP, 2017. Disponível em: <<http://esdp.net.br/a-nova-lei-de-migracoes-lei-n-13-4452017-a-revogacao-do-estatuto-do-estrangeiro-lei-n-6-8151980-e-uma-importante-mudanca-de-paradigma/>>.
- MORAIS, J. L. B. et al. De estrangeiro à cidadão: lei das migrações propõe acabar com legado da ditadura militar. **Revista Eletrônica Consultor Jurídico**, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-04/lei-migracoes-propoe-acabar-legado-ditadura-tema>>.
- OBMIGRA. Ações do conselho nacional de imigração (CNIG): políticas públicas para migração – 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em:

- <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4CD725BD014CE13452222F85/Acoes_do_Conselho_Nacional_de_Imigracao_2014.pdf>.
- OLIVEIRA, A. T. R. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, MG, v. 34, n. 1, p. 171-179, 2017.
- PATARRA, N. L. Brasil: país de imigração? **E-Metropolis**, Rio de Janeiro, RJ, Ano 3, n. 9, p. 6-18, 2012.
- _____; FERNANDES, D. Brasil: país de imigração. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, v. 3, n. 24, p. 65-96, 2011.
- PÓVOA NETO, H.; SPRANDEL, M. A. Brasil: estado actual de las políticas migratórias. In: ZURBRIGGEN, C.; MONDOL, L. (Coord.). **Estado actual y perspectivas de las políticas migratorias en el Mercosur**. Montevideo, Uruguay: FLACSO, 2010.
- REIS, R. R. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 1, p. 47-69, 2011.
- RODRIGUES, S. B.; PEREIRA, L. M. A proteção dos direitos humanos dos migrantes no Brasil: breves considerações sobre o projeto de lei n. 2.516/2015 e o estatuto do estrangeiro. **Revista Juris UniToledo**, Araçatuba, SP, v. 2, n. 2, p. 74-89, 2017.
- SILVA, C. R.; MAGALHÃES, L. F. A.; ASSIS, G. O. A Imigração Haitiana nas páginas dos jornais: análise de reportagens da Folha de São Paulo entre 2010 e 2015 In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- SEYFERTH, G. O problema da imigração no Brasil: continuidades e mudanças. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 7., 2014, Évora. **Anais...**
- _____. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro, BA. **Anais...** Brasília, DF: ABA, 2008.
- SPRANDEL, M. A. Políticas migratórias no Brasil do século XXI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESLOCAMENTOS, DESIGUALDADES E DIRETOS HUMANOS, 2012, São Paulo, SP. **Anais...** Brasília, DF: ABA, 2012.
- VENTURA, D.; ILLES, P. Estatuto do estrangeiro ou lei de imigração. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, SP, v. 4, n. 37, p. 14-15, 2010.

**A NECESSIDADE DE REESTRUTURAR AS AGENDAS DOS
MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS PARA DAR
EFETIVIDADE À NOVA LEI DE MIGRAÇÃO**

Clodoaldo Silva Anuniação

A ideia deste artigo deriva de inquietações trazidas das discussões nos Seminários Internacionais Migrações e Identidades, nos anos de 2015 e 2016, na cidade de Salvador para discutir no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia a questão migratória em suas vertentes transdisciplinares e as possibilidades de intervenção na sociedade pelos Órgãos Públicos, bem como de investigações ocorridas no processo de doutoramento ocorrido na Université Paris 1 Panthéon – Sorbonne (2013-2016) sobre o fenômeno migratório, fazendo correlação entre os sistemas normativos brasileiro e francês.

A problemática da investigação surge a partir dos seguintes questionamentos: Com a aprovação da Lei Federal 13445/17 persiste a expectativa de que ao normatizar questões relacionadas ao não nacional essas atribuições devem recair apenas sobre o Ministério Público Federal (MPF) no âmbito do país inteiro? Como o Ministério Público Estadual (MPE) pode contribuir para a implementação da nova Lei de migração?

Nesse diapasão, este artigo tem como objetivo analisar o cenário e as tendências das migrações internacionais, situando o Brasil nesse contexto; levantar as dificuldades da judicialização dos direitos fundamentais dos migrantes e propor medidas de adaptação, estratégias e agendas de intervenção dos Ministérios Públicos dos Estados na efetivação desses direitos.

As rupturas com o precedente autoritário da Lei 6815/73 (Estatuto do Estrangeiro) promovida pela Lei de Migração com sua abordagem humanística; o reconhecimento de direitos e os vetos exarados em desfavor na nova legislação transferem para os órgãos da Administração da Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, Juízes e Tribunais) a solução de controvérsias justificam a análise *prima facie* do papel do Ministério Público Estadual neste contexto, na medida em que a efetivação dos Direitos Humanos e fundamentais são evidenciados ou compreendidos na análise sistêmica da Lei 13445/17. Deve ser feito não somente as metrópoles, mas também nas pequenas e médias cidades.

Este artigo está dividido em cinco partes: na primeira revela-se o cenário global e a tendência das migrações internacionais no que tange à formação de megalópoles com apoio nos estudos de Wenden e as rupturas benéficas da Lei de Migração brasileira, com lastro na doutrina de Ventura. Na segunda parte, aborda-se o cenário brasileiro no que tange ao acolhimento de migrantes notadamente no sistema Sul-Sul que que demandam mais atenção e proteção visto que são as principais vítimas nos pilares sombrios da cultura e sociedade

brasileiras. Na terceira parte comenta-se sobre como essas dificuldades vão desembocar na judicialização dos direitos fundamentais, na quarta expõe-se sobre as atribuições e competências do Ministério Público e, por fim, propõe-se sugestões preliminares para que os MPE's tornem-se protagonistas na efetividade dos direitos dos migrantes.

Para tanto, utiliza-se do método hipotético-dedutivo e jurídico propositivo, por meio de levantamento bibliográfico, análise da literatura especializada e atuação profissional do autor no âmbito do Ministério Público. Ademais, examina-se a relação entre a norma, os valores constitucionalmente assegurados e a implementação da lei, de modo que esta requer a introdução de novas práticas, tais como a colaboração de órgãos públicos, nesse caso, o Ministério Público dos Estados, a fim de indicar ações e estratégias preliminares para que o órgão contribua de forma efetiva para a consecução dos direitos e garantias previstas em lei.

O cenário global e a tendência das migrações internacionais

O risco de desestabilização social em segundos como ocorreu no episódio do dia 11 de setembro de 2011 nos Estados Unidos da América ilustra o caráter contingente da sociedade contemporânea, pois conforme Habermas (2006a) os destinos da humanidade foram afetados pelas consequências do fato, notadamente o que se denominou de “guerra ao terror” com implicações diretas no fenômeno migratório.

Habermas (2009) explica essa complexa conjuntura e sinaliza que há uma “dolorosa transição para sociedades pós-coloniais de imigrantes” dentro da Europa que se processa ao mesmo tempo em que o continente vivencia “as condições humilhantes da crescente desigualdade social associadas às pressões dos mercados de trabalho globalizados”.

Wenden (2010) afirma que os problemas do planeta como o aquecimento global, a evolução demográfica e a escassez de água e energia, somados ao êxodo decorrente dos conflitos assimétricos, evidenciam o tema das migrações entre as principais questões geopolíticas mundiais.

As projeções da ONU apontam que o mundo terá 9 bilhões de habitantes no horizonte de 2040, sendo que a Ásia abrigará mais da metade da população mundial (57%). A Índia, a China, a Indonésia, o Paquistão, a Nigéria, os Estados Unidos, o Brasil e o México serão os países mais populosos do planeta. Em 2030, mais de 80% da população urbana do mundo viverá na Ásia, na África e na América Latina. Três quartos das cidades que deverão ultrapassar o teto de dez milhões de habitantes em 2025 situam-se nos países em desenvolvimento. Três das dez maiores cidades em 2030 serão indianas, cinco das 25 maiores serão chinesas. Conforme tais projeções, as cidades de mais de 20 milhões de habitantes em 2030 serão Tóquio, Déli, Bombaim, São Paulo, Daca, México, Nova York, Calcutá, Xangai e Carachi (WENDEN, 2016).

As mulheres representam atualmente 50% dos migrantes internacionais. Milhões delas deixam a cada ano o seu país de origem e tendem a ser mais numerosas do que os homens nos países ricos atingidos pelo envelhecimento de suas populações, que precisam de cuidadoras e de enfermeiras. As consequências da migração feminina são, além do *care drain* (êxodo de profissões de saúde), os riscos de desintegração familiar nos países de origem e sua dependência em relação aos novos fluxos, uma espécie de migração em cadeia

Afirma ainda que “a migração, como estratégia individual de adaptação, será confrontada às escolhas políticas e de sociedade adotadas pelos Estados” (WENDEN, 2016). Isto envolve o fato da Convenção de Genebra de 1951 sobre os refugiados não considerar a mudança climática como fator de análise dos pedidos de refúgio, o que precisa ser revisto.

Existem globalizados e localizados que são faces da mesma moeda da mundialização da economia. No primeiro grupo, estão inseridos os capitalistas que estão livres da determinação espacial e que reafirmam em cada gesto a sua globalidade e o poder de dar significado às coisas no mundo. Aos localizados, aqueles que são vítimas de vários fatores de expulsão (desastres naturais, fome, desemprego e guerras) resta administrar as vicissitudes, os subprodutos da volatilidade do capital e as desigualdades sociais crescentes. Os detentores do capital não se sentem responsáveis pelos desempregados, inválidos ou outros seres humanos em situação de vulnerabilidade.

A questão é que os mais pobres não querem mover-se ou não dispõem dos meios para isto, sendo a migração um recurso extremo diante da percepção da ausência de ação governamental efetiva e em face da falência das soluções coletivas para reduzir sua vulnerabilidade.

Wenden afirma que um terço da população do planeta ao Norte beneficia-se do direito de migrar ao Norte Global e ao Sul Global, enquanto dois terços de habitantes da terra não podem circular livremente do Sul Global ao Norte Global e, ainda, são desprovidos de direitos e garantias do Sul ao Sul.

Na América Latina o cenário é de crescente intolerância e envolve as lutas de classes e polarização de ideologias, cerceamento de liberdades civis, recrudescimento do racismo, sexismo, machismo e das violências de toda ordem contra os mais vulneráveis.

Torna-se imperioso reconhecer também que há esperanças neste processo. Além do fortalecimento da gramática dos Direitos Humanos, a premissa socioeconômica e ambiental perpassa pela redução das desigualdades, pelo controle do capitalismo depravado, pelo reconhecimento das migrações com estratégia adaptativa de sustentabilidade e pela construção de um modelo de desenvolvimento de proximidade ou de mobilidade garantidor das liberdades políticas e civis.

Esta semente foi lançada na proposta da ONU para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no bojo do Acordo de Paris

de 2015, que prevê a redução das desigualdades entre países e especificamente no seu item 10.7: “Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas”²³².

Cenário brasileiro de transição e transfusão demográficas

Os estudos de Wenden (2016) evidenciam o pilar da urbanização como um dos faróis da questão migratória mundial. Estando a cidade de São Paulo entre as cidades de mais de 20 milhões de habitantes em 2030, ela se tornará um lugar de concentração de atividades econômicas, de migrantes do êxodo rural e de migrantes em trânsito que formulam seus projetos após sua passagem pela cidade.

Por outro lado, Baerninger (2014) constata que a queda acentuada dos níveis de fecundidade insere o Brasil em uma transição demográfica (ERVATTI; BORGES; PONTE, 2015)²³³ acelerada. Isto impõe uma discussão de Estado sobre o formato triangular da pirâmide populacional, outrora com uma base larga, mas que vem dando lugar a uma pirâmide etária típica de uma população envelhecida, o que se insere o país na rota migratória por imperiosa necessidade de força de trabalho.

Conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) a população idosa vai triplicar no Brasil nos próximos 40 anos e passará de 19,6 milhões (10% da população brasileira), em 2010, para 66,5 milhões de pessoas, em 2050 (29,3%). Segundo a Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação por sexo e idade, a virada demográfica ocorrerá em 2030, momento em que o número de idosos chegará a 41,5 milhões (18% da população) e as crianças serão 39,2 milhões, ou seja, 17,6% do total.

Haman (2016) conta a história da evolução demográfica brasileira através da análise dos efeitos de fenômenos como o aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de fecundidade (número de filhos por mulher) que alterou o perfil etário da população. A taxa de fecundidade passou de 6,16 filhos por mulher em 1940 para 4,35 em 1980, 2,39 em 2000 e 1,7 em 2014.

O acelerado envelhecimento demográfico tem importantes implicações para indivíduos, famílias e sociedade. Há a redução da participação relativa de crianças e jovens e o aumento proporcional de adultos e idosos. O IBGE estima que a não readaptação da estrutura econômica e das políticas públicas do bem estar da pessoa humana à nova realidade trará efeitos negativos sobre a

²³² Ver os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODS10.aspx>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

²³³ O processo de transição demográfica ou transição vital é uma das principais transformações pelas quais vem passando a sociedade moderna. Ele caracteriza-se pela passagem de um regime com altas taxas de mortalidade e fecundidade/natalidade para outro regime, em que ambas as taxas situam-se em níveis relativamente mais baixos. ERVATTI; BORGES; PONTE, 2015. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas.

qualidade de vida da população brasileira que passa por um processo de transição demográfica ou vital, no qual, em curto e médio prazo, os idosos predominarão no cenário populacional, com necessidades altamente diferenciadas em relação à situação anterior. Isto imporá um aporte de imigrantes (transfusão demográfica) para recompor a força de trabalho e manutenção do crescimento econômico. Esse fenômeno exigirá mudanças estruturais nas políticas públicas de saúde, assistência social e previdência para nacionais e migrantes.

Logo, se haverá necessidade de mão-de-obra estrangeira para o mercado de trabalho e para equilíbrio demográfico, o Brasil continuará na rota das migrações internacionais pelas questões impostas pelo próprio sistema econômico. No quadro de simultaneidade de fluxos migratórios (fluxos mistos), o processo não pode ser visto como momentâneo ou a parte da vivência social.

Dificuldades na judicialização e a provocação de rupturas na Lei 13.445/17

De acordo com Matos e Lobo (2012), o nível de receptividade do imigrante internacional pode ser visto como um indicador de democracia. A linha temporal e o atual contexto histórico retratam as metrópoles como espaços nos quais a diversidade e a tolerância são mais substantivas, “a despeito dos interesses econômicos que permeiam a exploração da mão de obra migrante”.

Ora, a tensão entre facticidade e a legitimidade das leis estão presentes na questão migratória, pois até aqui as legislações foram construídas sem observância do que Habermas sinaliza.

Leis preenchem a condição de uma universalidade pragmática, de modo algum apenas semântica, quando são realizadas, através de discussão e publicidade, num procedimento includente da representação do povo. Só se pode prevenir o perigo do despotismo, latente em todas as leis somente impostas pela autoridade, através do procedimento republicano justo da formação da vontade e opinião de todos os potencialmente envolvidos (HABERMAS, 2006b).

Com efeito, a lei 13.445/17 resultou de ampla mobilização da sociedade civil e contém rupturas benéficas como entende Ventura (2017), dentre elas: a) superar um regime legal autoritário e ultrapassado que discriminava *ab initio* por referir-se a um “Estatuto do Estrangeiro”; b) criar uma nomenclatura condizente com a contemporaneidade ao enfatizar a palavra “migração” e não o termo “estrangeiro” que tem a conotação de exclusão; c) dar transparência às normas que envolvem o migrante, tirando do governo o arbítrio de permitir a entrada ou permanência apenas daqueles que lhe interessam; d) contribuir para desfazer o mito da “cordialidade” do brasileiro pelo qual a outorga de direitos vem sempre como dádiva dos governantes ou classes elitizadas e nunca como resultado da luta dos migrantes ou das entidades da sociedade civil que os protegem; e) demonstrar ao próprio estrangeiro que ele pode falar por si mesmo, em um

contexto no qual sabe que tem “direito a ter direitos” e poderá exercer tais direitos independentemente da sua condição migratória; e) permitir ao Judiciário e aos órgãos de Administração da Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia serem protagonistas da efetividade das normas, por meio do acompanhamento, fiscalização e decisão das controvérsias que afetam os Direitos Humanos e fundamentais outorgados no diploma legal.

O cenário de implementação da lei migratória

Após um período de avanços no combate à fome e à miséria e na redução das desigualdades sociais, o Brasil voltou a experimentar uma distância abissal entre ricos e pobres, a retroceder nos indicadores de qualidade de vida e passa por um período de descoberta e apuração de corrupção sistêmica, de severa instabilidade política e forte retração da atividade econômica, com elevação do desemprego, das epidemias, da intolerância e violência generalizada e que atinge com mais virulência contra grupos tradicionalmente mais vulnerabilizados por uma cultura de raízes profundas no racismo, patrimonialismo, machismo e LGBTfobia.

Os dados que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), constante do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil²³⁴ apontam que em 2015 o Brasil parou de crescer e estagnou em 0,761, na faixa de alto desenvolvimento humano. Até o ano de 2014, o IDHM do país apresentava crescimento contínuo, mas, dada a queda observada na dimensão renda para o ano de 2015, o índice não cresceu, apesar da melhora nas dimensões longevidade e educação. A taxa média de crescimento anual do IDHM entre 2011 e 2015 foi de 0,8%, inferior à observada entre 2000 e 2010, que foi de 1,7%.

Essa tendência também é diagnosticada no estudo de Hoffman (2016) ao apontar que o índice de Gini²³⁵ no primeiro trimestre de 2016 foi de 0,550; enquanto no último trimestre de 2013 foi de 0,526, o valor mais baixo registrado. Salienta o estudo que em termos regionais há uma disparidade entre as Unidades da Federação. Os dados da PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do IBGE para os primeiros meses de 2016 demonstram que o Distrito Federal é o mais desigual, com índice de 0,600. Santa Catarina se opõe como o Estado mais igualitário, registrando 0,423. São Paulo se coloca discretamente acima do valor médio nacional, com 0,558. Nesse mesmo diapasão, a pesquisa do IBGE/PNADC divulgada em 31.08.2017 mostra que a taxa de desocupação no país foi de 12,8%, em média, trimestre móvel de

²³⁴http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_VERSAO_Final_6.pdf>. Acesso em: 31 ago.2017.

²³⁵ O índice de GINI é usado como medidor da desigualdade em todo o mundo e titulado em homenagem a seu criador Corrado Gini tem crescido durante os últimos anos no Brasil. O índice atribui um valor entre zero e um à desigualdade, sendo que quanto menor o número, maior a igualdade.

maio a julho de 2017, isso representa 13,3 milhões de trabalhadores desempregados em comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior (11,6%), houve alta de 1,2 ponto percentual.

Segundo a pesquisa, os 10% mais ricos da população aumentaram sua fatia na renda nacional de 54% para 55%, enquanto os 50% mais pobres ampliaram sua participação de 11% para 12% no período. Esse crescimento foi feito às custas de uma queda da participação de dois pontos percentuais dos 40% que estão entre os dois extremos (de 34% para 32%).

Morgan (2017), em recente estudo constata que a desigualdade de renda no Brasil não caiu entre 2001 e 2015 e permanece em níveis “chocantes”.

Apesar da implementação do Programa Bolsa Família e do Benefício da Prestação Continuada (BPC) que elevaram a taxa de crescimento da fatia dos 50% mais pobres de 9% para 21, o crescimento econômico observado no Brasil no período teve pouco impacto na redução da desigualdade porque foi capturado principalmente pelos 10% mais ricos, que ficaram com 61% da expansão observada no período, enquanto a metade mais pobre da população foi beneficiada com apenas 18% desses ganhos.

Na análise do estudo, publicada no jornal A Folha de São Paulo, os economistas Marcelo Medeiros, Pedro Souza e Fábio de Castro, da Universidade de Brasília identificaram uma estabilidade no nível de desigualdade entre 2006 e 2012. Para Laura Carvalho, economista da USP, “Os mais ricos continuaram se apropriando de uma parcela muitíssimo elevada da renda, que pode ser explicada pela alta concentração de riqueza financeira e não financeira no Brasil, além dos juros altos”²³⁶

Essa preocupação também é compartilhada por Habermas (2012) “[...]a minha maior preocupação é a injustiça social, que brada aos céus, e que consiste no facto de os custos socializados do falhanço do sistema atingirem com maior dureza os grupos sociais mais vulneráveis” A compreensão da dimensão do problema perpassa pela ideia de que a miséria é muito mais ampla do que a fome, pois compreende muitos outros aspectos, a exemplo das precárias condições de vida e moradia, doenças, analfabetismo, violências, famílias destruídas, enfraquecimento dos laços sociais, ausência de perspectiva de sentido para a vida e do alcance do direito à felicidade. A problemática resulta na violência no Brasil que coloniza e cerceia a vida cotidiana da população. O “mundo-da-vida” dos cidadãos é usurpado pelos abusos, desrespeitos e violações de direitos de toda sorte.

Os números exemplificativos a partir de estudos de OI’s, ONG’s e levantamentos oficiais são contundentes. O Grupo Gay da Bahia (GGB) contabilizou²³⁷ que em 2014 um total de 326 pessoas foram barbaramente

²³⁶ Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1916858-desigualdade-no-brasil-nao-caiu-desde-2001-aponta-estudo.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2017.

²³⁷ Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>.

assassinadas no Brasil. No ano de 2015, o Grupo registrou um total de 318 crimes dos quais a orientação sexual da vítima foi o principal elemento motivador da causa morte. Em 2016 o mesmo estudo anual constatou 343 crimes. Até meados de agosto de 2017 foram contabilizados 249 crimes em todo o Brasil. Os números exemplificativos a partir de estudos de OI's, ONG's e levantamentos oficiais impedem a possibilidade de contestações.

A violência contra a mulher, os estupros, as lesões corporais, feminicídios não param de crescer apesar da formulação de leis mais severas, estruturas do Estado para proteção, campanhas de conscientização e envolvimento da sociedade. Trata-se de uma epidemia de violência sem precedentes ou limites.

O Mapa da Violência 2015 no Brasil contabilizou 4,8 assassinatos de mulheres a cada 100 mil, número que coloca o Brasil no 5º lugar no ranking de países nesse tipo de crime. Segundo o mapa, dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex-companheiro. Essas quase 5 mil mortes representam 13 homicídios femininos diários em 2013.

Estes exemplos demonstram a dificuldade no acolhimento e inclusão do migrante no Brasil e o desafio impostos às instituições de Administração da Justiça, aos governos e às organizações internacionais e as ONG's.

O Ministério Público

A Instituição Ministério Público²³⁸ é bastante conhecida da população. Isso não quer dizer que não persistam confusões em torno das suas atribuições e mesmo da sua partição interna de funções. Pretende-se, em síntese elucidar sobre as suas atribuições e áreas de atuação.

O Instituição é una e indivisível, mas é dividida inicialmente em Ministério Público da União que compreende o Ministério Público Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e dos Territórios e o Ministério Público dos Estados²³⁹.

De forma geral, o Ministério Público da União se ocupa de matérias de amplitude nacional reguladas na Constituição Federal e Leis Orgânicas e, de regra, quando há envolvimento como intervenientes de órgãos e pessoas ligadas a essas mesmas vertentes federais. Isso está referenciado em diplomas legais a exemplo da Lei Complementar Federal 75/93. Inclui a matéria relativa à

²³⁸ Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

²³⁹ Art. 24. O Ministério Público da União compreende: I – O Ministério Público Federal; II – O Ministério Público do Trabalho; III - o Ministério Público Militar; IV - o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Parágrafo Único. A estrutura básica do Ministério Público da União será organizada por regulamento, nos termos da lei.

dignidade pessoa humana migrante no que tange a sua regularização migratória, questões de fronteira, extradição, deportação e expulsão²⁴⁰.

O Ministério Público dos Estados se ocupa de toda a matéria residual, principalmente voltada para a observância dos direitos fundamentais no âmbito territorial de cada Estado federado respectivo, por estar em contato mais próximo com a população, cuja regulamentação está genericamente estampada na Lei 8625/93²⁴¹. Isso quer dizer que, em se tratando de efetivação dos direitos fundamentais e implantação das políticas públicas preconizadas na Lei 13.445/17, as discussões se darão no âmbito das municipalidades e das competências de órgãos executivos estaduais e municipais, cuja atribuição para intervir será do MPE.

Somente para exemplificar, se o filho de um migrante, qualquer que seja a sua condição migratória, estiver fora da escola, ou se um migrante se tornar membro da população de rua, ou ainda se o atendimento médico não lhe for prestado de forma adequada, ou se há suspeitas da prática de tráfico de seres humanos no âmbito do Estado tais demandas implicarão em intervenção do promotor de Justiça encarregado desses assuntos no âmbito de cada MPE.

Como a questão migratória para que haja êxito o regime não deve ser de competição, mas de colaboração e soma de esforços entre os órgãos do MPE, MPF e MPT, nas suas competências e especificidades, a fim de proteger a dignidade da pessoa migrante. Isso envolve, por exemplo, o ingresso de ações civis públicas (importante instrumento legal de promoção de políticas públicas) em litisconsórcio.

O que este artigo propõe é que haja uma apropriação do MPE sobre suas atribuições no contexto da Lei 13. 445/17.

Desafios e sugestões preliminares para que os MPE'S tornem-se protagonistas na efetividade dos direitos dos migrantes

Contextualizadas as premissas, retoma-se o problema do artigo com o objetivo de responder se, de fato o Ministério Público Estadual pode contribuir como protagonista na efetividade dos Direitos Humanos e fundamentais de migrantes presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei 13445/17 e, em caso positivo, quais os mecanismos, estratégias e limitações podem ser utilizadas nessa missão

Para o cumprimento do mister que a nova Lei de Migração impõe, a instituição Ministério Público Estadual deve apropriar-se do papel de guardião dos Direitos Humanos dos migrantes nas municipalidades com estratégia definida, de capacitação e inteligência institucional.

²⁴⁰ Vide, por exemplo, a Lei Complementar Federal 75/93 – art. 6º “Compete ao Ministério Público da União – IX – promover ação visando ao cancelamento de naturalização, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

²⁴¹ Vide art. 25, IV, “a” da Lei 8625/93.

O perfil do membro do Ministério Público, para lidar com as questões migratórias, é crucial, pois além do cabedal jurídico peculiar a atividade profissional, o responsável pela proteção e defesa dos interesses do migrante tem que ter aptidão e eficácia para agir. Nesse sentido, demanda-lhe interagir com profissionais e estudiosos de diversas áreas do conhecimento (direito, sociologia, antropologia, demografia, economia, psicologia, dentre outras) para compreender as problemáticas que encerram o feixe multidisciplinar e complexo do fenômeno migratório.

De forma mais pragmática, os Ministérios Públicos precisam incluir nos seus planos estratégicos de atuação a questão da migração como o fez o Ministério Público da Bahia no plano de 2011-2013 e trabalhar para construir um projeto efetivo de proteção com a participação ativa dos migrantes e das organizações da sociedade civil que os orientam e defendem.

Os concursos públicos para ingresso nas carreiras de promotor de Justiça e de servidores devem incluir a Lei 13445/17 como matéria de estudo e avaliação. A formação complementar para adaptação à carreira também, de igual forma, deve abrir espaço para essa discussão sobre mobilidade humana, inclusão do Outro e prevenção ao tráfico de pessoas. Nessa esteira, um plano de capacitação de membros e servidores de forma multidisciplinar é recomendado, inclusive com o aprendizado instrumental mínimo de línguas estrangeiras.

O membro do Ministério Público não pode ser visto como um agente do Estado para a censura e repreensão dos migrantes, mas de um agente político que propõe garantias e prerrogativas constitucionais voltadas a defesa da pessoa humana.

Convém registrar que na elaboração do Plano Estratégico do Ministério Público da Bahia (2011) para o período de 2011-2023 foi sinalizada a probabilidade de que até dezembro de 2023 o número de migrantes representaria cerca de 2% da população brasileira. Nesse diapasão, o documento estabelece iniciativas estratégicas que merecem destaque na análise deste artigo:

[...] 10.1.1 Iniciativa Estratégica: Estabelecer parcerias com a defensoria Pública Estadual e com o Ministério Público Federal para consecução de objetivos comuns e atribuições concorrentes ou complementares.

[...] 10.1.8 Iniciativa Estratégica: Estabelecer parcerias com o IBGE, objetivando o compartilhamento de informações a respeito do perfil demográfico dos imigrantes (BAHIA, 2011). Essas disposições revelam que o MPE da Bahia já tem noção da importância da situação migratória e da necessidade de integração institucional para enfrentá-la. Contudo, há a necessidade de se avançar de forma mais detalhada e aprofundada para a inclusão dos migrantes e o respeito aos seus direitos.

Consideração Finais

Na primeira parte do artigo conclui-se parcialmente que: a) as migrações são um fenômeno um bem público mundial (CONSTANT, 2009)

complexo, multifatorial ou de causas múltiplas (WENDEN, 2010), uma engrenagem mundial com reflexos importantes no local que desafiam soluções duradouras de leis legítimas do ponto de vista da formulação e do conteúdo, sobretudo, a intervenção interdisciplinar de pessoas e instituições que as tornem efetivas; b) a Lei 13.445/17 (Lei de Migração) rompe com o paradigma autoritário do Estatuto do Estrangeiro que era centrado na Segurança Nacional; c) o mundo vive um processo intenso de migração e que o fluxo Sul-Sul trará impactos em várias cidades da América Latina, notadamente em São Paulo; e do Brasil vive um momento de transição demográfica com modificação na pirâmide etária que o faz depender dos migrantes para continuar seu ritmo de crescimento econômico.

Será que os conceitos de cidadania democrática e Direitos Humanos conseguem abalar as estruturas do sistema capitalista que envolvem o campo jurídico? A resposta inicial é negativa, pois embora a hermenêutica dos Direitos Humanos seja um ganho da modernidade por ter como referência a dignidade humana de muitas pessoas com suas identidades, singularidades, vulnerabilidades e potencialidades, na prática, o subsistema do dinheiro/capital²⁴² continua controlando os fluxos migratórios e a distribuição de direitos aos imigrantes de acordo com uma lógica mercadológica desigual e discriminatória.

É chegada a hora de que o campo jurídico enfatize um acento ético, um reconhecimento do “direito a ter direitos” (HANNAH, 1999), e uma recusa de reducionismos economicistas das necessidades humanas dos migrantes.

Deve-se rejeitar a assimilação como forma de inserção do migrante na sociedade, como também a homogeneidade comportamental do alóctone. De igual forma, as questões de nacionalidade precisam ser revistas, pois pelo princípio da circularidade o Brasil é mais que o país de destino, mas de trânsito.

Quando se tratar de efetividade dos Direitos Humanos consignados na Lei de Migração, a exemplo de saúde, educação, luta contra o racismo, o sexismo, a xenofobia e proteção às crianças e adolescentes, acolhimento dos estrangeiros em situação de rua e luta por moradia e segurança são as municipalidades que terão que traçar políticas públicas adequadas ao seu porte, características geográficas e perfil econômico, o que resultará em fixação de competências do MPE para atuar preventiva ou reparadora em prol do migrante.

Isto porque a atribuições conferidas pela CF/88, a capilaridade da instituição e a proximidade dos promotores de Justiça com a comunidade, no âmbito das suas funções primordiais de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses coletivos e individuais indisponíveis são

²⁴² HABERMAS, Jürgen inspira-se em Edmund Husserl. Para André Coelho, do ponto de vista pragmático, o “mundo da vida” é um estoque de sentidos (de crenças, critérios, valores, definições etc.) compartilhados entre falantes (e não problematizados por eles) que serve de pano de fundo para sua comunicação. Do ponto de vista sociológico sentido sociológico, o mundo da vida é um domínio social contrastante com os sistemas funcionalizados, marcado por processos comunicativos, cujo *medium* é a linguagem e cujo recurso é a solidariedade. Vide Coelho (2012).

importantes para a consolidação dos direitos assegurados na Lei 13445/17 que envolve os migrantes.

A iniciativa do Ministério Público Estadual da Bahia de incluir a temática migratória como elemento de construção do seu plano estratégico de 2011-2023 é louvável e um exemplo a ser seguido pelos demais Ministérios Públicos. Nada obstante, a iniciativa desafia ações efetivas de capacitação de membros e servidores, criação de estruturas físicas de acolhimento, participação nas discussões acadêmicas e integração institucional com Organizações Internacionais, ONG's, Ministério Público Federal, Defensorias Públicas Estadual e Federal e, sobretudo com coletivos e Associações de Migrantes, estabelecendo uma agenda positiva na efetivação da Lei 13.445/2017.

Referências

- BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações internacionais no século XXI. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, DF, v. 18, n. 430, p. 28-30, 2014.
- BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. Assessoria de gestão Estratégica. **Plano estratégico 2011-2023**. Salvador, BA, 2011. Disponível em <http://portalantigo.mpba.mp.br/eventos/2011/maio/planoestrategico/Plano_Estrategico_2011_2023_MP_BA.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.
- COELHO, A. **O que é mundo da vida em Habermas?** 2012. Disponível em <http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com.br/2012/10/o-que-e-mundo-da-vida-em-habermas.html>>. Acesso em: 14. set. 2017.
- CONSTANT, F. Pour une gouvernance mondiale des migrations in l'enjeu mondial. In: JAFRELLOT, C.; LEQUESNE, C. (Dir.). **Les migrations**. Paris: Presses de Sciences Po-L'Express, 2009.
- ERVATTI, L. R.; BORGES, G. M. J.; PONTE, A. (Org.). **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2015.
- HABERMAS, J. **Um ensaio sobre a constituição da Europa**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- _____. **Europe: the faltering project**. Londres: Polity Press, 2009.
- _____. **O ocidente dividido**. Tradução de Luciana Villas Boas. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2006a.
- _____. Der gespaltene Westen. In: _____ (Ed.). **O ocidente dividido**. Tradução de Luciana Villas Boas. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2006b.
- HAMAM, A. F. (Org.). **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2016.
- HANNAH, A. **Eichmann em Jerusalém: um relato da banalidade do mal**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999.
- HOFFMANN, R. Pesquisador alerta para o aumento da desigualdade no Brasil: os índices, que vinham diminuindo desde 1995, voltaram a crescer a partir do primeiro trimestre de 2014 **Jornal Da USP**, São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <[Http://Jornal.Usp.Br/Atualidades/Pesquisador-Alerta-Para-O-Aumento-Da-Desigualdade-No-Brasil/](http://Jornal.Usp.Br/Atualidades/Pesquisador-Alerta-Para-O-Aumento-Da-Desigualdade-No-Brasil/)>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- IBGE. **Projeção populacional**. Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm>. Acesso em: 31 ago. 2016.

MATOS, R.; LOBO, C. Migração como indicador de democracia, sobrevivência econômica e necessidades básicas especiais. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Urbana**, Brasília, DF, v. 20, n. 38, p. 213-232, 2012.

MORGAN, M. **Extreme and persistent inequality**: new evidence for Brazil combining national accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. Paris: World Wealth and Income Database, 2017. Disponível em: <<http://wid.world/wp-content/uploads/2017/09/Morgan2017BrazilDINA-pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

VENTURA, D. **Nova lei de migração**. São Paulo, SP: SESC, 2017.

WENDEN, C. W. As novas migrações: por que mais pessoas do que nunca estão em circulação e para onde elas estão indo? **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, SP, v. 13, n. 23, p. 17-28, 2016. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/as-novas-migracoes/>>. Acesso em: 16 Jul. 2016.

_____. **La question migratoire au XXIe siècle migrants**: réfugiés et relations internationales. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.

**UMA POLÍTICA MIGRATÓRIA REATIVA E INADEQUADA -
A MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL E A
RESOLUÇÃO N. 126
DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg)**

João Carlos Jarochinski Silva

O papel do CNIg na formulação da política migratória brasileira

O Brasil teve diversos fluxos migratórios desde a segunda metade do século XIX, os quais contaram com diversas nacionalidades ainda hoje muito perceptíveis nas diversas influências culturais presentes na sociedade brasileira. No final do século XIX e início do XX ocorreram diversas ações estatais focadas na atração de pessoas, fundamentando-se em justificativas que eram desde a substituição da mão-de-obra escrava, passando pela melhor ocupação do território, chegando em teorias racistas que defendiam o embranquecimento da população e em argumentos econômicos como a necessidade da busca de trabalhadores, de determinadas localidades, para desenvolverem processos de modernização do país. Com base nesses argumentos, resta evidente que, como toda e qualquer política migratória, o Brasil estabeleceu critérios de seleção para a entrada e permanência de migrantes internacionais vinculados aos interesses estabelecidos pelos grupos em posse dos poderes políticos e econômicos.

Tais informações são importantes para desconstruir a errônea ideia de que o Brasil foi, em algum momento, um país aberto a uma imigração sem controle estatal e que seus processos migratórios não trouxeram as características de preconceitos raciais e religiosos característicos da sociedade brasileira. Entretanto, em termos de ações externas relacionadas ao tema das migrações, vale destacar que depois das ações de atração estabelecidas no final do período imperial e começo do período republicano, o país só voltou suas atenções para a temática quando, nos anos 80 do século XX, em virtude de censos demográficos em que “desapareceram”²⁴³ pessoas, as autoridades perceberam que o país caracteriza-se, também, como um local de emigrantes. Nesse sentido, formam-se uma série de grupos e de indivíduos que se destacam pela defesa dos direitos e das condições de vida dos brasileiros, o que também fez com que os órgãos estatais atentassem para essa questão, fortalecendo o tema.

Entretanto, antes desse novo despertar do tema, o Estado, no final da década de 70 do século XX, implementou seus marcos normativos em relação

²⁴³ Os dados surpreenderam as autoridades, pois se esperava uma população maior em termos de projeção e se notou que muitos brasileiros tinham deixado o país para se dirigirem ao exterior, tendo como destinos mais impactantes os Estados Unidos, Portugal e Japão.

ao tema da entrada e permanência de estrangeiros²⁴⁴ no Brasil, quando da implementação do Estatuto do Estrangeiro (lei 6815/1980), cujo texto é focado em elementos de segurança e que vê no estrangeiro um inimigo em potencial, o qual deve ser controlado em termos de entrada, permanência e atividades, no sentido de não oferecer riscos para o país. Tal forma de proceder não favoreceu a regularidade e integração dos imigrantes que se dirigiram ao Brasil, fazendo com que diversos grupos permanecessem invisíveis aos olhos da população e das autoridades. Vale ressaltar que permanecer imperceptível era, e ainda é, uma tática de garantir a permanência em determinada localidade, pois evita o contato com uma legislação, como a brasileira, que faz com que as autoridades atuem partindo de um pressuposto de suspeita em relação ao imigrante. Pessoas oriundas de outros países da América do Sul, com destaque para os bolivianos, permaneceram invisíveis por muito tempo para a maioria da sociedade civil ao mesmo tempo em que eram vistos como uma ameaça à segurança nacional para as autoridades migratórias²⁴⁵.

Apesar do viés estritamente securitário estabelecido pelo Estatuto do Estrangeiro, o texto normativo manteve a associação histórica presente desde os tempos do Império entre migração e emprego criando um órgão consultivo, sediado junto ao Ministério do Trabalho²⁴⁶, denominado Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Esse conselho tornou-se responsável por: formular a política de imigração; coordenar e orientar as atividades de imigração; efetuar o levantamento periódico das necessidades de mão-de-obra estrangeira qualificada; promover ou fornecer estudos de problemas relativos à imigração; estabelecer normas de seleção de imigrantes; dirimir as dúvidas e solucionar os casos omissos, no que diz respeito a imigrantes; opinar sobre alteração da legislação relativa à imigração, quando proposta por qualquer órgão do Poder Executivo²⁴⁷. Ainda em vigor, o CNIg foi responsável por diversas resoluções, sendo hoje formado por representantes de diversos ministérios, dos segmentos dos trabalhadores e dos empregadores e da comunidade científica brasileira.

Nesse sentido, o CNIg pode, desde a sua consolidação nos anos 90 do século XX, estabelecer uma série de resoluções no sentido de atender a demandas do mercados de trabalho brasileiro, resolver questões pontuais e, de forma bastante importante, amainar diversos excessos e restrições securitárias

²⁴⁴ Apesar da crítica que a utilização do termo estrangeiro recebe de forma correta, a legislação brasileira ainda faz uso dessa palavra, o que justifica sua utilização em alguns momentos desse artigo, pois se tenta analisar a produção normativa brasileira sobre a temática. Vale destacar que na própria Resolução n. 126 do CNIg o termo estrangeiro está presente.

²⁴⁵ Há diversos exemplos de trabalhos que demonstraram tal situação, citamos, em virtude da análise dos bolivianos, os do professor da UFAM, Sidney Silva, nos anos 90 do século XX em que a abordagem do tema se deu de forma bastante completa.

²⁴⁶ Utilizamos o termo Ministério do Trabalho por ser genérico e poder contemplar as diversas denominações que esse órgão recebeu em diferentes momentos, mantendo como núcleo básico de sua denominação o termo Trabalho.

²⁴⁷ Competências estabelecidas pelo Decreto n. 840, de 22 de junho de 1993.

que eventuais interpretações do Estatuto do Estrangeiro poderiam trazer aos imigrantes no Brasil. Vale destacar que em diversos momentos, os membros do CNIg foram selecionados em função de sua trajetória de vinculação com a causa migratória, principalmente com a defesa dos brasileiros que se encontravam no exterior, estabelecendo uma forma de agir no cenário interno correspondente ao que defendiam para os brasileiros residentes no exterior, apesar das limitações que o Estatuto do estrangeiro oferece.

Dessa forma, apesar de uma legislação retrógrada, o Brasil conseguiu implementar algumas ações importantes no sentido de conferir garantias aos imigrantes aqui residentes, além de conseguir das respostas à eventuais questões que surgiram, como o aumento de fluxos de certas nacionalidades, como foi o caso dos haitianos. No momento em que às autoridades e a sociedade civil perceberam que, inseridos na dinâmica da globalização na qual a circulação pelo mundo é característica (BAUMAN, 2005), em que o Brasil também se caracterizava como destino e passagem de migrantes internacionais, as resoluções do CNIg multiplicaram-se e tentaram conferir uma resposta aos desafios enfrentados em termos de formulação de uma política migratória.

Dentro desse viés, em função do significativo aumento da entrada de pessoas oriundas da Venezuela, o CNIg estabeleceu a resolução n. 126, de 3 de março de 2017 para oferecer uma forma de regularização e conseqüente proteção jurídica para parte desses migrantes. Descrever e analisar a formulação dessa resolução é o objetivo desse artigo, a partir de uma análise da realidade de circulação de pessoas na fronteira que se dirigem da Venezuela para o Brasil e que procuram, principalmente no estado de Roraima, conseguirem permanecer de forma regular no território brasileiro. Para tanto o artigo trará alguns dados relativos a esse fluxo migratório, descrição de alguns fatores de expulsão na Venezuela, as ações implementadas pelo Brasil e a pressão de algumas organizações no sentido da construção de uma resolução do CNIg sobre o tema, além de uma avaliação sobre a eficácia da resposta normativa oferecida pela resolução n. 126.

As relações entre Venezuela e Brasil na fronteira

Venezuela e Brasil possuem 2199 km de fronteira, a maior parte em áreas de floresta ou de reservas, sejam elas biológicas ou indígenas. A maior parte dessa região limdeira possui uma baixíssima densidade demográfica e quase nenhuma estrutura de contato entre os dois países. Além disso, os dois países são signatários de um tratado de não edificação em uma área que perpassa toda a linha divisória até a distância de 30 metros adentro para o interior de cada país. Esse quadro de ausência de uma interação social efetiva entre a população dos dois países só é rompido na região das cidades de Santa Elena de Uairén – Venezuela e Pacaraima – Brasil. Somente entre essas cidades há uma rodovia,

principal medida estrutural para a ligação entre os dois países, tornando-se o principal corredor de circulação de pessoas entre os dois países.

Do lado venezuelano, a cidade de Santa Elena de Uairén está localizada na região conhecida como La Gran Sabana, isso faz com que haja um fluxo turístico muito intenso na região, no qual os turistas se deslocam com a finalidade de conhecer o Parque La Gran Sabana. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística Venezuelano (INE, 2014), a população da cidade é estimada em 36.120 habitantes. Entre essa população há, além dos venezuelanos, brasileiros, chineses, japoneses e outras nacionalidades hispano-americanas.

Já do lado brasileiro, em virtude do estreitamento das relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela nos anos 90 do século XX e tendo como um dos objetivos o projeto a integração do setor comercial dos dois países, em 1995, a Vila do BV-8 passou a condição de município, sendo renomeada como Pacaraima (BATISTA; SENHORAS; VERAS, 2014). O município, exceto sua sede, está localizado dentro das reservas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos, incluindo também a Vila Surumu e trinta e cinco comunidades indígenas, destacando-se nesta região as etnias Wapixana, Macuxi e Taurepang.

Além da conexão por via rodoviária, as duas cidades possuem, ainda, semelhanças em termos de formação, já que “são formadas por uma população migrante e por uma grande população indígena, os que as tornam muito parecidas” (SANTOS, 2015, p. 19), resultando em uma significativa complexidade política e de dificuldades de ação de desenvolvimento.

Historicamente, a cidade de Pacaraima sempre foi bastante dependente de Santa Elena, cidade maior e com melhores ofertas de bens e serviços. Além disso, há que se destacar que, historicamente, o movimento migratório característico da região sempre foi o da ida de brasileiros para a Venezuela, muito dos quais motivados pelo sonho de construir uma nova vida e melhorar suas condições de vida, principalmente por meio de atividades no garimpo, dirigindo-se para localidades fora da área urbana de Santa Elena, mas permanecendo na região sul da Venezuela. Para os que permanecem no município, a maioria dos brasileiros que emigram estão inseridos no subsetor econômico de prestação de serviços de beleza, táxi, gastronomia (CRUZ, 2014, p. 86).

Além desses migrantes, há os chamados movimentos pendulares, nos quais os brasileiros se dirigem ao lado venezuelano com o objetivo de adquirir produtos de marcas mundialmente conhecidas com preços mais em conta do que os praticados no mercado interno. Essa é uma característica muito típica que foi muito vivenciada entre as cidades fronteiriças de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, mas que vem sofrendo um processo de mudança em virtude da crise pela qual a Venezuela vem passando, ocasionando a escassez de mercadorias. Nesse aspecto, percebe-se uma queda no movimento de brasileiros buscando o comércio venezuelano.

Esse desabastecimento, que não é só de produtos de marcas, mas também de produtos básicos, tem gerado, inclusive em termos comerciais, o incremento do comércio de Pacaraima, o qual, segundo dados divulgados nos meios de imprensa de Roraima, dando conta do crescimento do comércio da localidade (JÚNIOR, 2016). Esse setor tem focado no atendimento dos venezuelanos que se dirigem até o local para a obtenção de produtos, normalmente os de uso básico, como açúcar, arroz, óleo e produtos de higiene pessoal.

Há que se destacar que, tradicionalmente, o comércio da região possui produtos de ambos os países, como também recebe seus pagamentos tanto no Real como em Bolívar. Além disso, destaca-se o fato de o comércio em Pacaraima estar adaptando-se a essa nova realidade, na qual estabelecimentos estão reabrindo ou mudando de ramo para atender a demanda dos venezuelanos. Outro ponto a ser realçado é que a debilidade econômica da Venezuela fez com que o câmbio praticado na localidade, que não é o oficial, aumentasse o valor da moeda brasileira, levando a um cenário em que mesmo a aquisição desses produtos básicos seja difícil para uma boa parte dos venezuelanos.

Esse câmbio, associado ao grave desabastecimento e as tensões sociais que têm marcado a Venezuela nos últimos anos, tem gerado desde movimentos pendulares de residentes na Venezuela para a obtenção de mercadorias no Brasil como o aumento dos fluxos migratórios de venezuelanos no Brasil, os quais têm permanecido principalmente em Boa Vista e Manaus, em fluxos significativos a partir de 2015.

O atual fluxo de venezuelanos ao Brasil

O aumento dos fluxos de venezuelanos para o Brasil ocorre desde 2015 em virtude dos crônicos problemas de abastecimento de produtos básicos associados ao aumento das tensões e violência que marcam a trajetória recente da Venezuela. Nesse sentido, essa realidade não só atinge ao Brasil, fazendo-se presentes em movimentos transfronteiriços mais intensos, afetando a realidade dos três países que fazem fronteira com a Venezuela, os quais são Brasil, Colômbia e Guiana.

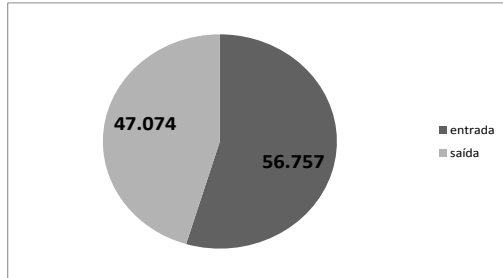
Entretanto, ao mesmo tempo em que os países limítrofes tornam-se rotas de fuga, houve o aumento da tensão entre os governos de Colômbia e Venezuela que gerou um conflito diplomático que motivou o fechamento da fronteira no ano de 2015, com algumas repetições dessa medida desde então, criando um cenário no qual a fronteira brasileira, bem menos intensa em termos de movimentação histórica de pessoas que a da Colômbia, passasse a receber um fluxo de venezuelanos inédito, o qual foi canalizado para o estado de Roraima, onde se localiza a ligação viária entre os dois países anteriormente citada²⁴⁸.

²⁴⁸ Páez Bravo(2015) afirma que desde o final dos anos 90 do século XX mais de um milhão de venezuelanos saíram do país (dados até 2014), criando algumas redes migratórias que em virtude da atual

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Nos anos seguintes o fluxo continuou a crescer, atingindo patamares inéditos em termos da diferença entre entradas e saídas. Segundo informações da Polícia Federal, só em 2016 o saldo de ingressos era de aproximadamente 10 mil pessoas a mais do que o de venezuelanos que deixaram o Brasil pela fronteira em Roraima²⁴⁹ (Gráfico 1)

GRÁFICO 1 – Entradas e saídas de venezuelanos em Roraima no ano de 2016



Fonte: Polícia Federal

Sobre o fluxo recente de venezuelanos no Brasil é bastante difícil estabelecer uma análise pautada em outros movimentos migratórios que chegaram ao Brasil, notadamente os movimentos que cruzam as fronteiras localizadas na região norte do Brasil, pois, pela primeira vez, há um fluxo migratório com esse número de pessoas que resolveram permanecer em uma região próxima ao seu país de origem. Nesse aspecto, o atual fluxo é completamente distinto do dos haitianos que marcou o Acre e o Amazonas a partir de 2010, já que além dos haitianos não residiram anteriormente nos países limítrofes os fluxos destinavam-se, na sua mais absoluta maioria, a ocuparem regiões do Brasil distantes da fronteira pela qual adentraram no território brasileiro (BAENINGER et al., 2016). Além disso, mesmo o fluxo de colombianos que ocorreu por bastante tempo para o Brasil não atingiu em um espaço de tempo de três anos um número sequer próximo do que atualmente se observa entre os venezuelanos, além de também terem se dirigido para regiões brasileiras distantes dos limites da Colômbia com o Brasil.

Outro elemento inédito em relação à entrada de venezuelanos é a forte presença de grupos indígenas, da etnia warao. Esses indígenas têm entrado no Brasil em uma situação de grande vulnerabilidade e os órgãos relacionados a esses grupos no Brasil têm demonstrado grande dificuldade em lidar com essa

tensão social do país tem sido utilizadas no atual contexto de aumento dos fluxos. Nesse aspecto, vários países tornaram-se destino de venezuelanos, notadamente na América e alguns da Europa. Destaca-se que o Brasil não fez parte desses fluxos do início do século XXI, sendo incorporado a uma lógica de destino efetiva a partir de 2015.

²⁴⁹ O governo do estado de Roraima divulgou já no ano de 2016 dados que falavam em 30 mil migrantes vindos da Venezuela. Não concordamos com esses dados, pois não se verifica no estado os impactos que esse contingente de pessoas poderia ter causado em termos de utilização dos serviços públicos.

etnia, notadamente em relação a como o estado brasileiro deve lidar com eles, como imigrantes ou como indígenas.

Na comparação entre migrantes indígenas e não indígenas nesse fluxo de venezuelanos é possível observar algumas diferenças, entre as quais a que nos indígenas a vinculação com seu grupo é muito forte, o que os leva a realizar movimentos migratórios em conjunto, resultando em algumas dificuldades específicas, tais como encontrar locais com estrutura de recepção para esse contingente mais volumoso e que não se dispersa. Além disso, nota-se entre esse grupo, em diversos casos, a presença de indivíduos mais vulneráveis, tais como crianças, acompanhando seus pais, e idosos. Outra distinção é o fato de os indígenas não possuírem redes (no sentido de vinculações sociais anteriores) para estabelecerem seus destinos e locais de abrigo. As pesquisas têm revelado, ainda, o fato de que a documentação entre os indígenas ser uma questão mais complicada, pois muitos deles não possuem ou não trouxeram documentos, o que resulta em dificuldade para fins de regularização.

Entre os que não são indígenas, cuja maioria realiza o movimento migratório individualmente ou em grupos pequenos, a presença de crianças é menor, como se observa em diversas entrevistas e questionários aplicados pelos pesquisadores envolvidos na temática, nos quais há informações de diversas pessoas destacando que vieram sozinhos para depois trazerem seus filhos, aguardando estabelecer uma condição de vida no Brasil mais adequada. Os não-índios também fazem, em muitos casos, uso de redes para estabelecerem-se no novo destino, o que tem o potencial de torna-los invisíveis para os olhos da sociedade do local de destino e para as autoridades, pois se misturam à população local, recurso, como destacado anteriormente, utilizado para não despertar a atenção das autoridades migratórias, o que em alguns casos permitem sua manutenção em território brasileiro de forma irregular.

As solicitações de Refúgio

Em virtude do aumento da entrada de venezuelanos no Brasil, um dos dados oficiais que sofreu a maior variação, no sentido do seu aumento, foram as solicitações de refúgio feitos por esses nacionais, mais especificamente em Roraima. Não há dúvidas de que a grave tensão política e econômica pela qual atravessa a Venezuela pode ser um gerador de refugiados. Mas ao se analisar as hipóteses clássicas que permitem o refúgio, as quais são o fundado temor de perseguição em virtude de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a certo grupo social, resta evidente que as três primeiras hipóteses não estão presentes no cenário político venezuelano e que mesmo as hipóteses mais plausíveis, como a do temor em função de opinião política ou do pertencimento a certo grupo social, há pouca possibilidade de que exista tamanha perseguição para se atingirem os números que as solicitações possuem até agora. Em 2014 foram realizados 4 (quatro) solicitações de refúgio por

venezuelanos em Roraima, já em 2015 foram 230, em 2016 foram 2.230 e até meados de junho de 2017 os números chegam a 5.787 (COSTA, 2017).

Uma das possíveis explicações para esse aumento decorre de a solicitação de refúgio ser um procedimento sem custos e que garante, desde a sua realização, a regularidade migratória, permitindo a obtenção de documentos, tais como a carteira de trabalho (CTPS) e a utilização dos serviços públicos. Entretanto, em dados obtidos em relatos dessas pessoas, verifica-se a situação de que muitos não terão suas solicitações atendidas, por não conseguirem comprovar o fundado temor. O cenário, atualmente, indica que a maior parte dos solicitantes não será reconhecido como refugiado, a não que as autoridades brasileiras enquadrem as pessoas dessa nacionalidade como sujeitas a uma grave e generalizada violação de direitos humanos, o que levaria a um quadro de aumento do número de reconhecimentos. A situação de grave e generalizada violação de Direitos Humanos é prevista na lei brasileira de refúgio (lei 9474/1997) numa inserção desenvolvida a partir da Declaração de Cartagena em 1984 e que o legislador incorporou ao texto legal. Entretanto, ao se analisar o atual cenário das ações governamentais em relação aos migrantes oriundos da Venezuela, parece que essa possibilidade é bastante improvável.

Mesmo com a eventual dificuldade no reconhecimento de muitos desses venezuelanos como refugiados, esses números de solicitações têm chamado a atenção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), que verifica na realidade migratória de Roraima um fenômeno denominado “Fluxo Misto”, que é a existência em um mesmo fluxo migratório de refugiados e outros tipos migratórios, não providos das mesmas proteções e garantias ofertados aos primeiros (SILVA; BÓGUS; SILVA, 2017). Esse fluxo pode gerar a dificuldade para que os efetivamente enquadram-se na condição de refugiado possam solicitar e ter seus direitos reconhecidos. Esse fato justificou o estabelecimento de um escritório do Acnur em Boa Vista, capital de Roraima, assim como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) que fará o mesmo em breve.

Autoridades e a Sociedade Civil organizada cobram uma resposta

Além do envolvimento de organizações internacionais como o Acnur e a OIM com o tema, o significativo aumento dessa circulação de pessoas e das questões trazidas por ele fez com que diversos órgãos públicos e instituições da Sociedade Civil também desenvolvessem ações em relação à temática. Além de visitas ao estado de Roraima, notadamente Boa Vista e Pacaraima para visualizar a realidade no local, esses órgãos começaram a realizar uma série de ações no sentido de conferir um mínimo de gestão migratória e de garantias de direitos e proteção aos migrantes. Apesar das ações não estarem encontrando resultados adequados, principalmente pelo fato de serem demoradas e com recursos insuficientes, o fato desses órgãos e instituições estarem em contato

com a realidade permite que sejam feitas cobranças públicas aos órgãos responsáveis pelas questões migratórias brasileiras no enfrentamento desse quadro.

Nesse sentido, em 2 de fevereiro de 2017 foi encaminhado ao CNIg um documento formulado pelo Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública da União e pelo Ministério Público do Trabalho, no qual apresentam uma recomendação solicitando a adoção de medidas humanitárias frente ao aumento no fluxo de venezuelanos no Estado de Roraima. Além dos órgãos citados, assinam o documento Instituições com alta representatividade frente aos temas migratórios e de defesa dos Direitos Humanos, como o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), a Cáritas do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Instituto Igarapé, a Missão Paz, a Fundação Avina e a Conectas Direitos Humanos.

O documento clama ao CNIg que este assuma protagonismo na questão e estabeleça alguma medida no sentido de conferir proteção aos migrantes e possibilidade de regularização por algum mecanismo.

Como é sabido, a Resolução Normativa 27/98 do CNIg, ao tratar de situações especiais e casos omissos, já confere abertura para uma alternativa migratória para aquelas pessoas que não se enquadrem no refúgio, mas que, diante de circunstâncias urgentes, especiais, humanitárias ou que não encontram amparo em outras disposições legais vigentes, possam pedir a regularização migratória com outros fundamentos. Neste âmbito, para o caso em apreço, sobre a entrada dos venezuelanos no Brasil, entendemos que se faz necessário uma Resolução do Conselho Nacional de Imigração contemplando de modo específico a possibilidade de concessão de uma residência temporária, com possibilidades de trabalhar regularmente (BRASIL, 2017b).

O documento, em conjunto com outras formas de exercer pressão, obteve resultado, tanto que o CNIg publicou em 22 de fevereiro a resolução 125/2017, a qual foi rapidamente revogada, causando consternação nos órgãos subscritos do documento solicitando a resolução e nos envolvidos com o tema em geral. Entretanto, alguns dias depois, em 3 de março de 2017, a resolução foi novamente publicada, dessa vez com o número 126/2017, a qual começou a poder ser solicitada por alguns migrantes venezuelanos.

Interessante notar que a resolução era desenvolvida ao mesmo tempo em que se discutia no Congresso Nacional a nova lei de migração no Brasil, o qual procura estabelecer uma legislação de caráter mais acolhedor e garantista, em detrimento da visão securitária ainda em vigor. Porém, quando se analisa o trâmite do projeto de lei aprovado, percebe-se que situações como a atualmente vivenciadas pelos migrantes em Roraima pouco impactaram no texto legal sancionado e que está em *vacatio legis*, pois pouco se desenvolveram previsões em termos de ações para manejar fluxos migratórios que rapidamente crescem em termos numéricos, como o caso atual da fronteira entre Venezuela e Brasil. Um exemplo disso é o parágrafo 4º, do artigo 113, que foi vetado pelo poder

Executivo brasileiro, o qual trazia a noção de vulnerabilidade aos requerentes de visto humanitário, hipótese bastante plausível para o contexto migratório de venezuelanos no norte do Brasil, mas o veto impedirá a aplicação de normas mais acolhedoras em termos de entrada e de custos burocráticos perante as autoridades do destino (BRASIL, 2017a).

Dessa forma, apesar da nova lei que em breve estará em vigor, os órgãos gestores das ações migratórias deverão continuar a estabelecer medidas no sentido de conferir algum grau de gestão e de garantias aos migrantes, tendo em vista que durante a sanção do projeto, o Poder Executivo vetou avanços protetivos e de gestão importantes.

A Resolução n. 126/2017 do CNIg

Sem dúvida, a medida adotada pelo CNIg atendeu aos anseios dos órgãos que formularam a carta, mas a análise dos seus efeitos demonstra um grau de efetividade bastante pequeno. Em primeiro lugar, ela demorou bastante tempo para ser realizada, pois o fluxo se inicia em 2015 e somente em 2017 a resolução foi publicada. Além disso, vários dias passaram-se após a publicação da resolução para que ela fosse requerida por algum migrante, pois a divulgação do documento foi pequena, pouco atingindo ao grupo para o qual ela foi criada.

Na mesma coleta de dados que destacou as quase seis mil solicitações de refúgio, o número de solicitantes da regularidade oferecida pela resolução de n. 126/2017 era de apenas 124 pessoas. Além da ausência de divulgação da medida, seus custos, apesar de reduzidos em relação ao visto MERCOSUL, ainda são proibitivos para a maior parte dos venezuelanos que se dirigem ao Brasil, os quais enfrentam dificuldades em inserirem-se no mercado de trabalho, assim como na retirada de seus recursos da Venezuela, fora o câmbio monetário que não lhes é nada favorável. Apesar de ter sido motivada pela realidade dos migrantes venezuelanos, a condição econômica não foi bem analisada no sentido de se garantir às pessoas o acesso ao direito e consequente obtenção de regularidade.

Nesse aspecto, a medida teve um grau de sucesso muito pequeno, não se tornando uma alternativa ao refúgio, o qual ainda é a forma de regularização mais utilizada e que a resolução queria evitar, pois o próprio preâmbulo da resolução salienta a existência de pessoas “que se encontram em situação migratória irregular no Brasil e aos quais não se aplica o instituto do refúgio para permanecer no país”. Conforme destacado pelo trecho, o refúgio só deve ser aplicado aos que a ele fazem jus, pois é uma proteção pensada para pessoas em vulnerabilidade extrema e que necessitam de um maior cuidado, fora o fato de ter entre suas ações traz medidas que necessitam de um maior envolvimento da máquina burocrática brasileira que o da resolução do CNIg para serem implementadas, o que em termos finais, pode significar mais custos ao Brasil e a possível irregularidade migratória em breve para parte desses solicitantes.

Analisando tal contexto, o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) ingressaram com uma ação no sentido de solicitar a isenção da cobrança de taxas para os solicitantes de residência temporária com base na resolução n. 126, a qual foi obtida em decisão de caráter liminar no final do mês de julho. Ainda não existem dados para avaliar o impacto de tal medida, entretanto, é mais do que provável que a não cobrança de taxas leve ao aumento da utilização desse mecanismo.

Entretanto, há que se problematizar alguns pontos dessa medida, justamente dela ter sido obtida por via judicial. Em primeiro, há que se destacar o fato dessa decisão judicial possuir caráter liminar, algo que, por si só, já representa uma grande vulnerabilidade em termos jurídicos, visto que ela pode ser revogada a qualquer momento, pois não possui uma característica terminativa. O segundo ponto é o fato de que essa decisão não se configura como uma política migratória, haja visto não ser oriunda dos órgãos com competência para isso, refletindo a inadequação das medidas propostas pelos propositores das medidas migratórias, os quais não se atentaram para o cenário de enorme vulnerabilidade nos quais se encontram os migrantes que chegam pela fronteira entre Venezuela e Brasil, que têm fugido de uma crise política e social com impactos muito intensos sobre as condições econômicas dos envolvidos nesse fluxo.

Nas ações investigativas realizadas com os migrantes venezuelanos em Roraima, observa-se que a maioria deles utiliza o refúgio como uma forma de obter a regularização migratória, não sendo motivados pela busca de formas de proteção mais efetiva frente a perseguições eventualmente sofridas em seu país de origem. Isso é tão evidente que algumas das obrigações dos que solicitam refúgio, como não poderem retornar ao local em que possuem o fundado temor de alguma forma de perseguição é desconhecido ou ignorado por uma parcela significativa dessas pessoas, as quais, em diversas entrevistas, alegam ter que retornar em breve para a Venezuela para resolver algumas demandas.

Apesar do preâmbulo destacar a necessidade de melhorar as condições de obtenção da regularidade no Brasil, assim como a intenção de obter uma melhor adequação da utilização do refúgio por parte dos que chegam ao país, informações obtidas junto à Polícia Federal destacam que pessoas que se encontram em situação irregular no território brasileiro não podem solicitar a residência temporária com base no texto da resolução, fato esse que por si só demonstra um grande equívoco na aplicação, já que um dos objetivos do texto da resolução é combater a irregularidade. Outro ponto equivocado é que com essa maneira de interpretar que pode ou não ter acesso a essa hipótese de residência temporária, continuará a ocorrência de solicitações de refúgio para fins de regularidade no território brasileiro, mesmo que essas solicitações sejam para a posterior conversão em residência temporária ofertada pela resolução 126, conforme possibilidade oferecida no texto normativo.

Mas em termos de gestão migratória a maior falha da resolução é sem dúvida a exigência de que os beneficiados pelo texto tenham feitos movimentos migratórios “por via terrestre” (BRASIL, 2017b), pois o simples fato de um indivíduo ter utilizado um avião para adentrar no Brasil faz com que ele seja discriminado pela resolução, colocando pessoas em situações semelhantes, o que circulou por via terrestre e o de via aérea, sujeitas a tratamentos distintos. Além disso, essa exigência estabelece um cenário no qual as autoridades brasileiras presentes em Pacaraima, cidade brasileira fronteiriça com a Venezuela e que possui o único canal de comunicação terrestre regular com o país vizinho, ou Boa Vista, capital de Roraima, local onde a maioria das autoridades brasileiras com atuação nessa fronteira está localizada, tenham que necessariamente interagir com esses migrantes, mesmo que eles anseiem ir a outros locais do Brasil, gerando uma desnecessária rota por uma localidade pouco provida de uma burocracia estatal preparada para lidar com o tema.

Outro ponto interessante é a tentativa de ampliação da aplicação de uma medida semelhante ao visto MERCOSUL para dessa forma atender aos venezuelanos. Vale destacar que tal visto beneficia a nacionais de diversos países parceiros do bloco, mas não a todos os nacionais de países membros, pois não era aplicado aos venezuelanos, os quais, apesar de toda a dificuldade de seu país em se adequar às regras do bloco, mereceria uma atenção maior nessa temática, notadamente quando analisamos os dados trazidos pelos pesquisadores das migrações na Venezuela desde o início do século XXI. Isso evidencia que o anseio de uma integração capaz de ultrapassar a mera aproximação econômica é um sonho ainda distante, pois os benefícios que efetivamente atingiriam a população dos países membros foram implementados de forma ineficiente.

Já em termos de documentos internacionais, chama a atenção o fato de que no texto da Resolução n. 126 há comentários sobre os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, mas em nenhum momento se destaca a necessidade de avanço nesses acordos, tais como o a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, documento esse que significaria um avanço capaz de conferir proteção e segurança para vários desses migrantes. Nesse sentido, resta evidente a dificuldade dos países em abdicarem de paradigmas de soberania no controle migratório para conferirem mais garantias aos migrantes e avanços em termos de Direitos Humanos.

Por fim, apesar da resolução surgir a partir de uma boa iniciativa materializada na carta endereçada ao CNIg, o texto continua padecendo do mesmo problema de natureza de todas as resoluções do órgão, a precariedade, pois elas podem ser revogadas a qualquer tempo ou não serem renovadas após o seu termo. Apesar do avanço que a nova lei de migração representa em relação ao estatuto do estrangeiro, não há como se prever como e quais as medidas que serão adotadas para tratar desse fluxo específico, o qual não deverá diminuir no curto prazo, pois as tensões políticas e as dificuldades econômicas na Venezuela

não parecem encontrar um termo rapidamente, continuando a ser fator de expulsão desses migrantes.

Conclusão

A resolução n. 126, apesar da tentativa de resolver uma questão presente no país, acaba sendo mais um documento capaz de comprovar que em termos migratórios o Brasil continua a não possuir planejamento para as demandas que possam vir a aparecer, resolvendo o tema caso a caso, sempre com a característica de oferecer respostas lentas que muitas vezes inviabilizam o acesso dos migrantes à regularidade e aos serviços e direitos assegurados, além de dificultar que essas pessoas possam trazer desenvolvimento e contribuições ao contexto nacional.

O fato é que em sua avaliação sobre as migrações internacionais, notadamente na entrada de pessoas no Brasil, as autoridades não veem nesse movimento a criação de oportunidades para o país, principalmente quando não se enquadram em um estereótipo daquilo que consideram o imigrante ideal.

Dessa forma, o Brasil continua a ser bastante seletivo para os migrantes, pois apesar das mudanças e dos avanços que os movimentos migratórios ofereceram historicamente, os direitos e a integração para essas pessoas ainda são vistos apenas como custos ao país, contrariando o que dizem os estudos migratórios contemporâneos.

Referências

- BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005.
- BATISTA, A. N.; SENHORAS, E. M.; VERAS, A. T. R. A importância do plano diretor nas cidades de fronteira: uma reflexão a partir do estudo de caso de Pacaraima (RR). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E FRONTEIRAS, 1., 2014, Boa Vista, RO. **Anais...** Boa Vista, RO: UFRR, 2014.
- BRASIL. Ministério Público Federal. **Carta ao CNIG**. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/temas-de-atuacao/direitos-humanos/internacionais/copy_of_direito-de-imigrantes/recomendacao-cnig-venezuelanos>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- _____. Lei n. 13445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art125>. Acesso em: 14 set. 2017.
- _____. Resolução Normativa n. 126, de 02 de março de 2017. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. **Resolução Normativa Cnig n. 126**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=88&data=03/03/2017>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- CAVALCANTI, L. et al. (Org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro: relatório anual 2015**. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

COSTA, E. Número de pedidos de refúgio de venezuelanos em 2017 já é mais que o dobro que o de 2016 em Roraima. **G1**, Porto Velho, RO, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/com-5787-pedidos-de-refugio-em-6-meses-numero-de-entrada-de-venezuelanos-mais-do-que-dobra-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CRUZ, A. P. T. Migração e mercado laboral transnacional: uma análise das relações de trabalho na Venezuela (Santa Elena de Uairén). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E FRONTEIRAS, 1., 2014, Boa Vista, RO. **Anais...** Boa Vista, RO: UFRR, 2014.

INE. Ministério del Poder Popular de Planificación. **XIV Censo Nacional de población e vivienda**: resultados por entidad federal y municipio del Estado Bolívar. Venezuela, 2014. Disponível em: <<http://www.ine.gov.ve/documentos/Demografia/CensodePoblacionyVivienda/pdf/bolivar.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

JÚNIOR, A. Movimento em Pacaraima – Comércio triplica vendas na fronteira. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, RO, 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Comercio-triplica-vendas-na-fronteira-/19963>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

KOIFMAN, F. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.

PÁEZ BRAVO, T. (Org.). **La voz de la diáspora venezolana**. Madrid: La Catarata, 2015.

SANTOS, A. R. **O papel das redes de relações sociais na inserção do migrante brasileiro a fronteira do Brasil com a Venezuela**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. (Qualificação).

SILVA, J. C. J.; BOGUS, L. M. M.; SILVA, S. A. G. J. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 34, n. 1, p. 15-30, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017005001103&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2017.

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA:
UMA AGENDA “PÓS-MATERIALISTA” PARA
O DEBATE POLÍTICO ELEITORAL NO BRASIL?**

Cláudia Siqueira Baltar²⁵⁰

Ronaldo Baltar

No contexto dos estudos migratórios, de uma forma geral, as duas primeiras décadas do século XXI são marcadas por duas especificidades importantes no que diz respeito às migrações internacionais: primeiramente, a emergência de fluxos migratórios diferenciados, como o dos refugiados provenientes de países do Oriente Médio e África em direção, especialmente, a Europa e Estados Unidos, mas que começam também, em menor intensidade, a ter reflexos no Brasil, e como o dos haitianos que, após 2010, passam a ter também o nosso país entre os destinos de seus movimentos emigratórios.

Em segundo lugar, a necessidade de se considerar diferentes dimensões para se conhecer e compreender toda a complexidade envolvida no fenômeno migratório contemporâneo. Não se trata, apenas, de considerar diferentes áreas do conhecimento se debruçando sobre as migrações internacionais, pois isso já acontece há tempos nas investigações sobre as migrações internas e internacionais.

Trata-se também de buscar uma diferente perspectiva teórica e conceitual sobre esses processos, uma metodologia que alie os recursos pré-existentes e a informação disponível possível e, por fim, uma fonte de informação que atenda o caráter recente, fluído e diversificado das imigrações contemporâneas, o que muitas vezes significa a busca de parcerias com diferentes órgãos públicos, instituições filantrópicas e associações diversas, uma vez que as fontes de dados convencionais da migração, como os censos demográficos e correlatos, não cobrem, sozinhos, a complexidade e fluidez migração contemporânea.

Num balanço dos estudos migratórios nacionais, autores como Brito (2009); Baeninger (2011; 2013) e Cunha (2011) já apontam para mudanças significativas em termos teóricos-metodológicos e empíricos nos estudos migratórios realizados no país, no contexto mais recente, destacando o século XXI como um momento de “virada” nesses estudos, quando começam a ganhar força aspectos como a articulação mais visível entre processos migratórios nacionais e internacionais e uma maior intensidade e diversidade dos fluxos migratórios internacionais, ganhando espaço, nos estudos, as especificidades de

²⁵⁰ Pesquisa realizada no âmbito do Observatório das Migrações de Londrina, projeto de pesquisa que conta com financiamento do CNPq (Projeto no. 409343/2016-1).

significado e sentido, as diferentes intensidades e espacialidades e os impactos diferenciados dos fluxos migratórios.

Compõe essa linha também a abordagem de diferentes dimensões articuladas ao fenômeno migratório em si, cujos estudos a respeito auxiliam na compreensão da sua complexidade, como a dimensão político-institucional, políticas públicas, organização institucional, atuação de organizações sociais e associações, entre outros.

É nessa frente que se insere a proposta deste trabalho, voltado para a análise do espaço dado às migrações internacionais contemporâneas, a sua visibilidade, no contexto da dinâmica política-eleitoral municipal recente do país.

Considerar as migrações internacionais contemporâneas como temática necessária na agenda política local, por si só, já se constitui um desafio, uma vez que os próprios grupos políticos locais, e a sociedade local como um todo, tendem a considerar esse assunto como de responsabilidade exclusiva das esferas superiores de governo, especialmente o governo federal. Porém, nem sempre foi assim e mudanças estão em curso no século XXI: se atualmente a política migratória encontra-se centralizada na esfera federal vale destacar que, no, final do século XIX até a década de 1930, os governos estaduais possuíam autonomia para definir sua política migratória a e de colonização. Além disso, a segunda década do século XXI vem assistindo à elaboração de iniciativas de política públicas, tanto na esfera estadual, como no caso do Paraná, como na esfera municipal, como no caso de São Paulo (BALTAR; BALTAR, 2016).

Essas iniciativas no âmbito municipal, iniciados nos grandes centros urbanos e se disseminando subsequentemente em outros municípios, poderiam se constituir numa mudança de paradigma da política municipal, contribuindo para fortalecer o âmbito local como um lócus de referência da elaboração da política pública para migrantes internacionais. Assim, da mesma forma que foi necessário o acúmulo de várias iniciativas municipais, ao longo da década de 1990, para se efetivar uma mudança paradigmática anterior e consolidar o governo municipal como um agente ativo do desenvolvimento econômico local (FACHIN; CHANLAT, 1998), faz-se relevante, nas décadas iniciais do século XXI, o acúmulo de experiências municipais para se consolidar como referência na elaboração de políticas públicas voltadas para migrantes internacionais contemporâneos.

No cenário internacional, há iniciativas que podem ser tomadas como referência para se refletir sobre o caso brasileiro. Nesse sentido, podemos citar o caso dos Centres d'accueil de demandeurs d'asile (CADA), na França, que fornece acolhida e uma série de serviços sociais aos solicitantes de refúgio, tem financiamento estatal e seu gerenciamento acontece no âmbito dos municípios (REM, 2013). Outro exemplo vem de Portugal, onde é previsto a participação de imigrantes nas eleições municipais (CARVALHAIS; OLIVEIRA, 2015) que, apesar das limitações na sua execução, contribuiu para que Portugal alcançasse a

segunda posição do MIPEX-2014²⁵¹, na avaliação de boas práticas voltadas para a integração dos imigrantes nos países de acolhida (HUDDLESTON et al., 2015).

Com isso, reforça-se a importância da escolha feita neste trabalho de analisar se e de que forma a temática dos migrantes internacionais e refugiados foi contemplada nas eleições municipais de 2016, com base na avaliação dos programas de governo dos candidatos a prefeitos, em municípios selecionados. Busca-se, com isso, contribuir para um debate mais amplo sobre a dimensão política das migrações internacionais contemporâneas nos diferentes âmbitos de tomadas de decisão e elaboração de políticas públicas, especialmente o municipal/local.

Agenda pós-materialista e as eleições municipais no Brasil

O binômio materialismo/pós-materialismo se constituiria, segundo Inglehart (2000) e Freire (2009), numa nova clivagem política, que complementaria as já reconhecidas no interior da Ciência Política²⁵², o qual permitiria explicar as diferentes configurações do espectro político-ideológico, nos países ocidentais avançados, que tomam forma no contexto contemporâneo denominado de “nova-política”, trazendo uma nova dimensão para uso do *continuum* esquerda-direita.

A literatura especializada sugere que, desde o final dos anos de 1970, nos países desenvolvidos, um novo eixo de conflito político vem se desenvolvendo em decorrência das próprias conquistas sociais, políticas, econômicas e culturais decorrentes do aprofundamento de um Estado de bem-estar social. Assim, de acordo com essa visão, indivíduos socializados em contextos marcados por escassez material, fraca proteção social e insegurança física tenderiam a priorizar “valores materialistas”, expressos pela valorização do crescimento econômico e da segurança física e material. Por sua vez, ambientes caracterizados pela abundância material, segurança física e material e sensação de paz tenderiam a favorecer a defesa de “valores pós-materialistas”, caracterizados pela defesa da preservação do meio ambiente, a auto expressão e realização individuais, maior participação dos indivíduos nos processos decisórios (INGLEHART, 2000; FREIRE, 2009).

Contrariamente a esse ponto de vista, ao invés do binômio “materialismo/pós-materialismo”, outros autores preferem olhar para esse novo cenário político, ou “nova política”, a partir da consideração de “valores libertários” e “valores autoritários” (FLANAGAN, 1987; KITSCHOLT, 1988

²⁵¹ Trata-se do Migrant Integration Policy Index, que avalia, em 38 países, boas práticas de integração dos imigrantes. Ver o site: www.mipex.eu.

²⁵² Freire (2009) destaca quatro clivagens políticas, desenvolvidas desde o contexto revolucionário francês do século XIX, que estão na base da diferenciação dos diferentes grupos políticos no espectro político-ideológico das sociedades ocidentais avançadas: religiosidade-secularização; centro-periferia; urbano-rural; e capital-trabalho (FREIRE, 2009, p. 260-261).

apud FREIRE, 2009). De acordo com Freire (2009), “pós-materialismo” e “atitudes libertárias” seriam essencialmente idênticas, referindo-se a agendas que contemplariam liberdade individual, participação política dos indivíduos em diferentes espaços, preocupações ambientais e de sustentabilidade, tolerância em relação às minorias (incluindo imigrantes internacionais).

Sem a pretensão de aprofundarmos essa discussão, o que fugiria dos objetivos desse trabalho, ao nosso ver as duas perspectivas expressam duas formas diferentes de encaminhar o debate. Assim, enquanto a perspectiva representada por Inglehart (2009) parece pressupor uma mudança estrutural das sociedades, onde os termos “materialismo” e “pós-materialismo” expressaria etapas diferentes de um processo de desenvolvimento geral da sociedade, na qual diferentes coortes etárias da população, com diferentes experiências contextuais, expressariam importantes mudanças intergeracionais de valores, a perspectiva representada, especialmente, por Flanagan (1987) *apud* Freire (2009) não possui esse caráter “etapista”, como a primeira apresenta.

Nessa segunda abordagem, reconhece-se também a importância das mudanças sociais, econômicas e políticas trazidas pelo contexto político democrático, estabilidade econômica, melhorias no bem estar social e respeito às diversidades, vivenciadas pelos países avançados, ao longo da segunda metade do século XX, além de considerar o papel que as alterações nas estruturas demográficas desempenham nas mudanças intergeracionais de preferências, tornando o ambiente favorável à adesão a valores “pós-materialistas” ou “libertários”. Nesse contexto, a adesão a esses valores constituir-se-ia numa possibilidade de escolha real, entre outras, para indivíduos, grupos, partidos, governos, e não algo somente possível após uma mudança estrutural da sociedade, como a primeira abordagem chega a pressupor.

E qual o significado desse debate para a realidade de países em desenvolvimento, como o Brasil?

Não vivenciamos uma situação no país que permitisse ser classificado, segundo Inglehart (2009), como um ambiente propício a se generalizar a adesão a “valores pós-materialistas”; pelo contrário, possuímos ainda muitas questões “materialistas” não resolvidas, diversas formas de desigualdades e um nível de pobreza e exclusão social inaceitável. Porém, não há como negar que, concomitantemente a isso, são crescentes a reivindicação de reconhecimento de minorias, de direitos a autoafirmação e realização individuais, a defesa de questões ambientais e sustentabilidade, a visibilidade do debate sobre as migrações internacionais e refugiados.

De acordo com esse debate, decidimos, na análise das eleições municipais de 2016, considerar a temática das migrações internacionais como uma “agenda pós-materialista”, revestido de um caráter “libertário”, a incorporação de ações concretas ou políticas voltadas para atender alguma situação concreta vivenciada por imigrantes internacionais e/ou refugiados nos

programas de governo apresentados pelos candidatos a prefeito, nos municípios selecionados para análise.

A realização da pesquisa

A escolha pela análise de conteúdo dos programas político-partidários de candidatos de eleições majoritárias municipais surgiu no próprio contexto das eleições municipais de 2016, a partir do interesse em se conhecer se e como a classe política local vem “enxergando” as migrações e os migrantes internacionais contemporâneos e que visibilidade é dada a essas migrações e migrantes.

Além disso, considerou-se que, no pleito de 2016, os processos sociais, políticos e econômicos relacionados às migrações internacionais já estariam estruturados de tal forma que poderiam se constituir numa temática específica no interior de um programa de governo.

No contexto em que se realizaram as eleições municipais de 2016, entendeu-se que os programas de governos, apresentados pelos candidatos no momento do registro de sua candidatura²⁵³, constituíam uma referência atual, de momento, de como os partidos e candidatos a prefeito poderiam reconhecer e identificar as questões relacionadas aos migrantes e refugiados internacionais.

Em termos metodológicos, a consideração dos programas de governo como objeto de análise apresenta alguns desafios. Primeiramente, num levantamento feito na área da Ciência Política, não se identificou qualquer estudo anterior sobre esse tipo de material de propaganda eleitoral, embora haja uma certa diversidade de pesquisas sobre os programas eleitorais televisivos, os debates entre candidatos e o marketing eleitoral (CADERNOS ADENAUER, 2013; RIBEIRO, 2004; TELLES; LOURENÇO; STORNI, 2009).

Em segundo lugar, mesmo sem uma referência de estudos anteriores, considera-se que, embora seja um documento oficial do candidato, nada garante que, uma vez eleito, ele cumprirá ou realizará aquilo que foi proposto no programa de governo. Isso vale tanto para as questões migratórias como para qualquer outra temática contida no programa.

Apesar dessas duas observações, considerou-se que os programas de governo das eleições municipais de 2016 podem ser considerados como um instrumento apropriado para se medir o quanto e como os candidatos a prefeito e os partidos estavam, naquele contexto, “anteados” com as questões relacionadas às migrações e migrantes internacionais.

²⁵³ O Tribunal Superior Eleitoral estabelece um período durante o qual os candidatos devem submeter as suas candidaturas e, entre as exigências, encontra-se o envio do programa de governo do candidato. Esse programa consta no rol de informações sobre os candidatos, disponibilizadas pelo TSE através do seguinte site: www.tse.jus.br.

Para a realização da análise proposta neste trabalho, foram selecionados 75 municípios, entres os quais se encontram: todas as capitais estaduais, municípios fronteiriços (situados nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Acre) e municípios que compõem a Região Metropolitana de Londrina.

Em seguida, foi realizada uma análise de conteúdo dos programas de governo de todos os candidatos a prefeito desses municípios selecionados, que totalizaram 396 programas de governo, os quais apresentaram diferenciação em termos de extensão (número de páginas) e de estruturação interna do documento, lembrando que não há uma exigência em termos de uma padronização desse documento.

Nesse sentido, na análise de conteúdo empreendida, um programa de governo que contemplasse a questão das migrações internacionais contemporâneas seria aquele no qual aparecessem, explicitamente, um ou mais desses termos: “imigrante internacional”, “refugiado”, “haitiano”, “boliviano”, “estrangeiro”, ou outro termo correspondente a estes, como “xenofobia”, por exemplo. Nos casos em que surgiram referências muito genéricas contra qualquer tipo de discriminação, e nada explícita à figura do imigrante internacional ou refugiado, decidiu-se por considera-los como casos que NÃO contemplam a questão migratória.

Programas político-eleitorais e a visibilidade das imigrações contemporâneas

Iniciamos nossa análise a partir de uma abordagem substantiva do conteúdo dos programas de governos apresentados pelos candidatos, nas eleições municipais de 2016. Nesse sentido, observou-se que em 25 municípios houve a presença da temática analisada, envolvendo um total de 34 programas partidários, os quais serão, aqui, analisados de acordo com duas formas de contemplar a questão: 1) uma proposta de ação concreta voltada para esse público e 2) a defesa de princípios genéricos.

Antes de entrar na análise dos programas, propriamente, faz-se necessário esclarecer alguns elementos que orientaram a classificação dos programas. Assim, o que se classificou como “princípios gerais” foram os programas que apresentavam propostas que possuíam escopo generalizante, na forma de defesa de uma “bandeira”, sendo, em alguns casos, de caráter panfletário, traduzidas nos seguintes termos: “defesa do reconhecimento jurídico aos imigrantes”, “visto definitivo”, “fim do preconceito a haitianos, colombianos, cubanos e outros estrangeiros”, “combate à xenofobia”, “contra discriminação de procedência nacional”.

Por sua vez, o que foi classificado como “proposta de ação concreta” foram os programas que continham ações diretas, consistentes com a esfera de atuação do executivo municipal, expressas da seguinte forma: “criação de casa

de passagem para imigrantes”, “oferta de curso de português”, “oferta de emprego condizente com formação”, “criar e implantar política municipal para imigrantes”, “ampliação do CRAI”, “ações de visibilidade dos imigrantes”, “política de saúde para os imigrantes”.

Assim, no quadro 1, os programas político-partidários foram classificados de acordo com o tipo de programa e, além disso, vinculados aos seus respectivos partidos políticos. Com relação a esses últimos, tornam-se importantes, também, algumas observações.

Para os propósitos deste estudo, os partidos políticos foram classificados de acordo com seu espectro ideológico, traduzido no *continuum* esquerda-direita, o que requer uma fundamentação teórico-metodológica. Nesse sentido, após a consideração de alguns estudos sobre o tema (CARREIRÃO, 2006; RODRIGUES, 2009; DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012; BRAGA; BOURDOUKAN, 2009), constatou-se a complexidade presente na classificação ideológica dos partidos, que não tem um caráter definitivo, podendo variar de acordo com seu programa eleitoral, o sistema partidário, o posicionamento em relação às políticas públicas, os pleitos eleitorais, as coligações partidárias, o contexto histórico, entre outros fatores.

Como este não é o objetivo central do presente trabalho, adotamos de modo operacional algumas definições para subsidiar nossa análise a respeito da classificação ideológica dos partidos políticos considerados. Nesse sentido, baseados em Dias; Menezes e Ferreira (2012) e Carreirão (2006), adotaremos, primeiramente, uma classificação ideológica de três pontos – esquerda, centro e direita.

Em segundo lugar, de acordo com Dias; Menezes e Ferreira (2012), “partidos de esquerda” seriam aqueles que assumiriam questões e valores que contemplam a valorização da sociedade, coletivismo, igualdade, socialismo, cooperativismo, trabalho, redistribuição de renda, estatização; “partidos de direita”, por sua vez, tenderiam a contemplar questões e valores associados a economia, individualismo, liberdade, capitalismo, propriedade privada, capital, lucro, privatização; “partidos de centro” seriam aqueles que tenderiam a assumir questões e valores intermediárias entre os dois polos anteriores.

Complementando esse ponto, autores como Inglehart (2000); Freire (2009) e Dias; Menezes e Ferreira (2012), destacam o “pós-materialismo” e “valores pós-modernos” como elementos que compõem uma agenda política contemporânea, marcada por valores próprios de uma sociedade pós-industrial, caracterizada pela defesa de direitos de minorias, pela ênfase da auto-identificação dos indivíduos, pautas ambientais, agenda feminista, direitos de imigrantes e refugiados.

Por fim, baseado em Carreirão (2006), os partidos políticos analisados aqui classificam-se da seguinte forma: 1) partidos de esquerda: PT, PDT, PSTU, PSB, PSOL; 2) partidos de direita: PP e PSD; 3) partidos de centro: PSDB e PMDB; 4) partidos ideologicamente indefinidos: PHS.

Escolhidas essas definições, passaremos a analisar as informações constantes no quadro 1. Nesse sentido, destacamos, de início, a frequência dos tipos de abordagem da temática migratória nos programas eleitorais de seus respectivos candidatos: 11 candidatos, em 7 municípios, abordaram a temática propondo ações concretas, enquanto 23 candidatos, em 21 municípios, contemplaram a temática migratória a partir da defesa de princípios gerais.

Considerando os programas de propostas de ações concretas, observamos que elas ocorreram em sete municípios, envolvendo desde a cidade de São Paulo, com mais 11 milhões de habitantes, até Assaí, com cerca de 16 mil habitantes²⁵⁴. Além disso, tomando os tipos de municípios, essa forma de abordagem da temática esteve presente em quatro capitais estaduais – São Paulo, com quatro candidatos; Campo Grande, com dois candidatos; e Belo Horizonte e Cuiabá, com um candidato, em cada uma –, em dois centros regionais – Joinville e Balneário Camboriú, com um candidato em cada –, e em um município da RML – Assaí, com um candidato.

Considerando o espectro ideológico dos partidos, observamos uma diversidade de situações relacionadas a esse grupo, onde podemos identificar a presença de partidos de esquerda, de direita e de centro apresentando propostas concretas relacionadas à questão dos imigrantes e refugiados.

Assim, considerando a cidade de São Paulo, nota-se as iniciativas dos partidos do PT e do PSOL, de um lado, e do PSDB e do PMDB, de outro. Ou seja, num mesmo pleito, partidos de esquerda e partidos de centro apresentaram propostas concretas visando atender a situação de imigrantes e refugiados que vivem na capital paulista. Diferentemente, no caso da cidade de Campo Grande, vemos dois partidos de direita apresentando propostas concretas de políticas públicas voltadas para esse público.

Esses dois primeiros casos nos permitem evitar a tendência a estabelecer um vínculo direto entre a adesão às questões relacionadas à migração internacional contemporânea e a agenda dos partidos de esquerda, uma vez que todo espectro ideológicos dos partidos políticos procurou contemplar concretamente, em diferentes contextos, a questão migratória atual.

Nas duas últimas capitais – Belo Horizonte e Cuiabá – o PDT foi o único partido a apresentar propostas concretas para a questão dos imigrantes. Por sua vez, nos dois centros regionais – Joinville e Balneário Camboriú – também foi um partido de esquerda – o PSOL – que exerceu esse papel de contemplação da temática migratória no pleito municipal de 2016.

Por fim, no único pequeno município que compõem o grupo, o partido proponente da questão em pauta – o PHS – é considerado, pela literatura selecionada, como ideologicamente indefinido.

²⁵⁴ Informações populacionais dos municípios selecionados constantes no quadro no Anexo 1, ao final do texto.

Não é somente nesse aspecto que Assaí se diferencia dos demais municípios. Enquanto em todos os outros municípios, inclusive os classificados no grupo de “defesa de princípios gerais”, as propostas apresentadas pelos partidos se dirigiam a imigrantes internacionais e refugiados dos chamados fluxos migratórios Sul-Sul, em Assaí, município paranaense identificado historicamente com a migração japonesa, assumiu um caráter diferente. No contexto das eleições municipais de 2016, a proposta de governo que contemplava a temática das migrações internacionais foi feita tendo em vista estimular projetos voltados ao voluntariado, com participação de “estrangeiros” e de programas de intercâmbio com cidades co-irmãs, prevendo a atração de “estrangeiros” para o município de Assaí, sem especificar que “estrangeiros” seriam esses.

Voltando-nos, agora, para o grupo de municípios classificados como os de “defesa de princípios gerais”, observa-se, primeiramente, que ele envolve um número maior de candidaturas e municípios: 23 candidatos em 21 municípios.

Em segundo lugar, contrariamente ao primeiro grupo, somente partidos de esquerda apresentaram propostas caracterizadas pela defesa de princípios gerais voltados para a população imigrante e refugiada. Os partidos políticos que compõem esse grupo são o PSTU, PSOL, PT e PSB.

Especificamente, com relação ao PSTU, que destacou-se entre os demais, encabeçando 16 candidaturas, observamos que o partido padronizou uma agenda política para todo o Brasil, contribuindo para que, na quase totalidade dos municípios onde esteve presente, os programas de governo apresentassem a mesma estrutura textual, a mesma agenda política, com a defesa das mesmas “bandeiras”, através das mesmas palavras de ordem, tais como “pelo reconhecimento jurídico aos imigrantes”, “fim do preconceito a haitianos, colombianos, cubanos e outros estrangeiros”, “combate à xenofobia”.

Com relação a esse grupo, o que observamos é que, embora mais expressivo em termos numéricos, a abordagem da temática da questão migratória atual tendeu a ser superficial, sem vinculação com a realidade específica dessa questão nos municípios, não nos permitindo perceber a importância da presença desses imigrantes e refugiados nos contextos locais.

Em contrapartida, o primeiro grupo analisado, que mobilizou proposta de ações concretas, embora numericamente menor, permitiu vislumbrar a complexidade que reveste as migrações internacionais contemporâneas no país, envolvendo municípios de tipos e portes populacionais diversificados, e sendo captado e incorporado como agenda política por todo espectro ideológico partidário, reforçando teses da literatura internacional contemporânea, conforme apresentado por Dias; Menezes e Ferreira (2012), que enfatizam a importância do pós-materialismo na ressignificação da própria classificação esquerda-direita dos partidos políticos e da auto identificação dos partidos e seus quadros.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

QUADRO 1 – Municípios selecionados e partidos políticos, de acordo com o tipo de proposição apresentada em programas eleitorais, eleições de 2016

MUNICÍPIO	UF	TIPO	PROPOSTA AÇÃO CONCRETA	DEFESA PRINCÍPIOS GERAIS
São Paulo	SP	Capital	PT PSDB PSOL PMDB	PSTU
Campo Grande	MS	Capital	PP PSD	PSTU
Belo Horizonte	MG	Capital	PDT	PSTU
Fortaleza	CE	Capital		PSTU PSOL
Florianópolis	SC	Capital		PSTU PSOL
Cuiabá	MT	Capital	PDT	
Boa Vista	RR	Capital		PT
Belém	PA	Capital		PSTU
Macapá	AP	Capital		PSTU
Rio de Janeiro	RJ	Capital		PSTU
Recife	PE	Capital		PSTU
Maceió	AL	Capital		PSTU
Aracaju	SE	Capital		PSTU
Natal	RN	Capital		PSTU
Teresina	PI	Capital		PSTU
Porto Alegre	RS	Capital		PSTU
Londrina	PR	RML		PSOL
Assaí	PR	RML	PHS	
Campinas	SP	Centro-regional		PSTU
Maringá	PR	Centro-regional		PSTU
Toledo	PR	Centro-regional		PT
Cascavel	PR	Centro-regional		PSB
Joinville	SC	Centro-regional	PSOL	
Baln. Camboriú	SC	Centro-regional	PSOL	
Criciúma	SC	Centro-regional		PSOL

Fonte: IBGE (2010); Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração Própria.

Por fim, destacamos que a análise dos programas de governo, empreendida aqui, nos permitiu elencar diferentes fatores que podem ter definido a presença da temática das migrações internacionais na dinâmica político-eleitoral de pleitos eleitorais:

- 1) Quando a presença de migrantes internacionais for expressiva (porém, esse fator não é suficiente);
- 2) Existência de partidos políticos que assumam essa temática como plataforma política;
- 3) A presença e atuação influente de organizações ou associações voltadas para o migrante internacional como público-alvo.

Na nossa avaliação, acreditamos que a definição desses fatores constitui-se num instrumental relevante para análises futuras de pleitos eleitorais municipais, estaduais e federais, além de se configurar como parâmetros para uma avaliação do potencial que a temática das migrações internacionais contemporâneas possui para alcançar espaço nas diferentes esferas do debate político.

Um olhar sobre a frequência da temática migratória

No início da seção, demos ênfase à análise do conteúdo dos programas de governo, buscando contemplar uma dimensão substantiva da presença da temática relacionada às migrações internacionais contemporâneas junto aos programas de governo, apresentados pelos candidatos a prefeito, nas eleições de 2016. Nesta subseção, o objetivo será o de fornecer um olhar complementar ao debate anterior, destacando a frequência com que a temática migratória foi contemplada nesses programas eleitorais, nos municípios selecionados²⁵⁵.

A escolha por analisar os pleitos de 2016 nas capitais estaduais deve-se à consideração de que nessas cidades se concentram, por um lado, a burocracia institucional responsável pela regularização documental dos imigrantes e refugiados, e, por outro, a diversidade de bens e serviços que pode facilitar a permanência e integração desse grupo social no contexto urbano. Com isso, se pressupõe que, nas capitais estaduais, a presença de imigrantes e refugiados tenderia a ser relativamente maior e, portanto, a sua visibilidade social também – o que poderia ter reflexo no cenário público das eleições municipais de 2016²⁵⁶.

Considerando as informações sobre os municípios selecionados para estudo, constante no quadro no Anexo 1, observamos que em dezesseis capitais estaduais, pelo menos para um candidato a prefeito, em 2016, a referência a imigrantes e/ou à imigração estava presente na proposta de governo registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Por sua vez, dentre essas capitais, São Paulo, Campo Grande, Belo Horizonte, Fortaleza e Florianópolis foram as que registraram mais de dois

²⁵⁵ As observações e conclusões apresentadas aqui se basearão em análises desenvolvidas em estudos apresentados previamente no X Encontro Nacional de Migrações de 2017 e no VIII Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (2017) e nas informações constantes no quadro no Anexo.

²⁵⁶ A consideração dos dados sobre a presença de imigrantes internacionais nas capitais estaduais mostra-se necessária para um aprofundamento da análise, porém não o faremos isso aqui, sendo material para estudos posteriores.

candidatos a prefeito que abordaram a temática das imigrações contemporâneas em seus respectivos programas de governo, com destaque para o caso paulistano, onde quase a metade dos candidatos contemplou, de alguma forma, essa temática.

Em contrapartida, em dez capitais estaduais a temática das migrações internacionais contemporâneas não esteve presente no cenário eleitoral municipal de 2016. Neste grupo, chama a atenção a ausência da temática em Curitiba, por exemplo, uma vez que o estado do Paraná foi um dos primeiros a aprovar um plano de políticas públicas voltado para migrantes, refugiados e apátridas (PARANÁ, 2014) e possuir um conselho estadual dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas do Paraná (CERMA/PR)²⁵⁷.

Além disso, vale destacar que situam-se, na cidade de Curitiba, várias entidades que atuam na defesa dos direitos de imigrantes e refugiados, entre as quais, podemos citar a Cáritas Paraná, Pastoral do Migrante, CASLA (Casa Latino Americana), Comissão de direitos dos refugiados e migrantes da OAB/PR. Ou seja, no caso paranaense, embora já houvesse uma institucionalidade referente aos imigrantes e refugiados no plano estadual e, no plano municipal, Curitiba contasse com a atuação de diferentes entidades juntos aos imigrantes contemporâneos, isso não foi o suficiente para esse debate estivesse presente no cenário político-eleitoral local da capital.

Um segundo grupo analisado nesta pesquisa foram os municípios de fronteira, por considerar que, por se tratar de áreas de entrada e circulação de imigrantes, talvez essa questão pudesse estar presente no debate político-eleitoral local.

Para o presente exercício, foram analisados os programas eleitorais dos candidatos a prefeito de sete municípios de fronteira, situados nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Roraima: Foz do Iguaçu, Guaíra, Barracão, Uruguaiana, Corumbá, Ponta-Porã e Pacaraima.

De acordo com a análise, observamos que em nenhum dos municípios de fronteira analisados, a temática das migrações internacionais contemporâneas foi contemplada nos programas eleitorais em 2016 – chamando a atenção o fato de que, mesmo municípios de porte médio, como Foz do Iguaçu, Uruguaiana e Corumbá, e onde a circulação de imigrantes pela fronteira é reconhecidamente expressiva, foi condição suficiente para que a temática dos imigrantes e refugiados concorresse entre interesses e prioridades das agendas políticas, nas eleições municipais de 2016.

Por sua vez, um terceiro conjunto de municípios analisados envolveu centros regionais selecionados dos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo, buscando contemplar centros urbanos expressivos, econômica e demograficamente, em seus respectivos estados, distantes geográfica e

²⁵⁷ O CERMA vincula-se ao Departamento de Direitos Humanos e Cidadania que, por sua vez, compõe a Secretaria Estadual de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos.

socialmente da capital estadual, nos quais é reconhecida a presença contemporânea de refugiados e imigrantes. Nesse sentido, a seleção dos municípios catarinenses e o de Limeira (SP) baseou-se em Baeninger et al. (2016); já os demais centros regionais paulistas foram selecionados a partir de referências em reportagens televisivas e jornais, onde essas cidades apareciam associadas com a “interiorização” das migrações internacionais contemporâneas, principalmente de haitianos e bolivianos.

Por fim, a escolha dos municípios paranaenses baseou-se em informações obtidas através da parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina e Pastoral do Migrante de Londrina²⁵⁸ e com as primeiras avaliações a partir dos dados do sistema nacional de registro de estrangeiros (SINCRE) – informações de responsabilidade da Polícia Federal, disponibilizadas pelo Observatório das Migrações Internacionais, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/OBMIGRA)²⁵⁹.

Para a realização deste estudo, foram analisados os programas de governo de candidatos a prefeito, nas eleições de 2016, de 18 municípios. Nota-se tratar-se de um grupo bastante heterogêneo em termos populacionais, envolvendo desde municípios com menos de 100.000 habitantes (situados no estado do Paraná), até o município paulista de Campinas, com mais de um milhão de habitantes.

Analisando esse grupo, observamos que, em dez municípios, a temática envolvendo migrantes internacionais e refugiados não foi contemplado por nenhum dos candidatos a prefeito no último pleito, mesmo em municípios que apresentaram uma quantidade elevada de candidatos, como Ribeirão Preto, Santos e Limeira; ou em municípios onde existem associações civis que representam os imigrantes, como os haitianos, em Blumenau, Chapecó e Itajaí, conforme estudos realizados em Baeninger et al. (2016).

Por sua vez, nos demais oito municípios, a temática das migrações internacionais foi abordada, estando presente tanto em centros regionais com menor população, como Toledo e Balneário Camboriú, como no município mais populoso, que é o caso de Campinas. Porém, observa-se que, em todos eles, essa abordagem se verificou somente em um candidato, contrariando as expectativas iniciais desse estudo, que esperava encontrar essa temática com maior frequência, pelo menos, nos municípios de maior população.

Por fim, o quarto grupo de municípios considerados neste estudo são os que compõem a Região Metropolitana de Londrina (RML), compreendendo 25 municípios, que constituem o foco dos estudos da parceria entre o Observatório das Migrações de Londrina/UEL e a Cáritas Arquidiocesana de Londrina.

²⁵⁸ Trata-se de uma parceria dessas organizações com o Observatório das Migrações de Londrina, projeto de pesquisa vinculado à Universidade Estadual de Londrina, com financiamento do CNPq.

²⁵⁹ Dados do SINCRE, disponibilizados pelo OBMIGRA/MTE, para acesso público no site: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/microdados>>. Destaca-se que, nesta base, os dados disponibilizados cobrem o período de 2000 a 2014.

Analisando o material político-partidário, observa-se que somente em dois a temática das migrações internacionais contemporâneas foi contemplada: Londrina e Assaí.

Primeiramente, destaca-se que Londrina, por sua relevância regional e por se constituir no segundo município mais populoso do estado, configura-se como importante local de residência de imigrantes provenientes dos “novos fluxos” da migração contemporânea, destacando-se haitianos e africanos²⁶⁰. Além disso, representa também um espaço de circulação dos “novos imigrantes” e refugiados, que residem em outros municípios da RML, mas que se dirigem para Londrina, por ser a sede de instituições importantes para esse grupo social (Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Cáritas, Pastoral do Migrante, entre outros) e por ser a localização de diversos empregos buscados por esses imigrantes, além de serviços educacionais e de saúde.

O segundo município da RML a ser destacado é Assaí que, embora se trate de um município de pequeno porte, com população em torno de 16 mil habitantes, registrou a presença da temática das migrações internacionais entre seus candidatos a prefeito, em 2016.

Não se trata de um município vinculado aos fluxos migratórios contemporâneos de haitianos e refugiados, mas, ao contrário, um município relacionado às migrações nipônicas, da primeira metade do século XX, constituindo-se numa referência da colonização japonesa no norte paranaense.

Por sua vez, a quase totalidade dos municípios da RML faz parte do grupo de municípios que não registraram presença da temática das migrações internacionais nas eleições municipais de 2016. Neste grupo, pretendemos chamar a atenção de três: Cambé, Rolândia e Jaguapitã.

Tratam-se de municípios de pequeno porte populacional que, de acordo com informações da SINCRE/Polícia Federal, de 2014, e da Pastoral do Migrante de Londrina, de 2016, apresentavam uma presença significativa de migrantes e refugiados em seus territórios, com destaque para haitianos em Cambé e Rolândia, e para bengaleses em Rolândia e Jaguapitã.

Esses imigrantes e refugiados presentes nestes municípios vêm demandando serviços de educação e saúde, e buscam por emprego nos municípios da região. Muitas famílias e indivíduos são acompanhados pela Cáritas Londrina e Pastoral dos migrantes de Londrina, e dirigem-se para Londrina para resolver questões relacionadas à documentação.

Apesar da presença e da circulação desses grupos em variados espaços da RML, observa-se a sua “invisibilidade” no cenário político local, expressos

²⁶⁰ Essa constatação baseia-se, principalmente, nas informações compartilhados pela Pastoral do Migrante de Londrina no contexto da parceria desta com o Observatório das Migrações de Londrina/UEL, com os quais se constata o crescimento da presença haitiana no município a partir de 2015 e 2016. Com os dados do SINCRE/MTE/OBMIGRA, não é possível captar esse aumento, pois os dados disponibilizados vão até 2014.

pela ausência da temática das migrações internacionais contemporâneas debate eleitoral de 2016.

Considerações Finais

Começamos este estudo destacando a necessidade de olhares interdisciplinares para uma maior compreensão sobre a complexidade presente nas migrações internacionais contemporâneas.

Ao longo da segunda década do século XXI, o Brasil efetivou sua entrada nesse debate, em termos teóricos e concretos, principalmente após os acontecimentos sociais, políticos e ambientais no Haiti que fizeram do Brasil um destino para a emigração haitiana, e após a crise migratória desencadeada pela Primavera Árabe, tornando trágica a situação dos refugiados provenientes de países africanos e árabes, em especial a Síria, Iraque e Afeganistão.

No Brasil, a classe política, a mídia, as organizações da sociedade civil e a população em geral tiveram que começar a lidar com essa realidade que aportava no país, pelas telas da televisão, do computador, pelas redes sociais, adentrando as fronteiras a pé, de ônibus, de avião, tornando mais complexas questões sociais históricas relativas às desigualdades sociais e raciais do país, às consequências econômicas de uma crise mundial recente, ao novo fôlego dado a debate que se arrastava há décadas sobre a necessidade de substituição do estatuto do estrangeiro, pautado num paradigma em descompasso com cenário político internacional do século XXI.

Nesse novo contexto, torna-se necessária a abordagem em diferentes frentes da migração internacional contemporânea, a partir de uma perspectiva que considere as complementaridades e os conflitos entre questões nacionais e internacionais. Nesse sentido, a proposta deste trabalho foi o de jogar luz sobre a forma como a temática dos imigrantes contemporâneos e refugiados foi abordada pelos diferentes grupos políticos do país, através da análise dos programas de governos apresentados pelos candidatos nas eleições municipais majoritárias de 2016.

Para tanto, foi analisado um conjunto de municípios, selecionados de acordo com o seu tipo (capital estadual, de fronteira, centro regional e RML), levando em consideração o pressuposto da relevância da questão migratória em cada contexto. A grande ausência, tanto numérica quanto substantiva, em todos os tipos de municípios selecionados, nos levou à hipótese de que a grande maioria dos quadros político-partidários ainda tende a considerar questões que envolvam a situação de imigrantes e refugiados como assunto exclusivo das esferas superiores de governo, em especial a federal, não sendo, portanto, “problema” que deva ser assumido pelos municípios. Por sua vez, nos casos em que se constatou a abordagem da questão migratória, observamos que o ideal para que o país, de fato, discuta e estabeleça os parâmetros do debate, é importante que, a cada eleição, essa temática seja abordada na forma de

propostas de ações concretas, mais do que de defesa de bandeiras gerais, muitas vezes desconectadas da realidade local concreta.

O aprofundamento de propostas de ações concretas envolvendo a questão das migrações internacionais contemporâneas, nos futuros períodos eleitorais, contribuiria para o enriquecimento de uma agenda política marcada pelo que a literatura especializada denomina de “valores pós-materialistas” (INGLEHART, 2000; FREIRE, 2009; DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012), os quais vêm contribuindo para uma reflexão e ressignificação do espectro ideológico político-partidário “esquerda-direita”, e onde o posicionamento em relação à situação dos imigrantes contemporâneos já vem tomando espaço no cenário político-partidário internacional e necessita alavancar sua visibilidade no cenário nacional.

Referências

- BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- _____. Notas acerca das migrações internacionais do século 21. In: _____. (Org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2013. (Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 9).
- _____. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2011.
- BALTAR, C. S.; BALTAR, R. Repensando a complexidade dos processos migratórios paranaenses: articulando as migrações internacionais e a dimensão político-institucional. In: SEMINÁRIO MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS, 2016, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2016. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/48_CSB.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- BRAGA, M. S. S.; BOURDOUKAN, A. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. **Perspectivas**, São Paulo, SP, v. 35, p. 117-148, 2009. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/perspectivas/article/view/2290>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Texto para Discussão 366**, Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/UFMG, 2009.
- CADERNOS ADENAUER. **Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2013.
- CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29401.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- CARVALHAIS, I. E.; OLIVEIRA, C. R. **Diversidade étnica e cultural na democracia portuguesa: não-nacionais e cidadãos nacionais de origem migrante na política local e na vida dos partidos políticos**. Lisboa: Observatório das Migrações, 2015. (Estudos 56). Disponível em: <<http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/ESTUDO+56.pdf/0eb40029-173d-4c0a-96b9-b11837ee9b9f>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2011.

- DIAS, M. R.; MENEZES, D. B.; FERREIRA, G. C. A quem serve o Graal? Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). *Civitas*, Porto Alegre, RS, v. 12, n. 2, p. 209-235, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/11918/8102>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- DUTRA, D. **Migração internacional e trabalho doméstico**: mulheres peruanas em Brasília. Brasília, DF: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.
- FACHIN, R.; CHANLAT, A. (Org.). **Governo municipal na América Latina**: inovações e perplexidades. Porto Alegre, RS: Sulina/Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- FREIRE, A. A esquerda europeia frente aos dilemas da imigração. **Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 19, 2009. Disponível em: <<http://pentaho.letras.up.pt/index.php/Sociologia/issue/view/178>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- HUDDLESTON, T.; BILGILI, O.; JOKI, A.L; VANKOVA, Z. **Migrant integration policy index 2015**. Barcelo/Brussels: CIDOB/MPG, 2015. Disponível em: <<http://mipex.eu/sites/default/files/downloads/files/mipex-2015-book-a5.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- INGLEHART, R. Globalization and postmodern values. **The Washington Quarterly**, Washington, DC, v. 23, 2000.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná/2014-2016. Curitiba, PR: Governo do Estado do Paraná, 2014.
- PRADO, E. J. P; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015.
- REM – RÉSEAU EUROPÉEN DES MIGRATION. **L’organisation des structures d’accueil pour demandeurs d’asile em France**. France, 2013. Disponível em: <<https://www.immigration.interieur.gouv.fr/Europe-et-International/Le-reseau-europeen-des-migrations-REM2/Études/L-organisation-des-structures-d-accueil-pour-demandeurs-d-asile-en-France>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- RIBEIRO, P. J. F. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, PR, n. 22, p. 25-43, 2004.
- RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- TELLES, H. S.; LOURENÇO, L. C.; STORNI, T. P. Partidos, campanha e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, GO, v. 12, n. 1, p. 91-116, 2009.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

ANEXO 1

QUADRO 1 – Municípios selecionados, condição, população, candidatos, tema imigração eleições 2016

UF	MUNICÍPIOS	CONDIÇÃO	POPULAÇÃO 2010	CANDIDATOS 2016	PROGRAMA CONTEMPLA IMIGRAÇÃO
SP	São Paulo	Capital estadual	11.253.503	11	5 candidatos
RJ	Rio de Janeiro	Capital estadual	6.320.446	11	1 candidato
CE	Fortaleza	Capital estadual	2.452.185	8	2 candidatos
MG	Belo Horizonte	Capital estadual	2.375.151	11	2 candidatos
PE	Recife	Capital estadual	1.537.704	8	1 candidato
RS	Porto Alegre	Capital estadual	1.409.351	9	1 candidato
PA	Belém	Capital estadual	1.393.399	10	1 candidato
AL	Maceió	Capital estadual	932.748	8	1 candidato
PI	Teresina	Capital estadual	814.230	7	1 candidato
RN	Natal	Capital estadual	803.739	7	1 candidato
MS	Campo Grande	Capital estadual	786.797	15	3 candidatos
SE	Aracaju	Capital estadual	571.149	7	1 candidato
MT	Cuiabá	Capital estadual	551.098	6	1 candidato
SC	Florianópolis	Capital estadual	421.240	7	2 candidatos
AP	Macapá	Capital estadual	398.204	7	1 candidato
RR	Boa Vista	Capital estadual	284.313	9	1 candidato
BA	Salvador	Capital estadual	2.675.656	7	Não contempla
AM	Manaus	Capital estadual	1.802.014	9	Não contempla
PR	Curitiba	Capital estadual	1.751.907	9	Não contempla
MA	São Luís	Capital estadual	1.014.837	9	Não contempla
PB	João Pessoa	Capital estadual	723.515	4	Não contempla
GO	Goiânia	Capital estadual	662.570	7	Não contempla
RO	Porto Velho	Capital estadual	428.527	7	Não contempla
AC	Rio Branco	Capital estadual	336.038	4	Não contempla
ES	Vitória	Capital estadual	327.801	5	Não contempla
TO	Palmas	Capital estadual	228.332	6	Não contempla
PR	Foz do Iguaçu	Fronteira	256.088	5	Não contempla
RS	Uruguaiana	Fronteira	125.435	3	Não contempla
MS	Corumbá	Fronteira	103.703	3	Não contempla
MS	Ponta Porã	Fronteira	77.872	3	Não contempla
PR	Guafra	Fronteira	30.704	3	Não contempla
RR	Pacaraima	Fronteira	10.433	5	Não contempla
PR	Barracão	Fronteira	9.735	3	Não contempla
SP	Campinas	Centro Regional	1.080.113	9	1 candidato
SC	Joinville	Centro Regional	515.288	8	1 candidato
PR	Maringá	Centro Regional	357.077	8	1 candidato
PR	Cascavel	Centro Regional	286.205	7	1 candidato
SC	Criciúma	Centro Regional	192.308	5	1 candidato
PR	Toledo	Centro Regional	119.313	5	1 candidato
SC	Balneário Camboriú	Centro Regional	108.089	4	1 candidato
SP	Ribeirão Preto	Centro Regional	604.682	9	Não contempla
SP	Santos	Centro Regional	419.400	8	Não contempla
PR	Ponta Grossa	Centro Regional	311.611	5	Não contempla
SC	Blumenau	Centro Regional	309.011	5	Não contempla
SP	Limeira	Centro Regional	276.022	7	Não contempla
SC	Chapecó	Centro Regional	183.530	3	Não contempla

MIGRAÇÕES SUL-SUL

UF	MUNICÍPIOS	CONDIÇÃO	POPULAÇÃO 2010	CANDIDATOS 2016	PROGRAMA CONTEMPLA IMIGRAÇÃO
SC	Itajaí	Centro Regional	183.373	3	Não contempla
PR	Umuarama	Centro Regional	100.676	5	Não contempla
PR	Paranavaí	Centro Regional	81.590	5	Não contempla
PR	Cianorte	Centro Regional	69.958	4	Não contempla
PR	Londrina	RML	506.701	8	1 candidato
PR	Assaí	RML	16.354	3	1 candidato
PR	Apucarana	RML	120.919	3	Não contempla
PR	Arapongas	RML	104.150	3	Não contempla
PR	Cambé	RML	96.733	3	Não contempla
PR	Rolândia	RML	57.862	2	Não contempla
PR	Ibiporã	RML	48.198	2	Não contempla
PR	Sertãoópolis	RML	15.638	2	Não contempla
PR	Bela Vista Paraíso	RML	15.079	2	Não contempla
PR	Porecatu	RML	14.189	3	Não contempla
PR	Tamarana	RML	12.262	3	Não contempla
PR	Jaguapitã	RML	12.225	2	Não contempla
PR	Jataizinho	RML	11.875	2	Não contempla
PR	Uraí	RML	11.472	2	Não contempla
PR	Florestópolis	RML	11.222	2	Não contempla
PR	Centenário do Sul	RML	11.190	2	Não contempla
PR	Primeiro de Maio	RML	10.832	3	Não contempla
PR	Alvorada do Sul	RML	10.283	2	Não contempla
PR	Sabaudia	RML	6.096	2	Não contempla
PR	Sertaneja	RML	5.817	2	Não contempla
PR	Guaraci	RML	5.227	2	Não contempla
PR	Lupionópolis	RML	4.592	2	Não contempla
PR	Rancho Alegre	RML	3.955	2	Não contempla
PR	Prado Ferreira	RML	3.434	3	Não contempla
PR	Miraselva	RML	1.862	1	Não contempla

Fonte: IBGE (2010); Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração Própria.

AMPLIAÇÃO DA DEFINIÇÃO DE REFUGIADO NO BRASIL E SUA INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA

Laura Sartoretto

O Brasil esteve representado por plenipotenciários na elaboração da Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados²⁶¹, mas apenas veio ratificá-la na década de 60²⁶², tendo sido o primeiro país do Cone Sul a fazê-lo. Foi ainda um dos primeiros países a integrar o Comitê Executivo do ACNUR, responsável pela aprovação dos programas e orçamentos anuais da agência (GUTERREZ, 2005).

Logo após a ratificação da Convenção, porém, o país entrou em um dos períodos mais obscuros de sua história. O golpe militar, de 1º de abril de 1964, levou o Estado brasileiro a abandonar valores democráticos e se tornar um regime ditatorial que perdurou por quase 20 anos, até meados da década de 80, deixando um rastro de violações de direitos humanos, como assassinatos, desaparecimentos forçados e tortura. A fundamentação para o Estado de exceção que se instaurou no Brasil vinha da doutrina de segurança nacional, importada dos Estados Unidos e ensinada nas escolas militares na América Latina (COMBLIN, 1978, p. 15).

Durante esses anos, o Brasil se caracterizou como um país de emigração, de onde muitos cidadãos fugiam em função do temor que tinham de cair nas mãos de um governo violador de direitos humanos, que praticava o *terrorismo de Estado*, ou seja “violência estatal perpetrada através da máquina repressiva governamental, tal como as polícias ou até mesmo o próprio Poder Judiciário” (MORAES, 2015, p. 119).

No período ditatorial, a expulsão de estrangeiros foi amplamente utilizada, através da aplicação do Decreto-lei n. 941, de 13 de outubro de 1969,

²⁶¹ O representante do Brasil na ONU, Penteado (como vice-presidente), participou, juntamente com os demais representantes do Comitê Ad Hoc para Apátridas e Refugiados da ONU, da elaboração de um primeiro texto da Convenção de 1951. Os demais Estados participantes do Comitê, através de seus representantes foram: Bélgica, Canadá, China, Dinamarca, França, Israel, Turquia, EUA e a Venezuela. Os representantes da Rússia e Polônia foram convidados, mas como os efeitos da Guerra Fria já começavam a aparecer, os dois Estados não se fizeram presentes. O Comitê elegeu Leslie Chance, do Canadá, como presidente, Knud Larsen, representante dinamarquês como vice e Ramiro Saraiva Guerreiro como relator (UNHCR, 1990).

²⁶² A Convenção de 1951 foi promulgada pelo Decreto n. 50.215, de 28 de janeiro de 1961, naquele momento, as limitações temporais e geográficas ainda eram impostas pelo instrumento, ou seja, apenas pessoas advindas da Europa, em função de acontecimentos ocorridos antes de 1951 poderiam ser reconhecidas como refugiadas. O Protocolo de 1967, promulgado pelo Decreto n. 70.946, de 7 de agosto de 1972, modificou a abrangência do termo “refugiado” para qualquer pessoa que se enquadre na definição da Convenção, como se as palavras “[...] em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1o. de janeiro de 1951 e [...]” e “como consequência de tais acontecimentos” não existissem. Esse Protocolo, portanto, retira as cláusulas geográficas e temporais da definição clássica de refúgio e a aplica de forma universal.

que tratava justamente das questões relativas à expulsão do estrangeiro “subversivo”²⁶³. O Estatuto do Estrangeiro, Lei n. 6.815 de 19 de agosto de 1980, manteve a ideologia da segurança nacional, ainda que o regime estivesse em plena decadência. Nesse contexto, o Estatuto do Estrangeiro, revogado pela Nova Lei de Migrações, em 24 de maio de 2017, não recebeu qualquer influência de princípios de proteção aos direitos humanos e seguiu colocando o estrangeiro ora na posição de inimigo, ora na posição de força de trabalho, de acordo com as necessidades do contexto em questão (VENTURA; ILLES, 2015, p. 120).

Quando a normativa de refúgio em particular, MORAES (2015, p. 120) explica que, em 1961, quando ratificou a Convenção de 1951, o Brasil criou um “microsistema de proteção aos direitos humanos dos estrangeiros vítimas de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”. Ainda assim, contrariando a normativa internacional, particularmente no que se refere à proibição de *refoulement*, o país continuou utilizando o instrumento da expulsão de estrangeiros, na maioria das vezes, sem dar a possibilidade de que a pessoa pudesse solicitar o refúgio no Brasil.

Apenas em 1972 o Brasil veio a assinar o Protocolo de Nova York, de 1967, que eliminou do texto da Convenção de 1951, as limitações geográficas e temporais para o reconhecimento do *status* de refugiado. Antes disso, apenas poderiam ser reconhecidos como refugiados no país, os indivíduos oriundos da Europa por acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951.

Em 1997, influenciado pelo processo de Cartagena, que deu origem à Declaração de Cartagena, instrumento regional de proteção a refugiados, houve a adoção da Lei n. 9.474/97, conhecida como Estatuto dos Refugiados (que não deve ser confundido com o supramencionado *Estatuto do Estrangeiro* – Lei n. 6.815/80), que incorpora ao ordenamento jurídico interno a proteção internacional aos refugiados.

Assim, o Brasil começa a implementar de forma mais adequada, o arcabouço de proteção internacional. Além de ter organizado o procedimento de reconhecimento de refúgio no Brasil, a normativa ampliou a definição clássica de refugiado, presente na Convenção de 1951, contemplando parte da definição expandida da Declaração de Cartagena de 1984²⁶⁴. Portanto, desde a adoção

²⁶³ O art. 73 previa que seria expulso o estrangeiro que agisse de forma a “atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou a moralidade pública e à economia popular”, ou cujo procedimento o torne nocivo ou perigoso à conveniência e aos interesses nacionais”. Para mais detalhes acerca da política migratória brasileira na época da ditadura ver: Moraes (2015, p. 119).

²⁶⁴ “A Terceira Conclusão da Declaração de Cartagena prevê que: face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, se torna necessário encarar a extensão do conceito de refugiado tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1, parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, **considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência**

desse marco legal, no Brasil, o refugiado é, além daquela pessoa que tem fundado temor de perseguição por raça, nacionalidade, religião, opinião política e pertencimento a grupo social, a pessoa que, devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigada a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Sem desconsiderar o pioneirismo e a amplitude da legislação brasileira para refugiados, este trabalho analisa aspectos de sua implementação, particularmente no caso da recente imigração haitiana, com vistas a apontar contradições na interpretação e aplicação do art. 1º, inciso III da Lei n. 9.474/97. Por se relacionar intimamente com a normativa doméstica sobre refúgio, será também analisada a política de proteção complementar, criada pelo Brasil, em 2012. Esse mecanismo se consubstanciou na concessão de vistos humanitários, a partir da adoção de Resoluções Normativas exaradas pelo poder executivo, já que a anacrônica Lei n. 6.815/80 era incompatível com o caráter humanitário da proteção a pessoas em situação de deslocamento forçado.

É importante, portanto, que se reconheça a relevância do marco legal de proteção inaugurado no Brasil, a partir da adoção do Estatuto do Refugiado, no ano de 1997. Entretanto, para que não se caia na armadilha da exacerbação do valor da forma, sem que o conteúdo humanitário da norma esteja presente, é imprescindível que se analise a implementação dos instrumentos de proteção. Até porque, em não fazendo, corre-se o risco de se repetir práticas exógenas de limitação de direitos em detrimento do arcabouço humanitário já construído no continente latino-americano e adotado em vários países.

A Lei n. 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado

A década de 90 marcou um incremento das ações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) na América Latina. Influenciada pelo espírito humanitário da Declaração de Cartagena, adotada em 1984, a agência estabeleceu um mecanismo tripartite que implicava ações em conjunto entre o Estado, a sociedade civil e o próprio ACNUR, com vistas a oferecer proteção e assistência aos refugiados recebidos no continente. No Brasil, o ACNUR vinha atuando já desde 1977 com a abertura de um escritório no Rio de Janeiro. Nessa época o país começa a receber refugiados oriundos de países da América do Sul, sobretudo uruguaios, paraguaios, chilenos e argentinos (LEÃO, 2007, p. 8).

Ainda que vigentes no Brasil as limitações geográficas e temporal previstas na Convenção de 1951, já revogadas em âmbito internacional desde 1967, pelo Protocolo de New York, o país desenvolveu formas de proteção *ad hoc* fundadas em princípios humanitários para receber, em 1979, cerca de 150 vietnamitas. Em 1986, o Brasil acolheu 50 iranianos, aplicando-lhes a proteção

generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.” (grifo da autora)

garantida pelo instrumento do asilo político (LEÃO, 2007. p. 8), oriundo do Sistema Interamericano de Asilo²⁶⁵ e presente, como garantia, no art. 5º, LII da Constituição Federal, que proíbe a extradição por crime político ou de opinião. Finalmente, em 1989, o Brasil revoga as reservas e adota a definição universal de refugiado. Até então, o país não contava com um arcabouço próprio de proteção a refugiados, que viria a ser construído na apenas no final da década de 90.

Em 1997, quando implementa a legislação de refúgio, o Brasil incorpora aspectos da Declaração de Cartagena, perdendo, porém, a oportunidade de adotar a totalidade da definição expandida²⁶⁶. Ainda assim, pode-se dizer que a legislação brasileira para refugiados é uma das mais avançadas do mundo, pois evolui da definição clássica para uma visão mais fundamentada na proteção dos direitos humanos como complementar ao direito dos refugiados.

A Lei n. 9.474/97 foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 22 de julho de 1997. De acordo com seu artigo 49, a lei passou a ter vigência no dia seguinte à sua sanção, 23 de julho de 1997, quando ainda era pequeno o número de refugiados que se dirigiam ao território brasileiro (ALMEIDA, 2001, p. 87).

Com entrada em vigor do Estatuto do Refugiado, o Brasil deu um passo importante em favor da proteção da pessoa em situação de refúgio e, embora não tenha adotado em sua legislação a definição expandida da Declaração de Cartagena em sua totalidade, o país avançou em relação à definição clássica. Nesse sentido, a Lei n. 9.474/97 foi considerada moderna justamente porque, para os efeitos da definição de refugiado, o seu art. 1º contempla a definição clássica da *Convenção de 1951*, em seus incisos I e II, em conjunção com a contribuição latino-americana proveniente da *Declaração de Cartagena*, no seu inciso III (LEÃO, 2007, p. 20).

A definição ampliada de refugiado, consagrada na Lei n. 9.474/67, está assim expressa no art. 1º:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

²⁶⁵ O continente latino-americano é conhecido pela generosa tradição de concessão de asilo. A legislação acerca do tema data do século XIX e compreende um conjunto de Convenções que formam o Sistema Interamericano de Asilo. Esse sistema é composto pela Convenção de Havana sobre Asilo (1928), pela Convenção sobre Asilo Político de Montevideo (1933), pelo Tratado sobre Asilo e Refúgio Político de Montevideo (1939) e, finalmente, pela Convenção de Asilo Diplomático e Territorial de Caracas (1954).

²⁶⁶ O Brasil deixou de incluir em sua definição todos os elementos, da definição de Cartagena, relacionados com a questão humanitária como: *a violência generalizada, a agressão estrangeira, dentre outras situações que obrigam seres humanos a fugirem de seus lares.*

II – Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior.

III – Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Pode-se observar que, da forma como o art. 1º foi construído e adotado pela lei, o requisito *fundado temor de perseguição* aparece apenas no primeiro inciso, que se refere justamente à definição clássica de refúgio, existente desde a década de 1950, em âmbito internacional. O segundo inciso do art. 1º prevê a proteção dos apátridas, e não exige que haja perseguição dessas pessoas para que elas sejam protegidas pelo Brasil, a racionalidade é justamente a de que os indivíduos sem nacionalidade não recebem proteção de Estado algum. Com relação a esses indivíduos, existe um comportamento omissivo, que deve ser enfrentado com a concessão de proteção internacional, a partir do reconhecimento do status de refugiado e, a seguir, através da facilitação dos processos de naturalização nos países aos quais os apátridas se destinam. Importante mencionar que a Nova Lei de Migrações aprovada em 2017, que começa a produzir efeitos em novembro do mesmo ano, traz, no art. 26, a proteção ao apátrida, facilitando a aquisição da nacionalidade brasileiras às pessoas que tiverem o status reconhecido, que podem optar pela nacionalidade, sendo que o pedido deve ser processado em, no máximo, 30 dias.

O inciso III, por sua vez, tampouco apresenta em sua construção terminológica a exigência de um *fundado temor de perseguição* conjugado às situações de *grave e generalizada violação de direitos humanos*. Nem mesmo, a conjugação do *caput* do artigo 1º com o inciso III exige a aferição da presença da perseguição.

Tanto é assim que para Godoy (2012, p. 62), oficial de proteção do ACNUR no Brasil:

Uma interpretação literal do inciso III do artigo 1º da Lei brasileira de refúgio somente seria necessário que o solicitante explicitasse como a grave e generalizada violação de direitos humanos o obrigou a abandonar seu país de nacionalidade.

Na passagem mencionada, o autor sugere claramente a desnecessidade da presença do elemento de fundado temor de perseguição numa interpretação literal da legislação. Em contradição a essa citação, porém, o autor, no resto do artigo, defende uma interpretação restritiva da lei brasileira, feita em conjugação com os requisitos da Convenção de 1951, que se coaduna com a interpretação do órgão no qual trabalha, o escritório do ACNUR no Brasil. Essa interpretação ainda vê como essencial a prova do fundado temor de perseguição.

Entende-se, porém, que essa não parece ser a melhor interpretação da lei brasileira. A restrição proposta pelo ACNUR importaria a limitação da proteção

dos refugiados pela comunidade internacional. Haveria, ainda, uma discriminação na análise das solicitações de refúgio feitas por quem pleiteia o status de refugiado, em relação às solicitações das pessoas que solicitam o reconhecimento de seu status de apatridia, já que para essas, não é necessária a prova do fundado temor de perseguição.

Como mencionou-se, entretanto, o ACNUR exige a presença do elemento de *temor de perseguição* (ACNUR, 2004, p. 19), em conjunção com os requisitos apresentados nos inciso I e III, ainda que a expressão *apenas apareça no inciso I* e não no *caput* do artigo.

Nessa toada, LEÃO, em sua obra *Memória anotada, comentada e jurisprudencial do Comitê Nacional para Refugiados – CONARE*, ressalta que o CONARE também adota a ideia da necessidade de se conjugar o elemento da perseguição aos demais requisitos do art. 1º do Estatuto do Refugiado, veja-se:

À luz das reiteradas manifestações sobre o campo conceitual do refúgio, em sua dimensão mais ampla, por parte da Presidência e do Pleno do CONARE é crucial destacar que a configuração do refúgio está intimamente vinculada a duas circunstâncias que se podem dar individualmente, conseqüentemente e/ou simultaneamente: **a perseguição materializada e/ou o fundado temor de perseguição consubstanciado por parte da/o solicitante**. Esta vinculação conceitual (a concessão do refúgio ao fato da perseguição consubstanciada e /ou o fundado temor de perseguição) é tão cristalina, que sempre e quando fatos novos apresentados posteriormente à conclusão de algum caso forem capazes de caracterizar a perseguição e/ou o seu fundado temor, o CONARE, costumeiramente e em sessão plenária, entende que este caso em questão pode ser reaberto para uma nova apreciação (LEÃO, 2007, p. 21). (Grifo da Autora)

Através da adoção de uma interpretação restritiva, o ACNUR e o CONARE reduzem o escopo de proteção internacional quase aos níveis da definição clássica, prevista pela Convenção de 1951, tão criticada por sua limitada abrangência. Isso ocorre porque, entendendo-se necessária a presença do elemento da perseguição, a única inovação da legislação brasileira seria a proteção de algumas categorias (como a de mulheres que sofrem violência doméstica, grupos LGBTTI, dentre outros), além daquelas previstas no inciso I do art. 1º da Lei n. 9.474/97 e do art. 1º da Convenção de 1951. Ocorre que mesmo essa evolução já está presente no entendimento de muitas cortes, tribunais e colegiados nacionais, inclusive aqueles que utilizam apenas a definição clássica no julgamento das solicitações de refúgio. Exemplo disso são decisões que colocam outras categorias de pessoas perseguidas no escopo de “grupo social”. Fulleton (1993, p. 562), ao analisar decisões das cortes alemã, canadense e americana, em casos de solicitações de refúgio com base na pertença a um grupo social, concluiu que a jurisprudência não é unânime e que pode variar substancialmente de país para país, mas que a tendência é da inclusão de novos grupos de pessoas, na categoria de grupo social. No mesmo

sentido, o relatório do UNHCR (2015, p. 37), *Women on the Run* afirma, por exemplo, que mulheres que sofrem violência doméstica são, geralmente, reconhecidas como refugiadas, nos tribunais de imigração dos EUA, em razão da perseguição por pertencimento a grupo social.

Além disso, pela orientação do princípio *pro homine*, deve-se sempre privilegiar a interpretação mais ampla e extensiva quando se trata de reconhecer direitos humanos às pessoas, ainda que esse não seja o sentido literal do texto legal analisado. Inversamente, quando a norma prevê a suspensão ou limitação de direitos de natureza *jus cogens*, deve-se adotar uma interpretação mais restrita, no sentido de preservar os direitos, em detrimento da aplicação da norma. Esse princípio ensina, ainda, que havendo conflito entre a norma internacional e a de direito interno, deve-se sempre aplicar aquela que for mais benéfica ao ser humano sujeito de direitos (MAZZUOLI, 2015, p. 265). Portanto, mais uma razão pela qual o Brasil deveria ter adotado justamente a interpretação literal da norma do inciso III do art. 1º, ou seja, aquela que entende totalmente prescindível a necessidade da caracterização do fundado temor de perseguição em casos de fuga por grave e generalizada violação de direitos humanos para que houvesse reconhecimento do status de refugiado aos solicitantes.

Entende-se, assim, que a legislação brasileira, com espírito humanitário e acolhedor incorporado a partir da Declaração de Cartagena, acertadamente eliminou a necessidade do elemento de base subjetiva fundado temor de perseguição e adotou o critério puramente objetivo no seu inciso III, reconhecendo como refugiado aquele indivíduo que foge de uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos. Ocorre que, pela análise da prática dos órgãos que atuam na elegibilidade de solicitantes de refúgio, entende-se que a interpretação restritiva do art. 1º da Lei n. 9.474/97 faz com que os níveis de proteção ao refugiado no Brasil não sejam tão abrangentes quanto a legislação permitiria.

Para seguir na análise do art. 1º da legislação brasileira sobre refugiados, é preciso estabelecer um conceito mínimo do que representa a expressão grave e generalizada violação de direitos humanos. Ocorre que inexistente uma definição legal delimitando os contornos dessa expressão. Na prática, verifica-se sua aplicação nos casos de guerras civis, regimes ditatoriais, ou em casos em que os países são incapazes de garantir a liberdade, segurança ou a vida do indivíduo (JUBILUT; MADUREIRA, 2014, p. 19).

A Universidade de Genebra produziu, em 2014, um estudo que analisou, na doutrina e na jurisprudência, alguns aspectos comuns na identificação das violações de direitos humanos do direito internacional. De acordo com o trabalho, essas violações podem ser geradas, dentre outros fatores, por:

Uso excessivo da força por parte da polícia, deslocamento forçado massivo, estupro e outras formas de violência sexual, tortura e tratamento cruel

degradante ou desumano, **violação do direito à propriedade privada, discriminação, fracasso do Estado em enfrentar a pobreza e os níveis inadequados de sobrevivência, fracasso do Estado em investigar alegações de violações de direitos humanos, remoções forçadas, violência de gênero, violações do direito a autodeterminação, dentre outros** (GENEVA ACADEMY, 2014, p. 15) (Tradução da Autora).

A Assembleia Geral da ONU, se manifestou sobre o tema na Resolução 60/147, de 16 de dezembro de 2005, que trata dos Princípios Básicos e Diretrizes sobre o Direito de Remédio e Reparação para Vítimas de Sérias Violações do Direito Internacional dos Direitos do Direito Internacional Humanitário, no sentido de que as vítimas dessas violações seriam pessoas que:

Individual e coletivamente sofreram danos, inclusive abalos físicos ou mentais, sofrimento emocional, perdas econômicas, ou prejuízo substancial de seus direitos fundamentais, por atos de omissão que constituem sérias violações do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário (UNHR, 2005). (Tradução da Autora)

As violações aos direitos humanos são frequentemente ligadas a desrespeito a normas *jus cogens* ou os direitos de natureza não derogável. Entretanto, não parece plausível restringir a aplicação dessa expressão apenas às normas *jus cogens* (SIATITSA, 2014). Existem ainda discussões sobre a utilização dos termos sérias e graves violações, pois eles estariam ligados especificamente à natureza *jus cogens* dos direitos feridos, mas a utilização que é feita pelo Conselho de Segurança da ONU denota que a omissão dos termos referidos não significa que as violações não sejam importantes, pois ainda que essas sejam graves ou sérias, podem ser chamadas apenas de violações de direitos humanos (GENEVA ACADEMY, 2014, p. 26).

A conclusão que se chega, quando se analisa o escopo do conceito de grave e generalizada violação de direitos humanos, é que esse conceito deve ser interpretado de uma forma abrangente, que leve em conta o princípio *pro homine*. Esse é o entendimento dos principais órgãos de monitoramento e supervisão dos padrões de respeito aos direitos humanos no mundo.

Assim, o Estatuto dos Refugiados deve ser aplicado às pessoas que apresentem a necessidade de proteção em função de cada um dos requisitos do art. 1º, analisados em separado, não de forma cumulativa como faz o CONARE, aplicando a imposição da existência de um fundado temor de perseguição apenas para as pessoas que saem de seus países em função da raça, nacionalidade, religião, grupo social ou opinião política. Além disso, o conceito de grave e generalizada violação de direitos humanos deve ser entendido de uma forma ampla, para englobar não apenas violações a normas *jus cogens*, mas também a outros direitos fundamentais, como os econômicos, culturais e sociais, previstos no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos (BRASIL, 1992a)

e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (BRASIL, 1992b).

Há que se ressaltar, porém, como já dito acima, que, a despeito dos problemas de interpretação e implementação supramencionados, o Brasil adotou uma legislação bastante progressista em termos de proteção a refugiados, inaugurando assim um marco legal fundado na proteção aos direitos humanos das pessoas em situação de migrações.

A imigração haitiana ao Brasil: de solicitantes de refúgio a migrantes humanitários

No mesmo passo em que a normativa de proteção a pessoas refugiadas se desenvolveu, fluxos imigratórios para o território brasileiro também apresentaram crescimento paulatino, sobretudo a partir do final da década de 90. A realidade desses fluxos denota um caráter misto na migração que se destina ao país, tanto do ponto de vista dos países de origem, que se diversificaram, quanto em relação aos motivos pelos quais as pessoas migravam para o Brasil, algumas em função da perseguição que sofriam, outras fugindo da violação de direitos humanos, outras, ainda, por razões econômicas. Nesse contexto se encaixa a recente imigração haitiana ao Brasil.

O Haiti, primeiro país a se tornar independente na América Latina (COPEAU, 2008, p. 4), combina o passado glorioso de lutas de independência com índices de desenvolvimento humano atuais muito baixos. A recorrente ocorrência de desastres climáticos e ambientais, como ciclones, terremotos, dentre outros fenômenos, agregada à alta densidade demográfica e à miséria e falta de estrutura do país o transforma em um local de difícil sobrevivência, razão por que sua população registra um histórico consistente de migração. Além disso, as questões políticas do país sempre foram conturbadas.

Em 2004, após da implementação de diversas missões humanitárias que não obtiveram sucesso na melhora das condições socioeconômicas no país, o Brasil foi convidado a liderar o contingente militar da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH)²⁶⁷, por sua importância estratégica na América Latina. Até o presente ano atuando no país, a MINUSTAH é vista, por diversos autores, como um dos fatores que influenciaram a vinda de refugiados haitianos para o Brasil, sobretudo após o terremoto que destruiu parte do país, em 2010.

Se é certo que o terremoto não foi o único fator a influenciar na diáspora haitiana, pode-se sustentar, com segurança, que aquela catástrofe

²⁶⁷ A MINUSTAH foi adotada através da Resolução n. 1542 do CS da ONU, em 30 de abril de 2004, e teve seu mandato renovado sucessivamente pelas Resoluções 1608 (2005); 1702 (2006); 1743 (2007), 1780 (2007); 1840 (2008), 2180 (2014) e, finalmente, 2243 (2015) (UNITED NATIONS, 2015). Em agosto de 2017, a América Latina, bem como o Brasil, encerraram sua participação humanitária no Haiti, após 13 anos de missões comandadas pelo Brasil.

influenciou sobremaneira a vinda de migrantes do Haiti para o Brasil. Em 2010 já se percebe o início dessa movimentação. Os imigrantes haitianos que aqui chegavam, solicitavam refúgio, pois não se enquadravam nas categorias ordinárias de visto, previstas no Estatuto do Estrangeiro, nem podiam solicitar a proteção humanitária, pois essa modalidade de proteção só veio a ser regulamentada no Brasil em 2012, através da edição de uma Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração, que criou o *visto humanitário*.

Desde meados de 2010 até o final de 2016, mais de 40 mil haitianos solicitaram refúgio²⁶⁸, ou porque entendiam apresentar um fundado temor de perseguição ou porque se fundamentavam no inciso III, do art. 1º da Lei n. 9.474/97, que remete à grave e generalizada violação de direitos humanos. Mesmo após a adoção do mecanismo da acolhida humanitária, muitas pessoas não conseguiram solicitar o visto nas embaixadas do Brasil em Porto Príncipe, nem em Quito, no Equador, e vinham para o Brasil utilizando-se de rotas clandestinas e de serviços prestados por coites, colocando em risco suas vidas e segurança nesse trajeto.

Questões relativas à grave e generalizada violação de direitos humanos, nos países de origem, quer seja pela instauração de conflitos internos ou internacionais, quer seja pela implementação de regimes ditatoriais, colapso das instituições, epidemias de doenças letais, desastres ambientais, falta de infraestrutura mínima para a sobrevivência nessas regiões, são responsáveis por fluxos massivos de pessoas. Mesmo nesses casos, nos quais a necessidade de fuga é objetiva, devido às condições de vida em alguns países, o ACNUR e o CONARE exigem a presença de fundado temor de perseguição que, para ambos os órgãos é “elemento [de natureza subjetiva] chave da definição” (ACNUR, 2013) de refugiado. Assim, mesmo instrumentos mais protetivos como a lei brasileira de refúgio, seguem tendo uma interpretação restritiva e exigindo a presença do elemento de perseguição para que haja o reconhecimento do refúgio.

²⁶⁸ As solicitações de refúgio dos haitianos são mandadas diretamente para o CNIg, por decisão tomada pelo CONARE, em 11/11/15, para que proceda com a concessão do visto humanitário, pois são, *a priori*, consideradas sem fundamento para o reconhecimento do refúgio, pela razão de que os haitianos, segundo o governo brasileiro, não apresentam um fundado temor de perseguição. A decisão diz que, caso o haitiano queira prosseguir com a solicitação de refúgio, deve requerer no prazo de 30 dias após a publicação da lista com 43.871 nomes de pessoas que vão receber o visto humanitário. A pouca publicidade dessa medida aliada ao pouco tempo para demonstração de interesse no prosseguimento das solicitações de refúgio, além da desinformação acerca das garantias que cada um dos status migratórios oferecem, faz com que os indivíduos não se manifestem no prazo estipulado. Isso possivelmente acarretará a perda da possibilidade do reconhecimento do status de refugiado de uma pessoa, ainda que ela apresente o fundado temor de perseguição exigido pelo ACNUR e pelo CONARE. Tem-se que cerca de 40 mil haitianos entraram no Brasil sem possuir o visto humanitário concedidos pelas embaixadas brasileiras no Haiti e em Quito, no Equador. “Atualmente há 50.000 (hoje são mais de 60 mil, de acordo com dados do MJ) haitianos no Brasil, dos quais 17.000 chegaram com visto e somente 14.000 foram incorporados ao mercado de trabalho, especialmente na construção civil e na indústria de processamento de carne, segundo o escritório consular do Brasil em Quito” (EL PAÍS, 2015).

O caso dos migrantes haitianos, que chegaram ao Brasil em 2010 e logo protocolaram solicitações de refúgio, junto aos departamentos da Polícia Federal (ACNUR, 2010; ALBUQUERQUE, 2010; MACHADO, 2011; OLIVEIRA, 2010), colocou ao país, ao ACNUR e aos órgãos de proteção nacionais e internacionais de refugiados e migrantes, um desafio no sentido de identificar e desenvolver estratégias de proteção adequadas à situação e em sintonia com o arcabouço legal existente até então.

Diante das dúvidas que o caso da imigração haitiana apresentava aos agentes de Estado, por não se caracterizar, *a priori*, como uma situação de perseguição em massa, foram levantadas duas hipóteses de proteção: a primeira se referia ao reconhecimento do status de refugiados dos haitianos, com base no art. 1º, inciso III da Lei n. 9.474/97, ou seja, com fundamento na grave e generalizada violação de direitos humanos. A segunda hipótese, adotada pelo governo Brasileiro em 2012, se consubstanciou na elaboração de um instrumento de proteção *ad hoc*, de caráter humanitário, específico para os imigrantes haitianos, estabelecido através da publicação de resoluções normativas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), em detrimento do reconhecimento do status de refugiado, já que o Estatuto do Estrangeiro não previa a concessão de visto com base em razões humanitárias.

O instrumento elaborado, o denominado visto humanitário, se baseou, em grande medida, como veremos a seguir, em estruturas de proteção complementar já existentes no Norte global (principalmente na Europa e nos EUA). Esses mecanismos de proteção complementar, ainda que importantes para preencher lacunas deixadas pela proteção internacional com base no status de refúgio, são acusados de serem aplicados de forma inadequada, esvaziando o instituto do refúgio, por serem concedidos a pessoas que se enquadrariam nas definições de refúgio existentes na atualidade e por não apresentarem as mesmas garantias e segurança jurídica do status de refugiado (MCADAM, 2007, p. 55).

No que se refere à primeira hipótese supramencionada, a do reconhecimento do status de refugiado aos imigrantes haitianos, ressalta-se que tanto o Estatuto do Refugiado, quanto a Declaração de Cartagena consagram, em seus textos, o elemento objetivo da grave e generalizada violação de direitos humanos para que haja o reconhecimento do status de refugiados no Brasil. Esse elemento, da forma como o art. 1º da Lei n. 9.474/97 foi elaborado, prescinde da análise do elemento subjetivo fundado temor de perseguição.

Nesse sentido, Jubilot e Madureira (2014, p. 20) sustentam que:

O exame de uma solicitação de refúgio não mais se baseia exclusivamente no bem-fundado temor individual de perseguição, mas também na situação objetiva do país de origem a fim de se verificar se existe uma realidade de grave e generalizada violação de direitos humanos. **Todavia, no caso da grave e generalizada violação de direitos humanos, o exame da situação objetiva do país de origem é por si só elemento caracterizador da condição de refugiado. Desse modo, qualquer indivíduo proveniente daquele país deverá ser reconhecido como refugiado, desde**

que não se enquadre nas cláusulas de exclusão. Assim, apresenta-se um novo padrão de análise baseado apenas na situação objetiva do país de origem. (Grifo da Autora)

De acordo com o entendimento dos autores, o novo marco legal protetivo, criado pela lei brasileira de refúgio, em 1997, tornou desnecessária a investigação acerca da existência do fundado temor de perseguição apresentado pela vítima. A perseguição não é mais indispensável para o reconhecimento do refúgio no Brasil, pois a violação de direitos humanos, caso seja grave e generalizada, é requisito suficiente para que o status de refugiado possa ser reconhecido.

Os nacionais do Haiti, mesmo antes do terremoto de 2010, já migravam para outros locais em busca de proteção, quer fosse em razão da perseguição que sofriam por conflitos entre gangues de criminosos que tomou conta do país, nos anos 90 e 2000, quer fosse por razões econômicas que, aliadas a problemas de instabilidade política e falta de capacidade do Estado em assistir e proteger a população.

Portanto, entende-se que a alternativa do refúgio se adequaria perfeitamente ao espírito humanitário e protetivo da Lei n. 9.474/97, que justamente incorporava parte da definição ampliada de refugiado prevista na Declaração de Cartagena. Ambos os instrumentos representam a celebração do caráter regionalizado e humanista defendido pelos representantes das abordagens de terceiro mundo do direito internacional. Caso tivesse adotado essa perspectiva, o Brasil teria assumido um papel pioneiro na ampliação da proteção internacional garantida aos refugiados, incluindo, de forma efetiva, novos grupos de indivíduos na definição de refúgio, dando a eles a possibilidade de contar com assistência internacional e fazendo com que a comunidade internacional, através da atuação do ACNUR, se tornasse responsável por sua proteção.

Entretanto, esse não foi o caminho escolhido pelo Brasil. Reproduzindo, em parte, instrumentos de proteção existentes em outros continentes, o país criou, em 2012, um sistema de proteção complementar *ad hoc*, para atender ao caso da imigração haitiana.

Quando os haitianos iniciaram a imigrar, de forma massiva, para o Brasil, cruzavam as fronteiras do país e solicitavam refúgio nos departamentos da polícia federal. Naquele período houve inúmeras denúncias de que agentes do órgão policial estariam negando aos nacionais do Haiti a possibilidade de solicitação de refúgio. Essas denúncias levaram a instauração de um inquérito, por parte do Ministério Público Federal (MPF), por violação do princípio do *non-refoulement*, pedra angular do direito dos refugiados (BRASIL, 2012b). Na decisão de 1ª instância, o julgador deu provimento à ação e ordenou que a União “fizesse cessar todo e qualquer impedimento para o ingresso no território nacional de imigrantes de nacionalidade haitiana em busca de refúgio”. Determinou também que o Estado, pelos órgãos atuantes na fronteira, “se

abstivesse de praticar qualquer ato que impedisse o indivíduo haitiano solicitante de refúgio de ter seu pedido apreciado segundo a Lei 9.474/1997”. O juiz reconheceu a condição de grave e generalizada violação de direitos humanos no Haiti, frente à “inexistência de entes conformadores de um Estado Democrático de Direito” e sustentou que essa situação era, por si só, ensejadora do direito à solicitação de refúgio por parte dos haitianos (JUBILUT; MADUREIRA, 2014).

Aos que conseguiram entrar no país era permitida a solicitação do refúgio, com o protocolo de refúgio em mãos, concedido mediante a solicitação, na Polícia Federal, os nacionais do Haiti podiam acessar o mercado de trabalho, pois tinham direito a obter uma carteira de trabalho provisória²⁶⁹. O status de solicitante de refúgio também garantia, em abstrato, que esses indivíduos não seriam retornados ao país de origem enquanto o pedido estivesse pendente.²⁷⁰

Esse cenário viria a se modificar em 2012, pois, aplicando a Resolução Normativa nº 27, de 25 de novembro de 1998, que disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o CONARE submeteu a situação dos haitianos àquele órgão²⁷¹. O CNIg, entendendo se tratar de um caso de omissão do Estatuto do Estrangeiro, elaborou a Resolução Normativa n. 97, em 12 de janeiro de 2012, que implementava o instrumento da acolhida humanitária destinado aos haitianos, em detrimento do reconhecimento de seu status de refugiados. O art. 1º dessa resolução previa que:

Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

A Resolução Normativa n. 97, enfrentou diversas críticas, sobretudo em razão da limitação que impunha no número de vistos humanitários concedidos na embaixada do Haiti. O art. 2º, parágrafo único, previa que apenas mil e duzentos vistos seriam concedidos por ano, correspondendo a uma média de cem vistos por mês. Esse número ficava muito aquém do montante de haitianos

²⁶⁹ Art. 3º da Resolução Normativa n. 15, de 2012, do CONARE, prevê que: “O protocolo dará direito ao solicitante de refúgio a obter a carteira de trabalho provisória junto ao órgão competente do Ministério do Trabalho, cuja validade será a mesma do documento expedido pelo Departamento de Polícia Federal” (BRASIL, 2012a).

²⁷⁰ O MPF, em ação civil pública ajuizada em 2012, denunciou casos de deportação de haitianos em razão da falta de visto válido para o ingresso no Brasil. Ao não possibilitar que esses indivíduos solicitassem o refúgio, e, ato contínuo, promoverem sua deportação para o país de origem, os agentes da polícia federal violavam princípio do *non-refoulement*, pedra angular do direito dos refugiados (BRASIL, 2012b).

²⁷¹ Ressalte-se que, embora a Resolução Normativa n. 27 tenha sido elaborada com vistas a avaliação individual dos casos omissos, como dispõe seu art. 1º “Serão submetidas ao Conselho Nacional de Imigração as situações especiais e os casos omissos, a partir de análise individual”, ambos os órgãos do executivo, CONARE e CNIg, realizaram uma avaliação coletiva e entenderam que todos os indivíduos provenientes do Haiti se enquadrariam na mesma situação de acolhida humanitária, o que impediu que essas pessoas pudessem persistir com a solicitação de refúgio, sobretudo quando a alegação da vítima era de fuga por grave e generalizada violação de direitos humanos.

que ainda tentava ingressar no Brasil através da fronteira com o Peru para solicitar refúgio no Brasil.

Paulo Sérgio de Almeida, presidente do CNIg, à época da entrada em vigor da Resolução n. 97, afirmou que: “[...] algumas pessoas achavam que a cota (1200 vistos por ano) era muito pequena, outras pessoas achavam que se estava abrindo demais, não importa. Acho que houve uma discussão, uma longa discussão” (ALMEIDA *apud* SILVA, 2013, p. 173). Essas discussões ocorriam, basicamente porque os representantes das centrais sindicais e de setores do MTE não aceitavam uma concessão mais numerosa de vistos humanitários. Isso se dava porque, apesar do discurso humanitário, adotado pelo CONARE e celebrado pelo ACNUR, do texto da Resolução n. 97, existia a preocupação preponderante dos membros do CNIg com a proteção do mercado de trabalho nacional.

A prática de *refoulement* nas fronteiras brasileiras se tornou recorrente, após a entrada em vigor da proteção humanitária, pois o governo brasileiro passou a entender, a prioristicamente, que os haitianos não se enquadravam na definição de refúgio, impedindo, através da ação da autoridade migratória, que entrassem no território nacional sem possuírem vistos válidos. Tanto foi assim que, em abril de 2012, o MPF ajuizou a ação civil pública supramencionada, denunciando a União por violações de direitos humanos, do direito internacional dos refugiados e da Lei n. 9.474/97 ao impedir a entrada de haitianos solicitantes de refúgio no país. Entretanto, embora a ação tenha sido procedente em primeira instância, em sede de recurso, o desembargador Olindo Menezes, reformou a sentença e sustentou que o país “daria causa a uma série de problemas sociais e de segurança gravíssimos” (MENEZES *apud* JUSBRASIL, 2012) caso permitisse a entrada desordenada de haitianos. Em decisão sobre o recurso do MPF, o desembargador Mário Cesar Ribeiro manteve a decisão do colega e afirmou que:

Afora as hipóteses previstas na Lei 9.474/1997, a imigração não é um direito do estrangeiro, mas uma concessão do Estado, que, verificando a inconveniência do adventício em seu território, pode, inclusive, exigir-lhe a retirada compulsória, caso considere nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais (MENEZES *apud* JUSBRASIL, 2012).

Nessa decisão, o desembargador ignorou os arts. 7º e 8º do Estatuto dos Refugiados, que preveem, respectivamente que o indivíduo que deseje solicitar refúgio nas fronteiras brasileiras tem o direito de fazê-lo e que não pode ser punido por ter ingressado ilegalmente no território nacional. Entretanto, acertou quando mencionou que a imigração é uma concessão do Estado, não um direito do migrante. Justamente por isso, a legislação sobre imigração não se apresenta como a mais adequada para a aplicação a pessoas que fogem de seus país por grave e generalizada violação de direitos humanos, como foi o caso dos haitianos que tentavam acessar o território brasileiro.

Em razão de todas críticas sofridas, a Resolução Normativa n. 102, de abril de 2013, entrou em vigor, revogando a limitação numérica imposta pela antecessora, e condicionando a concessão de vistos humanitários às possibilidades de atendimento na embaixada do Brasil, em Porto Príncipe. Essa medida, porém, não teve o condão de dirimir os problemas relativos à incapacidade de atendimento da demanda de concessão de vistos humanitários aos haitianos.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE), desde a entrada em vigor da Resolução Normativa n. 97, em janeiro de 2012, até julho de 2015 o Brasil havia expedido, através de suas embaixadas no Haiti e no Equador, cerca de 26 mil vistos humanitários a haitianos, ocorre que há, no país, atualmente, cerca de 43.800 haitianos²⁷² que têm solicitações de refúgio pendentes e que, desde 11 de novembro de 2015, figuram em uma lista do Ministério da Justiça²⁷³ para a conversão do status de solicitante de refúgio para migrantes humanitários. Esses dados mostram que a concessão de vistos humanitários no Haiti, ainda que sem limitação numérica anual estabelecida, foi insuficiente para atender o número de pessoas que desejava migrar para o Brasil.

Assim, a acolhida humanitária foi a forma de proteção complementar implementada pelo Brasil em detrimento do reconhecimento do status de refugiado aos haitianos. As medidas de proteção complementar têm origem na ideia de complementaridade existente entre o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional humanitário e o direito internacional dos refugiados. Os mecanismos de proteção complementar, implementados em diversos países e regiões do globo, se fizeram necessários principalmente em função da emergência da proteção aos direitos humanos dos migrantes, da paulatina aquisição da natureza *jus cogens* do princípio do *non-refoulement* e do entendimento do direito dos refugiados como complementar aos direitos humanos e ao direito humanitário.

²⁷²É importante ressaltar que os números sobre refúgio do CONARE, ainda de endossados pelo ACNUR, são pouco confiáveis, pois apresentam inconsistências importantes. No relatório “Refúgio no Brasil: uma análise estatística Janeiro de 2010 a Outubro de 2014”, sobre o perfil dos refugiados no país, o órgão simplesmente desconsidera as quase 40 mil solicitações de refúgio, feitas por haitianos, de 2010 a 2015, que se encontravam pendentes até 11 de novembro de 2015. Data na qual o Ministério da Justiça expediu uma lista com o nome de 43.781 haitianos incentivando que convertessem suas solicitações de refúgio para o visto permanente por razões humanitárias (BRASIL, s.d.). Em nota de rodapé, na p. 1 do relatório, o CONARE explica que “Estes dados não incluem informações relacionadas aos nacionais do Haiti que chegaram ao Brasil desde o terremoto de 2010. Apesar de solicitarem o reconhecimento da condição de refugiado ao entrarem no território nacional, seus pedidos foram encaminhados ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que emitiu vistos de residência permanente por razões humanitárias. De acordo com dados da Polícia Federal, mais de 39.000 haitianos entraram no Brasil desde 2010 até setembro de 2014” (ACNUR, 2014). Em que pese a opção do CONARE pela omissão dos dados, entende-se importante a inclusão dessa nacionalidade nos dados de solicitantes de refúgio, já que isso ocorreu de fato, sobretudo entre os anos de 2010 a 2012.

²⁷³ Brasil (s.d.).

Conclusão

Entende-se que tanto a legislação brasileira para o refúgio, quanto instrumentos de proteção complementar implementados Brasil devem ser celebrados. Pois, principalmente o primeiro representa avanços à visão eurocêntrica que marcou a elaboração do marco legal internacional para a proteção de refugiados nos anos 50. Na teoria, ambos os instrumentos aumentaram a proteção a pessoas em situação de migração forçada no país. A prática, porém, revela problemas que não podem ser desconsiderados, como ocorreu no caso da migração haitiana para o Brasil. Situação na qual o país perdeu a oportunidade de oferecer proteção internacional por meio do instituto do refúgio aos nacionais do Haiti, preferindo, ao invés disso, repetir práticas já implementadas no Norte global, ao criar mecanismos de proteção complementar que, mal aplicados, tendem a esvaziar a proteção do instituto do refúgio.

Referências

- ACNUR. **Refúgio no Brasil**: uma análise estatística (janeiro de 2010 a outubro de 2014). Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.
- _____. **Interpretação do artigo 1 da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados**: diretrizes sobre a proteção internacional. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/54BB90A0d01.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- _____. **Jogo de futebol arrecada comida para haitianos na Amazônia brasileira**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/jogo-de-futebol-arrecada-comida-para-haitianos-na-amazonia-brasileira/>>. Acesso em: 18 out. 2015.
- _____. **Manual de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado**: de acordo com a convenção de 1951 e o protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_critérios_para_a_determinação_da_condição_de_refugiado.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.
- ALBUQUERQUE, L. Haitianos buscam refúgio em Manaus. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 05 set. 2010. Disponível em: <<http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/2011/01/17/com-pais-arrasado-acre-se-torna-rotapara-entrada-de-haitianos-no-brasil/>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- ALMEIDA, G. A. A Lei 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações. In: ARAÚJO, N.; _____ (Coord.). **O direito internacional dos refugiados**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2001.
- ARRAES, V. C. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 48, n. 2, p. 152-168, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 out. 2016.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Resolução Normativa n. 15, de 27 de julho de 2012**. Dispõe sobre a concessão de protocolo ao solicitante de refúgio. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Lei_947_97_e_

Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_de_Refugiados_e_Apatridas.pdf?view=1>. Acesso em: 08 dez. 2015.

_____. Ministério Público Federal. **Ação Civil Pública que pede reconhecimento do refúgio aos cidadãos haitianos no Brasil**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<http://www.prac.mpf.mp.br/atos-do-mpf/acp/acphaitianos/view>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

_____. **Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992 que promulga o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos**. Brasília, DF, 1992a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. **Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992 que promulga o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Brasília, DF, 1992a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério da Justiça. **Despacho conjunto**. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <http://haitiaqui.com/files/LISTA%20MTE_MJ%2043.781%20haitianos.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

COMBLIN, J. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

COUPEAU, S. **The history of Haiti**. London: The Greenwood Press, 2008.

EL PAÍS. **Do Haiti para o Brasil. Com uma escala no Equador**. Madrid, 16 mar. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/internacional/1426460256_276696.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FULLERTON, M. A comparative look at refugee status based on persecution due to membership in a particular social group. **Cornell International Law Journal**, New York, NY, v. 26, n. 3, p. 505-563, 1993.

GENEVA ACADEMY. **What amounts to ‘a serious violation of international human rights law?’: an analysis of practice and expert opinion for the purpose of the 2013 arms trade treaty**. Geneva: Geneva Academy of International Humanitarian, 2014. (Academy Briefing, n. 6).

GODOY, G. G. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (Org.). **60 Anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo, SP: Editora CL-A Cultural, 2011.

GUTERREZ, A. **O Brasil é um país de asilo e exemplo de comportamento generoso e solidário**: António Guterres, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, durante sua visita ao Brasil em novembro de 2005. In: ACNUR. **O ACNUR no Brasil**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-acnur-no-brasil/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

JUBILUT, L. L.; MADUREIRA, A. L. Os desafios de proteção a refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v.22, n. 43, 2014. (Dossiê – Migrações Forçadas).

JUSBRASIL. **Corte especial veda entrada descontrolada de haitianos no Brasil**. S.l., 2012. Disponível em: <<http://abdir.jusbrasil.com.br/noticias/100305135/corte-especial-veda-entrada-descontrolada-de-haitianos-no-brasil>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

LEÃO, R. Z. R. **Memória anotada, comentada e jurisprudencial do Comitê Nacional para os Refugiados**. Brasília, DF: ACNUR, 2007.

MACHADO, A. Com país arrasado, Acre se torna rota para entrada de haitianos no Brasil. **Blog da Amazônia**, 17 jan. 2011. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/os-haitianos-no-acre?page=1>. Acesso em: 20 out. 2016.

- MAZZUOLI, V. O. Integração das convenções e recomendações internacionais da OIT no Brasil e sua aplicação sob a perspectiva do princípio pró homine. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, MT, v.1, n. 1, p. 218-251, 2015.
- MCADAM, J. **Complementary protection in international refugee law**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- MORAES, A. L. Z. **Crimigração**: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil. 2015. 88f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, 2015.
- OLIVEIRA, J. N. Haitianos pedem refúgio ao Brasil após entrada ilegal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 19 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,haitianos-pedem-refugio-ao-brasil-apos-entrada-ilegal,526673,0.htm>>. Acesso em: 07 out. 2016.
- SIATITSA, I. M. Serious violations of human rights: the emergence of a new legal regime? In: EDINBURGH POSTGRADUATE LAW CONFERENCE, 2014, Reino Unido. **Anais...** Reino Unido: University of Edinburgh, 2014. Disponível em: <<http://www.lawphdconference.ed.ac.uk/2014/11/19/serious-violations-of-human-rights-the-emergence-of-a-new-legal-regime/>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- SILVA, C. A. S. **A política brasileira para refugiados (1998-2012)**. 2013. 292f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.
- UNHCR. **Women on the run**: first hand accounts of refugee fleeing: el Salvador, Guatemala, Honduras and México. Geneva, 2015. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5630f24c6.html>>. Acesso em: 13 set. 2016.
- UNHCR. **The refugee convention, 1951**: the travaux préparatoires analysed with a commentary by Dr. Paul Weis, 1990. Geneva, 1990. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/53e1dd14.html>>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- UNITED NATIONS. **Security council resolution 2243 adopted by the security council at its 7534th meeting**. New York, NY, 2015. Disponível em: http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2243.pdf. Acesso em: 05 jan. 2016.
- UNHR – UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Basic principles and guidelines on the right to a remedy and reparation for victims of gross violations of international human rights law and serious violations of international humanitarian law**. New York, NY, 2005. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/RemedyAndReparation.aspx>>. Acesso em: 29 out. 2016.
- VENTURA, D.; ILLES, P. Qual a política migratória do Brasil? **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, SP, 07 mar. 2013. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/qual-a-politica-migratoria-do-brasil/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

**CONTEXTUALIZANDO O REFÚGIO AMBIENTAL:
A LACUNA JURÍDICA DO REFÚGIO
NA ERA DO AQUECIMENTO GLOBAL**

Cícero krupp da Luz
Estela Cristina Vieira de Siqueira

Com o advento da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados (ONU, 1954) e exatamente 60 anos após o Protocolo de 1967 sobre o mesmo tema, a ampliação e contextualização do conceito de refúgio segue no centro dos debates sobre deslocamentos humanos e migração. Há categorias de migrantes forçados, no entanto, que ainda não gozam da abrangência do referido conceito.

Ao tomarmos o conceito mais abrangente, da Declaração de Cartagena, de 1984, que promoveu uma ampliação no conceito da Convenção de 1951, já desprovida dos limites temporais e geográficos da primeira definição, além de considerar para efeitos de conceituação do status de refúgio as questões de graves atentados contra direitos, refugiado é alguém que foge de perseguições ou possui fundados temores de abusos contra seus direitos e liberdades, em razão de conflitos e violações massivas de direitos humanos, e que não queira ou não possa retornar ao seu país de origem no momento.

Para estes efeitos, atualmente, conta-se com o maior fluxo de deslocamentos humanos da história recente, estimando-se em 22,5 milhões de refugiados no mundo, dentre os quais mais da metade têm menos de 18 anos, em um total de 65,6 milhões de seres humanos em deslocamentos forçados, segundo dados do ACNUR (UNHCR, 2017).

De maneira similar, o momentum dos debates ambientais também é único: ao mesmo tempo que o Acordo de Paris de 2015 foi o primeiro tratado mundial assinado por mais de 200 países em que impõe um rigor nas práticas e políticas ambientais nacionais, observa-se um número cada vez mais de catástrofes ambientais. Assim, há que se considerar que há uma parcela dos deslocamentos humanos, não contabilizada nos referidos dados, que tem de abandonar seu lugar de origem, de maneira involuntária, e não quer ou não pode retornar ao seu torrão natal. Trata-se daqueles que o fazem em virtude de desastres ambientais, de origem natural ou humana. Para estes, estimados em 22 milhões, apenas para o ano de 2013 (IDMC, 2014), não há status de refúgio.

Contudo, há discussões acerca da natureza individual do status de refúgio, que incompatibilizariam a conexão com o direito ambiental, por este ser de natureza difusa, de titularidade indeterminada e indivisível (RAMOS; RODRIGUES; ALMEIDA, 2011). Como, então, garantir a proteção destes indivíduos, sem que seja dada a devida proteção jurídica a seu status de deslocamento e sem que se considere que as catástrofes ambientais,

principalmente as causadas por ações antropogênicas, são ensejadoras de migrações forçadas?

De forma a proceder da melhor maneira com a abordagem da temática apresentada, o método de pesquisa adotado será o analítico dedutivo, pela necessidade de se recorrer a uma estratégia de raciocínio descendente, partindo da premissa de que pessoas que se deslocam em virtude de fuga de situações de perigo iminente e/ou constante são refugiadas, a despeito da origem do risco, configurando-se a catástrofe ambiental como a premissa menor para a aferição do status de refúgio. Da mesma maneira, partiremos da pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa.

A natureza jurídica do instituto do refúgio

Aquilo que se toma como natureza individual do status de refúgio vem disposto no art. 1º da Convenção de 1951 Sobre o Estatuto dos Refugiados, que dispõe que refugiado é *qualquer pessoa* que esteja abrangida pelo conceito exposto em seu texto, bastante restrito e específico. Quando da promulgação da Convenção, havia, inclusive, limitações temporais e geográficas para a competência do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, de acrônimo ACNUR – que se formou através da resolução 428 (V) da ONU e que, inicialmente, existiria por apenas 3 anos (UNHCR, 2011).

Esta resolução, fruto de outro texto - a resolução 319 A (IV), referente à 4ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas (UNGA DATABASE, 1949.) – promovia uma definição *ratione personae*, trazendo às recentes estruturas da Organização das Nações Unidas uma conceituação acerca de quem seria o indivíduo a ser protegido pela nova agência especializada (JUBILUT, 2007.).

Inicialmente, em razão de uma limitação geográfica inserida no texto, somente seriam protegidos pela égide do Alto Comissariado os refugiados que tivessem se deslocado em razão da Segunda Guerra Mundial, limite movido pela esperança de que a humanidade, após a intensidade das duas grandes guerras, não mais incidiria em conflitos - expectativa que seria posteriormente frustrada pela Guerra das Coreias²⁷⁴, motivo pelo qual o mandato seria ampliado *ratione temporis*, por mais 5 anos, até que se constituísse em uma agência definitiva (ANDRADE, 2006).

O conceito atual acerca de quem é refugiado no cenário internacional viria disposto, primeiro, em uma Convenção da Organização da Unidade Africana, no ano de 1969 (UNHCR, 1969), a versar especificamente sobre refugiados provenientes de países africanos, e posteriormente seria incorporado

²⁷⁴ A menção à Guerra das Coreias (1950-1953) foi feita apenas para fins de contextualização acerca do momento no qual o ACNUR teve seu mandato ampliado, o que não significa, necessariamente, que outros conflitos concomitantes não serviram também de insumo à ampliação do mandato.

à Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, de 1984, que traria em seu texto que:

La definición o concepto de refugiado recomendable para su utilización en la región es aquella que además de contener los elementos de la Convención de 1951 y el Protocolo de 1967, considere también como refugiados a las personas que han huido de sus países porque su vida, seguridad o libertad han sido amenazadas por la violencia generalizada, la agresión extranjera, los conflictos internos, la violación masiva de los derechos humanos u otras circunstancias que hayan perturbado gravemente el orden público (UNHCR, 1984).

Contudo, apesar de ser o conceito mais completo, além de excluir a categoria dos deslocados internos de conflitos²⁷⁵, falha em abranger os crescentes números de pessoas que saem involuntariamente de seus lugares de origem em virtude de catástrofes naturais: os deslocados ambientais.

Os deslocados ambientais e a natureza jurídica do meio ambiente

Estima-se que até o ano de 2013, 22 milhões de pessoas (IDMC, 2014) tenham se deslocado no mundo inteiro em razão de situações climáticas que tornaram difícil a sobrevivência e/ou permanência no território originário, nesta que tem sido chamada de “A Era do Aquecimento Global” (FINDLAY, 2011). Em virtude de processos ambientais – induzidos por seres humanos ou não – a tendência é a de que tais números se elevem nas próximas décadas, de maneira consequencial à elevação das temperaturas, em decorrência do aquecimento global e outros fenômenos. Uma das previsões mais alarmantes estima que 200 milhões de seres humanos serão forçados ao deslocamento em razão de mudanças no meio ambiente até 2050 (KOSER, 2009).

Tal projeção, no entanto, não revela a complexidade e multiplicidade de eventos que levariam a tais deslocamentos, nem tampouco quais países estariam mais preparados para dar suporte aos fluxos mais numerosos. A imprevisibilidade sobre se os movimentos serão temporários, permanentes, internos ou além-fronteiras, provenientes de danos reversíveis ou irreversíveis seguem, até o presente momento, como incógnitas (KOSER, 2009, p. 153).

Também há resistência por parte dos países, em virtude da impossibilidade de se prever os fluxos migratórios derivados de tais mudanças, acerca de como se definiria a diferença entre quem são os refugiados ambientais e quem seriam simplesmente imigrantes econômicos. Há que se diferenciar o refugiado e o imigrante, através da análise de diversos fatores, que podem ser resumidos em uma expressão: voluntariedade.

²⁷⁵ Pessoas que, mesmo em situação de fuga de conflitos e violações de direitos humanos, permanecem dentro das fronteiras políticas e geográficas de seus próprios países.

O imigrante econômico, embora haja discussões (EVANS; BAUMAN, 2016) acerca da real espontaneidade das intenções de quem abandona seu lugar de origem em busca de uma vida financeiramente melhor para si e sua família, ao menos para fins de conceituação, pode retornar ao seu lugar de origem (UNSD, 2017) – diferentemente do refugiado, que, caso o fizesse, correria risco de vida.

A resistência mencionada, em partes, ocorre em razão de que, ao migrar economicamente, o indivíduo pode fazê-lo em virtude de alterações climáticas que modificaram substancialmente sua forma de subsistência, como já é observado em alguns países da África Subsaariana há algumas décadas (MYERS, 1993).

Somando-se à falta de definição das previsões, também está posto o obstáculo da falta de definição do conceito dos deslocados ambientais como refugiados, uma vez que não estão abrangidos pelos textos internacionais a versarem sobre a temática de refúgio. E um dos motivos pelos quais há certa resistência em ampliar o conceito, a despeito da iminência de uma emergência humanitária sem precedentes, seria uma possível incompatibilidade (RAMOS; RODRIGUES; ALMEIDA, 2011) entre a natureza jurídica individual do instituto do refúgio e a natureza difusa do direito a viver em um meio ambiente saudável e equilibrado.

Para definir, dentro do ordenamento jurídico brasileiro, o que são direitos difusos, utiliza-se comumente a conceituação presente no art. 81 do Código de Defesa do Consumidor, na qual são direitos difusos aqueles “de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato” (BRASIL, 1990).

Já no cenário internacional (RAMOS; RODRIGUES; ALMEIDA, 2011), e especificamente sobre a questão ambiental, a Declaração de Estocolmo Sobre o Ambiente Humano, de 1972, e a Declaração do Rio de Janeiro Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, abordam – de maneira direta ou indireta – a o caráter difuso do instituto, sendo que a segunda traz em seu texto que a proteção ao meio ambiente é de caráter indivisível (ONU, 1992).

Neste sentido, Lobry (2008) preceitua que:

Les réfugiés écologiques apparaissent comme les victimes d'une atteinte collective et grave à l'environnement. En premier lieu, ils sont les victimes d'une atteinte collective: en effet, les experts ne parlent pas de réfugié écologique ou singulier mais au pluriel, car toute atteinte environnementale touche la communauté dans son ensemble que ce soit au niveau local régional ou international. Une atteinte à l'environnement ne saurait toucher un seul homme en particulier, un environnement sain étant un élément indispensable à la survie de tous (LOBRY, 2008).

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima estabeleceu em 2013 o Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos, criado na Conferência das Partes (COP19). O mecanismo de 2013 foi

configurado como um meio para lidar com o aquecimento global, considerando que, mesmo após a redução das emissões de gases e a adaptação das populações às novas condições climáticas, ainda haveria problemas em infraestrutura dos ecossistemas, devido à ineficácia das nações em lidar com as alterações do clima, tornando a conexão entre deslocamento humano e mudanças climáticas não apenas clara, mas inevitável. Estima-se que pelo menos 5 países desapareçam devido ao aumento do nível do mar nos próximos 20-30 anos, principalmente na região do Pacífico (LOCKE, 2009).

A viabilidade da ampliação diante da essencialidade da abrangência conceitual

Ao tratarmos, portanto, da proteção internacional conferida a refugiados, em virtude da impossibilidade de retornarem ao seu país de origem, por possuírem fundado risco de morte ou perseguição, o bem maior tutelado por tal definição é a vida, que é central aos documentos internacionais em Direitos Humanos, como é o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu art. 3º (ONU, 1948).

Logo, se o objetivo do instituto do refúgio é proteger a vida daqueles que deixam seus lugares de origem sem qualquer traço de voluntariedade em sua fuga, o conceito deve também abranger aqueles que são vítimas de catástrofes, pois, para eles, não há voluntariedade, da mesma forma. Tal posicionamento está de acordo com as Convenções sobre mudanças climáticas estabelecidas nas duas primeiras décadas do século XX, ao conferir proteção às populações afetadas por desastres ambientais e suas consequências econômicas.

Além disso, o desmatamento, os terremotos, os ciclones, as tempestades e um aumento impressionante no nível do mar - com a trágica perspectiva de destruição de todo o arquipélago de Tuvalu-, são apenas alguns exemplos de como a mudança climática pode ser agressiva. Em um século em que ocorreram grandes incidentes ambientais - como o terremoto no Haiti de 2010, o "Super El Niño", em 1998 (MCPHADEN, 1999), e as enchentes do verão no rio Yangtze, também em 1998 (IDMC, 2015), gerando fluxos de milhões de pessoas deslocadas internamente e internacionalmente, ou os acontecimentos relativos à quebra da barragem de Samarco em Mariana²⁷⁶, no Brasil - - uma tragédia provocada pela ação humana, em que, embora apenas haja pessoas internamente

²⁷⁶ Insta salientar que o colapso da barragem de Samarco no Brasil gerou um fluxo de pessoas internamente deslocadas. Como não houve cruzamento de fronteira devido ao dano ambiental, não pode ser concluído que as vítimas sejam abraçadas pela definição de refúgio, aqui proposta para outros migrantes, porque um dos limites materiais específicos da conceituação do instituto jurídico de refúgio é ter, necessariamente, fronteiras cruzadas. Isso não prejudicaria os argumentos aqui apresentados, sobre o alargamento do termo, porque os indivíduos que migram involuntariamente dentro das fronteiras e não têm intenção de voltar para o seu local de origem devido ao medo da morte ou da perseguição pertencem à categoria de pessoas internamente deslocadas.

deslocadas - não há como evitar o debate sobre a necessidade de uma maior cobertura de proteção de refugiados para vítimas de tragédias ambientais.

Em um período histórico no qual grandes incidentes ambientais ocorrem - como o terremoto do Haiti, de 2010, gerando fluxos de deslocados internacionais, ou na hipótese do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, tragédia provocada pela ação humana, na qual, embora não haja deslocados internacionais, houve fluxo de deslocados internos – não há como evitar o debate sobre a necessidade de maior abrangência da proteção aos refugiados.

Sendo assim, caso ocorra uma ampliação – vital e necessária – do conceito de refúgio, de modo a abranger os indivíduos que fogem de alterações climáticas que coloquem em risco sua sobrevivência, deverá haver também uma ampliação da natureza jurídica do status de refúgio, de forma a que, considerando-se que as gerações descendentes dos acordos sobre o clima e o meio ambiente serão afetadas coletivamente, sem distinção, seja incluída na definição legal de quem são os refugiados do século XXI, também, a natureza difusa do instituto.

Ademais, como preceitua Sarlet (2009), ao não conferir diferentes diálogos aos direitos de natureza individual, como uma eventual abrangência coletiva em seu bojo, restringir-se-iam tais direitos, tornando difícil sua interpretação e conferindo viés de paradoxalidade aos institutos de matriz individual. Da mesma forma, Goodwin-Gill e McAdam (2007) prescrevem que:

Where large groups are seriously affected by a government's political, economic, and social policies or by the outbreak of uncontrolled communal violence, it would appear wrong in principle to limit the concept of persecution to measures immediately identifiable as direct and individual (GOODWIN-GILL; MCADAM, 2007)²⁷⁷.

Não se pode, sendo assim, definir que, mesmo para aqueles direitos que são individuais, que o seriam *sempre*, em sua interpretação – embora o escopo do presente trabalho não seja adentrar na especificidade interpretativa, mas sim na ausência de abrangência conceitual.

Então, sobre a amplitude do conceito, há duas possibilidades que viabilizam a proteção dos deslocados ambientais, dentro dos arranjos institucionais de amparo ao refúgio: ampliar a natureza jurídica do conceito, ou desconsiderar a restritividade conceitual, quando de sua aplicação prática dentro das instituições destinadas à proteção de indivíduos em situação de refúgio.

Assim, faz-se relevante a menção a um trecho de decisão da Corte de Cassação Italiana (ITÁLIA, 1979), sobre a não existência de incompatibilidade

²⁷⁷ Onde os grandes grupos são seriamente afetados pelas políticas, econômicas e sociais de um governo ou pelo surgimento de violência comunal descontrolada, pareceria errado, em princípio, limitar o conceito de perseguição a medidas imediatamente identificáveis como diretas e individuais (Tradução Nossa).

entre a aplicação de um direito de natureza difusa, simplesmente por não o ser atribuível em exclusividade:

Non può essere negata tutela a chiunque sia interessato in relazione a un bene giuridicamente protetto per la sola ragione che questo non appare attribuito né attribuibile a lui in modo esclusivo. La prospettiva secondo la quale vi è protezione giuridica soltanto in caso di collegamento esclusivo fra un bene (o una frazione di esso) ed un solo determinato individuo, o un gruppo personificato – e quindi assimilato all'individuo - è condizionata da un'impostazione di tipo patrimoniale della giuridicità e rischia di mortificare in ragione del condizionamento l'irresistibile tendenza all'azionabilità delle pretese (ITÁLIA, 1979)²⁷⁸.

Ou seja, o condicionamento material imposto pelas convenções internacionais não deve asfixiar o direito à proteção que deve ser garantido também aos deslocados ambientais, pois fazê-lo, seria negá-los também à proteção do direito à vida.

Ademais, privar alguém de status legal sobre sua própria situação, qual seja, constitui uma anulação da própria existência, conforme priva este ser humano de seu senso de pertencimento à comunidade em que se insere, pois deixa de ser e passa a meramente existir (ARENDRT, 1976, p. 301)²⁷⁹.

Porém, como nosso propósito é inferir que há necessidade legal de ampliação da natureza jurídica do status de refúgio, de forma a abranger uma eventual proteção coletiva, devemos recorrer aos princípios presentes na Carta das Nações, que refletem os de *jus cogens* (UNITED NATIONS, 1969)²⁸⁰, normas primordiais e peremptórias que todas as nações devem respeitar. Essas normas derivam de uma inspiração de cooperação humana, presente no Artigo 1 da Carta. A integração para resolver problemas de caráter humanitário é uma das bases do sistema jurídico internacional, assim como o é o direito à vida - uma norma inderrogável, com eficácia *erga omnes* em relação à comunidade internacional.

²⁷⁸ Não pode ser negada tutela a qualquer um que esteja interessado em relação a um bem juridicamente protegido pela única razão de que este não parece ser atribuível a alguém de modo exclusivo. A perspectiva segundo a qual somente há proteção jurídica na hipótese de haver ligação exclusiva entre um bem (ou uma fração dele) a apenas um indivíduo determinado, ou a um grupo personificado – e, em seguida, assimilado ao indivíduo – é condicionada a um padrão material de juridicidade, e arrisca asfixiá-la, em razão do condicionamento à tendência irresistível à exigibilidade da pretensão (material) (Tradução Nossa).

²⁷⁹ The human being who has lost his place in a community, his political status in the struggle of his time, and the legal personality which makes his actions and part of his destiny a consistent whole, is left with those qualities which usually can become articulate only in the sphere of private life and must remain unqualified, mere existence in all matters of public concern.

²⁸⁰ A definição de *jus cogens* aparece no artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, que versa que “a peremptory norm of general international law is a norm accepted and recognized by the international community of States as a whole as a norm from which no derogation is permitted and which can be modified only by a subsequent norm of general international law having the same character”.

Considerando que o grupo de pessoas deslocadas ambientais está sob condições ameaçadoras, assim como os refugiados de conflitos armados e perseguições políticas, a falta de cobertura do conceito de refugiado não é apenas uma questão teórica, mas, em última instância, uma ameaça às normas imperativas *jus cogens*, uma vez que não dá proteção humanitária a um grupo com graves riscos de violações dos direitos humanos, devido à sua condição de deslocamento involuntário.

A obrigação de proteger pessoas em situação de vulnerabilidade foi reafirmada na *Millenium Declaration*, que afirma que:

We (heads of State and Government) will spare no effort to ensure that children and all civilian populations that suffer disproportionately the consequences of natural disasters, genocide, armed conflicts and other humanitarian emergencies are given every assistance and protection so that they can resume normal life as soon as possible.

Isso denota que crianças e civis afetados por catástrofes naturais e emergências humanitárias de outros tipos devem ser atendidos e protegidos em equivalência. O mesmo documento infere, sob o mesmo tópico, que, como meio to reaffirm our [the Nations] commitment to the purposes **and principles** of the Charter of the United Nations”, shall “expand and strengthen the protection of civilians in complex emergencies, in conformity with international humanitarian law.

Por conseguinte, podemos admitir que existe fundamentação legal para a expansão do conceito de refúgio para abranger o deslocamento ambiental, uma vez que esta Declaração coloca as vítimas de catástrofes naturais sob a mesma rede de proteção que aqueles indivíduos que estão incluídos no conceito padrão de refugiado, trazido pela Convenção de 1951, ampliado pela Declaração de Cartagena de 1984 – endossada pelo Pacto Cartagena+30 – e, portanto, há diretrizes para a produção de uma nova legislação, mais aprofundada, sobre o deslocamento humano relacionado às mudanças climáticas, apesar das reivindicações de incompatibilidade entre os institutos legais acima mencionados.

Conclusões

A Segunda Guerra Mundial afetou quase todos os atores globais do século XX, e os fluxos de migrantes levaram a uma remodelação dos conceitos de refúgio, migração e apátrida. A humanidade ainda não enfrentou outro catalisador de direito internacional impulsionado por ações antropogênicas de tais proporções desde então.

Mas, tendo em conta as previsões alarmantes sobre mudanças climáticas – causadas por seres humanos ou não -, o lapso temporal para remodelar o conceito do status de refúgio, para abraçar pessoas deslocadas por questões

ambientais, parece escasso, em decorrência dos prospectos que apontam uma população que provavelmente aumentará nas próximas décadas, o que implica diretamente, também, que deve haver um aumento na capacidade institucional e normativa de resposta à situação das pessoas deslocadas por esses eventos, no presente e no futuro.

Os dados mais alarmantes sobre o deslocamento incluem uma variedade de localidades que provavelmente desaparecerão, devido ao aumento do nível do mar e, ainda, há uma falta de abrangência do quadro legal quando se trata desses indivíduos que devem abandonar involuntariamente seus lugares de origem devido a questões ambientais. Até o ano de 2050, o contingente de 200 milhões de pessoas deslocadas será uma realidade e não mais um número nas páginas de relatórios acadêmicos.

No entanto, embora estejamos, como a humanidade, nos aproximando rapidamente do clímax do aquecimento global, a necessidade de revisão legal não acompanha a velocidade das mudanças climáticas, apesar das reivindicações urgentes das pessoas mais afetadas pelas catástrofes. E, até o presente momento, os especialistas não conseguem prever quais partes do território global serão mais afetadas por tais mudanças.

Uma parte da comunidade global é reticente quanto à ampliação do termo refugiado pelo motivo de que ainda é impossível saber de onde os fluxos de pessoas deslocadas afetadas pelo meio ambiente partirão. Mas, como o aquecimento global não escolhe os países com base em viés econômico, o que essas nações parecem ignorar é que sua população pode estar entre esses números. E quando isso acontecer, a humanidade precisa de um quadro normativo estável.

Embora haja espaço para discussão interpretativa relevante sobre se o sistema de justiça internacional é adequado, jurisdicionalmente, à ampliação hermenêutica do conceito - e isso inclui conferir diferentes diálogos ao cenário legal atual, como afirmou Sarlet (2009) –, faz-se necessário também discutir sobre o direito internacional material. Existe um grande grupo de potenciais pessoas deslocadas com um apelo urgente por seus direitos, que não estão sendo atendidas por convenções internacionais. E estas são as vítimas de catástrofes naturais.

O argumento de que existe uma lacuna entre a natureza jurídica - como direito individual - sobre a concessão do estatuto de proteção aos refugiados e o caráter difuso e coletivo do meio ambiente, apesar das controvérsias provocadas pela imprevisibilidade das perspectivas climáticas - não deve impedir que organizações internacionais enfrentem a urgência do assunto. Este argumento, da mesma maneira, não deve prevalecer, na medida em que a proteção das pessoas em risco de ter sua integridade pessoal afetada por circunstâncias externas deve ser cumprida.

Além disso, existem diretrizes normativas para a expansão do conceito, como a *Millennium Declaration*, que nominalmente designa aqueles que

deverão ser atendidos pela rede mundial de proteção de refugiados, incluindo também aqueles que deixam seus lugares de origem devido a desastres ambientais sob o mesmo paradigma, o que significa que a proteção de indivíduos em situação de vulnerabilidade - independentemente de qual situação causou a vulnerabilidade - deve ser uma prioridade, quando se trata de direitos humanos.

Deduzir que os direitos humanos básicos devem ser restritos de tal maneira é concluir que todas as provas fornecidas por relatórios e produção científica acerca da gravidade da questão ambiental são irrelevantes para a produção normativa. Confiar unicamente em bases teóricas que impedem que o quadro jurídico seja expandido e negligenciar a maneira como o meio ambiente está intrinsecamente relacionado aos direitos humanos é negar a natureza inderrogável do direito à vida.

Referências

- ANDRADE, J. H. F. **A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas**: sua gênese no período pós-guerra (1946 – 1952). 2006. 327f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- ARENDRT, H. **The origins of totalitarianism**. San Diego: A Harvest Book; Harcourt Brace & Company, 1976.
- BATES, D. C. Environmental refugees?: classifying human migrations caused by environmental change. **Population & Environment**, Netherlands, v. 23, n. 5, p. 465-477, 2002.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- CONGIU, S. Jus cogens: the history, challenges and hope of ‘A Giant On Stilts’. **Plymouth Law and Criminal Justice Review**, n. 1, 2015. Disponível em: <[http://www.plymouthlawreview.org/vol7/congui%20final%20\(1\).pdf](http://www.plymouthlawreview.org/vol7/congui%20final%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- COURNIL, C. A la recherche d’une protection pour les « réfugiés environnementaux »: actions, obstacles, enjeux et protections. **Revue Asylon(s)**, n. 6, 2008. Disponível em: <<http://www.reseau-terra.eu/article843.html>>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- CARMO, F. F. et al. Fundão tailings dam failures: the environment tragedy of the largest technological disaster of Brazilian mining in global context. **Perspectives in Ecology and Conservation**, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, n. 3, p. 145-151, 2017.
- EVANS, B.; BAUMAN, Z. The refugee crisis is humanity’s crisis. **The New York Times**, New York, NY, 02 maio 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/05/02/opinion/the-refugee-crisis-is-humanitys-crisis.html>>. Acesso em: 07 jul. 2017.
- FINDLAY, A. M. Migrant destinations in an era of environmental change. **Global Environmental Change**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, Supl. 1, p. S50-S58, 2011.
- GOODWIN-GILL, G. S.; MCADAM, J. **The refugee in international law**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- IDMC – INTERNATIONAL DISPLACEMENT MONITORING CENTER. **Global estimates 2015**: people displaced by disasters. Geneva, 2015. Disponível em:

- <<http://www.internal-displacement.org/assets/library/Media/201507-globalEstimates-2015/20150713-global-estimates-2015-en-v1.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2017.
- _____. **At a glance:** global estimates 2014: people displaced by disasters. Geneva, 2014. Disponível em: <<http://www.internal-displacement.org/assets/library/Media/201409-globalEstimates-2014/At-a-glance-global-estimates-2014-17Sept2.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- ITÁLIA. Corte Suprema di Cassazione. **Cass., s.u., 5172/70, de 6 de outubro de 1979:** persona e ambiente. Roma, 1979. Disponível em: <<https://www.personaedanno.it/articolo/cass-civ-sez-un-6-ott-1979-n-5172-persona-e-ambiente-rr>>. Acesso em: 09 jul. 2017.
- JAMES, R. et al. Characterizing loss and damage from climate change. **Nature Climate Change**, v. 4, n. 11, p. 938, 2014.
- JUBILUT, L. L.; APOLINÁRIO, S. M. OS. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. **Revista Direito GV**, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 275-294, 2010.
- _____. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordeamento jurídico brasileiro.** São Paulo, SP: Método, 2007.
- KOSER, K. Why migration matters. **Current History**, USA, v. 108, n. 717, p. 152, 2009.
- LOBRY, D. Pour une définition juridique des réfugiés écologiques: réflexion autour de la qualification juridique de l'atteinte a l'environnement. **Revue Asylon(s)**, n. 6, 2008. Disponível em: <<http://www.reseau-terra.eu/article846.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- LOCKE, J. T. Climate change- induced migration in the Pacific Region: sudden crisis and long- term developments. **The Geographical Journal**, Oxford, v. 175, n. 3, p. 171-180, 2009.
- LONERGAN, S. The role of environmental degradation in population displacement. **Environmental Change and Security Project Report**, Washington, DC, v. 4, n. 6, p. 5-15, 1998.
- MCCUE, G. S. Environmental refugees: Applying international environmental law to involuntary migration. **Georgetown International Environmental Law Review**, New York, NY, v. 6, p. 151, 1993.
- MCPHADEN, M. J. El Niño: the child prodigy of 1997-98. **Nature**, London, v. 398, n. 6728, p. 559-562, 1999.
- MYERS, N. Environmental refugees in a globally warmed world. **Bioscience**, Uberlândia, MG, v. 43, n. 11, p. 752-761, 1993.
- OJIMA, R.; NASCIMENTO, T. T. Meio ambiente, migração e refugiados ambientais: novos debates, antigos desafios. In: ENCONTRO. NACIONAL DA ANPAS, 4., 2008, Brasília, DF. **Anais...** São Paulo, SP, ANPAS, 2008.
- ONU. **Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Brasília, DF, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- _____. **Convenção (1951). Convention relating to the status of refugees (n. 2545).** treaties and international agreements registered or filed and recorded with the Secretariat of the United Nations. New York, NY, 1954.
- _____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Brasília, DF, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 09 jul. 2017.
- RAMLOGAN, R. Environmental refugees: a review. **Environmental Conservation**, New York, NY, v. 23, n. 1, p. 81-88, 1996.
- RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. **60 anos de ACNUR.** São Paulo, SP: Editora CLA Cultural, 2011.
- RAMOS, A. C. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional.** São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado Editora, 2009.

UNGA DATABASE – UN GENERAL ASSEMBLY DATABASE. **Resolution 319 (IV) on refugees and stateless persons (3 dec. 1949).** New York, NY, 1949. Disponível em:

<<https://documents-dds>

[ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/051/38/IMG/NR005138.pdf?OpenElement](https://documents-dds.ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/051/38/IMG/NR005138.pdf?OpenElement)>.

Acesso em: 13 jul. 2017.

UNHCR. **Figures at a Glance.** Geneva, 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/uk/figures-at-a-glance.html>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. **Resettlement handbook:** division of international protection. Geneva, 2011. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/46f7c0ee2.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Declaración de cartagena sobre los refugiados.** Geneva, 1984. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/about-us/background/45dc19084/cartagena-declaration-refugees-adopted-colloquium-international-protection.html>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **OUA Convention governing the specific aspects of refugee problems in Africa.** Geneva, 1969. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/about-us/background/45dc1a682/oua-convention-governing-specific-aspects-refugee-problems-africa-adopted.html>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNITED NATIONS. **United Nations millennium declaration.** New York, NY, 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

UNSD. **International migration:** concepts and definitions. New York, NY, 2017. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/migration/migrmethods.htm#B>>.

Acesso em: 07 jul. 2017.

WESTING, A. H. Environmental refugees: a growing category of displaced persons. **Environmental Conservation**, Cambridge, v. 19, n. 3, p. 201-207, 1992.

**ELEMENTOS PARA (RE)PENSAR A MOBILIDADE
HUMANA: GLOBALIZAÇÃO, NOVOS FLUXOS
MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Êmily de Amarante Portela
Simone Andrea Schwinn

Diante de um cenário global marcado pelas crises político-financeiras e catástrofes ambientais, tem-se assistindo, recentemente, à reconfiguração dos fluxos migratórios. Para que haja o atendimento às novas demandas oriundas destas problemáticas, postula-se um maior comprometimento dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas na tentativa de alinhamento com os pressupostos internacionais de proteção aos direitos humanos.

Ao resgatar elementos das migrações internacionais na construção do conceito de mobilidade humana, o presente capítulo abordará, primeiramente, uma breve discussão sobre as influências que o processo de globalização exerce nas novas rotas migratórias diante dos dados expostos. Em seguida, far-se-á uma breve análise do novo desenho das diretrizes das políticas públicas relativas à proteção desta população vulnerável, tendo em vista os desafios econômicos, culturais, sociológicos e políticos impostos pela contemporaneidade.

Globalização *versus* migrações internacionais

O processo de globalização, acentuado nas últimas décadas, está intrinsecamente relacionado ao aumento do fluxo de bens, serviços, capitais e transportes. A facilitação da locomoção e da mobilidade, a partir destes fatores, contribuiu para que um crescimento não tão proporcional, mas significativo, dos fluxos de pessoas entre os Estados fosse registrado.

Quando se analisam os conceitos abarcados pela lógica do processo de globalização, como por exemplo, a homogeneização, a desterritorialização, a transformação e a fragmentação das identidades coletivas, observa-se uma mistura complexa de fenômenos contraditórios, onde são interpeladas subjetividades e tradições, mudanças globais e locais. A interconexão entre o local e o global proporciona um redimensionamento das noções de espaço e tempo, onde estas duas esferas influenciam-se reciprocamente.

O fenômeno da globalização é analisado por várias óticas, as quais destacam seus avanços e suas debilidades. Conforme assinala Ianni (1995), a globalização não se caracteriza por ser um processo homogêneo, mas sim de diferenciação em outros níveis, diversidades com outras potencialidades, desigualdades e outras forças.

Na mesma linha de pensamento, Giddens (1990) observa que a globalização é vista como um processo de intensificação de relações sociais em

escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira, que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Algumas interpretações observam que a globalização não é incompatível com a diversidade cultural, podendo coexistir com a heterogeneidade e pluralidade das diversas culturas existentes no planeta. Outras compreendem que esse processo é um mal econômico que possui consequências nocivas para os países mais pobres em vias de desenvolvimento, atribuindo destaque à ocidentalização e à expansão do capitalismo sob diversas formas de dominação política e econômica.

Além disto, existem associações do fenômeno com o fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética ocasionada pela Guerra Fria e, nesse contexto, dá-se ênfase ao surgimento de movimentos sociais ecológicos, étnicos e de mulheres; à descentralização da produção, por meio desterritorialização das empresas multinacionais, à fragmentação das grandes ideologias; ao surgimento das primeiras manifestações de uma sociedade civil mundial e de uma cidadania planetária (VIEIRA, 2004).

As mudanças políticas, econômicas e culturais bem como os avanços tecnológicos nos sistemas de informação, transporte e comunicações contribuíram para a emergência de uma economia global crescentemente integrada, com mercados nacionais crescentemente interdependentes. Apesar deste cenário liberal e dinâmico de integração econômica, observa-se que, na realidade, a globalização apresenta diferentes reflexos nos países²⁸¹, reforçando a ideia de que as regras do jogo da globalização não se aplicam à migração internacional²⁸², devido ao fato de o capital financeiro e o comércio fluírem livremente e a mão-de-obra se mover a conta-gotas (MARTINE, 2005).

O aumento exacerbado nos fluxos migratórios mundiais alcançou um novo patamar com a colonização realizada pela Europa, a partir do século XVI e, sobretudo, com os grandes fluxos migratórios europeus de meados do século XIX até a Primeira Guerra Mundial (FARIA, 2015). Conseqüentemente, isso colaborou para que as migrações sejam consideradas um aspecto central da globalização e um componente integral dos espaços globais, onde, recentemente, a ideia de mobilidade²⁸³ foi ampliada em vários setores que abarcam tanto o

²⁸¹ La proliferación de nuevos flujos migratorios se inscribe en las consecuencias del modelo de globalización instalado, que por sus características asimétricas, monopólicas y excluyentes, ha profundizado la brecha económico-social entre los países y dentro de algunos países que se han transformado en grandes expulsores de población (MÁRMORA, 2010, p.74).

²⁸² O processo de globalização em marcha acabou com os limites geográficos, mas não eliminou a fome, a miséria e os problemas políticos de milhões de globalizados que vivem abaixo da linha de pobreza. Afastados dos centros das decisões pelos princípios excludentes do neoliberalismo, os indivíduos, limitados na própria capacidade de compreensão dos conceitos neoliberais, não encontram pontos de referência para tornarem-se agentes de influência política no processo global (HAMMES; PELLEGRINI, 2010, p.315).

²⁸³ No ano de 2015, em sua mensagem sobre o Dia Internacional dos Migrantes, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) na época, Ban Ki-moon, falou sobre as tragédias marítimas, onde milhares de migrantes perderam a suas vidas, das políticas xenófobas e das retóricas alarmistas. Também

fluxo de bens, serviços e informações quanto o de pessoas. Sobre o debate das migrações, Firmeza (2007) assinala que este pode ser agrupado em alguns eixos principais de análise, a saber: as causas das migrações, a garantia dos direitos humanos para as populações migrantes, as migrações sob a perspectiva da segurança nacional e os efeitos das migrações sobre o desenvolvimento econômico e social nos países de origem e destino.

Neste cenário, importante fazer a exposição de algumas distinções essenciais de nomenclatura/conceito para que não haja confusões, já que todo refugiado é um migrante, mas nem todo migrante é um refugiado. Com o objetivo de buscar segurança e preservar a própria vida, os refugiados são pessoas que cruzam fronteiras internacionais na tentativa de escapar de conflitos armados, que possuem fundado temor de perseguição e que sofrem generalizadas violações de direitos humanos.

A Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu protocolo de 1967, assim como a Convenção da OUA (Organização da Unidade Africana) – pela qual se regularam os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África em 1969 – ou a Declaração de Cartagena de 1984 sobre os Refugiados são os principais instrumentos internacionais de proteção desta população²⁸⁴.

Um dos princípios fundamentais estabelecidos no direito internacional, o “*Non Refoulement*”, é que os refugiados não devem ser expulsos ou devolvidos a situações em que sua vida e liberdade estejam sob ameaça. Segundo as normas de direito internacional, os refugiados possuem a proteção contra a devolução aos perigos dos quais eles já fugiram; o acesso aos procedimentos de asilo justos e eficientes; e medidas que garantam que seus direitos humanos básicos sejam respeitados e que lhes seja permitido viver em condições dignas e seguras que os ajudem a encontrar uma solução a longo prazo. Os Estados têm a responsabilidade primordial desta proteção. Em contrapartida, os “migrantes” são pessoas que escolhem se deslocar, não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, para reunião familiar ou por outras razões. A distinção se faz necessária em virtude da diferença no trato que estas categorias recebem das políticas governamentais. Isso significa que os países tratam os migrantes de acordo com sua própria legislação nacional, e os refugiados, por possuírem salvaguardas legais específicas, são tratados de

destacou a importante adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, onde os líderes mundiais prometeram proteger os direitos laborais dos trabalhadores migrantes, combater as redes criminosas de tráfico humano transnacionais e promover uma boa regulação da migração e da mobilidade. Além disso, ressaltou a importância dos esforços para o ensejo de um novo pacto global sobre a mobilidade humana que contemple uma cooperação entre os países de origem, de trânsito e de destino, visando o pleno respeito dos direitos humanos dos migrantes, independentemente do seu estatuto.

²⁸⁴ Ao se observarem as raízes dos Direitos Humanos, deve-se levar em conta os paradoxos ocasionados pela sua vinculação com a concepção universalista e ocidental e suas consequências ao serem aplicados em países do Sul Global (BAGGIO, 2017).

acordo com critérios e normas internacionais estabelecidos por convenções vinculantes.

Quando se analisam as migrações no cenário mundial, deve-se levar em conta que estas não são fatos inéditos na história²⁸⁵, isto é, pessoas sempre se deslocaram motivadas, a partir dos condicionantes endógenos, como por exemplo, as crises econômicas, perseguições políticas e religiosas, guerras e catástrofes ambientais; e também, a partir de condicionantes exógenos, como por exemplo, qualidade de vida, educação, oportunidades laborais, etc. As formas de recepção e acolhimento destas populações pelos Estados variam de acordo com políticas discricionárias, onde, concomitantemente, assiste-se a um processo de assimilação e outro de segregação, onde a subjetividade e a vulnerabilidade do ser imigrante é flagrantemente exposta.

Por serem vulneráveis, sofrem inúmeras situações discriminatórias, onde se submetem às condições de abuso, exploração e violações de direitos humanos. Paralelamente a este processo, assistiu-se o fortalecimento de preconceitos xenófobos e estereótipos fomentados pelo medo, pela incerteza e pela insegurança que, através de um olhar ético silencioso²⁸⁶, propiciaram uma “cegueira moral²⁸⁷”, do indivíduo e do poder público, em relação à população migrante:

Refugiados da bestialidade das guerras, dos depotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos. Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram – como são agora - estranhos. Estranhos tendem a causar ansiedade por serem “diferentes” – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar (BAUMAN, 2017, p. 14).

Apesar da evolução dos meios de transporte, do maior fluxo de informações e da livre circulação de bens, serviços e transportes, paradoxalmente, no mundo contemporâneo foi criada uma categoria de indivíduos que são repelidos pelo regime moderno de controle de fronteiras, cujas técnicas cada vez mais sofisticadas impossibilitam, na prática, seu deslocamento (FARIA, 2015). Em grande parte dos países do norte global, as

²⁸⁵ Conforme assinalam Illes e Ventura (2012), “Migrar é um direito humano. Qualquer um de nós já migrou ou pode migrar um dia. O verbo do estrangeiro é estar, não ser. No fundo, o estrangeiro não existe, ou somos nós mesmos, por vezes até em nossa pátria”.

²⁸⁶ “Corremos a ajudar vítimas de uma catástrofe numa suspensão momentânea de nossa rotina cotidiana habitual, num estilo carnavalesco, apenas para retornar a essa rotina após o envio do cheque. A própria brevidade do apelo nos tira do equilíbrio e da equanimidade e nos estimula à ação (tão breve quanto o apelo). Sob a tirania do momento, porém, instala-se a “fadiga da compaixão”, esperando que um novo choque venha rompê-la, mais uma vez por um momento fugaz” (BAUMAN; DONSKIS, p. 55, 2014).

²⁸⁷ A desumanização abre caminho à exclusão da categoria de seres humanos legítimos, portadores de direitos, e leva, com nefastas consequências, à passagem do tema da migração da esfera da ética para a das ameaças à segurança, prevenção e punição do crime, criminalidade, defesa da ordem e, de modo geral, ao estado de emergência comumente associado à ameaça de agressão e hostilidades militares (BAUMAN, 2017, p. 84).

políticas públicas de regulação migratória são estritamente seletivas no que diz respeito ao perfil dos imigrantes, onde certas categorias são privilegiadas em detrimento de outras. Ou seja, a entrada de imigrantes é condicionada, principalmente, em acórdância à estratégia de desenvolvimento destes países, com o objetivo de incorporar mão-de-obra qualificada ou suprir alguma necessidade emergencial.

Alguns dados sobre as migrações internacionais

A interdependência global, que caracteriza a contemporaneidade, contribuiu para o aumento e a diversificação dos fluxos migratórios. Contrariamente às generalizações que se fazem sobre o tema, é válido considerar os impactos gerados, pela recente mudança nas direções das rotas migratórias, onde se constatou que a maioria dos migrantes advindos de países do hemisfério sul deslocou-se para outros países do hemisfério sul. De acordo com um estudo realizado em 2005, cerca de 58,4 milhões de migrantes oriundos de países em desenvolvimento (55%) deslocou-se para outros países em desenvolvimento, contra 55,9 milhões (48%), que se deslocaram para países desenvolvidos, e apenas 1,5 milhão (1,3%) migrou para países com economias de transição (FGV, 2012).

O Relatório Internacional sobre as Migrações²⁸⁸ da Organização Internacional para as Migrações (OIM) de 2015 e o *Global Trends Forced Displacement in 2016*, publicado em 2017 pelo ACNUR, informam que em todo mundo, o número de migrantes internacionais continuou a crescer rapidamente nos últimos anos, 173 milhões no ano 2000, 222 milhões em 2010 e, em 2015, cerca de 244 milhões. Cerca de dois terços de todos os migrantes internacionais vivem na Europa (76 milhões) ou na Ásia (75 milhões). A América do Norte hospedou o terceiro maior número de migrantes internacionais (54 milhões), seguidos por África (21 milhões), América Latina e Caribe (9 milhões) e Oceania (8 milhões).

Em 2015, dois terços (67 por cento) de todos migrantes internacionais estavam vivendo em apenas vinte países. O maior número de migrantes (47 milhões) residia nos Estados Unidos da América (19% do total do mundo). A Alemanha e a Rússia hospedaram o segundo e terceiro maiores números (12 milhões cada), seguido pela Arábia Saudita (10 milhões). Outro dado importante diz respeito ao fato da maioria dos migrantes de todo o mundo ser originária de países com renda média (157 milhões em 2015) e que, no período entre 2000 e 2015, essa média aumentou comparativamente aos outros grupos de países. Entre os anos de 2000 e 2015, a migração líquida positiva representou cerca de 42% do crescimento populacional da América do Norte e 32% da Oceania. Na

²⁸⁸Relatório completo disponível em: <<https://www.iom.int/world-migration-report-2015>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Europa, se não houvesse redes líquidas positivas de migração, o tamanho da população teria caído significativamente. (OIM, 2015).

Quando se fala especificadamente sobre o número de refugiados, a realidade é mais complexa. O número de refugiados atingiu seu mais alto nível desde a Segunda Guerra Mundial²⁸⁹, isto porque a estimativa do número total no mundo é de 22,5 milhões, representando uma grande parcela de todos os migrantes internacionais. Segundo dados apresentados no Relatório de Tendências Globais sobre Deslocamentos Forçados (2017), no final de 2016, cerca de 65,6 milhões de indivíduos sofreram deslocamento forçado devido a perseguições, conflitos, violências ou violações de direitos humanos. Isso significa um aumento de 300 mil pessoas em relação ao ano anterior²⁹⁰.

Apesar de muitos países europeus adotarem o discurso do “fardo da imigração” sobre a grande quantidade de pessoas que estão adentrando em seu território, pode-se observar que, os países que mais hospedam refugiados são: A Turquia²⁹¹ (2,9 milhões); o Paquistão (1,4 milhões); o Líbano (1,0 milhão); a República Islâmica do Irã (979, 400), Uganda (940, 800) e Etiópia (791, 600). Segundo dados do relatório de 2015, a maioria dos migrantes em todo o mundo está em idade de trabalho. Em 2015, 72% de todos os migrantes internacionais tinham entre 20 e 64 anos, em comparação com 58% da população total. Apesar do fato de grande parte dos migrantes internacionais viver em países de renda

²⁸⁹ A chamada “crise migratória” tem sido vista como uma manifestação da dificuldade dos governos em dar uma resposta às situações apresentadas e às demandas emergenciais (MÁRMORA, 2010).

²⁹⁰ Over the past two decades, the global population of forcibly displaced people has grown substantially from 33.9 million in 1997 to 65.6 million in 2016, and it remains at a record high. Most of this increase was concentrated between 2012 and 2015, driven mainly by the Syrian conflict. But this rise also was due to other conflicts in the region such as in Iraq and Yemen, as well as in sub-Saharan Africa including Burundi, the Central African Republic, the Democratic Republic of the Congo, South Sudan, and Sudan. The increase of recent years has led to a major increase in displacement: from about 1 in 160 people a decade ago to 1 in 113 today. [...] During 2016, 10.3 million people were newly displaced, including 3.4 million who sought protection abroad and 6.9 million people who were forced to flee but remained in their own countries. These 10.3 million new displacements equated to an average of 20 people being newly displaced every minute of every day in 2016. Still, many others returned to their countries or areas of origin to try to rebuild their lives, including 6.5 million internally displaced people (IDPs) and over 550,000 refugees (UNHCR, 2017, p. 5).

²⁹¹ Com a justificativa de combate ao tráfico humano, em 2017, um acordo polêmico entre a União Europeia e a Turquia foi estabelecido. Mesmo contrariando pressupostos de proteção internacional, em tal dispositivo ficou determinado que a Turquia, mesmo com a promessa de assistência financeira por parte da UE, deve receber de volta os imigrantes que adentram na Grécia. Em troca da recepção de refugiados, a União Europeia deverá fazer concessões políticas e financeiras à Turquia. A principal delas é a tentativa de adesão da Turquia ao bloco da União Europeia. É importante mencionar que o Conselho Europeu ignora as graves consequências humanitárias desse acordo e o ataque sem precedentes ao direito de asilo que isso representa. Ao mesmo tempo em que o Conselho Europeu reconhece os problemas da crise global de deslocamento, os líderes europeus que o integram respondem à questão concentrando seus esforços na contenção de pessoas que buscam segurança. Em vez de aumentar a proteção e a assistência aos mais necessitados, os Estados-membros da UE pretendem mantê-los fora de suas vistas, colocando em risco o seu direito de fugir do país de origem e solicitar asilo. Mais informações disponíveis em: <<http://www.msf.org.br/noticias/conselho-europeu-converte-acordo-entre-uniao-europeia-e-turquia>>.

Acesso em: 30 jun. 2017.

alta, a maioria deles é originária de países de renda média. Em 2015, havia 157 milhões de migrantes internacionais que nasceram em um país de renda média, equivalente a quase 65% de todos os migrantes.

No que diz respeito ao Brasil, o país, que tradicionalmente não era destino de migrantes vindos de países periféricos, hoje recebe um número cada vez maior de pessoas vindas de países como o Haiti, Senegal, Gana, Bolívia e também, vem recebendo um número maior de pedidos de refúgio de pessoas fugindo de conflitos armados em países do Oriente Médio, África e Ásia²⁹².

Do ponto de vista histórico, Baeninger (2003) observa que a população brasileira é composta por imigrantes estrangeiros que chegaram ao país em movimentos distintos, que vem desde a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, passando pelo tráfico negreiro, e, a partir do século XIX, culminando com a chegada de milhões de europeus às terras brasileiras. As décadas de 1930 a 1950 são caracterizadas pela vinda de japoneses, gregos e sírio libaneses, além de uma nova onda de espanhóis, sendo que, a partir da década de 1960, a imigração de estrangeiros para o país praticamente cessou, tendo as migrações internas tido um maior incremento.

Nos anos 1980, o fluxo migratório se caracterizou pela emigração de brasileiros para países como Estados Unidos, Japão, Paraguai, Itália, Inglaterra, França, Israel, entre outros, contabilizando mais de um milhão de brasileiros fora do país no início da década de 1990. Com o fenômeno da globalização e a criação de blocos econômicos, a década de 1990 passa a ser marcada pela nova onda de migrações para o Brasil, com a entrada de coreanos e o afluxo de latino americanos, especialmente para cidades maiores como São Paulo, na esteira da indústria têxtil, o que, não raro, significa imigrantes em situação irregular (BAENINGER, 2003).

A partir de 2010 o número de imigrantes em situação regular no Brasil cresceu 60%, contabilizando um milhão e meio de pessoas. Estima-se que existam entre 60 mil e 300 mil imigrantes em situação irregular no país, de diferentes nacionalidades. Além do aumento exponencial no número de migrantes econômicos vindos para o país, houve também um aumento no número de pedidos de refúgio: de 966 em 2010, para 28.670 solicitações em 2015, o que representa um aumento de mais de 2.868%. Entre as nacionalidades com maior número de solicitações estão haitianos, senegaleses, sírios, bengaleses e nigerianos. Ao todo, são 79 nacionalidades requerentes de refúgio no Brasil (CONARE, 2016).

Todo este cenário marcado pela intensificação e a diversificação das noções de grupo social e fronteira nacional, promove a emergência da chamada “era da mobilidade”, na qual a relação complexa de interdependência entre as

²⁹² Dados do Ministério da Justiça e do IBGE dão conta de que número de imigrantes no Brasil cresceu mais de 80%, entre os anos de 2002 e 2010. O número dos pedidos de refúgio cresceu 800% entre 2010 e 2014: as solicitações saltaram de 500 em 2010, para 5.200 em 2013, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR.

economias e as diferenças políticas estatais gera desafios na condução das relações internacionais e exige que se definam novos instrumentos de governo que viabilizem os mecanismos de sociabilidade entre os povos. As migrações internacionais são, portanto, elementos concretos a serem considerados na reformulação de políticas públicas, nos âmbitos nacional, regional e multilateral, com vistas à garantia plena dos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente, da sua localização.

A importância das políticas públicas para a população migrante

Com a evolução dos direitos humanos na esfera internacional, advém um princípio fundamental como critério de organização do Estado-nação: a isonomia. Hannah Arendt chega à conclusão de que a afirmação contida no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 não é verdadeira. Dizer que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos” é uma inverdade na medida em que os indivíduos tornam-se iguais enquanto membros de uma coletividade, em razão de “uma decisão conjunta que garante a todos direitos iguais”, ou seja, a igualdade não é um dado, mas sim uma construção conjunta dos homens, organizados em uma comunidade política. Existe assim, uma indissolubilidade entre o direito fundamental individual de autodeterminação política do cidadão, em conjunto com seus concidadãos, manifestada no exercício dos direitos políticos conjuntamente com a autodeterminação da comunidade, o que acarreta a construção da igualdade (LAFER, 1988, p. 150).

Com a crescente escala de intervenção do Estado e a complexidade dos governos, os assuntos públicos não são mais tão simples, e as soluções para estes são multifacetadas. A Plataforma Unidade na Diversidade disponibilizada pela Rede Comunitária do Columbia College, lançou um manifesto (de mesmo nome), assinado por diversos professores de instituições norte americanas e europeias, onde afirma que a discussão sobre o acesso dos imigrantes à cidadania tem sido caracterizada muitas vezes pela oscilação entre ofertas radicais para a assimilação ou para a diversidade ilimitada: o abrir as fronteiras para todos, ou não; ou a responsabilidade pela integração apenas para os recém-chegados, ou os contribuintes; ou todos os recém-chegados devem receber apoio público e ajuda para manter suas culturas, línguas e identidades, ou não; ou todos os imigrantes ilegais devem ser deportados imediatamente ou não deve haver distinção entre imigrantes legais e ilegais (THE DIVERSITY WITHIN UNITY PLATFORM, 2001).

De acordo com o Manifesto, os Estados democráticos devem ter regras claras e justas para a admissão e acolhida dos imigrantes, incluindo taxas razoáveis para o processo de legalização (quando for o caso). Os requisitos de língua e educação podem ser necessários para a familiarização com o funcionamento do governo democrático, assim como com os elementos de

união/identificação da sociedade receptora. Porém, aos imigrantes que não completaram seu processo de regularização, ainda assim, poderia ser permitida a investidora em direitos, como o de votar em eleições locais, ou então, atuar em alguma função pública, porque esta seria uma forma de lhes permitir a aquisição da prática cívica, uma vez que uma função pública se torna adequada para a ocupação das minorias (THE DIVERSITY WITHIN UNITY PLATFORM, 2001).

Estas situações devem ser contempladas pelas políticas públicas, que podem ser consideradas enquanto respostas aos problemas sociais, sendo que, toda política pública aponta para a resolução de um problema público, assim reconhecido na agenda governamental. Ou seja, é a resposta do sistema político administrativo a uma situação social, ou problema social, tido como inaceitável. Desta forma, os sintomas do problema social são o ponto de partida para a “tomada de consciência” e para o debate sobre a necessidade de determinada política pública (SUBIRATS, 2012, p. 35).

Desta feita, a noção de política pública²⁹³ incorpora o conjunto de atividades normativas e administrativas que tratam de melhorar ou solucionar problemas reais, onde os efeitos desejados dependerão de um conjunto de decisões que emergem dos atores públicos²⁹⁴, com a pretensão de orientar uma população alvo determinada, com objetivo de resolução conjunta de um problema coletivo (SUBIRATS, 2012, p. 39). Schmidt (2008, p. 2309) afirma que as políticas públicas²⁹⁵ “são o resultado da política, compreensíveis à luz das instituições e dos processos políticos, os quais estão intimamente ligados às questões mais gerais da sociedade”.

Para Piketty (2014, p. 85), existe um outro componente a ser observado na construção de políticas públicas no século XXI: a opção pelo tipo de sociedade que os governantes desejam e que a própria sociedade quer. Existem assim, componentes culturais, econômicos e psicológicos que se relacionam com o objetivo de vida dos indivíduos e com as “condições materiais que os diferentes países decidem adotar para conciliar a vida em família e a vida profissional (escolas, creches, políticas de igualdade de gêneros etc)”.

²⁹³ Schmidt (2008, p. 2315-2321) destaca que são 5 as fases das políticas públicas: Fase 1: Percepção e definição do problema; Fase 2: Inserção na agenda política; Fase 3: Formulação (diretrizes, objetivos e metas e atribuição de responsabilidades); Fase 4: Implementação e Fase 5: Avaliação. A principal se dará nas eleições! É o *feedback*. Nunca é neutra ou puramente técnica. Os aspectos verificados são a eficácia (resultados obtidos) e eficiência (relação entre resultados e custo). A avaliação é um “instrumento democrático” do eleitorado.

²⁹⁴ Subirats (2012) entende como ator tanto um indivíduo, como vários indivíduos, uma pessoa jurídica ou ainda, um grupo social, conceito inspirado em Parsons, para quem a análise de uma ação social passa pela identificação do “*unit-act*”, ou o ato elementar, central, que é produzido por pelo menos um ator em busca de um objetivo, valendo-se de diferentes meios. Desta forma, a noção de ator faz menção a um indivíduo, ou a um ou vários grupos de indivíduos, ou a uma organização (p. 51-52).

²⁹⁵ Há 3 dimensões para a política: *polity* (dimensão institucional da política – máquina administrativa), *politics* (processual – dinâmica política e competição pelo poder: forças políticas e sociais) e *policy* (material: as políticas públicas propriamente). (SCHMIDT, 2008, p. 2010).

Uma das conclusões do Relatório “Migrantes, Apátridas e Refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA em 2015, traz os relatos de migrantes que afirmam que o idioma, a documentação e a falta de informação são os maiores entraves para o acesso a direitos e serviços. Some-se a isso o desconhecimento e a falta de interesse das instituições públicas pelo tema das migrações.

A regularização difícil e a burocratização criam para os imigrantes um nível ainda mais elevado de dificuldades para a integração e o acesso a direitos, notadamente os sociais. As políticas públicas deixaram o imigrante como um sujeito invisível por não tratarem especificamente da sua condição e especificidades, dificultando seu acesso, mesmo naqueles direitos estabelecidos sobre o determinante da universalidade de acesso. Direitos básicos, como saúde e educação, são dificultados aos imigrantes por conta de documentos ou da ausência deles, criando a ideia de que o direito existe, mas, na realidade, não consegue ser exercido (BRASIL; IPEA, 2015, p. 35).

Para Pereira (2014), é preciso uma “ruptura com o medo da diferença”. Para tanto, necessária a abertura para uma “hospitalidade incondicional, no assumir a responsabilidade pelo polo mais fraco, que demanda uma maior atenção por estar à margem do sistema jurídico- por estar abandonado pela lógica da soberania”. Já Lapierre (2003), parte do entendimento de que os Estados nação tem cada vez menos capacidade de tomar decisões necessárias para resolver os novos problemas políticos impostos, e sugere que somente um movimento social de cidadãos do mundo pode reivindicar um governo mundial mais eficaz e mais democrático.

Seja como for, entre a mundialização da cidadania proposta por Lapierre e a ininterritorialização proposta por Pereira, há um abismo que diariamente desloca milhares de indivíduos extremamente vulneráveis na busca de uma condição humana que lhes permita viver com dignidade ou, simplesmente, ficar vivos.

Conclusões

A migração, ou o deslocar-se de um ponto a outro, exige do migrante muito mais do que o mero desejo de se mover: mesmo quando se trata de algo planejado, significa a adaptação à uma nova cultura, um idioma diferente, uma dinâmica de vida nova. A isto Hannah Arendt chamaria de natalidade, ou seja, a ação que provocou um novo começo, o início de algo novo. Assim, frisa a autora que, a condição humana representa tudo aquilo ao que o homem é condicionado, ou seja, todos os elementos com os quais ele entra em contato, se transformam em sua condição de existência (ARENDR, 1999, p. 17).

São muitos os entraves e grandes os esforços a serem realizados na busca de um novo pacto global sobre a mobilidade humana. Para que haja o

pleno respeito dos direitos humanos dos migrantes, será necessária a cooperação simultânea entre os países de origem, de trânsito e de destino, não havendo espaço para a adoção de políticas voláteis e discricionárias. O grande desafio da contemporaneidade é buscar formas de contemplar todas as singularidades presentes neste mundo plural, visando sempre, o respeito aos pressupostos internacionais de proteção à pessoa humana.

Referências

- ARENDE, H. A **condição humana**. 9.ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1999.
- BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2017.
- _____; DONSKIS, L. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.
- BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações internacionais recentes. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, SP, Edição 226, ago. 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2003/ju226pg2b.html>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- BAGGIO, F. La reflexión teológica para una ética de las políticas migratorias: la experiencia del SIMI. In: CSEM. **Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos**. Brasília, DF, 2017. (Série Migrações, 20).
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos; IPEA. **Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil**. Brasília, DF, 2015.
- CONARE – COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Sistema de refúgio brasileiro: balanço até abril de 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/justicagovbr/sistema-de-refugio-brasileiro-balano-at-abril-de-2016>>. Acesso em: 04 ago. 2017.
- FARIA, M. R. F. **Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira**. Brasília, DF: FUNAG, 2015.
- FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Imigração como vetor estratégico do desenvolvimento socioeconômico e institucional do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. (Estudos Estratégicos sobre Políticas Públicas, 1).
- FIRMEZA, G. T. **Brasileiros no exterior**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1990.
- HAMMES, J. M.; PELLEGRINI, G. K. F. Reflexos da participação política na cidadania. In: GORCZEVSKI, C. **Direitos humanos e participação política**. Porto Alegre, RS: Imprensa Livre, 2010.
- IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1995.
- ILLES, P.; VENTURA, D. Qual a política migratória do Brasil? **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, SP, Edição 56, 2012. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/qual-a-politica-migratoria-do-brasil/>> Acesso em: 03 jul. 2017.
- LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1988.
- LAPIERRE, J. W. **Que és ser ciudadano?** Madrid: Biblioteca Nueva, 2003.
- MÁRMORA, L. Modelos de gobernabilidad migratória: la perspectiva política en América del Sur. **REMHU – Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 71-92, 2010.
- MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século XXI. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005.

- OIM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Relatório internacional sobre as migrações**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://www.iom.int/world-migration-report-2015>>. Acesso em: 08 ago. 2017.
- PEREIRA, G. O. L. **Direitos humanos e hospitalidade**: a proteção internacional para apátridas e refugiados. São Paulo, SP: Atlas, 2014.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Tradução de Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2014.
- SCHMIDT, J. P. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, J. R.; LEAL, R. G. (Org.) **Direitos sociais e políticas públicas**: desafios contemporâneos. Tomo 8. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2008.
- SUBIRATS, J. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Planeta, 2012.
- THE DIVERSITY WITHIN UNITY PLATFORM. The communitarian network. Washington, DC, 2001. Disponível em: <<https://communitariannetwork.org/diversity-within-unity>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- UNHCR. **Global trends forced displacement in 2016**. Geneva, 2017. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/594aa38e0.html>>. Acesso em: 03 jul. 2017.
- VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.

ACOLHIMENTO E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA À POPULAÇÃO ORIUNDA DE MIGRAÇÃO DE CRISE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: POR UMA POLÍTICA DO ATRAVESSAMENTO ENTRE VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES

Ana Cecília Cossi Bizon
Helena R. E. de Camargo

Em uma dimensão sem precedente, as migrações internacionais hoje seguem fluxos diversificados, traçando rotas Norte-Sul e Sul-Sul em igual proporção àquelas que se dirigem ao Norte global (WENDEN, 2016, p. 18). Em que pese a frequente instabilidade política e econômica, marca de países periféricos e semiperiféricos, o crescimento econômico experimentado pelo Brasil no início do século XXI e sua participação nos principais tratados internacionais de Direitos Humanos tornaram o país tanto um destino quanto uma rota migratória de milhares de pessoas²⁹⁶, impactando nossas políticas de migração e de acolhimento em âmbito nacional e também municipal.

O município de São Paulo, centro financeiro e industrial do país e maior polo de migração externa e interna desde o início do século XX, continua sendo um dos principais destinos dos recentes fluxos migratórios, os quais podem ser compreendidos como signatários de uma “migração de crise”. De acordo com Baeninger e Peres (2015), que se apropriam desse conceito de maneira ampliada, sob essa designação podem ser considerados os migrantes com a condição jurídica de refugiado, migrantes solicitantes de refúgio, migrantes com “refúgio humanitário”, crise humanitária e migrantes refugiados ambientais, cujos deslocamentos são também socialmente condicionados por problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários. O mais relevante dessa conceituação, no entanto, está no caráter bilateral do que pode ser significado como “crise”:

Estas categorias revelam a presença histórica da “crise” na origem do fluxo migratório – com a conotação de uma “migração forçada” – e requerem instrumentos jurídicos no país de destino para o enfrentamento da “crise” migratória atribuída ao país de origem, **mas que revela também a crise na sociedade receptora, despreparada para enfrentar essa imigração** (BAENINGER; PERES, 2015, p. 122) (Grifo Nosso).

²⁹⁶ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/estudo-da-fgv-propoe-criacao-de-agencia-do-gover-no-para-coordenar-imigracao-para-brasil-6451384>>. Acesso em: 24 maio 2017.

Entendemos que, nessa perspectiva ampliada apontada pelas autoras, um dos aspectos constituintes da crise vivida pela sociedade receptora em face à entrada desses migrantes está no acolhimento e em tudo o que ele implica, inclusive um dos principais direitos (e, na perspectiva do Estado-Nação, um “dever”) a ele vinculado, a aprendizagem da língua oficial local.

A nosso ver, no caso do acolhimento, a crise materializada em despreparo se alimenta principalmente de duas ingerências: (i) a quase ausência de políticas institucionalizadas para a recepção, que tenham como um de seus pilares o ensino da língua portuguesa, o que explica o fato de grande parte das ações existentes estarem a cargo do voluntariado, por meio de organizações não governamentais e religiosas, e (ii) a falta de políticas educacionais que trabalhem por uma recepção culturalmente sensível a esse Outro.

Enquanto a primeira falta pode alimentar a ideia de que abrir as portas ao Outro já é acolher, a segunda pode contribuir para arraigar preconceitos e motivar a rejeição desses migrantes. Acostumados a conviver com a representação historicamente construída de um Brasil multirracial e acolhedor, não nos damos conta de que, sustentada no consenso social do excepcionalismo nacional (APPADURAI, 2009) – ou seja, na ideia de que somos excepcionalmente abertos ao diferente, às misturas, ao estrangeiro –, essa representação ajuda a negar as dificuldades em relação ao diferente, não raras vezes materializadas em racializações e xenofobia, mantendo-as, assim, ainda mais presentes. Em tempos de estabilidade política e econômica, esse Outro pode não incomodar tanto ou até mesmo ser desejado enquanto elemento potencialmente produtivo, mas, em tempos mais austeros, pode se tornar objeto de rejeição e raiva. Por isso, são fundamentais ações em direção à institucionalização de políticas de acolhimento que, necessariamente, considerem o migrante como uma voz efetiva do processo de inserção, não apagando as particularidades de seu deslocamento e das construções culturais e sociolinguísticas que o constituem. Implica também empreender o que Maher (2007) chama de “educação do entorno” – quer dizer, um projeto de educação social que seja culturalmente sensível às diferenças.

Assim, considerando a relevância dessas políticas no processo de reterritorialização dessa população migrante, o objetivo deste trabalho é (i) descrever três importantes ações voltadas ao ensino de língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo, e (ii) a partir dessas descrições, levantar algumas implicações sobre políticas de acolhimento, especialmente no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa.

Para tanto, na próxima seção, apresentamos a visão de acolhimento que assumimos, discutindo o que ela implica para as políticas de ensino do português como língua adicional²⁹⁷ para deslocados da migração de crise. Na

²⁹⁷Neste trabalho, utilizamos o termo “língua adicional” e não “língua estrangeira”, acompanhando a argumentação de Diniz (no prelo): “Como Schlatter e Garcez (2009, p. 260), pensamos que ‘a serviço da

seção seguinte, descrevemos, à luz da visão de acolhimento aqui assumida, três ações para o ensino de língua portuguesa nesse contexto desenvolvidas no município de São Paulo. Finalizamos refletindo sobre a importância de políticas de imigração que planejem e materializem ações a partir do diálogo entre as instâncias verticais e horizontais, gerando a possibilidade de processos de reterritorialização mais inclusivos e humanitários para essa população.

Português como língua de acolhimento: por uma política de atravessamentos

A chegada de um significativo contingente de migrantes e refugiados ao Brasil e, mais especificamente ao município de São Paulo, notadamente a partir de 2011, vem, a um só tempo, demandando políticas públicas voltadas à reterritorialização (SANTOS, 2001; HAESBAERT, 2004; BIZON, 2013) desses cidadãos no novo espaço – o que inclui, dentre outros fatores, a aprendizagem da língua portuguesa e a inserção nas práticas sociais e no mercado de trabalho – e revelando o despreparo da sociedade frente a essas demandas. Assumir o despreparo como parte da agenda que envolve as políticas em torno da migração de crise é o ponto de partida para significar esse acolhimento – o que, sem dúvida, é um dos grandes desafios dos países receptores.

Nesse sentido, consideramos relevante visibilizar ações realizadas em São Paulo não apenas por ser um dos municípios que mais recebe deslocados de migração de crise no Brasil, mas também por ser pioneiro na aprovação de uma lei que regulamenta uma política municipal para a migração, a Política Municipal para População Imigrante, de julho de 2016 (SÃO PAULO, 2016). Tal iniciativa, que se antecipou à Nova Lei de Migração – Lei 13.445/2017, sancionada em 25 de maio de 2017, é um gesto importante rumo à oficialização de políticas públicas que já vêm sendo (ou virão a ser) implementadas na cidade de São Paulo, podendo mesmo ser um exemplo para outros municípios.

Vale ressaltar, contudo, que a assinatura de leis não é garantia de políticas efetivamente inclusivas e respeitadas aos direitos humanos, sendo

comunicação transnacional e/ou da participação cidadã contemporânea, a distinção entre nativo/estrangeiro ou primeira/segunda língua não é relevante'. Nesse sentido, o termo 'língua adicional' representa um posicionamento político de crítica ao mito do falante nativo, amplamente problematizado no campo da Linguística Aplicada (RAJAGOPALAN, 1997). Além disso, ao utilizarmos 'língua adicional', buscamos sublinhar a heterogeneidade do espaço de enunciação do português – seja no Brasil, seja em outros países da CPLP –, fazendo face ao silenciamento, historicamente produzido, das diferentes línguas constitutivas desse espaço". Vale ainda acrescentar que, na área de ensino e pesquisa em Português Língua Adicional, muitos estudos que enfocam questões relacionadas à migração de crise têm se autodeclarado pertencentes a uma subárea denominada Português Língua de Acolhimento – PLAc (CABETE, 2010; GROSSO, 2010; AMADO, 2013; BARBOSA; SÃO BERNARDO, 2014). Lopez e Diniz (Prelo) definem PLAc como "uma área que se dedica à pesquisa e ao ensino de português para imigrantes em situação de vulnerabilidade – em particular, às vítimas de processos de deslocamento forçado – que não usam o português como sua primeira língua. Seu objetivo é a produção e circulação de saberes linguístico-discursivos que, em última instância, contribuam para processos de territorialização (BIZON, 2013) socialmente mais justos e dignos".

necessário haver atenção às orientações ideológicas que as embasam (OLIVEIRA; SILVA, 2017). Nesse sentido, duas questões precisam ser consideradas.

Uma delas, já apontada anteriormente e para a qual voltamos, é a aceção de acolhimento que direciona as ações dos projetos migratórios. Salientamos, em conformidade com Lopez (2016), Anunciação (2017) e Lopez e Diniz (Prelo), que, em muitos casos, tais ações são alicerçadas em discursos de fraternidade, os quais, por um lado, autorizam o lugar do voluntariado nesse contexto e, por outro, compreendem o Outro fundamentalmente como vulnerável, como aquele que não tem, a quem tudo falta – o que pode reduzir o acolhimento à benevolência e ao amparo circunstancial. Nesse senso comum, portanto, acolher é dar ao Outro o que ele supostamente necessita, sendo essa necessidade sempre definida a partir do agente “acolhedor”. Essa pré-determinação que hierarquiza as relações posiciona o migrante como inferior, diminuindo ou até mesmo interditando a possibilidade de relações efetivamente interculturais e, portanto, mais igualitárias.

A outra questão diz respeito à aprendizagem da língua oficial local como um dos direitos principais dos deslocados. Sem dúvida, concordamos ser indispensável a efetivação de políticas públicas para o ensino da língua portuguesa (AMADO, 2011; AMADO, 2013; BARBOSA; SÃO BERNARDO, 2014), sendo ela crucial nos processos de reterritorialização. No entanto, a forma como essas políticas são desenhadas pode, da mesma forma, revelar posicionamentos autoritários e até mesmo neocolonizadores (DINIZ, 2015; DINIZ; BIZON, 2015) por parte do país receptor, não apenas por impor a língua e as construções culturais locais como obrigatórias, como também, direta ou indiretamente, por apagar as línguas e construções culturais dos migrantes²⁹⁸ Conforme apontam (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 148):

Embora o discurso das políticas de ensino do português para os imigrantes seja um discurso de inclusão social, devemos questionar até que ponto a busca pela integração social desses grupos não se refere, ainda que implicitamente, também à sua assimilação linguística e cultural. O problema não está em querer que os imigrantes aprendam a língua oficial, pois, repetimos, essa é uma política indispensável e também um direito deles, mas em ver tal aprendizagem como a única política linguística possível. Esse tipo de raciocínio, segundo o qual aprender a língua do país acolhedor é não só a única, como a melhor opção para que os

²⁹⁸ Lembremos que faz parte da história de constituição do Estado brasileiro a adoção de políticas assimilacionistas e proibicionistas dirigidas a populações pertencentes a grupos linguísticos minoritários. Um exemplo dessas políticas, ainda no século XVII, são as reformas no sistema de ensino de Portugal e suas colônias que o Marquês de Pombal utilizou para tornar o uso da língua portuguesa obrigatório e proibir o uso de quaisquer outras línguas no Brasil. Outro exemplo é o Projeto de Nacionalização formulado pelo Estado Novo, nas décadas de 1930 e 1940, por meio do qual o governo ditatorial adotou medidas para proibir os estrangeiros, imigrantes e seus descendentes de utilizarem suas próprias línguas, enfatizando, assim, a unidade nacional com base em um governo central e no uso exclusivo da língua portuguesa (CAMPOS, 2006).

imigrantes possam estar integrados à sociedade “nacional”, está ancorado em uma visão de sociedade linguisticamente homogênea e tem raízes históricas.

Dessa forma, reforçamos, a compreensão de acolhimento como uma relação que não pode ser construída de maneira unilateral, a partir da perspectiva, muitas vezes assimilacionista e proibicionista do país receptor. Deve, sim, ser pensada e operacionalizada multilateralmente, ou seja, no atravessamento dos eixos vertical e horizontal (SANTOS, 2001) que estruturam a construção dos espaços sociais.

Segundo Milton Santos (*op.cit.*), as verticalidades – ou espaço hegemônico, políticas oficiais/institucionalizadas – são representadas pelas instituições do Estado e pelas empresas. Nesse eixo, os atores hegemônicos costumam atuar sob uma racionalidade única em que, prevalecendo o tempo da produção e a unicidade da técnica do momento (vivenciamos atualmente a técnica da informação e do conhecimento), ações e políticas são produzidas preponderantemente para fazer prevalecer os interesses corporativos sobre os interesses públicos. As horizontalidades – ou espaço banal – são representadas pelas vivências, pelo entorno, ou seja, pelas pessoas em suas agências cotidianas. Nesses espaços, há uma variedade de racionalidades e tempos, permitindo que as produções sejam voltadas aos interesses locais e realizadas dentro de uma área que também constitui um fator de produção.

Vale apontar que o horizontal e o vertical não se apresentam em uma relação dicotômica, como se fossem duas partes homogêneas de uma simetria. Ambos os eixos estão imbricados em relações de poder que produzem diversas escalas e diferentes tipos de relação entre agentes, espaço e produção. Todo espaço – sempre performativo (BUTLER, 2010) e, portanto, (re)construído discursiva e politicamente nas relações sociais – é perpassado por esses eixos e, embora as verticalidades pareçam mais determinantes na organização das políticas públicas, as horizontalidades criam formas de convivência e de regulação a partir do próprio espaço, por meio de microagências, que podem mudar a realidade. É no atravessamento dessas agências que podemos resistir aos processos de reterritorialização precária (HAESBAERT, 2004), criando possibilidades de apropriação (LEFEBVRE, 1974) dos espaços, ou seja, possibilidades de pertencimento. É também nesse atravessamento que políticas de línguas (MAHER, 2010; 2013; RAJAGOPALAN, 2013), compreendidas aqui não apenas como ações planejadas e executadas de cima para baixo (pelos agentes verticais), mas também de baixo para cima (a partir dos agentes horizontais) podem ser pensadas e efetivadas, alçando ao protagonismo agentes não hegemônicos.

Assim, consideramos que, antes de ser um elenco de ações a serem realizadas, acolhimento é uma perspectiva, uma atitude que se constrói no diálogo possível entre os agenciamentos verticais e horizontais – sem, no entanto, apagar as tensões e relações de poder inerentes a qualquer diálogo.

Chamamos ainda a atenção para o fato de que, nesses agenciamentos, não necessariamente a língua portuguesa está em evidência. Conforme indica Anunciação (2017, p. 96-97), que em sua pesquisa de mestrado focalizou narrativas de estudantes refugiados e haitianos, o acolhimento se efetivou também em árabe, no caso dos estudantes sírios, e em *creóle*, no caso dos haitianos. Dessa forma, a nosso ver, falar em língua de acolhimento pode motivar a compreensão de que uma única língua está sendo considerada nesse processo, em uma evidente vinculação a perspectivas liberais de multiculturalismo e ensino. Vale salientar, ainda de acordo com o que discute Anunciação (2017), que o termo língua de acolhimento tem sua origem no contexto de imigração de Portugal, onde está vinculado a uma política de línguas que condiciona o acesso a direitos sociais, como emprego legalizado, por exemplo, à conclusão dos cursos e obtenção de certificação de língua portuguesa. Preferimos, assim, não falar em língua de acolhimento, mas em acolhimento em línguas, reforçando nossa afiliação a “uma perspectiva transcultural (CÉSAR; CAVALCANTI, 2007) e translíngue (CANAGARAJAH, 2013), que contemple o uso das diferentes língua(gens) nos diferentes espaços de enunciação” (ANUNCIACÃO, 2017, p. 96).

A partir desse ponto de vista, acreditamos ser possível pensar em ações para o acolhimento que sejam potencialmente capazes de desenhar políticas públicas mais inclusivas e humanitárias, em que as diferenças trazidas pelo outro não sejam apagadas ou vistas como um problema a ser extirpado, mas um recurso legítimo e enriquecedor das práticas linguísticas e dos processos de construção social.

Tendo explicitado nossa compreensão sobre acolhimento e políticas de ensino da língua portuguesa voltados aos deslocados da migração de crise, passamos, na próxima seção, a descrever as três ações que são foco deste trabalho.

Ações para o ensino de português como língua de acolhimento no município de São Paulo

Observa-se, frequentemente, que as políticas de acolhimento e do ensino de português como língua adicional existentes para a população originária de migração de crise no Brasil ainda não se dão no atravessamento dos eixos vertical e horizontal. Isso porque o Outro a ser acolhido não costuma ser ouvido para o planejamento das ações e, além disso, porque, em grande parte, essas políticas são reativas em vez de serem proativas (PARISE, 2016), já que surgem na forma de resoluções normativas²⁹⁹ emitidas sem que se

²⁹⁹ Alguns exemplos são a Resolução Normativa CNIg n. 97 de 12 jan 2012, que concede visto humanitário aos haitianos, a Resolução Normativa CONARE n. 17 de 20 set. 2013, que concede visto humanitário aos sírios que busquem refúgio no Brasil, e a Resolução CNIg n. 126 de 03 mar. 2017, que concede a permissão de residência temporária aos migrantes vindos de países fronteiriços por terra.

considerem as consequências, ou seja, que as demandas por serviços básicos como documentação, alimentação, amparo à saúde, abrigo e ensino de língua portuguesa passarão a ser mais intensas.

Especificamente em relação aos cursos de português oferecidos no município, um mapeamento³⁰⁰ realizado em 2015 pela Secretaria de Cidadania da Prefeitura de São Paulo indicou a existência de 15 organizações da sociedade civil, em forma de pastorais, coletivos e organizações de migrantes e ONGs dispondo-se a ensinar a língua portuguesa à população migrante da cidade.

Com exceção de uma ONG, todas as outras organizações contam com o trabalho de professores voluntários. À época, ainda não havia nenhuma política pública voltada a essa finalidade. No entanto, em agosto de 2017, por uma iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME), a Prefeitura passou a ofertar um curso de português para migrantes por meio do projeto *Portas Abertas: Português para Imigrantes* em dez escolas no centro, na Zona Norte e na Zona Leste da cidade.

As ações destacadas como foco deste trabalho são: o Curso de Português para Migrantes e Refugiados da Missão Paz, onde uma das autoras deste texto leciona como voluntária, o Projeto de Cultura Brasileira para Estudantes Hispano-falantes, organizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, e o projeto *Portas Abertas: Português para Imigrantes*, oferecido pela Prefeitura de São Paulo.

Curso de português para Migrantes e Refugiados da Missão Paz

A Missão Paz pode ser entendida como um centro integrado de apoio ao migrante formado pelo Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, a Casa do Migrante, o Centro de Estudos da Migração (CEM) e as paróquias Nossa Senhora da Paz, Paróquia Pessoal dos Latinos Americanos e Paróquia Pessoal dos Italianos. Localizada no centro de São Paulo, a Missão Paz acolhe, orienta e auxilia todos os tipos de migrantes por meio dos eixos Capacitação e Cidadania, Trabalho, Documentação e Jurídico, Saúde e Comunidade. Essa estruturação da Missão Paz foi modelada, ao longo de sua história, pelas demandas da população migrante, como é exemplo a oferta do curso de português.

A migração haitiana desempenha um papel crucial na oferta de um curso de língua portuguesa pela Missão Paz. Conforme relata Parise (2016), até o início de 2014, os haitianos passavam por Brasileia para seguirem ao sul do país. No entanto, devido às cheias no Acre, o trajeto terrestre entre o estado e Rondônia ficou obstruído, obrigando um número expressivo de migrantes, em sua maioria haitianos, a permanecer ali, em condições precárias, no abrigo instalado na cidade. As autoridades do Acre decidiram, então, deslocar os

³⁰⁰ <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Mapeamento%20cursos%20de%20portugues.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

migrantes emergencialmente para o centro do país. A Defesa Civil, com recursos públicos e sob a coordenação de Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do Acre, organizou um traslado para São Paulo realizado em parte por via aérea e em parte por via terrestre. Ao contrário do que as autoridades pensaram, os migrantes não se dispersaram para outras partes do país, permanecendo em São Paulo, onde foram acolhidos na Casa do Migrante e, quando a capacidade da casa se esgotou, em um salão improvisado da Missão Paz.

Frente a esse cenário e à morosidade de uma resposta por parte do poder público, a Missão Paz disponibilizou seus vários serviços, como documentação, saúde, assessoria para obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social e do CPF, além da mediação para emprego, e criou um curso emergencial de português intensivo, que, posteriormente, deu lugar ao curso nos moldes de hoje.

No final de 2014, sob a orientação da professora Rosane de Sá Amado, da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, o curso de português para migrantes foi organizado e ministrado por ela, suas alunas e voluntários. Além disso, foi elaborado um material didático apostilado para ser utilizado nas aulas. O curso, hoje, é estruturado em dois módulos, o Básico I e o Básico 2, ambos com duração de 48 horas, divididos em aulas de 3 horas, 4 vezes por semana, no período da manhã. No Básico I, a apostila serve como material didático norteador. No Básico II, os professores voluntários ainda estão se organizando para elaborar uma apostila. A comunicação entre os professores voluntários é feita por meio de um grupo de *whatsapp*, em que um professor de cada dupla descreve o conteúdo abordado em sua aula para que os professores do dia seguinte possam preparar suas aulas.

Os migrantes que participam do curso recebem um certificado emitido pela Missão Paz ao final do último módulo. As aulas são ministradas nas salas de aula da pastoral por uma dupla diferente de professores voluntários a cada dia. Alguns voluntários têm formação em Letras e dão ou já deram aula de português como língua materna, outros são professores de língua adicional e há aqueles que têm formação em outras áreas, como Direito e Relações Internacionais, por exemplo.

Para atuar como professor voluntário, a assistente social do Setor de Capacitação e Cidadania, responsável pelo curso de português e pelo encaminhamento a outros cursos, realiza uma entrevista com os interessados para explicar o trabalho realizado pela Missão Paz e saber das motivações e disponibilidade de comprometimento com o trabalho. No último dia de cada mês, a assistente social organiza uma reunião de formação com os voluntários, funcionários da Missão Paz e convidados em que são abordados temas variados relacionados à migração e aos migrantes, como a Nova Lei de Migração, a Lei Maria da Penha e a religião Vodú, para citar alguns exemplos.

Nota-se, portanto, que há uma preocupação em informar e sensibilizar os voluntários envolvidos quanto aos propósitos da Missão Paz e o trato com

migrantes, que, muitas vezes, são refugiados que passaram por eventos traumáticos em sua jornada até chegarem ao Brasil. Também é possível observar que há um conteúdo planejado e elaborado para as aulas de português no Básico I e uma organização dos professores para produzir um material didático para o Básico II com base em suas experiências com os alunos migrantes.

O curso de português da Missão Paz pode ser considerado exemplo de uma política pública organizada nas horizontalidades, pois está articulada no espaço cotidiano e não no econômico, onde as necessidades surgem da população e são atendidas por ela mesma, sem que haja um interesse em gerar lucros para alguns dos atores envolvidos. Conforme aponta Santos (2001), as horizontalidades “sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem também um fator de produção”, como é o caso do curso de português. Essa mobilização da sociedade civil, na forma do Setor de Capacitação e Cidadania da Missão Paz, atendeu cerca de 300 migrantes em seu curso de português somente no primeiro semestre de 2017³⁰¹.

Contudo, é preciso reconhecer que o curso da Missão Paz, em sua elaboração, ainda prescinde de informações advindas de um dos seus principais atores envolvidos: o próprio migrante. Como já afirmado, acreditamos que o acolhimento precisa ser alicerçado em projetos que, desde o início, incluam o migrante como parceiro efetivo do processo de inserção. Assim, é imprescindível conhecer a população migrante local e, a partir de suas vozes, construir as ações e os cursos de língua portuguesa.

Projeto Portas Abertas: Português para Imigrantes

Conforme relatado anteriormente, a Missão Paz recebeu um contingente excessivo de migrantes em 2014 em decorrência de algumas medidas tomadas pelo Estado, ou seja, pelas verticalidades. Diante da situação de emergência, a Missão Paz começou a cobrar ações por parte do poder público, o que propiciou uma integração entre os governos federal e municipal e outras organizações da sociedade civil para a tomada de medidas (PARISE, 2016).

Essa mobilização das horizontalidades representada pela Missão Paz e outras organizações da sociedade civil resultou na aprovação e regulamentação da Lei Municipal de Migração n. 16.478. Ter uma Lei de Migração, entre outros aspectos positivos, assegura a implementação de políticas públicas voltadas à população migrante, como é o caso do projeto *Portas Abertas*, a primeira política pública voltada ao ensino de português como língua adicional a alunos migrantes da rede municipal, seus familiares e comunidades. Para matricular-se, os interessados podem apresentar qualquer documento, sendo também suficiente

³⁰¹ Disponível em: <<http://www.missaospaz.org/single-post/2017/07/28/Setor-de-Capacita%C3%A7%C3%A3o-e-Cidadania-atende-873-migrantes-no-primeiro-semester>>. Acesso em: 02 set. 2017.

preencher uma autodeclaração de residência, traduzida em espanhol, inglês e francês, em substituição ao comprovante de residência, traduzida em espanhol, inglês e francês.

O Portas Abertas, que teve sua portaria aprovada e as aulas iniciadas em agosto de 2017, é uma parceria intersecretarial entre a SMDHC e a SME, a qual reflete o compromisso da prefeitura, instituído pela Lei n. 16.478, de implementar políticas públicas voltadas à população migrante. Nesse primeiro momento, foram abertas 600 vagas, em 10 escolas localizadas no centro, na Zona Leste e na Zona Norte de São Paulo. Os professores que ministram as aulas são efetivos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e passaram por um curso de formação específico para o ensino de português para migrantes ofertado pela SMDHC e SME.

O que se nota com o Porta Abertas é o resultado de políticas horizontais que foram institucionalizadas pelas verticalidades, demonstrando a importância das mobilizações da sociedade civil e do diálogo entre as diversas instâncias da sociedade. O benefício dessa verticalização está no fato de que, agora, o direito ao ensino da língua portuguesa passou a ser social e assegurado pelo Município. No entanto, para que essas políticas não percam seu caráter de cooperação e protagonismo das microagências, é indispensável manter os traços das localidades em que essas ações emergiram e não abrir mão de ganhos, garantias e preceitos produzidos por essas microagências.

Projeto de Cultura Brasileira para estudantes Hispano-falantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Outro exemplo de política produzida no atravessamento de verticalidades e horizontalidades é o Projeto de Cultura Brasileira para Hispano-falantes do Instituto Federal de São Paulo.

O projeto é uma política vertical estruturada pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a qual está relacionada a uma política horizontal organizada pelo coletivo *Sí, Yo Puedo!* Seus principais intuítos são oferecer aos estudantes imigrantes hispano-falantes, com faixa-etária entre 11 a 14 anos, atividades que promovam e facilitem a apropriação da língua portuguesa e, ainda, apresentar e discutir aspectos das construções culturais brasileiras por meio da oralidade, da escrita e da leitura através de uma metodologia pautada na ludicidade. O objetivo é concretizar a missão do IFSP de ser um agente de transformação da sociedade por meio da difusão do conhecimento e da formação cidadã e de firmar seu comprometimento social junto a seu entorno.

É significativo sublinhar que o espaço geográfico onde o campus do Instituto se localiza foi um elemento crucial para a articulação dessas políticas, pois tanto a reitoria como o campus do Instituto encontram-se em frente à praça Kantuta, na região do Pari, notadamente um espaço de sociabilidade e convivência da comunidade boliviana residente do município.

Cientes do papel de uma Instituição de Ensino Superior em comprometer-se socialmente com seu entorno, alguns servidores do Instituto mobilizaram-se e firmaram uma parceria com o coletivo de migrantes *Sí, Yo Puedo!*, organizado por voluntários de várias nacionalidades latino-hispanas que, a partir de março de 2012, constituíram um espaço de acolhimento e orientação para apoiar migrantes bolivianos e outros latinos na busca de trabalho formal localizado na praça da Kantuta. O coletivo oferecia à comunidade latina-hispana um cursinho preparatório para o processo seletivo de cursos técnicos no IFSP, e em outras instituições, e também para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Com a parceria, as aulas do cursinho passaram a ser ministradas dentro do campus do IFSP, aos domingos à tarde, por conta da jornada intensa de trabalho comum à maioria dos interessados.

Durante as aulas do cursinho preparatório oferecidas pelo *Sí, Yo Puedo!*, foi identificada a pouca familiarização com a língua portuguesa como causa para a dificuldade de compreender o conteúdo das diversas disciplinas ensinadas. Assim, por mobilização do coletivo e de alguns servidores, o Instituto organizou o projeto de Cultura Brasileira para Estudantes Hispano-falantes, aprovado pelo Edital n. 823/2017³⁰².

As aulas são ministradas por dois bolsistas, alunos matriculados no IFSP, selecionados por meio do Edital n. SPO.026 de 07 de abril de 2017³⁰³. A carga total da ação é de 123 horas, divididas entre 81 horas/aula e 42 horas de planejamento para os bolsistas. Os encontros acontecem aos sábados, pois os alunos frequentam a escola durante a semana e, por serem menores de idade, precisam de um adulto responsável para acompanhá-los no trajeto de ida e volta do campus do IFSP.

O Projeto conta ainda com a parceria de uma escola estadual, que deve se encarregar de oferecer informações sobre o progresso dos alunos participantes à coordenação do Projeto. Vale ressaltar que, apesar de ser uma política oficial do IFSP e de ter seus próprios servidores atuando nessa iniciativa, o Projeto também conta com ações voluntárias de membros do coletivo *Sí, Yo Puedo!* e de outros agentes que contribuem com coordenação pedagógica e oficinas de formação para os bolsistas, por exemplo.

Por ser uma política vertical com muitas características das microagências (necessidade apontada pelo coletivo, atenção a interesses sociais, possibilidade de atuação de atores diversos), o Projeto Cultura Brasileira para Estudantes Hispano-falantes poderia ser caracterizado como uma política de atravessamentos, por se encontrar imbricada entre os eixos vertical e horizontal de atuação. Essa imbricação evidencia o fato de que cada eixo parece existir em sua relação com o outro e não como uma oposição de totalidades, e que essa

³⁰² Disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/edital_blank.php?id=1453>. Acesso em: 03 set. 2017.

³⁰³ Disponível em: <https://spo.ifsp.edu.br/images/phocadownload/EDITAIS/2017/Edital_SPO_026_2017/EditalSPO026-CulturaBrasileiraHispanoFalantes-DanielleYura.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

relação pode ser efetivada de modo a deslocar hierarquizações que impedem que o acolhimento se efetive sob bases mais inclusivas e plurais. Mais uma vez, reforçamos que, para sustentar políticas públicas de acolhimento e de línguas, o diálogo entre os dois eixos, a partir de suas diversas escalas, é crucial.

Sendo o espaço geográfico um ator principal nessa articulação de políticas, uma vez que ele uniu o coletivo *Sí, Yo Puedo!* e o Instituto Federal em uma mesma sede, poderíamos nos arriscar a dizer que poderíamos temos, aqui, um exemplo do que seria compreendido por Santos (2001, p. 96) como território: “chão mais a população, isto é, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Território de pertencimento que, na verdade, se dá na ação de se construir: territorialização. Acreditamos que, quanto mais políticas puderem nascer desse chão, a partir das localidades, mais a inserção desses migrantes poderá se dar em um processo de territorialização que se constitua em (re)existências que lhes permitam muito mais do que apenas “estar aqui”.

Considerações Finais

Grande parte das ações voltadas ao ensino da língua portuguesa a migrantes e refugiados no município de São Paulo encontra-se, por enquanto, nas horizontalidades, onde a ação do Estado é limitada, havendo, ainda, o protagonismo de agentes da sociedade civil e do voluntariado. Contudo, como resultado de mobilizações horizontais, políticas voltadas a esse fim estão começando a se verticalizar em ações como a da Prefeitura Municipal e a do Instituto Federal de São Paulo.

A Política Municipal para a População Imigrante instituída pela Lei n. 16.478 (SÃO PAULO, 2016) pode ser entendida como uma resposta proativa às demandas apresentadas pela sociedade civil frente ao novo contingente de migrantes e refugiados no município de São Paulo, pois não é uma medida tomada em caráter emergencial para remediar, temporariamente, a situação. Ao contrário, graças a essa lei, a referida Política será considerada na formulação dos Programas de Metas do Município, nos Planos Plurianuais, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais (*opt. cit*), assegurando verba e planejamento para ações contínuas voltadas à população migrante. Assim, observando que as duas ações mencionadas anteriormente estão embasadas em planejamento e asseguradas por uma lei, constatamos, nesse caso, uma transição do caráter reativo das políticas migratórias apontado por Parise (2006) para um mais proativo.

A necessidade do diálogo entre horizontalidades e verticalidades fica ainda mais latente quando consideramos as políticas institucionalizadas para o ensino do português observadas ao longo de nossa história, que, como apontado anteriormente, caracterizam-se pela proibição e ocultação de outras línguas (as várias línguas de imigrantes, as indígenas, as quilombolas e as diversas

“variantes” da língua portuguesa) em território nacional, criando e mantendo “o mito do monolingüismo” no Brasil (CAVALCANTI, 1999; MAHER, 2013).

Concordando com Lopez e Diniz (Prelo), reiteramos que:

Embora o conhecimento em língua portuguesa possa ser fundamental para a inserção social no Brasil dos deslocados forçados – contribuindo, por exemplo, para que conheçam melhor seus direitos, tenham acesso a determinados serviços ou pleiteiem determinadas vagas de emprego –, esse não é, por si só, suficiente para garantir processos de (re)territorialização não precários (HAESBAERT, 2004 *apud* BIZON, 2013, p.123).

Nesse sentido, as políticas para o ensino do português como língua adicional nesse contexto devem se comprometer com projetos de inserção que se distanciem de posições autoritárias e assimilacionistas (VAINER, 1995; SEYFERTH, 2011; LOPEZ; DINIZ, Prelo), as quais buscam integrar os deslocados plenamente à “nacionalidade” local em seus hábitos, costumes, língua e religião. O compromisso, portanto, deve ser com a resistência à racionalidade que invisibiliza as diferenças e racionalidades plurais, tornando-as inexistentes ou, por outro lado, indesejadas. Essa resistência, que opera nas horizontalidades, somada a uma educação do entorno (MAHER, 2007) pode ser o caminho para a sociedade receptora se colocar como parceira efetiva dos processos migração de crise, deslocando-se de seu lugar de despreparo para um lugar de constante aprendizado.

Quando esse deslocamento for assumido como um processo a ser continuamente (re)visto e (re)alimentado, estaremos prontos a falar em acolhimento.

Referências

- AMADO, R. S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. **Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira**, Brasília, DF, 2013. http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=309:o-ensino-de-portugues-como-lingua-de-acolhimento-para-refugiados&catid=70:edicao-7&Itemid=113>. Acesso em: 10 set. 2017.
- _____. Português como Segunda Língua para comunidades de trabalhadores transplantados. **Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=173:7-portugues-como-segunda-lingua-para-comunidades-de-trabalhadores-transplantados&catid=57:edicao-2&Itemid=92>. Acesso em: 14 set. 2017.
- ANUNCIACÃO, R. F. M. **Somos mais que isso**: práticas de (re)existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento. 2017. 127f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas, 2017
- APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número**. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo, SP: Editora Iluminuras, 2009.
- BAENINGER, R. A.; PERES, R. G. SOS Português: imigração haitiana em São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 2015.

- BARBOSA, L. M. A.; SÃO BERNARDO, M. A. Português para refugiados: especificidades para acolhimento e inserção. In: SIMÕES, D. M. P.; FIGUEIREDO, F. J. Q. (Org.). **Metodologias em/de linguística aplicada para ensino e aprendizagem de línguas**. Campinas, SP: Pontes, 2014.
- BIZÓN, A. C. C. **Narrando o exame Celpe-Bras e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização**. 2013. 445f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010.
- CABETE, M. A. C. S. S. **O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento**. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4090/1/ulfl081236_tm.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.
- CAMPOS, C. M. **A política da língua na era Vargas**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- CANAGARAJAH, S. **Translingual practice: global englishes and cosmopolitan relations**. New York, NY: Routledge, 2013.
- CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, SP, v., 15, p. 385-417, 1999.
- CÉSAR, A.; CAVALCANTI, M. C. Do singular ao multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. (Org.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.
- DINIZ, L. R. A. **Para além das fronteiras: a política linguística brasileira de promoção internacional do português**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG. (Prelo).
- _____. Entre discursos mercadológicos e nacionalistas: apontamentos para o ensino-aprendizagem de português para falantes de outras línguas. **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, Porto Alegre, MG, v. 10, 2015.
- _____; BIZÓN, A. C. C. Discursos sobre a relação Brasil/África “lusófono” em políticas linguísticas e de cooperação educacional. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 36, p. 125-165, 2015.
- GROSSO, M. J. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes de Linguística Aplicada**, Brasília, DF, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/download/5665/4694>>. Acesso em: 01 nov. 2015.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: o “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1974.
- LOPEZ, A. P. A.; DINIZ, L. R. A. Iniciativas jurídicas e acadêmicas para o acolhimento no Brasil de deslocados forçados. **Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira**, Brasília, DF. (Prelo).
- _____. **Subsídios para o planejamento de cursos de Português como Língua de Acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil**. 2016. 261f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.
- MAHER, T. J. M. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C. et al. (Org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

_____. Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia Ocidental brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 10, n. 1, p. 33-48, 2010.

_____. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Org.). **Linguística aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

OLIVEIRA, G. M.; SILVA, J. I. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? **Gragoatá**, Niterói, RJ, v. 22, n. 42, p. 131-153, 2017.

PARISE, P. A Missão Paz e a acolhida a imigrantes haitianos e haitianas em São Paulo. In: BAENINGER et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

RAJAGOPALAN, K. Política Linguística: do que é que se trata afinal? In: NICOLAIDES, C. et al. (Org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

_____. Linguistics and the myth of nativity: comments on the controversy over “new/non-native Englishes”. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v. 27, n. 2, p. 225-231, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, RJ/São Paulo, SP: Editora Record, 2001.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **Lei n. 16.478, de 08 de julho de 2016**. Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. São Paulo, SP, 2016.

SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. **Referenciais curriculares para o ensino de língua espanhola e língua inglesa**. Porto Alegre, RS: Secretaria de Educação do Estado, 2009. <http://www.seduc.rs.gov.br/pse/html/refer_curric.jsp?ACAO%20=acao1>. Acesso em: 03 fev. 2017.

SEYFETR, G. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 26, n. 77, p. 47-62, 2011.

VAINER, C. B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995.

WENDEN, C. W. As novas migrações: por que mais pessoas do que nunca estão em circulação e para onde elas estão indo? **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, SP, v. 13, n. 23, p. 17-28, 2016.

**LA CIRCULACIÓN INTERNACIONAL DEL CONSUMIDOR
TURISTA: LOS AVANCES EN EL MERCOSUR Y EN LA
CONFERENCIA DE LA HAYA DE DERECHO
INTERNACIONAL PRIVADO**

Luciane Klein Vieira

Antes de adentrar en el tema de la circulación internacional del consumidor turista, es necesario dar un paso hacia atrás, para en primer lugar, entender quién puede ser considerado consumidor y quien puede ser considerado turista, conforme a la regulación internacional.

De este modo, cuando uno habla en consumidor, necesita delimitar los alcances del término, para luego, poder definir quiénes están abarcados por la protección conferida por la ley. Es claro que, para ello, una salida es observar la legislación del foro para buscar el concepto empleado, si lo hubiere.

En este sentido, si llevamos en consideración la calificación de consumidor contenida en el derecho brasileño, expresada en la Ley n. 8.078/90 – Código de Defensa del Consumidor – veremos que el art. 2º de la norma lo define como siendo “toda persona física o jurídica que adquiere o utiliza producto o servicio como destinatario final”³⁰⁴.

Como se observa, el Código optó por una definición amplia de consumidor, con un elemento objetivo (el “destino”) y otro subjetivo (el uso de productos y servicios contratados para las necesidades personales o familiares) (MARQUES; FERNÁNDEZ ARROYO, 2010, p. 55). De esta forma, para que el sujeto sea considerado consumidor deberá retirar el bien del mercado al adquirirlo o simplemente utilizarlo, poniendo fin en la cadena de producción, por no emplearlo profesionalmente (MARQUES; MIRAGEM; BENJAMIM, 2006, p. 83).

Esta interpretación, de orden finalista, restringe la figura del consumidor a aquel que adquiere el producto para su uso propio y de su familia (ODY, 2007, p. 86). En general, los países latinoamericanos, en sus leyes internas, suelen emplear esta concepción finalista para definir quién es el consumidor o usuario³⁰⁵, al contrario de lo que se verifica en Europa, en donde se emplea el criterio de la no profesionalidad para calificar al consumidor.

Ahora bien, una vez delimitado, a grandes rasgos, el concepto de consumidor, veamos quien es el turista. Pero antes de ello, ya que estamos

³⁰⁴ Aún respecto al tema, es necesario subrayar que el Código permite una extensión o un alargamiento del concepto en estudio, cuando se refiere a la equiparación de determinados sujetos a la clásica figura del consumidor, en los arts. 2º, párrafo único, 17 y 29, prescindiendo del vínculo contractual generado en una típica relación de consumo.

³⁰⁵ Sobre el tema, ver: Vieira (2016). Sobre la calificación de consumidor en la Unión Europea, ver: Vieira (2017).

tratando de un tema vinculado a la circulación internacional de personas, es necesario retomar la clásica división entre consumidor activo y pasivo, para luego abordar el concepto de turista empleado por la Organización Mundial del Turismo (en adelante, OMT).

El consumidor activo y pasivo

Tradicionalmente, la doctrina europea suele distinguir el consumidor entre aquel que se traslada hacia el establecimiento comercial del empresario, en busca de mercaderías o servicios, motivando por sí mismo la contratación, de aquel que es invadido o atacado por la ofensiva contractual del empresario en su propio domicilio o residencia habitual. En el primer caso, se está ante el concepto de consumidor activo³⁰⁶ y en el segundo, de consumidor pasivo.

Esta diferenciación, aplicable al consumidor que actúa en el escenario internacional, ha dado lugar a un tratamiento distinto dispensado a cada una de estas categorías. Así, generalmente, aquel consumidor que consume un producto extranjero sin abandonar su territorio ha de gozar del mismo nivel de protección que cuando adquiere bienes o servicios nacionales, en el país de su domicilio. Por otra parte, aquel consumidor que se traslada a otros países, queda sujeto a las leyes del Estado en donde la adquisición tuvo lugar (HARGAIN; MIHALI, 1998, p. 505).

No obstante, es posible referir que, históricamente, a partir del momento en el cual el derecho pasó a preocuparse con la tutela del débil jurídico volcó su atención en la protección de aquel consumidor que es acometido en su domicilio o residencia habitual por publicidades y ofertas³⁰⁷. Como consecuencia de ello, el consumidor activo pasó a ser un protagonista olvidado, que no cuenta con una protección específica, por estar incluido dentro del régimen general de los contratos (VELÁZQUEZ GARDETA, 2010, p. 38).

Más recientemente, el debate se circunscribió al hecho de cómo categorizar el consumo realizado por *internet*. La posición mayoritaria suele sostener que el consumidor que contrata por medios electrónicos debe ser considerado como un consumidor pasivo³⁰⁸ y, por lo tanto, merecedor de una tutela legal específica, aunque no sea posible ubicar territorialmente la relación jurídica celebrada por medios virtuales (VELÁZQUEZ GARDETA, 2010 p.38-39).

Por otro lado, respecto al tema del consumidor activo, son interesantes las observaciones de Mankowski, para quien “se debería tener cuidado al proponer como modelo de norma la utopía política del consumidor como

³⁰⁶ Una pequeña parte de la doctrina clasifica a este sujeto como consumidor dinámico (HARGAIN; MIHALI, 1998. p. 505).

³⁰⁷ Véase, por ejemplo, la distinción realizada por la Convención de Roma de 1980 sobre ley aplicable a los contratos internacionales, cuyo objeto de protección es solamente el consumidor pasivo.

³⁰⁸ La distinción entre consumidor activo y pasivo, en su aplicación al comercio electrónico, no ha cambiado el concepto tradicionalmente empleado para diferenciar uno y otro (MARQUES, 2012, p.428).

participante activo (de manera transfronteriza) en el mercado interno. Aunque existan tales consumidores activos, ellos no son la regla en la práctica jurídica y tampoco deberían serlo por motivos obvios de fomento al mercado interno, que están, en realidad, vinculados a los intereses de los empresarios. Quien critica ‘la lamentable divergencia entre la realidad económico-social y la legislación vigente’ o entonces ‘la asistencia paternalista’, no comprende justamente la realidad económico-social, está ciego para la realidad y cae en conceptos políticos ideales, de cómo los consumidores deberían ser. Cada uno haga el test: ¿cuándo, por última vez, hizo un pedido relativo a un interés privado en el extranjero? Consumidores transnacionales activos son la excepción y la excepción no debería balizar la formación de la norma” (MANKOWSKI, 2008)³⁰⁹.

Por todo lo expuesto, uno se da cuenta que no se puede dar lugar a demasiadas diferenciaciones que produzcan situaciones que lleven a una desproporcional disminución de la tutela conferida - o a la falta de tutela para una de las categorías -, ya que ambos consumidores (activos y pasivos) están sujetos a una condición de debilidad frente al proveedor del producto o del servicio extranjero. Sin embargo, la realidad demuestra que el consumidor activo ha quedado en un segundo plano, siendo objeto de menor tutela.

El consumidor turista

Según la OMT, el turismo es una actividad positiva para los países, en la medida en que contribuye para la paz mundial y el respeto intercultural³¹⁰. Para esta entidad, el turismo se refleja en una práctica que implica en un desplazamiento de las personas desde su lugar de residencia habitual hacia otro en el cual realizan actividades no laborales³¹¹. Asimismo, para ser considerado un desplazamiento turístico la permanencia en el lugar de destino debe ser de al menos una noche y de no más de un año.

A partir de estos elementos, ya la primera definición (FEUZ, 2003, p. 40) presentada por la Comisión de Estadística de la Liga de las Naciones, en

³⁰⁹ Traducción propia.

³¹⁰ Dicta el art. 1º del *Global Code of Ethics for Tourism*, de la OMT: “tourism’s contribution to mutual understanding and respect between peoples and societies 1. The understanding and promotion of the ethical values common to humanity, with an attitude of tolerance and respect for the diversity of religious, philosophical and moral beliefs, are both the foundation and the consequence of responsible tourism; stakeholders in tourism development and tourists themselves should observe the social and cultural traditions and practices of all peoples, including those of minorities and indigenous peoples and to recognize their worth [...]”.

³¹¹ La UE, en la Directiva n. 1990/314/CEE relativa a los viajes combinados, las vacaciones combinadas y los circuitos combinados, calificó al consumidor turista en los siguientes términos: “consumidor: la persona que compra o se compromete a comprar el viaje combinado (‘el contratante principal’), la persona en nombre de la cual el contratante principal se compromete a comprar el viaje combinado (‘los demás beneficiarios’) o la persona a la cual el contratante principal u otro beneficiario cede el viaje combinado (‘cesionario’)”.

1937, distinguía entre turistas y excursionistas, integrando en el primer concepto a aquellos viajantes temporarios que permanecían por, por lo menos, 24 horas en el país visitado, siendo que la finalidad del viaje podría ser por vacaciones, salud, estudio, religión, deporte, negocios, familia, conferencias, etc.; mientras que el segundo concepto se refería a los visitantes temporarios que permanecían en el país visitado por menos de 24 horas, incluidos aquí los viajantes de cruceros marítimos³¹².

Para la doctrina, turista es aquel que emprende un movimiento de partir, permanecer por determinado tiempo (estadía) y retornar. Bajo esta perspectiva, solamente pueden ser considerados turistas las personas físicas (MAMEDE, 2004, p. 27).

Respecto al tema, Lidia M. R. Garrido Cordobera sostiene que “cualquier persona que se encuentre en un lugar ajeno a su residencia habitual por el tiempo mínimo que fuere, e incluso de tránsito, gozará de los derechos y concesiones dados al turista por cuanto lo identifican en su carácter de débil las mismas peculiaridades. Hoy se le da un sentido más amplio y abarcador, toda vez que, aun cuando por motivos laborales, de estudio, de salud, un sujeto se encuentre en otro lugar ajeno al de su domicilio, efectuando o no asimismo actividades turísticas, en tanto destinatario final de productos o servicios fuera de su lugar de residencia, gozará de las mismas prerrogativas” (GARRIDO CORDOBERA, 2012, p. 1345).

De hecho, a partir de las calificaciones expuestas, verificase que conforman el concepto de turista los siguientes elementos: a) el desplazamiento para fuera del entorno habitual; b) el carácter temporal del desplazamiento, que no puede superar más de 1 año; c) el no ejercicio de una actividad remunerada en el lugar visitado, lo que demuestra el carácter no profesional de la actividad realizada por el visitante en el lugar de destino³¹³. Estas características, sumadas

³¹² Pareciera que la diferenciación entre turista y excursionista no ha cambiado con el pasar de los años. De acuerdo con la *International Recommendations for Tourism Statistics*, del 2008, ítem 2.9, un visitante es un viajero que hace un viaje a un destino principal fuera de su entorno habitual, de menos de un año, con cualquier propósito principal (negocios, ocio u otros motivos personales) que no sea para estar al servicio de una entidad residente en el país o lugar visitado. Estos viajes realizados por los visitantes se califican como viajes turísticos. En este sentido, el turismo se refiere a la actividad de los visitantes. Asimismo, conforme el ítem 2.13, un visitante (nacional, entrante o saliente) se clasifica como turista (o visitante que pernocta), si su viaje incluye una noche de estancia, o como excursionista, si su visita es de un solo día (STATISTICAL COMMISSION, 2007. p. 123).

³¹³ Estas características también se hacen presentes en la calificación de turista contenida en el art. 2.1 de la propuesta brasileña de Convención sobre cooperación en materia de protección de los visitantes y turistas extranjeros, que se presentó, en abril de 2013, para integrar la agenda de trabajos futuros de la Conferencia de La Haya, a partir de abril de 2014. Según el dispositivo mencionado, “turista y visitante extranjero” significa cualquier persona que tenga su residencia habitual en un Estado Contratante a viajar a un destino, llegando o haciendo un viaje a un país extranjero o que se encuentre temporalmente en otro país distinto del país de su residencia habitual, para ocio, comercio, conferencias, propósitos religiosos o educacionales o para cualquier propósito personal, siempre que no sea el de trabajo en una empresa establecida en el país visitado, quién se beneficia de la definición de consumidor bajo la legislación del Estado de recepción o en virtud de la ley del Estado Contratante de su residencia habitual (‘el Estado de

al hecho de que el turista es el destinatario final de los bienes o servicios adquiridos lo califican, sin sombra de dudas, como “consumidor”³¹⁴.

Asimismo, parte de la doctrina clasifica al turista como un subconsumidor o infraconsumidor, porque en el lugar de destino turístico está más expuesto que otros consumidores a la afectación de sus derechos³¹⁵, sea por desconocerlos, sea por no entender el idioma, sea por no saber cómo formular una reclamación, en razón del pequeño monto involucrado³¹⁶, etc., siendo, por lo tanto, un blanco fácil de abusos por parte de las empresas con las cuales contrata³¹⁷.

Por tales razones, y considerando que el turista es un sujeto que forma parte de una relación jurídica compleja³¹⁸, en la medida en que el viaje turístico puede englobar una serie de servicios, tales como el transporte por vía terrestre, aérea, marítima o fluvial; el alquiler de automóviles; hotelería; restaurantes; excursiones; financiamiento con tarjetas de crédito; etc., se verifica que se trata de un consumidor activo, propiamente dicho, sujeto a una serie de riesgos, que necesita obtener una protección especial del Estado, en razón de su vulnerabilidad (MARQUES, 2012, p. 425).

El Mercosur y la preocupación con el consumidor turista

La protección del consumidor transfronterizo, en el Mercosur, ha sido un tema que viene siendo tratado entre los Estados Partes, desde 1996, cuando en este entonces fue aprobado el Protocolo de Santa María sobre jurisdicción internacional en materia de contratos con consumidores, pero que nunca ha entrado en vigor. Desde esta época hacia nuestros días, muchos proyectos han sido desarrollados en el bloque y entre ellos, haremos hincapié en dos, que

origen’), aun cuando nacional de estos países, esta definición incluye la visita de un día o excursionista, el visitante por una noche y todos los estudiantes no-permanentes, independientemente de la magnitud de la estancia en el Estado de recepción. ‘Turista’ también significa un turista definido como tal por la Organización Mundial del Turismo (UNWTO), que se encuentre temporalmente fuera de su país de residencia habitual”. Para mayores detalles sobre la propuesta ver: Marques (2013, p. 293-314) e Marques (2014a, p. 823-848).

³¹⁴ La Carta del Turismo y el Código del Turista, de 1985, ya reconocían el carácter de consumidor que tiene el turista, al establecer, en su art. XIII.2.b, que debería garantizarse a los turistas, con ocasión de su acceso a los lugares y localidades de interés turístico y durante su tránsito y estancia, entre otras cosas, “la seguridad de su persona y sus bienes, así como la protección de sus derechos en calidad de consumidores”. En el mismo sentido, el Tribunal de Justicia de la UE, en sede de cuestión prejudicial, “admitió no solo el carácter de consumidor del turista, sino que además declaró que los turistas son usuarios, es decir, destinatarios de servicios”. (TJ/UE. Sentencia prejudicial. Asunto C-286/82. “Graziana Luisi y Giuseppe Carbone c/ Ministerio del Tesoro de Italia”. Juzgada el 31 mar. 1984. Disponible en: <<http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?text=&docid=92216&pageIndex=0&doclang=ES&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=623837>>. Acceso en: 20 jul. 2017). Para más detalles sobre el tema, ver: Madrid Martínez, 2012, p. 361).

³¹⁵ Garrido Cordobera (2012, p. 1346). En el mismo sentido: Madrid Martínez (2012, p. 358).

³¹⁶ Sobre el tema ver: Vieira (2013).

³¹⁷ En el mismo sentido, ver: Vázquez Ferreyra (2003, p. 416.)

³¹⁸ Sobre el tema, ver las distintas aristas del turismo aplicado al derecho, en: Martínez e García (2014).

representan la preocupación con la regulación del turismo, la circulación de personas y la protección del consumidor turista, agente olvidado en la mayor parte de las legislaciones.

El acuerdo interinstitucional entre los órganos de defensa del consumidor de los estados parte del Mercosur para la defensa del consumidor visitante

Para buscar una efectiva protección de los intereses de los consumidores turistas y visitantes, que se encuentran transitoriamente en el territorio de los Estados mercosureños – a saber, Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Venezuela –, desde octubre del 2003, existe un diálogo informal entre las organizaciones de defensa de los consumidores de los distintos países que integran el bloque. Este diálogo fue reforzado, principalmente, por la Declaración del Foro de Consumidores del Mercosur, de diciembre del año señalado, la cual prima por la coordinación de organizaciones de consumidores para establecer un espacio permanente de intercambio de opiniones que puedan influir en el proceso de integración y así contribuir para que los derechos del consumidor sean plenamente reconocidos e incorporados en las resoluciones que adopten sus miembros (párrafo 5º) (BOURGOIGNIE (2009, p. 58).

Con la intención de oficializar estas relaciones informales y así facilitar la búsqueda de una efectiva protección de los consumidores de la región, cuando estos estuvieren transitoriamente en el Estado que no sea el de su domicilio, el 3 de junio de 2004, en Buenos Aires, se celebró el Acuerdo Interinstitucional de Entendimiento entre los Organismos de Defensa del Consumidor de los Estados Parte del Mercosur para la Defensa del Consumidor Visitante³¹⁹.

Según el art. 3º de este Acuerdo, se buscará asesorar e informar a los consumidores con relación a sus derechos, poniendo a su disposición mecanismos ágiles y eficaces para posibilitar la solución de conflictos que puedan ocurrir durante su estada en el país distinto al de su domicilio, tendientes a ofrecer un rápido tratamiento del problema presentado, de acuerdo con las normas y procedimientos del país anfitrión. Además, serán creados mecanismos de información recíproca a los consumidores respecto a las denuncias y reclamaciones formuladas con base en este Acuerdo.

La propia norma mercosureña añade que las partes contratantes deberán analizar los resultados de la operación implementada por este Acuerdo, lo que viene siendo hecho en las reuniones del CT n. 7. En este sentido, es posible señalar que en la reunión realizada en los días 16 y 17 de agosto de 2012, se decidió empezar la fase de implementación referida, como proyecto piloto, que cuenta con el apoyo de las Superintendencias de Protección y Defensa del

³¹⁹ Mercosur/LV GMC/DI n. 12, 2004. Disponible en: <http://www.mercosur.int/msweb/SM/DefCons/es/Acu_Def_Cons_Vis_ES.pdf>. Acceso en: 03 ago. 2017.

Consumidor (en adelante, PROCON's) de Río de Janeiro y San Pablo. Además, en el año subrayado, se creó un Comité de expertos en protección de visitantes y consumidores, para asesorar la fase de implementación de la norma.

El 10 de enero de 2013, los PROCON's mencionados, en una acción conjunta con la Secretaría Nacional del Consumidor (SENACON/Brasil), lanzaron oficialmente el Formulario de Reclamo para el Consumidor Visitante del Mercosur, en conjunto con Uruguay y Venezuela, con el objetivo de atender al turista que visita los países del bloque.

A partir de entonces, el Proyecto empezó a ser desarrollado en Río de Janeiro, San Pablo, Punta del Este, Montevideo, Caracas y Estado Vargas, buscando implantar en los órganos de defensa del consumidor de cada localidad un formulario que deberá completar el turista o visitante que enfrente problemas, resultantes de la relación de consumo, durante su estadía en el país de destino. La intención del Proyecto es que la reclamación se dé en instancia administrativa, buscando la conciliación inmediata entre las partes involucradas. Para esto, el órgano de protección al consumidor del local en donde fue presentado el reclamo, así como el de la residencia³²⁰ del consumidor, deberán permanecer en constante contacto e intercambio de informaciones, hasta la obtención del resultado final de la solicitud. La adopción de este sistema, permitirá que el turista o visitante regrese a su país de origen y siga siendo asistido hasta que el conflicto se resuelva, en virtud de la integración entre los órganos de defensa del consumidor.

De esta forma, se ha dicho que el Mercosur ha creado dos instrumentos (el acuerdo de cooperación administrativa del 2004 y un Comité conjunto de expertos sobre la protección de los visitantes y consumidores, del 2012), que combinados, permiten que más del 80% de los problemas se resuelvan con la simple intervención de las autoridades nacionales de aplicación, por teléfono. Esta medida asegura más información a los turistas extranjeros, en su idioma, y permite que utilicen el formulario para que efectúen sus quejas. Esto fomenta la industria del turismo, los derechos de los consumidores y también refuerza el movimiento de consumidores y organismos nacionales que actúan en nombre de turistas nacionales y extranjeros (ILA, 2014).

El proyecto de acuerdo sobre derecho aplicable en materia de contratos internacionales de consumo

En la LXXXIX Reunión Ordinaria del Grupo del Mercado Común (GMC), ocurrida entre los días 16 a 18 de octubre de 2012, en Cuiabá, fue aprobado el Proyecto de Decisión n° 15/2012, conteniendo el Acuerdo del Mercosur sobre Derecho Aplicable en Materia de Contratos Internacionales de

³²⁰ Cabe subrayar que el consumidor debe estar domiciliado en un Estado Parte del Mercosur, para que pueda beneficiarse con los términos del Proyecto.

Consumo³²¹, norma que busca insertar en del derecho del bloque reglas de Derecho Internacional Privado para proteger al consumidor transfronterizo.

En lo que nos interesa, el Proyecto propone una norma específica, en materia de ley aplicable al contrato internacional de consumo, para regular los contratos celebrados por el consumidor turista, algo bastante innovador, ya que éste ni siquiera en la Unión Europea posee normas creadas especialmente para protegerlo, cuando actúa en el escenario internacional.

De este modo, el art. 5° de la propuesta regula los contratos internacionales de consumo cuando el consumidor esté fuera del Estado de su domicilio. En este particular, permite el uso limitado de la autonomía de la voluntad de las partes, al determinar que es posible la elección de la ley aplicable por los contratantes, pudiendo estos optar por el derecho del lugar de celebración o de cumplimiento del contrato o por el derecho del domicilio del consumidor. Sin embargo, se condiciona la validez del pacto a que el derecho elegido sea favorable a este último. Por ende, el apartado 2 del dispositivo en destaque impone la aplicación del derecho del lugar de celebración del contrato, para los casos de ausencia de elección válida.

Específicamente respecto a los contratos celebrados en paquete o con servicios combinados, como grupo turístico, o conjuntamente con hotelería y/o turismo, previstos en el art. 7° del Proyecto, será aplicado el derecho del Estado del domicilio del consumidor, sin mayores especulaciones. No obstante ello, el dispositivo exige, para su aplicación, que estos contratos de viaje tengan cumplimiento fuera del Estado del domicilio del consumidor.

Para los contratos de tiempo compartido y contratos semejantes de uso de bienes inmuebles por turno, en el art. 8°, está dada la exigencia de que las normas imperativas del Estado en que fue realizada la oferta, la publicidad o el *marketing* sean empleadas para interpretar el contrato, siempre a favor del consumidor³²².

En que pese la importancia del Proyecto referido, hasta la fecha, el mismo no ha obtenido aprobación, en el ámbito del Consejo del Mercado Común (CMC).

³²¹ Para más detalles sobre el Proyecto, ver: Vieira (2015).

³²² Con relación al art. 8° es interesante destacar la redacción actual del dispositivo: “Contratos de tiempo compartido y contratos semejantes de uso de bienes inmuebles por turnos. Sin perjuicio de las reglas anteriores, se tomarán en cuenta para la interpretación del contrato, la que se efectuará en favor del consumidor, las normas imperativas del Estado en que fue realizada la oferta, la publicidad o cualquier actividad de mercadeo (*marketing*), tales como llamadas telefónicas, invitaciones a participar de recepciones, reuniones, fiestas, envío de premios, invitación a ofertar, realización de sorteos, estadías o adjudicaciones gratuitas, entre otras actividades realizadas por los representantes o por los propietarios, organizadores o administradores de tiempos compartidos y de sistemas semejantes o contratos de utilización por turno de bienes inmuebles o la suscripción de precontratos o contratos de tiempo compartido o derechos de uso por turno de bienes inmuebles”.

La Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado y el consumidor turista

Desde 1893, la Conferencia de La Haya viene desarrollando sus trabajos en pro de la uniformización de las normas de Derecho Internacional Privado. Con este objetivo, muchas convenciones nacieron y pudieron ser ratificadas por los Estados, buscando la armonización legislativa en los más diversos ámbitos. Sin embargo, el organismo, hasta hace poco tiempo atrás, no se había preocupado con el consumidor turista.

Este escenario ha cambiado, más precisamente a partir de la reunión realizada entre los días 8 y 10 de abril de 2014, en la sede de la Conferencia, oportunidad en la cual el gobierno brasileño presentó la Propuesta de Convención sobre la protección al consumidor turista y visitante³²³, resultado de la solicitud de inclusión del tema en la agenda de trabajo de la Conferencia de La Haya.

El Proyecto de Convención, de autoría de la SENACON³²⁴, se basa en la necesidad de facilitarle al turista extranjero el acceso a la justicia y a la asistencia administrativa, estableciendo una red global de cooperación entre Autoridades Centrales y las autoridades competentes para la ejecución y cumplimiento de las medidas nacionales de protección al consumidor³²⁵.

No obstante la solidez de la propuesta, que, además, contempla formularios multilingües³²⁶ para facilitar la reclamación de los turistas, la misma no aborda el tema de la ley aplicable a los contratos internacionales de consumo, haciendo mención, únicamente, a la necesidad de observación y cumplimiento de la ley vigente en el país de destino del turista.

A partir de la construcción del Proyecto mencionado y con el impulso de la Asociación Americana de Derecho Internacional Privado (ASADIP), se intensificaron los esfuerzos para incluir definitivamente la temática en la agenda de trabajo de la Conferencia de La Haya, acción que contó con la manifestación de apoyo de Argentina, Perú, Uruguay, China, la Unión Europea, Estados Unidos y África del Sur (MARQUES, 2013, p. 296; MARQUES, 2014b, p. 78-82).

³²³ Sobre el tema ver: Silva e Cipriano (2014, p. 36).

³²⁴ La SENACON contó con el apoyo de Cláudia Lima Marques para la redacción del Proyecto de Convención.

³²⁵ Conforme determina el art. 1º, apartado 2 del Proyecto: “el presente Convenio establece una red de autoridades encargadas de monitorear y hacer cumplir la aplicación de la legislación relativa a la protección del consumidor y del turista, con el objetivo de garantizar el cumplimiento de la legislación del Estado de acogida (“el Estado de recepción”) y facilitar la resolución de no conformidad o afronta a la ley en el Estado de recepción y el acceso a la justicia de los turistas, también en materia de reclamaciones de menor cuantía en este Estado, así como el uso de los documentos producidos en las quejas administrativas efectuadas en otros Estados Contratantes”.

³²⁶ Los formularios fueron presentados en inglés, francés, portugués, español, italiano, chino, japonés, ruso y hebraico.

También por iniciativa de la ASADIP, fue elaborado un cuestionario³²⁷ respecto a la propuesta brasileña de Convención, antes referida, que fue respondido por especialistas en la materia y representantes de los gobiernos nacionales, siendo finalmente discutido en el IV Encuentro Preparatorio para la reunión del Consejo de la Conferencia de La Haya, llevado a cabo en la ciudad de Río de Janeiro, en los días 20 y 21 de marzo de 2014. En virtud de la reunión realizada, fue publicada la “Carta de Gávea”, en la cual los presentes reiteran su apoyo a la inclusión del tema de la protección internacional de los turistas en la agenda de trabajo de la Conferencia.

Finalmente, en abril de 2014, en la reunión realizada en el Consejo para Asuntos Generales y Política, el tema entró en la agenda del *Bureau* Permanente, pero aún sin la designación de un grupo de trabajo específico para abordar la materia. En esta oportunidad, se presentó la versión oficial de la Propuesta de Convención sobre la protección del turista y visitante, que contempla los aportes realizados a partir de las respuestas al cuestionario antes señalado.

Tal como lo ha manifestado la propia ASADIP: “se trata de la primera oportunidad en que una propuesta de un tema nuevo en este organismo proviene de un país de América Latina. La misma contó con el apoyo unánime de las delegaciones de la citada región, así como el apoyo expreso de la ASADIP (que compartió con los participantes lo ocurrido en la reunión preparatoria de Río de Janeiro, y en específico el contenido de la “Carta de Gavea”). La inclusión del tema en la agenda de trabajo fue fuertemente apoyada por las delegaciones de China y Portugal, mientras que algunas delegaciones expresaron ciertas dudas al tratamiento del mismo en la Conferencia de La Haya. En definitiva, el tema ha sido incorporado a la agenda de trabajo del citado organismo, y el próximo año el Consejo valorará la posibilidad de comenzar a trabajar en la temática”³²⁸.

A modo de colofón

Conforme se ha dicho, las cifras del crecimiento del turismo a nivel global son categóricas y contundentes. Según la OMT, “el ingreso de turistas en el mundo aumentó de 530 millones en el año 1995 a 1,035 millones en el año 2012. Es más, dicha organización ha previsto que las llegadas de turistas internacionales se incrementarán en un 3,3% anual entre los años 2010 y 2013,

³²⁷ Las preguntas enviadas se refieren a tres grandes ejes: a) existencia de acuerdos bilaterales y multilaterales y participación del país en otros foros de codificación destinados a la protección internacional del turista; b) uso de instituciones de defensa del consumidor y autoridades existentes para proteger a los turistas; c) aspectos específicos involucrando a turistas – tratamiento dispensado por la jurisprudencia nacional, existencia de tribunales o juzgados especiales, utilización de formularios para reclamos de visitantes y turistas extranjeros.

³²⁸ Reunión del Consejo de Asuntos Generales y Políticas de la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado (8-10 de abril de 2014). Disponible en: <<http://www.asadip.org/v2/?p=4147>>. Acceso en: 18 jun. 2017.

hasta alcanzar los 1,800 millones en 2030” (TASSANO VELAOCHAGA, 2014, p. 241).

Este aumento del turismo en escala global corrobora la necesidad de existencia de normas que ofrezcan protección al consumidor turista, que contrata más allá de las fronteras de su Estado de residencia habitual, dada la total ausencia de instrumentos normativos vigentes en este sentido, en la actualidad.

Esfuerzos realizados por organismos codificadores como el Mercosur y la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado son de especial relevancia y no pueden quedar en el olvido. En otras palabras, la protección transfronteriza del consumidor turista es una medida necesaria para incrementar el comercio internacional y así facilitar la circulación de personas. Por ello, las iniciativas referidas en este artículo merecen volver a la agenda de trabajo de los Estados, a fin de darse un mínimo de tutela al sujeto vulnerable de la relación internacional de consumo, denominado, en este ámbito, turista o consumidor activo.

Referencias

- BOURGOIGNIE, T. Integración regional y la protección del consumidor en las Américas y en Europa. In: _____ (Dir.). **Intégration économique régionale et la protection du consommateur**. Cowansville-Québec: Éditions Yvon Blais, 2009.
- FEUZ, P. S. **Direito do consumidor nos contratos de turismo**: código de defesa do consumidor aplicado ao turismo. Bauru, SP: Edipro, 2003.
- GARRIDO CORDOBERA, L. M. R. **La protección del consumidor turista**. Buenos Aires, Argentina: La Ley, 2012
- HARGAIN, D.; MIHALI, G. **Circulación de bienes en el Mercosur**. Buenos Aires, Argentina: BdeF, 1998.
- ILA – INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION. Draft Conference Report Washington 2014. In: WASHINGTON CONFERENCE, 2014, Washington, DC. Anais... São Paulo, SP: ILA, 2014. Disponible en: <<http://www.ila-hq.org/en/committees/draft-committee-reports-washington-2014.cfm>>. Acceso en: 19 jun. 2017.
- MADRID MARTÍNEZ, C. Servicios, turismo y la protección del consumidor: una mirada desde el Derecho Internacional Privado Interamericano. In: SIERRALTA, A. et al. (Org.). **Derecho internacional, mundialización y gobernanza**. Asunción, Paraguay: CEDEP, 2012. (Jornadas de la ASADIP, Lima, nov. 2012).
- MAMEDE, G. **Direito do consumidor no turismo**: código de defesa do consumidor aplicado aos contratos, aos serviços e ao marketing de turismo. São Paulo, SP: Atlas, 2004.
- MANKOWSKI, P. **Direito internacional europeu de proteção ao consumidor**. Desenvolvimento e Estado: um panorama atual. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, SP, n. 67, 2008.
- MARQUES, C. L. The brazilian ‘draft convention on cooperation in respect of tourists and visitors abroad’ at the Hague Conference and the UN World Tourism Organization’s Draft Convention”. In: MORENO RODRÍGUEZ, J. A.; MARQUES, C. L. (Coord.). **Los servicios en el derecho internacional privado**. Asunción: Gráfica e Editora RJR, 2014a. (Jornadas de la ASADIP 2014.)
- _____. Proposta brasileira de convenção sobre cooperação em respeito da proteção dos turistas e visitantes estrangeiros na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado: por uma rede de cooperação global para proteger turistas estrangeiros. In: **BRASIL**. Ministério da

- Justiça. Secretaria Nacional do Consumidor. Ministério do Turismo. A proteção internacional do consumidor turista e visitante. Brasília, DF, 2014b.
- _____. Los esfuerzos de la ASADIP para incluir el tema de la protección del turista en la agenda de trabajo de la Conferencia de La Haya y la Propuesta de ‘Convención de cooperación en materia de protección de los visitantes y turistas extranjeros’. In: **CEDEP**. Derecho internacional privado y derecho de la integración. Libro Homenaje a Roberto Ruiz Díaz Labrano. Asunción, Paraguay, 2013.
- _____. Towards a global approach to protect foreign tourists: building governance through a new cooperation net in consumer and tourist issues”. In: SIERRALTA, A.; _____; MORENO RODRÍGUEZ, J. A. (Org.). Derecho internacional, mundialización y gobernanza. Asunción, Paraguay: CEDEP, 2012. (Jornadas de la ASADIP, 2012).
- _____. “Brésil”; FERNÁNDEZ ARROYO, D. P. (Ed.). Consumer protection in international private relationships: la protection des consommateurs dans les relations privées internationales. Asunción, Paraguay: CEDEP, 2010.
- _____; MIRAGEM, B.; BENJAMIM, A. H. Comentários ao código de defesa do consumidor. 2.ed. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2006.
- MARTINEZ, R. C.; GARCIA, J. A. (Org.). Direito e turismo. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.
- ODY, L. F. W. O conceito de consumidor e noção de vulnerabilidade nos países do Mercosul. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, SP, n. 64, 2007.
- SILVA, J. P.; CIPRIANO, A. C. M. Proteção e defesa do consumidor turista e visitante no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional do Consumidor. Ministério do Turismo. A proteção internacional do consumidor turista e visitante. Brasília, DF, 2014.
- STATISTICAL COMMISSION. International recommendations for tourism statistics 2008. New York, NY/Madrid, 2007. Disponible en: <http://statistics.unwto.org/content/irts2008_cg>. Acceso en: 08 jan. 2017.
- TASSANO VELAUCHAGA, H. E. La protección de los consumidores más allá de las fronteras. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional do Consumidor. Ministério do Turismo. A proteção internacional do consumidor turista e visitante. Brasília, DF, 2014.
- VÁZQUEZ FERREYRA, R. A. Turismo y defensa del consumidor. In: LORENZETTI, R. L.; SCHÖTZ, G. J. (Coord.). Defensa del consumidor. Buenos Aires, Argentina: Ábaco de Rodolfo Depalma, 2003.
- VELÁZQUEZ GARDETA, J. M. El derecho más favorable al consumidor, la mejor solución también para los contratos de consumo online. In: FERNÁNDEZ ARROYO, D. P.; GONZÁLEZ MARTÍN, N. (Coord.). Tendencias y relaciones: derecho internacional privado americano actual. México, DF: Porrúa, 2010. (Jornadas de la ASADIP 2008).
- VIEIRA, L. K. La hipervulnerabilidad del consumidor transfronterizo y la función material del derecho internacional privado. Buenos Aires, Argentina: La Ley, 2017.
- _____. El concepto de consumidor y el Mercosur ampliado: un análisis del derecho de fuente convencional e interna de los Estados Partes del bloque. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, SP, n. 107, 2016.
- _____. El proyecto de acuerdo del Mercosur sobre derecho aplicable en materia de contratos internacionales de consumo. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, SP, n. 99, 2015.
- _____. Protección internacional del consumidor: procesos de escasa cuantía en los litigios transfronterizos. Buenos Aires, Argentina: BdeF, 2013.

PARTE 4

NOTAS DE PESQUISA PARA UMA AGENDA SUL-SUL

MIGRACIONES Y ORGANIZACIÓN SOCIAL DEL CUIDADO EN ARGENTINA: UN CAMPO DE ESTUDIO EMERGENTE

María José Magliano
Ana Inés Mallimaci Barral
Natacha Borgeaud-Garciandía
Carolina Rosas

En estas páginas se sintetizan los intereses de un proyecto de investigación en curso³²⁹, que procura vincular dos grandes campos de estudio: *las migraciones* (internacionales e internas) y *los trabajos de cuidado* en Argentina. A nivel internacional, en las últimas décadas ese vínculo ha sido objeto de un importante desarrollo de investigaciones en términos de “migraciones de cuidado”, las cuales implican la movilidad de mujeres para cumplir con actividades de cuidado remunerado (de hogares y personas dependientes) en otros países y regiones, en vistas de suplir las carencias en cuidado generadas por el debilitamiento de los servicios sociales públicos y la menor disponibilidad de las mujeres insertas en el mercado laboral. Ese campo de investigación se encuentra fuertemente estructurado alrededor de un tipo de movilidad de mujeres provenientes de países “del Sur” que van a trabajar a países “del Norte”. Sin embargo, consideramos que las especificidades de la historia y de la sociedad argentina (BARRANCOS, 2007; JELIN, 1998; LOBATO, 2007), así como las diversas corrientes migratorias que han arribado al país, permiten repensar y complejizar los desarrollos de este campo a la luz de una realidad social diferente a la de los países del Norte, caracterizada por una escasa presencia estatal en el área de los cuidados.

La problemática del cuidado –entendido como el trabajo que se realiza en pos de mantener o preservar la vida del otro y que involucra aspectos tanto materiales como afectivos y psicológicos (ESQUIVEL, 2010; MOLINIER, 2005) – constituye una temática de análisis que ha tenido escaso desarrollo en el país a pesar 1) de la importancia de las actividades de cuidado en la reproducción familiar y social; 2) del desarrollo a nivel internacional de los estudios desde la perspectiva del “care” (GILLIGAN, 1982; TRONTO, 1993; PAPERMAN; LAUGIER, 2005); y 3) de la presencia histórica de mujeres migrantes en el sector de cuidados remunerados en las ciudades argentinas.

³²⁹ Proyecto de investigación PICT 201-0058 (convocatoria 2016) del Fondo para la Investigación Científica y Tecnológica (FonCyT), Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica (ANPCyT) de Argentina. El mismo está integrado por María José Magliano (Directora), Ana Inés Mallimaci, Natacha Borgeaud-Garciandía, Carolina Rosas, Verónica Jaramillo Fonnegra, Catalina Monjeau, María Victoria Perissinotti, Luciana Vaccotti, Sonia Voscoboinik y Denise Zenklusen.

El conocimiento acumulado en nuestros anteriores trabajos de investigación y en la bibliografía especializada nos permite sostener que el análisis del trabajo de cuidado realizado por las mujeres migrantes internas e internacionales permite dar cuenta de la heterogeneidad de las actividades de cuidado en la sociedad argentina, las formas en que se organiza esa diversidad y las lógicas que sostienen y legitiman las jerarquías entre las actividades. Además, el análisis de las especificidades del trabajo vinculado a la organización social de los cuidados desarrolladas por las mujeres migrantes en los grandes centros urbanos de Argentina permite realizar un aporte novedoso en el campo de estudio de las migraciones laborales que no han incluido a la problemática del cuidado como tal, así como complejizar la comprensión conceptual del “cuidado” a partir de recuperar las experiencias locales y los marcos interpretativos de las/los entrevistados/as.

Es por ello que, si bien nuestros estudios se inscriben en continuidad con los análisis que vinculan el trabajo doméstico con las migraciones laborales de mujeres, proponemos una aprehensión más amplia del trabajo de cuidado, y abarcamos una mayor diversidad de modalidades tanto remuneradas (empleo doméstico, de cuidado, enfermería) como no remuneradas (familiar y comunitaria). En efecto, nuestros estudios previos han mostrado que en Argentina la organización social de los cuidados incluye actividades con diversos objetivos y alcances, desarrolladas en distintos ámbitos (públicos y privados; remunerados y no remunerados; comunitarios o familiares, entre otros) que, a su vez, están articulados y jerarquizados entre ellos.

Cabe también puntualizar que el énfasis en la migración internacional ha descuidado la importancia de los flujos migratorios internos, desconociendo a la vez las posibles similitudes y articulaciones que presentan ambos tipos migratorios. Por ello, en nuestro proyecto migrantes internos e internacionales vuelven a encontrarse en el marco de las actividades de cuidado familiares, comunitarias y de salud.

Objetivos. El objetivo general es analizar y reflexionar críticamente sobre las especificidades de las trayectorias y actividades vinculadas a la organización social de los cuidados desarrolladas por las mujeres migrantes internas e internacionales en los ámbitos familiares, de la salud y comunitario. Para ello abordamos centralmente los grupos migrantes bolivianos, paraguayos y peruanos, cuantitativamente más importantes en la Argentina contemporánea, así como los grupos de migrantes internos, en dos contextos: el Gran Buenos Aires (GBA) y el Gran Córdoba (GC)³³⁰.

³³⁰ Siguiendo las definiciones del Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) de la Argentina, entendemos que Gran Buenos Aires refiere al conjunto urbano formado por la Ciudad de Buenos Aires y los partidos circundantes (Conurbano Bonaerense), mientras que Gran Córdoba refiere al conjunto formado por la Ciudad de Córdoba y las localidades circundantes.

Los siguientes objetivos específicos expresan intereses transversales a los distintos abordajes encarados por las integrantes en las áreas familiar, de la salud y comunitaria.

1. Comprender las actividades de provisión de cuidados realizadas en los diferentes grupos y contextos analizados y las representaciones sobre ellas construidas por los actores involucrados.
2. Analizar las vinculaciones entre trayectorias migratorias, laborales y familiares a la luz de las actividades de provisión de cuidados desarrolladas por las mujeres migrantes.
3. Identificar los posibles pasajes y circulaciones entre las distintas áreas analizadas (familiar, de la salud y comunitaria), comprendiendo el sentido otorgado a ellos por las cuidadoras migrantes.
4. Explorar las implicaciones del actuar del Estado y los diferentes actores institucionales involucrados en la gestión de los cuidados, así como en el recorrido, desempeño y condiciones laborales de las cuidadoras migrantes.

Metodología de trabajo. La perspectiva teórico-metodológica que guía este proyecto se ubica en la larga y amplia tradición de la metodología cualitativa. El tipo de diseño de investigación que articula lógicamente los elementos constitutivos de este proyecto es “flexible”. En este sentido, el contexto conceptual sirve de guía para advertir relaciones o características que quedarían inadvertidas o no comprendidas, pero no constriñe por anticipado la realidad para evitar que se conviertan en reificaciones que obturan el proceso de conocimiento.

Otorgamos centralidad a los actores sociales, sus actividades y sus representaciones, comprendiéndolos en constante articulación con condicionamientos estructurales que limitan o posibilitan sus recorridos biográficos. Consideramos que la manera de aprehender estas vinculaciones se encuentra en el análisis de los relatos de las/los participantes como recurso metodológico privilegiado. La investigación cualitativa tiene como premisa partir de la perspectiva de los sujetos y es particularmente adecuada para comprender la vida de las personas, los movimientos sociales y la interacción entre los sujetos. Dentro de esta tradición, trabajamos con las siguientes técnicas: 1) La etnografía, 2) Las entrevistas individuales, 3) Las historias de vida y 4) Las entrevistas colectivas.

Unidades de información. Las unidades primarias son aquellas imprescindibles para la consecución de los objetivos específicos, y nos referimos especialmente a las mujeres migrantes internas e internacionales que reúnen las siguientes características.

.En el área familiar: empleadas de casas particulares que hayan migrado hacia el GBA y/o el GC y que trabajen actualmente en actividades de limpieza y/o cuidado de personas dependientes.

.En el área de la salud: estudiantes y trabajadoras de enfermería que hayan migrado hacia el GBA y/o el GC.

.En el área comunitaria: referentes barriales, vecinas autoconvocadas y militantes de Organizaciones de la Sociedad Civil, que realizan distintas tareas (sanitarias, alimentarias, lúdicas, etc.) en centros comunitarios de espacios urbanos relegados de GBA y GC.

Antecedentes y relevancia del problema. Las teorías del cuidado conocen sus primeros desarrollos a partir de los trabajos en psicología moral de Carol Gilligan (1982), antes de ser retomadas y politizadas por otras autoras que, entre otros aportes, definen el cuidado como una actividad y abren al estudio de su desigual distribución social (TRONTO, 1993). Dentro del campo de los estudios sobre género, migración internacional y trabajo remunerado, específicamente, el tema de los empleos relacionados con el cuidado ha ocupado un lugar de relevancia, especialmente en los países del Norte, en tanto empleos en los que las migrantes están sobrerrepresentadas. Estas investigaciones analizan principalmente el rol de las mujeres migrantes internacionales en la provisión de los cuidados y la generación de cadenas transnacionales de cuidado (PARREÑAS, 2001; EHRENREICH; HOCHSCHILD, 2003; PEREZ OROZCO, 2007; ARIZA, 2011; HONDAGNEU-SOTELO; ESTRADA; RAMIREZ, 2011; VEGA; GUTIERREZ RODRIGUEZ, 2014; HERRERA, 2016).

Así, estas migraciones se enmarcan en la llamada “crisis de los cuidados” en los países del Norte (HOCHSCHILD, 2000) comprendida como un complejo proceso de reorganización de los trabajos de cuidados que continúa descansando mayoritariamente sobre las mujeres, pero que depende del empleo de “otras” mujeres (PEREZ OROZCO, 2007). Se trata de una creciente etnización, racialización y externalización de los servicios de reproducción social que, a la vez que permite que se reproduzcan las desigualdades entre hombres y mujeres ante las tareas de reproducción, agudiza las desigualdades entre las propias mujeres, básicamente en razón de la clase y la etnia o asignación racial (PARELLA, 2003).

En el marco de las migraciones Sur-Sur, haciendo referencia a los procesos que se gestan en el interior de América Latina y en Argentina en particular, son menos abundantes los trabajos que abordan la relación entre trabajos de cuidado y migración internacional femenina. Los trabajos pioneros que pueden rastrearse en relación con dicho entrecruzamiento surgen en las décadas del setenta (JELIN, 1976; MARSHALL, 1979) y analizan algunas de las características más salientes de esta actividad respecto a los procesos migratorios internos e internacionales en Argentina. Más adelante, emergieron nuevos estudios preocupados por analizar las dinámicas migratorias más actuales. Estos estudios se concentran en la articulación entre la feminización de la migración y la organización familiar (BRUNO, 2011; COURTIS; PACECCA, 2010), los aspectos demográficos del fenómeno (CACOPARDO, 2002; CERRUTTI, 2005; MAGUID; BRUNO, 2010), las características de la relación laboral empleadora/empleada (CANEVARO, 2013) y aspectos legales de la

relación laboral (CERIANI et al., 2009; POBLETE, 2015; JARAMILLO FONNEGRA, 2013).

Además, las integrantes de este grupo de investigación han contribuido con sus propios estudios, como se señala brevemente a continuación

Síntesis de avances de investigación. Como ya se ha dicho, los intereses de las integrantes de este equipo de investigación se pueden agrupar en tres áreas temáticas fundamentales de la reproducción social vinculada a las migraciones: familiar, de la salud y comunitaria. Más precisamente, hemos producido avances en cuanto a las siguientes dimensiones:

1) Las experiencias de las mujeres migrantes trabajadoras domésticas y de cuidado personal que laboran en el área familiar, especialmente migrantes internas, bolivianas, paraguayas y peruanas (MALLIMACI BARRAL, 2015; 2016; ROSAS; JARAMILLO FONNEGRA; VERGARA, 2015; BORGEAUD-GARCIANDIA, 2013; 2016; 2017a; MALLIMACI BARRAL; MAGLIANO, 2016a; MAGLIANO, 2017a).

2) Las dinámicas laborales en el área de salud, en especial la enfermería, en la que se insertan las migrantes bolivianas, paraguayas, peruanas e internas (MALLIMACI BARRAL, 2016; 2017a; 2017b).

3) Las actividades vinculadas al cuidado comunitario desarrolladas por mujeres migrantes internas, bolivianas, paraguayas, peruanas, que cotidianamente se llevan adelante en espacios urbanos relegados (MAGLIANO; PERISSINOTTI; ZENKLUSEN, 2014; ROSAS; TOLEDO, 2016; MAGLIANO, 2017b; ROSAS (2017).

Esos estudios nos han permitido señalar, entre otros aspectos, que a diferencia de lo que sucede en el Norte, la presencia de mujeres migrantes desempeñándose en trabajos de cuidado remunerados en las grandes ciudades argentinas, sobre todo como empleadas domésticas, tiene poco de novedoso y no puede relacionarse con una crisis en los servicios ofrecidos por el Estado. De hecho, quizás la ausencia del sector público en la esfera de los cuidados a lo largo del tiempo pueda explicar la persistencia del trabajo doméstico remunerado.

Si bien el lazo entre migración y empleo doméstico remunerado es histórico, en este contexto son las migrantes internas las que han tenido mayor preponderancia que las internacionales en el desempeño de estas tareas, aunque estas últimas también han estado históricamente presentes en ese sector (modificándose eventualmente su origen y destino a los largo de nuestra historia). Asimismo, tampoco puede hablarse de una “extranjerización” de los servicios de cuidados nacionales, dado que la mayor parte de las mujeres que realizan actividades en este sector siguen siendo argentinas, muchas de ellas migrantes internas.

Por otro lado, aunque el trabajo doméstico puede ser dominante entre algunos grupos de migrantes, algunas mujeres migrantes, que realizaron o completaron su formación en Argentina, buscan insertarse en empleos de

cuidado más calificados, como la enfermería. Se han encontrado dos formas típicas en que las mujeres extranjeras acceden al mundo de la enfermería. Un primer caso lo representan mujeres que han migrado en contextos familiares cuando eran pequeñas, pero que han crecido y estudiado en Argentina, y toman la decisión de estudiar enfermería. Un segundo caso expresa circulaciones entre empleos de cuidado. Se trata de mujeres migrantes que se desempeñaron en casas particulares como empleadas encargadas de limpieza o como cuidadoras de niños/as o personas mayores, pero que a partir de un número variado de “pasajes” laborales acceden a ser enfermeras. En ambos casos, sin embargo, las mujeres migrantes que ejercen la enfermería se enfrentan con distintas formas de relegación a lugares y prácticas menos valorizados en base a características que se suponen ligadas a su origen. De este modo, el análisis de las interacciones que se producen en la relación con los pares y superiores muestra las tensiones que se generan en torno a la división a la vez social, genérica y racial del trabajo, sus afectos, y los procesos de naturalización a los que da lugar.

Por otro lado, los estudios sobre migraciones latinoamericanas y trabajo de cuidado han puesto poca atención en los cuidados que no se negocian en el mercado y que son realizados de forma no-remunerada o sub-remunerada. Una de estas fórmulas es el trabajo de cuidado comunitario. A diferencia de lo que ocurre en los países del Norte, este tipo de trabajos se encuentra extendido en América Latina, donde es habitual que las familias de sectores populares acudan a la oferta de cuidados de su entorno comunitario, en las Organizaciones de la Sociedad Civil, las instituciones religiosas o los voluntariados. En efecto, en Argentina, dado el relegamiento que caracteriza los espacios urbanos donde muchas migrantes habitan, es común que a sus trabajos de cuidado remunerados se le agreguen otros del ámbito comunitario, imprescindibles para sostener y cuidar esos espacios de vida y las familias que allí habitan, donde la acción del Estado es escasa o inexistente. En este tipo de tareas se incorporan las y los migrantes como *hacedores* del trabajo colectivo y no, como puede ser más común en los países del Norte, como meros receptores de los beneficios de ese trabajo.

Referencias

- ARIZA, M. Mercados de trabajo secundarios e inmigración: el servicio doméstico en Estados Unidos. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, Espanha, n. 136, p. 3-23, 2011.
- BARRANCOS, D. **Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Sudamericana, 2007.
- BORGEAUD-GARCIANDIA, N. **Puertas adentro: trabajo de cuidado domiciliario a adultos mayores y migración en la Ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires, Argentina: Teseo, 2017a. _____ (Ed.). **El trabajo de cuidado**. Buenos Aires, Argentina, 2017b. (Prelo).
- _____. Intimidad, sexualidad, demencias. Estrategias afectivas y apropiación del trabajo de cuidado en contextos deshabilitantes. **Papeles del CEIC**, Vizcaya, Espanha, n. 1, p. 1-27, 2016.

- _____; GEORGES, I. Travail, femmes et migrations dans les Suds (dossier). **Revue Tiers Monde**, France, n. 217, 2014.
- _____. En la intimidad del cuidado de ancianos dependientes: la experiencia de cuidadoras “cama adentro” en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. In: PAUTASSI, L.; ZIBECCHI, C. (Org.). **Las fronteras del cuidado: agenda, derechos e infraestructura**. Buenos Aires, Argentina: Biblos, 2013.
- Brites, J.; TIZZIANI, A.; GORBAN, D. Trabajo doméstico remunerado: espacios y desafíos de la visibilidad social. **Revista de Estudios Sociales**, Madrid, Espanha, n. 45, p. 226-228, 2013.
- BRUNO, S. Migrantes paraguayas y el servicio doméstico en Buenos Aires. Diferencias y desigualdades. In: JORNADAS ARGENTINAS DE ESTUDIOS DE POBLACION, 11., 2011, Neuquén. **Anais...** Argentina: AEPa, 2011.
- CACOPARDO, M. C. Mujeres migrantes y trabajadoras en distintos contextos regionales urbanos. **Papeles de Población**, México, DF, v. 8, n. 34, p. 135-157, 2002.
- CANEVARO, S. Migración y permanencia de la comunidad peruana. Trayectorias de mujeres peruanas en el servicio doméstico de Buenos Aires (1990-2008). In: BENENCIA, R.; PEDREÑO CANOVAS, A.; QUARANTA, G. (Coord.). **Mercados de trabajo, instituciones y trayectorias en distintos escenarios migratorios**. Buenos Aires, Argentina: CICCUS, 2013.
- CATARINO, C.; OSO, L. La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza. **Papers – Revista de Sociologia**, Barcelona, Espanha, v. 60, p. 183-207, 2000.
- CERIANI, P. et al. Migración y trabajo doméstico en Argentina: las precariedades en el marco global. In: VALENZUELA, M. E.; MORA, C. (Ed.). **Trabajo doméstico: un largo camino hacia el trabajo decente**. Santiago de Chile, Chile: OIT, 2009.
- CERRUTTI, M. La migración peruana a la Ciudad de Buenos Aires: su evolución y características. **Población de Buenos Aires**, Buenos Aires, Argentina, v. 2, n. 2, p. 7-28, 2005.
- COURTIS, C.; PACECCA, M. I. Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el Área Metropolitana de Buenos Aires. **Papeles de Población**, México, DF, v. 16, n. 63, p. 155-185, 2010.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. **Stanford Law Review**, US, v. 43, 1991.
- EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. **Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. New York, NY: Henry Holt and Company, LLC, 2003.
- ESQUIVEL, V. Trabajadores del cuidado en la Argentina. En el cruce entre el orden laboral y los servicios de cuidado. **Revista Internacional del Trabajo**, Ginebra, v. 129, n. 4, p. 529-547, 2010.
- GILLIGAN, C. **In a different voice: psychological theory and women development**, Massachusetts and London: Harvard University Press, 1982.
- HERRERA, G. Trabajo doméstico, cuidados y familias transnacionales en América Latina: reflexiones sobre un campo en construcción. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, Paris, 2016. Disponible en: <<http://alhim.revues.org/5430>>.
- HOCHSCHILD, A. Global care chains and emotional surplus value. In: GIDDENS, T.; HUTTON, W. (Ed.). *On the edge: globalization and the new millennium* (130-146). London: Sage Publishers, 2000.
- HONDAGNEU-SOTELO, P.; ESTRADA, E.; RAMÍREZ, H. Más allá de la domesticidad. Un análisis de género de los trabajos de los inmigrantes en el sector informal. **Papers – Revista de Sociologia**, Barcelona, Espanha, v. 96, n. 3, p. 805-824, 2011.

JARAMILLO FONNEGRA, V. **Las trabajadoras migrantes del servicio doméstico en la Ciudad de Buenos Aires a comienzos del siglo XXI: un análisis de las normas de Derechos Humanos laborales y de las instituciones involucradas en su efectivización.** 2013. 166f. Tesis (Maestría en Derechos Humanos) – Instituto de Derechos Humanos, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina., 2013.

JELIN, E. **Pan y afectos: la transformación de las familias.** Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 1998.

_____. **Migración a las ciudades y participación en la fuerza de trabajo de las mujeres latinoamericanas: el caso del servicio doméstico.** Buenos Aires, Argentina: CEDES, n. 4, 1976.

LOBATO, M. **Historia de las trabajadoras en la Argentina (1869-1960).** Buenos Aires, Argentina: Editorial Edhasa, 2007.

MAGLIANO, M. J. Las trabajadoras invisibles: experiencias laborales de mujeres migrantes en Argentina. **Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo**, v. 1, n. 1, p. 2017a.

_____. Migración peruana, trabajo en la construcción y producción del espacio en la ciudad de Córdoba, Argentina. **REMHU – Revista Interdisciplinaria da Mobilidade Humana, Brasília, DF**, v. 50, n. 25, p. 97-114, 2017b.

_____; PERISSINOTTI, M. V.; ZENKLUSEN, D. Las luchas de la migración en contextos laborales: la experiencia de sindicalización de una trabajadora doméstica peruana en Córdoba, Argentina. **Trabajo y Sociedad**, Santiago del Estero República, Argentina, n. 28, p. 309-326, 2017.

_____; PERISSINOTTI, M. V.; ZENKLUSEN, D. **Los nudos ciegos de la desigualdad. Diálogos entre migraciones y cuidado.** Buenos Aires, Argentina: Conicet, 2016.

_____; PERISSINOTTI, M. V.; ZENKLUSEN, D. Estrategias en torno a las formas de apropiación y organización del espacio en un ‘barrio de migrantes’ de la ciudad de Córdoba. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, DF, v. 29, n. 3, p. 513-539, 2014.

MALLIMACI BARRAL, A. I. Mujeres migrantes y la gestión de los cuidados. La enfermería en el horizonte laboral. In: BORGEAUD-GARCIANDIA, N. (Ed.). **El trabajo de cuidado.** Buenos Aires, Argentina, 2017a. (Prelo)

_____. Circulaciones laborales de mujeres migrantes en la Argentina: dos historias de enfermeras en la ciudad de Buenos Aires. In: FAZENDO GENERO, 11., 2017b, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: UFCS, 2017.

_____; MAGLIANO, M. J. Migraciones, género y cuidados en Argentina: jerarquizaciones, desigualdades y movibilidades. In: MAGLIANO, M. J.; PERISSINOTTI, M. V.; ZENKLUSEN, D. (Comp.). **Los nudos ciegos de la desigualdad. Diálogos entre migraciones y cuidado.** Buenos Aires, Argentina: Conicet, 2016.

_____. Migraciones y cuidados. La enfermería como opción laboral de mujeres migrantes en la ciudad de Buenos Aires. **Universitas Humanística**, v. 82, n. 82, p. 395-428, 2016.

_____. Mujeres migrantes en la Argentina. Apuntes para visibilizar su presencia y comprender sus labores. In: MARTINS, A. P. (Coord.). **Políticas do gênero na América Latina: aproximações, diálogos y desafíos.** Jundiá, SP: Paco Editorial, 2015.

MAGUID, A.; BRUNO, S. Migración, mercado de trabajo y movilidad ocupacional: el caso de los bolivianos y paraguayos en el Área Metropolitana de Buenos Aires. **Revista Población de Buenos Aires**, Buenos Aires, Argentina, v. 7, n. 12, p. 7-28, 2010.

MARSHALL, A. Immigrant workers in the Buenos Aires labor market. *International Migration Review*, US, v. 13, n. 3, p. 488-501, 1979.

MOLINIER, P. Le care à l'épreuve du travail. Vulnérabilités croisées et savoir-faire discrets. In: PAPERMAN, P.; LAUGIER, S. (Dir.). **Le souci des autres: éthique et politique du care.** Paris: Raisons Pratiques, EHESS, 2005.

- PAPERMAN, P.; LAUGIER, S. **Le souci des autres: éthique et politique du care**. Paris: Raisons Pratiques, EHESS, 2005.
- PARELLA, S. **Mujer inmigrante y trabajadora: la triple discriminación**. Barcelona, Espanha: Anthropos, 2003.
- PARREÑAS, R. **Servants of globalization: women, migration and domestic work**. Standford, USA: Standford University Press, 2001.
- PEREZ OROZCO, A. **Cadenas globales de cuidado**. República Dominicana: INSTRAW, 2007. (Serie Género, Migración y Desarrollo – Documento de Trabajo 2).
- POBLETE, L. Modos de regulación del trabajo doméstico. Introducción. **Cuadernos del IDES**, Buenos Aires, Argentina, n. 30, 2015.
- ROSAS, C. Mujeres migrantes en el cuidado comunitario. Organización, jerarquizaciones y disputas al sur de Buenos Aires. In: VEGA; MARTINEZ; PAREDES (Coord.). **Cuidado, comunidad y común: explorando experiencias, ámbitos y vínculos cooperativos en el sostenimiento de la vida en América Latina y el Sur de Europa**. Espanha: Ed. Traficantes de Sueños, 2017. (Prelo).
- _____; TOLEDO, J. M. Jóvenes y calles de tierra. Acción colectiva en territorios de pobreza del sur del Área Metropolitana de Buenos Aires. In: JIMENEZ GUZMAN, M. (Coord.). **Jóvenes en movimiento en el mundo globalizado**. México, DF: CRIM–UNAM, 2016.
- _____; JARAMILLO FONNEGRA, V.; VERGARA, A. Trabajo doméstico y migraciones latinoamericanas. Desde Argentina, hallazgos y reflexiones frente a los destinos extraregionales. **Revista Estudios Demográficos y Urbanos**, México, v. 30, n. 2, p. 253-290, 2015.
- TRONTO, J. **Moral boundaries: a political argument for an ethic of care**. London: Routledge, 1993.
- VEGA, C.; GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ, E. Nuevas aproximaciones a la organización social del cuidado. Debates latinoamericanos. **Íconos – Revista de Ciencias Sociales**, Quito, Ecuador, n. 50. p. 9-26, 2014.

ESTRATEGIAS Y TRAYECTORIAS MIGRATORIAS DE LAS MUJERES COLOMBIANAS RESIDENTES EN EL GRAN MENDOZA-ARGENTINA DURANTE EL PERIODO 2006-2017³³¹

Tatiana Guerrero Montaña
Claudia Pedone

La migración colombiana hacia el exterior ha estado marcada por varias etapas. Se hace evidente hacia la década de los setenta del siglo XX. Tiempo en donde se puso fin a un periodo denominado época de la violencia (1940-1950) y se dió inicio al conflicto armado interno. Una guerra que atravesó las dinámicas del país y que tuvo una duración de 52 años. Estados Unidos fue uno de los principales destinos de la población colombiana que paulatinamente consolidó pequeñas comunidades en las principales ciudades. Asimismo, hubo una significativa presencia de migración colombiana en Inglaterra -en especial de mujeres – debido a que el gobierno inglés abrió la contratación de personal extranjero no calificado para que se desempeñaran en el área de servicios (GUARNIZO, 2006, p. 85). Posteriormente, a finales de la década de los ochenta y principios de los noventa, las reformas de corte neoliberal y la desaceleración de la economía nacional impulsó el movimiento migratorio. Sumado a esto, las restricciones legales a la migración colombiana en Estados Unidos empujaron la diversificación de la geografía migratoria global colombiana. Así, países como España, Italia, Francia, Inglaterra, Suecia y Alemania (GUARNIZO, 2006, p. 88) se convirtieron en lugares de destino.

Los motivos para migrar dentro de la población colombiana fueron diversos. Había quienes migraban en la búsqueda de contextos económicos más favorables y seguros y quienes huían de las altas tasas de desempleo y la crisis económica (ECHEVERRI, 2014, p.7), motivaciones que predominaron para la época de los noventa. Con el inicio del nuevo siglo, otros factores han jugado un rol determinante, como son los motivos de seguridad relacionados con el conflicto interno, la persecución y la incertidumbre política generadas por la agudización del conflicto armado y las violencias de diverso tipo (CÁRDENAS; MEJÍA, 2006; GUARNIZO, 2008). A finales de la década del noventa, la consolidación de España como país de inmigración para la población colombiana estuvo marcada por diversos factores como el acelerado crecimiento

³³¹Esta investigación en curso forma parte de la tesis de Maestría en Estudios Latinoamericanos, de la Universidad Nacional de Cuyo de Tatiana Guerrero Montaña, que se encuentra enmarcada en el Proyecto PIP “Políticas públicas, integración regional y reconfiguración de flujos en América del Sur. Proyectos y estrategias migratorias de población colombiana y ecuatoriana en Argentina desde una perspectiva transnacional”, financiado por el CONICET, Argentina. (n. 4248/16, PIP 0695) (2016-2018). Dirigido por Claudia Pedone y Sandra Gil Araujo.

económico español, la dinámica del mercado de trabajo, el acceso a servicios sociales, la lengua común, que sumados a la configuración de redes migratorias entre regiones de origen y de destino y una menor dificultad para migrar hacia España (por la exención del visado hasta 2001) en comparación con EE.UU., incidieron en el aumento de la intensidad migratoria (GARAY; MEDINA, 2007; ECHEVERRI, 2014).

A partir de los resultados del censo nacional realizado en el año 2005 se empezó a evidenciar la importancia del fenómeno migratorio, pues según las cifras, 3.331.107 colombianos residían en el exterior, lo que para el momento representaba aproximadamente el 8 % de la población total del país (SÁNCHEZ, 2014, p. 287).

En la actualidad, ante el impacto de la crisis económica internacional y las crecientes restricciones a la migración en EE UU y Europa, asistimos a una reconfiguración de los flujos migratorios de la población latinoamericana. El retorno al país de origen y el emprendimiento de nuevas migraciones hacia otros países europeos menos afectados por la crisis internacional, como el Reino Unido y Bélgica (PEDONE; ECHEVERRI; GIL ARAUJO, 2014), son los principales cambios observados en las trayectorias migratorias, en especial en el caso de los migrantes con nacionalidad española. Otras trayectorias migratorias convierten a Argentina, Brasil, México, Chile y Ecuador como lugares de destino en las migraciones intra-regionales.

En este nuevo contexto migratorio, los recientes y crecientes desplazamientos de adultos jóvenes procedentes desde Colombia hacia Argentina, específicamente a las principales ciudades, evidencian la configuración de estas nuevas dinámicas migratorias intra-regionales. Argentina, como uno de los primeros países latinoamericanos que comenzó a acoplarse a las dinámicas que este nuevo siglo impulsó en materia migratoria, se convirtió en un nuevo corredor migratorio para la comunidad colombiana al igual que de la ecuatoriana. El año 2003 constituye un punto de inflexión puesto que Argentina modificó sustancialmente su legislación migratoria promulgando la nueva Ley de Migraciones 25.871. En ella se establece que los ciudadanos de países miembros del MERCOSUR o de Estados asociados pueden obtener residencia regular en la Argentina mediante la sola acreditación de su nacionalidad y la carencia de antecedentes penales. A partir de esta ley, en el año 2006 se pone en marcha el Programa “Patria Grande”. Aunque el objetivo central fue regularizar la situación migratoria de inmigrantes de Brasil, Paraguay, Uruguay, Bolivia, Chile, Perú, Venezuela, Colombia y Ecuador que ya estaban residiendo en la Argentina, este programa no fue concebido como una amnistía sino como una política de estado que pretendía proyectarse a futuro (CERRUTI, 2009; NEJAMKIS; RIVERO, 2010). Si bien el 94% de los y las inmigrantes que iniciaron el trámite procedían de Paraguay, Bolivia y Perú (CERRUTI, 2009), en 2008 regularizaron su situación por el Programa Patria Grande 1.297 procedentes de Colombia y 1.114 personas procedentes de

Ecuador (NEJAMKIS; RIVERO, 2010). La sanción de una ley de migraciones más hospitalaria como la del 2003, el endurecimiento de las políticas migratorias en Europa desde 2008 – legalización o expulsión de los inmigrantes en su territorio–, la crisis económica mundial de los países centrales, en el mismo año, proyectarían un incremento en el país austral de migrantes provenientes de estas dos naciones andinas (MELELLA, 2014).

En este sentido, la nueva ley migratoria argentina fue presentada como un instrumento para dar respuesta a las migraciones provenientes de la región, ya que este es el mayor flujo migratorio que recibe Argentina. En el nuevo paradigma plasmado en esta política migratoria, se constituyen las migraciones en particular la de los países vecinos, establecidas como equivalentes a las migraciones “ilegales” o “irregulares”, en el “problema” que es preciso resolver, la “problemática” que es necesario atender (DOMENECH, 2013, p. 24). En este contexto comenzó a incrementarse la migración colombiana hacia la Argentina, a tal nivel que para el 2012 Colombia se ubicó en el puesto número 4 dentro de las radicaciones permanentes resueltas después de Paraguay, Bolivia y Perú (MELELLA, 2014, p. 21). Las motivaciones son diversas y varían dependiendo de la población; están las que eligen dicho país para solicitar refugio “Colombia se encuentra en el segundo lugar después de Senegal” (HERNÁNDEZ, 2010, p. 1) y las que ven en este país un espacio para emprender estudios de educación superior. Posiblemente se encuentran otro tipo de motivaciones que impulsan esta migración, pero éstas no son muy conocidas debido a la escasa producción investigativa que se encuentra sobre la migración colombiana presente en Argentina.

Aunque la mayoría de la comunidad colombiana suele radicarse en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, la provincia de Mendoza, al oeste argentino, no escapa de estas realidades nacionales. Atractiva por su cercanía a la frontera con Chile, el Gran Mendoza se convierte en un punto intermedio en el cual pueden estar hasta que logren cruzar a su lugar de destino³³².

Con esta diversidad de dinámicas, el movimiento migratorio colombiano predominantemente femenino y heterogéneo en cuanto a su pertenencia étnica, clase social y nivel educativo, es relativamente nuevo – en comparación con la comunidad boliviana, paraguaya y peruana. Esta nueva incursión ha traído reacciones diversas dentro de la población mendocina, reacciones que han sido manifestadas, por ejemplo, por esta migrante afrocolombiana “las miradas incomodan, siempre de arriba hacia abajo. Mendoza no era racista; claro, hasta que aparecieron los negros. Las diferencias se marcan” (ICARDI, 2015). Otras migrantes colombianas expresan cómo ellas intentan forjar una nueva vida y cómo se dificulta su inserción en el mercado

³³² En Chile ha aumentado la migración colombiana en la última década, en especial de población afrocolombiana, que debido a las restricciones de ingreso que se han venido estipulando en las fronteras chilenas para el paso de migrantes de origen colombiano, han tenido que cruzar las fronteras andinas con una vulneración jurídica, económica y social (ECHEVERRI, 2016, p. 3).

laboral mendocino. Todas estas formas de expresión no van más allá de su publicación en los periódicos locales, debido a la ausencia de investigaciones que den cuenta de su situación en el Gran Mendoza, pero su presencia silenciosamente aporta a la consolidación de este nuevo corredor migratorio sur-sur que se viene gestando en la última década. La presente investigación tiene como finalidad principal conocer y analizar las trayectorias y estrategias de las mujeres colombianas migrantes en el Gran Mendoza, Argentina, durante el periodo 2006-2017. Los primeros hallazgos de este trabajo de campo, permiten avanzar en el conocimiento de la diversidad de trayectorias atravesadas por la pertenencia étnica, la clase social y la procedencia regional atendiendo al origen y las particularidades de sus estrategias para insertarse social y económicamente en destino.

Una investigación en curso: objetivos y metodología. La presente investigación tiene como objetivos específicos: a) identificar la heterogeneidad de los proyectos migratorios, b) indagar las formas de inserción laboral y/o educativa que han desarrollado en relación al momento de llegada, estatus migratorio, clase social, nivel educativo y procedencia regional, c) conocer qué tipo de vínculos mantienen las mujeres migrantes colombianas con sus contextos de origen y qué papel cumplen las familias de estas mujeres en el diseño y sostenimiento de sus proyectos migratorios según la pertenencia a clase social y la procedencia regional, d) analizar la incidencia que tienen las políticas migratorias, la situación económica y laboral y el acceso a la educación universitaria en el Gran Mendoza.

La metodología empleada es la cualitativa, puesto que consiste en “hacer descripciones detalladas sobre personas, situaciones, eventos e interacciones respetando e incorporando lo que las participantes de la investigación dicen, piensan y sienten, así como sus experiencias, actitudes, creencias y reflexiones tal y como ellas lo dicen” (BLAZQUEZ GRAF; FLORES PALACIOS; RIOS EVERARDO, 2012, p. 199). Además, es pragmática, interpretativa y asentada en la experiencia de las personas (VASILACHIS, 2006, p. 2), por ello, la principal estrategia metodológica utilizada es la entrevista en profundidad. También en nuestro trabajo de campo es muy relevante la observación participante en los hogares de las mujeres entrevistadas.

El trabajo etnográfico se centra en dos grandes ejes temáticos: entrevistas en profundidad para conocer la heterogeneidad de los proyectos migratorios de las mujeres colombianas residentes en el Gran Mendoza -a partir del 2006 hasta el 2017- según las siguientes variables: a) Composición de edad. b) Situación familiar. c) Momentos de llegada y el tiempo de asentamiento. d) Situación administrativa. e) Proyectos migratorios. f) Inserciones laborales y/o educativas. Segundo, para el estudio de la incidencia que las políticas públicas de origen y destino tienen en las estrategias impulsadas por las migrantes para llevar a cabo sus proyectos migratorios se sustentarán la recopilación y análisis

de: fuentes secundarias (libros, artículos, informes, documentos) sobre la política migratoria argentina y colombiana. Estas variables propuestas se definieron desde un trabajo exploratorio realizado entre el periodo 2011 y 2013. Tiempo donde se tuvo contacto permanente con migrantes colombianas que habían llegado al Gran Mendoza por múltiples motivos. Con las cuales fue posible identificar -a través de conversaciones informales- su diversidad y la necesidad de enfocar una investigación en estas variables.

Algunos resultados. El trabajo de campo realizado tiene una muestra poblacional de 20 mujeres colombianas migrantes que residen en el Gran Mendoza-Argentina. De este universo, es posible inferir que la mayoría de las mujeres pertenecen al rango poblacional de entre los 26 a los 35 años. Esto supone que las mujeres entrevistadas migran en una edad económicamente activa, donde es posible con menor dificultad, insertarse al mercado laboral en la sociedad de destino. No obstante, hay una cifra representativa en el rango comprendido entre los 46 a los 50 años. A este grupo pertenecen 4 mujeres, de las cuales a 3 se les ha dificultado ingresar al mercado laboral mendocino. La que cuenta con una vinculación laboral estable y con bono de sueldo, tiene formación profesional y maneja más de un idioma. Las otras 3 tienen inserciones laborales precarias tales como: realización y venta de comida colombiana los fines de semana, servicio doméstico y ejercicio del trabajo sexual.

Cabe resaltar que quienes ejercen los dos últimos oficios son afrocolombianas y tienen como ciudad de origen Buenaventura³³³. Elementos que son de amplia utilidad y que serán desarrollados en el resultado final de la presente investigación.

De igual manera, es necesario referirse al tipo de proyecto migratorio con el cual las mujeres colombianas decidieron salir hacia nuevos destinos. Del total de la muestra entrevistada fue posible determinar que el 50 % de las mujeres entrevistadas han llegado a Mendoza siguiendo un proyecto de pareja que en su mayoría involucra a un/a ciudadano/a de la provincia. No sin desconocer quienes emprendieron un proyecto migratorio familiar, que en un caso particular fue en el marco de la búsqueda de refugio³³⁴.

³³³Buenaventura se encuentra en el suroccidente colombiano. Con una población predominantemente afrocolombiana, es uno de los puertos más empobrecidos de Colombia, la cual se ha venido consolidando como un lugar expulsor de población, engrosado en la última década un movimiento migratorio que ha tenido como principal destino Chile.

³³⁴En el Gran Mendoza se encuentra una gran cantidad de personas que tienen el estatus de refugiado, pero en el transcurso de la realización del trabajo de campo no fue posible acceder a más mujeres que tuvieran esta condición debido a la negativa por parte de ellas de ser visibilizadas y que sus relatos fueran conocidos y visibles ante la sociedad a la que pertenecen en la actualidad. Sin embargo, en La Casa del Migrante “albergue católico que, sin ánimo de lucro, ha prestado sus servicios desde hace varios años a los migrantes que arriban a la ciudad en diferentes condiciones”, en el marco de la conmemoración del día del migrante organizó la Semana del Migrante, se realizó un encuentro con población refugiada en el cual participamos. En este espacio varias mujeres colombianas manifestaron las dificultades que debieron afrontar a su llegada a la Provincia de Mendoza para obtener su estatus de refugiado. La CONARE

Los proyectos individuales preferentemente tienen como objetivo acceder a una trayectoria educativa de pregrado y posgrado, no sólo por la calidad que la Argentina posee en cuanto a educación, sino por el bajo costo que tiene cursar estudios superiores en comparación con Colombia. Como parte importante del análisis del proyecto migratorio, están las causas que impulsan esta migración. En este sentido, algunas de las entrevistadas – que en su mayoría presentan proyectos individuales- manifestaron emprender el proyecto migratorio como un camino de liberación frente a familias controladoras. Y aunque lamigración se inició por la decisión de emprender un proyecto en pareja, hay un caso en particular, en la cual se evidencia la migración como una forma de ejercer una orientación sexual distinta a los estereotipos dictados por un núcleo familiar conservador.

Como un elemento que se entrelaza con lo expuesto anteriormente, está el aspecto laboral en origen. Si bien es cierto un 55% de las mujeres entrevistadas cursaron estudios universitarios en Colombia y realizaron labores acordes a su profesión, las mismas manifiestan que en el momento de emprender su proyecto migratorio hacía Mendoza, han tenido que desenvolverse en diferentes actividades que no tienen relación con la cualificación profesional obtenida en origen. Esto lo atribuyen a la dificultad que encuentran en la sociedad mendocina para insertarse en un mundo laboral cualificado, según manifiestan ellas, debido a que dichos trabajos se adquieren por recomendación de una persona allegada a la oferta laboral.

Para las mujeres que se desempeñaron en oficios varios en Colombia: cocinera, cuidado de niños, vendedora, cajera de supermercado, vendedora ambulante, madre comunitaria y las estudiantes -quienes han estado habituadas a realizar labores no cualificadas-, llegar a Mendoza ha sido tan difícil como para las que cuentan con una cualificación, ya que al intentar insertarse al mercado laboral mendocino, las ofertas que encuentran son pocas y con escasas garantías de obtención de pago estable que permita su subsistencia como, por ejemplo, las ventas telefónicas, ventas puerta a puerta, entre otras actividades, con alto grado de precariedad contractual y económica.

Si bien la inserción laboral ha sido compleja para quienes poseen o no estudios de educación superior, para aquellas mujeres que se encuentran en pareja con un/a ciudadano/a de la provincia, se les ha facilitado un poco más la transición de trabajos precarios a otro que garantice su solvencia económica y una condición digna de subsistencia. Sumado a esto, tener una pareja de la

(Comisión Nacional para los Refugiados), entidad ante la cual deben realizar este trámite, no cuenta con sede en Mendoza. Si bien, según la norma, pueden acceder a ésta a través de la Dirección Nacional de Migraciones ubicada en cada ciudad principal, en la práctica esta oficina pone diversas trabas para su acceso. Además, no informan de manera adecuada sobre los procesos que desde la CONARE son posibles de realizar, situación que ha afectado la situación de algunas migrantes que manifiestan que la respuesta que obtiene es *“acérquese a Buenos Aires, allí le solucionarán el problema”*.

región ha facilitado su inserción en círculos sociales, lo que ha hecho que la adaptación se consolide con mayor facilidad.

La ciudad de origen de la mayoría de las entrevistadas es Bogotá, que corresponde también a las que presentan mayor nivel educativo. Las mujeres procedentes de Buenaventura y Cali tienen niveles de educación bajos. Aquí cabe resaltar las ciudades de procedencia, ya que algunas mujeres han optado por realizar una migración interna en busca de mejorar sus condiciones de vida, antes de buscar un destino internacional, lo cual hace que partan de otras ciudades que no son inicialmente de origen.

El universo de mujeres entrevistadas, en su gran mayoría, han emprendido proyectos migratorios con el fin de consolidar parejas binacionales y/o tienen proyectos migratorios individuales. Por ello, en el momento de tomar la decisión de salir de Colombia, no han tenido que negociar esta decisión con ningún miembro de su núcleo familiar ni realizar ningún tipo de arreglo de género o generacional para llevar a cabo su proyecto migratorio. Gran parte de ellas se solventaban económicamente de manera individual, lo cual les permitía vivir solas en su lugar de origen y las que no, ayudaban económicamente en sus núcleos familiares, pero estaban en busca de una independencia familiar. En la actualidad desde Colombia la mayoría de las mujeres entrevistadas no reciben ningún tipo de apoyo familiar. Los primeros hallazgos de nuestro trabajo de campo nos permiten afirmar que las mujeres migrantes colombianas que residen en el Gran Mendoza son mujeres en su gran mayoría con trayectorias migratorias individuales, muchas de ellas autónomas, procedentes de Bogotá, que no tienen obligaciones económicas con la familia de orientación en origen, por lo cual no tienen la responsabilidad de enviar remesas de manera periódica, pero como ya se ha comprobado en la migración femenina latinoamericana de sectores medios y alto nivel educativo hacia Europa, aparecen las lealtades afectivas y realizan envíos esporádicos para suplir alguna necesidad puntual de algún miembro de la familia, o mediante regalos a diferentes miembros de la familia.

Estos primeros resultados nos permiten aportar nuevos elementos de análisis en la reconfiguración de las migraciones intra-regionales, válidos para avanzar en estudios comparativos con los ya realizados en la última década y media en relación a la migración colombiana encabezada por mujeres con un proyecto migratorio familiar, con fuertes negociaciones de género y generacionales hacia España (ECHEVERRI, 2010; PEDONE; ECHEVERRI; GIL ARAUJO, 2014).

Referencias

BLAZQUEZ GRAF, N.; FLORES PALACIOS, F; RIOS EVERARDO, M (Coord.). **Investigación feminista:** epistemología, metodología y representaciones sociales. México, DF: UNAM, 2012.

CARDENAS, M.; MEJIA, C. **Migraciones internacionales en Colombia: ¿qué sabemos?** Bogotá, Colombia: Fedesarrollo, 2006. (Working Papers Series – Documentos de Trabajo, n. 30)

CERRUTI, M. **Diagnóstico de las poblaciones de inmigrantes en la Argentina.** Buenos Aires, Argentina: Dirección Nacional de Población, Ministerio del Interior, 2009. (Serie de Documentos de la Dirección Nacional de Población).

DOMENECH, E. Las migraciones son como el agua: hacia la instauración de políticas de control con rostro humano. **Polis – Revista Latinoamericana**, Santiago, n. 35, 2013. Disponible en: <<http://polis.revues.org/9280>>.

ECHEVERRI, M. De tensiones y luchas entre el discurso político y la configuración de subjetividades migrantes. La exclusión de los y las colombianas en Antofagasta Chile. In: CONGRESO CONSEJO EUROPEO DE INVESTIGACIONES SOCIALES EN AMÉRICA LATINA, 8., 2016, Salamanca, Espanha. **Anais... CEISAL**, 2016.

_____. A los dos lados del atlántico: reconfiguraciones de los proyectos migratorios y la vida familiar transnacional de la población colombiana en España. **Papeles del CEIC**, v. 2, 2014.

_____. **Son diez horas de viaje y cinco años que te meten encima:** proyectos, identidades y vínculos transnacionales de los y las jóvenes colombianas en España. 2010. Tesis (Doctoral) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2010.

GARAY, L.; MEDINA, M. **La migración colombiana a España:** el capítulo más reciente de una historia compartida. Madrid: Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2007.

GUARNIZO, L. **Londres Latina:** la presencia colombiana en la capital británica. México, DF: Universidad Autónoma de Zacatecas/Miguel Ángel Porrúa, 2008.

_____. El estado y la migración global colombiana. **Migración y Desarrollo**, México, DF, n. 6, p. 79-101, 2006.

HERNANDEZ, C. Migración colombiana a la Argentina. In: SEMINARIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMORIA, 3., 2010, Buenos Aires, Argentina. **Anais... 2010**.

ICARDI, P. Mujeres colombianas son tomadas por redes de trata en Mendoza. **Diario Vox**, Mendoza, 6 mar. 2015. Disponible en: <<http://diariovox.com.ar/mujeres-colombianas-son-tomadas-por-redes-de-trata-en-mendoza/>>.

MELELLA, C. Migraciones emergentes hacia la Argentina: colombianos y ecuatorianos. Breve panorama y estrategias de inserción cultural. **Si somos americanos. Revista de Estudios Transfronterizos**, Santiago, Chile, v. 14, n. 2, p. 15-46, 2014.

NEJAMKIS, L.; RIVERO, F. Patria Grande: consonancias ¿y disonancias? entre políticas públicas, prácticas políticas y discursos. In: NOVICK, S. (Org.). **Migraciones y Mercosur:** una relación inconclusa. Buenos Aires, Argentina: Catálogos y Universidad de Buenos Aires, 2010.

PEDONE, C.; ECHEVERRI, M.; GIL ARAUJO, S. Entre dos orillas: cambios en las formas de organización de las familias migrantes latinoamericanas en España en tiempos de crisis global. In: ZAVALA, M.; ROSEE, V. (Ed.). **El género en movimiento:** familias y migraciones. México, DF: Colegio de México, 2014.

SANCHEZ, B. El enfoque de derechos en las políticas públicas migratorias: el caso colombiano. In: BURGORGUE-LARSEN, L.; MAUÉS, A.; SÁNCHEZ MOJICA, B. E. (Coord.). **Derechos humanos y políticas públicas:** guía docente. Barcelona, Espanha: DHES, 2014.

VASILACHIS, I. (Coord.). **Estrategia de investigación cualitativa.** Barcelona, Espanha: Gedisa, 2006.

EL PERFIL DE LA INMIGRACIÓN COLOMBIANA EN BRASIL³³⁵

Diana Alejandra Peña Ruíz

Actualmente Colombia representa uno de los casos más graves de conflicto armado y crisis humanitaria en el mundo. La migración forzada de colombianos dentro y fuera del territorio nacional nace dentro de un contexto violento marcado principalmente por el conflicto armado y la estrategia de destierro empleada explícitamente por distintos grupos armados. El país ha sido epicentro, por un lado, de históricos y complejos procesos de movilidad humana y, por otro lado, de intensos flujos migratorios en los que predominan, a partir de la segunda mitad de los años 80, los desplazamientos internos forzados y el refugio transfronterizo.

En el contexto mundial del refugio, tal y como lo señala Baeninger (2016), Brasil se presenta, en el siglo XXI, como un “país de refugio” en función principalmente de dos aspectos: 1) las fuertes restricciones a los refugiados en los Estados Unidos y Europa (Mackay, 2009); 2) la política brasileña para los refugiados y sin restricciones geográficas es considerada como la más completa de América Latina (Moreira, 2012). A través de ella se permitió el reconocimiento de 1.100 inmigrantes refugiados de Colombia en Brasil, según fuentes de abril de 2016 (CONARE, 2016).

La aproximación a la emigración de colombianos desde la mirada de la migración forzada (Ahumada & Moreno, 2004; Martínez, 2011; Riaño, 2008; Riaño & Villa, 2007; Castillejo, 2000; Colson, 2003; Rivera, 2007; Penz, 2006) implica una serie de aclaraciones.

En primer lugar, al referirnos a ella como migración *forzada* se enfatiza que esta forma de movilidad humana ocurre a la fuerza, es decir, bajo coerción. Se comprende entonces como un acontecimiento modificador de la existencia de quien lo padece dado que la población sometida a dicha transformación abrupta, acompañada de desarraigos y rupturas simbólicas, culturales y materiales, debe emprender nuevos caminos que conllevan a procesos de re-significación e integración (Colson, 2003; Rivera, 2007). Siguiendo el argumento de Castillejo (2000), el individuo que se ha visto forzado a migrar sufre una “mutación” que se manifiesta en un estado de pérdida de territorio –en el sentido físico y simbólico– y de cultura.

Por otro lado, cuando la migración forzada ocurre en el contexto del conflicto armado, la coerción es efectuada por agentes e instituciones que ejercen la violencia –por medio de amenazas, violencia simbólica, ataques,

³³⁵ Este estudo compõe o Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq).

secuestros, extorsiones, entre otros– y tiene como efecto directo o indirecto el desplazamiento forzado de individuos o comunidades (Penz, 2006).

Adicionalmente, la migración forzada de colombianos responde tanto a la exacerbación de la violencia por parte de los grupos armados como al reforzamiento de las políticas represivas del Estado colombiano, lo cual ha derivado en el deterioro de las condiciones económicas y sociales del país. El proceso de modernización de las Fuerzas Armadas, iniciado en 1993 y que transcurre en paralelo con el periodo más álgido del éxodo interno y externo (1998-2003), es sin duda un factor clave en la intensificación y diversificación de los desplazamientos en Colombia. Gracias a este proceso, se impulsa el Plan Colombia: el 13 de junio del año 2000, en el marco de la Iniciativa Regional Andina, el Congreso de los Estados Unidos aprueba este plan con el fin de apoyar los esfuerzos del Gobierno para enfrentar los principales desafíos de la Colombia actual: la promoción del proceso de paz, la lucha contra el narcotráfico, la reactivación de la economía y el fortalecimiento de los pilares democráticos de la sociedad colombiana. No obstante, tan sólo el 26 % de los recursos disponibles son destinados a la inversión social (Ahumada & Moreno, 2004; Ahumada, Moreno & Sánchez, 2004; Martínez, 2011; Riaño, 2008).

El éxodo de colombianos, tanto dentro de su territorio como hacia otros países, enfatiza entonces el peso de un *contexto expulsor*, retomando el concepto analítico planteado por Pilar Riaño y Marta Inés Villa (2007), que se caracteriza por la multiplicidad de factores que lo componen: un conflicto armado en el que distintos grupos armados se disputan con las fuerzas armadas del Estado la soberanía nacional; el narcotráfico inmerso en el ámbito económico, político, social y cultural; la violencia, la pobreza y la falta de oportunidades; la presencia de grandes intereses y poderes macroeconómicos anclados a las dinámicas del conflicto armado.

La literatura sobre el desplazamiento forzado de colombianos tanto dentro como fuera del territorio nacional (Ramírez, 2004; Pérez, 2004; Bello, 2004; Zuluaga, 2004; Castillejo, 2000; Ayala et al., 2001; Cruz Zuñiga *et al.*, 2008; Rivera & García, 2013) se ha concentrado en analizar la magnitud, las causas y las características del desplazamiento forzado como estrategia de guerra; los factores sociales, económicos, institucionales y de violencia asociados a su emergencia; las historias de vida de los sujetos migrantes para el proceso de reconstrucción histórica y el mantenimiento de una memoria colectiva. Países como los Estados Unidos, Ecuador, Canadá, Venezuela y España han jugado un papel central en el análisis del fenómeno en el exterior dado que concentran la mayor presencia de colombianos y, por ende, dichos contextos parecen cobrar mayor relevancia.

Para un primer mapeo de la inmigración colombiana en Brasil, utilizaremos los datos del SINCRE, el cual presenta las siguientes informaciones para aquellos inmigrantes que radicaron el Registro Nacional de Extranjeros (RNE): el tipo de visa, el país de nacimiento, el sexo, la edad, la ocupación, el

medio de transporte, el municipio de residencia en Colombia, el municipio de residencia en Brasil, el estado civil y el año de llegada a Brasil.

Teniendo en cuenta las informaciones correspondientes al año 2000 hasta el 2015, 32.538 inmigrantes de Colombia se registraron en Brasil. La mayoría de ellos tienen visa temporaria y se encuentran ubicados desde Manaus-Amazonas hasta Itajaí-Santa Catarina, con presencia también en Belo Horizonte, São Paulo y Rio de Janeiro.

Se espera que la profundización y la exploración de los datos del SINCRE puedan brindar resultados que nos permitan a futuro identificar la heterogeneidad de la inmigración colombiana, tanto con la presencia de inmigrantes forzados así como de inmigrantes con visas temporarias. Así mismo, para profundizar aspectos actuales de la migración de refugiados se realizarán entrevistas cualitativas en profundidad y biografías migratorias.

Referencias

- ACNUR.Tendencias Globales. **Desplazamiento forzado en 2015**. Obtenido de <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/Publicaciones/2016/10627>
- AHUMADA, C., MORENO, A. Prioridades del Nuevo Orden Mundial y Desplazamiento Forzado de Colombianos hacia Ecuador. **Cadernos PROLAM/USP**, 1(3), 37-66, 2004.
- AHUMADA, C., MORENO, A., SÁNCHEZ, J. **El desplazamiento forzado de colombianos hacia Ecuador en el contexto del Plan Colombia**. Bogotá: Universidad Javeriana, 2004.
- AYALA, G., BERMÚDEZ, S., MASÓN, A., MURCIA, P. Un acercamiento al actual éxodo colombiano al exterior. **Colombia Internacional**(51), 87-97, 2001.
- BAENINGER, R. Migrações Transnacionais de Refúgio no Brasil. En C. Lussi, **Mobilidade Humana na perspectiva dos Direitos Humanos**. Brasília, 2016.
- BELLO, M. **El desplazamiento forzado en Colombia**. En Desplazamiento forzado. Dinámicas de guerra, exclusión y desarraigo. Bogotá: ACNUR y Universidad Nacional de Colombia, 2004.
- CASTILLEJO CUÉLLAR, A. **Poética de lo otro**: Antropología de la guerra, la soledad y el exilio en Colombia. Bogotá: Instituto Colombiano para el Desarrollo de la Ciencia y la Técnica; Instituto Colombiano de Antropología, 2000.
- COLSON, E. Forced Migration and the Antropological Response. **Journal of Refugee Studies**, 16(1), 1-18, 2003.
- CONARE. Sistema de Refúgio Brasileiro. Obtenido de http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema_de_Refugio_brasileiro_-_Refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf
- CONVENCIÓN SOBRE EL ESTATUTO DE LOS REFUGIADOS. (28 de Julio de 1951). Ginebra: Naciones Unidas.
- CRUZ ZUÑIGA, P., GONZÁLEZ GIL, A., MEDINA, R. (2008). La Diáspora Colombiana. Sevilla: ArCiBel Editores, 2008.
- INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, & NORWEGIAN REFUGEE CENTRE. Global Report on Internal Displacement.2016 Obtenido de <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/Publicaciones/2016/10449>
- MACKAY, S. The Commonalities of Experience: Refugees and Recent Migrants. En **Refugees, recent migrants and employment: challenging barriers and exploring pathways** (págs. 11-22). New York: Routledge, 2009.

- MARTÍNEZ PIZARRO, J. **Migración internacional en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2011.
- MOREIRA, J. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. Campinas, SP: UNICAMP, 2012
- RAMÍREZ, A. **Desplazamiento forzado en Colombia**. Producción académica y política pública". En *La academia y el sector rural*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2004.
- RIAÑO, P., VILLA, M. **Poniendo tierra de por medio**. Medellín: Corporación Región, 2008.
- RIAÑO, P., COLORADO, M., DÍAZ, P., OSORIO, A. **Migración forzada de colombianos**. Colombia, Ecuador, Canadá. Medellín: Corporación Región, 2007.
- PENZ, P. Displacement by Development and Moral Responsibility: A Theoretical Threatment. En **Forced Migration and Global Processes** (págs. 63-91). Lanham: Lexington Books, 2006.
- PÉREZ, L. **Factores asociados al desplazamiento forzado en Colombia**. En *Desplazamiento forzado. Dinámicas de guerra, exclusión y desarraigo*. Bogotá: ACNUR y Universidad Nacional de Colombia, 2004.
- RIVERA, S., & GARCÍA, V. **Panorama migratorio Colombia-Canadá 2009-2011**. Bogotá: Universidad Militar Nueva Granada, 2013.
- RIVERA, F., ORTEGA, H., LLARREÁTEGUI, P., RIAÑO, P. **Migración forzada de colombianos**. Ecuador. Medellín: Corporación Región, University of British Columbia y FLASCO, Ecuador, 2007.
- ZULUAGA, J. La guerra interna y el desplazamiento forzado. En *Desplazamiento forzado. Dinámicas de guerra, exclusión y desarraigo*. Bogotá: ACNUR y Universidad Nacional de Colombia, 2004.

CRÓNICAS DEL SUR: NUEVAS MOVILIDADES, ESPACIOS PÚBLICOS Y ENCUENTROS COMO DESAFÍOS INSTITUYENTES

Javier Romano Silva

El presente artículo es una nota de investigación que se realiza en el marco del proyecto Formaciones subjetivas, movilidades sociales contemporáneas y Psicología Social (CSIC, RDT). Se utiliza para el análisis información recogida en el trabajo de campo durante el presente año en las ciudades de Montevideo (Uruguay), Campinas y San Pablo (Brasil). El objetivo general es contribuir al desarrollo de investigaciones, intervenciones y experiencias que se interesen en el diverso y dinámico campo de las movilidades poblacionales contemporáneas. Se constata la presencia de nuevas corrientes migratorias, internas, regionales, extrarregionales y de retorno. En particular se analizan dimensiones emergentes en las movilidades que se han dado en llamar Sur-Sur. Este fenómeno social constituye un campo de estudio que ha sido abordado fundamentalmente desde la economía, la estadística, la demografía y la sociología. Cada una de estas disciplinas produce conocimientos según la definición de su campo de interés. En el presente trabajo se realiza un abordaje desde categorías teórico-metodológicas emergentes de la Psicología Social. Se presentan y discuten hallazgos de dimensiones que dan cuenta de problemáticas asociadas al espacio público, a las formas de habitar y a los relatos como dispositivos de la resiliencia. Se comparten interrogantes y dimensiones de análisis que surgen del diálogo mantenido con personas en situación de movilidad, informantes calificados y análisis de fuentes bibliográficas.

El artículo presenta un análisis de categorías y procesos emergentes durante la ejecución del proyecto de investigación, se espera que los conocimientos que se comparten sean de utilidad para la sociedad y también sirvan como insumo para nuevas investigaciones. Es importante destacar que las dinámicas sociales que se analizan trascienden a las vivencias de colectivos migrantes e involucran al conjunto de la ciudadanía. Situarlos en esta perspectiva reduce el riesgo de recrear discursos victimizantes, etnificantes o de discriminación positiva hacia estos colectivos, (SANTAMARÍA, 2002).

En términos cuantitativos en Uruguay se observan cambios en el país de procedencia de los solicitantes de residencias permanentes (Ley 19.254). Según la Dirección General para Asuntos Consulares y Vinculación del Ministerio de Relaciones Exteriores en el período comprendido entre octubre de 2014 y enero de 2017 se han tramitado un total de 23.083 solicitudes.

Las solicitudes de parte de ciudadanos venezolanos han relegado a Brasil al tercer puesto aspecto que marca una nueva tendencia para el caso uruguayo. Esta imagen es limitada – en tanto da cuenta solo de la solicitud de

residencias cuando en realidad las movilidades son más diversas – pero igualmente muestra la magnitud que la presencia de ciudadanos venezolanos tiene en el conjunto de solicitantes.

Por su parte, en la ciudad de Montevideo la presencia del colectivo venezolano -y en menor medida dominicano y haitiano – resulta novedosa y de interés para quienes realizan investigaciones, conviven en barrios como “la Aguada”, comparten clases en los centros educativos, o lugares de trabajo por mencionar sólo algunos escenarios de socialización.

Las llegadas y las presencias abren posibilidades de diálogo, de encuentros, de crear nuevos relatos y también de desafíos. Estas dinámicas de las movilidades son intrínsecamente sociales, económicas y políticas. Las interrogantes que surgen afectan al conjunto de las sociedades de partida, tránsito y de destino, a los sistemas educativos, sanitarios, jurídicos y de forma sobresaliente a las dinámicas del mercado de trabajo. Del conjunto de dimensiones relevantes se ha delimitado para esta nota de investigación algunas articulaciones que se dan en la conceptualización del espacio público.

Se aborda una discusión en torno a la producción material y simbólica del espacio público, de aquellos elementos que interpelan, convocan, controlan o permiten lugar para las diferencias en las ciudades, en las periferias y en todos aquellos espacios donde se construyen formas de habitar y convivir.

La manera en que el espacio público es producido afecta -hay que decir de manera diferenciada- tanto a los ciudadanos locales como a los inmigrantes y por tanto es un desafío para los nuevos sentidos que adquiere el hecho de devenir ciudadano.

En este marco de análisis se comentan dinámicas sociales, culturales y urbanas que comparten los barrios montevideanos de “Ciudad Vieja” y la “Aguada” y el paulista barrio de “Brás”. En particular se focaliza en las consecuencias de la gentrificación y la necesidad de reconocer nuevos rostros y miradas; cada uno de ellos con demandas singulares, con historias individuales que en su totalidad se conectan con una historia y memoria colectiva que es necesario construir para dar sentido a nuevos relatos instituyentes.

Desde el punto de vista ético-político se asume que la posibilidad de revertir procesos de exclusión social, de género, lingüísticos, de estigmatización y aislamiento debe involucrar intervenciones multidisciplinares que revitalicen los barrios, mejoren las condiciones de vivienda y habitabilidad, que valoricen su memoria y que den protagonismo a la dimensión vinculante y comunicacional de sus habitantes.

En este contexto general es inevitable reconocer el rol que los Estados Nacionales han jugado y juegan en su multiplicidad como un actor que posibilita la construcción de tejidos ciudadanos a la vez que mantiene su capacidad de desplegar en el territorio el control y más en general la gubernamentalidad.

Por su parte, es también de vital importancia que las sociedades tengan movimientos sociales, formas de participación y acción que transmitan sus

demandas y visibilicen los conflictos de manera tal que las decisiones no sean materia exclusiva de procesos de elitización política o tecnocrática.

Desarrollo.

Montevideo, faltan dos horas para el amanecer, la primavera con mucha lluvia tiene visos otoñales. Pido un taxi para ir al aeropuerto. En pocos minutos ya estoy en el vehículo. El chofer es un joven de Barquisimeto (Venezuela) que hace año y medio vive en Montevideo. La charla dura una media hora pero es muy interesante, el futuro personal se constituye como un combustible de esperanza. La metáfora del Sur como un lugar encantado está presente en el diálogo, las dificultades para encontrar trabajo, revalidar estudios o alquilar una vivienda son vividas como parte de una aventura vitalista. El espacio de vida desborda las coordenadas estatales y del mercado de trabajo. Es posible que ante la ausencia de políticas públicas orientadas hacia la construcción de una ciudadanía Latinoamericana en los intersticios de espacios transnacionales se estén gestando anónimamente nuevas formas de transitar, de habitar y de sobrevivir (Javier Romano, diario de campo. 2017)

Producción material y simbólica del espacio público. Históricamente en América Latina han convivido Estados que lograron su consolidación político-jurídico-territorial con otros que aún están en proceso de construcción institucional y afianzamiento político. En ambos casos este hecho tiene consecuencias directas en el lugar material y simbólico que ocupa en términos generales la idea de ciudadano y de forma particular en la posición y lugar que ocupa la idea de inmigrante.

Este primer elemento da cuenta de un punto de partida ineludible para reconocer la forma en que las migraciones Sur-Sur se desarrollan, se reconocen y eventualmente se gestionan. A la luz de esta dimensión cabe preguntarse si la gestión debería ser competencia exclusiva de los Estados Nacionales o bien si es posible que la sociedad también participe en la discusión y toma de decisiones. Esta interrogante surge tras el diálogo con informantes calificados y entendemos debe tener un lugar relevante en la construcción de las agendas políticas y de investigación.

Como es sabido una de las características sobresalientes es que en términos cuantitativos prevalecen movilidades regionales y que en muchos casos las ciudades así como los países forman parte de un territorio de mero tránsito, es decir no se constituyen como destino. Tal es el caso de inmigrantes dominicanas que llegaron a Uruguay y tras un tiempo de estadía continuaron su marcha hacia Argentina u otros destinos. Cabe mencionar que constatado este hecho el estado uruguayo argumentando que en su deber de luchar contra la trata de personas a partir de abril del año 2014 empezó a exigir visa a ciudadanos provenientes de República Dominicana.

En este sentido, el hecho de que la construcción de los estados nacionales aún sea una tarea por concluir repercute en el conjunto de las sociedades nacionales y regionales. No es casual que en este campo de estudio varios países del sur -como es el caso de Uruguay- no existieran investigaciones hasta hace pocas décadas que determinarán cuántos ciudadanos emigraron, debido a qué, hacia dónde, cuántos retornaban, cuál era el saldo migratorio.

La hipótesis más firme establece que la emigración constituyó -desde la década del sesenta del pasado siglo y hasta la primera década del presente- una válvula de escape a la crisis estructural de un modelo económico (de desarrollo hacia adentro) que Uruguay nunca logró consolidar.

La ausencia de estudios y la negación política de su magnitud invisibilizaron esta realidad económica signada por la exclusión y deterioro de la calidad de vida de varias generaciones de uruguayos.

Cabe mencionar que desde la Universidad de la República (Uruguay) fue Adela Pellegrino quien realizó las primeras investigaciones dando cuenta desde una perspectiva histórico-demográfica de los flujos de las movilidades. La “etapa sin registros” dejó paso a una nueva realidad donde se constatan investigaciones e interés por parte de varias instituciones y colectivos. A este contexto general se suman lógicas capitalistas y post-capitalistas que generan nuevas territorialidades, movimientos, fronteras y por tanto, adquiere centralidad la disputa por la materialidad que el espacio público asume en nuestra cultura ciudadana.

La conceptualización del espacio público ha sido materia de interés para las sociedades y las diversas formaciones societales (ARENDDT, 2009). Para el caso del occidente judeo-cristiano desde la Grecia antigua la secularización de las esferas privada y pública determinó la existencia de un ser político con capacidad de discurso.

La definición aristotélica del hombre como *zoon politikon* no sólo no guardaba relación, sino que se oponía a la asociación natural experimentada en la vida familiar; únicamente se la puede entender por completo si añadimos su segunda definición del hombre como *zoon logon ekhon* (ser vivo capaz de discurso) (ARENDDT, 2009. p. 40).

Es así que las formas de habitar, de movilizarse, de narrar, de generar memoria, de construir identidades se produjeron en espacios público-discursivos que a la vez fueron escenarios políticos donde la polis adquirió centralidad política.

El espacio público y nosotros. El espacio público se constituyó como un territorio material y simbólico que ha estado en permanente disputa y conflicto por parte de distintos sujetos políticos. Por su parte, la construcción identitaria es un proceso complejo donde se recrea la idea de un *nosotros* destinado a prevalecer sobre las diversas caras de la alteridad. Es así que los apátridas, forasteros, advenedizos, exiliados, refugiados, migrantes, vagabundos, errantes, extranjeros se constituyen como aquellos *otros* que ocupan un *afuera* desde el cual dialogan con los principios de verdad instituidos en el espacio político.

La posibilidad de reconocimiento -tanto en términos individuales como colectivos- ser alguien para los demás, poder estar adscripto a un determinado rol, sentirse integrado, emerge como un desafío político, cultural y social de nuestra contemporaneidad.

La apropiación del espacio público, las formas de habitarlo, la capacidad para narrar, para crear imágenes y metáforas, para transmitir mensajes, para articular discursos, de transitar, de situarse en un espacio temporal donde la memoria se constituye como una práctica social compartida se constituye como una problemática ciudadana compleja que demanda respuestas multidisciplinares.

A diferencia de muchos países del norte las fronteras geográficas y políticas del sur del planeta -como es el caso de América Latina- se caracterizan por ser porosas. Claro está, también existen fronteras de otro tipo como pueden ser las lingüísticas, las que plantea la segmentación del mercado de trabajo o las que se establecen en las ciudades en los procesos de segregación espacial que se transforman en límites insalvables.

A modo de ejemplo, los barrios que carecen de infraestructura básica (en materia de salud, transporte, gestión de residuos, educación, equipamiento urbano) reciben a grupos y personas que transitan situaciones de vulnerabilidad, ya sean inmigrantes o ciudadanos que son expulsados del mercado de trabajo o de la propia ciudad.

La ausencia de políticas públicas o la propia debilidad del estado fortalecen circuitos informales en donde miles de inmigrantes padecen de las redes que transforman en mercancía el sueño de muchos.

Ejemplo de ello es la ruta que transitan inmigrantes bolivianos que se dirigen a San Pablo (Brasil,) a Buenos Aires (Argentina) o desde el propio nordeste brasileño hacia su capital. Rutas en que las peripecias y tiempo de viaje se hacen eternos y en algunos casos ponen en riesgo la propia vida de quienes las transitan.

Paradójicamente estos circuitos informales (de transporte, financieros, habitacionales) que escapan al control estatal se sitúan una lógica pre-capitalista. La trata de personas da cuenta de la vulnerabilidad que sufren especialmente las mujeres produciendo una imagen contradictoria, discontinua, donde conviven relaciones post-capitalistas, capitalistas, feudales y hasta esclavistas.

Asimismo, la posibilidad y naturaleza de la integración también puede transformarse en una frontera insalvable. Del trabajo de campo surgen algunas dimensiones relevantes en relación a la convivencia. Una de ellas tiene que ver con las consecuencias que tiene el hecho de estar reunido en una plaza pública o esquina de la ciudad en materia de convivencia.

Durante nuestras rondas de diálogos nos hemos encontrado con quejas de vecinos quienes señalan el exceso de ruido por parte de inmigrantes. De parte de los relatos de los inmigrantes se puede deducir que la presencia y uso durante muchas horas del espacio público en realidad es la consecuencia de carencias en materia de vivienda. Constatamos que el elevado costo del alquiler se correlaciona con el hacinamiento y por tanto, con la expulsión del interior de las viviendas hacia la plaza o la calle. Este hecho nos conduce a reflexionar acerca de cómo se construyen los encuentros y la idea de un nosotros.

A modo de conclusión. Para concluir esta breve nota de investigación retomamos algunos planteos que presentamos en párrafos anteriores. En primer término, en relación a la conceptualización del espacio público y la construcción subjetiva de un nosotros debemos decir que compartimos la idea de Claudia Salazar cuando sostiene que: La posibilidad de experimentar el nosotros depende completamente de la separación por medio de la diferencia y de la ausencia. Separación que hace posible el encuentro que, a su vez, permite la existencia afuera, más allá de uno mismo, como ex-istencia. Nosotros, expresión de comunidad, es también, nosotros, encuentro de los que son otros. “Nos encontramos” es experiencia compartida y al mismo tiempo diferencial (SALAZAR, 2011, p. 100).

La posibilidad del encuentro y construcción de un nosotros está determinada por el lugar que ocupan las diferencias y las ausencias. Los recuerdos, las historias de vidas vividas se transforman en relatos que se resisten a la desaparición y al silencio. Esta dimensión se transforma en un territorio a construir.

En segundo término, asociado al primero es imprescindible generar conocimiento acerca de las formas de habitar que incluyen la acogida, la hospitalidad y el acompañamiento pero también la extrañeza, rivalidad y demás formas discriminantes de la violencia.

Solo a partir de esta cartografía es posible plantearse la posibilidad de activar circuitos favorecedores de integración, pertenencia y construcción identitaria. Cabe recordar que las formas de habitar se han hecho más diversas y complejas. Barrios en los que viven varias generaciones, son visitados por miles de turistas, se incorporan inmigrantes. Hay una constante redefinición de los espacios centrales y periféricos. Desafío: ¿Cómo mantener un tejido social en el que no se continúe produciendo segregación espacial?

Finalmente, entendemos que es necesario construir un discurso en el cual se despliegue el reconocimiento y la dimensión dialógica. Este hecho político es una forma de territorializar las existencias recobrando un poder autónomo que por distintos motivos se puede volver esquivo, difuso -cuando no imposible- como es en el caso de los desplazados o refugiados y de aquellas personas y grupos que viven sus vidas en un permanente estado de excepción (AGAMBEN, 2004).

Referencias

- ARENDDT, H. **La condición humana**. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2009.
- ROMANO, J. Las ausencias como desafío para la conceptualización de las movildades sociales contemporáneas. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 17, n. 2, p. 49-59, 2015. Disponible en: <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1299>>.
- SALAZAR, C. Comunidad y narración: la identidad colectiva. **Tramas**, México, DF, v. 34, p. 93-111, 2011.
- SANTAMARÍA, E. **La incógnita del extraño**: una aproximación a la significación sociológica de la “inmigración no comunitaria”. Rubí, Barcelona: Anthropos, 2002.

MIGRAÇÕES ASIÁTICAS À TRÍPLICE FRONTEIRA (ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI): REFLEXÕES SOBRE UM PROJETO EM ANDAMENTO

Mirian Santos Ribeiro de Oliveira

O relato de pesquisa aqui apresentado remete à elaboração e à execução do projeto “Memórias e narrativas de migração asiática à Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai)”, entre os anos de 2014 e 2017, no âmbito da Iniciação Científica na Universidade Federal da Integração Latino-Americana³³⁶. É importante mencionar, de saída, duas particularidades da concepção desta investigação. A primeira delas é minha atuação como professora de História da Ásia, nesta universidade, o que fomentou o interesse em prosseguir meus estudos sobre migração asiática, iniciados durante o doutorado em Sociologia, na Universidade de São Paulo, e de vincular tais estudos ao contexto latino-americano, de modo geral, e ao contexto da Tríplice Fronteira, de modo mais específico.

A segunda particularidade é o período de redação do projeto, entre 2013 e 2014, anterior à atual crise política e econômica que afeta também os países emergentes. Naquele período, podia-se observar a intensificação das migrações Sul-Sul, que constituiria uma das principais tendências dos movimentos migratórios internacionais, em princípios do século 21 (CASTLES; MILLER, 2009). Entre os fatores de estímulo à mobilidade de migrantes no interior do Sul Global, encontravam-se: o fortalecimento da multipolaridade em âmbito mundial, caracterizado pela influência crescente de potências emergentes como Brasil, Índia, China, África do Sul, México e Coreia do Sul, que se tornaram polos de atração de migrantes (em termos intrarregionais ou inter-regionais); crises econômicas enfrentadas por países desenvolvidos do hemisfério Norte, percebidos como destinos cada vez menos atraentes devido à redução da oferta de postos de trabalho, em muitos casos associada também ao endurecimento de políticas de controle da imigração e ao agravamento da xenofobia. Em se

³³⁶ Agradeço a participação dos bolsistas Leidy Lorena Castellanos Rojas (Ciências Econômicas - Economia, Integração e Desenvolvimento), Julia Dalbosco (Relações Internacionais e Integração), Matías Maximiliano Martínez (História - América Latina) e Lucio Eiji Fukumoto (Antropologia - Diversidade Cultural Latino-Americana) na pesquisa e na construção das reflexões apresentadas neste artigo. Ademais, reconheço e agradeço a importância do diálogo com outros estudantes, que realizaram trabalhos de conclusão de curso sob minha orientação – como Paula Quintanero, investigando a imigração taiwanesa em Ciudad del Este, e Jéssica Bonfim, estudando a trajetória de dupla migração de uma senhora russa ao Paraguai e à Argentina –, cujos trabalhos pude conhecer e avaliar neste período: na graduação, a análise da participação de libaneses e seus descendentes na economia de Foz do Iguaçu, por Franciely de Oliveira e, no mestrado como o importante e interessante trabalho de Rafaela Souza sobre representações das comunidades muçulmanas de Foz do Iguaçu em narrativas de securitização da Tríplice Fronteira. Por fim, reconheço o apoio concedido à pesquisa pela Divisão de Iniciação Científica da UNILA, na forma de bolsas PIBIC.

tratando da América Latina e do Caribe, observou-se o aumento da mobilidade populacional intrarregional (caso de bolivianos, paraguaios, peruanos e haitianos que migraram ao Brasil, por exemplo). Ademais, a região constituiu-se como polo de atração inter-regional de indivíduos e grupos provenientes de outros países do Sul – considere-se a entrada então crescente de africanos (caboverdianos, angolanos, moçambicanos, entre outros) e asiáticos (chineses, sul-coreanos, indianos e bengalis, por exemplo). Os efeitos da crise da segunda metade dos anos 2010 sobre os movimentos migratórios Sul-Sul ainda estão por ser analisados, avaliados e problematizados. O que desejo destacar aqui é o fato de que as recentes reorientações ideológicas, em países latino-americanos (como Brasil e Argentina) e asiáticos (como a Índia), e a consequente reformulação de políticas (sociais, econômicas, educacionais, exteriores) que acarretam, tendem a enfraquecer ou obscurecer não somente a prática de relações Sul-Sul, mas, ainda, a reflexão sobre tais relações e conexões. Neste sentido, a proposta deste livro é importante e necessária.

Feitas estas considerações iniciais, esclareço que a denominação “asiáticos”, no projeto em questão, remete a indivíduos ou comunidades originários de duas sub-regiões específicas: Leste da Ásia (China, Japão e Coreia do Sul, entre outros) e Oeste da Ásia, ou Oriente Médio (Turquia, Síria, Líbano, Palestina e Israel etc.)³³⁷ Esse recorte geográfico foi realizado tendo em vista a presença significativa de imigrantes ou descendentes de imigrantes originários destas duas sub-regiões na Tríplice Fronteira. Faz-se necessário aclarar, ainda, que somente duas das cidades da Tríplice Fronteira, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, abrigam comunidades de origem asiática. Se considerarmos, no entanto, a *presença asiática* na região – o que envolve atentar para a circulação de pessoas, bens, ideias e práticas asiáticas ou de origem asiática –, Puerto Iguazú, na Argentina, deve ser incluída em nosso recorte geográfico da área de destino. No que se refere ao recorte temporal, focaliza-se a segunda metade do século 20. Dá-se especial atenção ao último quartel do século referido, como período de maior interesse para a investigação, uma vez que então se intensificaram dinâmicas de circulação de bens e pessoas na região considerada.

A pesquisa envolve a análise de dois modos interligados de representação da vivência da migração: memórias e narrativas. Em se tratando das *memórias* de migração, busca-se, em primeiro lugar, coletar e analisar fontes primárias, ou seja, registros documentais, sobre a presença asiática na região considerada. Adota-se uma concepção ampla de registros documentais, sendo considerados documentos produzidos e preservados por instituições

³³⁷ É importante aclarar que o foco da pesquisa são processos históricos de migração asiática à Tríplice Fronteira. Neste sentido, histórias de migração de indivíduos e processos de formação de comunidades de imigrantes de países que não constituem o Sul Global, como Japão e Israel, foram incluídos em nossas explorações e análises iniciais. Para os fins deste artigo, no entanto, comentaremos apenas os processos de migração a vincular países do Sul.

governamentais das cidades e países envolvidos, pelos próprios migrantes (individualmente ou por meio de suas associações comunitárias) e por não migrantes que mantenham relações diretas ou indiretas com as populações asiáticas ou de origem asiática vivendo na região. O projeto prevê, também, a realização de entrevistas de história oral com migrantes asiáticos residentes na região da Tríplice Fronteira, de acordo com a perspectiva de que “la historia de las migraciones se encuentra principalmente en la memoria de los migrantes. A su vez, esta memoria nos provee un prisma para comprender la historia latinoamericana” (POZZI, 2011, p. 4). Durante o período de pesquisa aqui relatado, procedeu-se à preparação de entrevistas de história oral. No que se refere às *narrativas* de migração, atenta-se para a coleta e a análise de narrativas, elaboradas pelos próprios migrantes ou por eles apropriadas, com o intuito de (re)significarem suas experiências, interconectadas mas distintas, de emigração (partida da terra de origem) e de imigração (chegada e fixação na terra de acolhida). Consideram-se, aqui, narrativas elaboradas por associações de migrantes (como, por exemplo, o Centro Cultural Beneficente Islâmico de Foz do Iguaçu – formado, principalmente, por libaneses e descendentes de libaneses), assim como por meios de comunicação locais (como o jornal Nosso Tempo e a Revista 100 Fronteiras).

Paralelamente à busca por registros documentais e narrativas sobre a presença asiática na Tríplice Fronteira, realizou-se uma revisão da literatura acadêmica existente sobre o tema investigado. Revisaram-se: i) trabalhos que se propõem a apresentar, direta ou indiretamente, panoramas da presença asiática no subcontinente (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2004; CANALES, 2006; CARO, 2007; DELVAL, 1992; KABCHI, 1997; OLIVEIRA; MASIERO, 2005; ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES, 2013; ZLOTNIK; PALMA, 1991); ii) estudos que abordam indiretamente a migração proveniente do Sul (Índia) e do Leste Asiáticos (Coreia do Sul e China), em pesquisas sobre artes, religião e economia, em alguns casos com breves menções à área transfronteiriça (ANDRADE, 2007; BELIVEAU; MONTENEGRO; SETTON, 2005; CHOI, 1991; PINHEIRO-MACHADO, 2008; SHOJI, 2004; SHOJI; LOPES, 2008); iii) trabalhos que tratam diretamente da presença, na Tríplice Fronteira, de migrantes originários do Oriente Médio (CARDOZO, 2013; RABOSI, 2007; SILVA, 2008; WANIEZ; BRUSTLEIN, 2001) e do Leste Asiático – da China e de Taiwan, mais especificamente (PINHEIRO-MACHADO, 2010) –, concentrando-se em análises de dinâmicas identitárias e econômicas; iv) pesquisas sobre a Tríplice Fronteira, que incluem seções dedicadas à presença asiática na região (MONTENEGRO; BELIVEAU, 2006; PEREIRA, 2014).

O processo paralelo de revisão de literatura e de busca de fontes primárias possibilitou construir um panorama da migração asiática à região, especialmente no que se refere aos processos históricos de migração libanesa, taiwanesa e coreana. A coordenadora e os pesquisadores de iniciação científica

do projeto desenvolveram atividades de investigação de acordo com seus interesses de conhecimento e suas habilidades específicas (como familiaridade com a cultura e o idioma dos grupos de migrantes considerados). Neste sentido, os resultados de pesquisa elaborados pelos pesquisadores, em fase de revisão e preparação para novas etapas de pesquisa e/ou publicação, são diversificados e não poderiam ser comentados em profundidade neste relato. Quero apresentar, no entanto, algumas das reflexões por nós desenvolvidas neste período inicial de pesquisa, que contemplam tanto dificuldades encontradas como potencialidades de aprimoramento e aprofundamento de nossa investigação.

Concentro-me em questões de ordem metodológica. Reconhecemos, em primeiro lugar, a diversidade de abordagens teórico-metodológicas existentes no campo dos estudos migratórios. Em segundo lugar, admitimos dificuldades inerentes aos estudos sobre migrações: por exemplo, as imprecisões relacionadas à caracterização das populações, ou a fragmentação das análises construídas, que obstruem o estudo sistemático de processos históricos de migração a uma determinada região, ou partindo de uma área específica. Destacamos a escassez de registros e análises históricas das dinâmicas populacionais investigadas, em bibliotecas e arquivos mantidos pelos três municípios. No que se refere ao tamanho das populações, reconhecemos as dificuldades de obtenção de dados precisos sobre os fluxos e os estoques de migrantes internacionais, de modo geral. Isso se deve, principalmente, às experiências de migração temporárias, bem como àquelas denominadas irregulares, dificilmente captadas por recenseamentos nacionais. A grande mobilidade característica das áreas transfronteiriças e a livre circulação de cidadãos de Estados do Mercosul, na Tríplice Fronteira, aumentam as dificuldades mencionadas e fazem dos dados censitários sobre os imigrantes internacionais um indício de dinâmicas de mobilidade populacional mais complexas (PATARRA; BAENINGER, 2006). Para além dos problemas relacionados à obtenção e à análise de dados censitários sobre populações asiáticas ou de origem asiática na região considerada, nossas atividades iniciais de investigação indicaram que a compreensão da presença asiática nas três cidades fronteiriças requer uma percepção ampliada do próprio espaço geográfico em questão. Os indivíduos que circulam pela fronteira residem, também, em cidades próximas a Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, como, por exemplo, Presidente Franco e Yguazú (Paraguai), Puerto Libertad e Puerto Esperanza (Argentina). Neste sentido, para os nossos fins, são relevantes estudos em maior profundidade sobre processos históricos de migração asiática aos três estados que compõem a Tríplice Fronteira: Paraná (Brasil), Misiones (Argentina) e Alto Paraná (Paraguai). Ademais, é importante lembrar que a mobilidade transfronteiriça tem motivações variadas, que incorporam às atividades de trabalho e negócios (lícitos e ilícitos), tradicionalmente investigadas, a frequência de escolas (de ensino básico e superior), as compras cotidianas, o exercício de práticas corporais (como ioga e artes marciais) e busca por entretenimento, entre outras

possibilidades. Desta forma, igualmente relevante é a elaboração de estudos sobre sociabilidade: dos próprios migrantes asiáticos, em seus espaços de associação; de migrantes e não migrantes, em diferentes espaços das cidades em que vivem e pelas quais circulam – sejam eles espaços públicos ou privados, como as feiras de artesanato e comida de Foz do Iguaçu, que contam com a participação significativa de feirantes e clientes asiáticos e de origem asiática, e os restaurantes de culinárias asiáticas existentes, principalmente, dos lados brasileiro e paraguaio da fronteira.

Em terceiro lugar, ressaltamos que, à investigação da presença asiática na Tríplice Fronteira acrescenta-se o desafio de se enfrentarem as complexas dinâmicas de conhecimento/desconhecimento e visibilidade/invisibilidade dos diferentes grupos de imigrantes asiáticos ou de origem asiática residentes na região. Os “asiáticos” e outras minorias étnicas tornaram-se elemento essencial da construção social da própria noção de diversidade cultural nesta área – em discursos acadêmicos e não acadêmicos sobre o turismo, a imaginação das peculiaridades da vida na fronteira, o presumido (e bastante questionável) caráter cosmopolita e não conflituoso das relações sociais etc. (KLAUCK; SZEKUT, 2012). Como habitualmente ocorre em relações de alteridade, estereótipos da presença asiática na região são continuamente (re)construídos, em suas versões positivas (tradições culinárias atraentes; edifícios religiosos que são, também, atrações turísticas; pluralidade linguística etc.) e negativas (como o suposto envolvimento com o terrorismo internacional e as ilegalidades do contrabando e dos tráficos – de drogas, armas e seres humanos). Em nossas interações iniciais com indivíduos e associações de migrantes asiáticos, buscamos decompor e desconstruir dois rótulos, em especial: i) “asiáticos”, com o intuito de compreender as peculiaridades dos processos migratórios originados de sub-regiões asiáticas específicas, bem como dinâmicas de formação de comunidades de migrantes e de suas relações com outros grupos sociais da região; ii) “migrantes” – retomamos a discussão sobre a adequação de se considerar a existência de gerações de migrantes (primeira, segunda e terceira gerações, por exemplo) (GRIMSON, 2011), uma vez que parte significativa dos indivíduos de origem asiática residentes na Tríplice Fronteira nasceram no Brasil ou no Paraguai e estão inseridos nos sistemas laborais, políticos e educacionais destes países como cidadãos plenos. Dedicamo-nos também, a entender concepções como “isolamento” ou “fechamento” das comunidades asiáticas ou de origem asiática da Tríplice Fronteira. Isso envolveu, por um lado, abrir espaços para o diálogo com tais comunidades no interior da universidade, bem como solicitar e aceitar oportunidades de convivência e aprendizado oferecidos pelos próprios migrantes e por seus descendentes. De um ponto de vista didático-pedagógico, podemos mencionar, a título de ilustração, a realização de aulas e encontros especiais na universidade e em espaços mantidos por instituições ligadas às comunidades libanesa e taiwanesa, em Foz do

Iguaçu³³⁸. Por outro lado, tendo em vista que os processos de migração, adaptação e inserção em novos destinos podem estar associados a eventos traumáticos, compreender e questionar o “fechamento” das comunidades asiáticas ou de origem asiática em questão significou respeitar silêncios, lacunas e interrupções nas comunicações entre pesquisadores e sujeitos participantes da investigação. Em última instância, implicou reconhecer temas sensíveis e atentar para a existência de questões recorrentemente levantadas e problematizadas por nossos interlocutores. Ademais, levou-nos a identificar, coletar e analisar fontes primárias produzidas por indivíduos e associações em diferentes contextos e com finalidades diversas, o que nos permitiu considerar não apenas materiais institucionais de elaboração e divulgação própria (impressos ou digitais) como, também, textos e entrevistas publicados em meios de comunicação locais.

Por fim, destaco a especificidade dos estudos de área a partir do Sul. Os estudos sobre comunidades de origem asiática em diferentes regiões do mundo, compreendidos como um segmento dos estudos asiáticos, pertencem a uma tradição acadêmica que se desenvolveu de forma mais definida e sustentada no período da Guerra Fria, no Norte, principalmente a partir dos Estados Unidos. Em universidades estadunidenses, investimentos governamentais continuados apoiaram os esforços de construção de centros de pesquisas sobre as regiões do mundo. Os centros de estudos asiáticos, africanos e latino-americanos (com suas subdivisões e múltiplas especializações) constituíram “la principal forma de mirar hacia las zonas *estratégicamente significativas* del Tercer Mundo” (APPADURAI, 2001, p. 31). Pesquisadores latino-americanos, asiáticos e africanos certamente participaram da construção dos estudos de área no Norte, contribuindo para processos de autocrítica e renovação no interior destes espaços de produção acadêmica e apoio à formulação de políticas públicas. Deve-se considerar, entretanto, que os acervos documentais e bibliográficos e os recursos humanos ali formados desde então dificilmente são (ou poderiam ser) replicados em países do Sul. Entre os principais desafios para os estudos asiáticos na América Latina e, de modo mais específico, para as investigações sobre migrações asiáticas a regiões específicas de nosso subcontinente, encontra-se a escassez de recursos para a formação de centros de estudo e redes de pesquisadores que possam promover: i) o acesso a literatura acadêmica sobre

³³⁸ Entre as atividades organizadas no âmbito de disciplinas específicas, podemos mencionar: i) “Modernidade e identidades na Ásia contemporânea”, com a mesa redonda sobre o Dia do Povo Muçulmano e o Cine Debate “Sob o véu do Islã”, em maio de 2016, assim como a palestra sobre a Revolução Iraniana de 1979, em junho de 2017; ii) “História das Religiões Sul-Asiáticas” – visita guiada ao Templo Budista de Foz do Iguaçu, em maio de 2016; iii) “Estudos Culturais”, com a jornada fotográfica pelo centro de Foz do Iguaçu, em novembro de 2015. Agradeço a meus colegas do grupo de pesquisa Observatório das Religiões na Latinoamérica (ORLA) pelo apoio e colaboração na organização dessas atividades, bem como de encontros adicionais – por exemplo: visita à mesquita de Foz do Iguaçu, em novembro de 2015; o seminário de pesquisa “Islã e práticas linguísticas”, em maio de 2016, e a mesa redonda “Religião e Política”, em outubro de 2016, na UNILA; a mesa “A convivência inter-religiosa na Tríplice Fronteira”, em setembro de 2017, na Feira do Livro de Foz do Iguaçu.

a Ásia em português ou espanhol; ii) o fomento ao ensino de línguas asiáticas; iii) pesquisa e ensino sistemático de conteúdos relacionados às sociedades asiáticas³³⁹. Escrevendo a partir de um território considerado marginal, também no que se refere às políticas educacionais e científicas dos países que compõem a Tríplice Fronteira, aponto que tal desafio é decerto grande, mas não insuperável. Devido à presença significativa de populações de origem asiática, o diálogo e a colaboração continuados com indivíduos e associações de migrantes abrem possibilidades de criarmos, gradualmente, espaços e recursos para os estudos asiáticos nesta região.

Referências

- ANDRADE, J. Alaripu: o desabrochar da dança hindu no Brasil. In: _____. **Shiva abandona seu trono: destradicionalização da dança hindu e sua difusão no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.
- APPADURAI, A. Aquí y ahora. In: _____. **La modernidad desbordada: dimensiones culturales de la globalización**. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Cuando oriente ilegó a América: contribuciones de inmigrantes chinos, japoneses y coreanos**. Washington, DC: BID, 2004.
- BELIVEAU, V. G.; MONTENEGRO, S.; SETTON, D. El campo religioso en la Triple Frontera: entre el arraigo nacional, los anclajes étnicos y los movimientos transfronterizos. **Revista de la Escuela de Antropología**, Rosario, Argentina, n. 10, p. 179-192, 2005.
- CANALES, A. I. (Ed.) **Panorama actual de las migraciones en América Latina**. Zapopan: Universidad de Guadalajara, 2006.
- CARDOZO, P. F. Eu nasci no Brasil, mas o Líbano é o meu país: jovens descendentes de libaneses em Foz do Iguaçu: identidade plural. **História: Questões & Debates**, Curitiba, PR, n. 58, p. 13-37, 2013.
- CARO, I. Identidades islâmicas contemporâneas em América Latina. **Revista Universum**, Talca, Chile, v. 2, n. 22, p. 27-39, 2007.
- CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 4.ed. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2009.
- CHOI, K. J. **Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil**. 1991. 252f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1991.
- DELVAL, R. **Les Musulmans en Amerique Latine et aus Caraibes**. Amerique Latine: L’Harmattan, 1992. (Recherches & Documents).
- GRIMSON, A. Doce equívocos sobre las migraciones. **Nueva Sociedad**, San José, Costa Rica, n. 233, p. 34-43, 2011.
- KABCHI, R. **El mundo árabe y América Latina**. Paris: UNESCO; Prodhufi, 1997.

³³⁹ As reflexões sobre a prática dos estudos asiáticos na América Latina, aqui brevemente mencionadas, foram elaboradas em conjunto com colegas participantes do Workshop Internacional “Perspectives on Asian Studies in Latin America”, promovido pelas instituições International Convention of Asia Scholars (ICAS), International Institute for Asian Studies (IIAS), South-South Exchange Programme for the Research on the History of Development (SEPHIS) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em novembro de 2016. Agradeço à oportunidade de participar do encontro e ao apoio recebido do IIAS e do SEPHIS para estar presente nos dois dias de intenso intercâmbio e aprendizado com pesquisadores da América Latina, da Ásia, dos Estados Unidos e da Europa.

KLAUCK, S.; SZEKUT, A. Memórias da diversidade populacional como patrimônio cultural da cidade de Foz do Iguaçu/PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói RJ. **Anais... ANINTER-SH/ PPGSD-UFF**, 2012.

MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G. **La Triple Frontera**: globalización y construcción del espacio. Madrid: Miño y Dávila, 2006.

OLIVEIRA, H. A.; MASIERO, G. Estudos asiáticos no Brasil: contextos e desafios. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 2, n. 48, p. 5-28, 2005.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Migrantes extracontinentales en America del Sur**: estudio de casos. Buenos Aires, Argentina, 2013. (Cuaderno Migratorio, n. 5).

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica: Brasil no Mercosul. In: CANALES, A. I. (Ed.). **Panorama actual de las migraciones en América Latina**. Zapopan: Universidad de Guadalajara, 2006.

PEREIRA, D. A. (Org.). **Cartografia imaginária da Tríplice Fronteira**. São Paulo, SP: Dobra Universitário, 2014.

PINHEIRO-MACHADO, R. Uma ou duas Chinas? A “questão de Taiwan” sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este, Paraguai). **Civitas**, Porto Alegre, RS, v. 10, n. 3, p. 468-489, 2010.

_____. CHINA-PARAGUAI-BRASIL: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 23, n. 67, p. 117-133, 2008.

POZZI, P. A. Prólogo. In: DUARTE, G. R.; FROTSCHER, M.; LAVERDI, R. (Org.). **Desplazamientos en Argentina y Brasil**: aproximaciones en el presente desde la historia oral. Buenos Aires, Argentina: Imago Mundi, 2011.

RABOSSI, F. Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma re-interpretación. In: SEYFERTH, G. et al. (Org.). **Mundos em movimento**: ensaios sobre migrações. Santa Maria, RS: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

SHOJI, R.; LOPES, D. Diploma de Monge: legitimação da Sangha Brasileira e de mediadores com a comunidade chinesa na Fo Guang Shan. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, SP, p. 103-121, 2008.

_____. Reinterpretação do Budismo Chinês e Coreano no Brasil. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, SP, n. 3, p. 74-87, 2004.

SILVA, R. C. M. Reordenação de identidades de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 2, n. 47, p. 357-373, 2008.

WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. Os muçulmanos no Brasil: elementos para uma geografia social. **ALCEU**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 2, p. 155-180, 2001.

ZLOTNIK, H.; PALMA, D. La migración asiática a Latinoamérica. **Estudios de Asia y Africa**, México, DF, v. 26, n. 3, p. 515-533, 1991.

BUSCANDO OUTROS NORTES NA CONVERGÊNCIA PARA O SUL

José Carlos Alves Pereira

A ascensão escolar de jovens mulheres do Vale do Jequitinhonha, e seu desejo de dar continuidade aos estudos em vista de alcançar melhores condições de vida constituem alguns dos fatores de sua emigração, primeiro do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, para o Vale do Mucuri que faz divisa geográfica com o Vale do Rio Doce, no leste mineiro, onde entram em contato com agenciadores que atuam nas redes de migrantes de Governador Valadares-MG, e do Mucuri emigram para a Europa (Portugal, Espanha) e para os Estados Unidos da América (EUA).

Vinculada àquela emigração feminina há uma emigração masculina de jovens trabalhadores migrantes, também do Vale do Jequitinhonha, rumo a áreas de agronegócio, em especial para áreas de cana-de-açúcar, café, laranja, soja, mas também para centros urbanos onde crescem os empreendimentos de construção civil. Em uma ou outra área, os jovens migrantes procuram trabalhar com vistas à mobilidade social, à formação de uma nova família parental ou à reprodução social de suas famílias que ficaram no norte de Minas.

A crise econômica e política porque passaram a Europa e os EUA a partir de 2005, seguida de fortes restrições à entrada e permanência de migrantes em seus respectivos territórios, por um lado, e, por outro, o crescimento econômico seguido de relativa abertura para imigrantes em alguns países do hemisfério Sul (África do Sul, Argentina, Brasil, Venezuela, etc.) no entanto, fizeram com que muitos migrantes modificassem suas rotas migratórias do eixo “Sul – Norte” para o eixo “Sul – Sul” ou o que se convencionou chamar de “Migrações Sul – Sul”.

As mulheres reagiram diferente dos homens às crises econômicas e políticas na Europa e nos EUA. Dentre o grupo observado, uma parte optou ou teve que fazer a migração de retorno ao Vale do Jequitinhonha. Outra parte permaneceu na Europa fazendo a migração interna neste continente. Outro grupo numericamente menor procura entrar nos EUA em busca de novas oportunidades. Dentre os homens, boa parte ou fez a migração de retorno e em seguida convergiu suas rotas migratórias para a África, para o Norte do Brasil e seus países vizinhos ou da Europa emigraram diretamente para a África, Amazônia brasileira, venezuelana ou ainda para a Guiana Francesa.

Qual a relação entre a emigração das jovens mulheres do Vale do Jequitinhonha e a emigração de jovens trabalhadores migrantes do corte de cana-de-açúcar em São Paulo para Portugal, Espanha e, posteriormente, o seu retorno ao Vale do Jequitinhonha para, logo em seguida, convergir sua rota

migratória para Cidades como Cabo e Johannesburgo na África do Sul; Manaus, Belém no Norte do Brasil e, ainda mais ao norte, para a Guiana Francesa?

A compreensão e descrição dessa relação permite elaborar perguntas sobre quais fatores macro e micro sociais; que políticas migratórias nacionais e regionais, como acordos de residência, trabalho, livre trânsito etc. no âmbito do MERCOSUL acionam ou são acionados nessa migração e como os migrantes reagem a ela. Também colocam perguntas sobre as formas de reorganização e constituição de redes de migrantes que viabilizam, a partir de operações locais e transnacionais, a articulação e reconfiguração de novas rotas migratórias.

Tendo como foco de análise os aspectos micro sociais que acionam e são acionados na migração, no caso dos jovens migrantes do Vale do Jequitinhonha, quais são os seus arranjos e estratégias locais que, combinados a arranjos políticos, econômicos e sociais estruturais viabilizam a conversão das rotas que compunham o eixo Sul – Norte para as rotas que compõem o eixo Sul-Sul? Como esses arranjos são forjados e qual o perfil dos sujeitos sociais que lhes conferem forma e dinâmica? Por que, ao contrário das rotas migratórias do eixo Sul – Norte, no caso do Vale do Jequitinhonha, as mulheres estão menos presentes nas recém-formadas rotas da Migração Sul – Sul, sendo neste caso, mais significativa a presença masculina?

Referência

PEREIRA, J.C. A. O lugar desmanchado, o lugar recriado? Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional. **Tese de Doutorado**. IFCH-Universidade Estadual de Campinas, 2013.

IMAGENS DE GÊNERO: RENEGOCIAÇÕES, TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS MIGRATÓRIAS DE MULHERES IMIGRANTES NO BRASIL³⁴⁰

Roberta Peres

Tendo como pano de fundo o cenário cada vez mais complexo das migrações internas e internacionais no Brasil, este artigo se propõe a discutir as diferentes faces das renegociações dos papéis de gênero ao longo de trajetórias migratórias de mulheres imigrantes. Neste sentido, são abordados desde o parentesco ritual (SPEEDING, 2003) das mulheres do altiplano boliviano que vivem na fronteira brasileira no Mato Grosso do Sul, até as trajetórias migratórias (ARIZA, VELASCO, 2012) de mulheres haitianas em São Paulo, passando pelas transformações experimentadas por mulheres peruanas dentro de seus domicílios, ao longo de suas trajetórias migratórias e pelas experiências de famílias transnacionais (BANFI, BOCCAGNI, 2011). O eixo condutor de todas essas imagens de gênero são as experiências transnacionais (GUARNIZO *et al.*, 2003) que perpassam as estratégias migratórias femininas (PERES, 2009) antes mesmo que tenham início seus projetos migratórios (MAMUNG, 2009).

Neste sentido, seletividade migratória, planejamento do ciclo de vida – individual e familiar –, a sucessão de diferentes etapas migratórias e decisões sobre o ir e vir são marcados por essas renegociações de gênero nas migrações (PERES, 2009). Entende-se que a reprodução das dinâmicas familiares em trajetórias migrantes é um campo fundamental para a compreensão dessas negociações de gênero, uma vez que é nesta dimensão em que homens e mulheres, nos espaços de origem, destino ou etapas, redefinem suas relações e ressignificam sua própria condição migrante.

As interpretações sobre os processos sociais de migração no século 21, em toda a sua variabilidade e complexidade, respondem a diferentes desafios: novas modalidades migratórias, novos espaços de origem e destino, a reorientação dos vetores estruturais das migrações – que tem aumentado a importância das migrações Sul-Sul – discussões em diferentes esferas sociais sobre políticas públicas de migração - especialmente no Brasil, num momento político chave em que se discute a implementação de uma lei de migração.

Essas interpretações sobre o fenômeno social das migrações no século 21 não podem mais excluir a perspectiva de gênero de sua agenda, uma vez que, em contextos de circulação do capital internacional e nova divisão internacional do trabalho, os fluxos migratórios adquirem maior complexidade na medida em que se tornam mais dinâmicos, compostos por diferentes etapas migratórias e com expectativas temporais cada vez mais fluidas (BAENINGER, 2015).

³⁴⁰ Este estudo compõe o Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq).

Ao mesmo tempo em que os fluxos migratórios no século 21 se apresentam de forma cada vez mais dinâmica, torna-se mais complexo o desafio para os pesquisadores da área. Aportes teóricos e metodológicos devem dar conta de explicar processos sociais que rapidamente se transformam, se redefinem, se reorientam. Neste sentido, a interpretação dos processos sociais migratórios exige do pesquisador um olhar apurado na construção de seu objeto de pesquisa, bem como de sua problemática.

Muitos foram os avanços observados, no campo teórico, para a interpretação do fenômeno migratório, especialmente internacional, em todas as suas faces. Mais do que conhecer os saldos migratórios, é preciso compreender, desde a origem, os fatores que contribuíram para a construção dos vetores que orientam um determinado fluxo migratório. Um desses fatores – que dificilmente poderá ser deixado de lado – refere-se às renegociações dos papéis de gênero ao longo da trajetória de homens e mulheres migrantes.

O debate acerca da perspectiva de gênero no estudo de migrações internacionais já vem se consolidando desde o final do século 20 (MOROKVASIC, 1984; BOYD, GRIECO, 2003; ASSIS, 2011, CHAVES, 2000, PERES, 2009, 2014). No entanto, foi preciso romper com as análises restritas aos diferenciais por sexo (MOROKVASIC, EREL, 2003) e avançar até a compreensão das transformações dentro dos domicílios e famílias migrantes ao longo de suas trajetórias. A estrutura etária, sexual, geracional e hierárquica observada dentro dos domicílios migrantes reforça a necessidade de incorporação da família às análises, não deixando de lado as renegociações de relações de gênero.

As diferentes experiências de homens e mulheres em suas trajetórias migratórias (ARIZA, VELASCO, 2012), incluindo desde os projetos migratórios (MAMUNG, 2009), a seletividade migratória e as reorientações dos percursos migratórios são reforçadas pelas relações de gênero ao longo de todas as etapas migratórias. Nesse sentido, domicílio e família são parte integrante dessas trajetórias, seja daqueles que migraram de fato, seja daqueles que permaneceram nos lugares de origem, mas que compartilham experiências transnacionais (GUARNIZO et al, 2003).

Segundo Mummert (2012, p. 151), compreender as dinâmicas familiares, em suas formas rotineiras e cotidianas, é “como fotografar um alvo em movimento”, uma vez que as famílias se transformam continuamente.

Partindo de pesquisas de campo realizadas em diferentes lugares do país no âmbito do projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo", observa-se algumas dessas "imagens de gênero", que podem ser definidas como as renegociações de homens e mulheres ao longo de suas trajetórias migratórias dentro de domicílios e famílias migrantes. Para tanto, trata-se da migração boliviana na fronteira em Corumbá-MS, da presença haitiana e peruana no município de São Paulo - SP.

Uma das principais marcas da migração boliviana na fronteira é uma rede social essencialmente feminina, que liga não apenas origem e destino, mas todas as etapas migratórias deste fluxo (PERES, 2009). Partindo de laços de parentesco simbólico e ritual (SPEEDING, 2003), calcado principalmente na figura da "madrinha", essas mulheres bolivianas traçam seus percursos se utilizando estrategicamente de recursos disponíveis em cada uma das etapas migratórias, negociando o ciclo de vida individual e familiar entre idas e vindas, mudanças e permanências entre os dois países.

A migração haitiana carrega em si um diferencial fundamental para sua compreensão: a condição jurídica desses migrantes, amparados pela posse do visto humanitário concedido pelo governo brasileiro, permite que homens e mulheres migrantes circulem pelo país, mantenham vínculos formais de trabalho e renegociem suas trajetórias com ainda mais rapidez. É neste contexto que as mulheres haitianas, ainda minoria neste fluxo migratório, tem construído diferentes "imagens de gênero" enquanto atravessam o país de norte a sul (PERES, 2015).

Um último exemplo, que é o da presença peruana em São Paulo, expressa também os resultados dessas renegociações entre homens e mulheres ao longo de suas trajetórias, entre origem, etapas e destino. Diferente de outros contingentes latino-americanos, imigrantes peruanos tem construído para si, num espaço migratório específico no centro de São Paulo, um nicho econômico de solidariedade étnica (BAENINGER, PERES, DEMETRIO, 2014) definido pela gastronomia. Neste sentido, os papéis de homens e principalmente de mulheres vem se modificando nas famílias e domicílios migrantes na medida em que essa inserção laboral se consolida. As "imagens de gênero", neste caso, são reconstruídas a partir do ganho de autonomia das mulheres à frente dos negócios, enquanto que os homens figuram como coadjuvantes neste contexto.

É claro que as migrações internacionais no país se apresentam de forma heterogênea e dinâmica. No entanto, apenas os saldos migratórios internacionais calculados direta ou indiretamente não poderão explicar os verdadeiros impactos em lugares de origem e destino da presença desses homens e mulheres. Para entender esses fluxos migratórios - que muitas vezes utilizam o Brasil como rota estratégica para o alcance de espaços mais tradicionais da migração, como é o caso dos haitianos, por exemplo (FERNANDES, MILESI, FARIAS, 2011) é preciso avançar. É preciso conhecer os domicílios e famílias migrantes, suas estratégias e suas renegociações ao longo de suas trajetórias. Para isso é que se definem essas "imagens de gênero", para que se possa avançar na interpretação de processos sociais migratórios, buscando novos elementos e novos aportes teórico-metodológicos para o estudo das migrações internacionais.

Referências

- ARIZA, M.; VELASCO, L. (coord.) **Métodos Cualitativos y su Aplicación Empírica**. Por los caminos de la investigación internacional. Instituto de Investigaciones Sociales – UNAM, 2012.
- ASSIS, G. De **Criciúma para o mundo**: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros. Florianópolis. Editora Mulheres, 2011.
- BAENINGER, R.; PERES, R. **SOS Português: imigração haitiana em São Paulo**. Trabalho apresentado no 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 2015.
- BAENINGER, R.; PERES, R.; DEMÉTRIO, N. Perfil da imigração peruana em São Paulo. Trabalho apresentado no **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, 2014. São Pedro, novembro de 2014.
- BOYD, M , GRIECO, E. **Women and Migration**: Incorporating gender into international migration theory. Migration Policy Institute. Washington, 2003.
- CHAVES, F. **Mulheres Migrantes**: senhoras de seus destinos? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1980/1991. Tese de Doutorado em Demografia. Unicamp, 2000.
- FERNANDES, D.; MISELI, R.; FARIAS, A.. **Do Haiti para o Brasil**: o novo fluxo migratório. In: Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v. 6, nº 6 (2011). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. P. 73 – 98.
- GUARNIZO, L., PORTES, A. e HALLER, W. Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. **American Journal of Sociology**, 108 (6): 1211-1248, 2003.
- MA MUNG, E. Le point de vue de l'autonomie dans l'étude des migrations internationales. In: DUREAU, F.; HILY, M. (coord.) **Les mondes de la mobilité**. Rennes, 2009.
- MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) Crossing Borders and shifting boundaries. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.
- MOROKVASIC, M Birds of passage are also women... **International Migration Review**, vol XVIII, nº 4, 1984.
- MUMMERT, G. Pensando las familias transnacionales desde los relatos de vida: análisis longitudinal de la convivencia intergeneracional. In: ARIZA, M.; VELASCO, L. (coord.) **Métodos Cualitativos y su Aplicación Empírica**. Por los caminos de la investigación internacional. Instituto de Investigaciones Sociales – UNAM, 2012.
- PERES, R. Mulheres na fronteira: a imigração de bolivianas para Corumbá - MS. **Tese de doutorado** em Demografia. UNICAMP, 2009.
- SPEDDING, A. **Breve curso de parentesco**. Editorial Mama Huaco, La Paz, Bolívia, 2003.

FLUXO MIGRATORIO DE MULHERES REFUGIADAS: O CASO DAS ANGOLANAS EM SÃO PAULO³⁴¹

Sofia Caselli Furtado

O recente crescimento do número de refugiados no Brasil e no mundo (BAENINGER, 2017; CLOCHARD, 2007; UNHCR, 2014) suscita uma série de reflexões acerca da migração internacional contemporânea. Este estudo baseia-se na interlocução dos pressupostos teóricos das causas da emigração no país de origem (PORTES, 1996) e das modalidades migratórias contemporâneas (WENDEN, 2001) para a compreensão e análise da chegada dessas mulheres refugiadas angolanas no país.

Nesse sentido, o contexto político da República de Angola apresenta-se como condicionante importante no processo migratório entre Angola e o Estado de São Paulo. De acordo com Torres (2016), a Angola foi fundada em um contexto de conflito entre colonizador e colonizado, tornando-se um país que continua sofrendo com embates internos, principalmente no âmbito político e social, onde a presença de um partido que segue tradicionalmente no poder causa descontentamento, devido a seu caráter conservador.

Ademais, em um contexto das migrações transnacionais, de acordo com as estimativas, 100 mil mulheres de todo o mundo se movem anualmente em fluxos migratórios (LISBOA, 2007, p. 817). Segundo Basso (2003), o Brasil também passa a retratar essa imigração de mulheres refugiadas angolanas, refletindo processos mais amplos da sociedade atual e o consequente conflito de décadas naquele país. Segundo o relatório Women's Commission for Refugee Women and Children (2003), a população angolana vivenciou por 41 anos guerras civis, desde a guerra da independência em Portugal (1961-1975), até a guerra civil entre o governo de Angola e as forças opositoras (1975-2002). O resultado desse longo e violento processo foi a morte de mais de 500 mil civis, sendo a maior parte composta de mulheres e crianças. Nesse período, 4 milhões de angolanos foram deslocados e 600 mil foram em busca de refúgio. A situação se agrava, quando, recentemente a República Democrática do Congo tornou-se um agente no contexto angolano: as violência e tensões étnicas no Congo fizeram com que 33.000 congoleses buscassem refúgio na Angola em 2017 (UNHCR, 2017).

Ainda hoje, os reflexos dos anos de guerra civil são percebidos nos diversos movimentos da sociedade civil, como é o caso dos fluxos migratórios (ONUBR, 2016). Deste modo, notamos que a Angola se caracteriza por processos de emigração e imigração e consequente rotatividade migratória

³⁴¹ Este estudo compõe o Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq)

(BAENINGER, 2012), em um contexto de migrações em tempos de crises políticas e humanitárias (BAENINGER, 2017).

Nessa circunstância permeada de tensões, o Brasil é um dos destinos possíveis para essa emigração de refúgio, caracterizando essa migração como "Sul-Sul" (BAENINGER, 2017), composta por países periféricos que migram para outros países da periferia (BASSO, 2003). No âmbito dessas migrações transnacionais (GUARNIZO et al, 2003) emerge para o caso brasileiro, o fluxo migratório de mulheres angolanas, dentre as quais aquelas grávidas e/ou com filhos. Nesse sentido, este trabalho terá por objetivo buscar compreender o percurso percorrido por essas mulheres angolanas que buscam refúgio em São Paulo, seus arranjos familiares, suas estratégias na migração, suas redes sociais na origem e no destino dessa imigração refugiada (MASSEY et al, 1988).

Referências

- BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. Migrações internacionais. **Abordagens de direitos humanos**. CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Brasília, 2017.
- _____. Fases e faces da migração em São Paulo. 1. Campinas: Núcleo de Estudos de População, 2012
- BASSO, P. ____ Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migartorie. In: BASSO, Pietro et. Al. (Org). **Gli immigrati in Europa. Diseguaglianze, razzismo, lotte**. Milano: Franco Angeli, 2003.
- CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. **EchoGéo**, v. 2, 2007.
- GUARNIZO, L., PORTES,A. e HALLER, W. Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. **American Journal of Sociology**, 108 (6): 1211-1248, 2003.
- LISBOA, T. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Rev. Estud. Fem**. Vol. 15, n. 3, pp. 805-821, 2007.
- PORTES, Alejandro. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Review of Sociology**. Vol. 24: 1-24. 1998.
- TORRES, D. Os novos refugiados de Angola. **Nexo Jornal**. Disponível em < <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2016/Os-novos-refugiados-de-Angola>> Acesso em: 15/09/2017. 2017
- UNHCR (United Nations High Commissariat for Refugees). INTER-AGENCY OPERATIONAL UPDATE > Angola / 15 August. 2017
- _____. **Refúgio no Brasil: Uma Análise Estatística (2010-2013)**. 2014
- WENDEN, C.Un essai de typologie des nouvelles mobilités. **Hommes & migration**, no 1233, 2001. p. 5-12.
- Women's Commission for Refugee Women and Children, New York.2003

NOVOS MIGRANTES NA ANTIGA HOSPEDARIA DO BRÁS

Tatiana Chang Waldman

O contexto da construção da Hospedaria de Imigrantes do Brás, no final do século XIX, é de uma coexistência. Coexistência entre o desejo do estado de São Paulo de atrair migrantes internacionais, especialmente originários da Europa³⁴², para o trabalho no cultivo do café, e da necessidade de muitas pessoas que enfrentavam as mais diversas dificuldades em seus países de origem de migrar em busca de oportunidades para uma vida mais digna.

A antiga Hospedaria funcionou entre 1887 e 1978 como uma casa de passagem que recebeu, acolheu e encaminhou para postos de trabalho migrantes de mais de setenta países e, em um segundo momento, também os migrantes internos de diferentes regiões do Brasil. Por lá passaram aproximadamente 2,5 milhões de pessoas.

Hoje o cenário dos movimentos migratórios é bem diverso. Se muitas pessoas ainda enxergam São Paulo, e de forma mais ampla o Brasil, como um possível destino para uma nova vida, a postura do Estado brasileiro não é mais de estímulo às migrações³⁴³. O que se percebe é uma reação do Estado, em muitos casos tardia, diante de algumas demandas manifestadas pelos migrantes: acesso à moradia, saúde, educação, condições dignas de trabalho, documentação etc. As origens dos que chegam também não são as mesmas de outrora. América do Sul, África e Caribe ganham protagonismo.

Acompanhando e testemunhando tais mudanças, a Hospedaria de Imigrantes teve seu conjunto arquitetônico tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) na década de 1980 e o uso do seu espaço passa hoje a ser compartilhado entre duas instituições. A primeira delas é o Arsenal da Esperança, que desde 1996 desenvolve um trabalho por iniciativa da Fraternidade da Esperança/Servizio Missionario Giovani e que mantém viva a função social da acolhida de pessoas. O mesmo conjunto de prédios que abrigou pessoas das mais diversas origens, hoje acolhe diariamente 1.200 homens, dentre eles migrantes internacionais, em situação de vulnerabilidade social. A outra é o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, instituição que desde 1993 trabalha com o patrimônio material e imaterial das migrações.

³⁴² O que está diretamente relacionado com as teorias de branqueamento defendidas no período.

³⁴³ Hoje existem acordos internacionais como o “Acordo de Livre Residência MERCOSUL, Chile e Bolívia”, que permite a residência documentada de nacionais da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai no Brasil, assim como de brasileiros nos mencionados países. Há, ainda, ações pontuais com as anistias para migrantes em situação irregular (realizadas nos anos de 1981, 1988, 1998 e 2009).

Com seus novos usos, a antiga Hospedaria passa a ser um espaço de memória, mas também de uso – da convivência e diálogo entre histórias, memórias e experiências passadas e contemporâneas. E é sobre a presença dessa migração mais recente no espaço da Hospedaria, particularmente no Museu da Imigração, que este artigo pretende refletir.

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo. O Museu da Imigração é instituído em 1993 a partir do Centro Histórico do Imigrante, que desde 1986 reunia a documentação produzida no período de funcionamento da antiga Hospedaria. Em 1998 ele passa a ser nomeado Memorial do Imigrante, com uma reestruturação que incluía o Museu da Imigração, o Centro de Pesquisa e Documentação, o Núcleo Histórico dos Transportes e o Núcleo de Estudos e Tradições. Entre os anos de 2010 e 2014 a instituição tem suas atividades suspensas para o restauro do edifício e a elaboração de um novo plano museológico.

Em maio de 2014, o espaço é reaberto como Museu da Imigração com a proposta de preservar a memória da Hospedaria de Imigrantes do Brás e daqueles que por lá passaram, mas também de registrar, preservar e valorizar as experiências das pessoas que hoje chegam ao Brasil. Suas ações trabalham com a temática da mobilidade humana, visando estimular o diálogo entre experiências migratórias passadas e contemporâneas e com o desafio de garantir a presença de múltiplas vozes e perspectivas.

A reabertura do espaço se deu em um momento em que as discussões sobre a chegada e permanência de migrantes no Brasil – sobretudo da América do Sul, da África e do Caribe – se mostram cada vez mais presentes na agenda de debates do país. Os temas que emergem, no entanto, costumam enquadrar-se em leituras que veem a migração como um impasse, limitando-se a questões como a precarização das condições de trabalho dos migrantes, a condição migratória não documentada ou o número supostamente elevado de solicitantes de refúgio no país, deixando em segundo plano os motivos pelos quais as pessoas são levadas a migrar e toda a contribuição especialmente cultural que circula a partir desses movimentos migratórios. Por outro lado, nesse mesmo período, é possível observar, particularmente em São Paulo, uma crescente mobilização de migrantes internacionais, que lograram dialogar de forma mais direta com o poder público, pontuando suas demandas e estão cada vez mais atuantes e presentes nos mais diversos espaços da cidade.

Essas novas migrações representam um desafio ao Museu da Imigração. Tendo em vista seu acervo – composto por sua Coleção Museológica, Coleção de História Oral, Coleção Bibliográfica e Arquivo – voltado em grande parte aos movimentos migratórios do final do século XIX e início do século XX, bem como à memória da Hospedaria de Imigrantes do Brás, coloca-se a seguinte questão: como integrar esse escopo às dinâmicas do presente?

Como um espaço que reúne memórias, que preserva e divulga o patrimônio material e imaterial das migrações, o que o Museu da Imigração

deveria incorporar de representativo desse novo contexto? O que escolher? Como escolher? O que as próprias pessoas que experimentam hoje o processo migratório entendem que é representativo da sua memória? Diante de seus limites, especialmente espaciais, como incluir de forma continuada mais vozes e perspectivas que expressem esse patrimônio, que na sua essência – tal qual os movimentos migratórios – é dinâmico?

Com sua Política de Acervo³⁴⁴ ainda em discussão, o Museu tem se aberto às migrações mais recentes principalmente por meio da sua Coleção de História Oral, com novos projetos que permitem registrar as experiências de quem hoje vivencia o processo migratório no Brasil. A partir da metodologia da História Oral é possível preservar histórias individuais de forma rica e detalhada e, ao mesmo tempo, compreender a conjuntura em que essa experiência pessoal é inserida, permitindo uma aproximação com as demandas do presente.

A Coleção de História Oral do Museu da Imigração. A Coleção de História Oral é, portanto, a frente do acervo que neste momento permite registrar e preservar de forma mais expressiva e dinâmica uma maior diversidade de trajetórias migrantes³⁴⁵. Com sua primeira entrevista realizada em 1993, a coleção hoje conta com 554 entrevistas. Mesmo que grande parte delas – 480 entrevistas – tenha sido produzida por gestões anteriores e com um olhar mais direcionado aos movimentos migratórios relacionados ao período de funcionamento da Hospedaria de Imigrantes do Brás, a gestão atual tem se preocupado em criar novos projetos que coloquem em evidência as experiências migratórias que não estão representadas em outras coleções³⁴⁶.

O compromisso com o tema dos direitos humanos e a decorrente aproximação com o movimento social de migrantes desde a reabertura do Museu da Imigração, em 2014, fez surgir três projetos com temáticas que fazem

³⁴⁴ “A política de acervo é a consolidação da visão de uma instituição a respeito daquilo que seus profissionais consideram como parâmetros básicos de gestão e interpretação de um patrimônio cultural que está sob sua responsabilidade direta. É um documento que registra as posições da instituição, dando-lhe recortes temporais, cronológicos, geográficos e temáticos e que passa por avaliações periódicas quanto a sua adequação de tempos em tempos. É, portanto, uma peça chave para se dizer “sim” ou “não” mediante uma proposta de doação, compra, ou mesmo incorporação de algo produzido em decorrência das atividades de um museu e que não necessariamente teria que ser guardado” (MONTEIRO, J.; WALDMAN, T. C., 2015).

³⁴⁵ Um importante tópico para a organização e cadastro das entrevistas é o Grupo Social – entendido como grupo (social, étnico, cultural, religioso) ao qual a pessoa pertence ou se identifica. Seguem os grupos presentes na Coleção de História Oral do Museu: alemão, angolano, armênio, argentino, austríaco, boliviano, brasileiro, búlgaro, burquinês (Burkina Faso), cigano, chileno, chinês, chinês (Taiwan), colombiano, congolês, coreano (Coréia do Sul), croata, dinamarquês, egípcio, esloveno, espanhol, estadunidense, estoniano, francês, grego, guineense (Guiné - Conacri), guineense (Guiné - Bissau), haitiano, holandês, húngaro, indiano, inglês, italiano, iugoslavo, japonês, letão, lituano, libanês, moçambicano, malinês, nigeriano, judeu, judeu da Bessarábia, palestino, paraguaio, peruano, polonês, português, romeno, russo, senegalês, sírio, suíço, tcheco, togolês, turco e ucraniano.

³⁴⁶ Sob a gestão do primeiro Museu da Imigração (período 1993- 1997) foram produzidas 120 entrevistas; sob a gestão do Memorial do Imigrante (período 1998-2010) foram produzidas 360 entrevistas; sob a atual gestão do Museu da Imigração (INCI, período 2012-atual), foram produzidas 74 entrevistas.

parte da agenda de debates e mobilizações das migrações contemporâneas no Brasil – “Conselheiros extraordinários migrantes nos conselhos participativos municipais”, “Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo” e “Histórias de Hospedarias” – trazendo entrevistas com migrantes das mais diversas origens que residem em São Paulo e instituições que trabalham com a questão da acolhida e moradia dessa população na cidade.

O primeiro deles – “Conselheiros extraordinários migrantes nos conselhos participativos municipais” – começou a ser desenvolvido no segundo semestre de 2014 e tem como proposta registrar a participação política inédita de migrantes residentes na cidade de São Paulo nos Conselhos Participativos Municipais, organismos de atuação da sociedade civil com a finalidade de ampliar a participação popular e tornar mais transparente o trabalho nas subprefeituras. Foi nesse mesmo ano que os migrantes conquistaram a possibilidade de – junto aos brasileiros – compartilhar as suas demandas nos debates de ações e políticas públicas no município em que residem. A participação política é uma das mais antigas reivindicações do movimento de migrantes no país – apresentada de modo emblemático pela campanha “Aqui vivo, aqui voto” - tendo em vista que o Brasil é um dos poucos países da América do Sul que não permite o direito ao voto de migrantes em nenhuma esfera, seja municipal, estadual ou federal. Registrar essa conquista na cidade foi uma das razões que justificaram o projeto que até o momento alcançou entrevistar 14 pessoas.

No segundo semestre do ano de 2015, o Museu deu início ao projeto “Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo”. Analisando a Coleção de História Oral do Museu, é possível quantificar a participação de 277 mulheres e de 345 homens, sendo que algumas entrevistas foram realizadas de forma conjunta com homens e mulheres. No entanto, a razão de propor um projeto específico de mulheres não se deu apenas pela sua menor representatividade numérica, mas sim pela percepção de um importante momento vivenciada no campo da migração feminina em São Paulo, com crescentes iniciativas que propõem novas atuações e debates voltados à questão migratória - sob o olhar particular da migrante ou refugiada - e demandas específicas levantadas por coletivos de mulheres ou projetos liderados por mulheres. A própria formação, em 2014, da Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas³⁴⁷, marca a emergência do tema da mulher dentro do movimento social de migrantes. O projeto conta até o momento com 11 entrevistas.

O terceiro projeto - “Histórias de Hospedarias”³⁴⁸ – surge inserido no processo de pesquisa para a exposição temporária “Hospedaria 130”, que

³⁴⁷ A Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas é formada por mulheres migrantes, refugiadas e brasileiras que reivindicam maior equidade de gênero no contexto migratório.

³⁴⁸ O projeto “Histórias de Hospedarias” dialoga de forma direta com outro projeto já desenvolvido pelo Museu da Imigração – chamado “Hospedaria de Histórias” – dedicado a revelar usos e curiosidades da antiga Hospedaria de Imigrantes do Brás.

celebra os 130 anos da Hospedaria de Imigrantes. O projeto foi pensado com o objetivo de traçar um perfil das casas de acolhida hoje existentes na cidade de São Paulo e dos migrantes acolhidos por essas instituições, assim como registrar histórias cotidianas, fazendo um diálogo com o cotidiano e funcionamento da antiga Hospedaria de Imigrantes do Brás. Participaram do projeto o Centro de Referência e Acolhida do Imigrante, ligado ao Sefras; o Centro de Acolhida de Imigrantes, ligado à Missão Scalabriniana; o Centro de Acolhida de Mulheres Imigrantes (Caemi), ligado à Associação Palotina; o Centro de Acolhida de Imigrantes, ligado ao Instituto Lygia Jardim; a Casa de Passagem Terra Nova, o Arsenal da Esperança e a Casa do Migrante³⁴⁹.

A divulgação do conteúdo reunido na Coleção de História Oral se faz presente em ações que envolvem todos os núcleos da área técnica do Museu – Preservação, Pesquisa, Educativo e Comunicação Museológica. As entrevistas são disponibilizadas ao público interessado, que tem acesso ao seu conteúdo por meio do Centro de Preservação, Pesquisa e Referência (CPPR)³⁵⁰ do Museu da Imigração, tanto na forma de transcrição da entrevista para documento escrito, quanto por meio do vídeo já editado. Diferentes ações educativas são realizadas com base em seu conteúdo – como as visitas com a temática “História Oral” aos sábado e domingos, realizadas durante todo o mês de setembro de 2017, discutindo a importância dos acervos imateriais para a memória do Museu da Imigração.

E sobre os dois primeiros projetos ora mencionados, vale destacar duas exposições temporárias que colocaram as experiências registradas nas entrevistas como tema central.

A primeira delas, “Mulheres imigrantes em São Paulo: histórias e movimentos”, em a parceria e no espaço do Museu da Diversidade Sexual, ficou em cartaz em dezembro 2015, na Semana dos Direitos Humanos proposta pela Secretaria de Estado da Cultura. Era uma pequena amostra do projeto “Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo”.

A segunda exposição temporária, “Direitos Migrantes: nenhum a menos”, esteve em cartaz no Museu da Imigração entre os meses de setembro e dezembro de 2016, e teve como fio condutor os projetos “Conselheiros extraordinários imigrantes nos conselhos participativos municipais” e “Mulheres

³⁴⁹ As entrevistas acabaram não integrando a exposição, mas serão tema da Semana de Direitos Humanos organizada pela Secretaria de Estado da Cultura.

³⁵⁰ O Blog do CPPR também é um meio de divulgação da Coleção de História Oral. Sobre os projetos mencionados no artigo, cabe ressaltar duas postagens significativas. A primeira delas no dia 18 de dezembro de 2015, Dia Internacional da(o) Imigrante, trazendo por meio de textos e vídeos o conteúdo do projeto “Conselheiros extraordinários migrantes nos conselhos participativos municipais”. Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/o-dia-internacional-dao-imigrante-e-o-direito-participacao-politica/>>. A segunda no dia 8 de março de 2016, Dia Internacional da Mulher, envolvendo a publicação de textos e vídeos Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/oito-de-marco-mais-um-dia-de-luta-sobre-mulheres-e-migracoes-em-sao-paulo/>>. sobre o projeto “Mulheres em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo”.

em movimento: migração e mobilização feminina no estado de São Paulo”. Com base nas entrevistas, mas também em fotografias e material audiovisual produzidos por pessoas que acompanham e/ou fazem parte do movimento de migrantes, textos e poemas escritos por migrantes, assim como áudios captados em eventos protagonizados por migrantes, como o Fórum Social Mundial das Migrações, a exposição propôs afirmar a migração como um direito humano e apresentar uma amostra da mobilização de migrantes por uma cidadania em movimento na cidade de São Paulo a partir de diferentes olhares.

Considerações Finais. A Hospedaria, que outrora recebeu mais de 2,5 milhões de pessoas das mais diversas origens, segue acolhendo cotidianamente diferentes pessoas e testemunhando novas histórias. Há, nesse sentido, muitos caminhos possíveis para trabalhar sua memória.

Sob o contexto atual, em que o uso do seu espaço se divide entre a acolhida de pessoas por meio do trabalho do Arsenal da Esperança e o trabalho com o patrimônio material e imaterial das migrações realizado pelo Museu da Imigração, é inevitável e necessário o exercício contínuo de traçar paralelos entre experiências passadas e contemporâneas, bem como garantir a presença e ampliar a representatividade dessas novas e outras memórias.

Referências

MONTEIRO, J.; WALDMAN, T. C. Pensando o presente: conexões possíveis a partir do acervo do Museu da Imigração de São Paulo. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, SC, v. 3, n. 1, p. 7-21, 2015.

O MULTICULTURALISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DUQUE DE CAXIAS³⁵¹

José Renato de Campos Araújo

Encontramos encravada no meio de um dos bairros residenciais mais centrais da cidade de São Paulo a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Duque de Caxias, fundada na década de 1940³⁵² num dos subdistritos da Liberdade, a Baixada do Glicério ou somente Glicério. Ambiente escolar que é quase uma “mina de ouro” para pesquisadores que trabalham com questões ligadas às migrações internacionais na cidade de São Paulo. Afinal, percorrer as ruas deste bairro, que dista aproximadamente 1 quilômetro do marco zero localizado na Praça da Sé em frente da Catedral Metropolitana de São Paulo (um dos cartões postais da cidade), para qualquer observador atento é uma oportunidade para constatar uma de suas atuais peculiaridades daquela região – a forte presença de habitantes que não têm o português como língua materna.

A partir do segundo semestre de 2016, depois de um contato com um docente desta escola, o Professor Guilherme Gadelha de Souza, nossa equipe de pesquisa, que vem sendo financiada pelo Programa Unificado de Bolsas de Estudos da Pró-Reitoria de Graduação da USP, iniciou um estreito contato com a EMEF Duque de Caxias, para assim este equipamento educacional do município de São Paulo tornar-se ao mesmo tempo objeto de pesquisa e locus para ações de extensão universitária.

No contato inicial com o Prof. Guilherme, ainda de forma informal³⁵³, o mesmo relatou a intenção da EMEF Duque de Caxias de se aproximar institucionalmente de atividades acadêmicas relativas ao estudo das Migrações Internacionais. Segundo seu relato, isto era fruto direto da própria realidade da escola, afinal por estar numa localidade com forte incidência populacional de migrantes internacionais, a Baixada do Glicério, o número de alunos estrangeiros naquela escola era muito superior a qualquer média ou índice

³⁵¹ Este texto descreve as atividades de pesquisa e extensão universitária empreendidas pelo projeto “Brasil Migrante. Fluxos Populacionais, Políticas Públicas e Estruturas Estatais” que conta com uma equipe formada pelo Prof. José Renato de Campos Araújo (Coordenador e Pesquisador Principal), Paula Vitoria Pereira, Bryan Zelmar Sempertegui Rodas, Camile Tomé, Camila Coelho dos Santos e Michelle Ferreira Brito (Discentes do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP).

³⁵² Infelizmente a Secretaria Municipal de Educação não disponibiliza os dados históricos básicos de suas escolas, junto das informações disponibilizadas no site da secretaria para cada uma de suas escolas. A única referência encontrada até o momento com um pouco da história desta escola é o Portal Aprendiz, no qual há uma publicação sobre atividades escolares mantidas pelo EMEF Duque de Caxias no seu bairro, texto que cita de forma geral que sua fundação é datada da década de 40 do século XX. Cf. Disponível em: <<https://goo.gl/gbzDyx>>. Acesso em: 15 set. 2017).

³⁵³ O primeiro encontro com este professor ocorreu no VII Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) ocorrido entre os dias 7 e 10 de julho de 2016 na Faculdade Zumbi dos Palmares em São Paulo.

encontrado na rede pública municipal de ensino fundamental. Além de apontar na escola a existência de turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos), característica que faz seu corpo docente e diretivo ter contato cotidiano com a realidade de migrantes internacionais e refugiados de diversas faixas etárias, não se restringindo portanto, como era de se esperar, a tão somente crianças estrangeiras ou filhos de migrantes em idade para estarem cursando o Ensino Fundamental, uma vez no período noturno haverem as referidas turmas de EJA.

FIGURA 1 – Arredores da Praça Doutor Mario Margarido, 35, Sé



Fonte: Google Maps – Consultado em 15 set. 2017. (Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias)

Importante destacar que não há de fato uma fonte precisa que comprove a impressão do Prof. Guilherme, bem como da própria direção da escola, pois infelizmente a Secretaria de Educação do Município não dispõe de dados relativos à incidência de estrangeiros entre os alunos matriculados na rede pública de ensino municipal. Até mesmo as próprias escolas tem dificuldade de responder este dado, afinal não há dentro de cada escola da rede uma prática de sistematização dos dados sociodemográficos dos que frequentam seus bancos escolares, para além daqueles fornecidos ao Censo Escolar.

Sem dúvida, a principal fonte de dados sobre a realidade sociodemográfica do Ensino Fundamental brasileiro é encontrada no Censo Escolar – Educação Básica levantamento realizado pelo MEC/INEP/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) anualmente. Mas entre os dados disponíveis neste censo, relativos a caracterização dos alunos do ensino fundamental, não encontramos NACIONALIDADE como variável analítica, como podemos ver no elenco de variáveis que constam deste censo IBGE (s.d.). As quais são: idade; sexo; cor ou raça; uso de transporte escolar; necessidade educacional especial; rendimento escolar (aprovado/reprovado).

No início do segundo semestre de 2016 nossa equipe de trabalho adentrou o espaço escolar da EMEF Duque de Caxias, afinal nossa intenção, como pesquisadores, não era tão somente recolher os dados de forma fria e utilitária, intencionávamos conviver um pouco com aquele ambiente tão intrigante para um grupo acadêmico de pesquisa que tem por objeto teórico os fenômenos migratórios. Nossa primeira ação foi fazer contato direto com a direção da escola com o objetivo de apresentar nosso projeto e também nos colocar à disposição para interagirmos com a realidade vivida pela escola. Não havia sentido para nós tratarmos a escola tão somente como um objeto de pesquisa, gostaríamos de colaborar com a instituição e, principalmente, com os migrantes internacionais que são seus alunos. Pois mesmo antes de conhecer *in locus* a realidade da EMEF Duque de Caxias já tínhamos a certeza que encontraríamos um ambiente com certo grau de vulnerabilidade. Além de termos certeza de que, apesar de algumas limitações, nosso grupo de trabalho poderia colaborar com a instituição no sentido de trazer elementos para refletirem e agirem dentro de uma realidade na qual o multiculturalismo oriundo de uma diversidade de nacionalidades é uma marca peculiar daquele equipamento escolar.

Afinal para todo e qualquer pesquisador da realidade migratória da cidade de São Paulo a região geográfica de localização da EMEF Duque de Caxias é bastante especial, devido a intensa presença de populações estrangeiras recém chegadas na cidade, além da existência de uma outra instituição nos arredores da EMEF Duque de Caxias que colabora intensamente para que tais populações tenham a Baixada do Glicério como alvo para ao menos a primeira fixação no tecido urbano da metrópole.

Na rua aos fundos da EMEF Duque de Caxias encontramos uma das maiores referências para a população migrante da cidade de São Paulo – a Missão Paz, que tem seu endereço na rua Glicério 225. Sem medo de imprecisões pode-se afirmar que tal entidade é a principal e maior instituição que trabalha com o acolhimento de migrantes internacionais do Brasil. Para podermos entendermos qual a amplitude do trabalho realizado por esta instituição da Igreja Católica nada melhor do que recorrermos ao seu próprio material institucional, encontrado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.missaospaz.org>. Vejamos como a própria instituição se apresenta:

A Missão Paz é um trabalho desenvolvido pelos Missionários Scalabrinianos e seus colaboradores em São Paulo, com o intuito de acolher, entender, integrar e celebrar a vida dos imigrantes e refugiados, sonhando com a cidadania universal.

A Missão Paz é uma instituição filantrópica de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados. Sua história se inicia nos anos 1930, pelos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos) e se renova permanentemente, com um trabalho completo de acolhida integral aos migrantes.

A estrutura de acolhimento – Casa do Migrante – tem 110 vagas com alimentação completa. Além disso, a Missão Paz oferece serviços de documentação; apoio

jurídico; assistência social; atendimento psicológico e de saúde; educacional, com cursos de português, palestras interculturais e encaminhamento para cursos profissionalizantes; mediação de trabalho entre empresas e imigrantes com visitas posteriores de acompanhamento nas empresas, prevenção de trabalho escravo, acolhida e proteção das vítimas.

Possui o Centro de Estudos Migratórios (CEM) com biblioteca especializada, publicação da Revista TRAVESSIA, grupos de estudo, cursos à distância e assessorias. Promove campanhas de sensibilização e atua fortemente com incidência política nas esferas municipal, estadual e federal para a mudança do marco legal nacional e o fortalecimento de políticas migratórias baseadas nos direitos humanos e protagonismo dos migrantes. A Missão Paz é membro da Scalabrini International Migration Network (SIMN)³⁵⁴ (Disponível em: <https://goo.gl/ihBrvj>).

Ainda nos restringindo a reproduzir o material institucional da entidade, para tentarmos assim demonstrar brevemente toda a importância da Missão Paz, que sem dúvida já nos dá pistas para as razões da Baixada do Glicério, além da própria EMEF Duque de Caxias, ter se tornado uma localidade marcada por abrigar uma importante população de origem estrangeira, recém chegada à cidade de São Paulo. Recorremos à uma breve cronologia histórica desta instituição, a qual também encontramos no endereço eletrônico da Missão Paz na internet.

A Congregação dos Missionários de São Carlos – Scalabrinianos – é uma comunidade internacional de religiosos, que, em 34 países³⁵⁴ dos cinco continentes, acompanham os migrantes das mais diversas culturas, crenças e etnias. Foi fundada em 28 de novembro de 1887 pelo Bem-aventurado João Batista Scalabrini (1839-1905), Itália. A Congregação é composta por cerca 700 religiosos.

Origens e Desenvolvimento

1940: Igreja Nossa Senhora da Paz foi construída em São Paulo com os seguintes objetivos:

- Resgatar da identidade dos italianos no exterior;
- Renovar da missão scalabriniana junto aos italianos;
- Buscar pelo entendimento religioso e cultural dos italianos que viviam em São Paulo.

1969: Centro de Estudos Migratórios – CEM

O Centro de Estudos Migratórios (CEM) surgiu em 1969 e integra a Federação dos Centros de Estudos Migratórios Scalabrinianos, que congrega os demais Centros de Estudos da Congregação, presentes em vários países (São Paulo, Nova York, Paris, Roma, Basileia, Buenos Aires, Manila, Cidade do Cabo). Ele conta também com uma biblioteca especializada em migrações e desde 1988 publica a TRAVESSIA – Revista do Migrante. Foi transferido para o Glicério na década de 1990.

1974: Um grupo de seminarista e de leigos voluntários funda a AVIM – Associação de Voluntários pela Integração do Migrante.

A AVIM começa suas atividades no bairro do Ipiranga com cursos profissionalizantes para os migrantes recém chegados a São Paulo sem qualificação

³⁵⁴ Argentina, Bolívia, Chile, França, Guatemala, Inglaterra, México, Peru, Espanha, Suíça, Venezuela, Austrália, Brasil, Colômbia, Alemanha, Haiti, Itália, Moçambique, Portugal, EUA, Taiwan, Vietnã, Bélgica, Canadá, Filipinas, Japão, Indonésia, Luxemburgo, Paraguai, Rep. Dominicana, África do Sul, Uruguai

profissional e, após a transferência da sede da Associação para a Igreja N. S. da Paz, em 1978, passa também a acolher os migrantes que não tinham para onde ir, oferecendo moradia e alimentação, o que constitui o início da Casa do Migrante.

1977: Centro Pastoral dos Migrantes

D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, convida os scalabrinianos para criar um novo serviço especial de atendimento aos imigrantes latino-americanos com o objetivo de atender, principalmente os exilados das ditaduras militares na América Latina. Em 1977 inaugura-se o Centro Pastoral do Migrante na Igreja Nossa Senhora da Paz.

1978: Casa do Migrante

Os serviços de acolhida ao Migrante dos Scalabrinianos começaram em 1978, durante a década de maior deslocamento das pessoas do campo para as cidades e também as ditaduras militares na América Latina.

1994: Início do trabalho das Assistentes Sociais

O atendimento no Centro Pastoral dos Migrantes passa a ser realizado por um assistente social, responsável por realizar entrevistas, orientações e registrar atendimentos.

2011: Elaboração do Programa Mediação

Programa composto por uma equipe multidisciplinar de mediadores preparados para viabilizar soluções a problemas em diferentes âmbitos através dos eixos trabalho, saúde, educação, atenção à mulher e vida em comunidade.

2012: Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes - CPMM

A atuação do CPMM, tal como se dá o trabalho atualmente (vide os serviços abaixo), teve início em 2012, resultante da fusão entre o Centro Pastoral dos Migrantes - CPM, de 1977 e o Programa de Mediação, criado em 2011.

2013: Rádio Migrantes

A Webradio Migrantes em Espanhol foi lançada em julho de 2013. Ela é fruto da parceria da Rede Scalabriniana de Comunicação com a Missão Paz de São Paulo (Disponível em: <https://goo.gl/YbqRW9>).

As duas longas transcrições documentais fazem sentido para esta apresentação pois ao nosso entender em primeiro lugar nos dão uma noção da importância da Missão Paz para os fluxos migratórios na cidade de São Paulo. Além de apontar que obviamente somente a presença desta instituição na Baixada do Glicério colabora para que as populações migrantes vejam a localidade como uma boa referência para algum tipo de fixação na cidade de São Paulo. Ainda mais se lembrarmos que os fluxos migratórios, como já largamente exposto pela bibliografia acadêmica (FAZITO, 2002; TRUZZI, 2008 entre outros), são fenômenos muitas vezes marcados pela existência de redes sociais que alicerçam suas relações tanto internamente ao grupo migrante, como o seu relacionamento com a sociedade receptora.

Voltando à realidade de nossa escola, já a partir de nossos primeiros contatos seu diretor, Prof. José Mário de Oliveira Britto, demonstrou grande interesse em nosso trabalho, e principalmente ficou animado com a possibilidade de firmarmos uma parceria com a escola, no sentido de trazeremos conteúdos interessantes para a comunidade escolar, em especial seus alunos e o corpo docente da instituição.

Com nossos contatos iniciais travamos contato com uma realidade que já havíamos constatado em nossa pesquisa bibliográfica relativa ao empreendimento de Políticas Públicas voltadas para a população migrante fixada em território brasileiro. Pois na realidade, a atual conjuntura dos fluxos migratórios direcionados ao território brasileiro encontramos pouca, ou nenhuma, ação estatal voltada diretamente para a população migrante que se fixa em território brasileiro.

Arriscamos dizer que a realidade vivida pelos fluxos migratórios direcionados para o Brasil nos dias atuais encontra uma realidade não muito distante daquela apresentada na obra *Costurando Sonhos* (SILVA, 1997), relativa aos migrantes bolivianos fixados na cidade de São Paulo desde as últimas décadas do século XX. Afinal, ao nos depararmos, por exemplo, com a profusão de trabalhos relativos ao fluxo haitianos adentrados no território brasileiro, entre os quais destacamos aqueles produzidos pelo Prof. Duval Fernandes da PUCMinas (SÁ; FERNANDES, 2017; FERNANDES; FARIA, 2017), nos deparamos com uma atuação do Estado brasileiro que quase somente se limita a agir no sentido de regularizar a presença dos estrangeiros em nosso território. Algo sem dúvida de suma importância para a população migrante, mas por outro lado é mais do que sabido que tais ações não conseguem atingir a totalidade dos fluxos, pois como sabemos a existência de indocumentados entre a população estrangeira residente no Brasil é uma realidade bastante importante já há algumas décadas.

O cotidiano da EMEF Duque de Caxias diariamente expõe a realidade acima descrita para toda a comunidade escolar, pois constata-se que há um esforço muito grande da direção daquele equipamento escolar no sentido de agir para a integração dos alunos de origem estrangeira no dia a dia da escola. Mas um primeiro obstáculo já é prontamente percebido quando se tem contato com as salas de aula do período noturno, onde desenvolvem-se as turmas do EJA, o uso da língua portuguesa para o desenvolvimento das aulas, sem nenhuma adaptação para aquele aluno que ainda não domina nossa língua.

Esta realidade nos ficou bastante límpida quando começamos a empreender uma das ações de extensão universitária, a partir de uma solicitação da direção da escola nosso grupo de pesquisa preparou breves palestras sobre a realidade brasileira direcionadas a duas turmas do EJA da escola. Nossa ação foi formatada através da preparação de três palestras com os seguintes temas: Legislação Migratória Brasileira, Mercado de Trabalho e Relações Raciais no Brasil, que foram ministradas uma vez ao mês em março, abril e maio de 2017.

Nestes três encontros com os alunos da escola obtivemos uma pequena amostra das dificuldades cotidianas que a escola encontra junto a seus alunos de origem estrangeira, pois numa turma de aproximadamente 40 alunos nos deparamos com pessoas que falam ao menos 5 línguas diferentes: Francês, Inglês, Espanhol, Português e Crioulo Haitiano (créole). Para o bom andamento de nossa atividade em todas as palestras contamos com um tradutor para o

Francês (língua de maior incidência entre os alunos) e todo o material audiovisual foi preparado em Português e Francês³⁵⁵.

Ficou-nos muito claro a inexistência de qualquer tipo de ação governamental, ou Política Pública, voltada para a população estrangeira fixada na cidade de São Paulo que está acessando a rede pública de ensino municipal. Conforme constatamos nos contatos com a direção da escola toda e qualquer ação que se faça direcionada a esta fração dos alunos da escola parte única e exclusivamente de iniciativas dos docentes, bem como da direção da escola. Segundo o diretor da escola, apesar desta realidade não ser uma novidade naquele ambiente todas as discussões e direcionamentos construídos pela burocracia da Secretaria Municipal de Educação nem de longe contemplam a diversidade de nacionalidades e de idiomas que existem dentro da EMEF Duque de Caxias³⁵⁶.

Para terminarmos nosso texto é imperioso destacar que a realidade desta escola de ensino fundamental é ainda mais complexa quando nos deparamos com o perfil socioeconômico da Baixada do Glicério, independentemente da presença ou não dos migrantes estrangeiros. Uma vez esta região da cidade de São Paulo ser historicamente uma região de alta vulnerabilidade social³⁵⁷, com a presença de muitas habitações precárias, em especial cortiços ou casas de cômodos, forte presença de moradores em situação de rua, bem como altos índices de violência, além da presença de atividades ligadas ao tráfico de drogas (segundo relato da própria direção da escola).

Para finalizarmos apontamos que as atividades de pesquisa e extensão continuam acontecendo, com os próximos passos sendo: a) realização de survey sobre trajetórias migratórias com os alunos estrangeiros do EJA; b) desenvolvimento de software para auxílio na gestão dos dados sociodemográficos presentes nos prontuários dos alunos da escola, com a intenção de auxiliar a gestão da escola, bem como da construção de um banco de dados para futura análise relativa aos alunos da escola; c) participação ativa, ministrando conteúdos relativos à realidade migratória atual, em ciclo de formação para docentes voltado para a questão dos direitos humanos. Todas estas atividades estão previstas para se realizarem até o início do segundo semestre de 2018, momento em que com certeza teremos novos dados de pesquisa que subsidiarão futuras publicações.

³⁵⁵ Também foi produzido versões do material audiovisual, destinado à impressão para distribuição entre os alunos, em 4 línguas: Português, Francês, Inglês e Espanhol.

³⁵⁶ Segundo levantamento realizado pelo Prof. Guilherme no decorrer do primeiro semestre de 2017 existem 17 nacionalidades diferentes na EMEF Duque de Caxias, em suas turmas regulares (ensino fundamental) no período matutino e vespertino, bem como nas turmas noturnas do EJA.

³⁵⁷ Para o conceito de vulnerabilidade social indicamos as seguintes referências: Abramovay et al. (2002); Alves (2006); Sá e Fernandes (2016) e Gomes e Pereira (2005).

Referências

- ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília, DF: UNESCO, 2002.
- ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 23, n. 1, p. 43-59, 2006.
- FAZITO, D. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.
- FERNANDES, D.; FARIA, A. V. The humanitarian visa as a response to Haitians' request for refuge. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 34, n. 1, p. 145-161, 2017.
- GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.
- IBGE. **Censo escolar: educação básica**. Rio de Janeiro, RJ, s.d. Disponível em: <<https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/educacao-basica.html>>.
- SÁ, P. R. C.; FERNANDES, D. M. A vulnerabilidade social de migrantes: uma análise qualitativa dos haitianos e sírios residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir dos critérios da CEPAL. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Guaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.
- SILVA, S. A. **Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo, SP: Paulinas, 1997.
- TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo social**, São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

PRECARIEDAD, TUBERCULOSIS Y PROCESOS ASISTENCIALES EN INMIGRANTES BOLIVIANOS DE SÃO PAULO

Alejandro Goldberg
Cássio Silveira
Denise Martin

Tomando como base referencial el esquema de análisis desarrollado en investigaciones previas sobre el problema de estudio en la ciudad de Buenos Aires y su área metropolitana (GOLDBERG, 2010; 2014; entre otros), y considerando al mismo tiempo las semejanzas de los procesos migratorios abordados, pero desenvolviéndose en contextos geográficos-sociopolíticos particulares, durante 2015 llevamos a cabo una aproximación etnográfica focalizada en la incidencia de la tuberculosis (de ahora en adelante, TB) en inmigrantes bolivianos de São Paulo. En términos del diseño del estudio, las unidades de análisis fueron inmigrantes bolivianos de São Paulo, hombres y mujeres adultos, que concurrieran a la red de servicios sanitarios públicos del Sistema Único de Saúde (SUS) de los barrios del centro de esta ciudad, para atender sus problemas de salud, con énfasis en la TB. Vale apuntar que priorizamos el trabajo de campo en el distrito de Barra Funda en función del número de inmigrantes bolivianos que residen en él (considerando en esto, que en muchos casos la vivienda se encuentra localizada en el propio lugar de trabajo -las oficinas de costura-), así como debido a las facilidades, los contactos y el trabajo previo de integrantes del Grupo “Processos migratórios e saúde: perspectivas interdisciplinares” (CNPq) del cual formamos parte, para desarrollar nuestras tareas etnográficas en la Unidade Básica de Saúde (UBS) Centro de Saúde Escola Barra Funda “Dr. Alexandre Vranjac” (de ahora en adelante, UBS-Barra Funda), vinculado a la Organização Social de Saúde Irmandade de Misericórdia da Santa Casa São Paulo.

Efectuamos un total de 27 entrevistas semi estructuradas a inmigrantes bolivianos de ambos sexos en oficinas de costura (distinguiendo entre dueños de las oficinas -oficineros- y trabajadores costureros), organizadas en tres grandes bloques temáticos: 1) Proceso migratorio (trayectoria migratoria desde origen hasta São Paulo); 2) Modos de vida-trabajo-vivienda en destino; y 3) La salud-enfermedad-atención de los/las inmigrantes costureros/as bolivianos/as, con énfasis en la TB. Del mismo modo, realizamos conversaciones informales con las Agentes Comunitarias de Salud (ACS), otros integrantes del equipo de salud de la UBS-Barra Funda y otros actores vinculados a la comunidad inmigrante boliviana de São Paulo, con el sentido de recoger sus percepciones y representaciones sobre el fenómeno de estudio.

Por el lado de las observaciones de campo, fueron desarrolladas en distintos ámbitos de la vida cotidiana de los sujetos, incluyendo además de centros de salud y oficinas de costura, asociaciones del colectivo inmigrante boliviano de São Paulo (Casa del Pueblo, vinculada a una congregación religiosa evangélica) y lugares de esparcimiento, ocio y tiempo libre (feria La Kantuta y rua Coimbra y alrededores los domingos -día de descanso en las oficinas de costura-; barrio Bras: restaurantes de comidas típicas, bares, manifestaciones de arte y cultura bolivianas, etc.). Por otra parte, ampliamos el universo de observación a zonas del área metropolitana de São Paulo (zonas norte, noreste, Leste y ciudad de Guarulhos), ya que detectamos en el transcurso del trabajo de campo que algunas oficinas de costura se habían trasladado del centro de la ciudad hacia esos lugares.

En lo que sigue, entonces, expondremos sintéticamente los resultados de la investigación siguiendo el esquema de los tres bloques temáticos mencionado con anterioridad.

Proceso migratorio. Los sujetos de estudio de nuestra investigación fueron inmigrantes bolivianos adultos (18 a 35 años) de ambos sexos (con mayor proporción de mujeres), solteros o en pareja, que migraron en busca de mejores condiciones de vida y de trabajo o para pagar deudas contraídas en origen. Los primeros tienen como objetivo fundamental enviar remesas a sus familias y poder reunir algo de dinero para regresar en algún momento a Bolivia. Entre los segundos, una alta proporción migró con uno o más hijos, pero como parte de una estrategia a mediano y largo plazo intentan concebir a sus hijos en territorio brasilero para lograr la nacionalidad de éstos, y proporcionarles así una educación de mayor calidad que la de origen, lo cual –piensan- les dará la posibilidad posterior de una mejor inserción en el mercado laboral, así como a nivel de la integración y el ascenso social.

Oriundos principalmente de zonas rurales (mayoritariamente del departamento de La Paz y alrededores, seguidos por aquellos provenientes de Cochabamba y Santa Cruz de la Sierra, y en menor medida de Oruro), una parte de estos migrantes fue reclutado en origen mediante el engaño (GOLDBERG, 2014) y llevados directamente a la oficina de costura en São Paulo. Un porcentaje alto de ellos trabajaba en tareas agrícolas, otros tantos en la construcción y el comercio informal, no contando en buena medida con experiencia en el rubro de costura hasta su llegada a São Paulo y su inserción en las oficinas de costura (exceptuando algunos provenientes de la ciudad de La Paz con antecedentes en la actividad, y otros con trayectorias migratorias previas en oficinas de costura de Buenos Aires). Para aquellos que llegaron por su cuenta a esta ciudad, con frecuencia y sin conocer el oficio previamente, la única opción de trabajo que se les presenta es igualmente la de costurero. Se trata de la alternativa más “viable” en lo inmediato, ya que garantiza un techo, alimento y dinero sin la condición excluyente de poseer la regularidad administrativa-migratoria. En el horizonte de estos migrantes está el hacer un sacrificio en la

oficina de costura (algunos trabajadores experimentan las duras condiciones de trabajo precario: jornada laboral intensa e ininterrumpida de hasta 16 horas, hacinamiento, abusos y violencias de distinto tipo, como se describirá a continuación), para luego lograr salirse y montar su propia oficina; o bien regresar a Bolivia con algo de dinero ahorrado (dadas las posibilidades).

En opinión de Silvia Rivera Cusicanqui, socióloga aymara boliviana, el oficinero (“tallerista” según la denominación en el caso porteño) saca provecho de la falta de relaciones, de red, de contactos que tiene quien recién llega. Es el estar sólo/a lo que hace que se tolere el modo de vida dominante en la oficina. Se está sólo/a frente al “engaño”, porque quienes viajan no sabían de antemano las condiciones extremas de trabajo que les esperaban en São Paulo o en Buenos Aires (especialmente la cantidad de horas y la cantidad de dinero a percibir). Esta investigadora reconoce la existencia de una dinámica, un flujo, un movimiento constante y organizado de hombres, mujeres y niños que siguen llegando (tanto a São Paulo como a Buenos Aires) desde Bolivia. Para ella, los y las costureros/as saben perfectamente lo que hacen en base a un “cálculo” regido por el costo (sacrificio presente)-beneficio (expectativas futuras) del proyecto migratorio. Afirma que mientras esos jóvenes “se hacen explotar, van construyendo su microempresa”, por lo cual, de acuerdo a su punto de vista, en las oficinas no está en juego una dinámica de relaciones de esclavitud (COLECTIVO SITUACIONES-COLECTIVO SIMBIOSIS CULTURAL, 2011, p. 19-20).

Modos de vida-trabajo-vivienda en destino. Las oficinas de costura existentes en la actualidad en São Paulo responden a un esquema que coincide, a grandes rasgos, con el de Buenos Aires, incluyendo en ello el proceso histórico de etnización de la industria textil por medio del cual se llegó a la realidad actual del rubro en ambas ciudades (GOLDBERG; SILVEIRA, 2013). La primera gran distinción está dada entre las oficinas cuyos propietarios son bolivianos y aquellas pertenecientes a coreanos o a hijos de éstos nacidos en Brasil. En nuestra investigación focalizamos el trabajo de campo en las oficinas del primer grupo, que son la mayoría en el sector y que se encuentran en alta proporción sin regularización fiscal, contractual, etc. Estas constituyen, al mismo tiempo y con frecuencia, la unidad productiva y habitacional de los trabajadores. El segundo grupo de oficinas de costura, proporcionalmente minoritario en la realidad actual de la industria textil paulista (así como porteña), concentradas sobre todo en los barrios de Bras y Bom Retiro del centro de la ciudad, emplea a trabajadores bolivianos, quienes trabajan por hora y de manera registrada (se les exige toda la documentación en regla, incluyendo la carteira de trabalho), los cuales no viven en el mismo recinto de la oficina.

Respecto de los tipos de oficinas de costura de propietarios bolivianos, sus dimensiones, las modalidades productivas y para qué mercado producen, también encontramos una clasificación similar al caso porteño, en función del tipo de oficina del que se trate. El universo de estas oficinas engloba una

multiplicidad de situaciones: desde una pareja que cose con dos máquinas para otras oficinas en su minúscula casa de alquiler, hasta una oficina con 60 o 70 costureros en Guarulhos que produce para grandes marcas internacionales. Frente a este panorama, tanto el destinatario de la producción como las condiciones del trabajo (y de vivienda, dado el caso) varían enormemente. En el caso de las oficinas de costura que presentan condiciones de trabajo-vivienda más precarias, podemos encontrar aquellas que producen para comercializar su propia indumentaria y venderla en ferias, o producir para terceros (marcas de “coreanos”); o incluso es frecuente que se dé la combinación de ambas modalidades.

Lo mismo que en el caso porteño, son las mujeres quienes tienden a ser más requeridas que los hombres como mano de obra en estas unidades productivas, ya que, además de la costura o durante el proceso de aprendizaje de ésta, desarrollan otras tareas: cocinar, limpiar, ayudar y aprender el oficio en el recinto de la oficina (donde, además, viven, en muchos casos con sus hijos y su marido que trabaja de costurero), con una sobrecarga laboral intensa y por momentos ininterrumpida. Por otra parte, ya señalado previamente, aquellos trabajadores costureros hombres que consiguen con el tiempo juntar el dinero suficiente para comprar máquinas, buscan abrirse su propia oficina, reproduciendo, así, el mecanismo de explotación intracolectivo ya referido. Respecto a la descripción de las oficinas de costura como contextos de vulnerabilidad social (GRIMBERG, 2008; GOLDBERG, 2014) en el cual se desenvuelven los modos de vida-trabajo-vivienda precarios de estos trabajadores inmigrantes (y, dado el caso, sus hijos), tenemos que:

Elas funcionam em locais pequenos e inadequados com infraestrutura ruim cujo principal problema é a pouca ventilação devido à ausência de janelas. Muitas vezes as oficinas também servem como moradia dos imigrantes, que chegam a dormir em colchonetes estendidos atrás das máquinas de costura. Assim, eles respiram dia e noite o pó que sai dos tecidos. Além disso, não há refeitório, a alimentação é ruim e o banheiro é coletivo. Os costureiros chegam a trabalhar dezesseis ou até dezoito horas por dia, de segunda a sábado e a remuneração não alcança um salário mínimo. Em algumas oficinas, a exploração dos trabalhadores bolivianos é exacerbada e os proprietários proibem os trabalhadores de sair, com ameaças de denunciá-los à Polícia Federal. Tal situação foi até chamada de análoga à escravidão (PORTO SCAFF PINTO, 2015, p. 81).

Por su parte, Silva (2006) apunta que se trata de longas jornadas de trabalho que não raro ultrapassam catorze horas por dia, seis dias na semana, podendo estender-se para sete em períodos de alta demanda. Os imigrantes ganham 10% ou menos do valor final e por peça costurada, variando esse valor de acordo com a máquina de costura utilizada (overloque, zigue-zague, pespontadeira) e com a complexidade e acabamento da costura: “Uma peça

vendida pelo “oficineiro” a um real traz um ganho de dez centavos ao costureiro” (COUTINHO, 2015, p. 92).

Con la crisis económica general por la que atraviesa Brasil, que ha repercutido también en el sector de la industria textil paulista, los costureros, determinados por su condición de precariedad laboral, se enfrentan con el problema de la cantidad de días al mes en los que no cosen, porque no hay pedidos; y, por lo tanto, si no producen no cobran. Lo propio sucede con los oficineros. Esta es una de las razones por las cuales se constata una tendencia progresiva entre los bolivianos a constituir el tipo de oficina “casal”, sin otros trabajadores, bajo la modalidad de “taller secundario” de costura o especializado en corte, estampado o alguna otra de las tareas productivas requeridas en el rubro. Del mismo modo, el número de oficinas de costura cuyos propietarios son bolivianos, de la zona centro de la ciudad, se redujo en los últimos años, debido a dos motivos sobresalientes: por una parte, un porcentaje de bolivianos que regularizaron su situación administrativa (fundamentalmente -aunque no sólo- por medio de la amnistía general de 2010) optaron por trabajar para “los coreanos”, en las condiciones ya descritas con anterioridad; y, por otro lado, una proporción importante de estas oficinas se relocalizaron en la zona Norte (principalmente), noreste y Leste de la ciudad para abaratar costos de alquiler y evitar la fiscalización y los controles legales.

La salud-enfermedad-atención de los/las inmigrantes costureros/as bolivianos/as, con énfasis en la TB. Como parte de las relaciones de hegemonía y subordinación presentes al interior de las oficinas, los trabajadores costureros inmigrantes bolivianos y, dado el caso, sus hijos, experimentan diversos problemas de salud vinculados con las precarias condiciones de higiene, salubridad y trabajo presentes en el espacio de la oficina de costura-vivienda, la alimentación deficitaria, las situaciones de violencia física y psicológica y de maltrato que en ocasiones se dan por parte de los oficineros (retención de la documentación, prohibición de salida de la oficina de costura bajo amenaza, extorsión y no pago del dinero adeudado por el trabajo realizado, agresiones físicas, abusos sexuales contra las mujeres, entre otras), el consumo excesivo de sustancias alcohólicas, etc.

Entre los padecimientos que sufren los trabajadores pueden mencionarse los accidentes, cortes y lesiones producidos por los instrumentos de trabajo y la falta de protección, problemas respiratorios a causa del polvillo que despiden las máquinas, gastritis, dolores de espalda por la postura de trabajo, estrés, para mencionar sólo algunos. Una parte importante de los sujetos no acude a los centros de salud para tratar estos problemas por desconocimiento, temor o barreras lingüísticas, pero principalmente porque deben seguir trabajando, ya que, en caso contrario, no cobrarán el dinero por pieza producida. En consecuencia, el cuerpo de estos trabajadores inmigrantes precarizados se “acostumbra” a sufrir para seguir trabajando, único medio que poseen para obtener el dinero de su subsistencia y la de su familia. Tal como lo demuestran

otros casos de procesos migratorios, tanto históricos como actuales, lo primero para estos sujetos es el trabajo; la salud está en otro lugar (GOLDBERG, 2014).

Además de lo apuntado anteriormente, entre los motivos por los cuales estos trabajadores inmigrantes no acuden directamente a los servicios públicos de salud de São Paulo para atender la mayor parte de sus problemas de salud, sino recién cuando éstos son de gravedad, encontramos los siguientes:

1) Ya analizado en un trabajo anterior (GOLDBERG, 2010), las narrativas de los sujetos entrevistados en nuestro estudio sugieren una relación entre determinadas actitudes, prácticas y conductas de salud con el contexto sociosanitario de origen de los inmigrantes. En tal sentido, el grado de mayor o menor desconfianza/rechazo a la medicina científica en Brasil se vincula, a su vez, con la eficacia otorgada por los bolivianos en su país a la medicina tradicional andina y a sus terapeutas representantes, además de estar influenciada por una atención sanitaria pública biomédica no gratuita y de difícil acceso (sobre todo para aquellos que residen en zonas rurales; o sea, la mayoría de la población). Asimismo, al explorar los itinerarios terapéuticos de los sujetos, notamos que, en algunos casos, primeramente, utilizan hierbas y plantas medicinales en forma de infusiones, que conocen desde origen o que algún otro paisano inmigrante les recomienda, y que consiguen en la Feria La Kantuta o en el barrio de Bras. Estos saberes y prácticas, generalmente transmitidos de generación en generación (y que justamente por ello, se van perdiendo progresivamente en el contexto de la sociedad a la que migraron) provienen de la medicina tradicional andino-boliviana (quechua o aymara), formando parte del modelo de autoatención (MENÉNDEZ, 1994; GOLDBERG, 2010).

2) Existe un cierto temor, desconfianza o recelo entre ellos respecto a la atención médica en los servicios sanitarios. Uno de los motivos que fundan ese temor es que, en el caso de que la gravedad del problema de salud requiera su internación, no tienen a nadie (familiar, paisano, etc.) que pueda velar por ellos y cuidarlos en esa situación. El recelo está dado, en parte, por las barreras lingüísticas, a la vez que por una atención en los centros de salud que valoran como “con mucha demora” y hasta en ciertos casos “inútil”, ya que no se recibe el “atendimento esperado”. Parte del temor y la desconfianza provienen también de ciertas historias que circulan sobre bolivianos que fueron internados en hospitales y nunca salieron vivos de ahí, lo cual ha levantado sospechas entre ellos sobre el posible tráfico ilegal de órganos.

Principalmente entre los bolivianos oficineros entrevistados (y sus esposas), identificamos su preferencia por ir a atenderse a Bolivia, aun sabiendo que allí el sistema de salud es pago. La razón de lo anterior aparece como inversamente proporcional a los tipos de rechazo expuestos anteriormente: apoyo de la red familiar y de paisanos; mismo país-cultura-idioma; mayor confianza en los médicos bolivianos, etc. Por último, a medio camino entre las dos situaciones descritas se encuentran las clínicas o consultorios privados de São Paulo donde atienden médicos “patricios” (paisanos bolivianos).

Respecto a la TB, y en concordancia con el caso de Buenos Aires, “as condições de vida nas oficinas de costura [...] denigrem principalmente o sistema respiratório [...] demonstrando um cenário altamente favorável para o adoecimento por TB” (PORTO SCAFF PINTO, 2015, p. 81-81). La citada autora remarca en su reciente estudio cuantitativo sobre la incidencia de la TB en inmigrantes “sudamericanos” (hasta el presente año las estadísticas epidemiológicas no desagregaban los datos por país) de São Paulo, que:

Os imigrantes sul-americanos doentes de TB aumentaram de 2,7% em 2006 para 4,6% em 2013. No período de 2006 a 2013 foram notificados 1.916 casos novos de TB entre imigrantes sul-americanos no MSP, representando 4,2% do total de casos de TB no município. A incidência de TB no MSP, como já foi descrito acima, sugere uma tendência de queda. Já o número de casos de TB em imigrantes sul-americanos aumentou de 2006 a 2011, passando de 155 para 361 casos respectivamente (PORTO SCAFF PINTO, 2015, p. 40-p. 47).

La mayor incidencia de la TB entre esos inmigrantes, de los cuales el 85% trabajaba en la costura, también fue detectada por Martínez et al. (2012), apuntando que representaban el 58% del total de pacientes en tratamiento.

De acuerdo a los datos que relevamos en nuestro trabajo de campo, en el cual de 27 entrevistados 5 habían padecido la enfermedad, la TB es una enfermedad generalmente poco o nada conocida desde origen, siendo relacionada en la mayoría de los casos por los sujetos con sus modos de vida-vivienda-trabajo en las oficinas de costura, pero asociada frecuentemente a un resfriado o a la neumonía. Esto a su vez explica, en parte, el hecho de que cuando algún trabajador comienza a experimentar los síntomas de la enfermedad siga trabajando “normalmente” mientras pueda, sin comentarle nada al oficinero o a los otros costureros, lo cual, a su vez, aumenta los riesgos de contagio en el espacio cerrado de la oficina. De igual manera, recién acuden -o los llevan- directamente a los servicios de urgencia de los hospitales cuando por los síntomas avanzados de la enfermedad (debilitamiento extremo, esputo con sangre) ya no pueden seguir con sus tareas. Según relataron las ACS, hay veces en que llegan a una oficina y comprueban que uno de los trabajadores costureros bolivianos tiene puesto un barbijo. En ese caso, le preguntan al oficinero si conoce el motivo y éste responde que es porque el trabajador está tosiendo mucho. A ninguno de los dos le conviene que el trabajador, en este caso con sospechas de posible sintomatología de TB, concurra al centro de salud para realizarse los exámenes correspondientes y hacer la consulta con el médico: salvando las proporciones asimétricas que se dan en la cadena productiva de la industria sumergida de la confección paulista, ambos -oficinero y costurero- estarían dejando de ganar su parte si el costurero no produce. La situación descrita constituye, con frecuencia, otro de los obstáculos reales en el acceso a la atención de la salud de estos trabajadores inmigrantes, que trasciende el marco formal de derechos garantizados y consagrados legalmente en la normativa

brasileira. Esta dimensión de análisis permite dar cuenta del peso que tienen los determinantes socioculturales de los problemas de salud de los grupos poblacionales, fundamentalmente en relación a enfermedades infectocontagiosas como la TB. Paralelamente, buena parte de ellos desconoce su derecho a la atención médica pública gratuita. Al mismo tiempo el tratamiento les resulta dificultoso debido al malestar y los efectos secundarios que el mismo produce, así como a causa de los inconvenientes para ir a retirar aquellos al centro de salud. De ahí la importancia del trabajo de mediación, promoción, prevención y atención de la salud en terreno que desarrollan las ACS.

A manera de cierre, sostenemos que el aumento de la incidencia de la TB entre inmigrantes bolivianos de São Paulo, emerge principalmente como resultante compleja de sus procesos migratorios, asociados a los requerimientos internacionales-locales de la industria textil, la cual deviene en modos de vida-trabajo-vivienda precarios, marcados por contextos de vulnerabilidad social que suponen situaciones de riesgo para su salud y la de sus familias. Asimismo, los procesos socio-estructurales interactuantes en el contexto urbano de esta ciudad afectan, condicionan e incluso determinan las dimensiones biológicas de la TB y su proceso de atención en estos sujetos, cuyos derechos -entre ellos, el de la asistencia sanitaria pública y gratuita- con frecuencia se encuentran vulnerados. En tal sentido, es posible afirmar que nuestro caso de estudio permite comprobar la forma en que las desigualdades sociales se traducen en desigualdades en salud; no sólo por los indicadores diferenciales en cuanto a determinadas enfermedades infectocontagiosas como la TB, sino en relación a las condiciones de acceso a los servicios sanitarios públicos, el diagnóstico y el tratamiento eficaz de las mismas (GOLDBERG, 2014; GOLDBERG; MARTIN; SILVEIRA, 2015).

Agradecemos ao Centro de Saúde Escola Barra Funda “Dr. Alexandre Vranjac”, em particular à Equipe Estratégia de Saúde da Família, pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa de campo.
Financiamento: Centro de Estudos Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão (CEALAG, Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo).

Referencias

- COLECTIVO SITUACIONES-COLECTIVO SIMBIOSIS CULTURAL. **De chuequistas y overlockas**: una discusión en torno a los talleres textiles. Buenos Aires, Argentina: Editorial Retazos, 2011.
- COUTINHO, B. Imigração laboral e a produção de vestuário na cidade de São Paulo: entre a informalidade e a expectativa de mobilidade social ascendente. **Cadernos OBMigra**, Brasília, DF, v. 1, n. 3, p. 79-98, 2015.
- GOLDBERG, A.; MARTÍN, D.; SILVEIRA, C. Editorial: por um campo específico de estudos sobre processos migratórios e de saúde na Saúde Coletiva. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 229-232, 2015.
- _____. Contextos de vulnerabilidad social y situaciones de riesgo para la salud: tuberculosis en inmigrantes bolivianos que trabajan y viven en talleres textiles clandestinos de Buenos Aires. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, Argentina, n. 39, p. 91-114, 2014.

- _____; SILVEIRA, C. Desigualdad social, condiciones de acceso a la salud pública y procesos de atención en inmigrantes bolivianos de Buenos Aires y São Paulo: una indagación comparativa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 22, n. 2, p. 283-297, 2013.
- _____. Análisis de la relevancia de los factores socioculturales en el proceso asistencial de pacientes con tuberculosis, usuarios del Instituto Vaccarezza-Hospital Muñiz: un abordaje etnográfico desde la Antropología Médica. **Revista Argentina de Salud Pública**, Argentina, v. 1, n. 5, p. 13-21, 2010.
- GRIMBERG, M. Contextos de vulnerabilidad social al Vih-Sida en América Latina. Desigualdad social y violencias cotidianas en jóvenes de sectores subalternos. **Thule – Rivista italiana di studi americanistici**, Itália, n. 20/21, p. 31-54, 2008.
- MARTÍNEZ, V. et al. Equity in health: tuberculosis in the Bolivian immigrant community of São Paulo, Brazil. **Tropical Medicine & International Health**, Oxford, v. 17, n. 11, p. 1417-1424, 2012.
- MENÉNDEZ, E. La enfermedad y la curación. ¿Qué es medicina tradicional? **Alteridades**, México, DF, v. 4, n. 7, p. 71-83, 1994.
- PORTO SCAFF PINTO, P. **Análise espacial e espaço-temporal dos casos de tuberculose em imigrantes sulamericanos no município de São Paulo entre 2006 e 2013**. 2015. Tesis (Maestría em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.
- SILVA, S. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.

MULHERES BOLIVIANAS NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO. TERRITORIALIDADE E GÊNERO

Tatiana Solimeo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a maior visibilidade das mulheres nas migrações internacionais, problematizando as visões cristalizadas sobre a inserção de homens e mulheres no momento do migrar. A pesquisa tem como referencial empírico as migrantes bolivianas em São Paulo, especificamente na região da Penha. Como bem colocado por Assis e Kosmisky (2007), acreditamos que o gênero é um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias como “classe”, “geração” e “etnia”, reflete na história de maneira diferente em mulheres e em homens migrantes. Os dados que aqui apresentaremos foram trabalhados como parte da pesquisa de dissertação de mestrado de Tatiana Solimeo.

Pesquisar mulheres migrantes³⁵⁸ através das lentes do estudo de gênero é possibilitar conhecer as particularidades das migrantes internacionais e seus diferentes enfrentamentos em sua trajetória, assim como destacar a histórias das mulheres nos processos migratórios. Este enfoque nos permite compreender a migração em um contexto econômico, social e cultural, atrelado à construção social do feminino e masculino.

Nos estudos sobre a imigração sempre predominou a experiência do migrante masculino. Zlotnik (2003), afirma que até o final dos anos 1970 boa parte dos estudos em migração internacional era focado em homens. Porém, a presença da participação das mulheres nos fluxos migratórios tem colocado questões significativas para as teorias sobre migrações (ASSIS; KOSMINSKY, 2007). O relatório sobre a divisão de população das Nações Unidas (UNFPA) de 2010 evidencia que atualmente há 214 milhões de migrantes no mundo, sendo que 49,6% deste total são mulheres. Trabalhando com os dados especificamente na América Latina e Caribe este número sobe de 50,01%.

No Brasil, os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010) indicam que, oficialmente, temos 21.681 migrantes bolivianos, sendo 46% composto por mulheres, portanto, 9.974 mulheres bolivianas vivem em nosso país. Estes números salientam que por volta da metade da população migratória no mundo são de mulheres, tendência acompanhada pelas bolivianas fixadas em São Paulo.

³⁵⁸ Utilizaremos para esta pesquisa o termo migrante internacional ou somente migrante. Essa escolha se deu com base nas leituras

de Sayad (1998) que complexifica o termo “imigrante”, dizendo que este é sempre um sujeito duplo carregando o peso de ser ao mesmo tempo um Emigrante e um Imigrante

Apesar dessa reconhecida presença das mulheres nas migrações, Assis e Kosminsky em seu artigo “Gênero e migrações contemporâneas” (2007), revelam que a participação das mulheres nas migrações internacionais durante muito tempo foi negligenciada, aparecendo em poucos casos de forma caricaturada como “dependentes passivas”. Sua relação no contexto migratório foi amplamente introduzida com termos genéricos de “imigrantes” ou “família do imigrante” ficando invisível o papel da mulher e sua especificidade de gênero.

Assis e Kosminsky refletem a partir do aumento da migração feminina:

[...] não se trata de reconhecer a importância proporcional das mulheres ou sua contribuição econômica e social nos processos de migração e adaptação, mas de considerar como os discursos e as identidades de gênero se redefinem nesses processos (ASSIS; KOSMINSKY, 2007).

Ainda assim, Martes (1996), referência teórica sobre etnicidade e gênero, reafirma que a mulher acabou por muito tempo sendo retratada como uma parte do fluxo imigratório que aparecia depois, apenas como parte da família que viaja com o marido e filhos para outro lugar, como muito bem revelado no simbolismo da expressão “primeiro chegam os braços, depois chegam às famílias” (MARTES, 1996).

A incorporação da mão de obra feminina no contexto migratório para países industrializados de acordo com Assis e Kosminsky (2007) tem acontecido devido ao contexto de crise econômica, alta mobilidade por trabalho, uma progressiva desindustrialização e um espaço segregador no mercado trabalho. Tedesco (2010) apresenta a caracterização do tipo de trabalho da mulher migrante internacional em que:

[...] a força de trabalho feminina é vista como subsidiária com respeito às carências e flexibilidades que as agências e estruturas sociais apresentam. A sua presença, importância, significação, condição e demanda é muito expressiva da crise do estado social [...] (TEDESCO, 2010).

A partir da breve análise sobre a migração internacional feminina, este artigo apresentará histórias de mulheres bolivianas e suas vivências na zona leste de São Paulo, a fim de apresentar brevemente sua trajetória e experiências.

Bolivianas na Penha. Ao pesquisar mulheres bolivianas gestantes na Zona Leste de São Paulo, em especial nos distritos Penha e Cangaíba, pretendeu-se esmiuçar quais foram as mudanças de paradigmas do contexto de migrar e de que modo essas mulheres assumem determinados papéis na vida familiar e na sua própria trajetória.

O cuidado que se busca neste estudo é a possibilidade de conhecer melhor a especificidade da mulher como: migrante, gestante, mãe, trabalhadora e como se dá seu papel nas relações sociais construídas no seu processo. Procurou-se analisar a construção de autonomia e emancipação que

nascem das experiências migratórias e compreendendo a forma e os limites com os quais essas mulheres dialogam com as representações e o papel que lhes é atribuído em função da sua etnia, gênero e condição de classe, assim como contribuir para potencializar sua voz nos estudos migratórios.

Como tão bem salientado por Spivak *apud* Bhabha:

Para Spivak o papel dos intelectuais não deve ser o de representar ou falar pelo sujeito subalterno, eles devem abrir espaços para que eles possam falar e mais do que isso, que possam ser ouvidos, pois não resolverá o problema se estes falarem e ninguém os ouvir. Nesse sentido a autora conclama principalmente as mulheres intelectuais, não para que essas representem as demais mulheres, mas para encontrar meios eficazes em que essas sejam ouvidas e se auto-representem” (BHABHA, 1998, p. 130).

Veremos, através de trechos de nossas entrevistas, como o gênero afeta a migração e o papel das redes na inserção e adaptação dessas mulheres. Todas as entrevistas realizadas foram em profundidade e procuramos obter o máximo de informações. As entrevistas foram realizadas em São Paulo, no período de fevereiro a maio de 2017. Foram realizadas 15 entrevistas com mulheres bolivianas³⁵⁹ utilizando como método entrevista livre em profundidade. Buscou-se a partir das entrevistas analisadas encontrar categorias que fossem possíveis de diálogo entre as falas das gestantes bolivianas dentro de uma unidade de saúde, afim de levantar pontos em comum e diferentes de sua vivência. Porém devido ao recorte do artigo trabalharemos apenas dois pontos principais: territorialidade e gênero.

Das entrevistas analisadas com mulheres gestantes bolivianas, apenas duas delas não vieram sozinhas para o Brasil, dado interessante quando se estuda a migração internacional feminina, esta estando sempre muito atrelada a presença de alguma figura masculina. Todas vieram ao Brasil por contato com alguma rede, geralmente próxima sendo de algum ente da família ou amigo, porém foi relatado casos também de mulheres que saíram sem conhecer ao certo para aonde estavam indo. Relato de Viviane:

Tinha 16 anos e estava vindo para o Brasil sozinha. Sabia que alguém me buscaria na rodoviária, mas não conhecia nada. Não sabia para onde estava indo e o que eu faria aqui (Relato transcrito da entrevista).

Primeiro, para entender sua condição de migrante é necessário compreender de onde da Bolívia que essas migrantes vieram, pois entender o processo migratório deve se ter sempre como referência a condição de emigrante e de migrante (SAYAD, 1998).

³⁵⁹ Todas as entrevistas foram feitas respeitando a confidencialidade das entrevistas. Respeitando das determinações do Comitê de Ética, em todas as entrevistas foi anteriormente entregue e assinado o Termo de Consentimento Livre e esclarecido em Espanhol. Utilizaremos nas entrevistas nomes fictícios.

Essas mulheres saíram de seu País de origem com idade entre 16-23 anos, com estudos incompletos e originárias de La paz, o que não significa que moram próximas, pois há diversas províncias nessa região, sendo algumas delas mais da zona rural e outras do meio urbano. Houve apenas dois casos de mulheres que eram de outras localidades da Bolívia, Sucre e Santa Cruz. Todas as entrevistadas trabalham nos ramos de costura, com exceção de Maruja, que trabalhou nesse ramo, porém com o aumento da família optou em cuidar dela, mas ainda realiza “bicos” de costura pelo bairro. Apesar do perfil profissional se manter nas oficinas de costuras, algumas relataram interesse em começar os estudos e mudar de carreira, inclusive Guadalupe de 25 anos, diz ter o sonho de ser enfermeira para cuidar das bolivianas.

De todas as gestantes entrevistadas, apenas 4 estavam em sua primeira gestação, todas as outras já eram mães estando na 2º à 6º gestação e três já eram mães na Bolívia antes de serem migrantes internacionais. Todas as mulheres entrevistadas querem ou já tiveram parto normal, algumas contaram até que chegaram a pedir cesárea na hora do parto, por não aguentar a dor, mas em todas as conversas elas tiveram seus filhos de parto normal, sendo feito no hospital e alguns casos na própria casa delas, quando estavam na Bolívia. Muitas falaram do medo que tem de repente o médico fazer cesárea, inclusive há um relato de gestante que parou de ir ao pré-natal e ir direto para o hospital ter o bebê para evitar que a levassem para a cesárea, conta Yasmin.

Territorialidade e a imigração de mulheres bolivianas. Após a realização das entrevistas todas oriundas do distrito Penha, foi possível mapear possíveis indícios do como ocorreu a desconcentração espacial da migração boliviana antes tão presente no Brás, Pari e Belém e hoje com uma visível ramificação para a região noroeste de São Paulo, fato este, que ainda não se tem muitos estudos sobre as causas dessa descentralização. Compreender os padrões da inserção territorial de um grupo específico, como no caso migrantes bolivianas é fundamental para entender os processos de exclusão e segregação da cidade, assim como da inclusão e inserção dela naquele espaço.

Como dito anteriormente, foram coletadas 15 entrevistas nas UBS do bairro Penha. Local onde se dá uma presença visível de bolivianos. Trata-se de um número reduzido de entrevistas, e nada indica que elas sejam representativas da comunidade como um todo. Ainda assim, ante a dificuldade de acesso à informação ou dados públicos que dimensionem os imigrantes espacialmente no território, tais entrevistas tornam-se instrumentos estratégicos que iluminam várias das questões referentes à comunidade, como: a localização dos bolivianos na cidade e os movimentos recentes nessa redistribuição, as relações de trabalho (que nesse caso têm profundas implicações territoriais), as utilizações do espaço público e a forma como se inserem nesses processos.

Quando perguntado para as migrantes bolivianas sobre a quanto tempo está na Penha, nota-se um número representativo de 50% das entrevistadas responderam que estão a mais de cinco anos e duas estão há 10

anos. Isso demonstra que existe uma rede consolidada nessa região, visto a presença de um deslocamento desde 2007. Outro dado importante que reforça a consolidação da rede de migrantes bolivianos na região, é a quantidade de entrevistadas que responderam que a Penha foi seu primeiro destino de inserção territorial, ou seja, 6 entrevistadas responderam que saíram da Bolívia já com destino pronto para trabalhar nessa região. Toda a construção dessa rede e essa inserção territorial na Penha, tem o mote do trabalho em oficinas de costura, o espaço de trabalho corresponde a grande parte do vínculo com a região. Como descrito em diversas entrevistas e reafirmado na literatura sobre o tema, as oficinas de costura além de espaço de trabalho, também se configura como o lugar de moradia. Entre as entrevistas a sua maioria trabalha em oficinas de costuras pequenas configurando ela, o marido e os filhos. Como afirma o relato de Yasmin:

Aqui na penha a maioria das oficinas de costurar são pequenas, pegam uma casa com 3 cômodos, colocam 4 máquinas, então fica 2 cômodos para a oficinas e o resto para fazer a casa. Para se ter uma oficina de costura pequena, tem que abrir uma empresa individual para sermos contratados pelas oficinas grande (Relato transcrito da entrevista).

Algumas entrevistas relatam o mesmo perfil de vivência de se trabalhar na oficina no Brás, casar e depois ir morar com o marido em sua própria oficina de costura na Penha, ou, já estar em alguma oficina de costura na penha e após se casar criar a sua oficina de costura. De todas entrevistadas apenas 3 tem suas oficinas costura de porte médio-grande com seus maridos: Rosi, Marta e Betzabe. Dessas três, Marta é a única que é a dona de uma oficina média com 10 máquinas.

A partir desses relatos sobre o padrão pequeno das oficinas de costuras, é possível compreender a inserção desse grupo na Penha, em que as oficinas estão muito mais atreladas ao pequeno núcleo familiar, e a escolha de ir para uma região mais afastada como esta, tem relação a fatores familiares. Segue abaixo outro trecho de Zulaia, contando sobre sua escolha de ir para Penha.

Cheguei sozinha e fui trabalhar no Brás, mas logo depois que me encontrei com meu marido, saímos e fomos montar nossa oficina de costura na Penha, no brás eles não gostam de filho na oficina e na Penha o aluguel é muito mais barato e tem lugar para comer e fazer suas coisas. Quando cheguei aqui na penha, não pagava nem agua nem luz, era em uma favela, mas eu sempre paguei para o dono – para rind (Relato transcrito da entrevistada)

As entrevistadas estão em diferentes regiões do distrito Penha o que difere um pouco o tipo de ocupação nesse distrito. Algumas ainda voltam muito para o Brás para ter seu tempo de lazer na rua Coimbra, onde conseguem comprar legumes da Bolívia, como conta Rosana.

As 15 entrevistadas conhecem o Parque ecológico (parque próximo das UBS analisadas) e 13 delas frequentam de domingo com sua família.

Além de brincar com os filhos e acompanhar o marido, 5 delas contam que jogam futebol, tem seu time no parque e uma delas conta que joga também no Parque Tiquatira. O futebol é o momento do convívio delas, algumas contaram tristes que não estão jogando por conta da gravidez, mas logo voltam.

As entrevistadas da região de Engenheiro Goulart e Cangaíba frequentam muito mais o Parque ecológico e a igreja “Madre de Dios” da região. Quando perguntando para as entrevistadas da Penha, elas frequentam o Shopping Penha, a Feira Boliviana no Largo do Rosário e a igreja “Cristo la Roca” na ladeira da Penha.

A maioria diz não haver problemas em andar pelas ruas do bairro da Penha e que se sentem bem recebidas, mas todas tinham algum episódio de preconceito ou discriminação para contar da região.

Zulaia conta um episódio no Av Cangaíba:

Estava saindo da UBS Cangaíba com meu filho no carrinho, quando vejo andar um brasileiraem minha direção, ela me alcança e me abraça e começa perguntar se estou bem. Quando de repente tira uma tesoura e tenta cortar meu cabelo. Eu fiquei com muito medo e sai gritando pela rua. Um moço da borracharia escutou e veio me ver, ai a brasileira saiu dizendo que boliviana é tudo louca (Relato transcrito da entrevista).

Além desse caso, mais de uma entrevistada conta ser comum estar andando na rua e escutar frases como: “volta para seu país”, “você está roubando meu dinheiro” e outras frases similares. Marta descreve que todo dia vem uns meninos pedirem dinheiro no seu portão e se ela não tem dinheiro no dia eles reclamam dizendo que ela tem que dar pois o país deles deixou ela entrar aqui, ela conta que quando tem dá, mas se sente ameaçada.

Sua condição de “mulher”. Como visto anteriormente nos estudos dos movimentos migratórios e gênero, existem diversas causas dos processos migratórios e elas não atuam separadamente da criação de desigualdades de gênero. Em outras palavras, por muito tempo ficou invisível nas análises da migração as consequências desiguais do processo de migrar para homens e para as mulheres, dificultando desta forma uma visão ampla do papel que cada gênero tem/recebe na dinâmica migratória. Dentro das entrevistas buscou-se aferir qual o processo migratório dessas gestantes bolivianas, ou seja, qual o peso que essas mulheres migrantes têm no interior das redes migratórias, das famílias e das oficinas de costura, assim como na sua relação com a sociedade receptora. O mote das entrevistas foi conhecer as trajetórias de cada mulher, conhecendo suas vivências do processo migratório e tendo como enfoque a sua perspectiva nesse processo.

Sendo assim, foi elaborado diferentes análises sobre esse grupo de migrante gestantes, onde se buscará trazer uma riqueza de olhares sobre seu processo migratório com a intenção de contribuir para este campo pouco pesquisado de mulheres gestantes bolivianas da Zona Leste, Penha.

Pretende-se nesse texto desenvolver um olhar mais amplo sobre a migração feminina, saindo de visões reducionistas e estereotipadas sobre mulheres migrantes, como um bloco homogêneo de mulheres subjulgadas nas sociedades de origem e partida e não como mulheres de transformação de suas próprias vidas e das condições que as rodeiam. Como diz Rodrigues e Vasconcelos, 2010:

As práticas de deslocamentos devem ser entendidas como constituídas de significados culturais e identitários, visto que é no processo de se deslocar entre espaços fronteiriços que os imigrantes reelaboram, selecionam e se reapropriam de novos signos culturais e identitários. Nesse contexto, o fato de imigrar torna-se um grande paradoxo. Por um lado, surgem novas oportunidades de trabalho, possibilitando certa independência econômica; por outro, representa grandes perdas, tanto materiais como afetivas (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2010).

A primeira semelhança de todas as entrevistadas está na condição de ter deixado seu país de origem, para se arriscar no Brasil. Começarei com um trecho da entrevista da Gabriela, quando ela descreve o que imaginava que seria vir para o Brasil.

A gente quando vem pela primeira vez, não conhece o Brasil, eu pensei que fosse igual a Bolívia, as outras pessoas falavam que era um salão grande com quartos compartilhados e tem que descansar. Eu pensava: - será que vai ser só isso, será que é calor? Quando cheguei aqui vi que era muito diferente (Relato transcrito da entrevista).

O relato acima, muito oportuno, sinaliza a relação dos migrantes com o país receptor, no caso o Brasil. Sua descrição do país é reduzida para um salão grande. A escolha deste relato é para sinalizar o quanto a experiência de imigrar é única e compreende diversos signos e simbologias, não sendo capaz de reuni-las em um discurso.

Focando o texto na condição feminina de imigrar é possível ver em todas as entrevistas a figura do marido como essencial para conseguir sair da condição de exploração em oficinas grandes. Todas relatam que só conseguiram ir para Penha ou ter sua própria oficina de costura após casarem. Apenas uma das entrevistadas, não é casada, a Mônica. Ela relata seu caso com muita tristeza e condiciona seu insucesso de vida ao fato de não conseguir um marido. Ela diz que a falta de marido (ela é divorciada), faz como que não consiga trabalhar, cuidar dos filhos, pagar as contas e conseguir se relacionar com os outros migrantes. Os espaços de socialização estão todos para a família, ela conta que se você não tem família (nesse caso família significa casamento), não consegue conversar com mulheres, nem ter apoio da sua própria família pois a situação de ser divorciada não é bem vista, ela comenta.

Segue abaixo o relato de Mônica sobre sua experiência:

Minha vida com meu marido era muito difícil porque ele me batia e nunca tinha dinheiro. Mas não podia ir embora porque ele ameaçava roubar a minha filha. Mas teve um dia que não

aguentei e fui, sem a minha filha. Sofri muito e fiquei 2 meses trabalhando em uma oficina de costura no Cangaíba, pagavam muito mal. Depois desses meses consegui minha filha de volta e consegui um outro marido. Mas esse marido não gostava da minha filha, não aceitava que ela era de outro casamento, tinha ciúmes. Então ele me larga mesmo eu estando grávida. Não aguento mais ver todo mundo que vem para o Brasil conseguir melhorar na vida, mas eu não, estou morando sozinha agora grávida e trabalhando, está muito difícil. Ser mulher sem marido é muito difícil (Relato transcrito das entrevistas).

De todos os relatos coletados e dados apresentados o “marido” aparece como central na dinâmica da inserção da migrante na cidade de São Paulo e especificamente na Penha. As mulheres conseguem realizar seu processo de saída de seu país muitas vezes sem a presença de nenhum homem, mas sua inclusão na cidade e sua possibilidade de trabalho e convívio está toda voltada a condição de conseguir ter uma família. A família está incorporada para além das relações sociais e culturais, na relação de trabalho, pois todas as oficinas de costuras da Penha têm o enredo familiar como pilar de estruturação das mesmas.

A condição feminina das migrantes entrevistadas traz entre muitas diferenças do seu processo com o dos homens, mas especialmente a necessidade de conseguir estabelecer uma família. Esse peso é colocado como sucesso da migração, como sucesso financeiro e social.

Considerações Finais. Este texto deixa em aberto uma série de questões, e não pretende resolver-las ou esgotá-las, mas sim reconhece-las e coloca-las em debate. Este material foi pesquisado e está sendo utilizado como subsídio de uma tese de mestrado e aqui optou-se por colocar como enfoque dois pontos: a territorialidade da migração boliviana na Penha e os reflexos da condição de gênero nas mulheres bolivianas.

Neste artigo buscou-se abordar alguns tópicos pertinentes para uma reflexão sobre o papel da mulher na imigração Boliviana em São Paulo. A importância deste texto é potencializar a voz das mulheres bolivianas sobre sua vivência na cidade de São Paulo e principalmente na região da Penha, onde ainda não há muitos estudos sobre os motivos da redistribuição da migração boliviana antes, muito presente no centro e que agora se uma visível dispersão.

Apesar de largamente difundido na literatura da migração boliviana sobre as péssimas relações de trabalho e a subalternidade conhecida desses migrantes. Este texto procurou ampliar a visão sobre esta migração internacional, tendo como enfoque a voz das bolivianas e seus relatos sobre sua trajetória e vivências na cidade de São Paulo, para se compreender os caminhos femininos do migrar.

Por fim, o texto procurou ampliar o olhar para a migrante boliviana, tentando fugir das generalizações e esteriótipos e focando suas análises no emaranhado construído das diversas histórias coletadas através das entrevistas.

Como tão bem colocado por Spivak: “É principalmente a mulher intelectual que seu apelo final se dirige (a migrante) – a ela caberá a tarefa de criar espaços e condições de auto representação e de questionar os limites representacionais, bem como seu próprio lugar de enunciação e sua complicitude no trabalho intelectual” (SPIVAK, 2010).

Referências

- ASSIS, G. O.; KOSMISKY, E. V. Gênero e migrações contemporâneas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 3, p. 695-697, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2007000300012>.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1998.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- _____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.
- MARTES, A. C. B.; FALEIROS, S. M. Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 22, n. 2, p. 351-364, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n2/v22n2a08.pdf>>.
- _____. Trabalhadoras brasileiras em Boston. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 26, p. 19-23, 1996.
- RODRIGUES, F. S.; VASCONCELOS, I. S. Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia. **Textos & Debates**, Boa Vista, RO, n. 18, p. 251-268, 2010.
- SAYAD, A. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EDUSP, 1998.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2010.
- TEDESCO, J. C. O gênero na imigração: redefinições de papéis e dinâmicas étnicas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1274892674_ARQUIVO_artigofazendogenero.pdf>. Acesso em: set. 2013.
- UNFPA. **Relatório sobre a situação da população mundial 2011: pessoas e possibilidades em um mundo de 7 milhões**. New York, NY, 2011. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/publications/state-world-population-2011>>.
- ZLOTNIK, H. **The global dimensions of female migration**. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2003.

LIES THAT TAKE PLACE

Derek Pardue

“Everyone wants to be duped”³⁶⁰
Nap travay pou m tounen lakay (“Let’s work so that we can return to our country”)³⁶¹

We as scholars and public policy advocates have mobilized terms such as integration, acculturation, inclusion and exclusion, among others, to describe the interactive dynamics between migrants and local societies. The terms in and of themselves connote spatial and cultural relationships through metaphors of demarcation (inclusion/exclusion) and evolutionary socialization (integration etc.). Certainly, the more recent term “interculturality” is an improvement, as it reframes social interaction as a dialogue, albeit one that is frequently spirited, tense and imbued with power relations. However, these terms make certain, significant assumptions. We would be wise to listen to sociologist David Scott Fitzgerald, when he observes that “assimilation is not the natural condition of immigrants and their descendants, but rather a product of only a subset of many possible configurations of migration policies and cultural expectations”(FITZGERALD, 2014, p. 126). We should also be aware that migration, such as the case with many of the Haitian, Senegalese and Congolese nationals with whom I have had conversations, is transnational. We are talking about people “who are not *definitively* immigrants or emigrants but rather people whose lives span international borders” (FITZGERALD, 2014, p. 132). The complexity of roots and routes in the contemporary world does not mean that the impact of migrant presence is insubstantial. Migrant use of the city, whether in enclaves of affinity or in multicultural interest groups, produces new constitutive spaces of the city.

The following brief fieldwork reflection is based on nine months of informal interviews with recent Senegalese, Congolese and Haitian migrants during 2016 and 2017. It is the beginning of a longer rumination on the relationship between migrant presence in terms of spatial occupation in the city of São Paulo and the politics and aesthetic of textual representation. After working on issues of expressive culture, mostly hip hop and saraus in the peripheries of São Paulo (and Lisbon) for twenty years, I began this research project in 2016. My approach departs from the bulk of migration scholarship, which focuses on either quantitative indicators of migrant activity in a given host society or qualitative descriptions of sociological elements of law, rights,

³⁶⁰ The original quote in Portuguese is: “Tudo mundo quer ser enganado”. Novelist Patrícia Melo (*Elogio da Mentira*, 1998) inserts this phrase for protagonist José Guber, alias João Aroeira. The phrase serves as a justification to Guber’s lover and murder accomplice, Fúlvia Melissa, of his career move from writing self-help to popular spirituality books (*esotérica*).

³⁶¹ Note from fieldwork, 2017.

kinship, religion and education. Such a departure is intended as complementary not antagonistic. My objective is to capture human experience creatively, thereby mirroring the adaptive creativity among migrants, and issue a set of provocative social theories. I suggest that there is a larger lesson regarding urban reality and socio-cultural identification that can be gained through careful consideration of current migrancy in São Paulo.

I hold that such production of urban space does not represent necessarily a faithful act of belief in the notion of “Brazil” or “São Paulo.” Haitians, for example, are existentially diasporic, as Joseph Handerson has cogently argued (2015), and thus there is no pretense to a discourse of ‘roots’. Rather, they accumulate material and symbolic value through ‘routes.’ Migrant occupancy and presence is a tenuous affirmation of the ‘here’, at times by default and at other time by design.

The point is that migrancy, the process of human movement involving emplacement and the resignification of self and surroundings, shatters the notion that space and place are obdurate, empirical truths. That, for example, Congolese activists and Palestinian entrepreneurs occupy prime real estate in the neighborhood of Bixiga, a dynamic center of entertainment and local, São Paulo pride, is not ‘true’ in the sense of finality. It is an ephemeral observation. Taken overall, the manufacturing of migrant presence consists of webs of contingencies. They are not falsehoods but rather mark a visibility of uncertain relations. The dislodging of place from ‘truth’ is a theoretical move and the representation of migrants as ‘liars’ is certainly not intended as a denigration of migrant stories, values or ethics. Instead, my claim is meant to articulate the common experience of uncertainty and dependency among migrants into a theory of social relations. And, it is for this reason I posit that the genre of ethnographic fiction and other blurred genres of writing captures the essence of lies, the heart of human relations and the socio-cultural geography of the world. Cities exemplify these discursive and material practices particularly well due to the increasing diversity of their inhabitants and the intensity of social relations required for survival.

Context. Social scientists and humanist scholars have reflected on the messiness of truth for well over a generation. Within the discipline of anthropology, one might trace this line of thought to Clifford Geertz, who famously quipped that ethnography, the stuff that anthropologists actually produce, is effectively *fiction*. “In short, anthropological writings are themselves interpretations... They are... fiction; fiction, in the sense that they are ‘something made’, ‘something fashioned’ (GEERTZ, 1973, p. 15). Thereafter, a cadre of humanist anthropologists developed this logic a step further to assert that ethnography is a textual genre and deserves critical attention as, indeed, literature (CLIFFORD; MARCUS, 1986; HECHT, 2006).

In a move of extrapolation, the debate regarding truth/lie reflects the ongoing polemic concerning (social) science and fiction. For some time now,

scholars interested in the reflexivity of texts focused on human behavior, have apologized for their turn towards fiction. They have labored to excuse the fib as something innately human and thus essential to any real human account. I go further and assert that this manifestation of precarity is frequently the dominant mode of culture because it most visibly reveals the contingency of human relations and understanding. Of course, it is ridiculous to argue that lies are good and truth is evil, or vice-versa. Let us momentarily extricate these terms from ethics so that we might better understand how they operate. To mimic Disney and treat truth, facts, lies, science and fiction as simply moral is shallow and boring. More importantly, it does not capture humanity as an activity but rather as a quantifiable value. While we have given great efforts to consider the processes by which truth is constructed, we have failed to appreciate the rich contingencies and real, productive relationships involved in the ‘lie.’

Under certain circumstances, migrants are liars. They have to be.



The sunlight is soft in São Paulo during early June. The warmth is welcome in the sub-tropical winter; it helps dry the clothes and brings a serenity to what is often a place of stress and suspicion. Letrice tended her three small children, each of whom had carved out a small nook for drawing, doll play and cell phone entertainment. I turned my back for a moment, went out into the hall and looked at the assorted hanging clothes. The slight breeze emanating from a broken window ruffled the clothes from the nearby lines. The adult wear did not budge, steadfast in its weight and obdurate in its position to outside suggestions. I contemplated my own family in all its fragmentation. “The term is diaspora,” my history professor had explained in my Port-au-Prince boarding school. He was American, had come from New York City, liked to wear his *Akademi Ayisyen* (“The Haitian Academy”) uniform and knew absolutely nothing about

Haitian families. I strained to recall the last time I had seen my clothes hanging next to those of sweet Kensia and our sons Sylvestre and Emmanuel. São Paulo could have been our final destination.

“*Viens ici!*” Letrice commanded. I had abandoned her, lost in my own nostalgia. The light was too subtle to divert my attention, as I drifted from subject to subject. Realizing my loss of determination, I reentered the squatter apartment and sat down in a corner chair. I promised myself that I would just listen.

Letrice adeptly code-switched between French and Lingala as she balanced our formal meeting with child rearing. Her husband Paul held sporadic short-term contracts as a maintenance worker, often scheduled in excess of 60 hours a week for a month or so and then dire unemployment and indolence. I had been hired also on a temporary basis. During a moment, albeit brief, in São Paulo’s city government history, the relatively enlightened soul of Fernand Haddad raised the visibility of immigration within public policy initiatives. Of course, we should say that it was a multi-faceted, multi-interest conversation involving agents of the State, NGOs, the private sectors and other civil society groups, including immigrants themselves, who created the kinds of initiatives of inclusion leading to my employment contract. The idea to hire qualified immigrants for public health care services to deal with increasing numbers of non-Portuguese speaking and ethnically diverse populations is logical, no?

“I told you, Letrice, that you probably will get better service if you go with me to the clinic than me coming here.” I cut Letrice short, again.

“I want you to see where I live, where a couple hundred of us Congolese live. We have been here for 3 months. We pay 400 *reais* a month for rent. It’s fine, it’s a space but sometimes we all pass around a strange kind of cold or flu. I don’t know what it is.”

Letrice proceeded to escort me around the building. We stopped and chatted with a few housewives along the corridor, with whom Letrice was friendly. They engaged in small talk about recipes. Supposedly, someone on the 5th floor makes a delicious *ngombe*. As they wondered about what magic ingredient or the mode of preparation involved (I stopped paying attention at that point, and they had already switched into Lingala), I noticed that few, if any, of these apartments had windows that could be opened. That explains why people leave their front doors open and why, on a few floors, the hallway windows were missing selected panes.

Circulation. Lack of. Hanging clothes. Too much shared air. Stagnant space residents try to animate. Young men sit at the end of the 4th floor hall in lawn chairs sipping tea. One fiddles with a cell phone battery. Ironic, given the political-economic context of the DRC. Bloodbath over cobalt. Mines, territory and calculated violence. Fear and manipulation. Millions of bodies forever halted and thousands of others in stark motion. Migrants scattered about the globe. Michael Taussig observations on gold in the Putumayo region of

Colombia resonates with cobalt and ion batteries, “the trauma that courses through facts, is the image of subterranean riverbeds of gold and fossil objects” (TAUSSIG, 2004, p. 250).

Letrice and I step quickly but carefully up and down the winding, angular staircase. Almost pitch black even at midday. The damp conditions accumulate in these close quarters and the experiences of residents moving are captured in the smudges on the wall and streaks on the floor. Dirt, light debris and water mix into little piles pushed to the corners of the stairwell. The building collects these residues of human movement and everyday life. With few cleaning brigades organized by the residents (or by the mysterious, most probably nefarious rent collection agencies, in this case), the concrete surfaces of the building, originally intended to be a hotel, animate to tell a different story. That which might be called ‘the setting,’ a conjuncture of hard, unforgiving surfaces, becomes a protagonist.

After the tour Letrice and I returned to her apartment. The oldest daughter and her teenage friend from down the hall slipped away signaling that their babysitting duties had ended. Hernan, one of the few Bolivians in the building, had a very cool cell phone app that just had to be seen.

And, there we were. An unexpected calmness descended. The infant had dozed off and the toddler was intently focused on drawing a circle with the crayons I had brought in my shirt breast pocket. The apartment furniture, which had previously appeared thrashed, permanently in use by the children and deployed for multiple purposes by Letrice and her husband, seemed somehow to be at peace. A lull in the corridor chatter. All was still.

“You see, Mr. Malebranche, I need a different address. I live here but I cannot say that I live here. This place does not exist for some employers and hospitals. Surely, you can understand that. Tell me, where do you live?”

I disregarded the question and made an exaggerated production to retrieve my notebook and hospital forms. By creating a bit of noise, I hoped to divert Letrice’s attention to stuff that mattered, something I could check off and mark as accomplished. We tallied up an estimate of diapers, basic cough and flu medicine needed in the building. We talked about the benefits of *cesta básica*, a standardized supply of foodstuffs for low-income families provided by the State. I promised I would ask an electrician friend of mine to come by later that week to see if it were possible to provide electricity to all floors and tidy up the webs of loose wires dangling from the ceiling in various corridors.

“Dr. Malabranche, thank you for coming. I am not special. I simply am a bit bolder than most of the others. I know you are an immigrant, a refugee. You are educated and have found a place here in São Paulo. I see that. Everyone here sees that. Do you see me? You don’t know me but do you see me? Do you see us?”

On my way out, I passed by the lobby and noticed flyers advertising an upcoming religious service. Taped to the walls were pictures of the reverend, a

rotund man with a broad smile that belies his stern, horn-rimmed glasses. An overweight, bawdy evangelical leader. A story teller.

As I approached the partially unhinged gate to the street, a little girl sprinted across my path. Her beautiful braids swung back and forth as a cohesive unit offering a compelling rhythm in sync with her gait. She briefly looked up at me and I heard the repeated sounds of “Michèle”. Sustain. My daughter’s name. This girl’s name. A simple coincidence. I turned quickly and saw no one but the elderly man, who had been collecting wire and cardboard since I had arrived. Folding and unfolding.

I delivered my report to the public health post. The electrician never made a visit to the building and, now as I write to you, I cannot truthfully recall if I ever asked him...

Scholars, such as Lúcio Kowarick, Raquel Rolnik, Nabil Bonduki and Luiz Kohara, have written copiously about the impact of immigration historically on the city of São Paulo. The massive growth of the small citadel town to a modernist economic juggernaut from 1870-1920 depended on wild speculation from coffee barons, which caused intense housing crises exacerbated by mismanagement of labor and a lack of urban planning for rental housing. This has been well documented (KOHARA, 2010; KOWARICK, 1979; ROLNICK, 2008; ROLNIK; BONDUKI, 1978).

Moreover, political scientists and social geographers have analyzed the mobility of financial capital and power away from the downtown areas of Sé, República to Paulista Avenue and then farther to the southwest in the late 1990s and early 2000s to Berrini and Faria Lima avenues. I underscore the relationship between capital mobility and political policies of urbanization represented in municipal Master Plans. The tension between investment capitalism and periodic campaigns of social responsibility from the state has unsurprisingly produced an uneven urbanization. Improvised housing demonstrate what architect Jeroen Stevens has called the “interstitial spaces or pivotal nodes that link formality with informality” (STEVENS; DE MEULDER; SANCHES, 2017, p. 49). Historically, migrants have adapted to and remade these spaces into vibrant, if precarious, urban spaces. The neighborhood of Bixiga is perhaps the most obvious example of this in São Paulo.

Now, a new wave of West Africans, Syrians, Colombians and Haitians have found their way to the *centro* of São Paulo and confronted the realities of a major housing crisis. These diverse migrant groups add to a larger presence of itinerant or precarious dwellers, who have, once again, brought improvised housing to awareness. I focus on “esses novos Africanos,” which includes Haitians and a range of West Africans, because their presence provokes a reconceptualization of racialization into the debates around migrancy and urbanization. This is particularly curious in a country significantly built on the labor of Africans and the ideologies of racial mixture.

Fieldnotes. The sifting and selection of moments from experience in the field is an essential part of the manufacturing of facts within the social sciences. In the words of anthropologist Jack Goody, authors-cum-scholars “reclassify what they have already classified” as they move from experience to text. For Michael Taussig (2003) the diary is inherently unstable. The implication from Taussig and other reflexive scholars is that this unstable, anti-category of diary or fieldwork notebook, not only marks transcription as blurry but also it creates anxiety and often involves a fetishization, which spans a range of objects, from the special little notebook to the lucky pen or the quirky scribbles of *mise en scène*. This psychological component of social science acts as a ‘phantom’ that haunts the business of scholarship. For me, the objects of the trade come and go but I find myself fetishizing keywords, triggers that allow me to insert myself back into scenes of meaning. Other scholars have remarked that fieldwork notation is in great part an artefact of self-narration (KATRIEL; FARRELL, 1991). Perhaps, the allure and utility of fiction is the practice of investigating such triggers. An essential exercise of the affect of social interaction, which conjures the contingency of recognizing oneself and others in certain situations. And, ultimately, this is a commonly shared part of the migrant experience.

References

- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. **Writing culture: the poetics and politics of ethnography**. Berkeley: University of California Press, 1986.
- FITZGERALD, D. The sociology of international migration. In: BRETTELL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. (Ed.). **Migration theory: talking across disciplines**. New York, NY: Routledge, 2014.
- GEERTZ, C. **The interpretation of cultures: selected essays**. New York, NY: Basic books, 1973.
- HANDERSON, J. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, v. 21, n. 43, p. 51-78, 2015.
- HECHT, T. **After-life: an ethnographic novel**. Durham, NC: Duke University Press, 2006.
- KATRIEL, T.; FARRELL, T. Scrapbooks as cultural texts: an american art of memory. **Text & Performance Quarterly**, v. 11, n. 1, p. 1-17, 1991.
- KOHARA, L. T. **Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços**. 2010. 297f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.
- KOWARICK, L. **Espoliação urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.
- ROLNIK, R. O direito à moradia no Brasil e no mundo. **Oculum Ensaios**, Campinas, SP, PUCCAMP, p. 147-163, 2008.
- _____; BONDUKI, N. Periferias - sobre a mercantilização da habitação operária. **Revista Chão**, Rio de Janeiro, RJ, n. 3, 1978.
- STEVENS, J.; DE MEULDER, B.; SANCHES, D. Cortiços. Interstitial urbanization in Central São Paulo. In: ROCCO, R.; BALLEGOOIEN, J. V. (Ed.). **The Political Meaning of Informal Urbanization**. New York, NY: Routledge, 2017.
- TAUSSIG, M. **My cocaine museum**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- _____. **Law in a lawless land: diary of a limpieza in Colombia**. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

IMIGRAÇÃO PÓS-TERREMOTO DE HAITIANOS PARA O BRASIL: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS E A RECONSTRUÇÃO EM MOVIMENTO

Allyne Fernandes Oliveira Barros
Lucienne Martins Borges

As atuais mobilidades humanas marcam a complexidade no que concerne às questões das fronteiras, não só territoriais e geográficas. As condições de passagem e reconhecimento dos sujeitos que são lançados às mudanças de país, engendram cenários diversos. Nestes, o ponto comum é a fragilidade das fronteiras que delimitam os meios de operar com a vida de quem chega, por parte dos agentes dos países de destino. No entanto, há que se levar em conta os eventos ocorridos antes desse deslocamento e, sobretudo, os efeitos desses acontecimentos em cada um daqueles que o testemunharam (GODOY, 2016; PITA, 2016).

Dos diversos meios pelo qual o mal-estar irrompe na vida do sujeito, compreende-se, a partir da psicanálise, que eventos que excedem a possibilidade humana de controle e escolha têm efeitos importantes naquilo que concerne ao psiquismo do sujeito e, por conseguinte, à sua vida como um todo (FREUD, 2010). Um exemplo nesse sentido refere-se à experiência de exposição a uma catástrofe natural, como no caso da população que sofreu os impactos do terremoto, em 2010, no Haiti. O evento agravou a situação de violações de direitos humanos vivida historicamente pelas pessoas que habitam aquele país, corroborando para um dado conhecido: desastres naturais em países afetados por instabilidades e conflitos políticos, tendem a gerar mais deslocamentos forçados de pessoas (VERÓN; GOLAZ, 2015). Portanto, a categoria catástrofe social parece refletir melhor o que se passou, ainda que o “desastre natural” – que trataremos aqui como sinônimo de “catástrofe natural” – contribua na busca de materiais para o diálogo.

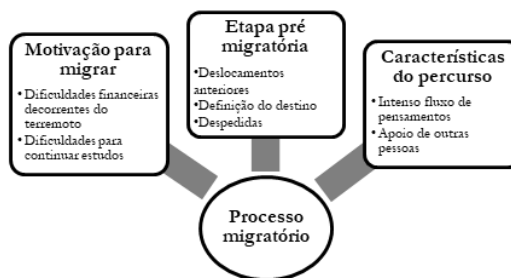
Frente a um histórico migratório entre seus habitantes, se considera que a ocorrência do terremoto de 2010 como uma das motivações, devido a seus efeitos, não é irrelevante. As catástrofes naturais podem ser compreendidas como eventos potencialmente traumáticos devido à severidade e intrusão na dinâmica das pessoas e grupos. Assim, costumam ter desdobramentos psicológicos importantes que podem gerar impactos na saúde mental e sofrimento psíquico diante das perdas vivenciadas, geralmente mais numerosas que em outros eventos da vida. Os meios de lidar com eventos traumáticos são atravessados pela cultura, pois ela oferece rituais e discursos que orientam o sujeito, inclusive nos acontecimentos que excedem as possibilidades imediatas de representação psíquica (RUDGE, 2009; STURM; BAUBET; MORO, 2010). A estabilidade simbólica ofertada pela afiliação a um grupo cultural necessita de

elementos objetivos de sustentação. Sendo assim, quando a destruição concreta ocorre e agrava condições acentuadas de precariedade na manutenção da vida, não há como compactuar com a noção de migração voluntária, dado a especificidade do sofrimento psíquico gerado por essas circunstâncias (MARTINS-BORGES, 2017). Assim, compreende-se o fluxo migratório de haitianos e haitianas no Brasil como um caso de migração involuntária – também chamada de migração forçada.

O objetivo principal deste estudo foi analisar quais os impactos psicológicos de um terremoto que, além de levar a experiência do imprevisível pelo evento em si, foi seguido de uma migração necessária para a continuidade e reconstrução da vida. Não se trata de uma pesquisa especulativa e teórica, mas de uma análise das narrativas de sete imigrantes haitianos que moravam na região da Grande Florianópolis cerca de cinco anos depois de testemunharem o terremoto que abalou a terra que habitavam (BARROS, 2016). As narrativas se constituíram a partir do encontro entre pesquisadoras e participantes, por meio de entrevistas individuais gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Foram transformadas em quatro categorias, posteriormente analisadas pela técnica de análise de conteúdos proposta por Bardin (1977) e teoricamente pela Psicanálise e contribuições da Etnopsiquiatria.

Resultados e discussão. A primeira categoria de análise, nomeada Processo migratório, é compreendida por tudo aquilo que se refere ao deslocamento dos participantes até a chegada ao Brasil, dentro do que foi investigado na presente pesquisa. Apreende-se esse processo para além do deslocamento no sentido estrito da palavra: a migração é composta por um conjunto de fatores que a caracteriza, conforme o Quadro 1.

QUADRO 1 – Processo migratório



O gatilho da migração dessa população foram as consequências devastadoras do terremoto. Porém, outros aspectos forneceram elementos de compreensão. A migração como estratégia de sobrevivência no contexto haitiano é conhecida e discutida por estudiosos de diversas áreas

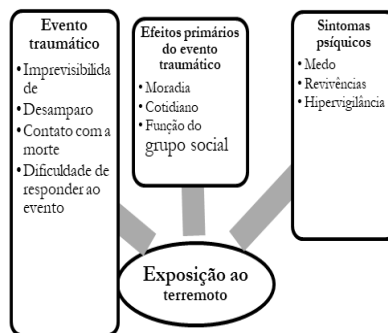
(HANDERSON, 2015; PACÍFICO; PINHEIRO, 2013; PATARRA; FERNANDES, 2011; PAULA; VALENCIO; CORREA, 2013). Assim, observou-se que a solução para se reconstruir após as consequências mais visíveis de um terremoto, na compreensão dessa população, encontrava-se na própria dinâmica de aposta no deslocamento geográfico como possibilidade e desejo de êxito, dado o agravo da instabilidade que pairava sobre o Haiti.

A tristeza que acompanhou as despedidas emergiu das falas em suas diversas manifestações. Deixar o Haiti significou, acima de tudo, deixar as pessoas que lá ficaram. Ao refletir acerca da cultura haitiana é fundamental considerar que a noção de identidade é marcada pela possibilidade de pertencimento, sendo mais importante dizer que “se pertence a” do que “se é” (SCHININÀ et al., 2010). Assim, a despedida parece marcar também a saída objetiva de um lugar, em termos de função no âmbito familiar, o que demanda trabalho psíquico. De fato, continua-se ocupando algum outro lugar, mas a tristeza implicada no luto necessário da posição que se deixa é inevitável.

O conteúdo das entrevistas sugeriu a importância de se sentir “amparado”. Diante da vulnerabilidade que o deslocamento pode gerar, contar com apoio daqueles que passam ou passaram por situação semelhante, principalmente quando estes são conterrâneos, foi um aspecto que contribuiu para vivenciar o processo com menos sofrimento. O intenso fluxo de pensamentos relacionados aos medos e expectativas de chegada, quando passível de partilha, minimizava a sensação de solidão.

Compreendida a partir do *Evento traumático*, dos *Efeitos primários do evento traumático*, e dos *Sintomas psíquicos*, por meio de suas respectivas unidades temáticas (Quadro 2), a Exposição ao terremoto foi uma vivência de caráter traumático.

QUADRO 2 – Exposição ao terremoto



Sobreviver a um evento dessa magnitude é ter que lidar com a morte de todos os que não tiveram o mesmo destino. A quantidade, a forma como as pessoas morreram e as dificuldades para realizar rituais fúnebres costumeiros escancaram atuam diretamente sobre as ficções criadas culturalmente para

manejar a fragilidade frente à vida, ainda que na cultura haitiana compreenda-se a morte como processo natural (PIERRE et al., 2010). Então, a questão não reside puramente no contato, mas no tipo de contato com a morte gerada pelos tremores. A negação da morte material torna-se impossível. E o excessivo – característica da situação traumática – dificulta também sua simbolização.

O fato de “ninguém saber” o que estava acontecendo, tão recorrente nas falas, sustentou a sensação de estranho, unida ao pavor causado. Remeteram à experiência humana vivenciada em algum momento por todos: o desamparo. As falas marcaram o teor da sensação de “nada ter ou poder” à medida que apontam quão abruptas e intensas foram as perdas. Os sujeitos entrevistados afirmaram que houve o aumento de solidariedade entre as pessoas afetadas, o que faz emergir que a reconstrução não se inicia na solidão e que a vida aponta para o laço. Os rituais possíveis de acontecer – como as orações em grupo, a conversa, o compartilhamento de refeições – ofereceram importantes recursos de movimentação, de recomeço.

Enquanto uma forma de apresentação do mal-estar, o sofrimento psíquico pode variar no que concerne à intensidade e aos modos de manifestação. Seja como for, é afetado por diversas condições ou variáveis que, ao culminarem em efeitos agravantes do sofrimento, são compreendidos como fatores de risco, ou seja: os fatores de risco são condições ou variáveis que contribuem para o estado de vulnerabilidade do sujeito. Pode-se apreender os fatores de risco que atuam sobre os haitianos imigrantes participantes, como demonstra o Quadro 3.

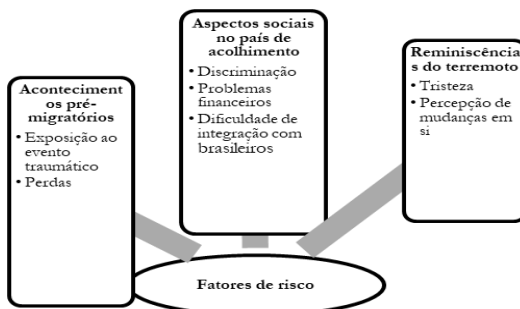
Além de testemunharem um terremoto que agravou os riscos de permanência na terra natal, após um percurso incerto até a chegada ao Brasil, a experiência de chegada, muitas vezes, representou um fator de risco. Se deparar com os desafios de acolhimento no país de destino, constituiu um problema social que se uniu às questões historicamente não elaboradas no Brasil: a discriminação racial, de classe e a intolerância à diferença.

Quando minimamente estabelecidos – em termos de moradia, documentação e trabalho –, de maneira geral, esses imigrantes restringem-se aos períodos de trabalho/estudo e de permanência em casa. A falta de tempo, muito atrelada à necessidade de conseguir mais dinheiro, se junta ao fato de não sentirem, pelos olhares estranhos ou pela ausência do olhar, que esse seja um lugar seguro e convidativo a circular.

Os fatores de risco identificados parecem remeter à fragilidade que os participantes percebem em si mesmos, o que acaba por falar da necessidade de uma rede social, atualmente atravessada pelas dificuldades impostas pela migração. A ausência de rede social constitui um importante risco à saúde mental, uma vez que personaliza as dificuldades vivenciadas, atribuído exclusivamente aos sujeitos às medidas de enfrentamento quando na realidade, os desafios transcendem histórias individuais. Permeados pelas perdas, sentem, em alguns momentos, que perderam a capacidade e a possibilidade de

estabelecer novos vínculos, visto que os efeitos das perdas cravam algo diferente em suas histórias.

QUADRO 3 – Fatores de risco



Nesse sentido, abordar os fatores de proteção não significa compreender que a vulnerabilidade ou o risco são inexistentes em determinado momento e certas situações ao longo do ciclo de vida, mas direciona a atenção aos recursos que se têm e se criam para integrar os infortúnios à própria história com menos prejuízo (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Essa categoria foi compreendida a partir dos Vínculos, Manutenção do vínculo com a cultura de origem e Projetos futuros, por meio de suas respectivas unidades temáticas, como se pode observar no Quadro 4.

Ao lembrar que é na relação com os outros que o sujeito se constitui e constrói modos de lidar com as adversidades, não se pode ignorar o atravessamento da cultura nesse processo. A identificação com os conterrâneos ou ainda aqueles que partilham de implícitos culturais semelhantes facilita o contato e remete ao lugar conhecido, familiar. Ora, se é no seio familiar que se inaugura também a noção de proteção, não surpreende a “nova família” que se compõe no encontro entre aqueles que partilham de elementos comuns, o que inclui um terremoto na história.

O fato de planos futuros estarem presentes nos discursos dos participantes indica o quanto algumas premissas básicas em relação à vida não foram atingidas pela exposição ao terremoto e à imigração. Isso significa que o movimento, cerne do circuito pulsional psíquico, segue presente em busca de realizações que possibilitem satisfação. A atividade frente à vontade de se deslocar abarca esperanças. Por indicar uma continuidade que não se encontra dissociada da realidade, uma vez que essas todas essas pessoas já migraram ao menos uma vez – para o Brasil –, os deslocamentos posteriores em busca de soluções não encontradas nesse país caracterizam-se como fatores de proteção. Mesmo que não ocorram, a boa notícia reside no projeto, na possibilidade de poder se lançar no futuro mesmo após ter havido a experiência tão próxima de fim da vida. Afinal, fatores de proteção não eliminam os riscos, mas não paralisam o sujeito frente a estes.

QUADRO 4 – Fatores de proteção



Os resultados demonstram que a lembrança traumática, as perdas de pessoas próximas, casa, trabalho e interrupção de projetos educacionais foram acrescidos às dificuldades de uma migração que, apesar de facilitada legalmente, é vivida com dificuldade de integração e garantia de direitos fundamentais pela maioria desses sujeitos. A análise das narrativas demonstrou que, de fato, a experiência do terremoto deixou marcas profundas, se integrando como parte da história do Haiti. Mas suas marcas não se restringem aos trinta e cinco segundos de ocorrência. Ele afigurou muitas das dores do país, ferido há muito pela exploração de seu território, ditaduras e instabilidades intensas. A imposição desse desastre na terra e na vida desencadeou efeitos de reação frente à situação esperados. Ou seja, os sintomas identificados marcam um sofrimento psíquico importante, dado o excesso de não significações que rompe defesas comuns frente às adversidades.

Mas os recursos psíquicos de reconstrução frente ao evento, estes sim, surpreendem. Não minimizaram a gravidade da vivência, mas impediram a paralisia dos sobreviventes. Mesmo não sendo acolhidos como tais, os imigrantes haitianos pós-desastre deixaram sua terra como refugiados. Deslocaram-se em busca de proteção e garantias de continuidade. O fio inicial de investigação neste caso foi a análise dos impactos psicológicos da exposição ao terremoto de 2010 do Haiti.

Por se tratar de uma pesquisa com os imigrantes no pós-desastre fez emergir que o terremoto, apesar de importante, não foi um evento que se sobrepôs, em termos de efeitos psicológicos, ao deslocamento que o sucedeu. Ambos emergiram nas narrativas como intensos acontecimentos. Apesar do reconhecimento internacional em relação à regularização dos imigrantes haitianos no Brasil, que não podem ser acolhidos como refugiados, ainda há muito que ser feito em termos de garantias de direitos, acolhimento e integração dessas pessoas. Sugere-se que o contato com a rede social do país de origem foi e continua sendo um importante fator de proteção ao oferecer os elementos

fundamentais de representação da experiência do terremoto e da migração, sustentando o desejo de reconstrução da história individual e coletiva.

Referências

- BAR DIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de L. A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, A. F. O. **Reconstrução em movimento: os impactos psicológicos do terremoto de 2010 em Imigrantes Haitianos**. 2016. 107f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: _____. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Tradução de P. C. Souza. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. (Original publicado em 1930).
- GODOY, G. G. Refúgio, hospitalidade e os sujeitos do encontro. In: GEDIEL, J. A. P.; _____. (Org.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba, PR: Kairós Edições, 2016.
- HANDERSON, J. **Diaspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. 2015. 430f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.
- MARTINS-BORGES, L. Migrações involuntárias e impactos psíquicos: a mediação da cultura. In: PERES, R. S. et al. (Org.). **Sujeito contemporâneo, saúde e trabalho: múltiplos olhares**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2017.
- PACÍFICO, A. P.; PINHEIRO, T. K. F. O status do imigrante haitiano no Brasil após o terremoto de 2010 sob a perspectiva do Pós-Estruturalismo. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 107-125, 2013.
- PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. Brasil: país de imigração? **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, Lisboa, III Série, n. 24, p. 65-89, 2011.
- PAULA, E. A.; VALENCIO, N.; CORREA, D. Entre desastres catastróficos e mobilidades controladas: das idas e vindas de camponeses brasileiros à chegada dos imigrantes haitianos no “reino deste mundo amazônico”. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, SP, v. 3, n. 1, p. 45-71, 2013.
- PIERRE, A. et al. **Culture and mental health in Haiti: a literature review**. Geneva: WHO, 2010
Disponível em:
<http://www.who.int/mental_health/emergencies/culture_mental_health_haiti_eng.pdf>.
Acesso em: 07 out. 2014.
- PITA, A. C. Direitos humanos e direito internacional dos refugiados. In: GEDIEL, J. A. P.; GODOY, G. G. (Org.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba, PR: Kairós Edições, 2016.
- RUDGE, A. M. **Trauma**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2009.
- SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005.
- SCHININÀ, G. et al. Psychosocial response to the Haiti earthquake: the experiences of International Organization for Migration. **Intervention**, v. 8, n. 2, p. 158-164, 2010.
- STURM, G.; BAUBET, T.; MORO, M. R. Culture, trauma, and subjectivity: the French ethnoanalytic approach. **Traumatology**, v. 16, n. 4, pp. 27-38, 2010.
- VÉRON, J.; GOLAZ, V. Can environmental migration be measured? **Population and Societies**, n. 522, p. 1-4, 2015.

PRESENÇA DO IMIGRANTE DE ANGOLA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Allan Rodrigo de Campos Silva

A presença do imigrante africano no Brasil contemporâneo pode ser apresentada de forma inicial, como composta por um grupo multiétnico e multinacional presente em praticamente todos os estados do território nacional brasileiro. Os grupos de imigrantes oriundos da África Ocidental ganham um destaque por comporem a maior porção de imigrantes africanos no Brasil, entre os quais ganha destaque o imigrante de Angola. E a presença do imigrante angolano no Brasil contemporâneo diz respeito a territorialização do Atlântico Sul. Este processo conteria de um lado a expansão das atividades de empreiteiras brasileiras em Angola e de outro lado a formação de um corredor migratório com condições particulares para cada fluxo migratório: a recepção dos imigrantes brasileiros em Angola diferente substancialmente da situação do imigrante de Angola no Brasil.

De acordo com o Ministério da Justiça do Brasil, os angolanos compõem atualmente um grupo de aproximadamente doze mil indivíduos, entre residentes, refugiados e solicitantes de refúgio. A pesquisa em Demografia de Mariana Aydos mostra que o perfil do imigrante de Angola no Brasil se afastou, ao longo das duas últimas décadas do ‘casal com filhos’, em direção ao ‘homem jovem sem filhos’ (AYDOS, 2010, p. 133).

O primeiro perfil, comum entre os anos 1970 e 1980 já havia sido caracterizado por Ribeiro (1995) como composto por famílias de origem portuguesa, incluindo aí seus descendentes de naturalidade angolana, pertencentes às classes média e alta, que ao chegarem ao Brasil encontravam apoio institucional do governo para se realocarem no mercado de trabalho.

Ao longo da década de 1990 o perfil do imigrante africano passa a se caracterizar então como majoritariamente composto por jovens negros do sexo masculino de classes baixas (BAPTISTA, 2007; RIBEIRO, 1995; PETRUS, 2001). Uma parcela considerável destes indivíduos, ao chegarem ao Brasil, passou a solicitar acesso ao Estatuto do Refugiado. Entretanto, para que a transformação do imigrante de Angola em solicitante de refúgio tenha acontecido diversos elementos devem ser levados em consideração.

Guerra Civil e mercado de trabalho em Angola. Ao longo das últimas décadas profundas mudanças foram sentidas no seio da sociedade angolana, infelizmente nem sempre para o bem. No Brasil, da sua parte, a readequação da recepção do imigrante Angolano tratou de acompanhar o acirramento da Guerra Civil e da crise de sociabilidade que impera em Angola, através, via de regra, da promulgação do Estatuto do Refugiado, apresentado como instrumento de

acolhimento protetivo especificamente ligado a situações de violação humanitária.

Nos últimos anos, entretanto, entre a execução das normativas do Estatuto do Refugiado e o acolhimento de fato abriu-se um fosso de precariedade sobre os pés do imigrante angolano no Brasil. Para refletirmos sobre essas transformações uma pequena incursão na história recente de Angola se faz necessária.

Em meados da década de 1970, em meio aos conflitos pela libertação colonial, Angola tornou-se país independente. E a transição de economia colonial para economia nacional, como se sabe, não se deu sem conflitos. Até a década de 1970 a economia angolana era baseada principalmente no setor agrícola, com destaque para a produção cafeeira e o setor extrativista, com destaque para produção de diamantes e petróleo. As disputas entre as facções que se seguiram a independência sobrepujam um jogo de interesses geopolíticos aos interesses econômicos nacionais. O deflagrar da Guerra Civil em 1975 dá início então a primeira leva de emigração, composto majoritariamente por funcionários brancos e suas famílias.

Com as inversões de capital estrangeiro e a vitória do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA) o petróleo se consolida como única fonte de receita estável para o nascente Estado angolano (CARVALHO, 2010), capitaneado pela MPLA. E a companhia petrolífera SONANGOL, nacionalizada em 1976, transforma-se em um instrumento central de mobilização para o trabalho na Angola recém independente. Não obstante, esse cenário continha também orquestrações do capital internacional, muito interessado nas divisas das exportações de petróleo.

A história do agravamento da Guerra Civil em Angola precisa levar em consideração as dificuldades que envolveram a constituição de um mercado de nacional de força de trabalho em um contexto econômico e populacional mundial muito específico. A partir da década de 1970 os surtos de modernização na periferia do mercado mundial têm de se ver frente aos altíssimos níveis de produtividade do mercado mundial trazidos à tona pela terceira revolução industrial, com a automação, a microeletrônica e a revolução verde.

Após a independência, com exceção do Petróleo, a economia de Angola foi sendo reduzida à informalidade. Ao mesmo tempo a 'economia de guerra' da Guerra Civil faz da pilhagem, do saque e das violações o cotidiano ampliado de populações inteiras na zona rural. Com isso a migração para Luanda cresceu ao longo dos anos 1980 e 1990, desarticulando grande parte do setor agrícola e reiterando o monopólio do petróleo sobre a dinâmica econômica nacional.

Assim, ao longo das décadas de 1980 e 1990 o mercado de trabalho angolano foi encurralado quase que exclusivamente no campo da economia de guerra. Na década de 1990 grande parte da população economicamente ativa angolana estava ligada diretamente ao setor militar, seja como soldado das forças do MPLA ou empregado em uma milícia que tentava lhe fazer frente.

Pós-décadas a Guerra foi literalmente a única forma de integração no mercado de trabalho, principalmente para jovens da periferia de Luanda.

Em 1992, de acordo com Lukombo (2004), dados estimados apontavam que o Estado era responsável por 34% dos empregos, entre o exército e empresas como a petroleira *Sonagol*. O setor informal abrigava 64% dos empregos e o desemprego atingia uma taxa de 23,3 % para os homens e 24,9 % para as mulheres. Estas compunham 67% dos desempregados no país. Oitenta por cento da estrutura produtiva do setor industrial e quarenta por cento da estrutura produtiva do setor agrícola encontravam-se ociosos (LUKOMBO, 2004).

Somava-se a isso um cenário de hiperinflação: a liberalização da economia fazia com que a estrutura produtiva do petróleo, o único ativo ainda em produção em larga escala, tivesse que se confrontar com as altas taxas de produtividades do mercado mundial, rebaixando insistentemente capacidade de compra angolana.

A formação do mercado de trabalho nacional em Angola não pode se dar nos mesmo termos dos Estado nacionais da Europa ocidental ao ponto de inviabilizar a constituição de uma classe trabalhadora nacional. O tecido social já não suporta uma coesão através da sociedade do trabalho e os conflitos que se sobrepõe, de matizes étnico-culturais, tem suas raízes aí.

Em Angola as tensões na incorporação da classe trabalhadora ficam mais evidentes nas “rusgas”, os recrutamentos policiais forçados sobre jovens, principalmente em bairros da periferia de Luanda, que se recusaram a prestar o serviço militar obrigatório (PETRUS, 2001. p. 45).

As rusgas surgem, portanto, como um encurralamento histórico contraditório: do ponto de vista do jovem angolano do sexo masculino o serviço militar torna-se porta de entrada obrigatória para o mercado de trabalho, como soldado de uma guerra a qual a sua geração se vê cada vez menos pertencente.

Tal como mostra a pesquisa de Petrus (2001), as rusgas situavam-se entre as motivações mais comuns para a emigração do jovem angolano para o Brasil. E os chamados “esquemas” para a emigração dependiam dos contatos com agentes da burocracia angolana assim como do financiamento por parte da família e de algum contato com um emigrante já estabelecido em outro país (PETRUS, 2001).

A experiência do emigrante angolano situa-se assim dentro de um sistema de relações de exercício da ‘mobilidade do trabalho’ (GAUDEMAR, 1977), no qual o jogo entre a violência econômica (sujeição a uma relação de trabalho livre) se relaciona com uma violência extra econômica (que impossibilita outra relação de socialização que não através do aluguel de tempo de trabalho). A coação violenta das rusgas não era senão uma forma de mobilização violenta para o trabalho em um contexto de crise do capitalismo tardio, melhor dizendo, do colapso do processo modernização.

Essa forma de colocar o problema entre em choque com a formulação das ‘migrações forçadas’, que distinguiria os fenômenos migratórios unicamente a partir da motivação do imigrante, entre o sujeito que migra por livre determinação e o sujeito que migra de forma coagida.

Situada no quadro de análise que entende o próprio exercício de ‘mobilidade do trabalho’ como uma coação moderna, a distinção que o conceito de ‘migrações forçadas’ oferece acaba por naturalizar a sujeição ao trabalho, por não perceber que a violência extra econômica está sempre combinada com formas de coação diretamente econômicas. No limite, a distinção entre migrações forçadas e migrações livremente determinadas não passam de apologia da sujeição coagida pela mobilização total ao trabalho.

Não obstante, por mais forçada que seja a decisão de um mobilizado, ela só pode ser realizada nos termos de efetivação de uma estratégia de exercício da ‘mobilidade do trabalho’. Exemplos não faltam nas trajetórias de imigrantes, que por mais que tenham sido violentamente coagidos a se deslocarem, não deixam de ter um campo de negociação e decisão sobre suas próprias estratégias de ‘mobilidade do trabalho’, ela mesma totalizante e inescapável dentro do horizonte histórico da modernização. Tais estratégias fetichistas vão do parcelamento creditício de passagens aéreas para o Brasil, a compra de serviços de atravessadores nas fronteiras ou mesmo a decisão de viajar às escondidas em porões de navios cargueiros pelo Atlântico Sul.

De toda forma, rusgas se enfraqueceram ao longo da década de 2000 com o fim da Guerra Civil (2002) e em meio a um boom econômico em Angola puxado pelos altos preços do barril de petróleo no mercado mundial.

Desde meados da década de 2000 as rusgas já não mais ocupam a centralidade das motivações das emigrações angolanas para o Brasil. Neste período a economia angolana encontrou uma estabilidade também muito semelhante ao período movido pelas *commodities* no Brasil.

Entretanto, com a derrubada do preço do barril pela crise de 2008 o preço do petróleo volta ao patamar do final dos anos 1990 e chacoalha o sistema econômico social Angolano, profundamente dependente da exportação desta mercadoria – Hoje cerca de 70% das mercadorias consumidas em Angola são importadas, desde materiais elétricos e construção civil à leite e ovos de galinha.

Entre 2013 e 2016 a inflação angolana disparou de 7% para 47%, o crescimento caiu de 5% para 1%, a dívida pública foi de 32% para 64% do PIB. A maior parte da população vive hoje com menos de dois dólares por dia e o desemprego oficial bateu a casa dos 20%.

O período de ascensão fictícia da economia Angolana contou largamente com a presença brasileira, com destaque para empreiteiras como a Odebrecht, financiadas por capital Chinês. Dentre estas obras destacam-se a modernização e a construção de hidrelétricas na Bacia do Rio Kwanza, um megaprojeto de produção de açúcar e etanol (BIOCOM), a modernização de refinarias de petróleo e vias urbanas em Luanda.

Em praticamente todas as ações que a empreiteira brasileira se envolveu em Angola, houve denúncia das suas práticas, seja por razões de um comportamento corrupto ou pela prática de trabalho análogo à escravidão nos canteiros. No caso das obras de modernização urbana em um bairro no sul de Luanda – Talatona – houve casos de remoções forçadas e violências sistemáticas contra a população.

A presença da empreiteira brasileira contribuiu para a formação da Empresa de Desenvolvimento Urbano de Angola (EDURB) que passou a retomar áreas ocupadas tornadas ilegais por um decreto de 1992, uma espécie de Lei de Terras angolana. De acordo com relatório da *International Finance Corporation* cerca de duas mil famílias foram removidas de Luanda Sul pela EDURB para dar cabo às obras executadas pela Odebrecht, que acabou por se tornar a maior operadora no mercado imobiliário local, negociando casas milionárias em condomínios fechados para executivos de petrolíferas. A Odebrecht também se envolveu com remoções forçadas na construção da Estrada do Samba e prevê-se que a construção do *Bus Rapid Transport* possa expulsar mais de sete mil famílias de suas casas.

Parte dos moradores removidos pelas diversas obras de modernização foi levada para um conjunto habitacional – O Zango 4 - também construído pela Odebrecht, a 40 quilômetros de Luanda. De acordo com reportagem veiculada pela agência Pública (CAPAI; VIANA, 2016) grupos de 10 pessoas eram alojados em apartamentos sem eletricidade, água ou coleta de lixo.

A entrevista apresentada a seguir foi realizada com o Sr. K., um homem angolano de 31 anos que vive em São Paulo e trabalha no município de Santo André, na região metropolitana de São Paulo. K. chegou ao Brasil de avião, vindo diretamente de Luanda. Comprou a passagem com a ajuda da família. Ao chegar em São Paulo foi orientado, ainda no aeroporto de Guarulhos, a se dirigir à Missão Paz, no bairro do Glicério, em São Paulo, onde encontrou abrigo o primeiro apoio no esforço de socialização no Brasil. À época da entrevista, realizada em 2016, K. já morava no Brasil há um ano como solicitante de refúgio. Até agosto de 2017 ele ainda não havia obtido uma resposta acerca da sua solicitação de refúgio. Desde 2015 K. trabalha em um mercado no município de Santo André sob o regime de trabalho temporário, já que a sua presente situação jurídica não lhe permite estabelecer um vínculo de trabalho definitivo.

A entrevista de K. nos mostra como as violações humanitárias nos dias de hoje em Angola dizem respeito ao cerceamento dos direitos políticos no país.

K, 31 anos, angolano

“Oi, boa tarde, tudo bem com o Sr.? Meu nome é K., sou angolano, tenho 31 anos. Cheguei aqui no Brasil no ano passado. Vim de avião de Luanda, mas eu nasci na província. Em *Uige*, na *Maquela do Zombo*. A *Maquela do Zombo* é perto de Luanda: se você pega o ônibus às seis da manhã quando for duas da tarde você está lá em Luanda. Minha mãe ainda mora lá na *Maquela*, trabalha de professora. Meu pai já morreu, ele morava lá também. Ele trabalhou de tudo, zelador, gerente de supermercado, professor também. Eu morei na *Maquela* até os vinte

e um anos, estudei um pouco na província, mas terminei a escola mesmo em Luanda, em um liceu francês. Fiz curso técnico de eletricista e trabalhei como estagiário por três anos na Companhia Privada de Eletricidade de Luanda. No último ano eu estava estudando na Universidade Agostinho Neto. Era aluno do curso de línguas, francês. Estava indo tudo bem até o dia em que eu ouvi aquela emissão do programa de rádio que dizia que meus colegas haviam sido presos. Eu fazia parte de um grupo que discutia democracia, recursos humanos, liberdade de expressão. Minha família ficou muito preocupada, todos achavam que eu seria o próximo. Daí, decidimos que eu iria ter que sair de Angola, vir para o Brasil. Cheguei aqui no ano passado, solicitei o protocolo, ainda não saiu resposta nenhuma. Fiquei alguns meses hospedado aí na Casa do Migrante, depois aluguei um quarto em uma república aqui perto também, pago cinquenta reais para dividir um quarto com outros 3 meninos. Eles são de Senegal e Haiti. Depois eu fiz um curso na SASSECOP de ajudante de cozinha, de três meses. Quando terminei o curso consegui um emprego onde estou trabalhando até hoje, no Sacolão em Santo André como estoquista. Estou registrado com carteira de trabalho, eles pagam direitinho, mil reais por mês. Trabalho de segunda a sexta, vou todo dia de trem daqui do centro para Santo André e folgo de domingo, que nem hoje. Eu não saio muito, estou aqui no Brasil para trabalhar. Eu não tenho amigos aqui, os colegas que eu conheci na casa ou com quem eu moro na república as vezes só querem bagunçar. Agente até conversa: *Ah de onde você veio? Ah eu morava em tal lugar, em Luanda. Ah, eu morava em tal lugar.* Mas fica nisso, não vira amigo. Eu mando dinheiro para minha família, todo mês um pouquinho. Minha família não é pobre, mas também não é rica. Todo mundo trabalha, meus irmãos alguns trabalham na *Maquela*, tem padaria, ou trabalham em Luanda no comércio. Eu mesmo trabalhei com eles na *Maquela* como vendedor. Buscava mercadorias em *Kinshasa*, no Congo. Não é longe também. Se você pega o ônibus as seis da manhã na *Maquela*, quando for oito da noite você está em *Kinshasa*. Eu comprava tecidos, roupas, cintos, sapatos e vendia tudo na *Maquela*. Muita gente que nasceu em Angola vive no Congo e também tem gente que nasceu no Congo e vive em Angola. Se você precisa você consegue trabalho, pode ir ao médico, tudo bem. Viver na Angola não é caro, casa é barato, comida é barato. Escola é caro, mas na minha família todo mundo vai para escola. Meu tio ajudou a pagar a minha escola em Luanda, o *College Nouvelle Vie*. Estudava todas as matérias, português, matemática, história era *actualité*, tinha geografia, religião. As meninas estudavam outros cursos no liceu, quase nunca eletricidade. Estudavam bioquímica, pedagogia, essas coisas. Minha família não precisa muito de dinheiro, mas eu mando porque me casei, tenho filho e esposa lá em Luanda então tenho que mandar um pouquinho. Agora viver em Angola é bom, não tem guerra é bom para trabalhar. Eu ganhava três vezes mais na Companhia de Eletricidade do que ganho aqui no Sacolão. E gastava pouco, aqui comida é muito caro. Depois do programa de rádio eu não podia mais ficar lá. Tinha um dinheiro guardado e comprei a passagem para o Brasil. O documento não foi difícil de conseguir, fui à embaixada do Brasil e peguei o visto. Para quem tem mais de trinta e um anos não tem problema, precisa só apresentar a declaração militar. Eu ainda tinha trinta anos e consegui o visto mesmo assim. Eu não sei das rugas. Desde dois mil e um Angola está em paz. O problema não é o exército, mas a polícia. Tem polícia escondida na Universidade, se eles veem você participar de grupos que discutem democracia eles descobrem e na mesma semana te colocam na cadeia, te batem e depois te soltam. O F. era o líder do grupo que eu participava, ele foi preso junto com os outros que o rádio falava. Não sei se ele ainda está na cadeia, eu não tenho muito contato. Mas fiquei com medo e decidi vir para o Brasil. Antes diz que tinha mais exército na rua, pegavam as pessoas a força. Mas desde dois mil e um não é mais bem assim. Agora parece que o presidente vai deixar o cargo, diz que vai fazer eleições. E como eu estou aqui não sei se volto meu plano agora é trazer minha esposa e meu filho, alugar minha casa aqui e trabalhar na minha vida.”

Perseguição política em Angola. Em 2015 cerca de 20 jovens foram presos em Luanda, acusados de promoverem alteração à ordem pública por constituírem um grupo de estudos e leitura dos livros de Domingos da Cruz e Gene Sharp. A situação de movimentos sociais em Luanda hoje é absolutamente persecutória e seus militantes vivem um clima de medo e paranoia constantes com prisões arbitrárias decretadas a todo tempo.

A perseguição política pôs em marcha ações de repressão do governo federal através de um conjunto extenso de aparatos de repressão desenvolvidos os primeiros anos da colaboração com o bloco soviético:

A analista sênior do International Crisis Group, Paula Cristina Roque, é uma das raras pessoas que se debruçam sobre o tema. Segundo ela, é difícil estimar o real tamanho das forças de segurança angolanas. Há 160 mil militares, mais dezenas de milhares de homens espalhados entre a Polícia Nacional, a Polícia de Intervenção Rápida, além das forças de segurança que respondem diretamente ao presidente, a Unidade Guarda Presidencial e a Unidade de Segurança Presidencial, cujo nome deve chegar a 30 mil homens. Mas, além disso, existem três serviços de inteligência, aos quais pertence uma enorme e invisível rede de informantes. “O SIM, Serviço de Inteligência Militar, é superior aos outros três, e quem está à frente é o general José Maria, uma figura próxima do presidente. Em vez de ver a segurança militar do país em razão de forças externas, o que eles fazem é espionar os próprios militares, ou seja, estão virados para que não haja dissidências. Outro serviço, o Sinse, serviço de inteligência interna, esses são muitos, são os que se infiltram nos grupos dos “revus” [*revolucionários*], se infiltram na oposição. E o terceiro, o Serviço de Inteligência externa, tem o portfólio de controlar a diáspora e controlar todos os angolanos no exterior” (CAPAI; VIANA, 2016, s.p.).

Angola conta hoje com um efetivo militar 15 vezes maior do que no final da Guerra Civil, que foi de 11 mil para 160 mil homens. Contudo, em meio ao colapso da economia angolana até as forças militares se desintegram por dentro. Logo após o fim da Guerra Civil uma unidade da Guarda Presidencial composta por 300 homens foi transformada em Brigada Especial de Limpeza (BEL) e mantida nesta função até 2010, quando foi finalmente dissolvida por falta de verbas.

O caso de demissão sumária sem indenização destes guardas tornados lixeiros começou a fomentar protestos em 2012, quando dois jovens militantes, *Cassule* e *Kamulingue*, foram mortos em circunstâncias que lembram os tempos da Guerra Fria, por policiais e agentes do serviço de inteligência. Os dois rapazes foram mortos enquanto davam início a uma mobilização política destes guardas demitidos que estavam com salários e pensões atrasadas.

Cassule teria sido raptado por membro de uma milícia – *kaenche* – responsável pela repressão de protestos, asfixiado e seu corpo jogado a um rio de crocodilos. *Kamulingue*, fuzilado por membros Polícia Nacional, era considerado um agitador político e trabalhava como operário em uma fábrica de

botas da Guarda Presidencial e desde 2010 teria atuado como agente duplo dentro da própria SINSE, convencido a cooperar com o órgão de inteligência depois de reiteradas prisões e agressões. Sua cilada teria sido montada com a ajuda de outro agente duplo da SINSE nos movimentos sociais.

Limiar. A situação do imigrante angolano nos dias de hoje é bastante diferente da experimentada pelos imigrantes das décadas de 1970, cujos fluxos eram compostos por funcionários da administração colonial angolana, que ao chegarem ao Brasil com as suas famílias receberam um acolhimento jurídico mais consistente por parte do Estado brasileiro, com apoio da embaixada portuguesa e acesso ao visto de residência permanente. Não seria possível acolher aquele imigrante angolano dos anos 1970 sob a condição de Refugiado, uma vez que os dispositivos que regulam a sua recepção só foram implementados no Brasil nos anos 1990. Contudo, salta aos olhos que justamente quando o fluxo de imigrantes negros e pobres de Angola se fortaleça, os instrumentos de adequação jurídica do Estatuto do Refugiado passam a valer com força.

A categorização do imigrante Angolano como um imigrante forçado procura promover um acolhimento específico a pessoas que declaram terem sofridos violações humanitárias, diferenciado assim este grupo de pessoas daqueles imigrantes as quais caberia a solicitação do visto de residência permanente. Contraditoriamente, esta formulação contém, em sua base, um encurralamento deste grupo de imigrantes à uma condição de temporariedade da qual surgem precariedades específicas que não atingem os imigrantes que tem acesso ao visto de residência permanente.

Na prática o acolhimento através do Estatuto do Refugiado tem se mostrado um instrumento frágil e precário ao qual o imigrante do Sul Global, via de regra, tem de se sujeitar, caso queira iniciar o seu próprio processo de regulamentação no Brasil, uma vez que todas as outras formas de acesso à regulamentação lhe parecem hoje por princípio bloqueadas.

Em meio as discussões sobre a regulamentação da nova Lei da Migração no Brasil, surge a oportunidade de formular uma via de acesso do imigrante do Sul Global que não esteja tão encurralada aos meandros da migração temporária regulamentada pelo Estatuto do Refugiado.

A fragilidade e a precariedade do instrumental humanitário do refúgio no Brasil, por sua vez, diz respeito a um conjunto de fatores, dentro os quais é possível destacar a falta de preparo para o acolhimento de pessoas que passaram por situações traumáticas de violação. A pesquisa em psicologia social de Tânia Oliveira (OLIVEIRA, 2011) nos mostra como o próprio trauma da experiência de guerra pode silenciar a comunicação a respeito da violação sofrida pelo imigrante. As metodologias empregadas nas entrevistas com solicitantes de refúgio não levam estes silenciamentos em consideração.

Soma-se a esse problema a falta de pessoal para a avaliação dos pedidos de refúgio. De acordo com notícia veiculada pelo Conjur (VASCONCELLOS,

2017) o Brasil contava com 26 mil solicitações de refúgio e 13 analistas no Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) para avaliar os pedidos.

Como se não bastasse, as altíssimas taxas de indeferimento - cerca de 60% nos últimos três anos - tem encurralado milhares de indivíduos à uma situação de indeterminação jurídica - uma espécie de limbo - vivendo por anos como “solicitantes de refúgio” indeferidos, mas em processo de reconsideração. Enquanto vivem neste limbo jurídico, os solicitantes de refúgio não têm permissão para assumirem contratos definitivos de trabalho e acabam se engajando em atividades temporárias ou mercado informal, notadamente mais precárias.

Sabemos que as altas taxas de indeferimento podem estar relacionadas à um conjunto completo de causas, desde os defeitos metodológicos das entrevistas realizadas para o CONARE à insensibilidade psicológica em relação ao trauma de guerra na avaliação do pedido. Não obstante, a forma como entendemos os conflitos em Angola também podem interferir na interpretação da situação dos solicitantes de refúgio.

Entender melhor a presente situação de Angola, considerando inclusive o papel ativo do Brasil na produção da emigração naquele país pode reorientar a recepção do imigrante angolano no Brasil.

Assim, de um lado é importante alargar o entendimento do significado das violações humanitárias em Angola hoje. De outro lado surge a oportunidade de refletir sobre os limites do acolhimento do imigrante sob um Estatuto que projeta a precarização sobre um conjunto extenso de indivíduos, encurralados nesta de situação provisoriamente tornada permanente em função da digestão irrefletida dos aparatos humanitários no Brasil. Precisamos receber os imigrantes do Sul Global como recebemos os imigrantes do Norte, antes de mais nada como imigrantes.

Referências

- AYDOS, M. R. **Migração forçada**: uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil (1970-2006). 2010. 185f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.
- BAPTISTA, D. Migração na metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, SP, n. 17, p. 103-118, 2007.
- CAPAI, E.; VIANA, N. Desconstruindo Luanda Sul. **Agência Pública**, 07 mar. 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/03/desconstruindo-luanda-sul/>>.
- CARVALHO, A. L. A economia do petróleo angolano do pós-guerra: o papel da Sonangol China, o novo parceiro estratégico. **Lusíada. Política Internacional e Segurança**, Lisboa, n. 4, p. 11-47, 2010.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.
- LUKOMBO, J. B. **Coimbra**: desemprego e crise social em Luanda. S.l., 2004.

- OLIVEIRA, T. B. **O esquecimento do passado por refugiados africanos**. 2011. 88f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.
- PETRUS, R. **Emigrar de Angola e imigrar no Brasil – jovens imigrantes angolanos: história(s), trajetórias e redes sociais**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2001.
- RIBEIRO, J. Migração internacional Brasil África: Angola em destaque. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995.
- VASCONCELLOS, M. A conta-gotas: Brasil tem 26 mil pedidos de refúgio e só 13 pessoas para analisá-los. **Boletim de Notícias ConJur**, 14 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-abr-14/brasil-26-mil-pedidos-refugio-13-pessoas-analisa-los>>. Acesso em 10/09/17.

A DIÁSPORA IRANIANA NO BRASIL: IDENTIDADE NACIONAL X IDENTIDADES RELIGIOSAS

Ana Maria Raietparvar

Neste capítulo busco desenvolver a interação entre identidade nacional e identidade religiosa entre iranianos no Brasil. Meu trabalho parte da divisão dos iranianos em três grupos, organizados a partir do lugar que representa a religião em suas vidas: muçulmanos praticantes, seguidores da Fé Bahá'í e seculares-liberais (que não se identificam ou interagem a partir de uma religião). A partir dessas identidades, nota-se diferentes formas de relacionarem entre si e a forma como vivem suas identidades nacionais em relação ao Irã, e em relação ao Brasil. O trabalho apresenta resultados da pesquisa de campo da dissertação de mestrado realizada em 2013 com iranianos residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Num contexto de grande quantidade de estudos sobre a diáspora iraniana na Europa e Estados Unidos (BOZOGMEHR, 1997; SPELLMAN, 2006; ELAHI; KARIM, 2011), este trabalho contribui para entender as semelhanças e particularidades da vivência da diáspora iraniana no Brasil. No contexto brasileiro, contribui para os estudos da imigração no Brasil, mais particularmente para os estudos da imigração médio-oriental, que tem sido focada, sobretudo na imigração árabe (PINTO, 2010a). Além disso, o estudo da diáspora iraniana no Brasil permite demonstrar a heterogeneidade e a complexidade da história e dos diferentes grupos iranianos que aqui se encontram, buscando ir além de uma visão orientalista e homogênea comum no imaginário sobre o Irã.

O termo diáspora foi pensado como dispersão, espalhamento, abrangência, (SLAMA; HEISS, 2011). O processo de deslocamento de um país de origem para outro, e, muitas vezes, transitando por outros países no caminho, transforma constantemente as identidades destes sujeitos. As identidades que tinham quando estavam no Irã se transformam com sua saída, e novas identidades passam a ter mais importância, afastando e se aproximando de outros sujeitos, reorganizando os grupos sociais. Cria-se, então, uma tríade entre o grupo diaspórico, a sociedade de origem e a sociedade receptora, em que há influência das condições políticas e sociais da sociedade de origem, porém transformadas na relação com o imaginário (muitas vezes nostálgico) da terra natal e com as condições que enfrentam ao chegar a um novo país. Soma-se, ainda, as trajetórias percorridas antes de chegar ao país de destino (quando há um destino final)³⁶² (SLAMA; HEISS, 2011).

³⁶² Majoritariamente a pesquisa trata dos iranianos que se estabeleceram no Brasil. No entanto, conforme as trajetórias transnacionais desses sujeitos, e a partir de seus relatos, trabalha-se com a possibilidade de

Assim, a posição social em que se encontravam na sociedade iraniana quando saíram tem papel importante na organização destes iranianos ao chegar no Brasil. Ao mesmo tempo em que compartilham de uma identidade nacional comum, e mobilizam símbolos semelhantes para comunicá-la e construir o Irã como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), criando um grupo diaspórico em oposição aos “brasileiros”, esses iranianos no Brasil possuem identidades e afiliações que os afastam e opõem entre si. As trajetórias religiosas e políticas destes grupos nos ajudam a entender melhor seus conflitos e diferenças.

Para um entendimento completo das configurações da identidade nacional na diáspora iraniana no Brasil, deve-se explorar as características transnacionais das trajetórias desses interlocutores. Nesta jornada, encontramos diversos caminhos percorridos. Desde os mais procurados como a passagem pelos Estados Unidos e Europa e outros mais periféricos como Índia, Paquistão, Japão, Síria, China, Rússia, entre outros. O deslocamento, descobertas e estranhamentos vivenciados ao redor do mundo influenciam em suas identidades antes e ao chegarem no Brasil. Muitos iranianos que passaram por diversos países, principalmente aqueles que saíram quando crianças, criaram uma relação diferente com o país de origem. A nacionalidade iraniana foi vivenciada muito mais na diáspora, em comunidades inseridas em outros contextos culturais, onde a comparação sempre foi existente, e a nacionalidade construída pelo contraste. Assim, também as culturas locais os influenciaram fortemente, dando, inclusive uma sensação de não pertencimento a nenhuma nacionalidade, característica do processo de deslocamento constante.

Nos diversos trabalhos sobre a diáspora iraniana nos Estados Unidos mostraram-se necessário sair de uma dicotomia país de residência – lugar de origem e pensar por uma ótica transnacional, correspondendo às diversas influências que agem sobre suas trajetórias (ELAHI; KARIM, 2011). Segundo Hannerz (1997), A opção pelo termo transnacional vem por pensar como se dão as relações concretas, qual seja, as relações sociais e as movimentações entre os indivíduos nas interações entre diferentes partes do globo. Esses processos quase nunca se dão de forma global, cosmopolita, mas sim fragmentada, particular, específica, não planejada, em larga ou pequena escala (HANNERZ, 1997). No caso dos iranianos no Brasil, muitas trajetórias transnacionais se deram pela passagem por diversos continentes, saindo do Oriente Médio, indo para outras partes da Ásia, passando posteriormente pela Europa ou América do Norte até, por fim, chegar ao Brasil.

A construção da identidade nacional iraniana foi pensada a partir das “comunidades imaginadas” de Anderson (2008) e segundo Smith (1991) que aponta a identidade nacional a partir de um imaginário de continuidade mítica

que o Brasil não seja seu destino definitivo. Durante a pesquisa, soube de muitos iranianos que utilizaram o país apenas como trânsito para outros locais.

com este território onde estão inseridos, mobilizando símbolos, heróis do passado que deem um sentimento de fraternidade e ancestralidade comum. Desse modo, entre os iranianos no Brasil são constantemente reivindicados símbolos comuns que remetem ao nacionalismo iraniano, tais como a menção aos 2.500 anos de história da “Civilização Persa”, a língua, músicas, filmes, comidas, bebidas, decoração (sobretudo tapetes persas) e festas como a celebração do *noruz*.

Ainda que possa pensar a nacionalidade iraniana como uma “comunidade imaginada”, vale lembrar, como traz Chatterjee (1993), que a construção da identidade nacional num contexto de descolonização da região, tem formações distintas das formadas nos Estados-nação europeus, sendo construída, inclusive em oposição às presenças coloniais na região (embora o próprio Irã não tenha sido uma colônia, mas tenha sofrido intervenções sobretudo econômicas no país, em aliança com o *Shah*). As identidades em diáspora podem se formar a partir do sentimento em relação ao país de origem e ao imaginário que se atribui a ele. Hall (2003) discorre sobre o mito fundador da diáspora negra no Caribe, sobre a volta à terra de origem, a esperança do retorno como redenção final e momento de restauração.

A identidade não é construída somente pela trajetória individual, mas pela construção coletiva desta identidade, e, além disso, pela forma como os outros grupos identificam os indivíduos. Como reflete Barth (2000) acerca da identidade étnica como modo de organização social, estas são maneiras de se organizar as diferenças entre os grupos. E as diferenças são acentuadas como modo de afirmar as diferentes identidades étnicas contrastantes entre si.

Desse modo que as diferenças encontradas entre iranianos no Brasil se baseiam nas vivências experienciadas no Irã. Temas como posições políticas e identidades religiosas são fundamentais para a organização desses sujeitos; no entanto, é comum que no Brasil essas identidades agrupem pessoas que em outro momento não se juntavam: diferentes etnias, classes sociais e regiões do país são secundárias no contexto da diáspora.

A diáspora iraniana no mundo e no Brasil. A partir da Revolução de 1979, estima-se que mais de um milhão de iranianos tenham saído do Irã “em resposta às lutas políticas que levaram à instalação da República Islâmica e às medidas repressivas utilizadas para doutrinar e implantar o discurso revolucionário” (SPELLMAN, 2006, p. 17). Estes migrantes seguiram sobretudo para os Estados Unidos e Europa, mas também se estabeleceram em outros países como Austrália e Japão. De acordo com Vahabi (2012), a América Latina aparece como o 7º polo de atração dos migrantes iranianos. O 1º polo de atração são os países que fazem fronteira com o Irã e o Golfo Pérsico, seguidos de América do Norte – EUA e Canadá (2º polo), Europa (3º polo), Oriente Médio (4º polo), Ásia (5º polo) e Oceania (6º polo). Depois da América Latina, aparece somente a África como 8º polo de atração (VAHABI, 2012).

Faltam dados precisos sobre a quantidade de iranianos que passaram pelo Brasil (muitas vezes como passagem para EUA ou Canadá), ou sobre quantos residem no país atualmente. De acordo com Basto (2000), de 1922 a 2001 teriam entrado 1.404 iranianos no Brasil, não necessariamente estabelecendo-se no país. Segundo dados da Embaixada do Irã, mencionado durante entrevista com o diretor do Centro Islâmico do Brasil, instituição xiita ligada à Embaixada, há uma estimativa de 2000 iranianos no Brasil, considerando aqueles que procuraram a Embaixada em busca de documentos, vistos, etc³⁶³. Destes, aproximadamente 1200 seriam bahá'is, maior minoria religiosa do Irã, e que compõem a maioria dos iranianos no Brasil. Um informante da Assembleia Bahá'i Local de São Paulo me afirmou acreditar que estes números estariam superestimados, e que seriam provavelmente relativos a todos iranianos que passaram pelo Brasil, e não os que permaneceram. De acordo com a informação apresentada pela Assembleia Espiritual Nacional Bahá'i, situada em Brasília, atualmente residem 226 bahá'is de nacionalidade iraniana no Brasil, em diversas partes do território. Ao longo da pesquisa, não pude confirmar a quantidade de iranianos presentes, por falta de melhores dados oficiais, e, sobretudo, pela característica de dispersão destes iranianos pelo território, conflitando com a área de abrangência da pesquisa, focada entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

De qualquer modo, configura-se numa quantidade relativamente pequena de iranianos no Brasil, o que os aproxima de comunidades mais consolidadas como a dos árabes, reforçando uma identidade médio-oriental. Entre a comunidade muçulmana esta aproximação é bastante presente. Como referência de estudo sobre as identidades étnicas entre árabes e iranianos encontradas na prática xiita no Brasil, tanto na Mesquita do Brás, em São Paulo, quanto na Mesquita Imam Ali Ibn Abi Tálib, em Curitiba, ver Pinto (2005; 2010a).

Para o entendimento do movimento diaspórico iraniano, é importante entender as nuances dos processos que culminaram na Revolução de 1979. O movimento de 1979 nasceu da junção de diversas forças divergentes que disputavam o cenário político da época. A união se dava em torno da discordância ao reinado do Shah Mohammed Reza Pahlevi, entre outros motivos, pelas alianças políticas com os Estados Unidos iniciadas com seu pai o Shah Reza Pahlevi. Durante o período revolucionário, diversas forças disputavam um projeto político para o país, entre as quais figuravam posições seculares e posições religiosas inspiradas em um projeto islâmico para a sociedade, com posições políticas e ideológicas diversas em cada campo. O Irã é um país de maioria muçulmana xiita, que compreende cerca de 90% da população, elemento importante em sua identidade nacional. O xiismo na arena

³⁶³ Durante o campo realizado na votação para presidente do Irã em São Paulo, conversei com o Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã no Brasil, que me confirmou os dados.

política iraniana foi consolidado com a instauração da República Islâmica após o movimento revolucionário de 1979.

Alguns dos sujeitos pesquisados pertencem a uma geração que viveu o Irã pré-Revolução e cresceram sob o regime do *Shah*, com um Estado fortemente secular e com umas pretensões modernizantes aos moldes do Ocidente. Com a instauração da República Islâmica, esses iranianos saíram do país e vieram ao Brasil, apresentando uma posição política de divergência ao regime islâmico. Esta “oposição” é bastante diversa, e encontrei iranianos com uma pluralidade de posições políticas: pró-*Shah*, comunista, socialista muçulmano e uma posição secular e antirreligiosa. Todos estes, sem exceção, fortemente seculares. A maioria se reconhece como bahá'is ou muçulmanos e praticam a religião na esfera privada. Vieram ao Brasil entre 25 e 30 anos atrás, onde já construíram redes de sociabilidade com forte presença de brasileiros. Consolidaram-se no Brasil como comerciantes, professores acadêmicos ou profissionais liberais.

Por volta dos anos 2000 começaram a vir jovens que nasceram depois da revolução, e que, segundo eles próprios, optaram por sair do país em busca de liberdades individuais, como namorar em público, tomar álcool, sair em bares, ou em alguns casos não querem estar em constante contato com a religião islâmica. Além desses, muitos jovens acadêmicos entre 25 e 35 anos, professores, doutorandos ou pós-doutorados vieram através de redes de iranianos que vinham chegando e se estabelecendo no meio acadêmico. Os integrantes desse grupo fazem parte do grupo “secular-liberal”, juntamente com os iranianos que se opõem ao regime islâmico.

Também se encontram no Brasil muçulmanos xiitas praticantes da religião ou membros do clero, com o objetivo de difundir no Brasil a religiosidade xiita “oficial” alinhada com o governo iraniano. Se organizam em torno de uma comunidade religiosa islâmica, com relações próximas com a Embaixada iraniana e com o regime iraniano. São sobretudo comerciantes e professores universitários que frequentam as comunidades religiosas islâmicas ou estabelecem relações comerciais com a Embaixada. Entre estes muçulmanos, principalmente aqueles mais ligados ao clero e à Embaixada do Irã, há um interesse em fortalecer as ligações entre Brasil e Irã. Isto se daria pelo incentivo a instituições islâmicas no Brasil, buscando fortalecer a presença xiita em lugares como a Mesquita do Brás, em São Paulo, e a Mesquita Imam Ali Ibn Abi Tálib, em Curitiba (PINTO, 2005).

Esse grupo vive também suas experiências no Brasil em comemorações seculares e religiosas. Os xiitas se encontram para atividades oficiais ligadas à Embaixada do Irã ou para comemorações religiosas como a da ‘*Ashura*, ritual religioso xiita que relembra o martírio do Imam Hussein na Batalha de Karbala. O ritual, além de demarcar religiosamente a iranidade e o xiismo como identidade nacional, também relembra a luta por justiça simbolizada na Revolução de 1979 (FISCHER, 2003; PINTO, 2005; MERVIN, 2006).

A primeira leva de iranianos que chegou ao Brasil foram os seguidores da Fé Bahá'í, que vieram como “pioneiros” na década de 50, com o objetivo de disseminar a religião pelo mundo. Em 1979, também iniciaram um processo de saída do país com a justificativa de que, com a instauração da República Islâmica, passaram a sofrer perseguição das novas autoridades³⁶⁴. Embora a Fé Bahá'í tenha surgido a partir do Islã xiita, após a separação deste e a criação de uma nova religião, construíram uma prática religiosa distinta, em oposição ao Islã. Assim, desde seu surgimento em 1844, há uma relação conflituosa entre os praticantes desta religião e a religião majoritária no país. Após a instauração da República Islâmica do Irã, com uma nova reaproximação do Estado com a religião, e a oficialização do xiismo como a religião nacional, a fé bahá'í foi, segundo seus seguidores, perseguida.

Os bahá'is iranianos também vivem suas práticas religiosas no Brasil. As práticas e os discursos religiosos bahá'is apresentam um conteúdo que se opõe ao discurso tradicional xiita, apresentando a modernidade aos moldes ocidentais como valor. Desse modo, buscam, como iranianos no Brasil, também se diferenciar da imagem estereotipada comumente atrelada aos iranianos por uma visão orientalista, buscando apresentarem-se como “modernos” e em diálogo com o ocidente (COLE, 1998), reforçando os estereótipos em relação ao restante da comunidade de origem muçulmana. Tal preocupação muitas vezes também é vista entre os seculares-liberais, mas que buscam diferenciar-se da visão conservadora xiita, mas mantém também o diálogo com seus símbolos e mitos, trazidos de uma origem islâmica comum. Ao mesmo tempo, assim como os muçulmanos praticantes, seculares-liberais também buscam diferenciar-se e até opor-se aos bahá'is.

Diferentemente do caso das comunidades árabes no Brasil, em que mesmo com as diferenças e disputas internas, houve uma organização em torno de clubes e associações, os iranianos no Brasil mantiveram-se dispersos, afiliando-se no máximo a comunidades religiosas distintas e sem caráter nacional-étnico (PINTO, 2010a). Ainda que fosse bem sucedida a tentativa de organização de uma associação com base numa origem iraniana, essa possivelmente se restringiria aos praticantes de uma determinada religião, não abarcando a pluralidade de iranianos no Brasil em nome de uma identidade nacional.

O *Noruz*, por exemplo, o ano novo iraniano, maior festividade de celebração nacional, organizado pelo Centro Islâmico no Brasil foi frequentado por iranianos ligados a esta comunidade, assim como os bahá'is realizam o *Noruz* anualmente para os membros de sua comunidade (incluindo brasileiros) e alguns iranianos não ligados a essas duas comunidades organizam suas próprias

³⁶⁴ Segundo relatos bastante comuns entre iranianos não-bahá'is, os seguidores da Fé teriam muito boas relações com o regime do *Shah*, chegando a alçar postos importantes como de Primeiro-Ministro. Os bahá'is negam tal informação, justificando inclusive pelo preceito religioso da Fé de não participação de nenhum seguidor em assuntos políticos.

festas, muitas vezes convidando outros iranianos via redes sociais. Assim, nesta dispersão por redes, é importante entender como a identidade nacional se mantém, mas é vivenciada e trabalhada de forma distinta por diferentes grupos, evidenciando também os conflitos, discordâncias e discriminações entre eles.

Por um lado, as diferentes práticas religiosas se sobrepuseram à identidade nacional no momento de vivenciarem um cotidiano no Brasil. A afirmação da diferença de religião ou de diferentes concepções dentro de uma mesma religião (caso da divergência de interpretação entre os de origem muçulmana xiita) para a formação de redes sobrepôs-se à identidade nacional no momento de construírem suas vivências no Brasil. Há uma separação entre aqueles que professam a Fé Bahá'í, os de origem muçulmana secularizados que se posicionam contra o governo islâmico, e aqueles muçulmanos xiitas que mantêm constante contato com instituições do governo iraniano. Os conflitos iniciados no Irã atravessaram fronteiras transnacionais e influenciam a vivência destes para fora de seu país de origem.

Desse modo, do mesmo modo em que em certos momentos, e sobretudo na vivência mais cotidiana, exista certa separação em grupos, ou ainda, em diferentes redes, em alguns momentos essa divisão é superada a partir de uma identificação nacional. Na inserção no campo nota-se que existem alguns pontos de contato entre estes grupos, com amizades pontuais e redes de solidariedade num país novo. Conforme afirmava Barth (2000), a identidade se dá pela semelhança e pela diferença, e, se a identidade religiosa e política os separam entre si, a identidade nacional, ainda que vivenciada de formas distintas, os unifica perante os brasileiros estando no Brasil.

Não há um grande encontro de iranianos, mas diferentes pequenos encontros entre os grupos de afinidades, formados por identidades religiosas ou políticas. No entanto, iranianos muçulmanos religiosos, bahá'is ou os jovens seculares se encontram para celebrar em torno de símbolos nacionais que são compartilhados pelos três grupos, ainda que separadamente. Deste modo, a similaridade dos artefatos que lembram o Irã, as narrativas históricas sobre o Império Persa e a confecção de pratos típicos como demonstração da identidade nacional, não difere muito em nenhum dos casos. No contexto brasileiro, onde a comida árabe é bastante conhecida, a comida iraniana e suas especificidades aparece entre os iranianos como um modo de afirmar suas diferenças em relação aos árabes e como modo de relembrar cotidianamente o país de origem.

Além das tradições culinárias, dos artefatos de decoração e dos tapetes compartilhados como símbolo da identidade nacional pelos iranianos na diáspora, também existem momentos e celebrações que demarcam sua identidade étnica e compartilham coletivamente a nostalgia do lugar de origem. O principal evento comemorado entre os iranianos na diáspora, seja no Brasil seja em outras localidades do mundo, é o *Noruz*. Celebrado no dia do início da Primavera no Hemisfério Norte, o *noruz* é uma tradição pré-zoroastriana compartilhada pelas diferentes etnias e religiões iranianas, ainda que com

celebrações separadas. Assim como na diáspora iraniana, o *noruz* é a celebração do ano novo no Irã, no Curdistão, Afeganistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Azerbaidjão, Cazaquistão e Quirguistão. Apesar de celebrado em vários lugares, é apresentado pelos interlocutores como o “Ano Novo Iraniano”, e demarca um dos principais símbolos identitários iranianos.

Nota-se que os iranianos no Brasil vivem uma dinâmica de afastamento e aproximação em decorrência de suas identidades. Por um lado, compartilham uma identidade nacional comum, que é fortalecida na diáspora e que os aproxima enquanto iranianos, opondo-se aos brasileiros. Por outro lado, prevalece na maior parte do tempo a identidade religiosa e as relações conflitantes entre elas, influenciadas inclusive nas motivações para saída do país.

Na vivência cotidiana, esses iranianos compartilham em seus pequenos grupos suas crenças religiosas e políticas, frequentando mesquitas, organizando reuniões bahá'is ou simplesmente trabalhando, estudando e deixando a religião em segundo plano. Mas são nas ocasiões especiais, nos momentos fora da rotina que a identidade nacional surge. São nas celebrações de *noruz*, ou nas reuniões com comidas iranianas que a identidade nacional ressurgue e muitas vezes até quebra barreiras normalmente bem delimitadas.

Referências

- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro, RJ: Contracapa, 2000.
- BASTO, F. L. B. **Movimento das correntes imigratórias no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Estado do Rio de Janeiro, 2000.
- BOZORGMEHR, M. Internal ethnicity: Iranians in Los Angeles. **Sociological Perspectives**, v. 40, n. 3, p. 387-408, 1997.
- CHATTERJEE, P. **The nation and its fragments**: colonial and postcolonial histories. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- COLE, J. I. **Modernity and the millennium**: the Genesis of the Bahá'í Faith in the nineteenth century. Nova York, NY: Columbia University Press, 1998.
- ELAHI, B.; KARIM, P. M. Introduction: Iranian Diaspora. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, Durham, v. 31, n. 2, p. 381-387. 2011.
- FISCHER, M. M. J. **Iran**: from religious dispute to revolution. Madison: The University of Wisconsin Press, 2003.
- HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2003.
- HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.
- MERVIN, S. Les larmes et le sang des chiïtes : corps et pratiques rituelles lors des célébrations de ‘Āshūrā’ (Liban, Syrie). **Revue des Mondes Musulmans et de la Méditerranée**, Paris, n. 113-114, p. 153-166, 2006.
- PINTO, P. G. H. R. **Árabes no Rio de Janeiro**: uma identidade plural. Rio de Janeiro, RJ: Cidade Viva, 2010a.

_____. **Islã: religião e civilização: uma abordagem antropológica.** Aparecida, SP: Editora Santuário, 2010b.

_____. Ritual, etnicidade e identidade religiosa nas Comunidades Muçulmanas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 67, p. 228-250, 2005.

SLAMA, M.; HEISS, J. Comparing Arab Diasporas: post 9/11 and historical perspectives on Hadhrami and Syro-Lebanese Communities in Southeast Asia and the Americas. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, Durham, v. 31, n. 2, p. 231-250, 2011.

SMITH, A. **National identities.** Reno: University of Nevada Press, 1991.

SPELLMAN, K. **Religion and nation: Iranian local and transnational networks in London.** Oxford and New York, NY: Berghahn Books, 2006.

VAHABI, N. **Atlas de la diaspora iranienne.** Paris: Éditions Karthala, 2012.

A partir do trabalho etnográfico realizado junto a imigrantes senegaleses nas ruas de Florianópolis, capital de Santa Catarina, durante aproximadamente 10 meses, entre maio de 2016 e maio de 2017, foi possível conceber de maneira sintética e ilustrativa alguns dos possíveis significados das migrações recentes. Através das complexas articulações e interseccionalidades relacionadas aos fenômenos migratórios, é possível perceber sua multiplicidade de leituras e sentidos. Isto significa que, diferentemente de uma leitura simplista de fundo etnocêntrico que as toma como ‘problema’, ‘crise’ criando a ideia de ‘pânico social’ (BAUMAN, 2016), ou uma busca utilitarista de caráter estrita ou principalmente econômico, as migrações recentes podem ser concebidas como ferramentas epistemológicas que nos apontam para novos paradigmas éticos de coabitação (BUTLER, 2017) e maior justiça e igualdade social, tanto em âmbito local quanto internacional.

O relato de pesquisa de campo descrito, inserido em um contexto de pesquisa doutoral sobre as narrativas e performances de migrantes haitianos e senegaleses, ilumina diversos aspectos relacionados aos fluxos migratórios recentes, como as redes de solidariedade locais e transnacionais, questões de gênero, língua e religião, engajamentos locais e pertencimentos globais. Além disso, pontua algumas das precariedades ou inexistências de políticas públicas no âmbito estadual, a falta de acesso a direitos e alguns atravessamentos, bem como procura demonstrar as tensas relações com o poder público instituído e seus aparatos de fiscalização, repressão e violência estatal, assim como as práticas dos setores empresariais e midiáticos que muitas vezes contribuem para a reprodução de estigmas e processos de racialização e preconceito. Entretanto, como espero demonstrar, para além de todas estas questões, a agência dos sujeitos migrantes se impõe, através das inesperadas e corajosas maneiras como elas constroem alternativas às hegemonias e desigualdades, impulsionando com criatividade valores como associativismo, solidariedade, determinação, honestidade, performatividade política, humanidade e coabitação.

Numa rua central, estreita, em que não passam carros, que se comunica com um frenético terminal de ônibus, por onde circulam centenas de pessoas a cada minuto durante o dia inteiro, como glóbulos sanguíneos em movimento acelerado, em um trecho de aproximadamente uma quadra, dos dois lados da rua, mais de cinquenta pessoas de diversas origens e nacionalidades estendem suas mais de cinquenta lonas coloridas no chão com diversas mercadorias em cima enchendo ainda mais a rua e modificando os trajetos desenhados por urbanistas, comerciantes estabelecidos e ordenadores do espaço público. Compartilham o mesmo espaço, na tentativa de vender suas mercadorias e assim

sustentar suas famílias – estejam elas no Brasil ou no país de origem, ou em ambos - senegaleses, equatorianos, bolivianos, brasileiros, haitianos, portugueses e famílias de populações indígenas guaranis de outros estados. São diversas as línguas faladas simultaneamente entre eles, bem como com seus contatos nas redes sociais, num complexo mas surpreendentemente coerente emaranhado linguístico e cultural transnacional e diaspórico.

Camisetas, calções, saias, tênis, bonés, calças, brinquedos, carregadores de celulares, componentes eletrônicos, quase tudo feito na China ou em algum outro lugar relativamente distante do mundo e comprado em caóticas feiras em São Paulo para ser revendido aqui, conectando a roda do mercado globalizado, da fetichização das mercadorias e da exploração de mão-de-obra ou das novas formas de escravidão. Disputam espaço com brincos de penas de aves das florestas e matas brasileiras que ainda resistem, braceletes que simulam pele de cobra e que servem para proteger, arcos e flechas, cestarias e acessórios para massagem. Atravessar este pequeno universo de dádivas (MAUSS, 2013) e mercadorias de circulação rápida e seus valores (APPADURAI, 2008), contornando as lonas que transformam a rua reta em um caminho, requer um mínimo de atenção dos pedestres, sejam eles trabalhadores, trabalhadoras, estudantes, curiosos, turistas, etc.

Na rua, em meio ao caos e aos excessos – de pessoas, de sirenes, de barulhos, de conversas, de mercadorias – inexplicavelmente existe uma insuspeita calma, que constantemente é quebrada. Todos se comunicam o tempo todo através de olhares e mensagens de *whatsapp*. Entre eles – local e transnacionalmente - conversam nos idiomas de seus países: francês, wolof, quáchua, créole, kaingangue, guarani. Já ao falarem com clientes e público passante performam a linguagem quase universal dos comerciantes e feirantes de forma carinhosa e em português: “vem mami, vem ver”, “pode olhar pai”, “é baratinho!!”.

Há uma rede muito bem conectada de informações, brincadeiras e afetos, que inclui pessoas em países distantes como França, Haiti, Senegal, Itália, Espanha, Equador, Estados Unidos, Argentina, Bolívia e muitos mais, além de outras cidades e estados do Brasil. Entre uma venda e outra, uma ou outra conversa com um provável cliente que pergunta o preço de algum produto, uma fala incompreensível para mim em suas línguas maternas, um sanduíche comprado de um vendedor português que passa com sua cesta de vime recheada com diversos quitutes ou uma nota alta trocada com outro senegalês ou com algum equatoriano, conversamos. De todas as muitas interrupções, a ‘chuva’ é a maior delas. Mas não se trata do fenômeno meteorológico, que também atrapalha as vendas, mas sim da chegada das forças policiais e dos agentes de fiscalização que recolhem e confiscam suas mercadorias, geralmente em ações coordenadas que provocam muito prejuízo. O aviso de ‘chuva’ é passado de boca em boca, de olhar em olhar e também pelo *whatsapp*, precedendo sirenes, carros e motos da polícia e agentes policiais. Assim, em uma rápida e eficaz

deliberação coletiva que não dura mais do que poucos segundos, trocam informações e deliberam sobre a necessidade de recolher as mercadorias do chão, o que acontece em média a cada meia hora, todos os dias. Nestas ocasiões, em um movimento já ensaiado e performado inúmeras vezes, como em um passe de mágica, enrolam as lonas com os produtos, guardam-nas em mochilas e reúnem-se em uma esquina próxima. Esperam. Percebem *affordances*. Algumas vezes recebem manifestações de solidariedade e empatia de alguns passantes que falam aos policiais: “deixem eles, estão apenas trabalhando!”.

Importante ressaltar que, ao contrário dos discursos oficiais, midiáticos, do comércio estabelecido, aceitos por grande parte da população, suas mercadorias não são ilícitas ou fruto de roubo ou receptação e eles tampouco trabalham para outras pessoas. Constroem redes de solidariedade sim, ajudam-se entre si, mas cada um fica responsável por comprar e vender seus produtos, bem como escolher aqueles que consideram mais atrativos para a população brasileira. De forma quase ritual, viajam todas as semanas para comprá-las e possuem notas fiscais que apresentam quando buscam reaver as mercadorias apreendidas, em sua concepção, arbitrariamente. Em audiência na Defensoria Pública da União, mencionaram ainda o fato de que possuem cadastro de Micro-Empreendedor Individual (MEI) e sua intenção é estabelecer-se no mercado, o que só não acontece por impeditivos “seletivos” por serem “negros e senegaleses”, segundo sua interpretação.

Logo que as forças policiais e fiscais vão embora, o jogo recomeça. Rapidamente voltam ao mesmo lugar e fazem desabrochar suas lonas como pétalas coloridas. Uma senhora bastante idosa senta para descansar de seu caminhar e afirma que não entendeu porque a polícia insiste em nos assustar, pensando que eu também estivesse vendendo mercadorias. Meia hora mais tarde dois guardas retornaram e a cena se repetiu. Desta vez, no entanto, os policiais permaneceram no local por quase trinta minutos, com postura intimidadora, ameaçando e vigiando para ninguém retornasse às vendas. Zidan e Claire³⁶⁵, casal de senegaleses com quem eu estava, depois de recolherem novamente suas mercadorias, foram caminhando tranquilamente até um determinado ponto de uma rua perpendicular e ali novamente estenderam suas lonas para voltar a vender. Eu, em pânico, perguntava se não seria mais seguro ir para casa e não vender mais nada naquele dia, pois a polícia mostrava-se mais intimidadora que o habitual. Eles responderam-me que “é assim mesmo”, estão acostumados a viverem esta realidade todos os dias, diversas vezes por dia. Já viveram-na em outros países e em outras cidades. O novo local que eles escolheram para abrir as lonas ficava praticamente no meio da rua, um calçadão bastante movimentado naquela tarde de sexta-feira. Eles, calmos e serenos, não se incomodavam de ter que trocar de lugar, de se deslocar, não confrontavam e nem reclamavam. Colocavam-se aberta e pacificamente em fluxo constante, contornando barreiras

³⁶⁵ Nomes fictícios, como forma de preservar a identidade de meus interlocutores.

e fronteiras. Vários outros dias interrompíamos nossas conversas pelo *whatsapp* e quando retornavam diziam “desculpe, a gente ‘tava’ correndo da polícia”. Simples assim, como é para eles o ato de migrar, deslocar-se para outra cidade ou país, muitas vezes deixando entes queridos aos cuidados de familiares, que aguardam o envio das remessas nos países de origem.

Principalmente nas sextas-feiras, a cada duas ou três horas, grupos de senegaleses, de forma alternada, dirigem-se até uma rua perpendicular e entram no terceiro prédio. Sobem ao sétimo andar para fazer as orações em uma mesquita que atende a comunidade muçulmana. Um programa no celular os avisa dos horários das orações, sincronizando-os com a diáspora muçulmana e com o Senegal. Sua religiosidade está profundamente conectada com o país de origem e muitas das festas realizadas aqui precisam ser filmadas, fotografadas e compartilhadas com quem está lá, permitindo a manutenção da conexão espiritual e do pertencimento religioso e comunitário. O fato de estarem reunidos ali na rua, em comunidade, fortalece a vivência de sua religiosidade que isoladamente é, muitas vezes alvo de ataques e violências. Zidan me relatou que sua esposa tem tido vergonha de usar o véu e suas roupas vindas do Senegal porque foi muitas vezes ofendida no supermercado, chamada de “terrorista”. Violências que atravessam o cotidiano e as diversas camadas de preconceito da nossa sociedade, pois “a estranheza não começa nos limites da água, mas nos da pele” (GEERTZ, 2001, p. 74) e a diversidade possui diversos usos. Cabe a nós, dedicados à temáticas das migrações inseridas numa leitura baseada na garantia aos direitos humanos de forma universal e irrestrita, compreender quais usos estão em disputa e dedicar-nos a esclarecer as tentativas de homogeneização e suas intenções.

A comunidade senegalesa, nesta rua, juntamente com os outros grupos de pessoas, performam coletiva e cotidianamente aquilo que compreendem como uma maneira honesta de trabalhar para sustentar transnacionalmente suas famílias. Muitos homens me contaram que já haviam trabalhado em empregos formais, mas além de ganharem muito menos, eram constantemente vítimas de superexploração e de preconceito. Zidan me contou que em uma padaria em que trabalhou na cidade de Caxias do Sul, trabalhava mais de doze horas por dia, com apenas uma folga por semana, e que quando ficava doente, era ameaçado de deportação. Além disso, uma colega sua dizia-lhe a todo momento que fosse “tomar banho”, numa clara demonstração de “preconceito e racismo” segundo ele. Estes relatos são, infelizmente, bastante comuns nas narrativas dos imigrantes senegaleses, e são determinantes na escolha de sua atividade comercial atual. O trabalho na rua, além de protegê-los das condições de exploração e baixos salários, os protege do preconceito e da violência, possibilitando o exercício de sua expressão de forma coletiva, fortalecendo pertencimentos e conectividades subjetivas.

Entretanto, com a mudança na administração pública e a forte pressão dos setores comerciais, industriais e midiáticos, a repressão policial cotidiana

continuou aumentando substancialmente até se tornar impossível para eles simplesmente estar nas ruas, ainda que sem vender nada. Desta maneira a comunidade senegalesa de Florianópolis que contava com mais de duzentas pessoas em dezembro de 2016 em maio de 2017 ficou reduzida a pouco mais de cinquenta pessoas. Muitos partiram para outras cidades ou países. Souberam que dos Estados Unidos muitos estavam sendo deportados diariamente. Assim, após uma reclusão forçada em casa por mais de três meses, esperando a situação melhorar ou tentando um trabalho formal, alguns entraram em processos depressivos. Buscaram alternativas jurídicas, acionando a Defensoria Pública da União, bem como alternativas políticas, através da Câmara de Vereadores de Florianópolis. Infelizmente, constataram, existe um tratamento “seletivo” que é altamente excludente para populações migrantes negras. Puderam vivenciar aquilo que Aquille Mbembe define dentro da atual necropolítica como a criação de uma ‘política de verticalidade’ que resulta em uma soberania também verticalizada, estendendo as consequências da ocupação colonial e as consequentes desigualdades sociais.

A repressão policial trouxe impactantes consequências para a comunidade senegalesa, bem como para as demais, afetando laços de solidariedade, relações conjugais, filhos, religiosidade. Apesar disso, continuam buscando alternativas e criando novas formas de sustentar a si e suas famílias, tendo filhos, criando moda, interagindo com movimentos negros, sonhando com melhores condições e exigindo seus direitos, seja cotidianamente, seja em eventos específicos com ampla visibilidade. Em um destes, a mesma rua em que costumavam vender suas mercadorias para “fazer um dinheirinho” serviria de trajeto para uma importante manifestação da comunidade senegalesa, cerca de quatro meses depois, numa marcha pacífica que pedia o fim da violência policial, das agressões físicas e verbais a mulheres e homens, além do confisco de mercadorias e bens pessoais - alguns dos quais teriam supostamente desaparecido misteriosamente, inclusive celulares e documentos. Além disso, denunciavam revistas e abordagens que consideravam racistas e seletivas, motivadas segundo eles, apenas pela cor de sua pele, feitas em quaisquer lugares, como quando tomavam café em padarias ou simplesmente caminhavam na rua. A comunidade senegalesa, representada na manifestação pelos homens – as mulheres senegalesas não marcharam – e uma mulher haitiana, além de muitos jornalistas e alguns simpatizantes, pedia também a disponibilização de alvarás pela prefeitura, o que lhes permitiria trabalhar de forma legalizada. Curioso que justamente o que eles solicitavam e que lhes era sistematicamente negado, era o argumento utilizado contra eles, uma vez que eram acusados de venderem seus produtos informalmente. Sua marcha, que começara com uma concentração em frente a Catedral Metropolitana, seguira – acompanhada de muitas viaturas da polícia – pelas ruas em que normalmente vendiam suas mercadorias e terminara com uma concentração em frente ao Terminal Central de ônibus de Florianópolis (TICEN). Ali, formaram um círculo e alternaram-se

para discursar, utilizando-se de um microfone. Informavam aos que passavam que eram trabalhadores, aproveitando-se da presença da imprensa, que tinham vindo para o Brasil para trabalhar e sustentar as famílias, que “é legal ser do Senegal” e que “migrar é um direito”. Pacificamente exigiam, portanto, seus direitos, apoiando-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948 que no seu artigo 1º afirma que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. [...]” e no seu artigo 13 dispõe que “1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado; 2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país”. Esta legislação foi criada a partir das grandes tragédias humanitárias da primeira metade do século XX visando tornar-se um instrumento de proteção dos direitos humanos coletivos ou difusos no plano internacional.

Na contemporaneidade, os constantes deslocamentos populacionais vêm transformando continuamente relações, escalas e paisagens sociais (APPADURAI, 2004). Apesar destes deslocamentos não constituírem um fenômeno recente, estas interações apresentam-se em nova intensidade e o respeito à diversidade precisa, mais do que nunca, estar baseado em uma ética de coabitação que permita compreender as diferenças em suas múltiplas possibilidades. Através desta perspectiva, os constantes deslocamentos e reelaborações de identidades e de modos de estar no mundo, mais fluídos e menos estáveis presentes no cotidiano dos novos fluxos migratórios podem ser compreendidos como desencadeadores de novos paradigmas de relações contra-hegemônicas. As migrações assumem, sob este viés, uma dimensão política e poética performada e experienciada cotidianamente, que se expande através dos fluxos e movimentos, criando efeitos transformadores transnacionalmente. Assim, as populações migrantes desencadeiam, através de seus múltiplos deslocamentos, movimentos de transformação social, estabelecendo novas possibilidades éticas de resistências à ordem e às fronteiras estabelecidas e mesmo nas ruas, nas ações cotidianas, além de venderem suas mercadorias, as populações migrantes nos ensinam novas maneiras de coabitar.

Referências

- AGIER, M. **Les migrants et nous**: comprendre babel. Paris: CNRS Éditions, 2016.
- APPADURAI, A. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- _____. **Dimensões culturais da globalização**: a modernidade sem peias. Lisboa: Teorema, 2004.
- BAUMAN, Z. **Extraños llamando a la puerta**. Buenos Aires, Ediciones Paidós, 2016.
- BUTLER, J. **Cuerpos aliados y lucha política**. Buenos Aires.: Ediciones Paidós, 2017.
- GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2013.
- MBEMBE, A. **Necropolítica, seguido de sobre el gobierno privado indirecto**. Melusina: s.l., 2011.

**IMAGENS DA INTEGRAÇÃO:
A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA SOBRE OS HAITIANOS
NO TELEJORNALISMO PARANAENSE**

Elaine Javorski

A imigração haitiana para o Brasil e sua construção midiática. Quando o terremoto de janeiro de 2010 devastou o Haiti, o país já era considerado o mais pobre do hemisfério ocidental, segundo o relatório desse mesmo ano da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). A situação foi agravada com o abalo sísmico que deixou mais de 300 mil mortos e cerca de 1,5 milhões de desabrigados. O Brasil, a partir disso, tornou-se um destino migratório para esses cidadãos. A necessidade de emprego dos haitianos convergiu com a demanda brasileira por mão de obra em uma época em que o país se preparava para grandes eventos esportivos e a construção civil vivia um momento de expansão. Desde que o Brasil foi confirmado como sede desses eventos, no ano de 2007, surgia a necessidade de mão de obra para construir a infraestrutura da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (COGO; BADET, 2013). Além disso, já existia um laço entre os países formado pela liderança da tropa militar brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Além das ações do exército, muitas Organizações Não Governamentais (ONGs) brasileiras também atuaram para ajudar no reestabelecimento do Haiti.

As equipes militares estavam desde 2004 no Haiti com a função de diminuir os altos índices de violência decorrentes de questões políticas e econômicas, garantir a estabilidade, assistência humanitária e segurança no país. Foi esta relação que facilitou a publicação da Resolução Normativa n. 97, acordo político entre os dois governos que pretendia conter a imigração irregular e que facilitava o fluxo de haitianos com intenção de morar no Brasil. A intensa presença do exército brasileiro fortaleceu a imagem do país perante ao povo haitiano. A atuação e as ações para melhoria na ilha transformaram o Brasil em um referencial no imaginário de haitianos. O movimento migratório foi impulsionado pelas condições socioeconômicas desfavoráveis do Haiti. A escolha do Brasil como destino foi influenciada pelas ações brasileiras favoráveis ao acolhimento dos imigrantes (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013).

De acordo com dados da Polícia Federal³⁶⁶, entre 2010 e 2016, o número de solicitações de refúgio por parte dos haitianos oscilou. Em 2010 foram 442 pedidos; em 2011, 3.310; em 2012, 3.310; em 2013, 11.690; em 2014, 16.779; números que caem em 2015 com 14.465 solicitações e em 2016, com 646. O

³⁶⁶ Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf>.

Ministério da Justiça registrava em 2015 um total de 70 mil haitianos residindo no Brasil. Esse número não leva em consideração os cidadãos em situação irregular conforme as leis brasileiras. Mais de 30% desses estrangeiros têm idade entre 25 e 29 anos, e 25 % pertencem ao grupo etário de 30 a 34 anos.

Ao chegar no Brasil, os imigrantes haitianos solicitam refúgio, alegando péssimas condições e a impossibilidade de viver no país de origem. As solicitações são enviadas ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), do Ministério da Justiça, que analisa os pedidos, mas não encontra amparos legais para conceder o refúgio. O pedido é remetido ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que, por meio da nova resolução no102/2013, que ampliou o número de vistos permitidos para haitianos, concede vistos de permanência para estrangeiros por razões humanitárias.

Até o final de 2014, sem a possibilidade de tirar o visto antes de viajar, o trajeto da maioria dos haitianos até o Brasil tinha duas alternativas: pedir o visto na embaixada do Brasil no Haiti, ou então recorrer aos “coiotes”, pessoas que fazem o transporte clandestino de imigrantes. Os que não tinham dinheiro suficiente para entrar no país de maneira legal, optavam por escolher os atravessadores ilegais, e tornavam-se vítimas de extorsão, roubo e mortes quando percorriam territórios do Peru e da Bolívia (MACHADO, 2012).

A viagem que começava no Haiti era uma verdadeira saga que tinha como primeiro destino a vizinha República Dominicana. De lá os haitianos pegavam um avião e aterrissavam no Panamá e depois no Equador, país que não exige visto de entrada. Depois, cruzavam o Equador e Peru até a cidade de Puerto Maldonado, onde atravessavam de carro a fronteira do Brasil até a cidade de Brasiléia, no Acre (ZYLBERKAN, 2014).

Muitas vezes enganados pelos coiotes, os haitianos chegavam à Brasiléia roubados, sem dinheiro e fragilizados pelos abusos sofridos durante o percurso até o Brasil (MACHADO, 2012). Durante alguns anos, Brasiléia viveu em situação de emergência humanitária, superlotada de imigrantes que aguardavam na cidade a autorização para ingressar oficialmente no território brasileiro. O principal problema era o tempo de demora para a concessão dos papéis que oficializavam os imigrantes com a condição de refugiados no Brasil (PEREIRA, 2013). A ajuda da igreja católica foi sempre muito importante na recepção dos haitianos. Já em São Paulo, muitos passavam pela Missão Paz que em vários momentos se viu sobrecarregada com o número de pessoas a procura de auxílio na aquisição de documentos e na busca por trabalho.

Atualmente, a situação desse grupo migratório é diferente. A imigração se estabilizou e o Acre já não é a principal rota de entrada dos imigrantes desde que o Brasil ampliou a emissão de vistos pelas embaixadas localizadas no Haiti, Equador e Peru. Segundo dados da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre (Sejudh), a entrada pelo estado teve uma queda de 96% em 2015. A chegada dos imigrantes regularizados evita a difícil e longa viagem ao Acre.

Tanto que no estado, que chegou a receber 100 haitianos por dia, recebe hoje no máximo duas pessoas diariamente.

Regularizada, a mão de obra estrangeira sempre despertou interesse pelos empresários, o que facilitou a distribuição dos cidadãos em diferentes regiões do país, com maior número dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

O Paraná, que tinha um contingente de 3.660 trabalhadores estrangeiros em 2010, registrou em 2015, principalmente com a vinda dos haitianos, 16.622 imigrantes no mercado de trabalho formal. Os cidadãos do Haiti representavam a maior parcela da população estrangeira atuante mercado de trabalho no Paraná, com 6.989 pessoas. Segundo levantamento do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes), com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, de 2015, Curitiba é principal destino destes trabalhadores, com um total de 4.529 imigrantes. Em segundo lugar está Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, São José dos Pinhais, Toledo, Londrina, Pato Branco, Pinhais e Dois Vizinhos.

Na capital, os estrangeiros atuam principalmente nos setores de comércio e serviços. Já no interior do estado, a principal empregadora é a indústria, principalmente no setor do agronegócio. Porém, a crise econômica e política e os problemas com obras inacabadas da Copa do Mundo fizeram com que os imigrantes começassem a deixar o Brasil. As rotas a partir desse momento privilegiavam os Estados Unidos (SUGIMOTO, 2017). Países da América do Sul também se tornaram destino, principalmente o Chile, onde, entre 2015 e 2016, calcula-se a chegada de cerca de 40 mil haitianos, maior parte vinda do Brasil (SANT'ANNA; PRADO, 2016).

O aumento no fluxo migratório nas sociedades acolhedoras é, inevitavelmente, percebido pela mídia. Sendo assim, é importante observar o tipo de tratamento que recebem esses cidadãos pelos meios de comunicação. Segundo Cogo (2006), as notícias sobre imigração mais recorrentes na mídia dos Estados Unidos e Europa nas décadas de 1980 e 1990, envolveram distúrbios, abordaram violência e manifestações das minorias étnicas constituídas por imigrantes. Em contrapartida, experiências de vida e a contribuição dos imigrantes para o campo cultural e econômico foram ignoradas e subvalorizadas pela comunicação. As narrativas veiculadas pela mídia são, portanto, marcadas pela presença de associações criminalizadoras, ligando os migrantes a características negativas. O discurso apresentado nos meios de comunicação é desigual mas segundo Cogo e Badet “é sempre um tecido de “vozes” ou citações vindas de outros textos e narrativas preexistentes contemporâneas ou do passado, cuja autoria fica, ou não, demarcada” (COGO; BADET, 2013).

O fenômeno contemporâneo da imigração no Brasil ganhou maior visibilidade quando grandes levas de imigrantes chegaram ao país. A midiaticização desses movimentos migratórios chama a atenção para a maneira do relato sobre as migrações de massa, voluntárias ou impostas. Os meios de

comunicação assumem o papel organizador, que propaga determinadas ideologias sobre as identidades culturais dos estrangeiros, como observa Cogo e Badet (2013).

As primeiras menções dos imigrantes haitianos na mídia começaram a surgir a partir de janeiro de 2011, o ano seguinte ao terremoto no Haiti. O número de imigrantes haitianos que buscaram refúgio no Brasil, nas cidades de Brasília (Acre), Tabatinga e Manaus, trouxe a necessidade de solicitar atendimento pelos governos estaduais e federais para regularização dos estrangeiros, principalmente nas cidades menores (COGO, 2014). A partir do momento que surge a mobilização política, a mídia nacional faz as primeiras abordagens sobre os imigrantes no país. Parte da cobertura midiática sobre a entrada de haitianos no país têm estado marcada por um tom alarmista evidenciado em um campo semântico e de imagens que sugerem “chegada massiva”, “invasão”, “descontrole por parte das autoridades” e “ilegalidade por parte dos imigrantes”, etc. (COGO, 2014, p. 29). Em outro estudo, Cogo e Silva (2016) observam que o primeiro momento da interpretação da chegada desses estrangeiros na mídia é baseada na questão da “fuga” dos haitianos da miséria e do desastre. Na sequência, o tom se modifica e passa a enfocar a “invasão” dos imigrantes, fato que gera discursos de defesa do controle do ingresso dos haitianos. “A interpretação de “invasão”, porém, não é unânime. Os sentidos dessa imigração e da presença haitiana no país são disputados por diferentes atores, impulsionando o questionamento da política migratória e a necessidade de sua atualização” (COGO; SILVA, 2016, p. 13). Esse fenômeno apontou uma realidade até então pouco abordada: a questão de diversidade cultural dos imigrantes no Brasil e a necessidade da discussão de políticas públicas voltadas à questão da mobilidade humana.

A influência da mídia televisiva na construção social da realidade. A construção da realidade para cada indivíduo é formada em diversas instâncias e, portanto, a mídia não atua isoladamente. Os informativos televisivos centram-se em um recorte de fatos cotidianos escolhidos para fazer parte dos informativos. Essa seleção obedece a fatores de diversas ordens, como observa a Teoria do Gatekeeping (SHOEMAKER, 2011). Embora não seja exclusivamente detentora do poder de persuasão, a mídia, em especial a televisão, pode contribuir no desenvolvimento os processos mentais e experiências de mundo para que cada indivíduo construa suas próprias visões da realidade social. Como observa Bourdieu (1997), a televisão deixa de ser um instrumentos que se limita a refletir a realidade para ser um instrumento de criação da realidade. Assim, uma parte importante do que fazemos e pensamos está mediatizada por uma realidade criada pelos meios. Isso é parte da sobrevivência dos veículos de comunicação que precisam constantemente homogeneizar as opiniões do público e criar necessidades e desejos de consumo. O telespectador, nesse sentido, passa por uma metamorfose (REQUENA, 1995, p.68), já que deixa de ser um cidadão e passa a ser um mero consumidor de produtos audiovisuais.

O discurso televisivo dominante [...] entende os indivíduos não como sujeitos sociais, mas como espectadores, não como pessoas que poderiam utilizar a informação recebida como instrumento para sua intervenção em algum espaço social, mas como aqueles que, isolados de todo espaço social, fechados em sua sala de estar, presos ao conforto de seu sofá, contemplam o incessante espectáculo do mundo – do corpo fragmentado do mundo (REQUENA, 1995, p. 90).

Tuchman (1983, p. 222) acredita que existem níveis de influência e que estes são delimitados de acordo com os jornalistas que passam a informação, ou seja, um grupo que possui um poder superior que a maioria no que diz respeito à capacidade de construção da realidade social. Porém, como se trata de um grupo heterogêneo, devido à questões editoriais, políticas e econômicas de cada um, exibem diferentes pontos de vista e fazem parte de uma determinada fabricação da realidade. Os meios se complementam uns com os outros e disso resulta um certo equilíbrio na visão que os cidadãos vão construir dos indivíduos e das coisas.

É importante destacar que a televisão não é apenas um instrumento maléfico, mas que atua como um veículo de aprendizagem do nosso entorno. É muitas vezes o principal - e para algumas pessoas, o único – provedor de imagens da cultura popular. Serve para explicar o mundo porque pode dar muitas versões da realidade para pessoas de diferentes condições sociais ao mesmo tempo. Assim, como observa Doelker (1982), o lado positivo dessa influência é a facilitação da aprendizagem do processo de percepção devido ao poder de dirigir a atenção do espectador para um determinado objeto através de diferentes planos, ângulos e movimentos. Há ainda a questão da união do texto e da imagem, que facilitam a compreensão dos assuntos e a possibilidade de observar detalhes com maior atenção. Também a televisão amplia o sentimento de pertencimento e integração à comunidade. Mas, claro, essa sensação é apenas uma aparência já que continuam isolados em frente aos seus aparelhos. Diante do domínio da televisão, pouco produzem, apenas assistem inertes ao que a tela propaga. É justamente esse poder que oferece ao meio o *status* de instituição comercial que monopoliza a construção da realidade, até mais do que tradicionais instâncias como a família e a igreja. Além disso, o grande fluxo de informação faz com que o público exija informações cada vez mais simplificadas, que possam ser recebidas sem muito esforço, de assuntos cada vez mais complexos. Esse é um dos grandes problemas desse espaço midiático, a contradição entre a rapidez da informação e a complexidade dos problemas sociais que as notícias tentam clarificar (WOLF, 1994). Os produtores de notícia tendem a eliminar as barreiras entre a informação e o receptor, simplificando não só a linguagem, mas também o conteúdo. Outra característica importante nessa forma de comunicar é a formatação dos produtos que preza mais por narrativas e afetividades do que por conteúdos e argumentos (RINCÓN, 2006, p. 18). Isso porque a lógica do entretenimento é a estratégia narrativa mais

adequada para produzir conteúdos sedutores que propõem emoções e históricas para encantar o tédio de uma sociedade cheia de tecnicismos produtivos, como analisa Rincón (2006). O autor acredita que a era da vida *light* traz como resultado pensamento *light*, jornalismo *light*, ou seja, produtos com menos densidade e argumentos para a resolução dos problemas, que precisam de soluções instantâneas. Há cada vez mais velocidade e menos profundidade.

As notícias sobre imigração estão também situadas nesse conglomerado de informações distribuídas pela televisão de maneira rápida e constante. É também a partir do discurso difundido pelas notícias - e dos recortes de realidades que apresentam, que se constroem as construções sociais sobre o tema. Há, neste caso, a presença de tensões entre o “nós” e o “eles”, que adquirem intensidade em determinadas situações com a chegada massiva de imigrantes em determinados lugares. Esse discurso, como observa Verón (2001), torna-se ainda mais legítimo para a sociedade quando uma reportagem do veículo de comunicação fala em nome de um coletivo, de um lugar que também é do cidadão comum. Existe, assim, um “nós” que faz da audiência e do jornalista (enunciador) cúmplices. Isso vale para assuntos nos quais o cidadão sintase parte do coletivo, que pode ser a nação, a família, o posicionamento político, a situação social, etc.

A imagem dos haitianos no telejornalismo paranaense. Para compreender de que forma os imigrantes são retratados pelos informativos televisivos locais, realizou-se um monitoramento diário do telejornal matutino Bom Dia Paraná, da RPCTV/Globo, entre os meses de março e outubro de 2014, 2015 e 2016. Neste período, o universo analisado compreendeu 107 semanas de visualização. A opção pelo monitoramento do noticiário matutino se dá tendo em vista sua expressiva audiência e suas características editoriais. Os noticiários do período da manhã geralmente têm um tom de prestação de serviço. Eles possuem uma característica comunitária que foi iniciada com o informativo Bom Dia São Paulo, o primeiro telejornal matutino, estreado em 1977 (PATERNOSTRO, 1999). Possuem a função de resumir as principais notícias do dia anterior e preparar o telespectador para a jornada que se inicia - com previsão do tempo, condições das vias, e outras informações de utilidade pública. Além disso, tem um estilo mais coloquial dos âncoras e espaço para opinião e análises.

A pesquisa abrangeu apenas as peças que tratavam de temas relacionados à imigração para o Paraná, em especial sobre o grupo de haitianos. O material foi analisado a partir de variáveis de forma (data, gênero jornalísticos, espaço ocupado), de conteúdo (personagens, nacionalidade e condição legal do imigrante, tema principal) e discurso (narrativa, tom e argumento dominante, fontes entrevistadas) (CUNHA, 2007).

O monitoramento destes três anos mostra que o tema da imigração no Brasil não tem muito espaço no noticiário. Porém, diferente do que se observa em muitos estudos acerca do tratamento da imigração pela mídia, há uma

tentativa em apresentar um viés positivo, enquadrando o imigrante como alguém que chega para agregar, evitando o discurso depreciativo e ligado a assuntos policiais. Algumas vezes, essa representação chega a mostrar-se folclórica (JAVORSKI, 2017), entendendo o imigrante como um cidadão ligado a uma cultura exótica que pode ser apreciada mas nem sempre realmente integrada.

Em 2014 a abordagem foi bastante tímida, somente uma reportagem foi encontrada e tratava do Dia da Bandeira do Haiti, a qual teve como fonte apenas a presidente da associação dos imigrantes haitianos. Em 2015 foram encontradas três reportagens. Duas sobre a inserção dos imigrantes em cursos de português, em Pato Branco (junho) e Curitiba (setembro), e uma sobre a participação deles em uma festa junina (julho). Vale observar a construção narrativa dessas matérias, que ressaltam a todo momento a integração dos imigrantes tanto da parte deles como da comunidade que os acolhe. Nas reportagens sobre as aulas de português, é sempre destacado o empenho do grupo em aprender o idioma local, com o acréscimo de que isso é parte também da forma como os moradores adaptam-se a eles, pois conseguem manter algum diálogo e observar que há um esforço dele para que isso ocorra. A vontade de trabalhar também é bastante salientada, deixando transparecer que o valor laboral é muito importante para que essa comunidade seja aceita. Até mesmo na nota pé da reportagem da sucursal de Pato Branco é possível observar a abordagem positiva do tema quando o apresentador diz, se referindo à necessidade de um bom acolhimento por parte dos brasileiros: "afinal, tirando os índios, todos somos imigrantes". Esse bom acolhimento é evidente também na reportagem sobre a festa junina, na qual mostra-se o interesse desses cidadãos imigrantes ao conhecer uma festa típica local.

Em 2016, quatro reportagem abrangeram essa comunidade. A primeira, de maio, tratava da agressão sofrida por um estudante haitiano na Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA, em Foz do Iguaçu. Professores e estudantes repudiaram ação e isso foi enfatizado na matéria. A segunda, gravada em julho, falava da saída de haitianos do Brasil devido à crise econômica. Nela são ressaltados alguns aspectos como as amizades que eles fizeram no país, a possibilidade de terem trazido a família e o fato de serem muito bons funcionários. A terceira, de outubro, era sobre a chegada dos imigrantes em Londrina e a oferta de cursos de camareira de hotéis para as mulheres. A superação do desafio de viver em outro país e a vontade de aprender o idioma são aspectos relevantes nessa peça. A quarta reportagem tratava do cadastro de estrangeiros em Toledo com o objetivo de aproveitar a capacidade e especialização deles. Tanto o texto do repórter como as sonoras utilizadas deixam claro a busca por uma vida melhor, o fato de poderem ajudar as pessoas que ficaram no Haiti, além de ressaltar aspectos culturais positivos como sua politização e visão ampla de mundo.

Outro ponto importante analisado é a questão das vozes da reportagem. Em 2014, a única reportagem traz como fonte uma haitiana. Em 2015, embora a

reportagem sobre o curso de português para haitianos em Pato Branco não tenha tido nenhuma fonte imigrante, as demais peças sempre prezaram por ouvi-los. Na reportagem realizada em Curitiba sobre o curso de português, por exemplo, cinco haitianos serviram de fonte. Em 2016 os imigrantes também aparecem com frequência em todas as reportagens, nunca menos que dois entrevistados. Além disso, nas reportagens desse ano é notável a inserção de fontes populares locais que reforçam a boa integração e a capacidade laboral dos imigrantes. Na reportagem sobre a saída dos haitianos do país, em 2016, um empresário justifica a escolha pelo imigrante ao dizer que é uma pessoa confiável e um competente funcionário. Outro empresário serve como fonte na reportagem sobre as mulheres que fazem o curso de camareira, identificando-as como pessoas muito dedicadas e com vontade de trabalhar. O mesmo ocorre na reportagem sobre o cadastro em Toledo, na qual a secretária de Assistência Social do município elogia aspectos sociais e culturais dos haitianos.

Percebe-se, portanto, a constante atribuição de valores positivos aos cidadãos haitianos. Esses valores acabam por representar os imigrantes, aderindo nas imagens propagadas. Isso pode fazer com que a sociedade envolvida propague e interiorize essas percepções. Segundo Mannoni (2001), a mentalidade de muitos grupos está condicionada pelos discursos sociais. Da mesma forma, a narração da vida de um sujeito pode ser interpretada em função do seu mito pessoal. O poder dos meios de comunicação na divulgação dessas representações é fundamental para a construção de uma realidade social que inclua o imigrante de forma positiva. No mesmo sentido, observa Alsina que:

[...] os meios de comunicação atuam sobre a disponibilidade das representações sociais, utilizando determinadas representações que potencializam a adesão das pessoas a elas. Os meios de comunicação concretizam, e ao mesmo tempo alimentam, as imagens das alteridades existentes na sociedade (ALSINA, 2006, p. 41).

Para o autor, são os meios que demarcam os limites entre "nós" e os "outros". Sendo assim, também a integração faz parte dessa dinâmica, embora seja um objeto bastante ambíguo.

Nos documentos oficiais, nos projetos concretos e no discurso público a pessoa que se integra é o imigrante, mas consideramos que não é assim: a integração é uma coisa com pelo menos dois lados: quem acaba de chegar ou que está em processo de assentamento e quem já está instalado. Se integram autóctones e forâneos (ROMERO, 2003, p. 77).

Também, em muitas situações, quando se fala em integração o que verdadeiramente se quer dizer é a assimilação da cultura hegemônica e a desintegração da cultura original. Percebemos isso quando nenhuma das reportagens fala sobre as saudades do país de origem, como se esse apego não existisse e a nova vida substituísse os sentimentos do passado. Os valores são todos atribuídos à sociedade acolhedora: trabalho e estudo que "contribuem"

para desenvolvimento local; família como sinal de incorporação aos valores tradicionais brasileiros. Alsina (2006), defende que o discurso sobre a imigração costuma apresentar a sociedade receptora de forma muito mais homogênea do que realmente é. Na verdade, as sociedades modernas são plurais e diversas e, portanto, por si só heterogêneas.

Diferente do que podemos perceber em outros estudos sobre o tratamento do tema das migrações transnacionais pela mídia, os quais encontram um enquadramento negativo que coloca o imigrante em uma situação de vulnerabilidade, nessa análise encontramos um viés positivo. Em geral, as temáticas tratadas pelo programa têm uma particular atenção às emoções dos personagens. A amizade, os sorrisos e os afetos estão presentes dentre os muitos sentimentos que se demonstram nas reportagens. Para além disso, destaca-se que os imigrantes são representados por meio de três valores fundamentais que convergem no sentido de integração: família, trabalho e educação.

Em muitas das visões estigmatizadas sobre a imigração, o imigrante é visto como alguém perigoso, que de certa forma ameaça muitos valores da sociedade em que se instalada. Um dos caminhos para demonstrar que isso não é correto é a convivência familiar. Uma pessoa com laços fortes com a família, perto ou longe, precisa de valores como honestidade, boa conduta e moral. Por isso, a família é um aspecto de tanta importância para representar de forma positiva o imigrante.

Outro ponto bastante importante tratado nas reportagens é o trabalho, já que muitas vezes o imigrante é visto como uma ameaça aos brasileiros no mercado de trabalho, como se “roubasse” postos que poderiam ser ocupados por pessoas nascidas no país. Por isso, as peças analisadas mostram os imigrantes que contribui com seu trabalho para a sociedade e, ao mesmo tempo, não ocupa do posto de um trabalhador local. Isso pode ser demonstrado pelas vozes dos colegas ou chefes do trabalho, utilizados como fontes. O trabalho, portanto, é um fator de integração mas também um valor que atribui ao imigrante uma carga de responsabilidade. O mesmo ocorre com o valor educação, que nesse caso, está ligado à busca por aprender o idioma. Estar em uma sala de aula, aprendendo português, mostra o empenho de se comunicar no idioma local e, a partir disso, encontrar novas oportunidades na sociedade acolhedora.

A visão positiva da imigração é importante mas deve abranger toda a problemática que envolve o acolhimento. Quando o tema é trabalhado apenas com apelo para a visão integradora, perde-se a oportunidade de discutir assuntos recorrentes das vivências dos imigrantes como a discriminação, a xenofobia, os trâmites burocráticos, a contextualização e a situação no país de origem que motiva a imigração. Sem essas temáticas levadas a público pela mídia, passa-se a impressão de que todo o possível para a melhora da vida do estrangeiro já está sendo feito. Como se o papel do Estado estivesse sendo cumprido e a sociedade acolhesse da melhor forma, sem conflitos ou problemas.

A simplificação da informação pretende, além de eliminar as barreiras entre o emissor e o receptor, transformar as peças jornalísticas em materiais que se dedicam a despertar sentimentos. No caso das reportagens sobre os imigrantes, sentimentos de compaixão. Como observado por Rincón (2006), dedicam-se mais esforços e apelos nas narrativas e afetividades do que nos conteúdos e argumentos. Segue, assim, a lógica do entretenimento para que o produto jornalístico seja mais bem aceito e apreciado pela audiência.

Referências

- ALSINA, M. R. El Periodismo ante el reto de la inmigración In: BASTIDA, M. L. **Medios de comunicación e inmigración**. Murcia: Caja de Ahorros del Mediterráneo, 2006.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1997.
- CASTELLÓ MAYO, E. **La producción mediática de la realidad**. Madrid, Espanha: Ediciones del Laberinto, 2004.
- COGO, D.; SILVA, T. Entre a fuga e a invasão: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Revista Famecos – Mídia, Cultura e Tecnologia**, Porto Alegre, RS, v. 23, n. 1, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/cendoc/Downloads/21885-90516-3-PB%20(1).pdf>.
- _____. Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, Equador, n. 125, p. 23-32, 2014.
- _____; BADET, M. De braços abertos... A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. In: ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (Ed.). **Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros**. Braga, Portugal: CECS; Univ. do Minho, 2013.
- _____. **Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas**. Rio de Janeiro, RJ: E-papers; Brasília, DF: CSEM, 2006.
- CUNHA, I. F. **O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo: metodologias de pesquisa para o jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- DOELKER, C. **La realidad manipulada**. Barcelona, Espanha: Ed. Gustavo Gilí, 1982.
- IGARTUA, J. J.; MUÑIZ, C. Encuadres noticiosos e inmigración. Un análisis de contenido de la prensa y televisión españolas. **ZER Revista de Estudios de Comunicación**, n. 16, p. 87-104, 2004.
- JAVORSKI, E. La folklorización del inmigrante en la televisión brasileña. In: BOLAÑO, C. et al. (Ed.). **Nuevos conceptos y territorios en América Latina**. São José dos Pinhais, PR: Página 42, 2017.
- MACHADO, A. Haitianos relatam que encontraram corpos em decomposição durante fuga para o Brasil, diz antropóloga. **Amazônia – Notícia e Informação**, São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2012/01/haitianos-relatam-que-encontraram-corpos-em-decomposi%C3%A7%C3%A3o-durante-fuga-para-o-brasil-diz-antrop%C3%B3loga/>>.
- MANNONI, P. **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- MORAES, I.; ANDRADE, C.; MATTOS, B. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 20, p. 95-114, 2013.
- PATERNOSTRO, V. I. **O texto na tv: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.
- PEREIRA, P. Haitianos revivem no Acre a miséria de um país. **Estadão**, São Paulo, SP, 14 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,haitianos-revivem-no-acre-a-miseria-de-um-pais,1020761,0.htm>>.

REQUENA, J. G. **El discurso televisivo**: espectáculo de la postmodernidad. Madrid, Espanha: Cátedra, 1995.

RINCÓN, O. **Narrativas mediáticas**: o como se cuenta la sociedad del entretenimiento. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2006.

ROMERO, C. J. **¿Que es la inmigración?** Barcelona, Espanha: RBA Integral, 2003.

SANT'ANNA, E.; PRADO, A. Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, SP, 08 maio 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocam-o-brasil-pelo-chile.shtml>>.

SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. P. **Teoria do gatekeeping**: seleção e construção da notícia. Porto Alegre, RS: Editora Penso, 2011.

SUGIMOTO, L. O dramático vai e vem dos haitianos. **Jornal da Unicamp**, Campinas, SP, 16 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/08/16/o-dramatico-vai-e-vem-dos-haitianos>>.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona, Espanha: Gili, 1983.

VERÓN, E. **El cuerpo de las imágenes**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Norma, 2001.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1994.

ZYLBERKAN, M. Rota dos haitianos para o Brasil: os perigos no caminho. **Revista Veja**, São Paulo, SP, 02 fev. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/rota-dos-haitianos-para-o-brasil-os-perigos-no-caminho/>>.

REFUGIADOS: TENSÕES EM UM IMAGINÁRIO DE ACOLHIMENTO

Sabrina Sant'Anna Rizental

A pesquisa de mestrado, intitulada *Refugiados: Tensões em um Imaginário de Acolhimento*³⁶⁷, desenvolvida na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vanise Gomes de Medeiros e coorientação da Prof^a. Dr^a. Del Carmen Daher, propõe uma reflexão discursiva sobre o funcionamento dos dizeres que circulam sobre o estrangeiro que ocupa o lugar de imigrante refugiado numa construção imaginária de Brasil como lugar de acolhimento.

Ancorado na Análise do Discurso Francesa (AD), que tem como base os estudos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, este trabalho analisa as tensões que aparecem no imaginário de acolhida atribuído ao Brasil a partir do discurso do imigrante refugiado e do discurso institucional. Para observar os efeitos de sentidos produzidos a partir destes discursos, utilizamos alguns materiais que constituem o *corpus* da pesquisa, entre eles textos extraídos de reportagens de jornais de grande circulação, a transcrição do proferimento de um imigrante refugiado procedente da República Democrática do Congo e os textos que compõem os slides da apresentação institucional da Cáritas RJ, que foram utilizados no período entre 2015 e 2016, em algumas edições do evento denominado Cáritas de Portas Abertas, que desde 2015 vem sendo organizado para mostrar aos brasileiros que vivem no Rio de Janeiro os projetos destinados aos solicitantes de refúgio e refugiados que são acolhidos por esta instituição.

Realizamos as análises através de sequências discursivas, das quais destacamos pistas, isto é, marcas linguísticas que possibilitam analisar diferentes funcionamentos nos discursos do imigrante refugiado e da instituição. Para isso mobilizamos as noções da AD referentes ao sujeito, às formações imaginárias, aos interdiscursos, à memória discursiva, entre outras noções que nos permitem observar as contradições inscritas nestes discursos. Desta forma, a análise do proferimento foca no funcionamento da designação e da imagem do imigrante refugiado, nas diferenças que aparecem nos processos discursivos com o outro e nos discursos referentes ao trabalho destinado a este estrangeiro, tratando dos estereótipos e da alteridade, entre outras questões. Dos slides destacados da apresentação da Cáritas RJ consideramos o conceito de refugiado, o acolhimento e as tensões na relação com o outro.

Nos dois materiais observamos a ampla utilização da negação. No proferimento, o sujeito nega as significações dadas aos imigrantes refugiados

³⁶⁷ <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/3843/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

para depois afirmar e (re)significar estes estrangeiros num imaginário de Brasil e de Rio de Janeiro como lugares acolhedores e abertos à diversidade. Na apresentação institucional, a negação comparece como aquela que produz sentidos de impedimento, como veremos em sequências discursivas que apresentaremos adiante.

Trata-se de um trabalho que busca compreender o funcionamento dos sentidos produzidos, mobilizados, retomados, repetidos nos discursos do e nos discursos sobre o imigrante refugiado nesta construção imaginária de Brasil como lugar de acolhimento.

O início. Em 2013 uma pergunta, um incômodo e um silenciamento foram as molas propulsoras para o despertar do meu interesse pela questão do refúgio no Brasil. A pergunta – *Por que você não dá aulas de português para refugiados?*, feita por uma colega da minha segunda graduação³⁶⁸ – gerou um incômodo ao trazer à tona o significativo refugiado.

A partir do momento em que os sites de buscas mostravam que a maior parte dos projetos destinados a estes imigrantes eram realizados na cidade de São Paulo e em algumas cidades do sul do país, este incômodo cresceu ainda mais no momento em que identifiquei um apagamento em relação ao Rio de Janeiro, cidade que já recebia estrangeiros que solicitavam refúgio há algum tempo, entre eles os angolanos e os congoleses.

No ano seguinte, 2014, prossegui com as investigações e algumas tentativas de acesso à única instituição que na época se dedicava ao acolhimento dos imigrantes refugiados no Rio de Janeiro. Contudo, apenas em 2015 consegui entrada nesta instituição e neste ano comecei a trabalhar voluntariamente com a equipe do projeto de arteterapia para as crianças refugiadas. Pouco tempo depois recebi minha primeira turma de alunos do curso de português para imigrantes refugiados oferecido pela Cáritas RJ.

Cabe ressaltar que o trabalho como voluntária me possibilitou e ainda possibilita a oportunidade de conhecer estrangeiros de vários países que solicitam refúgio no Rio de Janeiro e, além de dar minha contribuição para o seu acolhimento, me permite ouvir suas histórias, conhecer um pouco de sua cultura e nas conversas informais, os dizeres destes imigrantes me dão uma ideia dos efeitos de sentidos que são produzidos pelos dizeres que circulam sobre eles no Brasil. Além disso, através desta atividade também pude conhecer Charly Kongo, imigrante refugiado congolês que generosamente me concedeu a honra de utilizar o proferimento que realizou em 2015, na celebração do Dia Mundial do Refugiado, no Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, como materialidade para analisar os discursos do imigrante refugiado e os discursos sobre este imigrante numa pesquisa que, de acordo com as palavras do próprio Charly, representa “mais uma possibilidade de mostrar o refugiado”.

³⁶⁸ Primeiramente me graduei em Administração de Empresas e posteriormente em Letras – Português-Espanhol.

Objetivos e noções teóricas mobilizadas: Voltando nossa atenção aos dizeres que circulavam (ou não) sobre os imigrantes que solicitavam refúgio e sobre aqueles que já se encontravam na condição de refugiados na cidade do Rio de Janeiro, partimos de efeitos de sentidos que comparecem, são recuperados e parafraseados em diferentes formas materiais, inscrevendo-se numa rede de memórias constantemente retomada em nossa formação social – *Brasil: terra que acolhe, que abriga, que recebe o outro*. Efeitos também correntes em discursos que construíram e reforçam uma imagem do Rio de Janeiro como a cidade maravilhosa, cidade que acolhe com seu Cristo Redentor de braços abertos.

Então surge a pergunta: como os estrangeiros que ocupam o lugar de imigrantes refugiados num imaginário de acolhimento atribuído ao Rio de Janeiro são ditos e como eles se dizem a partir do que é dito sobre eles?

Para pensar esta questão, nos fundamentamos nas noções da Análise do Discurso que nos ajudam a explorar o caminho que escolhemos seguir. Em linhas gerais isso significa dizer que trabalhamos, por exemplo, com a noção de sujeito proposta por Pêcheux (2014), como posição discursiva, como o lugar de onde se fala, a interpelação de um já-sujeito assujeitado pela ideologia, um efeito ideológico elementar. Orlandi (2004) nos ajuda a compreender melhor esta noção a partir da descrição de um funcionamento no qual o sujeito da linguagem é constituído por gestos de interpretação que se relacionam com sua posição discursiva. Segundo a autora, o sujeito é a própria interpretação e é nesse ponto que a ideologia o afeta, “pelo efeito da literalidade, pela ilusão de conteúdo, pela construção da evidência do sentido, pela impressão do sentido-lá” (ORLANDI, 2004, p. 22). Trata-se de uma noção de sujeito constituída a partir da articulação da língua com a história, resultando na circulação dos sentidos produzidos pelo imaginário. O assujeitamento é explicado pela autora (ORLANDI, 2009) como a contradição que constitui esse sujeito, uma vez que ele tem a ilusão de originar o seu dizer, apagando o fato de que enquanto indivíduo é interpelado pela ideologia.

Além da noção de sujeito, consideramos a noção de formações discursivas, ou seja, aquilo “que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147), bem como a noção de formações imaginárias que “designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 2014, p. 82). Compreendemos que as formações imaginárias estão relacionadas às antecipações e que os lugares sociais resultam das antecipações, das imagens que o sujeito atribui a si e ao interlocutor nos processos discursivos, em função de seus lugares construídos no interior de uma formação social. Desta forma, comparecem as imagens sobre os estrangeiros e os sentidos distintos são produzidos a partir do lugar social que ocupam. Por exemplo, se pensarmos no estrangeiro que vem ao país para trabalhar em uma multinacional, aquele que recebe a designação *expatriado*, e no estrangeiro que ao chegar no país solicita refúgio, o *imigrante*

que se torna um *refugiado*, temos imagens que são atribuídas por seus lugares numa determinada formação social. Eles são ditos de maneiras distintas em função da relação entre o lugar social que ocupam e suas posições discursivas.

Ademais, para embasar nossas análises, consideramos também as noções de condições de produção, alteridade, designação – neste caso dando ênfase à designação imigrante refugiado –, a interpretação, os estereótipos e a negação que produz efeitos de sentidos conflituosos, contribuindo para gerar, desta forma, as tensões. Com Fedatto (2015) compreendemos que nas análises de materiais em que comparece a negação deve-se observar o *não* que é dito e o *não* que não é materializado no dizer, mas que significa e produz efeitos de sentidos, isto é, na perspectiva discursiva seu funcionamento pode ser implícito ou explícito. A negação pode comparecer implicitamente pelo não-dito, pela recusa, pelo silenciamento, na censura, e explicitamente materializada pelo *não* ou outra forma que produza sentido análogo, tal como nunca, jamais, etc.

A estrutura da pesquisa: Após darmos a saber os objetivos da pesquisa e as noções teóricas que mobilizamos para fundamentar nossas análises, recuperamos a pergunta: como os estrangeiros que ocupam o lugar de imigrante refugiado num imaginário de acolhimento atribuído ao Rio de Janeiro são ditos e como eles se dizem a partir do que é dito sobre eles? e propomos uma estrutura dividida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, após apresentarmos os conceitos teóricos da Análise do Discurso Francesa que consideramos pertinentes à nossa proposta, mostramos como pensamos a constituição da materialidade que nos possibilita pensar os efeitos de sentidos produzidos pelos *dizeres dos* e *sobre os* imigrantes refugiados. No capítulo dois, entre outras questões, destacamos uma apresentação discursiva dos números que dizem sobre o refúgio no Brasil. No terceiro capítulo as nossas considerações se pautam na posição do estrangeiro, nas questões relacionadas aos diferentes lugares que ele ocupa, nas designações que o significam. Ao longo da dissertação analisamos algumas sequências discursivas extraídas, como dissemos previamente, de reportagens, mas no capítulo quatro nos concentramos em sequências discursivas retiradas do: i) proferimento de Charly Kongo; e ii) de sete slides da apresentação institucional da Cáritas RJ. Finalizamos nossas reflexões com uma retomada dos principais pontos investigados que destaco brevemente a seguir.

Pensando os caminhos de entrada no *corpus*, temos o embate entre uma discursividade de terra hospitaleira/acolhedora e a chegada do imigrante refugiado, mobilizando posições discursivas distintas: (i) o estrangeiro que entra no país para agregar valor, muitas vezes convidado para trabalhar em grandes empresas, aquele que se movimenta em posições sujeito variadas – posição de chefe, de consultor e tantas outras que lhe conferem credibilidade e prestígio –, de acordo com os interesses corporativos. Este é o estrangeiro que entra pela porta da frente; e (ii) o estrangeiro em situação de fuga, vítima de perseguições, guerras, violações dos direitos humanos, que se vê obrigado a deslocar-se

forçadamente e que chega no país na posição de solicitante de refúgio para tornar-se um imigrante refugiado. Aquele que entra pela porta dos fundos. Segundo Barreto, “o refugiado é sempre negativo, um problema grave a ser discutido. O imigrante é uma questão a ser avaliada, pode ser algo positivo ou negativo, mas em geral a visão é de algo problemático. Já o estrangeiro é sempre positivo, inclusive melhor do que o brasileiro. É alguém com quem podemos aprender” (BARRETO, 2015³⁶⁹).

A partir destas considerações, em nossa análise depreendemos quatro eixos para o discurso do imigrante refugiado, a saber: o primeiro é aquele em que o sujeito se dá a saber de si e de seu lugar de fala, o segundo é aquele em que se diz do funcionamento da designação refugiado e do funcionamento da imagem do refugiado; o terceiro é aquele em que as diferenças e os impasses aparecem, o quarto é o que põe em cena o trabalho do refugiado. A partir da apresentação institucional, dividimos a análise sobre o acolhimento e sobre como ele é exposto ao brasileiro em três eixos: o primeiro que diz respeito ao conceito de refugiado; o segundo em que comparece o acolhimento no dizer da instituição; e o terceiro no qual se diz das tensões que comparecem na relação com o outro.

As análises: Para dar uma pequena amostra sobre a forma como analisamos as marcas linguísticas destacadas no *corpus* desta pesquisa, trazemos a seguinte sequência discursiva que trata dos dizeres do imigrante refugiado:

SDI: Só pelo fato de sermos africanos, somos considerados analfabetos. Pensam que não temos cultura, que não temos formação, que somos ignorantes. Só pelo fato de sermos árabes, pensam que somos terroristas. Pelo fato de sermos colombianos, somos traficantes. Somos como todos outros: queremos liberdade, temos sonhos e queremos gozar a vida (KONGO, 2015 – itálicos nossos).

Esta sequência discursiva, extraída do eixo número dois, o que diz sobre o funcionamento da designação e da imagem do refugiado, diz respeito aos estereótipos, aos pré-construídos, aos interdiscursos, ao sempre já aí (PÊCHEUX, 2014, p. 151), ligados à nacionalidade dos estrangeiros. Esses estereótipos estabelecem uma relação simbólica com o real, neste caso com uma ilusão do real a partir de uma memória sobre o outro, ou seja, *se X logo Y*, isto é, *se africano logo analfabeto; se árabe logo terrorista; se colombiano logo traficante*.

Após mostrarmos brevemente como pensamos a análise do *discurso do imigrante refugiado*, trazemos os efeitos de sentidos que são produzidos a partir dos dizeres *sobre o imigrante refugiado* nas sequências extraídas de slides da apresentação institucional da Cáritas RJ que dizem sobre o acolhimento no Rio de Janeiro. Neles encontramos sentidos que deslizam. Por exemplo, em um dos

³⁶⁹ Barreto (2015) em entrevista à BBC Brasil, “explica como os termos são usados de forma diferente na imprensa”.

slides o significante *acolhimento* é posto como um objetivo específico para “garantir a proteção internacional aos refugiados assegurando a não devolução ao país que originou sua fuga”; em outro slide o mesmo significante comparece relacionado aos seguintes itens: “estabelecimento de relação de confiança, atendimento às necessidades urgentes do imigrante refugiado, abrigo, alimentação, saúde, higiene, vestuário, etc.”, no entanto, o mesmo slide traz um deslocamento de sentidos quando introduz o item “prestação do Termo de Declarações junto à Polícia Federal”.

Ainda sobre *acolhimento*, é possível observar deslizamento de sentidos quando o lemos nas informações do site³⁷⁰ da instituição, como uma de suas atividades, indicando “auxílio na recepção à população refugiada, tradução de entrevistas sociais e apoio a procedimentos de integração”.

Se os sentidos sobre *acolhimento* se deslocam, deslizam e podem produzir outros efeitos de sentidos, quando observamos os slides que dizem sobre a relação com o outro, encontramos nos deslizes as tensões que comparecem nesta relação.

A partir do slide número 52 da apresentação institucional da Cáritas RJ³⁷¹, lemos as normas específicas de conduta para o trabalho voluntário. São elas: “Não antecipar questões de demanda dos refugiados que impliquem desobediência a regras da instituição; NÃO ir à casa de refugiados; NÃO levar refugiados para casa; Entender a posição dos voluntários e evitar atitudes que possam comprometer a relação e o propósito do trabalho da Cáritas. Nesse sentido: NÃO trocar contatos de telefone celular, Facebook, etc.; Ter cuidado com aproximação física – Não cumprimentar com beijo; Não dar aperto de mão a mulheres de cultura islâmica” (CÁRITAS RJ, 2015).

Esclarecemos que em todos os slides que dizem sobre estas normas de conduta para o trabalho dos voluntários a negação comparece com sentido imperativo: *não fazer, não antecipar, não ir, não levar, não trocar...*

Ao estudar as noções propostas pela AD compreendemos que não é possível pensar em intenções nos processos discursivos, pois os sentidos escapam, fogem e não se tem o controle sobre eles. O que se tem é uma liberdade de dizer tudo, e isso induz à ideia de que o sujeito é a fonte do seu discurso e que naturalmente fala de uma maneira e não de outra. Essa ilusão deriva de dois esquecimentos que Orlandi explica, a partir dos estudos de Pêcheux, como esquecimento número 1 e 2: “do primeiro esquecimento se origina a ilusão do sujeito ser fonte de seu discurso (“o que eu digo tem o sentido que *eu quero*”, onipotência do sujeito), e do segundo se origina a ilusão da realidade de seu pensamento (“o que eu disse *só* pode significar *x*”, onipotência do sentido). No primeiro se inscreve a “eficácia do assujeitamento”

³⁷⁰ Disponível em: <<http://www.caritas-rj.org.br/trabalho-e-voluntariado.html>>. Acesso em: 24 set. 2017.

³⁷¹ A apresentação institucional utilizada entre 2015 e 2016 consta de um dos anexos da dissertação de mestrado resultante desta pesquisa.

(ou ilusão da autonomia do sujeito), no segundo, a “estabilidade referencial” (ou ilusão da transparência dos sentidos) (ORLANDI, 1988, p. 108 – aspas e itálicos da autora).

Dito isto, compreendemos que nos enunciados do slide 52, os sentidos se inscrevem no discurso autoritário, no dizer que impede, obriga, impõe e fixa condutas a serem seguidas. Entretanto, o que está em jogo nestas ordens é a forma ampla como a negação é posta. Por exemplo, das sequências discursivas que destacamos deste slide os efeitos de sentidos produzidos a partir da SD2: “Não trocar contatos de telefone celular, Facebook, etc.” – remetem ao discurso do trabalho, ao distanciamento e à manutenção da neutralidade para que não se comprometa o bom desempenho das atividades, mas estas negações também produzem efeitos de sentidos de impedimento das relações de amizade. O que se diz é: mantenha-se distante. Já em SD3: “Entender a posição dos voluntários e evitar atitudes que possam comprometer a relação e o propósito do trabalho da Cáritas” –, temos uma primeira oração – *entender a posição dos voluntários* – que diz da contradição na opacidade de uma suposta possibilidade de entender aquele a quem restam deveres – não faça, não troque, não vá, não leve, não... Ao discurso autoritário, a posição que cabe ao voluntário é a do silêncio.

Neste sentido, até que ponto tal discurso do trabalho não reforça a distância já posta no imaginário em relação ao imigrante refugiado? O que lhes restam, se nem laços com os voluntários lhes é permitido? Acolha, mas não se estabeleça laços?...

Por outro lado, a segunda oração – *evitar atitudes que possam comprometer a relação e o propósito do trabalho da Cáritas* – produz sentidos que dizem de uma instituição que é instada a prestar contas a outras instituições que dão suporte aos projetos destinados aos imigrantes refugiados, tais como o ACNUR e o Ministério da Justiça, e a formulação das normas é feita de acordo a preservar a integridade de todos os envolvidos nos projetos.

Considerações Finais: Ao fim do caminho, após um trajeto que nos permitiu seguir as pistas inscritas nos *dizeres do e sobre o imigrante refugiado*, possibilitando-nos analisar os processos de significação, de produção de sentidos sobre o estrangeiro que ocupa este lugar num imaginário de acolhimento, recuperamos a provocação materializada numa pergunta que me foi feita ainda na graduação e que me afetou como uma bomba tão devastadora quanto aquela que assola os países de alguns desses estrangeiros. Devastadora porque mudou tudo. E, neste caso, possibilitou debruçar-me sobre um objeto fascinante e que demanda atitudes.

Hoje, após trilhar este caminho, é interessante observar que no início da pesquisa talvez não estivesse claro qual direcionamento ela tomaria e por isso a constituição do *corpus* foi fundamental, bem como o diálogo que estabelecemos com os principais textos que usamos para nossas análises, isto é, o proferimento do imigrante refugiado e a apresentação institucional. Tanto uma materialidade quanto a outra nos possibilitaram encontrar marcas linguísticas que diziam tanto

sobre o lugar do imigrante refugiado no imaginário da acolhida, quanto sobre o acolhimento no entendimento deste estrangeiro e da instituição que o acolhe.

Ancorada em algumas noções propostas pela AD, nossa pesquisa se desdobrou trazendo marcas bem definidas no funcionamento dos discursos, que permitiram compreender os equívocos e as tensões que produzem efeitos de sentidos que denunciam o discurso do acolhimento: nele observamos posições xenófobas, estereótipos que as reforçam, censura que deles decorrem. Efeitos que aparecem no significante *refugiado*.

Esperamos que através desta pesquisa possamos nos juntar às outras áreas científicas que já se debruçam sobre esta questão e contribuir para que se fale sobre os imigrantes refugiados, também da perspectiva dos estudos da linguagem, da linguística.

Pensar o imigrante refugiado é pensar sentidos que estão em movimento, que deslizam, desconstruir conceitos fundados na transparência, expandir a mente para deparar-se com o acontecimento do refúgio. Alguns decidem não pensar. Mas isso não significa que os discursos deixarão de significá-los, que os dizeres desse estrangeiro cessarão os apelos, que os deslocamentos deixarão de acontecer e que o Brasil não precisará mais se preocupar com *esses* imigrantes para manter sua imagem acolhedora.

O Brasil não fechou suas portas. Não construiu muros ou cercas e recebe os imigrantes refugiados em suas cidades e não em campos que os isolam, muitas vezes em situações de extrema precariedade. Nas ruas do Rio de Janeiro, de acordo com o que diz Kongo (2015), “ninguém é capaz de distinguir um refugiado de um brasileiro”. Ainda que isso se deva à semelhança física, em vários momentos a acolhida é reconhecida e agradecida publicamente pelo dizer deste estrangeiro.

Entretanto, nossa pesquisa mostra que este imaginário de acolhimento é tenso. As marcas inscritas na materialidade linguística aparecem no discurso do imigrante refugiado e no discurso institucional para mostrar essa tensão.

Esta pesquisa mostra que o Brasil acolhe, *mas...* É este *mas* que nos fornece as pistas para problematizar o acolhimento, bem como analisar a produção e a movimentação dos sentidos que resultam nas tensões presentes neste imaginário.

Referências

- BARRETO, G. Racismo contra imigrantes no Brasil é constante, diz pesquisador. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 26 ago. 2015. (Entrevista). Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150819_racismo_imigrantes_jp_rm>. Acesso em: 26/08/2015.
- CÁRITAS RJ. **Trabalho e voluntariado**. Disponível em: <<http://www.caritas-rj.org.br/trabalho-e-voluntariado.html>>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- FEDATTO, C. P. Sobre as possibilidades de negação na imagem e alguns desdobramentos teórico-analíticos. **Revista ALED**, n. 2, p. 27-37, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Sabrina/Downloads/DialnetSobreAsPossibilidadesDeNegacaoNaImagemEAlgunsDesdo-5958944.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

- KONGO, C. **Proferimento**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, 2015. (Realizado em 15/06/2015. Transcrito em 17 jun. 2015).
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
- _____. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004.
- _____. **Discurso e leitura**. 8.ed. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

A CONDIÇÃO DO TRABALHADOR MIGRANTE: INTERFACES ENTRE GLOBALIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E TRABALHO SOB A PERSPECTIVA REGIONAL

Sara Andréia da Silva Castro
Renata Alvares Gaspar

Os desafios gerados pelos impactos causado pelos fluxos migratórios modernos não são passíveis de enfrentamento por um único ente, requer ações preventivas sem prejuízo de ações de intervenção sobre os fatos em curso (CHETAIL, 2007).O entendimento do contexto migratório em nosso tempo demanda por entender sua interface com o fenômeno da globalização, que modificou e continua modificando os modos de viver, o acesso a informações, e aquisição de bens, as formas de relacionarmos, o mundo do trabalho entre outros. Os movimentos migratórios na atualidade tem grande influência da globalização.

Partindo do pressuposto do trabalho como condicionante a vida humana, por sua essencialidade e imprescindibilidade,o estudo do trabalhador migrante possibilita a apreensão de causas e consequências da globalização sob o viés migração/trabalho. Durante esse entre a regionalização, o espaço ou nicho (SELARI,2013)permanentes reservado aos fluxos migratórios na dinâmica dos Estados.

As normas de garantia aos trabalhadores migrantes, encontram suas referências mais importantes nas convenções da OIT, mas também, nas legislações migratórias internas dos Estados, nas normas e convenções dos sistemas regionais, como MERCOSUL e União Europeia.

O fenômeno migratório é indissociável da dinâmica humana, tem como uma de suas características a conformação histórica que, como tal, se apresenta de acordo com um dado período histórico.

Beltramelli Neto (2015, p. 54), referindo-se às migrações internas, coloca a busca do trabalho como principal vetor de migração “espontânea”.Assim, ressalvadas as especificidades, acreditamos que o mesmo ocorra no caso das migrações internacionais. A doutrina define trabalhador migrante como aquele que, motivado pelo trabalho, migra para outro Estado, possuindo no Estado acolhedor um vínculo empregatício prévio sua entrada nesse território. A convenção da OIT de proteção aos trabalhadores migrantes e suas famílias, define em vários pontos o conceito de trabalhador migrante como sendo aquele migrante que trabalha, apresentando, portanto, um conceito ampliado. Essa definição mostra-se mais adequada dada a essencialidade do trabalho à vida humana, que conduzirá o imigrante a tornar-se um trabalhador no Estado receptor (CHETAIL,2007).

O relatório International Migration Outlook (OECD, 2016, p. 152) aponta que diferentes populações tendem a ter respostas migratórias diferentes em regiões diferentes, moduladas pelos recursos de cada uma das populações, daí a importância de entender o contexto das diferentes respostas, entende-se por contexto elementos como a geografia, a cultura, a economia, a história e mesmo política local, assim como a língua, a geografia, a política e o histórico colonial tem influência sobre a formação de corredores de migração forçada, que tem seus efeitos sentidos ao longo de todo percurso.

Na atualidade o volume do fluxo migratório passou de cerca de 1% da população mundial ao final da 2ª guerra, para nos dias de hoje ser próximo de 3% da população mundial, totalizando números próximos da população do Brasil (perto de 200 milhões de pessoas). O panorama exposto demonstra as razões que tornam a questão migratória em âmbito interno e externo aos Estados tão significativa e denotam as motivações de interdependência entre as nações, com implicações mútuas típicas da globalização (CHETAIL, 2007 p. 18-19).

Os países membros da OCDE, registraram em 2014 um aumento de 4.3 milhões de entradas, cerca de 4% a mais que no ano anterior. Em 2015 houve um aumento de cerca de 10%. Os maiores impulsos ao aumento de entradas, que superaram os verificados no período da segunda guerra mundial, foram os fluxos humanitários, seguidos da demanda livre ou migração espontânea, com aumento respectivo de 13% e 8%. O ano de 2014 também ficou marcado pelo aumento do recrutamento de trabalhadores sazonais na Zona Euro, assim como a mobilidade via companhias, de acordo com o International Migration Outlook (OECD, 2016, p. 15).

Husek (2015a, p. 49 e 52) conceitua a globalização como a internacionalização dos circuitos produtivos, financeiros e tecnológicos, que tornam global o mercado, mas que envolve diversas outras manifestações sociais que passam a acontecer em todos os espaços, com maior interdependência entre territórios e fronteiras. A novidade não estaria nos fenômenos em si, mas em sua intensificação. Uma consequência observada é a diluição do poder do Estado como regulador do mercado, em especial quanto às questões sociais, além da desconfiança da política tradicional, a fragmentação das identidades subnacionais e a decomposição da velha sociedade civil, levando a heterogeneização, homogeneização, localismo, desterritorialização, renacionalização e fragmentação das identidades coletivas.

Na globalização as relações entre os Estados, os indivíduos, as trocas de informação acontecem a grande velocidade e intensidade, de forma que se reduzem na prática as distâncias, apoiadas no dinamismo das relações comerciais, nas intensas trocas culturais e sociais e nas evoluções tecnológicas e suas derivações fáticas, tais como melhoria dos meios de comunicação, de transporte e surgimento da internet, entre outros. Um ponto central da globalização é a internacionalização, sobretudo dos meios de produção e dos meios tecnológicos (CHETAIL, 2007, p. 3).

Criam-se entre os diversos Estados laços de co-dependência, preponderantemente comerciais, porém sem que se modifiquem as condições de desigualdade entre eles (SILVA, 2014, p. 187). Isto por que a globalização em seu viés econômico e geopolítico se volta para as potencialidades e vantagens dos diferentes mercados, na busca do máximo de lucratividade (ZEFERINO; AGUADO, 2014, p. 2).

A deterioração decorrente da globalização, sobretudo nos locais/países periféricos, levaria seus habitantes a buscar melhores condições de vida. O acesso a informação, em conjunto com a padronização dos modos de vida e de consumo, serviriam como estímulo a busca pelos locais onde há maior disponibilidade de bens de consumo (CHETAIL, 2007, p. 15).

A globalização afeta também as questões sociais e, ao acentuar as desigualdades, estas passam de fenômenos/problemas locais para uma questão difusa e igualmente globalizada, tornando-se um problema da comunidade internacional. Atribui-se à globalização, através do desenvolvimento de *accountability* global, a intensificação dos padrões de Direitos Humanos e sua sobreposição deste quanto à relevância frente ao conceito clássico de soberania. O acesso a informação, ao conhecimento e a existência de disponibilidade de certos recursos e bens propiciados pelo desenvolvimento tecnológico, contribuíram e fomentaram este fenômeno, marcado pela consciência global e participação (RUBENSTEIN, 2003, p. 10 e 12).

As discussões relacionadas a acesso ao território dos Estados e filiação, remontam ao conceito de soberania, já com base neste conceito, cabe a cada Estado definir que são seus nacionais, a forma de filiação e maneira de acesso a seu território. No entendimento clássico majoritário, esta seria uma decisão sobre absoluto discricionabilidade de cada Estado.

Entretanto, na atualidade a normatização Internacional dos direitos humanos, considerando art. 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o direito de entrar e sair de qualquer território, exige que a denegação de entrada esteja consubstanciada em motivo justificado e que não implique em violação de direito humano. Na prática, não é aceitável como justificação, a mera alegação da soberania para realizar restrição de acesso (VEDOVATO, 2013, p. 97 e 101).

Na atualidade, a chamada colonização reversa, que consiste da migração de grandes contingentes de africanos para Europa e latinos para América do Norte e mesmo a Haitiana para Brasil, é apontada como consequência direta da globalização, que levou os grupos citados, a condições de vida insustentáveis em seus locais de origem. Há a previsão de que haverá um aumento proporcional das migrações na mesma medida do aumento de degradação das condições nos locais citados, com destaque para escassez de alimentos (ZEFERINO; AGUADO, 2014, p. 12).

A condição de estrangeiro, de maneira usual, o coloca em posição estigmatizada onde ao invés da busca da integração social, são focadas suas diferenças o que o relega e congela na a condição de diferente e marginalizado.

Essa condição é acentuada quando o acesso não ocorre de maneira regular e esse sujeito se vê submetido a constante pressão, pela possibilidade de ser forçado a deixar o território a qualquer momento (FRANCO, 2014, p. 133).

Características da Condição Migrante. Baeninger (2012, p. 10 e 12) descata como uma característica dos fluxos migratórios atuais a indocumentação dos migrantes, o que dificulta aferir a real dimensão destes, em referencia aos fluxos migratórios no Brasil.

A atuação do Estado será decisiva pois sua política e atuação determinará as reais condições de permanência e estadia. É certo que uma política de ignorar o migrante e sua condição, acentuará a exclusão deste grupo (FRANCO, 2014, p. 134 e 135).

As condições de inserção social são influenciadas pelo lastro patrimonial do migrante, aferido a partir de signos de consumo, de forma que á alguns grupos é franqueado melhor trânsito entre os nacionais o que não comum á todos os grupos de migrantes. Com frequência, migrantes originários, de países desenvolvidos tem melhor inserção em países em desenvolvimento, que os oriundos de países também em desenvolvimento (SOUTO MAIOR, 2013, p. 130).

A declaração dos direitos do homem consagra o direito de entrar e deixar um determinado territórios á todos os membros da comunidade humana, este é, portanto, um direito humano assegurado. Na realidade fática, esse direito sempre é contrastado com a soberania dos Estados. Sem a existência de uma política clara, que respeite os tratados firmados sobre a questão migratória e que se apoie em fundada incapacidade, sem elementos de cunho discriminatório, a restrição de entrada ou circulação é violação de direito humano (VEDOVATO, 2013, p. 97 e 101).

Para o Estado receptor, uma questão importante, são as demandas por políticas sociais geradas pelo acesso de migrantes a seu território e que implicam em gasto público. Coloca-se como ponto relevante a capacidade dos Estados de suportar os custos necessário para garantir o atendimento a população migrante, sobretudo, quando há dificuldade de provimento aos seus próprios nacionais, questiona se sobre qual a extensão das garantias a serem asseguradas aos migrantes e da possibilidade de restrição desta fundadas na própria possibilidade fática (VEDOVATO, 2016, p. 235).

A migração, as relações e implicações desta decorrentes entre Estados e indivíduos, ocupam desde dos primórdios as discussões do direito internacional, sobretudo sob o aspectos dos direitos humanos, em especial para proteção dos refugiados e dos trabalhadores migrantes. Nesse mesmo contexto há o cotejo entre o tratamento do estrangeiro e a responsabilidade internacional do Estado, com fulcro na solidariedade internacional, na colaboração e interdependência entre as nações, no arcabouço normativo internacional apoiado nos direitos humanos, cada Estado seria responsável pelo migrante que acessa seu território e a permanece (de forma regular), com o dever de garantir a este dignidade e um

rol mínimo de direito a esta associados, conforme a prescrição dos art. 1º da Declaração dos Direitos do Homem:

Outras obrigações decorrentes do dever de garantir a Dignidade Humana, seriam o reconhecimento da personalidade jurídica, o respeito a integridade corporal, vedação a detenção arbitrária, liberdade de consciência e acesso a justiça de forma imparcial (CHETAIL, 2007, p. 44 e 46). A igualdade, tomada como por base para o tratamento ao migrante, como norma “*jus cogen*”, tem sua obediência inafastável por parte dos Estados.

A inteligência do arcabouço internacional de proteção dos direitos humanos na forma como colocado pelo art.13 §2º “Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país” da Declaração Universal dos Direitos Humanos, consistem em comando imperativo nesse sentido.

Souto Maior (2013, p. 137), em referência a Hugo Roberto Mansueti salienta a fálacia que consiste a que negação da contribuição trazida pela população migrante, desconsiderando o aporte econômico, cultural para justificar a aplicação de medidas de ou a adoção de políticas de inserção, que essa população em situação de violação de direitos.

International Migration Outlook (OECD, 2016, p. 10) ao tratar dos impactos de fluxos migratórios, aponta como as avaliações empíricas tende a avaliar o âmbito do Estado receptor como se uma coisa só fosse, o que não corresponde a realidade. Os impactos têm sua verificação real possível á nível local, apresentando variações.

Outro aspecto é a relação entre a migração, demografia nos países desenvolvidos em especial na Europa o envelhecimento da população e a diminuição, a cada ano das taxas de natalidade, tem população em claro descenso o que leva a uma dependencia cada vez maior destas nações da mão de obra migrante para compor sua força produtiva. Os migrantes ocupam colocações em que a déficit de mão de obra ou desinteresse por parte dos nacionais. Esses migrantes são oriundos dos países em desenvolvimento, com destaque para os do continete africanos onde as taxas de nataliddes mantem-se alta e há cresciemnto populacional, porém nestes mesmos lugares são precárias as condições básica de sobrevivência e educação e desenvolvimento humano em geral (VEDOVATO, 2015, p. 12 e 15).

O trabalho como direito humano e como direito fundamental. O título, ainda que possa parecer redundante procura enfatizar abrangência do direito em pauta, e sua dimensão interna e externa ao Estado brasileiro o que será relevante quanto a sua aplicabilidade, e coercibilidade, sobretudo por que ainda que um Estado somente se obrigue quanto ao cumprimento de uma convenção/tratado ao ratifica-lo, a simples filiação a organizações com a OIT vincula ao respeito dos princípios gerais destas propostas, a OIT declara de forma expressa essa premissa como no da OIT, na 86º Sessão da Conferência do Trabalho. Não são legítimas ações em linha contrária das propostas da OIT mesmo sem adesão á

uma determinada convenção.

No entendimento de Martins César (2013, p. 44 e 45), “Os direitos dos trabalhadores inserem-se no âmbito dos direitos humanos do trabalho, gozando assim, dos atributos de irrenunciabilidade, indisponibilidade e inderrogabilidade, estendendo infensos à autonomia privada coletiva das entidades sindicais”.

Dentro do contexto da discussão importa o estudo sobre o conceito de dignidade humana, fundamento maior dos direitos humanos, portanto deste inalienável., portanto vetor para todos os direitos humanos. A partir do pós-segunda guerra mundial, tem -se a fixação dos da relevância da dignidade humana como resposta as atrocidades e violações observada neste período e que aconteceram pela desumanização e desconsideração da pessoa humana com consequência desastrosa para toda comunidade humana.

Para efetivação do acima preconizado nascem comandos/ obrigações direcionadas aos Estados e a sociedades em geral e estes se voltam a promoção da Dignidade Humana em um viés individual e outro com enfoque na ordem pública e que demanda de atitudes positiva do Estado para sua efetivação (WANDERLEY DE CASTRO, 2014, p. 52 e 57).

A criação da OIT deu-se em decorrência do entendimento, de que o trabalho é essencial ao estabelecimento de uma paz duradora, daí a justificação de seu interesse coletivo para além do individual:

Os direitos protegidos pelas diversas normativas da OIT encerram ações de preventivas a manutenção da paz já que o respeito a estes nos diversos Estados afastam as principais motivações guerra. A partir da proteção ao trabalho há foco na proteção dos direitos humanos, já que estes se conectam através do principio da Dignidade Humana, dessa forma atuação da OIT é transversal as diversas esferas das relações humanas atuando a partir das relações laborais (HUSEK, 2015b, p. 104.)

No pós-segunda Guerra, com a Declaração dos Direitos do Homem de 1948, houve inclusão, entre outros direitos, em seu art. 23 do trabalho como direito humano

Antunes (1998, p. 121) afirma que a história da realização social, objetiva-se através da produção e reprodução social de sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. O trabalho desenvolve laços de cooperação social que compõem o processo de produção material, ou seja, a produção e reprodução humana se dá pelo trabalho e permite ao homem torna-se um ser social.

Na continuidade, (ANTUNES, 1998 p. 123) “afirma que o trabalho é ponto de partida para a humanização do ser social e motor decisivo no processo de humanização do homem. Em contrapartida o depauperamento e aviltamento do trabalho gera um estranhamento em relação a este levando contraditoriamente a desrealização social”.

Segundo Silva (2014b, p. 186 e 189), a globalização acirrou a

concorrência internacional, como resposta as necessidades do capitalismo, em um mundo globalizado países em diferentes estágios de desenvolvimento realizam trocas livremente, ainda que se encontrem em condições muito distintas de desenvolvimento, essas relações de troca são sempre impulsionadas pela satisfação mútua de necessidades. As condições de desigualdade associadas a alta competitividade tendem entre outros desdobramentos a fragilizar os direitos laborais.

A fragilização dos direitos trabalhista fica evidenciada no fenômeno migratório, no mundo laboral, duas consequências assumem maior relevância em razão da globalização, o aumento de circulação de pessoas e a internacionalização da produção. A primeira explica o crescimento e importância assumida pelas migrações desde então, já a segunda pode ser causa e ao mesmo tempo explicação para as alterações observadas no mundo do trabalho.

Por outro lado, (MARTINS CÉSAR, 2013, p. 51), a globalização tem aumentado os índices de pobreza absoluta, as desigualdades intensificando a exclusão social e tem como uma de suas consequências a redução dos custos com mão de obra nos orçamentos corporativos.

Na década de 90 teve início o processo de reestruturação produtiva, sendo considerado como fator desencadeante, o chamado Consenso de Washington, que consistiu de um conjunto de medidas propostas por grupo de renomados economistas, responsável pelo grande endividamento em países em desenvolvimento, decorrente da adoção de políticas que resultaram, no mundo produtivo do surgimento da flexibilização que associada automação, transformou de forma drástica o mundo do trabalho, marcando a passagem definitiva da “era do fordismo para o toyotismo” (MARTINS CÉSAR, 2013, p. 46 e 47).

Essa nova forma de relação laboral não se adaptava ao modelo de proteção do trabalho vigente, e demandou pela flexibilização para atender de forma satisfatória ao ambiente de alta competitividade instalada.

Em um cenário, em que não existem fronteiras para consumo ou para conformação de mercados, empresas migram seus locais de produção tradicionais para locais onde as condições de produção sejam mais vantajosas (em especial quanto ao custo), nasce assim o transnacionalismo, os trabalhadores se desterritorializam, busca-se a eficiência, os baixos custos de produção e figuras como a terceirização, a subcontratação e o trabalho informal tornam-se estratégias de atuação no ambiente produtivo.

O desafio é a regulação e proteção do trabalho a nível global, “o ser humano vê-se desamparado pelo seu próprio ordenamento sem que seu Estado possa interferir para defendê-lo” (HUSEK, 2015b, p. 51 e 53).

Um fenômeno importante a ser também considerado no contexto de reestruturação é o “Dumping social”, definido como concorrência desleal realizado com a redução de custos produtivos, através do trabalho, a partir da

redução ou supressão de direitos e garantias trabalhista .As empresas migram para países onde a regulamentação trabalhista é mais “frouxa”, com maiores demandas por postos de trabalho, menor viabilidade econômica das populações locais.A atividade produtiva nestas condições impede a concorrência para empresas que garantem direitos trabalhistas ou que estejam instaladas em locais onde estes são garantidos, de maneira que estas tendem a adoção de práticas semelhante na busca de manter suas atividades.

Sob esse ambiente de competição desleal a instalação de novas empresas fica prejudicada, acabando muitas vezes por encolher o mercado, as transgressões deliberadas com pagamento de baixos salários e condições precárias transcendem a esfera individual e causam danos coletivos, pois deterioram o mercado laboral.

A OIT na tentativa de prevenir os efeitos e a prática do “Dumping Social”, estabelece patamares mínimos de garantias laborais e a estas se somam as reivindicações dos movimentos sindicais para inclusão “da cláusula social” nos contratos e tratados realizados sob a égide da OMC (Organização Mundial de Comércio), reafirma-se assim o entendimento de que a proteção ao trabalho consiste em proteção á toda sociedade (MONTENEGRO, 2015, p. 32 e 46; RODRIGUES; ALVARES GASPAS, 2016 p. 28).

A migração tem consequências, como já dito, para os países de origem e de destino, tais como diminuição dos salários do trabalhador nacional nos países onde há ingresso de mão de obra estrangeira quando este representa menor custo ou possui maior qualificação, perda de trabalhadores qualificados nos países de emigração, formação de comunidades fechadas com repercussões econômicas e políticas.

O elenco apontado pode ser utilizado como justificativa na regulação de acesso de estrangeiros e aponta para necessidade de formulação de políticas de modo a preservar o mercado de trabalho nacional e permitir dignidade aos trabalhadores migrantes (SILVA, 2014b, p. 188-189).

Souto Maior (2013, p. 132-133) aponta como na atualidade o forte conteúdo discriminatório, políticas obtusas ou omissas que permitem um número significativos de migrantes indocumentados, excluídos das políticas sociais básicas de proteção, acaba por empurrar este grupo para a informalidade e condições de trabalho precárias, se presta a promover o tráfico de pessoas. Segundo o autor políticas restritivas, somadas a uma construção negativa da imagem do estrangeiro alimenta os preconceitos e aprofunda a exclusão. Em paralelo, para agravamento da situação, os fluxos migratórios tendem as expansões, dado que a própria dinâmica da globalização que fomenta os deslocamentos humanos em proporções cada vez maiores

A falta de políticas claras para migração de mão de obra pouco qualificada, que representa o grupo que exerce mais pressão sobre as regiões desenvolvidas, a fim de para estas migrar, relega estes grupos para o trabalho em condição de grande exploração e irregularidade.

Antunes (1998) ao analisar os efeitos da globalização e reestruturação de capital sobre os sindicatos, avalia que o crescimento do número de trabalhadores com vínculos precários e a variedade das vinculações terminaram por fragilizar os sindicatos, sua representatividade e poder de representação, o que nos países centrais pode ser verificado por um percentual cada vez menor de taxa de sindicalização.

A maior parte dos tratados da OIT são sobre refugiados ou sobre o Migrante trabalhador, na verdade desde o início o trabalho em situação de migração foi o foco da OIT, por já a época representar um ponto de tensão e violação de direitos. Na mesma linha a declaração da Filadélfia veio reafirmar a vocação da OIT e levantar a bandeira de combate a todas as formas de discriminação fundadas em raça, origem, religião, sexo colocando a igualdade como condição e premissa para o tratamento da questão.

Pode-se destacar, quanto ao tratamento do trabalhador estrangeiro as convenções n. 97 e a n. 143. Ambas as convenções e também as recomendações 86, 151 (que regulamenta a convenção 143) e 100 versam sobre formas de garantir acesso ao mercado dentro da legalidade aos migrantes e facilitar a integração deste ao mercado

A convenção 143, não ratificada pelo Brasil e pela maior parte das nações do mundo, preconiza o combate a migração clandestina e ao vínculo de trabalho ilegal com ações a serem implementadas por todos os membros no destas situações, a inovação consiste na inclusão da proteção aos trabalhadores dito ilegais ou irregulares partindo da proteção de direitos humanos, ainda que parte das disposições não se aplique a este grupo de trabalhadores.

A amplitude da proteção proposta pela convenção 143, fez com que tivesse baixo índice de ratificação, em especial dos grandes receptores de fluxo migratório em especial as nações mais desenvolvidas (BOUCINHAS FILHO, 2014, p. 292). Os países com maior contingente de população migrante não ratificaram a convenção utilizando com justificativa desde soberania, até assuntos de segurança interna como o terrorismo (SOUTO MAIOR, 2013, p. 136-137).

Alguns aspectos dos fluxos migratórios contemporâneos: Migração latino-americana no Brasil e fluxo migratório recente em países membros da OCDE. As posturas e políticas do Brasil em relação a migração apresentaram variações ao longo do tempo de acordo com o momento histórico e dos interesses predominantes, que nem sempre se demonstravam de forma clara ou sistematizada.

Havia, inclusive, disposições que violavam de forma flagrante os direitos fundamentais dos imigrantes e que foram revogadas com a Constituição Federal de 1988. Políticas restritivas para a mão de obra de pouca ou sem qualificação, por si só, não impedem o acesso desse grupo ao território brasileiro, mas os conduz diretamente a uma situação de irregularidade em que se prestam ao preenchimento de funções terceirizadas, sem acesso a direitos

básicos, jornada de trabalho excessiva (SILVA, 2014b, p. 190-191).

A proteção do trabalhador nacional poderia ser efetivada através de políticas de qualificação profissional com maior efetividade. Ao observar a participação de técnicos estrangeiros, é pequeno o percentual se comparado ao observado nos países desenvolvidos, significando somente 0,5% frente a uma média de 20% encontrada nos países desenvolvidos, cabe ainda destacar os benefícios para o mercado local com a presença de diferentes culturas e experiências.

Na atualidade o direito a voto, como acesso a participação social e integração do migrante a sociedade, ainda é um direito negado, questiona-se sobre a pertinência da restrição, em um cenário em que a participação política no local de moradia é essencial para a garantia de direitos e da democracia.

Para entender a imigração no Brasil e o processo através do qual o país se constituiu como rota migratória, importa traçar um panorama Regional, para então localizar o país dentro da dinâmica global. Nas últimas três décadas houve crescimento da relevância das migrações entre zonas fronteiriças, no Brasil, com os países do Mercosul, com destaque aos grupos Bolivianos e paraguaios. Os processos de integração mesmo, o acirramento das desigualdades regionais pode ter atuado como catalisadores de fluxos migratórios, em especial entre fronteiras. Essas constatações apontam para a necessidade de desenvolvimento de mecanismos de gerenciamento para garantir direitos (BAENINGER, 2012, p. 14-15).

Os países membros do Mercosul firmaram o acordo de residência entre os membros do bloco, em 2002, e que por questões burocráticas/administrativas só foram implementadas em 2009. Em breve resumo, o acordo traz previsão de verificação de antecedentes criminais no país de origem e o migrante e seus familiares devem comprovar condições de manter-se no país receptor. Não houve alteração no controle de fronteiras e aqueles que não se submetem previamente ao a esse processo, passarão pelo fluxo migratório padrão nos países receptores. Os requisitos relativos a capacidade de manutenção econômica, anteriores a entrada, na prática inviabilizam a formação de uma área de livre circulação como a que se constituiu na União Europeia entre países os membros daquele bloco.

No Mercosul, entre seus protocolos de instalação e implementação de áreas de livre circulação há menção a livre circulação de trabalhadores, já que esta constitui uma condição básica a configuração de uma zona de livre circulação. Na prática há uma grande dificuldade dos países em realizar as modificações necessária para efetivação e até a presente data não existe nada de concreto nesta questão.

Ainda quanto a circulação de trabalhadores a inexistência de um direito ou de órgão jurisdicionais de caráter supra nacional são contribuições a efetivação da livre circulação de trabalhadores e que impactaria a condição dos migrantes regionais.

Martes (2012), em seu trabalho “*Gestión pública de la inmigración en Brasil*”, reafirmação a constatação de que os fluxos migratórios são modulados por fatores geográficos, sociais, políticos e culturais, no caso do Brasil, a maior parte dos migrantes se divide em dois grandes grupos, aqueles oriundos dos países da América Latina, a maior parte de países do Mercosul ampliado que inclui Bolívia e Chile, e os migrantes procedentes de países africanos, alguns atraídos pela proximidade em razão da língua e cultura e outros para os quais o Brasil constitui rota de passagem no caminho para Europa e EUA ou país de refúgio.

Em 2000, com base em dados obtidos do censo, os migrantes vindos de países da América do Sul e Central representavam 21% do total de migrantes legais no Brasil, sendo superados somente pelos de origem europeia com 56,3%, cabe ressaltar que sabidamente, a migração indocumentada representa uma grande parte do contingente migrante, daí a aposta de que há uma predominância da migração regional, não verificada pelo censo, outro importante é como a legislação se presta como forma de seleção indireta facultando a migração regular a alguns grupos.

Esse grupo de migrantes, em regra, tem baixa qualificação profissional e instrução, apresenta migração familiar de forma majoritária. Os colombianos fogem ao padrão e tem como principal determinante as condições políticas de seu país.

Os Bolivianos destacam-se como maior grupo entre os migrantes sul-americanos e por sua, concentração na cidade de São Paulo, a hegemonia quantitativa deste grupo que só foi rompida pelo fluxo resultante do terremoto que a partir de 2010 gerou um grande contingente de migração haitiana. O fluxo de Haitiano no Brasil foi marcado por condições “*suis generis*”, que o diferencia em comparação as outras migrações regionais. O Haiti, antes do terremoto já vivia condições de instabilidade econômica e política, com o advento do terremoto, se instalou uma crise humanitária de grandes proporções.

Muitos haitianos que entraram no território brasileiro a partir de suas fronteiras amazônicas, o acolhimento a essas populações foi inicialmente todo realizado por instituições pastorais, nas regiões de entrada. O grande número de entrada e a precariedade das condições que se estabeleceu levou, em 2013 a denúncia sobre a situação de precariedade desses migrantes. Após a denúncia, passaram a haver ações estatais que culminaram, a partir da atuação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) em uma proposta de intervenção específica que se deu através da RN n. 27998, que possibilitou uma linha de proteção específica aos migrantes haitianos calcado na regularização e inserção no mercado de trabalho. a ser utilizada para esse grupo. As intervenções buscavam evitar a exploração do trabalho.

O CNIg editou a resolução n. 97, que possibilitou concessão de vistos de permanência por 5 anos em um fluxo específico para atender esse grupo de migrantes e que incluiu expedição de visto em condições especiais na

Embaixada do Brasil no Haiti. Houve também a atuação juntos a sindicatos, para através do estabelecimento de convênios e parcerias inserir esses trabalhadores no mercado de trabalho, isso ocorreu com linhas de contratação e ensino de português entre outras iniciativas (FRANCO, 2014, p. 56 e 60).

As intervenções realizadas representam um bom exemplo de como ações específicas podem garantir migração buscando respeitar e promover direitos humanos, facilitar a inclusão social, porém constituem a exceção a regra, no caso brasileiro.

A migração boliviana, ocupou em especial as atividades relacionadas a confecção fabril, os bolivianos representavam cerca de 44% do total de trabalhadores deste setor (MARTES, 2012, p. 68). Essas populações migraram em busca de melhores condições de vida e mobilidade social, muitos vindo com trabalho previamente arranjado em confecções, onde representam uma mão de obra fundamental a manutenção do sistema baseado em trabalho familiar, flexível, adaptável e de entrega rápida.

Sob a lógica da acumulação flexível, os migrantes bolivianos assumiram um nicho econômico, foram fatores facilitadores a essa situação a condição de indocumentados, portanto sem qualquer proteção inerente a formalização de seu trabalho (SOUCHAUD, 2012, p. 75).

A autora acima citada, destaca que o ramo de confecção inicialmente ocupado por migrantes internos provenientes do norte e nordeste do país interior dos estados, foi aos poucos ocupados por migrantes latino-americanos, essa transição longe de representar competição por nicho se demonstrou como deslocamento de população nacional para área de melhor remuneração, em especial nos setores relacionados a prestação de serviço, além é claro dos efeitos da reestruturação que representaram na busca de aumento da competitividade levou a piora das condições laborais.

Esse grupo de migrantes acabou por assumir uma fatia do mercado laboral em expansão e com relação próxima ao dito *outsourcing*, instrumento do processo de globalização, em que são terceirizadas as contratações como modo de reestruturar processos produtivos.

Dados apontam que 70% dos bolivianos realizam remessas o seu país, com valores entre US\$50 a US\$100/ mês, o que denota as implicações econômicas do fluxo migratório entre os Estados.

Em relação a regularização, as dificuldades são os altos custos, a morosidade, a burocracia e a dificuldade de comprovar atividade laboral, já que os empregadores se recusam a fornecer documentação. A obtenção de documentação é condição básica de acesso a direitos mínimos e não necessariamente assegura a regularização laboral (MARTES, 2012).

A nova lei de imigração pretende melhorar esse panorama, adotando critérios mais próximos do preconizado na regulação Internacional sobre o assunto que tem como determinante o respeito aos direitos humanos.

Selari (2013, p. 26 e 30) relaciona a cidadania como eixo central a

análise dos fluxos migratórios, não na perspectiva dos direitos dos migrantes, será o conceito de cidadania que determinará em cada sociedade o lugar e tratamento dispensado ao migrante, dadas relações entre esta e a soberania e território.

O autor em continuidade afirma que os movimentos migratórios guardam relação com desenvolvimento social, econômico e político. Sempre que um fluxo apresenta arrefecimento e estabilização, logrando a integração social, o lugar ocupado por esse grupamento migrante não desaparece. Com base nessa constatação salienta a importância do estabelecimento de garantia de direitos e caminhamos de verdade integração e respeito que não serão exclusividade ou úteis somente a um dado grupo específico, mas teriam uma verdadeira função social estruturante.

O International Migration Outlook (OECD, 2016), traz um panorama das migrações nos anos 2014 a 2016 nos países membros da OCDE, a partir de diferentes perspectivas com base nos quais podem ser inferidas informações e tendências sobre migração nesse grupo de países e aponta algumas das políticas adotadas e traz também algumas de suas repercussões.

O período em que foi realizado o estudo, mostrou-se um período de crescimento econômico e com a maioria dos países membros da OCDE, com percentuais de desemprego na ordem entre 6 e 10%, o que foi considerado como um ambiente favorável a migração (OECD, 2016, p. 14).

O fluxo de migração permanente apresentou aumentos superior a 4% entre 2014 e 2013 e de 10% no ano de 2015, conforme esperado, o fluxo humanitário ao lado da migração espontânea, foram as categorias com maior expansão, com destaque para migração familiar, na terceira posição seguida pela migração espontânea.

O número de migrantes residentes nos países da OCDE, somou 120 milhões em 2014, neste mesmo ano quase 2 milhões de pessoas adquiriram nacionalidade de um dos países da OCDE.

Mesmo sem modificações significativas ou de maior impacto, as políticas migratórias nos países membros do bloco, a implementação ou modificação de políticas voltadas a migração são uma constante, muitas focadas nos trabalhadores mais qualificados e estudantes, porém existem medidas voltadas a outros grupo como os indocumentados e asilados, como exemplo as revisões realizadas no período compreendido pelo estudo, pela França e Dinamarca no sistema de migração para trabalho, com alteração das regras.

Ações que reduzam o tempo de regularização dos trabalhadores, somadas ao ensino da língua e educação e integração podem representar diferenças significativa nas condições dos grupos de migração recente. Inicitivas como as tomadas pela Noruega, a “*turbo evaluation*”, que a partir da criação de mecanismo para relacionar e equiparar as qualificações dos migrantes ao padrão norueguês são importantes e de impacto significativo.

A dinâmica observada na concessão de permissões para trabalho temporário e sazonais e a adoção de políticas voltada a esta espécie de migração,

tais como as autorizações específicas para estes grupos, demonstram a importância deste tipo de migração para as economias envolvidas. Muitos destes trabalhadores vem de países do próprio bloco ou fora deste, em especial países asiáticos.

Alguns migrantes que até 2013, necessitavam de permissão para trabalho, com Búlgaros e Croatas, não mais precisam desta autorização, a livre circulação dentro da união européia tem influência sobre o movimento de trabalhadores e sua condição jurídica. Em especial nos países membros da União europeia, os grupos de migração temporária são compostos por diversos perfis de nacionalidade, habilidades e capacitação laboral, muito como decorrência da livre circulação no bloco entre outras políticas que acabam por gerar a diversidade observada.

O International Migration Outlook (OECD, 2016), sugere que a facilitação de acesso de migrantes e canais de emprego a criação e o incentivo de recrutamento internacional com toda proteção jurídica, desenvolvimento de programa migratório específico para refugiado, com destaque para importância dos empregadores, no processo de recrutamento de migrantes.

As diversas causas ou vetores para fluxos migratórios implicam em uma consequência econômica, de cunho positivo ou negativo, com base nesta constatação, migrar é movimento de luta pela vida, fato que só reforça o caráter de direito da migração conforme já firmado pela declaração universal dos direitos humanos.

A estreita ligação com as questões econômicas leva a uma responsabilidade que tem origem na tomada de decisões que tenham impacto econômico a com probabilidade ou capacidade de fomentar fluxo migratório, seja pela escassez ou pela pujança. Esta responsabilidade será dimensionada pelo potencial de impacto e será potencializado quando analisado dentro de uma determinada região geográfica ou econômica, como podemos observar no panorama apresentado

A globalização tem um impacto econômico que transborda as fronteiras nacionais e mesmo os limites regionais, são exemplos prático o aumento e as dinâmicas dos fluxos migratórios, a inserção dos migrantes nos países receptores, a reestruturação dos mercados laborais em todo mundo, os mecanismos de *outsourcing*. A globalização é fato consumado, todavia cabe avaliar suas consequências e pautar a garantia dos Direitos Humanos implicados.

O status jurídico provou ser um marcador fundamental a determinar a condições do migrante, a situação de indocumentado ou de irregular corresponde a invisibilidade e um afastamento, na prática, da responsabilidade dos Estados. Desse modo o que não existe, não requer qualquer intervenção ou é capaz de gerar responsabilidade.

Os dados apresentados pelo relatório dos países membros da OCDE demonstra claramente os impactos positivos de políticas voltadas a inserção. A

importância da migração na economia a partir da análise das concessões de permissão de trabalho temporário e mesmo pela mobilidade dentro da área de livre circulação (União Europeia), em realidade aponta os países s necessitam desta mão de obra de origem estrangeira que compõem a dinâmica econômica nesses países.

Na União europeia o contraste entre número de permissões de trabalho, em especial a temporária e em área como trabalho agrícola, em colheita e o perfil demográfico e composição da população pode-se inferior que nesta região o trabalho migrante é imprescindível, com relação a esse aspecto na comparação com o perfil de migração regional encontrado no Brasil verifica-se uma diferença, pois no Brasil ainda que o trabalho migrante tem um lugar, mas este não é imprescindível.

O Brasil por suas dimensões continentais, pelo número de países com os quais mantém fronteira, pelo potencial econômico e até mesmo por sua dinâmica econômica estabelecida tem responsabilidade frente a região em que se insere, que hoje coincide com o Mercosul (Mercado Comum do Sul).

Uma questão pertinente seria identificar o peso da regionalização e configuração como bloco econômico sobre esse resultado e que pode apontar luzes para a América Latina.

Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 5.ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998.
- BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações Latino-Americanas. In: _____ (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2012.
- BELTRAMELLI NETO, S. **Direito fundamental a moradia do trabalhador migrante**. Santos, SP: Editora Universitária Leopodianum, 2015.
- BOUCINHAS FILHO, J. C. Convenções internacional sobre migração de trabalhadores. In: ALVARENGA, R. Z.; COLNAGO, L. M. R. (Coord.). **Direito internacional do trabalho e convenções internacionais da OIT comentadas**. São Paulo, SP: LTr, 2014.
- CHETAIL, V. Migration, human rights and sovereignty: international law at the crossroads. In: _____ (Ed.). **Globalization, migration and human rights: international law under review**. Paris: Bruylant Edition, 2007. (Migration, Droits de L'Homme et Souveraineté: Le Droit International Dans Tous Ses Etats, v. 2).
- FRANCO, R. T. C. As políticas migratórias e os sujeitos invisíveis no Brasil: os papéis da sociedade civil, Estado e sindicatos na proteção humanitária dos trabalhadores migrantes haitianos. In: DELGADO, G. N.; PEREIRA, R. J. M. B. Trabalho, constituição e cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. São Paulo, SP: LTr, 2014.
- HUSEK, C. R. A organização internacional do trabalho: histórico e objetivos. In: _____. **Curso básico de direito internacional: público e privado do trabalho**. 3.ed. São Paulo, SP: LTr, 2015a.
- _____. Teoria geral do direito internacional do trabalho: ideias e fundamento históricos. In: _____. **Curso básico de direito internacional: público e privado do trabalho**. 3.ed. São Paulo, SP: LTr, 2015b.
- MARTES, A. C. B. **Gestión pública de la inmigración en Brasil**. In: FONTOURA, J.; PERTICARA, M. (Coord.). **Migración y políticas sociales en América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2012.

MARTINS CÉSAR, J. B. Direitos fundamentais dos trabalhadores. In: _____. **Tutela coletiva dos direitos fundamentais dos trabalhadores**. São Paulo, SP: LTr, 2013. Disponível em: <<http://vlex.com/vid/direitos-fundamentais-dos-trabalhadores-579395810>>. Acesso em: 04 set. 2016.

MONTENEGRO, A. F.; VAZ, A. A. Dumping en la sociedad globalizada: el trabajo digno, un derecho fundamental social a proteger. **Estudios Jurídicos Democracia y Justicia**, Talca, Chile, n. 4 2015.

OECD. **International migration outlook 2016**. Paris, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2016-en>.

RODRIGUES, M. N.; ALVARES GASPARGAS, R. A atuação da OMC frente aos desafios de concretização dos Direitos Humanos, em especial no tocante aos direitos trabalhistas: uma perspectiva desde os países em desenvolvimento (BRICS). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL, 14., 2016, Gramado, RS. **Anais...** São Paulo, SP: Academia Brasileira de Direito Internacional, 2016.

RUBENSTEIN, K. Globalisation and citizenship and nationality. In: DAUVERGNE, C. (Ed.). **Jurisprudence for an interconnected globe**. USA: Ashgate Publishing Limited, 2003.

SELARI, L. S. **Bolivianos em São Paulo**: dinâmicas da imigração, reflexões e práticas da mudança social. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

SILVA, S. G. C. L. A globalização e suas interferências no direito internacional do trabalho: o trabalhador migrante. In: _____. (Org.). **Transformações no mundo do trabalho e redesenho institucional trabalho, instituições e direitos 2014**. São Paulo, SP: LTr, 2014a. Disponível em: <<http://vlex.com/vid/globalizacao-suas-interferencias-no-569174082>>. Acesso em: 04 set. 2016.

_____. A organização internacional do trabalho, a globalização e o trabalho decente. In: _____. (Org.). **Transformações no mundo do trabalho e redesenho institucional trabalho, instituições e direitos 2014**. São Paulo, SP: LTr, 2014b. Disponível em: <<http://vlex.com/vid/organizacao-internacional-do-trabalho-569174090>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SOUCHAUD, S. **A imigração boliviana em São Paulo**. In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2012.

SOUTO MAIOR, J. L. Marginalidade jurídica das migrações internacionais na prática dos direitos Humanos. In: _____. **Trabalhos marginais**. São Paulo, SP: LTr, 2013.

VEDOVATO, L. R. Protección internacional del trabajador y políticas migratorias. In: KLEIN VIEIRA, L.; AMARAL JR, A. El derecho intencional privado y sus desafíos en la actualidad. Bogotá, Colombia: Grupo Editorial Ibañez, 2016.

_____; MENEZES, D. F. N. **Migración y ciudadanía en el escenario económico actual - Análisis del voto extranjero y efectos económicos de la migración**. Derecho y Cambio Social, Perú, Año 12, n. 42, 2015.

_____. **O direito de ingresso do estrangeiro**: a circulação de pessoas pelo mundo do cenário globalizado. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

WANDERLEY DE CASTRO, M. P. S. W. Elementos jurídicos de dignidade da pessoa humana e a inserção social e econômica dos trabalhadores no sistema capitalista. In: _____. **Terceirização uma expressão do direito flexível do trabalho na sociedade contemporânea**. São Paulo, SP: LTR, 2014.

ZEFERINO, M. A. P.; AGUADO, J. C. Globalização e soberania: a exclusão dos direitos humanos dos estrangeiros pelo Estado. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, GO, v. 38, n. 1, p. 92 - 118, 2014.

**VIDAS EM MOVIMENTO:
O MIGRANTE EM SITUAÇÃO DE RUA NA SAVASSI-
BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS³⁷²**

Juliana Carvalho Ribeiro

Viver é adaptar-se
Euclides da Cunha

Em seu livro *Os Sertões* (1998), Euclides da Cunha revelou literariamente a luta cotidiana contra as adversidades da paisagem e a incompreensão das elites. Distanciando-nos do seu determinismo, podemos nos apropriar da sua brilhante afirmação – destacada na epígrafe – e remetê-la à realidade dos migrantes que chegam aos grandes centros urbanos. Quando não há outra alternativa, esses sujeitos passam a compor a população em situação de rua. Esta parcela da sociedade, marginalizada, precisa se adaptar à vida limitante da rua, que se revela, na maior parte das vezes, indigna. Invisibilizada pela sociedade dita de consumo, esta população desfavorecida luta pela sua sobrevivência na rua, condição imposta pela modernidade e pelo urbano segregacionista e excludente.

As metrópoles de todo o mundo, cada uma a seu tempo, pela sede em se manterem modernas, incitam o consumo e produzem a segregação. E a população migrante, na grande maioria das vezes, compreende a parcela marginalizada desse cenário. Esses sujeitos ora são invisibilizados, ora são iluminados. Muitas vezes, quando não conseguem se inserir no mercado de trabalho e essa condição se alonga por algum tempo, não veem outra solução a não ser fazer da rua seu espaço de vivência. Passam a compor, assim, a população em situação de rua e, sem alternativa, nela dormem, alimentam-se, buscam alguma renda, procuram por dignidade, sem alcançá-la. Na rua, essa população não só é iluminada, como é (re)produzida. Ela vive a, na e da rua.

A produção da população em situação de rua remonta ao processo de urbanização e, portanto, é antiga. O processo de iluminação da população migrante nesse espaço, porém, é mais recente. O constante avanço dos meios de comunicação e transporte e, principalmente, a crise que assola o mundo capitalista e que se revela mais grave na periferia, insistam populações periféricas a deixarem seu país em busca de melhores condições de vida. Dentro de um mesmo país, a crise também coloca a população em movimento, que passa a buscar os grandes centros, mais inseridos na economia.

³⁷² Artigo escrito com base em dissertação de mestrado da autora, defendida em 22 de abril de 2015, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), sob orientação do professor doutor Duval Fernandes.

Belo Horizonte, Minas Gerais, é um dos diversos destinos da população migrante – proveniente de outras cidades do estado, outros estados brasileiros ou outros países. Enquanto metrópole, não foge à regra do que ocorre mundo afora e também (re)produz a segregação. A Savassi, bairro tradicional dessa metrópole, sofreu várias intervenções públicas ao longo da sua história, mas a presença marcante do Estado para sua requalificação, inegavelmente, revelou-se neste século XXI. Já nos seus primeiros anos, em 2002, e, depois, em 2011, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) empreendeu obras visando, principalmente, o embelezamento de sua paisagem³⁷³.

Esta última revitalização iluminou a população marginalizada — composta, também, por migrantes. O Terceiro Censo de População em Situação de Rua e do Migrante de Belo Horizonte³⁷⁴ (2014) identificou 1827 pessoas vivendo nas ruas deste município (GARCIA et al., 2014), sendo 64,2% deles migrantes. O perfil da população em situação de rua desenhado por este censo mostra, assim, a importância do migrante entre seus representantes, que vêm, em sua maioria, de ônibus e à procura de trabalho. “A maior parte dos recenseados (64,2%) nasceu fora do município de Belo Horizonte, sendo 39,7% em outra cidade do estado de Minas Gerais, 24,5% em outro estado da federação e 0,3% em outro país” (GARCIA et al., 2014, p. 80). A atratividade de metrópole e, principalmente, a dificuldade de inserção do migrante são evidências implícitas nesses números.

A maior relevância de duas motivações: a *procura de trabalho* e o *acompanhamento familiar*. Ambas são diretamente vinculadas ao fluxo de migrantes, não só para Belo Horizonte. Uma vez concretizado o movimento migratório, um universo se abre: novos vínculos, novos desafios, novos conflitos. No caso da migração familiar, a adaptação à nova realidade, ao novo espaço de vivência, é um processo gradual e requer renúncias e muita compreensão dos seus integrantes. A migração, assim, revela-se estratégia fundamental para (sobre)vivência das famílias e, à ela, há necessidade de adaptação.

A migração em função de trabalho é relevante e ocupa destaque entre os motivos apresentados como justificativas para a busca da rua enquanto abrigo, o que pode ser observado na Figura 4. A pesquisa indicou que, na maior parte das vezes, mais de um motivo foi mencionado pelo entrevistado, o que explica o somatório ultrapassar 100%.

³⁷³ O objetivo deste texto não é detalhar as obras empreendidas na Savassi. Buscou-se refletir sobre as consequências desta intervenção pública para os sujeitos da pesquisa: a população migrante. Para mais informações sobre as obras, sugere-se visitar o sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), no endereço <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>.

³⁷⁴ O trabalho de coleta do Terceiro Censo de População em Situação de Rua e do Migrante de Belo Horizonte envolveu 19 equipes — compostas por estudantes das áreas de Medicina, Ciências Sociais e Ciências Humanas, profissionais com formação superior em várias áreas e técnicos do Serviço Especializado em Abordagem Social da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) — e a autora desta pesquisa teve a oportunidade de coordenar uma delas.

Acredita-se que os sujeitos que se encontram nas ruas sentem falta de uma convivência familiar cotidiana, uma vez que, talvez para suprir esta carência, formam grupos. Junto aos demais sujeitos com os quais vivem, identificam-se como de uma mesma família, a sua *família da rua*.

A violência compreende outra justificativa para formação de grupos em situação de rua. A maior parte dos respondentes admite sofrer ou já ter sofrido variadas formas de violência, sendo roubo/furto e preconceito as mais frequentes. “O roubo foi a forma mais comum, relatada por 64,4%; seguida pelo preconceito, 54,4%; ameaças 51,7%; violência física 51,1%; maus tratos 43,1%; tentativa de homicídio 39,1%; remoção forçada 36,2%; e violência sexual (8,2%)” (GARCIA et al., 2014, p. 98-99).

Outra forma de violência captada pela pesquisa é a marginalização desses sujeitos pela (e perante a) sociedade. Nota-se, ainda, a negação, pelo próprio sujeito em situação de rua, do seu direito de participar de eventos promovidos em espaços públicos, o que pode ser reflexo da violência sofrida por eles, inerente à quem vive a rua. Como se respondessem ao olhar segregacionista e excludente de agentes públicos e da sociedade dita de consumo, eles mantêm uma baixa frequência nos eventos que ocorrem na cidade. “Entre os recenseados, 32,2% disse participar de eventos culturais, esportivos ou de lazer.” (GARCIA et al., 2014, p. 101).

Essas pessoas, em contrapartida, se sentem mais inseridas socialmente a partir da posse de documentos. “[...] 77,7% dos recenseados disseram possuir algum documento. Os documentos de identidade, CPF, Certidão de Nascimento/Casamento, Carteira de trabalho e Título de Eleitor são os mais comuns entre os recenseados” (GARCIA et al., 2014, p. 103).

A indocumentação, porém, alcança quase a totalidade dos migrantes internacionais que vivem a rua, o que intensifica seu medo. Além disso, indocumentados, quando empregados, são remunerados de forma ainda menos digna que os migrantes regulares, agravando sua situação de marginalidade, contribuindo para aprofundar a sua fragilização.

Por todo o exposto sobre esta parcela marginalizada da população, não teria como não encontrar outro desejo entre seus representantes que não o de sair da rua. “Quando perguntados sobre o desejo ou intenção de deixar a situação de rua, 94% dos entrevistados querem sair da vida na rua.” (GARCIA et al., 2014, p. 102). É quase unânime a análise da vivência da e na rua como degradante e, assim, os sonhos seguem mantendo estas pessoas em movimento.

*Enquanto o tempo
Acelera e pede pressa
Eu me recuso, faço hora
Vou na valsa
A vida é tão rara...
Lenine*

A letra da música *Paciência*, de Lenine, ilustra a resistência à cotidianidade. Contemporaneamente, a cotidianidade é imposta às metrópoles e seus cidadãos, como é o caso de Belo Horizonte. A maior parte da população tem sua rotina frenética e se acredita feliz, apesar desta condição. Feliz por ter um emprego; por chegar cansado em casa ao fim do dia, depois de trabalhar exaustivamente e enfrentar um trânsito ainda mais frenético do que a sua rotina; por não ter tempo de fazer as coisas simples da vida, que foram perdendo importância dentro da ideologia, do ritmo e da lógica da vida moderna.

Tal como outras inúmeras metrópoles, a capital de Minas Gerais sofre pelo seu rápido crescimento, desprovido de um eficiente planejamento urbano, apenas um dos inúmeros problemas inerentes à expansão urbana. É importante salientar que a desigualdade está por todo o espaço, quer ele seja eficientemente planejado ou não. Aliás, o planejamento urbano como solução é uma ilusão, mas não existindo, não sendo eficiente, agrava em muito a situação. Neste contexto acelerado, com o tecido urbano em expansão, observa-se um crescimento econômico desacompanhado de um crescimento social. Ainda mais grave é a brutal desigualdade que vai sendo delineada pelo sistema capitalista na sociedade moderna.

Mesmo que os planejadores fossem capazes de pensar o urbano e realizar as diretrizes propostas, a desigualdade socioeconômica inerente ao sistema capitalista não permitiria o pleno acesso, de todos, à cidade — o *direito à cidade*. Em tempo, Lefebvre (2006) fala em *direito à cidade* e não *na cidade*. O *direito à cidade* é muito mais amplo, incorpora a ideia utópica de uma vida melhor, uma cidade imaginada em outros termos. O *direito na cidade* é mais redutor, apesar de que nem isso é alcançado, pois seria a ideia de ter os direitos que já existem garantidos por lei. Nas palavras do autor:

[...] direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que ‘o urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível (LEFEBVRE, 2006, p. 116).

E continua sua reflexão corroborando a dificuldade de acesso a esse *direito à cidade*:

[...] o *direito à cidade* se afirma como um apelo, como uma exigência. Através de surpreendentes desvios — a nostalgia, o turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas — esse direito caminha lentamente. (LEFEBVRE, 2006, p. 116).

As políticas públicas, assim, em sua ineficiência, não garantem um mínimo de dignidade para uma parcela da sua população, o que é revelado pela população em situação de rua. Pessoas que migraram de outras cidades do estado, de outros estados ou, ainda, de outros países, por inúmeras razões, fazem

da rua seu principal espaço de vivência, e não são assistidos pelo poder público como deveria ser.

Acompanhando e tentando se inserir nesse crescimento (des)ordenado, migrantes veem sua vida norteadada por dificuldades, e esta situação contribui – desde os primórdios da cidade até hoje –, para o aprofundamento das desigualdades sociais. Pessoas desprovidas de recursos, recém-chegadas ou mesmo nascidas em Belo Horizonte, se veem à margem da prosperidade, do crescimento econômico, que garante o acelerado crescimento urbano.

Tais pessoas, na maior parte das vezes sem alternativa, ocupam lacunas do planejamento urbano – lacunas legítimas, uma vez que faz parte do planejamento não planejar para todas as parcelas da população –, produzindo e expandindo os espaços de favelização. Até mesmo estes espaços, com o passar do tempo, se mostram saturados, expulsando sujeitos do núcleo urbano ou fazendo com que busquem na rua o seu espaço de vida. Com isso, as paisagens da cidade não têm como esconder a crescente população em situação de rua.

Quando esses sujeitos marginalizados — cada vez mais numerosos nos grandes centros urbanos – dependem da rua, eles precisam escolher onde viverão. No caso de Belo Horizonte, se a rua é a alternativa viável, a regional centro-sul se revela a mais interessante, uma vez que o sujeito tende a buscar espacialidades que viabilizem a sua sobrevivência. Belo Horizonte, como as demais metrópoles, não foge à regra. “O maior número de pessoas em situação de rua foi encontrado dentro dos limites da regional centro-sul (44,8%), seguida pela regional norte (15,6%), regional nordeste (9,3%) e regional Pampulha (9,2%).” (GARCIA et al., 2014, p. 28).

Dentro da regional Centro-sul, a Savassi é iluminada – um bairro agradável, bonito e charmoso, que constitui uma centralidade. Espacialidade capturada pelo capital e produzida visando seu uso pela elite, tem grande capacidade atrativa. A questão inconveniente para os planejadores e para a sociedade dita de consumo é o fato de ela atrair, também, a população em situação de rua, para a qual a Savassi não foi produzida. A própria circulação de pessoas mais favorecidas os atrai, já que estes consumidores do espaço são possíveis fontes de esmolas para esta população. Ao verem na Savassi possibilidades de sobrevivência, os sujeitos em situação de rua se apropriam dela e produzem, a seu modo, de acordo com os seus interesses, espaço.

Foco de intervenção pública recente, revitalizada e (re)enobrecida, alvo de políticas para ampliar a segurança local, a Savassi continua a atrair – e atrai ainda mais do que antes – a população marginalizada. Claro que este não era o objetivo dos planejadores urbanos. Pelo contrário! Assim, ao mesmo tempo em que o espaço da Savassi segrega e expulsa, uma vez que ele não é produzido para o sujeito de baixa renda, ele atrai e forma um população em situação de rua, uma vez que nele circula dinheiro. (In)coerentemente, atrai tendo a intensão de repelir.

Atendendo ao planejamento segregador, a Savassi revela as diferenças de implantação das políticas públicas no tecido urbano de Belo Horizonte, e a higienização ganha destaque nesta espacialidade. Ilustrando esta ideia, torna-se interessante fazer um paralelo com as reflexões de Berman (1986). Ele analisa a modernidade como uma vida de paradoxos e de contradições. De forma brilhante, ilumina os poemas de Baudelaire, pela sua competência em retratar literariamente o cotidiano dos conflitos modernos. Em *Os Olhos dos Pobres*, ironias do novo modo de vida urbano são reveladas. A cena no café parisiense, contada pelo poema dos apaixonados diante da família de olhos, revela uma das mais profundas ironias e contradições na vida da cidade moderna, e elucida – guardadas as devidas questões contextuais – o que ocorre, hoje, na Savassi revitalizada.

A população marginalizada – rejeitada tanto pelo empreendimento de Haussmann quanto pelos planejadores da reforma da Savassi – é evidenciada a partir das intervenções. As transformações no espaço que, em ambos os casos, foram planejadas para excluir o pobre, tentando deixar a centralidade fora do seu alcance, ao contrário, atraem a atenção dos mesmos, que também gostariam de ter um lugar à luz.

Assim, as intervenções, por produzirem — no café parisiense e na Praça Diogo de Vasconcelos –, espaços enobrecidos, atraem a atenção para os pobres, que se destacam naquela paisagem. À medida que estes sujeitos veem como é a nova vida naquela centralidade, eles também são vistos. A miséria tornou-se, pós-intervenção urbana — na Paris do século XIX³⁷⁵ ou na Belo Horizonte do século XXI – um fato, algo explícito, literal, uma realidade revelada a olhos vistos e iluminada pela revitalização. “A presença dos pobres lança uma sombra inexorável sobre a cidade iluminada” (BERMAN, 1986, p. 148).

Prosseguindo com o paralelo, tal como a *família de olhos* de Baudelaire, a população em situação de rua da Savassi também sofre discriminação. A sociedade dita de consumo, ao se deparar com o sujeito marginalizado – que não se inseriu da mesma forma que ele no universo do capital –, sente-se incomodada.

Um misto de sentimentos podem se apoderar do cidadão privilegiado, que observa o outro em pior condição socioeconômica que ele – medo, susto, dó, compaixão, revolta, nojo. Muitas vezes, mais de um sentimento se manifesta, já que este cidadão é guiado pela razão, mas também pela emoção. As contradições do mundo se manifestam dentro dele e se realizam nas suas ações e reações para com o outro. “A manifestação das divisões de classe na cidade moderna implica divisões interiores no indivíduo moderno” (BERMAN, 1986, p. 148). Independente dos sentimentos que são despertados, o abismo

³⁷⁵ A miséria em Paris já existia antes da intervenção de Haussmann. Mesmo na Paris medieval, quando ricos e pobres conviviam, na sujeira da cidade. Isso não aconteceu em Belo Horizonte porque a cidade já nasceu moderna, já nasceu excludente. Apesar de já existir em Paris, acaba sendo iluminada, como o é, também, em Belo Horizonte.

entre eles se materializa na sua reação. A repulsa — derivada do medo, da revolta ou de outro sentimento — é revelada pelo seu corpo, através do olhar inseguro ou do seu afastamento.

Do outro lado deste impasse, um sujeito que, por algum motivo, não se inseriu na sociedade de forma semelhante à parcela privilegiada. Mal visto, ele sente, na maior parte das vezes, o preconceito, quando esperava, como todo ser humano, respeito e cuidado. Como reflexo, podem responder com violência, aprofundando as dificuldades inerentes a este conflito de condições e reações.

Para a maior parte da sociedade favorecida, o ideal seria não ter que conviver com aquelas pessoas. No café parisiense ou na Savassi, tal como acontece em qualquer outro espaço produzido para a elite, o que se planejou foi o enobrecimento, que depende da segregação e da exclusão dos pobres, mas o espaço é público. “Os ambientes da metrópole são, assim, objeto de significados e práticas distintos que são parte integrante da sociedade de classes, de uma sociedade que não pode permitir uma cidadania plena a todos os seus membros” (CORRÊA, 2011, p. 168). Planejados para uma parcela específica da sociedade, esses espaços — públicos, mas revitalizados objetivando seu uso por poucos — tornam-se campo disputado entre a população privilegiada e a marginalizada.

Apesar da resistência da elite legitimada pelo Estado, a população marginalizada se apropria da rua. Faz dela meio e fim de sobrevivência, criando *territorialidades*. Nas palavras de Saquet (2003, p. 26), a *territorialidade*:

[...] é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidade e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada, e as relações são múltiplas, e, por isso, os territórios também o são (com territorialidades), revelando a complexidade social e ao mesmo tempo as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitado (Grifo do Autor).

Nas ruas da Savassi, à sua maneira, esta população marginalizada, esquecida, invisibilizada, temida, segregada, cria o seu modo de vida. Driblando as dificuldades, ela tenta se estabelecer naquele espaço para dele tirar recursos para viver.

Hoje, mais que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real (Henri Lefebvre)

Lefebvre (2008) valoriza a utopia em um mundo onde tudo é realidade, onde tudo é concreto e está posto hegemonicamente. A utopia é necessária para que o avanço aconteça. A partir dela, o homem caminha e vai para além do que é imposto pela lógica hegemônica. Pela utopia, o homem busca uma possibilidade.

A possibilidade de mudança começa com a reflexão. Desta forma, o pensamento utópico foi o Norte para a pesquisa que foi aqui brevemente apresentada: a busca pela compreensão da origem, da essência, dos meandros da realidade socioespacial desigual e segregacionista das metrópoles, a partir de uma espacialidade de Belo Horizonte – a Savassi –, na qual se encontram migrantes que almejam melhores condições de vida.

A incessante chegada de imigrantes à cidade revela o inchaço urbano. Pessoas oriundas da zona rural ou de outras cidades – mineiras ou de qualquer outro estado, brasileiras ou, até mesmo, estrangeiras –, chegam a Belo Horizonte repletas de sonhos, de expectativas, de ideais de uma vida mais próspera e mais feliz, mas a cidade não apresenta planejamento e políticas públicas capazes de absorver esta população e garantir oportunidades reais de alcançarem tais objetivos. Planejadores, aliás, não seriam disso capazes, nem mesmo se almejassem alcançar tal intento.

Neste cenário, pessoas diferentes, com preocupações e objetivos diversos, convivem e produzem espaço urbano. Esse processo conta com agentes, cujos interesses e finalidades de atuação são bem definidos por Carlos (2011): o Estado, que impõe a dominação política; o capital, que através de diversas estratégias induz a perpetuação e reprodução de ideais capitalistas; e os sujeitos sociais – entre eles os migrantes –, que atuam através da reprodução de suas práticas cotidianas.

Uma vez que compartilham um espaço público, esses agentes deveriam comungar ideias e práticas que beneficiassem a todos. Porém, poucos são os espaços que:

[...] constituem, nas cidades modernas contemporâneas, veículos privilegiados de comunicação social. O diálogo social, difundido por comportamentos, atitudes, valores, é obtido pela copresença, pela convivência, pelo confronto, pelo debate. Esses espaços são excepcionais. Podem ser praças, jardins, um conjunto de ruas, um cruzamento de avenidas, monumentos; pouco importa o modelo em sua origem, esses lugares concentram significações, são densos de sentidos, atraem o público e simbolizam as cidades (GOMES, 2013, p. 271-272).

Assim, o urbano, com suas relações sociais e as contradições intrínsecas a elas, se apresenta como campo fértil para o estabelecimento de territórios, para a produção de territorialidades. Neste universo de complexidade e de disputas, territórios e territorialidades se revelam dinâmicos. Produzidos no cotidiano frenético da metrópole, eles são a materialização das disputas pelo espaço e pelo poder, expressas nas relações sociais. “Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade. [...] Enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é a sua historicidade” (COSTA, 2011, p. 82). “Na modernidade, por exemplo, a territorialidade tende a ser mais ubíqua e bastante mutável” (COSTA, 2011, p. 87). Delineado no cotidiano por agentes diversos que competem por espaço e por poder, o território se revela fugidio.

Belo Horizonte e, mais especificamente, a Savassi, constituem espaços disputados e determinados por relações de poder. Não poderia ser diferente. “Zona de contato, de afastamentos e de proximidades, de conflitos e de diálogos possíveis, a cidade é fronteira” (HISSA, 2008, p. 269). Conflituosa e dialeticamente, Belo Horizonte e, também, a Savassi, são produzidas pelas relações sociais e possibilitam estas relações.

A complexidade social e espacial do urbano é resultado, assim, da atuação dos agentes, que não o fazem de forma aleatória. A produção do espaço, de modo geral, comporta relações norteadas por ideologias. Neste contexto, o espaço se torna “[...] um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparentes coerências da figura espacial.” (LEFEBRE, 2008, p. 44).

Voltando esta reflexão para o contexto belo-horizontino, a Savassi e sua revitalização são iluminadas, pois revelam uma paisagem produzida para ser consumida pela classe dominante. A espacialidade da Savassi, manipulada pelo Estado e pelo capital, tornou-se instrumento político. Juntos, estes agentes produziram uma nova Savassi, destinada à elite de Belo Horizonte.

A população marginalizada – composta, em sua maioria, por migrantes –, todavia, também se interessa por esta espacialidade. A Savassi requalificada atrai pela beleza, pela segurança, bem como pela própria população para a qual foi revitalizada, já que ela é vista pelos desfavorecidos como possíveis fontes de renda. Apesar de serem, há décadas, invisibilizados pela classe dominante – que só os percebe quando há transgressão da lei –, esses sujeitos desfavorecidos são iluminados pós-intervenção urbana. A segregação se torna mais evidente na Savassi redesenhada.

Neste cenário, a possível intenção da ideologia hegemônica — ao se apropriar do espaço enquanto instrumento político, usando-o para “[...] dissimular as contradições da realidade” (LEFEBRE, 2008, p. 45) – pode (e provavelmente vai) fracassar. Iluminada, a população marginalizada se apropria da rua e faz dela seu espaço principal ou absoluto de vivência. A população em situação de rua estabelece territorialidades na nova Savassi e se revela enquanto resistência contra-hegemônica.

Presentes nos relatos³⁷⁶ dos sujeitos em situação de rua, as dificuldades são por eles iluminadas quando reclamam o direito à cidade – pedem por dignidade, por alimentação, por moradia, por segurança, por emprego, por saúde, por lazer, por respeito. Escancaram seus sofrimentos, decorrentes do

³⁷⁶ Visando compreender esta realidade, buscou-se, através da pesquisa empreendida, dar voz a esses sujeitos. A partir de entrevistas, todas gravadas e transcritas, 20 pessoas em situação de rua contaram um pouco da sua vida, da sua história e do seu cotidiano na rua. Apesar de a intenção desta pesquisa ter sido uma análise qualitativa, é interessante destacar sua representatividade perante a população em situação de rua de Belo Horizonte. As informações obtidas ao longo das conversas mostraram coerência com o que foi iluminado pelo Terceiro Censo de População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte.

processo de exclusão ao qual são submetidos cotidianamente, o que se mostra ainda mais forte entre os migrantes.

Nas suas críticas, falas indignadas. Indignação pela forma como são tratados pelas demais parcelas da sociedade e, principalmente, pelo Estado. O preconceito e a falta de políticas públicas contribuem para ampliar o abismo causado pela segregação. Neste escopo, a impotência e a indignação se revelam como os principais sentimentos que animam esses sujeitos. Solução? Ela não está, seguramente, na caridade individual. Abriga-se na esfera política, ainda tão distante da realidade.

Conscientes desta distância, sujeitos em situação de rua são incisivos ao apontar a rua como abrigo, como espaço de vivência principal ou absoluto, e, por isso, relataram precisar buscar, a todo momento, estratégias para driblar as limitações que a condição de vida inerente à rua lhes impõe. Seriam estratégias para buscar um caminho para a felicidade?

Quais são, quais serão os lugares com êxito social; como detectá-los, com que critérios; que tempos, que ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem e se prescrevem estes espaços ‘com êxito’, quer dizer, favoráveis à felicidade? Isso é o que interessa” (LEFEBVRE, 1991, p. 32).

Felicidade para a população em situação de rua é um sentimento despertado quando relatam o desejo de sair da rua e imaginam-se fora dela. Isto sim é unânime! Possibilidade imediata ou utopia?

Referências

- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido dissolve no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1986.
- CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, SP: Contexto, 2011.
- CORRÊA, R. L. **Trajетórias geográficas**. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.
- COSTA, R. H. (Org.). **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.
- GARCIA, F. D. et al. (Org.). **Terceiro censo de população em situação de rua do município de Belo Horizonte**. Viçosa, MG: Suprema, 2014.
- GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2013.
- HISSA, C. E. V. Mobilidades, adensamentos e rarefações. In: _____ (Org.). **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo, SP: Centauro, 2006.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, SP: Editora Ática, 1991.

A IMIGRAÇÃO AFRO-ANTILHANA INGLESA PARA O BRASIL - TRABALHO E MEMÓRIA

Cledenice Blackman

A imigração afro-antilhana inglesa para o Brasil. Conforme Menard (2006) “A pequena ilha de Barbados, que possui meros 430 quilômetros quadrados [...]” foi colonizada pela Inglaterra em 1625, posteriormente a Jamaica em 1653, assim como as demais ilhas como: Granada, Trinidad, São Vicente, Bermuda dentre outras que foram anexadas como colônias da Coroa Britânica durante o século XVII (MARCPHERSON, 1963, p. 23).

Contudo, os indígenas foram praticamente quase que de maneira geral, sendo exterminados, em consequência, de doenças levadas pelos europeus, de batalhas ocorridas contra o processo de colonização, mas devido ao trabalho excessivo a qual estes povos eram obrigados a desempenhar³⁷⁷.

Em vista disso, da falta de mão de obra nesta região da América Central incentivaram os colonizadores europeus, principalmente os ingleses a iniciarem o processo de importação de escravos da região africana para explorar e delimitar a posse neste território antilhano e é dessa forma que os negros chegaram ao Caribe inglês para suprir a insuficiência de mão de obra local, e como forma, de preencher a lacuna fronteiriça.

Mas, após os europeus terem resolvido a questão da mão de obra e suprir a necessidade de trabalhadores(as) nas pequenas Antilhas inglesa, o aumento populacional, tornou-se uma evidência e, conseqüentemente, uma problemática social.

Com uma densidade demográfica com cerca de 700 pessoas por Km², no período da emancipação dos escravos e um aumento da população desde então, Barbados não tem estado preparado para produzir oportunidades de emprego, em consequência, ocorreram muitas ondas de imigração. Em tempos diferentes, imigrantes tinham ido para Trinidad, Guiana, Suriname, América Central, zona do Canal do Panamá, EUA e Reino Unido (MARCPHERSON, 1963, p.73).

Em consequência, a ilha antilhana de Barbados, desde os fins do século XIX e início do XX funcionou como entreposto de descanso, estrategicamente e comercialmente para os viajantes europeus e estadunidenses. Pois, segundo Craig (1947, p. 89) “o navio teria que tocar em Barbados [...] o vigia do mastro provocou grande emoção entre os viajantes ao anunciar terra à vista, e, à tardinha, com velocidade reduzida, costeávamos o litoral de Barbados”.

Desse modo, Barbados exerceu um papel importante na conjuntura migratória transnacional, pois, como era um entreposto estratégico ou base de

³⁷⁷ Menard (2006) e Santos (2010).

apoio para as longas e cansativas viagens dos vapores que iam e vinham dos Estados Unidos e/ou Inglaterra para a Região Amazônica brasileira. Além disso, um espaço de recrutamento de pessoas das diversas ilhas antilhanas que no Brasil foram genericamente identificados como sendo barbadianos(as)³⁷⁸, entretanto vamos utilizar a nomenclatura afro-antilhanos(as) para designar os(as) imigrantes negros(as) advindos de países como: Granada, Trinidad and Tobago, Jamaica, São Vicente dentre outras ilhas (BLACKMAN, 2015, p. 34)

Conseqüentemente, é provável que muitos afro-antilhanos das diversas ilhas do Caribe dirigiam-se ao porto de Barbados na capital de Bridgetown para buscar contratos de trabalho nos serviços da:

[...] construção da ferrovia, trouxeram das Antilhas algumas centenas deles, oriundos de Trinidad, Martinica, Granada, São Vicente, Guianas, Jamaica, Barbados, etc. e aqui, na grande Babel reinante foram apelidados de “Barbadianos” (FERREIRA, 1969, p. 47).

Posteriormente, para suprir a necessidade de mão de obra na construção de dois centros urbanos que surgiu em 1927 na região do Pará denominado *Fordlândia* e *Belterra*. Esses dois centros urbanos assemelhavam-se muito a estrutura montada em Porto Velho para construir a ferrovia Madeira Mamoré, mas o objetivo de tal empreendimento na região do Tapajós era preparar essa extensão de terra para o cultivo da seringueira. Contudo, através da dificuldade de mão de obra, assim como, ocorreu na construção da ferrovia Madeira Mamoré, tornou-se necessário à importação de trabalhadores de Barbados, ou melhor, das Antilhas Inglesa (COSTA, 1993, p. 91). Com isso, fica evidente a relevância da ilha antilhana de Barbados que funcionou como um ponto, uma área estratégica, de descanso, comércio, suprimentos de materiais e alimentos, além da possibilidade, de suprimento de mão de obra necessária aos serviços de engenharia que acontecia no Brasil, especificamente, a construção da Ferrovia Madeira Mamoré no período de 1907-1912.

Logo abaixo, temos a imagem do Mapa do Caribe em destaque à proximidade de alguns países antilhanos ingleses, sendo o Porto de Bridgetown o símbolo multicultural de recepção/distribuição de mão de obra. A imigração afro-antilhana inglesa para o Brasil foi iniciada em fins do século XIX e início do XX, sendo a cidade de Belém e Manaus um canal de recepção/distribuição da população de imigrantes, em consequência, dos portos existentes nas capitais brasileiras.

[...] nos fins do século XIX e começo do século seguinte, houve, porém, um interessante movimento migratório: negros barbadianos, isto é, originários da colônia inglesa de Barbados, no Caribe, imigraram sobretudo para Belém, onde ainda há numerosos remanescentes. Esses negros, ostentando nomes anglo-saxônicos e falando o idioma inglês, chegaram em condições

³⁷⁸ Blackman, (2011) e Blackman (2015).

bastante favoráveis e galgaram posição social em diferentes setores: arte, magistério, economia etc. São geralmente industriais. Não foram estudados devidamente (SALLES, 1971, p. 59).

Portanto, a alta densidade demográfica nas ilhas antilhanas inglesas, a falta de trabalho e as várias iniciativas de construções de portos, de estrada de ferro dentre outros aspectos econômicos motivaram/forçaram a imigração das Antilhas inglesa para várias partes do mundo, inclusive para o Brasil.

Imigração da comunidade afro-antilhana inglesa para Amazônia. A pesquisa sobre a temática voltada a imigração da comunidade afro-antilhana para Amazônia, assim como, para os estados no Brasil. Sendo que podemos observar corrente migratória dos afro-antilhanos nos estados do Amazonas, Acre, Espírito Santo, Pará e Rondônia, entretanto é estudo pouco explorado no espaço acadêmico (BLACKMAN, 2015, p. 44).

Contudo, Pará, Rondônia e Amazônia vem desenvolvendo pesquisas sobre esta temática, mais precisamente a capital de Rondônia que houve um número significativo de imigrantes afro-antilhanos, podemos destacar como sendo o berço desta comunidade no Brasil, tendo em vista, que até o presente momento podemos encontrar nomes e sobrenomes vinculados a presença negra do Caribe inglês em Porto Velho (BLACKMAN, 2015, p. 97).

Nesse sentido, vamos destacar alguns motivos que impulsionaram a imigração dos estrangeiros, no que tange, a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré³⁷⁹. Dentre algumas motivações, caracterizamos o processo migratório como sendo:

O movimento das populações no espaço, ou seja, as migrações são motivadas por vários fatores, que podem ser: políticos, religiosos, naturais, culturais, mas sem sombra de dúvida, o fator que historicamente tem sido predominante é o econômico (ABUD et al., 2008, p. 2).

Assim, salientamos como fator principal da imigração dos afro-antilhanos para as várias regiões brasileiras, a busca de melhores condições sociais e o fator econômico, visto que, migrar era uma maneira significativa de tentar buscar inserir-se socialmente.

Com uma densidade demográfica com cerca de 700 pessoas por Km², no período da emancipação dos escravos e um aumento da população desde então, Barbados não tem estado preparado para produzir oportunidades de emprego, em consequência, ocorreram muitas ondas de imigração. Em tempos diferentes, imigrantes tinham ido para Trinidad, Guiana, Suriname, América Central, zona do Canal do Panamá, EUA e Reino Unido (MARCPHERSON, 1963, p.73).

³⁷⁹ Assim como ocorreu na Revolução Industrial ocorrida na Europa, precisamente, na Inglaterra que motivou o êxodo urbano. Com a emancipação política nas colônias britânicas das Antilhas **a imigração passou a ser uma alternativa e/ou obrigação** de buscar melhoria socioeconômica Nogueira (1959); Ferreira (2005); Tomlinson (1912) e Craig (1947) dentre outros (Grifo Nosso).

Diante disso, fica evidente o motivo primordial que incentivaram os/as diversos/as negros/as antilhanos/as a imigrarem para a Amazônia, desde os fins do século XIX, a falta de oportunidade social, ou seja, estes indivíduos de origem afro-caribenhos estavam sobrando em seus países, pois “é característico da sociedade capitalista, desde sua origem, a exclusão, isto é, o desenraizamento. É próprio da sociedade capitalista a tendência de destruir as relações sociais que não sejam relações capitalistas” (MARTINS, 1997, p. 20).

O relato a seguir, do senhor Norman Lucien Johnson, imigrante afro-antilhano nascido na ilha de Granada, ferroviário, que trabalhou na Estrada de Ferro Mamoré, de certa maneira, corrobora para melhor compreensão de alguns motivos da imigração para terras estrangeiras.

Eu cheguei em Porto Velho em 1º de março de 1929, vim da Guiana Inglesa, mas sou granadense [...] de Granada fui para Trinidad, trabalhei e depois, fui para Guiana Inglesa, passei em casa, voltei para a Guiana e vim aqui (Brasil) em 1929 [...] o pessoal das ilhas pequenas, especialmente a minha – Granada, os jovens, na maior parte, tinham que ir trabalhar em outras terras. Lá não havia fábricas, indústrias, o trabalhador ficava no campo, no roçado, no sítio. Muitos dos meus irmãos [...] foram de Trinidad para Cuba, Venezuela [...] (SANTILLI, 1987, p. 148).

A informação acima destacada e em conformidade com (ABUD et al., 2008), o fator econômico é determinante e predominante, como causa para estimular o processo de imigração para territórios estrangeiros. Para reafirmar esse pensamento, a citação abaixo enfatizando as correntes migratórias nacionais e internacionais no contexto dos fins do século XIX e início do XX:

Apesar da importância que os fluxos migratórios então assumiram – no contexto europeu do final do século XIX e início do século XX –, quer sob a forma de intensos **movimentos internos**, dirigidos dos campos para as cidades, quer de migrações transoceânicas, que permitiram libertar parte do êxodo rural e povoar os novos continentes, o tema não surge senão de forma marginal na maioria dos autores (PEIXOTO, 2004, p. 1). (Grifo Nosso).

É válido mencionar que até os presentes períodos citados anteriormente, os temas voltados à imigração de grupos etnicamente excluídos do modelo capitalista conforme Almeida (2001) eram marginalmente retratados, conseqüentemente, a história do povo africano, antilhano e outros eram retratados de maneira homogênea, desconsiderando a diversidade étnica da composição social das diversas nacionalidades³⁸⁰. Sendo assim, segundo Bhabha (2013, p. 119) essa exclusão discursiva e marginal não é neutra e sim “uma forma de discurso crucial para ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural”.

³⁸⁰ Bhabha (2013).

Contudo, relacionado ao grupo de imigrantes afro-antilhanos “esses processos restritivos tenham sido *contrabalançados por uma liberalização inédita no que respeita os fluxos de pessoas (imigrações transcontinentais) e os movimentos de capitais (unificados sob o regime do padrão ouro)*” (ALMEIDA, 2001, p. 1). (Grifo Nosso).

Assim fica evidente, que de certa maneira os processos imigratórios nacionais, internacionais e transcontinentais foram estimulados e utilizados pela política capitalista dos fins do século XIX e início do XX, como forma, de delimitação de fronteira, de colonização e exploração, assim como uma maneira de expelir o marginalizado.

É em meio a esse contexto histórico, que a comunidade afro-antilhana inicia o processo de imigração internacional, deixando suas terras natais que são: Barbados, Jamaica, Guiana Inglesa, Granada e demais ilhas de possessão inglesa para buscar melhores condições de vida e trabalho no Brasil e outros lugares pelo mundo afora.

Sendo assim, o porto de chegada e saída considerado relevante para as expedições na Amazônia era o cais em Belém, ou seja, era através desse “porto que entravam os barbadianos e demais estrangeiros na busca por trabalho nos dois extremos da região, ligada pelo rio-mar Amazonas (Belém/Porto Velho)” (LIMA, 2013, p. 15).

Salles (1971); Costa (1993) e Lima (2006; 2013) são autores(as) que trabalham, mencionam e/ou destacam a imigração e presença de barbadianos(as) em Belém/PA nos fins do século XIX e início de XX.

À vista disso, vale reiterar que a imigração da comunidade antilhana para o Brasil teve como palco de destaque os seguintes estados: o Amazonas, Acre, Espírito Santo (sudeste) e Pará. A capital paraense servia como porta de entrada para a distribuição desta comunidade para os demais territórios brasileiros. Assim como, Estados Unidos e a Inglaterra eram as bases internacionais das outras nacionalidades e o porto de Barbados considerado um importante emissor, receptor e entreposto para descanso, reabastecimento alimentício, de pessoas e de combustível.

A comunidade afro-antilhana de Porto Velho: Alto do Bode X Barbadian Town. A comunidade afro-antilhana que se concentraram em Porto Velho por quase 40 anos no bairro denominado de Barbadian Town. Entretanto, esta localidade ficou conhecida popularmente na memória³⁸¹ local e representada³⁸² no imaginário da população como “*Alto do Bode*”, sendo ao longo do processo histórico portovelhense subsidiado e disseminado através dos discursos de algumas obras regionais, em relação à designação popular deste conjunto de habitações criando e reunindo algumas explicações para esse termo, por intermédio do confronto de entrevistas de descendentes, fontes documentais

³⁸¹ Halbwachs (2006).

³⁸² O objetivo da Representação é mascarar a realidade (CHARTIER, 1991, p. 185).

e bibliográficas, assim, possibilitando enfrentamento das visões endógenas e exógenas (BLACKMAN, 2015, p. 47-52). (Grifo Nosso)

Como forma de localizar geograficamente o leitor, logo abaixo uma Planta datada do ano de 1917, destacando o Barbadian Town no emergente povoado de Porto Velho.

Nesse sentido, podemos encontrar em relação à denominação de “*Alto do Bode*” as seguintes explicações³⁸³: 1) que essa comunidade recebeu esse nome, em consequência, da grande quantidade de bodes que os afro-antilhanos criavam. 2) devido à língua falada (o inglês barbadiano/dialeto), idioma oficial utilizado na Comunidade Afro-Antilhana³⁸⁴ que os brasileiros associavam ao balido dos bodes, ou seja, que os afro-antilhanos não conversavam e sim baliavam. 3) em função de alguns afro-antilhanos possuírem barbichas fazendo alusão ao bode. 4) que o apelido “*Alto do Bode*” está associado ao mau cheiro característico da raça negra que lembra o odor do bode (FERREIRA, 1969, p. 47; BLACKMAN, 2007, p. 35; BLACKMAN, 2015, p. 50). (Grifo Nosso).

As representações do mundo social assim construída, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1988, p. 17).

Diante disso, apresentamos acima as visões constantes e que foi possível evidenciar por meio, do confronto entre fontes bibliográficas e documentais iniciada pela pesquisa que desencadeou o texto monográfico intitulado *Os Barbadianos* e a contradição da historiografia regional, posteriormente, a dissertação *Do mar do Caribe à beira do Madeira: A comunidade antilhana em Porto Velho* elaborada pela autora deste artigo [Grifo Nosso]. Sendo que mencionamos aspectos endógenos criados a partir da visão dos descendentes de negros afro-antilhanos que moraram no Barbadian Town. Em contraste, com as imagens produzidas por agentes sociais exógenos que não deixam de ser superficiais e ideias baseadas no preconceito, conforme afirma: “dona Berenice, diz ela que lembra com revolta as versões que considera preconceituosa da origem do nome “*Alto do Bode*” [...]” (RODRIGUES, 2004, p. 10; BLACKMAN, 2015, p. 50). (Grifo do Autor)

O próprio termo “barbadiano” carrega em si um estigma, muitas vezes negativo, para caracterizar o negro que é estrangeiro, falante do dialeto inglês e, ainda, alguns protestantes. Termo errôneo que foi historicamente empregado não para indicar unicamente uma origem ou nacionalidade, mas foi utilizado de forma abrangente para classificar os indivíduos que vieram desde os fins do século XIX e início do século XX, de variadas regiões do Caribe, sobretudo de áreas de colonização inglesa para Porto Velho e outros lugares do Brasil e do mundo. Essa abrangência está associada às imagens e conceitos que são

³⁸³ Blackman (1997, p. 35); Ferreira (1969, p. 47) e Blackman (2015, p. 47-61).

³⁸⁴ Dialeto do inglês britânico (BLACKMAN, 2015, p. 52).

construídos socialmente sobre determinados grupos, especificamente os afro-antilhanos aqui analisados (BLACKMAN, 2007; 2015).

Todavia, analisamos estes objetos bibliográficos e documentais tomando como referência o conceito de representação, ou seja, algo que permite ver uma coisa ausente sendo que estas fontes documentais/bibliográficas/oral acabam produzindo uma prática social. Com isso, confirmamos que as fontes bibliográfica, documental e oral também são uma representação de mundo que trazem consigo a visão cultural dos autores, retratando sua postura diante da sociedade, “como realidade de múltiplos sentidos” (CHARTIER, 1988, p. 11). Porém, a representação está intimamente ligada ao poder e a dominação. Diante disso, concluímos a existência do duelo de representações sociais entre o discurso produzido a partir do imigrante afro-antilhano e criado por agentes sociais exógenos.

Não podemos esquecer que tais trabalhadores imigrantes foram “vítimas” do capital internacional. O contexto da época nos mostra que a maior parte das ilhas antilhanas inglesa passou por dificuldades impostas pelo crescimento populacional havia significativa escassez de terras de subsistência, os salários locais eram insuficientes, e politicamente essas regiões viviam sobre opressão colonial imposta por suas metrópoles. Dessa forma, as imigrações internas entre ilhas e até externa tornou-se uma realidade constante.

Apesar disso, enfatizamos a importância cultural, social, econômica e política dessa comunidade internacional em Porto Velho a partir do ano de 1910 até 1943 (BLACKMAN, 2015, p. 52). Evidenciamos a importância do Barbadian Town no surgimento da cidade de Porto Velho, sendo que esse foi considerado “então, o maior de todos os bairros [...] construído em área de concessão da ferrovia. As moradias abrigavam principalmente trabalhadores negros oriundos das ilhas britânicas do Caribe” (PORTO VELHO, 2010). A constituição dessa comunidade afro-antilhana foi de fundamental importância na justificativa da criação do município de Porto Velho em 02 de outubro de 1914³⁸⁵, tendo em vista, o contingente populacional de imigrantes afro-antilhanos que ficaram em Porto Velho após a construção da Ferrovia Madeira Mamoré. Resultando numa organização social distinta, intercultural e multicultural na nascente Porto Velho (HALL, 2003, p. 53). Por volta do ano de 1910 já havia em “Porto Velho had a population of about three hundred. There were Americans, Germans, English, Brazilians, a few Frenchmen, Portuguese, some Spaniards, and a crowd of negroes and negroes” (TOMLINSON, 1912, p. 163).

Portanto, é notório de forma simbólica o papel da historiografia, no que diz respeito, a disseminação e reprodução de certas características preconceituosa, estigmatizada, marginalizada, dessa maneira contribuem para

³⁸⁵ Lei Número 757 cria o município de Porto Velho. Porto Velho Conheça mais sobre a história desta bela aniversariante. Base de Dados. Disponível em: <rondoniadinamica.com>. Acesso em: 02 out. 2008.

mascarar, limitar, generalizar e/ou homogeneizar a realidade sobre a identidade e memória, no que diz respeito os imigrantes afro-antilhanos e influenciando para uma percepção histórica linear.

O artigo A imigração afro-antilhana inglesa para o Brasil, trabalho e memória teve como objetivo identificar como ocorreu, assim, mencionar as principais motivações e incentivos que desencadearam o processo migratório nos fins do século XIX e início XX do Caribe inglês e/ou Antilhas inglesa para o Brasil, entre as localidades podemos destacar a presença da comunidade das Antilhas nos estados do Amazonas, Pará, Acre, Espírito Santo e Rondônia. No entanto, o município de Porto Velho, que recebeu inúmeras famílias de origem afro-antilhanas e que até a atualidade possuem inúmeros descendentes vinculados a este período migratório. Contudo, discutimos e apresentamos quatro versões sobre o estigma ligado a nomenclatura do bairro *Alto do Bode* que era o espaço geográfico aonde os imigrantes afro-antilhanos localizaram, viveram e/ou habitaram na cidade de Porto Velho por mais de 30 anos no bairro denominado pela comunidade endógena como sendo *Barbadian Town*. Contudo, na historiografia e na memória local exógena é recorrente descrever a localidade como sendo *Alto do Bode*.

Em vista disso, apresentamos as principais rotas migratórias, em território brasileiro, destes imigrantes afro-antilhanos. Sendo que foi possível encontrar a presença da comunidade das Antilhas nos estados do Amazonas, Pará, Acre, Espírito Santo e Rondônia. Entretanto, apesar de possibilitar o destaque aos principais estados brasileiros que receberam a comunidade afro-antilhana, a ênfase deste texto, esteve como base geográfica ao município de Porto Velho que recebeu centenas de representantes desta comunidade, sendo que, na atualidade ainda temos a presença marcante da sua descendência em terras amazônicas. Sobrenomes de famílias como: Blackman, Chalender, Davis, Danny, Johnson, Maloney, Redman, Rhodius, Shockness, Scantlbury, Siqueira, Squires, White e outros são recorrentes em alguns estados citados anteriormente.

Dessa maneira, foi apresentada quatro (4) versões sobre o espaço geográfico aonde localizou-se a Comunidade Afro-Antilhana em Porto Velho, ou seja, o *Barbadian Town*. Contudo, na memória local e conseqüentemente, na historiografia este bairro ficou conhecido como sendo *Alto do Bode*.

Portanto, foi evidenciado que alguns termos comumente divulgados pela memória local endógena e historiografia serviu para generalizar, estereotipar, excluir identidade, minimizar um grupo multicultural e o espaço habitado discriminando e tornando-se pejorativo a nomenclatura *Alto do Bode*.

Referências

ABUD, D. L. et al. **Migração de retorno**: entre significados e materialidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. *Anais...* Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_965.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.

- ALMEIDA, P. R. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 44, n. 1, p. 112-136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008>. Acesso em: 03 jan. 2015.
- BHABHA, H. K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2.ed. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2013.
- BLACKMAN, C. **Do mar do Caribe à beira do Madeira: a comunidade antilhana de Porto Velho**. 2015. 125f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História e Estudos Culturais, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, RO, 2015.
- _____. **Imigrantes antilhanos de Porto Velho**. In: CAMPOS, A. P. et al. (Org.). **Anais eletrônicos do III Congresso Internacional Ufes/Université Paris-Est/Universidade do Minho: territórios, poderes, identidades (Territoires, pouvoirs, identités)**. Vitória, ES: GM Editora, 2011. Disponível em: <<https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2014/12/os-imigrantes-antilhanos-de-porto-velho.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- _____. **Os Barbadianos e as contradições da Historiografia Regional**. 2007. Monografia (Bacharelado em História) – Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, RO, 2007.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.
- _____. **A História cultural entre práticas e representação**. São Paulo, SP: Editora Difel, 1988.
- COSTA, F. A. **O grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós**. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 1993.
- CRAIG, N. B. **Estrada de ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição**. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo, SP: Campanha Editora Nacional, 1947.
- FERREIRA, H. **Reminiscências da Madmarmrly e outras mais**. Porto Velho, RO: s.l. 1969.
- FERREIRA, M. R. **A ferrovia do diabo**. São Paulo, SP: Melhoramentos, 2005.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo, SP: Centauro, 2006.
- HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2003.
- LIMA, M. R. C. P. **Barbadianos, negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX**. 2013. 245f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- _____. **Inglese pretos, barbadianos negros, brasileiros morenos? Identidades e Memórias (Belém, Séculos XX e XXI)**. 2006. 187f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2006.
- MACPHERSON, J. **Caribbean lands: a geography of West Indies**. New York, NY: Longmans, Green and CO Ltd., 1963.
- MAPA do Caribe. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=mapa+do+caribe+ingles&espv=>>>. Acesso em: 28 dez. 2014.
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo, SP: Hucitec Editora, 1997.
- MENARD, R. R. **Sweet negotiations: sugar, slavery and plantation agriculture in early barbados**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2006.
- NOGUEIRA, J. **Estrada de ferro Madeira – Mamoré**. Rio de Janeiro, RJ: Typographia do Jornal do Comércio, 1959.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações:** teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: ISEG/SOCIUS, 2004. (SOCIUS, n. 11).

PORTO VELHO. Capital de Rondônia. **Base de dados.** Disponível em: <<http://portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=799>>. Acesso em: 11 maio 2010.

_____. Prefeitura Municipal. Secretária de Cultura Esporte e Turismo – SEMCE. **Porto Velho conta a sua história.** Porto Velho, RO, 1998.

RODÔNIA DINÂMICA. **Conheça mais sobre a história desta bela aniversariante.** Porto Velho, RO, s.d. Disponível em: <rondoniadinamica.com>. Acesso em: 02 out. 2008.

_____. **Capital de Rondônia.** Porto Velho, RO, s.d. Disponível em: <<http://portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=799>>. Acesso em: 11 maio 2010.

RODRIGUES, E. Hábitos reforçam tradição. **Jornal Diário da Amazônia,** Porto Velho, RO, 2004.

SALLES, V. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão.** Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1971. (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo).

SANTILLI, M. **Madeira - Mamoré: imagem & memória.** São Paulo, SP: Empresa Vilares, 1987.

SANTOS, J. T. (Ed.). **AFRO-ÁSIA 41.** Salvador, BA: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2010.

TOMLINSON, H. M. **The sea and jungle.** 1912. Disponível em: <<http://www.ibiblio.org/eldritch/hmt/hmt.htm>>. Acesso em: 20 out. 2014.

PODE O SÚDITO DA RAINHA NÃO FALAR? UMA ANÁLISE DA PRESENÇA BARBADIANA EM PORTO VELHO

Sonia Maria Gomes Sampaio
Mara Genecy Centeno Nogueira

O estudo que ora se apresenta objetiva discutir como a tríade patrimônio, memória e identidade tornou-se instrumento ativo no processo de colonização quando da chegada à cidade de Porto Velho-RO, norte do Brasil, dos imigrantes caribenhos que vieram trabalhar nessas paragens amazônicas como mão de obra especializada, em especial os barbadianos, que construíram um bairro chamado *Barbadian Town*, conhecido também como morro do Alto do Bode, na terceira tentativa de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré correspondente ao período de 1907 a 1912.

Se faz mister esclarecer, antes de tudo, que escolhemos fazer uma leitura que dentre outros pontos apresenta também a questão da colonização com seus principais atores, o colonizador e o colonizado e aspectos da subalternidade como um dos caminhos de análise possível sobre o tema.

Necessário se faz apresentar, brevemente, o contexto histórico em que os barbadianos chegaram para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – E.F.M.M. - em Porto Velho. A chamada terceira fase atraiu uma leva de trabalhadores de mais de cinquenta nacionalidades que embalados pelo sonho de bons salários chegaram ao território que viria ser chamado de Porto Velho. Assim, ao lado dos nativos essa população estrangeira ajudou a consolidar a construção da referida ferrovia desenvolvendo nessas paragens práticas culturais distintas que levaram os dois grupos a desenvolverem uma política, por vezes, de estranhamento.

Cabe-nos esclarecer que são considerados nativos, na visão de Viveiros de Castro (2002), os não necessariamente selvagens e nem mesmo nascidos no lugar. Nativo é aquele que tem suas práticas e constroem sentidos a partir do lugar em que estão.

Após o término da ferrovia, das mais de cinquenta nacionalidades que aqui estiveram para construção da linha férrea, apenas permaneceram em Porto Velho, os barbadianos, ou seja, aqueles trabalhadores advindos da América Central e a quem a administração da ferrovia deu autorização para trazer a família e que ficaram conhecidos entre a população local como “barbadianos” em virtude de serem negros, falarem inglês, trabalharem na ferrovia e, sobretudo, por ter sido a Ilha de Barbados um ponto de contratação de mão de obra para Madeira-Mamoré. Analisar os diferentes e as diferenças em Porto Velho no início do século passado ajuda-nos a entender a tentativa de manutenção de características culturais distintas e serve para trazermos à tona as

marcas de tal dualidade que ainda estão presentes na cidade através de seu registro arquitetônico, por exemplo.

O Mundo Verde do Desconhecido. A terceira fase de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré transformou o lugar que viria ser denominado de Porto Velho em uma verdadeira Torre de Babel, uma vez que homens de mais de cinquenta nacionalidades chegaram na condição de trabalhadores para construção da linha férrea. Entre esses estavam os barbadianos – único grupo de trabalhadores a quem foi dada a permissão de trazer a família em razão de que uma parte do grupo era composta de trabalhadores qualificados para o trabalho. Permitir a vinda da família foi a forma encontrada pela administração ferroviária para mantê-los, uma vez que as condições insalubres, o trabalho pesado e desgastante e somando-se a isso as condições climáticas, ocasionaram um número alarmante de mortes causadas pelas famosas doenças tropicais, sobretudo, a malária e ao abandono do trabalho por parte daqueles que resolveram voltar ao país de origem.

Com a chegada da família dos barbadianos, a administração da linha férrea disponibilizou um terreno que ficava em um morro dentro do complexo ferroviário e nele passaram a ser construídas casas que copiavam o modelo arquitetônico das residências caribenhas. Fazendo surgir com isso o primeiro bairro em Porto Velho que foi denominado de *Barbadian Town* e traduzido pejorativamente pelos nativos como Alto do Bode³⁸⁶. A comunidade logo se destacou pelo cuidado com a higiene, saúde, aprendizagem de leitura e escrita das suas crianças, além da convicção de manter alguns costumes dos ingleses, como por exemplo, o chá das cinco em pleno verão amazônico. Para além disso, trabalhavam diariamente na construção da ferrovia com ternos brancos e chapéu panamá, o que diferia em muito dos hábitos e comportamentos da maioria dos trabalhadores. Essa gama de características acarretou a ideia de que fossem seres alienígenas em um espaço, também, alienígena, pois viviam intrapátios. Tais procedimentos foram o bastante para que nativos e estrangeiros não tivessem relações sociais tão amistosas. Em Função das diferenças e dos comportamentos de estrangeiros e nativos surgiu uma fronteira muito tênue em que se podia notar a necessidade dos barbadianos negros de se auto afirmar como colonizadores e não se reconhecerem como colonizados, mas como se auto proclamavam, súditos da coroa inglesa; o que lhes fazia talvez pensar que aqui teriam que exercer o papel do colonizador, seguindo a esteira de pensamento de Memmi (1967), proporcionando uma redenção frente ao povo e aos costumes que não aceitavam.

É importante frisar que os choques culturais são típicos dos processos de colonização vivenciados por todos os países e são praticamente idênticos no

³⁸⁶ Existem duas explicações para essa denominação. A primeira refere-se ao fato de que durante o verão amazônico onde a temperatura gira em torno dos 40° os nativos diziam que os negros exalavam um odor semelhante ao do bode e a segunda atesta que os barbadianos por falarem em inglês não falavam e, sim bodejavam.

sentido do colonizador fazer com que o colonizado se reconheça como alguém incapaz e o colonizador seja o modelo a ser seguido. Importante inferir que não estamos falando exatamente da primeira colonização no Brasil e na Amazônia, mas de um outro momento em que as estratégias de colonização estavam se transformando em engenharias refinadas e de aparências inofensivas, tendo em vista que as práticas de colonização não passam mais explicitamente pela violência física de toda ordem, incluindo os massacres, mas pelo convencimento por meio das atitudes e do discurso de que o estrangeiro/colonizador é o melhor que pode acontecer para aquele povo.

No processo de deslocamento de um povo fica nítida a ideia de que chegando a nova terra será fundamental se manter unido, pelo menos em um primeiro momento, para que se garanta o patrimônio cultural imaterial e a memória como condição essencial para a manutenção ou construção de uma nova identidade.

Desta feita, os aspectos, patrimônio, memória e identidade trazidos por estrangeiros podem ser elementos eficazes para assegurar a existência de um grupo, mas podem ser, também, instrumentos utilizados para a colonização, pois o fato de se sentirem seguros, no caso dos barbadianos, porque foram colonizados pela Inglaterra e se considerarem trabalhadores essenciais para a construção da ferrovia, lhes dá certa autonomia frente aos nativos ou moradores da nova terra.

O discurso de quem chega, mesmo sendo um colonizado de outras terras, termina surtindo, às vezes, um efeito desastroso quando aqui surge com a postura de colonizador; pois quase sempre o desejo de todo colonizado é usar um dia as vestes de colonizador.

A situação colonial é, pois, como dissemos, um fenômeno social global, uma totalidade. Essa totalidade, no entanto, é constituída por interesses antagônicos e inconciliáveis, contraditórios, portanto. Em um primeiro momento, essa contradição permanece latente, mascarada pela aparente e provisória acomodação do colonizado. Convencido da superioridade do colonizador e por ele fascinado, o colonizado, além de submeter-se, faz do colonizador seu modelo, procura imitá-lo, coincidir, identificar-se com ele, deixar-se por ele assimilar. É o momento que poderíamos chamar de alienação. Ocupado, invadido, dominado, sem condições para reagir, nem ideológicas nem materiais, não pode que o colonizador mistifique, impondo-lhe a imagem de si mesmo que corresponde aos interesses da colonização e a justifica. O colonizado se perde no “outro”, se aliena. Tentará, pois, de acordo com a lógica desse momento, levar a alienação as últimas consequências, tornando-se ele próprio um colonialista [...] (CORBISIER, 1967, p. 17).

Nesse sentido, o grupo em questão tentou se preservar e manter viva a sua história e trajetória que se traduzia na forma de falar, de morar, de se vestir, dentre outras características, visando atenuar a sua superioridade na condição de colonizador.

Cabe-nos enfatizar que, falar de patrimônio não é somente falar de construção concreta, mas de um patrimônio cultural intangível, imaterial, que se constrói pelas crenças, costumes, tradições, músicas, lendas e saberes preservados por comunidades. Desta forma, patrimônio cultural é uma categoria definida para salvaguardar os bens imateriais e isso explica porque os barbadianos se mantiveram unidos e fechados em torno da língua, da música, que, nesse caso incluía o blues e o jazz, a leitura de textos bíblicos, a encenação teatral e os costumes europeizados, em uma clara tentativa de não se distanciarem, pois perderiam a força enquanto grupo.

Podemos afirmar que, nesse caso, a memória será a grande responsável por essa agregação, pois sabemos que a memória é seletiva e se mantém como um dispositivo para a construção de identidade, posto que nossas referências, quase sempre são as que guardamos na memória, de algo ou alguém que nos contando nos faz ser e nos constitui via linguagem.

A memória como processo de reconstrução/reconstituição, como é pensada hoje, e não como resgate do passado, é um mecanismo pelo qual é possível atar pontas, unir, e acima de tudo, entender o que foi passado e o que possivelmente virá. Por meio da memória busca-se registrar pensamentos, situações e vozes e na análise dessas vozes descortinar os mais variados tipos de memórias que o sujeito tem, como por exemplo, a memória individual, coletiva, social, familiar e grupal como nos diz Halbwachs (2006) em seu livro “A Memória Coletiva”:

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade em cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006, p. 69)

É extremamente necessário ressaltarmos que, em relação ao grande grupo de caribenhos que aqui aportou, não foi uma preocupação premente a de ser bem aceito ou não pelo público que aqui existia, e que foi ignorado pelos estrangeiros, pois os barbadianos sabiam que não abririam mãos de seus valores, que suas memórias de aprendizado e comportamento habitual seriam o dispositivo que lhes garantiria a permanência de identidade, como se fosse possível uma identidade permanente.

[...] identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo de ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’ (HALL, 2006, p. 38).

A cidade que naquele momento, 1908, começava a se delinear, já nascia sob a égide da dualidade, posto que dividia nativos e estrangeiros, trabalhadores especializados e mão de obra barata, aquela que se dividia entre dentro e fora do espaço organizado da ferrovia. Sendo assim, inicialmente trabalhadores estrangeiros e nativos não conversavam por dois fatores: o primeiro pela impossibilidade da língua, e o segundo porque os estrangeiros de modo geral, e em particular, os caribenhos, deixavam claro que não precisavam necessariamente falar com o outro, considerando que a sua postura, a altivez e o modo de ser e viver demonstrava em uma relação de poder quem era mais ou menos importante naquele contexto. Travar diálogos verbais, portanto, poderia ser perigoso para a desconstrução da imagem de superioridade criada e projetada pelos caribenhos e por isso se mantinham, de certa forma, impassíveis.

Com o intuito de entendermos como os barbadianos e seus descendentes conseguiram manter-se como um grupo unido, coeso, é bom observarmos que há a necessidade, por parte deles, de tentar alcançar o que naquele momento não é possível tornar nítido, real, mas apenas trabalhar com perspectivas de ações em relação ao aspecto identidade que será efetivada em tempos outros. O que acontecia, talvez, com aquela comunidade barbadiana fosse a tentativa de assegurar a ideia de que permaneceriam com seus valores, mesmo sendo vítimas de preconceito ou praticando-o, em função de estarem sintonizados em um lugar e em determinado tempo.

Desta forma, salientarmos que, nesta parte da Amazônia, iremos observar a construção de espaços completamente antagônicos e demarcados, sobretudo por preconceitos não velados tanto por parte dos nativos como da parte dos barbadianos, como podemos observar na citação abaixo.

Deixar transparecer o preconceito em relação ao negro estrangeiro não era muito estratégico, o melhor a fazer era tentar demonstrar uma certa harmonia entre os dois grupos – nativos e estrangeiros – e atacá-los de uma outra forma, através de ações que viessem a desagregar toda a sua base cultural (NOGUEIRA, 2004, p. 65).

Por parte dos barbadianos, o preconceito se estabelecia na questão da superioridade com que eles se viam, sempre na condição de colonizadores e nunca de colonizados. Quando eram convidados a almoçar ou jantar na casa de algum branco nativo, levavam sempre seus pratos e talheres; quando cumprimentavam alguém que não fizesse parte da administração ou que não fossem seus conterrâneos era de costume usar um lenço para limparem as mãos após o cumprimento o que soava como uma afronta aos demais que não faziam parte daquele universo.

É bom evidenciarmos que as atitudes dos barbadianos, entendidas como preconceituosas, ou por vezes deselegantes, como soava aos nativos, carregam aspectos significantes da base cultural advinda da colonização inglesa nas ilhas da América Central. Destacamos, aqui, que tais condutas resultavam de práticas

vinculadas à ética protestante que levam a uma visão diferenciada de ver o corpo moldado ao mundo do trabalho. Não podemos negar, porém que, levar pratos e talheres para jantares, limpar as mãos com um lenço após serem cumprimentados, vestir-se como se estivessem em plena Inglaterra, não beber, não fumar, ter extrema preocupação com hábitos de higiene, condenar atos de prostituição, não respeitar os credos diferenciados e não acreditar em uma vida livre de regras era pretensiosamente pensar que o restante da população necessariamente tinha que compreender e aceitar os seus costumes e crenças como corretos e adotá-los como regra.

Como nos diz Hall (2003, p. 50), “Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos, que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. Nesse sentido, o discurso disseminado pelos barbadianos tenta fundamentar a ideia de que eles, ao se deslocarem para a Amazônia e contribuírem para sua modernização, transportam a noção de identidade através da etnia, da língua, dos costumes. Acrescente-se ainda que na mais recente obra de Stuart Hall, publicada no Brasil em 2003, cujo título é “Da Diáspora: identidades e mediações culturais” o autor apresenta um estudo que tem como foco as políticas culturais e o processo de globalização visto a partir da diáspora negra, e o centra mais especificamente sobre a formação e o traçado de uma linha diaspórica dos caribenhos e em particular dos barbadianos, procurando identificar as marcas do que se constituiu nessas culturas como o traço identitário que pode ser capaz de manter em união as comunidades em lugares longínquos.

Embora o raciocínio de Stuart Hall esteja correto, podemos levantar a possibilidade, baseados em leituras de Memmi (1967), de que a manutenção da identidade seja um instrumento estratégico no processo de colonização levando-se em conta a ideia que o estrangeiro tem uma identidade e o nativo, mesmo que tenha, poderá ser influenciado na construção de uma nova identidade a partir da perspectiva do colonizador.

Sabemos de alguns motivos que mantém unida uma comunidade, tais como: a língua, as tradições, as relações de casamento, enquanto negócios sociais, a noção de si mesmo naquela etnia e naquele social. No entanto, comunidade de barbadianos do Alto do Bode tenha tido como suas referências maiores a linguagem que os articulava, a preparação para o trabalho, a ética do protestantismo, o ser alfabetizado e para coroar tudo isso a arquitetura construída naquela espécie de gueto, pois os fazia recordarem-se de quem eram e o que vieram fazer aqui, levando-se em consideração que o povo barbadiano, como nos diz Hall (2003) é o único que consegue importar e construir suas casas como se ainda tivessem no seu país de origem.

No período em que não só os barbadianos chegaram a essa nova terra, hoje Porto Velho, mas trabalhadores de vários países, tornou-se difícil uma organização do espaço social, pois somente os que falavam a língua inglesa puderam de alguma forma se ajustar no convívio porque tinham algo em

comum: a língua. No entanto, os que melhor se ajustaram foram os barbadianos em função de terem chegado aqui e recebido autorização para trazer suas famílias, mais especificamente, esposa e filhos, enquanto os demais eram aventureiros solitários numa terra de todos, e naquele momento, de ninguém. Percebemos no decorrer do processo histórico que há por parte dos barbadianos uma grande necessidade de se reconhecerem enquanto comunidade e de serem reconhecidos como um todo organizado, uma comunidade, ou seja, precisavam transmitir uma noção de quem eram e o que representavam naquele momento, e isso aconteceu pelo resgate da memória de situações vivenciadas e da vontade de se estabelecerem como modelo para a construção de uma nova sociedade em um novo lugar.

O intento da comunidade barbadiana sempre foi o de corporificar uma ideia, qual seja: a construção de uma comunidade com valores sólidos e, sobretudo, a criação de um território discursivo, linguístico onde estaria assegurada a representatividade da comunidade.

Ter uma língua que, tal qual um escudo, os defendesse e preservasse a sua cultura, era como achar um ponto firme em um terreno movediço. Além disso, era também garantir via outros processos como, por exemplo, o de iniciação musical e encenação teatral como permanecer parte integrante da comunidade de barbadianos, pois alguns deles, com o término da linha férrea, resolveram viver extrapálios, o que significava que teriam que: comungar, resguardar, praticar e ensinar os valores, às vezes ancestrais advindos de suas bases culturais.

Em contrapartida a tudo que foi dito sobre o estrangeiro/Categas, é salutar que tracemos um perfil breve sobre quem são os nativos e os migrantes internos. Os nativos a que nos referimos são os primeiros habitantes aqui nascidos, descendentes de índios e os nordestinos que migraram em busca de trabalho na Amazônia. Vimos, então, que as realidades de barbadianos e nativos são distantes, se contrapõem e cada um dos lados vai querer garantir e ao mesmo tempo impor sua maneira de viver.

Estava colocado o embate. Os nativos não tinham nenhuma simpatia pelos negros, pois se sentiam inferiores pelo fato da maioria não ter escolarização, não viver em um espaço organizado, ser explorado pela companhia e se saíssem dessa prestação de serviço, seriam desempregados. Ainda que, não suportavam as boas vestimentas, a língua inglesa e as boas maneiras.

O estrangeiro negro logo percebeu que, embora os nativos pudessem ter tudo a favor por serem/estarem donos do lugar, o sentimento de inferioridade por não desfrutarem de uma condição de vida melhor, falava mais alto. As provocações e confusões que os nativos ensejavam e a impassibilidade do estrangeiro diante deles desconsiderando ou ignorando aquela massa de homens, foi a estratégia que os barbadianos utilizaram para cada vez mais, apoiados em seu patrimônio cultural trazido e reforçado nessas terras, suas memórias, um

modelo de pátria importado nos moldes de sua terra natal, principalmente em relação às casas, e marcadamente sua identidade, até então asseverada, pensar e fazer os nativos pensarem que, os estrangeiros ali não eram eles.

A pergunta é: pode o súdito da rainha não falar? Pode, foi o que fizeram os barbadianos. Não precisavam verbalizar, comungar ideias, pois sabiam como mostrar que vieram de outro mundo social. O ato de não falar se constitui em um discurso, em uma fala. Entretanto, como não falar sendo ele um subalterno da rainha? De fato, ele não precisava falar, mas falava ao reforçar por meio de seu patrimônio, sua memória e sua identidade, a necessidade permanente da sua presença, não mais como estrangeiro, mas como alguém que supostamente deslocará o outro e se apropriará do seu lugar. Não foi necessário falar, só a performance perante o nativo traduziu o que o estrangeiro intencionava aqui buscar.

Referências

- CORBISIER, R. Prefácio. In: MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1967.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2007.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006.
- _____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2003.
- HALVWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Centauro Editora, 2006.
- MEMMI, A. **O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1967.
- NOGUEIRA, M. G. C. Estrangeiro negro, sim; mas instruído: um olhar Amazônico sobre a presença Barbadiana no campo das representações sociais em Porto Velho no início do século XX. **Revista Saber Amazônico**, Uniron, n. 1, 62-74, 2004.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **O nativo relativo**. Rio de Janeiro, RJ: Editora *Mana*, 2002.

OS IMIGRANTES BRASILEIROS QUE MORAM NO JAPÃO E A TELENOVELA BRASILEIRA: O CONTEXTO DA PESQUISA DE CAMPO, AS OBSERVAÇÕES E OS DESAFIOS NA COLETA DE DADOS

Helen E. Nochi Suzuki

O final da década de 1980 foi marcado pelo movimento migratório de brasileiros para o Japão que intensifica as relações entre Brasil e Japão. Para o brasileiro, tratava-se de um projeto de permanência temporária no Japão com intuito de trabalhar buscando maiores recompensas financeiras que aquelas encontradas no Brasil. Porém, com o tempo, esse trabalhador acaba por permanecer no Japão. A presença dos brasileiros em solo japonês atinge seu ápice em 2007, com um total estimado de 316.967³⁸⁷ brasileiros. Os decréscimos dos anos seguintes são explicados pela crise de 2008 no Japão quando muitos brasileiros perderam o emprego e o país entrou em crise. As moradias de brasileiros, geralmente, estavam associadas aos seus contratos de trabalho, logo, com a perda do trabalho, perde-se também a moradia o que levou muitos brasileiros a retornar para o Brasil. A crise financeira internacional e também a ocorrência, em 2011, do pior terremoto de sua história seguido de um tsunami e de uma crise nuclear, contribuiu para a diminuição drástica do número de brasileiros no Japão. Mesmo assim, de acordo com as estimativas atualizadas em novembro de 2016, referentes ao ano de 2015 sobre a distribuição de brasileiros no mundo, o Japão é o terceiro destino mais procurado pelos brasileiros. Em primeiro lugar estão os Estados Unidos (1.410.000), seguidos pelo Paraguai (332.042), Japão (170.229), Reino Unido (120.000) e Portugal (116.271)³⁸⁸.

As empresas buscavam recrutar descendentes de japoneses para trabalhar em fábricas e principalmente nas médias e pequenas empresas do setor eletrônico então em expansão. Conforme explica Kawamura (2003), essa resolução foi uma tentativa de amenizar as dificuldades e diferenças culturais. Embora a integração dos descendentes *nikkeys* (segunda geração de descendentes de japoneses nascidos no Brasil) parecesse menos problemática aos japoneses, ela também foi marcada por um longo processo de estratégias de sobrevivência em terras japonesas por parte desses imigrantes. O processo migratório foi marcado por fases que vão desde a primeira ideia de permanência temporária até o enraizamento e a aceitação da sua própria condição como imigrante, implicando nessa trajetória muitas adequações de experiência pessoal

³⁸⁷ A tabela foi traduzida pela pesquisadora baseada nas informações do site do Ministério da Justiça do Japão, 2012. Disponível em: <<http://www.moj.go.jp/content/000098590.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

³⁸⁸ Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2015). Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

e coletiva e seus desdobramentos em consequentes negociações de sentido de identidade pessoal e coletiva. Nesse cenário, situam-se a dificuldade de compreensão da língua japonesa, a saudade das práticas da vivência brasileira, comidas, a cultura e valores brasileiros, e modos de ver o mundo. Redimensionam-se pequenas coisas e diferenças culturais que precisam ser acomodadas numa situação emergencial para que se torne possível a convivência em terra estrangeira. Os *nikkeys* que vieram para o Japão, com o tempo se casaram e se tornaram pais, e esses pais se tornaram imigrantes brasileiros e, portanto, estrangeiros no Japão. No entanto, seus filhos, mesmo tendo nascido no Japão, convivem com a cultura brasileira de seus pais, o que os leva a uma dupla ancoragem de identidade, pelo menos quando se relacionam com seus pais ou avós brasileiros que também moram no Japão. Apesar disso, ao contrário dos pais, muitos dos filhos conhecem o Brasil e sua cultura através das histórias que os pais lhes contam ou através dos meios de comunicação; em especial, da televisão e da telenovela. Nesse cenário, a telenovela, seus temas e imagens motivam conversas, como observamos em nossa pesquisa durante os três meses de permanência no Japão em 2013. A telenovela proporciona elementos para a construção de discursos que inter-relacionam a experiência estética do assistir às histórias ficcionais brasileiras, aos discursos dos pais sobre o país e suas próprias visões de mundo. Através da mediação da telenovela brasileira foi possível investigar as questões de identidade e também permitiu abrir fronteiras para novos entendimentos sobre posições, valores e ordem de poder (agência), elucidando também a questão das medidas de “reposicionamentos negociados”³⁸⁹ necessários aos cidadãos em situação de estrangeiros.

O lugar de onde falamos. São duas experiências de pesquisa de campo realizadas em 2013 e 2017. Em 2013, trata-se da coleta de dados para o mestrado³⁹⁰ e foram três meses de permanência na cidade de Kyoto vinculada na Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto. Mas, a coleta de dados propriamente dita não ficou circunscrita ao lugar de moradia da pesquisadora, ao contrário, outras cidades/províncias foram visitadas para o fim proposto. Ao todo foram analisadas seis famílias e dentre as quais os discursos de dois sujeitos da pesquisa foram selecionados para a análise da proposta. A técnica de coleta de dados para esses casos foi a observação participante e, durante o convívio com a família também foram utilizados a técnica da entrevista em profundidade e a coleta através das histórias de vida dos participantes. A

³⁸⁹ O termo expressa a situação de negociação discutida quanto a posição da cultura original em face da cultura do outro. “A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situação de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função” (CUNHA, 2009, p. 237-238).

³⁹⁰ A pesquisa de dados para o Mestrado foi coletada entre setembro e dezembro de 2013 com bolsa Santander de Mobilidade Internacional e vinculado na Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto, Japão, concluída em dezembro de 2014. Cf. *A telenovela e a produção de sentidos de identidade brasileira no discurso de imigrantes brasileiros no Japão* (SUZUKI, 2014).

telenovela brasileira foi o ponto de mediação por meio do qual foi possível compreender os sentidos identitários produzidos pela experiência de assistir às telenovelas brasileiras como um residente brasileiro no Japão.

Em 2017, a pesquisa de campo do doutorado³⁹¹ vinculado na Universidade de Shizuoka teve a duração de seis meses. A pesquisa foi um aprofundamento do tema trabalhado no mestrado e, pretendeu investigar e entender a segunda geração de brasileiros, portanto os filhos dos imigrantes brasileiros nascidos no Japão. Para tal, consideramos a dinâmica familiar pautada no objetivo do trabalho, então, foi possível observar que há muitas outras questões envolvidas quando se trata da segunda geração. Além da língua, essas crianças, geralmente nasceram no Japão ou foram muito pequenas com seus pais para o estrangeiro e, isso quer dizer que elas cresceram envolvidas em duas situações: a) convívio com o local – com a língua dominante japonesa, com o modo social da vivência local e, principalmente acostuada com a cultura local japonesa ou: b) em contato com o mundo brasileiro – com a língua dominante em português, principalmente quando a segunda geração estuda em escola brasileira no Japão, conversa em casa fluentemente com os pais e amigos brasileiros, mas não compartilha muito do universo japonês, mantendo suas amizades e seu círculo social mais ligado a cultura brasileira dos seus pais.

Há, porém, outra condição que se descortinou durante a pesquisa quando conhecemos de perto pessoas que são filhos de imigrantes brasileiros, muitos deles não compreendem muito bem seu lugar no mundo. Pois, não entendem bem a língua dos pais e avós, por muitos motivos são considerados estrangeiros no Japão³⁹², apesar de terem nascidos no país e, principalmente não compreendem por que são brasileiros quando sentem mais identificação com o mundo japonês a que estão inseridos. Claro que há muitos outros pontos inusitados que se mesclam nessa situação de viver entre/em dois mundos. E, também dessa vez, a telenovela brasileira assistida no Japão foi um ponto de contato, uma mediação para conversar com as famílias, entender o modo como elas pensam e as questões de seus filhos acerca do que significa ser um estrangeiro em sua própria terra de nascimento, ou um estrangeiro mesmo morando há muito tempo e criando raízes nesse local.

A partir dessas duas experiências de pesquisa de campo, em que as metodologias utilizadas foram a observação participante, as entrevistas em profundidade e as histórias de vida, pretendemos perscrutar os desafios

³⁹¹ A pesquisa de dados do doutorado compreende o período de maio a novembro de 2017, foi realizada com o apoio da bolsa CAPES no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE – Edital n. 19/2016), Processo n. 88881.135620/2016-01, vinculado na Universidade de Shizuoka, Japão.

³⁹² No Japão o sistema de reconhecimento ocorre via *jus sanguinis*, ou seja, de acordo com a nacionalidade dos pais. No Brasil o sistema adotado é *jus soli* que reconhece como cidadão, a pessoa que nasce em seu território. Dessa forma, os brasileiros que nascem no Japão são considerados estrangeiros, e possuem cidadania brasileira.

encontrados, as dúvidas e dificuldades, discorrendo sobre algumas observações e sobre a experiência e a prática da pesquisa de campo.

As rotinas dos trabalhadores brasileiros no Japão. Em províncias com grande concentração de brasileiros como em Aichi³⁹³ (Cidade de Toyota) e Shizuoka (Cidade de Hamamatsu), encontramos placas de orientação já traduzidas na língua portuguesa. A própria existência desses cartazes desvela uma situação ainda encontrada entre os brasileiros no Japão: o não domínio da língua japonesa. Muitos brasileiros que moram há muito tempo no país ainda não dominam o idioma japonês. Para muitos, existe a dificuldade de se aprender a língua japonesa, pois seu modo de escrita e seus fonemas estruturais são bem diferentes da língua portuguesa, porém também há outros fatores que podem ser considerados, como o apoio dado pelas cidades aos imigrantes, que pode também funcionar como um fator de “acomodação” para os imigrantes brasileiros.

Hamamatsu, na província de Shizuoka, por ser uma cidade com grande concentração de brasileiros mantém um sistema de apoio ao estrangeiro brasileiro com tradutores e facilitadores nos órgãos públicos e nos locais de trabalho desses estrangeiros. Assim, se, por um lado, os tradutores presentes nos locais de trabalho, nos hospitais e locais públicos facilitam a vida do estrangeiro brasileiro, por outro lado, esses estrangeiros brasileiros não sentem tanto a necessidade de aprender a língua japonesa. Muitos brasileiros que chegaram ao Japão tinham a intenção de retornar ao Brasil, então, a língua não era, pelo menos no início, uma prerrogativa de aprendizagem para aqueles que ficariam apenas um curto espaço de tempo no estrangeiro. Na verdade suas vidas eram pautadas pela ideia de trabalhar e retornar ao Brasil. A antropóloga Kawamura (2003) explica essa dinâmica de vida baseada no trabalho, pois, como a maioria dos brasileiros trabalhadores no Japão mantém-se ligados à ideia do retorno ao Brasil depois de alcançar o sucesso financeiro no exterior, é a dedicação ao trabalho que acaba por pontuar o âmbito da vida privada desses imigrantes. “O tempo livre, reduzido, é usado para cuidar da sobrevivência (comer, fazer compras, dormir, cuidar dos afazeres domésticos, cuidar dos filhos etc.), e restam poucas horas diárias para o lazer, principalmente considerando-se o sábado como um dia de trabalho normal” (KAWAMURA, 2003, p. 156).

Constatamos que as famílias brasileiras que vivem no Japão acabam por misturar a sua cultura e seu modo de viver com o modo local, pois, segundo Kawamura (2003), essas vivências partilhadas, ou seja, o modo da cultura ocidental brasileira e o modo da cultura oriental japonesa configuram um processo de concepção das relações sociais de um lado e de outro, ou seja, do

³⁹³ A província (tipo de Estado) de Shizuoka possui a segunda maior concentração de brasileiros registrados no Japão. Com um total de 25.854 brasileiros sendo 14.016 homens e 11.838 mulheres. A primeira colocada é a Província de Aichi com 49.444 brasileiros (26.750 homens e 22.694 mulheres). Ministério da Justiça do Japão (2016). Disponível em: <<http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/List.do?lid=000001161643>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

estrangeiro e do nativo, em que a base cultural do ser, seu *background* cultural se cruza e se mescla. No caso da comparação com as famílias de japoneses e brasileiros, deve-se frisar ainda que, nas famílias japonesas do Japão, a mulher tem um papel importante na estrutura da vida familiar, pois ela fica em contato com o “interior” da família, deve estar sempre presente e é a responsável pelo andamento da casa, inclusive pelo controle financeiro dela. Enquanto o homem fica responsável pelo suprimento financeiro através do trabalho. Nesse sentido, nas famílias japonesas, “o papel doméstico das mulheres é valorizado por sua elevada influência na educação dos filhos, sendo frequentemente chamada a participar da orientação deles nas atividades extracurriculares” (KAWAMURA, 2003, p. 160). Porém, na família de brasileiros que moram no Japão a dinâmica é diferente: “A família *nikkey*³⁹⁴ brasileira, no Japão, diferentemente da japonesa, não se sente responsável pela *performance* do marido na empresa; tanto a mulher quanto o marido trabalham em tempo integral, restando pouco tempo para o cuidado com a educação dos filhos e os afazeres domésticos” (KAWAMURA, 2003, p. 160).

A pesquisa de campo na sua prática. Conforme enfatiza Lopes (2005), há uma diferença entre metodologia da pesquisa e metodologia na pesquisa. Enquanto a primeira “indica a investigação da teorização da prática da pesquisa”, a segunda, metodologia na pesquisa serve “para indicar o trabalho com os métodos empregados” Então, a televisão nesse relato de pesquisa será considerada como um ponto de contato, a mediação pela qual os sentidos produzidos, as questões de identidade e as questões da segunda geração puderam ser observados e investigados. Mas, nesse relato de pesquisa o que nos interessa não é o resultado do trabalho dessa pesquisa, mas sim, o processo e a prática de pesquisa durante a pesquisa de campo no Japão. Portanto, são os métodos de pesquisa, a prática e a experiência da coleta de dados através dos métodos da observação participante, da entrevista em profundidade e das histórias de vida que serão analisados. Vale ressaltar que essa pesquisa de doutorado ainda está em fase de construção, a tese final ainda não foi concluída, portanto, esse relato de pesquisa é exatamente o que se diz, um relato, uma observação sobre a experiência prática da pesquisa de campo.

Selecionadas as famílias, fizemos o acompanhamento da assistência da telenovela durante mais ou menos uma semana (três a cinco dias), ou seja, durante esse período curto, a pesquisadora assistiu à telenovela brasileira junto com os sujeitos da pesquisa, geralmente em suas casas. Nesse sentido, temos ainda que considerar que a cultura do outro é o elemento que será investigado, ou pelo menos, será levado em consideração na hora da investigação e, a observação participante enquanto método necessita do apoio da cultura do pesquisador para a análise do que está sendo observado. Então, a compreensão

³⁹⁴*Nikkey* significa o indivíduo descendente de japoneses que nasceu fora do Japão. No Brasil usa-se essa denominação para filhos ou netos de japoneses que mantém as características fenotípicas dos japoneses.

da cultura é algo que se torna dificultoso no momento da observação do outro, porque todo ser tem a sua própria e, o pesquisador está impregnado da sua própria cultura quando for perceber o outro. Por esse motivo, recorreremos à Antropologia, para elucidar o papel do pesquisador no processo e a questão dele estar impregnado por sua própria cultura, desvelando os riscos do etnocentrismo. Pois, “o indivíduo, o sujeito pensante, que quer saber de outra cultura, carrega em si o *ethos*³⁹⁵ de sua cultura, o modo de ver o mundo e seus valores, o que faz com que ele, de início, veja aquela outra cultura por esse viés, esse filtro, que é da sua própria” (GOMES, 2012, p. 54). Na antropologia, o etnocentrismo é considerado inerente ao ser humano, que vai perceber essa condição quando se deparar com o outro. Então, é na cultura do outro que tomamos essa autovalorização da nossa própria cultura. Esse sentido, aqui explicitado, não é um sentido negativo, mas somente existente, e que deve ser considerado na hora da ponderação da pesquisa que envolve outra cultura. “O etnocentrismo é um predicado da cultura; ele existe em todas as culturas e, conseqüentemente, faz parte do comportamento dos seus membros.” (GOMES, 2012, p. 54). Entretanto, para que não se vivencie o valor de outra cultura pelo olhar da sua própria cultura, há o etnoexocentrismo. “Esse termo significa a capacidade inerente à cultura de sair de si mesma e se comunicar com outras culturas, o que significa ter elementos básicos de comunicação que são mutuamente inteligíveis” (GOMES, 2012, p. 54). Logo, a capacidade de olhar para o outro de fora, e depois com a cultura do outro, será o ponto em questão para essa observação, evitando assim, o juízo de valor e os julgamentos prévios sobre as situações que se apresentarão. A ideia subjacente é que uma cultura só se faz inteligível pela participação do pesquisador em suas instituições. Não basta observar os fenômenos, não basta entrevistar as pessoas que deles participam, não basta conhecer os documentos materiais ou ideológicos de uma cultura. É preciso vivenciá-la! (GOMES, 2012, p. 56). A escolha do método da observação participante veio da Antropologia como ciência humana e, auxiliou na captura dos discursos que foram analisados para entender a produção de sentido de identidade a partir da assistência da telenovela.

As entrevistas em profundidade foram realizadas visando entender as histórias de vida dos sujeitos da pesquisa. Por isso, consideramos que “toda fala de qualquer pessoa embute um discurso, isto é, um sistema de significados que carregam intenções e objetivos de quem fala, dirigidos a pessoas e temas mais ou menos definidos” (GOMES, 2012, p. 62). E, nesse sentido, utilizamos conceitos de Bakhtin-Volochínov (2010) para entender a palavra como *signo social* e instrumento de consciência. “Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um

³⁹⁵ *Ethos* aqui será entendido como o conjunto dos costumes e das práticas características de um povo em determinada época ou região, assim, como o conjunto de características ou valores de determinado grupo ou movimento.

comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior”. (BAKHTIN-VOLOCHÍNOV, 2010, p. 38). A entrevista em profundidade com os sujeitos da pesquisa foi feita para entender a sua história de vida particular, para auxiliar, na interpretação e na análise dos dados coletados. Nesse processo, utilizamos o método das Ciências sociais de análise descritiva e interpretativa que “busca construir relações de sentido entre o fenômeno e o todo que se localiza num campo a-histórico” (LOPES, 2005, p. 152). Os dados e informações coletados foram classificados por temas de maneira a satisfazer os objetivos da pesquisa. Ao fazer a entrevista em profundidade, um roteiro preliminar foi estabelecido, mas na prática, as perguntas poderiam ser direcionadas de forma diferente dependendo do participante e de sua trajetória de vida, “a história de vida” que ia sendo narrada e tecida naquele instante da entrevista. Logicamente, essa direção era resolvida pensando nos objetivos do trabalho de pesquisa. Assim, não bastava apenas direcionar as perguntas e, desse modo direcionar o foco da conversa, mas também entender naquele momento, no aqui/agora da situação, qual era a potencialidade que poderia ser explorada naquela entrevista em profundidade e, assim, além de direcionar, também fazer as perguntas certas. Isso significa que temos vários objetivos específicos quando elaboramos uma pesquisa e, por exemplo, um entrevistado pode se mostrar mais capacitado para explicitar certos aspectos da pesquisa do que outros, isso contando com a sua experiência de vida. Por exemplo, ao entrevistar pessoas ligadas aos órgãos públicos – prefeituras, professores ou voluntários de ações não governamentais, a questão da educação entre os filhos de brasileiros vai tomando uma forma diferente, pois entram nessa conversa aspectos específicos e experiências particulares desses entrevistados. Isso também acontecia com os entrevistados cujos filhos eram crianças, por exemplo, e por isso, é claro havia preocupações e questões diferentes do que os entrevistados cujos filhos já estavam inseridos no mercado de trabalho ou na sociedade local. Essas diferenciações vão sendo percebidas na hora da entrevista, pois muitas vezes o que se descortina durante a narrativa de suas histórias de vida, do seu próprio percurso, também a eles se mostra surpreendente. “Não há maneira pela qual se possa, assim dizer, cair em uma ‘forma autobiográfica não interpretativa original’. A autobiografia *força* uma interpretação. E a interpretação exige uma administração” (BRUNER; WEISSER, 1995, p. 145). Para os autores, o ato do relato autobiográfico situam os sujeitos culturalmente ao mesmo tempo em que os individualizam e, a autobiografia é assim, uma representação da memória de si, do “eu” contando sobre “mim” para os “outros”. Já o antropólogo Geertz (2001), analisa a questão da narrativa utilizada por Bruner para entender o sentido da narração como construtor de conhecimento na psicologia cultural, Geertz entende que ao narrar as histórias e dar voz eminente ao sujeito próprio que vivenciou aquela situação, o contador organiza a sua experiência de vida e utiliza a narração para construir a realidade como um instrumento da mente em prol da criação do sentido.

“Contar histórias, sobre nós mesmos e sobre os outros, a nós mesmos e aos outros é a maneira mais natural e mais precoce de organizarmos nossa experiência e nosso conhecimento” (GEERTZ, 2001, p. 171).

Considerações finais. Discorremos sobre o processo da prática da pesquisa de campo nesse pequeno relato de pesquisa. E, em se tratando do tema de trabalho e suas metodologias, precisamos ressaltar que esses métodos foram utilizados para coletar dados sobre identidade, brasilidade, relações intergeracionais entre os imigrantes brasileiros que moram no Japão e seus filhos nascidos nesse país. Portanto é preciso considerar as diferenças culturais, Ocidentais e Orientais entre Brasil e Japão que desembocam na significação e na compreensão dessas escolhas e métodos de pesquisa.

A identidade e o pertencimento, aqui, não são colocados em relação ao lugar em que estão, pois, esses brasileiros estão afastados do seu “lugar local” e, com a diluição das fronteiras nos espaços pós-modernos cada vez mais frequentes, as questões identitárias ficam salientes nas negociações do cotidiano. O que ocorre, é uma troca, um ganha e perde de cada lado para que se assentem as diferenças culturais e se torne possível o convívio social.

Em se tratando de uma localidade tão diversa da sua origem como o Japão, mesmo contando que esses brasileiros sejam descendentes ou possuam algum conhecimento sobre o local em que estão morando, o “estar estrangeiro”, ou seja, o “não pertencer” ao local requer concessões emergenciais. Existe ainda uma fronteira sobre a qual repousa a questão do “olhar” que o Ocidente possui sobre o Oriente, e o quanto esse “olhar” é, ou não, desprovido de interesses políticos, econômicos e questões, até de colonialismos, dos fluxos das predominâncias – pensando no fluxo da migração dos que precisam mais para os que podem proporcionar mais. Porém a grande questão é que, não interessa o motivo desses deslocamentos, cada vez mais facilitados pela modernidade, o vínculo entre a cultura e a geografia é mapeado de outra forma, nem melhor, nem pior, mas diferente.

Nesse trabalho, consideramos os participantes da pesquisa como sujeitos plenos e não como seres objetificados. Interessa-nos considerar a posição dos sujeitos da pesquisa como seres participativos e ativos, e não como sujeitos objetos e passivos. E, dessa forma, considerou-se a materialidade discursiva como forma de compreensão do enunciado concreto (BAKHTIN-VOLOCHÍNOV, 2010), ou seja, enunciado moldado por condições sócio-históricas. Essa compreensão de enunciado como dotado de concretudo é um dos pontos fortes da obra de Bakhtin e se assenta sobre a compreensão de que na linguagem é possível identificar signos e discursos que refletem e refratam uma visão de mundo influenciada por determinantes socioculturais e históricos diversos. E, é levando em consideração todo esse particular dos sujeitos da pesquisa que os métodos de pesquisa foram adotados. As dúvidas de saber como, exatamente em que ponto ou de quê maneira perguntar ou direcionar um assunto e não outro, foi a grande questão. Uma vez que muitas dessas chaves de

identificação foram sendo percebidas no aqui/agora, na hora da entrevista. Então, constatamos que nunca o pesquisador está exatamente preparado para o que vai surgir, e talvez, isso seja o grande desafio da pesquisa de campo.

Referências

- BAKHTIN-VOLOCHÍNOV, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14.ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2010.
- BRUNER, J.; WEISSER, S. A invenção do ser: a autobiografia e suas formas. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo, SP: Ática, 1995.
- CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo, SP: Cosac & Naify, 2009.
- GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.
- GOMES, M. P. **Antropologia: ciência do homem e filosofia da cultura**. São Paulo, SP: Contexto, 2012
- KAWAMURA, Lili. **Para onde vão os brasileiros?: imigrantes brasileiros no Japão**. São Paulo, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo, SP: Loyola, 2005.
- SUZUIKI, H. E. N. **A telenovela e a produção de sentidos de identidade brasileira no discurso de imigrantes brasileiros no Japão**. 2014. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade São Paulo, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-27012015-152805/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PARTE 5

AÇÕES DA ACADEMIA PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E REFUGIADAS

ações da UNICAMP para refugiados e refugiadas

Marcelo Knobel³⁹⁶

A Universidade Estadual de Campinas foi fundada em 1966 e apresenta, atualmente, 24 Unidades de Ensino e Pesquisa, 21 Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa, 3 hospitais universitários, 2 colégios técnicos, 29 bibliotecas e 6 campi (Campinas -2 campi; Limeira - 2 campi; Paulínia e Piracicaba). Os recursos orçamentários – advindos do repasse proporcional à arrecadação do ICMS paulista –, em 2016, foram da ordem de 2,5 bilhões. A UNICAMP conta com 1.910 docentes no Magistério Superior, dos quais 99% possuem doutorado; 269 docentes de outras carreiras; e, 8.178 funcionários.

A Universidade Estadual de Campinas apresenta desde 1980 alunos ingressados a partir da condição jurídica do refúgio. O período 1980-2017 totaliza 45 matrículas de alunos/alunas refugiados/refugiadas.

O Conselho Universitário da UNICAMP, em 1987, aprovou a Deliberação CONSU-A-005/1987 para “criar Comissão Especial para examinar e deliberar sobre o encaminhamento dos casos de estudantes estrangeiros, que se encontrem no País na condição de refugiado ou asilado, e pleiteiam ingresso na Universidade ou que, estando fora dela, pretendem estudar no País”. Esta deliberação vigorou por 20 anos na UNICAMP, sendo que em 2007 a Deliberação CONSU 110-07 definiu a constituição de comissões específicas, de acordo com a área de conhecimento, para análise das novas demandas.

Hoje a UNICAMP conta com sete alunos com a condição de refúgio, ingressados com base na Lei Federal 9.474 de 22/07/1997 –Art.44 - Estatuto dos Refugiados. Os discentes são: quatro alunos da Síria – um cursando doutorado em Engenharia de Petróleo (ingressante em 2015); um aluno na graduação em Odontologia (ingressante em 2015); outro aluno que entrou por transferência e faz graduação na Engenharia Elétrica (ingressante em 2015); e outro aluno faz graduação em Administração na Faculdade de Ciências Aplicadas (ingressante em 2016) -; um aluno de Serra Leoa - cursando graduação em Administração (ingressante em 2016); um aluno da República Democrática do Congo - cursando a graduação em Ciências Sociais (ingressante em 2016); um aluno da Angola cursando como aluno especial disciplina na Faculdade de Ciências Médicas (ingressante em 2016).

A UNICAMP é a primeira universidade, dentre as estaduais paulistas, a implementar a Cátedra Sérgio Vieira de Melo, com o Termo de Parceria entre o

³⁹⁶ Reitor da Universidade Estadual de Campinas. Grupo de Trabalho para a implementação da Cátedra Sérgio Vieira de Melo na UNICAMP.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e a universidade assinado em 27 de setembro de 2017. O desenho institucional da Cátedra Sérgio Vieira de Melo na UNICAMP apresenta forte participação da Prefeitura Municipal de Campinas e da Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP). A Cátedra está alocada no Gabinete do Reitor e conta com o “Grupo de Trabalho Cátedra Sérgio Vieira de Melo” para implementação das ações e atividades na UNICAMP.

As ações e atividades a serem desenvolvidas, no período de 2017-2019, contarão com subgrupos de trabalho para sua implementação; a saber:

- Ampliar a produção científica, o debate e disciplinas que contemplem o tema da imigração refugiada na graduação e pós-graduação. Promover debates, seminários, publicações; incluir o tema do refúgio em diferentes disciplinas; ampliar o debate na Universidade acerca das questões de gênero, saúde, trabalho, direitos humanos, acolhimento e refúgio;
- Promover seminários interunidades e interdisciplinares. Promover o diálogo sobre o tema do refúgio na UNICAMP e na sociedade local; realizar Fóruns/Workshops/Oficinas para apresentação de trabalhos em andamento sobre Refugiados nas diferentes Unidades da UNICAMP e em demais instituições;
- Ampliar a vinda de Professores Visitantes Internacionais que debatam estudos sobre imigração de refugiados, bem como tragam experiências de integração de refugiados na vida universitária e na sociedade local; possibilidade de atividades com o SESC- Fórum SESC SP na UNICAMP- atividade com a AGEMCAMP; incentivar o Instituto de Artes a promover atividades para integração de estudantes e da população refugiada;
- Implementar Programa de Bolsa para Professor Universitário em situação de Refúgio - acompanhar o Programa Talentos (In)Visíveis do ACNUR; identificar nacionalidades que apresentam esta qualificação profissional; promover reuniões com o CONARE-Ministério da Justiça/ACNUR/CNPq;
- Desenvolver, em parceria com o ACNUR Brasil, Governo Brasileiro, Prefeitura Municipal de Campinas e demais órgãos públicos programas de difusão, seminários e sensibilização sobre o tema dos refugiados no Brasil, por meio de treinamentos e organização de eventos conjuntos de capacitação para agentes envolvidos na recepção dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil.
- Articulação e parcerias a Rede de Apoio a Imigrantes e Refugiados (RAIR)/Prefeitura Municipal de Campinas /Clínica de Direitos Humanos – PUCCAMP/AGEMCAMP; capacitação de educadores e agentes de saúde, gestores municipais, estaduais; possibilidade de atividades com o SESC- Fórum SESC SP na UNICAMP; capacitação para a rede pública de saúde/UBS;
- Desenvolver, em parceria com o ACNUR Brasil, Governo Brasileiro, Prefeitura Municipal de Campinas e demais órgãos públicos programas de

difusão, seminários e sensibilização sobre o tema dos refugiados no Brasil, por meio de treinamentos e organização de eventos conjuntos de capacitação para agentes envolvidos na recepção dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil;

- Apoiar o estudante refugiado e refugiada com cursos de português; promover atendimento à saúde no Serviço de Apoio Psicológico e Psiquiátrico ao Estudante (SAPPE)/CECOM/HC; promover a permanência universitária;

- Reforçar o papel no *advocacy* para o fortalecimento da proteção e integração de refugiados tanto em nível local, estadual e federal - acompanhar as atividades do Comitê Estadual de Refugiado; acompanhar o Plano Estadual de Imigração e Refúgio do Governo do Estado de São Paulo; participar da Rede de Apoio a Imigrantes e Refugiados/Prefeitura Municipal de Campinas; capacitação com Prefeituras;

- Cursos de Língua Portuguesa - produzir material didático para o ensino do português para refugiados e solicitantes de refúgio; ampliar o voluntariado (professores de idiomas/estudantes) junto à Prefeitura Municipal de Campinas, com o objetivo de promovermos oficinas de capacitação no ensino da língua portuguesa; possibilidade da Capacitação no Ensino de Português para Estrangeiro compor a Escola de Extensão;

- Diálogos com Refugiados e Refugiadas - Promover rodas de conversa na UNICAMP/Prefeitura Municipal de Campinas/Museu da Imigração/ACNUR/Missão Paz;

- Facilitar a revalidação de diplomas; Participar da rede nacional e latino-americana da Cátedra Sérgio Vieira de Mello - participar do Seminário Nacional e Latino-americano da Cátedra Sérgio Vieira de Mello; estimular o debate e as atividades no Fórum Acadêmico da Cátedra.

Consideramos que a implementação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UNICAMP ampliará e consolidará ações que deverão ter continuidade tanto no âmbito da produção científica quanto na recepção e proteção a refugiadas e refugiados. Frente à atual situação do refúgio no mundo, cabe também à Universidade o protagonismo na agenda social. A parceria entre a Universidade e o poder público local constitui um dos pontos fortes da proposta, somando esforços e contribuindo para melhoria das condições de vida de populações refugiadas.

Referências

ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Cátedra Sérgio Vieira de Mello. <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/catedra-sergio-vieira-de-mello/> . Acesso em 13/11/2017

**JE PEUX VOUS AIDER? M KA EDEW?
POSSO AJUDAR?**

Marta Roverly de Souza
Giovanna Carla Costa Rangel
Luciano de Moura Carvalho
Penélope Bueno Fagundes
Manuella Rodrigues de Almeida Lima

A análise das migrações internacionais contemporâneas requer a compreensão da própria construção do fenômeno social em sua articulação escalar transnacional, uma vez que é nesse contexto que se redefinem conceitos e análises explicativas (BAENINGER, 2015). De fato, a complexidade e a diversidade, do processo de redistribuição da população em âmbito mundial, com cerca de 244 milhões de imigrantes em 2015 (UNITED NATIONS, 2015), têm apontado para um novo contexto geopolítico das migrações internacionais. Em todo o mundo, um em cada cento e vinte e dois indivíduos é atualmente refugiado, deslocado interno ou requerente de asilo.

O Brasil, porém, após a Constituição de 1988 permitiu a entrada de refugiados de outros países não europeus (MOREIRA, 2012), com uma definição mais abrangente de refugiado. Como ressalta a autora, sem o compromisso seletivo do reconhecimento do estatuto de refugiado somente para europeus, baseado no contexto de guerras na Europa. Assim, o Brasil entra na rota da imigração refugiada no mundo no século XXI, com o número de solicitações de refúgio, que inclui a solicitação de imigrantes vindos do Haiti, passando de 966 casos em 2010 para 28.670 em 2015, com um estoque de quase 90 mil solicitações de refúgio em 5 anos.

Entre janeiro de 2010 e abril de 2016 foram realizadas 89.554 solicitações de refúgio no Brasil, sendo 48.371 destas feitas por imigrantes do Haiti. Desse total, 32.320 foram indeferidas (78%), restando o estoque dos 8.863 imigrantes com a condição jurídica de refugiados vivendo no Brasil hoje.

Nesse contexto, as demandas por serviço de educação, moradia, assistência social e saúde estão presentes e são crescentes junto a população que chega ao Brasil. As dimensões culturais nos cuidados com a saúde para cada grupo imigrante são diferenciadas. A atenção à saúde destas populações e os desafios para a assistência e formação profissional em saúde necessitam contemplar as diversidades culturais e por sua vez devem ser conhecidas.

Assim, por Aparecida de Goiânia ser uma cidade no estado de Goiás que possui uma população expressiva de Haitianos torna-se fundamental a realização de estudos e ações que considerem as intersecções entre migrações, saúde com vistas a busca por intervenções mais resolutivas para este grupo populacional.

Aparecida de Goiânia na rota da imigração. Aparecida de Goiânia é um município brasileiro do Estado de Goiás localizado na Região Metropolitana da capital, Goiânia. Nos seus aspectos geográficos, Aparecida de Goiânia integra a Microrregião de Goiânia, estando situada a 18 quilômetros do centro da Capital do Estado. De acordo com as projeções populacionais do IBGE para 2016, a população estimada era de 532.135 habitantes (IBGE, 2016) sendo o segundo município mais populoso do Estado de Goiás. Economicamente, destaca-se nas áreas da indústria, comércio e prestação de serviços (ACIAG, 2017).

Devido a sua situação estratégica em termos de acesso, hoje o município é um grande polo de atração de investimentos por parte de indústrias de um modo geral. Além disso, tem atraído investimentos para a área de educação com a instalação de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) bem como a implantação de um Campus avançado da Universidade Federal de Goiás (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2014).

Os haitianos vivendo em Aparecida de Goiânia. Até 2014, o Expansul era apenas mais um bairro de Aparecida de Goiânia. Nos últimos dois anos o bairro ganhou uma nova configuração. Lá está uma das maiores comunidades de imigrantes haitianos que vieram para Goiás após o terremoto que assolou o país caribenho em janeiro de 2010, matando mais de 150 mil pessoas. Quando o Haiti foi devastado pelo terremoto em 2010, o Brasil já era referência no país. O Brasil comanda as forças de paz no Haiti, que tem a participação de tropas de outros 15 países (BRASIL, 2017). Mas nem por isso ocupou o topo do ranking da diáspora haitiana que é encabeçada pelos Estados Unidos e República Dominicana. O que provocou um interesse maior pelo país sul-americano foram as informações de que o Brasil, num salto de desenvolvimento, precisava de mão de obra e a facilidade de acesso por via terrestre, com escalas na República Dominicana, Equador e Peru.

A partir do Acre, por onde chegaram em contingentes expressivos poucos meses após o terremoto, os haitianos se dispersaram por várias regiões brasileiras. Em função da intensa atividade econômica, as Regiões Sul e Sudeste se transformaram em opções preferenciais, mas o Centro-Oeste também se tornou destino habitual pelo crescimento acima da média nacional impulsionado pelo agronegócio. Em 2014, o Centro-Oeste respondeu por 7% das solicitações de asilo no país. (ACNUR, 2016). É de conhecimento do governo do município de Aparecida de Goiânia, situado no Estado de Goiás, a existência de um grupo de refugiados haitianos estimado em cerca de 400 a 500 pessoas, concentradas nos bairros Expansul, Vila Brasília e Garavelo (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2017).

No setor Expansul funciona o primeiro templo religioso dedicado aos novos moradores. No Ponto Missionário Expansul da Igreja Metodista as bandeiras brasileira e haitiana estão lado a lado, assim como a saudação aos fiéis

inscrita na fachada – “Aqui haitianos e brasileiros são recebidos de braços abertos” – pode ser lida em Créole, o dialeto haitiano e em Português.

Em novembro de 2016 foi inaugurada uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Expansul, com capacidade para 3 Equipes de Saúde da Família, visando o atendimento a uma demanda de cerca de 4 mil pessoas para cada Equipe. Na UBS, a população pode procurar atendimentos básicos como Ginecologia, Pediatria, Clínica Geral, Enfermagem e Odontologia e serviços como consultas médicas, injeções, curativos, inalações, coleta de exames, vacina, exames laboratoriais, tratamento odontológico, entre outros serviços.

Os usuários recebem atendimento na própria unidade ou são encaminhados para a unidade mais próxima ou Pronto Socorro que atenda às suas necessidades (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2017). A Unidade tem sido o local de referência para a maioria dos haitianos que vivem no município e procuram por atendimento em saúde. Infelizmente esta UBS possui apenas um agente comunitário de saúde que por sua vez não consegue dar conta de realizar o cadastramento dos moradores, o que por sua vez inviabiliza a utilização desta população aos serviços de saúde daquela unidade básica de saúde. Assim o cadastramento desta população na UBS configurava-se como uma necessidade preeminente e fundamental e foi este o objetivo principal da ação aqui relatada.

Os preparativos e o cronograma para a Ação no Expansul

27/01/17 – Reunião com o Prefeito de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha (Gabinete do Prefeito);

17/02/17 – Primeira reunião do GT para levantamento das informações de cada secretaria sobre os haitianos (sala do servidor Prefeitura de Aparecida de Goiânia);

03/03/17 – Segunda reunião do GT para definições a respeito da ação agendada para o dia 02/04/17 (IPTSP/UFG);

28/03/17 – Terceira reunião do GT para fechamento das atividades que foram realizadas na ação do dia 02/04/17 (UBS Expansul em Aparecida de Goiânia);

02/04/17 – Ação realizada na UBS Expansul em Aparecida de Goiânia;

12/04/17 –: Quarta reunião do GT para avaliação da ação (IPTSP/UFG).

A estratégia da ação foi participativa desde a primeira reunião até sua concretização no dia 2 de maio de 2017. A ação contou com a participação voluntária de vinte e cinco pessoas que dominavam a língua francesa, sendo cinco haitianos já familiarizados com a língua portuguesa, o que foi determinante para o desenvolvimento das atividades, já que a maioria dos atendidos não falava português. Além de dois médicos, seis enfermeiros, cinco assistentes sociais e quatro alunos do terceiro ano de medicina.

Resultados da Ação realizada no dia 02 de abril de 2017 na UBS Expansul:

108 haitianos cadastrados (Ficha de Cadastro individual e-SUS AB);

16 coletas de exame preventivo do câncer de colo do útero;

MIGRAÇÕES SUL-SUL

89 haitianos vacinados (cerca de 350 doses);
24 atendimentos com Clínico Geral;
8 atendimentos com Pediatra;
80 atendimentos odontológicos;
27 cadastros de Cartão SUS.

Outros atendimentos e orientações realizadas
Assistência Social (CRAS/CREAS)
SEBRAE
Secretaria do Trabalho
Cabeleireiros
Combate ao Tráfico Humano
Orientações sobre Equidade e Saúde.

Repercussão na Mídia da ação com os Haitianos

.Site da Universidade Federal de Goiás - “UFG realiza ações sociais com haitianos em Aparecida de Goiânia”

<https://www.ufg.br/e/18951-ufg-realiza-acoes-sociais-com-haitianos-em-aparecida-de-goiania>

.Site da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - “Prefeitura de Aparecida e UFG fazem parceria para mapear os haitianos residentes no município” 23/02/2017 015016:37 <http://www.aparecida.go.gov.br/noticias.php?id=3478>

.Jornal Diário de Goiás - “Grupo de trabalho irá mapear haitianos residentes em Aparecida” 24/02/2017 15h52

<http://diariodegoias.com.br/aparecida-de-goiania/39550-grupo-de-trabalho-ira-mapear-haitianos-residentes-em-aparecida>

.Jornal Brasil em Folhas - “Prefeitura de Aparecida e UFG fazem parceria para mapear os haitianos residentes no município” 24/02/2017 <https://www.jornal.digital/2016/?id=27512>

.Diário do Estado - “UFG PROMOVE AÇÕES SOCIAIS COM HAITIANOS” - 31/03/2017 - 17:06 <http://diariodoestado.go.com.br/ufg-promove-acoes-sociais-com-haitianos-5842/>

Site da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - “SMS e UFG oferecem serviços de saúde para a comunidade haitiana que vive em Aparecida”

02/04/2017 – 14:54 <http://www.aparecida.go.gov.br/noticias.php?id=3581>

CBN Goiânia - “UFG E PREFEITURA Ação cadastra haitianos que vivem em Aparecida de Goiânia” .3 de abril de 2017 – <http://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/cbn-goi%C3%A2nia-1.213644/a%C3%A7%C3%A3o-cadastra-haitianos-que-vivem-em-aparecida-de-goi%C3%A2nia-1.1251540>

.Jornal Diário de Notícias Goiás - “SMS e UFG oferecem serviços de saúde para a comunidade haitiana que vive em Aparecida” . 03 de abril de 2017 –

<http://noticiasgoias.com.br/home/sms-e-ufg-oferecem-servicos-de-saude-para-a-comunidade-haitiana-que-vive-em-aparecida/>

.TV Brasil Central – Reportagem veiculada na mídia televisiva no dia 03/04/2017

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Fotos da Ação na UBS – Expansul



Referências

ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil: balanço até abril de 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

ACIAG – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA. Disponível em: <http://www.aciaggo.com.br/aparecida-de-goiania/historico.html>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

APARECIDA DE GOIÂNIA. Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia. **Site da cidade**. Aparecida de Goiânia, GO, 2017.

_____. Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia. **Site da cidade**. Aparecida de Goiânia, GO, 2014. _____. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia 2014-2017**. Aparecida de Goiânia, GO, 2014.

BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Relações Internacionais. **O Brasil na Minustah (Haiti)**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-depaz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acessado em: 07 mar. 2017.

MOREIRA, J. B. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. 2012. 351f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

UNITED NATIONS. **International migration flows to and from selected countries: the 2015 revision**. New York, NY, 2015.

**AÇÕES PARA MIGRANTES E REFUGIADOS NA UFABC:
CURSO DE EXTENSÃO “DINÂMICAS E DESAFIOS DA
MIGRAÇÃO AFRICANA NO BRASIL”**

Acácio Almeida
Diocene de O. Francisco

O curso de extensão “Dinâmicas e desafios da migração Africana no Brasil”³⁹⁷ nasceu do diálogo mantido com um grupo de profissionais da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo, especialmente assistentes sociais e psicólogas, que atuam diretamente com imigrantes africanas(os) que buscam nos serviços socioassistenciais dos Centros POP – Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua, principal porta de entrada dos usuários à rede de proteção social especial do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) –, acesso aos serviços de acolhimento institucional, saúde, educação, trabalho e a todos os outros órgãos de garantia de direitos³⁹⁸.

O curso pensado e estruturado especialmente, mas não exclusivamente, para profissionais envolvidos com a questão migratória, a comunidade de imigrantes, além de estudantes e pesquisadores interessados na temática e que desejam ampliar a compreensão das interações entre as(os) imigrantes e a sociedade de acolhida, objetiva a aquisição de conhecimentos teóricos sobre os fenômenos migratórios contemporâneos envolvendo as sociedades africanas, permitindo uma melhor compreensão da situação vivenciada pelas(os) imigrantes africanas(os) no Brasil.

Nos últimos anos, com o visível crescimento no número de imigrantes africanas(os) no país, cresceram também as especulações sobre as causas explicativas de tal fenômeno. A imprensa, que se autolegitima como espaço privilegiado do debate sobre migrações, recupera velhos e entorpecidos conceitos em afirmações simplistas que inundam as manchetes: “migrantes econômicos”, “refugiados da fome”, “fugitivos da pobreza”, “populações famintas”, “filhos das guerras” etc.

Difícilmente falam das reais e múltiplas causas das migrações no continente africano, como também não falam que os fluxos mais intensos ocorrem justamente no interior do próprio continente e não para a Europa, para a América do Norte ou para os países árabes e asiáticos. Não são novas as

³⁹⁷ O projeto foi aprovado no Edital do PAAE - Programa de Apoio a Ações de Extensão de 2017 e conta com recursos financeiros, apoio logístico e administrativo e duas bolsas de monitoria.

³⁹⁸ Parte das ações dos Centros POP no atendimento à população migrante é realizada em parceria com a Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig)³⁹⁸, órgão da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, responsável pela articulação das políticas públicas migratórias no município de forma transversal, intersetorial e intersecretarial.

pesquisas que informam que esses fluxos abrangem diferentes e múltiplos grupos sociais³⁹⁹.

Se observarmos atentamente a história da África, especialmente nos períodos colonial e pós-colonial, e suas realidades sociais, culturais, políticas e econômicas, poderemos compreender parte da questão e considerar que nem todo problema tem sua origem no interior do continente africano, como querem alguns desavisados.

Há um desconhecimento difuso e oportunista das realidades africanas, porque a África segue sendo, mesmo para alguns dos mais prestigiosos centros de pesquisa, um OPNI – Objeto Político Não Identificado⁴⁰⁰.

O fato é que, para entrar no campo que orientará a proposta de curso, é importante que se diga que, em meio aos fluxos migratórios que conduzem uma massa de homens, mulheres e, mais recentemente, crianças, para fora do continente africano, o Brasil surge como um novo espaço de atração, um lugar possível.

Mesmo não havendo, até o momento, estimativas populacionais confiáveis sobre a presença de imigrantes africanos no Brasil e sendo os dados de circulação, de acordo com o Índice de Eficácia Migratória (IEM), considerados baixos, algumas áreas do centro expandido da cidade de São Paulo (Luz, República, Santa Cecília, Brás, Bom Retiro, Glicério) e algumas áreas periféricas na zona leste (COHAB Cidade Tiradentes e COHAB Arthur Alvim), zona norte (Pirituba) e zona sul (Santo Amaro) revelam que São Paulo, há muito tempo, se encontra na rota dos fluxos das migrações africanas contemporâneas. O que constatamos em São Paulo pode ser também observado, resguardadas as proporções, em algumas cidades do Rio Grande do Sul, do Ceará, da Bahia, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina.

Com base nas pesquisas realizadas, é possível afirmar que a população africana residente no Brasil é formada basicamente por imigrantes temporários, permanentes, demandantes de refúgio ou refugiados.

Os relatos obtidos através das entrevistas realizadas com imigrantes africanas(os), incluindo os demandantes de refúgio, hospedados na Casa do Migrante e no Arsenal da Esperança, revelam algumas das principais dificuldades encontradas por elas(es) no processo de inserção em São Paulo, mas também as dificuldades enfrentadas pelas profissionais da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo

³⁹⁹ Leitura sugerida: Badi (2012).

³⁹⁹ Leituras sugeridas: Walter (1972); Boahen (2010); UNESCO (2010); Latouche (2007); Lopes (1997) e Roque (2005).

³⁹⁹ Leitura sugerida: Oliva (2009).

⁴⁰⁰ Entre os imigrantes temporários estão os estudantes bolsistas do PEC-G (Programa Estudante Convênio Graduação) e do PEC-PG (Programa Estudante Convênio Pós-Graduação) do governo federal (CAPES, CNPq e Ministério das Relações Exteriores), demandantes de refúgio e refugiados.

e pelas técnicas das ONGs, das casas de acolhidas e do poder público no tratamento de importantes questões.

Embora os refugiados estejam entre os grupos reconhecidamente mais vulneráveis, o curso não se restringe apenas a estes, uma vez que há como objetivo, de forma mais ampla, refletir sobre os fatores explicativos das dinâmicas e dos processos migratórios que envolvem o conjunto das populações africanas de diferentes países e nacionalidades.

Objetivos do Curso. O curso de extensão “Dinâmicas e desafios da migração africana no Brasil” vai ao encontro da lei n. 143/2016 que institui a Política Municipal para a População Imigrante e tem como objetivo prioritário, oferecer conhecimentos teóricos sobre os fenômenos migratórios contemporâneos envolvendo as sociedades africanas. Espera-se, desse modo, proporcionar uma melhor compreensão da situação vivenciada pelas(os) imigrantes africanas(os) no Brasil.

Objetivos Específicos

.Conhecer o perfil das(os) imigrantes africanas(os) usuárias(os) dos centros de acolhida da cidade de São Paulo;

.Recolher dados e informações pertinentes sobre a situação das(os) imigrantes africanas(os) no Brasil;

.Criar espaços de diálogo que favoreçam a relação entre os membros das comunidades de imigrantes, gestores, professores, técnicos e pesquisadores;

.Fortalecer as capacidades institucionais do poder público e das ONGs no atendimento das(os) imigrantes africanas(os);

.Contribuir para o desenvolvimento de pesquisas e de uma área de estudos sobre migração africana na UFABC;

.Contribuir para a concretização dos objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias estabelecidos na lei 143/2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante.

Resultados Esperados. Espera-se que o curso contribua para uma melhor compreensão das questões migratórias, para a redefinição de práticas profissionais e para os objetivos previstos na lei 143/2016.

A criação de um banco de dados com informações sobre o quantitativo e o perfil das(os) africanas(os) nos centros de acolhida da cidade de São Paulo para a produção de conhecimentos sobre os fluxos de imigrantes africanas(os) no Brasil. Tais conhecimentos podem contribuir para a melhoria de políticas e de serviços e serão importantes para a produção do livro manual “Dinâmicas e desafios da migração africana no Brasil”.

Por fim, espera-se poder consolidar no interior da UFABC um grupo de estudos e pesquisas sobre Migração africana.

Equipe de Desenvolvimento⁴⁰¹

.Professoras(Es) da UFABC :Acácio Almeida; Adriana Capuano; José Blanes; Júlia Bertino Moreira; Marilda Aparecida de Menezes; Muryatan Barbosa; Ramatis Jacino e Regimeire Maciel.

.Estudantes Monitoras(Es) Bolsistas Da UFABC: Raquel Barbosa – Graduanda em Ciências e Humanidades e Filosofia na Universidade Federal do ABC (UFABC); Thayná Gonçalves Costa – Graduanda em Ciências e Humanidades e Ciências Econômicas na Universidade Federal do ABC (UFABC); Henrique Ferrari – Graduanda em Políticas Públicas na UFABC.

.Equipe Externa :Professoras(Es) Formadoras(Es) - Aldenir Dias; BasÍlele Malomalo; Carla Aguiar; Cássio Silveira; Christh Kamanda; Daniel de Oliveira Cunha; Diocene de Oliveira; Fabiano Silva Viana; Luiz Fernando Francisquini; Moussa Diabaté; Paulo Illes e Saddo Ag Almouloud.

Estrutura do Curso:

12 Módulos e 22 Aulas <https://migracaoafricabras.wixsite.com/extensaoufabc>

I – Teorias da Migração

Aula 1 – Sociologia das Migrações. Profa. Marilda Menezes

Aula 2 – Sociologia das Migrações. Profa. Adriana Capuano

Aula 3 – Panorama Mundial das Migrações Forçadas. Profa. Julia Bertino

II – Refúgios e Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos

Aula 4 – Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos. Prof. José Blanes

Aula 5 – Sistema Africano de Direitos Humanos. Prof. Daniel de O. Cunha

III – História, Geopolítica, Culturas e Sociedades no Continente Africano

Aula 6 – História da África. Prof. Muryatan Barbosa

Aula 7 – Geopolítica da África. Prof. Acácio Almeida

Aula 8 – Relações África – Brasil. Prof. Acácio Almeida

IV – Migrações Africanas: Perspectivas Históricas

Aulas 9 e 10 – Migrações Africanas em Perspectivas: Globalização e Migração – Conflitos, Transformações Sociais e Migrações. Prof. Basi Ille Malomalo

V – Políticas Públicas para Migrantes e Refugiados

Aula 11 – Política Municipal para População Imigrante na cidade de São Paulo/Estatuto do Estrangeiro e a Nova Lei de Migração. Paulo Illes

Aula 12 – Estatuto do Estrangeiro e a Nova Lei de Migração – Migração, Racismo, Preconceito

VI – Diálogos na primeira pessoa

⁴⁰¹ No desenvolvimento e na execução do curso contamos também com o apoio e com a participação dos colegas do CEDHIC – Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante e da Cátedra Vieira de Mello da UFABC.

- Aula 13 - O Chade e a Questão Migratória. Prof. Mbaidiguim Djikoldigam
Aula 14 – Migração Africana em São Paulo: A República Democrática do Congo em Questão. Prof. Christ Kamanda
Aula 15 – Migração Africana em São Paulo: A República Democrática do Mali em Questão. Prof. Moussa Diabate
Aula 15B – Migração de ganense no Brasil. Prof. Kenneth Asante
VII – Metodologia I – Educomunicação e Presença Africana Contemporânea no Brasil
Aula 16 – Produção de Videoreportagens. Prof. Fabiano Silva Viana
Aula 17 – A Presença Africana em São Paulo: Novas Fontes de Dados e Informações e o Papel Estratégico na Produção de Políticas Públicas para Migrantes. Prof. Luiz Fernando Francisquini
VIII – Migração, raça e racismo no Brasil
Aula 18 – Políticas Migratórias e Branqueamento do Trabalho no Brasil. Prof. Ramatis Jacino
Aula 19 – Racismo, Escravidão e Políticas Migratórias no Brasil. Profa. Regimeire Maciel
IX – Metodologia II Pesquisas em Foco – Metodologias de Pesquisa
Aula 20 - Relatos de imigrantes africanos na cidade de São Paulo sobre preconceito. Prof. Márcio Farias
X – Práticas Profissionais e Lógicas Institucionais
Aula 21 – Profissionais e Instituições. Assistente Social Diocene de Oliveira
Aula 22 – Profissionais e Instituições. Assistente Social Carla Aguiar
XI – Sociedade Civil e Migração (visitas às instituições de acolhida)

Referências

- BADI, M. K. **Africa en movimiento**. Madri, Espanha: La Catarata, 2012.
BOAHEN, A. A. **História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília, DF: UNESCO, v. 7, 2010.
LATOUCHE, S. **La outra África: autogestión y apañó frente al mercado global**. Barcelona: Oozebap, 2007.
LOPES, C. **Compasso de espera: o fundamental e o acessório na crise africana**. Lisboa: Afrontamento, 1997.
OLIVA, A. R. A invenção da África no Brasil: os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, RJ, Ano I, n. 4, 2009.
ROQUE, F. M. **O desenvolvimento do continente africano na era da mundialização**. Coimbra: Almedina, 2005.
WALTER, R. **How Europe underdeveloped África**. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.

**PROMIGRA⁴⁰²:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DIREITOS DOS
MIGRANTES NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Nayara Costa Nogueira
Caio da Silveira Fernandes
Svetlana Ruseishvili
Victor Antonio Del Vecchio

As migrações humanas constituem um fenômeno fundamental da sociedade contemporânea. Como apontam as estatísticas, há cerca de 244 milhões de migrantes internacionais no mundo, o que representa aproximadamente 3,5% de toda a população mundial (WENDEN, 2016).

Paradoxalmente, a crescente porosidade das fronteiras nacionais para o capital financeiro e comercial é acompanhada por políticas cada vez mais restritivas para os indivíduos. A pauta anti-migratória vem adquirindo mais visibilidade nos discursos políticos de países desenvolvidos, e abre novas oportunidades para grupos populistas e de extrema direita edificarem propostas fundamentadas sob o argumento securitário. Estas políticas restritivas e discriminatórias levam ao aumento da vulnerabilidade econômica e social dos indivíduos em mobilidade, dificultando a sua inserção no país de imigração e gerando, assim, grupos populacionais carentes de atenção e assistência do Estado. Dessa maneira, aquilo que certos grupos políticos chamam de “crise de migrantes” se revela na realidade como “a crise de políticas de acolhimento” (AKOKA, 2017).

Nesse contexto as organizações da sociedade civil ganham cada vez mais destaque, pois preenchem por meio de suas atividades, algumas lacunas pouco tangenciadas pelos governos em matéria de políticas públicas voltadas às populações migrantes. Embora o Brasil tenha caminhado à implementação de normativas mais inclusivas (como a elaboração da Nova Lei de Migração, nº 13.445 de 2017, cujo projeto é citado globalmente por seu escopo progressista), suas práticas de acolhimento aos estrangeiros ainda possuem o paradigma de segurança nacional e proteção aos nacionais como pilares dessa relação. Ao enfrentar um leque muito estreito de oportunidades para estabelecer-se no país, o imigrante, uma vez ingresso, ainda se depara com obstáculos que tocam desde sua regularização jurídica, à garantia e manutenção de seus direitos econômicos, sociais e civis no Brasil. São em grande parte residentes de grandes cidades brasileiras que se deparam com a falta de políticas públicas eficientes, desenvolvidas especialmente para esse grupo social.

⁴⁰² Grupo de Trabalho Acadêmico do ProMigra, Projeto de Promoção dos Direitos de Migrantes.

Deste modo, destaca-se a escala das cidades como recorte socioespacial privilegiado para a compreensão da problemática migratória. Como destaca Feldman-Bianco (2009) são nas cidades que os migrantes se relacionam e se deparam com os imperativos e obstáculos constitutivos do “sujeito migrante”. Para além, Massey (2005) ressalta que pensar as dinâmicas globais contemporâneas, dentre elas a migração internacional, implica em reconhecer a escala do lugar como dinamizadora dos fluxos e contradições da globalização. Portanto, trata-se de identificar no cotidiano urbano as marcas e processos impulsionados pela migração, com privilégio, nesse contexto, ao município de São Paulo.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRES) da Polícia Federal, de um total de 1.211.129 estrangeiros registrados no Brasil em 2016, cerca de 32% encontravam-se na cidade de São Paulo (IPPDH, 2017, pp. 185-187), fato que ratifica a relevância do município para o tema, reconhecido historicamente por sua elevada concentração de migrantes. Frente às distintas barreiras, dentre os quais se destacam o desconhecimento do idioma e dos seus direitos básicos, boa parte dessa população não raro passa a compor as camadas mais vulneráveis da sociedade. Assim, as iniciativas públicas e diversas organizações da sociedade civil que se dedicam à causa migratória no município, vêm realizando trabalhos diversificados e cada vez mais amplos em resposta à própria complexidade do fenômeno migratório - “o fato social completo”, nas palavras do sociólogo Abdelmalek Sayad (1998 [1991], p. 15).

ProMigra: Projeto de Promoção dos direitos de Migrantes. É nesse cenário de crescente necessidade de apoio ao migrante que surge o projeto ProMigra, no ano de 2015. Inserido na modalidade de projeto de extensão da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), o projeto possuía como horizonte inicial a formação de seus membros em direito migratório, para atender, sobretudo, demandas por regularização de documentos. Deste modo, iniciou-se a prática regular de atendimento jurídico voltado à população migratória, realizado pelos discentes da Faculdade de Direito da USP no Departamento Jurídico XI de Agosto (DJ), espaço autogestionado pelos alunos e localizado no bairro da Sé, área central da cidade.

Entretanto, no decorrer dos atendimentos prestados no âmbito do Departamento Jurídico revelou-se a amplitude de temas e carências dessa população, que não se limitavam ao direito migratório especificamente, mas transcendiam para as áreas de educação, de luta pelos direitos frente aos abusos da polícia e dos empregadores, de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros. Notou-se, portanto, a necessidade de ampliação do projeto, o que culminou em sua reestruturação e abertura para novas áreas do conhecimento no processo de atuação coletiva junto aos migrantes.

Como resultado, a partir de 2017, o ProMigra se define como Projeto de Promoção dos Direitos de Migrantes, estabelecido na consideração à

complexidade do fenômeno migratório e à diversidade de categorias migratórias existentes, como concepções norteadoras de suas ações. A partir da especificidade centrada no formato de extensão universitária, acredita-se que uma das funções da universidade pública consiste não apenas em produzir conhecimento científico, mas também em promover a cidadania, articulando a ciência com o saber e a *praxis* popular (SERRANO, 2013. p.12). Sob este ponto vista, compreende-se que a presença migratória, conjuntamente às suas demandas, também produzem o cotidiano urbano, isto é, suscitam questões ainda intocadas ou pouco conhecidas pela sociedade de imigração.

Sendo assim, acredita-se que atuar com o tema migratório consiste em dois caminhos indissociáveis: i) Não apenas em informar ou atentar sobre os direitos dos migrantes no seio da sociedade brasileira, mas, principalmente, em saber ouvir as suas demandas, compreender e respeitar as suas perspectivas subjetivas e estar disposto a adaptar suas ações e estrutura organizacional, como resposta às reconfigurações constantes da migração. ii) Por outro lado, implica em frentes de atuação para elucidar possíveis desconhecimentos e indagações sobre a migração internacional para os nacionais que, de distintas maneiras, relacionam-se com os migrantes no município de São Paulo. Em outras palavras, além da diversificação dos seus membros, o ProMigra adotou a estrutura horizontal de organização por acreditar que por meio deste formato, as ações se tornem mais democráticas e flexíveis, no intuito de uma maior correspondência com a crescente complexidade conceitual e empírica do fenômeno migratório.

Após essa breve apresentação das bases teóricas e práticas, destaca-se que a partir de 2017 o ProMigra passou a integrar 51 membros, tanto estudantes de graduação e pós-graduação, quanto profissionais formados em 11 diferentes áreas de conhecimento. O Projeto se estrutura em cinco Grupos de Trabalho (GTs): Atendimento Jurídico, Produção Acadêmica, Saúde, Advocacy e Comunicação. Os cinco GTs se complementam e se encontram em constante diálogo:

1. Grupo de trabalho Atendimento – atua diretamente na orientação jurídica e conscientização de direitos aos migrantes. O atendimento é realizado em duas principais frentes, tendo em vista tanto a atenção ao migrante, quanto a conscientização da sociedade civil sobre o tema da mobilidade: i) atendimento fixo, realizado no DJ da Faculdade de Direito, todas as terças e sextas-feiras, no horário das 08h00 às 16h00, versando sobre questões que vão desde regularização migratória, direitos trabalhistas, família, defesa do consumidor, acesso a serviços sociais, entre outros e; ii) atendimento ativo, realizado em locais da cidade com elevada e habitual concentração de população migrante, repartições públicas, escolas, entidades do terceiro setor, equipamentos públicos etc.
2. Grupo de Trabalho Acadêmico – tem por objetivo a produção de conteúdo sobre migrações, principalmente com base nos dados coletados no Atendimento, além da produção de material técnico para as publicações próprias. Possui três frentes de trabalho: i) Frente de Produção Acadêmica (produção de artigos, textos, e

resenhas); ii) Frente de Materiais Informativos para a população migrante (produção de folders, flyers, cartazes, cartilhas e demais materiais em vários idiomas sobre diversos temas de interesse das populações migrantes da cidade); iii) Frente de Materiais Formativos para sociedade civil e poder público (produção de cartilhas, slides, textos, aulas abertas e demais materiais de apoio, para a realização das atividades que versam desde a temática geral das migrações, sob a ótica dos direitos humanos, até temas mais específicos, como direito migratório).

3. Grupo de Trabalho Saúde – último grupo a ser formado junto à terceira seleção aberta de membros realizada no segundo semestre de 2017. Atua como frente de orientação a fim de prover a compreensão por parte do migrante acerca do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), além de promover e participar em mutirões pontuais de atendimento e em redes de articulação, tal como a Rede para Cuidados em Saúde de Imigrantes e Refugiados em São Paulo.

4. Grupo de Trabalho Advocacy – tem por objetivo articular junto às demais instituições, organizações e movimentos da sociedade civil, ações e políticas para efetivação dos direitos dos migrantes no âmbito das políticas públicas municipais e estaduais.

5. Grupo de Trabalho Comunicação – atua como eixo transversal em dois principais sentidos: i) Comunicação Interna: buscando garantir a equidade e horizontalidade das relações e dos fluxos de trabalho dentro do Projeto, atuando em formação permanente dos membros, além de servir de alicerce da produção e didática das produções dos demais GTs; e ii) Comunicação Externa, atuando na manutenção dos relacionamentos e na imagem institucional do grupo – a exemplo de ações como: gestão de redes sociais, campanhas institucionais e de conscientização diversas, eventos e outros –, buscando garantir a constante relação entre sociedade e universidade, fato inerente e constitutivo de propostas formuladas no âmbito da extensão universitária.

Principais ações realizadas. Elencamos abaixo algumas das principais ações realizadas pelo Projeto, agrupadas por eixos temáticos de atuação e tendo como recorte as atividades desenvolvidas apenas no segundo semestre de 2017, após processo seletivo interdisciplinar:

1. Ações realizadas no âmbito jurídico: i) Ação conjunta com o 1º Ofício de Migrações e Refúgio da Defensoria Pública da União (DPU) para organização, estruturação jurídica e encaminhamento de regularização coletiva de 293 solicitantes de refúgio em São Paulo – a maioria de Guiné Bissau – com base na Resolução normativa n. 27 de 1998 do CNIg (CNIg) que reza sobre situações especiais e casos omissos (setembro/2017).

2. Ações voltadas à sociedade civil: i) Oficina sobre violações de direitos trabalhistas e formas de denúncia de trabalho análogo à escravidão realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Infante Dom Henrique (junho/2016). ii) Ciclo de palestras para os alunos dos cursos profissionalizantes do CAMP Pinheiros sobre os aspectos gerais e constitutivos das migrações. iii) Atividade no Serviço de Assistência Social à Família (SASF), localizado no Bela Vista, para promover a conscientização das assistidas sobre direitos humanos e cidadania, além de fornecer

canais de denúncia e assistência jurídica gratuita (setembro/2017). iv) Ciclo formações em Regularização Migratória para a equipe de atendimento do DJ (outubro/2017). v) Ciclo de palestras na E.E Caetano De Campos, bairro da Aclimação, para alunos do Ensino Médio (outubro/2017).

3. Ações voltadas à população migrante em parceria com organizações da sociedade civil: i) Parceria com Consulado Geral do Peru em São Paulo no desenvolvimento da ação “Terceiro Consulado Itinerante” no Brás. Junto à orientação jurídica, também foram oferecidos serviços como orientação em saúde e assistência social, além da assistência consular prestada pela entidade parceira (outubro/2017). ii) Visita guiada à Missão Paz São Paulo para conhecimento do projeto e troca de experiências (setembro/2017). iii) Parceria com a União social dos Imigrantes Haitianos (USIH) para estipulação de plano de trabalho conjunto, sobretudo junto às frentes de Atendimento e Saúde (outubro/2017). iv) Participação no projeto “Me Dá um Abraço?” realizado junto à comunidade boliviana de São Paulo, na rua Coimbra, com orientação em saúde e acesso ao SUS (outubro/2017).

4. Produção de materiais informativos para migrantes: i) Cartilha de Direitos e Serviços Públicos para o Migrante em São Paulo, desenvolvida em português e espanhol em parceria com o Consulado General del Perú em São Paulo (outubro/2017). ii) Folheto de divulgação das atividades do GT Atendimento em cinco idiomas – português, inglês, espanhol, francês e árabe (outubro/2017).

5. Produção de artigos acadêmicos e participação nos eventos: i) Trabalho “A extensão universitária como possibilidade para a prática política de reconhecimento e efetivação dos direitos humanos dos migrantes na cidade de São Paulo: o caso do PROMIGRA”, apresentado no IX Fórum de Migrações/Migratic 2017, junto ao Colóquio Internacional: “Interculturalidade, comunicação e migrações transnacionais: fronteiras, políticas e cidadania”, UFRJ (outubro/2017).

6. Participação na elaboração das políticas públicas: i) Articulação e redação da minuta do Projeto de Lei Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, resultante na Audiência Pública desenvolvida em parceria com entidades como o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI), Presença América Latina (PAL), Conectas Direitos Humanos e Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) (outubro/2017).

Desenvolver um projeto de extensão que tenha a mobilidade humana como tema e horizonte de ação, até aqui tem se mostrado um processo constante de reflexão acerca das atividades construídas. Tal trajetória advém tanto do imperativo imposto pela migração internacional como circulação que (re)produz cotidianamente eventos nas cidades, como também por meio das variadas relações e conexões forjadas no município de São Paulo, que envolvem nacionais e migrantes em uma complexa rede inserida no recorte urbano.

Nesse sentido, as ações propostas e descritas se fundamentam em uma concepção dual do fenômeno migratório. Por um lado, a identificação de suas características próprias, motivações para o deslocamento e inserção socioespacial. De outro as reconfigurações que envolvem também a sociedade

de migração e suas emergentes indagações e inquietudes sobre o tema, sobretudo em períodos marcados por uma obscuridade acerca do fenômeno.

Ainda, as ações conjuntas com organizações, instituições, movimentos sociais e poder público em prol da pauta migratória, alinhadas não só às necessidades mais urgentes da população migrante, como, também, à legitimação dessas mesmas práticas no desenvolvimento e efetivação de políticas públicas sobre a mobilidade, propiciam, fomentam e fortalecem a articulação e a rede de proteção pelos direitos – mais que migratórios – humanos. A possibilidade de um devir aberto ao campo político e de reconhecimento da diversidade próprio da plena coexistência social, requer aberturas em variadas formas e conteúdos relacionais edificados cotidianamente.

Por fim, o papel da universidade torna-se crucial na construção coletiva que envolve a criação de mecanismos que potencializem a evocação de alternativas, sobretudo quando enunciada em vozes tão plurais. Neste sentido, o desafio se insere nas práticas cotidianas do fazer universitário, bem como na luta inerentemente política que envolvem tais ações, em um caminho que possui como horizonte a liberdade, a equidade, a esperança e os direitos humanos.

Referências

- AKOKA, K. “Ce n’est pas une crise des migrants mais une crise des politiques d’hospitalité”. *Revue Projet*. 26 de juin de 2017. Disponível em http://www.revue-projet.com/articles/2017-06-akoka_pas_une_crise_des_migrants_mais_une_crise_des_politiques_d_hospitalite/. Acesso em 30/10/2017.
- CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Resolução normativa n. 27 de 25 de novembro de 1998**. Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração
- FELDMAN-BIANCO, B. Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. In. **Horiz. antropol.** vol.15, no.3. Porto Alegre, Jan./Jun, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n31/a02v1531.pdf>>. Acesso em: 30/10/2017
- INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN DERECHOS HUMANOS (IPPDH) **Migrantes Regionales en la Ciudad de San Pablo**. Buenos Aires: Caba: IPPDH, 2017.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.
- SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire, 2013. Disponível em http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em 30/10/2017.
- WIHTOL DE WENDEN, C. **Migrations. Une nouvelle donne**. Paris, Maison des Sciences de l’Homme, coll. “Interventions”, 2016.

**CURSO MIGRAÇÃO, REFÚGIO E POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA SERVIDORES PÚBLICOS EM SANTA MARIA:
DA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS AO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E
CONSTRUÇÃO DE INICIATIVAS LOCAIS**

Giuliana Redin⁴⁰³

Alex Barcelos Monaiar

Alessandra Junges de Almeida

Adriana Garcia Domingues

Jaqueline Bertoldo

Luís Augusto Bittencourt Minchola

As migrações internacionais trazem enormes desafios de direitos humanos, pois são negadas a partir de sua natureza humana, mostram a dificuldade que as pessoas e os Estados têm de lidar com o Outro e também revelam as injustiças sociais em todo o planeta. Ao invés da acolhida nos países de destino, que é um direito humano, os migrantes e refugiados encontram políticas restritivas e de criminalização, ficando submetidos às mais variadas formas de violência e exploração por não poderem acessar direitos. Enquanto deveriam avançar as políticas de direitos humanos e a compreensão de que pessoas são pessoas, independentemente de sua nacionalidade ou condição migratória, avançam as ondas de xenofobia e dos discursos de exclusão, portanto é a banalização da violência que nega o direito humano de migrar.

No Brasil comemoramos a sanção da Lei de Migração e deixamos para trás o Estatuto do Estrangeiro, que remonta ao período da ditadura civil-militar e que mais servia para colocar o imigrante em uma condição de vigilância permanente, negando qualquer direito, e reduzindo a possibilidade de acolhida de imigrantes aos interesses econômicos do país. Dessa forma, a política Estatal para migrações, representada pelo Estatuto do Estrangeiro, baseava-se fundamentalmente na escolha dos que “servem” ou “não servem” aos interesses do país. Apesar de ser uma carta de direitos, a nova Lei de Migração, n. 13.445/2017, sofreu vetos parciais que não condizem com sua essência de respeito aos direitos humanos e da não criminalização da migração, de que é exemplo o veto à anistia documental prevista na lei, que já era uma prática consolidada dos governos das duas últimas décadas, independente de cores partidárias. Esses vetos invocam a histórica dualidade em torno do conceito de estrangeiro (Ksénos em grego) como hóspede (do latim “hospes”), reconhecido sob determinadas condições, ou inimigo (do latim “hostis”), cuja existência é

⁴⁰³ Coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFSM.

usada para barrar pessoas e justificar o controle das fronteiras. Apesar desse chamado novo paradigma legal, ainda muitas incertezas são geradas no imaginário social de como lidar com o Outro que está num processo de estranhamento imposto pela ordem estatal em decorrência de não ser nacional.

Na semana que celebra o Dia Internacional do Refugiado, 20 de junho, o Migraidh, Direitos Humanos e Mobilidade Humana, responsável pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal de Santa Maria, ofereceu o 1º Curso de Formação e Capacitação para Servidores Públicos, “Migração, Refúgio e Políticas Públicas”, para a discussão propositiva das migrações na cidade de Santa Maria na perspectiva do Direito Humano de Migrar. A comunidade local e os agentes públicos foram convidados a compreender a realidade migratória, para construir práticas e ações de direitos humanos, acolhida e integração local de migrantes e refugiados. Essa ação também foi desenvolvida na esteira de outras práticas de iniciativa do Migraidh, como a política de acesso à Universidade Federal de Santa Maria, instituída pela Resolução 41/2016, uma política fundamental pelo seu caráter estrutural baseado no princípio da igualdade de oportunidade e integração local. Era preciso a sensibilização para essa pauta de direitos humanos, bem como a difusão de outras experiências de políticas inovadoras de direitos humanos para migrantes e refugiados, como o CRAI, Centro de Referência e Atendimento para Migrantes de São Paulo e a Lei Municipal paulista que institui diretrizes para as políticas públicas de migrantes e refugiados, assim como o Conselho Municipal de Imigrantes.

A proposta buscou inserir o debate sobre a complexidade e os desafios de direitos humanos ligados à população em situação de migração e refúgio no contexto da cidade e trazer subsídios para as práticas locais de atendimento, acolhimento e integração local. Além dos depoimentos de agentes públicos e participantes do Curso que foram muito representativos do alcance dessa ação, ao final foi produzida a Carta de Santa Maria sobre Políticas Públicas para Migrantes e Refugiados, como documento a ser encaminhado oficialmente aos Poderes Públicos Legislativo e Executivo municipais.

Abaixo segue a descrição da ação, com a demonstração da metodologia utilizada a partir dos objetivos e o relato da experiência.

A proposta da oferta do Curso partiu de um diálogo entre o Migraidh-CSSVM UFSM com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Santa Maria. Nessa ocasião, dialogou-se sobre os desafios para políticas de direitos humanos ligadas ao atendimento, acolhimento e integração local da população migrante e refugiada, sobretudo diante da omissão legislativa quanto a diretrizes para políticas locais e abordou as experiências de outros municípios. A proposta do curso de formação e capacitação para servidores públicos, portanto, buscou apresentar uma realidade pouco conhecida ou sensível no cotidiano dos agentes públicos, como primeiro passo para subsidiar uma política local de atenção a migrantes e refugiados.

A atividade partiu de uma construção entre Universidade e Município,

envolvendo trabalhadores das Secretarias do Município (especialmente Desenvolvimento Social e Educação), assim como das Pró-Reitorias da Universidade (com destaque para Assuntos Estudantis), o convite estendeu-se também aos órgãos de Segurança Pública, Legislativo Municipal e Justiça Federal: da Segurança Pública participaram profissionais escrivães, inspetores e delegados da polícia civil, agente penitenciário e polícia rodoviária federal; da Educação participaram professores dos três níveis de ensino, monitor escolar e orientador pedagógico; da Assistência Social participaram assistentes sociais da universidade, do município e trabalhadores do Cadastro Único; de áreas diversas participaram também assessores parlamentares, auxiliares administrativos, oficial de registro civil, programador visual e advogados.

O Curso contou com 130 inscritos e foi desenvolvido em três etapas, totalizando 20 horas. A primeira etapa do curso foi realizada no Plenário da Câmara Municipal de Santa Maria e as demais no Campus da Universidade Federal de Santa Maria e teve como público-alvo: servidores públicos municipais, estaduais e federais, pesquisadores, migrantes e refugiados, profissionais de diversas áreas e demais interessados na temática.

Para atingir o objetivo geral do Curso: capacitar agentes públicos em direitos humanos para o atendimento e atenção da população migrante e refugiada em Santa Maria e subsidiar localmente os Poderes Públicos para o desenvolvimento de políticas de acolhimento e integração local, as três etapas do Curso foram construídas conforme o quadro de módulos abaixo. Esses módulos foram elaborados a partir da seguinte orientação:

a) sensibilização sobre o sujeito migrante e o sujeito em situação de refúgio, pela discussão interdisciplinar sobre as múltiplas vulnerabilidades, e debate de cunho filosófico-político sobre o Direito Humano de Migrar, para um pensar-agir de desconstrução da lógica securitária das migrações, como pressuposto para se avançar em políticas públicas de direitos humanos para migrantes e refugiados;

b) discussão sobre o novo marco legal das migrações no Brasil a partir da Lei 13445/2017 (Lei de Migração) e a Lei 9474/97 (Lei do Refúgio), pela compreensão de que as respectivas categorias jurídicas expressam o conteúdo político de sentido sobre a relação do nacional com o estrangeiro, ou seja, de quem seria mais ou menos merecedor da proteção do Estado. A abordagem destas leis serviu como subsídio para colocar em movimento as representações constituídas e reproduzidas. Contudo, a lei sempre está distante do sujeito, pois ela tende a reduzi-lo a um objeto e forçá-lo ao enquadramento. Isso traz enormes desafios de direitos humanos, que é a tendência de distanciamento da lei e o sujeito, submetido a condições humanas de vulnerabilidade e exploração. Portanto, esse debate permitiu ampliar o entendimento sobre os desafios para o desenvolvimento de políticas locais.

c) discussão em grupo com base em um caso real, relativo a um processo de elegibilidade para reconhecimento da situação de refúgio relatado no artigo “Refúgio, Hospitalidade e os Sujeitos do Encontro”, de autoria de Gabriel Gualano de Godoy (2016). Nesse texto, o autor problematiza a difícil relação do sujeito migrante com o Estado que reduz esse sujeito a um conteúdo normativo. Essa

problematização permite a percepção do quão suscetível e exposto está o sujeito migrante e o refugiado diante do Estado de destino: ao buscar proteção ou oportunidade em outro país se depara em um primeiro momento com o julgamento jurídico de sua condição, se terá ou não reconhecimento pelo Estado como apto a ali estar; sua vida e projeto de vida ficam reduzidos a um conteúdo legal. Esse é apenas um primeiro desafio, pois, ainda que lhe seja reconhecido um documento de residência, esse sujeito passa por incertezas das mais variadas, se depara com as barreiras culturais, linguísticas, falta de recursos, acesso a direitos, múltiplas explorações, separação da família, interrupção de sua história no país de origem; precisa reconstruir a vida;

d) a problematização a respeito do reconhecimento do Direito Humano de Migrar, da legislação protetiva que se apresenta, seja pela Lei de Migração ou pela Lei de Refúgio, e dos desafios políticos e jurídicos para respostas de direitos humanos frente ao cotidiano de violência ligado à população migrante e refugiada, subsidiou o olhar local sobre políticas públicas para essa população. Assim, na terceira etapa do Curso oportunizou-se o momento e plenária para discussão, deliberação e aprovação da Carta de Santa Maria sobre Políticas Públicas para Migrantes e Refugiados.

Estrutura do curso

ETAPA I

MÓDULO I: Fluxos Migratórios Contemporâneos, Múltiplas Vulnerabilidades e Proteção de Migrantes e Refugiados. Ministrantes: Prof^a Dra Giuliana Redin (Direito), Luís Augusto Bittencourt Minchola (Acadêmico Direito) e Prof^a Dr^a Maria Catarina Chitolina (Ciências Sociais).

MÓDULO II: Migrações e Refúgio: Proteção jurídica e desafios de direitos humanos; Nova Lei de Migração e Lei do Refúgio: Categorias jurídicas e sistemas protetivos. Ministrantes: Prof^a Dr^a Giuliana Redin (Direito) e Luís Augusto Bittencourt Minchola (Acadêmico Direito).

MÓDULO III: Imigração local: Políticas de acolhimento, atendimento e integração local. Ministrantes: Prof^a Dr^a Eliana Sturza (Letras), Prof^a Dr^a Liliane Dutra Brignol (Comunicação), Prof^a Dr^a Maria Clara Mocellin (Ciências Sociais), Simon Renel (imigrante haitiano contratado CRAS-Lajeado) e Luís Augusto Bittencourt Minchola (Acadêmico Direito)

ETAPA II

MÓDULO IV: Processo de Elegibilidade, Política Interministerial de Documentação e Proteção de Refugiados. Ministrante: Karin Wapeshowsky, coordenadora do Programa de Reassentamento Solidário da ASAV.

Grupos de Discussão: texto “Refúgio, Hospitalidade e os Sujeitos do Encontro”, de autoria de Gabriel Gualano de Godoy, referente a um caso real de processo de elegibilidade para reconhecimento da condição de refugiado e a problemática da distância da lei diante do sujeito de proteção

ETAPA III

MÓDULO V: Migrantes e Refugiados: Aspectos Psíquicos das Mudanças de Cultura Compulsórias – Ministrante: Prof. Dr. Luís Fernando Lofrano de Oliveira (Psicologia).

Grupos de Discussão sobre Políticas Públicas para Imigrantes e Refugiados para a construção da Carta de Santa Maria sobre Políticas Públicas para Migrantes e Refugiados.

MÓDULO VII: O Papel da Defensoria Pública da União (DPU) na Promoção e Defesa de Direitos de Migrantes e Refugiados – Ministrante: Laura Zacher (Socióloga da DPU).

MÓDULO VIII: Relatos de Experiências na Prática Extensionista de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados - Migraidh/CSVM UFSM e GAIRE da UFRGS.

Plenária para aprovação da Carta de Santa Maria sobre Políticas Públicas para migrantes e Refugiados

Carta de Santa Maria sobre Políticas Públicas para Migrantes e Refugiados

O 1º Curso Migração, Refúgio e Políticas Públicas de iniciativa da Universidade Federal de Santa Maria, por meio do Migraidh e Cátedra Sérgio Vieira de Mello, com o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, realizado em Santa Maria nos dias 21 de junho, 03 e 11 de julho de 2017, constituiu-se em um primeiro foro municipal de debate sobre a agenda de direitos humanos das migrações e do refúgio. Com a participação de migrantes e refugiados, servidoras e servidores públicos municipais, estaduais e federais, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo municipais e da sociedade civil, o Curso pautou o debate na perspectiva do reconhecimento de migrantes e refugiados como sujeitos plenos de direitos e ressaltou a responsabilidade dos entes públicos com estratégias e políticas para a defesa e promoção de direitos humanos para a população migrante (migrantes, refugiados, apátridas e vítimas do tráfico de pessoas). Portanto, o 1º Curso Migração, Refúgio e Políticas Públicas acumulou reflexão propositiva, destacou as prioridades para uma política pública municipal para migrantes e refugiados e subsidiou a inclusão da agenda de políticas para migrantes e refugiados na 12ª Conferência Municipal de Assistência Social de Santa Maria, realizada nos dias 22 e 23 de junho, bem como o desenvolvimento de uma política de acolhida e permanência de migrantes e refugiados na UFSM.

No marco da nova Lei de Migração n. 13.445, sancionada em 24 de maio deste ano, da Lei de Refúgio n. 9.747, de 1997, dos tratados internacionais de Direitos Humanos de que o Brasil é signatário, da Constituição Federal, bem como do Processo de Cartagena, que pontua nas chamadas “soluções duradouras” as respostas de acolhimento e integração local, e considerando as experiências locais como exemplo dos municípios de Lajeado e Porto Alegre, as e os participantes do 1º Curso Migração, Refúgio e Políticas Públicas em Santa Maria apresentam esta Carta dirigida ao município, estado e União, seus agentes e instituições com propostas para a construção e fortalecimento de estratégias e políticas públicas para migrantes e refugiados:

Promoção e garantia da igualdade da população migrante em relação aos nacionais e combate a qualquer forma de discriminação, reafirmando o artigo 5º da Constituição Federal;

- a. Facilitação e desburocratização dos requisitos de documentação para o acesso a direitos, considerando a condição atípica da população migrante;
- b. Promoção da participação política, por meio da criação de espaços institucionais consultivos e deliberativos, com representação da população migrante, órgãos públicos e sociedade civil;
- c. Apoio e valorização das associações e coletivos da população migrante;
- d. Estímulo à participação da população migrante em espaços de conhecimento, acompanhamento e controle social das políticas públicas;
- e. Envolvimento da população migrante na elaboração, acompanhamento e execução de serviços públicos voltados à população migrante;
- f. Criação de curso permanente de português como língua de acolhimento;
- g. Promoção de atendimento multilíngue nos serviços públicos, inclusive nos seus protocolos e formulários de atendimento, garantindo a acessibilidade linguística;

- h. Acesso à informação dos serviços públicos e serviços específicos prestados à população migrante;
- i. Criação de comitê intersetorial tripartite, por gestores, população migrante e representantes da sociedade civil, de forma paritária, para elaboração de política municipal para a população migrante,
- j. Instituição de um Centro de Referência e Apoio a Migrantes e Refugiados;
- k. Valorização e reconhecimento da população migrante, tratando a questão como de direitos fundamentais;
- l. Estímulo e promoção a atividades de associativismo, cooperativismo e microempreendedorismo para população migrante;
- m. Criação de mecanismos de facilitação de acesso à locação de imóveis residenciais e comerciais para a população migrante;
- n. Criação de espaços de formação e capacitação continuada inter e transdisciplinar a partir do comitê intersetorial voltados para as áreas específicas de atuação como o setor de saúde, segurança pública, comunicação, educação, trabalho e outros;
- o. Diálogo e cooperação entre os três entes da federação na promoção e desenvolvimento das políticas públicas locais.

Essas propostas, pensadas a partir da realidade local, estão orientadas pelo reconhecimento de que migrar é um direito humano e que a migração exige o desenvolvimento de políticas públicas que considerem que migrantes e refugiados vivem situações específicas que, muitas vezes, os expõem a múltiplas vulnerabilidades. São esses os compromissos que o Estado é chamado a assumir e que decorrem das responsabilidades internas e internacionais assumidas pelo Brasil, por meio da Constituição Federal, da legislação nacional e de tratados, acordos e convenções internacionais. As ações aqui apresentadas fazem parte de uma agenda para enfrentar um dos maiores desafios de direitos humanos, que é pensar o sujeito migrante a partir de suas especificidades e como sujeito de direitos.

São essas as contribuições do 1º Curso Migração, Refúgio e Políticas Públicas pelo direito humano de migrar,
Santa Maria, 11 de julho de 2017

A proposta do Curso foi desenvolvida para pautar a agenda das políticas públicas à população migrante e refugiada na cidade de Santa Maria, em uma perspectiva de direitos humanos, promover o entendimento sobre a responsabilidade pública e estatal diante dessa pauta e estabelecer o diálogo entre os agentes públicos municipais, estaduais e federais e a comunidade local e acadêmica (migrantes, refugiados, pesquisadores, profissionais, interessados pelo tema, etc.). Portanto, foi um espaço de participação política e de construção de iniciativas para orientar os Poderes Públicos locais sobre diretrizes ligadas ao atendimento, acolhimento e integração local da população migrante e refugiada.

A ampla participação de servidores públicos municipais, estaduais e federais, produzindo reflexões e destacando prioridades para uma política pública municipal para migrantes e refugiados e, também, de acolhimento e permanência dos estudantes migrantes e refugiados ingressantes na UFSM pela

Resolução 041/2016, mostrou o potencial do curso para a promoção da cultura de direitos humanos na prestação do serviço público.

Ao final de cada etapas do Curso, os participantes puderam avaliá-lo, no sentido de externalizar a contribuição desse espaço. Cerca de 30 participantes responderam a avaliação ao final de cada etapa: 97% consideraram que a partir de sua área de atuação e/ou interesse, o curso contribuiu para compreensão dos desafios da agenda das migrações e do refúgio, sugerindo mais edições do Curso; sobre o formato do Curso, 100% responderam que atendeu às expectativas, tendo sido destacada a abertura para respostas aos questionamentos e depoimentos de migrantes e refugiados que aconteceram ao longo das três etapas; em relação ao tempo e conteúdo, 100% dos participantes entenderam que o Curso atendeu às expectativas, alguns avaliaram a falta de tempo, outros reconheceram a dimensão e complexidade do tema, sendo que sugeriram mais módulos, destacando, contudo, que foram colocados diante de "uma realidade nova" e "preocupante"; quanto à infraestrutura do Curso e canais de comunicação, avaliam como positivas as imagens e informações compartilhadas, a ampla utilização de recursos tecnológicos (vídeos, imagens, textos, dados); as discussões em grupo (do caso de elegibilidade e da carta) foram bem avaliadas, bem como o espírito de integração entre os participantes; a Carta de Santa Maria também foi destacada como um resultado palpável do Curso para além das reflexões provocadas sobre como receber e atender migrantes e refugiados. As três etapas foram transmitidas ao vivo e estão registradas na página do MIGRAIDH/UFSM. Ao final do curso foram compartilhadas por e-mail as apresentações ministradas. Por parte da organização também é preciso destacar que a mesma mudou a metodologias da segunda e terceira etapas, para incluir dinâmicas mais participativas frente ao modelo expositivo utilizado na primeira etapa. Como resultado final, a Carta de Santa Maria sobre Políticas Públicas para Migrantes e Refugiados culminou em um documento técnico e representativo do debate qualificado e participativo, construído pelos agentes públicos, sociedade civil, academia e, sobretudo, migrantes e refugiados, sobre diretrizes e ações fundamentais para uma política pública local de atendimento, acolhimento e integração local.

Referências

- DERRIDA, J. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo, SP: Escuta, 2003.
- DOUZINAS, C. **O fim dos direitos humanos**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2009.
- GEDIEL, J. A. P.; GODOY, G. G. (Org.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba, PR: Kairós Editora, 2016.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- REDIN, G. **Direito humano de imigrar: direitos humanos e espaço público**. Florianópolis, SC: Editora Conceito, 2013.
- SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo, SP: EDUSP, 1998.

**A MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL
E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CSVM/UFRR
EM RORAIMA**

Gustavo da Frota Simões⁴⁰⁴

O fluxo migratório venezuelano para o Brasil vem aumentando nos dois últimos anos. Esse fluxo ainda se concentra, em grande medida, no extremo norte do país, mais especificamente no estado de Roraima. De fato, essa migração tem permanecido próxima a fronteira desde que chegou em maior número, a partir de 2016. Roraima não é um estado acostumado a receber fluxos migratórios internacionais, ao contrário, eram roraimenses e moradores desse estado que cruzavam as fronteiras em busca de melhores condições, sobretudo, por meio do garimpo na Venezuela e Guiana.

Nesse mesmo sentido, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) não possuía estrutura e capacidade para atender esse fluxo, embora já contasse com uma Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT) e apoie estudantes estrangeiros do PEC-G e PEC-PG há anos.

Para suprir essa deficiência, após um período de negociações, em 2017 a UFRR passou a ser a primeira Universidade do norte do país a compor a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), iniciativa entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e centros universitários e Universidades do Brasil com objetivo de estimular ações de ensino, pesquisa e extensão com temas voltados ao refúgio. Esse breve relato tem como objetivo esboçar algumas características da migração venezuelana para o Brasil e a consequente necessidade da UFRR em se modificar e implementar medidas de suporte a esses refugiados por meio da CSVM/UFRR.

A Venezuela atravessa uma crise econômica e política que tem múltiplas e complexas causas. De acordo com Vaz (2017) a crise tem afetado diferentes aspectos da sociedade venezuelana, como o econômico, o social e o político. Entre as diferentes consequências da crise na Venezuela, observa-se a partir de 2016, um aumento significativo do fluxo de venezuelanos para outros países, tanto para os destinos clássicos da emigração venezuelana, Estados Unidos e Espanha, por exemplo, quanto para países fronteiriços ou outros destinos no continente americano. Assim, países como Colômbia, Trinidad e Tobago e mais recentemente o Brasil, viram seus registros de venezuelanos aumentarem a partir desse ano (ÁLVAREZ, 2016).

No caso brasileiro, a chegada dos imigrantes venezuelanos é realizada majoritariamente pelo extremo norte do país, pelo estado de Roraima. Assim, constata-se um aumento da imigração venezuelana que é percebida de diferentes

⁴⁰⁴ Coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFRR.

formas. Em primeiro lugar, pelos diferentes discursos da mídia, político, acadêmico, entre outros. Em segundo lugar, pela visibilidade, especialmente da população indígena da etnia warao, nas ruas das cidades de Pacaraima e Boa Vista. Por último, pelos dados estatísticos: o número de solicitantes de refúgio venezuelanos passou de 280 em 2015, para 2.233 em 2016 e até junho de 2017, 6.438 venezuelanos pediram refúgio na capital roraimense. Para todo o Brasil, esses números são respectivamente de 829, 3.368 e 7.600 para os anos de 2015, 2016 e 1º semestre de 2017. Percebe-se com isso, que a grande maioria dos venezuelanos recém-chegados solicitaram seu pedido de refúgio em Roraima, especialmente em 2016 e 2017.

A partir daí, pode-se tirar que boa parte dos venezuelanos que pedem refúgio vem por uma migração terrestre oriunda da fronteira Santa Elena de Uairén-Pacaraima. A esse respeito, o saldo dos números de entrada e saída dos venezuelanos no Brasil chega próximo aos números de pedidos de refúgio. Em 2016, entraram pelo ponto de migração terrestre na fronteira 56.800 venezuelanos e retornaram 47.108, o que permite uma aproximação em torno de 9.700 venezuelanos que ficaram em território brasileiro. Em 2017, entraram por Pacaraima 24.379 (até 10.07.2017) e retornaram 13.868, o que contabiliza, em termos líquidos, 10.511 venezuelanos, número mais próximo aos 7.600 pedidos de refúgio contabilizados no primeiro semestre de 2017.

De fato, podemos perceber por esses dados, que a migração venezuelana é majoritariamente terrestre, que boa parte dos que aqui permanecem solicitam refúgio e que há um aumento considerável dessa presença em Roraima a partir de 2016 com viés de crescimento em 2017. Além disso, percebe-se um grande número de migrantes pendulares, até pela própria característica da migração.

Com relação aos perfis, podemos identificar algumas questões. Em primeiro lugar, identificamos um equilíbrio de gênero. Segundo dados da PF, os venezuelanos em Roraima que solicitaram refúgio são divididos em 58,28% homens e 41,72% mulheres. No caso dos indígenas localizados no abrigo, essa porcentagem é muito próxima, 54,55% de homens e 45,45% de mulheres⁴⁰⁵.

Com relação à idade, o número de jovens e adultos é a grande maioria, o que classifica essa migração como uma migração de trabalho. Estima-se que os venezuelanos solicitantes de refúgio se encontrem a sua grande maioria entre as idades de 18-59 anos. Nessa faixa etária encontram-se quase 80% dos venezuelanos em Roraima.

As faixas etárias abaixo de 18 anos e 60 anos ou mais encontram-se respectivamente em cerca de 15% e 5% respectivamente, o que coloca a migração venezuelana como uma migração jovem e dentro da faixa etária laboral.

⁴⁰⁵ Segundo dados do Censo da ONG Fraternidade que administra o abrigo no Pintolândia realizado em 20 jul. 2017. Esses números oscilam muito, pois muitos entram e muitos saem do abrigo no ginásio.

Os indígenas apresentam um número maior de crianças e adolescentes. Dos 143 registrados no abrigo em julho de 2017, 52 eram crianças, totalizando cerca de 36% de crianças no abrigo. Esse número maior de crianças pode apontar para uma migração em família no caso dos indígenas e uma migração de homens e mulheres solteiras no caso dos não-indígenas.

Por outro lado, os idosos (60 anos ou mais) indígenas no abrigo totalizam apenas 5 dos 143, representando cerca de 3,5% do total, número próximo aos 3% dos que solicitaram refúgio.

Esse fluxo é majoritariamente recente, sendo que 67% dos venezuelanos chegaram em 2017 (SIMÕES et. al., 2017). Por esses motivos, essa chegada de imigrantes apresenta uma série de desafios a um Estado que nunca recebeu migrações internacionais nesse volume. A seguir, relataremos um pouco das ações da UFRR no último biênio (2016-2017) para cumprir com seu papel social e facilitar a acolhida aos imigrantes na cidade de Boa Vista.

Em 17 de maio de 2017, a UFRR e o ACNUR celebraram convênio para a implementação da CSVM. Conforme plano de trabalho estabelecido entre as duas partes a UFRR se comprometeu a executar algumas ações nos três pilares da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em primeiro lugar, no âmbito do Ensino foram aprovadas para 2018 a oferta de duas disciplinas sobre o tema dos Refugiados. No âmbito da Graduação, no curso de Relações Internacionais conta com a disciplina Direito Internacional Humanitário e Direito dos Refugiados. Além disso, a CSVM/UFRR também deverá oferecer na Pós-Graduação a disciplina Direito dos Refugiados, já aprovada e parte do currículo do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), programa interdisciplinar do Centro de Ciências Humanas (CCH) da UFRR.

Ao mesmo tempo em que essas disciplinas serão ofertadas, no campo do ensino, a CSVM/UFRR ofereceu uma série de palestras nos anos de 2016 e 2017 cujo tema principal foi migração e refúgio, especialmente focando em assuntos como a Migração Venezuelana (Palestras em agosto/2016, novembro/2016, abril/2017 e agosto/2017), Xenofobia (março/2017), conceitos migratórios (maio 2016) e fluxos mistos (julho/2017).

No campo da Pesquisa, a CSVM/UFRR conta com dois Projetos de Pesquisa. O primeiro coordenado pelo Professor Doutor Gustavo da Frota Simões intitulado “Integração de Refugiados em Centros Urbanos” cujo tema coincidia com a tese de doutoramento do Professor concluída em março de 2017. Esse projeto desenvolveu o trabalho da tese a ser convertida em livro e contou com a ajuda de três estudantes de graduação em tarefas como revisão, diagramação dos escritos, transcrição de entrevistas e tradução.

O segundo projeto de pesquisa, em consonância com o fluxo migratório recente para Roraima é intitulado “Migração Internacional para o estado de Roraima” e tem como objetivo inserir alunos em projetos de Iniciação Científica sob a coordenação do Professor Gustavo Simões. Esse projeto de pesquisa foi

registrado em julho de 2017 e ainda não conta com resultados publicados, mas já possui dois subprojetos, um sobre migração cubana em Roraima e outro sobre migração venezuelana com alunos ligados à CSVN/UFRR.

Além dos projetos de pesquisa, a CSVN/UFRR criou um grupo de Pesquisa no CNPQ intitulado Laboratório de Estudos sobre Migrações, Refúgio e Apatridia (LAMIGRA/UFRR) que atualmente conta com dois Professores (Gustavo da Frota Simões e Júlia Camargo) e dez alunos de graduação divididos em duas linhas de pesquisa, uma intitulada “Direito Internacional dos Refugiados” e a outra “Migração Internacional e Direitos Sociais”.

Por último, a CSVN/UFRR em parceria com o Observatório das Migrações Internacionais (ObMigra) da Universidade de Brasília (UnB) realizou uma pesquisa intitulada “Perfil Sociodemográfico e Laboral da Imigração Venezuelana no Brasil”. O principal objetivo da pesquisa foi gerar dados quantitativos e qualitativos que pudessem subsidiar a formulação e implementação de políticas migratórias específicas, em conformidade com as necessidades da imigração venezuelana no Brasil. A pesquisa contou com recursos do ACNUR e foi promovida pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

No terceiro tripé, o da extensão, a CSVN/UFRR realizou uma série de ações em parceria com outras instituições e projetos de extensão da UFRR. Em primeiro lugar, a CSVN/UFRR, por meio de seu coordenador, deu dois cursos de capacitação para voluntários atuarem com refugiados. O primeiro desses cursos foi oferecido para os voluntários que atuam na Polícia Federal em Roraima auxiliando os solicitantes de refúgio a preencherem seus formulários. A segunda capacitação foi para alunos do Projeto Rede Acolher a darem suporte jurídico e laboral aos refugiados venezuelanos no Centro de Referência ao Imigrante (CRI) e em localidades espalhadas pela cidade.

Essas capacitações permitiram aos voluntários (professores, alunos, técnicos da UFRR) conhecer mais sobre os termos e vocabulários do refúgio, assim como compreender as principais questões relativas ao tema na esfera jurídica. Desse modo, os voluntários podem ajudar e orientar os solicitantes de refúgio, refugiados e demais migrantes em Roraima.

Por último, cabe destacar que a CSVN/UFRR continua exercendo algumas tarefas importantes. Em agosto de 2017, a CSVN/UFRR por meio de seu coordenador presidiu uma Comissão instituída pelo Magnífico Reitor da UFRR cujo objetivo é “criar parâmetros para o ingresso de refugiados na Universidade.” Uma proposta de resolução foi enviada ao Gabinete da Reitoria e deve passar nos próximos meses pelos trâmites administrativos da Universidade a fim de ser implementada. Além disso, a CSVN/UFRR teve papel primordial ao interceder junto à gestão da UFRR para que o escritório do ACNUR ficasse localizado dentro das dependências universitárias, o que facilita o diálogo e possibilita novas áreas de cooperação entre a academia e o organismo internacional.

Referências

ÁLVAREZ, J. A. A new wave of Venezuelans on the verge of destitution flees to Miami. **Miami Herald**, 03 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.miamiherald.com/news/local/immigration/article81578152.html>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

FRATERNIDADE UNIVERSAL. **Censo dos migrantes no abrigo**. S.d. ago. 2017.

SIMÕES, G. et al. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Imigração – CNIg, 2017.

VAZ, A. C. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. **Análise Estratégica**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, 2017.

**NÚCLEO DE ENSINO CLÍNICO EM DIREITOS HUMANOS
DA FACULDADE DE DIREITO DA PUC-CAMPINAS
(NEC-DH)**

Amanda de Souza Camargo
Thaís Temer
Silvio Beltramelli Neto

A atuação das clínicas de ensino jurídico, fenômeno historicamente recente em nosso país, está intimamente relacionada com a atuação concreta de Universidades em prol da tutela e efetivação dos direitos humanos. No entanto, para compreender do que se trata a metodologia clínica, especialmente quando adotada no processo de ensino e aprendizagem jurídicos, importante retomar – ainda que de forma superficial – o histórico de sua gênese e como se desenvolveu esse método na seara do Direito.

No âmbito do ensino jurídico, o método clínico surgiu, inicialmente, como uma crítica ao método de ensino tradicional estadunidense, baseado no estudo de teorias, manuais e “opiniões jurídicas” ou *cases*, aqui denominados como “precedentes”.

Essa forma de aprendizado, restrita ao ambiente das Universidades e da atuação das Cortes, demonstrou-se muito distanciada da realidade e da manifestação concreta do Direito na sociedade, motivo pelo qual se tornou alvo de crescentes críticas no início do século XX, momento em que floresciam novas propostas de ensino jurídico, voltadas ao propósito de aproximar o processo de aprendizagem da realidade social.

Nesse contexto é que se insere a ideia de ensino clínico do Direito, mais comumente atribuída ao texto de 1933 de Jerome Frank, então professor da Universidade da Pensilvânia, denominado – em tradução livre – “Por que não uma escola clínica jurídica?”⁴⁰⁶

Em linhas gerais, a ideia exposta por Frank em sua produção, e posteriormente desenvolvida por outros autores, é a necessidade de mitigar a cristalização do conhecimento jurídico por meio de algumas práticas de ensino e aprendizagem que possam: socializar o saber jurídico; propiciar uma experiência prática do dinamismo da realidade social ainda durante a graduação em Direito; possibilitar aos alunos e alunas a capacidade de lidar com situações práticas complexas e muitas vezes imprevisíveis; e desenvolver a relação com clientes,

⁴⁰⁶ FRANK, Jerome N. *Why Not a Clinical-Lawyer School?*. Faculty Scholarship Series. Paper 4109. Disponível em: [h p://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/4109](http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/4109). Último acesso em 05 de novembro de 2017.

atores sociais e instituições de distintas naturezas (órgãos públicos, empresas privadas, entes da administração, etc.).

Ainda segundo o autor, o exercício da advocacia dependia de muito mais do que o estudo de manuais, razão pela qual passou a sugerir que as Faculdades de Direito tivessem um espaço de aprendizado pela vivência, tal qual as clínicas mantidas pelas escolas de medicina (daí a nomenclatura “ensino clínico”).

O histórico dessa metodologia no Brasil se insere no marco maior da apropriação latinoamericana da proposta do ensino clínico em Direito. Com efeito, tratando-se de uma miríade de países marcados por regimes ditatoriais repressivos durante boa parte do século XX, natural que o ensino clínico na América Latina assumisse a feição de uma nova via para debater, promover e proteger os direitos humanos, em especial durante os processos de redemocratização.

No Brasil, portanto, ainda que a metodologia clínica tenha sido introduzida tardiamente, apenas a partir do início dos anos 2000, o traço característico mais presente nas clínicas de ensino jurídico também tem sido o foco na tutela e efetivação dos direitos humanos.

Nesse contexto é que nasce o Núcleo de Ensino Clínico em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (NEC-DH). Fundado em 2016, a partir da formação de um grupo de alunos, professores e advogados vinculados ao serviço de Assistência Judiciária da Universidade, o NEC-DH se configura como um espaço de aprendizagem em que se adota o método clínico, na sua modalidade que propugna pelo preparo do aluno para o exercício prático da litigância, a partir do contato com casos e conflitos reais, permitindo, assim, a vivência de todos os aspectos que envolvem a assistência jurídica, tais como o contato com o cliente, a avaliação dos fatos, a tomada de decisões relativas à estratégia material, judicial e extrajudicial respeitantes ao caso e a relação com todas as demais partes envolvidas (atores sociais, partes em conflito, agentes públicos, redes de assistência, etc.)

Trata-se, portanto, de promover uma atuação prática no âmbito do Direito, orientada por profissionais formados, garantindo experiência e contato com o dinamismo dos conflitos sociais.

Com esse intuito, ao NEC-DH incumbe a promoção do ensino clínico do aluno a partir da atuação envolvendo litígios estratégicos de Direitos Humanos em duas possíveis frentes: tutoria e consultoria. Na condição de Tutor, a NEC-DH poderá patrocinar, mediante autorização dos lesados, litígios estratégicos de Direitos Humanos, em todas as suas etapas extrajudiciais (mobilização, orientação e assistência social de vítimas, representação junto a instâncias não judiciais públicas e privadas, nacionais e internacionais, mediação, etc.) e judiciais (ensino do ajuizamento e condução de ações nas instâncias judiciais nacionais e internacionais).

Na função de Consultor, o NEC-DH poderá prestar consultoria a partir de práticas de conscientização para o avanço da efetividade dos Direitos Humanos, bem como na forma de orientação ou produção de material técnico-científico (v.g. pareceres, notas técnicas, pesquisas de jurisprudência, etc.), a bem da condução de um litígio estratégico de Direitos Humanos que não esteja sob sua tutela.

Visando o preparo teórico de seus integrantes para manejo das atividades práticas, o NEC-DH também mantém estudos permanentes de temas de Direitos Humanos.

Quanto às frentes de atuação, o núcleo se organizou para pesquisar e atender a duas questões sociais relevantes na cidade de Campinas-SP, onde está situado: o direito à moradia e a migração internacional para o município e região.

Atualmente, o projeto da frente de migração envolve a realização de ouvidoria da população migrante em Campinas, para mapeamento das principais dificuldades vividas por essas pessoas e levantamento das violações de direito que têm passado. O conceito de migrante internacional utilizado pelo NEC-DH envolve, de forma ampla, refugiados, solicitantes de refúgio, deslocados ambientais, imigrantes econômicos, imigrantes humanitários e apátridas.

Os principais objetivos da ouvidoria, entendida como espaço seguro de denúncia, são o encaminhamento de violações de direito individuais à rede de assistência para atendimento, a elaboração de cartilhas e realização de eventos de conscientização e divulgação, a produção de relatórios para subsidiar políticas públicas, a caracterização dos fluxos migratórios e o registro das trajetórias de vida dos e das migrantes, a identificação de possíveis litígios estratégicos em direitos humanos e a produção de material para pesquisa acadêmica.

Além desse trabalho, o NEC-DH realizará atendimentos de casos de refúgio, por meio de parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Referências

FRANK, Jerome N. *Why Not a Clinical-Lawyer School?*. Faculty Scholarship Series. Paper 4109. Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/4109. Último acesso em 05 de novembro de 2017.

**RELATO DE ATIVIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
CAMPINAS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
E CIDADANIA –
SERVIÇO DE REFERÊNCIA AO IMIGRANTE, REFUGIADO
E APÁTRIDA**

Maria Valéria Scatolini
Natália Francisco

A missão de acolher e inserir a população migrante já não pertence mais só a União. Os Estados e, sobretudo, os Municípios, também necessitam abraçar suas responsabilidades frente a essa realidade. O último Relatório World Migration Report (2015), da Organização Internacional para as Migrações, nos traz a importância da relação entre a migração e as Cidades, ressaltando as “Novas Parcerias para Gerenciar a Mobilidade”.

O relatório nos mostra, como seu principal enfoque, o modo como os migrantes estão modificando as cidades e como estão tendo suas vidas transformadas pela urbe e suas políticas. Segundo o relatório, em 2014 cerca de 54% da população mundial residia em áreas urbanas, e esse número duplicará em 2050, de acordo com a Agência das Nações Unidas. Para que haja a implantação e manutenção da Chamada Triade de migrações seguras /ordenadas/regulares se faz necessário a articulação com os diferentes atores que compõem a sociedade, o que suscitará em uma integração mais eficiente.

Porém, a grande maioria dos municípios não incluem em seus planejamentos e planos diretores, políticas voltadas para a população migrante, negando o acesso aos direitos mais básicos, esses que são parte de uma acolhida humanitária. Algumas cidades brasileiras já compreenderam o quanto essas políticas são necessárias para que a inclusão aconteça de forma transformadora e eficaz. Cidades como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Campinas, entre poucas outras, tem apostado em projetos que fornecem aporte e que permitem a integração da população local com o contingente migrante.

A política municipal em desenvolvimento na cidade de Campinas, que criou o Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida no ano de 2016, baseia-se nas especificidades e necessidades dos presentes grupos migrantes, de maneira que o acesso dessa população às políticas públicas seja rápido, eficiente e inclusivo. A relação da Prefeitura com os demais atores sociais que atuam em prol da inclusão da população migrante é o ponto chave para que os Eixos de Trabalho norteadores, logo mais citados, sejam completos e o processo o mais acolhedor possível, permitindo a identificação dessa população com as diversas esferas que formam a urbe.

Em Campinas temos um universo bastante diversificado e abrangente de migrantes de inúmeras partes do mundo, representando todos os continentes. Dividimos esse contingente em quatro grupos:

Grupo 1-Indivíduos com atividade e tempo de permanência pré-definido, sobretudo estudantes, professores universitários, trabalhadores de multinacionais e religiosos, e que não utilizam-se do Serviço de Referência.

Grupo 2-Indivíduos sozinhos ou pequenos grupos familiares, constituído por profissionais liberais variados, intelectuais, artistas, artesãos, que geram pouca, ou nenhuma, demanda específica de políticas públicas e não representam o público principal atendido pelo Serviço de Referência.

Grupo 3-Grupos originários dos fluxos migratórios do último quartel do século XX, apresentam boa visibilidade, em situação de total inclusão social, e com manifestações de preservação de aspectos de sua cultura de origem. Temos nesse grupo, que também não é usuário principal do Serviço de Referência, sobretudo: Chilenos, Angolanos, Paraguaio, Chineses (que continuam chegando e já ultrapassam a casa de 600 indivíduos).

Grupo 4-Grupos dos fluxos migratórios de 2010 até o presente. Esse é o principal demandante de políticas públicas específicas (apoio para regularização de documentação, acesso ao idioma, intermediação no acesso à saúde, educação, assistência, trabalho, abrigo/moradia, etc). No total somam cerca de 1.600 pessoas.

Entre os latino-americanos destacam-se haitianos, bolivianos (vindos de cidades da região metropolitana), peruanos, colombianos, cubanos, venezuelanos somando 1.200 pessoas. Entre os africanos destacam-se congolese, ganeses, angolanos (novo fluxo), senegaleses, nigerianos, somando aproximadamente 280 pessoas. Provenientes do Oriente Médio destacam-se sírios, palestinos, libaneses e jordanianos, cerca de 100 pessoas. Entre os provenientes da Ásia tem-se sobretudo os paquistaneses, sobretudo cristãos (refugiados por perseguição religiosa), que são cerca de 20 pessoas.

Campinas é a segunda cidade no estado com maior número de Imigrantes e Refugiados, e foi com o intuito de garantir o acesso digno desse público às políticas públicas que o Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida foi criado pela Prefeitura Municipal, atuando também e parceria com Organizações da Sociedade Civil. O Serviço atua no atendimento direto ao cidadão, de forma diferenciada, identificando suas necessidades, fornecendo informações a respeito de serviços públicos, orientando e executando ações em cinco Eixos de Trabalho: 1 – Intersetorialidade e Interculturalidade; 2 – Processos Formativos; 3 – Regularização de Documentação; 4 – Trabalho e Geração de Renda; 5 – Atendimento humanitário personalizado.

O Eixo de Intersetorialidade e Interculturalidade tem como objetivo promover a facilidade do diálogo entre povos de diversas culturas, o desenvolvimento e proteção das diversidades, habilidades e conhecimentos, sensibilizando a opinião pública, as instituições e as empresas sobre a

importância da acolhida e da superação de preconceitos em relação às pessoas de outras culturas, etnias e religiões.

O trabalho com os contrastes da cultura no país de destino também se faz necessário para os Imigrantes e Refugiados, pois é preciso explicar aos recém-chegados a maneira de agir e pensar do brasileiro. Ao compreender o modo de funcionamento da cultura local o migrante acelera sua assimilação com o meio, e começa a criar laços, de modo a se sentir mais confortável e parte do processo de construção daquela sociedade. Por outro lado, o desenvolvimento da sensibilidade intercultural nos Servidores Públicos, em seus respectivos espaços de atuação, é de grande importância, pois saber utilizar as percepções corretas e o modo de comportamento apropriado ao atendimento de cada cultura, será a chave para um acolhimento mais efetivo e humanizado.

O Apoio do Serviço de Referência às áreas da Saúde, Assistência Social, Educação, e Trabalho e Renda, sobretudo, se dá diante de problemas com o idioma, diferenças culturais, ausência de documentação, suporte de moradia emergencial, alimentação, o que é imprescindível para garantir que a aplicação de políticas públicas alcancem sua efetividade. A produção de materiais informativos destinados aos migrantes e aos serviços públicos de atendimento, além da viabilização de intérpretes, torna o atendimento eficiente. Assim como o “acompanhamento direto em campo” (presença do Serviço de Referência nas comunidades, locais de trabalho, acompanhamento junto a outros serviços) traz benefícios de ordem psicológica que amenizam o estresse mental e as condições de vulnerabilidade dessa população.

Realizar eventos multiculturais, a partir das realidades locais, também se faz importante, permitindo a interação dos grupos migrantes com o restante da população. A relação qualificada com os vizinhos, colegas de trabalho e de escola, assim como a frequência áreas públicas de lazer, templos religiosos e outros lugares de trânsito, amenizam diferenças e trabalham para superação da xenofobia, do racismo e de outras formas de preconceito e discriminação, levando-se em consideração, também, que boa parte dessa população já é oriunda de perseguições políticas, religiosas, de gênero e orientação sexual, guerras, catástrofes naturais e índices alarmantes de pobreza.

O segundo Eixo de Trabalho são os Processos Formativos, que tem a intenção de fornecer e ampliar a qualificação, para que as oportunidades para o mercado de trabalho sejam mais efetivas, além, e sobretudo, de facilitar a inclusão social através do aprendizado do idioma português, que são oferecidas de duas formas: pela Fundação Municipal para Educação Comunitária-FUMEC ou por ação de Entidades e Voluntários, ligados, ou não, a Rede de Apoio aos Imigrantes e Refugiados-RAIR.

Os cursos profissionalizantes surgem a partir das demandas dos próprios migrantes e de avaliações sobre o mercado de trabalho. Orienta-se o público para as vagas disponíveis na rede pública e privada, havendo a necessidade,

nesse caso, de intermediação do Serviço de Referência para a oferta de vagas gratuitas ou de bolsas de estudo.

Também fazem parte desse Eixo as ações e intermediações para convalidação de diplomas de nível superior, técnico e demais, permitindo a continuidade dos estudos e o exercício de especialidades profissionais já conquistadas nos países de origem.

O terceiro eixo é relativo a todos os procedimentos necessários para a Regularização Migratória, tratando-se de todos os documentos que fazem parte desse processo e acompanhando todos os trâmites. Esse Eixo, que uma das maiores demandas, exige total rigor em relação à legislação e muito empenho diante da burocracia dos órgãos responsáveis.

O quarto eixo, do trabalho e renda, além de atuar em parceria e encaminhar ao Centro de Apoio ao Trabalhador-CPAT, também intermedia contatos entre migrantes e empresas que buscam o Serviço a procura dessa mão de obra, oferecendo, também aqui, apoio para que as barreiras de comunicação e culturais possam ser superadas. Entendemos também ser necessário o acompanhamento do desempenho profissional dos migrantes contratados, com verificação das condições de trabalho e cumprimento das legislações trabalhistas, recorrendo e encaminhando, quando necessário, aos Sindicatos de Categoria, Delegacias do Trabalho, e MPT e TRT (quando houver suspeita de trabalho análogo à escravidão).

Por último, temos o quinto eixo relacionado ao atendimento humanitário e personalizado. Este eixo focaliza a singularidade histórica de cada atendimento e visa fortalecer potencialidades individuais e superar necessidades individuais como problemas relacionados à moradia, dificuldades de alimentação, acesso a serviços emergenciais, bem como questões relacionadas a conflitos no contexto familiar, violência de gênero, ou de caráter pessoal, como dependência do uso de álcool e outras drogas, por exemplo.

Com as demandas a serem atendidas, o apoio da Sociedade Civil é essencial para o trabalho realizado pelo Serviço de Referência. As exigências que não podem ser resolvidas ou sanadas pelo poder público, em sua política nova, desafiadora e em estruturação, tornam ativo o papel da sociedade civil.

A inexistência de organizações atuantes no município, as permanentes manifestações de desejo de colaborar, vindas da sociedade civil, a organização e o rápido crescimento do campo oposicionista ao conceito de imigração como Direito Humano trouxeram a necessidade de mobilizar um movimento de suporte para a população migrante. Dessa forma, surgiu a Rede de Apoio aos Imigrantes e Refugiados de Campinas (RAIR), que hoje é a responsável por organizar o trabalho voluntário da região de Campinas. A RAIR é formada por aproximadamente 200 voluntários e apoiadores, com um Comitê Gestor formado para gerenciar as demandas que movimentam o grupo, composto por empresários, estudantes, acadêmicos, advogados e muitos outros. A Rede se

diferencia por seu relacionamento horizontal e não hierárquico entre os participantes, onde todos podem e contribuem de igual maneira.

Baseados nas áreas de necessidades dos migrantes e nas aptidões dos voluntários, o grupo se divide em cinco subgrupos de trabalho; sendo eles o Jurídico, Português (Materiais), Demografia (Recursos Humanos), Comunicação e Eventos.

O grupo de apoio jurídico tem como objetivo fornecer a facilitação da linguagem jurídica, tanto para o português quanto para outros idiomas. A intenção é que o migrante consiga compreender os conjuntos mais básicos das leis do trabalho, constituição, DH's entre outras. A criação de cartilhas estão em andamento com tradução para os principais idiomas e um site também está sendo projetado para facilitar a divulgação do trabalho e acessibilidade dos usuários.

O grupo de português objetiva fundamentar uma metodologia que uniformize ao ensino da língua portuguesa buscando a fluência também em nível avançado.

O grupo de demografia trabalha com o gerenciamento de dados incluindo a digitalização dos prontuários, a fim de facilitar o ajustes das políticas em andamento para mapear e produzir conhecimento sobre o tema, além de apoiar, propor e construir, junto com os imigrantes, projetos e ações de empreendedorismo e geração de renda.

O grupo de comunicação e eventos trata da organização e divulgação dos trabalhos realizados pelo grupo, a fim de realizar pontos de encontro que buscam preservar e exaltar as particularidades culturais dos países.

A RAIR, que desenvolve e apoia tanto ações emergenciais, quanto ações de continuidade, também se propõe a participar de proposituras de políticas públicas para o setor, acompanhando e apoiando sua execução, mas também reconhecendo seu papel, enquanto sociedade civil organizada, de exercer o controle social, cobrando e fiscalizando o cumprimento da legislação e a correta execução dessas políticas públicas.

Referências

OIM - Organização Internacional para as Migrações. Relatório World Migration Report, 2015.

SOBRE OS AUTORES

- Acácio Almeida** Universidade Federal do ABC, São Paulo.
- Adriana Capuano de Oliveira** Universidade Federal do ABC, S.ão Paulo.
- Adriana G. Domingues** Universidade Federal de Santa Maria.
- Adriano A. A. Araújo** Universidade Federal do ABC, São Paulo.
- Alberto Jakob** Núcleo de Estudos de População Elza Berquó-Unicamp
- Alejandro Goldberg** CONICET/Universidade de Buenos Aires, Argentina.
- Alejandro I. Canales** Universidade de Guadalajara, México.
- Alessandra J. Almeida** Universidade Federal de Santa Maria.
- Alex Barcelos Monaiar** Universidade Federal de Santa Maria.
- Alicia Maguid** CONICET-CENEP, Argentina.
- Aline Lima Santos** Universidade de São Paulo.
- Allan Rodrigo de Campos Silva** Universidade de São Paulo.
- Allyne F. Oliveira Barros** Universidade Federal de Santa Catarina.
- Amanda de Souza Camargo** Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Ana Cecília Cossi Bizon** Universidade Estadual de Campinas.
- Ana Elisa Spaolonzi Q. Assis** Universidade Estadual de Campinas.
- Ana Inés Mallimaci Barral** Universidade Arturo Jauretche,Argentina.
- Ana Maria Raietparvar** Universidade Federal Fluminense.
- Ana Silvia Volpi Scott** Universidade Estadual de Campinas.
- Átila Rabelo Tavares da Câmara** Universidade de Brasília.
- Caio da Silveira Fernandes.** Universidade de São Paulo.
- Caio Valentino** Universidade Estadual de Campinas.

- Camila Rodrigues da Silva** Observatório das Migrações em São Paulo
- Carolina Rosas** Universidade de Buenos Aires e CONICET, Argentina.
- Cassio Francisco Lima** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Cássio Silveira** Universidade Federal de São Paulo.
- Cícero Krupp da Luz** Faculdade de Direito do Sul de Minas.
- Claudia Pedone** Universidade de Buenos Aires e CONICET, Argentina.
- Claudia Siqueira Baltar** Universidade Estadual de Londrina.
- Cledenice Blackman** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-RR.
- Clodoaldo Silva Anunciação** Universidade Estadual de Santa Cruz MPJ/Bahia.
- Daniel F. Nagao Menezes** Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Darío Lanzetta** Universidade de Buenos Aires, Argentina.
- Debora Corrêa de Siqueira** Universidade Federal do ABC.
- Deisy de Freitas Lima Ventura** Universidade de São Paulo.
- Delia Dutra** Universidade de Brasília.
- Denise Cogo** Escola Superior de Propaganda e Marketing , São Paulo.
- Denise Martin** Universidade Federal de São Paulo e UniSantos.
- Derek Pardue** Universidade de Aarhus, Dinamarca.
- Diana Alejandra Peña Ruíz** Universidade Estadual de Campinas.
- Diocene de O. Francisco** Assistente Social da Prefeitura de São Paulo.
- Duval Fernandes** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Edilma de Jesus Desidério** Universidade Intercultural do Estado de Puebla
- Eduardo Z. de Carvalho** Universidade do Desenv. Estadual de Santa Catarina.
- Elaine Javorski** Centro Universitário UniBrasil, Curitiba
- Êmily de Amarante Portela** Centro Universitário Ritter dos Reis
- Ernani Contipelli** Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

- Estela C. Vieira de Siqueira** Faculdade Três Pontas, Minas Gerais.
- Ester Martins** Universidade Estadual de Campinas.
- Filipe R. Silva** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Geraldo Castro Cotinguiba** Instituto Federal de Rondônia.
- Gilberto M. A. Rodrigues** Universidade Federal do ABC.
- Giovanna Carla Costa Rangel** Universidade Federal de Goiás.
- Gisele Kleidermacher** CONICET e Universidade de Buenos Aires.
- Giuliana Redin** Universidade Federal de Santa Maria. Coord. CSVN/UFMS.
- Gláucia Assis** Universidade do Desenvolvimento Estadual de Santa Catarina.
- Guilherme Pereira Botacini** Universidade Estadual de Campinas.
- Gustavo Simões** Universidade Federal de Roraima. Coord. CSVN/UFRR.
- Helen E. Nochi Suzuki** Universidade de São Paulo.
- Helena R. E. de Camargo** Universidade Estadual de Campinas.
- Janaina Santos** Universidade Federal de Santa Catarina.
- Janine Borba** Universidade Federal do ABC.
- Jaqueline Bertoldo** Universidade Federal de Santa Maria.
- Javier Romano Silva** Universidad de La República, Uruguai.
- João Carlos Jarochinski Silva** Universidade Federal de Roraima.
- Jóice de Oliveira Santos Domeniconi** Universidade Estadual de Campinas.
- José Blanes Sala** Universidade Federal do ABC.
- José Carlos A. Pereira** Missão Paz/Centro de Estudos Migratórios, São Paulo.
- José Renato de Campos Araújo** Universidade de São Paulo.
- Julia Bertino Moreira** Universidade Federal do ABC.
- Juliana Carvalho Ribeiro** Universidade Estadual de Campinas.

- Julieta Bengochea** Universidade de La República, Uruguai.
- Julio Santiago Hernández** Universidade de Guadalajara, México.
- Laura Sartoretto** Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Leonardo Cavalcanti** Universidade de Brasília.
- Letícia Helena Mamed** Universidade Federal do Acre.
- Lúcia Bógus** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Luciana Correia Alves** Universidade Estadual de Campinas.
- Luciane Klein Vieira** Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Luciano de Moura Carvalho** Universidade Federal de Goiás.
- Lucienne Martins Borges** Universidade Federal de Santa Catarina.
- Luís Augusto Bittencourt Minchola** Universidade Federal de Santa Maria.
- Luís Felipe Magalhães** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Luis Renato Vedovato** Universidade Estadual de Campinas
- Luiza Nogueira Losco** Universidade Estadual de Campinas.
- Lya Amanda Rossa** Universidade Federal do ABC.
- Magali Aloatti** Universidade do Desenvolvimento Estadual de Santa Catarina.
- Manuella R. de Almeida Lima** Universidade Federal de Goiás.
- Mara Genecy Centeno Nogueira** Universidade Federal de Rondônia.
- Marcelo Knobel** Universidade Estadual de Campinas.
- Maria Bernadete Fin** Observatório das Migrações em São Paulo.
- María José Magliano** Universidad Nacional de Córdoba e CONICET.
- Maria Valéria Scatolini** Prefeitura Municipal de Campinas
- Marianna Chaves** Universidade de Coimbra/USP.
- Marilda A. Menezes** Universidade Federal do ABC.
- Marília Calegari** Universidade Estadual de Campinas.

- Marília Lima Pimentel Cotinguiba** Universidade Federal de Rondônia.
- Marta Roverly Souza** Universidade Federal de Goiás.
- Michelle M. S. Cechinel** Universidade do Extremo Sul Catarinense.
- Mirian S. R. Oliveira** Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
- Natacha Borgeaud-Garciandía** FLACSO, Buenos Aires, Argentina.
- Natália Belmonte Demétrio** Universidade Estadual de Campinas.
- Natália Francisco** Prefeitura Municipal de Campinas
- Natália Ledur Alles** Escola Superior de Propaganda e Marketing
- Nayara Costa Nogueira** Universidade de São Paulo.
- Nicéforo Delgadillo A.** Secretaria de Gobernación, México.
- Patricia Gorisch** Universidade Santa Cecília, São Paulo.
- Patricia Villen** Universidade Federal de Uberlândia.
- Penélope Bueno Fagundes** Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia.
- Renata Alvares Gaspar** Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Roberta Peres** Docente da Universidade Federal do ABC.
- Roberto R. Georg Uebel** Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Ronaldo Baltar** Universidade Estadual de Londrina, Paraná
- Rosa Ester Rossini** Universidade de São Paulo.
- Rosana Baeninger** Universidade Estadual de Campinas.
- Rubens Carvalho Silveira** Universidade de São Paulo.
- Sabrina Sant'Anna Rizental** Universidade Estadual de Campinas.
- Samira Adel Osman** Universidade Federal de São Paulo.
- Samira Frazão** Universidade do Desenvolvimento Estadual de Santa Catarina.
- Sara A. da Silva Castro** Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

MIGRAÇÕES SUL-SUL

Sebastián Bruno Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, Paraguay.

Sidney Antônio da Silva Universidade Federal do Amazonas.

Silvana Nunes de Queiroz Universidade Regional do Cariri, Ceará.

Silvia Elena Giorguli Saucedo El Colegio de México.

Silvio Beltramelli Neto Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Simone Andrea Schwinn Universidade de Santa Cruz do Sul.

Sofia Caselli Furtado Universidade Estadual de Campinas.

Sonia Maria Gomes Sampaio Universidade Federal de Rondônia.

Svetlana Ruseishvili Universidade de São Paulo.

Tatiana Guerrero Montaña Universidade Nacional de Cuyo, Argentina.

Tatiana Solimeo Universidade de São Paulo.

Tatiana Waldman Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Thaís Temer Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Valeria Yamila Vega Dirección Nacional de Población, Argentina.

Victor Antonio Del Vecchio Universidade de São Paulo.

Wilson Fusco Fundação Joaquim Nabuco, Pernambuco.

Seta Empresarial Ltda

Impressão *Duopaper*
By AlphaGraphics
Unidade Campinas- SP, Brasil